



**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

PERFIS  
PARLAMENTARES

56



# TANCREDO NEVES

2ª Edição

Brasília – 2010

PERFIS  
PARLAMENTARES

56



# TANCREDO NEVES

Brasília - 2010

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**53ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2010**

*Presidente* **MICHEL TEMER**

*1º Vice-Presidente* **MARCO MAIA**

*2º Vice-Presidente* **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO**

*1º Secretário* **RAFAEL GUERRA**

*2º Secretário* **INOCÊNCIO OLIVEIRA**

*3º Secretário* **ODAIR CUNHA**

*4º Secretário* **NELSON MARQUEZELLI**

*1º Suplente de Secretário* **MARCELO ORTIZ**

*2º Suplente de Secretário* **GIOVANNI QUEIROZ**

*3º Suplente de Secretário* **LEANDRO SAMPAIO**

*4º Suplente de Secretário* **MANOEL JUNIOR**

*Diretor-Geral* **SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**

*Secretário-Geral da Mesa* **MOZART VIANNA DE PAIVA**



Câmara dos Deputados

PERFIS  
PARLAMENTARES  
**56**

# TANCREDO NEVES

Organização e ensaio introdutório de  
LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

2ª Edição

Centro de Documentação e Informação  
Edições Câmara  
Brasília - 2010

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

*Diretor* **AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO**

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

*Diretor* **ADOLFO C. A. R. FURTADO**

**COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA**

*Diretora* **MARIA CLARA BICUDO CESAR**

*Projeto gráfico* **SUZANA CURTI**

*Diagramação e capa* **CIBELE MARINHO PAZ**

*Revisão e indexação* **SEÇÃO DE REVISÃO E INDEXAÇÃO**

*Imagens* **CPDOC/FGV – RJ**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA – COEDI

ANEXO II – PRAÇA DOS TRÊS PODERES

BRASÍLIA (DF) – CEP 70160-900

TELEFONE: (61) 3216-5809; FAX: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Perfis parlamentares

n. 56

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

---

Neves, Tancredo, 1910-1985.

Tancredo Neves / organização e ensaio introdutório de Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 2.ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.  
938 p. – (Série perfis parlamentares ; n. 56)

ISBN 978-85-736-5694-7

1. Neves, Tancredo, 1910-1985, atuação parlamentar, Brasil. 2. Político, biografia, Brasil. 3. Político, discursos etc, Brasil. I. Delgado, Lucilia de Almeida Neves. II. Título. III. Série.

---

CDU 328(81)(042)

ISBN 978-85-736-5694-7 (brochura)

ISBN 978-85-736-5695-4 (e-book)

# *Agradecimentos*

---

A Rosângela de Mendonça Sampaio, pelo incansável apoio na organização da pesquisa.

Ao CPDOC da FGV-RJ através da sua diretora Marieta de Moraes Ferreira.

A Ana Elizabeth e a Virgínia Rocha, pela cuidadosa digitação dos originais.

## SUMÁRIO

---

*Apresentação*  
Michel Temer  
Presidente da Câmara do Deputados 13

*Apresentação à 1ª edição*  
*O montanhês e a República*  
Aécio Neves  
Presidente da Câmara dos Deputados (2001 – 2002) 15

---

### **Ensaio analítico introdutório**

*Tancredo Neves*  
*Perfil de um democrata*  
Lucilia de Almeida Neves Delgado 21

---

### **Discursos**

*Os municípios e o governo de Minas* 83  
*Projeto de constituição do estado de Minas Gerais* 85  
*A questão da propriedade* 94  
*Questão constitucional: a Constituição de 1946* 97  
*O Ministério da Justiça e a questão da democracia* 105  
*São João del Rei e Diamantina* 111  
*O governo Getúlio Vargas* 115  
*O Banco Central no Brasil: aspectos e considerações* 125  
*Manifesto à Nação* 145



## SUMÁRIO

---

<i>Crise institucional, democracia e sistema de governo parlamentarista</i>	147
<i>Programa de governo</i>	165
<i>Reforma tributária, proposta orçamentária e reforma cambial</i>	247
<i>Universidade, humanismo e razão</i>	289
<i>A questão agrária e o progresso nacional</i>	297
<i>Experiência do governo parlamentar: uma avaliação</i>	302
<i>Regime parlamentar e a realidade brasileira</i>	352
<i>Bases da democracia brasileira</i>	367
<i>Direito de elegibilidade dos sargentos</i>	382
<i>Crise do estado de sítio</i>	400
<i>A situação econômica do País</i>	403
<i>Política e lealdade</i>	428
<i>Elogio a San Tiago Dantas</i>	429
<i>Antonio Carlos Ribeiro de Andrada: homenagem ao centenário de nascimento</i>	435
<i>Bias Fortes: Minas Gerais e a política</i>	446
<i>Milton Campos: dignidade, cultura e civismo</i>	454
<i>Brasil e Portugal: homenagem a Américo Thomaz</i>	465
<i>Drummond: Minas Gerais e a poesia</i>	471
<i>Elogio a Augusto Viegas</i>	480
<i>Dor nacional: falecimento de Juscelino Kubitschek</i>	485

## SUMÁRIO

---

<i>A questão econômica nacional</i>	492
<i>Liberdade, justiça e direito</i>	500
<i>A crise institucional brasileira</i>	510
<i>Papa Paulo VI: peregrino da paz</i>	517
<i>Assembleia Nacional Constituinte: pressuposto da democracia</i>	520
<i>Democracia: aspiração e necessidade</i>	531
<i>A criação do Partido Popular e a conjuntura política</i>	537
<i>O Poder Legislativo e suas prerrogativas</i>	546
<i>A Açominas: uma necessidade econômica nacional</i>	565
<i>O Partido Popular e a democracia</i>	569
<i>A reforma eleitoral e sua repercussão no mundo político</i>	575
<i>Homenagem a Francisco Negrão de Lima</i>	584
<i>Tecnologia da informática e controle democrático nacional</i>	588
<i>Governo de Minas e democracia nacional</i>	592
<i>Manifesto de intelectuais e artistas mineiros: Tancredo governador</i>	603
<i>Mineiridade: cultura e literatura</i>	610
<i>Poder Legislativo e democracia</i>	626
<i>“O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”</i>	672
<i>Universidade: ciência, fé e humanismo</i>	675
<i>Mulheres e democracia</i>	680

## SUMÁRIO

---

<i>Gaúchos e mineiros: uma unidade cívica</i>	682
<i>Eleições de 1982 e processo político</i>	686
<i>Levante do Gueto de Varsóvia</i>	695
<i>“Se todos quisermos, haveremos de fazer deste País uma grande Nação”</i>	701
<i>Olhar para o alto e encontrar o rumo</i>	707
<i>Força criadora do espírito</i>	713
<i>A Sudene e a questão nordestina</i>	724
<i>Despedida do governo de Minas Gerais</i>	733
<i>“Não fujo ao chamado da Pátria”</i>	739
<i>Desenvolvimento e democracia</i>	752
<i>Escolas: verdadeiro laboratório da educação</i>	758
<i>Universidade: autonomia, ciência e democracia</i>	761
<i>Democracia: uma questão social</i>	768
<i>Identidade cultural, memória nacional e democracia</i>	772
<i>Trabalho: dignidade e justiça social</i>	779
<i>Nova República: federalismo e descentralização</i>	793
<i>Poder Judiciário e democracia</i>	801
<i>Universidade: conhecimento e construção do futuro</i>	806
<i>Liberdade – Imprensa</i>	812
<i>Municipalismo e democracia</i>	818

## SUMÁRIO

---

<i>“Não vamos nos dispersar”</i>	820
<i>Fazer da democracia não uma palavra, mas uma realidade</i>	829
<i>Interiorização e integração nacional</i>	831
<i>Saber aplicado e saber especulativo</i>	835
<i>Horizontes abertos: relações luso-brasileiras</i>	839
<i>História das Américas: luta pelo bem-estar, pela justiça e pela liberdade</i>	842
<i>Nova República: a Nação renasce</i>	845
<i>Dignidade e austeridade: imperativos éticos da democracia</i>	857

---

### **Entrevistas**

<i>Primeira entrevista coletiva de Tancredo Neves como Presidente eleito</i>	869
<i>Entrevista coletiva concedida pelo Presidente eleito Tancredo Neves quando de sua visita a Portugal</i>	886
<i>Entrevista coletiva concedida por Tancredo Neves após seu retorno da viagem ao exterior</i>	905

---

<b>Documentação fotográfica</b>	919
---------------------------------	-----

# Apresentação

---

A linhagem mineira legou alguns dos mais ilustres políticos ao Brasil. Hábeis, conciliadores, cultos, aplicados, os mineiros criaram mitológica estirpe, cujas histórias e frases tornaram-se referência para muitos momentos da vida pública nacional. Tancredo Neves foi um dos maiores políticos de Minas Gerais e do País. Há 100 anos, ele nascia em São João Del Rey.

Ao celebrar o centenário de Tancredo Neves, a Câmara dos Deputados reedita o volume 47 da série Perfis Parlamentares, dedicado ao ex-Presidente da República. Obra revisada que, ao reunir discursos, entrevistas e fotografias de um dos integrantes mais destacados do Poder Legislativo, tem por objetivo recordar o compromisso de Tancredo com a democracia, com os valores de liberdade e de justiça.

Político modelar, Tancredo Neves era homem de princípios e deles não arredava pé, característica que lhe permitiu exercer sua imensa capacidade de dialogar respeitavelmente com diferentes atores da vida pública nacional, mesmo aqueles com posições antagônicas às suas. Foi por isso o grande arquiteto da transição democrática brasileira dos anos de 1980, quando abandonou-se, sem grandes traumas, a ditadura militar para a retomada da democracia sólida, como se pode comprovar 25 anos depois. As bases da estabilidade institucional foram lançadas pela sua ação conciliadora. Senador no início da década de 1980, Tancredo vislumbrou: “União nacional, diálogo, entendimento, conciliação, trégua são nomes de um estado de espírito que está se formando na comunidade nacional”.

Tancredo Neves nos ensinou que a política é exercício de virtude, de bravura. Seu discurso de posse no governo de Minas Gerais, em 1983, é peça fundamental da política brasileira. Com frases diretas, apontava o raiar de novo tempo. “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”, discursou, ecoando o anseio do povo de todo o País.

A liberdade negada por 20 anos começava a ganhar contornos nítidos com sua articulação no Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais, visitado intensamente desde sua posse por todos os grandes nomes da política brasileira daqueles dias. O movimento não era de inconfidência, mas de confluência de desejos e sonhos de reconstrução democrática.

Tancredo Neves jamais foi radical, adotando o diálogo como forma de ação política. Ensinou que são as ideias e não os homens que brigam

na arena pública. Com polidez, tornou-se um construtor de pontes entre diferentes, superando divergências. Não fugia, entretanto, da defesa intransigente do povo. Diante das exigências do mercado internacional para financiar a dívida brasileira, contrapôs a primazia do povo em sua escala de valores.

Eleito Presidente da República, afirmou que não era com a fome e a miséria do povo que o Brasil pagaria a dívida externa. Sinalizava ali a importante virada para o social. Não era a economia a tonificar as estatísticas dos gerais que deveria reger os objetivos do governo federal, mas o compromisso do combate às desigualdades entre ricos e pobres. Esse compromisso ficou encravado em todos os governantes que comandaram o Executivo nas décadas seguintes. Esse legado é obra inegável de uma ideia, sentimento, compromisso e princípio fundamental que todo político deve levar também consigo.

A escola mineira teve muitos mestres. Tancredo está certamente entre os maiores. Destacar-se entre as célebres companhias históricas não é tarefa fácil. Pode-se citar alguns de seus contemporâneos: José Maria Alckmin, Renato Azeredo, Benedito Valadares, Milton Campos, Juscelino Kubitschek e Magalhães Pinto. E Tancredo quase sempre foi um homem do Parlamento, deputado ou senador.

A reedição de mais um volume da série Perfis Parlamentares é parte dos esforços da Câmara dos Deputados para facilitar o acesso da sociedade à informação e ao conhecimento de homens exemplares da vida pública. Exemplos a serem seguidos no compromisso com os valores da liberdade, da justiça e da democracia. Tancredo é desses modelos que devem ser exibidos, proclamados e publicados para o aprendizado das novas gerações.

Michel Temer  
*Presidente da Câmara dos Deputados*

# *Apresentação à 1ª edição*

---

## **O montanhês e a República**

Os homens se fazem de sua vontade e de seu tempo. Tancredo Neves foi, na cultura e na ação, um homem do século XX. Ele nasceu no dia 4 de março de 1910, quando a República chegava aos 21 anos, depois dos anos iniciais de turbulência econômica e política, com a Revolta da Armada, o encilhamento, as medidas duras e recessivas de Joaquim Murinho, a contrarrevolução mística de Canudos e as agitações populares contra a vacinação obrigatória. Naquele mesmo ano, Rui Barbosa – que sobre ele exercia forte influência intelectual – perdeu as eleições presidenciais para Hermes da Fonseca. A República ainda guardava seu forte vínculo com os militares que a haviam proclamado, e a campanha civilista do jurista e político baiano não venceu, no reduzido contingente eleitoral daquele tempo, certo saudosismo do autoritarismo dos marechais, que dominava aquela quadra histórica.

Tancredo viveu a sua infância em São João del Rei. A cidade tinha – como ainda tem – forte tradição política. Em seus arredores, nas margens do Rio das Mortes, travou-se o controvertido combate da Guerra dos Emboabas, movimento que levou ao primeiro governo autônomo da América, a ditadura de Manuel Nunes Viana, no território das Minas, ainda em 1709. A Inconfidência encontrou na cidade aurífera um dos centros de conspiração, e, bem ao lado, em São José, nasceu Tiradentes.

Em 1842, em movimento já de inspiração nacionalista, Teófilo Ottoni e José Feliciano Pinto Coelho, em Minas, e o padre Feijó e o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, em São Paulo, levantaram-se contra o governo central. O Imperador dissolvera a Câmara, exatamente porque ela negara a prorrogação de acordo comercial com a Inglaterra, considerado lesivo aos interesses brasileiros. A decisão de dissolução do Parlamento era atribuída à “facção áulica”, que cercava o jovem Príncipe, então com 17 anos. Os rebeldes instalaram o governo revolucionário em São João del Rei, e ali redigiram o primeiro Manifesto dos Mineiros, que seria o modelo inspirador do segundo, cem anos depois, de combate ao Estado Novo, em outubro de 1943.

Forte em sua religiosidade, com os poderosos santos lavrados em cedro pelo Aleijadinho, a cidade transferiu esse sentimento profundo de fé a Tancredo, devoto, pela vida inteira, do padroeiro São Francisco de Assis.

Era natural, portanto, que Tancredo, com sua inteligência inquieta e as circunstâncias do nascimento e do tempo, se sentisse atraído pela vida pública. Estudante de Direito, em Minas, na passagem dos anos 20 para os anos 30, Tancredo se viu envolvido pelas discussões sociais da década. Adolescente, acompanhara os movimentos de rebeldia iniciados em 1922, com o Levante do Forte de Copacabana e a sua contrapartida estética, a Semana de Arte Moderna, de São Paulo. Seguiu, pelos jornais e pela conversa dos mais velhos, os fatos históricos marcantes que iriam influir em seu pensamento político futuro, como a Revolução de 1924, em São Paulo, contra o mineiro Arthur Bernardes, e a Coluna Prestes, antes da Revolução de 1930, a que acompanharia, como repórter e estudante, em Belo Horizonte. Bacharel em 1932, é, em seguida, nomeado promotor em sua cidade. Cedo deixou o Ministério Público – não tinha vocação para acusar – e iniciou a vida política, elegendo-se vereador e presidente da Câmara Municipal, cargo que equivalia então ao de prefeito. Ao ser destituído, por ato do Estado Novo, Tancredo se dedicou inteiramente à advocacia, até retornar à política, com a redemocratização. Ao eleger-se deputado estadual em 1947, retomou o impulso de seu destino. Escolhido relator da Assembleia Constituinte Estadual, transformou-se em líder da Oposição ao governo Milton Campos. Em seus escassos 37 anos, destacou-se como conhecedor do Direito Constitucional e hábil articulador político. Não era fácil opor-se a um governo como o de Milton, constituído de homens da estatura de Pedro Aleixo, Américo René Giannetti, Magalhães Pinto, Edgar Godói da Matta Machado. Tancredo nunca deixou de exercer a oposição, de forma serena, mas firme. Deputado federal e vice-líder da Maioria, o parlamentar de São João del Rei recebeu uma tarefa ingrata do líder Gustavo Capanema: defender o veto de Vargas a uma lei que beneficiaria grileiros. Ao obter a vitória, Tancredo credenciou-se junto ao Presidente, que o convocou para ocupar, aos 42 anos, o Ministério da Justiça. Foi ali, no convívio com Vargas e no confronto com a crise que levaria o Presidente ao suicídio, que o mineiro de São João del Rei amadureceu os seus sentimentos nacionalistas, a sua preocupação com a justiça social, as suas convicções democráticas.



Candidato derrotado a governador de Minas, em 1960, em consequência de uma defecção em seu partido, o PSD, Tancredo viria a ser o grande articulador da paz, poucos meses depois, quando o País quase chegou à guerra civil com a renúncia de Jânio Quadros. O resto de sua biografia é conhecido: primeiro-ministro na curta e efervescente experiência parlamentarista, fundador do Movimento Democrático Brasileiro, senador da República, governador de Minas e grande líder do movimento de retorno ao poder civil, nas jornadas memoráveis de 1983 e 1984.

Ao eleger-se Presidente da República em 1985, Tancredo revelou aos mais íntimos satisfação interior: a campanha fora, de certa forma, a retomada da campanha civilista de Rui, desenvolvida nos meses que antecederam ao seu nascimento. Os tempos e algumas circunstâncias haviam mudado, mas a essência democrática do movimento era a mesma. E fora uma campanha vitoriosa, enquanto a primeira se malograra.

Se me fosse possível resumir em uma só as suas virtudes, eu diria que Tancredo foi um democrata. Ele aprendera, desde moço, que a política é o exercício interminável de pacientes negociações, nas quais os parceiros devem ser respeitados em suas ideias e os compromissos assumidos não podem romper-se.

Tancredo soube administrar todas as circunstâncias que dependiam de sua inteligência, de seus esforços, do conhecimento que tinha dos homens e da História.

Da mesma forma que não lhe foi possível vencer a doença, não pôde vencer o radicalismo de alguns, em horas nas quais se exigia mais paciência dos homens responsáveis. Jogado no turbilhão pela insensatez dos extremos, ele não titubeou em enfrentar os partidários do totalitarismo com toda a coragem. Na noite de 23 para 24 de agosto de 1954, horas antes do trágico desfecho da crise, Tancredo propôs, em reunião ministerial, a resistência armada ao golpe. Diante da ponderação do general Zenóbio da Costa de que seriam massacrados no Palácio, o jovem ministro da Justiça lembrou que poucos homens têm a oportunidade de morrer por uma boa causa, e aquela era uma boa causa.

Na eleição indireta do Congresso, que ratificou o nome do general Humberto Castelo Branco como Presidente provisório, em 1964, Tancredo absteve-se de votar, tendo feito uma contundente declaração de voto que expressava sua discordância à nova ordem institucional.

Tancredo dedicou-se inteiramente à vida pública, sem prejuízo de seus sentimentos de chefe de família afetuoso e preocupado. O Brasil era a primeira razão de sua inteligência e de seus esforços. Ele não entendia a política se não fosse para promover a paz, articular o entendimento, desfazer antagonismos, construir o consenso. Ele acreditava, como todos devemos acreditar, que o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos cidadãos dependem da ação política. A busca do consenso, no entanto, não significava, para Tancredo, a demissão das ideias, a capitulação ética. A política é a negociação continuada do pacto social, e nos pactos há sempre a renúncia das partes para a consecução de projetos possíveis e comuns. Quando, no entanto, falta o entendimento, é dever dos cidadãos resistir, o que Tancredo fez, durante o Estado Novo e enquanto durou o regime militar de 1964.

Tancredo sabia dominar a retórica com a força serena do verbo. Poucos homens públicos de sua geração tinham, como ele, o domínio moral da palavra e o sentimento de equilíbrio, o que fazia mais cáusticos os seus pronunciamentos.

As circunstâncias pessoais e políticas permitem a seu neto, hoje Presidente da Câmara dos Deputados, apresentar este volume com os seus Discursos Parlamentares. A Mesa Diretora, sob a presidência do Deputado Michel Temer, decidira, ainda em 1999, reunir os pronunciamentos de Tancredo, seguindo a tradição, desta Casa, de publicar os discursos de seus membros mais destacados e de traçar seu perfil convidando profissional especializado para organizar o volume. Já havia o Presidente Michel Temer me convidado a apresentar o livro, quando os companheiros de meu partido convocaram-me a disputar a Presidência da Câmara dos Deputados. Redijo hoje esta apresentação com alegria, que não se limita ao fato de Tancredo haver sido meu avô. A ele devo, como devo a Tristão da Cunha, meu outro avô, e a Aécio Cunha, meu pai, a vocação para a atividade política. Devo-lhes também, e ainda com mais gratidão, as lições humanas que me conduzem como cidadão comum.

Aécio Neves  
*Presidente da Câmara dos Deputados (2001 – 2002)*

# **ENSAIO ANALÍTICO INTRODUTÓRIO**

# Tancredo Neves

## *Perfil de um democrata*

---

Lucilia de Almeida Neves Delgado<sup>1</sup>

Não há pátria onde falta democracia. A pátria não é mera organização de homens em Estados, mas sentimento e consciência, em cada um deles, de que lhe pertencem o corpo e o espírito da Nação. Sentimento e consciência da intransferível responsabilidade por sua coesão e seu destino.

A pátria é escolha, feita na razão e liberdade. Não basta a circunstância do nascimento para criar esta profunda ligação entre o indivíduo e sua comunidade. Não teremos a pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão, com plena consciência dessa dignidade.

Assim sendo, a pátria não é o passado, mas o futuro que construímos com o presente; não é a aposentadoria dos heróis, mas a tarefa a cumprir; é a promoção da justiça, e justiça se promove com liberdade. (Tancredo Neves – janeiro de 1985)<sup>2</sup>

### **Sujeitos da história**

Quem são os homens e mulheres que tecem a história de um país? Quem são os sujeitos construtores da trama temporal e processual que constitui a dinâmica da História? Quem são os líderes políticos que incorporam paixões e crenças, razões e ideologias, movimentando-se pelos caminhos da vida pública, fazendo de suas convicções, ações?

Os sujeitos construtores das histórias das nações são muitos, são plurais, são de origens sociais diversas. Inúmeras vezes defendem ideais e

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Humanas – área de Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Mestre em Ciência Política pela UFMG. Professora Titular de História da PUC Minas.

<sup>2</sup> Todos os pronunciamentos de Tancredo de Almeida Neves reproduzidos neste ensaio introdutório estão contidos na segunda parte deste livro, intitulada “Discursos”.

projetos opostos, o que é peculiar à heterogeneidade política e o que também alimenta o conflito, ingrediente inevitável da vida pública. Outras vezes, sem convicções profundas, atuam tão somente motivados por apelos conjunturais. Todavia, sua ação pode vir a apresentar forte impacto no processo histórico.

Os sujeitos construtores da História são líderes comunitários, empresários, trabalhadores anônimos, jovens que cultivam utopias, mulheres que labutam no cotidiano da maternidade e, simultaneamente, em profissões variadas, são líderes e militantes de movimentos étnicos, são educadores que participam da formação das novas gerações, são intelectuais que pensam e escrevem sobre os problemas da vida e do mundo, são artistas que através de seu ímpeto criativo representam realidade e sentimentos nas artes plásticas, nos projetos arquitetônicos, nos versos, nas composições musicais, são cientistas que plantam o progresso e a inovação tecnológica. Os sujeitos construtores da História são, enfim, todos que anônima ou publicamente deixam sua marca, visível ou invisível, no tempo em que vivem, no cotidiano de seus países e também na história da humanidade.

Os sujeitos construtores da História são também os políticos, homens e mulheres que abraçam a vida pública, fazendo da política profissão e razão de vida. Alguns nem sempre alcançam elevada estatura em seu empreendimento, outros se agigantam, tornam-se reconhecidos pela coerência de suas trajetórias e pela persistência de seus ideais. Destacam-se por serem incansáveis lutadores na defesa de suas convicções e das causas públicas. Incluem-se no restrito elenco do que se pode denominar de *estadistas*. São como afirma Tancredo Neves, em discurso de homenagem a Juscelino Kubitschek:

... predestinados que com suas mãos fortes e rígidas sabem arremessar as virtudes e os defeitos de seu povo para torná-lo viril e dinâmico e que, com seu olhar fito no futuro, rasgam nos horizontes a perspectiva iluminada de seu destino. (1976)

Os homens públicos de elevada estatura caracterizam-se por valorizarem o que é público, o que se destina à Nação em toda sua abrangência, com destaque especial para o povo que a constitui. Reconhecem, como já faziam os gregos na antiguidade clássica, que o sustentáculo

fundamental da democracia e da cidadania é a *res publica*. Em decorrência, afastam-se das práticas patrimonialistas, que se caracterizam pela apropriação das instituições e recursos públicos para realização dos interesses privados.

Os homens públicos de elevada estatura podem apresentar estilos diferentes de prática política. Alguns destacam-se como grandes líderes. Carismáticos, costumam alcançar grande popularidade. Outros, reconhecidos por sua capacidade de articulação e negociação política, de intervenção criativa nas horas de crise, são muitas vezes melhor identificados por suas iniciativas nem sempre mobilizadoras da população, mas quase sempre neutralizadoras de crises ou fundamentadoras de importantes decisões na vida das nações.

Tancredo Neves incluiu-se nesse segundo grupo. Integrou, com brilho especial, uma rara estirpe de políticos: **aqueles que fazem da negociação ingrediente indispensável da democracia, aqueles que valorizam a negociação por reconhecerem a pluralidade como fundamento da democracia**. Possuía a habilidade e as virtudes necessárias a um bom negociador: paciência, perseverança, respeito à alteridade. Por isso mesmo, reconhecia que nas horas difíceis, que no ápice das inúmeras crises políticas por que passou o Brasil nos últimos cinquenta anos, foi por diversas vezes chamado a intervir, a participar de negociações e da busca de soluções. Assim, em entrevista à revista *Senhor*, afirmou: *“Meu filho, eu morro de medo quando meu nome fica em evidência. Nunca me convidaram para um banquete; na política, só se lembram de mim na hora da tempestade.”* (1979)

Conciliador por natureza e por convicção, recusava-se, contudo, a selar acordos com os quais não concordava. Por isso, em diferentes ocasiões, afirmou valorizar as soluções negociadas, mas também sempre enfatizou que os princípios são fundamentos preliminares de qualquer entendimento ou solução de composição. Conciliador também por aprendizagem, tinha em Getúlio Vargas sua principal referência de busca permanente de formação de governos de composição de forças políticas e regionais diversificadas. Para Tancredo Neves, a unidade na diversidade poderia se traduzir em eficácia. Mas, principalmente, poderia se converter em prática democrática.

Por isso, afirmou, quando sua jornada política parecia ter chegado ao ápice, mas, ironicamente, aproximava-se do fim:

O entendimento nacional não exclui o confronto de ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem um morno encontro de antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e da soberania nacionais.

.....  
Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração da democracia, para o combate à inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa Pátria. Vamos promover o entendimento entre o povo e o governo, a Nação e o Estado.

Rejeitaria, se houvesse quem a pretendesse, a conciliação entre elites e o ajuste que visasse à continuação dos privilégios, à manutenção da injustiça, ao enriquecimento sobre a fome. Para a conciliação maior, sem prejuízo dos compromissos de partido e doutrina, convoco os homens públicos brasileiros, e todos os cidadãos de boa-fé. No serviço da Pátria, há lugar para todos. (1985)

## Trajetória (1910-1985)

---

### **Infância e juventude – oratória, vocação democrática e valorização da mineiridade**

Tancredo de Almeida Neves nasceu em Minas Gerais, na região das Vertentes; mais precisamente em São João del Rei, no dia 4 de março de 1910. Quinto filho de uma prole de 12 irmãos, teve como pais o comerciante Francisco de Paula Neves e Antonina de Almeida Neves, Dona Sinhá. Destacou-se desde criança por uma vivacidade extraordinária, o que levou sua mãe a afirmar: “*Meus meninos foram todos levados, mas Tancredo foi o pior deles. Por isso o mais castigado.*” (1959)<sup>3</sup>

Seus ancestrais eram de origem portuguesa, da Ilha dos Açores. Vindo dessa região, foi que chegou ao Brasil, em 1794, o alferes José Antônio das Neves, para assumir o cargo de ouvidor-mor da comarca do Rio das Mortes, estabelecendo-se definitivamente na cidade de São João del Rei, onde se casou e constituiu família. Adquiriu então o casarão da Rua Direita, que ficou durante anos conhecido como “Solar dos Neves”.

Nesta casa, Dona Sinhá, precocemente viúva, criou seus 12 filhos. O mais velho, quando morreu seu marido, tinha apenas 16 anos, e a luta para encaminhar cada um deles foi bastante árdua. Tancredo Neves, ao lembrar da luta de sua mãe, afirmou: “*Ela teve de fazer milagres para encaminhar e educar todos esses filhos e formar todos eles... ela foi uma heroína na condução de uma família tão numerosa.*” (1984)<sup>4</sup>

Apesar da morte precoce de seu pai, Tancredo considerou que sua primeira e efetiva influência política viria da atuação paterna:

Meu pai... este exerceu realmente uma grande força, grande influência na minha inclinação para a vida pública. Era um comerciante, um pequeno burguês, e também era um homem que gostava de atividade política. Ele lia atentamente os jornais da época, que publicavam na íntegra os discursos proferidos no Senado e na

---

<sup>3</sup> In: DELGADO, Lucília de Almeida e SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves: a trajetória de um liberal. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986. (Encarte fotográfico.)

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 73.



Câmara. E ele me incentivava a ler em voz alta esses discursos para ele ouvir. Lembro que lia discursos exaustivos de Rui Barbosa, de Irineu Machado, de Maurício Lacerda, de Barbosa Lima Sobrinho, enfim, dos grandes nomes de oposição na época. Meu pai foi um homem marcado pela oposição. E toda vez que exerceu atividade política foi sempre fazendo oposição... (1984)<sup>5</sup>

Com certeza, o treino diário da oratória repercutiu fortemente na vocação de Tancredo Neves não só para a política, mas também o preparou para se tornar um exímio redator de pronunciamentos e discursos, todos eles marcados por uma cultura política ímpar, que Tancredo sedimentaria, ao longo de sua vida, através da leitura de clássicos do pensamento político universal, principalmente os iluministas e liberais do século XVIII. Sua escola de pensamento referiu-se, em primeiro lugar, aos textos de Montesquieu, Tocqueville, Diderot, d'Alembert, entre outros.

Também em sua infância remota, outra influência definiu seu gosto pela leitura e, em decorrência, pela oratória. Trata-se de Dona Maria Lurdes Chagas, sua professora primária, “... *que nos dava noções de literatura e nos obrigava a decorar poemas e trechos dos grandes prosadores da época. Isso contribuiu muito para despertar em nossos espíritos o gosto pelas boas letras*”. (1984)<sup>6</sup>

Iniciado nas “boas letras”, Tancredo Neves também assimilou, na sua infância, outra qualidade essencial à política, **a do bom debate, a da troca de ideias**. E tudo isso ainda sob a batuta de seu pai que às horas das refeições, quando a família reunida travava discussões sobre diferentes assuntos, regia as muitas vezes acaloradas trocas de ideias e opiniões através de uma disciplina forte, que dava a todos oportunidade de se expressar.

A semente estava plantada em terreno propício, fértil. Desde menino, de todos os irmãos, Tancredo foi o que mais precocemente demonstrou vocação para a política. Gostava de discursar nas festas do velho Ginásio Santo Antônio, onde concluiu o curso secundário. Daí por diante, nunca se furtou a falar em público e, gradativamente, foi

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 68-69.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 67.

aprimorando o estilo e adequando-o aos novos ventos, tanto de sua trajetória pessoal, como aos da história de seu município, estado, País...

Outro ingrediente essencial presente na formação de Tancredo Neves e nos valores básicos que nele se sedimentaram foi a forte religiosidade. O catolicismo, traço marcante na vida das famílias de São João del Rei, em Tancredo teve ressonância profunda, cativando-lhe alma e espírito. Católico por formação e por convicção, fez da prática religiosa elemento essencial de sua vida privada e pública. Devoto de São Francisco de Assis, “*o mais humilde e desprendido dos santos*”, até o final de sua vida foi integrante da Ordem Terceira de São Francisco. Viveu sustentado por uma fé inquebrantável e hoje descansa junto à própria Igreja de São Francisco, acolhido após sua morte pelo sólido terreno da fé e da religiosidade, que lhe deram “*esteio e força*” em sua jornada.

Bacharel em Direito pela turma de 1932 da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, durante os anos em que frequentou os bancos universitários teve preferência por leituras no campo da literatura. Saboreou então, como muitos outros jovens de sua geração, as obras de Anatole France, Machado de Assis e Eça de Queiroz, escritores presentes em sua biblioteca até o fim de seus dias.

Também como estudante de Direito não só presenciou, mas participou das movimentações que marcaram os acontecimentos políticos dos anos trinta. Mais: deixou-se também contagiar pelo espírito da época, “*pela pressão do ambiente mineiro*” que, sob a liderança de Antonio Carlos, apostou na renovação das práticas e da mentalidade política. Embarcado pelos ventos da renovação, envolveu-se ativamente na campanha pelo voto universal e secreto. Desde então, a vocação democrática, marca indelével de sua trajetória política, já se fazia manifestar.

Dos tempos da “Revolução de Trinta”, Tancredo reafirmou em suas convicções algumas ideias que já vinha sedimentando desde sua infância e adolescência em São João del Rei. Em primeiro lugar, a **valorização suprema da democracia** não somente como prática, mas como um bem universal, diante do qual jamais se deveria tergiversar. E a certeza de que em Minas havia uma forma específica, singular de se fazer política. Algo estreitamente vinculado ao que mais tarde definiria como “Espírito de Minas”, ou “Mineiridade”.

Começava a se formar no jovem, que se preparava, sem mesmo o saber, para uma longa jornada na vida pública, um conjunto de princípios

cujo carro-chefe era, como já afirmado, a **convicção democrática**. A essa convicção e à certeza de que Minas Gerais era um estado especial na Federação brasileira, no qual o valor da liberdade, plantado pela luta dos inconfidentes, também se constituía como bem supremo a ser compartilhado por todos os cidadãos, somaram-se, gradativamente, outras convicções e práticas, que conformaram seu perfil político:

- valorização da Pátria, em seu sentido amplo de Nação;
- defesa de princípios constitucionalistas;
- valorização decisiva da negociação e da conciliação no cotidiano da vida política;
- forte preocupação com a justiça social.

### **Os primeiros passos na política – valorização do Poder Legislativo e discordância do Estado Novo**

Sua trajetória foi toda perpassada por uma coerente adesão a essas práticas e princípios. Logo após sua formatura retornou a São João del Rei, exercendo primeiramente a atividade de promotor e depois a de advogado. Filiou-se, então, ao Partido Progressista (PP), pelo qual se elegeu vereador em 1934, tendo sido o candidato mais votado daquele pleito. Seu patrono político, “*um republicano de cepa*”, como assim o definia Tancredo, foi Augusto das Chagas Viegas. Seguindo sua orientação, iniciou-se no aprendizado da política e nas especificidades do Poder Legislativo, instituição que valorizou como suporte essencial da democracia durante toda sua vida.

Como vereador, logo alcançou destaque, tornando-se presidente da Câmara Municipal de São João del Rei em 1935, tendo exercido seu mandato até 1937. Naquele ano, com a instauração do Estado Novo, foram fechadas todas as casas legislativas do País. Em decorrência, Tancredo afastou-se provisoriamente da vida política, dedicando-se exclusivamente à advocacia. Datam dessa conjuntura dois episódios que marcariam profundamente sua consciência democrática, e que em muito contribuiriam para a consolidação de seu senso de justiça social. Ao defender, em 1938, ferroviários em greve, foi preso, tendo passado quarenta e oito horas na

cadeia. Um ano depois, o episódio da prisão se repetiria. Dessa vez, por defender estudantes que protestavam contra a ditadura estado-novista.

O ano de 1938 também seria um marco em sua vida familiar. Casou-se com Risoleta Guimarães Tolentino, com quem viria a ter três filhos: Tancredo Augusto, Inês Maria e Maria do Carmo. Sua esposa tornou-se, desde então, sua companheira permanente pelas décadas seguintes.

Sua liderança em São João del Rei repercutiu na capital, o que levou o interventor Benedito Valladares a convidá-lo para ser chefe de polícia. Convite do qual declinou pelas seguintes razões:

Primeiro, estava com uma advocacia muito intensa, não tinha como, naquele momento, transferir a terceiros serviços que me foram delegados em confiança. E, em segundo lugar, não tinha realmente pelo regime político autoritário a menor simpatia.

Minha tendência era realmente me opor, como sempre me opus, à vigência do Estado Novo. Despedimo-nos e o assunto morreu por aí. (1984)<sup>7</sup>

### **Deputado estadual – pessedismo e pragmatismo político**

O alvorecer do ano de 1945 trouxe novos ares para a vida política brasileira. A derrota dos países do eixo na Segunda Guerra Mundial reavivou a crença nos valores democráticos e o Estado Novo não sobreviveu aos ventos da democracia liberal, que sopravam no mundo ocidental. Naquele ano foi reinstituído o pluripartidarismo e também foram convocadas eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte.

Dentre os partidos criados, dois foram organizados sob a inspiração do próprio Presidente Vargas, que projetava, mesmo após a derrota do Estado Novo, continuar participando ativamente da vida política nacional. O PSD e o PTB foram, portanto, em sua origem, partidos de inspiração getulista. Já a UDN nasceu com a marca do selo oposicionista, caracterizando sua presença no cenário nacional através de um forte antigetulismo e de um discurso liberal contundente.

Tancredo Neves inicialmente tendeu a se filiar à UDN, em virtude da opção liberal desse partido. Todavia, em razão de injunções peculiares à

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 94.

política local de São João del Rei, inclusive devido à acirrada campanha que a UDN fazia contra Augusto Viegas, acabou por ingressar no PSD. Posteriormente, o Partido Social Democrático acabaria por se tornar agremiação decididamente caracterizada pelo estilo de alguns políticos que dela participavam, destacando-se, entre eles, Tancredo Neves, com seu estilo hábil, pragmático e conciliador.

Quanto à distinção entre a UDN e o PSD, Tancredo Neves assim se referiu:

O espírito udenista eu caracterizaria como um espírito idealista, um espírito emocional, quase romântico, um espírito muito mais jurídico do que político. Ao passo que o espírito pessedista era um espírito realista, um espírito do cotidiano, muito mais político do que jurídico, muito mais imediatista do que um pensamento projetado para o futuro. O pessedista era um homem muito mais confiante no dia de hoje que no de amanhã. O udenista acreditava muito nos efeitos da sua pregação, da sua doutrinação. (1984)<sup>8</sup>

Filiado ao PSD, candidatou-se a deputado constituinte à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, tendo obtido a maior votação de seu partido. Seu mandato como deputado estadual foi profícuo. Em 1947 foi designado relator-geral da Constituinte mineira, que preparou uma Carta Constitucional que veio a ser promulgada no ano seguinte. Tornou-se em seguida líder da Oposição ao governo Milton Campos, tendo desenvolvido trabalho de grande habilidade, que redundou na unificação do PSD. O partido unido acabou por constituir o denominado “*rolo compressor*”, que tudo controlava na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

### **De deputado federal a ministro da justiça – lealdade a Getúlio Vargas**

Ao fim de seu mandato, em 1950, concorreu a uma vaga na Câmara Federal, substituindo Augusto Viegas, que à última hora desistiu de candidatar-se ao Poder Legislativo federal. Sua eleição alcançou êxito, mas com uma margem apertada de votos. Nesse mesmo ano participou

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 130-131.

ativamente da articulação da candidatura de Juscelino Kubitschek ao governo de Minas Gerais, ao final vitoriosa.

A eleição para a Câmara Federal projetou Tancredo Neves no cenário nacional. Mudou-se com a família para o Rio de Janeiro e com surpreendente rapidez ganhou notoriedade e reconhecimento. Mal se passaram três anos de sua eleição, foi convidado pelo Presidente Getúlio Vargas para o importante cargo de ministro da Justiça, em momento decisivo de recomposição política do governo federal.

Vargas havia tomado conhecimento da competência e capacidade política do Deputado Tancredo Neves em 1951, quando precisou de um parlamentar que defendesse o primeiro veto presidencial no Congresso Nacional. Sabia-se que a oposição da UDN seria vigorosa e, portanto, a tarefa seria muito difícil. Tancredo aceitou o desafio de defender o veto do Presidente e, apesar da virulenta manifestação da UDN, conseguiu transformar o que todos pensavam que seria uma derrota presidencial em uma vitória.

O episódio levou a um estreitamento das relações do Presidente com o parlamentar, a ponto de, em uma das conversas entre os dois políticos, ter se estabelecido o seguinte diálogo:

Estou pensando em mudar o ministério que aí está. O que você acha?

Eu disse assim: Já devia ter feito há mais tempo. O senhor faz um governo populista, mas está governando com ‘tubarões’... (1984)<sup>9</sup>

Efetivamente, em 1953, Vargas procedeu à reforma ministerial planejada e Tancredo Neves recebeu o Ministério da Justiça no início de uma crise que iria culminar com o suicídio do Presidente da República. O cenário político nacional estava tomado por intensa turbulência, indicativa de dificuldades crescentes para o Poder Executivo. Tancredo, que queria investir na carreira parlamentar, poderia ter se desincompatibilizado, ainda em 1954, para concorrer às eleições parlamentares. Ficaria, assim, livre do fardo de participar de um governo que se tornava cada dia mais inviável. Mas a lealdade ao Presidente falou mais forte e Tancredo Neves manteve-se no governo federal apesar da crescente

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 248.

tempestade. A razão de sua lealdade a Vargas refere-se ao fato de ter passado a reconhecer no então Presidente da República um modelo de estadista:

*Quando a gente olha a aerografia política do Brasil, vemos grandes valores que vêm honrando e ilustrando nossa história, mas se os compararmos com Vargas, a impressão que temos é que, no monte desse quadro da aerografia do pensamento político brasileiro, Getúlio Vargas foi o 'Everest', pela grandeza, pela superioridade moral, pelo patriotismo, pela sua ardorosa paixão em favor do Brasil e pelo seu devotamento sem trincas e sem tréguas em favor do povo brasileiro. (1984)<sup>10</sup>*

Sua permanência no cargo de ministro da Justiça levou-o a testemunhar, na intimidade palaciana, todos os lances dramáticos que culminariam com o suicídio do Presidente: a implacável oposição da imprensa e da UDN, a crescente desestabilização do governo, a gradativa perda do apoio dos militares a Getúlio Vargas, o atentado da rua Tonelero, que vitimou o major Vaz, finalmente o anticlímax do próprio suicídio do Presidente.

Durante toda sua vida, Tancredo recordaria a tragédia do mês de agosto de 1954 com dolorosa emoção, e a Vargas, a quem acompanhou até seu enterro em São Borja, devotaria um respeito incontestável e definitivo. *"A história republicana, ainda por muitos e muitos anos, há de ser escrita antes de Vargas e depois de Vargas."* (1984)<sup>11</sup>

### **Retorno a Minas: as eleições governamentais de 1960**

Por não ter se desincompatibilizado do Ministério da Justiça, Tancredo Neves viu-se impedido de concorrer às eleições parlamentares. Sem mandato eleitoral retornou a Minas Gerais, onde assumiu uma diretoria do Banco de Crédito Real já no final do governo Clóvis Salgado, que, como vice de Juscelino, assumira o governo de Minas para que o titular do cargo pudesse concorrer à Presidência da República.

Juscelino Kubitschek, eleito Presidente, convidou Tancredo a assumir a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, cargo que ocupou

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 279.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 280.

por dois anos. Em seguida retornou a Minas Gerais como secretário de Finanças do combalido governo de Bias Fortes. Tancredo estava se submetendo a uma prova de fogo, pois não só sabia das dificuldades que enfrentaria, como também que as mesmas poderiam ser fatais ao seu maior e há muito acalentado plano: ser governador de Minas Gerais.

Em 1960 chegou a hora decisiva da disputa ao governo de Minas. A UDN, partido que era muito forte no estado, contava com grandes nomes para concorrer ao cargo. Decidiu-se por Magalhães Pinto, que angariou o apoio de expressivo segmento da intelectualidade mineira, do setor financeiro e de um relevante número de grandes proprietários rurais. Além disso, à Presidência da República, apoiado pela UDN, concorria Jânio Quadros, que acabou por se tornar uma grande surpresa eleitoral. O fenômeno Jânio em muito influenciou as eleições de Minas Gerais, contribuindo de forma efetiva para alavancar a vitória do candidato udenista.

Tancredo Neves, por sua vez, enfrentou grandes dificuldades naquela jornada. Em primeiro lugar, seu partido, o PSD, saiu dividido da convenção que indicou o candidato ao governo – José Ribeiro Pena, que fora derrotado na convenção partidária, apoiado por José Maria Alkmim, registrou chapa na legenda do PDC, quebrando a unidade partidária pesedista. Em segundo lugar, seu período de gestão à frente da Secretaria de Finanças não contou com o tempo necessário para recompor o quadro financeiro do estado, o que lhe trouxe alguma vulnerabilidade.

Em decorrência, Tancredo Neves, o hábil articulador, não conseguiu fazer com que sua capacidade de negociação fosse suficiente para superar os impasses da desfavorável conjuntura. Sofreu uma amarga derrota eleitoral – com a qual acertaria contas apenas cerca de vinte e dois anos depois, quando se elegeu governador de Minas Gerais em 1982.

### **Parlamentarismo em um país de contrastes: Tancredo Neves – primeiro-ministro**

As eleições presidenciais de 1960 foram marcadas por uma novidade em relação aos pleitos anteriores. Pela primeira vez desde a instituição do pluripartidarismo não seria eleito um presidente vinculado ao PSD ou ao PTB. O fenômeno Jânio alterou a dinâmica dos processos eleitorais. Apoiado pela UDN, obteve uma esmagadora vitória sobre o



candidato do PSD, o marechal Henrique Teixeira Lott. Paradoxalmente, o Vice-Presidente eleito foi João Goulart, candidato da coligação PSD/PTB, de oposição à UDN. Dessa forma, o governo Jânio já nasceu marcado por profunda contradição.

Poucos meses depois, em agosto, a UDN, que mal começara a saborear sua “vitória” política, foi surpreendida pelo ato extremo de renúncia do Presidente da República. A atitude unilateral de Jânio Quadros provocou uma crise institucional da maior gravidade, pois os ministros militares – ligados aos setores conservadores das Forças Armadas – recusaram-se a aceitar a posse do Vice-Presidente, que era por eles considerado “*populista radical*”.

João Goulart encontrava-se em visita oficial à República Popular da China, o que contribuiu ainda mais para o aprofundamento do impasse político. Para que a ordem constitucional não fosse rompida, adotou-se uma solução negociada, que instituiu o sistema de governo parlamentarista. À frente das negociações esteve o hábil Tancredo Neves, que, mal recuperado da derrota eleitoral em Minas Gerais, ganhava novamente projeção nacional.

A solução parlamentarista resolveria o impasse conjuntural, mas não teria vida longa. O próprio Tancredo Neves, que após conduzir as negociações obteve legitimidade para tornar-se primeiro-ministro, reconhecia as limitações institucionais e políticas daquela solução política, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, seria extremamente difícil governar qualquer país que tivesse uma constituição presidencialista, adotando-se a fórmula parlamentarista. E em segundo lugar, o Presidente João Goulart, que contava com a simpatia e o apoio de expressivos segmentos da sociedade brasileira, somente aceitara, a contragosto, a solução encontrada para a crise. Em decorrência, envidaria todos os esforços para retomar a Presidência da República com plenos direitos, em um sistema de governo presidencialista.

O curto mandato de Tancredo Neves à frente do Gabinete Parlamentar, apesar das inquestionáveis dificuldades da conjuntura, foi decididamente profícuo. Seu maior orgulho em relação a essa experiência foi o de ter conseguido organizar um Gabinete de união nacional, bem a seu estilo de experiente negociador e de atávico conciliador. Não cabe alongar citações a respeito das realizações do período, mas basta citar algumas delas para reafirmar que Tancredo era possuidor de uma visão

arguta e pertinente das prioridades nacionais: organização e funcionamento do Conselho Federal de Educação, ultimação da votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação; criação da Universidade de Brasília; criação da Eletrobrás; criação do Conselho Nacional de Reforma Agrária; criação do Conselho Nacional da Habitação, entre outros.

A experiência como chefe de governo possibilitou a Tancredo Neves maior alargamento de sua já arguta visão sobre os problemas nacionais e um reconhecimento sensível da alma brasileira. Sua preocupação com a justiça social ganhou maior consistência, pois sentiu cotidianamente como é grande o desafio de governar um país marcado por contrastes extremos. Seu discurso de posse já se referia a essa questão:

... é preciso, nesta hora, conclamar os mais bem aquinhoados para um esforço em comum, no sentido de libertar milhões de brasileiros da miséria em que se debatem, estrangulados pela cobiça do lucro fácil, pela ganância do enriquecimento a qualquer preço, pelas garras do poder econômico imoderado. (1961)

E ao encerramento do período governamental afirmou: *“Essa experiência alargou a perspectiva de meus conhecimentos sobre os homens e os problemas do Brasil”*, ressaltando o que já havia afirmado anteriormente, ou seja, que os problemas nacionais podiam ser resumidos em quatro grandes desafios: desenvolvimento, estabilidade, integração, justiça.

### **Tancredo Neves: líder do governo e da maioria em um país em crise**

Logo após ter deixado o cargo de primeiro-ministro, em julho de 1963, Tancredo Neves assumiu a liderança do governo e da Maioria na Câmara Federal. Os tempos eram difíceis. Uma instabilidade crescente tomava conta da política nacional. O parlamentarismo, que nascera de uma crise, também estava em crise. Sustentar o governo João Goulart no Congresso não seria fácil empreendimento, pois expressiva parte do PSD já oscilava em seu apoio ao Presidente. A UDN, por sua vez, não dava trégua na aguerrida oposição que fazia ao governo federal. Manter ativa a aliança PSD/PTB era desafio crescente. Assumir posição de líder de um governo acossado por pressões de diversas ordens seria tarefa

ainda mais árdua, pois os indícios da conjuntura eram de que a crise governamental tendia a se transformar em crise institucional. Tais indícios tornaram-se mais evidentes a partir de janeiro de 1963, quando um plebiscito nacional decidiu pelo retorno ao presidencialismo.

Consciente de tamanhas dificuldades, Tancredo Neves não recusou a tarefa. Buscou manter aceso o otimismo. Afirmou em seu discurso de posse:

Somos em verdade uma Nação em crise. Mas a crise que nos abate não é a crise da exaustão que no curso dos tempos tem levado os povos em decadência a se mergulharem numa vil e apagada tristeza, nem tampouco é a crise da estagnação que destrói as forças criadoras da Nação... A nossa crise é a crise de um povo que se despede de estruturas que se exauriram e que por isso mesmo, por obsoletas, já não mais correspondem aos reclamos da consciência nacional... (1961)

E ainda:

Tanto a preocupação reformista que domina o País, quanto as manifestações singulares, a que assistimos, de apelo a processos revolucionários, traduzem ânsia de mudança, de progresso social e econômico, de inconformismo com o imobilismo, com o status quo ou a derrota, e serão frutíferos se puderem ser coordenados e orientados no sentido dos verdadeiros objetivos do País. (1961)

Visionário, Tancredo Neves reconhecia que o País passava por grandes dificuldades, mas projetava e propunha, com sensibilidade histórica, a tarefa da reforma social.

Continuou como líder do governo até março de 1964, quando a ordem constitucional foi rompida e o Presidente João Goulart destituído. Em fevereiro daquele ano, voltou a discursar. Os acontecimentos se precipitavam, suas palavras de defesa do governo Jango e de busca de aglutinação de esforços para resolução da crise política foram aparteadas com vigor pelos deputados da UDN, numa demonstração de que os ânimos exaltados refletiam uma polarização definitiva das forças políticas.

Tancredo Neves pressentia que a tempestade se iniciava. Mesmo assim não deixou de registrar sua lealdade ao Presidente e seu apelo por justiça social:

Esses que riem, que se divertem com os altos índices de mortalidade infantil da nossa Pátria, que mostram tanta insensibilidade em face de espetáculo tão dramático, não poderão nunca ter ouvidos para escutar os reclamos da massa sofredora e injustiçada do Brasil. Não poderão nunca ter sensibilidade para os anseios daqueles que querem implantar no País uma ordem social mais justa, mais humana e mais cristã. (1964)

E em um apelo derradeiro, que caiu no vazio da turbulência política, clamou pela unidade nacional e por uma solução de consenso:

... é nesta hora que nós, das classes dirigentes responsáveis pelos destinos do País, devíamos aglutinar-nos, coordenar nossos esforços para superar as dificuldades do momento...

.....  
Convoco V. Sas. para que, respeitadas as nossas divergências, respeitadas as nossas autonomias partidárias, encontremos um denominador comum para o bem do povo, para que possamos efetivamente promover o engrandecimento da Pátria brasileira, libertando-a da aflição e angústia. (1964)

João Goulart foi deposto em 31 de março de 1964. A princípio, visando melhor avaliar a situação, afastou-se de Brasília e se dirigiu ao Rio Grande do Sul. Pensava talvez, com apoio de seu estado natal, em organizar uma reação ao movimento que o depôs. Tancredo Neves, Almino Affonso e Bocaiúva Cunha, ambos deputados pelo PTB, acompanharam o Presidente até o aeroporto de Brasília. A tempestade política desabava e Tancredo Neves, após protestar veementemente no Congresso Nacional contra Auro de Moura Andrade, que declarou vaga a Presidência da República encontrando-se João Goulart em território brasileiro, reconheceu a inevitabilidade da derrota dos janguistas e se afastou para um limbo solitário, observando cautelosamente o desdobrar dos fatos.

Recorreu ao silêncio e à cautela extremada para se proteger contra a avalanche de cassações que, na sequência imediata do golpe de Estado, atingiu a maioria absoluta dos políticos ligados a João Goulart e a Getúlio Vargas.

Em 1963, Tancredo Neves, ao discursar no plenário da Câmara Federal, havia declarado fidelidade a João Goulart ao responder a aparte do Deputado udenista Pedro Aleixo às suas palavras:

Líder do governo nesta Casa, não dou a ninguém o direito de duvidar da minha lealdade ao Sr. Presidente da República, a quem me ligam laços indestrutíveis de uma amizade que tem sido posta à prova nas mais duras adversidades. Aqui está, acima de tudo e principalmente, um homem que ama a verdade... Quero dizer a V. Exa, Deputado Pedro Aleixo, ainda em continuação ao meu pensamento, que eu jamais viria a esta Casa para liderar um governo trazendo teses que esse governo não sustentasse. E se V. Exa. tem bem presente na memória – e eu a sei fidelíssima –, verificará que estes meus princípios, estas minhas teses, João Goulart e Tancredo Neves as herdaram daquele grande e inolvidável brasileiro que foi o Presidente Getúlio Vargas. (1963)

Em 1976, quando o regime militar ainda estava em pleno vigor, o Presidente João Goulart faleceu no exílio. Após penosas negociações, as autoridades militares autorizaram que seu corpo fosse enterrado em território nacional, mais precisamente em São Borja, sua terra natal, que já acolhia o corpo de outro Presidente, Getúlio Vargas. Mesmo consciente de que sua atitude poderia ser considerada um desacato ao governo federal, Tancredo Neves não se eximiu de se despedir do amigo e correligionário. Tal qual fizera com Vargas, dirigiu-se ao Rio Grande do Sul, rendeu suas homenagens e reafirmou sua lealdade ao Presidente da República que fora deposto há doze anos e que morreria no exílio.

### **Ásperos tempos: oposição em um regime autoritário**

Consumada a deposição de João Goulart, começou um período da história republicana brasileira marcado por crescentes perseguições a políticos e lideranças da sociedade civil que no período anterior a 1964

havia assumido posições nacionalistas e reformistas. Tancredo Neves, todavia, conseguiu escapar da espada que, através de cassações sumárias, cortava a cabeça dos políticos de oposição. E apesar de habitualmente não alcançar votações expressivas, manteve por eleições consecutivas seu mandato de deputado federal até 1978, quando então foi eleito senador.

Ao longo desses anos, diante do conturbado quadro da política nacional, entendeu que não era hora de bater de frente contra um regime que já nascera forte e poderoso. A prudência, segundo seu entendimento, indicava a necessidade de um estratégico recuo, para que pudesse se preparar para um período de oposição que se pronunciava longo. Entretanto, ainda nos primeiros dias de instalação do regime de exceção, não deixou de registrar sua discordância ante as iniciativas do novo governo e, mesmo sabendo do risco que corria, absteve-se, publicamente, de votar nas eleições indiretas que fizeram, em abril de 1964, do marechal Castelo Branco o primeiro Presidente militar de uma série então iniciada.

Na ocasião fez a seguinte declaração de voto, reproduzida no *Diário do Congresso Nacional*, em 12 de abril:

Abstivemo-nos de contribuir com o nosso voto para eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.

Nossa posição de líder da Maioria da Câmara dos Deputados no governo deposto impede-nos moralmente de atrelarmo-nos ao carro dos vencedores. É inegável, além do mais, que nesta hora falta ao Congresso, mutilado na sua integridade e ameaçado na sua soberania, a indispensável independência para cumprir o seu dever constitucional.

Não vai, porém, na nossa atitude, qualquer restrição de ordem pessoal ao eminente general Humberto Castelo Branco, a quem, de muito tempo, admiramos nas suas preclaras virtudes de militar e cidadão, que o credencia a exercer a Suprema Magistratura do Brasil com clarividência, energia, probidade e justiça, atributos marcantes de sua nobre personalidade.

Pelas mesmas razões deixamos de sufragar o nome do ilustre Deputado José Maria Alkmim para Vice-Presidente da República.

Poupado da cassação política, logo após a extinção do pluripartidarismo pelo AI-2, seguida da instituição do bipartidarismo, Tancredo Neves se envolveu na tarefa de fundar o MDB, partido destinado a ser oposição oficial ao novo regime. Junto dele estavam políticos como Ulysses Guimarães, Amaral Peixoto e Franco Montoro.

A participação nessa empreitada, a princípio, poderia ser interpretada como conivência com a ordem autoritária. Contudo, a História viria a demonstrar que ao MDB coube relevante papel de se tornar um dos principais aglutinadores da resistência democrática ao regime militar por cerca de quinze anos. Ou seja, de 1966, ano de sua fundação, a 1980, quando o País voltou a contar com um sistema político pluripartidário, o MDB foi o único partido que pôde fazer uso oficial de diferentes tribunas dos Poderes Legislativos federal, estaduais e municipais, para apresentar denúncias contra as arbitrariedades governamentais e defender princípios e prerrogativas de uma ordem democrática.

Mas os tempos eram áridos e como afirma Augusto Nunes, “*Tancredo soube caminhar sob o fio da navalha com extrema competência*”.<sup>12</sup> Sabia que havia escapado por um triz da cassação. Os militares da linha dura não se conformavam com o fato de o ex-primeiro-ministro do governo deposedo continuar na ativa. Pediam, portanto, sua cabeça. Mas, de acordo com Nunes, alguns fatores contribuíram para livrá-lo da degola política. Tancredo mantinha uma antiga e cordial relação com Castelo Branco, a quem conheceu em um curso da Escola Superior de Guerra. Já Costa e Silva havia servido em sua cidade natal e, na ocasião, mantiveram relações de companheirismo. Também o fato de sempre haver demonstrado ser contrário a qualquer posição de esquerda foi decisivo para livrá-lo da cassação.<sup>13</sup> Além disso, sua reconhecida e proclamada fé e religiosidade também contribuíram para salvá-lo, pois importantes segmentos da Igreja Católica se posicionaram em sua defesa.

Sem desprezar o que Maquiavel tão bem definiu como *fortuna*, passou a agir com *virtù*, isto é, com extremada habilidade.<sup>14</sup> Orador compulsivo, evitou ao máximo o uso da tribuna parlamentar, praticamente só o fazendo para prestar homenagens póstumas e para saudar grandes

<sup>12</sup> NUNES, Augusto. *Os Grandes Líderes – Tancredo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 53.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, p. 53.

<sup>14</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

vultos da literatura e da política nacional. Mas o tempo de recolhimento prolongava-se e o inquietava. Em 1968 ainda denunciou arbitrariedades contra estudantes e operários, mas com a promulgação do AI-5, que representou um golpe dentro do golpe de Estado, seu silêncio preventivo tornou-se ainda mais forte. Anos depois, em 1977, ao avaliar aquela conjuntura afirmaria que “O AI-5 foi, a meu ver, o instrumento mais repressivo que já existiu na civilização dos povos cultos.”<sup>15</sup>

Porém, seu silêncio estratégico não resistiria à morte do antigo companheiro e velho correligionário do PSD mineiro, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Do plenário da Câmara, através de um contundente e emocionado pronunciamento, prestou homenagem póstuma ao Presidente cassado pelo regime militar, denunciando a arbitrariedade de sua cassação e o sofrimento de seu exílio.

Cassaram-no, é verdade. Baniram-no da vida pública. Os vilipêndios que amarguraram os últimos anos de sua vida não o abate-ram, nem o diminuíram; ele cresceu no coração do povo. E na sua humildade cristã, ele encontrou a força da altivez e da honra para enfrentar e suplantar as maquinações do ódio.

Os interrogatórios inquisitoriais não demoliram seu ânimo. As ameaças do terror não o amedrontaram. Mas, no exílio, ele se entibiou e sofreu. A saudade da Pátria distante e o pavor de que não pudesse mais revê-la angustiavam-no e penetravam no seu coração como uma agonia.

.....  
O exílio é o preço que os grandes homens pagam para conseguir um lugar no coração da História. (1976)

Em 1978, quando finalmente os ventos da distensão programada pelo Presidente Ernesto Geisel já haviam adquirido um ritmo mais acentuado, elegeu-se senador da República, pela legenda do MDB de Minas Gerais, com um total de 1 milhão e 200 mil votos. A vitória alcançada foi muito significativa, pois neste contexto o MDB representava uma frente heterogênea, uma federação de forças políticas, que incluía desde pessoas com um traço mais conservador até políticos com um

<sup>15</sup> Citado por NUNES, p. 55.



perfil mais próximo à esquerda. Tancredo, que era identificado com a ala moderada, senão conservadora, do partido, precisou colocar toda sua habilidade em ação para costurar os diferentes apoios internos ao partido, que eram imprescindíveis para que sua vitória pudesse, de fato, se concretizar.

Logo após tomar posse como senador, teve que se adaptar ao novo cenário político. O governo Figueiredo, que sucedeu ao governo Geisel, deu prosseguimento aos planos de liberalização do regime. A nova conjuntura era constituída por um quadro político caracterizado por uma rica pintura com cores variadas. A sociedade civil, que gradativamente vinha se reorganizando, pressionava para que a distensão se transformasse em democratização. O Brasil presenciava manifestações das Igrejas Católica e Protestantes, que lutavam por direitos humanos, da OAB e da ABI, que reivindicavam a volta ao Estado de direito em sua plenitude, das mulheres, que lutavam pela anistia, e dos sindicalistas, que faziam greves por melhores salários. O bipartidarismo não era capaz de comportar em seus quadros as forças heterogêneas que se faziam presentes na vida política nacional. Era hora de mudar. Em 1980, portanto, o Brasil voltou a ter um sistema partidário pluralista.

Tancredo Neves, que já há algum tempo sentia-se desconfortável na ampla frente emedebista, articulou a formação do Partido Popular, agremiação partidária de centro, que, no entanto, teria vida curta. Quando o governo federal decidiu instituir o voto vinculado, com objetivo de ainda conseguir algum controle sobre os processos eleitorais, Tancredo e seus companheiros fundadores do PP, legenda ainda pequena e com poucos diretórios espalhados pelas capitais e interior do País, não tiveram outra alternativa a não ser a do retorno ao MDB.

Acolhido pela antiga legenda, que então se empolgava com a perspectiva de eleições diretas para os governos estaduais – a última eleição para governador ocorrera em 1966 –, tornou-se candidato do partido ao governo de Minas Gerais, após negociação interna que resultou também no lançamento de Itamar Franco ao Senado Federal.

Começava então nova e decisiva etapa em sua trajetória política. Integrante da geração política do pré-1964, sobreviveu aos anos de arbítrio e pôde participar ativamente do processo de reconstrução democrática do Brasil. A partir da disputa pelo governo de Minas, projetar-se-ia como grande liderança nacional. Nesse novo cenário, continuaria

insistindo na ideia de ser a democracia liberal a melhor forma de governo para qualquer Nação.

### **O maior dos desafios: negociação e conciliação na reconstrução da democracia**

Em novembro de 1982, com uma votação de 2,4 milhões de votos, Tancredo Neves derrotou o candidato da Arena, Eliseu Resende, ao governo de Minas Gerais. Sua vitória foi marcada por dois sabores especiais. O primeiro vinha temperado pela nostalgia da derrota sofrida em 1960. Tinha os condimentos de uma desforra tardia. O segundo atualizara-se no decorrer dos anos de luta pelo fim do regime autoritário e correspondia à convicção de que o banquete da democracia apenas começara. Ainda havia muito o que se construir e consolidar.

Eleito governador, Tancredo Neves despediu-se do Senado Federal e do Poder Legislativo com um discurso memorável, no qual fez uma retrospectiva da recente história republicana brasileira, abarcando o período republicano, que coincidia com os cinquenta anos de sua trajetória como homem público. Nesse pronunciamento reafirmou os princípios que, ao longo dos anos analisados, orientaram seu comportamento político.

Dessa forma, não poupou palavras para enaltecer o regime democrático, reafirmar a importância do Poder Legislativo, criticar os casuísmos políticos, defender a reorganização institucional do País através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, criticar o arbítrio e condenar a miséria.

Utilizando recursos retóricos refinados, compôs trechos que provocaram inúmeros apartes de solidariedade dos colegas parlamentares, bem como acalorados aplausos. Tanto suas palavras como a receptividade alcançada indicavam que o governo de Minas, no qual brevemente tomaria posse, não era a meta maior. Com certeza, a Presidência da República já era contemplada como horizonte.

Entre as mensagens do discurso destacam-se as seguintes, que tão bem traduziram as convicções de Tancredo Neves sobre Estado de direito, democracia representativa e participativa, autonomia dos poderes institucionais da República, fortalecimento da nacionalidade:

A cediça observação da Nação dividida em dois blocos nunca foi tão evidente. De um lado um País legal, que se exaure na impotência de suas debilitadas energias e, de outro, o País real, vivo, exuberante e estuante de vitalidade.

Houve, nos últimos decênios, uma forte contenção na marcha evolutiva do pensamento nacional. Há uma perigosa defasagem entre o País legal e o País real. Aquele, amarrado a estruturas anacrônicas, superadas e obsoletas, e este, repleto de seiva, dinâmico e criador, mas contido na sua expansão, na sua modernização, e impedido de manifestar o seu ímpeto evolutivo.

Harmonizar essas duas faces da Nação só será possível através de ampla e profunda reforma eleitoral, que faça do voto um instrumento eficiente da reforma nacional. Está na criação do Estado de direito, na democracia representativa e participativa, no respeito à autonomia dos três Poderes da República, na restauração da Federação... No reconhecimento, não como liberdade, mas como direito inalienável da dignidade nacional dos direitos e liberdades fundamentais de todos a uma vida decente, sem medo e sem humilhações, com trabalho digno para todos os nossos concidadãos. E promover a justa distribuição da riqueza e a ampla formação de uma cultura que, sendo universal nos seus parâmetros, seja nacionalista no seu fulcro, protegendo as nossas tradições e os valores de nossa espiritualidade. (1983)

Em 15 de março, ao assumir o governo de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves, já calejado pela longa jornada, reafirmou seu perfil de um político moderado, mas intransigente na defesa dos valores e das práticas democráticas. Sua incontestável história de vida, marcada por um respeito permanente à democracia, foi o que contribuiu para a adesão significativa de expressivos setores da sociedade mineira vinculados ao campo da esquerda, à sua candidatura ao governo do estado. Dessa forma, inúmeros intelectuais, artistas, professores universitários e sindicalistas, declararam seus votos e seu apoio ao candidato do MDB, através de diferentes manifestos assinados por centenas de signatários.

Começava a ser articulado em Minas um amplo e complexo acordo nacional, que faria do governador do estado, em 1984, o candidato de uma ampla e diversificada frente de oposição ao governo federal.

Em seu discurso de posse como governador articulou em um único texto duas ideias-chaves, que traduziam algumas de suas mais caras convicções: **a de que a liberdade é um valor universal, e a de que Minas Gerais é um estado da Federação com uma história peculiar, através da qual os mineiros sempre lutaram pela liberdade, pela nacionalidade e pela democracia.** Em um ato simbólico, permeado por profunda emoção, da sacada do Palácio da Liberdade, afirmou:

Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade.

Quando ainda não havia caminhos e cidades nestas montanhas, os pioneiros, descortinando o alto horizonte, sentiram que nelas não haveria pouso para os tiranos, nem chão para as quimeras totalitárias.

Minas nasceu da luta pela liberdade. E porque a liberdade é o ânimo das pátrias, a Nação surgiu aqui, na rebeldia criadora dos inconfidentes, que nos deram por bandeira o mais forte de todos os ideais. Não se deve ao acaso que esta praça e este palácio tenham a mesma denominação.

Liberdade é o outro nome de Minas. (1983)

Governador empossado, viu-se diante de duas grandes tarefas: governar Minas Gerais, o que aguardava por fazer há mais de vinte anos; e tecer um grande acordo nacional, que pudesse viabilizar sua candidatura à Presidência da República. O desafio era extraordinário, pois o Brasil passava por uma conjuntura de especial efervescência. Estava bastante evidente que a grande maioria da população cultivava uma legítima expectativa de que as próximas eleições presidenciais viessem a ocorrer pela via direta. Mas os obstáculos para efetivação de tal projeto eram enormes. Afinal, os governos militares planejaram e insistiam em não abrir mão de que a transição fosse um processo lento, controlado e articulado pelo alto. Portanto, não estava incluído em seus planos que o primeiro pleito eleitoral no qual os militares não se candidatassem ao executivo federal se processasse pela via direta.

Mas a posição contrária dos militares às eleições diretas não se constituiu em um impeditivo para que o então Deputado Federal Dante de Oliveira apresentasse emenda constitucional, a ser votada pela Câmara e pelo Senado, que objetivava reinstaurar, de imediato, no Brasil, eleições

diretas para a Presidência da República. Na sequência da proposição de Dante de Oliveira eclodiu a maior campanha política popular que o Brasil presenciara ao longo de sua história. Milhões de pessoas saíram às ruas, em grandes comícios, clamando pelo retorno pleno e definitivo à democracia eleitoral. Era a campanha pelas “Diretas Já”, expressão concreta de que, naqueles idos de 1984, o povo, diferentemente da época da Proclamação da República, não mais assistia “bestializado” aos acontecimentos da vida política nacional.

Entretanto, a pressão popular não foi suficiente para sensibilizar o Congresso Nacional, formado na sua maioria por parlamentares governistas. A Emenda Dante de Oliveira seria derrotada no dia 23 de abril de 1984.

Diante da frustração advinda do desfecho negativo da votação da referida emenda, para os políticos que apostaram no retorno imediato das eleições diretas e para a população em geral, não restou outro caminho a não ser o de articular, com cautela e competência, uma candidatura viável e, se possível, consensual, para o pleito indireto à sucessão do general João Batista Figueiredo.

Não era hora de tempestades, mas de dificuldades, frustrações e novas expectativas. A conjuntura exigia habilidade e precisão nas ações políticas. Tancredo Neves novamente estaria em evidência.

Alguns expressivos obstáculos, no entanto, precisavam ser vencidos para que Tancredo aceitasse assumir publicamente sua candidatura. Era preciso unir o PMDB em torno de seu nome e também quebrar as resistências do velho companheiro de jornada, Ulysses Guimarães, que havia cultivado pretensões de ser o candidato do partido à Presidência, especialmente se o pleito eleitoral viesse a ser direto.

Era preciso também, através de um movimento simultâneo à direita e à esquerda, ampliar a frente de apoio à sua candidatura para além do PMDB. As ações, portanto, deviam ser pensadas, medidas e calculadas com uma precisão que não é própria à política. Somente o crivo da experiência e a convicção da meta poderiam contribuir para que as jogadas fossem acertadas. Aos poucos o cenário foi se clareando. Ulysses Guimarães concordou em apoiar Tancredo e em chefiar sua campanha. O PDS, partido governamental, que teria Maluf como candidato, sofreu um processo de cisão e vários de seus integrantes formaram a Frente

Liberal, bandeando para o lado do candidato do PMDB e, inclusive, indicando José Sarney como candidato à Vice-Presidência.

Finalmente, a resistência de parte expressiva dos partidos situados no chamado campo da esquerda, à exceção do Partido dos Trabalhadores, também se arrefeceria. Afinal, as pesquisas de opinião indicavam que 80% da população apoiava Tancredo Neves. Formou-se, em decorrência, uma frente interpartidária diversificada, de amplas dimensões, que se caracterizava por ser expressão consumada de uma das principais características de Tancredo de Almeida Neves, o exercício hábil e eficaz da negociação e da conciliação.

E assim, no dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo de Almeida Neves foi eleito Presidente da República Federativa do Brasil. Esse acontecimento, que correspondeu ao ápice de sua trajetória política, sucedeu a uma campanha eleitoral intensa, que tomou conta do Brasil de norte a sul. Uma campanha marcada por enormes comícios, por visitas a entidades de classe, por encontros com professores universitários e estudantes, enfim, uma campanha com características e sabor peculiares a um pleito eleitoral que se decidiria pelo voto direto.

O objetivo primordial de Tancredo era traduzir nos discursos da campanha seu maior compromisso para com a Nação brasileira: **o do pleno exercício da democracia** que, segundo seu entendimento, deveria se estabelecer sobre **novas bases constitucionais**. Portanto, em visita ao estado do Espírito Santo, ao discursar sobre as bases da Nova República, assim definiu:

A Nova República não se coadunará com qualquer experiência de Presidentes todo-poderosos, impondo as vontades do centro e detendo o quase monopólio do poder decisório legislativo.

.....

Ela será iluminada pelo futuro Poder Constituinte que, eleito em 1986, substituirá as malogradas instituições atuais por uma Constituição que situe o Brasil no seu tempo, prepare o Estado e a Nação para os dias de amanhã e honre as melhores tradições das Constituições que já tivemos.

.....

Inspiro-me nesta data para proclamar que nenhuma campanha cívica na história do Brasil foi tão voltada para os valores e as instituições republicanas quanto a que agora realizamos.

Em nenhum momento reuniu-se numa mesma causa tão ampla presença de homens e mulheres de tantas tendências, sem distinção ou discriminação de qualquer sorte.

São os brasileiros, civis e militares, trabalhadores e empresários, estudantes e professores, homens e mulheres de todos os credos e de todas as raças, com um só objetivo: restaurar em sua plenitude a democracia no Brasil. E restaurar a democracia é restaurar a República, missão que estou recebendo do povo e se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros. (1984)

Além da ampla campanha política, também antecedendo ao processo eleitoral foi necessário ao exímio articulador que fora Tancredo Neves comandar delicadas negociações que envolveram os militares, que há vinte anos estavam no poder e que insistiam em comandar com mãos-de-ferro o processo de transição. Também foi imprescindível, como afirmou no discurso supracitado, articular políticos de diferentes partidos, além de inúmeras organizações da sociedade civil.

Vitorioso, não encontrou herança de fácil trato. O Brasil que Tancredo herdara, estava marcado por inúmeros traumas e descrenças comuns a longos períodos de autoritarismo. Todavia, uma esperança renovadora pairava no ar. Acreditava-se que, enfim, a Nação brasileira acertaria contas com uma tradição autoritária que, ao longo de sua história, insistia em contaminar as experiências democráticas do País, quando não abortá-las.

Portanto, a tarefa do novo Presidente se apresentava como hercúlea. Era preciso reconstruir a credibilidade do País no exterior. Era vital, principalmente, reafirmá-la junto ao povo brasileiro. Em suma, Tancredo sabia como poucos, o quanto era necessário restabelecer a crença nos valores da nacionalidade e da democracia. Em razão dessas convicções afirmou, quando de sua eleição, que:

No conceito que fazemos de Estado democrático, há saudável contradição: quanto mais democrática for uma sociedade, mais frágil

será o Estado. Seu poder de coação só se entende no cumprimento da lei. Quanto mais fraterna for uma sociedade, menor será a presença do Estado. (1985)

E finalizando seu discurso, destacou os temas da **liberdade**, da **democracia** e da **nacionalidade**, através de uma simbólica conclamação:

Não vamos nos dispersar. Continuaremos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão.

Se todos quisermos, dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste País uma grande Nação.

Vamos fazê-la. (1985)

### **“Nada poderei fazer, senão aquilo que pudermos fazer juntos”**

Após eleito, Tancredo buscou consolidar sua legitimidade como Presidente que em breve tomaria posse. Inspirado pelo inconfundível pragmatismo que herdara das antigas lides junto ao PSD mineiro, procurou fortalecer seus apoios internos. Todavia, mobilizou-se e investiu em uma tarefa que considerava fundamental, a de se fazer reconhecer como estadista em nível internacional. Para isso, enfrentando os rigores do inverno europeu, empreendeu uma exaustiva viagem internacional. Seus objetivos eram claros: pretendia mostrar ao mundo a nova face democrática da Nação brasileira e também angariar apoio para seus projetos governamentais.

... essa viagem tem, para o governo que vou desempenhar, a maior importância, a maior significação. Em segundo lugar, essa viagem é um atestado que eu dou ao mundo de que o Brasil é hoje uma democracia plenamente institucionalizada e uma civilização que encontra sua estabilidade na confiança que inspiram as instituições políticas. (1985)



O impacto do roteiro internacional cumprido pelo Presidente eleito chegou a ser surpreendente. Recebido nos diferentes países pelos quais passou, com honras reservadas a chefes de governo, foi efusivamente aclamado e condecorado. Tais manifestações atestavam que o mundo ocidental também compartilhava da nova utopia dos brasileiros, a superação não só de uma ordem autoritária, mas também de uma tradição centralizadora que em muito contribuía para ampliar as distorções históricas que marcavam a sociedade brasileira.

A posse na Presidência da República se avizinhava e Tancredo de Almeida Neves preparou o mais importante de seus pronunciamentos, o discurso que faria ao ser empossado, buscando traduzir o conjunto de suas convicções e objetivos. Logo nas primeiras linhas afirmou que “*a grandeza de um povo pode ser medida pela fraternidade*”. O horizonte do político retomava o tempo da História e se encontrava com um dos maiores ideais do revolucionário século XVIII: a ideia de que a fraternidade deveria se constituir em uma das principais bases da política e da vida em comunidade. Pensava em conduzir seu governo inspirado por tal princípio, mas sabia que, para assim proceder, era necessário participar, como líder, da reconstrução de valores que haviam sido relegados a um segundo plano nos anos de arbítrio.

Reconhecia, com solenidade e realismo, que a tarefa que o esperava, a de estar à frente de um governo democrático, seria a mais engrandecedora de sua vida.

Ao assumir esta enorme responsabilidade, o homem público se entrega a destino maior do que todas as suas aspirações, e que ele não poderá cumprir senão como permanente submissão ao povo.  
(1985)

Sabia também que seria árdua, pois o Brasil que recebia estava marcado por distorções de diferentes ordens, “*sitiado por dificuldades*”, desde as que se expressavam no campo das desigualdades sociais e das deficiências e distorções econômicas, até as que traduziam os vícios políticos do autoritarismo: excesso de estatismo, de centralização e precário exercício cotidiano da liberdade.

Por reconhecer que a trajetória seria entremeada por obstáculos, insistiu novamente na necessidade de coesão nacional, que considerou

ser resultante “do sentimento de solidariedade da cidadania”. Reafirmou também seu compromisso de democrata, criticando a injustiça: “*nunca me cansarei, enquanto houver injustiça, de clamar em nome dos perseguidos, dos humilhados, dos que têm mãos ociosas e vazias*”, e reafirmou sua convicção no pacto federativo:

A médio prazo... deveremos ter um sistema de administração piramidal, de maneira que o Estado não assuma qualquer prerrogativa ou responsabilidade que possa ser assumida pelo município e que a União não intervenha no que puder ser da competência dos estados. (1985)

Mas o sonho de Tancredo Neves, cultivado em longa jornada, não se concluiu. Nem mesmo seu discurso preparado para a posse chegou a ser lido por ele. Sua projeção de uma “*Nação solidária*” se transformaria, para ele, em uma utopia. O convicto liberal democrata, que era por muitos identificado como conservador ou moderado, mas que herdou do convívio com os trabalhistas uma forte sensibilidade para as questões sociais, foi colhido pela fatalidade. Não chegou a tomar posse na Presidência da República. Deixaria, todavia, após trajetória marcada por muitos momentos de júbilo e por tantos outros de recolhimento, prudência e cautela, uma mensagem de otimismo:

A Nação renasce porque está renascendo nos olhos dos moços. Refletindo-se em suas pupilas, as cores nacionais recebem aquele calor sagrado que torna as pátrias imperecíveis. (1985)

### **Perfil: Tancredo de Almeida Neves – democrata e estadista**

Como sujeito construtor da História, Tancredo de Almeida Neves inclui-se na rara plêiade de homens públicos que apresentaram, no decorrer de sua história de vida, uma linha de ação coerente com princípios por eles considerados como fundamentais.

A análise da trajetória de Tancredo Neves e de seus pronunciamentos, ao longo de um período composto por cerca de meio século, dos anos trinta à década de 80, possibilita identificar características marcantes de

seu perfil político. Características que conformam a essência de sua personalidade política, mas que principalmente traduzem os valores e as crenças primordiais que sempre orientaram suas ações. O que mais surpreende em Tancredo Neves é sua permanente insistência, mesmo em diferentes conjunturas históricas, em destacar conceitos e propósitos políticos que considerava substantivos. Essa coerência permite ao analista político que tenha se debruçado com maior cuidado sobre sua produção textual e acompanhado sua trajetória histórica afirmar que Tancredo de Almeida Neves foi, sobretudo, um político **democrata. Um político comprometido em primeiro plano com os aspectos formais e substantivos do exercício da democracia. Mas também um político que acrescentou a esse compromisso uma sensível visão social.**

Por muitos considerado como moderado – o que de fato é uma das marcas principais de seu perfil –, não deixou, entretanto, em alguns momentos cruciais de sua trajetória, de assumir posições firmes e desafiantes. **Todas referenciadas ao entendimento que tinha sobre o que era a substância da prática política: a defesa da democracia.**

Dessa forma, pode-se destacar como eixo principal de seu perfil político a **convicção democrática**. Dela se desdobram outros componentes, que analisaremos a seguir: **nacionalismo, constitucionalismo, conciliação, justiça social e mineiridade.**

### **Democracia: valor universal e base da liberdade**

A concepção de democracia de Tancredo de Almeida Neves refere-se aos institutos clássicos da democracia liberal, ou seja: direito universal ao voto, eleições rotineiras que possibilitem renovação dos titulares nos cargos executivos, sistema partidário pluralista composto por partidos fortes e com programas bem definidos, equilíbrio entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, livre expressão de pensamento, federalismo, anticentralismo e ordem constitucional derivada das prerrogativas constituintes do Poder Legislativo.

Essa visão de democracia foi adotada pelo político a partir de uma concepção iluminista e racionalista, inspirada no pensamento liberal que orientou a Revolução Francesa e que teve fortes ecos no republicanismo da Inconfidência Mineira. O primeiro contato com as obras dos pensadores clássicos do século XVIII data de sua juventude. Todavia

as ideias por eles plantadas em sua mente se reproduziram e solidificaram em convicções permanentes que o acompanharam durante toda sua vida.

Dessa forma, nos primeiros anos de sua carreira, quando da instalação da Constituinte Mineira de 1947, concluía que a democracia deve se inspirar “*nos princípios eternos insubstituíveis da dignidade da pessoa humana*”, e que:

No Brasil há de ser preponderantemente obra de seus magistrados. A eles cabem, nesta hora de graves apreensões, decorrentes da reimplantação das nossas instituições democráticas, aquelas atitudes corajosas, por que clamava o grande Rui: redimir os direitos postergados, proteger os espoliados e os perseguidos, amparar os princípios fundamentais do regime, abroquelando-os contra as investidas insensatas das paixões populares, da intolerância partidária e das exorbitâncias do poder, incutindo em todos o respeito à soberania da lei à qual se curvam todas aquelas civilizações, côncias de sua destinação histórica. (1947)

Democracia, direitos e proteção aos setores mais pobres da população aparecem desde aquela conjuntura, para Tancredo Neves, como elementos inseparáveis em ordem institucional regida por leis soberanas. Começava a se esboçar no texto do político uma proposição, que aos poucos ganharia maior envergadura nos seus pronunciamentos: a de que a democracia é o melhor dos regimes para a prática da justiça social e para proteção “*dos espoliados*”.

A influência do pensamento liberal democrático que florescera no século XVIII e consagrou mundialmente os valores da liberdade, igualdade e fraternidade, tem seu registro explícito no discurso de Tancredo de Almeida Neves, quando foi empossado como ministro da Justiça. Todavia, ao adotar tais princípios, o fez com especial originalidade, ou melhor, adaptou-os à herança cultural católica presente em sua formação. Em decorrência, não foi sob a ótica laica do racionalismo revolucionário, que motivou as revoluções liberais daquele século, que a eles se referiu, mas sim sob uma forte inspiração cristã:

Devo, então, dizer que aceito os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, mas como de origem e substância cristã, pois o cristianismo é que proclama o homem ser livre e responsável, consideramos a todos iguais e irmãos e reconhece que todos temos direito a participar dos bens terrenos, pelo menos na medida de nossas necessidades, a fim de podermos praticar a virtude e realizar o nosso destino. Considero a democracia como o regime de governo mais apto à promoção do bem comum, reconhecendo que a soberania reside no povo, mas que todo poder vem de Deus, de sorte que entendendo serem as posições de mando ao mesmo tempo uma investidura popular e um mandato divino. (1953)

Em pronunciamentos posteriores, Tancredo retomaria o tema da democracia em duas abordagens. A primeira, com ênfase propositiva, definindo o regime democrático e as bases de seu funcionamento. A segunda, por contraposição ao autoritarismo, criticando os regimes autoritários e afirmando ser a democracia a melhor forma de organização governamental e de busca do bem-estar social. Assim, em discurso no qual fez contundentes críticas ao governo federal, afirmou:

Realizou-se o milagre brasileiro, promoveu-se o crescimento desmedido do nosso Produto Interno Bruto (PIB), tudo através de uma desumana acumulação capitalista à custa dos mais pobres. Marginalizados politicamente, o nosso povo viu deteriorar-se a sua qualidade de vida, além de se lhe impor um regime de duras e implacáveis privações, que lhe quebra a resistência cívica e o condena à submissão política e econômica.

Estão ficando cada vez mais distantes os horizontes de uma sociedade pluralista, solidária, cordial e unida, que harmonize, em favor de nosso povo, uma clarividente política de bem-estar, uma sadia atmosfera de justiça social, com desenvolvimento e liberdade. (1978)

No mesmo discurso propôs:

E o que pede a Oposição em suas emendas? Que se implante no País uma Assembleia Nacional Constituinte, porque, sem ela,

jamais estruturaremos esta Nação, em termos de normalidade democrática, com justiça e com liberdade.

.....  
 Que pede mais o Movimento Democrático Brasileiro nas suas emendas? Que se acabe, de uma vez por todas, com este violento ultraje aos princípios democráticos que regem os povos civilizados de ver Presidentes da República escolhidos na intimidade do palácio, de ver governadores escolhidos no compadrio, na recompensa a dedicações e, até entre os cortesãos, frequentadores das antessalas dos gabinetes palacianos. (1978)

Na concepção de democracia de Tancredo de Almeida Neves, integrada por alguns pressupostos peculiares ao modelo liberal democrático clássico, destaca-se uma especial valorização do Poder Legislativo, por ele considerado como ponto de equilíbrio de todo e qualquer sistema democrático. O Parlamento, de acordo com seu entendimento, é o melhor espaço institucional para o debate político e para a visualização dos problemas nacionais.

O dinamismo da reforma é o Poder Legislativo. Fortalecê-lo, tornando-o autêntico, através de eleições limpas e lisas, fazendo dele a lídima expressão da soberania nacional e o instrumento eficiente de nossas mutações políticas, econômicas e sociais, é a tarefa mais importante que incumbe às lideranças brasileiras. É ele que força o Executivo a se tornar fecundo e realizador. É nele que se debatem as grandes decisões para os grandes problemas nacionais.

.....  
 É no debate parlamentar que as democracias se afirmam e se aprimoram. O debate é, pois, a alma dos parlamentos... (1980)

Quanto aos partidos políticos, Tancredo Neves sempre os considerou ingredientes primordiais da prática democrática, instituições próprias à organização política da comunidade social, instrumentos de representação da sociedade civil junto ao Estado, espaço especial de exercício do diálogo e de definição de programas a serem executados por parlamentares e por governantes:

Estruturar uma democracia, sem aprimorar o seu regime partidário e sem aperfeiçoar a sua organização eleitoral, é realizar obra precária e insustentável, será sempre um exercício inconsequente de um esforço político em terreno sáfaro. (1983)

A conjunção da crítica ao autoritarismo com proposições democráticas, marca fundamental dos últimos anos da trajetória do político mineiro, está contundentemente expressa em discurso comemorativo da Inconfidência Mineira. Discurso que pode ser considerado como expressão ideal do modelo democrático por ele defendido. Discurso que é também tradução de seu profundo respeito pela liberdade, respeito este que sempre inspirou suas ações políticas.

Nesta hora temos de evocar, como o fazemos agora, as duas lições da Independência:

- a tua lição, Tiradentes, pondo em risco a vida para colocar, acima dela, a liberdade do povo, e a bandeira de Minas consagrou na sua legenda o permanente sentido da luta: liberdade ainda que tardia, liberdade como recomeço, cada dia, do esforço para defendê-la em todos os lugares e em todas as horas;
- a lição dos estadistas, que, por sua sabedoria, lucidez, equilíbrio, transformaram a colônia em Nação e nela construíram instituições que, apesar de tudo, resistem aos vícios e às violações.

A essas duas lições, permitimo-nos acrescentar uma outra, aprendida na história dos povos que viveram e vivem momentos igualmente perigosos e graves: a de que só encontraremos saída para conflitos irreversíveis se as forças que representam o poder e a sociedade civil souberem conter as suas posições de radicalismo... Se colocarem as aspirações nacionais acima dos interesses sectários ou ambições personalistas... Se estabelecerem entre o povo, nem sempre paciente nas suas justas emoções, e as lideranças, nem sempre humildes para compreender os anseios coletivos, a confiança que se transforma em estima, amor e fé na natureza e na prática da democracia. (1984)

Finalmente, cabe também registrar que a concepção democrática de Tancredo Neves atualizou-se no decorrer de sua trajetória, e que,

da reafirmação dos históricos compromissos com a liberdade e com a democracia formal, germinou uma moderna ideia de cidadania, uma cidadania republicana, referida ao povo e não ao Estado. Sobre esta concepção e seu compromisso com os valores da República, Tancredo se manifestou em discurso da campanha presidencial:

... República e cidadania são indissociáveis. Elas se engrandecem ou se degradam juntas, tendo sempre o mesmo destino.

Não haverá no Brasil uma República sadia e estável sem se refazer a realidade e a mística da cidadania como origem do poder político do Estado e condição maior da existência dos direitos e liberdades da pessoa humana, independente de riqueza, raça, sexo ou credo.

.....  
 O povo é a substância da República, como prova a raiz latina da palavra. A República deve, pois, ser o compromisso fundamental do Estado para a solução dos problemas do povo, o atendimento de suas necessidades básicas até de sobrevivência. As necessidades referentes ao pão, à saúde, à habitação, à previdência e assistência social, que têm na criação de empregos, no salário digno e na justa distribuição de renda e dos frutos do progresso as suas respostas básicas. (1984)

### **Uma nação de todos os cidadãos**

Tancredo Neves iniciou sua vida de homem público na década de 30, período no qual o nacionalismo era cultivado como valor supremo, tanto pelos governantes como pelo povo. Aqueles foram anos nos quais, através de uma propaganda oficial massiva, difundiu-se forte ideal de amor à Pátria e de sobrevalorização da Nação. A geração à qual pertenceu Tancredo foi, portanto, profundamente marcada pelos valores de uma nacionalidade que buscava se afirmar através de programas desenvolvimentistas e de uma sobrevalorização da cultura nacional.

Na verdade, no período compreendido entre os anos trinta e os anos sessenta, a palavra **Nação** integrava naturalmente o vocabulário e o cotidiano da vida política brasileira. Tancredo era filho de seu tempo e associou-se aos valores e projetos de sua época. Desenvolveu, todavia, uma



concepção de nacionalismo muito peculiar, vinculada mais ao conceito de povo e de bem-estar da comunidade do que ao conceito de Estado. Uma concepção que o acompanharia por toda sua trajetória, constituindo-se em esteio fundamental de suas ações.

Meus amigos, o que é a pátria senão o povo, em suas tradições, seus sentimentos, sua história? Retiremos de qualquer território o povo que o habita, que pátria restará sobre os páramos desertos? Amar a pátria não é amar suas montanhas, seus mares, seus rios, porque são rios, mares, montanhas. Amar a pátria é amar cada um de nossos irmãos que nela vivem, trabalham e sofrem. Não se ama a pátria quando se despreza o povo. (1984)

Esta concepção de nacionalismo, que tem no povo sua referência primordial, já se traduzira quando foi empossado como ministro da Justiça:

Porei o que possuir de experiência da vida pública, de conhecimento dos homens, de observação de nossos costumes e das tradições, de amor a nossa gente simples, ordeira, sofredora e resignada, a serviço do mais exato, correto e escrupuloso desempenho de minhas funções ministeriais. (1953)

A influência maior sobre o nacionalismo de Tancredo Neves foi inspirada sem dúvida em Getúlio Vargas. O nacionalismo varguista, resumidamente, pode ser identificado como erigido sobre dois pilares: estatismo e trabalhismo. Apesar do profundo respeito que Tancredo nutria pelo Presidente Vargas, sua relação maior com o nacionalismo varguista se estabeleceu no campo prioritário da relação com o povo e, em grau secundário, com as instituições estatais. Mas apesar da diferença entre sua concepção nacional e a do Presidente, não limitou o uso de adjetivos e palavras para elogiar os *“dois ideais supremos que guiaram toda a vida pública de Getúlio Vargas: redenção das massas trabalhadoras e nacionalismo econômico”*, e para denunciar a trama que levou Vargas ao suicídio, incluindo entre seus articuladores aqueles que não concordavam com as ações de um governo *“que era responsável pela audácia nacional de querer livrar-se dos grilhões do capitalismo internacional”*.

Como seu nacionalismo referia-se mais à cultura política, ao povo e às suas condições de vida, assim definiu as metas de sua relação com o capital internacional, quando tomou posse como primeiro-ministro:

Não nos anima nenhum sentimento de xenofobia, e é bom que fique claro o pensamento do governo em matéria de tamanha relevância.

As portas do nosso País continuarão abertas a quantos quizerem nele estabelecer-se. O Brasil reclama capitais alienígenas para consolidar e ampliar a sua estrutura econômica. Regulamentar as remessas de lucros para o exterior não significa – é escusado dizê-lo – impedir uma compensação adequada, sob as diversas formas por que é feita, mas sempre dentro de justos limites, sem prejuízo dos supremos interesses do País, sem as bárbaras sangrias que vêm debilitando o organismo nacional.

.....

Reafirma o governo a fidelidade do Brasil aos ideais do pan-americanismo, aos compromissos assumidos com as demais nações deste continente, em particular aqueles que digam respeito à erradicação da miséria entre os povos subdesenvolvidos das Américas, objetivo primeiro da Operação Pan-Americana e, ultimamente, da 'Aliança para o Progresso'. (1961)

O sentido de autonomia da pátria, entendida como autonomia do povo, era, para Tancredo Neves, fundamental. Dessa forma, alguns anos depois de sua experiência como primeiro-ministro, retomou o tema da Nação e do patriotismo em diferentes ocasiões. Quando de sua despedida do Senado Federal, relacionou pátria com democracia e liberdade e declarou no melhor tom de um democrata liberal:

A emoção me comprime o coração; só não o estraçalha, porque levo comigo a certeza de que aqui, nesta Casa, em ambas as bancadas, na do governo e na da Oposição, ficam valorosos legionários da liberdade, que não permitirão, enquanto forças tiverem, que jamais se apague do altar da Pátria a lâmpada votiva da democracia.

Sem ela, a vida se torna vil, os homens se corrompem na subser-  
viência ou na violência, e a Pátria escravizada perde o senso de sua  
própria dignidade. (1983)

O nacionalismo de Tancredo de Almeida Neves era, sobretudo, pro-  
jetivo. Incluía uma clara noção, como demonstra a epígrafe do presente  
ensaio, de que **pátria é democracia, razão, liberdade, cidadania e dig-  
nidade do povo**. Por isso, ao projetar a Nação, em discurso prepara-  
do para a posse de seu ministério, visualizou um futuro de esperança  
e inclusão social para a Nação brasileira. Uma projeção síntese de seus  
ideais e dos embates mais significativos de sua trajetória.

Senhores Ministros:

Quero convidá-los a visualizar, num futuro não muito distante,  
uma Nação em que haja sido abolida a insegurança gerada pela mi-  
séria, pela ignorância e pelo desemprego; uma Nação em que todos  
os cidadãos possam almejar melhores condições de vida e alcançá-  
las através de seu próprio esforço; uma Nação em que os menos  
afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permane-  
cer à margem do corpo social, mas dele recebam apoio solidário  
com vistas à sua integração na coletividade; uma Nação que, seja  
em pequenas e médias cidades, nos campos ou nas grandes metrô-  
poles, tenha orgulho de ter sabido organizar-se de forma a melhor  
usufruir das riquezas geradas por sua iniciativa e por seu trabalho;  
uma Nação que, tendo podido atender às necessidades básicas de  
seus cidadãos, bem como às suas aspirações de consumo e lazer,  
disponha ainda de recursos excedentes para investir na continuada  
melhoria de seu padrão de vida.

É indispensável nos conscientizarmos de que isto não é utopia.  
A construção dessa Nação está ao nosso alcance. Depende de li-  
berarmos toda a energia e a vontade de nossa gente, num imenso  
mutirão para o progresso. (1985)

## Constituição, cidadania e democracia

Quando eleito Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves tinha como plano para implementação imediata a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que se responsabilizaria pela redação de uma nova Carta Magna para o Brasil. Considerava esse objetivo **o maior** a ser cumprido no decorrer de seu mandato presidencial:

O objetivo mais alto de minha presidência é a reorganização do País. É preciso alicerçar a ordem política sobre a legitimidade democrática. Trata-se de uma profunda aspiração de toda a comunidade nacional. A nova Carta, que institucionalizará definitivamente a democracia no Brasil, deverá adequar-se às nossas condições econômico-sociais, à índole de nosso povo e à linha de nossa evolução jurídica. Ademais, deve responder a um amplo consenso de generalidades dos setores que compõem a sociedade civil. Por isso tudo, impõem-se criar canais que facilitem uma ampla consulta e favoreçam um grande debate nacional. (1985)

A preocupação do Presidente eleito com a redação e votação pelo Poder Legislativo de uma nova Constituição para o Brasil sintonizava-se com a linha de atuação por ele adotada desde seus primeiros passos na vida política. Uma linha constitucionalista, através da qual afirmou e reafirmou que o suporte maior de uma democracia é sua Constituição, e que essa Constituição deveria ser votada e promulgada, jamais outorgada.

Tal convicção derivava de outra: **a de que o Poder Legislativo é guardião da democracia**, responsável primordial pela proposição de leis para o País, estados e municípios. Para Tancredo Neves, somente o órgão colegiado do Poder Legislativo, eleito com a finalidade explícita de preparar uma Carta Constitucional, é que tem legitimidade para redigir a Lei Máxima da Nação.

Ao homenagear Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, reportando-se à Assembleia Constituinte, que votou a Constituição de 1934, reafirmou esta convicção:

Em 1932, os paulistas levantam-se em armas, reclamando uma Constituição. A epopeia transforma-se numa lição de civismo, porém vencida pelo governo federal.

Convoca-se a Constituinte.

Folheando-se hoje os jornais da época, percebe-se que ninguém enfreado nas coisas da política levaria a sério o sucesso da segunda Constituinte Republicana. Nunca o mundo estivera tão agitado: o totalitarismo ameaçava os sistemas liberais, o comunismo infiltrava-se, as nuvens da guerra se juntavam. Não será errado dizer que faltava ambiente para o funcionamento da Constituinte. Um homem, porém, poderia dirigi-la, salvá-la, levando-a a bom termo: Antonio Carlos, que foi eleito, segundo então se afirmava, por imposição, em breve se tornaria a imagem daquela majestosa Assembleia.

Dirigindo-lhe os trabalhos, vive ele os momentos maiores de sua carreira. Confunde-se com a própria Constituinte. Seus adversários são os primeiros a respeitá-lo, e do alto da presidência mais parece um maestro a reger uma orquestra de professores.

Votada a Constituição, mantém-se na Presidência da Câmara Ordinária e a Nação sabe que, enquanto ali estiver, as leis, as liberdades públicas vigorarão em todo o País. (1970)

A convicção constitucionalista de Tancredo Neves ganhou expressão maior nos momentos em que criticou a ordem autoritária implantada no Brasil após 1964. Discordava, de forma veemente, da maneira como foi redigida e homologada a Constituição de 1967 e, sempre que a oportunidade política permitia, insistia na sua pregação de que o retorno à democracia no Brasil só estaria concretizado quando da promulgação de uma nova Carta Constitucional. Ao assumir a liderança do MDB, declarou em nome da Oposição:

Em momento algum a Oposição abrirá mão do seu movimento em prol da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Estamos sempre e, cada vez mais, plenamente convencidos de que as reformas constitucionais anunciadas, amplas ou parciais, serão

sempre meros artifícios no texto irrecuperável de uma Constituição outorgada.

Não há como transformá-la num documento que a Nação deva respeitar e, muito menos, amar.

Só uma Constituinte emanada do voto livre do povo será o instrumento válido para dar à Nação instituições modernas e dinâmicas, sólidas e fecundas, estruturadas sobre os alicerces do sentimento democrático sempre vivo e vigoroso na alma brasileira. Essa Constituinte, queiram ou não os seus inimigos confessos, mais cedo ou mais tarde, se reunirá entre nós, porque é uma imposição da História, contra a qual lutam em vão as forças da reação. Ela será o imenso estuário para o qual convergirão todos os sonhos, anseios e aspirações do nosso povo que se fundirão no monumental edifício do nosso futuro Estado de direito, forte e generoso, atuante e empreendedor. (1978)

E ainda insistindo sobre os mesmos princípios constitucionalistas, havia conclamado alguns meses antes:

A Nação está farta de prepotência e de intolerância. Almeja ardentemente o seu reencontro com as suas tradições históricas. É dever de todos e obrigação moral indeclinável do governo apressar esse acontecimento.

A crise institucional brasileira caminha para o seu desfecho, não porque o governo o queira, mas porque a Nação o exige: Constituição, liberdade, justiça e participação para o povo, agora e já. (1978)

Todavia o texto que melhor traduz a convicção constitucionalista de Tancredo Neves, constituída por uma extrema valorização das Cartas Magnas como antídotos aos regimes discricionários e ao arbítrio, está inscrito em pronunciamento sobre o Poder Legislativo. Nele sobrealoriza a liberdade e critica os regimes de exceção, reafirmando que somente um texto constitucional organicamente articulado e votado pelo Poder Legislativo pode sustentar um regime democrático sólido:

Meus Senhores:

Somos uma Nação que se contrista por não possuir uma Constituição. A ordem institucional que temos é um conglomerado de textos de velhas Constituições, atos institucionais, emendas sem legitimidade e sem juridicidade, em suma, um conjunto inorgânico e conflitante de normas, que degradam a cultura jurídica do Brasil.

.....  
Diante desse quadro, deveras deplorável, só nos resta, aos que acreditamos na força redentora do Direito, resistir e lutar, para que não se extirpem da alma nacional os valores da liberdade e da justiça, sem os quais os povos se transformam em imensos rebanhos e as nações se engolfam nas trevas da humilhação e da vergonha. Fora da democracia não há salvação. Restaurá-la, no Brasil, é dever indeclinável de todos os cidadãos, mas, sobretudo, dever precípua dos nossos juristas e advogados. (1980)

Estado democrático, liberdade, cidadania, predomínio dos direitos da maioria com respeito aos da minoria, compromissos dos cidadãos com a lei. Todas essas questões são componentes da concepção de Tancredo Neves sobre política e vida pública. Questões que integram sua visão contratualista da política. Um contratualismo, inspirado na escola liberal dos séculos XVII e XVIII, mas atualizado ante as necessidades e demandas do século XX. Um contratualismo que deve se apresentar como suporte de uma equilibrada relação Estado/sociedade civil, sem a qual, de acordo com Tancredo, não há ordem democrática sólida. **Um contratualismo traduzido por uma carta de compromisso da maior grandeza: a Constituição.** Um contratualismo sobre o qual assim se manifestou quando indicado candidato à Presidência da República:

O Estado terá de ser a linha possível entre os interesses de cada homem e os interesses de todos os homens juntos. O Estado é a sua Constituição. Sem Constituição, não há Estado, mas precário arranjo entre os interesses e a força.

As Constituições, no entanto, não são obras literárias, nem documentos filosóficos. Elas não surgem do momento criador de um homem só, por mais privilegiado em sabedoria que seja esse homem. Tampouco podem ser a codificação de propósitos de um ou outro

grupo que exerça influência, legítima ou ilegítima, sobre a Nação. A Constituição é uma carta de compromissos, assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade.

A vida das Constituições está no espírito com que são concebidas. Quanto mais estejam subordinadas aos efêmeros interesses das minorias, ou quanto mais atendam à voracidade de poder dos tiranos, menos podem durar. A verdade social é, assim, a essência de tais documentos. (1984)

### **“Venho em nome da conciliação”**

Para Tancredo Neves, a unidade deveria prevalecer sobre a discórdia, a negociação sobre a intransigência, o entendimento sobre a divergência, o consenso sobre a dissensão. Todavia, sempre reconheceu que a ênfase na conciliação pressupõe o reconhecimento das diferenças. Pois, afinal, como democrata da melhor cepa, sabia que a pluralidade, que incorpora em si a divergência, é substrato da democracia.

Tancredo Neves, como uma tatuagem, trouxe marcado em seu perfil, e traduzido por suas atitudes, o gosto pela negociação e pela construção de consensos. A democracia para ele era condição ideal para costura de entendimentos, para aproximação de adversários, para construção da unidade nacional.

Negociar e conciliar, sem abrir mão de princípios, mas sabendo a exata dimensão do que são princípios, foram atitudes permanentes na longa trajetória do político. Tancredo sabia muito bem quando e como transigir para poder tecer acordos, mas sabia também quando não era possível transigir sem ferir seus valores e crenças. Em decorrência, sempre negociou, pensando alto, cedendo para construir alianças, mas jamais abriu mão de um valor para ele essencial: a democracia, tanto em seus aspectos formais como em sua essência.

O maior desafio enfrentado por Tancredo de Almeida Neves, na sua incessante busca de conciliação e determinada atuação como negociador, ocorreu em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros e da instalação do parlamentarismo no Brasil. O País passava por uma crise política conjuntural que poderia se transformar em grave crise institucional. A Nação estava polarizada. Era mais do que nunca necessário negociar para superar a crise em seu momento mais agudo e manter



acesa a chama do acordo, para que novas turbulências não viessem ameaçar a ordem constitucional.

Tancredo esteve no centro das negociações, tornou-se primeiro-ministro e, alguns anos depois, assim avaliou aquela conjuntura, enfatizando a dimensão de conciliação que nela se fez presente, por suas mãos:

Para enfrentar a crise que assolava a Nação, organizamos um ministério de concentração nacional. Dele participaram os representantes mais capacitados de todas as facções com presença no Congresso Nacional, as mais lúcidas e respeitáveis mentalidades políticas e militares do tempo. (1984)

De fato, o gabinete composto pelo Primeiro-Ministro Tancredo Neves, em virtude de seu ecletismo, representava as mais diversas posições políticas presentes no cenário nacional. Foi um gabinete de notáveis, extraídos das mais variadas tendências político-ideológicas. E Tancredo, como regente de uma orquestra composta por vários instrumentos, se empenhou com todo o esmero para que a música não desafinasse. Alcançou êxitos inimagináveis em seu intento e sempre se orgulhou em afirmar: “*Tive sorte de organizar um governo de união nacional.*” Passados muitos anos após o curto período de duração do parlamentarismo, manteve acesa a convicção de que só em virtude de amplas e continuadas negociações foi possível superar a crise política e pontuar o governo parlamentarista com importantes realizações: “*Nos dez meses de duração do Gabinete que presidi, duras e difíceis foram todas as horas... Essa experiência alargou a perspectiva dos meus conhecimentos sobre os homens e os problemas do Brasil.*” (1977)

Mais de vinte anos após a curta vigência do parlamentarismo, Tancredo ainda manteria viva sua convicção de que a melhor das práticas políticas é a da negociação, a do entendimento. Assim, quando já eleito governador de Minas Gerais, ao se despedir do Senado Federal, afirmou:

A Nação, na fase atual de sua evolução, não comporta nem lutas partidárias acirradas, nem luta de classes exacerbada. Havemos de encontrar, com urgência, o caminho do entendimento, se não em torno dos problemas menores do nosso povo, certamente em torno

dos graves e complexos problemas de nossa ordem institucional e econômico-financeira.

.....  
 Ouçamos o mestre Affonso Arinos:

‘Parece cada vez mais evidente que o caminho da recuperação brasileira é o da composição, nunca o da confrontação, o livremente consensual, e não o autoritarismo impositivo, o jurídico, e não o tecnocrático.’ (1983)

E ao estruturar uma equipe governamental, quando formou o secretariado que sob sua coordenação governaria Minas Gerais, recorreu à sua convicção de que o melhor dos governos é o que contempla a conciliação e representação pluralista de tendências políticas. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, ao discorrer sobre o que entendia por democracia, concluiu:

Democracia para mim sempre foi um instrumento de realização do bem público e, mais do que isso, a realização do desenvolvimento econômico, com liberdade e com justiça social. Fui realmente primeiro-ministro, e minha primeira preocupação foi formar um Gabinete com a participação de todos os partidos políticos com assento no Congresso, naquela ocasião. Eu governo hoje Minas, partidariamente, mas fazendo integrar no meu governo gente de todas as correntes, dentro do meu partido.

Hábil negociador, Tancredo deixaria registrada como uma das principais marcas de sua personalidade política seu gosto incontestável pela construção da unidade, pela superação de atritos e contendas, pela articulação dos opostos através da participação democrática. Segundo seu entendimento, a participação política enaltece a cidadania e contribui para a construção do objetivo maior de valorização da Nação, através da “*unificação das mais diversas camadas sociais, na busca de objetivos patrióticos comuns*”.

Inspirado pelo objetivo permanente em sua vida, de consolidação da democracia através da construção do consenso, assim se manifestou em discurso pronunciado após sua vitória como candidato a Presidente da República no colégio eleitoral:

Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras. (1985)

### **Justiça social – fator de estabilidade**

A preocupação com a justiça social foi sempre marcante na trajetória de Tancredo Neves. Considerava-a em uma perspectiva segundo a qual a economia e a política deveriam se subordinar à ética. Entendia ética como valor republicano de sobrevalorização do povo em relação ao Estado. Assim, justiça social, para Tancredo Neves, significava direito ao trabalho, prosperidade coletiva e paz social.

Em seu discurso de posse como ministro da Justiça, claramente influenciado pelo trabalhismo varguista, traduziu com especial clareza sua convicção quanto às questões relativas aos deveres dos homens públicos em face dos problemas da população.

... há de se subordinar a economia e a política à ética. Temos de atribuir ao trabalho destaque sobre o capital na consideração dos fatores de produção e estou persuadido de que os direitos do trabalhador devem prevalecer sobre os interesses da empresa e de que as reivindicações ou ambições de qualquer classe devem ceder ante as exigências do bem comum. Tenho os governantes como atentos e dedicados servidores do povo, e não como displicentes ou arrogantes senhores do povo, achando necessário e urgente levar para a vida pública um intransigente sentimento de honra e uma firme vocação para o sacrifício, e considerando os altos postos não como sinecuras ou fontes de honrarias, mas como situações de maior risco e responsabilidade no esforço, que é um dever de todos e de cada um, em prol da prosperidade coletiva e da paz social. (1953)

Além do entendimento de que a justiça social é pressuposto de estabilidade e paz social, Tancredo Neves também entendia que, na sua essência, a questão social só poderia ser melhor resolvida se os governantes a considerassem com prioridade, reconhecendo, para tanto, sua grave dimensão em um País marcado por contradições, como é o Brasil.

Sempre considerou Getúlio Vargas o melhor paradigma de homem público brasileiro, que teve como marca uma forte sensibilidade para com a questão social. Para Tancredo, Vargas foi o Presidente brasileiro que mais se preocupou com os problemas sociais da Nação. Por isso, sempre o considerou como o maior estadista da República. Um estadista que, segundo seu entendimento, reuniu duas qualidades essenciais: perspectiva visionária modernizante e forte determinação no trato da questão social. Dessa forma, assim se referiu a Vargas, relativamente a essas duas questões:

Foi a morte de Vargas que fixou para sempre a consciência nacionalista no Brasil e a efetivação de todas as suas obras, ainda hoje, as mais importantes realizadas em favor do povo brasileiro. É de Getúlio Vargas a Justiça Eleitoral. É de Getúlio Vargas o voto secreto. É de Getúlio Vargas o voto feminino. São estes três pilares de nossas instituições eleitorais, sobre os quais ainda se assenta todo o edifício da democracia brasileira.

É de Vargas a Previdência Social, a proteção e o amparo ao trabalhador, a grande obra de mensagem social que ele nos deixou e ainda hoje é sem dúvida uma das mais imponentes organizações realizadas na face da terra em favor dos trabalhadores.

... ainda hoje é o que aí está em defesa do trabalhador e instrumento da melhoria das suas condições de vida. As instituições sobre as quais os trabalhadores brasileiros ainda se abrigam para a luta pelos seus direitos, para a luta das prerrogativas do trabalho, que são no mundo moderno, como nós sabemos, o centro de todo o processo de trabalho da civilização moderna.<sup>16</sup>

Mas Tancredo Neves também desenvolveu sua própria concepção acerca de justiça social. Uma concepção caracterizada por arguta abordagem analítica sobre os problemas sociais e por definida dimensão propositiva quanto a possíveis soluções para os mesmos.

Através de sua dimensão analítica propositiva identificava como pressupostos de justiça social os seguintes elementos: fim da miséria; política econômica desenvolvimentista; direito ao trabalho com justa

<sup>16</sup> DELGADO, Lucília de Almeida e SILVA, Vera Alice Cardoso. *Op. cit.*, p. 279.

remuneração; integração do homem do campo ao processo de desenvolvimento econômico nacional; melhor distribuição de renda; acesso do povo a direitos sociais como habitação, pão, saúde, previdência; busca do bem comum. Acrescentando sempre a essas questões uma demarcada e recorrente preocupação com os problemas específicos do Nordeste brasileiro.

Em diferentes discursos, pronunciados em diferentes épocas, especialmente naquelas em que esteve por assumir a direção de cargos governamentais, recorreu a essas proposições para definir seu entendimento sobre justiça social. Assim o fez em 1961, quando assumiu o cargo de primeiro-ministro; em 1983, quando eleito governador de Minas Gerais; em 1985, quando eleito Presidente da República.

Ao apresentar seu programa de governo como primeiro-ministro, registrou:

Nortearemos a nossa ação por estas quatro palavras, que a sintetizam e resumem: desenvolvimento, estabilidade, integração e justiça.

Desenvolvimento, porque é a única maneira de salvar o povo da miséria e enriquecer a Nação.

Estabilidade, para que a inflação não devore, por um lado, o que o desenvolvimento cria por outro.

Integração, para que pedaços da Nação não se cevem na miséria de irmãos de outras regiões.

Justiça, para que o trabalho e a privação de muitos de seus filhos não sejam fontes de lucros excessivos e do ócio improdutivo de alguns. (1961)

Quanto à questão agrária, muito contundentemente tratada naquela conjuntura, afirmou:

Particular atenção há de merecer do governo a reforma agrária, como passo inicial e precípuo para a integração do homem do campo em nossa vida econômica, com reflexos ponderáveis sobre os demais setores da economia nacional, como um dos fatores de equilíbrio da nossa estabilidade social, como um ato de justiça social. (1961)

Anos depois, quando estava prestes a assumir a Presidência da República, voltou a bater na mesma tecla. Reafirmou sua preocupação com a questão social, que na verdade se agravara enormemente nos vinte e quatro anos que separaram seu mandato como primeiro-ministro e sua eleição como Presidente.

Além de reafirmar sua preocupação com a justiça social e de insistir na questão nordestina, apresentou algumas proposições programáticas relativas aos problemas sociais que assolavam o Brasil. Essa dimensão propositiva também se repetiu quando assumiu o governo de Minas Gerais em 1983. Suas palavras no discurso de posse, ao se referir às questões da saúde e da educação, são paradigmáticas da natureza de sua preocupação com as questões sociais:

Toda obra de cultura é também obra de educação. Sem essa, a dignidade humana se avilta, e os valores mais sagrados se perdem. Daí a necessidade de investirmos sempre e cada vez mais na valorização do homem através do ensino. Vamos apelar para todos os mestres e mestras do Estado e, unidos, partir para a inadiável cruzada de promoção humana. Coloco a erradicação do analfabetismo como tarefa primordial de meu governo. Para que consigamos esse objetivo, não faltarão escolas, quaisquer que sejam os sacrifícios impostos ao erário.

A valorização do homem não está somente na educação. É necessário que tenha também saúde. É preciso protegê-lo contra as endemias e criar condições de vida que o integrem nos benefícios da civilização, cercando-o de todos os recursos que a ciência e a técnica colocam a seu serviço. (1983)

Mas seria ao longo da campanha presidencial e em seu discurso preparado para a posse na Presidência da República que Tancredo Neves melhor traduziria em texto sua visão social.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, ao se referir à questão nordestina, desenvolveu a seguinte análise:

Já tive ocasião de afirmar que o desenvolvimento do Nordeste não é um problema regional, mas um dos principais, se não o principal dos problemas nacionais.

No Nordeste se encontram os maiores bolsões de pobreza absoluta do País, os maiores índices de mortalidade infantil, de desnutrição, de analfabetismo. Tudo isto constitui um desdouro para a sensibilidade política e a competência das administrações brasileiras, e não mais pode perdurar. (1984)

Também, ao definir as bases da Nova República, recorrendo ao melhor republicanismo que sempre norteou seu pensamento político e orientou suas ações, afirmou:

O povo é a substância da República, como prova a raiz latina da palavra. A República deve, pois, ser o compromisso fundamental do Estado para a solução dos problemas do povo, o atendimento de suas necessidades básicas até de sobrevivência. As necessidades referentes ao pão, à saúde, à habitação, à previdência e assistência social, que têm na criação de empregos, no salário digno e na justa distribuição de renda e dos frutos do progresso as suas respostas básicas. (1984)

Em seu discurso preparado para a posse, como síntese da preocupação com a justiça social, que foi sua companheira permanente ao longo de sua trajetória, tratou de um dos mais graves problemas sociais, que sempre desafiou os governantes brasileiros e para o qual jamais foi implementada qualquer política pública planejada e bem articulada: a questão do acesso à terra.

A prazo maior, teremos que adotar medidas para a retomada do crescimento econômico sem ferir os postulados da boa justiça social. Uma dessas medidas é a reforma agrária. Em um país como o nosso, a reforma agrária deverá realizar-se de muitas formas. Não será necessário dividir terras em algumas regiões pouco povoadas... Na verdade, o problema da propriedade – salvo os conflitos nas áreas de colonização recente – só se coloca, de forma dramática, no Nordeste. Ali só são aproveitáveis as terras molhadas e férteis das margens dos açudes e rios, e elas se encontram, invariavelmente, nas mãos de poucos.

Nós, brasileiros, temos uma dívida enorme para com o Nordeste. Mas, se é verdade que devemos muito a milhões de brasileiros que ali vivem, maior é a dívida de suas próprias classes dirigentes, que, salvo exceções conhecidas, não tiveram para com seu povo a solidariedade que, em seu nome, reclamam do resto do País. (1985)

E, inspirado por sua formação cristã, como se simultaneamente chamasse seus conterrâneos a uma missão suprema e com ela se compromettesse, conclamou:

Brasileiros:

Não me cansarei, enquanto houver injustiça, de clamar em nome dos perseguidos, dos humilhados, dos que têm mãos ociosas e vazias. Nada é mais doloroso para um pai de família do que oferecer suas mãos para o trabalho e recolhê-las, envergonhado, com o óbolo da ajuda. Para quem o recebe, o pão da caridade é sempre amargo.

Chega de proclamarmos, para aplacar a consciência, o direito de todos ao trabalho. É hora de transformar tais intenções em fatos concretos. E é também hora de pagar salários justos aos que produzem.

Recorro à advertência do profeta Isaías nesta hora grave, talvez a mais grave de toda a minha vida:

‘Ai dos que decretam leis injustas e dos que escrevem perversidades, para prejudicarem os pobres em juízo e para arrebatarem o direito dos aflitos de meu povo; para despojarem as viúvas e roubarrem os órfãos.’ (1985)

Somos Mineiros. Possuímos o Instinto da Liberdade, a Paixão pela Justiça e o Senso do Direito.

Tancredo de Almeida Neves sempre atuou com olhos voltados para duas dimensões que se inter-relacionaram na sua maneira de fazer política. Em primeiro lugar, a Nação brasileira; em segundo lugar, mas sem qualquer traço de priorização ou hierarquização em relação à primeira, o Estado de Minas Gerais.

Sua visão de nacionalidade foi constituída por uma perspectiva ampla, vinculada à dimensão da liberdade. Uma amplitude que, segundo ele próprio, foi adquirindo maior dimensão ao assumir cargos públicos que lhe exigiam visão integral da Federação na diversidade que lhe



é inerente. O redimensionamento crescente da perspectiva de Nação, como se numa sequência somatória de valores, visões e compromissos, foi se incorporando, gradativamente, mas de forma definitiva, ao perfil do político e às suas ações como homem público. Em decorrência, Tancredo Neves, como já destacado por esse ensaio, foi um autêntico nacionalista. Um nacionalista que não desconhecia a importância e a dimensão do cosmopolitismo, mas que, sobretudo, respeitava os localismos e os regionalismos peculiares a um País de dimensões continentais como é o Brasil.

Para ele, a cultura de respeito às idiossincrasias de cada estado da Federação correspondia também à valorização do federalismo e do pluralismo, ingredientes vitais da democracia. E Tancredo Neves também cultivou seus arroubos regionalistas. O Estado de Minas Gerais, ao longo de sua trajetória, foi sua principal referência. Referência múltipla, que abarcou dimensões várias: religiosa, geográfica, espacial, cultural e histórica. Nos principais momentos de sua vida, seu pensamento e suas emoções estiveram voltados para Minas Gerais. Sobre seu estado natal criou para si mesmo uma representação, que tratou de difundir, de compartilhar e de buscar solidificar como elemento inerente à cultura política nacional.

Para Tancredo Neves, o Estado de Minas Gerais teve influência crucial na formação da nacionalidade.

Somos orgulhosamente sabedores da importância de Minas para a grandeza e o equilíbrio político do nosso País. Por isso, jamais desertamos da responsabilidade de que nos tem incumbido a História.

Assim tem sido na paz – e assim tem sido quando não podemos evitar a guerra. Nas campanhas do Sul, como nos campos da Itália, estivemos à altura da coragem que a Nação nos reclamava.

Conhecida é a nossa tolerância, elogiada é a nossa disposição para o diálogo e a conciliação. Mas, quando se trata de dignidade da Pátria e da defesa de sua soberania, somos intolerantes, intransigentes, ensandecidos de bravura. Porque, para nós, o amor a Minas é o amor ao Brasil. (1983)

Para Tancredo de Almeida Neves, a dimensão de brasilidade dos mineiros é histórica, se não estrutural. Constitui-se como marca inextinguível, indelével da personalidade política do mineiro. Foi se configuran-

do e se consolidando desde os primeiros anos da colonização e ganhou maior projeção a partir do século XVIII, o século das lutas dos emboabas, de levantes autonomistas e da Inconfidência Mineira.

Não há presente sem passado, e sem a experiência que nos chega pela tradição, o homem ver-se-ia perdido, incapaz de situar-se no universo e no tempo. Foi aqui, entre as montanhas, vencendo os rios, os índios e as febres, que nossos ancestrais, rasgando as pedras, arrancaram as pedras e os metais que fariam, com a nossa miséria, a grandeza de outros povos. Mas muito mais do que extrair ouro, em meio à luta, ao sofrimento de todos os sacrifícios, os nossos antepassados fundaram aqui a Pátria. Antes que chegassem e aqui levantassem igrejas – plantado as cruces da fé e da posse –, o Brasil era apenas uma esperança contida no Planalto de Piratininga. O Brasil, como consciência de eternidade, nasceu aqui... (1977)

Sua concepção sobre a importância do Estado de Minas Gerais na formação da nacionalidade brasileira teve registros sistemáticos em seus pronunciamentos. Alguns desses registros são peças de oratória particularmente significativas, pois expressam, além da relação brasilidade/mineiridade, integrantes de sua concepção sobre a história do Brasil, o profundo amor que sentia tanto pelo seu estado natal como por seu País.

... Há cinquenta anos, prefaciando ‘As Razões de Minas’ do meu inesquecível amigo Mario Casasanta, Gustavo Capanema colocava com lucidez a nossa posição. Passo a citar suas palavras:

Minas não quis jamais viver para si, para sua riqueza e para sua cultura. Minas nunca teve ambição de caráter particular, nem nunca acalentou a ideia de sua diferença, de sua hegemonia, de sua separação. O que Minas sempre ambicionou foi a sua perfeita integração no corpo e na alma do Brasil. (1983)

E ainda:

Quando a Nação mergulha em crise, quando mergulha nas borrascas da construção democrática, nós, mineiros, como que

impelidos por uma força estranha, somos levados a ocupar lugar de destaque no prosclênio.

Outro componente essencial da representação de mineiridade de Tancredo Neves é a **liberdade**, que se destaca como o valor central e hierarquicamente superior de sua concepção democrática. Liberdade, à qual se vincula a consciência de nacionalidade.

Ao assumir o governo de Minas, da sacada do Palácio da Liberdade, sintetizou, em pronunciamento que se tornou uma peça clássica da política nacional, sua convicção mais profunda sobre a relação dos mineiros com a liberdade, afirmando que “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade” e que “Liberdade é o outro nome de Minas.”

São inúmeros os textos de Tancredo Neves nos quais destaca a **liberdade como valor e como horizonte da mineiridade**. Pronunciados em épocas diferentes de sua trajetória, aqui reunidos em fragmentos, demonstram uma unidade de visão extraordinária, tanto na recorrência ao tema como na maneira de abordá-lo.

Sobre a relação pioneira de lealdade dos mineiros para com a liberdade, considerou:

Somos mineiros. Arroubados na conquista da liberdade, intransigentes na defesa da ordem.

Somos mineiros. Nunca nos faltou a visão antecipadora da Pátria. Fomos os primeiros, e de armas na mão, a invocar os direitos da autonomia, não apenas para a Nação, mas dentro dela para suas províncias. (1978)

Sobre a relação da nacionalidade com a liberdade, desenvolveu o seguinte argumento:

Uma pátria não se constrói somente de riquezas. A abundância de recursos de nada vale se o espaço territorial não for ocupado por homens dispostos a construir uma Nação. E só a liberdade faz as nações. Cedo o entendemos e cedo reivindicamos a liberdade. Reivindicamo-la sempre: nas lutas dos emboabas, nos levantes de 1720 e 1789, com Bernardo Vasconcelos e Teófilo Ottoni, com Antonio Carlos e Juscelino. (1978)

Evocando, assim, os dias febris da Inconfidência Mineira, louvamos os que não desanimaram, não recuaram, não cederam ante a força ostensiva e brutal da repressão, e esquecemos, na anistia da História, os que fraquejaram e caíram, para ensinarmos às novas gerações que só permanecem na gratidão do povo os que, enfrentando aparentes e transitórias derrotas, lutam com intrepidez pela liberdade. (1984)

E, ainda, ao homenagear Carlos Drummond de Andrade, destacou as confabulações libertárias dos mineiros:

No ‘Colóquio das Estátuas’, página das mais belas da nossa língua, que as antologias mais exigentes não podem dispensar, retratando, numa conversa fantástica, os profetas que a inspiração divina do Aleijadinho plantou no adro do Santuário de Congonhas, como que se interpretando, escreveu:

Assim confabulam, os profetas, numa reunião fantástica, batida pelos ares de Minas. Onde mais poderíamos conceber reunião igual senão em terra mineira, que é o paradoxo mesmo, tão mística que transforma em alfaias e púlpitos e genuflexórios a febre grosseira do diamante, do ouro e das pedras de cor? No seio de uma gente que está ilhada entre cones de hematita e, contudo, mantém com o universo uma larga e filosófica intercomunicação, preocupando-se, como nenhuma outra, com as dores do mundo, no desejo de interpretá-las e leni-las? Um povo que é pastoril e sábio, amante das virtudes simples, da misericórdia, da liberdade – um povo sempre contra os tiranos, e levando o sentimento do bom e do justo a uma espécie de loucura organizada, explosiva e contagiosa, como o revelam suas revoluções liberais? (1972)

Tancredo de Almeida Neves tinha forte convicção de que o mineiro possuía “o instinto da liberdade, a paixão pela justiça e o senso do Direito”. Adotou esses valores da mineiridade como ideais. Buscou transformá-los em referências de suas ações. Das primeiras horas na vida pública, na sua cidade natal, São João del Rei, aos últimos dias de sua longa jornada, quando eleito Presidente da República e quando já havia adquirido dimensão de estadista, jamais deles se afastou.

Foi tolerante, mas firme. Foi hábil, mas enfático. Foi mineiro, mas, sobretudo, brasileiro.

Amou Minas Gerais com a mesma proporção com que se dedicou à causa do nacionalismo. Acreditou no sentimento da mineiridade com a força dos realizadores. Através de seu canto de amor a Minas e aos mineiros, entoou pungente e determinado canto de amor ao Brasil e aos brasileiros.

Tancredo de Almeida Neves partiu levando em seu coração as montanhas de Minas e o horizonte infinito da liberdade, do qual elas são eternas guardiãs.

Mas, soada a hora da ação, o mineiro se agita, não teme surpresas, e as suas arrancadas conservam a impetuosidade dos fenômenos sísmicos e ele desafia as intempéries, enfrenta o patíbulo, planta instituições, rasga os céus, inova a ciência, aprimora a arte, planta cidades, prega e faz revoluções. Não é o conservador contemplativo como erroneamente o interpretam à primeira vista. Ao contrário, é um receptivo, e a impressão de conservadorista talvez lhe venha da necessidade de examinar as ideias, as inovações, antes de assimilá-las.

Minas sempre criou e no seu solo pululam os contrastes, que às vezes nos surpreendem, quando não nos espantam. Saímos do risco grave das igrejas e da austeridade dos solares envidraçados para as linhas festivamente cheias de graça de um deslumbrante conjunto da mais moderna arquitetura. Se a sombra mística do Aleijadinho aponta o caminho do recolhimento e da contemplação, a Igreja de São Francisco, na Pampulha, acena ao mundo com o seu perfil ousadamente revolucionário. Na literatura colonial, criamos uma escola de poetas, depois apareceram sisudos mestres do Direito, em seguida vieram os cientistas, ensaístas, pensadores, até que, de repente, neste século, Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa conquistaram para as letras do nosso estado uma posição excepcional, com profundas ressonâncias em todos os povos cultos da terra. Minas é uma renascença permanente e, apesar das dificuldades econômicas, uma constante em toda a sua evolução, nada lhe abate o ânimo criador. (1971)

Tancredo de Almeida Neves combateu o bom combate. Hoje é memória e monumento que renasce da terra das minas e das gerais, integrando a constelação dos estadistas brasileiros que fizeram da democracia um valor ético superior, e da política uma elevada atividade pública.

*Belo Horizonte, 4 de julho de 2000.*

# DISCURSOS

# *Os municípios e o governo de Minas*

---

## **Discurso proferido na reunião das câmaras municipais com o governador Benedito Valladares.**

*Belo Horizonte, 4-10-1936.*

O fortalecimento do princípio da autoridade é, sem dúvida, a pedra angular deste empreendimento de reação e reconstrução de nossas combalidas instituições, que estão a reclamar um travejamento novo, de vigas fortes e maleáveis, capaz de resistir à fúria dos vendavais impetuosos, que ameaçam subvertê-las na noite tenebrosa das ditaduras exclusivistas e absorventes, em que se abismarão a República e a própria nacionalidade.

E V. Exa., Sr. Governador, com aquela aguda penetração dos acontecimentos, que o tem caracterizado, ao promover a pacificação da política mineira, congregando junto à sua autoridade as expressões de real prestígio moral, intelectual e político de nossas alas partidárias, mostrou sua nítida compreensão da quadra tormentosa que vivemos, e, ainda desta vez, se revelaram as suas insignes qualidades de estadista.

O apelo que, em hora de feliz inspiração, V. Exa. dirigiu aos mineiros sinceros e bem intencionados, para se confraternizarem ao redor dos ideais comuns de devoção à causa de Minas, foi dos mais notáveis e relevantes serviços que se há prestado ao Brasil, nestes últimos tempos. A salutar repercussão nacional deste importante acontecimento, pela nobreza dos alevantados intuitos que determinou, pelo que representa na defesa da ordem e pelo que significa em prol da natureza do Brasil, não poderá ser negada por quem se proponha a analisar os fatos isentos de paixão, de malícia ou de despeito.

A providência, inspirando o nosso proverbial bom-senso, ao colocá-lo nesta cidadela inexpugnável do civismo mineiro, o Palácio da Liberdade – que V. Exa. tem honrado e enaltecido, como os que mais fizeram –, quis incumbir-lhe a missão histórica de consolidar, entre as nossas alcançadas cordilheiras, a obra revolucionária.



No desempenho dessa altíssima incumbência, V. Exa. vem realizando, com descortino e sabedoria, com segurança e equilíbrio, com incomparável dedicação e inigualável espírito de sacrifício, com inteligência e justiça, um governo de que se orgulharão as nossas futuras gerações.

Por tudo isso, Exmo. Sr. Governador, as Câmaras Municipais de Minas Gerais, pelo mais obscuro dos seus presidentes, o da Câmara de São João del Rei – desta venerada, lendária e formosa cidade, que não é somente uma sagrada relíquia do nosso passado, mas principalmente uma estupenda realização do nosso presente –, as Câmaras Municipais de Minas Gerais, dizia eu, trazem a sua incondicional solidariedade a seu benemérito governo, e reafirmo a V. Exa., de público, o solene compromisso de se acharem sempre sob o seu comando em todas as pugnas em que houvermos de nos empenhar na defesa da democracia, e de estarem sempre ao seu lado todas as vezes que forem necessárias para o maior prestígio de Minas, dentro do Brasil forte e poderoso.

# *Projeto de constituição do estado de Minas Gerais*

---

## **Relatório sobre o projeto de constituição do estado de Minas Gerais.**

*Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.  
Sessão de 6-5-1947.*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Constituinte do Estado de Minas Gerais:

A Comissão Constitucional, por intermédio do seu relator-geral, tem a honra de passar às mãos de V. Exa., para os fins previstos no regimento da Assembleia, o projeto da nova Constituição do Estado de Minas Gerais.

1. Na elaboração deste trabalho, ela não se preocupou com a ideia de realizar obra original, mas tão somente com a de assegurar ao estado uma estrutura jurídica que, sem romper com o que há de imperioso em suas tradições, atendesse às incoercíveis tendências da vida moderna. De nada valem as Constituições, por mais brilhantes e bem ordenadas, se lhes falta o apoio das realidades políticas, sociais e econômicas do meio em que terão de atuar. Se elas não refletem as aspirações, as necessidades e os sentimentos dos que deverão respeitá-las e amá-las, transmudam-se em um alinhavado de princípios hirtos e sem vida, destinados, na prática, a ser burlados, gerando desajustamentos, inquietações e conflitos de funestas consequências. Deixam de ser instrumentos de progresso, se transformam em meios eficientes da desordem e da desagregação, propiciando o clima para as manifestações do reacionarismo tacanho ou do radicalismo insensato.

Sem repudiar as forças vivas do passado, cuja salutar influência não pode ser olvidada, atenta aos elementos da realidade social existente, deixou-se inspirar, todavia, pelas hodiernas tendências do Direito Público, tanto quanto lhe permitiram os limites traçados aos estados pela Constituição Federal.

2. O projeto poderá ser increpado de eclético. E não incorrerá em erro quem o taxar de haver conciliado princípios de escolas antagônicas. Falta-lhe unidade doutrinária, ressent-se da uniformidade de uma teoria, não o anima o espírito de um rígido sistema de princípios.

Este defeito é, porém, uma virtude.

As Constituições democráticas não podem furtar-se a esta fatalidade: representam uma obra de ajustamento e transação entre ideias, situações e tendências que informam determinado meio social. Elas são, como lembra João Mangabeira, um instrumento essencialmente político e, por isso mesmo, de composição, estabilidade de equilíbrios entre forças que se opõem ou interesses que se chocam.

3. O projeto será, também, incriminado de ter compendiado, em certos pontos, matéria que melhor ficaria na legislação ordinária ou até mesmo em posteriores regulamentos. A Comissão Constitucional evitou, tanto quanto possível, introduzir, no seu trabalho, preceitos de caráter legislativo ou regulamentar.

Ateve-se, neste particular, ao que se lhe afigurou imprescindível.

Ainda aqui, preferiu seguir as pegadas dos ilustres juristas organizadores do projeto que serviu de base à Constituição Estadual de 1935, a cuja lição se cingiu:

Se, por um lado, a preocupação esquemática de depurar a Constituição do que não for constitucional pode torná-la ineficiente como instrumento de governo, impermeabilizando-a à trepidação da vida social e política, por outro lado, a extensão de suas disposições aos problemas efêmeros e às minúcias inconstantes é incompatível com os objetivos de duração que caracterizam as cartas fundamentais. Nem rigidez demasiada, nem excessiva flexibilidade, para que a obra lenta da aplicação e da interpretação construtiva possa adaptar sabiamente a lei básica, sob o indesviável império das circunstâncias, às imprevistas mutações do tempo e às correntes caprichosas da vida pública.

4. O constituinte federal de 1946 acentuou ainda mais a tendência, já verificada na Constituição de 1934, de restringir as autonomias estaduais. A Magna Carta de 1891 caracterizava-se pela hipertrofia das competências regionais, o que levou Rui Barbosa, na sua campanha revisionista, a denominá-la de “pacto ultrafederalista”. Em 1934, porém, predominaram os interesses da União, cujo fortalecimento foi assegurado contra as forças dissolventes de certos regionalismos exacerbados. A Constituição de 18 de setembro de 1946, por sua vez, salienta-se das demais, entre outros aspectos, por ser eminentemente municipalista.

Tanto, porém, em 1934, com o robustecimento da União, como agora, em 1946, com o revigoramento das energias municipais, sofreu o estado o sacrifício de prerrogativas e vantagens de ordem política e econômica, a que se habituara, debilitando-se como entidade autônoma no sistema de forças do nosso regime federativo.

Acertada, porém, se nos afigura essa orientação do nosso Direito Constitucional. Uma Federação só pode subsistir e desenvolver-se na linha do fortalecimento dos Poderes da União, sem o que predominariam os interesses irreconciliáveis de provincialismo, lançando-a na desordem ou no desmembramento.

Por outro lado, a revitalização dos municípios, centros de riqueza, progresso e cultura, tornou-se um dos imperativos das nossas presentes condições de vida, de vez que o centralismo atrofiante do passado amenizou por tal forma a vida municipal do Brasil, que a sua restauração se apresenta como uma das maiores tarefas da atual geração de homens públicos do nosso País. Dentro dos quadros da Constituição Federal, com a observância das características de nosso meio social, a Comissão Constitucional procurou organizar os poderes do estado e do município, dando-lhes os elementos necessários para o eficiente desempenho de suas respectivas funções na obra que lhes incumbe na formação nacional.

5. Na composição dos sistemas de força que permitirão o funcionamento da Assembleia Legislativa e do Executivo estadual, teve em

mira assegurar, tanto quanto possível, uma perfeita correlação de suas respectivas atribuições, mediante o equilíbrio de seus poderes, resguardada a independência de ambos.

Nunca é demais acentuar, e o fazemos com apoio na autoridade de Guetzévitch, que, quando o Executivo não preenche as suas obrigações sociais, os negócios do Estado caminham mal e os serviços públicos sofrem. Cria-se, então, na opinião pública, uma mentalidade perigosa: a democracia – diz-se – é uma forma inaplicável às nossas condições sociais de existência, e os inimigos dos parlamentos aproveitam-se deste estado de espírito e apregoam a sua suposta incapacidade orgânica para resolver os problemas do momento.

O Executivo pessoal, prepotente e irresponsável é a ditadura, mas o Executivo responsável, dinâmico e criador é a necessidade técnica da democracia. (Mirkin-Guetzévitch – *As novas tendências do Direito Constitucional*, trad. de Cândido Mota Filho, p. 312.)

Decorre daí o papel eminente das Assembleias no regime presidencial. Cabe-lhes impulsionar o Executivo ou contê-lo nos limites de sua ação, forçando-o a cumprir os seus deveres.

Ampliaram-se, por isso, as suas esferas de fiscalização. Ao seu exame e aprovação estão subordinadas as nomeações para os órgãos de cooperação (Tribunal de Contas e Procuradoria-Geral do Estado), a prestação de contas do governador, ficando sujeito a crime de responsabilidade o secretário de Estado que se negar a prestar-lhe esclarecimentos, quando solicitado.

6. Entretanto, não foi possível corrigir uma das falhas mais sensíveis no funcionamento do Legislativo. É que ela é inerente à sua composição. A legislação é hoje uma técnica de imensas proporções, exigindo o concurso de vários setores de conhecimentos e a cooperação de outras técnicas, que as Câmaras Legislativas, é claro, não podem dominar.

Corporações, numerosas e heterogêneas, em que preponderam várias tendências ideológicas e as mais diversas distinções de

grupos e de indivíduos, não possuem, como é da observação de todos os dias, as virtudes essenciais para realizarem com método e sistema uma obra legislativa homogênea e consistente.

Este é o problema crucial dos parlamentos democráticos: conciliar a capacidade política com a capacidade técnica. Como solucioná-lo? Há os que sugerem a criação de comissões de especialistas funcionando ao lado das Assembleias para dar-lhes, sempre que necessário, a sua assistência. Seria uma solução? Cremos que não. Essas comissões, para que pudessem atender as suas finalidades, teriam de ser inúmeras. Desdobra-se quase que ao infinito a complexidade das matérias debatidas nos parlamentos. Iríamos ter, ao lado de uma numerosa representação política, da essência das democracias, uma não menos numerosa representação de técnicos. Os inconvenientes daí resultantes são manifestos.

7. A delegação de poderes, em casos especiais e sob rigoroso controle, parece que obviaria, em parte, o mal apontado. A Assembleia traçaria os rumos, os lineamentos gerais, fixaria os pontos básicos, deixando ao governo, através de seus órgãos especializados, o trabalho de complementação, de caráter nitidamente técnico. Ela criaria o direito, visando-lhe as normas jurídicas.

Não se diga que a delegação de poderes seja uma praxe condenada. Todas as grandes democracias dela se servem copiosamente.

Carlos Maximiliano, com a gravidade que imprime aos seus ensinamentos, doutrina:

A engrenagem complicada dos parlamentos, a lentidão e a falta de orientação dos seus trabalhos levam o desânimo ao espírito dos que desejam que aquelas corporações produzam obra sistemática e de vulto. Em regra, a delegação é consequência tardia e desesperada de um projeto de lei necessária, que se arrasta durante meses a anos pelas Câmaras, retardado pela obstrução ou pela falta de quórum para as votações e desfigurado por emendas nocivas e contraditórias. (Maximiliano – Comentários – 3. ed. – p. 314.)

Acontece, porém, que a Constituição da República estabeleceu, no art. 36, § 2º, o princípio que veda, em termos absolutos, a delegação de poderes e, este postulado, tem de ser rigorosamente observado pelo constituinte estadual. Que fazer?

Assistiremos, como já se verifica em relação ao Congresso Federal, à burla do princípio, pela prática que já se generaliza, de exercer o Executivo habitualmente a iniciativa dos projetos das leis mais importantes para a vida da Nação.

É que, como nota Maximiliano, acima das teorias, dos preceitos rígidos, dos textos veneráveis, estão os fatos inelutáveis e fatais.

8. No que concerne à organização do Poder Judiciário estadual, pouco ou quase nada deixou a Constituição Federal à competência do legislador constituinte das províncias. Recusando-se, ainda, a unificar e a nacionalizar a Justiça, velha aspiração da consciência jurídica do Brasil, que desde priscas eras, pelas suas vozes mais autorizadas, a vem reclamando em vão, o constituinte federal de 1946, seguindo o exemplo do que já se fizera na Constituinte de 1934, dispôs, de maneira previdente, minuciosa e casuísta, sobre a Justiça local, cerceando, no que lhe diz respeito, o direito de auto-organização dos estados. Tão explícito foi nesta matéria, que lhe dedicou todo um título (Tít. II), no qual assegurou aos juízes estaduais as garantias clássicas, preceituando, ainda, com pormenores de regulamento, sobre sua investidura, acesso, responsabilidade e até sobre seus vencimentos, com o nobre intuito de colocá-los a coberto do arbítrio de executivos facciosos ou inescrupulosos.

A Comissão Constitucional nada mais fez do que consolidar e ampliar os direitos e garantias da magistratura estadual, para que ela possa continuar honrando as suas tradições de cultura, integridade e de zelo funcional, que tão alto a colocam, no apreço de todos os brasileiros.

9. Na estruturação dos municípios esmerou-se em cuidados a douta Comissão. O município, quer o consideremos como uma entidade meramente administrativa, quer o encaremos nos seus

aspectos tipicamente políticos, constitui o tema da predileção de quantos se interessam sinceramente pela obra do engrandecimento nacional. Nele está a cidadela inexpugnável das nossas mais caras tradições democráticas. É, no sentir de Altino Arantes, o plenário permanentemente aberto para o exercício da verdadeira democracia:

Dentro do seu horizonte limitado, por certo, mas sempre inundado de luz e varrido pelos ventos salubres da publicidade e da crítica, e que crescem, desenvolvem e se revigoram o senso da responsabilidade, a dedicação pela causa pública, a solidariedade entre os homens da mesma terra ou do mesmo sangue.

O antimunicipalismo das Constituições anteriores, agravado pela centralização asfixiante da Carta de 1937, ia reduzindo as comunas brasileiras a um estado de extrema penúria. Desprovidos de recursos, empobrecidos e desanimados, jaziam impotentes ante a solução dos seus problemas fundamentais. A nova Constituição marca uma nova etapa na história dos nossos municípios com o lhes haver dado elementos para a sua restauração econômica e social. Dentro dos limites por ele fixados, cuidou-se de fortalecer, política e economicamente, as nossas instituições locais. Foi-lhes assegurada, sem uma só exceção, a mais ampla autonomia, dotando-os, criteriosamente, de encargos compatíveis com a sua índole.

E facilita a sua criação, desde que satisfaçam determinados índices econômicos imprescindíveis à sua viabilidade. A observação cotidiana evidencia que morrem e se extinguem os municípios criados ao sabor das conveniências ocasionais ou meramente partidárias, assim como resistem e prosperam aqueles que, na feliz conceituação de eminente sociólogo, nascem por força própria, cuja situação, cuja história e cujos recursos determinam e impõem o reconhecimento de sua personalidade.

A criação do distrito, à luz do mesmo critério, ficou entregue à exclusiva competência das Câmaras Municipais. Por outro



lado, preocupou-se a Comissão Constitucional em organizar um sistema eficiente de fiscalização dos atos dos prefeitos, cuja ação administrativa, sem ser dificultada, fica sob a severa vigilância dos vereadores, principalmente no tocante à aplicação do dinheiro do povo.

Tanto quanto lhe permitiu a Constituição da República, aos municípios se garantiu, em normas claras e precisas, a livre escolha de suas autoridades administrativas, rendas que os libertem da penúria e meios de as empregarem com eficiência e economia em obras públicas necessárias ao seu conforto e ao seu progresso. Cônsia do importante papel do município na vida nacional, com unidade política, social e econômica, a Comissão Constitucional lamenta sinceramente que mais não lhe pudesse dar.

10. No título da Discriminação das Rendas, sem poder fugir aos balizamentos traçados na Constituição Federal, foram fixadas diretrizes que permitirão ao legislador ordinário do estado e dos municípios as mais amplas perspectivas para o desenvolvimento de uma política fiscal que faça a prosperidade econômica de Minas Gerais e incentive o progresso de suas realizações sociais.

No assentamento das bases do nosso sistema tributário, ela não foi tímida nem arrojada, mas deixou-se orientar pelos conselhos da prudência e da experiência administrativa.

Não visou erigir um poderoso aparelho arrecadador de tributos, mas dar ao estado e aos municípios um instrumento flexível, que lhes possibilite promover a criação e a circulação da riqueza. Orientou-se pelo sóbrio ensinamento de Hugon, para quem a produção, quando conforme com o interesse geral, nunca deve ser diminuída pelo imposto, porque toda perda de produção é um empobrecimento para a Nação e seus homens.

11. No plenário, os ilustres membros das diversas subcomissões em que se dividiu a Comissão Constitucional explanarão e justificarão os princípios consagrados no projeto, apresentando os motivos de sua aceitação. Aqui seria longo e fastidioso tentá-lo.

12. Nas reuniões da grande Comissão, que foi superiormente dirigida por este jurista de escol que é o Dr. Júlio Ferreira de Carvalho, os seus componentes revelaram, no trato da matéria a seu cargo, largueza de visão, esmerados conhecimentos do nosso Direito Constitucional, elevado senso de responsabilidade e um admirável espírito de cooperação, o que tornou fácil a tarefa do seu obscuro relator-geral.

Sentimo-nos, todos, tranquilos com a nossa consciência.

Há um mês, em sessões diárias, que nos forçam a acurados estudos, vimos dedicando as nossas melhores energias na execução do projeto que é hoje submetido à apreciação da Assembleia. Obra simples e desprentensiva, que exigiu, no entanto, dos seus artífices, um paciente trabalho de construção e um cuidadoso esforço de interpretação.

Venham agora as emendas para corrigir os lapsos, enganos e falhas que por certo não escaparão à argúcia e à lúcida inteligência dos Srs. Constituintes, de cuja cultura muito esperamos para o seu aperfeiçoamento.

13. Ao encaminharmos ao plenário o trabalho da ilustre Comissão, solicitamos empenhadamente que os nossos nobres colegas da Assembleia o examinem e o estudem detida e minuciosamente, para nele imprimir o cunho do seu saber, da pureza dos seus sentimentos cívicos e de seu amor à terra mineira, a fim de que possamos dar aos nossos coestaduanos uma Constituição que sintetize os seus anseios de justiça, de ordem e de trabalho, sob a égide da democracia.

*Belo Horizonte, 5 de maio de 1947.*

Júlio de Carvalho, Presidente – Tancredo Neves, relator-geral.

## *A questão da propriedade*

---

**Defesa do veto do Presidente Getúlio Vargas ao projeto que autoriza o governo federal a expedir títulos definitivos de propriedade.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 19-5-1951.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, incumbiu-me o eminente líder Sr. Gustavo Capanema de vir à tribuna sustentar as razões que levaram Sua Excelência o Senhor Presidente da República a usar de seu direito de veto em relação à Proposição nº 970, que autoriza o governo federal a expedir títulos definitivos de propriedade em favor dos atuais adquirentes dos lotes, sítos nos núcleos coloniais de São Bento, Santa Cruz e Tinguá, localizados na Baixada Fluminense.

O projeto vetado é de autoria do ilustre Deputado Getúlio Moura; ao elaborá-lo, S. Exa. deixou-se impulsionar pelos mais nobres sentimentos de humanidade, que se espelham na brilhante justificativa que o acompanha.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tão claras, lógicas e convincentes são as razões do veto, que a simples leitura leva todos à firme e inabalável convicção do seu acerto, da sua inteira procedência e manifesta justiça.

Argumenta-se que se devem expedir títulos definitivos de propriedade em favor dos atuais adquirentes dos lotes, nos citados núcleos, porque, quando da sua organização, desprezaram-se requisitos essenciais, constantes do Decreto nº 6.117, que os instituiu e os regulamentou, quais sejam: situações climatéricas, condições agrológicas compatíveis com as culturas da região, composição físico-química do solo, apropriadas ao seu cultivo, salubridade, de vez que centenas de brasileiros, ali localizados, tiveram saúde e economia, numa luta desigual, através de anos consecutivos, com uma natureza hostil cujas intempéries são agravadas, de quando em quando, pelo caudal das enchentes, que arruinam e destroem os minguados esforços daqueles colonos, reduzindo-os à miséria extrema.

À primeira vista, o argumento impressiona. Fere a sensibilidade e desperta, nos espíritos, incoercíveis sentimentos de humanidade, inerentes

à formação cristã de quantos nos honramos de, no Congresso Nacional, representar o povo brasileiro. Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, examinada a frio a situação, acobertando-nos das influências emocionais, verificamos que não se corrigirão as más condições geológicas, sociais e econômicas daqueles núcleos, com a medida proposta no projeto vetado – a concessão gratuita dos títulos definitivos de propriedade. Ela em nada, absolutamente em nada, alterará os baixos níveis de produtividade e salubridade, nem eliminará fatores outros, ruinosos e adversos, que rodeiam aquelas propriedades, tornando-as inabitáveis ou inaproveitáveis.

Acontece, ainda, que, se adotada fosse a providência solicitada no projeto, mais desfavoráveis ainda se tornariam as condições de vida daqueles agricultores, pois teriam de enfrentar sozinhos a adversidade do meio sem o direito de solicitar recursos ao departamento competente do Ministério da Agricultura, obrigado, por lei, a socorrer os que se submetem ao regime vigente para exploração dos núcleos coloniais.

Sr. Presidente, o que inspirou o legislador foi a concessão gratuita dos lotes situados nos mencionados núcleos, em atenção ao estado de extrema miséria a que vêm sendo reduzidos os colonos, em virtude de condições locais. No entanto, o motivo que vigorou na aprovação do projeto, segundo está cristalizado na sua redação final, foi a concessão do benefício, tendo como determinante o ressarcimento, a título de indenização, por danos ocasionados pelas enchentes.

Observem, Srs. Congressistas, como a intenção do legislador se alterou através do processo legislativo. A proposição que, a princípio, teve como fundamento a proteção a patrícios nossos, reduzidos a situação de pobreza e penúria, transformou-se noutra, cujo objetivo era indenizar danos causados por uma calamidade.

Quando a matéria foi submetida, na Câmara, à douta Comissão de Agricultura, esta se impressionou com a extensão dos benefícios propostos e apressou-se em apresentar corretivo, por meio de substitutivo, mais tarde consubstanciado no projeto aprovado por ambas as Casas do Congresso. Desvirtuou, entretanto, o intuito da proposição, pois transformou o Poder Legislativo em órgão de reparação de danos.

Fácil é de ver-se que essa reparação foge às nossas atribuições. Não cabe ao Legislativo ressarcir danos, ele não possui o aparelhamento, os

dados nem os elementos necessários para, em cada caso, fixar a extensão e o *quantum* da reparação devida.

Se adotada fosse a norma legal, estaríamos na situação iníqua de dispensar tratamento igual a situações desiguais, o que, sem dúvida, fere o princípio de equidade que deve presidir a toda regra legislativa.

Por essas considerações, bem andou o Senhor Presidente da República, lançando seu veto sobre a proposição, em que pese aos altos motivos de solidariedade humana que a inspiraram, porque, em verdade, como foi votada, ela não atinge os objetivos colimados – antes, cria situação mais desfavorável aos colonos dos núcleos coloniais referidos.

Assim, o veto deve ser mantido, porque é justo, atende a imperativos da ordem social e defende elevado interesse público.

# Questão constitucional: a Constituição de 1946

---

## **Discurso proferido por ocasião do aniversário da promulgação da Constituição de 1946.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 19-9-1951.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Senado, Srs. Deputados, Srs. Constituintes. A comemoração do quinto aniversário da promulgação de nossa Carta Constitucional, rompendo as barreiras de nossas divergências partidárias e impondo tréguas às nossas dissensões e controvérsias, a todos nos congrega para o exame e a meditação dos temas fundamentais da organização política e social de nossa República.

O amor à terra e a irreprimível vocação da liberdade têm sido, nas diversas fases de nossa evolução, as fontes de inspiração da conduta do povo brasileiro, levando-o a esculpir nos seus estatutos políticos, com o sangue dos seus bravos e o gênio dos seus estadistas, os direitos e as garantias de sua indomável consciência democrática.

O amor à terra nasceu com a sua conquista, revigorou-se no drama da colonização, cobria-se de bênçãos no apostolado edificante dos impávidos missionários, refúgio glorioso nas epopeias de Tabocas, dos Guararapes e de Campina da Taborda; mostrou-se audaz, intemerato e dominador nos feitos ciclópicos das bandeiras, alcançou-se no martírio de Tiradentes, cujos sonhos de independência nacional, de emancipação do elemento servil e de República democrática se concretizariam mais tarde no brado histórico de Pedro I, no rasgo generoso da Princesa Redentora e na espada impertérrita de Deodoro. E, assim, no curso dos acontecimentos, de geração a geração, através do labor silencioso dos nossos pioneiros, das mensagens dos nossos tribunos e poetas, dos sofrimentos dos nossos mártires e do sacrifício dos nossos heróis, o amor à terra tornou-a grande, opulenta e generosa.

Mas foi o amor à liberdade que deu configuração moral ao povo brasileiro e imprimiu na sua índole as características de sua cultura,

solidamente estruturada por um profundo e sincero senso da dignidade da pessoa humana, fundamento perene dos seus anseios de paz, de progresso e de justiça e de sua inveterada aversão ao ódio, à intolerância e a todas as manifestações da violência.

O amor à terra tornou-a rica, bela e dadivosa, mas foi o amor à liberdade que fê-la digna, forte e respeitada.

Somos, hoje, graças à influência benfazeja destas constantes de nossa formação, em meio à tragédia universal, uma Pátria que surpreende a humanidade com os surtos impressionantes de uma civilização vigorosa e renovadora, pela ousadia de suas experiências, pelo seu ímpeto criador e, sobretudo, pela sua permanente ascensão às cumeadas do plano espiritual a cujos valores concede primazia, nas diversas etapas do seu *processus* social, que sempre foi, e – confiemos em Deus – sê-lo-á, sempre, marcado pelos sinais indeléveis da fé cristã.

No torvelinho de uma civilização que ultima os derradeiros episódios de sua decomposição, por ter feito do dinheiro, da força e do ódio os seus ídolos, coletividades humanas de culturas decrépitas debatem-se de encontro aos erros de ideologias dementes, dilaceram-se nos males que criaram e se estiolam nas angústias, nos conflitos e nas desordens que engendraram.

Uma profunda depressão moral angustia a humanidade. No ápice do progresso material, planejou uma era de paz, de liberdade e de solidariedade humana. Na busca desse ideal submeteu-se a todas as privações, sujeitou-se com heroísmo a todos os martírios. Ganhou-se, porém, uma guerra, mas não se conquistou a paz. As cicatrizes causadas pela última hecatombe ainda sangram, fumegam as suas ruínas e escombros, que nem sequer foram removidos, e calamidades bem maiores ameaçam os povos. As soberanias agressivas armam-se de engenhos mortíferos, cujo poder letal excede a tudo quanto a imaginação pode conceber. A ordem social é um caos, a economia hipertrofiou-se, determinando a precariedade dos sistemas jurídicos.

A escassez, as inflações aniquiladoras, os salários nominais, os lucros injustos, aumentam a miséria dos pobres e opulentam o tesouro dos ricos, implantando nos espíritos as revoltas vindicadoras e destilando nos corações o terrível ódio de classes.

A economia, a cada dia, torna-se mais implacável e desumana, zomba e subverte os esquemas legais e, em vão, juristas e estadistas se

entregam ao trabalho hercúleo de imaginar e construir códigos, leis e regulamentos que aprisionem, nas suas malhas, o fenômeno econômico, cada vez mais fugidio e rebelde a toda e qualquer disciplina. E, assim, o Direito decaiu de sua soberania, decorrente da universalidade dos seus preceitos, a justiça periclita, a fraternidade entre as nações se diluiu na categoria dos valores mitológicos, a convivência internacional se traduz naquela fórmula bárbara, de que nos fala eminente pensador contemporâneo – opressores *versus* oprimidos – e a guerra com todas as suas catástrofes e horrores surge como meio único e decisivo para dirimir os conflitos entre as nações e os continentes.

Em face de um mundo assim convulsionado e em transformação, no vértice de uma exasperante crise de almas e de instituições, apresenta-se a nossa Pátria, mercê das diretrizes de nossa evolução, como um sólido aglomerado humano, ocupando um imenso território, aglutinado por uma granítica unidade de história, de raça, língua e religião, que lhe asseguram uma nítida e indestrutível consciência nacional, que se abre à humanidade desesperada numa calorosa mensagem de afeto, de concórdia e de compreensão, apelando para o culto da justiça, sob a égide do Direito, como força de integração humana e social que nos conduz ao reinado da paz social e de uma sincera e leal confraternização universal.

É verdade, também, que, em meio à borrasca social dos nossos dias, a nau do Estado brasileiro não singra águas tranquilas e remansosas. Sofre, ao contrário, os impactos violentos do temporal das ideologias antagonistas; resiste aos vendavais de imperiosas reivindicações, nem sempre justas; suporta, com maior ou menor plasticidade, a furiosa pressão dos elementos transformadores. Abroquelado, porém, como se encontra pelo aço de rija têmpera de uma sábia Constituição, está em condições de enfrentar os tufões de todas as crises, as procelas mais inclementes e todos os riscos e perigos de um pélagos tormentoso, desde que haja sinceridade na sua aplicação e seja ela animada pelo espírito de lealdade, patriotismo e de confiança na força do Direito, que só ele dirime os conflitos e propicia os reajustamentos fecundos.

Nem se pode aferir a grande civilização de um povo pela sua Constituição política. É ela uma síntese de sua cultura e o espelho de suas características morais e materiais. É, por assim dizer, a imagem, em miniatura, da Nação a que se destina, que nela se reflete nos seus ideais e aspirações, impregnando-a das ressonâncias do seu espírito.



A nossa Constituição, forçoso é convir, padece de falhas. Muitos dos seus dispositivos estão cediços, inaplicados uns, superados alguns, anacrônicos outros, mas, no seu conjunto, nas suas linhas de resistência, é um diploma político de rara clarividência e de singular argúcia, em cujo arcabouço, argamassado com o saber, a experiência e o idealismo do constituinte de 1946, se consolidaram as mais altas e expressivas conquistas de nossa cultura.

Retifiquemo-la nos seus senões, aparemos as suas arestas, corrijamos os seus defeitos, mesmo porque – já o apregoava com a sua imensa autoridade o grande Rui Barbosa – Constituição indiscutível é Constituição caduca, gerada na decrepidez e condenada de nascença à senilidade.

Mas que essa obra de revisão seja levada a efeito com prudência e sabedoria, com aquele largo e generoso sentimento de nossa formação democrática, sem as subalternas preocupações, que seria injurioso admiti-las em qualquer homem público de nosso País, de amesquinhá-la na grandiosidade dos ideais que a inspiraram, de mutilá-la nos seus institutos básicos, de corrompê-la na pureza dos princípios que lhe marcam a índole e o espírito, e de deturpá-la no seu processo evolutivo que assegura a sua adaptação às contingências sociais, mantendo-a em permanente atualidade.

Dela se tem dito e repetido, visando desmerecê-la, que não guarda unidade doutrinária, de vez que deu guarida a correntes filosóficas irreconciliáveis, abrigando na sua sistemática princípios incompatíveis, como se uma Constituição devesse ostentar um rígido conjunto de ideias coerentes, numa linha irrepreensível, e não fosse, antes de tudo, obra eminentemente política, de transação entre as diversas correntes de pensamento dos seus artífices, cujas recíprocas concessões asseguraram a média das tendências e opiniões, que se cristalizam no equilíbrio das aspirações doutrinárias com os dados da realidade nacional.

Neste particular, foi insuperável no tato político e irreprochável no senso, a sagacidade com que os seus autores forjaram as suas vigas e nela imprimiram as marcas das inelutáveis condições do nosso tempo, de vez que, sem romperem com o que havia de sadio e de definitivo na nossa tradição constitucional, não se deixaram tomar de misoneísmo, senão antes abriram o seu texto a todas as justas solicitações das modernas correntes do pensamento político.

Mantiveram a Federação, o presidencialismo, a clássica discriminação dos direitos do homem, mas não hesitaram, por outro lado, estereotipar, em caracteres que nos fazem honra, uma precisa, nobre e generosa definição dos direitos sociais, em rigorosa sintonia com os mais avançados preceitos dos credos socializantes, no que estes têm de compatível com o princípio da dignidade da pessoa humana, que é a alma de toda democracia.

Sem a Federação não é possível conceber-se o Brasil. Está ela de tal forma ligada a nossa República, que não se compreende uma sem a outra. É uma necessidade inelutável da vastidão do nosso território, onde diversificam as economias, o clima, os costumes e as culturas e, só ela, assegurando a autonomia dos governos locais, rende-lhes ensejo à adaptação às suas peculiaridades históricas, sociais e econômicas.

É a unidade na diversidade, consoante a fórmula tradicional, que mantém e revigora, em coesão indispensável, os estados brasileiros, grandes ou pequenos, mais ou menos cultos, ricos ou pobres, porque congregando-os e unificando-os há a Pátria comum, o Brasil na majestade infrangível de sua soberania.

Se males há na Federação, são males que se curam, não pela sua abolição, mas praticando-a melhor – e a lição é de Rui Barbosa – com a República e a Federação, ou havemos de nos salvar ou de perecer.

Como resultante da autonomia estadual, ficou restaurada em sua plenitude a autonomia dos municípios e, nesse passo, a nossa Magna Carta ostenta uma de suas mais notáveis saliências. Promovendo a ressurreição econômico-financeira das comunas, que a centralização anterior atrofiava, reduzindo-as a situação de extrema penúria, deu conteúdo prático e positivo ao mito da autonomia municipal, em consonância com a tese de que o município é instituição mais social do que política, mais histórica do que constitucional, mais natural do que jurídica, mais humana do que democrática, na exata conceituação do professor Pedro Calmon.

Cidadela inexpugnável de nossas mais caras tradições democráticas, escola de liberdade e de civismo, é no município que crescem, se desenvolvem e se revigoram a prática das virtudes republicanas, o senso da responsabilidade e a dedicação pela causa pública.

As prerrogativas municipalistas da Carta Constitucional de 1946, se não representam toda a justiça que devemos aos municípios, valem, principalmente, como roteiros de uma clarividente política, cujos

benéficos resultados nos força a ampliá-los em novas conquistas, que transformem as nossas entidades locais em centros de vida digna, em oficina de trabalho e núcleos de atividades criadoras, a fim de que possam elas cumprir a sua alta destinação histórica, social e humana.

Se a Federação tornou-se, para nós, uma irremovível necessidade, tal a força de sua penetração na mentalidade, nos costumes e nas instituições nacionais, dela decorre, como consequência fatal, a prática do presidencialismo que atua, em nosso meio, como força de aglutinação e coesão política, nada tendo daquela criação teórica ou de construção arbitrária, como pretendem fazer crer os apologistas do regime parlamentar, em cujo número se incluem personalidades das mais ilustres e homens públicos dos mais eminentes de nosso País.

Federação e presidencialismo, no Brasil, constituem um binômio incidível, e tão estreitamente vinculados se encontram, que substituir o segundo termo da equação pelo parlamentarismo será introduzir em nossa configuração constitucional um hibridismo, que necessariamente nos levará a dias sombrios e calamitosos.

A supremacia da Constituição, limitando e cerceando a ação dos Poderes, coerente à Federação e indispensável ao presidencialismo, torna-se precária, sendo mesmo insubsistente, em face da soberania do parlamento, nos regimes em que prepondera.

A desfiguração e a mutilação do Senado, órgão por excelência da Federação, que, no regime parlamentar, se sobreviver, passará a existir como vistosa inutilidade, mostra a incompatibilidade dos dois conceitos, sendo de se ponderar – conforme lúcida observação do nosso preclaro Affonso Arinos – que o parlamentarismo é, por índole, instável e descentralizador, ao passo que o sistema federativo exige estabilidade e descentralização.

Não é só, porém, como decorrência inevitável da Federação que o presidencialismo, no Brasil, se impõe; o Executivo forte e responsável é uma imperiosa condição de sobrevivência nacional, como fator de estabilidade social, de integração econômica, de coordenação da cultura, de polarização de valores e atividades dispersas, de concentração de energias, esforços e recursos para a obra titânica de assegurar e manter a unidade móvel e material da Pátria e de promover a incorporação, nos benefícios da civilização, de nossas grandes massas famintas, ignorantes e enfermas.

O parlamentarismo tende para o enfraquecimento do Poder Executivo, submetendo-o ao voto de confiança de Câmaras heterogêneas, onde as maiorias eventuais se formam ao sabor das conveniências do momento ou no jogo perigoso dos conchavos partidários, nem sempre ditados pelo interesse público, porque, não raro, comentados pelas mais condenáveis ambições de grupos políticos ou econômicos, quando não se deixam inspirar em exacerbadas manifestações de blocos regionais contra os superiores interesses da Nação.

O Executivo fraco, instável e amedrontado diante de um Parlamento todo-poderoso torna-se impotente para assegurar a ordem política e social e, para se manter, cede constantemente a todas as exigências do órgão que lhe deu origem e o legitima, que, a cada capitulação dos seus delegados, cresce mais, em novas imposições.

Só o Executivo eleito pelo sufrágio universal e direto, com o prazo de mandato prefixado, se reveste da imprescindível autoridade móvel para cumprir programas administrativos de grande envergadura e para garantir a sua continuidade, sobre ser o órgão que se mostra mais adequado à complexidade crescente dos negócios públicos e o que melhor atende às exigências da vida moderna.

Deixá-lo ao sabor das contingências de blocos parlamentares, em um País que apresenta os baixos índices de nossa cultura política e uma incoercível tendência para a indisciplina, a demagogia e as improvisações, é transformá-lo em agente da anarquia, caldo de cultura de todos os governos discricionários.

Executivo flutuante, precavido e incerto, manietado e submisso a Câmaras turbulentas, intolerantes e facciosas, significa crises sociais, econômicas e políticas de consequências imprevisíveis, ao passo que o Executivo poderoso, responsável, dinâmico e criador preserva e garante, entre nós, a democracia, que sem ele se abismaria na confusão, nas revoltas e na desordem.

Vê-se, pois, que presidencialismo no Brasil não é uma questão doutrinária de livre opção, mas condição essencial de existência da Nação e do seu progresso. É um dos fundamentos básicos do regime, como elemento integrante e inseparável de nossa República, uma e outra intimamente vinculadas, donde nos cumpre, pelo estudo e pela prática, erradicar os vícios, expungir os erros, extirpar os abusos que o comprometem na ação, a fim de que, retificado nos seus desvios,

atualizado nas suas linhas doutrinárias e dinamizado no extremo de sua eficiência, dê à República todas as possibilidades de se realizar, na plenitude dos seus ideais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não se julga uma Constituição pelos princípios que codifica, mas principalmente pela soma de benefícios que ela prodigaliza. Elas constituem poderosos instrumentos de técnica jurídica destinados a alcançar o objetivo supremo de toda a democracia, que é a justiça, e o bem-estar social. Este é o ideal democrático, na sua mais alta expressão. Atingi-lo é a missão que o destino outorgou às novas gerações. Áspera e penosa é a luta para alcançá-lo. Vivemos numa época em que assistimos aos trágicos funerais da democracia burguesa, individualista e plutocrática e participamos do advento e da elaboração da democracia social. Contemplamos a agonia estertorante da democracia capitalista e a aurora do mundo novo, mais digno, mais justo e mais humano.

Já não é mais a propriedade que atua como centro de gravidade do sistema jurídico, mas o trabalho, cujos direitos aboliram os privilégios de classes e de indivíduos, rasgaram a todos iguais oportunidades e libertarão o homem de todas as opressões do medo e da miséria.

A democracia é, pois, um ideal em permanente dinamismo que se transforma e aperfeiçoa num incessante desenvolvimento, que não lhe permite conquistas pacíficas e definitivas. Cada posição alcançada reclama uma constante renovação de esforços, de trabalhos e de sacrifícios. Mais do que uma técnica de governo, mais do que uma concepção de vida, é a democracia um conjunto de valores reais, que dão sentido à existência, enobrecem as coletividades e valorizam o homem.

Desgraçados dos povos que deixarem sufocar no seu coração e apagar no seu espírito a chama do amor à democracia. Estarão irremissivelmente condenados à ignomínia da escravidão e serão conduzidos, não como criaturas humanas, iluminadas por um espírito imortal, mas como rebanhos sem alma e sem consciência.

Honremos, pois, a nossa Constituição. Ela é o primado do Direito e nos assegura uma vida digna e livre.

# *O Ministério da Justiça e a questão da democracia*

---

## **Discurso de posse no Ministério da Justiça.**

*Ministério da Justiça.*

*Rio de Janeiro, 26-6-1953.*

Convidado pelo eminente Presidente Getúlio Vargas para ocupar a Pasta da Justiça, integrando o corpo de seus auxiliares imediatos e diretos, eu, que vinha acompanhando com simpatia, admiração e entusiasmo o notável e fecundo esforço do governo de Sua Excelência, e não lhe regateara o meu modesto mas desinteressado apoio e a minha desvaliosa mas sincera colaboração, não pude furtar-me à honrosa confiança com que Sua Excelência me distinguiu, embora meu primeiro movimento fosse de surpresa, e de relutância a minha primeira reação.

O alto cargo que sou chamado a ocupar, não precisaria dizê-lo, desborda da minha capacidade e das minhas aspirações. A tarefa que me aguarda, não tenho dúvidas a respeito, é ingente e exigirá que lhe consagre todas as minhas energias, num devotamento sem restrições e num sacrifício sem tréguas. Não me era lícito, contudo, desatender ao generoso apelo que me endereça o Primeiro Magistrado da Nação, pois ninguém tem o direito de esquivar-se ao serviço público, quando isso equivale a mostrar-se egoísta diante do dever e demissionário diante da responsabilidade.

Não me move o instinto do poder, que Adler punha na raiz de toda a ação humana, enquanto o seu mestre, Sigmund Freud, contra quem logo se rebelou para retificar-lhe a doutrina, estava dominado pela obsessão sexual e transformava um dado parcial e limitado numa verdade central e básica, erigindo o que era pouco mais que uma hipótese de trabalho, fecunda como método de pesquisa ou recurso terapêutico, num sistema do conhecimento, numa teoria da natureza humana, numa concepção da finalidade da existência. O que me inspira é a vocação de servir, que é feita de idealismo e de renúncia, e vê na função pública a oportunidade para o exercício de um apostolado e o cumprimento de uma missão.

A minha geração, mais do que qualquer outra, precisa distinguir-se pela coragem e pela firmeza, pela disposição para empreender uma revolução antes silenciosa e interior do que agitada e barulhenta. A nossa época não reclama que emprestemos à vida um sentido esportivo ou teatralmente heroico, mas que readquiramos o gosto das coisas simples e reencontremos o caminho da humildade e da renúncia, da solidariedade e da confiança. A crise contemporânea só poderá ser enfrentada e debelada com uma revisão de valores, numa reforma dos costumes, numa transformação da mentalidade imperante.

Este é o ensejo que me é indicado para, embora numa forma condensada e esquemática, traçar a orientação que me cabe seguir e revelar o ideal que acalento e o propósito que me anima. Os problemas do nosso tempo, a que ninguém pode ser indiferente, pois envolvem o próprio destino do homem como ser livre e responsável, revestido de inalienável dignidade pessoal, e de sua solução depende a sobrevivência da civilização a que nos orgulhamos de pertencer, exigem da parte de todos nós uma tomada de posição, uma definição dentro da qual se desdobre a nossa conduta com um sentido coerente e construtivo.

Com a crescente complexidade da existência neste século, com a multiplicação das necessidades humanas, com a destruição e o desequilíbrio decorrentes das duas conflagrações que abalaram o mundo, com o desenvolvimento industrial e a expansão da técnica de produção em massa, que acabaram impondo o domínio do *big business*, a arregimentação de grandes aglomerados humanos e a tendência concentracionária da economia moderna aumentaram os encargos do governo, e se ampliaram as tarefas da administração pública. O drama da nossa civilização está em que, ao mesmo tempo que precisamos preservar no homem a iniciativa e a liberdade, o Estado é chamado a desempenhar funções cada vez mais variadas e a empreender serviços cada vez mais complexos, o que faz criar órgãos e controles que estão sempre dilatando e reforçando o poder impessoal da administração pública e estendendo a sua intervenção, melhor diria, a sua intromissão, a setores e áreas, até há pouco invioláveis, da atividade privada. O Estado concentra cada vez maior soma de poderes, intervém sob mil formas nas atividades dos cidadãos, tende a tornar-se onipresente e daí onipotente, transformando-se no Leviatã e, assim, vive o nosso tempo sob a constante ameaça totalitária.

Temos, pois, necessidade de opor o dique da pureza dos princípios contra a desfiguração dos grandes temas e das grandes questões que agitam o nosso tempo.

O homem não existe para a sociedade, embora dificilmente se pudesse conceber, agora, o homem fora da sociedade. Esta é que existe em benefício do homem, que não lhe pode ser imolado, pois isso seria a criação devorando o criador. A sociedade é temporal, o homem é eterno.

As rupturas ou distorções na estrutura do conhecimento vão, por fim, exercer fatalmente a sua repercussão desagregadora na modelação dos atos sociais. Basta que assinalemos, por exemplo, apenas três instantes revolucionários do pensamento, denunciando a inversão hierárquica preconizada por Descartes ao conferir preeminência à Matemática, por Kant ao conferir preeminência à Física, por Comte ao conferir preeminência à Sociologia; certo é que constitui um erro tremendo, de consequências perigosas e anárquicas, deificar seja o número, a natureza ou a sociedade.

Devo, então, dizer que aceito os ideais de liberdade, igualdade, fraternidade, mas como de origem e substância cristã, pois o cristianismo é que proclama o homem ser livre e responsável, considera-nos a todos iguais e irmãos e reconhece que todos temos direito a participar dos bens terrenos, pelo menos na medida de nossas necessidades, a fim de podermos praticar a virtude e realizar o nosso destino. Considero a democracia como o regime de governo mais apto à promoção do bem comum, reconhecendo que a soberania reside no povo, mas que todo poder vem de Deus, de sorte que entendo serem as posições de mando, ao mesmo tempo, uma investidura popular e um mandato divino. Entretanto, a democracia a que me refiro, como ideal de governo, como modelo de organização social, ainda não obteve nem obterá jamais plena realização em nenhum país, embora tenha atingido, em uns, mais altos estágios evolutivos do que em outros. É que essa democracia não é um regime de governo ou um sistema de vida que algum dia complete o seu desenvolvimento ou esgotem as suas possibilidades, não sendo nem hirtos nem estáticos, mas, ao contrário, plásticos e dinâmicos, e se expandindo e se adaptando e se aperfeiçoando sem cessar, pois visam à libertação do homem, e o controle de interesses dessa libertação não é imóvel nem imutável, mas se desloca e varia de acordo com a época. Ontem eram as franquias religiosas, era a inviolabilidade das consciências,



eram os direitos políticos; hoje é, sobretudo, a segurança econômica, e não basta realmente a ficção constitucional de que todos são iguais perante a lei, pois não o serão se não dispusermos de meios para afirmar essa igualdade.

Em consequência, há de se subordinar a economia e a política à ética. Temos de atribuir ao trabalho destaque sobre o capital na consideração dos fatores da produção, e estou persuadido de que os direitos do trabalhador devem prevalecer sobre os interesses da empresa e de que as reivindicações ou ambições de qualquer classe devem ceder ante as exigências do bem comum. Tenho os governantes como atentos e dedicados servidores do povo, e não como displicentes ou arrogantes senhores do povo, achando necessário e urgente levar para a vida pública um intransigente sentimento de honra e uma firme vocação para o sacrifício, e considerando os altos postos não como sinecuras ou fontes de honorarias, mas como situações de maior risco e responsabilidade no esforço, que é o dever de todos e de cada um, em prol da prosperidade coletiva e da paz social.

Fui recrutado nos quadros da representação popular, trago no meu coração e na minha consciência de brasileiro as ressonâncias dos sentimentos e das aspirações que dominam a nossa gente. Fiz toda a minha carreira política como parlamentar, primeiramente na Assembleia Legislativa Estadual, e, ultimamente, como membro da bancada federal de Minas Gerais. Saio agora do Congresso Nacional, onde patriotas vigilantes, sinceros, homens ilustres e devotados à causa pública, debatem com elevação os problemas relacionados com o aperfeiçoamento e a defesa do regime, com a criação de novas estruturas administrativas, divididos naturalmente em suas opiniões, pois a divergência de opiniões é da essência dos parlamentos e das Assembleias, mas convencidos todos de que os pontos de vista que sustentam e as soluções que preconizam é que melhor satisfazem os interesses nacionais e atendem ao bem comum. Presto aqui, pois, o mais caloroso tributo ao Poder Legislativo, a que ainda há pouco pertencia.

Sei que a minha inclusão como membro de ministério, que Sua Excelência o Senhor Presidente da República houve por bem reorganizar, numa dessas mudanças e renovações tão normais, tão inerentes às formas democráticas de governo, não representa o reconhecimento de serviços, que os não prestei, nem de méritos que os não revelei ou possuo,

mas apenas a homenagem do Excelentíssimo Senhor Presidente ao meu estado natal, que, diga-se de passagem, com a execução acelerada e firme do programa administrativo de tão larga envergadura traçado pelo governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, ficará dotado dos meios necessários para tornar-se uma das regiões mais prósperas e de maior produtividade do País.

Não poderei gerir os negócios desta Pasta com o brilho, a eficiência e a nobreza com que V. Exa., Sr. Embaixador Negrão de Lima, sempre os conduziu, mas procurarei não deslustrar de todas as tradições de tato, acerto e equilíbrio que V. Exa. deixa nesta Casa. O acervo de serviços que V. Exa. tem prestado à administração e ao Brasil, nos setores mais delicados, expostos e difíceis da gestão da causa pública, seja representando a Pátria no estrangeiro com exemplar dignidade e a mais lúcida compreensão de sua missão, seja dirigindo departamentos da maior importância para a vida nacional e o funcionamento do regime, foi notavelmente enriquecido nos últimos tempos com a sua atuação à frente do Ministério da Justiça.

Serei, no desempenho da elevada comissão de que fui investido e que neste instante acabei de assumir, intérprete fiel do pensamento presidencial, dedicado executor do programa de Sua Excelência, procurando traduzir, no tratamento das questões da alçada do Ministério da Justiça, as inspirações da sua ilibada consciência de patriota, os planos da sua comprovada capacidade de administrador e as diretrizes de sua lúcida visão de estadista.

Volto também, daqui, o espírito para a minha cidade natal, a minha querida São João del Rei, e nas páginas de sua história, onde avultam episódios centrais da nossa evolução política e da formação da nossa consciência cívica; nos exemplos dos seus grandes filhos, entre os quais sobre-excede a figura legendária de Tiradentes; nas suas tradições, na sua simplicidade, na sua austeridade, no seu senso do que é sólido, vivo, eterno, buscarei o substrato para minha orientação, a luz para as horas obscuras, o alento para o infatigável labor de cada dia e a virtude premonitória contra o pessimismo e a desilusão.

Hilaire Belloc, em *A Crise da nossa Civilização*, recomenda e apela para que não trabalhem com o nosso olhar e a nossa atenção, absorvamos-nos no combate aos sintomas, reflexos e consciências. Sem isso o nosso esforço não teria fim nem proveito. Precisamos descer ao fundo

dos problemas e, chegando lá, revestidos de coragem, planejar com imaginação e proceder com tenacidade. Se o fizermos, não tenhamos dúvida de que sairemos depressa das dificuldades em que nos encontramos, pois nem tudo no nosso passado são erros, nem tudo no nosso presente são vacilações, nem tudo no nosso futuro são incertezas.

Terei que possuir experiência de vida pública, de conhecimento dos homens, de observação dos nossos costumes e das tradições, de amor à nossa gente simples, ordeira, sofredora e resignada, a serviço do mais exato, correto e escrupuloso desempenho de minhas funções ministeriais.

É com esse pensamento de confiança e esse propósito de trabalho que assumo a direção do Ministério da Justiça.

# *São João del Rei e Diamantina*

---

**Discurso proferido pelo ministro da Justiça, Tancredo Neves,  
durante homenagem a ele prestada pelo governador**

**Juscelino Kubitschek.**

*Belo Horizonte, 1953.*

Recebo esta brilhante e significativa homenagem, que me está sendo prestada pelo governo do meu estado, como uma confortadora moção de aplauso e de solidariedade, que me estimula e revigora para o esforço tenso e extenuante exigido pelo trato dos negócios sujeitos ao exame, estudo e responsabilidade do titular da Pasta da Justiça. Pois, no alto posto a que me conduziu a generosidade e a confiança do eminente Chefe da Nação, tudo tenho feito e farei para manter-me como representante das virtudes tradicionais da gente montanhesa, a fim de que, fiel às minhas origens e preso às minhas raízes, melhor me capacite para ser, na secretaria de Estado que me foi confiada, o intérprete exato e seguro do pensamento e da orientação do governo federal, a cuja frente se encontra, nesta quadra tormentosa, de recomposições e perplexidades, da vida nacional, e para que nos anime a certeza de melhores dias, esse administrador experimentado, notável estadista e ilibado patriota que é o Presidente Getúlio Vargas. Assim, nada mais grato ao meu coração do que a aprovação, o aplauso e o apreço dos meus coestaduanos, tão bem expressos nesta solene demonstração realizada na própria sede do governo e de que participam o mundo oficial e as figuras mais representativas da sociedade mineira.

Agradeço particularmente a S. Exa. o preclaro governador Juscelino Kubitschek a elegante, formosa e eloquente oração com que me brindou, oferecendo-me este banquete e interpretando o sentido desta reunião. S. Exa., com aquela vivacidade que não é dos menores fascínios da sua personalidade, com aquele seu sentido claro e persuasivo, em que as frases fluem numa cadência insinuante, compondo o pensamento mais harmonioso e sedutor, faz-me sentir, em toda a sua fragrância, a atmosfera espiritual que me envolve neste ambiente encantador, de

um esplendor ofuscante e de uma graça cheia de nobreza, equilíbrio e sobriedade.

Sempre dediquei a S. Exa. a mais funda simpatia e o mais vivo apreço. Fui e sou dos seus mais devotados amigos e dos seus mais constantes admiradores. E S. Exa. sempre me retribuiu esses sentimentos com a generosidade e a fidalguia que o caracterizam.

Talvez que nas raízes dessa afinidade se infiltrem influências telúricas. As nossas cidades, Diamantina e São João del Rei, são profundamente aparentadas. Numa e noutra prevalecem os mesmos hábitos, os mesmos costumes, as mesmas tradições. Tiveram a mesma influência no passado e têm a mesma projeção no presente. O mesmo brio cívico e o mesmo amor à liberdade animam e animaram os diamantinos e os são-joanenses. As nossas cidades foram cenário dos mesmos acontecimentos históricos. Para a própria Inconfidência Mineira, na qual São João del Rei teve uma participação mais acentuada, Diamantina trouxe a sua inestimável contribuição na pessoa do padre Rolim, um dos elementos mais ativos daquela conspiração que foi um movimento libertário animado sem dúvida do mais puro e generoso ideal, tanto que, como seu chefe incontestado, se alçou a figura desse herói sem jaça e mártir sem tibieza que foi o Tiradentes.

São João del Rei não teve um Felisberto Caldeira Brant, o quarto contratador de diamantes do antigo Arraial do Tejuco, nababo ativo e liberal, cujo poderio, resultante de sua imensa fortuna, provocou a desconfiança e o temor da metrópole, mas, em compensação, ele pertence de certo modo à minha cidade, ali se casou e seu pai, Ambrósio Caldeira Brant, foi, em São João del Rei, um dos chefes dos nativos no episódio famoso e sangrento da Guerra dos Emboabas e Mascates. E, por outro lado, São João del Rei teve também a sua fase de esplendor e opulência no ciclo da mineração do ouro, datando de tal período essa joia arquitetônica do barroco colonial que é a Igreja de São Francisco de Assis, monumento singular e majestoso, cujo conjunto, cheio de harmonia, constitui uma obra-prima em que se equilibra a força e a graça.

Se Diamantina se orgulha de um juriconsulto do porte de Felício dos Santos, autor de um completo projeto de Código Civil a que deu o modesto título de *Apontamentos para o Código Civil Brasileiro*, São João del Rei se ufana de ser o berço do ministro Carvalho Mourão, cujas aulas na cátedra da Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, cujos

pareceres nas revistas especializadas, cujos arrazoados como advogado e cujos votos como juiz do Supremo Tribunal constituem luminosas lições pela eloquência da exposição, pela cerrada argumentação e pela soma monumental de fontes e conhecimentos jurídicos utilizados.

Se Diamantina tem ainda em Felício dos Santos, com as suas *Memórias do Distrito Diamantino*, o grande pesquisador e reconstituído do seu passado, São João del Rei encontrou em Augusto das Chagas Viegas o seu apaixonado historiador, que, nesse precioso repositório de dados minuciosos e seguras revelações que é a *Notícia de São João del Rei*, lhe ergueu condigno monumento.

Ocorre ainda lembrar que Diamantina e São João del Rei foram elevadas a cidade pelo mesmo decreto, isto é, pela Lei nº 93, de 6 de março de 1838.

Urbes imponentes e veneráveis, cidades anciãs e sagradas, Diamantina e São João del Rei possuem o poético encanto e a religiosa união dessas paragens revestidas de sacralidade. Ali ainda temos a impressão de ouvir o tropel e o eco dos grandes episódios históricos de que foram o soberbo cenário, e ali parece mesmo que a cada momento nos espreitam as sombras augustas dos que as engrandeceram e glorificaram. Sobre elas os séculos hão de passar e não conseguirão desfigurar a sua fisionomia, prejudicar os seus traços fundamentais e destruir o seu sortilégio, pois essas cidades poder-se-iam denominar Aspásias de cal, pedra e areia, que trazem consigo o segredo da espiritualidade e da vida e, por isso mesmo, se renovam e se conservam, e não se desfarão no abandono e no pó, nem conhecerão jamais o ocaso ou a ruína.

Assim, repito, sendo S. Exa. filho de Diamantina e eu, filho de São João del Rei, nada mais natural que entre nós se estabelecessem desde logo firmes e estreitos laços de afeição e cordialidade.

Mas, com o tempo, isto é, o convívio e a observação, foram-se-me revelando os singulares atributos e méritos pessoais de S. Exa., como a peregrina inteligência, uma disposição infatigável para o trabalho, sensibilidade vibrátil, imaginação criadora, audácia renovadora sem prejuízo do respeito, senão mesmo ternura para com o passado, pois o progresso não precisa nem deve excluir ou matar a tradição.

Louvo, pois, a sabedoria do povo mineiro, quando, em hora inspirada, escolheu S. Exa. para seu governador.

A obra administrativa que S. Exa. está realizando, e que tem despertado o aplauso e a admiração dos observadores mais categorizados e insuspeitos, é de uma envergadura impressionante e imponente. O seu já famoso binômio – energia e transporte – representa uma fórmula realmente feliz que condensa todo um programa de reerguimento da economia mineira. Esse plano de S. Exa. visa atender à prolongada crise de crescimento, de transformação social e de mutação econômica que estamos atravessando; criará as condições necessárias para que Minas entre seguramente na senda do progresso e conheça em breve um admirável surto de prosperidade e melhoria do padrão de vida, tornando-se uma das regiões de maior produtividade no País.

Jamais faltei ou vacilei com a minha solidariedade e o meu apoio ao governo de S. Exa., reconhecendo-lhe, como lhe reconheço, rara capacidade como administrador, notável habilidade como político e inatacável honorabilidade como homem público.

Assim sendo, não escondo nem disfarço, finalmente, pois nem com um esforço sobre-humano o conseguiria, a emoção, o desvanecimento e o júbilo que me dominam diante de tão enaltecida manifestação. É certo que ela não me cega nem me envaidece, ao ponto de me fazer esquecer de minha insignificância e humildade ou de me impedir de vê-la no seu exato sentido, isto é, como fruto quase exclusivo, senão puro e simples, da generosidade, da mais transbordante generosidade.

Sensibilizado com um tributo tão alcandorado, que agradeço com todo o calor da minha alma, ergo, por minha vez, a minha taça em honra de S. Exa., pela felicidade e bem-estar de S. Exa. e de sua excelentíssima família, e pelo êxito e prosperidade do seu governo.

# O governo Getúlio Vargas

---

**Discurso analisando o governo do ex-Presidente Getúlio Vargas. 1954.**

Senhores:

Hoje, passado o tumulto das paixões e superada a luta pré-eleitoral dos interesses políticos, venho falar-vos de Getúlio Vargas e dos acontecimentos que mancharam os idos de agosto de traição, de sangue e de tragédia.

Não quero acrescentar mais um “depoimento pessoal” a tantos que já foram divulgados, limitando-me a um relato de fatos e circunstâncias já mais do que notórios. Pretendo analisar as trágicas ocorrências que culminaram no sacrifício do glorioso Presidente, de maneira a ressaltar a verdade, escoimada do entulho de mentiras e de infâmias, com que foi propositadamente ocultada pela imprensa facciosa e inimiga jurada de Getúlio Vargas e de seu programa de governo.

É preciso antes de mais nada procurar identificar as origens do sentimento anti-Vargas, para poder entender os objetivos da sanha implacável dos seus inimigos. Não se explica a desapiedada campanha movida contra o grande Estadista por motivações de simples ódio pessoal. Existe algo de mais concreto, de mais substancial.

A mobilização da imprensa e particularmente de certa imprensa do Rio de Janeiro contra Getúlio Vargas teve início antes mesmo do seu empossamento no governo. Inelegibilidade e maioria absoluta foram as duas primeiras batalhas que travou contra aqueles que se recusavam a aceitar o categórico pronunciamento das urnas em 1950, que o foi buscar na solidão dos pagos longínquos de São Borja, para trazê-lo nos seus braços até o Palácio do Catete. Inelegibilidade e maioria absoluta, duas teses absurdas, anticonstitucionais, espúrias, que não resistiram à sua própria fraqueza, ruindo em meio ao desaponto dos que se opunham desesperadamente ao cumprimento da vontade sacrossanta do povo, consubstanciada na sentença das urnas.

Mas não descansaram os seus adversários. Não se limitaram à ação legítima da oposição democrática. Enveredaram, desde o primeiro dia de sua investidura, pelo caminho da injúria e do insulto, detratando cada



um de seus atos, condenando a priori todos os seus esforços para resolver os nossos graves problemas econômicos, financeiros e administrativos. Nessa campanha insidiosa e constante procuravam minar a autoridade do seu governo, enquanto aguardavam um pretexto suficiente para deflagrar um movimento de maiores proporções, suscetível de provocar o seu afastamento do governo.

O “caso” da correspondência com Perón, cavilosamente urdido e preparado para desencadear uma crise nacional, não obteve os efeitos esperados, pois a opinião pública não se deixou embair pela trama mentirosa e cerebrina destinada a apontar ao povo o Presidente da República como um traidor da Pátria. A exploração em torno da morte do repórter Nestor Moreira também não bastou para se erigir em motivo suficiente do movimento, visando ao afastamento do Presidente da República do poder, a que ascendera pela vontade exclusiva do povo.

Como último e desesperado recurso, promoveram os seus inimigos o processo constitucional do *impeachment*. Aí, no terreno seguro dos meios democráticos, Getúlio Vargas infligiu aos seus adversários calamitosa e desalentadora derrota, com os próprios deputados do partido oposicionista votando contra o descabelado processo de *impeachment*.

Justamente quando as forças oposicionistas amargavam essa derrota definitiva, quando lavrava nos seus arraiais a desunião, e quando os seus líderes se recriminavam mutuamente pelo revés sofrido, quando a figura do Presidente da República mais se agigantava no meio da sanha odienta de seus inimigos, eis que a fatalidade lhes oferece o esperado butim, consubstanciado no lamentável atentado em que pereceu um oficial das nossas Forças Armadas.

Agarraram-se os mentores da campanha contra Getúlio Vargas ao cadáver do major Vaz com a fúria desesperada do naufrago que depara com a derradeira tábuca de salvação. Figuras corvinas de grandes líderes não deixaram um só minuto a alça do esquife mortuário do infelizmente oficial, na sofreguidão mal contida do assalto ao poder.

Não é preciso lembrar aqui o que foram os vinte dias subsequentes ao atentado. Está na mente de todos nós a orgia histórica de certa imprensa, que mal escondia o seu júbilo, a sua alegria neurótica nas dobras do crepe funerário das lamentações. “Afinal o grande pretexto”, era o que se lia nas entrelinhas das manchetes sensacionalistas. De nada valeu a serenidade do grande Presidente, que na segurança da mais completa

inocência, concedeu todas as facilidades para a apuração do crime, entregou as investigações àqueles que mais se encarniçavam em inculpá-lo e abriu as próprias portas de sua residência oficial ao torvo Santo Ofício da conspiração. Cumprindo as etapas de um plano friamente traçado, as operações da conjura se desenvolveram a contento. Às sucessivas reuniões e contrarreuniões, ao amontoado de notas e mais notas oficiais e oficiosas, todas hipocritamente prometendo a salvaguarda dos Poderes constituídos, seguiu-se o “pronunciamento” armado em grande estilo, no desfecho tipicamente latino-americano de uma crise política. Somente a grandeza do sacrifício de Getúlio Vargas pôde dar ao desenlace, tão caracteristicamente *Banana Republic*, foros de legitimidade.

Antes de entrar na análise desses inglórios acontecimentos é justo indagar: onde está a origem desse estranho rancor, desse ódio invencível, dessa incansável atividade contra o governo de Vargas, legitimamente constituído?

Dois objetivos supremos guiaram toda a vida pública de Getúlio Vargas: redenção das massas trabalhadoras e nacionalismo econômico. Esses dois termos não constituem postulados demagógicos e enganosos. A sinceridade do grande Presidente é atestada pelo acervo gigantesco de realizações empreendidas no sentido do cumprimento de seus dois propósitos supremos: toda a legislação trabalhista que emancipou o nosso operariado e todo o monumental edifício da previdência social estão aí para comprovar a constância dos esforços de Vargas em promover o bem-estar das classes menos favorecidas pela fortuna. São fatos concretos de que decorrem para os trabalhadores benefícios auferidos dia a dia, não são teses desenvolvidas teoricamente em conferências eruditas, com a assistência florida da nossa melhor elite dirigente. Volta Redonda, a espantosa industrialização de São Paulo, a Petrobras, as colossais obras das usinas elétricas também testemunham a sua convicção nacionalista com argumentos mais concretos do que os meros enunciados de convicção pessoal.

Nacionalismo econômico e redenção das massas trabalhadoras, inspiração da vida de um grande estadista, constituíram também o motivo e a causa da sua morte. Interesses tentaculares viam contrariados os seus planos e em perigo as suas possibilidades de lucro. O Brasil autossuficiente significava a perda de um importante mercado, nesta hora em que os mercados escasseiam e os estoques se acumulam em proporções

assustadoras. Os nossos progressos na siderurgia, a afirmação das espantosas qualidades técnicas do nosso operário, foram a advertência que pôs de sobreaviso os trustes interessados em nos manter no regime de feitoria de dinheiros alheios. A hidrelétrica de Paulo Afonso, em vias de conclusão, agravava as preocupações fundadas dos que temiam ver-nos alçados à categoria das nações economicamente independentes. A Petrobras com todas as possibilidades de imediato funcionamento e de sucesso, graças às fontes seguras de recursos financeiros, lançou o pânico nos domínios da grande finança imperialista. Quando nos lançamos na elaboração do formidável plano nacional de eletrificação, consubstanciado na Eletrobrás, percebeu o truste que não era mais possível qualquer hesitação. Lançou-se à luta, com todos os fabulosos recursos das suas arcas pejadas do dinheiro sorvido das nações subdesenvolvidas, para destruir no Brasil um governo que era responsável pela audácia nacional de querer livrar-se dos grilhões do capitalismo internacional. Toda a campanha se limitava no objetivo principal de liquidar Getúlio Vargas, porque ele simbolizava toda a resistência aos dinheiros poderosos de além-mar.

Por outro lado, encontraram os interesses financeiros internacionais um aliado vigoroso no nosso capitalismo desalmado, nos nossos homens de fortuna, que, não se contentando com os lucros assombrosos aqui auferidos, passaram a hostilizar o governo Getúlio Vargas em proporção correspondente às medidas que adotava para mitigar os sofrimentos do operariado e para dar-lhes condições de vida consentâneas com a condição humana. A fixação dos novos níveis de salários mínimos foi o elemento catalisador de toda a tempestade de ódio que se formava nos horizontes capitalistas, ameaçando o governo Vargas. Assinando o decreto de primeiro de maio, que veio assegurar ao nosso trabalhador apenas o indispensável para não morrer de fome, Getúlio Vargas assinou a sua sentença de morte.

Eis o panorama das forças sinistras que se conluiaram contra o grande Estadista. Vejamos agora os instrumentos de que se serviram.

Um partido oposicionista conservador e antitrabalhista, por duas vezes derrotado em eleições democráticas, em cujas fileiras – é preciso reconhecer – existem também verdadeiros patriotas iludidos na certeza de que servem aos seus ideais e não a interesses antinacionais – eis o elemento de fachada, a brigada de choque da grande conjura. Uma

imprensa conservadora também, ligada aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e, por conseguinte, amalgamada no ódio a Getúlio Vargas e ao seu programa de governo, eis a máquina de agitação da opinião pública e de infiltração no seio das Forças Armadas, através do ludíbrio das boas intenções de oficiais dignos e bem intencionados, mas, ao mesmo tempo, suscetíveis a uma determinada espécie de propaganda, por isso mesmo que saídos das classes mais abastadas. Por detrás de tudo isso e acima de tudo isso, agia um grupo de notórios representantes do capital estrangeiro, de ricaços interessados em salvaguardar as suas gordas fontes de lucros em divisas. Por serem sabidamente ligados aos dinheiros estrangeiros, souberam manter-se no mais completo anonimato, arquitetando o plano cientificamente traçado de destruição do governo Vargas e velando pela sua execução, nos seus mínimos detalhes. Esses foram os verdadeiros autores da conspiração e os principais responsáveis pela morte de Vargas. Homens na sua maioria de grande valor intelectual, nomes de repercussão nacional. Esses tristes inconfidentes da traição e da morte tinham nas mãos todos os cordões que movimentaram os titeres da implacável conspiração. É digno de nota que entre eles figuraram até mesmo antigos ministros de Vargas, pessoas que gozavam da sua maior confiança e que, ainda no mais aceso da crise, procuravam o glorioso Presidente para hipotecar-lhe solidariedade. Mas, os trinta dinheiros da traição, sobre os quais se lançaram sofregamente, identificaram perante a Nação os judas iscariotes da traição ao povo.

No que toca às Forças Armadas cumpre ressaltar que o ato de indisciplina e deslealdade ao seu Chefe Supremo, a que foram levadas pela influência desagregadora de alguns líderes ambiciosos, é em grande parte devido à ação de um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra. Essa Escola, criada para proporcionar aos oficiais uma formação mais esmerada de seus conhecimentos técnicos, papel a que se ateu durante o governo anterior, cedo se transformou num centro de exploração política e de atividades conspiratórias. Os seus currículos incluem disciplinas a cujo trato os militares não estavam acostumados. Fugindo ao simples aperfeiçoamento dos conhecimentos necessários à formação de um chefe militar, a Escola proporcionou aos oficiais que ali se matricularam a aventura sedutora de enveredar por caminhos inteiramente novos para os seus espíritos não acostumados com os assuntos de uma autêntica formação humanística e universitária. A Filosofia, a Sociologia,

a hermenêutica dos fatos históricos, o contato com a Teoria do Estado, com o Direito Público e com o Direito Internacional, tudo isso era horizonte novo para a louvável curiosidade intelectual dos nossos membros das Classes Armadas, a que se juntaram civis também interessados nessa espécie de estudos. O contato com tantos problemas novos, o estudo das questões administrativas e as lições e conferências administradas por alguns professores, convictos de que estavam formando a nata da mentalidade nacional, os jovens turcos encarregados de salvar o Brasil, criaram na Escola Superior de Guerra a mentalidade do messianismo exaltado. Côncios da sua qualidade de depositários da sagrada missão redentora, os árdegos oficiais não tardaram em descobrir o seu líder, um misto de Nagib e Salazar, fluente no manejo da palavra, senhor de uma erudição um tanto maçuda e indigesta, mas, por isso mesmo, mais fascinante para os que não estavam na medida de julgá-la nos seus verdadeiros méritos e, ainda por cima, com a tradição de uma antiga campanha revolucionária, onde teria patenteado virtudes de um *condottieri* militar. Não foi difícil aos maquiavélicos arquitetos da reação, aos políticos profissionais duas vezes fragorosamente repudiados nas urnas e aos jornais a serviço da conspirata, atrair para si o grupo dos salvadores nacionais e o seu belo Nagib de gabinete. A insinuação destes junto aos seus colegas de farda também não foi difícil. Os autênticos oficiais, os homens da tropa, os que consagraram a sua vida ao serviço leal da Pátria e das autoridades legalmente constituídas, foram, na sua boa-fé, empolgados pelo messianismo da gente preparada cuidadosamente na Praia Vermelha para a ação de quebrar a confiança dos soldados na autoridade do governo. Papel de relevância na trama desempenhou também outro chefe militar, candidato repetidamente derrotado pelos votos do povo, mas que nunca desistiu de dirigir esse mesmo povo que insistia em repudiá-lo.

Aí está toda a maquinária da conjuração preparada e adestrada, que só aguardava um pretexto para se pôr em ação.

O atentado da rua Tonelero foi a tão esperada *cheville ouvrière* da revolução preparada, em todos os seus pormenores, de antemão. Quando a serenidade e a inocência de Vargas, que, prestigiando de toda a forma o inquerito para a denúncia dos criminosos, punha em perigo o desenvolvimento da manobra insidiosa, recorreu-se ao famoso arquivo Gregório. É evidente que se o Presidente Vargas tivesse a menor suspeita de que o arquivo de Gregório Fortunato continha papéis que pudessem

de qualquer forma comprometê-lo, teria providenciado a destruição de tais documentos. Para isso teve tempo de sobra. Que fez entretanto? Timbrou em entregar às autoridades do famigerado inquérito do Galeão esse arquivo, depois tão explorado. Pode haver maior prova de boa-fé e de inocência? A campanha tomou novo vigor com o chamado “lamaçal” do “tenente” Gregório. Na realidade, as manchetes sensacionalistas superestimam o que foi encontrado no arquivo. Até telegramas de felicitações e agradecimentos de cumprimentos de aniversário foram divulgados como papéis abjetos, dignos da execração nacional. Afora propostas que nunca tiveram andamento ou execução, umas contas de armazém e os referidos documentos congratulatórios, pouco se aproveitou do famoso arquivo para denegrir o governo. Longe de mim tentar defender Gregório ou justificar os seus atos que possam ser verdadeiramente eivados de corrupção.

Mas, ainda que ficasse provada a maior corrupção nas atividades desse empregado subalterno do Presidente, ainda que ficasse provada a conivência do governo com o crime da rua Tonelero, existiriam meios democráticos e legais de coibir o crime e punir os culpados. Em outras terras, em países que escapam ao epíteto de *Banana Republic*, a que hoje fazemos inteiramente jus, que se faz se ocorre uma circunstância semelhante? Há exemplos recentes que ilustram assazmente o assunto. Durante o governo Truman, nos Estados Unidos, houve o escândalo dos chamados *five percenters*, figurões do mundo oficial que recebiam 5% dos grandes e vultosos contratos firmados por companhias particulares com o governo americano, em pagamento de uma advocacia administrativa em favor dos proponentes. A própria esposa do Presidente da República foi acusada de receber valiosos presentes para agir em favor dos que pleiteavam contratos com o governo. Houve inquéritos, apurou-se o assunto, condenou-se a quem de direito. A campanha presidencial de Eisenhower se aproveitou muito desse escândalo, fazendo da luta contra a corrupção um dos seus principais *slogans*. Não se tem, entretanto, notícia de que o Exército norte-americano se tenha imiscuído no assunto ou se tenha arrogado o direito de restaurar a dignidade nacional ferida pelas negociatas administrativas. Faltava em West Point uma Escola Superior de Guerra. Não dispunham os americanos de um Torquemada façanhudo, investido por ato próprio das funções de inquisidor-mor da moralidade administrativa. Ainda no governo Truman apurou-se

em Nova Iorque, num inquérito divulgado pela televisão, a participação do prefeito daquela cidade em todas as atividades ilícitas de apostas em cavalos de corridas e de exploração da prostituição. Ficou evidenciado que o prefeito O'Dwyer recebia gordas maquinas decorrentes da sua condescendência para com aquelas atividades ilegítimas. A punição que lhe coube foi uma comissão do embaixador dos Estados Unidos no México. Acaso o exército americano, as forças armadas da grande Nação se movimentaram em expedição punitiva contra a corrupção? Ainda agora investiga-se na Itália o chamado "escândalo do século", envolvendo até mesmo o tráfico de drogas entorpecentes por parte de pessoas ligadas ao governo. Cogita-se de apurar as responsabilidades. Enquanto isso não se fizer, o parlamento não se considera em condições de retirar a confiança que depositara no seu *premier*. As forças armadas italianas estão inteiramente alheias ao assunto, como é seu dever, cuidando das suas atribuições e deixando os assuntos políticos para os políticos. Mais recentemente ainda descobriu-se na França uma perigosa rede de espionagem que compromete altas autoridades do governo. Investiga-se o assunto, que será certamente resolvido de maneira a atender aos interesses da defesa desse grande país. Não se tem, entretanto, notícia de reuniões e mais reuniões de oficiais das forças armadas para discutir o *affaire*, nem de notas enfáticas de promessa de defesa da ordem constituída. Em países como esses, a promessa é desnecessária. Ou melhor, a promessa é feita quando o oficial assume o seu compromisso de honra, pois é para a defesa da ordem que ele é pago e não para se arrogar o direito de julgar da legitimidade dos mandatos conferidos pelo povo aos seus governantes.

Infelizmente, essa não foi a atitude das nossas Forças Armadas na crise de agosto último. Tivemos, para vergonha da Nação, que curvar-nos diante do imperativo truculento das soluções de força e de convencer-nos que politicamente ainda estamos no estágio das *Banana Republics*.

Apesar do interesse manifesto do Chefe do Governo em apurar e punir os autores do atentado da rua Tonelero, apesar da sua inocência de qualquer ato de corrupção administrativa, a sede de poder dos seus adversários não esperou sequer pelo desfecho do inquérito. Não esperou muito provavelmente por já saber, de antemão, que o inquérito não incriminaria o Presidente ou qualquer pessoa de sua família. O intelecto da conjura precisava de uma última fagulha para desencadear a crise. Elaborou-se então uma artimanha cerebrina e intrincada: a dupla

renúncia. O Sr. Café Filho deixou-se envolver na manobra. Ele, que foi amigo pessoal do glorioso Presidente, ele, que, mais do que ninguém, gozou da sua intimidade, ele, que era o companheiro alegre e constante das suas horas de lazer e frequentemente seu conselheiro em assuntos políticos, ele, o velho companheiro da jornada gloriosa de 1950, prestou-se a servir aos propósitos solertes dos conspiradores. Na véspera da madrugada triste de 24 de agosto, o Sr. Café Filho subiu à tribuna do Senado para pronunciar aquele estranho discurso. Como dupla renúncia? Podia o Sr. Café renunciar ao que não tinha? Podia ele abrir mão do que não era seu? Podia ele desistir daquilo que era apenas uma expectativa de cargo, de um projeto de mandato, de uma possibilidade de poder? O Sr. Café Filho não queria renunciar a coisa nenhuma. Não podia renunciar ao que não tinha. O único objetivo do discurso, verdadeiro beijo de judas na melancólica trama, era expor à Nação o Sr. Getúlio Vargas como um ser insensível e egoísta, como um político agarrado ao cargo, sem ouvidos para o clamor do povo e para os perigos que ameaçavam a nossa Pátria com uma autêntica guerra civil. De contrapartida, o discurso, laboriosamente arquitetado em todos os pormenores das suas frases bem pesadas, pintava à Nação o retrato de um Vice-Presidente modelo de abnegação e desprendimento. Pois bem, ainda depois de pronunciada essa estranha oração, tão grande era a estima e a confiança do Presidente Vargas no Sr. Café Filho, que, ao comentá-lo comigo, declarou-me que estava certo de que o Sr. Café procurara, daquela maneira, um recurso qualquer para defendê-lo. Não sabia então que o Sr. Café, apenas alçado ao Poder, apenas envergado a faixa presidencial ainda sangrando do seu nobre sacrifício, convidava para integrar o seu governo os mais tradicionais e virulentos inimigos do glorioso Presidente. Não sabia que, apenas elevado à Suprema Magistratura do País, o Sr. Café Filho se apressaria em atender aos interesses dos autores intelectuais da queda de Getúlio Vargas, dos agentes da finança internacional, quer dando imediata aprovação ao Plano Sakes & Klein, quer chamando para ocupar os postos-chave da administração os mais notórios advogados de dinheiros estrangeiros, quer acenando para os trustes com a revisão do esquema de aproveitamento do petróleo brasileiro em bases nacionalistas, quer promovendo a prisão em massa de operários sindicalizados de empresas estrangeiras, que reivindicavam os seus direitos numa greve passiva. Getúlio Vargas está morto, mas o



povo, que é o herdeiro de sua causa, julgará por ele os vendilhões da Pátria e os falsos profetas da salvação nacional.

As eleições demonstraram que o povo repudiou o partido a serviço do reacionarismo que deseja nos conservar na dependência dos mercados estrangeiros. Ficou patente, hoje mais do que nunca, que as forças populistas, inspiradas pelos ideais de Vargas, reconquistarão o poder federal, esse poder que o povo, com os seus milhões de votos, colocou nas mãos de Getúlio Vargas e que os seus inimigos arrebataram pela força das armas. Os atuais detentores do poder devem apressar-se na satisfação de seus desígnios. Não lhes restará muito tempo para contentar aos seus patrões de além-mar. Em outubro de 1955, o povo, com as suas próprias mãos, fará justiça aos atos que praticarem no desempenho dos cargos que lhes vieram às mãos, amaldiçoados pelo sangue do maior dos brasileiros.

Senhores:

Com as minhas palavras não desejo agitar a opinião pública nem trazer um elemento a mais para a instabilidade política em que nos deixou a morte de Getúlio Vargas. Calei-me enquanto julguei que o governo atual, legalizado com o sangue de Vargas, perigava. Embora condenando os caminhos por que os governantes atuais chegaram ao poder, sentia que da sua estabilidade dependia a única esperança de uma verdadeira redemocratização do País. Hoje, depois da estupenda demonstração de vigor que o povo deu nas eleições de 3 de outubro, considero ultrapassada a crise e conjurado o perigo do nagibismo-salazarista. Por isso vos falo nesses termos, ditados pela verdade e pela franqueza.

É preciso que todos conheçam a verdade para que possam escolher, em sã consciência, os que nos governarão na plenitude do mandato recebido das mãos sagradas do povo, quando for passado o período de mando daqueles que arrebataram o poder à força das espadas.

Na luta que agora encetamos, estou seguro de contar com o apoio de todos os patriotas que não acreditam ser a força das armas a instância suprema das decisões dos negócios políticos do nosso País.

Se vencermos, nos rincões da fronteira remota de São Borja, no seio da terra generosa que o viu nascer, Getúlio Vargas repousará em paz, na tranquilidade de não ter subido em vão os degraus das aras da Pátria para o supremo sacrifício. Em verdade, será a sua morte o marco da redenção de todo um grande povo.

# *O Banco Central no Brasil: aspectos e considerações*

---

## **Palestra proferida na Escola Superior de Guerra.**

*17-10-1957. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC-RJ)*

Apesar dos defeitos de que ainda padece, evoluiu, consideravelmente para melhor, nos últimos vinte anos, o sistema bancário nacional. Material e tecnicamente, a transformação foi extensa e profunda. Possuímos bancos que fazem honra à Nação pela perfeição dos seus serviços, a atualidade dos seus métodos e a segurança de suas operações. Mas, não obstante, muito ainda há que fazer-se para atingirmos o ideal, ou seja, o sistema bancário estável e dinâmico que atenda as necessidades da economia nacional na incontável expansão de suas forças criadoras.

Somos um País em que os bancos não formam um todo orgânico, mas constituem departamentos estanques. Temos bancos, mas não temos organização bancária, na síntese expressiva de José Maria Whitaker. É que ainda não conseguimos construir um sistema unificado de banco central.

Em verdade, quando buscamos as causas que tornam precária, entre nós, a distribuição do crédito e de seu instrumento – os bancos –, não é difícil alinhá-las nas seguintes vulnerabilidades:

1. finalidade lucrativa privada e não preponderantemente social;
2. instabilidade, pois que sujeita às contingências dos ciclos econômicos e mesmo às mais leves crises de confiança;
3. desordenada, pois que não se distribui pelas funções econômicas em que se divide o trabalho do nosso povo;
4. concentrada, isto é, não se distribui regularmente por todo o território nacional;
5. pessoal, pois que as relações superam em muitos casos “o valor real das garantias”;

6. sem controle e, portanto, sujeita a expansões exageradas, comprometendo a confiança que é o alicerce de toda a organização bancária;
7. insuficiente para o desenvolvimento de país novo e potencialmente rico, cuja população anseia por melhor nível de vida.

A essas deficiências institucionais devemos em parte o relativo insucesso da política monetária no País, nas diversas tentativas em que se tem empenhado visando à estabilização de nossa moeda.

Urge, pois, retificar as anomalias, corrigir as falhas, suprir as lacunas para que possamos dar à Nação uma rede de bancos que funcione no justo atendimento dos reclamos de nosso desenvolvimento econômico, e, para alcançarmos esse objetivo, o primeiro passo está na reforma bancária, cujo órgão de cúpula há de ser um moderno banco central.

Sem esse organismo, dificilmente conseguiremos imprimir ordenação à nossa política de moeda e crédito, cuja disciplina, exercida através de departamentos esparsos e descentralizados, é, não raro, frouxa, quando não, inoperante.

Só o banco dos bancos, técnica e racionalmente estruturado, pode exercer, em sua plenitude, funções no sentido de não só prover o País de um meio circulante elástico e facilitar o redesconto dos efeitos comerciais, promover a fiscalização do sistema bancário, como também a de ajudar a combater as tendências inflacionárias e deflacionárias e participar com outros órgãos do governo no esforço de criar condições favoráveis à manutenção de altos níveis de emprego, estabilidade dos valores, nível crescente de consumo; em uma palavra, os requisitos essenciais ao progresso da Nação.

Não temos, ainda, o banco central, mas alguns organismos que, convenientemente estruturados, nos permitirão constituí-lo. As suas funções estão afetas à Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), à Carteira de Redescontos e à Caixa de Mobilização Bancária, que realizam, esparsa e timidamente, as suas tarefas.

E, no entanto, mais que qualquer outra Nação, carecemos de instrumentos hábeis que possibilitem o controle de nossa política monetária e do aparelhamento destinado à distribuição do crédito.

É que somos um povo subdesenvolvido, com uma vigorosa economia em expansão desordenada, com uma moeda em permanente estado de aviltamento pelas inelutáveis erosões dos impactos inflacionários, donde resulta a imperiosa necessidade de possuímos sólidas cidadelas de defesa dos nossos valores.

Já ultrapassamos a cediça concepção de que o principal objetivo de uma política monetária é a manutenção externa do valor da moeda. Este conceito não se coaduna com as aspirações de uma vida digna, próspera e independente dos países ainda não suficientemente desenvolvidos. Para estes, mais importante do que assegurar a expressão monetária exterior, é garantir, internamente, a estabilidade econômica, desenvolvendo ao máximo as forças criadoras da riqueza, tendo em vista o bem-estar social, que é o objetivo permanente de toda política.

Os bancos centrais decorrem de duas fontes: ou são resultado de uma evolução racional no constante aperfeiçoamento, através do tempo, das instituições de crédito, e eles, então, se apresentam como o coroaumento ou cúpula de um sistema; ou decorrem da lei, naqueles países em que, incipiente, dispersa e antissocial a rede de bancos, se fez o apelo à autoridade do Estado para que liderasse e disciplinasse, sob sua responsabilidade, a melhor orientação econômico-social do crédito.

Observa o insigne Otávio Bulhões um certo ilogismo no desenvolvimento das instituições econômicas e acentua:

Os organizadores do Banco da Inglaterra, em 1844, prepararam uma instituição que tinha por fim exclusivo regular a emissão de notas. Entretanto, pouco a pouco, o Banco da Inglaterra, graças às peculiares condições do mercado de Londres, conseguiu exercer influência apreciável sobre o crédito bancário e, desse modo, passou a controlar os depósitos. Nos Estados Unidos, onde o legislador teve o empenho de instituir um sistema em que se visava precipuamente aos depósitos, os bancos de reserva, várias vezes, perderam todo o controle sobre os créditos bancários. Parte dessa perda decorreria da falta de instrumentos adequados e parte originava-se da própria filosofia da lei de 1913 que, de certo modo, convidava as autoridades dos bancos de reserva a não tomarem a iniciativa na regularização do meio circulante. (*O Banco Central no Brasil*, p. 4.)

Não podemos, porém, recusarmo-nos ao reconhecimento de que um sólido sistema bancário é obra de países ricos e desenvolvidos. A Inglaterra, escreve Horácio Lafer, com o seu império colonial, centro das finanças mundiais, proprietária das minas de ouro, atraindo, através de carvão, navegação, seguros e juros de capitais empregados no estrangeiro, contribuições monetárias de quase todo o globo, tinha interesse em manter concepções rígidas em torno do sistema bancário. Os Estados Unidos, após sua luta contra o sistema inglês e com um funcionamento experimentalista, que promoveu o desenvolvimento norte-americano, também tendo substituído a Inglaterra na chefia das finanças mundiais, com sua concentração de reservas metálicas tremenda, orienta hoje o sistema bancário em seu sentido mais conservador e tradicional.

Os bancos não criam recursos monetários. Estes é que criam condições ao seu surgimento. Mas, se é verdade que os bancos não criam recursos em dinheiro, verdade também é que manipulam o crédito, que, por sua vez, não sendo criador de capitais, é elemento indispensável à sua formação. Sem um sistema bancário distribuindo crédito especializado pelos diferentes ramos da atividade humana, impossível manter em plena vazão a corrente produtiva de mercadorias e serviços. Impossível, pois, será a elevação do nível de consumo e, portanto, do padrão de vida da população.

Daí a relevante importância que uma bem orientada política creditícia e monetária tem para o povo cuja existência pode ser profundamente afetada pelas suas bruscas variações. Aos leigos pode parecer que quanto mais crédito e dinheiro à disposição do público, melhor a situação para todos. O que mais importa, porém, não é a quantidade de recursos monetários disponíveis, mas o que representam como poder de compra.

Numa economia dinâmica e em desenvolvimento – escrevem os técnicos do Sistema Federal de Reserva – o crédito e a moeda são os elementos que contribuem para a manutenção de altos e crescentes níveis de produção, emprego e consumo e, também, para manter estável o valor do dólar. Quando o crédito se torna muito escasso, ou excessivamente difícil de ser conseguido, e as taxas de juros sobem, as fábricas e os estabelecimentos comerciais reduzem suas

operações e dispensam empregados. A redução nas folhas de pagamentos significa dificuldades para os trabalhadores, que diminuem suas compras. Os comerciantes sentem o declínio de seus negócios e reduzem seus pedidos. Os fabricantes, por sua vez, são levados a despedir mais empregados. Em consequência pode ocorrer depressão, desemprego, miséria.

Quando o crédito é excessivamente abundante e barato, o reverso desses acontecimentos – um surto inflacionário – pode ocorrer. Um aumento no volume e no fluxo da moeda, resultante de um aumento no suprimento e na disponibilidade do crédito, acompanhados de uma diminuição na taxa de juros, não pode, por si mesmo, incrementar a produção do País. Se os consumidores dispõem ou conseguem obter através de empréstimos dinheiro que lhes permita comprar mais mercadorias do que as produzidas pelas fábricas, funcionando até o limite de sua capacidade, esse fato apenas concorre para a alta dos preços e faz com que a mesma quantidade de mercadoria custe mais dinheiro. A Nação em conjunto não lucra com as condições de inflação de preços porque os custos de produção, mais cedo ou mais tarde, subirão tanto quanto os preços dos produtos manufaturados e o custo de vida tanto quanto os salários. Então, o reverso poderá ocorrer. Quanto mais alto os preços tenham atingido, provavelmente de maneira mais violenta eles cairão, e maior será o desemprego e a miséria que se seguem. (*Sistema Federal de Reserva: Objetivos e Funções.*)

### **O Banco Central e suas funções**

A principal função de um banco central é regular o fluxo do crédito e da moeda.

Daí a importância que, nas nações civilizadas, assume o monopólio da emissão do papel-moeda, concedido aos bancos centrais.

Durante muito tempo os povos só conheceram dois tipos de emissão: a que era feita pelos bancos particulares ou pelo Tesouro.

O primeiro sistema – chamado de multiemissionismo – gerou abusos dos mais funestos, determinando graves perturbações, que afetaram profundamente a estabilidade das nações em que vigorou.

A reação aos seus malefícios criou o monopólio das emissões confiado ao Tesouro. Entregando-se ao Estado a exclusividade da faculdade emissora, muitos e notáveis financistas pensavam que assim estariam conjurados os inconvenientes das emissões desordenadas. Mas não demorou esse sistema a mostrar as suas linhas de menor resistência. É que sendo os governos os maiores necessitados de recursos financeiros para atender as exigências de sua política orçamentária, em permanente situação de déficits, tendem a abusar do apelo às emissões. A facilidade de emitir é sempre um convite a despesas inúteis, voluptuárias ou adiáveis, uma vez que o poder financeiro do Estado é sempre fraco ante a pressão dos grupos políticos.

O resultado dessas experiências inspirou os financistas e estadistas, no nosso século, a delegarem aos bancos centrais o monopólio emissionista.

As condições atuais de vida dos povos estão a exigir a centralização da criação dos meios de pagamento em uma só entidade, pois, do contrário, não seria possível vencer as crises que se repetiriam, e sempre com maior profundidade.

O controle do crédito, visando à sua expansão ou contração, não se orientaria em consonância com os interesses econômicos nacionais, mas em sintonia com os vorazes apetites da finança internacional.

Atribuindo-se aos bancos centrais a responsabilidade na disciplina da emissão de papel-moeda, surge o problema sempre novo, e cada vez mais debatido, de se saber como e em que escala as emissões podem e devem ser feitas.

Kock, no seu livro clássico sobre bancos centrais, alinha, comenta e critica cinco métodos adotados para regulá-las.

O primeiro – o inglês. Consiste na existência de ouro para a cobertura de qualquer excesso de meios de pagamento.

O segundo – o francês. Encontrou na lei o limite máximo e inflexível para as emissões.

O terceiro – o americano. Toda emissão é lícita, desde que garantida por bônus do governo.

O quarto – o alemão. A moeda fiduciária deve ter cobertura metálica de 25 a 40%, e o restante em letras de câmbio e valores do governo.

O quinto – Holanda e África do Sul, que adotaram uma reserva mínima em ouro.

A crítica a esses sistemas, que Kock realizou com profundidade, mostra o perigo das ortodoxias. Há neles muito de bom e de ruim. O certo, porém, é que entre os economistas modernos não há discrepância quanto aos objetivos da política emissionista dos bancos centrais.

É irracional – escreve H. Lafer – fixar normas para limitar a emissão de bilhetes por meio de regras de cobertura, quer se trate de ouro ou de outros ativos. A falta de ouro jamais deve impedir o banco de emitir bilhetes que sejam necessários para manter o nível existente dos custos e as atividades econômicas. A estranha impressão de que a emissão de bilhetes é uma espécie de fraude legalizada – diz Halm – revela falta de conhecimento de que a autoridade que a faz é pública e não privada, e de que uma emissão pode ser altamente vantajosa, pode aumentar não somente a renda nacional em termos de moeda, como também a produção. Desde que ajustada à política geral do governo, a política monetária do banco central, ou por outras palavras, a sua faculdade emissora, deverá ficar limitada apenas ao optimum de utilização dos fatores de produção. Se há fatores disponíveis, a política monetária deve pô-los em trabalho. Não pode condicioná-la a coberturas representadas por quaisquer ativos, nem mesmo o ouro. O seu objetivo é econômico: é o desenvolvimento máximo da economia nacional. (*O Crédito e o Sistema Bancário no Brasil*, p. 67.)

### **O controle das reservas bancárias**

É através dos bancos que direta ou indiretamente chega ao povo o dinheiro de que dispõe. As suas receitas provêm da renda dos empréstimos que realiza. A regra é, pois, os bancos aplicarem em empréstimos e investimentos o máximo dos recursos que obtêm a título de capital ou de depósitos. Daí a razão por que os bancos são obrigados, por lei, a assegurar reservas na proporção dos seus depósitos. Essas reservas ou fundos constituem a proteção dos depositantes, isto é, a certeza da cobertura de suas retiradas. Essa cobertura, porém, nem sempre é eficaz, como só ocorre nas crises, deixando ao desamparo o depositante.

Novos processos surgiram, mais seguros e eficientes para a proteção das economias do público recolhidas aos estabelecimentos de crédito – as reservas bancárias passaram a ser consideradas principalmente como



um instrumento para disciplinar o fluxo do crédito e da moeda. E como o banco central pode regular o volume de reservas disponíveis – liberando-as, aumentando-as ou restringindo-as – conforme a conjuntura, influi sobre a disponibilidade, o custo e o suprimento do crédito.

### **O redesconto**

O redesconto constitui uma das principais funções do banco central que, através de sua ação de banco dos bancos, opera como instrumento regulador do suprimento de moeda à comunidade e como meio de controle seletivo do crédito.

A importância do redesconto como elemento de elasticidade do crédito e como meio de assegurar a liquidez dos bancos comerciais e outras instituições de crédito, em épocas de tensão estacional ou financeira, tem recuperado nos últimos anos parte do relevo que havia perdido, principalmente em países subdesenvolvidos onde não há mercado financeiro e de capitais organizado. Está no redesconto um dos instrumentos mais eficientes da política monetária.

São dois os princípios norteadores de uma sadia política de redesconto: o primeiro é o de que nenhuma operação que traduza um efeito comercial legítimo – isto é, um título de produção – deve restringir-se ou desprezar-se somente porque os bancos não possuem fundos.

Argui-se contra este princípio que ele aplicado indiscriminadamente levará ao redesconto ilimitado, passando a constituir um acréscimo ao capital dos bancos, o que certamente conduzirá a abusos.

O segundo princípio orientador de redesconto está na consideração de que o banco central é o responsável pela solidez de toda a estrutura bancária do País.

Entre nós, porque não temos banco central, o redesconto não tem funcionado com a eficiência que seria de desejar-se. Concorrem, para tanto, as seguintes causas, que estão na observação de quantos têm tratado da matéria:

- a. cabe ao Banco do Brasil, em última análise, a concessão do redesconto, e sendo o Banco do Brasil, como banco comercial, um estabelecimento concorrente dos demais que integram a rede bancária privada, estes se esquivam a valerem-se do auxílio do concorrente;

- b. criou-se, entre o público e até em camadas esclarecidas da sociedade, a falsa mentalidade de que o apelo ao redesconto revela fraqueza financeira.

Só com a criação do banco central, removeremos esses óbices que impedem, entre nós, propicie o redesconto o máximo de elasticidade e segurança à estrutura do crédito. Enquanto não lograrmos esse objetivo, o redesconto será, entre nós, uma instituição acanhada, mal utilizada e mal compreendida, pelo que muitas vezes se afasta de suas reais finalidades, dando margem a abusos prejudiciais.

Entrosado, porém, na dinâmica de um banco central, exercerá toda a sua importância, que reside na capacidade de aumentar a plasticidade e a liquidez do crédito, assegurando aos bancos comerciais e a outras instituições financeiras a garantia de que podem manter a sua liquidez e toda sua resistência para fazer frente a retiradas de depósitos e a demandas legítimas do crédito, ainda mesmo em casos de crise generalizada.

Daí por que não pode o redesconto ser encarado como fraqueza financeira dos bancos que dele se utilizam. Ele deve ser um direito e um dever dos bancos privados. Isto não significa, porém, que se conduzam as operações de redesconto além dos limites razoáveis, visto que o volume de redesconto não representa apenas a parcela de novos empréstimos a serem efetuados pelo mesmo, mas sim um múltiplo desse montante, que, incorporado ao encaixe bancário, amplia a capacidade dos bancos de aumentarem as suas aplicações.

No Brasil, segundo constatação estatística, a concessão de redesconto de 1 milhão de cruzeiros dará margem a um incremento de cerca de 3 milhões no total dos meios de pagamento. Daí a prudência com que devem ser orientadas as operações e a observância do princípio de que o redesconto deve ser usado por um prazo relativamente curto, para atender a situações anormais e a variações estacionais em que se torna necessário pôr em circulação uma maior quantidade de dinheiro. É um erro permitir – e a experiência assim o tem demonstrado – que o redesconto seja utilizado como complemento ou substituto do capital bancário.

Recomenda-se, pois, que o banco central tenha amplas faculdades de redesconto ao sistema bancário, mas em tempos normais deve restringir suas operações ao mínimo necessário ao funcionamento adequado da economia, operando através da seleção dos papéis redescotáveis, dentro de margens que lhe permitam ampliar as bases de redesconto em

tempos anormais. Isso evitará que os bancos comerciais sejam obrigados a manter em suas caixas uma quantidade de numerário muito acima do usual, para fazer face aos casos de emergência.

### **a) Crédito seletivo**

Há duas formas clássicas de política e crédito seletivo através do redesconto, que se executam por meio da seleção dos papéis “elegíveis”: uma direta, em que a seleção tem por base a atividade econômica da empresa representada no título, e outra indireta, que se realiza pela manipulação de diferentes taxas de redesconto, aplicando-se taxas menores às atividades consideradas mais essenciais e vice-versa. É certo que, no Brasil, o controle quantitativo do crédito deve preceder à execução de uma política de crédito seletivo, como vem sendo feito, uma vez que as distorções prejudiciais do crédito têm tido, invariavelmente, sua origem na incapacidade de um controle quantitativo eficiente. Ademais, é preciso considerar a relatividade da eficiência e dos efeitos finais das medidas de crédito seletivo, visto que, como diz Haberler, “as autoridades competentes podem talvez determinar o destino do crédito novo, ou seja, podem escolher a parte do sistema econômico em que injetam dinheiro fresco, porém, elas não podem pretender exercer qualquer controle sobre a utilização deste dinheiro por seus beneficiários sucessivos, a menos que procedam a uma revolução do sistema econômico e ao abandono do princípio da iniciativa individual”.

Como já tivemos oportunidade de explanar linhas atrás, a Carteira de Redescontos opera francamente na base de seleção dos títulos que lhe são apresentados, excluindo de aceitação os papéis de crédito vinculados a setores cuja expansão as autoridade não têm, no momento, intenção de estimular. Por outro lado, utiliza taxas diferenciais para os empréstimos com garantia de letras do Tesouro, para o redesconto dos contratos de penhor agrícola e pecuário ou para o redesconto de duplicatas, promissórias e letras de câmbio, algumas vezes chegando a discriminações ainda mais acentuadas, como foi o caso da fixação estabelecida pela Instrução nº 124, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

De um modo geral, o aumento da taxa de redesconto é prenúncio de expansão rápida da moeda e do crédito bancário, ao passo que a redução nas taxas mostra que é do interesse público incentivar as operações. Donde se conclui que a taxa de juros no redesconto não significa apenas

o preço do dinheiro fornecido aos bancos redescontantes, mas também o sinal dado ao público pelas autoridades monetárias sobre se o fluxo do crédito e da moeda em determinada conjuntura atende ou não as transações e as necessidades de liquidez do País.

### **b) Limites de redescontos**

Tecnicamente, não há razões ponderáveis para a adoção de limites de redesconto aos bancos comerciais, e os bancos centrais, de um modo geral, têm inteira liberdade para fazer variar o montante de sua assistência nesse terreno. A experiência brasileira, entretanto, aconselha-nos a limitação, e, ainda que esses limites tenham sido fixados pela lei e recomendados pela prudência, em longo processo evolutivo – não devendo ultrapassar a soma do capital e reservas – tanto podem ser os mesmos maiores que as necessidades normais de alguns bancos, como apresentar-se insuficientes para satisfazer solicitações de outros.

### **A função do empréstimo**

Cabe, também, ao banco central realizar operações de empréstimos. Estas são de três tipos:

1. empréstimo aos governos;
2. empréstimo aos bancos; e
3. empréstimo a particulares.

O empréstimo aos governos há de ter limites certos e inflexíveis. O seu teto, fixado em lei, não pode ser ultrapassado, porque do contrário não resistiria o banco ao jogo das influências e à pressão dos interesses políticos. Salvo, pois, as operações por antecipação da receita, que não devem exceder a 25% de sua previsão, na lei orçamentária, nenhum outro tipo de empréstimo deve ser permitido entre o banco central e os governos.

Isto, porém, não quer dizer que ele – o banco central – ficará impedido de realizar a compra de títulos públicos. Ao contrário, é concorrendo com os seus recursos disponíveis para a aquisição de apólices da dívida pública que o banco central, mais eficientemente, cooperará com os governos assegurando-lhes meios para a realização de obras e serviços

fundamentais, cujas despesas ultrapassam as verbas consignadas nos seus orçamentos. Disciplinando o mercado de títulos da dívida pública, inspirando-lhes confiança, mantém a estabilidade de suas cotações. No regime norte-americano, a intervenção da Reserva Federal no mercado livre, comprando ou vendendo títulos, é uma de suas principais atividades, visando estimular o fluxo da moeda e do crédito, se este está por demais moroso, ou coibi-lo, quando muito ativo. São essas operações conhecidas com a denominação de *open market*. As obrigações do governo dos Estados Unidos constituem a principal espécie de títulos que a Reserva Federal utiliza nesse tipo de transações. O empréstimo aos bancos tem a sua razão de ser na própria conceituação do banco central – banco dos bancos. É de sua competência específica zelar pelo bom funcionamento da rede bancária, o que só é possível assegurar-se através dos índices de sua liquidez.

Não há em doutrina qualquer objeção a que o banco central assista com a sua ajuda aos bancos privados, desde que esses empréstimos se façam para atender, esporadicamente, a situações difíceis, mas remediáveis, nunca, porém, como norma geral e rotineira.

Constitui preceito de rigorosa observância, nos países em que o banco central funciona na plenitude de sua ordenação lógica e técnica, que os empréstimos aos estabelecimentos de crédito integrantes do sistema privado só se justificam em face do atendimento de necessidades imprevistas, decorrentes da queda de suas reservas a nível inferior às exigências da lei, pondo em risco a segurança e a estabilidade do banco. Nessa emergência, a contrapartida do auxílio recebido está na restrição a que são compelidos os bancos tomadores do empréstimo nas suas concessões de crédito, no reajustamento de seus investimentos, a fim de que possam saldar os seus compromissos o mais rapidamente possível.

No tocante ao empréstimo a particulares – pessoa física ou jurídica – não são unânimes os pontos de vista.

Entendem uns que, em circunstâncias excepcionalíssimas, tendo-se em vista a conjuntura, a natureza e a importância do empreendimento e não podendo os bancos particulares realizarem a operação, pode o banco central efetuar-la.

A boa doutrina, porém, seguida pela maioria dos economistas, aconselha a proibição de transações entre o banco central e particulares. É que, nesses casos, o banco central deixa de ser órgão disciplinador,

orientador e coordenador dos bancos privados, transformando-se em concorrente. Basta esta consideração para que evidenciados fiquem os graves inconvenientes das relações de empréstimo entre o banco central e os particulares.

### **O controle do crédito**

A disciplina do crédito é das tarefas mais importantes do banco central. Orientando-o, pela seleção, para aqueles setores da atividade econômica carentes de estímulo e ajuda, impede a sua concentração em negócios que nem sempre correspondem aos interesses da Nação.

O campo de crédito disciplinado deve ser de extensão e importância suficientes à economia, de modo que a sua regulamentação constitua um esforço eficaz às medidas gerais de crédito. Ao mesmo tempo a área do crédito deve ser razoavelmente definível quanto aos propósitos creditícios, às garantias exigidas ou à natureza do contrato de crédito. Além disso, o fluxo do crédito na área deve atender a ajustamentos práticos nas condições dos empréstimos. As práticas comerciais devem ser suficientemente especializadas e padronizadas para que a regulamentação permita a continuação dos processos estabelecidos, em vez de causar alterações drásticas nos mesmos. Finalmente, a contribuição da regulamentação seletiva para a situação creditícia e monetária em geral deve ser bastante substancial para aliviar o ônus da regulamentação, tanto para os que a aceitam como para os que a administram. (*Sistema Federal de Reserva*, p. 78-79.)

É que o crédito, para atingir a sua finalidade, há de se revestir das seguintes características: liquidez, suficiência e equilíbrio.

Faltando-lhe um destes elementos, ele se degenera na desconfiança, na perturbação das atividades privadas ou na inflação.

Acontece, porém, que não existem normas apriorísticas, teorias infalíveis, regras matemáticas que nos possibilitem atingir o regime ideal para o crédito, isto é, que ele seja sempre líquido, suficiente e equilibrado. Os pesos e contrapesos indispensáveis a uma sadia política creditícia estão na inteligência e na sensibilidade das autoridades monetárias

responsáveis pela sua execução, que devem manejar com perícia e habilidade os instrumentos de controle: a fiscalização bancária, o aumento ou a diminuição de taxas de descontos, aumento ou diminuição dos encaixes, a expansão ou contração do redesconto, as operações de *open market*, o recolhimento compulsório dos depósitos excedentes, etc.

Controlando o crédito, orientando-o para atividades essenciais e impedindo que ele se destine a operações especulativas ou antissociais, o banco central, ao mesmo tempo que exerce vigilância sobre a liquidez indispensável das transações bancárias, propicia o ordenado e metódico desenvolvimento da economia, defendendo-a dos desgastes inflacionários ou das depressões deflacionárias.

### **A garantia do valor externo da moeda e o controle do câmbio**

Função de alta relevância confiada aos bancos centrais é a defesa do valor externo da moeda. Estão superadas as doutrinas que subordinaram à cobertura de lastro metálico o valor externo e interno da moeda, de vez que a experiência demonstrou que as reservas metálicas nenhuma influência exercem na força aquisitiva da moeda como valor interno e, externamente, apenas atuam pela confiança que infundem por serem um fator que possibilita corrigir déficits na balança de pagamentos.

A expansão ou contração do meio circulante, escreve Horácio Lafer, não deve depender de estoque-ouro, mas de uma utilização ótima dos fatores de produção. E acrescenta:

A reserva-ouro deve constituir margem de segurança contra as variações dos saldos da balança de pagamentos. E somente isto. Como garantia do valor interno da moeda e, portanto, a ela submeter-se o *quantum* do meio circulante, seria preferível jamais fundarmos banco central, pois que seria pôr em funcionamento um mecanismo gerador de depressões econômicas; seria nos escravizar à finança internacional; seria, em suma, entregar o fruto do trabalho do nosso povo, isto é, a produção nacional, aos controladores do ouro mundial. (*O Crédito e o Sistema Bancário no Brasil*, p. 74.)

Resulta daí – ou seja, da necessidade que têm as nações de defenderem o valor externo de sua moeda – a atribuição exercida por quase todos os bancos centrais, e principalmente pelos mais prestigiosos, de controlarem o câmbio, isto é, a entrada e saída de mercadorias.

Hoje, não existe uma só Nação que, com maior ou menor amplitude, não exerça esse controle. Ele é fundamental a toda política monetária. A remessa de divisas ao arbítrio do particular colocaria à mercê de todas as manobras inspiradas pelas mais torpes ambições o valor externo da moeda. As importações desordenadas geram os congelados e subvertem a estabilidade cambial, sem a qual nenhum banco central lograria subsistir.

### **Banco Central – seu capital – sua administração**

Variam os tipos de formação do capital de um banco central – de um modo geral, podemos filiar em três grupos as diversas tendências.

No primeiro, colocaríamos os que defendem a ortodoxia estatal: o capital deve ser exclusivamente do Estado.

No segundo, colocaríamos os que, impugnando a tutela do governo, preconizam para o banco central a organização de uma entidade privada, formada pelos bancos particulares, que subscreveriam o seu capital.

E, finalmente, no terceiro grupo, alinharíamos os que, defendendo dever ser o capital do banco central exclusivamente do Estado, encontram na composição de sua diretoria, da qual participariam elementos ligados às atividades privadas, a maneira de abrandar o rígido controle governamental.

Kock, na sua obra clássica, divide os bancos centrais, no que tange à formação do capital, em sete grupos:

1. capital exclusivo do Estado;
2. capital inteiramente privado;
3. capital somente dos bancos comerciais;
4. capital misto do Estado e acionistas privados;
5. capital do Estado, dos bancos comerciais e acionistas privados;



6. capital de bancos comerciais e acionistas privados;
7. capital do Estado e bancos comerciais.

Essa escala nos permite verificar como se desdobram, em múltiplos aspectos, as técnicas de elaboração do capital de um banco central.

Quando o espírito liberal e individualista do século passado norteava a conduta dos povos e dos indivíduos, a tendência constatada, nos diversos países, era para recusar a ação do Estado sobre os bancos centrais. Já nos nossos dias, sob o império das diretrizes socialistas, o que se tem verificado é um crescente controle governamental.

Aqueles que se opõem à interferência do Estado no controle do capital e da direção dos bancos centrais, objetam que, sendo transitórios os governos, periclita sempre a continuidade de sua política monetária, agravada ainda pela sua incoercível tendência de desviarem, em seu benefício, recursos que teriam melhor aplicação nas atividades privadas. Lembra ainda que as organizações estatais são sempre mais sensíveis às considerações de ordem política do que às de ordem econômica e financeira, sobretudo porque os governos são geralmente compelidos a realizarem despesas desmedidas.

Os partidários do controle estatal acentuam que o banco central visa, acima de tudo, ao objetivo social, não devendo, por isto, ter finalidade lucrativa, razão por que deve pertencer ao Estado, o único poder em condições de realizar a política monetária em consonância com os interesses da Nação, sem se subordinar aos interesses privados.

Hodiernamente não há opinião divergente nesse particular. A grande maioria dos especialistas – financistas, banqueiros e economistas – advoga para os bancos centrais em formação que seja o seu capital inteiramente do Estado.

Não se conclua, porém, que vai nisso a apologia do totalitarismo bancário, tão funesto e repulsivo quanto os demais totalitarismos. Ao contrário, o a que se visa é colocar o banco central à altura de sua alta missão nacional de órgão responsável pelo encaminhamento da finança e da economia para os seus objetivos sociais, uma vez que o problema monetário é, hoje, um problema eminentemente governamental.

Se o Estado deve ser o único titular do capital de um banco central, nem por isso se lhe deve atribuir a exclusiva tutela dos seus órgãos de direção.

Compreende-se e até se justifica, como acima mostramos, que se excluam os recursos privados e dos bancos comerciais da composição de seu capital, mas seria uma violência inominável que a diretoria de um banco central se organizasse apenas com agentes da autoridade estatal.

É na composição mista de sua diretoria, integrada de representantes do governo, dos bancos, das atividades econômicas e do trabalho, que está o instrumento com o qual o Estado imprimirá à sua política monetária uma orientação acima dos grupos e dos indivíduos, visando realizar o bem comum.

Os diretores, uma vez nomeados, deverão, por um sistema de garantias plenas, estar garantidos contra a pressão dos interesses privados e, mui principalmente, contra as pressões partidárias.

### **Banco Central – obstáculos e dificuldades**

Quando se cogita de estruturar, entre nós, o banco central, encontramos pela frente duas grandes barreiras.

A primeira está em desvincular do Banco do Brasil muitas das atribuições típicas de banco central que vem exercendo, sem afetar a sua estabilidade, e a segunda, no regime de permanente indisciplina orçamentária em que vivemos.

Temos para nós que criar um banco central em nosso País, independente do Banco do Brasil, seria construir uma entidade irrealística.

É que não basta destacar do organismo do nosso principal estabelecimento de crédito os setores da Superintendência da Moeda e do Crédito, a Carteira de Redescontos e a Mobilização Bancária, que desempenham funções específicas de banco central e que por ele terão de ser absorvidos. O problema é mais complexo. É que o Banco do Brasil, privado dos recursos que lhe são canalizados pelo Tesouro e entidades públicas em contas passivas, isto é, depósitos na acepção ampla, não teria condições de sobrevivência. Só como banco comercial, operando em depósitos e descontos, não se manteria. E mais grave seria a situação se dele projetássemos as carteiras de crédito rural, crédito industrial, de exportação e importação, que funcionam por conta do Tesouro, para

transformá-las em bancos especializados, como aliás está a reclamar uma objetiva política creditícia.

Não podemos, pois, perder de vista que toda e qualquer reforma bancária, entre nós, que não levar em conta a posição do Banco do Brasil no cenário nacional, não encontrará condições de êxito e nem sequer de viabilidade.

Por outro lado, fere todos os princípios da boa técnica bancária que continue o Banco do Brasil executando funções pertinentes a um banco central. Tais funções não se harmonizam com a sua estrutura de banco comercial, do maior banco comercial do Brasil.

Como banco comercial, deve ser fiscalizado e não fiscalizar os demais, seus concorrentes, no segredo de cujas economias ele entra. Não se compreende, também, que possa orientar a política de crédito, se esta, às vezes, colide frontalmente com os interesses que emanam de sua qualidade de banco comercial.

Todas essas circunstâncias estão a revelar não só a impossibilidade de se criar um banco central independente do Banco do Brasil, como também os graves inconvenientes da situação atual, marcada por um hibridismo condenável.

A solução da dificuldade – que diga-se de passagem não é pequena – estaria, pois, na adaptação, por etapas sucessivas, do Banco do Brasil, que, tecnicamente modificado, poderia assumir com vantagens as responsabilidades do grande órgão regulador de nossa política de crédito.

Esta é a grande tarefa que nos cabe realizar e que devemos enfrentar corajosamente. Sem esta reforma básica teremos sempre uma política de crédito vacilante e frouxa e uma rede bancária precária e instável. Os imperativos do nosso desenvolvimento econômico serão sensivelmente prejudicados, como até agora tem ocorrido, e profundamente perturbado será o processo de nossa evolução social e política.

Vencido este obstáculo, um outro e não menor restaria por ser dominado para que, no Brasil, o banco central alcançasse a sua alta finalidade. É que, em última análise, a estabilidade monetária resulta de uma política de crédito e fiscal que, em se complementando e em se suplementando, cria condições ao pleno desenvolvimento do progresso econômico.

Se é falha a política orçamentária, os seus maus efeitos não de violentar a política creditícia, assim como uma política de crédito desordenada

põe em risco uma rigorosa política orçamentária. Bancos e Tesouro são como que irmãos siameses a se ajudarem reciprocamente, num permanente processo de complementação, quando sintonizam os seus esforços na harmonização da política de crédito com a execução orçamentária, bem como quando a seleção do crédito robustece ou é revigorada pelas incidências tributárias. Se assim é em qualquer Nação civilizada, no Brasil, a relação Tesouro–bancos se apresenta com maior nitidez, de vez que, se teoricamente se pode distinguir o Banco do Brasil do Tesouro, na prática, eles se confundem numa única e mesma entidade.

O ilustre professor Otávio Bulhões, que sempre se mostrou um ardoroso propugnador do banco central, sintetiza com clareza magistral o assunto em foco, ao escrever:

A importância da disciplina orçamentária é tão grande que julgo preferível não criá-lo enquanto o problema do orçamento não for devidamente equacionado. Criar um banco central, com um regime orçamentário anárquico, é condenar o banco ao malogro antes de conseguir firmar-se na opinião pública.

Conclui-se, pois, que a criação do banco central no Brasil está subordinada à fixação de sua inflexível política fiscal, de rigoroso equilíbrio entre a receita e a despesa pública, o que vale dizer, disciplina orçamentária.

Não podemos, porém, determo-nos perplexos diante das muralhas que se levantam à construção do banco central. Urge arrostar com ânimo e decisão os percalços da jornada e correr os riscos do empreendimento, que serão, estamos certos, bem menores do que aqueles a que vive exposta a nossa política de crédito, em meio à precariedade de seus instrumentos.

Já possuímos – são palavras de Otávio Bulhões – um embrião de banco central na Superintendência da Moeda e do Crédito. Não chega a ser um banco central porque seus diretores estão excessivamente subordinados ao ministro da Fazenda. O ministro, conquanto seja a autoridade principal de toda orientação de política monetária, deve submeter as decisões de maior importância a um conselho, onde os seus membros tenham também sua parcela de

responsabilidade. Além disso, há orientações e medidas de caráter técnico que não devem ser da alçada ministerial. Por que o ministro da Fazenda há de imiscuir-se com os problemas relacionados com a liquidez dos bancos, com os limites de redesconto em cada banco, com a fiscalização de suas carteiras, com a abertura de agências, com as normas de publicação dos balanços e outras minúcias de sistema bancário? Se houvesse um banco central, todas essas medidas, de alta importância, que ainda estão pouco assentadas, a despeito dos progressos feitos pela superintendência, já estariam no rol das providências de rotina. Ainda hoje são fraquíssimas as ligações entre o Ministério e as Secretarias da Agricultura e os estabelecimentos de crédito. O crédito agropecuário deve estar associado à técnica da produção, pois, do contrário, incorre-se no perigo de agravar, em vez de melhorar, a situação do agricultor, ao se lhe conceder um empréstimo. O banco central, com independência e flexibilidade de atuação, já teria organizado um sistema de crédito seletivo, em favor da agricultura e da pecuária, com maior penetração e intensificação do que poderia alcançar um único banco especializado. A difusão de crédito seria maioria, porque abrangeria grande número de bancos e, desse modo, seria utilizada a enorme rede de agências que existe.

Como se vê, a reforma bancária, em cujo ápice se encontra o banco central, é tarefa inadiável, pois que visa remover deficiências que entram o nosso desenvolvimento econômico. Devemos, o quanto antes, ultrapassar os pontos de estrangulamento que, até agora, têm impedido seja concretizada obra de tão marcado e relevante sentido patriótico e nacional.

# *Manifesto à Nação*

---

## **Manifesto de Tancredo Neves à Nação após a renúncia de Jânio Quadros.**

30-8-1961.

Brasileiros:

Nesta hora turva da vida nacional, em que se tenta rasgar nossa Constituição, colocando a Nação na iminência de uma luta fratricida, não é lícito a ninguém, com alguma parcela de responsabilidade na vida pública do País, o direito de silenciar-se.

Somos pelo respeito à Constituição. Nenhum povo pode viver respeitado na sua dignidade, nem acatado na sua soberania, se o veredito de sua vontade, manifestado livremente nas urnas, deixa de ser a fonte de legitimação do poder.

A consciência democrática do povo brasileiro já não mais lhe permite viver sob a tutela de governos de exceção ou discricionários, que fecham e emudecem os parlamentos, coagem a magistratura, amordaçam a imprensa e confiscam aquelas liberdades inerentes à dignidade da pessoa humana.

As responsabilidades históricas de nossa Pátria, a projeção do Brasil em face do mundo, como um dos mais poderosos bastiões dos valores, o patriotismo dos nossos chefes militares, mais do que nunca, que se coloquem acima de ressentimentos e incompreensões para se dedicarem, com o devotamento que lhes é peculiar, tão só e unicamente ao serviço do Brasil, poupando o seu nobre e generoso povo, em sua maioria pobre, humilde e ordeiro, dos horrores de uma luta sem ideal, sem nobreza e sem grandeza.

O que a Nação deseja, reclama e impõe é o respeito à nossa Constituição, que todos juramos amar e defender. Não sejamos perjuros. Não faltemos aos lares brasileiros que em todos os rincões da Pátria só almejam o retorno aos dias de paz para o labor fecundo.

Acatar, pois, a nossa Magna Carta, empossando o Sr. João Goulart, na Presidência da República, não é apenas submeter-nos a um imperativo da vontade popular, mas também é reconduzir o nosso povo à trilha ampla e reconduzidora da sua vocação para a liberdade, dos direitos de sua

soberania e de seu prestígio internacional. Não há lugar para vacilações. A trincheira da resistência democrática é a posição em que se encontram nesta hora os que lutam pela sobrevivência de nossas instituições livres, pela tranquilidade de nossas famílias, pelo progresso moral e material de nosso povo.

Dirigimo-nos, ao final, particularmente aos mineiros. Que o espírito da Inconfidência nos anime. Façamos de Teófilo Ottoni, João Píneiro, Antonio Carlos e Artur Bernardes os nomes tutelares de nossas decisões. Busquemos no seu exemplo e na sua vida as inspirações patrióticas para que Minas esteja, como sempre, de pé e vigilante pelo Brasil.

# *Crise institucional, democracia e sistema de governo parlamentarista*

---

**Discurso de posse como primeiro-ministro.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 8-9-1961.*

O SR. TANCREDO NEVES – Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Srs. Ministros.

Estamos vivendo uma hora histórica. O governo que foi criado pelo Congresso Nacional, e em seu nome é exercido, pratica o solene ato inaugural do seu efetivo funcionamento ao submeter, à patriótica consideração dos ilustres representantes do povo brasileiro, o seu plano de ação político-administrativa, a que pretende submeter e condicionar toda a sua existência.

Ele contém, em cada um dos seus capítulos e parágrafos, em cada uma de suas ideias, o eco e a ressonância dos últimos acontecimentos que traumatizaram o País, como também as lições de nossa experiência histórica.

Houve, por muito tempo, quem menosprezasse a nossa tendência quase invariável de buscar para todos os problemas, por mais graves que se configurassem, soluções pacíficas e harmônicas, que conciliassem interesses aparentemente contraditórios, mas resultando sempre na afirmação altiva e corajosa de que acima de tudo devia ser considerado o bem comum dos brasileiros.

Houve, sem dúvida, sociólogos e políticos que, no caldeirão racial onde se está formando, há quatro séculos, o homem brasileiro, foram descobrir sinais inconfundíveis de indolência e conformismo, para explicar a nossa aversão às atitudes drásticas e extremas.

Mas tudo leva a crer que estas sejam coisas do passado, agora definitivamente mortas diante deste Brasil que surge como Nação disposta a encontrar seu caminho nos rumos autênticos da paz e da vigorosa e máscula afirmação de sua soberania, jamais renegando os compromissos



assumidos, porém jamais impermeável aos ensinamentos, por vezes rudes e imperativos, da conjuntura internacional.

A 25 de agosto, um Presidente da República, eleito por esmagadora maioria, renunciava ao seu mandato, imprevista e abruptamente, deixando 70 milhões de brasileiros mergulhados na mais profunda perplexidade. Não seria muito difícil prever as consequências de gesto semelhante em qualquer país do mundo que estivesse atravessando condições idênticas às do Brasil. Nenhum dom profético especial se exigiria de qualquer analista para vaticinar a superveniência do caos, da guerra civil, de uma ditadura, de um retrocesso, enfim, na evolução democrática da República.

É possível que ainda não se tenha dado à nossa vocação jurídica toda a transcendental importância que merece. No entanto, bastaria um olhar retrospectivo à nossa história para perceber, de modo límpido, que o instrumento revolucionário que por excelência manejamos tem sido, e continua sendo, nos dias que correm, a lei.

Mesmo nos mais duros períodos de transição, quando as circunstâncias decretaram a morte da Lei Velha, nunca apelamos para o arbítrio puro e simples, mas sempre nos esforçamos em elaborar uma Lei Nova, aceitável pela maioria, para, em seu nome e sob o seu império, prosseguirmos na tarefa da construção nacional. E tivemos, com raras exceções, a grata surpresa de verificar que normas jurídicas, asperamente condenadas no momento de sua promulgação, resultaram, com a passagem do tempo, nos meios mais eficazes para a preparação e o funcionamento pacífico das novas realidades sociais.

Hoje, a sociedade brasileira se encontra, uma vez mais, num difícil e grave período de transição.

Dos sofridos estados do Norte e do Nordeste, bem como dos ricos estados do Sul, milhões de vozes se erguem, clamando pela execução de reformas estruturais básicas, que nos mantenham no caminho da ordem e da paz, que contribuam decisivamente para o advento e a consolidação da justiça social, que promovam a recuperação de milhões de brasileiros, a fim de que possam colaborar na vasta obra de enriquecimento e de engrandecimento da Pátria. A esse coro gigantesco, que nos últimos anos se ouve com intensidade cada vez maior, se uniram desde o primeiro momento, e agora se fazem ouvir com mais força, as vozes da Igreja, das classes produtoras, da inteligência e do trabalho indígena.

É que ninguém mais discorda quanto ao fato de que a hora soou e de que está encerrado o capítulo das protelações.

Eis por que o episódio da renúncia, apesar do seu caráter abrupto e chocante, a ninguém encontrou desprevenido. O povo, os seus mandatários nas duas Casas do Congresso Nacional, as forças do capital e do trabalho, os intelectuais e, sobretudo, as Forças Armadas brasileiras, não tiveram outro pensamento senão o de preservar as instituições democráticas e o de assegurar a posse do Presidente João Goulart.

Por alguns dias, ainda bem vivos na memória de todos, o povo brasileiro e todas as nações da Terra ficaram em suspenso, expectantes, aguardando o desfecho da crise que sacudiu o nosso País. Do violento impacto causado pela renúncia, da surda oposição que setores mal informados ou pouco esclarecidos manifestavam aos novos caminhos que o Brasil procura seguir, para a afirmação de sua soberania e de sua independência, bem como à sua decisão de enfrentar e resolver, dentro da lei, os seus graves problemas internos, emergiu, como solução conciliadora e alta, a implantação do regime parlamentarista.

E com a posse de Sua Excelência o doutor João Belchior Marques Goulart, que assumiu a suprema chefia do Estado brasileiro, para a qual se credenciara através de um áspero e tormentoso passado de lutas em prol do fortalecimento de nossas instituições democráticas, lutas duras em meio às quais fundiu sua forte personalidade de líder, em que se destacam as virtudes nobres e viris da clarividência, da isenção, da serenidade e da conciliação, líder que possui, como poucos, aquele raro dom que marca os autênticos estadistas – o de esquecer mágoas e superar ressentimentos, para se preocupar, tão somente, com o bem-estar e a segurança do seu povo e o engrandecimento de sua Pátria. Com a posse de Sua Excelência, repito, estavam restauradas as franquias democráticas e as prerrogativas inalienáveis do povo brasileiro. Dele – deste bravo, altivo e generoso povo brasileiro – foi a vitória alcançada.

Do povo, diretamente, e do povo através de seus legítimos representantes na Câmara e no Senado; do povo, através dos seus gloriosos “cidadãos em uniforme”, que constituem as Forças Armadas de terra, do mar e do ar, e de cujas convicções democráticas tanto nos orgulhamos; do povo, através dos seus intelectuais, do clero, dos seus combativos sindicatos, dos seus estudantes.

Se saímos, enaltecidos, de uma das mais graves, se não a mais grave crise que as nossas instituições democráticas atravessaram, também é certo que nunca os homens responsáveis desta Nação tiveram consciência mais aguda e clara das tarefas urgentes e vitais que são, neste momento, chamados a executar. A cada um de nós compete, pois, com o espírito totalmente voltado para o bem comum, fazer do regime parlamentarista o instrumento revolucionário eficaz de que necessita o País para as suas reformas fundamentais.

A luta heroica dos parlamentares brasileiros pela preservação da legalidade, durante as horas memoráveis de angustiosa expectativa no esforço hercúleo para fazer prevalecer exclusivamente a vontade férrea de superar e vencer as dificuldades que se antepunham à sobrevivência da democracia, constituirá, para todo o sempre, uma das páginas mais luminosas da nossa história.

Trata-se agora do coroamento desta obra iniciada a 25 de agosto, em meio a profundas apreensões e negros presságios. Dissiparam-se as trevas, uma intensa claridade banha o País, é hora de trabalho, é hora de empunhar as ferramentas e iniciar a grande tarefa de reduzir os desníveis sociais, abolir o abismo entre a miséria e a opulência, construindo pontes amplas ao tráfego livre, pelas quais possam transitar tranquilamente todos os brasileiros.

Nunca, porém, é demais repeti-lo: não devemos querer nem deixar iludir-nos pela suposição de que haja cessado a crise. Claro que não cessou, pela simples razão de que não cessaram as suas causas profundas. Bem haja o nosso povo que, agindo com aguda sensibilidade, salvou a democracia; bem haja o Congresso Nacional que, com lucidez, nos ofereceu, na hora devida, o instrumento de trabalho – político e governamental – conveniente à condução dos problemas e das soluções de base que a realidade nos defronta.

Nada valerá tudo isso, entretanto, se este governo, que é nosso – do Conselho de Ministros e do Parlamento –, não se mostrar digno da sensibilidade do povo e da lucidez do legislador, dominando com segurança este método de ação política – flexível e eficaz como nenhum outro – que é o sistema parlamentar; se V. Exas., autores deles e seus responsáveis, não derem aos seus delegados executivos os recursos eficientes e prontos que o novo regime permite e impõe, para que possamos ao menos equacionar os problemas que permanecem no vértice da

crise que apenas se amainou. Não nos iludamos, Srs. Deputados, com a trégua que ela ora nos concede, e até com o clima de quase universal simpatia e boa vontade que cerca a nossa ação, ou melhor, expectativa de nossa ação de governo.

Essa trégua e esta amável expectativa apenas nos estão colocando ante o dilema clássico de decifrá-la – a crise apenas interrompida – ou sermos por ela devorados.

Ou nós formulamos soluções premunitivas de novos e maiores equívocos e conflitos que os de alguns dias atrás, ou estaremos abdicando de toda esperança de salvação para nosso patrimônio espiritual de crença, liberdade, paz e soberania. Ou este governo assume, desde já, um forte conteúdo afirmativo e reformista, com decisão e coragem inquebrantáveis, ou teremos abertas as comportas de vácuo para sucção de todas as aventuras e subversões contra as tradições e as esperanças brasileiras.

É necessário, e mais do que necessário, urgente e indispensável, que o Brasil prossiga na marcha para seu completo desenvolvimento. Não será com medidas policiais, artifícios ou processos enganosos que faremos face aos altos custos de bens de consumo que são ao mesmo tempo consequência e causa do surto inflacionário. Só conquistaremos a desejada estabilidade e só estaremos em condições de alcançar o nosso objetivo supremo – que é atender ao anseio de justiça social – se conseguirmos mudar a nossa estrutura econômica, se nos transformarmos num grande país industrial. É vital, pois, para o presente e para o futuro desta Nação, que continue a reinar a confiança, a segurança, a tranquilidade para empresários e operários que se têm dedicado a construir o Brasil e a tirá-lo da estagnação e do atraso. Esta é a hora de fazermos um apelo aos homens da iniciativa privada, aos que produzem, e dizer-lhes que o Brasil jamais necessitou tanto deles como neste momento. Este governo não quer senão que o País cresça e se expanda, e está disposto a colaborar, ombro a ombro, com os que, leal e corajosamente, se dedicam ao trabalho redentor e consolidador da independência efetiva deste País. É pensando no Brasil que apelo para que não deixem de atuar as energias e a capacidade de nossos homens de empresa. Estou certo de que não lhes faltará o apoio das nossas autoridades para que levem a efeito uma tarefa de tão grande transcendência. Será impossível construir e tornar tranquila esta Nação se não houver uma operação de transformação de nossas bases econômicas, e esta transformação não se verificará sem o

apoio dos homens criadores de riqueza, que vêm lutando para sermos um povo próspero e, na realidade, independente.

Os propósitos deste governo, Srs. Deputados, estão neste volume que se põe às mãos de V. Exas., para ser estudado, meditado, criticado e aprimorado. Para tanto, contamos com as inspirações de patriotismo, com os suplementos de sabedoria dos Srs. Congressistas, na certeza de que, na execução de tarefa de tamanha magnitude, não haverá defecções, omissões ou deserções de qualquer natureza. Nortearemos a nossa ação por estas quatro palavras que a sintetizam e resumem: desenvolvimento, estabilidade, integração e justiça.

Desenvolvimento, porque a única maneira de salvar o povo da miséria é enriquecer a Nação.

Estabilidade, para que a inflação não devore, por um lado, o que o desenvolvimento cria por outro.

Integração, para que pedaços da Nação não se cevem na miséria de irmãos de outras regiões.

Justiça, para que o trabalho e a privação de muitos de seus filhos não sejam fontes de lucros excessivos e do ócio improdutivo de alguns poucos.

A crise do Poder Executivo, que obrigou o Parlamento brasileiro a assumir o governo do País, empresta especial significação a este momento, quando os membros do Conselho de Ministros, no desempenho de dever constitucional, submetem à alta consideração de V. Exas. o seu programa de ação administrativa.

Fazem-nos conscientes do seu encargo – inédito na República –, mas animados pelo resultado da experiência de uma dessas raras oportunidades em que uma Nação põe à prova a sua efetiva unidade. Resultado que é expressão e atestado da maturidade do povo brasileiro, mediante a constituição de um governo de real união nacional, em benefício do compromisso maior com o desenvolvimento, a ordem e a paz social.

A compreensão da história identificará, no processo desse desenvolvimento, já bem complexo, ao impacto de múltiplas tensões sociais, movido por vários e ricos dinamismos, a causa profunda da recente crise. Desbordando dos quadros de uma direção unipessoal, o desenvolvimento brasileiro evidenciou a inadequação do presidencialismo como instrumento de decisão política na atual etapa da nossa evolução. O pluralismo econômico e social, penhor de nosso progresso, terá necessariamente no

governo de Gabinete a mais apta e flexível forma de repartição coletiva na condução da política nacional.

O programa ora apresentado desdobra sistematicamente as necessidades e os objetivos do desenvolvimento brasileiro, bem assim as políticas que o Gabinete de Ministros entende mais ajustadas ao desempenho do mandato recebido de V. Exas.

Não nos podemos furtar, entretanto, a enunciar, de pronto, algumas condições de que dependem tanto a ação do Gabinete como a própria continuidade desse processo, e que estão a reclamar um assentimento profundo da nossa comunidade.

Não será possível pensar em desenvolvimento, sem estabilidade social e política. Ao emergirmos da séria crise, podemos perceber, em toda a sua extensão, o preço da instabilidade, que nos sujeita a súbitos retrocessos nas conquistas logradas penosamente por lento e continuado esforço coletivo. Será indispensável que nos voltemos – todos os brasileiros – à contenção dos inconformismos e intransigências, e que aceitemos sempre a humildade do diálogo democrático, ao invés de pretendermos impor pontos de vista individuais, numa exacerbação de ânimos que só interessa aos inimigos da Pátria.

A compreensão do dinamismo social revela, entretanto, que a estabilidade é função do constante ajuste das molduras institucionais às novas formas de uma sociedade em transição. Neste passo, considera o Gabinete que o parlamentarismo criou um instrumento mais hábil – e a obrigação inadiável de sua plena utilização – para concretizar as reformas de base por que almeja o País, e cuja postergação tem sido, com injustiça, repetidamente imputada ao Congresso Nacional. Para essas reformas o Gabinete espera, com o apoio do Parlamento, explorar todas as virtudes do novo regime.

Impõem-se, também, num sistema em que a necessária convivência do Estado e da iniciativa privada no campo econômico encontra limites mal definidos, demarcar as áreas de competência e criar as condições de segurança e previsibilidade de cálculo econômico. O setor privado deve trazer ao desenvolvimento nacional a contribuição que dele reclama, e que em tantos setores se tem mostrado altamente útil. O estágio que já atingiu a economia nacional não mais se compadece com um regime de indefinição que entorpece as iniciativas, gera o imobilismo e contribui para esbater a nitidez das concepções políticas e jurídicas que informam

a nossa estrutura constitucional. Não carece o Estado de tarefas adicionais, e sim de meios para executar aquelas que já o assoberbam.

A última das condições a destacar é aquela que traduzirá, plenamente, o sentido de responsabilidade histórica e o desejo da coletividade de optar pelo desenvolvimento: austeridade, tanto no governo, como no povo.

A demonstração de unidade nacional, de paciência da gente brasileira e da sabedoria política de seus representantes, em que se converteu a recente crise, evidenciou, em todo o seu vigor, as reservas cívicas de que dispõe a Nação. Mobilizadas para a obra construtiva do desenvolvimento, será fácil encontrar forças para suportar os sacrifícios por ele transitariamente exigidos, e fazer dos benefícios, que se podem desde já antever, o fruto de uma decisão cada vez mais coletiva do povo brasileiro.

O programa de governo que oferecemos à apreciação do Congresso Nacional representa um esforço para equacionar os grandes problemas com que se defronta a Nação e para indicar as medidas que permitirão encaminhá-los à solução, dentro de prazos previstos, tão breves quanto o permitam os recursos humanos e financeiros mobilizáveis pelos poderes públicos. Nele ressalta como expressão máxima do amadurecimento nacional a coragem de focalizar e definir as condições de penúria e ignorância em que vive tão grande parcela de brasileiros ao lado da deliberação de defrontá-las. A indicação maior de que o Brasil se encaminha para o desenvolvimento é esta tomada de consciência dos seus problemas e esta inconformação. A cada meta alcançada no caminho do desenvolvimento, novas e ainda maiores tarefas se descortinam, desafiando as energias da Nação.

Esta consciência crítica e o inconformismo com o atraso e com a miséria é que garantem aos brasileiros o direito de serem, hoje, um povo otimista. Todos sabemos que o dia de amanhã será melhor que o de hoje por força da nossa capacidade de mobilizar pelo trabalho, pelo estudo e pela pesquisa o inesgotável patrimônio de que somos herdeiros, para colocá-lo a serviço do bem-estar de nosso povo.

O novo governo encara como um dos problemas de maior importância e de maior premência, em nossa atualidade política, o do reforço e reformulação da nossa estrutura federativa.

É sabido que a Federação foi introduzida, ao ocorrer o advento do regime republicano, como expressão do anseio de autonomia das antigas

províncias brasileiras sem que estas, entretanto, reivindicassem qualquer parcela de independência política em face da Nação. O regime federativo estruturou-se juridicamente e funcionou durante estes setenta anos, permitindo que se diferenciasssem as condições da vida política regional e que se afirmassem as peculiaridades do caráter brasileiro de acordo com a variedade de suas determinantes históricas e geográficas.

Todo regime político tem, porém, além de superestrutura jurídica, uma infraestrutura econômica que o mantém. A Federação deveria ser mantida graças ao mecanismo da distribuição de rendas, ponto dos mais delicados da estrutura constitucional, que encaminha os recursos fiscais para os cofres da União, do estado ou do município, segundo uma avaliação prévia do montante dos encargos de cada uma dessas entidades. Poderiam ser feitas censuras a essa discriminação à luz mesmo dos critérios racionais que a motivaram; entretanto, bem ou mal, durante muitos anos, ela correspondeu a uma interpretação da realidade e permitiu que os estados mantivessem com recursos próprios os seus serviços, ainda que eventualmente auxiliados por empréstimos do governo federal ou por operações financeiras realizadas no exterior.

Recentemente toda essa situação sofreu uma transformação radical. Até 1942, poucos anos antes de ser adotada a nova Constituição, os recursos fiscais eram, de maneira predominante, aqueles com que contava o poder público para o preenchimento de suas funções. Nesse ano, entretanto, um decreto-lei, do mesmo dia daquele em que se mudou o padrão monetário, veio estabelecer que as emissões de papel-moeda podiam ser feitas por solicitação da Carteira de Redescontos ao Tesouro Nacional, observado para cada emissão o lastro de 25% em ouro e divisas.

Em 1945, outro diploma legislativo, promulgado pelo governo Linhares, aboliu implicitamente esse derradeiro limite ao permitir que o ouro e as divisas de que dispúnhamos, e que serviam de lastro às emissões, fossem aplicados sem qualquer recolhimento destas à liquidação de compromissos do País no exterior.

A partir dessa data ficou livre de quaisquer limitações objetivas, entre nós, o poder monetário da União, ao mesmo tempo que o Banco do Brasil se viu autorizado a recorrer à Carteira de Redescontos para obter recursos destinados ao atendimento das despesas federais. Desde esse dia, os recursos fiscais passaram a representar apenas uma parcela dos



meios com que a União atenderia ao seu próprio programa de investimentos. Ao lado deles, os recursos simplesmente monetários comparariam com importância crescente, desequilibrando, de maneira definitiva, o cálculo aproximativo em que se baseava o plano constitucional da discriminação de rendas.

Daí por diante, enquanto os estados e os municípios tinham de contentar-se com o produto da arrecadação dos impostos e taxas, a União, além dos impostos federais, tinha aberto diante de si, regulado apenas pela prudência dos governantes, o poder de emitir papel-moeda.

Essas condições estruturais geraram a inflação de meios de pagamento que conhecemos, e com ela a alta dos preços, ou melhor, a desvalorização da moeda que transformou rapidamente o valor nominal das mercadorias e serviços em nosso País.

Em face dessa desvalorização, as finanças dos estados e dos municípios sofreram dois graves e irresistíveis impactos: em primeiro lugar, a inflação monetária concentrou seus efeitos imediatos de maneira desigual nas regiões do País, fazendo confluir recursos financeiros em grande escala para as áreas onde se acelerava o processo de industrialização e deixando à míngua de recursos aquelas que persistiam em atividades primárias como a agricultura, a pecuária e a mineração. Daí resultou, como um efeito inevitável do processo de industrialização financiado por meios inflacionários, o violento desequilíbrio entre as áreas industrializadas e as áreas agropecuárias do País, com o conseqüente crescimento da renda fiscal de alguns estados e o decréscimo relativo da renda fiscal dos demais.

Em segundo lugar, nem todos os impostos reagiram da mesma forma aos efeitos da inflação. Alguns, diretamente relacionados com os preços, sofreram a influência imediata da mudança de valor da moeda e cresceram juntamente com os índices da desvalorização. Outros, baseados em cadastros, em lançamentos estatísticos, em lançamento de revisão demorada, mantiveram-se refratários àquela influência e sofreram até um decréscimo relativo no produto de sua arrecadação.

Entre estes últimos figuram praticamente todos os tributos deferidos aos municípios, dos quais apenas um, o imposto de indústrias e profissões, é suscetível de ser relacionado com os preços, e ainda assim graças a reformas da legislação tributária que só em algumas capitais e em raros municípios foram realizadas.

Os estados tiveram nas vendas e consignações a sua fonte mais flexível de recurso para acompanhar os efeitos da inflação monetária, mas ainda assim, salvo nos estados onde se concentrou o processo da industrialização, foram gradualmente condenados à insolvabilidade e passaram a ter a necessidade constante de recorrer ao auxílio federal, não por vício de administração ou por um descalabro de suas finanças, mas sim por um defeito de estrutura que desvenda em cheio as debilidades do sistema federativo.

Enfrentar esse problema, trazer-lhe uma solução urgente e compatível com a realidade brasileira, é um dos objetivos primordiais do atual governo, que o enfrentará da Pasta da Fazenda e da Pasta da Justiça convocando a Câmara no que for necessário para a suprema responsabilidade da reforma constitucional.

Não devo esconder à Nação apreensões do governo diante das perspectivas sombrias que parecem delinear-se diante de nós e de que podem resultar sérias convulsões sociais se desde já, e de imediato, não forem tomadas severas medidas acauteladoras.

Crises – como essa por que acabamos de passar – aguçam o espírito da coletividade para a necessidade de soluções fundamentais. É preciso ter a coragem de identificar, sob a aparência política de tais situações, os fatores acumulativos que as geraram.

Esses fatores, na atualidade em que nosso crescimento econômico começa a depender substancialmente do próprio mercado interno, nos proporcionam o diagnóstico de que não mais é possível interferir naquele processo à base apenas de mecanismos cujos efeitos, surpreendentemente, nem sempre revertem em benefício do País e do bem-estar do povo.

O momento desafia a capacidade de indagação de nossas elites. Assistimos à exacerbação da inflação de custos sem correspondente impulso no desenvolvimento nacional.

Testemunhamos a extinção dos estímulos adjetivos antes aplicados para a aceleração desse progresso, e mesmo em resguardo da tranquilidade social, mas não conseguimos divisar a instituição simultânea dos instrumentos substantivos indispensáveis à racionalização e consolidação do crescimento, em razão das necessidades e diversidades regionais do País.

A situação recebida da recente crise impõe-nos graves considerações e justificam a ênfase emprestada às reformas estruturais.

A expansão observada no meio circulante ameaça transformar-se em efeitos inflacionários de graves consequências econômico-sociais, agravando os tão acentuados desequilíbrios internos nacionais e regionais.

Ao tempo em que se constata a calamitosa aceleração do aumento do custo de vida; que se observa a queda sensível do ritmo das inversões de infraestrutura e de natureza reprodutiva, quer de origem interna, quer de origem externa, grandes proporções dos nossos recursos disponíveis são desviadas para inversões de caráter nitidamente financeiro. Vemos as inversões no setor do comércio e da produção cederem lugar ao atrativo de vultosas especulações, cujas altas margens de lucratividade não podem deixar de manifestar-se, sob a forma de um ônus adicional, a inflacionar, de modo sub-reptício e crescente, os custos dos bens, cujas criações, circulação e consumo são financiados, em última análise, pela massa assalariada do povo.

Urge que modifiquemos essas tendências evidentemente comprometedoras do progresso e da tranquilidade por que tanto anseia a Nação brasileira.

Não constituirá fácil tarefa, nem realizável de pronto, essa. Impõe-se de início que se compense o excesso atual da moeda com o correspondente aumento da criação de riquezas e da produtividade. Implicará também parcela de tempo o restabelecimento do ritmo de capitalização do País, em declínio inquietante.

Retomado que seja esse ritmo, sobretudo mediante desestímulo das vultosas aplicações economicamente estéreis, estaremos, então, dando os primeiros passos no caminho certo.

Restabelecido o rumo que se afina com as tendências de nossa evolução, tornar-se-á menos difícil, em consequência, combater com eficácia os desequilíbrios regionais, e, no plano nacional, atenuar os desequilíbrios orçamentários e cambiais.

Na realidade, somente o estímulo à capitalização fará com que seja possível ao setor público distribuir com os empresários privados o ônus da oferta adequada de emprego a um povo que cresce à razão de 1 milhão e 800 mil almas por ano. Somente com enriquecimento à base de adequada compensação regional de rendas será dado ao Brasil

revelar ao mundo o fortalecimento de sua moeda, símbolo de sua soberania material.

Desprezar esses postulados seria insistir em medidas de superfície, não mais aceitáveis; seria continuar a enganar-nos a nós próprios, em detrimento de nossa capacidade criadora, num constante adiamento de solução que poderá provocar, em reação, conquistas por meios outros que não os próprios da evolução natural.

Faz-se mister – e o fato não comporta a menor dúvida ou discrepância – reajustar os salários aos aumentos do custo de vida. Fatores de várias naturezas, entre os quais pode-se citar o abalo por que a Nação acaba de passar, de consequências ainda não bem avaliadas, seja na sua economia interna, seja nas relações comerciais com o exterior, fizeram que o aumento no custo de vida ultrapassasse as previsões mais otimistas.

Os salários já não correspondem às necessidades da grande massa trabalhadora. Muitos não ganham o suficiente para o sustento da própria família, e a multiplicidade de encargos a que têm de dedicar-se não só lhes põe em risco a saúde, mas ainda os afasta do aconchego do lar, impedindo-os até mesmo do dever primacial de prestar assistência direta aos filhos. Homens e mulheres lutam pela sobrevivência, nas cidades e nos campos, por vezes em condições de vida infra-humanas. E cada dia que passa vão eles mais e mais tomando consciência das injustiças sociais que os afligem, vão-se impregnando dos sentimentos de uma revolta íntima, cujas consequências já nos é possível vislumbrar. É preciso que nos convençamos de que vivemos num outro mundo em que não tem mais lugar a plena fruição dos regalos da vida, por parte de um grupo em minoria, em detrimento do grupo infinitamente maior, que se esfalfa, que sua, que se desgasta, que se adoenta na luta por algumas migalhas de pão.

Os reajustamentos salariais, por mais justos e equilibrados que sejam, costumam trazer após si uma sequência de reações em cadeia, nem sempre passíveis de um controle total, e gerar desajustes entre as classes beneficiadas e aquela cujos salários ou vencimentos não se sujeitam às mesmas facilidades de revisões periódicas.

Se importa ao poder público zelar pela manutenção da ordem social através de medidas que atendam a um direito mínimo da classe trabalhadora, que é o direito à sobrevivência, também importa às classes

produtoras, à classe patronal, não faltarem – e é de justiça ressaltar que em sua maior parte não têm faltado – com a sua contribuição para o amortecimento dos desastrosos efeitos que sub-repticiamente vão minando os alicerces da nossa estrutura social.

O atendimento justo a uma parcela sensível e fortemente atuante na construção da grandeza nacional terá os seus efeitos anulados, com a agravante da sobrecarga às demais, se o governo não atacar corajosa, decidida e energicamente os problemas de base que a Nação, já despertada para conquistas bem mais avançadas, de há muito está reclamando.

Particular atenção há de merecer do governo a reforma agrária, como passo inicial e precípua para a integração do homem do campo em nossa vida econômica, com reflexos ponderáveis sobre os demais setores da economia nacional, como um dos fatores de equilíbrio da nossa estabilidade social, como um ato de justiça social.

Todas as vozes se unem neste reclamo, fora e dentro deste Parlamento.

Eis, pois, um dos itens de prioridade absoluta na agenda do governo que acaba de assumir a direção do País.

Paralelamente, como um dos meios de fortalecer a economia interna, promover o surgimento de novas indústrias, ou desenvolver e fortalecer as já existentes, ampliar as áreas de aplicação de capitais, conduzir à melhoria dos serviços prestados, cuidará o governo de acelerar a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Não nos anima nenhum sentimento de xenofobia, e é bom que fique claro o pensamento do governo em matéria de tamanha relevância.

As portas do nosso País continuarão abertas a quantos quiserem nele estabelecer-se. O Brasil reclama capitais alienígenas para consolidar e ampliar a sua estrutura econômica. Regulamentar as remessas de lucros para o exterior não significa – é escusado dizê-lo – impedir uma compensação adequada, sob as diversas formas por que é feita, mas sempre dentro de justos limites, sem prejuízo dos supremos interesses do País, sem as bárbaras sangrias que vêm debilitando o organismo nacional.

Quer no âmbito interno, quer no externo, é preciso, nesta hora, conclamar os mais bem aquinhoados para um esforço em comum, no sentido de libertar milhões de brasileiros da miséria em que se debatem, estrangulados pela cobiça do lucro fácil, pela ganância do enriquecimento a qualquer preço, pelas garras do poder econômico, imoderado.

Estruturado em sólidas bases, o projeto de lei antitruste, em tramitação nesta Casa, virá constituir uma poderosa arma em mãos do governo a favor do bem social.

Urge, portanto, acelerar a promulgação da lei antitruste, com vistas a fornecer ao governo os instrumentos para combater a carestia artificial, gerada pela desenfreada especulação, pela fome dos lucros excessivos e pela ambição desvairada daqueles a que faltam os mais rudimentares princípios de caridade cristã.

Desta forma, Srs. Deputados, espera o governo cumprir o seu dever através de uma corajosa e intransigente política reformista que terá que assentar-se na sólida institucionalização do novo regime constitucional, com reformulação da nossa vida partidária e a revisão dos nossos estatutos eleitorais para sintonizá-los com a dinâmica da vida parlamentar, de forma a abroquelar a manifestação da vontade popular, da fraude e da corrupção, tornando a representação nacional e os governos dela oriundos cada vez mais legítimos e genuínos.

Lançar-nos-emos, com inabalável e firme decisão, à reforma agrária, salarial, bancária, fiscal e monetária, bem como dos nossos processos e sistema de educação e cultura, à custa de adequada e urgente legislação, cujos rumos estão indicados no documento que hoje tivemos a honra de entregar à esclarecida consideração dos nobres representantes da Nação. É trabalho de excelsa magnitude, que nos levaria ao desânimo se não contássemos, para o seu bom êxito, com as prodigiosas reservas de civismo e resistência moral do nosso povo.

Se não nos faltarem os estímulos, o apoio e a lúcida colaboração dos nossos cultos e dignos legisladores, levaremos a bom termo a nossa missão, mesmo sabendo de antemão que haveremos de suportar, resistindo, a todas as pressões, lutar contra a incompreensão de uns, as paixões de outros e o egoísmo de muitos.

O Brasil merece todos os sacrifícios e nós lhe daremos todos os que forem exigidos de nós.

Em síntese, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a ação do governo no campo social terá sempre em vista o interesse nacional, dentro destas diretrizes de Sua Santidade o Papa João XXIII, na recente encíclica *Mater et Magistra*:

Dar trabalho ao maior número de operários; evitar que na cidade e mesmo no próprio meio de trabalhadores se formem grupos de privilegiados; manter uma justa proporção entre o salário e os preços; tornar acessíveis os bens e comodidades da vida ao maior número possível de pessoas; remover completamente, ou pelo menos reduzir, as desigualdades que existem entre os vários setores econômicos, isto é, o setor agrícola, o setor industrial e o de serviços públicos; realizar o equilíbrio entre a expansão econômica e o desenvolvimento dos serviços prestados aos cidadãos, especialmente pela autoridade pública; adequar nos limites do possível as fontes de produção aos progressos das ciências e das técnicas; fazer, enfim, com que sejam alcançados os melhoramentos de uma vida mais humana, e que sirvam não só à geração presente, mas também às futuras.

No âmbito da política externa, reitera o governo, perante esta Câmara, a política brasileira de inteira independência, a continuidade da nossa tradicional linha de pugnar pela consolidação da paz entre os povos, pela solução amigável dos litígios, pela abolição da desigualdade de condições econômicas entre os vários países, com total repúdio ao apelo às armas ou às formas de coação política, ideológica ou econômica, para dirimir conflitos ou impor domínios.

Respeitará o governo, integralmente, os atos internacionais firmados pelo Brasil, mantendo-se assim uma coerência observada no curso de nossa história.

Sempre repugnou à consciência nacional qualquer tipo de racismo ou de colonialismo, e dentro dessa política será defendida pelo Brasil a autodeterminação dos povos, observadas as nossas convicções democráticas.

Reafirma o governo a fidelidade do Brasil aos ideais do pan-americanismo, aos compromissos assumidos com as demais nações deste continente, em particular aqueles que digam respeito à erradicação da miséria entre os povos subdesenvolvidos das Américas, objetivo primeiro da Operação Pan-Americana e, ultimamente, da Aliança para o Progresso.

Não nos enganemos com o vulto e as dificuldades sem conta da tarefa que nos aguarda; que, aliás, em rigor, nem nos aguarda, desde que, nela, tudo traz a marca de uma urgência dramática. Não nos desanimem,

porém, quaisquer obstáculos, por maiores que sejam. Confiemos na capacidade de recuperação do País, tantas vezes posta à prova, quantas triunfante de todas as adversidades. Confiemos na capacidade de trabalho do homem brasileiro, que, nos campos, nas fábricas, nos escritórios, cria, de sol a sol, e muitas vezes nas vigílias da noite, a riqueza nacional que precisamos defender para ele próprio e para a Nação. Confiemos na capacidade de iniciativa e de compreensão dos nossos homens de empresa, que, tendo dado, através da história, tantos e tão altos exemplos de invenção criadora, de espírito pioneiro e de visão realista e realizadora, enfrentam, nesta hora, uma dupla batalha pela reforma estrutural da economia do País e pela sobrevivência, ao preço de qualquer sacrifício, do regime político-econômico em que nos formamos e queremos formar nossos filhos e os filhos dos nossos filhos. Confiemos na capacidade dos homens públicos brasileiros, cujo exemplo dado ao mundo nos últimos acontecimentos constitui a ponta-de-estrada de toda uma evolução que tem marcado a vocação e o destino da vida pública deste País como um caminho de liberdade e de civilização sem paralelo nas coordenações geográficas que ocupamos no planeta. Confiemos, enfim, no patriotismo de todos os brasileiros, quando a Pátria os convoca para uma verdadeira cruzada de sobrevivência e renovação do porte e da natureza desta em que nos empenhamos como um imperativo de salvação pública e salvação nacional.

Tenhamos fé em todos estes fatores de confiança e esperemos que o povo brasileiro, através deste órgão da soberania nacional, confie, igualmente, na ação deste governo, chamado à prestação de serviço tão grave e árduo quanto empolgante. Poremos, na sua execução, todas as disponibilidades de trabalho, de dedicação, de estudo e ação de que formos capazes, certos de que o momento assim o exige do governo e de todos os governados.

Procuraremos fazer do programa que ora submetemos à vossa aprovação um instrumento de trabalho tão rígido quanto o recomendam os altos objetivos a atingir e tão flexível quanto o aconselharem os próprios resultados e deficiência que se revelem no curso da nossa atividade sem pausa, em que cada dia será uma experiência e uma lição. Esta obra ingente, em que procuraremos suprir e agigantar, pelo esforço, o que acaso nos falte em atributos e recursos de toda ordem, terá de nós, deste governo, todas as nossas reservas de confiar e esperar,



de duvidar e experimentar, de perseverar e reformar; e, acima de tudo, toda a isenção e serenidade no julgar e decidir, mas também toda a obstinada paixão no cumprir e executar, certos de que, sem paixão, sem amor, nada de grande se cria nem realiza, pois, como disse aquele que tais coisas tanto sabia, “só o amor constrói para a eternidade”.

# *Programa de governo*

---

## **Discurso do primeiro-ministro Tancredo Neves apresentando propostas para a execução de seu programa de governo.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 14-11-1961.*

O SR. TANCREDO NEVES – Senhores Membros do Parlamento Nacional. Assistimos recentemente à confirmação da velha lição de sociologia política, segundo a qual...

... toda a vez que o funcionamento normal das sociedades, por qualquer motivo, foi interrompido, e os funcionamentos da ordem, postos à prova, quaisquer que tenham sido as causas subjacentes da crise, as consequências imediatas recaem sobre as instituições políticas às quais incumbe a responsabilidade de plasmar a nova ordem: o processo político de fazer as leis pode ser simplesmente um registro de fatos econômicos ou de relações sociais, ou um meio de influenciá-los e orientá-los com a forma de vida que escolhemos.

Se considerarmos que a solução encontrada para a crise foi a constituição de um governo de coalizão, baseada na transigência recíproca e não no predomínio de opiniões partidárias, podemos avaliar os obstáculos formidáveis a serem vencidos para o exercício das funções de governo.

Desde a escolha de nomes para os altos cargos da administração, até o processo de elaboração legislativa e de formulação de políticas para a solução dos problemas nacionais, tudo tem de ser feito sob o imperativo de harmonização de tendências divergentes, quando não antagônicas.

Invectiva-se de inoperância essa tarefa penosa e obscura de buscar-se o equilíbrio das forças em jogo e de afastarem-se dissensões que poderiam reabrir profundas feridas ainda mal cicatrizadas.

A manutenção do equilíbrio e da tranquilidade política tem sido, pois, a preocupação dominante do governo.

As soluções possíveis de serem adotadas, nessas circunstâncias, podem ser tímidas, por não constituírem a afirmação desassombrosa de

posulados doutrinários coerentes; podem ser sem brilho e não estimular o entusiasmo que incendeia o proselitismo partidário; podem ser soluções híbridas, pela necessidade de refletir as tendências das várias correntes representadas no governo; mas constituem as soluções em que cada um contribui com a sua parcela de sabedoria, alicerçada no denominador comum do objetivo visado: o bem-estar social, em ambiente de paz e de trabalho, em que o indivíduo, em vez de ser um meio para objetivos de outros indivíduos, passa a ser um objetivo em si mesmo.

### **I – Problemas econômico-financeiros e desenvolvimento**

Depois de ter apresentado as bases para o programa de governo em que se procurou fazer um amplo e profundo diagnóstico dos problemas nacionais, venho propor as primeiras medidas legislativas dentre as anunciadas como necessárias.

Vencida a crise política, e dentro do clima de corresponsabilidade partidária que preside as nossas deliberações – contrastando com o individualismo dos que exaltam a própria personalidade no paroxismo das promessas, mas fogem à árdua luta das realizações –, concentrou-se o governo, como um todo, no equacionamento dos problemas econômicos e financeiros básicos, especialmente naqueles que são causa do agravamento das tensões sociais.

Nesta oportunidade, tratarei de alguns dos problemas mais importantes da atual conjuntura: as relações econômicas com o exterior e o processo inflacionário.

Conforme foi declarado no programa de governo, o equacionamento desses problemas excede os limites de simples medidas de política monetária e cambial e abrange reformas estruturais básicas; sua solução adequada somente pode ser encontrada na perspectiva do objetivo maior que constitui o desenvolvimento econômico.

### **II – Relações econômicas externas**

As condicionantes histórias da formação econômica do Brasil – economia colonial, País exportador de produtos primários, a lentidão da formação de um mercado interno, e o próprio processo relativamente recente de industrialização com as suas exigências crescentes de bens de capital, combustíveis, certas matérias-primas e alimentos que não produ-

zimos em quantidades adequadas – explicam a extrema importância das relações internacionais para o nosso desenvolvimento.

A nossa prosperidade nacional de País exportador esteve sempre vinculada à nossa balança comercial e ao nosso balanço de pagamento.

Não soubemos, até agora, nos defender dos fatores externos adversos à nossa prosperidade, nem evitar que fatores internos nos conduzissem à situação de desequilíbrio estrutural em que hoje nos encontramos.

Perdemos, pela concorrência externa, as posições monopolísticas de que gozavam sucessivamente vários de nossos produtos de exportação.

As depressões mundiais fizeram sentir em toda a sua plenitude os seus efeitos sobre a nossa economia.

As conflagrações internacionais produziram distorções inesperadas na mobilização de nossos fatores produtivos e na estrutura de preços: o controle dos preços dos produtos primários durante a guerra e a elevação súbita dos preços dos produtos industriais, no após-guerra, fizeram-nos sentir em toda a sua dramaticidade aquilo que os economistas denominam “deterioração secular dos termos do intercâmbio”.

E, contra todas essas forças, a extrema vulnerabilidade de nossa economia marginal armou-se parcamente. Os instrumentos do nosso protecionismo defensivo, mal administrados, conduziram o País à situação de desequilíbrios que hoje constitui a herança das gerações presentes. Nada ilustra melhor as vicissitudes por que passou a nossa economia de país subdesenvolvido do que a evolução do sistema cambial e a evolução da inflação, usualmente tratada como simples acidente financeiro, cujo estudo se abandona aos especialistas da economia, como se as enfermidades do dinheiro não alterassem as bases mesmas da sociedade, e não operassem modificações tão profundas nas civilizações; ainda não é tarde para nos penitenciarmos da nossa devoção acendrada a esse Moloch que hoje nos devora.

### ***Evolução do sistema cambial brasileiro***

O nosso atual sistema cambial resultou da lenta e difícil adaptação do regime de taxa ao de taxa flutuante, estabelecida pelo mercado. A manipulação cambial tem-se revelado importante arma de política econômica em todos os países em fase de desenvolvimento, mas a utilização do

câmbio com essa finalidade não deixa de originar artificialismos e desequilíbrio no sistema econômico nacional.

Uma rápida apreciação da evolução do regime cambial brasileiro fornece importantes subsídios para uma exata compreensão da situação atual.

Nos anos de 1951 e 1952, em virtude da tensão internacional provocada pela guerra da Coreia, tivemos um resultado negativo em nossa balança comercial, da ordem de US\$ 218 milhões. No ano seguinte, o desequilíbrio foi ainda mais acentuado, atingindo o déficit de US\$ 564 milhões, originando-se os atrasados comerciais que exigiriam ou uma expansão das vendas no exterior, ou a compressão das importações.

Até esse momento, o sistema cambial favorecia as importações, pela garantia da venda de divisas aos importadores, a preço fixo e baixo, a despeito das pressões inflacionárias já impulsionarem para cima os preços internos. Por outro lado, os produtos de artigos agropecuários, que constituem o sustentáculo do nosso comércio exterior, eram penalizados com a manutenção de uma taxa de conversão fixa para a venda das cambiais obtidas pelos seus produtos no exterior. A elevação dos preços internos reduzia a capacidade competitiva dos produtos brasileiros no mercado mundial, originando-se daí a crise dos produtos gravosos. Começa, então, em 1953, uma política de estímulo às exportações e de desestímulo às importações, que até o presente momento ainda não encontrou o seu termo.

O primeiro passo nesse sentido foi a instrução do mercado livre de câmbio, com a Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953. A ela seguiram-se numerosas instruções da Sumoc, que culminaram com a tentativa de racionalização do mercado de câmbio, pela já famosa Instrução nº 70, que instituiu o sistema de ágios e as categorias de exportações.

Durante a vigência desse regime, isto é, de outubro de 1953 a agosto de 1957, os ágios médios das diversas categorias apresentaram variações de Cr\$ 15,32 a Cr\$ 61,49, por dólar, na primeira categoria; e de Cr\$ 85,72 até Cr\$ 285,37, na quinta categoria.

Uma segunda tentativa de racionalização do sistema, cujos defeitos já se mostraram insuportáveis para a economia do País, foi instituída pela Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que elevou as tarifas alfandegárias. Por essa lei, as categorias de importação foram reduzidas a duas, sendo mantidas as importações realizadas pelo chamado câmbio

de custo. Visava-se com a mesma transferir para a tarifa a função de proteção, até então exercida através da taxa cambial.

O regime de exportação não foi alterado, a não ser pela Instrução nº 192, da Sumoc, que estabeleceu o pagamento das cambiais de exportação de quase todos os produtos pelo câmbio livre, excetuados o café e o cacau, principalmente.

Esse sistema ainda sofreu algumas modificações relevantes, como a que resultou da Instrução nº 193, de 25 de março de 1960, que instituiu para a categoria geral o regime de ofertas adicionais de lotes de moedas conversíveis, até o triplo do montante previamente anunciado a uma taxa fixa. A despeito disso, a evolução da cotação média foi a seguinte: setembro de 1957, a 120 dias, Cr\$ 63,32 na categoria geral, e Cr\$ 158,67, por dólar, na especial.

Janeiro de 1961, a 150 dias, a categoria geral subia a Cr\$ 209,52, e a categoria especial a Cr\$ 633,06.

Essas cifras ilustram bem os resultados obtidos com essas políticas.

No tocante às exportações, o montante das divisas obtidas baixaram gradualmente, até 1958, permanecendo estagnado daí em diante. Enquanto exportávamos, em 1951, US\$ 1 bilhão e 769 milhões, dos quais US\$ 867 milhões para os Estados Unidos, em 1960 só exportamos US\$ 1 bilhão e 269 milhões, dos quais apenas US\$ 564 milhões para os Estados Unidos.

*O Sr. Fernando Santana* – Sr. Primeiro-Ministro, V. Exa., no início do seu discurso, teve oportunidade de se referir à deterioração na relação de trocas e há poucos instantes se referia também à queda das nossas divisas como resultado da nossa exportação de produtos primários. Como sabe V. Exa., no quinquênio 1953-1957, três produtos principais da nossa pauta – algodão em rama, café e cacau – deram em média 1 bilhão e 156 milhões de dólares. Mas no período 1958-1960, no último triênio, esses mesmos três produtos, embora num volume físico muito maior na exportação, renderam ao País apenas 820 milhões de dólares. Isto significa que em cada ano do triênio findo em 1960 – 1958-1960 – tivemos um prejuízo, na relação de trocas, de 336 milhões de dólares, o que equivale, no triênio, a 1 bilhão e 8 milhões de dólares, tendo exportado muito mais café, cacau e algodão. Este, um dos aspectos, a nosso ver, que mais infelicita o comportamento econômico do nosso País. E, ao lado desse, um outro que também é secular, o que chamamos processo espoliativo

da economia do País. A nosso ver, esses dois fatores são os maiores responsáveis por toda essa perda de substância da nossa moeda.

O SR. TANCREDO NEVES – Agradeço a interpelação de V. Exa., que veio ilustrar a tese que estamos defendendo.

Quanto às importações, os resultados também foram cadentes, baixando o seu valor de US\$ 1 bilhão e 987 milhões, em 1951, para US\$ 1 bilhão e 462 milhões, em 1960, período durante o qual as nossas compras aos Estados Unidos reduziram-se a quase 50% do que se importava em 1951.

O comportamento adverso das nossas contas internacionais nos obrigou a recorrer largamente às instituições internacionais de crédito, inclusive a banqueiros privados, de maneira que, a 28 de fevereiro do corrente ano, os compromissos cambiais do Brasil elevam-se a US\$ 2 bilhões e 372 milhões, dentre os quais, mais de US\$ 600 milhões eram constituídos de financiamentos relativos a operações de regularização cambial.

Esses compromissos em sua quase totalidade, em moedas fortes, exigiam dispêndios cambiais de mais de US\$ 425 milhões, em 1961, US\$ 393 milhões, em 1962, US\$ 320 milhões, em 1963, US\$ 254 milhões, em 1964, declinando daí em diante a níveis mais compatíveis com a nossa receita cambial.

Diante dessa situação, com uma balança comercial desfavorável e compromissos cambiais excessivamente elevados, impunha-se uma reforma cambial que estimulasse as exportações, além de providências para diferir, por prazos adequados, o atendimento dos nossos vultosos compromissos cambiais.

Ao primeiro desses objetivos, destinaram-se a Instrução nº 204 e as instruções complementares que se lhe seguiram; para atender ao segundo, foram empreendidas, com êxito, pelo governo passado, negociações com os nossos principais credores.

O mercado livre, pelo qual inicialmente apenas se realizavam operações financeiras e no qual, aos poucos, passaram a liquidar-se operações comerciais, refletia, até então, pelo aumento das cotações, o agravamento da situação cambial.

As médias das cotações diárias do dólar no período de 1953 a 1960 subiram de Cr\$ 43,32 por dólar, em 1953, a Cr\$ 189,90, em 1960.

Ora, os compromissos cambiais, como vimos, relativos a obrigações financeiras, absorveriam cerca de US\$ 400 milhões anuais, nos próximos

exercícios, além do dispêndio mínimo, só com a importação de petróleo, da ordem de US\$ 250 milhões anuais. Sem reformas básicas, não era possível a obtenção de novos créditos no exterior.

Esses antecedentes explicam a reforma cambial consubstanciada na Instrução nº 204, de 13 de março de 1961, que restabeleceu o regime de taxa única para os mercados financeiro e comercial. Essa instrução foi completada pelas de nºs 205 e 207, que fixaram cotas de contribuição por saca de café exportada.

As Instruções nºs 206 e 208 deram início à eliminação progressiva das letras de exportação e importação e suprimiram a taxa do chamado “custo de câmbio”. Completou-se, assim, a reforma cambial.

Entretanto, continuavam em sua marcha ascensional as cotações do dólar que, de Cr\$ 260,00 em junho e julho, passaram a Cr\$ 270,00 em agosto, ultrapassando Cr\$ 300,00 em setembro, o mesmo sucedendo em outubro, quando já se situava entre 310 e 330 cruzeiros.

Consolidadas as dívidas externas do Brasil, em forma compatível com a nossa capacidade de pagamento, obtidos substanciais créditos no exterior para fazer face aos nossos compromissos imediatos e futuros, inclusive créditos de estabilização, como adiante enumeraremos, *não era pela carência de dólar ou insuficiência da sua oferta que essas elevações desproporcionais da taxa de câmbio podiam ser explicadas*. Outras forças estavam em operação, entre as quais fatores psicológicos, a especulação e o vulto maciço das emissões, que a crise política havia suscitado, como adiante teremos a oportunidade de analisar.

Para fazer face a essa situação, foi baixada a Instrução nº 219, medida simplesmente de emergência, que procura evitar os reflexos da depreciação cambial oriunda de outros fatores sobre a taxa de câmbio das operações comerciais. De nenhum modo é intenção do governo restabelecer sistemas de taxas múltiplas, de cuja liberação o País já sofreu ônus mais que pesados, pela forma súbita por que foi introduzida: *Trata-se de medida absolutamente irreversível, que somente poderá ser objeto de complementação para atenuar os seus efeitos sobre setores que não os possam suportar, ou para fazer face à emergência da situação de força maior, como a que procurou corrigir a Instrução nº 219*.

Desejo dar ênfase à afirmação básica, acima feita, de que as cotações anormais do dólar não são justificadas pela insuficiência das



disponibilidades dessa moeda, visto que os recursos obtidos no exterior nos permitem atender aos compromissos existentes em sua forma atual.

### ***Compromissos cambiais***

No período de 31-8-1961 a 31-10-1961, a posição de nossos compromissos cambiais, que já havia experimentado uma redução da ordem de US\$ 268,7 milhões, entre 31-1-1961 e 31-8-1961, continuou a apresentar apreciável alívio, reduzindo-se ainda em 73,1 milhões de dólares a recuperação efetiva no mês de outubro. Esse resultado corresponde a uma melhoria total da ordem de US\$ 341,8 milhões, de fevereiro a outubro, ou seja, uma média mensal de 33 milhões obtida graças não só à redução das despesas ao mínimo indispensável, mas também ao alto nível em que se situou a receita cambial.

### ***Pagamentos em atraso***

Em 31-8-1961, encontravam-se retidas, por falta de disponibilidades, ordens de pagamento no total de US\$ 240,3 milhões, sendo US\$ 225,5 milhões pagáveis em moeda norte-americana, a credores dos Estados Unidos e de outros países, e US\$ 14,8 milhões, em marcos alemães.

Apraz-me consignar que, nos meses de setembro e outubro, esses compromissos foram reduzidos de US\$ 193,6 milhões, restando no momento apenas US\$ 46,7 milhões (inclusive US\$ 1,5 milhão pagável em marco alemão) de ordens de pagamento pendentes, emitidas a partir de 1º-7-1961, mas com base em promessas de venda de câmbio remanescentes do regime cambial anterior à Instrução nº 204, de 13 de março de 1961.

Para esse fim, foram utilizados os seguintes fundos: US\$ 63 milhões provenientes do Export-Import Bank of Washington, por conta do crédito de US\$ 168 milhões; US\$ 65 milhões oriundos do empréstimo do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos; US\$ 9,6 milhões referentes à primeira parcela do crédito *stand-by* negociado com bancos alemães, e US\$ 52 milhões, de linhas de crédito com banqueiros privados norte-americanos, além de recursos próprios.

Convém notar que a utilização parcial das linhas de crédito com banqueiros norte-americanos teve por objetivo possibilitar a liquidação das ordens de pagamento retidas, relativas à importação de petróleo e

derivados, tendo em vista que, desses pagamentos, cerca de US\$ 47 milhões deverão retornar ao Banco do Brasil sob a forma de *swaps*, que já estão sendo contratados com as companhias de petróleo. Registre-se, a propósito, que os atrasados referentes à importação de petróleo e derivados acham-se integralmente saldados.

### ***Orçamento do 2º semestre de 1961***

O orçamento do 2º semestre de 1961, relativo a moedas conversíveis, aprovado pelo Conselho da Sumoc em 26-7-1961, previa um déficit de US\$ 375,3 milhões, cujo financiamento estava assegurado pelos empréstimos compensatórios negociados no exterior.

Para essa estimativa contribuíram compromissos advindos de exercícios anteriores, em total equivalente a US\$ 736,9 milhões, entre os quais se incluíam os pagamentos em atraso em 3-6-1961, no total de US\$ 225,2 milhões, bem como o descoberto de US\$ 40,1 milhões em contas de banqueiros europeus.

Nos meses de julho e agosto, excluída a liquidação de pagamentos atrasados e do descoberto junto a banqueiros europeus, as apurações indicam que a execução orçamentária se mostrou equilibrada, apresentando mesmo um superávit de US\$ 3,6 milhões, em vez do déficit de US\$ 61,8 milhões calculado inicialmente. Para esse resultado influíram predominantemente as transações financeiras, cuja receita efetiva superou em US\$ 40,5 milhões a estimativa, ao passo que a despesa realizada foi de US\$ 18,3 milhões a menos que a prevista. Por outro lado, a redução das exportações praticamente se compensa com a das importações.

Não se acham disponíveis, ainda, dados referentes ao câmbio efetivamente entregue nos meses de setembro e outubro. Mas, pelo exame das operações contratadas no período de julho a outubro, já se pode esperar que o desequilíbrio final do semestre se manterá em nível bem inferior ao previsto, graças sobretudo ao excesso das compras sobre as vendas nas operações da Carteira de Câmbio.

### ***Projeção da receita e despesa para 1962 – moedas conversíveis***

Uma das diretrizes da presente política cambial consiste em procurar manter os gastos de divisas limitados à receita efetivamente auferida. No entanto, em consequência dos pesados encargos representados

pelos compromissos assumidos anteriormente, que montam, só no ano de 1962, a cerca de US\$ 570 milhões, pode-se antever um déficit da ordem de US\$ 380 milhões para o ano vindouro, desnível este que terá sua cobertura assegurada, uma vez utilizados os recursos dos empréstimos negociados com os Estados Unidos e países europeus.

Expressas por seus equivalentes em dólares, a receita esperada situa-se em torno de US\$ 1 bilhão e 350 milhões e a despesa em US\$ 1 bilhão e 730 milhões.

Em que pese o volume do déficit ora previsto, é de notar que, na despesa de US\$ 1 bilhão e 730 milhões foram computados US\$ 1 bilhão e 160 milhões destinados ao atendimento de novas importações essenciais e a transações financeiras, de sorte que, concretizando-se o desequilíbrio apontado, estará afastada a possibilidade de repercussões desfavoráveis sobre as correntes de trocas entre o Brasil e os países de moedas conversíveis.

### ***Empréstimos no exterior***

Com referência às operações de crédito negociadas pelo governo brasileiro nos Estados Unidos da América e na Europa, durante o primeiro semestre do corrente ano, cabe mencionar que já estão quase todas formalizadas. Eis, em resumo, a situação de cada uma:

### ***Fundo Monetário Internacional***

Demonstrando um elevado propósito de cooperação e compreensão das dificuldades que o País vem atravessando, o Fundo Monetário Internacional concedeu ao Brasil, mais uma vez, a sua ajuda representada por um empréstimo de estabilização (*stand-by*) no montante de US\$ 160 milhões, dos quais já foram sacados US\$ 60 milhões, podendo o restante ser utilizado em parcelas mensais de US\$ 10 milhões, segundo as necessidades da situação cambial. Processam-se os entendimentos sobre o assunto, a cargo da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

O Sr. Salvador Lossaco – Sr. Primeiro-Ministro, desejava, primeiro, reportar-me ao acordo assinado ainda no governo passado com o Fundo Monetário Internacional. Já cobrei o seu texto diversas vezes da tribuna. A Casa não o conhece até agora, e estou informado de que ele

é altamente lesivo aos interesses brasileiros, porque prevê a criação de um fundo de estabilização monetária, a par da aplicação do plano de estabilização monetária, a exemplo do que já foi feito na Bolívia, na Argentina e no Chile. A Nação, nobre Sr. Primeiro-Ministro, aguarda, a este respeito, os esclarecimentos do governo. A administração anterior sonogou ao povo os termos exatos do acordo, apesar da promessa de que me seriam divulgados poucos dias após sua assinatura. Em segundo lugar, desejaria consultar V. Exa. sobre a maneira pela qual estamos procurando corrigir os déficits de nosso balanço de pagamento. Preconizava o ilustre Sr. Eugênio Gudín, ex-ministro da Fazenda, que deveríamos aumentar a exportação. O nobre Deputado Fernando Santana já explicou muito bem que, em volume, essa exportação em 1960 representava cinco vezes mais do que em 1954, quando recebemos em divisas apenas 1 bilhão e 560 milhões de dólares. Em 1960, apesar de haveremos exportado 10 milhões de toneladas em vez de 2 milhões e 756 mil toneladas, em 1954, recebemos apenas 1 bilhão e 243 milhões de dólares. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, não é exportando mais que vamos acertar o déficit de nossa balança de pagamento, pois cresce de ano para ano o volume físico de nossas exportações. Os preços dos produtos constantes da nossa pauta de exportação, todos eles manipulados do exterior, é que vêm caindo verticalmente. Entendo que o governo brasileiro, ao adotar a política de obtenção de novos empréstimos para cobertura dos déficits, segue política errada. Precisamos, sim, acabar com essa sangria praticada pelos grupos econômicos internacionais, pois está estrangulando a economia brasileira. Temos, Sr. Ministro, de cortar a remessa de dividendos e lucros, de suspender imediatamente o pagamento dos juros dos empréstimos do Brasil e de dar um balanço interno, a fim de mandar para a cadeia os indivíduos que, a serviço dos grupos econômicos internacionais, se instalaram no poder – no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Eis, nobre Sr. Ministro, o que o povo brasileiro aguarda ansiosamente deste governo, antes que perca a confiança nele, como perdeu em todos os anteriores.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Deputado, diligenciarei para que esta Casa tenha conhecimento, o mais rápido possível, dos entendimentos firmados entre as autoridades monetárias do Brasil e o Fundo Monetário Internacional.

*O Sr. Salvador Lossaco – Muito obrigado a V. Exa.*

O SR. TANCREDO NEVES – Quanto ao mais, agradeço as observações de V. Exa. em torno ao nosso pronunciamento.

O restabelecimento de operações do Fundo Monetário Internacional com o Brasil veio a facilitar a consolidação de nossas dívidas e a obtenção de novos créditos em países estrangeiros, principalmente europeus.

### ***Assistência financeira do governo dos Estados Unidos ao Brasil***

O Brasil tem recebido substancial ajuda financeira do governo norte-americano, quer através do Tesouro daquele país, quer através de suas agências especializadas, principalmente o Exibank.

### ***Exibank***

Ao iniciar-se o atual governo, haviam sido consolidadas dívidas do Brasil com o Exibank no montante de US\$ 212,7 milhões, correspondente aos remanescentes dos empréstimos compensatórios de US\$ 300, US\$ 45 e US\$ 100 milhões obtidos por governos passados, para cobertura de déficits de balanço de pagamentos, e mais US\$ 9,2 milhões de amortizações não pagas em 1960 e 1961.

Para liquidação desses débitos, foi-nos concedido prazo de 20 anos, a partir de novembro de 1963.

As dívidas, no valor de US\$ 92 milhões, correspondentes a prestações devidas por financiamentos específicos, vencíveis entre junho de 1961 e junho de 1963, foram também consolidadas para pagamento em 20 anos, a partir de maio de 1967.

Continuam abertos ao Brasil, dependendo de formalização, créditos no montante de US\$ 72 milhões, autorizados para projetos específicos e até agora não utilizados.

Já foram assinados todos os documentos pertinentes aos créditos de US\$ 168 milhões e de US\$ 92 milhões. Por conta desses créditos, o Exibank já liberou o total de US\$ 63 milhões, estando o restante na dependência apenas de elementos a serem complementados e que estão sendo remetidos àquela instituição.

### ***Departamento do Tesouro dos Estados Unidos***

O Departamento do Tesouro concedeu-nos um empréstimo de US\$ 70 milhões, para cobertura de déficits de balanço de pagamentos em

1961 e 1962, utilizável em 25 meses e reembolsável 12 meses após a utilização de cada parcela. Por conta desse crédito, foram sacados US\$ 85 milhões em 28 de setembro de 1961, e 30 milhões em 30 de outubro último.

Acha-se igualmente concedido ao Brasil, e a ser formalizado, tão pronto se conclua providências legislativas nos Estados Unidos da América, um crédito para desenvolvimento, no montante de US\$ 100 milhões.

Numa inequívoca demonstração de confiança na continuidade da ordem constitucional e democrática no Brasil, o governo do Presidente Kennedy manteve, sem qualquer solução de continuidade, os esquemas financeiros acima delineados. Essa atitude permitiu ao atual governo sacar, desde setembro até 30 de outubro último, a importância de US\$ 128 milhões.

### ***Bancos privados norte-americanos***

Secundando a orientação do governo americano, os bancos privados daquele país também continuaram a nos honrar com a sua confiança.

Foi assinado, em 30-6-1961, o acordo que prorrogou por dois anos os esquemas de liquidação do empréstimo de US\$ 200 milhões com garantia-ouro, obtido em 1954 e já anteriormente prorrogado em 1958 e 1960.

Dos empréstimos, no total de US\$ 48 milhões, negociados com banqueiros norte-americanos, a importância de US\$ 10 milhões foi-nos creditada em 5-7-1961, e US\$ 38 milhões em 20-7-1961.

O Sr. *Herbert Levy* – Sr. Primeiro-Ministro, quando se realizou a reforma cambial para se conhecer a chamada verdade cambial através da Instrução nº 204, o cruzeiro atingiu a cotação mais baixa que já se conhecera – cerca de 270 cruzeiros por dólar. Desde então, V. Exa. nos relata melhora sensível na balança comercial com o incremento das nossas exportações e, igualmente, nos dá notícia do bom funcionamento dos acordos internacionais previamente estabelecidos com as instituições internacionais para liquidação de compromissos pendentes. Desejaria, diante desses elementos, a interpretação de V. Exa. sobre o fato de, após o cruzeiro ter conhecido essas taxas mais baixas a que me referi, condizentes com a chamada verdade cambial, com tão sensível melhora na balança comercial, o cruzeiro atingir os novos limites de baixa a que assistimos no momento, passando de Cr\$ 270,00 para cerca de Cr\$ 360,00 por dólar. Qual a interpretação que V. Exa. dá ao fato?

*O Sr. Daniel Faraco* – V. Exa. permite um aditamento à interpelação do nobre Deputado Herbert Levy?

O SR. TANCREDO NEVES – Desejaria, antes, responder ao nobre Deputado Herbert Levy.

*O Sr. Daniel Faraco* – Mas tenho alguns esclarecimentos a adicionar às palavras do Deputado Herbert Levy, se V. Exa. me permite.

O SR. TANCREDO NEVES – Com muito prazer.

*O Sr. Daniel Faraco* – Como este ponto é realmente interessante, convém que fique esclarecido. Se V. Exa. e o nobre interpelante me permitem lembrar que a taxa cambial sofre duas espécies de influência; primeiramente, a da situação do nosso balanço de contas, que dita as aperturas em que eventualmente esse balanço se encontra, aperturas essas de que, como V. Exa. muito bem salientou, o Brasil se tem livrado com uma atuação que eu não hesito em qualificar de brilhante. Mas há uma segunda e mais profunda influência atuando sobre a taxa cambial; a dos internos. Se estes sobem, em nenhuma parte do mundo se pode impedir que a taxa de câmbio se ajuste a esses poderes de compra, àquilo que temos experimentado na nossa própria carne. Era o aditamento que desejava acrescentar à interpelação do nobre Deputado Herbert Levy.

O SR. TANCREDO NEVES – Vou responder primeiro ao Sr. Herbert Levy. Não há realmente razões técnicas nem monetárias, em face da situação cambial que o Brasil desfruta nesta emergência, para explicar a alta do dólar, não só no mercado financeiro como no mercado comercial. Para esse fato só existe uma explicação: os imponderáveis de ordem psicológica, a especulação dirigida e organizada, a falta de confiança num governo que ainda se instala e, sobretudo, certo nervosismo dirigido e orientado por grupos realmente empenhados no enriquecimento ilícito de operações de bolsa.

Em resposta ao Sr. Deputado Daniel Faraco, que trouxe também uma contribuição para explicar a alta do dólar nos níveis atuais, quero declarar que no texto do meu discurso dedico algumas páginas a observações da nossa história cambial: todas as vezes em que se emite neste País e se deteriora o valor do cruzeiro, conseqüentemente sobe o dólar e enfraquece o cruzeiro em nossas cotações de bolsa.

*O Sr. Herbert Levy* – Concordo plenamente com V. Exa. quando classifica sobretudo os fatores psicológicos como responsáveis pelo fato. Por isso mesmo, desejava chamar a atenção de V. Exa. para eles. O nobre

colega terá ouvido em comentários idôneos que um dos fatores psicológicos que contribuíram para essa perda de confiança foi a atuação do próprio Banco do Brasil. Não se compreenderia, verdadeiramente, que dentro de receitas cambiais acrescidas e do funcionamento de acordos internacionais estabelecidos no governo anterior, permanecesse a situação de atrasos nos pagamentos contratados pelo Banco do Brasil, inclusive em novos pagamentos, naqueles recentemente estabelecidos. Esse fator e outros contribuíram para a perda de confiança no mercado. Quero pedir a atenção de V. Exa. para o que nos parece um ponto crucial. A atuação do Banco do Brasil pode muitas vezes – e, parece, é o que está ocorrendo – escapar ao controle do ilustre primeiro-ministro e de seu Gabinete. Tenho, por exemplo, notícias – e por certo V. Exa. também as terá – de que a atuação do Banco do Brasil neste momento, em matéria de crédito, contraria frontalmente as intenções construtivas do Gabinete do governo. Realizam-se operações de crédito pessoal, algumas de caráter francamente ruinosos. Não sei se V. Exa. desejaria que eu entrasse em detalhes, mas são de caráter nitidamente inflacionário. Parece, isto sim, portanto, que esse órgão está escapando à influência do Gabinete.

O SR. TANCREDO NEVES – Registro a observação de V. Exa.

*O Sr. Herbert Levy* – Nestas condições, Sr. Ministro, quero dar outro testemunho. Fui dos primeiros a considerar o programa de governo apresentado pelo Gabinete – e disso não fiz segredo – uma peça séria...

O SR. TANCREDO NEVES – Obrigado a V. Exa.

*O Sr. Herbert Levy* – ... redigido com o maior critério, com um conteúdo como talvez não tenha tido ainda nenhum outro programa de governo.

O SR. TANCREDO NEVES – Registro a observação de V. Exa. com prazer, porque é realmente o testemunho em favor de um trabalho elaborado e redigido com os mais altos propósitos, sobretudo com o empenho de ser fiel à verdade.

*O Sr. Herbert Levy* – Isto me deixa, portanto, Sr. Primeiro-Ministro, muito à vontade para formular a crítica que me parece fundamental. É inadmissível que um órgão da importância do Banco do Brasil se possa julgar no direito de, até contrariando os órgãos técnicos, atender operações de crédito, algumas ruinosas, mas, de um modo geral, contrárias à política do Gabinete de contenção da inflação, pois são altamente inflacionárias. No momento em que V. Exa. o desejar, entrarei em detalhes.



*O Sr. Oswaldo Lima Filho – Agora.*

O SR. TANCREDO NEVES – Pediria a V. Exa. transformasse a sua informação, da mais alta gravidade, numa interpretação ao Gabinete, mencionando fatos e nomes de pessoas. Há de convir V. Exa. que o primeiro-ministro, com as responsabilidades que lhe cabem, da supervisão geral da política do País, nem sempre pode ter ao seu alcance imediato o exame e controle daquelas operações que se realizam nos estabelecimentos de crédito estatais. Mas estou certo – e posso disso informar a Casa – de que o Sr. ministro da Fazenda, o ilustre Dr. Walther Moreira Salles, constantemente, se não diariamente, faz a verificação não só da situação de caixa, mas das operações que se realizam em todos os setores do Banco do Brasil. E posso ainda afirmar a V. Exa. que, se o Sr. Ministro da Fazenda tivesse conhecimento, até a presente data, de qualquer operação no Banco do Brasil que se afastasse dos preceitos regulamentares, teria feito valer a sua autoridade, para impedir que ela se concretizasse, ou, então, para tomar as medidas cabíveis em defesa da moralidade administrativa e das instituições bancárias do País.

*O Sr. Herbert Levy – Sr. Primeiro-Ministro, no intuito de colaborar com V. Exa. e com o Gabinete, de vez que somos todos responsáveis pelo governo, quero dizer a V. Exa. que estou informado de que o Sr. Ministro da Fazenda não tem conseguido controlar devidamente as operações do Banco do Brasil. Quero citar um exemplo que dá a medida da gravidade do que começa a passar-se nesse instituto de crédito, contrariando todos os pareceres técnicos responsáveis. Um banco, por exemplo, há muitos anos falido e que tem um débito a descoberto de Cr\$ 800 milhões no Banco do Brasil, recebeu, recentemente, sem qualquer explicação ou fundamento, recursos adicionais no valor de Cr\$ 25 milhões. Inúmeras operações de crédito pessoal, inteiramente contrárias ao espírito da política anti-inflacionista do Gabinete, foram, repito, contrariamente aos pareceres técnicos, e estão sendo atendidas pela Presidência do Banco do Brasil.*

*O Sr. Croacy Oliveira – O nome do banco.*

*O Sr. Herbert Levy – Banco Industrial Brasileiro.*

O SR. TANCREDO NEVES – A informação de V. Exa., Sr. Deputado Herbert Levy, traduz, em verdade, uma colaboração inestimável ao êxito da política de contenção do crédito que o Gabinete vem procurando conduzir e orientar. Mas, muito mais ainda, a informação de V. Exa.

alerta o Gabinete para aspectos da sua política creditícia no órgão mais importante na direção das finanças de crédito nacional, e estou certo de que S. Exa., o ministro da Fazenda, com o cuidado e o zelo que preside as responsabilidades da sua pasta, não há de faltar em trazer a V. Exa. e a toda a Casa os esclarecimentos que se impõem em torno deste caso, que ignoro completamente.

*O Sr. Herbert Levy* – Sr. Primeiro-Ministro, completando minha colaboração, quero dizer a V. Exa. que está em via de se realizar, ou estaria, não fosse esta denúncia, e por isso a considero colaboração, uma obscura operação de crédito em torno de imóveis, no Estado do Rio de Janeiro, ligada a essa mesma instituição falida, a pretexto de recuperações de crédito que permitiriam novo adiantamento de 400 milhões de cruzeiros. Minha intervenção, além do sentido de colaboração, visa, sobretudo, definir para V. Exa. aquilo que não precisava ser definido, a importância de poder o Gabinete, o responsável pelos atos de governo e da política, controlar os instrumentos que fazem a política e a administração.

O SR. TANCREDO NEVES – A interpelação do nobre Deputado Herbert Levy há de ter, sem dúvida, a mais cabal explicação. A gravidade dos fatos que S. Exa. nos traz ao conhecimento há de ser, sem dúvida, elucidada em todos os seus aspectos, para que, em verdade, a Casa se esclareça e as responsabilidades se definam.

*O Sr. João Agripino* – Quero falar com a autoridade de homem que entende que o Gabinete de V. Exa. deve ser mantido.

O SR. TANCREDO NEVES – Obrigado a V. Exa.

*O Sr. João Agripino* – Mas quero dar a V. Exa. o testemunho de muitas vozes que ouço nesta Casa, de que o Gabinete não está funcionando à altura das esperanças da Câmara dos Deputados. Verifico, com pesar neste instante, que as respostas de V. Exa. ao Deputado Herbert Levy, a propósito de graves irregularidades ocorridas no Banco do Brasil, são apenas de elucidação perante a Casa, quando esperávamos de V. Exa. a declaração formal de que, se verdadeiras, poderiam demitir o presidente do Banco do Brasil, ou impedir que elas fossem continuadas, ou demitir o ministro da Fazenda, porque então V. Exa. teria o apoio integral da Câmara dos Deputados, para moralização deste País.

O SR. TANCREDO NEVES – Há de convir V. Exa. que, na base de uma informação, por mais idônea e fidedigna, por mais autorizada que seja, partindo do nobre Deputado Herbert Levy, não poderei, com as responsabilidades de primeiro-ministro, proceder de forma drástica e com ameaças draconianas. Mas, esteja V. Exa. certo de que este Gabinete nunca transigiu, não transige e não transigirá com qualquer ofensa aos preceitos de moralidade administrativa.

*O Sr. Fernando Santana* – Sr. Primeiro-Ministro, V. Exa. foi apartado, antes de entrar nesse debate dos maus negócios do Banco do Brasil, a respeito da chamada taxa de câmbio. Gostaria de perguntar se a história de tudo isto também é motivada, digamos, pelos tais fatores psicológicos. Em 1889, ao iniciar a República, a libra valia Cr\$ 9,08; em 1907, Cr\$ 15,00; em 1940, Cr\$ 79,90; e em 1961, segundo a informação do Deputado Herbert Levy, Cr\$ 1.100,00, isto é, saiu de 9, em 1899, para 1.100, em 1961. O fato é identicamente verdadeiro para o dólar. Ora, quando aqui se quer interpretar esse voo do dólar apenas, e principalmente, considerando os fatores psicológicos, então eles têm sido permanentes, constantes na vida brasileira, porque a perda de valor da nossa moeda é mais do que secular. Temos aqui dados de 1823, quando a libra valia 4,80. Por outro lado, o custo de vida, que também reflete o poder da moeda, está aqui colocado desde 1823 até 1961. São dados interessantes. Tomando o índice 100 para 1829, chegamos, em 1956, com 14.252. Também na Inglaterra esse índice de custo de vida, que, em 1829, era 100, em 1878 baixou para 94, esteve, em 1895, em 67, 68, 66, e se manteve em 91 até 1955, mesmo durante a guerra, e, hoje, esse índice na Inglaterra, em relação ao nosso, é apenas o de 1889. Isto, a meu ver, revela que esse tratamento monetário cambial, que se quer dar a essas causas da vida brasileira, é inócuo e está demonstrado na História.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. tem razão, porque evidentemente procurar remover as causas da inflação brasileira com medidas monetárias creditícias e cambiais é não alcançar o objetivo central. Só removeremos as causas da nossa inflação com aquelas alterações da nossa estrutura que irão permitir maior produtividade dos brasileiros e maior distribuição das nossas rendas e, muito mais do que isso, a resistência econômica, para oferecermos resistência à opressão das forças internacionais.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro. Realmente, é de pasmar aquilo que se passa em nossa terra, com referência à desvalorização do seu dinheiro, em face das taxas cambiais. O mais estranhável é que, embora tenhamos saldos deficitários em nossa balança financeira, internacional, o câmbio no mercado livre abunda em quantidade a ser oferecida para todas essas altas cotações de natureza especulativa, quanto à sua venda. Perguntaria, então, a V. Exa. o motivo para que haja cambiais em nossa terra, quando o próprio País, através da sua produtividade, não as promove. É possível, então, que devamos voltar nossas vistas para o exame das modificações que se exercem em nosso mercado cambial, que se exercem no mercado de exportação e importação, aquelas modificações através do sub e do superfaturamento, único elemento de se poder produzir o câmbio que, não sendo representado no saldo da balança, está nos bolsos dos traficantes. Pediria a V. Exa. o exame também dos meios pelos quais desapareçam, de uma vez por todas, as falhas que prejudicam o País no seu mercado de câmbio. É necessário que as autoridades não enxerguem somente através do simples prisma da compra e venda, nem nos venham dizer que a nossa situação cambial está na medida da desvalorização do dinheiro, porque, acima dessa medida e nas proporções em que se eleva o dólar em nosso País, contrariamente à elevação da depreciação, o que se faz provar é que estamos sendo vítimas de grossa e grande mistificação cambial.

O Sr. Neiva Moreira – Sr. Primeiro-Ministro, no momento em que V. Exa. trava com a Câmara o diálogo que toda a Nação espera, animo-me a pedir a V. Exa. me ajude a sair de uma dúvida. Ouvi a exposição de V. Exa. em torno do problema financeiro e senti certa homologação ou uma aceitação da política financeira e cambial do governo anterior, expressa, sobretudo, na Instrução nº 204. Ora, Sr. Ministro, aqui, nesta Casa, o partido de V. Exa. foi dos mais veementes, dos mais intransigentes, dos mais corajosos no combate e desaprovação a essa política, principalmente no que se refere àquele instrumento. E hoje, quando já se começa a prestar um depoimento histórico sobre a administração do Sr. Jânio Quadros e fazer, por assim dizer, a análise dos seus mistérios, das suas diretivas, dos seus rumos, vemos até mesmo figuras respeitáveis, como a do Deputado João Agripino, que foi ministro de Minas e Energia daquele governo, levantarem dúvidas, até suspeitas, em torno da conveniência e da eficiência daquela política. Creio que é de interesse

nacional, e o País receberia de bom grado, um julgamento de V. Exa. acerca dessa política, porque ele pode até justificar ou não o combate à orientação, em política financeira, do atual Gabinete.

O SR. TANCREDO NEVES – O aparte do nobre deputado, em última análise, se resume em indagar a opinião pessoal do primeiro-ministro e a opinião do Conselho de Ministros sobre a Instrução nº 204. Não sei se teria apreendido bem o pensamento do nobre representante.

*O Sr. Neiva Moreira* – Exatamente.

O SR. TANCREDO NEVES – Quanto à minha opinião pessoal, devo dizer a V. Exa. que, se fosse ministro da Fazenda quando da implantação da Instrução nº 204, ou se tivesse qualquer influência nos conselhos do governo, eu buscaria a verdade cambial, buscaria a meta da verdade cambial, porém por etapas mais suaves, menos violentas. Entretanto – e, agora, emito a opinião do Conselho de Ministros – a Instrução nº 204 tornou-se um fato irreversível. Já suportamos todo o seu lado negativo; tudo aquilo com que ela podia onerar pesadamente a economia nacional já suportamos. A esta hora, o que cabe ao governo é complementá-la adequadamente fazendo com que se atenuem seus efeitos menos positivos e se anulem seus efeitos negativos naqueles setores da nossa economia em que ela não encontrou ainda o seu ajustamento e o seu entrosamento.

Estou certo – e afirmo a V. Exa. com toda a sinceridade de que eu seja capaz – de que a substituição da Instrução nº 204 a esta altura da nossa conjuntura econômica e financeira teria efeitos muito mais desastrosos do que a sua implantação no governo do Presidente Jânio Quadros.

*O Sr. Neiva Moreira* – Permita-me uma intervenção, nobre ministro. Dá-me V. Exa. a impressão de que não encontrou lado positivo na Instrução nº 204, porque só se referiu ao lado negativo e ao lado menos negativo.

O SR. TANCREDO NEVES – No curso da minha explanação, mostrarei a V. Exa. que a Instrução nº 204, em que pese realmente a seus aspectos negativos, trouxe, em verdade, alguns aspectos bem positivos no fortalecimento da nossa economia. Pediria ao nobre deputado se dignasse ouvir-me no curso da leitura que estou fazendo do nosso desprezioso trabalho, e a sua inquirição, tanto quanto eu posso sentir-me capaz de esclarecê-lo, há de ter a mais cabal e completa explicação.

O Sr. Miguel Bahury – Apenas para ilustrar o aparte do nobre Deputado Herbert Levy.

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

O Sr. Miguel Bahury – Essa operação reputada danosa, a que se refere o ilustre deputado por São Paulo, muito digno presidente da UDN, segundo informações por mim colhidas em fontes fidedignas, é originária de exame acurado por parte de elementos que integravam o governo Jânio Quadros. Não posso opinar pela boa ou má aplicação do dinheiro que o Banco do Brasil porventura desejasse hoje oferecer como suplemento ou complementação daquele débito, do banco a que se referiu o Sr. Herbert Levy. Uma coisa, porém, tenho a obrigação de esclarecer à Casa: é que, hoje, no Conselho do Banco do Brasil, reunido sempre para decisões dessa magnitude, além de outros diretores idôneos, também se encontram três outros, sobejamente conhecidos desta Casa e por ela respeitados, dado o seu alto gabarito moral; o ex-Deputado Catalão, o ex-Deputado Nestor Jost e o Sr. Geraldo Carneiro. E, se me não engano, também se encontra como diretor do Banco do Brasil, o ilustre brasileiro, Sr. Samuel Duarte. Tenho a impressão de que só o fato de esses homens estarem presentes no Conselho de Administração do Banco do Brasil já será fator de confiança para esta Casa, no julgamento final dessa operação a que aludiu o nobre Deputado Herbert Levy.

O Sr. Herbert Levy – V. Exa. me perdoe se me torno importuno.

O SR. TANCREDO NEVES – Concedo o aparte a V. Exa. com muita honra. O aparte de V. Exa. prestigia o ministro.

O Sr. Herbert Levy – Grato a V. Exa. Mas o depoimento do nobre deputado pelo Maranhão lança certa confusão sobre a matéria. V. Exa. já teve conhecimento da denúncia, e ela é acompanhada da informação de que os órgãos técnicos do Banco do Brasil são contrários a essa operação e a muitas outras que se estão realizando à revelia do Sr. Ministro da Fazenda, e contrariando a política anti-inflacionária do governo. Portanto, V. Exa. fará as verificações e nós examinaremos os resultados da observação de V. Exa. no momento oportuno.

O SR. TANCREDO NEVES – Já prometi à Casa trazer os esclarecimentos que se fazem necessários em torno dessa incriminada operação.

### ***Bancos de países europeus***

Os créditos *stand-by* com bancos europeus, que foram formalizados em Paris a 31 de julho de 1961, no total de US\$ 110 milhões, tiveram 30% de seu valor utilizados imediatamente, exceto a operação com bancos italianos (US\$ 22.500.000), cuja utilização ficou na dependência de certas formalidades por parte das autoridades de seu país. Pelos acordos firmados, o Brasil pode sacar, até 30 de junho de 1962, outra parcela de 40% dos mencionados créditos, mediante aviso prévio de 30 dias; os restantes 30% são sacáveis em 1o de janeiro de 1963. Mas convém ressaltar que esses saques, bem como o dos 30% já realizado, estão condicionados à efetivação do crédito *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional.

### ***Encargos cambiais em dólares***

Em resumo, como resultado da consolidação de várias dívidas brasileiras nos Estados Unidos e adicionando-se as amortizações de dívidas não consolidadas nas várias áreas, os encargos cambiais do Brasil passarão a ser os seguintes:

<b>(em milhões de dólares)</b>		
	<b>Antes da Consolidação</b>	<b>Consolidada</b>
1961	425	285
1962	393	216
1963	320	311
1964	254	388
1965	190	197
1966	151	—

Ainda que adicionando os encargos cambiais relativos a outras áreas monetárias, as cifras acima parecem perfeitamente compatíveis com a capacidade de pagamento do Brasil. Embora as amortizações em 1964 sejam particularmente elevadas, do montante de US\$ 388 milhões, US\$ 120 milhões serão devidos ao Fundo Monetário e passíveis de renegociação, se necessário.

Alonguei-me talvez um pouco demasiadamente na enumeração das cifras dos nossos encargos cambiais para mostrar à sociedade que

a situação cambial presente e a previsível para o futuro imediato não justificam as crescentes elevações da taxa cambial.

### ***Fatores psicológicos***

Parece-me desnecessário fazer maiores apreciações sobre a sensibilidade do mercado de câmbio a fatores psicológicos, notadamente os que resultaram da crise política, da incerteza sobre as possibilidades futuras de estabilização do cruzeiro, e sobre o tratamento a ser dado ao capital estrangeiro. Parece-me preferível documentar com mais algumas cifras os reflexos da inflação, ou mais exatamente das emissões, sobre a taxa de câmbio.

... elevada, do montante de 388 bilhões e 120 milhões de dólares serão devidos ao Fundo Monetário Internacional e passíveis de renegociação, se necessário, os reflexos da inflação, ou mais exatamente das emissões sobre a taxa de câmbio.

O Sr. Celso Brant – Sr. Primeiro-Ministro, V. Exa. mostra que, ao contrário do que é opinião, hoje, quase unânime no País, temos diminuído o valor da nossa exportação, pois que, se em números redondos, em 1951 exportamos 1 bilhão e 800 milhões de dólares, e no ano passado apenas 1 bilhão e 300 milhões, houve um decréscimo de 30% no valor, enquanto se verificou um aumento de cerca de cinco vezes no volume. Sr. Ministro, entendo que V. Exa. deverá prestar à Casa a informação de como deseja modificar esse sistema da nossa política externa porque, se continuarmos a exportar as mesmas coisas, teremos cada vez menos dólares para as nossas atividades, que se definem principalmente por um desejo de industrialização. Este o grande problema do Brasil: industrializar-se. Mas V. Exa. se refere de maneira um pouco benigna à Instrução nº 204, cuja finalidade precípua foi impedir a industrialização do Brasil. Sabe V. Exa. que nós nos submetemos a imposições do Fundo Monetário Internacional, e entre essas imposições, a fundamental, é claro, se encontra a impossibilidade de o Brasil se industrializar. Já fizemos uma primeira tentativa de industrialização e ela redundou em trazermos para o Brasil um cavalo-de-troia. A indústria estrangeira que aqui também nos espolia e que manda, de *royalties*, dividendos e lucros para o exterior, também dólares. Nós podemos pensar em exportar produtos da nossa indústria, mas veja V. Exa. o caso da indústria automobilística. O



Sr. Jânio Quadros pensou exportar automóveis para vários países. Mas, quando o fez, como no caso dos jipes para o Chile, teve de criar um preço especial menor do que o cobrado no Brasil. Isso significa que, com o tipo de industrialização que possuímos, é impossível ao Brasil concorrer no mercado internacional. Mesmo porque, essa industrialização se faz contra o Brasil. Sabe V. Exa. que, em média, pelos carros produzidos e vendidos no Brasil, remetemos para o exterior cerca de 250 milhões de cruzeiros. E, segundo declarações da própria indústria automobilística, no ano atrasado, essas fábricas tiveram 150% de lucro. Quer dizer, essa indústria deveria ser feita em benefício do povo brasileiro e está contra ele. Mas, a respeito, nenhuma providência foi tomada até o momento pelo Conselho de Ministros.

*O Sr. Salvador Lossaco* – Sr. Ministro, desejaria complementar a interpeção do nobre Deputado Celso Brant, citando o exemplo frisante da Light & Power que, no pagamento dos juros de empréstimos, tomados com o aval do Tesouro Nacional, o faz a câmbio de custo. Cito mesmo uma informação para uso exclusivo de V. Exa. no dia 28 de maio de 1958, a Light remeteu 22 milhões e fração de dólares, a câmbio de custo de 53 cruzeiros por dólar, quando, naquele dia, o câmbio livre dava para o dólar uma cotação de 113 cruzeiros e 10 centavos.

Verifica-se, então, Sr. Primeiro-Ministro, que o maior negócio da Light & Power no País não é propriamente a exploração de energia elétrica. Além do lucro exorbitante que ela tem com essa exploração, usando patrimônio do povo brasileiro, só trouxe para o País 35 milhões de dólares. Todas as suas instalações foram construídas à custa de financiamento, exigindo do usuário a instalação de postes e fios e, depois, a cessão gratuita desses bens a ela, Light & Power, para fazer a ligação da energia elétrica. Além disso, tem ela grandes negócios hoje, como o de pagamentos de juros de empréstimos e debêntures, na base do câmbio de custo, cuja diferença é muito grande para o câmbio livre. Esses dólares, que ela compra pela metade do preço, ou menos, são hoje a grande fonte de lucros do Grupo Light, que constitui a Brazilian Traction. Gostaria de saber se o Gabinete já estudou medidas para coibir esse abuso, instituindo a taxa de câmbio livre para a remessa de juros de empréstimos e debêntures, apesar dos cálculos contratuais lesivos ao interesse nacional e que, por serem lesivos, devem ser anulados porque o contrato é francamente injurídico e ilegal.

O SR. TANCREDO NEVES – Posso afirmar a V. Exa. que o Sr. Ministro das Minas e Energia, eminente Deputado Gabriel Passos, neste momento está procurando atualizar a Eletrobrás, dar a ela todos os instrumentos necessários para a fiscalização e o controle de todas as empresas concessionárias de serviço público de eletricidade que atuam no Brasil, para colocá-la em perfeita sintonia com os mais legítimos interesses nacionais.

O Sr. João Agripino – Exmo. Sr. Primeiro-Ministro, creio de meu dever, por ter sido ministro das Minas e Energia, fazer uma retificação ao aparte do ilustre colega Deputado Salvador Lossaco, e dar um esclarecimento mais preciso sobre a situação dos juros a que S. Exa. fez alusão. Mandei, quando titular daquela Pasta, levantar estatística, proceder a estudos da remuneração que os países proporcionavam à exploração da energia elétrica, e verifiquei que variava essa retribuição de 1,4% a 43,5%, em moeda forte. O Brasil, concedendo em cruzeiros 10% para os lucros das empresas privadas de energia elétrica, colocava-se entre aqueles países em que se verificavam, nesse setor, as taxas mais baixas do mundo. Assim, a afirmação de que a Light e a Bond & Share auferem lucros fabulosos não é procedente. No entanto, todas essas estatísticas que compulsei são levantadas na base dos balanços dessas empresas, e nunca no nosso País se fez tombamento de qualquer dessas entidades; não se sabe se são verdadeiros ou não os seus balanços. Quando ministro, determinei o tombamento da São Paulo Light e cheguei a nomear a comissão respectiva, e no governo anterior foram feitos tombamentos, para encampação, em Porto Alegre e no Recife. Quanto à parte de juros, Sr. Primeiro-Ministro, considero um verdadeiro crime o que as empresas de energia elétrica vêm praticando no Brasil. Atente bem V. Exa. para este ponto. A Light e a Bond & Share, as duas empresas, contraem empréstimos às suas associadas no exterior a 80% e pagam juros de 8%. Pagam juros no câmbio livre; apenas descontam dos lucros ou da receita os juros do câmbio livre, conforme a conversão da moeda mais baixa ou mais alta. Mas o que é grave em tudo isso é que suas associadas no exterior, conforme levantamento que mandei fazer, tomaram esse mesmo dinheiro a juros de 4,5 e 5%.

O Sr. Salvador Lossaco – A 4,5%.

O Sr. João Agripino – De modo que o Brasil paga em dividendos de moeda forte 3,5% às associadas além dos 10% de cruzeiros que se devem

transformar em moeda forte para mais. Então, o Brasil se coloca entre os países que pagam os maiores dividendos do mundo a empresas privadas, através desse acréscimo de juros pago às suas associadas no exterior. Depois dos estudos a que mandei proceder, preparei decreto – porque existe um decreto que autoriza o pagamento de 8% – no sentido de modificar essa taxa e reduzir os juros pagos pelas associadas no exterior. Ao deixar o ministério, não tive oportunidade de submeter o expediente ao Senhor Presidente da República, mas espero do patriotismo de V. Exa. e do Sr. Gabriel Passos que ponham termo à fraude, a esse crime profundamente lesivo aos interesses do Brasil.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado João Agripino, esteja V. Exa. certo de que os estudos que V. Exa. mandou fazer, os levantamentos que mandou realizar, hoje em poder do ministro Gabriel Passos, estão sendo compulsados e examinados; e, em decorrência deles, as medidas que se impuserem na defesa dos interesses do povo brasileiro serão tomadas, por mais drásticas que sejam.

O Sr. Salvador Lossaco – Sr. Ministro, fui citado nominalmente pelo nobre Deputado João Agripino que, em parte, desmentiu declaração que fiz. Mas tenho aqui a resposta da própria Sumoc a requerimento de informações que dirigi no ano passado ao Sr. Ministro da Fazenda. Queria então citar os dados exatos da operação, que são os seguintes: no dia 23 de maio de 1958, na agência do Banco do Brasil em São Paulo – isso, segundo informa a Sumoc – foi fechado o câmbio para a remessa de 22 milhões, 180 mil e 813 dólares pelas subsidiárias da Light – Rio-Light, São Paulo-Light, etc. – ao câmbio de custo da época, que era de 47,32 centavos. Pela resposta a esse requerimento de informações, ficamos sabendo que naquele mesmo dia a taxa de câmbio livre era de 113 cruzeiros e 50 centavos, o que significa que a Light recebeu subsídio de 66 cruzeiros e 18 centavos para cada dólar remetido, ou seja, para a remessa de 220 milhões, 180 mil e 813 dólares, de um total de 1 bilhão, 379 milhões, 202 mil e 952 cruzeiros, apenas.

O Sr. João Agripino – V. Exa. se refere a esse fato antes da Instrução nº 204?

O Sr. Salvador Lossaco – Mas V. Exa. citou nominalmente esse fato.

O Sr. João Agripino – Eu estava me referindo ao fato depois da Instrução nº 204.

O Sr. Salvador Lossaco – Era apenas a informação que queria dar.

O SR. TANCREDO NEVES – Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (*José Bonifácio, Primeiro-Secretário*) – O Sr. Primeiro-Ministro poderá falar até às 18 horas.

Convoco uma sessão extraordinária noturna para hoje, às 21h30min, para votação do orçamento; outra para amanhã, extraordinária, às 14 horas, com o mesmo objetivo. Continua com a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O SR. TANCREDO NEVES – As emissões de papel-moeda e o câmbio.

É frequente a afirmação de que a modificação da política cambial introduzida em março do corrente ano, com a Instrução nº 204, completada posteriormente com as instruções subseqüentes, determinou forte aumento do custo de vida.

A assertiva se explica pelo impacto que o aumento da taxa de câmbio exerceu sobre determinados preços, como os de combustíveis, que, sem dúvida, provocam reações que nos cumpre acompanhar com a devida atenção.

A experiência mostra, todavia, que a cotação do cruzeiro no câmbio é efeito e não causa de seu valor interno.

O Sr. *Hamilton Prado* – V. Exa., Sr. Primeiro-Ministro, refere-se à Instrução nº 204, como se porventura ela tivesse tido apenas efeito benéfico na redução do poder aquisitivo do cruzeiro e, conseqüentemente, no aumento do poder aquisitivo da moeda estrangeira, de forma a abrir novos mercados para a produção nacional. V. Exa. está certo, mas se esquece do efeito nefasto trazido para a economia nacional com a reunião num só câmbio, qual seja o câmbio livre, de uma série de itens, entre os quais as remessas para o exterior e a inclusão de matérias-primas. Sabe V. Exa. que, em virtude exatamente do maior interesse, da maior margem de lucro que oferece o dinheiro na sua remessa para o exterior, evidentemente ele força a elevação do câmbio e, em consequência, a aquisição das matérias-primas, mas se processa por níveis mais elevados, o que afeta o custo de produção. Assim, as elevações de câmbio decorrentes da inclusão das matérias-primas no câmbio livre afetaram indiscutivelmente o preço das mercadorias em nosso mercado e foi necessariamente fator de encarecimento da vida.

O SR. TANCREDO NEVES – Estou de acordo com V. Exa. em que as remessas indiscriminadas de recursos financeiros para o exterior

afetam sensivelmente as resistências da nossa economia. Por isso mesmo, o governo aguarda que os ilustres representantes do povo nesta Casa lhe deem os instrumentos adequados para que se implante no País novo regime disciplinador das remessas de recursos para o exterior.

Deve-se reconhecer, a bem da verdade, que a elevação dos preços depois de março, no ano em curso, não é mais significativa do que a alta verificada em períodos anteriores. Podemos afirmar que, sem a reforma cambial de março, não se teria conseguido reformular a política cafeeira que já está produzindo bons resultados, nem se poderia ter estimulado as exportações, como se vem fazendo, e, sobretudo, teríamos sido obrigados a emitir mais, porque o câmbio de subsídio vinha sendo financiado em grande parte por meio de emissões de papel-moeda.

Cumpre-nos, para melhor esclarecer os fatos, insistir sobre o paralelismo dos acréscimos de papel-moeda e dos aumentos dos preços quando a inflação se processa nos moldes em que se vem verificando em nosso País. Tão intensos e sistemáticos têm sido os déficits financeiros do governo cobertos por meio de sucessivos acréscimos de emissões de papel-moeda, que essas emissões se refletem quase automaticamente sobre a alta geral de preços.

Embora seja curial que a evolução das emissões de papel-moeda se confundam com a evolução da alta dos preços, parece conveniente documentar essa afirmativa, para evitar as interpretações falaciosas que atribuem ao câmbio aquilo que mais se deve aos erros de nossa política financeira interna. Se estabelecermos, com base em dados de dezembro de 1950, um índice de 100 para emissão de papel-moeda e para a média geral dos preços, verificamos cinco anos mais tarde que em 1955 as emissões atingiram um índice de 222 e os preços um índice de 217.

Em 1960 (dezembro), as emissões se elevavam a um índice de 660, e os preços já estavam no índice de 640. Em maio deste ano a relação era 720 para as emissões e 725 para os preços. Em setembro, já assinalávamos, respectivamente, 925 para as emissões e 815 para os preços.

Excluída a parte das emissões de agosto e as de setembro que foram realizadas para atender as retiradas de depósitos provocadas pela crise política nacional que ocorreu entre dezembro de 1950 e setembro de 1961, o papel-moeda posto em circulação aumentou oito vezes, e, no mesmo período, os preços subiram igualmente oito vezes.

Um aumento geral de preços dessa natureza representa insofismavelmente considerável redução no poder de compra do cruzeiro que, no mercado de câmbio, se reflete no rápido acréscimo do valor da moeda dos outros países.

*O Sr. Hamilton Prado* – A referência feita por V. Exa. à influência das emissões sobre o custo de vida é indiscutível, e o paralelismo citado procede. Mas se V. Exa. verificar outros fatores de custo da produção, que também influenciam no preço das mercadorias e, consequentemente, no custo de vida, encontrará elementos muito mais efetivos. Entre eles, eu poderia aludir a um já mencionado por V. Exa. – o do valor das divisas pelas quais importamos mercadorias, especialmente matérias-primas. A partir de 1950, evoluiu de Cr\$ 18,70, o câmbio de custo para aquisição dessas matérias-primas, para Cr\$ 189,00 em 1960 e Cr\$ 281,00 em 1961, isto é, de 100 em 1950 para 1.014 em 1960 e 1.515 em 1961. Outro fator relevante são salários, que partindo de 100 em 1952, portanto abaixo desse índice em 1950, hoje andam na ordem de 3.270. Da mesma forma, impostos arrecadados: de 100 em 1950, só os da União, 815, em 1960, sem nos referirmos aos impostos arrecadados pelos estados e pelos municípios e às contribuições para institutos de previdência e aos impostos extraorçamentários.

*O Sr. Oswaldo Lima Filho* – V. Exa. deveria citar sobretudo os lucros.

*O Sr. Hamilton Prado* – Efetivamente, os lucros teriam crescido correspondentemente, pela natural reserva do investidor em preservar seu patrimônio contra a inflação.

*O Sr. Oswaldo Lima Filho* – Subiram sem limites.

*O Sr. Hamilton Prado* – Existem especulações contra as quais devem ser tomadas providências. Enfim, pediria apenas a V. Exa. – é uma lembrança que trago ao espírito lúcido de V. Exa. – que fique alerta sobre os fatores de elevação do custo das mercadorias e, consequentemente, do custo de vida que não podem ser considerados como sendo apenas de ordem monetária e precisam ser encarados com medidas adequadas pelo Gabinete que V. Exa. preside.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. verificará, no curso da minha exposição, que me referirei a todos eles. Apenas, no momento, eu me detenho na análise da conjuntura cambial e monetária. Quando entrar na análise da conjuntura econômica, V. Exa. verificará que suas ponderações estão sendo atendidas no nosso obscuro trabalho.

Em fins de 1950 e princípio de 1951, embora a taxa de câmbio oficial fosse de Cr\$ 18,50, essa taxa era simplesmente uma ficção legal e já se insinuava, a pouco e pouco, a verdadeira taxa no mercado livre, que tendia a decrescer de Cr\$ 30,00 a Cr\$ 40,00 por dólar. Se multiplicarmos essa taxa pelo coeficiente 8, correspondente à desvalorização entre 1951 e 1961, será fácil verificar que, se no presente, fatores psicológicos e a especulação possam estar exagerando a depreciação de nossa moeda, por outro lado, havemos de convir que o nível em torno de Cr\$ 300,00 por dólar não está longe da realidade dos fatos.

Se a opinião pública se capacita, diante da tradição inflacionária dos preços de que esses ainda vão subir mais, imediatamente isso se reflete sobre a sensibilidade do mercado de câmbio.

Nossa primeira reação é de represália. Somos induzidos a quebrar a sensibilidade desse termômetro monetário, fazendo cessar as remessas e acusando indiscriminadamente o capital estrangeiro de nos estar depauperando. Mas, se refletirmos com serenidade, como compete ao governo, é fácil ver que o verdadeiro combate à especulação está em desmentir a expectativa da continuação da alta dos preços, e a grande defesa do cruzeiro no câmbio consiste em defendê-lo no mercado interno.

Na presente fase, de forte descrédito do cruzeiro pelo excesso de sua circulação, a intervenção do governo deve ser feita com a finalidade principal de criar meios para absorver a moeda em excesso. Esse o motivo pelo qual os depósitos em cruzeiros para importação foram elevados de 100 para 150%, ampliando-se a exigência de depósitos semelhantes para as remessas financeiras, conforme dispõe a Instrução nº 219 da Sumoc.

Até recentemente, as medidas de absorção dos meios de pagamento eram superadas pelo maior afluxo de cruzeiros decorrentes do déficit do Tesouro, do resgate das letras de exportação, da expansão de crédito do Banco do Brasil ao setor privado e da liquidação de nossos débitos no exterior.

No mês de setembro, porém, os déficits do Tesouro deixaram de crescer e providências enérgicas estão sendo tomadas para que não haja aumentos em novembro e dezembro.

Tal orientação monetária é drástica, mas a sua execução deve ser inflexível, para forçar a absorção dos 50 bilhões de cruzeiros emitidos para atender a retiradas de depósitos na fase aguda da crise política. Se essa

enorme soma adicional de dinheiro permanecer em circulação por mais tempo, a tendência à elevação dos preços será de todo incontrolável.

### *Medidas corretivas*

A correção definitiva da influência desses fatores, no que se refere aos efeitos psicológicos, reside no restabelecimento da confiança, na firmeza da orientação da política monetária do governo e na eliminação dos fatores de incerteza, como, por exemplo, estabelecermos, com rapidez, o regime de remessas de lucros para o exterior, ora em estudo no Congresso.

No tocante à contenção da inflação, a medida primacial será a redução dos déficits orçamentários da União e o levantamento de recursos em fontes não inflacionárias para custeio de serviços, e a realização de investimentos de infraestrutura exigidos pela evolução da economia do País. Quanto aos corretivos do desequilíbrio estrutural, não há outra alternativa senão o aumento progressivo de nossas exportações.

Os projetos de lei que ora tenho a honra de submeter à elevada consideração de V. Exas. visam a esses objetivos.

Dada a exiguidade da nossa capacidade interna para formação de capitais, é preciso que nos aparelhemos para recorrer aos financiamentos externos convencionais, aos financiamentos especiais, entre os quais devemos destacar os que nos poderiam ser propiciados pela Associação Financeira Internacional e pela Aliança para o Progresso.

A Associação Financeira Internacional, criada por iniciativa dos Estados Unidos da América em convênio firmado a 24 de setembro de 1959, destina-se a conceder empréstimos, suaves a longo prazo, para projetos que, pelas suas características ou pela situação financeira e cambial dos respectivos países, não seriam financiáveis pelas entidades existentes.

Antes – e peço a atenção da Casa para esta informação – de chegar a esta tribuna, comunicava-me do Rio o ministro Walther Moreira Salles que a Agência Internacional de Desenvolvimento, a que venho de me referir, concedia ontem ao Brasil empréstimos de 100 milhões de dólares, com dez anos de carência, quarenta anos para amortização a 1,75% de juros. É o primeiro país do continente sul-americano a receber dessa prestigiosa agência de crédito internacional a demonstração do seu apreço e,



mais do que isto, eloquente demonstração de confiança na continuidade da ordem constitucional do Brasil.

O capital dessa instituição guarda proporções com as percentagens de participação dos países-membros no capital do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Os seus associados estão divididos em dois grupos: o primeiro, dos países desenvolvidos, cujas cotas se elevam a US\$ 763 milhões; e o segundo, constituído pelos países subdesenvolvidos, cujas contribuições deverão atingir US\$ 237 milhões, fazendo assim o capital inicial contemplado de US\$ 1 bilhão. Dez por cento das contribuições prefixadas serão pagos em moeda forte, no prazo de quatro anos; para os países do grupo um, os 90% restantes serão integralizados em cinco anos, e para os do grupo dois, os pagamentos no mesmo prazo poderão ser feitos nas suas respectivas moedas locais.

A contribuição prevista para o Brasil é de US\$ 18,8 milhões. A nossa adesão à Associação Financeira Internacional está dependendo da aprovação, pelo Parlamento, da proposta feita pelo Executivo nesse sentido.

O Sr. Mário Beni – Sr. Primeiro-Ministro, a exposição que V. Exa. traz à Casa e à Nação já a esta altura é uma garantia para a tranquilidade que todas as classes produtoras da Nação procuram. Porque muito judiciosos, sem dúvida, os apertes que deram a V. Exa., mesmo assim, no decorrer da exposição, procurei

ouvi-lo, sentindo que chegaríamos a este ponto, nos esclarecimentos dos fatos, ora de ordem cambial, ora da necessidade de recursos para atender à expansão das empresas que necessitam do progresso do País, ora para atender também a compromissos oriundos de anos anteriores; nós sentimos, nós que acompanhamos o organismo da Nação em todas as suas manifestações econômicas, que já nesse primeiro mês do regime parlamentar há uma reação de confiança indispensável para assentar as bases do seu sucesso. Asseguro a V. Exa. que o que V. Exa. traz para os homens de empresa, para os homens que acompanham o progresso deste País e sentem no regime parlamentar, onde há a divisão de responsabilidade do Legislativo e do Executivo, é a manifestação mais pura de que demos um passo à frente. E a prova está, Sr. Ministro, na notícia que V. Exa. acaba de transmitir a respeito de empréstimo que vem de ser feito e que vem assegurar a nós, brasileiros, a confiança que deveríamos ter em nosso regime, porque a verdade, Sr. Ministro, é que muitos maus patriotas, neste País, continuam a transferir seus capitais para o

estrangeiro, pois não têm confiança no cruzeiro, quando deveriam ser os primeiros a colaborar para fortalecê-lo.

O SR. TANCREDO NEVES – Grato a V. Exa.

O ingresso do Brasil na Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) permitirá ao governo federal, assim como aos governos estaduais, municipais e às entidades autárquicas, a obtenção de financiamentos, a prazos de até cinquenta anos, com dez anos de carência, com juros extremamente baixos e, até mesmo, sem juros, como algumas operações já efetuadas para estradas de rodagem, colonização, serviços de água e esgoto, educação, etc.

### *Aliança para o Progresso*

A participação do governo brasileiro nos recursos criados pela Aliança para o Progresso dependerá, em grande parte, do trabalho a ser realizado pela Comissão de Planejamento Nacional, cuja reestruturação está sendo objeto de providências que serão consubstanciadas em decreto a ser proximamente baixado. À referida comissão caberá, não só elaborar um plano plurianual de desenvolvimento econômico e social, mas também promover a integração do orçamento da União a esse plano, através da coordenação dos programas de investimento dos órgãos da administração federal, autarquias, sociedades de economia mista e do setor privado.

O Sr. Daniel Faraco – Apenas para dizer a V. Exa., Sr. Ministro, que o acordo internacional firmado pelo Brasil para ingresso na AID já recebeu pareceres nas Comissões de Relações Exteriores e de Economia. Encontra-se, atualmente, na Comissão de Finanças. Quero crer que ficaria muito bem, aqui, um apelo à Mesa e aos líderes da Casa para promoverem, com a maior urgência, a ratificação desse acordo, do qual tantos recursos e em tão excelentes condições podem resultar para o nosso desenvolvimento.

O SR. TANCREDO NEVES – Faço meu o apelo do nobre Deputado Daniel Faraco, na certeza de que ele encontrará eco no espírito público dos ilustres representantes do povo nesta Casa.

Paralelamente aos esforços que estamos prontos a realizar para participar do movimento continental de desenvolvimento, consubstanciado na Aliança para o Progresso, não podemos prescindir do apoio que

esperamos continuar a receber dos países europeus e do Japão, inclusive os da área socialista, cujos mercados podem oferecer oportunidades crescentes ao nosso comércio internacional.

Voltemo-nos, agora, ao exame dos dois mais importantes temas econômicos internos: a inflação e o desenvolvimento.

### ***Inflação e custo de vida***

De todos os problemas com que depara o País, nenhum supera o do custo de vida, na urgência da solução e na gravidade das suas perspectivas futuras. O governo está plenamente consciente da sua significação e por isso lhe empresta a maior prioridade em todas as suas decisões.

Não obstante, viu-se obrigado, no princípio do mês passado, a fixar novos níveis de salários mínimos. O aumento geral de preços, desde o fim do ano anterior, já reduzira o poder de compra das classes mais pobres além dos limites suportáveis. Ninguém mais se ilude, entretanto, quanto à eficácia de expedientes dessa natureza. O salário mínimo então vigente fora decretado um ano antes. Foi preciso aumentá-lo em 40%, em apenas doze meses. O anterior havia vigorado durante vinte e três meses. E antigamente os períodos de sua vigência sempre se mediram em anos e não em meses. A continuarmos nesse ritmo, dentro em breve seremos obrigados a revisões semestrais e mesmo mensais. Será a inflação galopante, cujo quadro é por demais conhecido para que seja preciso descrevê-lo nesta oportunidade. Já aí, suas consequências não mais se medirão em termos de distorções, injustiças, estagnação econômica ou instabilidade. As estruturas sociais e políticas não resistem a tal fluidez da moeda.

O Sr. *Lycio Hauer* – Acaso V. Exa. já determinou um levantamento mensal dos aumentos de lucros das grandes empresas?

O SR. TANCREDO NEVES – Vou mostrar a V. Exa., no curso deste trabalho, que, inclusive, tendo conhecimento dessa situação, submeto hoje à esclarecida consideração dos ilustres deputados um projeto de reforma do imposto de renda, que traz consigo a seguinte marca: absorver o excesso dos lucros daquelas classes favorecidas e privilegiadas da inflação.

O Sr. *Lycio Hauer* – Exatamente. Estou de pleno acordo com V. Exa., porque considero que a causa principal do aumento do custo de vida

reside no aumento dos lucros. Esta a causa principal, embora haja outras, concorrentes. Mas a principal é esta. A continuar dessa maneira, as empresas tendo aumento de lucros imensos, de milhões, mensalmente, os salários também devem acompanhar o aumento de lucros. Daí é que preconizo a escala móvel de salários não apenas para os empregados particulares, mas também para os funcionários públicos. Não me parece justo conceda o governo, como vem fazendo, aumentos de salários para as classes que têm o direito de greve, e a fazem, e deixe de conceder aumento de vencimentos aos funcionários públicos, que também sentem esse grande peso, não digo da inflação, mas do aumento do custo de vida.

O SR. TANCREDO NEVES – Registro a observação de V. Exa.

O Conselho de Ministros está disposto a jogar a sua própria continuidade em prol das providências indispensáveis para reduzir o ritmo da inflação, pois do seu sucesso nessa tarefa depende a sorte da ordem pública – que é seu dever assegurar – e desse Parlamento – fonte do seu poder.

Esse o principal problema que hoje me traz a esta Casa, na convicção de que nenhum dos ilustres parlamentares que aqui se encontram subestima os riscos que defrontamos, ou as dificuldades que devemos vencer. E na certeza de que todos participam da consciência das novas responsabilidades que o regime político cometeu ao Parlamento e aos seus representantes executivos.

Enquanto o regime presidencialista afirmava a divisão de poderes, a condução da política monetária cabia, na prática, ao Poder Executivo, tal como o ônus político das suas repercussões. A colaboração do Congresso limitava-se à votação de providências isoladas e à elaboração de um orçamento que não executava. Hoje, o comando efetivo dessa política encontra-se com este Parlamento, através do Gabinete que tenho a honra de presidir. E é meu dever trazer o problema à consideração de V. Exas., com toda a objetividade e realismo.

Acredito que não haja ambiente – e certamente não há mais tempo – para discussões teóricas sobre os males e as causas da inflação. A velocidade a que já atingiu o processo e as tensões sociais que alimenta não deixam mais oportunidade para dúvidas honestas sobre eventuais aspectos positivos como instrumento de dinamização da economia ou de poupança forçada. Em tal ritmo, não se admitem mais contemporizações,

transigências ou postergações. Ou conseguimos controlá-la, ou nela perecerão instituições políticas, progresso econômico e paz social.

*O Sr. Adauto Cardoso* – Sr. Ministro, este nosso encontro tem que ser rico de consequências. V. Exa. já percebeu, pela quantidade de interrupções que sofre a sua exposição...

O SR. TANCREDO NEVES – Que apenas me honram e me prestigiam.

*O Sr. Adauto Cardoso* – ... que a Casa está ansiosa para o debate com o governo, que a Casa necessita desse diálogo, por mais penoso que ele seja para V. Exa., que é um homem só a responder sozinho a tantos assuntos da mais diversa natureza. Isto é um diagnóstico à luz do dia e qualquer coisa de patente, que está indicando a V. Exa. uma conclusão para aquilo que expõe – a presença do governo nesta Casa. V. Exa., com sua sensibilidade política, há de ter percebido, nesses dias de inquietação, de sobressaltos, de insegurança, que se refletem, de maneira desastrosa, até mesmo no custo do câmbio, V. Exa. há de ter percebido que o que falta é a presença do governo nas duas Casas do Congresso Nacional – na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Sem o governo atuando nas duas Casas legislativas, V. Exa. não terá nenhum projeto de lei, desses que vem trazer à Câmara, tramitando nos prazos indispensáveis. Sem a presença do governo esclarecendo, aquietando, serenando, o País não estará nas condições de espírito, no estado psicológico indispensável para que o regime dê os seus primeiros frutos. Assim, considero o momento oportuno, quando V. Exa. mais uma vez alude a essas providências legislativas, para alertá-lo sobre isto, que é a grande, a capital conclusão, Sr. Primeiro-Ministro: a presença do governo, permanente, atuante, enérgica, nesta e na outra Casa do Congresso Nacional.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado Adauto Cardoso, a ponderação de V. Exa. vem ao encontro de um pensamento que é unânime no Conselho de Ministros e de um desejo que é de todos os meus colegas de Gabinete. Se a nossa presença não se tem feito sentir, nesta Casa, de maneira mais atuante, há de convir o nobre deputado e todos os seus ilustres colegas que, nesses dois meses de instalação do Conselho, todos os Srs. Ministros de Estado estão sendo desafiados a enfrentar tarefas hercúleas.

Não é possível afastarmo-nos das obrigações inadiáveis, como seria de nosso desejo, para estar nesta Casa, nesta tribuna, recebendo as lições,

os ensinamentos e as inspirações patrióticas dos ilustres representantes do povo. Agora, que todos os ministros conseguiram ordenar os negócios de suas Pastas e já têm, a esta altura, suas tarefas mais aliviadas, posso assegurar a V. Exa. e à Câmara que semanalmente estará aqui um ministro para responder a todas as interpelações que se façam, a trazer, no permanente contato, a certeza de que o Gabinete está correspondendo ao voto de confiança que recebeu dos deputados na Câmara brasileira.

*O Sr. Celso Brant* – Em colaboração, e dentro do mesmo espírito do aparte do Deputado Adauto Cardoso, parece-me que uma das razões fundamentais, neste País, do aumento do custo de vida tem sido o déficit orçamentário. No entanto Sr. Primeiro-Ministro, estamos votando um orçamento que já veio do Executivo com o déficit de 130 bilhões de cruzeiros. Este orçamento não tem sido até aqui observado na sua tramitação e não vemos a presença dos Srs. Ministros para que ele seja realmente o que deve ser: um plano de governo para o próximo ano. Solicito a V. Exa., com toda a urgência, já que estamos na fase final da votação do orçamento, que colabore com aqueles que querem, nesta Casa, dar apoio à experiência parlamentar que estamos vivendo, no sentido de que se diminua, dentro das proporções que forem viáveis, o déficit orçamentário. Esta, Sr. Primeiro-Ministro, é a mais urgente medida que V. Exa. pode tomar em benefício de seu Gabinete e em benefício da melhoria das condições do povo brasileiro.

O SR. TANCREDO NEVES – Quero informar ao nobre deputado que o ilustre ministro da Fazenda, Dr. Walther Moreira Salles, desde que se investiu na responsabilidade de sua árdua missão de gestor das finanças nacionais, tem mantido permanente contato com os líderes parlamentares e com os presidentes das Comissões de Finanças da Câmara e do Senado. S. Exa. está atento à tramitação da proposta orçamentária, dando aos ilustres representantes do povo, nas duas Casas do Congresso, todos os subsídios que, no seu entender, são necessários à votação de um excelente orçamento para 1962.

*O Sr. Wagner Estelita* – Permita-me V. Exa., já que agora terei a oportunidade, com a devida vênua e registrando aqui meus sentimentos de admiração pela presença democrática e cordial de V. Exa. na Câmara, de reiterar uma interpelação que fiz, há cerca de um mês, a V. Exa., na qualidade de presidente do Conselho de Ministros. Um assunto já foi aqui aflorado, mas precisa ser aprofundado. Refiro-me, Sr. Presidente

do Conselho de Ministros, à presença efetiva do Poder Executivo na atual Capital Federal, que é Brasília.

O SR. TANCREDO NEVES – Se V. Exa. permitisse, interromperia a interpelação de V. Exa. apenas para um esclarecimento. Desde que tive a honra de ser elevado à alta posição de presidente do Conselho de Ministros, passo em Brasília todos os dias da semana, exceto os sábados, domingos e segundas-feiras, em que minha presença no Rio, pelas distorções da máquina administrativa do Brasil, se torna absolutamente necessária e imperiosa para a condução dos negócios públicos.

O Sr. Wagner Estelita – V. Exa. vai-me permitir. Não me estou referindo individualmente a nenhum dos elementos integrantes do Gabinete, e sim ao Gabinete em conjunto. A Quarta-Secretaria da Câmara, Sr. Presidente do Conselho, tomou a iniciativa de, diariamente, registrar a presença dos Srs. Ministros em Brasília, e de cerca de vinte dias, a esta parte, com exceção de quinta-feira, raramente há mais de um ministro nesta Capital. Ainda ontem, salientava aqui o eminente Deputado Raul Pilla que, para que o sistema parlamentar funcione, é preciso a presença do governo na sede da Capital. Ele exige, entre outras coisas, um trabalho de equipe e um contato permanente com a Câmara. Sei, Sr. Primeiro-Ministro, das dificuldades que se antepõem a isso, mas não pleitearia se deslocasse toda a máquina do Poder Executivo, mas os gabinetes ministeriais e os órgãos de direção-geral. Sabe V. Exa., tão bem quanto nós, que um dos princípios fundamentais de organização é o da centralização da orientação e o da descentralização da execução. E não é possível, como ainda ontem também salientava o Deputado Raul Pilla, que não apenas se deixe de centralizar a orientação, como até mesmo ela se disperse. Não vale argumentar, Sr. Primeiro-Ministro – e sei que não é V. Exa. que argumenta nesse sentido, mas se argumenta – que isso não é possível em razão de certas deficiências técnicas de Brasília, porque Brasília, na recente crise político-militar, provou ser um fator de estabilidade e daqui se controlaram os problemas, por sua natureza, mais delicados, que são os de segurança nacional.

Espero, portanto, que V. Exa. encareça a todos os seus colegas de Gabinete a necessidade de se aprestarem as providências no sentido da presença efetiva do Gabinete em Brasília, porque esta presença é indispensável à consolidação do sistema parlamentar, a seu turno, portanto, indispensável à consolidação do próprio regime democrático.

O SR. TANCREDO NEVES – A tese de V. Exa. é legítima e irrecusável. Ela tem todo o meu apoio.

O Sr. Nelson Omegna – Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro. A propósito desta matéria, queria lembrar a V. Exa. que a vinda para Brasília criou não duas capitais; no momento, o comportamento de alguns ministros, especialmente do meu estado, apresenta três sedes do governo ministerial: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O calendário de estada dos ministros marca sempre: segundas e terças-feiras, em São Paulo; quartas e quintas-feiras, no Rio de Janeiro; sextas-feiras e sábados, em Brasília, com pequenas alterações. De sorte que, realmente, estamos sendo altamente sacrificados no estudo dos problemas e no debate da matéria. São Paulo ainda não foi elevada à Capital da República.

O SR. TANCREDO NEVES – Muito obrigado a V. Exa.

### ***Causa da inflação***

Nos últimos dois meses, as emissões de papel-moeda impostas pela crise política e os reajustamentos salariais são apontados como as causas próximas do recrudescimento da elevação do custo de vida. Mas esses acontecimentos não podem ser considerados como fenômenos episódicos ou isolados, pois estão presentes há muitos anos na nossa economia.

Poucos discordarão da afirmativa de que várias são as fontes da pressão inflacionária e de que a interação de várias causas, agravada pela disputa de classes e setores na tentativa de se defenderem dos efeitos da inflação, cria e recria mecanismos de sustentação e aceleração do processo. Muitos discutirão, entretanto, a importância relativa de cada uma das causas, ou a sua sucessiva transmutação de causas e efeitos.

É irrecusável que as sucessivas revisões de salários contribuem para provocar novas altas de preços, e que não será possível atingir a estabilidade sem integrar a política salarial na política monetária. Mas não é menos certo que é a própria elevação de preços, sustentada por outras causas, que torna imperativa a revisão de salários. Pode-se demonstrar que a imoderada expansão de crédito se tem constituído, em várias oportunidades, em motor da inflação. Outras vezes, porém, essa expansão foi imposta pela necessidade de absorver o impacto das revisões de salário, ou foi subproduto das emissões maciças a que recorre a União para financiar os seus déficits de caixa, a compra de excedentes de café,



ou as operações cambiais. O investimento em excesso das poupanças efetivas também contribui com a sua parcela, mas a própria inflação é responsável pelo desestímulo à poupança e pela desorganização dos esquemas de financiamento não inflacionário dos investimentos em setores básicos da economia.

Outros tenderão a dar maior destaque a causas não monetárias, como o desequilíbrio estrutural da nossa economia; o atraso relativo nas atividades agrícolas com suas consequências socialmente mais dolorosas, de incremento do custo da alimentação. Em relação ao custo dos alimentos, fatores específicos têm contribuído para agravar os reflexos monetários. A produção agrícola não tem conseguido acompanhar o crescimento demográfico, e os incrementos de produtividade não foram suficientes para compensar a redução relativa da população rural, por força do processo de urbanização. A esta insuficiência quantitativa se soma a inadequação dos meios de transporte, a irregularidade da oferta de alimentos pela falta de armazenamento e de estoques reguladores, e uma comercialização exageradamente onerosa, por força, inclusive, da especulação que é facilitada pela carência dos produtos e incentivada pelo processo inflacionário. Em vários outros setores ou produtos não agrícolas, aliás, a especulação e a prática de preços monopolísticos constituem fatores de pressão para a elevação do custo de vida, que são adicionados às causas puramente monetárias.

### *O déficit federal e a inflação*

O que desejo nesta hora salientar, entretanto, a bem da verdade, é que o maior responsável pela inflação – presente em todas as suas fases – é a União, tanto pela condução da política de crédito, quanto – e principalmente – pelo financiamento inflacionário dos seus déficits de caixa. Nos últimos anos, esses déficits já ultrapassaram de 25% da receita e são quase integralmente cobertos pela emissão de papel-moeda. É esta emissão que, determinando aumento dos meios de pagamento inteiramente dissociado do crescimento real da produção, não só se constitui em uma das mais importantes causas do processo inflacionário, como impede a correção das demais.

Qualquer programa de contenção do aumento do custo de vida, há de começar, portanto, pelo restabelecimento da ordem nas finanças pú-

blicas. Não pretendo com isso afirmar que o equilíbrio orçamentário, ou o financiamento não inflacionário dos déficits federais, seja condição suficiente para deter a inflação. Ele terá de ser completado e coordenado com adequada política monetária creditícia, salarial e econômica. Será inútil eliminarmos as emissões para financiar o déficit do Tesouro Nacional se continuarmos a emitir para expandir o crédito bancário. Não poderemos interromper o círculo vicioso dos aumentos de preço e salários se não conseguirmos relacionar os incrementos reais de remuneração com o crescimento real da renda. Não teremos estabilidade permanente enquanto não corrigirmos os desequilíbrios estruturais da economia e não dispusermos de controles eficientes para evitar a especulação e os preços monopolísticos.

*O Sr. Salvador Lossaco* – Permita-me, nobre ministro, estou sendo insistente no microfone de apartes.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. só me dá prazer.

*O Sr. Salvador Lossaco* – Quero colaborar com V. Exa. Agora V. Exa. omitiu um dos grandes fatores de acréscimo nos preços dos gêneros, bens de consumo e mercadorias. É o chamado imposto indireto que, na União, toma forma de imposto de consumo e, nos estados, de imposto de venda e consignações. No meu estado, são acrescidos de uma série de taxas que constituem verdadeiros impostos, como é o caso do pedágio. Hoje, o imposto de consumo, o de vendas e consignações e o pedágio são dos maiores fatores de encarecimento do preço do produto, porque taxam o consumidor. Nenhum comerciante, nenhum industrial efetivamente paga qualquer deles, porque acrescenta este imposto ao custo das mercadorias, e quem vai pagar é o elo final da cadeia dos negócios: o consumidor. Ora, se o imposto de consumo e o de vendas e consignações incidem com a mesma taxa sobre gêneros essenciais, de primeira necessidade, e sobre artigos, supérfluos, de luxo, há, então, uma grande injustiça tributária. Se verificarmos ainda que o de vendas e consignações incide sobre a mercadoria cada vez que ela passa de mão, vamos ver que a disposição constitucional – contida, aliás, no art. 200, que reza: “Os tributos terão sempre caráter pessoal e serão graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.” – tem sido flagrantemente contrariada, e os impostos indiretos, além de inconstitucionais, são fator preponderante de encarecimento. Não podemos esquecer que o governo federal – não acuso o atual, refiro-me a todos – que adota política

de aumento sempre crescente das taxas, do imposto indireto, é o maior responsável pela alta do custo de vida. Então, queria sugerir a V. Exa. a reforma do Código Tributário, a fim de serem humanizados os impostos indiretos, seja fazendo incidir taxa maior sobre artigos supérfluos e de luxo, seja isentando os gêneros de primeira necessidade. Poderíamos atribuir taxas baixas aos bens de consumo em geral ou suprimi-las gradativamente, substituindo-as pelos impostos diretos, que então viriam gravar a riqueza. Esta seria a justiça tributária por todos almejada. Espero possa V. Exa., com sua brilhante inteligência, ser o propulsor dessa reforma que consideramos essencial para minorar a situação aflitiva das classes menos favorecidas do País.

O SR. TANCREDO NEVES – Deputado Salvador Lossaco, V. Exa. fere em seu aparte uma das distorções mais graves do nosso sistema tributário. O projeto de reforma da lei do imposto de consumo, que tenho a honra de submeter hoje ao exame, à consideração e ao debate dos nobres deputados, traz consigo esta diretriz, a total eliminação de qualquer tributação de imposto de consumo sobre as utilidades indispensáveis ao consumo e ao uso das classes menos favorecidas e da classe média.

Com relação ao imposto de vendas e consignações, já o problema é mais delicado e mais grave, porque nele têm hoje os estados sua espinha dorsal; nele reside o sustentáculo da receita estadual que, tão desfalcada como se encontra e como vem ocorrendo de algum tempo a esta parte, não tem como substituí-lo, a menos que desapareça totalmente aquilo que é essencial a uma federação, quer dizer, o resguardo da autonomia dos estados, que só pode ter realidade se se situar em termos financeiros.

*O Sr. Salvador Lossaco* – Mas, nobre ministro, poderíamos coibir o abuso dos estados; São Paulo, por exemplo, em três aumentos sucessivos do imposto de vendas e consignações, foi o maior responsável pelo encarecimento do custo de vida em todo o País, porque São Paulo fornece 65% do que a Nação consome.

O SR. TANCREDO NEVES – Dentro da nossa estrutura constitucional, não vejo, sem violar a autonomia dos estados, como possa o governo federal impor qualquer restrição à capacidade tributária das unidades federativas.

*O Sr. Ferreira Martins* – Sr. Ministro, é fora de dúvida que o problema principal com que se debate este governo é o encarecimento do cus-

to de vida V. Exa., na brilhante exposição que vem fazendo a esta Casa, mostra-nos as causas. A título de também oferecer alguma solução para este grave problema, apresentamos projeto de lei que determina a marcação de preço dos produtos em geral e dá outras providências. Diz a proposição:

Ficam obrigados os produtores a afixar nos produtos o preço de venda da mercadoria ao comércio. Na regulamentação da presente lei, o governo determinará, no prazo máximo de sessenta dias, quais os produtos que, não podendo ser incluídos no art. 1º desta lei, deverão ter seus preços afixados nas sacarias, caixas ou outras embalagens.

Sr. Ministro, o que se nota é o seguinte: o povo desconhece inteiramente o preço do produto, da mercadoria que é entregue ao comércio. Seria muito difícil para o governo, nesta oportunidade, principalmente no regime inflacionário em que estamos vivendo, marcar o preço do produto, o preço de venda ao comerciante, e também ao consumidor. Mas parece que resolveríamos em grande parte o problema se se afixasse em todas as mercadorias o preço que o produtor cobrou ao comerciante, porque o próprio povo passaria a fiscalizar aqueles que se contentam com lucro razoável, de 20%, por exemplo. Por outro lado, evitaríamos, com a aprovação deste projeto, fossem retidas mercadorias, esperando a alta, porque coma marcação do preço do produto, quando viesse nova mercadoria, traria já fixado preço mais alto, se fosse o caso. Mas aquelas ainda em estoque teriam de ser vendidas ao preço anterior. Acredito seja esta uma das medidas que o governo poderá aproveitar ao estudar assunto tão relevante.

O SR. TANCREDO NEVES – A sugestão de V. Exa., reveste-se de longo alcance e de irrecusável oportunidade. Tanto assim que está sendo estudada pelos órgãos competentes do governo federal. Em sendo adotada, vai associar o consumidor à tarefa do governo de fiscalizar os abusos na venda e revenda dos artigos básicos, das utilidades indispensáveis à sobrevivência das famílias da classe média e da classe pobre do Brasil. E, mais ainda, irá possibilitar ao comprador e ao consumidor o cálculo do lucro sobre a mercadoria por ele adquirida.

*O Sr. Ferreira Martins – Agradeço a V. Exa.*

O Sr. Nelson Omegna – Sr. Primeiro-Ministro, quando se pensa em adotar esta sábia providência sugerida pelo nobre deputado por São Paulo, Sr. Ferreira Martins, deve-se levar em conta o fato da omissão, até hoje, dos departamentos encarregados dos estudos de preços. Comecei, há algum tempo, a interessar-me pela matéria a pedido de alguns sindicatos ligados à indústria da alimentação, que me alertaram sobre o seguinte: não há ninguém que possa dizer o preço de custo dos produtos consumidos pelo povo brasileiro. Quando os departamentos técnicos partem da soma de custo de produção, mais transporte, e mais outras despesas e impostos, estão aceitando o primeiro termo como um termo declaratório puramente. O fabricante do óleo de amendoim chega e declara: – o óleo me custou tantos cruzeiros o quilo. E dessa declaração nasceu todos os outros cálculos. Foi verificado pelo Sindicato dos Empregados na Indústria de Alimentação de Campinas, onde existe uma grande indústria de óleo, moderníssima, que o custo da produção ocupa apenas, por dia, na fábrica, dez minutos de trabalho de sua equipe de operários. E as outras sete horas e cinquenta minutos são a mais-valia do produto. Nestas condições, importa realmente que o Gabinete estude pelo menos seis ou oito gêneros da mais urgente e instantânea necessidade do nosso povo, para que realmente os cálculos de preços sejam uma realidade e não parte de uma simples declaração do interessado de quanto lhe custa o produto que oferece à venda.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Antes, devo dizer a V. Exa. que experimento, e acredito toda a Casa, regozijo pela presença de V. Exa., pela maneira solícita com que procura dar resposta a todas as nossas indagações. Claro que muitas delas deveriam ser dirigidas aos ministros em cujas Pastas especificamente estariam envolvidos os fatos aqui de nossa reclamação. V. Exa. acatou a crítica à maneira por que até hoje se estabeleceu em nosso País essa tolerância com que as empresas fornecedoras de bens de consumo de nosso povo, ao seu alvedrio, determinam aquilo que deva ser objeto de venda e de grande lucro para elas. Devo dizer a V. Exa. que duas coisas deveriam ser notadas. Há quem, de fato, inclua no lucro, notadamente as empresas estrangeiras que aqui produzem o que consumimos, através do *royalty*, remessa de lucro em moeda estrangeira; há quem estabeleça no custo dessa produção, e como coeficiente, até a oscilação do dólar, semanalmente. É acrescido no preço da mercadoria

vendida aquilo que devesse ser a maior alta na remessa de dividendos e de *royalties*.

Mas há outro fato importante que prefiro comunicar ao Sr. Ministro da Fazenda, porque mais a ele especificamente seria objeto de reclamação do que a V. Exa. É a maneira pela qual em São Paulo e em outros estados se está tolerando a aplicação de capitais a altas taxas de juros. Por uma portaria do governo, permitiu-se a fundação das *acceptances*. Essas empresas não têm limite no recebimento dos juros como não têm, também, limite naquilo que cobram dos capitais emprestados. Não se concebe, Sr. Ministro, num País inflacionado, com seu dinheiro num juro desregrado, não convergi-lo para as entidades de crédito que são os bancos, nem se represando onde devesse ser de fato por essa forma visto e dirigido. Permite-se empreguem capitais a taxas até de 40% ao ano. Sr. Ministro, se pretendemos corrigir os custos da produção, se pretendemos fiscalizar tudo aquilo que seja propósito abusivo através da venda e dos preços para os grandes lucros das empresas, comecemos também, em nossa casa, por corrigir os graves defeitos com que dirigimos a nossa própria moeda, permitindo que ela concorra, através de altas taxas de juros, para o encarecimento daquilo que deva ser consumo do povo. É uma interpelação que pretendo fazer ao Sr. Ministro da Fazenda para que, de uma vez por todas, se corrija essa anomalia; chamemo-la até, se V. Exa. permite, vergonhosa, um País exorbitando em meios financeiros, com a aplicação de capitais de 40%, isto porque está desviado daquilo que deveria ser o seu emprego social, a finalidade *a priori*: o crédito e as produções.

O SR. TANCREDO NEVES – A observação de V. Exa., de toda a Casa, mostra apenas o quanto se desatualizaram as nossas instituições financeiras. Os fatos econômicos e financeiros cada vez mais escapam ao controle das autoridades financeiras do próprio governo. Por isso é preciso que nos lancemos realmente às reformas de base. Entre elas devemos colocar em primeiro plano a reforma bancária, para que abusos como esse que V. Exa. denuncia não tenham curso e não se possam fazer ante a indiferença do governo.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Muito obrigado a V. Exa.

O SR. TANCREDO NEVES – Mas é preciso convir em que o restabelecimento da ordem nas finanças federais não só permitirá por si mesmo reduzir a curto prazo o ritmo da inflação, como condiciona

o tratamento das demais causas do processo. Não se pode pretender das classes assalariadas que contenham suas reivindicações dentro dos limites dos incrementos de produtividade, quando a instabilidade da moeda retira a confiança nos níveis de preço e conduz a pedidos de salários em função dos preços futuros, e não dos atuais. Não é possível insistir em aumentos de produtividade, quando esta mesma instabilidade da moeda torna difícil conhecer o comportamento real dos custos. Não se pode conseguir que os empresários absorvam aumentos de custo, quando a procura de fatores, alimentada pela desmesurada expansão dos meios de pagamento, cria mercado a qualquer preço. Não há elementos para um combate eficiente aos lucros excessivos quando estes se confundem e mascaram com os incrementos legítimos de custo. Não há condições para programar a expansão do crédito quando a injeção contínua de papel-moeda, tornando a dívida nominal a maior fonte de lucro, faz com que todos redobrem a sua pressão sobre o sistema bancário, e é difícil distinguir o crédito produtivo do especulativo. Não é exequível obter o equilíbrio cambial, quando o excesso de meios de pagamento incentiva a importação e o crescimento dos custos internos dificulta a exportação. Não há como manter, sem repercussões inflacionárias, elevada taxa de investimentos – essencial ao desenvolvimento econômico – quando a instabilidade monetária desestimula a poupança, torna a especulação mais lucrativa do que o investimento produtivo e desvaloriza a produtividade.

Estas as razões pelas quais empresto a maior prioridade à situação financeira da União, dentre todas as frentes que devemos atacar na batalha contra a inflação, em que precisamos lançar o País.

#### Execução Orçamentária de 1961

No corrente exercício, as últimas estimativas do Ministério da Fazenda situam a renda da União em cerca de 302 bilhões de cruzeiros, ou seja, 22% a mais do que o previsto na Lei Orçamentária.

Não obstante este progresso na receita, o déficit de caixa do Tesouro neste exercício deve ser da ordem de 125 bilhões de cruzeiros. As despesas orçamentárias, fixadas em 302 bilhões, deverão elevar-se a mais de 414 bilhões. A diferença decorre da insuficiência das verbas consignadas para atender ao pessoal civil da União, às subvenções a autarquias deficitárias, aos juros devedores de contas do Tesouro Nacional, às diferenças de câmbio e às receitas vinculadas. O plano de contenção

de despesas em execução permitirá reduzir o montante antes indicado, mas é provável que os desembolsos do Tesouro à conta do orçamento do corrente exercício atinjam a 384 bilhões de cruzeiros.

Somente na execução orçamentária, portanto, o déficit deve alcançar 82 bilhões de cruzeiros. A esse número devem ser adicionados os dispêndios com restos a pagar, fundos vinculados, créditos especiais e adiantamentos a estados, que elevarão o déficit de caixa para o nível antes indicado, de 125 bilhões de cruzeiros.

Desde a sua instalação, o governo vem procurando evitar o crescimento do déficit que já encontrou, e o tem conseguido, pois a conta do débito do Tesouro no Banco do Brasil se mantinha, em fins do mês passado, no mesmo nível de agosto. Para reduzir a acumulação das despesas que anualmente se verifica no mês de dezembro, determinou aos órgãos da administração pública a suspensão de toda e qualquer compra ou contrato, salvo casos realmente inadiáveis. A época em que assumiu o comando das finanças federais – já no final do exercício, com a maior parte da despesa comprometida – não permite ação mais eficaz no sentido de reduzir o déficit previsto. Espera o governo, entretanto, evitar o seu agravamento.

*O Sr. Mário Beni* – Há de perdoar-me, Sr. Primeiro-Ministro, mas tem V. Exa. uma grande carga sobre os ombros, conduzindo esta nau, em hora de aflições para o País. E com um discurso exaustivo como o que vem fazendo, os apartes servem também para que V. Exa. tenha um pouco de descanso, além de esclarecer alguns pontos que deixam dúvidas no espírito dos parlamentares, hoje com a responsabilidade de colaborar com o governo. V. Exa., até agora, não abordou um problema que, na minha opinião, está trazendo sérias dificuldades ao processo de estabilidade da vida brasileira, no que concerne ao seu campo econômico e, mesmo, por que não dizer, nas manifestações de ordem financeira que afligem o governo. É a questão do crédito. O déficit de caixa, V. Exa. vem de acusar o déficit de caixa, evidentemente herança deste e de orçamentos anteriores e causa deste tumulto que se criou, foi também inversão patrimonial, embora não contabilizável, pois fez a evolução, a expansão do País em todas as manifestações da sua economia, mas, sem dúvida, implicou em responsabilidades do governo, particularmente do seu Tesouro.

Estamos com uma verdadeira anarquia no mercado de capitais. Sabe V. Exa. que o dinheiro é caro; sendo caro, a formação do custo de



produção se tornou mais onerosa e o governo sofre as consequências porque sem mercado de títulos se abalou. Hoje, temos o capital baseado na rentabilidade de 30 a 38%. E o verificamos, no exemplo que nos dão as letras de importação. Saiba V. Exa. que há um mercado lateral, que acompanha o mercado oficial ou oficioso, como queira V. Exa., que é aquele “mercado negro” do capital emprestado, do capital que se aplica, que vai a 5, 6 e 8% ao mês. Desejaria que V. Exa. – talvez o faça – mais adiante examinasse este aspecto, porque é um dos mais sérios a tumultuar a vida econômica nacional. É o do crédito tumultuado, pelas letras e pelas sociedades de crédito e financiamento. E o governo tem nas mãos, através da Sumoc, poderes para disciplinar esta questão, independentemente da reforma bancária, porque quem fez a 309 pode fazer uma 310... V. Exa. terá estes elementos. Se não tiver, conseguirá através da reforma bancária. A Câmara deve, então, examinar este aspecto com prioridade, porque o governo, como o particular, quando precisa de recursos, deve procurar os mercados particulares e nunca procurar o empréstimo compulsório, como vem fazendo. Devo dizer – e V. Exa. saberá tanto quanto eu – que o governo americano deve cinco ou dez vezes a receita orçada de um ano e tem a sua taxa média sempre estabilizada, enquanto nós não podemos procurar no mercado privado os capitais, recorrendo aos empréstimos compulsórios, que trazem a anarquia ao mercado financeiro.

O SR. TANCREDO NEVES – Ouço o Deputado Leite Neto.

O Sr. Leite Neto – Sr. Primeiro-Ministro, acompanho, com muita atenção e muito agrado, a brilhante exposição que V. Exa. está fazendo da situação econômica e financeira do País e das linhas mestras que se traçaram na orientação do governo neste setor importantíssimo da vida pública brasileira. V. Exa. se referiu, de maneira expressa, ao problema da inflação. Estou de pleno acordo. Este é, incontestavelmente, o mais angustiante problema da hora presente. V. Exa. citou, como causa de inflação, o déficit orçamentário, que força o governo a emissões a jato contínuo. Estas vão inflando cada vez mais o meio circulante, repercutindo sobre os meios de pagamento e promovendo a elevação quase diária dos preços. Realmente, este é assunto fora de discussão, porque as maiores autoridades mundiais em matéria de finanças consideram que nunca ocorreu em qualquer fase da história, em nenhum país desenvolvido, já em plena maturidade, ou subdesenvolvido, uma inflação

de caráter permanente que não correspondesse exatamente ao excesso de emissões de papel-moeda. Sr. Primeiro-Ministro, já que V. Exa. fez uma referência à Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, queria prestar um esclarecimento. Realmente, nos primeiros dias do atual governo – e aqui abro parênteses para congratular-me com o País pelo regime implantado, porque agora mesmo estamos tendo o exemplo das suas vantagens admiráveis, em que o chefe do governo presta esclarecimento à Nação através da Câmara e tem ensejo de receber colaboração valiosíssima dos Srs. Deputados, como aquela há pouco prestada pelo eminente Deputado Herbert Levy – o eminente ministro da Fazenda compareceu à Comissão de Orçamento e lá combinou uma série de medidas a serem tomadas no sentido de limitar tanto quanto possível o déficit orçamentário.

Entretanto, ficou combinado que, já tendo sido aprovada pela Câmara grande parte do Orçamento para 1962 e, tratando-se, por conseguinte, de uma fase de emergência, seria de toda a conveniência atuasse S. Exa., numa colaboração preciosa entre a Comissão de Orçamento da Câmara e a Comissão de Finanças do Senado, especialmente nesta última, a fim de que pudéssemos reduzir ao mínimo ou mesmo eliminar – há possibilidade de eliminação – o déficit orçamentário. Infelizmente Sr. Primeiro-Ministro, quando V. Exa. presta à Nação informações valiosíssimas, não estão presentes os ilustres membros do seu Gabinete, especialmente o eminente ministro da Fazenda. Fui informado de que, até sexta-feira última, o Sr. Ministro da Fazenda não havia tido entendimento algum com aquele órgão técnico do Senado. Esteja V. Exa. certo de que nós, na Comissão de Orçamento, estamos dispostos a prestar, patrioticamente, a mais sadia colaboração a V. Exa., em tudo que diga respeito ao saneamento das finanças, para o combate à inflação. Apelo, neste instante, no sentido de que o eminente ministro da Fazenda venha entender-se, com brevidade, com a Comissão de Finanças do Senado, pois, infelizmente, já estamos recebendo de volta alguns anexos com elevações substanciais da despesa, o que agravará o déficit orçamentário. Esta informação eu desejava prestar a V. Exa., reafirmando-lhe nosso propósito de colaborar na obra governamental de saneamento das finanças do Brasil.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado Leite Neto, sabe V. Exa. com que respeito eu o ouço. Felicito-me por encontrá-lo, como sempre o encontrei, tomado do mais alto espírito público e nessa linha

de permanente vigilância cívica. A informação e a contribuição de V. Exa. ao Conselho, através do seu presidente, que, no instante se honra em ocupar esta tribuna, será tomada em toda a consideração. Tenho para mim que S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda está atento ao processo da votação da proposta orçamentária no Senado, pois sempre me transmite, em detalhes, resultados de entendimentos mantidos com os líderes parlamentares na Câmara Alta.

*O Sr. Daniel Faraco* – Desejo prestar esclarecimentos sobre matéria de fato. Na verdade, fui testemunha, como o Deputado Leite Neto, de que o Sr. Ministro da Fazenda por duas vezes aqui esteve, na Comissão de Orçamento, pondo-se ao inteiro dispor do nobre presidente desse órgão técnico para a possibilidade de uma reformulação do problema orçamentário.

*O Sr. Leite Neto* – Já dei esse testemunho.

*O Sr. Daniel Faraco* – S. Exa. também reuniu-se com os nobres líderes da Casa com o mesmo objetivo. O problema que se criou foi o seguinte: o Orçamento foi enviado à Câmara num regime e com toda uma formulação presidencialista, com todos aqueles velhos vícios que já se tornaram crônicos no nosso Orçamento. Verificou-se ser absolutamente impossível fazer qualquer coisa na Câmara, onde o Orçamento já estava, em grande parte, votado, tendo-se pronunciado a Comissão de Orçamento sobre quase todas as emendas. Procurou-se, então, estudar o que seria possível fazer no Senado, e o Sr. Ministro da Fazenda entendeu-se demoradamente com o nobre Senador Daniel Krieger, de quem recebeu o oferecimento de todos os elementos de ordem pessoal e material de que necessitasse. Ao que estou informado, o Sr. Senador Daniel Krieger irá notificar o Sr. Ministro da Fazenda do momento em que esta colaboração lhe poderá ser prestada. E é preciso não esquecer que, a esta altura, a Câmara ainda não votou o Orçamento. A receita sequer foi votada pela Câmara. De modo que o estudo da matéria no Senado encontra dificuldades de ordem material muito grandes, mas que são causadas pelas circunstâncias.

*O Sr. Leite Neto* – Mas V. Exa. é testemunha de que o Senador Daniel Krieger esteve esta semana na Comissão de Orçamento, declarando que ainda não tivera esse entendimento com o ministro da Fazenda.

*O Sr. Daniel Faraco* – Há um engano de V. Exa.

O Sr. Leite Neto – Foi o que S. Exa. me informou. A circunstância de que a receita, apesar de ainda não ter sido votada pela Câmara, está sendo examinada pela Comissão do Senado...

O Sr. Daniel Faraco – Há equívoco de V. Exa. Posso assegurar-lhe que o Senador Daniel Krieger, numa viagem que fez ao Rio de Janeiro...

O Sr. Leite Neto – Então, foi posteriormente...

O Sr. Daniel Faraco – Há equívoco de V. Exa. Vossa Excelência confie em mim. O Sr. Senador Daniel Krieger teve esse entendimento com o ministro da Fazenda. E V. Exa. e o Senador Daniel Krieger ficaram de, juntamente com o nobre Deputado Hamilton Prado, que na ocasião não estava aqui, refazer o estudo do problema da receita, quando seria solicitada, então, a colaboração pessoal dos elementos do Ministério da Fazenda. O que há é o que costuma dizer o nobre Deputado Aduino Cardoso: “Nós todos somos aprendizes, nesse regime: Gabinete, Senado, Câmara – somos todos aprendizes. Temos de pagar o preço da aprendizagem. E certamente, enquanto se é aprendiz, não se pode fazer obra perfeita.”

### ***Perspectivas das finanças federais em 1962***

O SR. TANCREDO NEVES – O quadro das finanças federais no próximo ano é bem mais grave. Os dados atualmente conhecidos fazem prever um déficit potencial de caixa da ordem de 200 bilhões de cruzeiros. Este déficit não considera, porém, a insuficiência de recursos para os investimentos programados nos setores básicos da economia a cargo da União, como petróleo, energia elétrica, transporte ferroviário e Marinha Mercante.

A proposta orçamentária para 1962 estimava a receita em 351 bilhões de cruzeiros e fixava a despesa em 477 bilhões. O déficit previsto era, portanto, da ordem de 126 bilhões.

Os dados conhecidos sobre a execução do orçamento de 1961 já permitem estimativas mais exatas sobre o comportamento provável da receita e da despesa no próximo ano.

Quanto à receita, as últimas previsões situam-na em torno de 374 bilhões, com um aumento de 24% em relação ao estimado para o corrente ano. O aumento entre 1960 e 1961 está orçado em percentagem mais elevada – 31% – mas não se pode esperar o mesmo ritmo de crescimento.

Assim, em relação ao imposto de importação, o reajustamento do dólar fiscal no próximo exercício não terá as mesmas proporções do ocorrido em 1961. No imposto de renda, a tabela para as pessoas físicas estabelecida pela lei para 1962 reduzirá a arrecadação em números absolutos. E tanto o imposto de consumo como o de selo ainda refletem, no corrente ano, alterações nos métodos de arrecadação que não se devem verificar no próximo exercício.

Quanto à despesa, a proposta orçamentária exige também retificações. Somente em relação ao pessoal civil, os dispêndios do corrente ano indicam aumento de 22,2 bilhões de cruzeiros nos números da proposta. Várias são as dotações para órgãos de desenvolvimento regional ou fundos especiais, fixadas, constitucional ou legalmente, como percentagens da receita tributária da União, cuja correção decorre automaticamente de revisão da receita. Outras dotações, como as subvenções aos serviços de transporte, exigem aumento, à vista da despesa que vem sendo realizada no corrente ano. Estas correções permitem rever a proposta orçamentária, situando a despesa na ordem de 520 bilhões de cruzeiros, fazendo prever um déficit orçamentário de 146 bilhões de cruzeiros.

A este número devem ser adicionados os dispêndios extraorçamentários, referentes a restos a pagar, fundos vinculados transferidos de exercícios anteriores, auxílios a estados, e créditos especiais, que permitam estimar em 200 bilhões de cruzeiros o déficit potencial de caixa em 1962. Esse montante, como já foi salientado, não considera a insuficiência de recursos para investimentos programados em setores básicos da economia. Nem a recente emenda constitucional que transfere aos municípios uma parte da renda federal.

*O Sr. Menezes Cortes* – Sr. Presidente do Conselho, nesta altura do discurso de V. Exa., desejava fazer duas indagações. A primeira é: que providência o Conselho de Ministros está desejando tomar para fazer face a esse déficit que V. Exa. prevê na elaboração do Orçamento para 1962?

O SR. TANCREDO NEVES – Responderei, por parte, às perguntas de V. Exa.

A União, ou melhor, o Conselho de Ministros espera poder financiar esse déficit com recursos obtidos com o acréscimo de despesas decorrentes da reforma tributária que estamos, hoje, submetendo à esclarecida consideração dos Srs. Congressistas. Uma parte teremos de

financiar com recursos não inflacionados que teremos de buscar nas agências de crédito no exterior.

*O Sr. Menezes Cortes* – A segunda indagação: por que motivo V. Exa. se refere a essa diminuição da receita por força da emenda constitucional há pouco votada no Senado? Será que o Conselho de Ministros espera seja essa emenda votada numa sessão extraordinária? Do contrário, não haverá possibilidade, constitucionalmente, de vê-la entrar em vigor em 1962, uma vez que, em segunda discussão, ela foi aprovada não por dois terços. Nestas condições, o ciclo constitucional exige que esta emenda volte a uma nova sessão legislativa. De modo que era essa a indagação que desejava fazer.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. traz-me uma informação que realmente me surpreende.

*O Sr. Osmar Cunha* – Se V. Exa. me permite, responderei ao nobre Deputado Menezes Cortes.

O SR. TANCREDO NEVES – Confesso a V. Exa. que até esta hora estava absolutamente certo de que a emenda constitucional houvera sido aprovada pelo quórum especial de dois terços e por isto sua vigência a partir de janeiro de 1962 tornava-se um imperativo inelutável.

*O Sr. Osmar Cunha* – Primeiramente darei uma explicação sobre o assunto que pôs V. Exa. e o nobre Deputado Menezes Cortes em dúvida. A emenda, em segunda discussão, foi aprovada nesta Casa no dia 24 de agosto, exatamente por 221 votos contra 9. Consequentemente, por mais de dois terços. A emenda é coisa líquida e certa e será promulgada consequentemente no dia 21 deste mês. Há um equívoco do Deputado Menezes Cortes, que me prontifico a corrigir.

*O Sr. Menezes Cortes* – Verificarei na Mesa.

*O Sr. Osmar Cunha* – Outro fato, Sr. Ministro, é que vejo V. Exa. preocupado neste instante com esse déficit orçamentário que vai avassalar no próximo ano V. Exa., o Conselho de Ministros e, sobretudo, o Congresso Nacional, do qual V. Exas. são delegados de confiança. Posteriormente à apresentação do programa do Conselho de Ministros, fiz uma série de discursos, mais ou menos 10, estudando o que seja Orçamento da República no programa parlamentar. Infelizmente, o Conselho de Ministros, na ocasião, fez ouvidos moucos, porque, em nosso modo de entender, o processo de elaboração do Orçamento da República, no sistema parlamentar, difere substancialmente do sistema presidencialista. E o Ato

Adicional nº 4 fixava, dentro das responsabilidades – V. Exa., lendo-o, verificará, se não me engano, no art. 8º –, a do Conselho de Ministros, nessa elaboração. Àquela época, pelos estudos que eu fazia, como economista, provava à Casa que o déficit de Caixa da União, no próximo ano, seria da ordem de 200 bilhões e advertia o Conselho de Ministros para que elaborasse, isso sim, a sua proposta orçamentária, para que a enviasse à Câmara dos Deputados, com o objetivo de ser então votada em globo, com a confiança ou desconfiança do próprio Conselho de Ministros, porque, segundo pensamos, programa e plano de governo é aquilo que de fato se escrevia no Orçamento da República, e V. Exa. e o Conselho não poderão programar nem planejar coisa alguma além do que se encontrar em matéria de política interna, exatamente, dentro do Orçamento da República. Foi uma omissão que V. Exa. vem trazendo neste instante à Casa, mas havia ainda na ocasião tempo para que o Conselho de Ministros o fizesse.

Pergunto então: pode V. Exa., pode o Conselho de Ministros, no próximo ano, elaborar um plano de economia dentro deste Orçamento? Acredito que não, porque, sendo, como é o Conselho de Ministros, delegação de competência do Congresso Nacional, não poderá fazê-lo. E, se não o fizer, que acontecerá? Teremos um déficit orçamentário de 200 bilhões de cruzeiros, que afetará os preços dos produtos internos, consequentemente, o encarecimento do custo de vida, de, aproximadamente, 40% no próximo ano. Então, ou V. Exa. cumpre o Orçamento, de que V. Exa. e o Conselho de Ministros descuraram, e cairá o Conselho de Ministros, porque a alta do custo de vida será tão grande, tão alta, que não há governo que resista, ou V. Exa. não o cumpre e faz um plano de economia para ajustar o equilíbrio orçamentário essencial, que a Nação deseja. Pergunto se o Congresso Nacional vai aceitar que V. Exa. corte o Orçamento da República a seu bel-prazer, quando o Conselho de Ministros é de fato uma delegação de confiança do Congresso Nacional.

O SR. TANCREDO NEVES – Tem V. Exa. razão em parte. Não a tem, quando diz que o Conselho de Ministros fez ouvidos moucos às suas advertências desta tribuna, quando ele chamava a atenção para a tramitação da proposta orçamentária nesta Casa.

Em razão das advertências de V. Exa., o presidente do Conselho e o ministro da Fazenda procuraram logo articular-se com os responsáveis pela votação da matéria na Câmara, e, em razão desses entendimentos,

é que, a esta altura, já podemos defrontar perspectivas bem menos sombrias do que aquelas que nos ameaçavam quando se instalou o Conselho de Ministros. Mas V. Exa. tem razão nas considerações de ordem técnica que acaba de expor, porque aí, o que vemos, em verdade, é o douto professor de Economia e Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas de Florianópolis, a bela capital catarinense.

O Sr. *Eloy Dutra* – Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de tomar apenas um minuto da exposição de V. Exa., para esclarecer que a denúncia ou a interpelação do nobre Deputado Herbert Levy, a respeito de um empréstimo de 25 milhões de cruzeiros a um banco falido, não tem razão de ser. Há um novo grupo, merecedor de todo crédito, que adquiriu o referido estabelecimento e se responsabilizou pelo passivo de 800 milhões de cruzeiros. A este novo grupo econômico se fez o empréstimo referido de 25 milhões, para efeito de garantia do passivo do estabelecimento bancário falido. De sorte que o empréstimo ao novo grupo que assumiu a responsabilidade passou por todas as normas regulamentares, não tendo sido o empréstimo concedido diretamente ao estabelecimento falido, e sim aos novos responsáveis, que, como disse, assumiram o passivo do estabelecimento.

O SR. TANCREDO NEVES – Muito agradecido pelos esclarecimentos de V. Exa.

O Sr. *Hamilton Prado* – Sr. Primeiro-Ministro, estou observando, pela sua exposição, que V. Exa., na apreciação da receita, adotou praticamente o critério seguido pelo ex-Presidente Jânio Quadros, quando enviou a proposta orçamentária a esta Casa. Foi um critério altamente pessimista, admitindo até que o ritmo de crescimento da receita nacional, com relação a 1961 e 1962, seria menor do que o verificado nos anos anteriores, da ordem de 26%. Daí a razão pela qual V. Exa. admitiu, como receita provável, a de 370 bilhões de cruzeiros. Parece, conseqüentemente, que V. Exa. não está levando em conta os vários fatores que influenciarão no crescimento da receita, não só no corrente exercício – o que, aliás, já está provado pela arrecadação – como também nos exercícios vindouros. São esses vários fatores que influenciam na elevação dos preços das utilidades e que, conseqüentemente, vêm influir também sobre o montante da arrecadação do imposto do selo, do imposto de consumo; terão reflexos sobre o imposto de renda e a simples elevação do dólar fiscal e, também, no custo de importação. Naturalmente, terão



reflexos muito maiores sobre a importação. De modo que, afirmo a V. Exa., conforme estimativa feita na Comissão de Orçamento, podemos considerar que a receita para 1962, sem dúvida alguma, sobre-excederá consideravelmente a importância de 400 bilhões de cruzeiros e não chegará apenas, como V. Exa. diz, a 370 bilhões.

O SR. TANCREDO NEVES – Em que pese o acatamento com que sempre o ouço, lamento e deploro não poder participar do otimismo com que V. Exa. vê, para o exercício de 1962, a evolução da receita. Os últimos estudos a que se procedeu, na base das arrecadações anteriores, não animam a sustentar as mesmas perspectivas favoráveis com que V. Exa. se dispõe a fazê-lo neste instante.

O Sr. *Menezes Cortes* – Permita V. Exa. uma retificação. Realmente, me havia equivocado. Acabo de verificar que a segunda votação, no dia 24 de agosto, atingiu o quórum por dois votos além do necessário. Faço a retificação, para que não paire dúvida diante da impressão que tinha de que a Emenda nº 1 deveria ainda voltar a esta Casa.

O SR. TANCREDO NEVES – A emenda, segundo a estimativa mais otimista, representa para a União um desfalque na arrecadação de mais de 25 bilhões de cruzeiros.

O Sr. *Hamilton Prado* – Sr. Ministro, desejaria conhecer as bases da estimativa que V. Exa. diz estar sendo feita recentemente, porque aquelas que me chegaram às mãos até o mês de maio e mesmo em junho, inclusive, são de ordem a animar estimativas muito mais otimistas.

O SR. TANCREDO NEVES – Poderia passá-las às mãos de V. Exa. tão logo encerrasse a minha intervenção nos debates da Casa no dia de hoje.

O Sr. *Corrêa da Costa* – Sr. Primeiro-Ministro, V. Exa. teve oportunidade, ao responder a uma interpelação do eminente líder Menezes Cortes, de explicar à Câmara como iria cobrir o déficit orçamentário que se apresenta. Sabe V. Exa. que os dois itens de maior vulto desse déficit se referem às estradas de ferro e aos transportes marítimos, que andam pela casa dos 60 bilhões. Perguntaria se V. Exa. está em posição de explicar à Casa como o Gabinete vai diminuir esse déficit relativo às estradas de ferro e à Marinha Mercante.

O SR. TANCREDO NEVES – No curso da minha exposição, V. Exa. encontrará resposta à sua oportuna e pertinente intervenção. Um dos motores do déficit orçamentário do Brasil vamos encontrar real-

mente na diferença de custos dos serviços autárquicos, sobretudo os que estão entrosados na Comissão de Marinha Mercante e na Rede Ferroviária Federal.

*O Sr. Afonso Celso* – Verifico, pela exposição de V. Exa., que V. Exa. dá como fontes de recursos, para enfrentar o déficit no próximo exercício, os dois projetos que entrega hoje à Casa. Desejaria, no entanto, alertar V. Exa. sobre o prazo exíguo que temos para aprovação desses projetos, a fim de que eles entrem em execução já no próximo exercício. Se não forem aprovados até dia 30 do corrente mês, V. Exa. não poderá contar com esses recursos. Alerto V. Exa. para a condução desses dois projetos.

O SR. TANCREDO NEVES – Reconhecemos, realmente, a exiguidade do tempo que a Câmara e o Senado terão para examinar as reformas tributárias que lhes estamos solicitando. Mas, em abono da nossa conduta, podemos ponderar que somos um governo que se instalou na crista de uma profunda agitação político-militar. Trata-se de um governo que mal ainda se pôde constituir em profundidade e o esforço que fez para poder trazer à Câmara dos Deputados esta reforma substancial do nosso sistema tributário, há de, sem dúvida, encontrar correspondência no nunca desmentido patriotismo e na nunca desmentida operosidade dos deputados que honram esta Casa do Congresso Nacional.

*O Sr. Carneiro de Loyola* – Permite-me um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

*O Sr. Carneiro de Loyola* – Estou ouvindo com muita atenção o brilhante discurso de V. Exa. Acredito que, se tivéssemos aparelho arrecadador mais eficiente, talvez conseguíssemos obter aumento considerável da receita sem necessidade de novos impostos. Queria saber de V. Exa. quais as medidas que está tomando o ministério no sentido de melhor aparelhar as repartições arrecadadoras do País.

O SR. TANCREDO NEVES – No projeto de reforma tributária, V. Exa. encontrará muitas dessas medidas que visam realmente a reaparelhar a Fazenda Nacional de instrumentos e meios mais adequados e atualizados para tornar mais eficiente a arrecadação dos tributos que lhe são devidos.

*O Sr. Carneiro de Loyola* – Obrigado a V. Exa.

O SR. TANCREDO NEVES – Admitindo que o governo possa conter uma parcela das despesas autorizadas na parte variável do Orçamento, e

apelando para todas as formas de financiamento não inflacionário, talvez seja possível reduzir esse déficit a 160 bilhões de cruzeiros. Ainda assim, o vulto da emissão a que será obrigado o governo será suficiente, por si só, para determinar aumento geral de preços da ordem de 55%. Diante de tal perspectiva é impossível deixar de reconhecer a existência de verdadeiro estado de emergência nas finanças federais, cuja correção exige medidas prontas e decididas. Sem a redução do déficit federal, em 1962, até níveis que possam ser financiados por métodos não inflacionários, será impossível qualquer sucesso na estabilização dos preços.

A diminuição desse déficit – conhecida a impossibilidade de serem obtidos empréstimos públicos nesse montante – só poderá ser conseguida através do aumento das receitas ou da redução de despesas.

### *Redução de despesas*

A redução de despesas, que a muitos se apresentará como a única solução justa, deve ser considerada nas suas possibilidades e repercussões.

Para que se conseguisse, somente mediante contenção de despesas, eliminar o déficit de caixa previsto para 1962, seria necessário restringir em cerca de 18% todos os dispêndios federais, de custeio e capital, tanto na administração central como descentralizada. Conhecida a incompressibilidade da maior parte das despesas de custeio, especialmente as de pessoal, quase toda a redução deveria processar-se nos investimentos federais. Haveria que cortar em cerca da metade todos esses investimentos, tanto os custeados pelo Orçamento Geral, quanto os financiados por fundos e receitas vinculadas ou de órgãos descentralizados, ou por empréstimos.

Redução em tal percentagem encontraria dificuldades insuperáveis de ordem jurídica, face às vinculações constitucionais e legais de grande parte da receita federal, e teria repercussões imprevisíveis, tanto econômicas quanto sociais.

As consequências de tal medida sobre o ritmo de desenvolvimento econômico do País podem ser avaliadas quando se verifica que as economias seriam exercidas exatamente nos setores prioritários, da infraestrutura ou básicos, cujos investimentos são hoje, na sua maior parte, de responsabilidade da União; petróleo, carvão, energia elétrica, navegação e portos marítimos, aeroportos, comunicações, siderurgia, obras

contra as secas e de saneamento. Seria preciso reduzir à metade todos os programas regionais de desenvolvimento, bem como os importantes investimentos em educação e em saúde.

O SR. PRESIDENTE (*José Bonifácio, Primeiro-Secretário*) – O Sr. Deputado Euzébio Rocha requer a prorrogação da sessão por 60 minutos, a fim de poder o Sr. Presidente do Conselho continuar suas considerações.

Em votação o requerimento.

Continua com a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O SR. TANCREDO NEVES – Grato a V. Exa., Sr. Presidente, e ao Deputado Euzébio Rocha.

Do ponto de vista social, as repercussões de tal providência sobre o nível de emprego no País seriam desastrosas.

Não venho propor tal orientação a V. Exas.. Ainda porque, se adotada, constituiria recurso transitório, incapaz de dar solução definitiva ao problema. Os investimentos federais não poderiam, evidentemente, ser mantidos em nível correspondente à metade do que se vem verificando no passado, sob pena de insuportáveis consequências econômicas. Se reduzidos no próximo ano, deveriam ser retomados o mais rápido possível, tão logo se percebessem os efeitos desejados, de diminuições do ritmo inflacionário. Para recomencá-los, entretanto, ou providenciá-los os aumentos de recursos para o seu financiamento não inflacionário ou voltaríamos ao regime dos déficits e, conseqüentemente, de inflação, tornando inúteis os sacrifícios econômicos e sociais suportados.

Tal conclusão não autoriza, entretanto, relegar a segundo plano, a redução de despesas, na tarefa de eliminar o déficit federal. Embora sem atingir a uma percentagem substancial dos investimentos, será possível adiar o início e mesmo o prosseguimento de muitas obras que não apresentam prioridade suficiente para justificar o esforço de capitalização que exigem. Outras representam, inclusive, insuportável desperdício de fatores, especialmente quando será impossível terminá-las em prazos razoáveis. O governo pretende, portanto, com o apoio do Parlamento, fazer rigoroso exame das obras federais, selecionar os empreendimentos prioritários, e neles concentrar os recursos existentes. E toda e qualquer obra adiável deverá contribuir para diminuir a necessidade de aumentar tributos.

### *Aumento da receita*

Porque, se não é possível atingir a necessária redução de despesas, torna-se imperativo o aumento da receita.

Nesse passo, deve observar-se que os aumentos de despesa decretados em 1960 pela leis de reclassificação e paridade do funcionamento civil, e da previdência social, sem a concomitante criação dos recursos para atendê-los, institucionalizaram o financiamento de despesas públicas através de emissões. Tal anomalia não poderá ser corrigida sem o incremento da receita.

Ainda não se conhecem, em toda a sua extensão, as repercussões da reclassificação e da paridade do funcionalismo, pois vários são os órgãos descentralizados cujo enquadramento definitivo ainda está em estudo. Os dados disponíveis, entretanto, permitem avaliar os aumentos em 60 bilhões de cruzeiros na administração central, e 30 bilhões nos órgãos descentralizados. A lei de previdência social, transferindo para a responsabilidade do Tesouro Nacional todo o custeio das autarquias de previdência, criou novos encargos da ordem de 14 bilhões no corrente exercício. Somente estas duas leis, por conseguinte, aumentaram a despesa neste ano em cerca de 10 bilhões de cruzeiros, ou seja, o correspondente a 22% de todos os dispêndios de caixa do Tesouro em 1961.

É certo que a incidência da maioria dos tributos federais é *ad valorem*, fazendo com que a receita reflita os aumentos gerais de preços. Mas este crescimento nominal não seria suficiente para custear os novos ônus, que representaram aumento real de despesas. Nos órgãos descentralizados, especialmente nas autarquias de serviços de transporte e comunicações, cuja receita tem a natureza de preços, e não de tributos *ad valorem*, a arrecadação não consegue se manter em termos reais, e a quase totalidade do aumento de pessoal, em virtude da reclassificação e da paridade, traduziu-se em incremento do déficit de operação custeado pelo Tesouro, sem ajustamento da receita deste aos novos encargos.

Há de se concluir, portanto, que a União está a braços com situação de desequilíbrio institucional, e não transitório, da qual só pode sair pelo aumento da receita.

Esse aumento da receita, por outro lado, não pode dispensar a revisão dos tributos indiretos, como o de consumo e o do selo, bem como de receitas vinculadas aos investimentos dos setores de energia e transporte.

O exame de estrutura tributária da União conduz a essa conclusão: o imposto de renda que, em 1955, participava com 40% da receita tributária da União, mantida a legislação vigente, não deverá contribuir com mais de 25%, em 1962. Esta perda de posição deve-se, em grande parte, à menor incidência de imposto sobre os rendimentos de trabalho, por força dos aumentos dos limites de isenção, dos abatimentos concedidos e das tabelas estabelecidas nos últimos anos.

A necessidade de aumentar a receita federal, inclusive com base em impostos indiretos, poderia conduzir a dúvida sobre a conveniência da solução. A muitos poderá parecer que ela é contraditória com o objetivo da estabilidade. Nessa questão, entretanto, não há como pretender esconder a realidade de que todo esforço de estabilização tem que admitir uma fase inicial em que se corrijam distorções criadas pela própria inflação, e cuja eliminação é necessária para a estabilidade permanente. A opção que se apresenta, portanto, é entre eliminar de pronto estas distorções, para que sejam definitivamente estancadas as fontes de pressão inflacionária, ou – para evitar estes ajustamentos – manter presentes as verdadeiras causas da inflação, tornando impossível qualquer sucesso na política de estabilidade.

Esta a opção que se apresenta no caso do déficit federal: o aumento de receita, que é indispensável para que o equilíbrio seja alcançado, é o preço pago para que seja eliminada a mais importante das fontes de inflação, ensejando a estabilidade do custo de vida. Sem este aumento de receita, continuará o regime deficitário da União e, com ele, a emissão de papel-moeda e o processo inflacionário.

O Sr. Salvador Lossaco – Sr. Primeiro-Ministro, volto ao microfone porque tenho um dado que julgo muito importante. Considero a alta taxa de impostos indiretos uma das causas da inflação. Tenho em mãos um resumo da carta mensal do First National City Bank of New York, publicado no *O Estado de São Paulo* de 4 de novembro corrente. Temos aqui um quadro característico do que é o imposto indireto como fator de inflação. Sr. Primeiro-Ministro, nos Estados Unidos os impostos diretos sobre a renda e o capital representam 86% da receita, enquanto os impostos indiretos – venda, consumo e outros – representam, apenas, 14%. No Brasil, ao contrário, os impostos diretos sobre renda e capital representam apenas 34% da receita, enquanto os impostos indiretos representam 66%. Ora, frente a declaração de V. Exa., de que o equilíbrio

orçamentário, em face das isenções concedidas no imposto da renda, deve ser procurado com o acréscimo da taxaçoão dos impostos indiretos – consumo e selo – queria fazer um apelo a V. Exa. para que se encontrasse um novo caminho, que, aliás, já foi apontado nesta Casa, que seria o da imediata supressão das açõões ao portador mediante a sua taxaçoão alta, obrigando aqueles que as detêm a transformá-las em açõões nominativas, e que a própria fiscalizaçoão do imposto de renda das pessoas jurídicas passasse a ser feita com mais vigor. Porque a sonegaçoão do imposto de renda, é sabido, atinge a muito mais de 50% em nosso País.

O SR. TANCREDO NEVES – Sabe V. Exa. que um sistema tributário reflete a economia de um país. Num País de produtos primários, como é o Brasil, não podemos ainda, infelizmente, libertar-nos totalmente dos impostos indiretos a que V. Exa. se refere. Mas estamos evoluindo, e evoluindo rapidamente. Se V. Exa. estabelecer um cotejo entre o que foi o nosso regime tributário há anos, e o que é hoje, há de chegar à conclusão de que as teses pelas quais propugna vêm alcançando, de ano para ano, conquistas e vitórias consideráveis. No que diz respeito às açõões ao portador, uma lei tributária não pode ser eliminada definitivamente. Este projeto que submetemos à douta consideraçoão dos Srs. Deputados traz uma inovaçoão que reputo substancial: permite identificar na fonte dos pagamentos os beneficiários dos juros e dividendos das açõões ao portador, o que vai possibilitar, evidentemente, uma tributaçoão mais severa dos portadores desses títulos, que através deles sonegam sensivelmente sua contribuiçoão para a formaçoão do cõomputo do imposto sobre a renda no Brasil.

O Sr. *Salvador Lossaco* – Muito obrigado. Eu me permito oferecer a V. Exa. o recorte, que acho muito importante.

O SR. TANCREDO NEVES – Muito me conforta verificar que V. Exa. cita autores norte-americanos...

A experiênça – nossa e de outras naçoões – mostra como é difícil convencer certos setores da sociedade a aceitar os sacrifícios impostos pela batalha contra a inflaçoão. Todos são acordes na necessidade de corrigir a inflaçoão, ou ao menos a inflaçoão galopante. Todos sentem os seus efeitos, analisam os males que gera, prognosticam a tragédia a que conduz. Muito poucos, entretanto, quando convocados a participar das medidas para combatê-la, estão dispostos a dar a sua cota de sacrifício, ou a renunciar aos benefícios que nela usufruem.

O Sr. *Adauto Cardoso* – Vejo que V. Exa. está chegando ao fim, mas, como parece que o tempo disponível é considerável, permita-me ainda uma interrupção. Quando V. Exa. fala sobre essa cota de sacrifícios e a indisposição de suportá-la, é bom se recorde que há nesta Casa um projeto de lei extinguindo as ações ao portador. O presidente do Conselho e os líderes do governo poderiam facilmente verificar as razões pelas quais esse projeto, que está preparado para vir à Ordem do Dia há um ano, nela ainda não entrou. Seria curioso averiguar quais os obstáculos que nesta Casa se erguem à tramitação desse projeto de tanto interesse para o regime tributário.

O SR. TANCREDO NEVES – Tenho posição conhecida em face da supressão das ações ao portador. Na legislatura de 1951, quando o saudoso Deputado Lúcio Bittencourt apresentou o seu projeto com esse objetivo, teve em mim um dos obscuros auxiliares, porém um dos seus mais dedicados cooperadores para que a proposição lograsse vitória, o que, infelizmente, não aconteceu.

É esse um dos momentos em que se mede a consciência dos líderes de um povo e a sabedoria dos seus representantes políticos. Enquanto os resultados das medidas de combate à inflação não começarem a ser percebidos, enquanto ainda estivermos atravessando as fases do inevitável ajustamento das distorções provocadas pela própria inflação – enquanto ainda se confundirem causas e efeitos – todo programa de estabilização é necessariamente penoso e impopular. Daí a responsabilidade dessa representação e dessa liderança que só serão dignos dos poderes de que foram investidos se souberem orientar a ação coletiva para os objetivos mais importantes e permanentes da sociedade. Se estiverem dispostos a enfrentar as dificuldades imediatas, na certeza dos frutos futuros.

A extensão dos efeitos dos aumentos tributários dependerá, entretanto, do comportamento dos meios de pagamento e da obtenção do volume de receita federal necessário para eliminar toda essa fonte de pressão inflacionária, e não apenas reduzi-la. A possibilidade de transferência dos tributos depende, naturalmente, dos meios de pagamento. Se as condições de caixa do Tesouro permitirem, desde o início do exercício, eliminar as emissões inflacionárias, e a expansão do crédito for contida dentro dos limites das exigências reais do crescimento da produção, os aumentos de tributo serão absorvidos, sem transferências. Daí a



preocupação do governo de procurar distribuir melhor a realização das receitas dentro do exercício, e obter todo o volume de receita necessário.

Esses são alguns dos objetivos da reforma tributária que submeto ao exame do Congresso.

### ***Política creditícia***

A redução do déficit federal deverá ser complementada pela política creditícia que o governo já anunciou ao Congresso, ao apresentar as bases do seu programa. Essa política prevê a utilização dos instrumentos de ação disponíveis, no sentido do controle quantitativo global do crédito, e na sua orientação seletiva. Ela já está em prática, tanto através de determinações internas da administração, quanto de instruções públicas da Sumoc, como adotada na semana passada.

Os instrumentos legais à disposição do Executivo são, entretanto, insuficientes. O governo já se manifestou no sentido da necessidade de uma urgente reforma bancária, que crie meios de controle monetário e bancário mais eficientes. Com este objetivo, está revendo os estudos já realizados no passado, tanto nos órgãos da administração pública como nas comissões do Congresso, e espera em breve submeter a V. Exas. uma proposta concreta sobre a matéria.

### ***Incentivo à poupança e ao investimento***

Entre as medidas de natureza monetária, merece referência, também, o aumento da taxa de poupança, para que possamos manter o nível de investimentos sem pressões inflacionárias. A adoção de providências nesse sentido interessa diretamente ao aceleração do ritmo de desenvolvimento, e foi uma das preocupações do governo na reforma tributária que ora propõe. Com esse objetivo, a reforma contém diversos dispositivos tendentes a incentivar a poupança e o investimento, e utiliza amplamente o poder tributário para a formação de poupanças e sua canalização para os setores prioritários da economia.

### ***Política salarial***

Será preciso reconhecer, ainda, que não é possível atingir a estabilidade sem uma política salarial com ela compatível. E é condição dessa compatibilidade que os acréscimos salariais guardem proporção com

o incremento da produtividade da economia, tanto em termos globais, quanto setoriais. No entanto, desejo deixar bem claro que o governo insiste em que, na distribuição dos sacrifícios exigidos da comunidade para a contenção do custo de vida, os mais poupados não de ser aqueles que vivem de salários que lhes garantem apenas um nível de subsistência. O governo estará atento para que os incrementos de salários não se constituam em novas fontes inflacionárias, em prejuízo dos próprios assalariados, os maiores interessados na preservação do poder aquisitivo da moeda. Mas estará sempre pronto a colocar todo o peso da sua influência, e a utilizar todos os instrumentos legais à sua disposição, para preservar o valor real da remuneração das classes mais pobres da população.

### *Produção agrícola e abastecimento urbano*

O combate ao aumento do custo de vida não pode limitar-se, entretanto, às medidas de natureza monetária. Sem reduzir a sua importância, ou afirmar a sua prescindibilidade, será indispensável tratar simultaneamente as demais causas.

Entre estas se destaca o problema do abastecimento urbano de gêneros de subsistência. Nenhuma medida deve ser desprezada, de um lado, para aumentar a oferta dos produtos agrícolas, pelo incentivo à produção; e de outro, para melhorar as condições do transporte e armazenamento dessa produção, para reduzir os custos de sua comercialização, e para reprimir todas as práticas especulativas.

No que toca ao aumento da produção, o governo procura mobilizar todas as formas de assistência técnica, e difundir o crédito agrícola, que há de merecer a maior prioridade na política seletiva de crédito. A garantia de preços mínimos constituirá outro instrumento de incentivo. Forçoso é reconhecer, entretanto, que a recuperação da agricultura, exigida pelo desenvolvimento do País, requer medidas de maior profundidade, integradas em ampla reforma agrária. O governo já se definiu neste sentido, e está aguardando apenas o resultado dos estudos do grupo de trabalho encarregado da reformulação do estatuto da terra, para apresentar sugestões às comissões desta Câmara que tratam do problema. A reforma bancária, por outro lado, deverá incluir a criação do banco rural, que permita difusão mais eficiente do crédito à agricultura.

Essas providências deverão ser completadas, ainda, pela reorganização do Ministério da Agricultura.

Quanto ao transporte, o governo pôs em funcionamento uma comissão de coordenação que se encarregará de assegurar o escoamento das safras agrícolas. Tanto em transporte como em armazenamento, será indispensável manter o ritmo dos investimentos, pois muitos dos problemas existentes decorrem de insuficiência de vias, veículos ou instalações.

### *Lei Antitruste*

O governo acompanha com atenção a discussão da Lei Antitruste, ora no Senado Federal, e espera utilizar amplamente todos os poderes que o Congresso lhe conceder, no objetivo de combater a especulação e as práticas monopolísticas. E enquanto este projeto não se transforme em lei, continuará a aplicar, sempre que necessário ou útil, os instrumentos constantes da Lei da Cofap. Estou certo, entretanto, que medidas desta natureza só poderão produzir resultados parciais ou específicos, em relação a determinados produtos, se perdurarem na economia condições monetárias que conduzam à crescente alta de preços.

*O Sr. Afrânio de Oliveira* – Permite V. Exa. breve interrupção?

O SR. TANCREDO NEVES – Com prazer, nobre deputado.

*O Sr. Afrânio de Oliveira* – No começo da exposição que V. Exa. brilhantemente faz a esta Casa, anunciou rapidamente que uma das medidas salvadoras era, sem dúvida – e é – o aumento da produção. Estamos ouvindo V. Exa. desde os primeiros instantes, e já lá se vão mais de três horas, e eu desculpo V. Exa. pelo natural cansaço. Não pude conter-me, porém, porque, assistindo a uma exposição brilhante e exaustiva sobre matéria de economia e finanças, verifiquei que ao chegar V. Exa. no curso de sua oração, à medida salvadora do aumento da produção, V. Exa. não se demorou mais de dois minutos nesse ponto. Sr. Ministro, nascido no interior, caminhando no interior, ouvindo o povo, sinto que ele realmente está muito apreensivo. Reina grande instabilidade no País, porque há fome. Estão pela hora da morte os gêneros de primeira necessidade e V. Exa. o sabe tão bem quanto eu. Outro dia, pronunciei discurso. Tive a ousadia de fazer algumas sugestões justamente nesse sentido. Antes da reforma agrária ou antes do projeto de organização agrária, que dê alguma forma ao problema agrícola, o que nunca foi

feito, pois não se reforma o que jamais teve forma alguma, gostaria que, numa próxima volta de V. Exa. a esta Casa, ou do nosso companheiro Sr. Armando Monteiro, ministro da Agricultura, fossem trazidas medidas concretas de aumento de produção. Esta manhã trouxe de São Paulo algumas sugestões que me foram dadas por homens teimosos que estão lavrando a terra desde meninos. Um deles, de nome Álvaro Ferraz, sugere a V. Exa., ao Conselho de Ministros, a instituição da cédula hipotecária rural, justamente para facilitar o crédito ao homem da lavoura.

O SR. TANCREDO NEVES – Já existe essa cédula.

O Sr. *Afrânio de Oliveira* – E isso sem burocracia, com a Carteira Agrícola do Banco do Brasil funcionando realmente. Ele já está satisfeito por vê-la desdobrada, agora com três diretores atendendo a três regiões da Nação. Ele não quer vê-la absorvida pela Carteira Industrial, mas que sobre crédito para que essa gente possa aumentar a produção, comprar maquinaria. Um trator nacional está custando bem mais de um milhão de cruzeiros. O lavrador gostaria de ver o Conselho de Ministros ir à Cia. Ford saber o custo desses tratores. E V. Exa. tem leis que permitem fazer isso – a lei que criou a Cofap. Por intermédio do presidente da Cofap e de outros membros nomeados por V. Exa. no exercício dos poderes que esta Câmara lhe deu, poderia interferir na empresa Ford para saber por que esse tratorzinho nacional custa um milhão e setecentos mil cruzeiros. V. Exa. podia informar-se também por que comerciantes e industriais gananciosos estão a auferir lucros tremendos. Gostaria de dar um aparte que valesse por um discurso. V. Exa. sabe aonde quero chegar. Desejaria ver aumentada a produção, para que o milho, que foi vendido por 480 cruzeiros pelo produtor não custasse 1.200 cruzeiros...

O Sr. *Milton Reis* – Dois mil cruzeiros.

O Sr. *Afrânio de Oliveira* – ... e o feijão não custasse, quase cinco mil cruzeiros a saca, em vez de mil. Veja V. Exa., realmente este é o problema de maior angústia para o povo brasileiro. Ele quer ver aumentada essa produção, mas na realidade – V. Exa. há de convir comigo – não houve governo ainda que propiciasse inseticidas, adubo barato, sementes. Não há nada disso no Brasil. Nunca se cuidou do homem da lavoura para que realmente os grandes centros consumidores tivessem alimentação farta e barata. Dirijo o apelo a V. Exa., Sr. Primeiro-Ministro, ao Conselho de Ministros e ao Sr. Ministro da Agricultura, aqui presente nesta tarde, para que essas medidas sejam tomadas, com a maior urgência

possível, porque nós também queremos ver consolidado este sistema pelo qual somos responsáveis. Desculpe a extensão do aparte.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. não tenha cuidados em me apartear, porque minha presença nesta Casa tem realmente este sentido: colocar-me inteiramente à disposição dos ilustres deputados para prestar-lhes todos os esclarecimentos que estejam a meu alcance. Felicito V. Exa. pela maneira sincera e calorosa com que feriu realmente um dos problemas mais graves da conjuntura brasileira. Enquanto o nosso progresso industrial caminha em ritmo vertiginoso, alcançando nos últimos cinco anos um índice de 45%, todo o progresso da nossa agricultura não foi a 45%. Se esse desnível não for corrigido, não for eliminado a curto prazo, não tenhamos qualquer ilusão de que estaremos pondo em risco não apenas a estabilidade do regime como a própria unidade nacional.

*O Sr. Euzébio Rocha* – Desde que V. Exa. subiu à tribuna, pus-me a ouvi-lo. Não tinha dúvida de que a Câmara teria hoje um dos seus grandes dias, porque me habituei a conhecer V. Exa. por seu civismo, pela sua sensibilidade e conseqüentemente pela compreensão da gravidade do instante que atravessamos. Estamos convencidos – e certamente V. Exa. assim pensa – de que a crise que aí está não é de superfície, mas de profundidade, daquelas que podem arrastar as instituições. Então, as medidas que o governo está a reclamar, parece-me, devem ser de duas ordens: as imediatas e as mediatas. Porque, se ele não tomar medidas tais que vençam, de pronto, a situação calamitosa, talvez a angústia não dê paz ao governo para chegar a tomar aquelas medidas.

Mas V. Exa., até agora, não focalizou um dos assuntos, a meu ver, da maior relevância. Certamente, antes de findar o seu brilhante discurso, há de ferir a matéria. Refiro-me à política de investimentos estrangeiros. Realmente, não é possível, a meu ver, continue a Nação com essa política de portas abertas, permitindo competição injusta, fornecendo dólar mais vantajoso às empresas estrangeiras, fazendo discriminações contra o industrial brasileiro. O problema da exportação de dividendos é tão sério que um Presidente, muito admirado por V. Exa., o Sr. Getúlio Vargas, em sua mensagem de 1953, declarou que 1% sobre esses investimentos tornava insuportável o orçamento e o balanço de pagamentos no Brasil. Minhas preocupações somam-se, pois, às de V. Exa. É o instante de tomarmos medidas mediatas e imediatas, apressadas mesmo,

porque, do contrário, quando elas chegarem, a desconfiança do povo terá tragado a confiança nas instituições, e, então, as providências por nós aqui debatidas – e felizmente V. Exa. parte para o campo prático, apresentando projetos – serão tardias. Conte V. Exa. com a presteza do Parlamento em atender ao Conselho de Ministros.

*O Sr. Salvador Lossaco* – Nobre ministro, tenho a lamentar um fato, mais ressaltado aqui com a presença do ilustre ministro e nosso colega Deputado Armando Monteiro: a ausência dos titulares da Fazenda, do Trabalho e da Viação, no dia em que V. Exa. comparece à Câmara...

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. há de permitir que interrompa seu aparte para um esclarecimento. Nem S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda, nem outros ilustres colegas de Gabinete, bem como S. Exa. o Presidente Ranieri Mazzilli, se encontram presentes nesta Casa no dia de hoje, porque o avião que os deveria transportar do Rio de Janeiro para Brasília sofreu uma pane. S. Exas. não puderam, por isto, alcançar a hora inaugural desta reunião e estar aqui ao nosso lado prestigiando-nos com a sua presença.

*O Sr. Salvador Lossaco* – Então, agradeço a V. Exa. e espero que, das próximas vezes em que o primeiro-ministro comparecer à Câmara dos Deputados, venha acompanhado dos demais componentes do Gabinete, a fim de que façam como o nobre ministro Armando Monteiro, que vem tomando providências para solucionar casos levantados por nossos colegas. Muito obrigado a V. Exa.

*O Sr. Osmar Cunha* – Permita-me. Deduzimos da sua magnífica exposição, Sr. Primeiro-Ministro, em resumo, que V. Exa. está buscando, através de medidas financeiras, os recursos essenciais e necessários ao equilíbrio orçamentário do País. O equilíbrio financeiro de uma Nação pode-se conseguir de três maneiras. A primeira – e esta tem constituído vício consecutivo, desde a implantação da República – é através das emissões. Depois, seriam os empréstimos internos, que não estamos em condições de fazer no momento. Por último, os empréstimos externos – esta condenada – para cobertura de déficits. O razoável, de fato, seriam medidas financeiras, através da implantação de novos tributos que recaem, em última análise, sobre a população brasileira. Quanto aos impostos diretos, V. Exa. tem desde já o nosso indispensável apoio.

Naturalmente, vamos estudar o caso do imposto de consumo, aumentando a incidência sobre os artigos de luxo. Quero cumprimentar

V. Exa., antes que termine, porque foi buscar, entre as quatro medidas de que o homem público pode lançar mão para cobertura de déficits orçamentários, visando ao equilíbrio, a mais antipática de todas. Mas V. Exa. e o Conselho de Ministros sofrerão as consequências, porque o povo não admite mais novos impostos, não mais os suporta. Cumpre deixar bem claro este ponto, que resume o propósito de obter os recursos essenciais ao equilíbrio orçamentário, e daí partir para novas medidas, pois não se logra o barateamento do custo de vida sem o equilíbrio econômico-financeiro.

*O Sr. Mário Beni* – Permita o nobre primeiro-ministro apenas responder à questão aqui trazida pelo ilustre Deputado Osmar Cunha. Como sempre, as classes são desunidas, a dos professores especialmente. Eu não entendo, Sr. Ministro, a política, na terceira hipótese apresentada pelo Deputado Osmar Cunha, de se realizarem empréstimos externos para cobrir déficit.

*O Sr. Osmar Cunha* – Condenei essa hipótese.

*O Sr. Mário Beni* – Entraríamos naquele mesmo ritmo do passado, de tão sérias consequências para o País. É preciso dizer aqui, Sr. Ministro, que, se não pudermos moralizar o mercado de tal maneira que o governo procure os recursos dentro do País – aliás, levantei esta questão e não tive a honra de receber uma resposta de V. Exa., aguardando que mais tarde V. Exa. ferisse o assunto...

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. não me honrou com a sua atenção quando eu, no trecho da minha despretensiosa alocução, em que feria a política de crédito, dizia, justamente em resposta ao aparte de V. Exa., que as nossas instituições bancárias já não mais correspondem à realidade nacional. Os nossos bancos, cada vez mais privatistas e menos sociais, consultam cada vez menos o interesse da produção e cada vez mais se entregam às especulações dos intermediários. Só corrigiremos essa distorção na medida e na proporção em que estivermos armados de meios e instrumentos legais que deem ao governo o indispensável à correção dessas anomalias.

*O Sr. Mário Beni* – Então, a solução única, enquanto não tivermos uma reforma bancária, é o Congresso colaborar com o Gabinete, no sentido de equilibrar o Orçamento, e também não criar durante o exercício um orçamento paralelo, com a abertura indefinida de créditos suplementares.

O Sr. Milton Reis – Sr. Ministro, ouço com muita atenção, desde o momento em que V. Exa. assomou a essa tribuna, a sua brilhante oração, que é mesmo uma plataforma de governo que V. Exa. encabeça. No tópico em que ela se refere ao aumento de produção, Sr. Ministro, não tenho dúvida de que as medidas anunciadas deverão ser levadas a efeito com o maior dinamismo e com a maior pressa. Eu me permitiria, se V. Exa. não tomasse como ousadia, lembrar que talvez a produção do ano vindouro já encontre a vida de tal ordem cara que melhor seria estudasse agora o governo a possibilidade de importar desde a carne até alguns gêneros de primeira necessidade. Não tenho dúvidas de que grandes comerciantes e industriais donos de frigoríficos estão a fazer cartel e truste, elevando ainda mais o produto. Na minha região, por exemplo, posso adiantar a V. Exa., o feijão foi comprado ao tempo da safra por importância correspondente a 40% da que hoje estão vendendo a 100. Estive na zona de Andradina e Araçatuba, onde o gado *vacum* é abundante, e lá não se encontra gado para comprar, neste momento, porque os grandes frigoríficos já compraram tudo. Eles querem aumentar o preço. Seria necessário que o governo examinasse essa possibilidade porque, lamentavelmente, a fome já está a rondar a porta dos lares brasileiros.

O SR. TANCREDO NEVES – Esteja V. Exa. certo de que, para assegurar o suprimento dos mercados consumidores, o governo se dispõe a tomar todas as medidas, a adotar todas as intervenções, ainda mesmo aquelas que, na aparência, tragam o cunho de alguma odiosidade.

### ***Medidas***

Este, em suma, o programa a que se propôs o governo no combate à elevação do custo de vida, orientado pelo ataque simultâneo às principais causas desta elevação:

- a. quanto às de natureza monetária, a redução do déficit federal, completada pelo ordenamento da expansão do crédito, pelo incentivo à poupança e pela coordenação da política salarial, e a execução das reformas de maior profundidade, como a bancária;
- b. quanto às causas específicas da oferta de produtos agrícolas, desde o apelo a soluções de emergência até às mudanças estruturais, como a reforma agrária;



- c. quanto aos abusos do poder econômico, a aplicação decidida de todos os poderes com que conta e aqueles que o Congresso lhe conceder.

### ***Desenvolvimento***

As considerações anteriores sobre os métodos alternativos de redução do déficit federal seriam suficientes para indicar que não reconheço como válida qualquer tese que pretenda opor a estabilidade monetária ao desenvolvimento. Ao contrário: a estabilidade é o melhor clima para o desenvolvimento, e a nossa inflação não é um preço desse desenvolvimento, mas é em parte o resultado de tentarmos financiar investimentos por métodos inflacionários. De nos preocuparmos mais com o investimento do que com a poupança que o condiciona. De agravarmos as pressões inflacionárias decorrentes dos investimentos, alongando o prazo de sua maturação pela incapacidade de optar, atacando simultaneamente um número exagerado de empreendimentos. Do planejamento insuficiente que permite a formação de pontos de estrangulamento e de capacidades ociosas. E, principalmente, dos desperdícios nos investimentos públicos.

Mas não é bastante nos limitarmos a reconhecer a compatibilidade entre os dois objetivos, ou procurarmos corrigir a inflação sem prejudicar o ritmo de desenvolvimento. Não obstante a importância e a premissa do problema da inflação, jamais devemos perder de vista que o maior objetivo nacional – que constitui projeto sem alternativa para a nossa geração – é o desenvolvimento econômico e social.

Porque a longo prazo só existe um perigo ou um impasse para a Nação: crescer em ritmo insuficiente para absorver produtivamente o aumento da sua população, ou não conseguir atingir o ritmo de incremento da renda *per capita* suficientemente rápido para assegurar perspectivas de condições de vida mais humanas a toda a população brasileira.

O projeto de reforma tributária que apresento ao Congresso não se limita apenas às revisões de impostos com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário. Igual atenção mereceram as medidas destinadas a aumentar a taxa de poupança e a assegurar a continuidade dos investimentos em transporte e energia.

O instrumento básico para aceleração do desenvolvimento será a elevação da taxa nacional de poupança. O desenvolvimento é responsa-

bilidade intransferível do nosso povo, e será função da nossa capacidade de poupar mais e investir melhor.

Com o objetivo de aumentar a taxa de poupança, o projeto de lei contém vários dispositivos que procuram incentivar o reinvestimento do lucro das empresas, tanto nacionais como estrangeiras; favores fiscais que conduzam as pessoas físicas a investir uma parte maior dos seus rendimentos, desincentivos ao consumo não essencial; incentivos ao desenvolvimento do mercado de capitais e à difusão dos seus papéis como instrumentos de aplicação da pequena poupança, exigência de participação de usuários de serviços públicos no esforço de investimento para a expansão dos mesmos, e a utilização do poder tributário para a formação de poupanças.

Esta preocupação domina a revisão de todos os impostos, mas especialmente os de renda, e os únicos sobre combustíveis líquidos e energia elétrica.

A legislação relativa ao imposto único sobre combustíveis líquidos e gasosos interessa aos programas federais da Petrobras e da Rede Ferroviária Federal, e aos planos federais, estaduais e municipais de melhoramento de rodovias.

A necessidade de sua revisão decorre da autossuficiência no refino, que o País vem de alcançar em relação aos produtos de maior consumo, do término da participação da Petrobras na receita do imposto, e da insuficiência dos recursos atuais para os programas rodoviários e ferroviários.

Na escolha dos critérios de determinação dos preços dos refinadores e de incidência do imposto único, orientou-se o governo no sentido de assegurar à Petrobras condições para o prosseguimento dos investimentos a seu cargo. O projeto reconhece a conveniência de critérios legais para a determinação dos preços de derivados de petróleo cobrados pelas refinarias nacionais. A própria significação econômica da matéria já exigiria, por si só, que estes critérios resultassem de ato do Parlamento. Outras considerações práticas recomendam, também, que o regime em vigor seja mantido, embora adaptado às novas condições de fato: todo o programa de investimentos a cargo da Petrobras, cuja importância econômica para o País não é preciso destacar, depende do nível de rentabilidade das instalações industriais da empresa e da segurança e previsibilidade dos recursos que lhe sejam atribuídos. A experiência

passada mostra que não é possível garantir o êxito do programa da empresa estatal de petróleo, se não lhe forem asseguradas condições para o planejamento dos seus investimentos, a médio e longo prazo.

Os mesmos argumentos são válidos em relação aos demais setores dependentes da receita do imposto único – as rodovias e as ferrovias federais – de igual importância para o desenvolvimento do País.

A necessidade de ajustar os preços para o consumidor às flutuações do custo do óleo cru e da taxa cambial, levou a que o governo solicitasse ao Congresso uma margem de flexibilidade na fixação dos preços ex-refinaria e do montante do imposto único, para que possa evitar repercussões indesejáveis nos preços dos combustíveis.

Sem fazê-la participar da arrecadação do imposto único, o projeto consigna à Marinha Mercante os recursos necessários à renovação e expansão da frota brasileira. Esta providência, completada pelos investimentos portuários, para os quais já existem recursos vinculados, permitirá mudar o quadro atual do transporte marítimo, em benefício, especialmente, das regiões que dele dependem, como o Norte e o Nordeste do País.

A justificativa que acompanha o projeto de lei contém indicações mais aconselhadas sobre os investimentos nos vários setores, e os recursos previstos.

Igual atenção mereceram as inversões em energia elétrica, onde mais grave é a insuficiência de recursos. O projeto propõe a revisão do imposto único sobre energia elétrica, o aumento da dotação orçamentária para o Fundo Federal de Eletrificação, e a participação dos consumidores no esforço de investimentos no setor.

As providências propostas podem ser consideradas como de emergência, destinadas a assegurar a continuidade dos investimentos na infraestrutura da nossa economia.

O governo está aplicando os seus esforços em vários outros setores, e espera em breve submeter ao Congresso Nacional novas medidas, orientando os esforços tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o social. Neste campo, além dos programas de educação, cujo plano de emergência já foi aprovado pelo Gabinete, conta definir até o fim do ano um amplo programa de construção de habitações populares e de criação de serviços de abastecimento de água e de esgotos.

Para racionalizar e coordenar todos os esforços para o desenvolvimento, está colocando em funcionamento a Comissão Nacional de Planejamento, instrumento indispensável para ordenar os planos públicos, tornando-os compatíveis entre si e com as disponibilidades de recursos.

Esses são exemplos da atitude do governo no sentido do desenvolvimento. Além das medidas de ordem interna, será indispensável habilitar-nos a utilizar eficientemente todos os auxílios externos disponíveis.

O complexo das medidas estudadas pelo governo, e ora propostas ao Congresso, e das providências administrativas citadas, documentam o esforço continuado, orientado por objetivos bem definidos, que caracteriza a ação administrativa. O desenvolvimento não se processa aos saltos, nem se atinge através de medidas dramáticas ou exibicionistas, ou de fórmulas mágicas. Ele é fruto da persistência no esforço por toda a coletividade, e o governo está participando ativamente deste esforço, com eficiência e objetividade.

As medidas constantes do projeto de lei que submeto ao Congresso terão efeitos decisivos no ritmo do nosso desenvolvimento. Combatendo a inflação, incentivando a poupança, evitando desperdícios, financiando obras públicas por métodos não inflacionários, planejando melhor, utilizando eficientemente os auxílios externos, poderemos atingir crescimento e ritmo bem mais rápido que o observado no passado, sem as consequências nefastas da inflação.

*O Sr. Euzébio Rocha* – Perdoe-me interromper, mas permitiria V. Exa. mais um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (*José Bonifácio, Primeiro-Secretário*) – Peço licença ao nobre Deputado Euzébio Rocha para lembrar que o Sr. Ministro dispõe apenas de 20 minutos para terminar suas considerações. Estando dentro da prorrogação concedida, pediria a S. Exa. fosse breve.

*O Sr. Euzébio Rocha* – Sr. Ministro, no setor da Petrobras, que V. Exa. já ultrapassou, gostaria de lembrar duas conveniências. Primeira, dar à empresa nova estrutura, através da formação de *holdings*. Tendo a Petrobras atingido tal desenvolvimento que no último orçamento economizou para o País 169 milhões de dólares, mais que nos dão o cacau e os minérios, ela precisa adaptar-se à nova forma e certamente o governo está cogitando de lhe dar maior mobilidade. Segunda, se a Petrobras se encontrar no comércio do petróleo, terá mais recursos para cumprir

novas obrigações. São os dois aspectos que me parecem, permita-me o diga, uma contribuição justa ao entendimento e ao debate da matéria.

O SR. TANCREDO NEVES – As teses que V. Exa. nos oferece vêm sendo examinadas, com o cuidado de sempre, pelo Sr. Ministro Gabriel Passos, que virá em breve ocupar a tribuna desta Casa para dizer das grandes modificações de estrutura que pretende introduzir na Petrobras a fim de alcançar realmente os seus objetivos, que são, em última análise, os próprios objetivos da emancipação nacional.

### *Distribuição da renda nacional*

Não basta, entretanto, que consigamos acelerar este ritmo: é preciso que estejamos sempre atentos à distribuição dos frutos do desenvolvimento, para que deles participem, em condições justas, todas as classes do País. Também esta preocupação está presente na reforma tributária. O principal instrumento para atingir esta justiça é o imposto de renda, fundado na capacidade contributiva de cada um. Na legislação atual, entretanto, os rendimentos de capital têm por limite efetivo de tributação a taxa de 28%, pois toda pessoa física cujo nível de rendimento atinge a esta percentagem do imposto complementar progressivo, elide a tributação mais elevada pela transformação em “ao portador” dos títulos representativos do seu capital. As pessoas que vivem somente de rendimentos do trabalho, não possuindo esta faculdade, são praticamente as únicas sujeitas a imposto complementar mais elevado. O tratamento desigual dos contribuintes que se apresentam com a mesma capacidade contributiva é inadmissível em sistema tributário moderno. A não tributação progressiva dos rendimentos de títulos ao portador transforma o princípio da capacidade contributiva em caricatura de justiça fiscal, pois vai beneficiar justamente os contribuintes de maior poder econômico. Não é mais possível continuarmos indiferentes a esta situação.

O projeto de lei que ora submeto à consideração de V. Exas. prevê a identificação dos beneficiários de rendimentos ao portador, sem prejudicar a decisão do Congresso Nacional sobre a abolição deste tipo de papel. Sob o aspecto da lei fiscal, o objetivo de justiça pode ser alcançado sem esta abolição, e o projeto contém as normas que conduzem à tributação dos títulos ao portador, sem prejuízo da sua flexibilidade.

A legislação fiscal oferece ainda vários outros instrumentos de melhoria da distribuição da renda nacional. Entre estes se inclui a tributação indireta dos produtos que só podem ser adquiridos pelas classes mais favorecidas. Na maioria dos artigos de consumo final é possível distinguir, em função do seu valor unitário, aqueles que são de consumo popular e os que não podem ser adquiridos pelas classes mais pobres. A legislação deveria agravar progressivamente a tributação, de acordo com o valor unitário de cada artigo, sempre que fosse possível esta distinção. Para isso, entretanto, será indispensável rever a classificação dos artigos sujeitos ao imposto de consumo, bem como levantar os preços de fabricação ou de mercado dos vários artigos, para servirem de base à tributação progressiva. É tarefa que não poderia ser realizada no tempo limitado de que dispunha o governo, e que somente no próximo ano estará em condições de ser submetido ao Parlamento. A orientação do Conselho de Ministros foi adotar uma solução de emergência para vigorar no próximo exercício, através de aumento geral de alíquotas, ajustando apenas alguns casos especiais. Para que este aumento não atinja as camadas mais pobres da população, o projeto prevê a atualização monetária do valor dos bens sobre os quais não incide o imposto, por constituírem bens essenciais ao consumo dessas classes.

A estrutura tributária do País deve constituir o principal instrumento de redistribuição da renda nacional. Este objetivo não poderá ser alcançado, todavia, sem o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da aplicação das leis fiscais, para que os critérios que as informam tenham efetividade. Não podemos admitir que a distribuição da carga tributária, prevista na lei, seja inteiramente desvirtuada pela multiplicação de fraudes e sonegações, principalmente no imposto de renda, baseado nas próprias declarações do contribuinte. Muitos são os dispositivos constantes do projeto de reforma tributária que procuram este aperfeiçoamento, inclusive a extensão da sanção penal às infrações fiscais mais graves, que traduzem o objetivo deliberado de fraude. Muitos são os crimes capitulados na legislação penal vigente cujas repercussões sociais são bem menores do que a fraude à legislação fiscal. A medida é adotada em muitos países, e sua introdução na legislação brasileira é proposta com todas as cautelas, procurando atingir os comportamentos mais típicos de fraude, mas excluindo da incidência penal os contribuintes de menor renda, as pequenas empresas, bem como as infrações menores.

Os instrumentos fiscais de redistribuição da renda deverão ser completados com outras medidas. Será possível influenciar essa distribuição através da política monetária, garantindo o poder aquisitivo dos salários, e impedindo a tributação indiscriminada que constitui a inflação; da política salarial, auxiliando os assalariados a defenderem a sua participação na renda nacional; da política agrária, ajudando o aumento da produtividade e criando condições de acesso dos trabalhadores rurais à propriedade das terras que cultivam; da legislação repressiva de todas as formas de abuso do poder econômico, na defesa dos consumidores. Outras providências, como o programa de habitação, de abastecimento de água e de esgotos, de melhoria das condições sanitárias e do acesso de todos à educação, contribuirão para melhorar as condições de vida das classes mais pobres, à custa da receita tributária arrecadada pelo Estado.

Indiquei a V. Exas. alguns dos objetivos do projeto de reforma tributária cuja apresentação ao Congresso constitui motivo da minha presença hoje nesta Casa. Constitui ele a primeira de uma série de leis básicas que o governo anunciou no seu programa. As exigências de ordem constitucional quanto à época da sua promulgação, para que possa entrar em vigor ainda no próximo exercício, justificam a prioridade que lhe atribui o governo nas suas preocupações. A ele se seguirão, entretanto, os de reforma bancária, agrária, e da administração pública, especialmente no que diz respeito à realização da despesa federal. Outras providências já estão sendo estudadas pelo Congresso, às quais o Gabinete já emprestou a sua adesão: a lei sobre remessa de lucros para o exterior – para a qual o projeto de reforma tributária oferece substitutivo – e a lei antitruste. Está em curso, portanto, o programa de reformas estruturais que o governo se propôs a executar, com o apoio do Parlamento. Tenho a certeza de que o Congresso está possuído das mesmas preocupações que o Gabinete, seu representante, e que fará o melhor dos seus esforços para transformar rapidamente em lei todas estas medidas.

### ***O novo regime***

Desejo, finalmente, nesta oportunidade, fazer referência a algumas manifestações recentes, que vejo se amiudarem, principalmente na imprensa, traduzindo estado de impaciência, perplexidade, desesperança, pessimismo ou medo, de seus autores. Ressurgem os clássicos avisos da

proximidade do abismo, do caos social, ou do desastre econômico, que o País já se habituou a ouvir com indiferença, tantas e tantas vezes foram desmentidos pelos fatos, a ponto de se tornarem motivo de pilhéria, e não de preocupações.

Convido o País a dar um balanço objetivo nos fundamentos desses prognósticos. Que fatos os autorizam?

É certo que saímos de uma grave crise política, cujas marcas ainda estão em processo de cicatrização. Mas o modo pela qual a superamos, demonstração de amor à ordem propiciada pela população, de despreendimento, pelos homens públicos, e de fidelidade ao regime, pelas Forças Armadas, são o penhor mais valioso de que o País saberá encontrar solução pacífica e justa para os seus problemas, no quadro das instituições democráticas.

Estamos ainda apalmando, na experiência de um regime político inteiramente novo que rompeu com a tradição republicana, velha de 70 anos. A própria natureza do regime – ainda mal compreendida pela maioria da população –, a constituição de um governo da união nacional – em que as decisões não são competência de uma maioria politicamente una, mas resultam de acordos, previamente discutidos entre os representantes dos partidos no Gabinete, contribuem, pelo contraste com governos exibicionistas ou propagandísticos, para que alguns confundam com omissão o esforço sereno, com imobilismo o estudo cuidadoso dos problemas. Mas a grandeza de uma Nação não se constrói mediante providências publicitárias, mal estudadas ou contraditórias. Ela é moldada no labor anônimo e ordeiro dos seus milhões de trabalhadores; na iniciativa e na perseverança dos seus empresários; na dedicação e na capacidade dos servidores públicos que garantem a continuidade da ordem e da ação governamental; na atividade de toda a população e no funcionamento de todas as instituições.

A crise política não prejudicou nenhuma atividade ou empreendimento. Prossegue sem qualquer perturbação o funcionamento dos serviços públicos, das empresas privadas e públicas. A Siderúrgica bate recordes de produção, a Petrobras assegura autossuficiência do refino nacional de gasolina, a Vale do Rio Doce contrata grandes vendas de minérios para o estrangeiro. Continuam no mesmo ritmo todas as obras públicas, as estradas de rodagem, os grandes aproveitamentos hidrelétricos, como



Furnas, a construção de navios, os planos de desenvolvimento regional, especialmente do Nordeste.

Os problemas econômicos e financeiros que enfrentamos não são poucos, nem são fáceis. Mas a evolução da nossa economia, desde a última guerra, é animadora. Se o ritmo do desenvolvimento não foi suficiente, a tendência é para o crescimento, e estão em nossas mãos os instrumentos para acelerá-lo. Continuamos a merecer a confiança do investidor estrangeiro, que pode nos ajudar nesta tarefa de nos desenvolvermos mais rapidamente, e dos governos de países amigos, que nos auxiliam hoje como o faziam há alguns meses, com importantes recursos financeiros. Há vários anos, mesmo, o País não desfruta de situação cambial tão tranquila. Dispomos de recursos cambiais suficientes para os próximos anos e não temos razões para temer qualquer problema mais sério se tomarmos as medidas para incentivar nossas exportações. A conjuntura mundial da produção de petróleo diminui relativamente nossos dispêndios cambiais com a importação de combustíveis, concedendo-nos prazo maior para encontrar solução nacional para o nosso abastecimento, e mais uma vez desmentindo os vaticínios de um impasse próximo.

Depois de anos de insistência do Brasil e da América Latina, os nossos amigos do norte do continente mostram excepcional compreensão para os nossos problemas, adotam as teses há tanto tempo por nós defendidas, do financiamento de planos globais e não apenas de projetos; de empréstimos utilizáveis e reembolsáveis em moeda nacional, de empréstimos públicos e não apenas de investimento privado, de financiamentos para inversões sociais e não apenas para atividades economicamente produtivas. Colocam à disposição da América Latina recursos imensos, comparáveis aos do Plano Marshall, para a realização de um programa de grande amplitude, capaz de alterar definitivamente o quadro de miséria que caracteriza o sul do continente. Depende somente de nós nos aparelharmos para utilizar eficientemente estes recursos, e garantirmos dias melhores para o nosso povo.

Internamente, devemos vencer um processo inflacionário crônico. No entanto, é preciso que se diga, que apesar da gravidade da inflação brasileira, não será preciso muito tempo para reduzir o seu ritmo, se o desejarmos realmente. As providências são conhecidas. Os instrumentos estão em nosso poder. A questão é antes de vontade, de firmeza de propósito e de continuidade. É certo que a verdadeira estabilidade será

obra mais demorada, pois exigirá correções estruturais. Mas, a redução do ritmo da inflação até níveis que permitam o seu controle e diminuam os seus efeitos mais intensos ou socialmente mais graves, poderemos desde já anunciar ao País, se aqui deliberarmos adotar todas as medidas que são indispensáveis.

### *Agitação social e política*

Fala-se, ainda, e com insistência, em agitação social e política.

É claro que o Brasil de hoje não pode mais ser comparado ao gigante adormecido. O desenvolvimento das duas últimas décadas já foi suficiente para abalar a rigidez das estruturas que nos mantinham presos ao quadro de uma economia de exportação de produtos primários. A formação da classe assalariada urbana há de mudar, cada vez mais, nossas condições sociais e políticas. É compreensível que essa maior presença de toda a população há de alarmar, e mesmo, apavorar, aqueles que se habituaram à passividade de uma grande massa sem vontade e sem representação. Somente para os que se recusam a aceitar ou compreender essa evolução é que as perspectivas podem justificar apreensões. Já ficou definitivamente para trás a época em que os progressos coletivos eram usufruídos por uns poucos, enquanto quase toda a população continuava estranha à vida política, jungida às preocupações imediatistas da sobrevivência. É para acabar com esta servidão à miséria e à ignorância que nos esforçamos para desenvolver o País; para fazer com que todo o povo participe nos frutos do nosso progresso, tanto econômico quanto cultural; para que a educação deixe de ser privilégio de poucos, e para que as instituições sejam cada vez mais representativas. Somente aqueles para os quais o desenvolvimento significa o fim de privilégios podem confundir o despertar de uma consciência e de uma vontade com a subversão ou a agitação. Precisamos dessa vontade e dessa presença para construir o País com que sonhamos. Só há motivos para esperanças na representação mais eficiente de todas as classes, e na sua participação nas responsabilidades comuns. Devemos aspirar a um crescente pluralismo em todas as dimensões da nossa sociedade, pois ele constitui a garantia da nossa democracia.

Vivemos momentos que são descritos como de grande agitação política. Não é natural que assim seja, depois de uma grande comoção

coletiva, e nas vésperas de um ano eleitoral? É preciso que assim seja, para que o fortaleçamos na experiência.

Formulo daqui um apelo: a todos os trabalhadores, para que redobrem a sua dedicação na construção continuada da grandeza de nosso País; a todos os empresários, para que deem o exemplo da sua confiança promovendo os investimentos de que depende o nosso desenvolvimento; a nossa imprensa, para que coloque os valiosos instrumentos que opera a serviço do desarmamento dos espíritos, da discussão ampla e objetiva dos nossos problemas, da preocupação construtiva com o futuro; a todos os que participam de uma parcela da autoridade pública, para que procurem desempenhar com eficiência crescente as suas atribuições; a todos os que integram as instituições do poder político, para que renovem os seus esforços na busca dos meios para atender às aspirações do povo, e para a condução do País no caminho do desenvolvimento e da estabilidade.

A Nação pode confiar em que o Gabinete, com o apoio do Parlamento, saberá encaminhar, com a urgência compatível com o regime democrático, as reformas anunciadas em seu programa.

# *Reforma tributária, proposta orçamentária e reforma cambial*

---

**Discurso do primeiro-ministro Tancredo Neves sobre reforma tributária, proposta orçamentária para o exercício de 1962 e reforma cambial.**

*Câmara dos Deputados.*

*Sessão de 23-3-1962.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, vencida a crise político-militar de agosto do ano passado, que abalou profundamente nos seus alicerces as nossas instituições, lançou-se o governo, sem perda de tempo, à tarefa hercúlea de proceder à disciplinação das nossas atividades econômicas e financeiras, equacionando seus múltiplos problemas, todos inexoráveis e impostergáveis, e que estavam a reclamar cuidados especiais, uma vez que o aceleração do nosso pertinaz e avassalador processo inflacionário ainda mais se agravava com as contingências geradas na própria crise, que só não se tornaram catastróficas mercê da ação clarividente, ponderada, conciliadora, do eminente estadista que naqueles dias históricos chefiou a Nação, o preclaro Presidente desta Casa, Deputado Ranieri Mazzilli – depoimento que dou de público, menos por homenagem, senão antes por amor à verdade e por dever de justiça.

Das outras vezes em que tive a honra de ocupar esta tribuna, tracei aos nobres Srs. Deputados o quadro sombrio das nossas duas realidades financeiras e, ancorado nos fatos de gravidade iniludível, mostrei que, sem que adotássemos medidas drásticas e urgentes, não conseguiríamos alcançar aquele mínimo de segurança financeira, imprescindível à estabilidade política e social do nosso povo, e, mais do que isto, ao decoro do governo.

Quando, em razão mesma da crise, o setor das nossas atividades cambial e creditícia, de comércio exterior e de investimentos, em suma, todo o complexo das nossas forças vivas – lavoura, comércio, indústria e

bancos – se entrosava nas últimas resistências de sobrevivência e lançava olhares angustiosos para o horizonte em busca de rumos e de definições, naquele mesmo instante, naquela mesma hora aziaga, nós, do governo, éramos surpreendidos com o novo *front* de batalha que se nos abria, qual o da discussão e da votação, nas suas últimas etapas, da proposta da Lei Orçamentária, transformada na “Lei de Meios” do presente exercício, que consignava o mais elevado déficit da nossa história orçamentária e trazia em seu bojo, de maneira implacável e tirânica, um déficit de caixa, potencial verdadeiramente alarmante. Enquanto o governo procurava, na luta de todos os dias, de todas as horas, de todos os instantes, levar às forças vivas e autênticas da nacionalidade o seu amparo, o seu apoio, a sua assistência, a sua palavra de confiança e de esperança, dentro do País as decantadas forças ocultas e misteriosas aproveitavam o ensejo para se lançarem às manobras criminosas da especulação, transformando, nas bolsas deste País e do exterior, as nossas inquietações, as nossas angústias, os nossos sofrimentos, no ouro vil do seu enriquecimento ilícito, da nossa miséria, senão mesmo da traição nacional.

O governo nem por isso se sentiu desalentado. Veio a esta Casa; não ameaçou, não inquietou, não amedrontou, senão antes, dentro dos recursos colocados à mercê dos governantes nos regimes de instituições livres, trouxe ao conhecimento dos Srs. Deputados o quadro realista, sincero e veraz da situação e lhes apresentou o recurso que, no seu entender, se afigurou mais adequado para vencermos aquela crise de conjuntura.

Elaboramos o projeto de reforma tributária e o submetemos à consideração do Congresso. Todavia, obstáculos de ordem constitucional, a alteração da jurisprudência do colendo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, no instante mesmo em que ela era examinada nesta Casa, e, ainda, os resíduos da inquietação política de meses anteriores, tudo isso não permitiu aos Srs. Deputados votarem a reforma tributária a tempo de dotar o Tesouro dos recursos necessários a enfrentarmos o déficit destruidor que tínhamos pela frente. Mas, se a Câmara não nos deu a reforma tributária, por lhe ter sido inflacionário, não é a causa única; havia nesta Casa, nos seus líderes, em todas as bancadas, uma inequívoca e comprovada boa vontade de dar ao governo, nesta hora delicada que atravessam as nossas finanças, apoio, solidariedade e a promessa de medidas para não enfrentarmos desarmados e desprevenidos o novo exercício que se iniciava.

Tive ocasião de acentuar que o déficit potencial de caixa é, em verdade, a causa mais importante, senão a preponderante, do nosso processo inflacionário; não a causa única, mas, sem dúvida, a mais implacável.

Mostram os economistas, observam os financistas de todas as filiações doutrinárias que a alta do custo de vida caminha *pari passu*, na medida em que se injetam meios de pagamento, através das emissões, no organismo de um povo. E aqui no Brasil, o ilustre Deputado Daniel Faraco, em legislaturas consecutivas, tem feito eco dessa observação dos estudiosos. Já agora o gráfico existente, de estreita correlação entre emissões a atos contínuos e a alta vertiginosa no custo de vida, não deixa no espírito de quem quer que seja a menor sombra de dúvida: se não contivermos, se não debelarmos, se não destruímos o déficit orçamentário, sobretudo o de caixa, jamais lograremos qualquer êxito, qualquer triunfo, nesta batalha, sem dúvida a mais aguda, a mais dramática, aquela para a qual o governo é constantemente desafiado, qual seja, a da alta do custo de vida, que põe em risco a própria segurança social.

Não podemos encarar os problemas financeiros, pois, de maneira indiferente e insensível. Todas as vezes que nos colocamos diante de um problema de execução orçamentária, estamos tratando, consciente ou inconscientemente, de levar uma contribuição a mais para a consolidação do nosso regime político e social, não para agravar as forças de desagregação social que estão solapando as instituições e levando a inquietação, o desespero e a revolta aos lares humildes de nossa Pátria.

Não é possível, por conseguinte, colocar-se o governo, diante do exercício financeiro que se inicia, totalmente desprevenido de recursos para enfrentar o déficit imenso que ele era desafiado a neutralizar ou a eliminar. Esse déficit, Srs. Deputados, em outra qualquer conjuntura, levaria o governo ao desânimo e ao desalento; mas, já a esta altura, podemos enfrentá-lo sem pessimismos, sem desalentos e sem covardia, muito embora ainda tomados das graves apreensões que a delicadeza da nossa situação financeira impõe a todos os responsáveis pelos destinos desta Nação – o Conselho de Ministros e os congressistas. É que não temos, no corrente exercício, aqueles componentes inflacionários que no passado contribuíram de maneira decisiva para a exacerbação de nossas condições de vida. A nossa safra cafeeira será das menores e, por isso mesmo, autofinanciável, como, aliás, já o foi a do corrente exercício, de 1961 a 1962. As safras de cereais se apresentam com

perspectivas excelentes; vale dizer, não teremos diminuição de gêneros alimentícios a pressionar a alta do custo dos artigos de nutrição.

Temos ainda a considerar que os impactos da reforma cambial, do aumento do salário mínimo, das revisões salariais do último exercício já se encontram totalmente absorvidos; mais do que isso, podemos encarar com otimismo o nosso balanço de pagamentos, que esperamos se encerre sem desequilíbrios desfavoráveis à economia brasileira. Mas, se algum déficit registrarmos em nosso balanço de pagamentos, não será de forma a tornar-se ameaçador, pois já temos, a esta altura, como financiá-lo através de recursos exteriores já contratados. Temos, por conseguinte, uma situação das mais excepcionais, para nos lançarmos, de maneira sincera, leal e enérgica, no combate à inflação brasileira, pois que raras vezes teremos encontrado um conjunto de circunstâncias tão favoráveis e tão propícias. Se não temos esses elementos que, no passado, pressionaram a inflação, restam-nos, sem dúvida alguma, duas coisas que estão sempre presentes e atuantes em todo o nosso processo inflacionário. A primeira é o déficit de caixa do Orçamento, e a segunda é o processo de crédito colocado em circulação muito acima das reais necessidades de nossa economia. Se conseguirmos diminuir, amenizar, se possível, neutralizar, senão mesmo eliminar, estas duas causas da inflação brasileira, poderemos encarar o ano de 1963 com as nossas finanças organizadas, com a nossa economia ordenada, com as nossas instituições políticas fortalecidas, podendo a Nação se apresentar no exterior cercada do respeito, do apreço e da admiração de todos os povos civilizados. É para esta grande jornada, é para esta grande campanha, que o Conselho de Ministros, pela minha palavra, se dirige hoje ao Congresso Nacional, para pedir-lhe não apenas o seu apoio, mas o seu apoio urgente, para as medidas que hoje vou submeter ao douto e esclarecido julgamento, que estão na dependência da aprovação da caixa do Tesouro. E, quanto mais retardarmos a adoção de medidas que estão na dependência da aprovação do Congresso, mais se acelera o nosso ritmo inflacionário, mais iminentes se tornam as reivindicações salariais, mais angustioso se torna o nosso problema de investimentos. Por isso mesmo, se retardarmos a aprovação dessas medidas, quando elas forem aprovadas já não atenderão às suas finalidades.

Se nos lançarmos ao estudo do déficit potencial do Orçamento de 1962, vamos verificar que as minhas previsões, quando aqui estive

falando sobre a matéria aos Srs. Deputados, foram não apenas confirmadas, mas de muito superadas. Se não, vejamos. A receita, que supomos haver sido estimada com exarado otimismo mercê das cargas inflacionárias em curso, se não for confirmada em muitos dos seus itens será, por incrível que pareça, ultrapassada, no seu cômputo global. E já a esta altura podemos prever um excesso, sobre a receita estimada, de 10 bilhões de cruzeiros.

Mas, se isto ocorre em relação à receita, já não podemos dizer o mesmo com respeito aos itens da despesa, pois que, neste particular, a nossa situação se apresenta verdadeiramente acabrunhadora. Se não, vejamos. O déficit orçamentário de 134 bilhões e 500 milhões de cruzeiros deve ser acrescido, na execução realista do exercício financeiro, de insuficiência de dotação de Orçamento para o pessoal civil e militar, da ordem de 31 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, isto porque, ao encerrarmos o exercício de 1961, o que havíamos dispendido com os nossos servidores civis e militares já excedia dessa importância a tudo quanto no Orçamento fora consignado para remuneração dos nossos servidores públicos. Temos ainda de crescer à despesa recursos vinculados como percentagem da receita, da ordem de 14 bilhões e 100 milhões de cruzeiros, e, ainda, um déficit da Rede Ferroviária e da Marinha Mercante, da ordem de 21 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, cifras estas que somam a elevada importância de 192 bilhões de cruzeiros. Mas não é só. Temos ainda de crescer a essa importância resíduos passivos da ordem de 20 bilhões de cruzeiros, créditos adicionais de 18 bilhões de cruzeiros e financiamentos da ordem de 17 bilhões de cruzeiros, o que totaliza um déficit efetivo, real, da ordem de 247 bilhões de cruzeiros, sem que nisso computemos o aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da Nação. Como veem, nobres Srs. Deputados, temos um desequilíbrio orçamentário dos mais graves, dos mais dramáticos, dos mais tremendos, que um governo já foi desafiado a enfrentar, na história do País. Não desanimamos na tarefa que temos pela frente e estamos dispostos a travar essa batalha para vencê-la, porque estamos certos, antes e acima de tudo, de que não nos faltarão a solidariedade, a compreensão e o apoio dos ilustres representantes da Nação. Comumente se ouve dizer: “Como, numa conjuntura tão delicada e difícil, pensa o governo em aumentar os vencimentos de seus servidores civis



e militares?” É o argumento que soa falso, é o argumento daqueles que sempre se opõem a todas as reivindicações impostas pela justiça social.

Não é possível, a esta hora, negar-se aos servidores civis e militares a justa remuneração a que têm direito pelos seus serviços. Já foi alterado o salário mínimo, as revisões salariais das categorias privadas já se fizeram sentir, a alta do custo de vida acentuou-se na mesma proporção, e não era possível que dentro do nosso quadro social apenas os abnegados servidores da Nação, no setor civil e militar, ficassem privados da justa remuneração que lhes é devida. Daí o governo ter-se lançado em estudos para, sem agravar o processo inflacionário, ainda atender às legítimas reivindicações dessa classe, e chegou a um aumento geral de 40%, não podendo o máximo exceder de Cr\$ 14.400,00, totalizando o aumento a ser concedido, importância que deve variar entre 75 e 82 milhões de cruzeiros. Mas como fazer face a esse montante de despesas, desde que o governo não pôde contar com a majoração dos impostos, não pôde contar com o agravamento dos tributos? Em nenhum instante deixou o governo de debruçar-se sobre a nossa realidade financeira e formular aquelas soluções mais adequadas à nossa conjuntura, a fim de que, fazendo face a todos os encargos orçamentários, pudesse ainda impedir qualquer paralisação no setor de investimentos, o que vale dizer, permitindo à Nação experimentar, no seu produto bruto e na sua renda *per capita*, aquele crescimento a que ela não pode deixar de se impor, pois que as soluções simplistas, de promover economia orçamentária cortando em investimentos, já não mais se coadunam com o estágio avançado a que já atingiu a ciência econômica e financeira, tampouco com a experiência já vivida das nações subdesenvolvidas. A outra, de se financiar o déficit com recursos emissionistas, a esta altura da nossa evolução política e social, é recurso que constitui crime de lesa-pátria, pois tudo quanto se podia fazer neste País com recursos à emissão já foi esgotado, e insistir nesse recurso, acima da capacidade de resistência e absorção do povo brasileiro, é criar para este mesmo povo condições exasperantes e desesperadoras de vida, que nenhum governo que se preza pode permitir. Temos um déficit potencial de caixa que atinge a casa dos 329 bilhões de cruzeiros; 247 bilhões de insuficiência de verbas orçamentárias nas rendas vinculadas a receitas e de financiamentos, e 82 bilhões de cruzeiros do aumento a ser concedido aos servidores civis e militares. A gravidade da situação só pode ser sentida, quando colocamos este déficit

realístico de 329 bilhões de cruzeiros, com a receita estimada da ordem de 439 bilhões de cruzeiros, e verificamos que esse déficit potencial vai absorver 75% da receita.

O governo nem de longe admite a possibilidade de promover a execução orçamentária com encargo tão pesado sobre seus ombros. Se pretendêssemos levar a efeito a execução orçamentária com esse desequilíbrio de caixa, estaríamos, conscientemente, fazendo com que os custos neste País se elevassem a mais de 60%, o que significaria a pulverização de todas as nossas resistências econômicas e financeiras.

Vamos, porém, solucionar o problema. E para isso vamos exigir da Nação sacrifícios mínimos, perfeitamente suportáveis, aqueles a que todo cidadão brasileiro em condições de contribuir para a solução da crise não pode e não deve negar-se. Assim é que para financiar um déficit de 329 bilhões de cruzeiros, elaboramos, de acordo com autorização do Congresso, contida na lei orçamentária, um plano de economia que irá reduzir as despesas num total de Cr\$ 60 bilhões e 300 milhões. Cumpre frisar que esse plano de economia não cerceou, não mutilou e não cortou um só centavo de despesas de investimentos essenciais ao crescimento, ao progresso e ao desenvolvimento do País, todo ele incide sobre despesas variáveis, de diversas naturezas; todo ele, na opinião dos ministros que trouxeram sua contribuição para o preparo desse plano de economia e de contenção, procura tirar do Orçamento aquelas despesas adiáveis, aquelas despesas suntuosas ou voluptuárias, ou aquelas outras que, pela sua natureza, podem esperar melhor oportunidade. Vamos, ainda, lançar um apelo para que transfiramos para o exercício de 1963, como restos a pagar, a importância de Cr\$ 38 bilhões, o que significa, não que deixaremos de pagar as despesas vinculadas a essa rubrica restos a pagar, mas, antes, que elas serão pagas, projetadas de um exercício para o outro.

E agora a importância maior do nosso plano de saneamento financeiro, aquele que diz respeito a uma programação dos desembolsos de caixa do Tesouro, para os seus encargos e os encargos dos órgãos dependentes e que significarão, na transferência até o primeiro semestre do exercício vindouro, de despesas autorizadas e realizadas neste exercício, importâncias de 80 bilhões de cruzeiros. Temos, assim, reduzido o déficit efetivo e potencial na importância de 151 bilhões de cruzeiros, e como já o frisamos, não poderemos contar com o aumento dos tributos para

financiá-los. Vamos impor-nos, então, aquelas medidas aconselhadas pelas contingências: reajustaremos as tarifas dos serviços públicos. Aliás, elas já vêm reajustadas nas medidas dos reclamos da manutenção desses próprios serviços. Quando atentamos em que mais de 57% de todo o déficit provém dos déficits operacionais de nossas autarquias industriais – melhor explicando: 50 bilhões de cruzeiros da Rede Ferroviária Federal, 24 bilhões de cruzeiros da Marinha Mercante e 14 bilhões de cruzeiros do Departamento de Correios e Telégrafos –, sentimos o quanto esses serviços vêm sendo manipulados em desajuste com a realidade nacional.

Mas não basta apenas promover o reajustamento das tarifas de serviço público em níveis compatíveis com a bolsa do homem do povo.

É preciso mais alguma coisa. É necessário que nos lancemos na coleta de recursos financeiros, onde eles se encontram, onde eles se acham mais concentrados, ou seja, nas mãos daquelas classes que têm sido as beneficiárias da inflação. Por isso, o governo submete ao exame do Congresso Nacional projeto de lei que institui um empréstimo de 20% sobre as cotas do imposto de renda tão somente das pessoas jurídicas e também sobre os rendimentos imobiliários e sobre aqueles retidos nas fontes de pagamento. Desse empréstimo compulsório, através do qual esperamos auferir a cifra de 20 bilhões de cruzeiros, estão isentas todas as pessoas físicas e todas as rendas decorrentes do trabalho, pois a preocupação do governo foi dar a tal empréstimo um sentido eminentemente social, fazendo com que mais fortemente contribuam, para dirimir as dificuldades do momento, aquelas classes que, pela sua composição econômica e financeira, mais solidamente estão armadas para enfrentar e suportar estes sacrifícios.

Todavia, ainda assim não teremos conseguido sequer ultrapassar a metade do déficit por ser financiado. Daí lembrar-se o governo – e isso está hoje pedindo ao Congresso Nacional – de uma lei que autorize a lançar empréstimos facultativos ou voluntários através dos quais pretendemos e esperamos auferir a importância de 90 bilhões de cruzeiros. E nem se diga que esta é uma estimativa exagerada, por demais otimista. A realidade brasileira mostra que estamos em condições de obter subscritores voluntários para esses empréstimos. Basta apenas analisarmos o que no momento se passa.

Se o Congresso Nacional ultimar a aprovação do projeto de lei ontem aqui votado e dependendo apenas de redação final, qual seja o da elevação dos tetos dos recolhimentos compulsórios dos depósitos bancários, poderemos contar dessa fonte, na subscrição dos empréstimos voluntários, importância superior a 40 bilhões de cruzeiros.

E, no momento, temos letras de importação que serão resgatadas no curso deste exercício, em virtude da política de saneamento que se impôs o governo e em decorrência de decisões do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, num total de 38 bilhões de cruzeiros. E é crível, é razoável, é admissível que esses recursos sejam canalizados pelas novas letras do Tesouro que o governo lançará em circulação.

Restará, portanto, apenas a importância de 12 bilhões de cruzeiros, que representarão os recursos novos a serem coletados do mercado.

É a essa mínima importância que se circunscreverá a contribuição dos recursos novos para o reforço do financiamento de déficit orçamentário da Nação. Dessarte, sem agravar o processo inflacionário, sem criar ônus insuportáveis para a Nação, senão antes fazendo apelo para aquele mínimo de contribuição que temos o direito de receber das nossas elites, estaremos armados e preparados para debelar o déficit, para promover o equilíbrio orçamentário e criar, no ano de 1962, condições favoráveis para o desenvolvimento normal do nosso processo de evolução econômica. Não nos ativemos a nenhum dos preceitos drásticos e das normas mutilantes das economias e dos financistas ortodoxos, senão antes nos voltamos para aquelas medidas que nada representam em face do muito que daremos de retribuição às nossas classes produtoras, ao povo, à Nação.

Srs. Deputados, este, em linhas gerais, o esforço do governo para a disciplina da atividade financeira do ano de 1962, visando criar a ordenação das nossas finanças no ano de 1963.

O Sr. *Almino Affonso* – Sr. Primeiro-Ministro, ouvi atentamente o plano que o governo pretende adotar como forma de superar o déficit orçamentário e de não fugir às suas obrigações para com o desenvolvimento econômico do País. Vejo que a exposição de V. Ex.<sup>a</sup> afasta a ideia da reforma tributária que o governo havia proposto à Casa no fim da sessão legislativa passada. Verifico que V. Exa., ao dizer-nos, agora, oficialmente, aquilo que a imprensa já havia noticiado, quanto ao empréstimo compulsório, exclui como uma das fontes de receita básica, para

que o governo enfrente o problema do déficit orçamentário, a majoração do imposto de renda, para ater-se, sobretudo, à exação no cumprimento das normas relativas a esse tributo, que, como sabe V. Exa., é ainda hoje um dos grandes responsáveis pelas dificuldades financeiras do governo, em face da enorme sonegação que neste setor se faz. Acentua ainda V. Exa. que um dos pontos que o governo atacará será o reajuste tarifário dos serviços públicos. Ora, esse plano recairá, a despeito da melhor das intenções do governo, mais uma vez, nos ombros do povo. A majoração das tarifas dos serviços públicos, quer queira V. Exa., quer não, necessariamente resultará no aumento do custo do transporte e, por consequência, no custo dos produtos, via de regra, na elevação do custo de vida, já doloroso para o povo, como acentua na sua exposição. Não vejo, na parcela do plano financeiro do governo, alguma coisa que enfrente com absoluta seriedade o problema que temos, ao mesmo tempo resguardando a bolsa do povo. Isto num ano, Sr. Primeiro-Ministro, em que não podemos prever onde nos levarão as agitações sociais e que problemas políticos da maior gravidade criarão para este País.

O SR. TANCREDO NEVES – Pediria ao nobre deputado que me permitisse responder a esta primeira parte da sua intervenção.

*O Sr. Almino Affonso* – Um minuto, Sr. Primeiro-Ministro, porque a interligação é absoluta entre os diversos pontos que estou apresentando. Verifico ainda que V. Exa., ao falar no problema da majoração das tarifas do serviço público, diz que será feita em nível compatível com a bolsa do povo. Estamos em tal grau de miséria popular que aqui não há como falar em nível compatível com a bolsa do povo. V. Exa., quando expõe a maneira como será feito esse empréstimo, nos dá a maior prova de que através do imposto de renda o governo obterá essa receita, sem recorrer ao empréstimo compulsório, o qual, aliás, segundo a imprensa, foi oferta, foi contribuição, foi desejo espontâneo das classes produtoras deste País, na maior das confissões públicas do quanto elas têm enriquecido à custa, exatamente, da miséria do povo brasileiro.

O SR. TANCREDO NEVES – Agradeço a V. Exa. o aparte oportuno que me dá ensejo de esclarecer a posição do governo, em face desse palpitante problema.

Primeiramente, o governo, com as medidas que sugere à aprovação do Congresso, teve o cuidado de lhe dar o nome de programa de emergência. Em nenhum instante, o governo da União abriu mão da

reforma tributária. Não abriu e não abrirá mão do projeto de reforma tributária, já a esta altura ultrapassado e desatualizado em muitos dos seus objetivos. O que não é possível é valer-nos, na execução de um orçamento, de uma reforma tributária que, se aprovada, só poderá fornecer recursos ao governo no exercício de 1963, quando temos, em 1962, gastos imperativos e inelutáveis a realizar. O nosso programa é de emergência, como acentuou bem o Deputado Almino Affonso, e como emergência tem que ser encarado para as providências radicais que a nossa conjuntura orçamentária está reclamando. Só vejo realmente o problema da reforma tributária inspirada no princípio da justiça social, segundo o qual os que mais recebem da sociedade em benefícios, mais devem retribuir a ela em sacrifícios.

Acentuava ainda há pouco, em palestra que tive ocasião de proferir em Belo Horizonte, que já não há mais lugar para o governo dos ricos, pelos ricos e para os ricos. O governo que o Brasil neste momento exercita, através dos homens incumbidos das suas responsabilidades, é aquele que vai realizar a justa redistribuição de rendas, tirando o supérfluo do rico para alimentar a mesa do pobre.

Quero ainda dizer a V. Exa., Deputado Almino Affonso, que o reajustamento tarifário é uma imposição no interesse do próprio povo, pois, se os serviços públicos, não podendo contar com outras fontes de receita que não as suas tarifas, entrarem em deterioração, em colapso, os que mais sofrerão, sem dúvida, serão homens do povo. Embora com salários já aumentados e reajustados – e quero crer que muito aquém da remuneração que lhe é devida dentro de uma conjuntura mais avançada de justiça social –, estou certo de que o homem do povo do Brasil compreende neste momento que deve dar, também neste particular, como usuário dos serviços públicos, uma contribuição maior para a manutenção deles.

Devo ainda por último dizer ao nobre Deputado Almino Affonso que o empréstimo de 20 bilhões de cruzeiros que vamos auferir compulsoriamente sobre os rendimentos das pessoas jurídicas, não foi trazido ao governo numa bandeja de ouro, como se apresenta. Estamos certos da luta que teremos de travar para obtê-lo. E isso, V. Exa. vai verificar, terá início dentro em breve, pois que vamos, como sempre ocorre em matéria dessa natureza, enfrentar os interesses instalados e os interesses contrariados. Mas, para essa batalha que estamos travando em nome do

povo brasileiro, contamos certamente com o apoio dos representantes da Nação nesta Casa e no Senado da República.

*O Sr. Fernando Santana* – Sr. Primeiro-Ministro, ouvi atenciosamente a exposição de V. Exa. Verificamos que o cálculo do déficit, segundo os dados apresentados, atingirá certamente 329 bilhões de cruzeiros, sendo 195 da própria execução orçamentária, 55 bilhões de cruzeiros, resíduos de orçamentos anteriores e de créditos a pagar, e 82 bilhões com o reajustamento salarial do funcionalismo público civil e militar da União.

Para diminuir este déficit de 329 bilhões, V. Exa. propõe à Casa algumas medidas, considerando que, se fosse enfrentado apenas através da execução orçamentária, ele absorveria 75% da receita. Para tanto, V. Exa. propõe: uma redução das despesas da ordem de 60 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, redução de despesas esta de itens do Orçamento considerados adiáveis, suntuários ou voluptuários; 38 bilhões projetados para o exercício de 1963, e 80 bilhões que bem não percebi de onde saíram.

O SR. TANCREDO NEVES – 90 bilhões.

*O Sr. Fernando Santana* – Mais adiante, V. Exa., achando que estas economias não são ainda suficientes, propõe o reajustamento das tarifas do serviço público. Depois, um empréstimo compulsório sobre as pessoas jurídicas, que pagarão 20% dos lucros extraordinários, atingindo provavelmente esta receita 120 bilhões de cruzeiros. Excetua todas as pessoas físicas e as rendas dos trabalhadores. Por fim, V. Exa. entra nos empréstimos voluntários, para uma subscrição de 40 bilhões, alegando que só de letras do Tesouro teremos de resgatar, até o fim deste exercício, 38 bilhões de cruzeiros. Vejo nesta exposição que V. Exa. acabou de fazer um cálculo aritmético justo para compensar os desequilíbrios financeiros que todos hoje estamos enfrentando. Parece-nos, entretanto, com a devida licença de V. Exa., Sr. Primeiro-Ministro, e de toda a Casa, que esta medida seria apenas uma espécie de cafiaspirina para um doente que sofre de uma infecção tísica. Se continuarmos, na base da luta contra a inflação, apenas observando essa compressão de despesas e busca de recursos dentro da própria economia adicional, creio estaremos tratando o doente mal. E se continuarmos persistindo nesse tratamento, que já vem sendo adotado através de toda a nossa história, desde os tempos mais antigos até os dias de hoje – Rui Barbosa, Joaquim

Murtinho e todos os ministros da Fazenda anteriores à nossa época tentaram levar a efeito todas essas medidas cambiais e financeiras a fim de cobrir o déficit verificado no Orçamento da Nação –, estaremos apenas retardando por mais alguns anos a grande catástrofe que atingirá o nosso País. Não acredito, absolutamente, Sr. Primeiro-Ministro, consigamos, num exercício, equilibrar o nosso balanço de pagamentos. A nosso ver, está aí, no balanço de pagamentos, a causa fundamental de todo o mal da economia brasileira. Sabe V. Exa. e sabe toda a Casa que, de 1943 a 1960, no nosso balanço de pagamentos – que se compõe de três itens: comércio exterior, serviços e donativos – tivemos, mesmo com a deterioração permanente dos nossos produtos primários no comércio internacional, um saldo, no comércio exterior, da ordem de 2 bilhões e 315 milhões de dólares. E ainda, Sr. Primeiro-Ministro, não devemos esquecer que em 1950 exportamos 2 bilhões e 800 mil toneladas, excluindo aí a receita proveniente do ferro e do manganês, enquanto que em 1960 exportamos 4 milhões e 500 mil toneladas, isto é, mais 1 milhão e 800 mil toneladas, e obtivemos menos 160 milhões de dólares.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, esse saldo da balança comercial, mesmo castigado com a deterioração da relação de trocas adversa à nossa Pátria, não foi suficiente para cobrir os déficits desses serviços e donativos, que, no mesmo período, de 1943 a 1960, foi da ordem de 3 bilhões e 650 milhões de dólares. Deixando depois de computarmos o saldo da balança comercial com o saldo de serviços, houve o déficit de 1 bilhão e 365 milhões de dólares. Isto, Sr. Primeiro-Ministro, nos leva à seguinte conclusão: ou atacamos o problema paralelamente a essas medidas financeiras, também através de leis que garantam a defesa intransigente da economia do País, através de leis que garantam que os recursos do povo brasileiro permaneçam nas fronteiras do País, ou então marcharemos definitivamente para o caos porque não há governo que consiga deter a inflação, a deterioração da moeda, enquanto não fizer com que o trabalho do povo brasileiro pertença ao Brasil.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. não me há de fazer a injustiça de supor que, com medidas apenas de caráter financeiro, pretenda debelar o processo inflacionário brasileiro. As medidas que apresentamos visam tão só e unicamente debelar o déficit de caixa, capítulo dos de menor importância dentro da conjuntura inflacionária brasileira. Simultaneamente, o governo ataca todos aqueles outros setores básicos



da vida nacional, sem cujo impulso o processo inflacionário jamais será arrefecido ou neutralizado.

*O Sr. Fernando Santana* – Esse processo vem, desde há muito, sem nenhuma interrupção.

O SR. TANCREDO NEVES – Permita que conclua meu raciocínio. É assim que o governo, apesar de todas as adversidades, está impondo arrojado e audacioso programa de investimentos em todos os setores fundamentais da nossa economia, e não apenas adotando política de investimento que vise consolidar a nossa infraestrutura e conjurar todos os seus pontos de estrangulamento.

Vai mais adiante. Através de instruções baixadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), está disciplinando a política creditícia neste País, de forma a fazer com que a nossa rede bancária – inclusive, nela, o Banco do Brasil – se situe em termos de seleção rigorosa dos financiamentos concedidos, impedindo que os recursos arrecadados dos depósitos públicos sejam canalizados para aqueles empreendimentos de natureza especulativa.

E não é só isto. O governo se lança numa política agressiva de exportações, e, neste particular, posso mostrar a V. Exa. que exportamos, no ano de 1961, sobre o ano de 1960, 150 milhões de dólares; vale dizer que tivemos um aumento de 100 milhões de dólares de produtos diversos, que não o café, e 50 milhões de dólares de café.

Isto mostra ao nobre Deputado Fernando Santana que o governo não se lança no combate à inflação por processos unilaterais. Compreende a inflação como um todo, como um conjunto, e, neste conjunto, nunca tirou sua atenção do balanço de pagamentos – no que concorda com o nobre deputado – pois se não o tivermos situado em consonância com as forças das nossas importações, mais cedo ou mais tarde seremos uma Nação escravizada, mais cedo ou mais tarde seremos uma Nação encalacrada e endividada, seremos uma Nação enxovalhada, na sua soberania e na sua honra.

Como vê V. Exa., a sua observação teria sentido se eu estivesse apresentando as medidas de emergência de caráter tipicamente financeiro como medidas para combate global à inflação. Daí não poder aceitar, o que faço com profundo pesar, todas as proposições do seu aparte, que recebi como contribuição imensa em favor da minha despretensiosa alocação.

O Sr. *Fernando Santana* – Permita complementar meu pensamento. Estamos realmente, creio eu, como V. Exa., numa das posições mais dramáticas da história do nosso País. Segundo depoimento prestado na Comissão de Economia, sob a presidência do nosso querido colega Sr. Daniel Faraco, o economista Miguel Osório de Almeida, fazendo projeção modesta para o nosso desenvolvimento e adotando uma taxa de incremento de 4,5%, aquele que mais ou menos se vem verificando em nossa Pátria, calculou que, no ano de 1980, para esse incremento de 4,5% ao ano, quando seremos 130 milhões de habitantes, teremos, para manter esse desenvolvimento modesto de 4,5%, necessidade de investir soma nunca inferior a 10 bilhões e 500 milhões de dólares e ainda necessidade de importar aquilo absolutamente essencial a esse desenvolvimento, cortando todas as importações desnecessárias e supérfluas, com um comércio exterior no valor de 4,5 bilhões de dólares. No ano passado, verificamos que o nosso comércio não atingiu 1,5 bilhão de dólares. Teremos, assim, de progredir nessa expansão comercial, para que não sejamos, em 1980, uma Nação de escravos, de famintos ou de párias, elevando esse comércio para a ordem de 4,5 bilhões de dólares. Pois bem, Sr. Primeiro-Ministro, enquanto isso, enquanto a Missão Dantas procurou expandir esse comércio, entendimentos, com as nações do mundo oriental, da ordem de 2 bilhões, sendo 560 milhões para financiamento a longo prazo, vemos que essa Missão, executando seu trabalho, não obteve, entretanto, resultado prático imediato, porque esses tratados estabelecidos ainda estão hoje sem aprovação por parte do Congresso. Quero fazer esta referência para dizer que estamos diante de uma fatalidade histórica: não há quem suba à Presidência da República e não tenha de marchar decisivamente para a ampliação do nosso comércio exterior, sob pena de estar traindo o próprio desenvolvimento de nossa Pátria. E essa expansão comercial, que se tenta através de novas áreas, continua, infelizmente, sendo combatida por vários setores da opinião pública, que desconhecem a imposição histórica de que somos uma Nação que cresce na base de 3% da sua população e que, em 1980, terá 130 milhões de habitantes e há de marchar vigorosamente para conquistar novas áreas, estejam onde estiverem, porque a Terra é uma só, e ainda não conseguimos comerciar com Marte, Júpiter ou Urano.

O SR. TANCREDO NEVES – Estou de acordo em que exportar, para o Brasil, é imperativo de sobrevivência nacional. Mas não basta

exportar, é preciso também saber exportar e poder exportar. A condição básica de exportação é assegurar custos internos de produção, o que só se faz saneando o meio financeiro.

*O Sr. Fernando Santana* – E temos de levar em consideração os preços externos, Sr. Primeiro-Ministro.

O SR. TANCREDO NEVES – E, mais ainda, temos de organizar-nos para conquistar novos mercados; precisamos ter organizações adequadas de financiamento que assegurem a colocação dos nossos produtos nas novas áreas de comércio conquistadas. Como V. Exa., acho que o comércio não tem pátria, não tem ideologias. Devemos buscar mercados onde possamos colocar os nossos produtos, pois que só assim daremos à nossa economia aquele incremento que ela está reclamando, para que seja, amanhã, suporte capaz de oferecer apoio a uma população de mais de 200 milhões de habitantes.

*O Sr. Daniel Faraco* – Creio, Sr. Ministro, que o parlamentarismo emprestou, felizmente, aos debates sobre os problemas da economia do País dimensão que nunca tiveram. Mas esses debates têm de se fazer com ideias claras, dissipando todo e qualquer equívoco, à medida que equívocos surjam. V. Exa. me vai permitir acentuar dois pontos. Na verdade, o programa que o Gabinete está propondo é de emergência. Sim, trata-se de medida de emergência, de analgésico, de cafiaspirina, como quiserem. Mas são esses os únicos recursos que nos restam, de vez que, não tendo sido votada a reforma tributária no ano passado, não há outra maneira de enfrentar o problema. A condição de êxito deste programa depende de o Congresso e o governo prepararem para 1963 Orçamento razoavelmente equilibrado. Do contrário, os analgésicos não produzirão o efeito que se espera e poderão até piorar a situação. Há um segundo ponto a esclarecer. A inflação não constitui o único problema do País. Há problemas mais importantes a resolver. É preciso frisar que, em matéria de relação entre inflação e balanço de pagamentos, a coisa se passa um pouco diferentemente do que imaginam alguns. Na verdade, se o balanço de pagamentos favorável a longo prazo é um bem para o País, o balanço de pagamentos favorável, no momento, viria agravar o déficit de caixa. Tivemos em 1950, no Brasil, inflação provocada precisamente pelo saldo da balança comercial, exatamente pela alta do preço do café, que obrigou o governo a financiar os saldos em divisas, emitindo. Isso deve ficar bem claro: não é com o saldo da balança comercial ou do

balanço de pagamento que se resolve o problema do déficit de caixa, e é o problema do déficit de caixa que está aí a desafiar-nos, a agarrar-nos pela garganta, a exigir pronta solução como condição para que possamos solucionar os demais problemas.

O SR. TANCREDO NEVES – Traz V. Exa., com sua autoridade, apoio às teses que aqui temos sustentado. Em verdade, desde o começo de nossa exposição, acentuamos que estas são medidas preliminares, para que possamos alcançar o ano de 1963 em condições de dar à Nação, através de reforma tributária, votado pelo esclarecimento e pelo patriotismo deste Congresso, Orçamento razoavelmente equilibrado como diz V. Exa. O que estamos fazendo é preparando os alicerces para a construção de edifício definitivo.

Estou com V. Exa. em que o problema do balanço de pagamentos, de capital importância, pelas surpresas que encerra, que pode trazer aos governos desprevenidos, não constitui, contudo, dado essencial e fundamental da conjuntura inflacionária. Dentro da realidade brasileira, porém, será ainda por muitos anos o aspecto para o qual os governos têm de voltar toda a atenção.

Se não realizarmos balanços de pagamentos equilibrados, os déficits daí decorrentes poderão produzir sangrias insuportáveis para a Nação brasileira.

O Sr. Nelson Carneiro – Permita V. Exa., Sr. Presidente do Conselho de Ministros, quebre a severidade dos números e das cifras que tem até agora discutido, para recordar uma quadrinha popular muito conhecida no sertão do Nordeste, certamente já ouvida por V. Exa. nas noites mineiras. Diz ela: “Eu queria, ela queria; eu pedia, ela negava; eu chegava, ela fugia; eu fugia, ela chegava”. O nosso parlamentarismo, Sr. Presidente do Conselho de Ministros, está assim. V. Exa. observará as bancadas vazias da Câmara. É porque, geralmente, na Câmara, às sextas-feiras, encontra-se número bem escasso de deputados. Por estranha coincidência, o ministério se reúne em Brasília às sextas-feiras. Estamos, pois, como o sol e a lua: dificilmente nos encontramos. Digo estas palavras para fazer um apelo a V. Exa. no sentido de que, noutra oportunidade, venha, não na sexta, mas na quinta, na quarta, na terça ou na segunda-feira, para o que sugeriria tomasse providência de transferir para outro dia a reunião do Gabinete. Afinal, os parlamentares não conseguem avistar-se com os ministros: quando estão fora, os deputados se acham em Brasília. Como

as coisas se apresentam, não conseguimos realizar o parlamentarismo, que cava muito mais distância entre deputados e ministros do que no presidencialismo. V. Exa. acentuou que foram cortados 30% nas verbas orçamentárias e o corte se deu impiedosamente, Sr. Ministro. Pelo que li num jornal, hoje, até o Serviço Nacional do Câncer teve a verba cortada em 30%, o que mostra o rigor, a austeridade, a vigilância do Gabinete que V. Exa. preside. Feita esta referência, queria solicitar de V. Exa. uma informação. Para que a Nação compreenda as novas exigências que o Gabinete lhe quer impor, é preciso que V. Exa. faça uma afirmação dessa tribuna, a fim de que se espalhe pelo País a convicção de que o Gabinete que V. Exa. preside parou, fechou a torneira dos empregos públicos. O que se sabe – e certamente será mentira – é que nunca foi tão generosa a administração no nomear. Como isso deve ser inverdade, muito gostaria que V. Exa. – para que a Câmara tivesse autoridade, perante a Nação, de votar essas medidas contra determinadas classes e até contra as classes populares, como bem acentuou o nobre Deputado Almino Affonso – tivesse o cuidado de, no curso das discussões que se vão travar na Câmara dos Deputados, enviar uma exposição que desmentisse a impressão que, antes que V. Exa. o diga, sei falsa. Seria muito útil que o Conselho de Ministros nos comunicasse quantas nomeações fez do dia da sua posse até hoje, quanto isso representou de aumento no déficit orçamentário; onde foram localizados os nomeados e para que foram nomeados, não só na administração central, mas também nas autarquias subordinadas aos ministérios. Vê V. Exa. que minha intervenção é apenas de colaboração com V. Exa. Falou V. Exa. nas dificuldades do empréstimo compulsório. Compreendo-as, e no meu espírito, como terá ocorrido ao de V. Exa., e certamente foi estudado – a mim ocorreu enquanto V. Exa. falava –, para ligeira dúvida, que o tempo dissipará, sobre se esse empréstimo compulsório, pelo seu caráter de generalidade para as pessoas jurídicas, pelo seu caráter impositivo, imperativo, pela sua anualidade, não pode ser inquinado de uma forma disfarçada de tributo, vedado pela Constituição para cobrança no próprio período orçamentário. É apenas uma dúvida que certamente não escapou ao seu espírito e que V. Exa. logo desfará, para evitar que medre no plenário desta Casa. Finalmente quero pedir a V. Exa. que assuma, no encaminhamento desses projetos, a posição que lhe cabe nessa Casa – a de líder da Maioria. A reforma tributária não ocorreu e ninguém tem culpa. V. Exa. referiu que ela não conseguiu

ser aprovada no ano passado e que hoje já é preciso ser emendada. Se este fosse um governo partidário, a liderança da Maioria se confundiria com a liderança do partido majoritário; mas este é um governo de coalizão, em que todos os partidos estão reunidos, e o que faz falta não é o governo, e sim oposição, que não existe. De modo que, estranhamente, numa Câmara em que todo mundo é governo, em que não há oposição, os projetos de autoria do governo não conseguem ser aprovados. Por quê? Porque falta aquele homem que conduza, que ajuste as bancadas, que são o governo, para que os projetos que representam o próprio programa do governo sejam aprovados. Meu apelo é para que V. Exa., que tem colaborado com tantas críticas e tantos ensinamentos para a boa interpretação do Ato Adicional, venha conduzir estes projetos, que tão importantes são à própria política do governo que V. Exa. representa.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado Nelson Carneiro, se vão pesar e mágoa no seu coração por não poder estar em contato com os ministros todas as vezes que desejava, o pesar e a mágoa dos ministros por não poderem estar mais vezes com V. Exa. e seus ilustres colegas não são menores.

Quero ainda dizer a V. Exa. que somente hoje, sexta-feira, vim a esta Casa apresentar o programa financeiro do governo para o ano de 1962, porque apenas hoje nos seria possível concluir esse trabalho, cuja apresentação à deliberação dos Srs. Deputados não poderíamos retardar por um dia sequer.

Por fim, quero dizer a V. Exa. que não me eximirei da responsabilidade de mudar-me para esta Casa, se necessário, relegando as outras tarefas da administração pública que me são impostas de maneira imperativa, para promover o encaminhamento dessas proposições, porque estou convencido de que sem elas a Nação se lançará num plano inclinado de consequências imprevisíveis. Estarei aqui apelando para o patriotismo, para a colaboração, para as luzes dos Srs. Deputados, de modo que haja uma tramitação não apenas rápida, mas, tanto quanto possível, urgente, para essas medidas legislativas, pois sinto que é esse, no momento, o mais importante dos meus deveres. E não será a primeira vez que irei fazê-lo, porque, quando da reforma tributária, agi da mesma forma. Estive reunido com os líderes, estive reunido com as comissões técnicas especializadas, estive reunido com as comissões especiais, trabalhei com todos os recursos ao meu alcance para conseguir a adesão

da maioria desta Casa à aprovação do projeto que elaboramos e do qual assumimos exclusiva responsabilidade. Infelizmente, condições inelutáveis, impossibilidades materiais, levaram à frustração esse propósito do governo que, se fosse concretizado, ensejaria hoje condições muito mais favoráveis e ao povo muito mais segurança e tranquilidade.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Sr. Primeiro-Ministro, V. Exa., no início, revelou otimismo, apesar de acentuar as graves dificuldades com que defronta o governo. Creio, e estou certo que esta também é a crença de V. Exa., que para vencer tantas dificuldades, antes de tudo é indispensável se crie um clima psicológico, mediante o qual os sacrifícios que vão ser exigidos pelo povo brasileiro possam ser feitos com a sincera convicção de que servirão à solução que V. Exa. delineia. Assim sendo, Sr. Primeiro-Ministro, é indispensável, a meu ver, que a reclamação feita à guisa de colaboração de parte do Deputado Nelson Carneiro seja atendida: que o governo dê conhecimento ao País das nomeações feitas em todos os setores, principalmente nas autarquias, tanto mais quanto estamos em ano eleitoral, e estas nomeações significam uma indébita e pesada intervenção de candidatos para perturbação das manifestações espontâneas do eleitorado. Não só isto, Sr. Primeiro-Ministro. Valendo-me da oportunidade deste aparte, desejo pedir a V. Exa. me informe se, entre as medidas que estão sendo tomadas pelo governo para que se detenha a alta do custo de vida, figura a do cumprimento rigoroso por parte das repartições competentes da fiscalização das operações de créditos em todos os bancos do País, pois é notório, Sr. Primeiro-Ministro, que 70 milhões de brasileiros estão trabalhando para trezentos e poucos banqueiros. Sendo assim, é indispensável, Sr. Primeiro-Ministro, que realmente se ponha cobro à cobiça dessa gente, sabido que os homens que se dedicam à indústria, comércio e lavoura estão sendo espoliados com juros de 3%, sem que haja providência da parte das repartições públicas.

O SR. TANCREDO NEVES – Devo dizer a V. Exa., Deputado Pedro Aleixo – não sem antes agradecer o aparte com que enriquece a minha pobre exposição –, que a preocupação do governo tem sido conter o empreguismo. Posso asseverar a V. Exa., à Casa e ao Deputado Nelson Carneiro que em igual período nenhum outro governo nomeou tão pouco quanto este. Os dados já foram levantados, em atendimento a interpelações aqui feitas, e serão trazidos ao conhecimento dos Srs. Deputados. Há, porém, uma circunstância que precisa ser posta em relevo.

Não podemos levar a nossa aversão ao empreguismo, a nossa preocupação de austeridade, a ponto de fazer paralisar nossas atividades administrativas. Vou citar a V. Exa. apenas um exemplo e deixar para fazê-lo em nosso Ministério da Viação, onde até agora para mais de 600 aposentadorias se verificaram, e mais de 400 agências postais no interior do País estão se fechando por falta de servidores públicos. Não é possível que, à vista de contingências como esta, o governo não busque dar os provimentos reclamados para a eficiência dos serviços públicos. Prevê-se que, até o fim do ano, pelo menos mais 2.000 aposentadorias se verifiquem, apenas no Departamento de Correios e Telégrafos. Então, ou o governo deixa de dar os provimentos reclamados, ou novas repartições se fecharão, desservindo o público e deixando de dar à coletividade brasileira aquela contribuição delas reclamada. Posso mostrar a V. Exa., no que tange aos outros ministérios, que têm sido mínimos os provimentos. Quanto às autarquias, infelizmente, a lei que as reestruturou tirou toda a ação governamental no que diz respeito à sua autonomia administrativa e financeira. Não estou em condições, por isso, de assumir perante esta Casa a responsabilidade pelo que vai na administração desses setores da atividade governamental, pois que ao governo eles apenas estão presos pelos vínculos da contribuição compulsória que os seus associados lhes devem e que é arrecadada, efetivamente, por ação governamental. Mas hoje, em razão de lei votada pelo Congresso, adquiriram a mais absoluta, a mais plena, a mais completa autonomia administrativa e financeira. Posso, não obstante, encaminhar a esta Casa as medidas administrativas necessárias para fazer com que as autarquias, os institutos de previdência social, se entrossem dentro da sistemática do novo regime, e estou certo de que esta Casa não negará ao governo essa contribuição ao aperfeiçoamento institucional do Brasil.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Proponho-me mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, a tomar a iniciativa de modificar uma lei que está sendo fonte de abusos, como V. Exa. mesmo reconhece.

O SR. TANCREDO NEVES – Sabe V. Exa. – e já aí falo sobre a parte final do seu aparte –, nobre Deputado Pedro Aleixo, da minha luta, de muitos anos, contra os abusos do poder econômico neste País, que se refletem, sobretudo, através de atos hipertróficos praticados no nosso sistema bancário por aqueles que, valendo-se dos bancos e do sigilo que a lei lhes assegura, jamais têm colocado esses bancos a serviço



da economia nacional, e, sim, a serviço de interesses pessoais, personalistas e grupalistas daqueles que sustentam e controlam esses estabelecimentos. Estou pronto, nobre Deputado Pedro Aleixo, tão logo o consiga, através de medidas financeiras que assegurem a estabilidade econômica e social do País, a encaminhar a esta Casa, com outras reformas básicas de que a Nação precisa e que reclama, uma reforma bancária que, ao lado da criação de um banco central, venha disciplinar, com energia, eficiência e objetividade, o mau emprego dos dinheiros públicos através da especulação bancária; também e principalmente uma lei bancária com sanções realmente severas contra aqueles que utilizam os bancos para interesses pessoais e privatistas, contra os interesses do povo e da Nação. Mas asseguro a V. Exa. que, dentro da legislação vigente, nada mais temos que fazer a não ser a providência ontem tomada pela Câmara dos Deputados, elevando os tetos de recolhimento compulsórios à ordem da Sumoc, que vai realmente absorver das caixas, dos bancos, recursos destinados a aplicações mais altas no interesse da Nação, retirando-os, portanto, do emprego onzenário, usurário daqueles que até então os manipulavam.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Há textos expressos pela lei, segundo os quais nenhum empresário poderá exceder a taxa de 12% ao ano.

*O Sr. Milton Reis* – Nenhum banco empresta a 12%.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Esta, Sr. Primeiro-Ministro, a lei que está sendo descumprida, violada, com os aplausos, com o apoio, com a omissão ou conivência de parte daqueles que têm o dever de fiscalizar as operações bancárias. Esta, a lei que deseja os seja cumprida, inicialmente, para que, então, outras possam complementá-las.

SR. TANCREDO NEVES – Vai permitir V. Exa. a ousadia de um modesto aprendiz de Direito...

*O Sr. Pedro Aleixo* – Não é o caso de V. Exa.

SR. TANCREDO NEVES – ... que vem discutir com V. Exa., mestre consumado. Sabe V. Exa. que a Lei de Usura, que fixou limites para os empréstimos, é resultado de um parecer do nosso eminente coestadano, professor Afonso Pena Júnior.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Em relação à taxa somente.

SR. TANCREDO NEVES – Entendeu ele que a lei tributava apenas e limitava os juros, mas que as comissões adicionais não estavam previstas na lei de usura. Então, aconteceu que esse parecer, adotado em todas

as suas conclusões pelo Banco do Brasil, infelizmente se generalizou por todos os estabelecimentos bancários e, hoje, é jurisprudência tranquila e pacífica de todos os tribunais de Justiça do País.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Perdoe-me V. Exa.

O SR. TANCREDO NEVES – Não está ao alcance do governo fazer cumprir, na sua rigidez, a Lei de Usura, porque já há, neste momento, interpretação pacífica dos tribunais da Nação, permitindo que, ao lado do juro máximo, se cobrem todas aquelas comissões que aparecem especificadas no borderô.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Perdoe-me V. Exa. O parecer do grande jurista, nosso conterrâneo, Afonso Pena Júnior, referia-se, como V. Exa. sabe, à questão de uma casa bancária do município mineiro de Abaeté e abrangia tão somente as taxas propriamente de serviço. Mas estas taxas não podem ficar, em absoluto, ao arbítrio de cada banqueiro, de tal sorte que um juro, marcado na lei de 1%, seja cobrado habitualmente à razão de 3% ao mês.

O SR. TANCREDO NEVES – Estou com V. Exa., em que a Lei de Usura está sendo flagrantemente lesada, mas, infelizmente, não encontramos, dentro do sistema legal do Brasil, como pôr termo a esse abuso, a não ser com nova legislação que venha, realmente, dar a este País uma lei bancária compatível com as nossas condições de vida.

*O Sr. Padre Vidigal* – Sr. Primeiro-Ministro, antes de dar o aparte a V. Exa., quero felicitar o nosso nobre colega Deputado Pedro Aleixo, pela oportuna intervenção à exposição brilhante que vem fazendo ao Plenário desta Casa. A certa altura do aparte a que me refiro, S. Exa., com todo vigor, fez pesar a sua advertência sobre este caso deveras esquisito – tomando aqui a palavra “esquisito”, no sentido que tem a palavra francesa *exquis*, excepcional: 70 milhões de brasileiros trabalhando para o enriquecimento de 300 banqueiros. Vê-se que o Deputado Pedro Aleixo fala com autoridade e com alto e elevado espírito patriótico, porque um dos maiores banqueiros deste Brasil, de todos os tempos, é o ex-presidente da União Democrática Nacional de Minas Gerais, hoje governador da nossa província, Sr. José Magalhães Pinto. Agora, Sr. Primeiro-Ministro, depois de felicitar o Deputado Pedro Aleixo pela oportuna intervenção, quero apartear V. Exa., quando declara que o Conselho de Ministros tomou, para bem do povo brasileiro, medidas de ordem econômica, no sentido de restringir a aplicação das verbas constantes do Orçamento

da República. Quando nesta Casa se fala de nomeações para finalidades eleitoreiras, tendo em vista o próximo pleito, pergunto a V. Exa. se sabe que o ministro de Minas e Energia, Sr. Deputado Gabriel Passos, está passando diversos telegramas a prefeitos, sobretudo do Vale do Rio Doce, oferecendo liberalidades, quando S. Exa. é candidato à reeleição e, dizem até, a senador por Minas Gerais. Então, se essas liberalidades existem, conforme telegrama que tenho em mãos e que vou incorporar ao meu discurso, estamos diante de um flagrante abuso de um cargo público, como o de ministro, para finalidades eleitoreiras. O telegrama, Sr. Ministro, é endereçado a um prefeito do PSD. É evidente, nele, a intenção de cativar, de captar votos e, ainda mais, de obter eleitores para um correligionário do Sr. Gabriel Passos. Este o texto do telegrama:

Tenho satisfação comunicar-lhe que o Deputado Monteiro de Castro nos comunicou necessidade desse município relativamente eletricidade. Em consequência destacamos orçamento nosso ministério importância suficiente para prover cidade através Cemig. Congratulo-me digno prefeito e ilustre Câmara Municipal e com população local por esse empreendimento. Cumprimentos. Gabriel Passos.

Assim, de uma dotação global de seu ministério, manuseia S. Exa. uma verba para um município, com a intenção de captar votos para si e para seu ilustre companheiro da União Democrática Nacional, Deputado José Monteiro de Castro, candidato à reeleição. Sr. Ministro, essas liberalidades a mim me parecem condenáveis. Elas não se coadunam absolutamente com o plano de economia que o Conselho de Ministros quer impor à Nação.

*O Sr. Pedro Aleixo* – V. Exa., Sr. Ministro, há de me perdoar se, citado pelo nobre Deputado Padre Vidigal, interfiro no seu discurso para dar uma explicação. Não estou habituado a exercer as funções de curador de ausentes. Desta sorte, se o Sr. Deputado Padre Vidigal indica desde logo o nome de um grande banqueiro nacional, quando me referi a 300, S. Exa. poderá bem prosseguir na nominata, porque todos eles recebem a minha condenação. Quanto ao caso do Sr. Deputado Gabriel Passos, foi bom que o nobre Deputado Padre Vidigal lesse o texto desse telegrama, porque nele nenhum de nós encontrará cotação de votos. Haverá, da

parte do nobre Deputado Sr. Padre Vidigal, um juízo temerário, pelo qual certamente contará com plena absolvição.

*O Sr. Padre Vidigal* – Sr. Ministro, permita-me interromper sua oração que a Casa deseja continuar a ouvir. Até rendi homenagens ao Deputado Pedro Aleixo, reconhecendo-lhe autoridade suprema para versar o assunto, e tanta autoridade que sua crítica se estendia principalmente a um dos maiores banqueiros do Brasil. Quanto à absolvição de S. Exa., o Plenário da Casa bem sabe que ele não tem autoridade para dá-la.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenho outras considerações a aduzir à exposição que venho fazendo, ouvida com a generosa atenção deste Plenário. Vou encerrá-las, mas não desejo fazê-lo sem antes dirigir aos Srs. Deputados um veemente apelo, um convite caloroso, uma conclamação com todas as veras da minha alma, para que ajudem o governo e o Brasil nesta conjuntura e apoiem as medidas de emergência solicitadas pelo governo; e não apenas as apoiem, mas votem com a possível urgência, pois o processo inflacionário do Brasil cresce vertiginosamente e cada semana que passa representa muitos meses perdidos naquelas posições que não podemos abandonar e que devemos sustentar.

*O Sr. Martins Rodrigues* – Permita-me, Sr. Ministro. Antes de V. Exa. concluir sua brilhante exposição sobre a conjuntura financeira e as providências que o governo propõe à Câmara para debelar os males da inflação, resultante sobretudo do déficit orçamentário, desejo trazer a V. Exa. as felicitações que o Conselho realmente merece nesta oportunidade, quando enfrenta problema de tamanha relevância. Fomos dos primeiros da bancada do Partido Social Democrático a pedir a atenção, ainda no ano passado, para a gravidade da situação financeira decorrente do déficit orçamentário e a solicitar do Conselho providências drásticas e urgentes.

Temos, portanto, nós, do Partido Social Democrático, Sr. Presidente do Conselho, a autoridade necessária, neste instante, para nos congratularmos com o Conselho pelos projetos que vem apresentar à Câmara. No momento, Sr. Presidente, V. Exa. enfrenta – e fá-lo bem – a conjuntura financeira decorrente do déficit orçamentário e das novas despesas que necessariamente têm de ser feitas em consequência da majoração de vencimentos do funcionalismo público. São providências de emergência, é bom acentuar, para destacá-las daquelas outras reclamadas também,

com o mesmo império e sob a inspiração da mesma necessidade, a fim de conter definitivamente os males da inflação e do déficit. Mas nem por isso devemos recusar ao Conselho, e a daremos sem dúvida alguma, a nossa colaboração eficiente, através das medidas de emergência que ele reclama, em nome da salvação nacional, para evitar que, através da desordem financeira, venhamos a cair mais tarde na desordem política e, porventura, na desordem social. Sou testemunha do esforço despendido, no fim da sessão legislativa do ano passado, na Comissão de Orçamento e no Plenário desta Casa, com a presença de V. Exa. e do Sr. Ministro da Fazenda, em reuniões sucessivas, para a votação da reforma tributária. Por circunstâncias que no momento não precisam ser lembradas, essa reforma não pôde consumir-se a tempo de ser aplicada no exercício em curso. Mas, por isso mesmo, as medidas de emergência são inevitáveis. Não podemos deixar de dá-las imediatamente, fugiríamos à nossa responsabilidade, sem esquecermos o nosso dever maior, qual o de votarmos mais tarde todas aquelas medidas reclamadas pela ordem financeira, repito, para impedir que o País caia na desordem política e, talvez, na desordem social.

O SR. TANCREDO NEVES – Agradeço as amáveis palavras de V. Exa., que tem tanto mais razão quanto é certo que, se não assegurarmos o equilíbrio financeiro, inútil será pensarmos em reforma administrativa, em reforma agrária, em reforma bancária, em reforma política. Todas elas serão sonhos vãos e distantes, todas elas se esboroarão como bolhas de sabão, porque não encontrarão terreno sólido e firme em que se assentem.

O Sr. Milton Reis – Sr. Ministro, entre as causas da inflação, sem dúvida alguma, está a dos juros altos. Os juros cobrados por todos os bancos do Brasil, acima do que a lei determina, obrigam o industrial ou o comerciante, para obter margem de lucro, a onerar o seu produto. Pagando o comerciante ou o industrial 36% ao ano sobre o produto que vende ou que fabrica, terá de recair isto ainda sobre a margem de lucro. Entretanto, Sr. Ministro, quando das reformas introduzidas, desde a Instrução nº 204 até a Instrução nº 208, instaurou-se o sistema de letras de importação, pelas quais o próprio governo federal, ou o próprio Banco do Brasil, passa a ser aquele estabelecimento que legaliza, por assim dizer, o que a Lei de Usura não permite. Acho que V. Exa. deveria agora dar uma ordem no sentido de se modificar isso. As letras de importação, Sr. Ministro,

estão agravando a situação. Até particulares estão retirando dinheiro depositado em bancos, para aplicá-los em letras de importação, ao invés de investir essas quantias em bens de produção e gerar riquezas em benefício do País.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. bem sabe que essa providência já foi tomada pelo governo. As letras de importação estão sendo resgatadas mensalmente, na medida dos respectivos vencimentos, e até o fim do ano não teremos em circulação um só centavo representado pelas letras de importação.

*O Sr. Milton Reis* – Muito grato a V. Exa.

*O Sr. Arnaldo Cerdeira* – Nobre Sr. Primeiro-Ministro, ouvi V. Exa. com atenção, não só pela amizade pessoal que nos liga, mas, sobretudo, pela consciência da hora que a Nação atravessa. Devo confessar a V. Exa. que tem sido para mim uma tortura todas as vezes que, por dever, se torna necessário falar franco. E nesta hora precisamos dar uma palavra que seja um depoimento, analisando as condições para que se estabeleça, inclusive, o equilíbrio político. Do contrário, nesta Casa, dificilmente chegaremos à aprovação daquelas medidas que aliviarão o padecimento do povo e da Nação brasileira. V. Exa. sabe, como eu, como é difícil neste ano eleitoral, na conjuntura política do Congresso Nacional, a nós, líderes, prometer à Nação, prometer a V. Exa., prometer ao governo, que realmente podemos cumprir com o nosso dever de dar número para as votações que se fizerem necessárias. Mas, se o governo, se o Gabinete não tomar ciência da realidade, se ele não se compenetrar de que é preciso, positivamente, fazer o entrosamento político para chegarmos às conclusões das medidas administrativas, vamos varar este ano melancolicamente, sem resgatar a possibilidade que temos para nós mesmos e para com a Nação brasileira. V. Exa., Sr. Primeiro-Ministro, tem que levar em conta que realmente é preciso dar autoridade aos partidos políticos, dar autoridade às lideranças, para que possam exigir dos seus liderados, nesta hora amarga das nossas decisões, o cumprimento do imperativo que, se é de sobrevivência para a Nação, também o é – confessemos – de sobrevivência para o próprio deputado. Neste momento de campanha eleitoral, se o governo não procurar acautelar e até defender os interesses de cada um dos componentes do Congresso – e são os mais sacrificados, os mais assíduos, e são os mais sacrificados aqueles que levam mais a sério as suas obrigações, aqueles que preferem os interesses do País aos do

próprio mandato; se não houver – repito – entrosamento entre governo e Legislativo, no sentido de que se reforcem as lideranças, no sentido de que os Srs. Deputados compreendam que podem, sem sacrifício e sem concorrência desonesta daqueles que não sabem cumprir com o seu dever, permanecer neste plenário para atender aos reclamos daquilo que é o imperativo da salvação nacional, melancolicamente encerraremos o ano de 1962. Esta a minha advertência a V. Exa. Vossa Excelência há de compreender que desejo realmente um exame de circunstâncias, um programa, um planejamento, uma ação para este ano, a fim de que possamos atender àquele imperativo que não é de V. Exa., Sr. Primeiro-Ministro, que não é dos representantes nesta Casa, mas da própria sobrevivência, da própria salvação nacional.

O SR. TANCREDO NEVES – Penhorado, retribuo as referências de V. Exa. que tanto me distinguiram, fruto de uma velha amizade. Praza aos céus não se realizem as profecias de V. Exa. Estou profundamente certo de que o Conselho de Ministros e os Srs. Congressistas, irmanados pelos mesmos objetivos, hão de encontrar, dentro da tramitação regimental da Casa, meios e modos de dar ao governo esse mínimo que V. Exa. pede, não para resolver o problema financeiro do País, mas para impedir que, em 1962, a inflação assuma aspectos mutilante e avassalador de força de destruição social.

O Sr. Celso Brant – Sr. Primeiro-Ministro, não posso concordar com a afirmação de V. Exa., quando diz que o governo não dispõe de meios para coibir o abuso de determinados estabelecimentos bancários que cobram taxas acima do que é permitido em lei. Parece fundamental, Sr. Primeiro-Ministro, compreendamos, em primeiro lugar, que o governo pode tomar essas medidas, por meio de lei; em segundo lugar, a Sumoc poderá e deverá fiscalizar. Mas essa ideia para mim tem uma significação superior, porque parece-me que este é o momento de definição do governo contra aqueles que espoliam o povo, contra os poderosos. Não se pode admitir, como acontece aqui no Brasil, que apenas os que travam luta difícil para conquistar a vida, paguem o desenvolvimento, custeiem o progresso do País. Sabe V. Exa. que este é um momento em que o povo necessita de reformulações de base. V. Exa. vem oferecer, naturalmente, paliativos para o mal que é muito maior do que podemos alcançar à primeira vista. Entendo que V. Exa., homem do povo, que tem lutado em sua vida pela solução desses problemas fundamentais,

está na obrigação de dizer ao povo brasileiro que a solução para os seus problemas não é a que V. Exa. propõe, mas algumas outras que V. Exa. deverá propor a esta Casa e mais algumas para cuja tramitação V. Exa. deve colaborar com o Senado Federal. Encontram-se ali, Sr. Presidente do Conselho de Ministros, alguns projetos da mais alta relevância para o destino da Nação, inclusive a lei antitruste. Sabe V. Exa. que não há sensibilidade por parte dos senadores para solução desses problemas que são do imediato interesse para o povo brasileiro, como a lei da greve, da remessa de lucros, sobre a qual o Conselho de Ministros não tem posição segura. Na Câmara Alta ainda se encontram outras proposições que necessitam também de tramitação urgente. O que parece fundamental, Sr. Primeiro-Ministro, é que o Conselho de Ministros atenda ao apelo do povo brasileiro para solução dos seus graves problemas. E essa solução só se fará por meio de reformas de base, e com relação a elas, o Conselho de Ministros tem de colaborar com esta Casa, que é também responsável, não com palavras, mas com atos, com ação, com o desejo de contribuir para resolver graves problemas, entre eles o do abuso do poder econômico.

Não posso aceitar a tese de V. Exa. de que o governo não dispõe de meios para impedir o abuso flagrante que bancos nacionais estão cometendo contra o interesse nacional, principalmente contra o interesse das classes pobres, hoje mais espoliadas do que nunca.

O SR. TANCREDO NEVES – Vai ouvir V. Exa., em resposta ao aparte com que me distingue, que estou com a razão. Quando afirmo que o governo não dispõe de meios legais para impedir que os bancos, à guisa de comissão, cobrem, em verdade, remuneração superior aos juros de 12% ao ano, o máximo permitido pela Lei de Usura, é porque as comissões adicionais a essa taxa vêm sendo consideradas justas, legítimas e legais pelos tribunais de todos os estados e até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Não pode, por conseguinte, o governo, que apenas aplica a lei e não a interpreta, porque a interpretação é dos tribunais, lançar-se ao arrepio dessas decisões, para não se lançar na ilegalidade. Quanto àquelas outras hipertrofias, àqueles outros abusos do sistema bancário, que a Sumoc poderia impedir, tolher, ou eliminar, ela dispõe de recursos tão precários, de meios tão insuficientes, se não deficientes, que só mesmo através de uma renovação total de toda a nossa legislação sobre a matéria, estarão as autoridades monetárias aparelhadas para impedir que



se sacrifique o povo com as irregularidades que se praticam na área da organização bancária nacional.

Quero ainda dizer que V. Exa. não foi justo quando disse que estamos trazendo para um doente acometido de câncer desesperador algumas mezinhas, algumas aspirinas. Foi essa, por coincidência, a mesma objeção com que me honrou o nobre Deputado Fernando Santana. Tive, então, o ensejo de dizer a S. Exa. que estamos focalizando apenas o aspecto financeiro do nosso complexo inflacionário, pois o governo não está desatento àquelas outras medidas que interessam globalmente ao processo, e está empregando uma atividade enérgica e eficiente em todas as frentes. Se ainda não apresentamos à Câmara as reformas básicas reclamadas pela nossa administração e pela nossa estrutura econômica e social, é porque estas estão sendo preparadas com o devido cuidado e dentro de uma ação metódica. Sem que cuidemos primeiro do saneamento financeiro, de nada nos valerá trazer aqui projetos de reforma tributária, de reforma agrária, de reforma bancária, de reformulação da vida política do País. Vamos, primeiro, atender ao doente, em hora de desespero, com a medicação clínica que estamos aqui apresentando e que mais seja eficiente para restaurá-lo nas suas forças. E quando, em 1963, com a reforma tributária votada, quando o sistema financeiro do País estiver convenientemente saneado, quando pudermos apresentar um orçamento razoavelmente equilibrado, aí, então, tomaremos – ou quem nos suceder –, com aqueles projetos já preparados por este Conselho de Ministros, posição aberta e radical em face da reforma agrária, da reforma bancária; daremos, no Senado, a Lei Antitruste, e lá estaremos, como ainda agora, quando se inicia o debate sobre o projeto de lei sobre remessa de lucros para o exterior, sempre dentro dos altos propósitos de ser fiel aos legítimos interesses da Nação brasileira.

*O Sr. Ademar Carvalho* – Sr. Primeiro-Ministro, ainda nesta parte relativa a juros de bancos, enquanto o Banco do Brasil não fizer uma reforma, a situação ficará cada vez pior. Parece até haver conivência ou interesse, por parte do Banco do Brasil, em facilitar a espoliação do povo pelos outros bancos.

*O Sr. Celso Brant* – Muito bem.

*O Sr. Ademar Carvalho* – No setor de automóveis, por exemplo, não se compreende que o governo, que ajudou tanto aquela indústria, não permita ao Banco do Brasil aceitar títulos de automóveis ou rural, que

podem ser aceitos por outros bancos. Por incrível que pareça, o Banco do Brasil não aceita títulos correspondentes a automóvel ou rural de um comerciante, de um industrial, de um médico, de uma pessoa qualquer. Só permite para jipe e para *pick-up*. Ora, esses títulos são descontados em outros bancos com taxas bastante onerosas. Por incrível que pareça, a Sumoc autorizou que os juros fossem aumentados em até 3%. Outros bancos descontam os títulos dessa natureza na base de 2 e 3%. Verificando-se o preço de venda à vista e a prazo de um veículo no Rio de Janeiro, chegar-se-á à triste conclusão de que o governo permitiu juros de 2, 3 e até mais de 3%. Estou fazendo esta afirmativa com muita base. Agora, outro caso, também conhecido de toda a Nação. O governo permite a importação de qualquer produto na categoria geral, mas, na realidade, fixa um dólar de 318 cruzeiros e não vende esse dólar por tal valor. São os corretores que vendem o dólar de exportação. Criaram, então, o célebre “boneco”, o qual estava a 5 cruzeiros e hoje já anda por 35 e 40 cruzeiros. Quer dizer, o importador paga ao Banco do Brasil, faz o depósito de 120% e depois tem de comprar a letra de exportação para cobertura do dólar que adquiriu aos corretores, pagando um ágio por fora que varia de 20, 30 e 35 cruzeiros e, se não houver uma providência, até a 50 ou 100 cruzeiros. O pior de tudo é que o governo é prejudicado, é ludibriado, o mesmo acontecendo com o importador. Esta venda é feita mediante o pagamento em dinheiro ou em cheque ao portador. Daí se conclui que quem paga não pode fazer lançamento na sua escrita. Assim sendo, o governo não tem a participação. Enquanto isso, quem recebe o lucro, não o lançando, não o escriturando, não paga imposto de renda ou qualquer outra taxa. Está enriquecendo à custa de uma instrução da Sumoc, creio que a de nº 221, inteiramente nociva ao País. Não quero dizer com isso que haja responsabilidade de V. Exa. ou do governo. A situação do Brasil é muito complexa, muito difícil, exige estudo. É preciso renúncia, e ninguém quer renunciar; todos querem tirar proveito, vantagens. O governo esforça-se, procura os meios para corrigir as falhas, mas em cada meio há sempre os aproveitadores. Quero apenas levar ao conhecimento de V. Exa. esta advertência para que V. Exa. estude uma fórmula de livrar o povo brasileiro da espoliação que vem sofrendo dos bancos, através desses “bonecos” e letras de exportação.

O SR. TANCREDO NEVES – Há de convir V. Exa. que toda atividade econômica comporta desvios, anomalias e fraudes. V. Exa. traz-nos

notícias de algumas ocorrências realmente graves. Farei que delas tome conhecimento, não só o Sr. Presidente do Banco do Brasil, como os diretores das Carteiras de Câmbio e Comércio Exterior, para a adoção das providências enérgicas que o caso reclama.

*O Sr. Ademar Carvalho* – Muito obrigado.

*O Sr. Aurélio Viana* – Permita-me, nobre Sr. Ministro. Todos ouvimos com a maior atenção a exposição de V. Exa. Sou dos que acreditam que um dos fatores inflacionários dos mais importantes é aquele representado pela nota promissória. Há concorrência entre bancos que funcionam legalmente e aqueles outros bancos que funcionam, de algum modo, clandestinamente.

Grupos de capitalistas investem importâncias fabulosas em empréstimos à agricultura, à própria indústria, a juros proibitivos de 5, 6, 8, 10% ao mês, sem que até hoje tenha havido uma medida para coibir tamanho e tão despudorado abuso. O aumento dos tributos indiretos virá anular todo o esforço para a estabilidade do custo de vida. Creio que V. Exa. e o Gabinete irão encontrar nesta Casa oposição cerrada a qualquer projeto de aumento de tributos indiretos. Todos aceitamos que não há Executivo federal que detenha a alta do custo de vida com quaisquer medidas anti-inflacionárias, se não contar com apoio dos legisladores estaduais. Isto porque o aumento de impostos indiretos, a criação de tributos novos, de taxas novas nos estados e municípios é alguma coisa de estarrecedor. Se estabilizarmos as taxas e tributos federais e não houver compreensão nos estados e municípios, continuando estes a aumentar as taxas dos tributos estaduais e municipais, todo esforço será vão. E quanto a empreguismo, o maior centro de empreguismo do Brasil está na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Não há Gabinete que resista, hoje que depende diretamente do voto do deputado e do senador, principalmente agora às vésperas das eleições. Precisamos ser francos, claros. Ou dá ou cai, é a filosofia realista que se criou na Câmara. E geralmente são nomeados, a insistentes pedidos, quase ameaças, aqueles que menos precisam: o filho do chefe político, o chefe político, a esposa do chefe político, o parente do chefe político. É nomeado quem tem votos, quem pode eleger. Teria de haver um compromisso de cada qual, principalmente daqueles que mais criticam, principalmente dos chefes dos partidos que exigem do Executivo que não nomeie quando seus correligionários entram nos ministérios com montanhas de por-

tarias debaixo do braço, quase precisando de carregadores, portarias, praticamente assinadas, já subscritas; teria de haver um compromisso de honra, principalmente para que, perto das eleições, não exijam – o termo é este – a nomeação até de incapazes para cargos importantes, sob pressão política tremenda!

Não sei quem poderá jogar a primeira pedra. Não defendemos o sistema de governo. Todos sabem de nossa posição e do meu partido acerca do assunto. Quanto aos indivíduos que o compõem, o caso é completamente diferente. Mas estão aqui os três problemas que apresentamos. Se V. Exa. não tivesse dito que o plano oferecido à Câmara é de emergência, iríamos para outro campo, para o debate sobre reformas de base, as reformas infraestruturais de que necessita este País e das quais V. Exa. tem conhecimento porque é um estudioso delas. Na verdade, se queremos livrar o País do empreguismo, teremos de criar aqui dentro uma mentalidade antiempreguista. Mas esta não existe.

O SR. TANCREDO NEVES – Ilustre deputado, agradeço o aparte de V. Exa. Em princípio não considero a promissória em si mesma como um título inflacionário; ela só o é quando se destina a uma operação de caráter tipicamente financeiro. Todas as vezes, porém, que a promissória representa um legítimo efeito de produção ou quando significa um investimento reprodutivo deixa de ser instrumento inflacionário e, em muitas regiões do nosso País, passa a ser até o único instrumento de crédito existente com força de multiplicação das atividades, sobretudo no meio rural.

O Sr. *Adelmar Carvalho* – No Ceará é assim.

O SR. TANCREDO NEVES – Quero ainda dizer a V. Exa. que as finanças da União e a dos estados numa federação guardam uma correlação de vasos comunicantes. E aí dou toda a razão a V. Exa. Se uma mentalidade anti-inflacionária, no governo central, não for acompanhada pelos mesmos propósitos nos governos estaduais, o esforço que temos pela frente para debelar os nossos males de conjuntura de meios de pagamento em excesso, se apresenta, sem dúvida, consideravelmente agravado. Mas note-se que, todas as vezes que o governo federal toma uma posição de austeridade, uma estranha força leva os governos estaduais a se situarem dentro dessas mesmas coordenadas. Assim também, quando o governo da União se lança em gastos acima das possibilidades do Tesouro, os governos estaduais se sentem estimulados a imitá-los.

O governo federal, a esta hora, apela para a Nação, e quando digo “a Nação”, refiro-me a todos os homens do povo, a todas as classes sociais, à nossa elite dirigente, sobretudo àqueles governantes nos municípios, nos estados e na União que têm a maior de todas as responsabilidades: fazer com que este País não soçobre, pois ele tem tudo para se transformar numa grande e poderosa potência, a serviço dos mais nobres e dos mais altos ideais da humanidade.

*O Sr. Lino Braun* – Para nós, Sr. Ministro, se era obrigação ouvi-lo, essa obrigação se transformou em encantamento pela clareza da exposição e pela magia da palavra. No entanto, penso que, para vencer o déficit, é preciso arrecadar bem. Mas, para arrecadar bem, é necessário fazer funcionar bem a máquina arrecadadora. E quero informar a V. Exa. que pelo menos no meu estado ela está funcionando mal, está incompleta. Temos no Rio Grande do Sul 151 municípios, mas apenas em 80 e poucos há coletorias federais instaladas. Há mais de 40 coletorias já criadas, mas não instaladas, e há muitos municípios onde esses órgãos de arrecadação sequer foram criados. A maioria dessas coletorias, ou quase todas, no Rio Grande do Sul, estão com déficit de pessoal em cerca de 50%. Ora, como podem estes servidores públicos, encarregados da missão de arrecadar os impostos, cumprir eficientemente sua obrigação? É absolutamente impossível. Por isto penso que o Ministério da Fazenda deve rever toda a rede dos seus órgãos de arrecadação, não só no meu estado, mas em toda a Nação; transformar delegacias em recebedorias, criar essas coletorias federais nos municípios onde não existam e prover de funcionários aqueles órgãos carentes de pessoal. No Rio Grande do Sul, esse déficit de servidores das coletorias está aquém dos 50% das necessidades. Daí por que, quando há pouco V. Exa. respondeu que no DCT era necessário nomear para não se fecharem as agências dos Correios e Telégrafos, penso também que no Ministério da Fazenda é necessário nomear, para que não se fechem coletorias.

Fechar coletorias é deixar de arrecadar, é aumentar o déficit. Esta a minha colocação à exposição de V. Exa., Sr. Primeiro-Ministro.

O SR. TANCREDO NEVES – Esclareço, redarguindo à oportuna e brilhante intervenção de V. Exa., que o governo não está apenas preocupado com as medidas de caráter financeiro, sobre as quais me demorei em árida e exaustiva explanação nesta tribuna, no dia de hoje, mas juntamente com o processo, que ora trago aqui, de restauração financeira.

Trago, também, nada menos de 10 mensagens, todas elas visando à reestruturação do sistema fazendário. Será toda uma remodelação do Ministério da Fazenda, para fazer dele não aquele imenso arquivo que tem sido até hoje, mas, em verdade, uma repartição dinâmica, atuante, agressiva na defesa dos interesses da economia nacional e no carreamento de recursos para o erário. Se V. Exa., no exame que fizer das mensagens, verificar que alguma medida não foi adotada, com a sua experiência da vida pública nacional, vai dar-nos a sua colaboração, aprimorando as mensagens, suprimindo suas deficiências, em suma, fazendo que correspondam aos altos propósitos dos que as elaboram.

*O Sr. Lino Braun* – Agradecido a V. Exa.

*O Sr. Daniel Faraco* – Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro. V. Exa., no decorrer da sua brilhante exposição, recebeu vários apertes insistindo no problema, que estaria criado, de os juros de empréstimo no Brasil estarem sendo cobrados em desobediência aos limites estabelecidos pela Lei de Usura. V. Exa. teve ensejo de colocar os aspectos jurídicos, que não me sinto animado a debater. Não é a minha especialidade. Mas V. Exa. vai-me permitir que eu aproveite este ensejo para tentar desfazer um equívoco que se instala muito facilmente nesse terreno. Façam-se as leis de usura que se quiserem fazer, tomem-se as medidas de fiscalização que forem possíveis, enquanto houver inflação, haverá juros altos por esta ou por aquela forma, e tanto mais alto quanto maior for a inflação. E a razão é simples: é que na inflação quem empresta dinheiro a longo prazo empresta uma coisa e recebe outra muito diferente. É como emprestar barras de gelo em tempo de calor. Empréstimo algo que tem um tamanho, um determinado poder aquisitivo, e quando vai receber, depois do prazo do empréstimo, recebe um poder aquisitivo muito menor. De modo que, na verdade, não são os juros que estão sendo altos no Brasil; o que figura como juros não é senão taxa cobrada pela indenização da perda do poder aquisitivo. É uma realidade a que não podemos fugir. Podemos fazer todas as leis de usura possíveis, a fiscalização pode ser a mais rigorosa, que não encontraremos ninguém que se submeta voluntariamente a emprestar 10 para receber 5 de volta.

*O Sr. Celso Brant* – Mas isso não é justificativa.

*O Sr. Daniel Faraco* – Não se trata de justificar coisa alguma, trata-se de colocar o problema nos termos econômicos e de demonstrar que quem está espoliando o Brasil, na verdade, é a inflação, e quem quer a

inflação quer a espoliação do povo. Só há uma maneira eficaz, correta, honesta, de combater todos esses males: é combater a inflação, é combater o déficit, é apoiar o programa que tão patrioticamente o Gabinete está propondo ao Congresso.

*O Sr. Oswaldo Lima Filho* – Sr. Primeiro-Ministro, sinto-me forçado a interromper a magnífica exposição de V. Exa., porque não ouvi referência a um problema fundamental para a minha região. Ao fazer esta interrupção, devo manifestar o meu louvor, que é o mais alto, o mais entusiástico, que V. Exa. inicia com brilhante exposição e com proposições que estão a reclamar tramitação urgente nesta Casa e o apoio dos bons patriotas. V. Exa. realmente está enfrentando o mais grave, o mais urgente, o mais imediato problema nacional – a desvalorização da moeda que, no dizer de uns, ameaça e corrompe a saúde moral das nações, e para um grande mestre do marxismo – Lenin – nada permitia destruir mais rapidamente as instituições ditas burguesas. O meu reparo talvez seja imerecido, porque no Gabinete há ilustres filhos do Nordeste, e conheço o cuidado que V. Exa., em sua vida pública, sempre deu aos problemas dos desníveis regionais no País. Mas queria pedir a atenção de V. Exa. e do Conselho de Ministros, que V. Exa. com tanto patriotismo preside, para o aspecto desses desníveis que se agravam no momento, em virtude de uma seca sem precedentes que se abate sobre o Nordeste. Se, dentro da programação geral anti-inflacionária que o Gabinete com tanta proficiência hoje apresenta, não se tiver em mira o perigo corrente, emergente, agora, com o agravamento das condições de subdesenvolvimento do Nordeste, através da seca que se desencadeia como um flagelo de perspectivas as mais negras, esse mesmo programa poderá determinar repercussões sociais muito graves. Era esta a minha intervenção, no sentido de que o Gabinete, ao programar e executar a política que ora inicia, por todos os títulos merecedora de aplausos da Nação, tivesse presente as dificuldades do Nordeste, por força do subdesenvolvimento econômico, agravadas agora pelo flagelo da seca.

O SR. TANCREDO NEVES – O governo que tenho a honra de presidir tem sua atenção permanentemente voltada para o cenário das nossas regiões nordestinas.

O problema das nossas integrações regionais vem preocupando a todos quantos neste País, nos últimos anos, têm sobre os seus ombros qualquer parcela de responsabilidade na condução dos seus destinos.

Na mensagem que o preclaro Senhor Presidente da República, o eminente Dr. João Goulart, enviou ao Congresso, dando um balanço das atividades do governo no ano de 1961, todo um capítulo é dedicado a esse magno problema. Sua Excelência dá conta do zelo, do interesse e de todo o devotamento dos integrantes do governo para amenizar as aflições que assolam os irmãos nordestinos. Devo ainda dizer a V. Exa. que não consideramos certas regiões do Nordeste brasileiro como centros de inflação, senão antes que os seus níveis de vida são tão baixos, os seus níveis de consumo são tão ínfimos, que regiões, se não todas, vivem em permanente estado de deflação, e a ação do governo nessas regiões tem de ser realmente uma ação supridora de recursos financeiros...

*O Sr. Oswaldo Lima Filho* – Muito bem.

O SR. TANCREDO NEVES – ... absorvendo-os de regiões onde eles superabundam e se acham superconcentrados, para desviá-los e canalizá-los para essas regiões que enfrentam as mais duras dificuldades na solução do mais insignificante dos problemas econômicos.

*O Sr. Abelardo Jurema* – A Câmara ouviu, com todo o interesse e atenção, as palavras de V. Exa., focalizando objetivamente os nossos problemas e apontando as soluções que parecem, no governo, mais acertadas. O meu aparte se dividiria em duas seções. A primeira, já V. Exa. esclareceu, ao responder ao aparte do nobre Deputado Oswaldo Lima Filho. Há alguns dias, visitando o Nordeste, senti o desespero de uma população que não tem meios para enfrentar a elevação constante, semanal mesmo, do custo de vida. Procurei o ministro Ulysses Guimarães e com S. Exa. conversei longamente sobre uma situação que já é quase de subversão em vários municípios, onde o povo começava a assaltar feiras para conseguir um pouco de farinha, alimento substancial naquela região. Estava ela a 100 cruzeiros o litro! Vê V. Exa. que a Nação toda tomou conhecimento, através de telegramas dos jornais, do problema que aflige aquela região. O próprio aumento de vencimentos, que V. Exa. anuncia, sem dúvida amenizará a situação do funcionalismo público federal. Mas os funcionários públicos estaduais, municipais, o povo, em geral, sofre no Nordeste a carência de gêneros alimentícios, ainda mais agravada com a seca verificada no Estado da Bahia, que se refletiu, sobretudo, em Pernambuco e na Paraíba. Os jornais noticiaram providências e atividades dos órgãos do governo. E V. Exa., agora mesmo, acaba de anunciar que o Nordeste está presente no Conselho do governo. Mas V. Exa. anuncia



providências a longo prazo que, estou certo, trarão resultados benéficos àquela região, e gostaria que V. Exa. também revelasse providências que trarão resultado a curto prazo, para fazer chegar àquela zona os gêneros fundamentais à sobrevivência da população pobre dos nossos estados, através da COAP, através do SAPS, mobilizando-se a Marinha de Guerra, a Aeronáutica, todos os organismos governamentais e todas as formas de transporte. Porque, Exmo. Sr. Primeiro-Ministro, posso assegurar a V. Exa., o custo de vida, no interior da Paraíba, está muito mais elevado, relativamente, do que no Estado da Guanabara ou aqui, em Brasília. Esta seria a primeira parte da minha intervenção. Em segundo lugar, para que não passem em julgado afirmativas que possam conduzir a sermos mal interpretados pela opinião pública, sobre clientela eleitoral, sobre empreguismo – teclas tão batidas e rebatidas em todas as campanhas políticas – é preciso que saliente que em nosso País, com essas grandes desigualdades já aqui analisadas pela inteligência de um San Tiago Dantas e por V. Exa., em sete meses do governo Jânio Quadros, 500 mil braços demandam atividade anualmente; se não fosse o desenvolvimento industrial de algumas zonas, não saberíamos aonde iríamos parar com desemprego em massa, como se verificou em Brasília, em sete meses do governo Jânio Quadros, quando o poder público não apareceu com obras públicas, para dar trabalho aos nordestinos e aos trabalhadores de outros centros que para aqui vieram em busca de trabalho. Sabe V. Exa. e sabe a Câmara – e precisamos ter a coragem de afirmar – que nenhum homem público emprega pelo desejo de empregar. Nenhum homem público bate às portas de um ministro em busca de situação para um homem do interior sem que esteja pressionado por uma realidade política ou social. Todos nós chegamos a esta Câmara já tendo passado, nos nossos tempos de estudantes, pelos empregos públicos. Era com aquele minguado salário que conseguíamos estudar e frequentar bibliotecas. Sabemos que em nosso País não há institutos de auxílio para os desempregados. O estado, o município, a União, é que representam essa forma de assistência. Sabemos, Sr. Ministro, e todos os homens públicos do País que têm responsabilidade sabem, que a administração municipal, a estadual e a federal – vamos ser francos – poderiam funcionar com 50% de seu pessoal. Mas nós iríamos ver as ruas cheias de desempregados a clamar por trabalho e por assistência do Estado.

Não sejamos hipócritas levantando teses que não estamos em condições de sustentar. Quando um homem público bate às portas de V. Exa. – deputados estaduais e federais, senadores – em busca de situação para uma pessoa, um seu amigo, um seu admirador, que ele nem mesmo conhece – e posso assegurar a V. Exa. que tenho batido às portas dos ministros para atender a pessoas que não conheço nem nunca vi –, sente, dias depois, uma emoção, que contam-na e compensa. Aí é o salário moral que recebemos, na emoção de ver um lar melhorado de condição de vida, porque um de seus filhos, um de seus membros conseguiu um lugar ao sol numa repartição pública qualquer, já que a indústria, o comércio e a lavoura não podem absorver toda a demanda do braço humano em busca de atividade. V. Exa. é um homem do interior; também o sou. Quase toda a Câmara veio do interior do País e sabe das dificuldades para um estudante pobre sair do ginásio para as faculdades, das escolas primárias para as universidades. V. Exa. sabe que estudar nos grandes centros é uma coisa e estudar nas regiões subdesenvolvidas é um drama para o pai de família. Ai deste País se não fosse a sensibilidade de V. Exa., a sensibilidade do Presidente da República, de um ministro de Estado, se se tornassem indiferentes, surdos aos reclamos, às aflições dos jovens que querem vencer pelo seu trabalho, pelo seu suor, e pelos seus estudos! Era este aparte que desejava inscrever no discurso de V. Exa., para que ficássemos perfeitamente adequados a uma situação que existe, que não podemos esconder, nem dela fugir, sob pena de estarmos sendo hipócritas perante a Nação.

O SR. TANCREDO NEVES – Nada mais grato ao meu coração do que responder ao ilustre deputado, autêntico representante do Nordeste brasileiro pela cultura, pela inteligência, pelo alto teor do seu civismo. Em nenhum instante o governo, que tenho a honra de presidir, se desinteressou da situação do Nordeste, em qualquer dos aspectos que tenha sido chamado a enfrentar, sobretudo e principalmente, no problema do abastecimento. Há quatro meses, organizamos uma comissão interministerial incumbida de coordenar no País inteiro as providências necessárias ao suprimento de gêneros alimentícios a todas as regiões de nossa extensa Nação. Esteve no Nordeste, com recomendação especial do presidente do Conselho, o presidente da Cofap, major Cibulares, que de lá nos trouxe relatório, se não otimista, pelo menos tranquilizador, mostrando que não enfrentaríamos, nos próximos meses, escassez de

gêneros, pois que, se os estoques não eram dos mais ricos, eram suficientes para atender à demanda de toda a população nordestina. Ocorreu, porém, o imprevisível, a seca na Bahia. Devastando as lavouras de mandioca e impedindo toda a produção de farinha, alimento básico das populações mais pobres do Nordeste, a seca levou a uma demanda acima de toda e qualquer previsão, e os estoques, considerados suficientes, esgotaram-se. Quando tomamos conhecimento dessa situação através das mensagens que nos chegavam dos sindicatos, das entidades de classe, das assembleias legislativas, das câmaras municipais e dos governadores, não hesitamos um instante sequer em tomar as providências mais drásticas e mais urgentes reclamadas pela situação, fixando extraordinariamente um crédito de 150 milhões de cruzeiros à Cofap para ser todo ele aplicado no abastecimento do Nordeste. Mobilizamos, ainda, unidades da nossa Marinha, estabelecemos uma ponte aérea. A esta altura, o abastecimento do Nordeste se faz de maneira tranquilizadora e podemos assegurar que não haverá escassez em nenhum núcleo de população daquela sacrificada região. Mais ainda devo dizer a V. Exa., no tocante à brilhante defesa feita em torno do que se convencionou chamar o empreguismo. No Brasil, o empreguismo é uma das facetas do nosso desenvolvimento econômico e social. Ele decorre da escassez de quadros na nossa atividade privada. No dia em que estimularmos essa atividade de forma a torná-la mais interessante do que a atividade pública, como ocorre mesmo em nosso País, naquelas regiões que já alcançaram alto nível de desenvolvimento econômico, teremos todas as aptidões dos nossos homens válidos da nossa juventude, até aqui ainda não convenientemente aproveitadas, desviadas para esse setor de criação da riqueza e do trabalho. Aí a Nação estará cumprindo seus deveres para com seus filhos, possibilitando-lhes, através de empregos condignos, a satisfação de suas justas necessidades de ordem material, moral e intelectual.

*O Sr. Abelardo Jurema* – Desejo colaborar com V. Exa. Aos concursos públicos feitos neste País, São Paulo apresenta um número insignificante de candidatos, porque lá a grande indústria utiliza os jovens no trabalho. Enquanto isso, no Nordeste, milhares e milhares de cidadãos inscrevem-se nesses concursos para se encaminharem na vida prática.

*O SR. TANCREDO NEVES* – Só acabaremos, por conseguinte, com o empreguismo no dia em que promovermos o desenvolvimento econô-

mico deste País, de forma metódica, equilibrada e objetiva. Precisamos promover o desenvolvimento econômico através do combate à inflação. Se não o fizermos, estaremos empobrecendo cada vez mais esta Nação e fazendo com que o governo se transforme em fonte de todos os bens e de todos os males. Ai de nós se chegarmos àquela terrível condição em que haja no País um único empregador: o Estado!

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* – Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro. Louvando o acerto das providências anunciadas por V. Exa. para enfrentar a situação de calamidade pública que se instala na região nordestina, permita a sugestão de um nordestino que reclama do governo, no momento, apenas a deficiência de um órgão que por nenhum modo poderia ficar ausente dos problemas de abastecimento e financiamento naquela região. V. Exa. citou com muita propriedade o esforço do Conselho de Ministros, através da Cofap e de outros órgãos, para enfrentar esses problemas emergentes. Mas pediria a atenção do governo, que V. Exa. dirige com tanto patriotismo e sabedoria, para a correção da ausência da Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Fazenda, que inexplicavelmente não funciona no Nordeste. Essa comissão tem financiado as safras e assegurado preços mínimos no Centro-Sul do País, mas no Nordeste, deve ser dito, até hoje, em 70 anos de República, não se conhece a atuação desse órgão. Aí talvez esteja uma das raízes da crise atual de abastecimento do Nordeste.

O SR. TANCREDO NEVES – Desconheço, confesso honestamente, a atuação da Comissão de Financiamento da Produção no Nordeste brasileiro. Registro, porém, a observação de V. Exa. e a tomarei no maior apreço. Examinarei com atenção o que se passa com referência à atividade desse organismo do serviço público, em face da economia dos estados nordestinos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou terminar. Ao fazê-lo, insisto – e peço que não levem a mal minha insistência, antes vendo nela o ímpeto e as preocupações de um chefe de governo em face de uma delicada conjuntura econômico-financeira da Nação – em que não devemos acovardar-nos diante desta situação; não temos porque receá-la; tudo temos para conjurá-la e vencê-la. Basta que o Congresso Nacional, em estreita cooperação com o governo, não lhe negue aqueles instrumentos que ele está solicitando para pôr em ordem a nossa vida orçamentária, a fim de que possamos enfrentar o ano eleitoral de 1962 com

tranquilidade e segurança e, no alvorecer de 1963, anunciar à Nação uma vida financeira totalmente equilibrada e saneada. Assim, podemos assegurar ao nosso povo que a inflação não será mais a sua grande inimiga; que ele não tem por que recear o futuro nem olhar com pessimismo o dia de amanhã, senão que pode confiar nos seus representantes nesta Casa e acreditar nos seus governantes. E, para que sejamos dignos dessa confiança, mais não é necessário do que cada um cumprir o seu dever.

# *Universidade, humanismo e razão*

---

## **Palestra proferida pelo primeiro-ministro Tancredo Neves na aula inaugural do curso de doutorado da Faculdade de Direito da PUC-RJ.**

*Rio de Janeiro, 23-4-1962. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Não é fácil encontrar o tempo necessário para a busca das respostas e soluções de problemas políticos de ordem mais geral e mais permanente; essas respostas e soluções são, porém, urgentes e prementes porque os grandes problemas interferem nas questões menores da prática do poder, sobre as quais me debruço diariamente.

Quando penetramos na área crucial do poder maior, isto é, na área em que se debate a sobrevivência humana, o domínio do homem sobre a natureza, as relações do homem com o homem, e a organização da vida política e social, somos colocados diante de um mundo de incertezas e perplexidades. O político, agente do poder, talvez não se encontre na posição adequada para ver melhor o caminho da certeza e da convicção num terreno tão movediço e nebuloso. Talvez, por isso, só encontraremos as respostas dentro dos muros das universidades livres.

As universidades são hoje as cidadelas da resistência aos perigos da cultura de massa, do robotismo intelectual, do conformismo moral; elas são o centro da busca radical da verdade, da luta contra as novas idolatrias; elas são a esperança de sobrevivência do humanismo e da razão.

Apresentarei duas perplexidades que atormentam o pensamento das elites dirigentes das grandes nações.

A minha geração já conseguiu dar forma lógica a essas perplexidades. Não as soube ainda vencer. Caberá certamente à vossa geração, se Deus quiser, descobrir as certezas que permitirão ao homem continuar a trilha da liberdade criadora e da paz fraterna.

À primeira perplexidade de nosso tempo chamaria de a perplexidade do limite moral. Dito de maneira mais explícita, ela se propõe pela aparente limitação de nossas consciência e imaginação morais em face

do poder terrivelmente aumentado do homem sobre a natureza, e de alguns homens sobre a grande maioria dos homens.

Devemos reconhecer que o confronto entre o poder e o comportamento mortal não tem sido promissor. Encarando o lado poder, de confronto, vê-se logo que ele contaminou o homem de perigoso orgulho. Só há uma coisa que o homem julga infinito, de uma maneira geral: é o seu próprio poder. Por estar esquecido do poder infinito de Deus, o homem se inclina hoje a utilizar o seu novo poder, julgado infinito, num sentido negativo e destruidor. A presença desse poder infinito se faz sentir principalmente sob a forma do poder de destruir.

De fato, pela primeira vez, o poder de reduzir ao nada está nas próprias mãos do homem. Tornou-se finalmente uma realidade o sonho de Prometeu; de onipotência, mas sob uma forma ameaçadora. Sob uma forma apocalíptica. Estamos nós, pela primeira vez, em posição que nos capacite a provocar a destruição absoluta de nós mesmos.

Desse ponto de vista, toda a História está agora reduzida à condição de pré-história. Deixamos de ser homens, na condição de Fausto em busca do infinito, para nos transformarmos em verdadeiros titãs – pelo menos enquanto formos onipotentes e se merecermos de fato essa onipotência, evitando o uso definitivo de nossa onipotência contra nós mesmos.

Transformados em titãs do poder, devemos reconhecer que o que é exterminável hoje não é simplesmente todos os homens, mas a humanidade como um todo. Já vai longe, e relembro com saudade, a doce humanidade que tinha como logicamente válida uma certeza mais humana: todos os homens são mortais.

Este é, em linhas singelas, o lado titânico do poder aumentado. Passemos, pois, ao outro lado do confronto, fazendo perguntas.

Diante do poder titânico, do poder potencialmente anti-humano, terá já atingido o seu limite máximo a elasticidade de nossa imaginação moral?

A capacidade de ação humana terá ultrapassado definitivamente suas capacidades emocional, imaginativa e moral?

Será verdadeira a afirmação de que a raça humana ainda não atingiu o nível de desenvolvimento expressado nas grandes religiões e filosofias humanistas?

Diante do poder titânico, ainda podemos e devemos ter esperanças, se for verdadeira a afirmação de que estamos emocionalmente vivendo num nível arcaico e irracional em nada diferente daquele anterior ao cristianismo? Se for verdade que técnica e intelectualmente estamos vivendo na Era Atômica e emocionalmente ainda vivendo na Idade da Pedra?

Somos confiantes na capacidade potencialmente criadora do homem. Não haveria razão para ficarmos alarmados diante desse quadro de poder acrescido, se a discrepância entre o desenvolvimento emocional e o técnico-intelectual não houvesse atingido tais proporções que nos ameaça agora com a extinção ou uma nova barbárie.

A ameaça é imediata. E, portanto, é urgente encarar, com coragem, o problema dos limites de nossa imaginação moral e de nossa capacidade de sentir.

Será a nossa imaginação moral limitada ante o poder aparentemente infinito do homem?

Devemos reconhecer que, nas sociedades de massa, os indivíduos tendem a se tornar, moral e politicamente, insensíveis. Diante da violência institucionalizada, mais evidente é a insensibilidade moral, a aceitação da atrocidade moral, a resignação com o imoral.

Essa insensibilidade tornou-se patente antes, durante e depois da última Guerra Mundial, com a aceitação passiva, pela grande maioria, do universo concentracionário do mundo nazicomunista, com a indiferença diante dos “bombardeios de saturação”, diante de Hiroshima e Nagasaki. São sintomas alarmantes de comportamento ético, que se reproduzem todos os dias, indicando que está se abrindo um enorme abismo moral entre os acontecimentos do mundo da violência e a vida cotidiana.

O conceito de crime coletivo, de crime do poder, é indispensável. Mas, infelizmente, vem demonstrando ser inadequado, porque o crime do poder transcendeu as dimensões ordinárias de um ato imoral.

Porque uma situação em que todos os perpetradores do crime são meramente coperpetradores, e todos os não perpetradores são indiretamente perpetradores, por indiferença ou conivência passiva, requer conceitos inteiramente novos.

Repetindo o tema, com outras palavras, devemos encarar uma verdade dura e cruel: tal como os homens aprenderam a produzir vibrações acústicas que passam despercebidas ao ouvido humano, eles aprenderam também a cometer ações que se situam, aparentemente, fora do reino da



percepção moral conhecida. No caso de um assassinio individual, as capacidades emocional, imaginativa e moral do homem guardam uma comensurabilidade com sua capacidade de ação. O homem é capaz de sentir e reagir prontamente diante do crime individual. Não revelou, até agora, essa mesma capacidade diante do crime coletivo do poder.

Do ponto de vista ético, a tarefa mais urgente, portanto, é desenvolver a nossa imaginação moral, aumentar a nossa capacidade de sentir e a elasticidade de nossas faculdades intelectuais e emocionais para equilibrar o aumento incalculável de nossos poderes destrutivos e produtivos.

Não sabemos ainda se alcançaremos tal equilíbrio.

Nossa capacidade emocional pode estar limitada a priori; talvez ela não possa ser estendida segundo a nossa vontade e ad infinitum. O moralista, porém, jamais deverá aceitar a ideia da limitação, mesmo que ele acredite na impossibilidade teórica de ultrapassar aquela limitação. Ele terá sempre de exigir que eles sejam ultrapassados na prática.

O que importa, portanto, no momento, é realizar a tentativa de autotransformação, e que essa tentativa seja bem-sucedida. Pois o abismo que separa a nossa capacidade emocional e os nossos poderes destrutivos, além de representar uma ameaça física às nossas vidas, torna o homem o ser mais inumano, mais dividido e mais desequilibrado que jamais existiu.

Na verdade, a divisão ainda não se consumou inteiramente; a despeito de tudo, as duas metades do nosso ser estão ainda ligadas por tênues laços, e a metade produtora, de longe a mais forte, arrasta atrás de si a metade emocional. Se não conseguirmos unir imediatamente as duas metades, de forma equilibrada e harmônica, de forma que a metade emocional discipline, abrande e comova a metade poder, poderemos chegar à perigosa situação-limite, que constitui o tema de nossa segunda perplexidade.

A expressão situação-limite não é nossa. É de Karl Jaspers. Ele a definiu recentemente. A situação-limite consiste na situação moral em que nos veremos se formos colocados diante do dilema:

Emprego da bomba nuclear ou aceitação do totalitarismo? Risco de destruição da humanidade ou renúncia à liberdade?

Existe quem reaja ao dilema macabro dizendo: melhor ser vermelho do que morto. *Rather red than dead.*

Aparentemente, a hipótese da situação-limite não encontra solução teórica e racional no plano ético. As alternativas são imorais. Os partidários da fórmula “melhor vermelho do que morto” argumentam, com apoio histórico, que a perda da liberdade e da dignidade humanas seria necessariamente limitada no tempo, ao passo que o extermínio da vida, pela guerra atômica, seria irreversível e absoluto. O extermínio seria o fim da História, o fim de tudo, inclusive da liberdade, pela qual morreríamos. Por mais forte que seja esse argumento, à primeira vista, ele carece de fundamento moral, pois já faz a opção antes mesmo do momento da situação-limite. Já terá havido na instância espiritual a abdicação da liberdade e o abandono da disposição de lutar para continuar a ser livre e vivo.

Exatamente por rejeitarmos, como imoral, a opção capitulacionista, será preciso um supremo esforço na procura de novo caminho que deixe ao largo o dilema imoral da situação-limite.

A premissa desse esforço é a impugnação e a condenação das duas pontas do dilema: a condenação veemente da perda da liberdade; e a não menos veemente condenação da solução atômica. Do ponto de vista moral, a impugnação tem de ser absoluta a partir do momento em que ficou claro e evidente o caráter absurdo da guerra atômica total.

Desse mesmo ponto de vista, deve ser feito o veto à abdicação da liberdade. O homem não é simplesmente uma espécie biológica. O seu valor moral como espécie, a ser evidentemente respeitado no exame do dilema, não pode ser dissociado do valor do homem-cultura, cuja consciência moral o impede de abandonar as conquistas culturais das gerações passadas em face do perigo que o ameaça biologicamente.

A segunda perplexidade – a da situação-limite – nos aponta, como a primeira, a necessidade de um urgente e corajoso esforço de transformação do homem, através da utilização plena de sua liberdade de agir, decidir e traçar o seu destino e de fazer a História.

Fazer a História é a tarefa da política. A missão da política é assegurar condições de vida, de vida com liberdade; não é preparar o enterro da espécie ou a extinção da liberdade.

O tema da missão da política ou do poder se desdobra em um novo aspecto de importância vital para o destino do homem. O aspecto da validade ética do sacrifício de milhões de criaturas – das quais é exigido até o supremo sacrifício – às razões do poder.

O caráter moral da decisão do poder é forçosamente controvertido. Por isso, a controvérsia sobre a capacidade moral do poder para decidir o destino humano constitui o centro da nossa perplexidade. A política adquire uma dimensão moral justamente no momento da decisão do sacrifício coletivo. Ela precisa estar inspirada no momento que precede a situação-limite, pois naquele momento ela contém em si mesma a suprema questão do bem e do mal.

Reafirmamos, portanto, que nunca, como agora, a política necessita de um fundamento ético. Não que a ética possa resolver os problemas de natureza política, que dizem respeito especificamente ao poder. Mas sem a ética será impossível estabelecer as premissas de solução política e dar uma orientação geral ao pensamento político dos homens de Estado e dos indivíduos.

Admitindo como verdadeiro este juízo, temos de reconhecer que a ação política, fundada em premissas morais, só deve ser orientada pela vontade de evitar, com liberdade, a temida situação-limite.

Chegamos agora a duas questões cruciais: pode o poder ser sensibilizado por uma consciência moral mais viva, mais intensa e mais extensa, consciência que restabeleça o equilíbrio rompido pelo poder aumentado? A resposta só será afirmativa na medida em que for afirmativa a resposta à segunda pergunta: é possível nas sociedades de massa, do tipo mais ou menos totalitário, o indivíduo formar juízos de valor moral independentes, praticar uma forma de pensamento realmente autêntica?

Se o indivíduo for capaz de formar juízos independentes e praticar um pensamento autêntico, o homem será salvo. Em caso contrário, não se poderá falar em livre arbítrio e, portanto, em escolha moral, porque o pensamento não será verdadeiramente livre e, de fato, não será individual e autêntico. O homem não será salvo, porque não poderá dar ao poder aquilo que ele não alcançou.

Penetramos agora num terreno difícil e ainda pouco promissor. Nas sociedades de massa, torna-se cada vez mais difícil determinar a autenticidade de um pensamento aparentemente livre, de uma decisão individual politicamente independente.

Tal dificuldade introduz uma complexidade nova ao problema ético da imposição de sacrifícios coletivos pelo Estado aos indivíduos. Quando se sabe que o consentimento individual e a subordinação individual à vontade do Estado é livre e autêntica ou sugerida e não autêntica?

Quando se sabe que o Estado expressa a vontade moral dos indivíduos e quando se sabe se os indivíduos estão realmente expressando uma consciência moral livre?

Nas sociedades totalitárias que hoje assumem formas cada vez mais sutis e disfarçadas, conservando aparências de liberdade sobre um conteúdo de uniformidade imposta, as relações aparentemente harmoniosas entre o poder e os indivíduos se baseiam num processo que anula a autenticidade do pensamento e extingue o livre arbítrio moral. O que existe é um aramado de pensamento livre e um livre arbítrio aparente. O que existe é o pensamento automático.

Todos os caminhos dos temas por nós aflorados nessa aula inaugural levam ao reconhecimento da necessidade de um esforço de auto-transformação humana.

Essa autotransformação, libertadora da estagnação moral e da retinização do pensamento político sugerido, terá de começar necessariamente com vigoroso repúdio às idolatrias modernas, de feição sempre irracional e agressiva. Uma vigorosa reação e qualquer forma de conformismo alienador da consciência individual que instila em nós a falsa convicção de que somos todos vítimas de um destino incontrollável, destino que nos propõe uma alternativa macabra: o fim da espécie civilizada ou a escravidão. De que somos vítimas de um destino ignorado da providência divina, como se ela não estivesse presente em nós, em nós indivíduos, realizando-se através de nós e por nosso intermédio, dando-nos força, coragem e razão para tomarmos em nossas próprias mãos o destino.

Essa é a grande missão de vossa geração universitária. Agir para tomar para o homem o comando do destino histórico. Fazer a História, de modo consciente e livremente arbitrado, vencer a cegueira do irracionalismo, alargar as fronteiras morais do comportamento político, banir o medo e a violência da convivência internacional dos homens.

O poder chegou, na sociedade contemporânea, a um grau nunca atingido de concentração. A concentração é uma ameaça que se pode transformar numa salvação, se ele deixar de ser usado contra o homem para ser usado em favor do homem. Os meios são grandes e conhecidos; os fins é que serão duvidosos e incertos, se ficarmos indiferentes e indecisos.

A meditação que vos sugeri sobre a situação-limite levou-nos de volta, insensivelmente, ao problema da responsabilidade moral do indivíduo diante do poder aumentado, tal como foi descrito na exposição da perplexidade do limite moral. Na verdade, as duas perplexidades que descrevi compõem a grande perplexidade do nosso tempo. Ela é um tema único de meditação, dividido para efeito de raciocínio mais claro.

Se conseguimos nessa breve aula o nosso intento, saímos de vossa casa alentados pela ideia de que contribuímos modestamente para despertar em todos nós a necessidade da autocrítica purificadora e da autotransformação salvadora.

Deus há de permitir, em sua suprema sabedoria, que, de dentro de universidades como a vossa, surjam, ao lado de doutores, alguns profetas, dotados da língua de fogo capaz de excitar a nossa capacidade de sentir e de nos emocionar.

# *A questão agrária e o progresso nacional*

---

## **Discurso proferido pelo primeiro-ministro Tancredo Neves por ocasião da abertura da Exposição Agropecuária.**

*Uberaba, 4-5-1962. (Arquivo Tancredo Neves – FGV– CPDOC – RJ)*

Exmo. Sr. Governador Magalhães Pinto; Exmo. Sr. Ministro Armando Monteiro; Exmos. Senadores Benedito Valladares e Camilo Nogueira da Gama; ilustres Srs. Parlamentares, dignas autoridades civis e militares e eclesiásticas; Sr. Prefeito, Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Uberaba; Sr. Presidente da Associação Rural de Uberaba, meus senhores, minhas senhoras:

Mais uma vez encontro-me nesta estupenda cidade de Uberaba, para participar deste estupendo certame da sua Exposição Agropecuária. Durante vinte anos, sem perder uma só data, aqui tenho estado, neste dia, para confraternizar-me com o povo desta magnífica cidade, que, neste dia, dá bem a exata medida da sua grandeza d'alma, e, sobretudo, da sua contribuição à causa da emancipação nacional.

De início, aqui estava em companhia do saudoso Presidente Getúlio Vargas, que nunca deixou de trazer a este grande acontecimento da vida triangulina a demonstração da sua inequívoca solidariedade ao prestígio pessoal da sua autoridade, que sempre emprestou a esta Exposição. Depois, em companhia de Juscelino Kubitschek de Oliveira, e hoje, na dupla condição de representante de Sua Excelência o Senhor Presidente João Goulart e na de presidente do Conselho de Ministros da República.

Manda-me o Presidente João Goulart que diga ao povo de Uberaba e de todo o Triângulo Mineiro que, se não fossem os pesados encargos de suas atividades governamentais, agravados nestes últimos dias pelos distúrbios de sua saúde, ele aqui estaria para estender a sua mão amiga a este povo de que ele sempre recebeu as mais inequívocas manifestações de apreço, de carinho e confiança. Aqui estou, na qualidade de presidente do Conselho de Ministros, para congratular-me com os uberabenses, com a sua associação rural, com todos os seus pecuaristas e agricultores, em suma, com todos os seus homens do campo, para

dizer que, nesta hora, mais do que nunca, ou o governo do Brasil se volta para os problemas da vida rural, ou estaremos apenas retardando uma grande revolução que acabará por se impor, não pela decisão dos estadistas, dos líderes e dos homens públicos, mas por uma imposição da consciência nacional.

### **A crise fecunda**

Estamos vivendo numa hora de crise, não da crise que abate, não da crise que deprime, não da crise que aniquila, mas daquela crise fecunda que desperta atividade, que rasga novas perspectivas; é aquela crise do desajustamento entre as nossas instituições e a marcha célere do nosso progresso social, político e econômico. As nossas estruturas não têm podido acompanhar o engrandecimento da marcha emancipacionista do povo brasileiro. Urge que substituamos estas estruturas, que coloquemos em seu lugar novas estruturas que correspondam aos anseios nacionais. Por isto, no seu último pronunciamento, o Presidente João Goulart, depois de assinalar que a Nação, através do governo parlamentar, havia encontrado um clima de trégua e compreensão política, mostrava-se inquieto com a sua responsabilidade de dirigente da Nação e do Estado, mostrava-se inquieto com a sua responsabilidade de grande líder nacional, com problemas que estão afligindo toda a população brasileira em todos os setores e atividades.

O empresariado industrial se sente inseguro. As classes médias intranquilas, as massas proletárias desarvoradas e os homens do campo lançam olhares aflitos para o horizonte, em busca de uma solução que não mais pode ser retardada. Urge que substituamos as estruturas obsoletas e arcaicas que aí estão impedindo, atrasando e entorpecendo a expansão das forças criadoras da riqueza, da cultura e do engrandecimento nacional. Urge que nós criemos condições de vida que possibilitem ao povo brasileiro encontrar o rumo dos seus gloriosos destinos.

### **Constituição renovada e renovadora**

Precisamos substituir estas estruturas, mas não poderemos fazê-lo sem alterar a nossa ordem constitucional; alterá-la para respeitá-la nos seus lineamentos fundamentais; alterá-la para respeitá-la nos seus dogmas de respeito à dignidade da pessoa humana; alterá-la para res-

peitar as prerrogativas sagradas dos direitos do homem e do cidadão; mais que isso, fazer da nossa Constituição um instrumento poderoso em prol do bem comum, da maior democratização das massas brasileiras, sobretudo, fazendo com que, até ao homem do campo, cheguem os benefícios da cultura e da civilização.

As Constituições não podem ser estáticas. As Constituições não podem se transformar em organismos mortos. As Constituições só se justificam quando elas representam realmente um instrumento de ascensão moral, cultural, econômica e social dos povos, cuja sobrevivência e relações jurídicas garantem.

Quando uma Constituição se transforma numa trincheira em que se encontram os interesses da reação, das forças retrógradas e das forças antiprogressistas, esta Constituição já não mais corresponde às aspirações nacionais e precisa ser reformada, pela visão dos estadistas, dentro das normas previstas, nesta mesma Constituição, para a sua reforma, porque, do contrário, ela se transforma num incentivo às subversões e a todas as revoluções.

Precisamos, nesta hora, caminhar para as decisões corajosas; caminhar para aquelas modificações básicas da vida nacional. Precisamos, nesta hora, assegurar ao povo brasileiro que somos uma Nação que nasceu sob a égide da democracia, que quer viver sob a democracia e que não compreende outro estilo de vida que não seja o estilo da democracia. Precisamos, porém, dar à democracia aquelas instituições que façam dela um padrão de cultura, de segurança e de bem-estar para o povo brasileiro.

### **Nação industrial de agricultura forte**

Mineiros, o governo que tenho a honra de presidir, de cujas responsabilidades participo, por determinação expressa do nosso Ato Constitucional, juntamente com o Presidente da República, Sua Excelência o Dr. João Goulart, não tem poupado esforços para levar ao homem do campo a certeza da nossa constante preocupação pela sua sorte e pelos seus problemas.

Bem sabemos que a estrutura agrária que aí está precisa ser remodelada. Impõe-se a nova estrutura para a vida do homem do campo. Mas esta estrutura não pode se transformar em tema de demagogia eleitoral.



Essas estruturas arcaicas e obsoletas, que precisam ser substituídas, só poderão ser, em termos que se coadunem com o realismo e os imperativos do progresso nacional.

Somos uma Nação que tem 70% da sua população no meio rural, e é ainda deste meio rural de que provém 70% da nossa riqueza. Este patrimônio precisa ser preservado e amparado, para que façamos do Brasil uma grande Nação industrial, sem dúvida, pois que o nosso destino é o de uma grande potência, e não existe uma grande potência sem uma grande força industrial. Mas é necessário que não percamos de vista que não existe, nunca existiu, e jamais existirá, na face da terra, uma grande potência industrial que não lance os seus fundamentos sobre uma poderosa base agrícola. É no campo que descansa, por conseguinte, a prosperidade e a segurança nacionais.

### **Fidelidade ao povo e ao progresso**

Homens de Uberaba! Neste instante e nesta hora, o governo da República, por intermédio dos uberabenses, assegura a todos os mineiros e a todos os brasileiros que a nossa firme e inabalável determinação é de prosseguir num programa de governo do povo, para o povo e de estrita fidelidade aos anseios, às necessidades e aos ideais do povo.

Não transigiremos com as forças retrógradas, não transigiremos com as forças antiprogressistas, mas conduziremos o nosso progresso em sintonia com as nossas tradições cristãs. Conduziremos o nosso progresso assegurando, sobretudo, a unidade moral, material e territorial de nossa Pátria.

Podemos confiar, por conseguinte, nesta hora e neste instante, depois que o País foi abalado nos seus alicerces pelos acontecimentos de agosto último, depois que a Nação se reintegrou na plenitude de sua confiança, que a Nação está em condições de caminhar nos rumos do seu futuro, buscando realizar aquela política que há de fazer do homem brasileiro um redimido de todas as forças que ainda o impedem de uma definitiva integração nos grandes padrões da nossa cultura, da nossa civilização e do nosso bem-estar.

Povo de Uberaba! Deixo nestas palavras aos uberabenses, ao governo de Minas, na pessoa do seu governador, Dr. José de Magalhães Pinto, às associações rurais de Minas Gerais, na pessoa do ilustre e jovem pre-

sidente da Sociedade Rural de Uberaba, a mensagem de confiança nos destinos do Brasil, pois o governo que esta Nação tem, no momento, outra preocupação não abriga do que a de conduzir os destinos do nosso povo em perfeita sintonia com o que existe de mais sagrado e inalienável e definitivo na alma nacional.

# *Experiência do governo parlamentar: uma avaliação*

---

## **Discurso de despedida do cargo de primeiro-ministro.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 26-6-1962.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros de Estado. A 7 de setembro do ano passado, implantava-se no Brasil o sistema parlamentar de governo. Quis o destino que me coubesse a insigne honra de presidir e organizar o seu primeiro Conselho de Ministros, integrado de ilustres personalidades, recrutadas entre os melhores valores desta Casa e por nobres militares, por todos considerados legítimos expoentes de suas respectivas armas. Jamais a um governo, em nosso País, coube tarefa tão penosa quão difícil. A herança que recebemos, em decorrência da renúncia inopinada e surpreendente do Presidente Jânio da Silva Quadros e da crise político-militar que se lhe seguiu, configurou-se num quadro sombrio e tormentoso: a Nação dividida em grupos armados, mobilizados de norte a sul, estava na iminência da guerra civil. A inflação, assumindo aspectos, os mais aterradores, de verdadeira calamidade pública, gerava perigosas tensões sociais. Periclitaram as nossas instituições, desmantelou-se a administração pública, desorganizou-se a nossa economia, aviltou-se o nosso crédito, desvalorizou-se como nunca a nossa moeda, e, em consequência, o prestígio internacional do Brasil sofreu sério e profundo abalo. Tínhamos pela frente uma obra imensa a realizar. O desafio era acabrunhante, mas não tínhamos o direito de recusá-lo. Para enfrentá-lo, contávamos com precários instrumentos e escassos recursos, que a tenacidade e o patriotismo do Conselho de Ministros e a clarividente cooperação do Senhor Presidente da República transformaram em eficientes máquinas de trabalho num dos esforços mais hercúleos de salvação nacional, raras vezes registrados em nossa história.

Nem sempre um governo consegue escolher o seu programa, o seu campo de ação ou o centro das suas preocupações. Muitas vezes ele é condicionado pelos acontecimentos históricos, pelas inelutáveis contin-

gências de ordem social, política ou econômica do País. Assim ocorreu com o primeiro Gabinete dessa nova experiência parlamentar do Brasil. Nascido de compromisso de todas as forças políticas, como instrumento para conjurar uma das mais graves crises político-militares que o Brasil conheceu – fruto de demissão do Poder Executivo, inédita na história dos povos –, seu principal objetivo, sua grande missão, sua tarefa precípua haveria de consistir no restabelecimento da ordem política e militar e da tranquilidade social, que são condições não só para a ação administrativa eficiente do governo, mas para o funcionamento normal de todas as atividades privadas do País.

Revigorar as instituições, desarmar os espíritos, unificar as Forças Armadas, levar a todas as classes e atividades o clima de confiança imprescindível ao trabalho fecundo e criador de todos os brasileiros; em suma, pacificar a Nação foi a primeira meta a que se propôs o nosso governo, como etapa inicial de um largo e profundo programa de soerguimento de nossa economia e de recuperação dos valores fundamentais de nossa civilização, que a crise pusera em risco. Na conquista desse desiderato travamos luta dura e árdua. Não nos acovardamos diante dos sacrifícios que nos foram impostos, enfrentando com decisão as adversidades da conjuntura. Cada dia era uma batalha, que se pugnava em várias frentes, nem sempre coroada de êxito, mas sempre conduzida com firmeza, obstinação e coragem, com a fé nos nossos destinos a iluminar os nossos espíritos, e o sentimento de solidariedade com o seu povo a incentivar os nossos corações. Em nenhum momento o desânimo nos entibiou. Cada ministro fez de sua Pasta uma trincheira de luta e a sustentou com bravura. Ainda é cedo para que possamos pretender um julgamento objetivo do Gabinete a que tive a honra de presidir. Somente a perspectiva da História permitirá ver em toda a extensão os seus méritos e os seus erros e os resultados da sua atuação política e administrativa. O depoimento que hoje procuro prestar pode servir apenas para facilitar essa compreensão futura. O que é certo é que a grande tarefa cometida ao Gabinete, para a qual não faltará a justiça da História, fundou-se, antes de tudo, nos esforços de pacificação política.

Os instrumentos de que dispunha para esta tarefa não eram os mais seguros: uma administração inteiramente nova, realizando as primeiras experiências de funcionamento de novo regime político, mal conhecido e compreendido pelo povo. O clima em que deveria levá-la a

cabo não era propício: a meio de processo inflacionário agudo, da instabilidade política, da agitação social a braços com o mais desnorteante complexo de problemas econômicos e sociais e no decurso de um ano de eleições gerais. Contou, entretanto, com a ação patriótica do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e com a cooperação de todos os partidos políticos através do governo da união nacional, que só conseguimos efetivar nos momentos de graves dificuldades, mas que constitui demonstração de que somos capazes de superar divergências políticas, programáticas ou mesmo ideológicas, quando o exigem os grandes problemas do País.

A um governo nessas condições seria necessário antes paciência e transigência do que audácia ou demonstração de capacidade de iniciativa; mais humildade e desprendimento, em benefício geral, do que afirmação pessoal; mais habilidade na tarefa obscura do equilíbrio das forças em jogo, na harmonização das tendências divergentes ou antagônicas, do que grandes campanhas de efeitos publicitários.

Estou convencido de que o Gabinete logrou alcançar os seus objetivos. São frutos concretos da sua ação pacificadora e gradativa substituição, nas preocupações gerais do País, dos temas políticos pela discussão dos grandes problemas econômicos e sociais; o pleno exercício de todas as liberdades garantidas pela Constituição, com eficiência e justiça talvez iguais, mas jamais superadas, em qualquer momento da nossa história; e a própria possibilidade de executarmos, neste momento, a substituição normal e ordeira do Gabinete, atestando o funcionamento regular das nossas instituições políticas.

A proeminência dos seus encargos de natureza política não levou, entretanto, a que o governo descurasse das tarefas de administração ou da solução dos problemas nacionais. Apresentou-se ele perante esta Casa, nos primeiros dias de sua gestão, com o mais articulado e detalhado programa de ação já submetido ao nosso Congresso, numa demonstração da plena consciência dos problemas e necessidades nacionais, com a simultânea indicação, em termos concretos e objetivos, das políticas ou soluções que oferecia para cada um deles. Esse programa certamente servirá de base aos próximos governos, porque ele condensa as orientações racionais no sentido dos objetivos permanentes da Nação.

A execução do programa do governo dependeria, em primeiro lugar, de encontrarmos solução para o mais grave e agudo problema com

que nos defrontávamos e que ainda hoje constitui o centro de todas as preocupações nacionais, o ritmo a que atingiu a inflação com todas as suas repercussões econômicas e sociais.

Com pouco mais de um mês de exercício de suas funções, o Gabinete se apresentava ao Congresso com um programa anti-inflacionário, fundado em ampla reforma tributária. Declarei, naquela ocasião, que de todos os problemas com que deparava o País, nenhum superava o do custo de vida, na urgência da solução e na gravidade das suas perspectivas futuras. Demonstrei que a maior responsabilidade pela inflação cabia à União, tanto pela condução da política de crédito e de salários, quanto – e principalmente – pelo financiamento inflacionário dos seus déficits de caixa. E afirmei que qualquer programa de contenção do aumento do custo de vida haveria de começar, portanto, pelo restabelecimento da ordem nas finanças públicas.

O quadro das finanças federais para o corrente exercício fazia prever, àquela época, déficit potencial de caixa da ordem de 200 bilhões de cruzeiros. As possibilidades de sua redução através do controle da despesa pública eram limitadas. Para diminuir o déficit em proporções apreciáveis no ritmo da inflação, havia de apelar para o aumento de tributos.

O governo não encontrara o problema equacionado nem iniciados os estudos de reforma tributária que se sabia, desde o início do exercício, indispensável. Foi obrigado a elaborar o projeto de lei em pouco mais de um mês. A reforma proposta, em obediência ao programa do governo, não pretendia apenas aumentar a arrecadação federal, mas se propunha a utilizar amplamente o instrumento tributário no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico, de melhor distribuir os frutos desse desenvolvimento e de atingir padrões mais perfeitos de justiça social.

Estou convencido de que, de um modo geral, o projeto submetido ao Congresso atende a esses objetivos, e, aperfeiçoado pelas contribuições dos Srs. Congressistas, sua transformação em lei representará um marco na história tributária da União. Infelizmente, a época do ano em que o Gabinete foi instalado, o tempo mínimo necessário para elaborar projeto de grande complexidade e a sua apresentação ao Congresso em meio à discussão do Orçamento de 1962, e de outras leis de grande importância, não permitiram que a reforma tributária fosse apreciada a tempo de ser posta em vigor no corrente exercício.

Naquele momento ficou decidida a sorte do programa anti-inflacionário a que se propunha o governo, ao menos com a extensão adequada para oferecer perspectivas de redução importante no ritmo da inflação do corrente ano. Desarmado diante do insuportável déficit de caixa do Tesouro, só restavam ao Gabinete os paliativos e as meias medidas. Nem por isso, entretanto, renunciou ao esforço, ou desprezou a utilização de qualquer instrumento para diminuir os efeitos desse déficit.

A impossibilidade de deter o processo inflacionário, entretanto, tornou-se evidente, logo adiante, com a inadiável revisão dos vencimentos do pessoal civil e militar da União, e o déficit potencial de caixa, que em novembro se estimara em 200 bilhões de cruzeiros, era calculado, em abril – computado o aumento de vencimentos –, em 330 bilhões. O governo procurou reduzi-lo mediante a diminuição das despesas, a estrita programação dos dispêndios de caixa, o aumento dos depósitos bancários à ordem da Sumoc, e o apelo a operações de crédito. A autorização legislativa para os empréstimos compulsório e voluntário está em vigor há poucas semanas, e não chegamos a sentir os seus efeitos.

Não obstante estas circunstâncias, o Gabinete não teme a apreciação objetiva dos resultados por ele alcançados na gestão das finanças públicas, da moeda e do crédito. Durante o exercício de 1961, foi obrigado a emitir apenas no mês de dezembro, quando o aumento do volume dos negócios no País obriga a expansão dos meios de pagamento. Assim mesmo, a emissão de 25 bilhões naquele mês foi determinada, na maior parte, pela necessidade de saldar diferenças de vencimentos do pessoal civil decorrentes da reclassificação votada em 1960.

No corrente exercício, graças às providências adotadas pelo Gabinete, conseguimos chegar até o mês de abril com o mesmo saldo de papel-moeda em circulação, de dezembro do ano anterior. E de abril até esta data, emitimos apenas 20 bilhões de cruzeiros, ou seja, 6% do saldo em circulação ao fim do ano anterior. Entre janeiro e junho de 1961, sem as dificuldades que enfrentava o Gabinete, o governo anterior se vira obrigado a emitir o equivalente a 11% do saldo em circulação em dezembro de 1960, ou seja, quase o dobro da emissão realizada pelo Gabinete sob minha presidência. A percentagem de expansão de papel-moeda até esta época do ano é, na verdade, a menor dos últimos anos, pois foi de 8% em 1960, de 7% em 1959, e de 9% em 1958.

Não obstante o esforço realizado pelo governo para conter os seus gastos e reduzir ao mínimo as emissões de papel-moeda, o ritmo de incremento do custo de vida nos primeiros quatro meses do presente exercício não se afastou da tendência observada no passado, mostrando a permanência do conjunto de pressões que vêm sustentando o processo inflacionário. O aumento do custo de vida, na Guanabara, até o mês de abril, era de cerca de 10% em relação a dezembro, praticamente a mesma percentagem observada em igual período do ano anterior. Já em maio, a votação do aumento de vencimentos civis e militares, criando a perspectiva de novas demandas no mercado, o ambiente psicológico resultante da certeza do aumento das despesas públicas, e as dificuldades no abastecimento de gêneros alimentícios, determinaram o aceleramento do processo, e ao fim do mês, o aumento do custo de vida no corrente ano já se situava na ordem de 14%. É de se esperar que, passados esses efeitos psicológicos, e conseguindo o Tesouro reduzir a sua pressão sobre as autoridades monetárias através dos empréstimos já autorizados, possamos diminuir o ritmo de crescimento dos preços.

No setor cambial, o novo governo receberá situação consolidada, sem problemas imediatos. O comportamento do balanço de pagamentos durante 1961 foi dos mais favoráveis nos últimos anos. O aumento das receitas de exportação em cerca de 100 milhões de dólares permitiu saldo de 50 milhões de dólares no comércio exterior. E o movimento de capitais estrangeiros apresentou superávit de 188 bilhões de dólares, devido não somente aos créditos obtidos pelo governo nos Estados Unidos, na Europa e nos organismos internacionais, mas também ao movimento dos capitais privados, que apresentou resultado líquido de 323 milhões de dólares, o mais alto registrado nas nossas estatísticas.

Deve ser ressaltada, ainda, a modificação na estrutura do endividamento do País no exterior, e a redução do nosso saldo devedor. Em relação a 1960, esse saldo diminuiu de 123 milhões de dólares, e a parcela dessa dívida vencível a curto prazo, que era de 29%, baixou para 19%. O Gabinete conseguiu terminar as negociações e utilizar os créditos e consolidações obtidos pelo País durante 1961, e o novo governo encontrará, praticamente assegurada, a cobertura do déficit de balanço de pagamentos previsto para o corrente ano.

As preocupações com a situação monetária e cambial não prejudicaram, entretanto, a atenção exigida pelo objetivo maior do desenvolvimento



econômico e social. Em todas as suas decisões, jamais perdeu de vista o governo que o grande objetivo nacional que constitui projeto sem alternativa para a nossa operação é o desenvolvimento. E o único e verdadeiro perigo que existe a longo prazo para a Nação é crescer em ritmo insuficiente para absorver produtivamente o aumento de população, ou não conseguir aquele ritmo de incremento de renda *per capita* suficientemente rápido para assegurar perspectivas de melhores condições de vida para todas as camadas da população brasileira. Daí o cuidado que sempre teve o governo de que as medidas de natureza monetária, creditícia ou cambial, não prejudicassem o prosseguimento dos investimentos que encontrou iniciados nem atravessem o início dos novos empreendimentos exigidos pelo nosso desenvolvimento. Não encontrou o governo planos ou projetos elaborados que orientassem os esforços para esse desenvolvimento. Ao contrário, as providências de governos passados, no sentido da programação dos investimentos nacionais e da obtenção de maior eficiência na aplicação dos nossos recursos, haviam sido interrompidas. A maior preocupação do Gabinete foi, portanto, a de institucionalizar, em bases definitivas, uma organização de planejamento que assegure continuidade administrativa na programação do setor público e forneça os dados indispensáveis a decisões racionais pelo governo e pelo Parlamento. O próximo Gabinete já se beneficiará dos esforços realizados nesse sentido, que não se preocuparam com a produção apressada e impensada de planos publicitários, mas inexecutáveis, porque insuficientemente estudados; antes visaram a tornar o planejamento – como deve ser – uma função continuada que permita toda a ação governamental.

Com o mesmo objetivo de assegurar os instrumentos para o desenvolvimento mais acelerado, procurou o governo tornar efetivos os compromissos assumidos em Punta del Este, de um esforço comum de todas as repúblicas americanas para que a América Latina consiga atingir, neste decênio, objetivos de progresso econômico e social que representarão a fruição, pelos nossos povos, de condições inteiramente diversas de bem-estar social. Vencidas as primeiras dificuldades de implantação de um programa complexo, porque ambicioso, o País começará a perceber em breve, de forma mais objetiva, os frutos da Aliança para o Progresso contratada com as nações irmãs do continente.

Desejo ainda fazer referência às reformas institucionais, cuja realização é, hoje, o centro dos debates do País e que constituíram um dos objetivos do programa do Gabinete. Além da reforma tributária, já submetida ao Congresso, o Gabinete iniciou ou prosseguiu no estudo de várias outras, como a bancária, a administrativa e a agrária. Os elementos já acumulados no governo e no Congresso permitirão a sua rápida votação, à medida que amadureçam, gradativamente, pelo debate público.

Compreendo a ansiedade de muitos, da qual participo, para que estas reformas se tornem realidade a curto prazo. Estou convencido, entretanto, de que elas só proporcionarão todos os seus frutos se precedidas de amplos debates em todo o País, para que possam resultar do consentimento de todas as camadas do povo, e não sejam estatutos impostos por minorias eventuais. Somente assim conseguiremos o objetivo difícil e inédito de realizar uma verdadeira revolução social no pleno exercício das instituições democráticas.

A votação da lei de remessa de lucros do capital estrangeiro documenta que este é o caminho certo, e serve de exemplo de como é possível encontrar, na prática democrática, a solução dos problemas mais controvertidos. Fui responsabilizado, em determinado momento, pela iniciativa de evitar que se ampliasse a distância entre as correntes divergentes no seio do próprio Congresso, insistindo em que o assunto fosse entregue ao exame de Comissão Mista das duas Casas do Congresso, na qual se fizeram representar todas as correntes de pensamento sobre a matéria. Confesso que vejo, com alegria e reforçada confiança nas nossas instituições, o resultado dos esforços dessa Comissão, conseguindo fundir essas correntes em torno de substitutivo único, capaz de obter o consenso de todos os brasileiros.

Assim deve ser, e assim estou certo de que será, a discussão e votação de cada uma dessas reformas.

Cada setor da administração trouxe contribuição substancial ao desenvolvimento cultural, econômico e social do País. Farei acompanhar o meu discurso de pormenorizado relatório das atividades dos ministérios, que me dispense de ler nessa oportunidade para não me tornar mais fastidioso de que estou sendo. Não posso, porém, sem grave injustiça, deixar de pôr em destaque os aspectos mais marcantes da atuação de cada ministro, nas gestões das respectivas Pastas.

O Ministério da Justiça, comandado por Alfredo Nasser, raro valor humano e admirável homem público, cumpriu a sua missão com exemplar dignidade cívica e notável eficiência. A ordem constitucional não foi sequer arranhada. Os Poderes da União, dos estados e municípios tiveram o seu funcionamento plenamente assegurados. Todas as liberdades foram garantidas e se exercitaram sem quaisquer restrições nos limites da lei. Os tribunais foram acatados, respeitados e prestigiados. A imprensa, falada e escrita, atingiu a plenitude do seu prestígio. Os sindicatos, incólumes na sua autonomia, fortaleceram-se trazendo à consolidação da nossa democracia a força de suas decisões. Preservou a moralidade administrativa, ultimando e dando encaminhamento legal aos inquéritos iniciados e abrindo outros, sem alarde e sem escândalos.

O Ministério da Educação, liderado pelo nobre Deputado Oliveira Brito, que faz honra à nossa geração de homens públicos, pela sua cultura, resistência cívica e tino administrativo, realizou obra das mais notáveis. Coube-lhe ativar a últimação da votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e promover a sua implantação. Organizou e pôs em funcionamento o Conselho Federal de Educação, incumbindo de suas tarefas as personalidades de maior relevo nos meios educacionais do País. Criou e entregou ao povo a Universidade de Brasília, moldada em padrões revolucionários, que em breve farão dela um dos centros de estudo e de pesquisas dos mais avançados do continente. Rasgou clareiras definitivas no processo de democratização de nossa cultura e de popularização do ensino. Deu aos estados e municípios assistência técnica e ajuda financeira, como jamais lhes foram concedidas, auxiliando-os eficazmente nos seus esforços pela expansão e aprimoramento de suas respectivas redes de ensino primário e médio. Manteve a Nação sempre alerta para a gravidade da sua situação educacional e dos riscos dela decorrentes para a preservação da ordem democrática e para a manutenção do ritmo de desenvolvimento de que carecemos para a plena emancipação da nossa civilização.

No Ministério da Saúde, o ilustre Deputado Souto Maior entregou-se a esforços dos mais meritórios, dando inequívocas demonstrações de seu acendrado espírito público, de sua abalizada competência e de sua visão de administrador. Recebeu uma Casa devastada. Estigmatizava-a uma das mais violentas campanhas de desmoralização a que já se expôs em nossa Pátria um setor da administração pública. Teve que

reconstruir desde os alicerces, restaurar hábitos e métodos de trabalho, retomar campanhas interrompidas, recompor todo um sistema de atividades úteis e humanitárias, que no seu ministério sempre se realizou em benefício de nosso povo.

No Ministério do Trabalho, o idealismo de Franco Montoro, aliado à sua lúcida inteligência e inexecedível dedicação aos problemas mais humanos do nosso tempo, deixa um acervo de realizações que marcarão inconfundivelmente a sua gestão. Numa quadra atormentada pelas agitações sociais, em que as lutas de classes assumem aspectos inquietantes e perturbadores, alcançou-se, no Brasil, o quase milagre de uma trégua social, mercê da ação conciliadora do governo, levando patrões e empregados a se entenderem sob o signo da justiça social. Dos 65 litígios salariais, apenas uma categoria, a dos bancários, derivou em greve, pois todos os demais foram resolvidos num clima de ordem, de compreensão e de ajustamentos dos interesses em choque. O plano habitacional, resultante de acurados e aprofundados estudos de nossa realidade residencial, nos campos e nas cidades, foi objeto de projeto de lei em estudo nesta Casa, e contém normas que, se adotadas, darão solução segura e objetiva ao magno problema da casa própria. O sistema de Previdência Social teve ampliados e aprimorados os seus serviços e objetivos, sendo que a sua lei básica foi complementada, por vários decretos, em todos os seus múltiplos e variados desdobramentos.

No Ministério da Indústria e Comércio, o preclaro Deputado Ulysses Guimarães teve a oportunidade de, mais uma vez, pôr em evidência os seus excepcionais atributos de homem de governo. Recebeu uma Pasta criada, mas não organizada, desprovida de instrumentos de trabalho. Os diversos serviços que se aglutinaram para compor o novo ministério demandaram ação perseverante e obstinada para que se conjugassem num todo harmônico e sistemático, sob a mesma unidade de comando. Foi das mais profícuas a sua atividade. Simplificou, desburocratizando e eliminando os gravames antieconômicos que tolhiam a exportação dos nossos produtos. A política cafeeira adotada no exercício de 1961-1962 foi implementada e a safra terminou dentro do plano previsto, que era totalmente autofinanciável. Pela primeira vez, nos últimos decênios, não se emitiu para financiar a colheita, a comercialização e a exportação do nosso principal produto. Solucionou o problema do café-solúvel, que há mais de dez anos vinha desafiando as administrações federais. Criou e

instituiu o Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (Gerca), que se destina a erradicar, sem ônus para a Nação e com resultados os mais proveitosos para a sua economia, nada menos do que 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos, que serão extirpados ou renovados. Graças a isso, perto de 2 milhões de hectares, das melhores terras brasileiras, destinaram-se à diversificação agrícola, com vistas à produção de gêneros de subsistência, especialmente milho, arroz, feijão, etc.

No tocante à indústria açucareira, marco dos mais importantes foi assinalado. A criação do Fundo da Agroindústria Canavieira abriu novas perspectivas à vida das usinas que, através dele, serão modernizadas e reequipadas, bem como melhores condições de vida serão criadas para os lavradores nos canaviais. Pela primeira vez conseguimos, no mercado norte-americano, a colocação de uma cota referencial de 190 mil toneladas e uma cota extra de 150 mil toneladas, já aprovadas pelo Congresso dos Estados Unidos. Isso significa que teremos uma exportação garantida de 6 milhões de sacos de excedentes de nossa produção e um acréscimo de perto de 50 milhões de dólares nas receitas de nossas exportações. A Companhia Siderúrgica Nacional bateu todos os seus recordes de produção e faturamento e se encontra em plena expansão de suas linhas, com a ampliação de suas instalações. A Companhia Nacional de Álcalis recebeu do governo auxílios financeiros que se elevaram a 1,1 bilhão de cruzeiros e, até o fim do ano, nada menos de 1,4 bilhão de cruzeiros ainda serão empregados na sua sustentação. A sua produção em 1961 foi de 38,5 mil toneladas de barrilha, equivalente a 50% da demanda nacional. O seu faturamento, no último exercício, foi de 655 milhões de cruzeiros, e, em 1962, já está superando os 300 milhões de cruzeiros por mês. A produção poderá, no corrente ano, ascender a 75% do consumo nacional de barrilha e começará a atender o de soda cáustica, com apreciável economia de divisas.

Promoveu-se a recuperação técnica e financeira da Fábrica Nacional de Motores. Para 1965 prevê-se um lucro de Cr\$ 700 milhões. Em 1961, apesar da crise que a atingiu e remonta a erros antigos, produziu 2.346 unidades e vendeu 5,6 bilhões de cruzeiros.

Armando Monteiro trouxe para o Ministério da Agricultura a combatividade de seu espírito afeito às lutas, o exato conhecimento dos nossos problemas rurais e o sincero propósito de contribuir para sua solução. De início, verificou a total obsolescência da estrutura do seu ministério e

não hesitou em propor a sua substituição por outra mais adequada, que assegurasse o melhor rendimento da máquina sob o seu controle, cujo dinamismo impulsionou. Enviou à Câmara o projeto de lei que visa criar o Fundo Federal Agropecuário, cuja principal finalidade é a de fornecer suporte à alta e avançada política de aumento da produtividade e humanização do homem do campo. Submeteu ao exame do Conselho de Ministros um bem elaborado projeto de reforma agrária, em que todas as múltiplas faces do momentoso problema encontraram tratamento oportuno e judicioso. A importância do trabalho, as suas repercussões políticas e sociais, o debate que as suas teses sempre suscitam, não permitiram ao Conselho concluir o estudo a que vinha submetendo a matéria, que, só por isso, não foi ainda enviada à esclarecida consideração do Congresso Nacional. Criou e empossou o Conselho Nacional de Reforma Agrária, órgão de base para as primeiras providências, tendo em vista a renovação de nossa estrutura agrária. Esse órgão, pilotado por técnicos renomados e da maior competência, familiarizados de longo tempo com as peculiaridades do nosso meio rural, está em ação e coordena as autarquias e serviços do Poder Público, vinculados direta ou indiretamente a uma reforma agrária. Todos os demais departamentos do ministério foram atualizados, reformados e colocados em condições de prestarem relevantes serviços às nossas comodidades.

O ministro Virgílio Távora imprimiu aos negócios e serviços de sua Pasta a marca de sua forte personalidade. Deu impulso vigoroso ao plano rodoviário do governo. Todas as nossas rodovias de significação nacional, se não foram concluídas, estão com os seus trabalhos de terraplenagem e de pavimentação em ritmo acelerado. Com recursos já assegurados, até o fim do exercício, teremos mais 3.000km de nossas rodovias pavimentadas e mais 4.000km de terraplenagem concluída. A Rio-Bahia estará pronta, asfaltada e em uso. A Cuiabá-Acre, inteiramente aberta. Duplicada a pista da Presidente Dutra. A Transnordestina e a Transbrasiliana estarão avançadas nos seus objetivos, bem como a BR-031, ligando o Atlântico ao coração do Brasil Central (Vitória-Belo Horizonte-Cuiabá).

No setor ferroviário alcançou-se considerável melhoria na infraestrutura de nossas ferrovias, reaparelhando-se muitas delas, no que toca ao material fixo e rodante. Ramais antieconômicos foram suprimidos. O tronco principal sul teve a sua construção acelerada. Incentivou-se o

transporte das grandes massas, mormente o de minério de grande rentabilidade tarifária. Locomotivas foram adquiridas. As tarifas de cargas e passageiros tiveram o seu reajustamento realístico, ensejando o aumento substancial da receita. De janeiro a maio só a receita da Central do Brasil e da Santos–Jundiaí superou de todo a da Rede Ferroviária Federal, no mesmo período do ano anterior. As receitas da Rede Mineira, Santos–Jundiaí, Paraná–Santa Catarina, Leste e Nordeste, passaram de Cr\$ 1,7 bilhão, no primeiro trimestre de 1961, para Cr\$ 2,9 bilhões, em igual período de 1962.

De singular importância foi o que o governo conseguiu realizar reapearelhando e modernizando a Rede Nacional de Portos.

O cais de minério e carvão no Porto do Rio de Janeiro, as obras do Porto de Itaqui, no Maranhão, e de Mucuripe, no Ceará, do Rio Grande, de Paranaguá e Angra dos Reis, assinalam uma administração clarividente e dinâmica. Do mesmo modo os serviços em curso nos cais de Recife, de Aracaju e Salvador. O Porto de Vitória teve a sua dragagem concluída e nele já deram entrada navios com 35.000t, para o transporte do minério da Companhia Vale do Rio Doce.

A nossa Marinha Mercante recebeu do governo todos os estímulos ao seu desenvolvimento. Aos estaleiros nacionais foram encomendados 17 navios cargueiros, que totalizam 6.000t, além de barcas para passageiros, chatas, navios-curral para o serviço de navegação da Baía do Prata. Com os recursos do Fundo de Marinha Mercante, mediante concorrência pública, foram encomendados em estaleiros, até o fim do ano passado, 18 navios cargueiros já recebidos, 4 navios de passageiros. As receitas do Fundo de Marinha Mercante atingiram Cr\$ 5 bilhões no ano passado e deverão ultrapassar Cr\$ 8,5 bilhões no ano corrente.

No campo das telecomunicações, iniciou-se a política de nacionalização dos seus troncos básicos. O DCT instalou o circuito em telex Rio–São Paulo e inaugurou esses serviços entre os Estados da Guanabara, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Os Departamentos de Obras Contra a Seca e de Saneamento realizaram empreendimentos de monta com a maior eficiência técnica e cercados da mais rigorosa probidade.

O ministro Walther Moreira Salles colocou a serviço do seu País a sua nunca desmentida dedicação, a sua notável competência e o prestígio do seu nome nos meios financeiros internacionais. No curso des-

ta elocução, pusemos em destaque os dados positivos de sua brilhante administração. No quadro trepidante de nossa inflação, açulada pelas tensões sociais e pela instabilidade política, nenhum outro teria feito mais, por maior que fosse a sua capacidade.

San Tiago Dantas ampliou as dimensões do Itamaraty. Preservando as suas nobres tradições, deu-lhes um raro realce, que projetou o nome do Brasil, cercado de singular prestígio, nos grandes conselhos do universo. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, na Organização dos Estados Americanos, na Comissão de Desarmamento, na Aliança Para o Progresso, na Associação Latino-Americana de Livre Comércio, a palavra do Brasil se fez ouvir com respeito e acatamento e foi sempre saudada como portadora de uma mensagem nova em favor da paz, da segurança dos povos, na luta pela sua autodeterminação e pela libertação dos jugos coloniais. Na execução da política exterior do Brasil, durante o nosso governo, demos ao ministro San Tiago Dantas todo o nosso apoio e solidariedade, na convicção, que não é apenas nossa, mas da maioria desta Casa e do povo brasileiro, que a linha de independência que nós traçamos é a única compatível com o estágio de nossa evolução social, econômica e política e a mais condizente com os ideais cristãos e democráticos que sempre nos animaram.

Nesta hora de prestação de contas e de definição de responsabilidades, assumo perante esta Casa e toda a Nação, a parcela que me cabe, em todas as decisões que foram tomadas durante o meu governo, no plano da política internacional.

San Tiago Dantas revelou-se o chanceler à altura do nosso momento histórico, pondo a serviço da boa causa a sua notável cultura e os seus excepcionais talentos de estadista.

Temos a lamentar o desaparecimento de Gabriel Passos. Deu ao Ministério das Minas e Energia a chama do seu nacionalismo vigilante e construtivo. Na Eletrobrás concentrou todo o seu esforço, concretizando o sonho de Getúlio Vargas. O que a muitos parecia façanha irrealizável, o insigne ministro, com a sua obstinação patriótica e a sua inabalável convicção, transformou em esplêndida realidade. Defendeu com intransigência cívica as riquezas de nosso subsolo, preservando-as, no que têm de essencial, para o patrimônio inalienável da Pátria.

Os problemas do petróleo e do carvão foram as suas últimas e constantes preocupações, consumindo-se na ânsia de encontrar para os



mesmos a solução que melhor traduzisse os reclamos da emancipação econômica de nosso povo.

E, por fim, no general Segadas Viana, no almirante Ângelo Nolasco e no brigadeiro Clóvis Travassos, louva-se a Nação de possuir três das mais altas expressões de nossas Forças Armadas. Foram eles inexcedíveis no cumprimento de seus deveres, e hoje, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, toda a Nação fica a lhes dever o penhor de imperecível reconhecimento.

Eis-me chegado ao fim deste mandato, que a confiança do Senhor Presidente da República e desta Casa houve por bem me cometer.

Tenho a consciência tranquila do dever cumprido, pois ao seu exercício emprestei, em cada momento, todas as minhas energias, animado sempre pelos mais nobres anseios de contribuir para o bem comum da nossa Pátria.

Considero-me amplamente compensado dos meus esforços, porque alimento esperanças de ter conseguido tornar realidade as aspirações de paz e tranquilidade do povo, em momento difícil da nossa história. Conforta-me a certeza de que não faltei à confiança em mim depositada por essa Casa, que é a minha casa e cuja orientação e vontade procurei interpretar no exercício das funções que me delegou.

Deixo-a, no propósito de renovar, na única fonte de exercício legítimo do poder político – o voto popular – o direito de a ela retornar, a fim de continuar a luta, com todas as minhas forças, pelo desenvolvimento econômico e social do País. Para que todo o povo participe com justiça no enriquecimento da Nação. Para que nesse desenvolvimento se fortaleçam, continuamente, nossas instituições democráticas.

Não poderia, realmente, abandonar essa luta. Porque o desafio que se apresenta aos homens públicos brasileiros, na presente década, é o mais nobre, o mais rico e o mais poderoso que podemos imaginar: libertar a grande massa do nosso povo, definitivamente, da servidão à miséria, à fome, à ignorância e ao medo. Quem já participou dessa luta, quem já compreendeu a sua significação para a felicidade de cada um dos nossos irmãos, não pode satisfazer-se com motivações menores. E se convence de que, diante desse objetivo nacional, fundamental, da grandeza da obra a realizar e da riqueza dos frutos a colher, ganha cores de traição à Pátria a ação social ou política que, inspirada em interesses, vaidade, preocupações, conveniência ou objetivos pessoais, contribui

para tornar mais difícil a nossa tarefa, ou simplesmente deixa de somar esforços para que possamos alcançar esse objetivo maior.

Ao me despedir dos ilustres membros do Congresso Nacional, tenho em meu pensamento esse nosso povo, bom, humilde, paciente e trabalhador, ao qual aprendi a servir nesta Casa.

Desço desta tribuna com a confiança renovada nas instituições da democracia representativa que praticamos, e certo de que a condução dos negócios da Nação se acha bem entregue à sabedoria e ao patriotismo dos representantes do povo, ao descortino e alto senso democrático do Presidente João Goulart, cujas responsabilidades históricas a cada dia mais o credenciam no respeito e na admiração de todos os brasileiros.

*O Sr. Pinheiro Chagas* – Sr. Primeiro-Ministro, permita V. Exa. que eu preste, na oportunidade, um depoimento. O exercício da liderança da Maioria, proporcionando-me um contato mais frequente com V. Exa., fez-me ver, e ver de perto, confirmadas e reafirmadas aquelas raras virtudes de homem público que formam e informam a forte personalidade política de V. Exa. Assumindo o governo em hora amarga para os destinos nacionais, foi como se V. Exa. e os seus denodados companheiros de ministério houvessem sido convocados para pôr ordem no caos e imprimir rumo à tempestade, em tal forma eram difíceis as circunstâncias. Pois bem, Sr. Primeiro-Ministro, o Gabinete que hoje se despede, cumpriu com galhardia a sua missão, levando a cabo uma obra de governo em que sobressaem a pacificação política, o desarmamento dos espíritos e, acima de tudo, a consolidação das instituições democráticas. Essa obra de governo, Sr. Ministro, resistirá ao tempo e há de deixar vestígios até na memória dos ingratos.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradecendo a manifestação de solidariedade que me traz o nobre líder, Paulo Pinheiro Chagas, e com as palavras que proferi, apresento a V. Exas. a minha renúncia ao cargo de presidente do Conselho para atender ao disposto no art. 139, item 5, da Constituição brasileira. Com a minha demissão e a de todos os colegas de Gabinete, damos ensejo a que se cumpram e se adotem as providências do Ato Adicional.

## Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Duas foram as notas dominantes da atuação do Ministério da Justiça neste governo. Já constavam elas do discurso que o ministro pronunciou por ocasião de sua posse: a primeira era a de promover ou incentivar as condições de convivência entre todos os homens públicos deste País, de sorte a facilitar o diálogo democrático entre os diversos partidos que compõem o seu espectro político. Disse ele, naquela ocasião, que era um homem aberto a todos os que o quisessem ouvir, que a sua missão era não só reduzir divergências, onde isso fosse possível, mas sobretudo a de fazer com que essas divergências fossem objeto de debate e da troca política de impressões e opiniões como repetidamente fez sentir, não se tinha com isso o propósito de propiciar barganhas ou suprimir artificialmente pontos de vista honestamente sustentados. A preocupação era a de servir ao País, entendimento necessário a superar as grandes dificuldades da hora presente e de estabelecer resultantes para a solução democrática de seus problemas fundamentais. Nessa missão, a que se impôs desde o primeiro dia, crê o governo ter sido bem-sucedido. Em nenhum ponto do território nacional precisou alguém de ter assegurado um direito ou uma garantia, sem que o Ministério da Justiça, dentro dos estreitos limites de sua capacidade de atuar, procurasse fazer valer a Constituição e a lei. Pode mesmo ufanar-se de que, saído de um período difícil, em que as paixões se exacerbaram, conseguiu o Gabinete reduzir arestas e criar condições de convivência política que, à época de sua ascensão, pareciam difíceis, se não impossíveis.

Vale assinalar que as manifestações mais exacerbadas de paixão política tiveram, sempre que ultrapassaram os limites do permissível, sua condenação e repressão. Atentados de natureza política ocorridos na Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul foram investigados pelas autoridades policiais locais, como manda a lei, tendo o ministro da Justiça as condições que dão origem a essas manifestações de criminalidade política.

O problema político surgido no Estado do Rio de Janeiro, com o funcionamento, em prédios separados, de gabinetes de deputados pertencentes à sua Assembleia Legislativa, foi dos mais delicados. Com a assistência do Ministério da Justiça e a cooperação dos homens públicos

fluminenses, foi possível encontrar o terreno em que se ajustaram as diferenças, e se restabeleceu a vida da Assembleia.

O Ministério da Justiça, como responsável pela ordem jurídica básica, pela segurança interna e pelas relações da Federação, está desaparelhado e desatualizado na sua estrutura. Para que se ponha em condições de exercer o papel que lhe cabe na vida do País, urge uma reforma substancial em sua dinâmica, criando novos órgãos e modificando alguns dos existentes. Para isso trabalhou o ministério no presente governo, estabelecendo as primeiras diretrizes dessa reforma, que cada dia se faz mais urgente. A mudança da Capital, com a transferência de uma série de serviços para o Estado da Guanabara, acentuou ainda mais o problema e deu ainda maior importância à reestruturação do ministério, que caberá ao governo prosseguir e concretizar.

Vale assinalar, finalmente, que o Gabinete atribuiu ao Ministério da Justiça a responsabilidade de fazer a triagem, apurar responsabilidades e encaminhar as conclusões de uma série de sindicâncias que estavam em andamento em órgãos federais. Uma comissão, designada pelo presidente do Conselho de Ministros, foi posta em atividade só para esse trabalho. Trinta e oito sindicâncias foram entregues ao ministério, algumas delas com 30 ou 40 volumes. Destas, 13 já foram analisadas e encaminhadas ao presidente do Conselho, que determinou as providências cabíveis, transformando a maioria delas em inquéritos administrativos, que estão em andamento. Todas as exposições de motivos do Ministério da Justiça referentes às sindicâncias foram amplamente divulgadas na imprensa, para conhecimento do País.

### **Ministério da Agricultura**

Aumento da produtividade e humanização do homem do campo – esse foi o binômio em torno do qual gravitou a política agropecuária do governo, orientada sempre no sentido de conquistar a indispensável confiança das populações rurais, estimulando-as a participar ativamente do processo da sua integração definitiva na vida econômica nacional. O trabalho do Ministério da Agricultura, desde a implantação do regime parlamentarista até esta data, orientou-se dentro desses princípios, encontrando a sua expressão mais legítima na elaboração do anteprojeto de reforma agrária, encaminhado ao Conselho de Ministros e na

preparação do anteprojeto de lei que institui o Fundo Federal Agropecuário, ora em tramitação no Congresso.

### ***Reforma agrária***

Depois de muitos estudos, que abrangeram os mais diversos aspectos da obsoleta estrutura agrária do País, o Ministério da Agricultura encaminhou ao Conselho uma sugestão de emenda constitucional e um projeto de lei ordinária, objetivando a concretização de uma reforma agrária. A sugestão de emenda constitucional objetiva transferir para a União a arrecadação do Imposto Territorial Rural, mediante compensação aos municípios, de mais 3% do imposto de renda, além da alíquota que já lhes é destinada. A lei ordinária visa a imprimir sentido social ao exercício do direito de propriedade rural e cria uma autarquia federal, a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que será o órgão executor dessa política. A definição dos casos de desapropriação por interesse social, a nova disciplina legal para a locação e a parceria rurais, a extensão da legislação trabalhista ao homem do campo e a adoção de processo sumário para a solução de litígios entre proprietários, arrendatários, parceiros e trabalhadores das zonas rurais são alguns dos aspectos tratados no projeto do Conselho de Ministros.

Na mesma ocasião e como base para o encaminhamento desta reforma agrária, o Conselho de Ministros criou o Conselho Nacional de Reforma Agrária, que fará a formulação das diretrizes para essa renovação nacional, coordenando atividades de outros órgãos e traçando normas que venham tornar mais fácil o trabalho da Supra, quando esta se tornar realidade. O CNRA já está em ação e se dedica no momento a um exame da situação dos órgãos do poder público vinculados direta ou indiretamente a uma reforma agrária.

### ***Fundo Federal Agropecuário***

Em novembro de 1961, o Conselho de Ministros aprovou por unanimidade o anteprojeto de lei que cria o Fundo Federal Agropecuário, que ora segue tramitação normal na Câmara. Este fundo, primeiro grande passo para valorizar o Ministério da Agricultura e dar-lhe meios para uma grande mobilidade de ação, proporcionará recursos para a implantação de uma política agropecuária moderna destinada a aumentar a

produtividade das áreas rurais e a conter a elevação do custo de vida. O fundo destina-se ainda a entrosar os trabalhos de pesquisa e experimentação agrícola e permitirá uma eficaz cooperação com os governos estaduais e municipais, já que prevê formas de acordo e assistência, que facilitarão o acesso da técnica do ministério ao interior dos grandes estados e aos mais remotos rincões do País.

### ***Superintendência de Armazéns e Silos***

Quando o Conselho de Ministros se instalou, encontrou criada, há menos de um mês, a Superintendência de Armazéns e Silos. Um projeto de lei que transforma o órgão em autarquia foi remetido ao Congresso, e aberto um crédito de 5 bilhões para 1962 e mais 5 bilhões anuais até 1966. A necessidade de uma rede de armazéns e silos bem distribuída em todo o País é uma necessidade evidente e só com ela poderá funcionar uma política de contenção de preços de produtos agrícolas. Enquanto o projeto de lei não for aprovado no Congresso, a SAS terá à disposição as verbas da Comissão Executiva de Armazéns e Silos e a receita dos seus armazéns, além de 600 milhões de cruzeiros da Capa.

### ***Entrepósitos frigoríficos***

Dentro do mesmo objetivo de estimular medidas destinadas a reduzir as desigualdades verificadas na safra e entressafra e nos problemas resultantes das dificuldades de transporte, o governo decidiu estimular a construção e instalação de entrepostos frigoríficos. Para isso foi baixado decreto, criando facilidades creditícias e fiscais às empresas que se propuseram a construir frigoríficos dentro dos planos do Ministério da Agricultura.

### ***Seguro agrícola***

Conselho de Ministros aprovou proposta do ministro da Agricultura, remetendo à Câmara anteprojeto de lei que estabelece normas para a implantação do seguro agrícola em todo o País. Foi também proposto o aumento do capital da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, de 100 para 800 milhões de cruzeiros, dando à sociedade base para suportar os encargos da reorganização do seguro agrícola no País e a extensão de suas atividades a todos os estados.

### ***Indústrias de origem animal***

O Conselho aprovou um plano e remeteu ao Congresso anteprojeto de lei dispendo sobre a instalação, no Norte e no Nordeste, de uma rede de estabelecimentos industriais de produtos de origem animal. Essa rede, que protegerá sobremaneira a pecuária da região, impedirá que continue o Norte e o Nordeste a consumir charques, produtos cárneos e derivados de leite procedentes do Centro e do Sul e até do estrangeiro, como ocorre ainda hoje.

### ***Revenda de material agropecuário***

O Ministério da Agricultura, neste governo, reestruturou a revenda de material agropecuário, criando a Comissão de Revenda de Material Agropecuário (CRMA) e estabelecendo condições para o maior acesso dos lavradores à maquinaria e aos implementos agrícolas. Do arame farpado ao trator pesado, a CRMA está estendendo sua ação e fazendo sentir a sua presença em todo o País.

### ***Pesquisas agronômicas***

Os serviços de pesquisas agronômicas foram entrosados de forma a que os 350 postos de pesquisas passaram a trabalhar coordenados com a rede experimental. Dois grandes programas foram iniciados: o Plano Nacional do Milho Híbrido e o Plano Nacional da Experimentação do Café, visando ao aprimoramento da qualidade dos nossos produtos agrícolas.

### ***Produção animal***

Este governo reformulou o Plano Quinquenal de Produção Animal, ajustando-o aos projetos da Aliança para o Progresso. Um amplo trabalho de amparo à pecuária nordestina foi iniciado ao mesmo tempo em que se procurava dar ênfase à exportação de carnes, para a retomada do mercado internacional. A campanha de controle e erradicação da febre aftosa foi incentivada, e um programa de melhoria dos plantéis, através da revenda de reprodutores, mereceu especial atenção do ministério.

### ***Produção vegetal***

Cento e vinte milhões estão sendo aplicados na recuperação de tratores que estavam parados entre a Bahia e o Piauí. As patrulhas mecanizadas, que estão sendo reequipadas com maquinaria nacional, e o combate às pragas são uma constante dos postos agropecuários, nos quais estão sendo investidos recursos amplos.

### ***Trigo***

Rio Grande do Sul recebeu 1 bilhão de cruzeiros para fomento à triticultura, e mais 230 milhões foram destinados a outros estados com o mesmo objetivo. A fraude à comercialização do trigo foi violentamente combatida, e foi proibida a concessão de autorização para novos moinhos através de decreto do Conselho de Ministros, que visa evitar o expansionismo desordenado da indústria moageira.

### ***Algodão***

A Junta Nacional de Algodão (Junal), criada para dar nova formulação à política algodoeira do País, estudou e fixou cotas de exportação e estabeleceu preços mínimos, criando condições satisfatórias à rentabilidade agrícola e ao abastecimento da matéria-prima destinada à indústria nacional e aos mercados de exportação.

### ***Pesca***

Foram revistos vários contratos lesivos aos interesses nacionais e procedeu-se à nacionalização de várias empresas estrangeiras que exploravam a indústria da pesca em nosso País. O Entreposto Federal do Rio de Janeiro foi reformado e recuperado, e o problema da pesca do atum e da lagosta no Nordeste foi racionalizado de forma a impedir que se prosseguisse na matança desordenada, que era inteiramente prejudicial à exploração. A escola de pesca de Tamandaré, segundo estudos do ministério, deverá se transformar em fundação, para isso tendo sido remetida mensagem ao Congresso. A nova entidade será o maior centro nacional de treinamento e adestramento de profissionais necessários à modernização e ao aprimoramento da pesca no Brasil.



### ***Economia rural, crédito e cooperativismo***

Dentro do programa da Aliança para o Progresso, foi elaborado o Plano Nacional de Incentivo ao Cooperativismo e o Plano Nacional de Economia Rural, cujos resultados se farão sentir nos próximos anos. O crédito rural foi estimulado, e, em cooperação com o Banco do Brasil, tiveram maior assistência creditícia os pequenos e médios produtores, através, inclusive, das 180 unidades móveis de crédito ora em funcionamento.

### ***Encontros regionais***

O ministério fez realizar três encontros regionais – no Nordeste, no Sul e no Centro-Oeste – dos órgãos do Ministério da Agricultura, procurando unificar planos e traçar diretrizes coordenadas.

### ***Capa***

A Comissão de Amparo à Produção Agropecuária, órgão de cúpula do qual participam os ministros da Fazenda e da Agricultura e o presidente do Banco do Brasil, realizou 19 convênios e aplicou 999 milhões durante esse convênio.

### ***Lei Florestal***

Como uma das últimas medidas do Ministério da Agricultura neste governo, foi aprovado pelo Conselho o anteprojeto da nova Lei Florestal, que reformula a política brasileira de proteção às matas e florestas e cria condições para o reflorestamento em todo o País.

### **Ministério do Trabalho e Previdência Social**

A ação do Ministério do Trabalho e Previdência Social se caracterizou pelo constante esforço em prol da tranquilidade social. A ação conciliatória da Pasta se fez sentir sempre nas disputas entre empregados e empregadores, e só no Departamento Nacional do Trabalho foram resolvidos 83 dissídios, neste período, com a assinatura dos respectivos acordos salariais. Nas delegacias regionais foram assinados perto de mil acordos. De outubro a dezembro, período crítico das revisões salariais, vários grandes dissídios com ameaça iminente de greve foram solucionados, graças à ação conciliatória do Ministério do Trabalho, tendo sido

assinados, no período, 64 acordos pacíficos. Apesar da gravidade da situação em que nos encontramos, foi esse o período de menor índice de greve, comparado com meses idênticos nos últimos dez anos.

O ministério intensificou os estudos para a concessão de um salário-família ao trabalhador, como exigência de justiça social, cumprimento de imperativo constitucional e criação de um clima de trabalho mais propício à produção. A mensagem foi enviada à Câmara no ano passado e já tem pareceres favoráveis e unânimes das Comissões de Justiça e de Legislação Social.

### *Casa própria*

O problema da casa própria para o trabalhador foi um dos que mais atraíram a atenção do Gabinete. Um Plano Nacional de Habitação foi estruturado, aproveitando-se, para isso, a experiência, a organização e os recursos das entidades públicas e privadas já existentes e atuantes no setor. Como parte desse plano, foi criada a Comissão Nacional de Habitação, em novembro último, com o objetivo de coordenar os esforços do governo e dos particulares para a solução do magno problema. O Plano Nacional de Habitação foi dividido em vários setores, abrangendo os institutos de previdência, as Caixas Econômicas Federais, a Fundação da Casa Popular, e mais órgãos estaduais, municipais e particulares, especialmente as cooperativas de habitação. Baseado nos princípios da descentralização, da rotatividade dos recursos, da cooperação dos interessados e do reajustamento das prestações proporcionalmente às variações do salário mínimo, o plano tem condições de enfrentar até as dificuldades de nossa economia inflacionária, que vinham quase inócuos todos os esforços anteriores para a concessão de casa própria ao trabalhador. Vale assinalar que o plano não ficou apenas no papel e já está em fase de execução. Seus primeiros passos foram dados nos institutos de previdência onde, depois de dez anos, foram abertas as inscrições para o financiamento da casa própria dos segurados.

Nos dez meses de ação do Gabinete foi inteiramente respeitada a autonomia e a liberdade sindical. O ministro do Trabalho reconheceu 132 novos sindicatos, inclusive de trabalhadores agrícolas, dando início oficial ao inadiável movimento de sindicalização rural. Duzentos cursos

de formação sindical foram ministrados em 14 estados, com grande frequência de líderes e militantes sindicais.

O Gabinete enviou mensagem ao Congresso, atualizando o cálculo das multas impostas aos infratores da legislação de proteção ao trabalho, tornando-as proporcionais ao salário mínimo e evitando que as sanções se tornassem cada vez mais irrisórias, como consequência da desvalorização da moeda.

O exercício das profissões de assistente social, jornalista, aeroviário, aeronauta e obstetrix foi regulamentado ou disciplinado nesses dez meses.

Um projeto de reorganização administrativa do ministério foi cuidadosamente estudado e permitirá uma radical descentralização administrativa, com a criação de nove delegacias regionais. Do projeto consta também a criação de um novo Departamento Nacional de Salário e Mão de obra e de um Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, órgãos dos mais necessários à moderna dinâmica da Pasta.

Finalmente, foi obra desse governo a expedição de uma série de medidas complementares, para dar cumprimento à Lei Orgânica da Previdência Social. Dentre elas, destacam-se: o Regulamento do Serviço Atuarial do ministério; o Regulamento do Conselho Superior da Previdência Social; o projeto de lei relativo à criação do quadro do Conselho Superior da Previdência Social; a expedição de decreto dispondo sobre a emissão de apólice no valor de 100 bilhões, para liquidação do débito da União para com a Previdência; as instruções reguladoras da concessão de aposentadoria especial aos que exercem atividades insalubres, perigosas e penosas; o projeto de lei dispondo sobre a assistência e a previdência social das empregadas domésticas; o parcelamento dos débitos das Santas Casas; a cobrança excepcional das dívidas das empresas de serviços públicos.

### **Ministério da Educação e Cultura**

No campo da educação, mais do que em qualquer outro, revela-se hoje o grau de maturidade que a Nação vai, afinal, alcançando no esforço por equacionar realisticamente os problemas do desenvolvimento, e por encaminhá-los à solução com os recursos materiais e técnicos disponíveis e dentro de prazos previstos. É flagrante em todo o País o descontentamento de todas as camadas da população com os serviços

educacionais oferecidos, e provavelmente nenhuma reivindicação é hoje mais sentida que a de conduzir a União, os estados e os municípios a uma orientação que permita prover, rapidamente, mais e melhores escolas de todos os níveis à infância e à juventude.

A ação do governo, neste campo, caracterizou-se pela energia e realismo com que lutou pela consecução dos seguintes objetivos:

1. por superar o espontaneísmo vigente na atuação do Ministério da Educação e Cultura, através da introdução dos princípios e das técnicas de planificação, a fim de obter, dos ponderáveis recursos que a Nação despense com a educação, uma melhor distribuição pelos vários ramos do ensino e mais alto rendimento em benefícios para a comunidade;
2. por voltar mais decididamente a atenção do governo federal para a ajuda aos estados e municípios nos seus esforços pela expansão e pelo aprimoramento das respectivas redes de ensino primário e médio, superando, assim, a deformação que conduzia a União a cuidar quase exclusivamente do ensino superior, em prejuízo da educação popular;
3. por melhor atender às necessidades educacionais da maioria dos brasileiros que, vivendo em zonas rurais desprovidas de quaisquer condições de conforto, só servidas por escolinhas municipais, entregues a professoras improvisadas, incapazes de educar os milhões de crianças entregues aos seus cuidados, era, até agora, desassistida pelos governos estaduais e pelo governo federal;
4. por coordenar a ação das diversas campanhas, comissões e serviços em que se seccionou a atuação educacional do governo federal, onerando os custos dos órgãos regulares pela sua duplicação e impossibilitando qualquer programação que tivesse em vista alcançar objetivos bem definidos em prazos previstos;
5. por ampliar as disponibilidades de educação média oferecidas à juventude brasileira, através da libertação das atividades educacionais, públicas e privadas, do cipoal de normas cartoriais que tolhiam e dificultavam a sua ação, e mediante a constituição e

multiplicação, por todo o País, de um modelo novo de educandário – os ginásios industriais – melhor adaptado às necessidades na renovação tecnológica e que já não pode ser atendida pelo padrão tradicional do liceu acadêmico;

6. pela criação de órgãos técnicos de estudo e planejamento, dotados da necessária autoridade, dos recursos de pessoal e de documentação para avaliar criteriosamente as necessidades mínimas nacionais em matéria de educação, estabelecer as prioridades que mais se recomendam ao seu atendimento, fixar o campo de ação dos diversos órgãos e serviços, coordenar a utilização de recursos nacionais e de outras fontes, capazes de contribuir para o custeio de um plano integrado de educação nacional, que permita preencher, dentro de um prazo previsto, os requisitos educacionais do desenvolvimento;
7. por conduzir o País à plena consciência da gravidade da situação educacional e dos riscos dele decorrentes para a preservação da ordem democrática e para a manutenção do ritmo de desenvolvimento que até agora experimentamos e, deste modo, por mobilizar os recursos e energias de todos os que possam contribuir para a imediata ampliação das oportunidades de educação popular, de modo a recuperar, prontamente, para si próprio e para a Nação, os milhares de brasileiros que, marginalizados pelo analfabetismo, estão incapacitados de integrar-se na vida nacional como cidadãos e como fatores de produção e de enriquecimento;
8. por levar as autoridades mais responsáveis pelo sistema educacional – na órbita municipal, estadual e federal, tanto no campo técnico como no administrativo e em todos os ramos do ensino – a uma tomada de consciência crítica das deficiências de sua atuação e do campo aberto à sua iniciativa, através de dezenas de reuniões que propiciaram, além de fecundas trocas de experiências, a oportunidade de fixarem-se objetivos educacionais comuns a serem alcançados em escala nacional;
9. por mobilizar os recursos privados para o custeio das tarefas da educação, tanto nas empresas que, contando com mais de

uma centena de empregados, têm obrigação constitucional de fazê-lo, como dos órgãos de imprensa, de difusão pelo rádio e pela televisão e de publicidade que, pela própria natureza dos serviços que exploram, mais e melhor, podem voltar-se à causa da recuperação cultural e cívica dos brasileiros analfabetos;

10. por levar a rede federal de ensino superior a um mais vívido reconhecimento das suas responsabilidades sociais para com a Nação, mediante a ampliação das vagas abertas nos exames vestibulares, o aproveitamento dos recursos subutilizados de materiais e de pessoal, de modo a baixar o custo aluno-ano, através da adaptação dos seus programas de estudo e de pesquisa às necessidades do desenvolvimento nacional.

### ***Reestruturação***

Para a unificação de sua ação por estas normas, o Ministério da Educação devotou-se, nos últimos meses, à sua própria reestruturação e à coordenação do sistema educacional brasileiro, através da execução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, sancionada a 20 de dezembro de 1961, veio libertar os educadores brasileiros dos principais óbices estruturais que se opunham à expansão e ao aprimoramento do ensino primário, médio e superior do País.

Dando execução à lei básica, foi composto o Conselho Federal de Educação, que, com a colaboração dos diversos órgãos do ministério, vem se devotando, desde a sua posse, com a máxima aceitação em todo o País, às tarefas que lhe foram entregues, dentro do espírito fixado pelo Poder Legislativo, de:

1. proceder à descentralização administrativa, de modo a tornar as autoridades educacionais efetivamente responsáveis por sua própria ação;
2. ensejar maior variedade de cursos nas escolas de nível médio e superior, permitindo, assim, a adaptação realística às necessidades e às condições nacionais e regionais;
3. assegurar real autonomia aos sistemas estaduais de ensino;

4. estabelecer as bases para a implantação progressiva do princípio de planejamento na atuação educacional, mediante a utilização dos fundos do ensino primário, médio e superior.

Dentre as iniciativas de caráter renovador, tomadas pelo Ministério da Educação e Cultura, destacam-se:

1. a criação da comissão de planejamento do setor educacional no corpo da planificação integral do desenvolvimento;
2. a instalação da direção nacional e das administrações estaduais da Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, bem como a liberação dos recursos financeiros superiores a um bilhão de cruzeiros, para que inicie seus trabalhos em sete estados da União, ainda no corrente exercício;
3. criação de um serviço nacional de assistência aos municípios e às redes educacionais na implantação de bibliotecas populares e de bibliotecas educativas, que tornem o livro efetivamente acessível a toda a população;
4. a reorganização e ampliação do programa de cursos de aperfeiçoamento do magistério primário e de formação de especialistas em educação, que estão sendo ministrados a mais de 300 professores de todo o País, em cinco diferentes centros;
5. a elaboração de guias de ensino de matemática, de linguagem e de ciências para o professor primário, destinadas a elevar o nível de rendimento das redes escolares do País;
6. a unificação, através de uma coordenação geral, das diversas campanhas incumbidas de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário e a criação de comissões estaduais de fiscalização e controle, que permitirão a edificação de 4 mil salas de aula e o fornecimento do material didático para as mesmas e a construção e equipamento de 50 oficinas para artes industriais;
7. o atendimento às necessidades da Campanha Nacional de Material Didático que, apesar da elevação do custo do papel,

pôde ampliar seu programa de ação, de modo a produzir nos últimos dez meses cerca de 500 mil exemplares de livros da série de dicionários, enciclopédias e atlas, além de 5 milhões de cadernos escolares, e preparar, para lançamento, até o fim do ano, o dobro dessas tiragens;

8. as diversas campanhas a cargo do Departamento Nacional de Educação, cujo caráter duplicativo e fracionário impossibilitavam uma ação conjunta, tiveram suas áreas de atividade definidas e foram reorganizadas de modo a poder atuar unificadamente, mediante a criação de uma associação geral com funções de coordenação.

### ***Ensino médio***

A atividade do Ministério da Educação e Cultura, no campo do ensino médio, experimentou profundas transformações por força da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujos efeitos descentralizadores e de ajustamento do ensino às necessidades de uma sociedade em franca industrialização estão alcançando a melhor receptividade em todo o País.

Neste setor, merece destaque o programa de ginásios industriais, cuja organização flexível permite atender melhor às aspirações de educação de nível médio da família brasileira, combinando um curso de valor igual ao secundário com uma sólida formação técnica para o trabalho. Ainda este ano serão inaugurados 40 desses estabelecimentos, construídos pelo Ministério da Educação, e outros 27 ginásios do tipo tradicional serão adaptados para funcionar como ginásios industriais.

Vivemos, hoje, no Brasil, o momento de mais profunda autorreflexão sobre os objetivos e os métodos de educação nacional. Professores, estudantes e administradores preocupam-se igualmente na procura dos caminhos que mais se recomendam para superar o atraso do sistema educacional em relação a quase todas as outras esferas da vida nacional e em levar a toda a população a consciência da gravidade deste descompasso. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é o resultado principal deste clima, funciona, agora, como seu intensificador, porque de fato está devolvendo aos educadores a autoridade e a responsabilidade



na fixação da política educacional brasileira, que, por tantos anos, fora monopolizada pela máquina burocrática e cartorial em que se transformara o Ministério da Educação.

### *Ensino superior*

No campo do ensino superior são assinaláveis os seguintes passos para a renovação e o progresso:

1. a criação e implantação da Universidade de Brasília, que se vem processando com a colaboração e o entusiasmo de dezenas de cientistas e intelectuais, que veem nela não apenas uma universidade a mais, somando-se às 32 existentes, mas a grande experiência de criação no Brasil de uma estrutura autenticamente universitária, e como o passo mais decisivo e mais fecundo no sentido da reforma do ensino superior brasileiro e sua adaptação aos progressos da ciência e da tecnologia e às necessidades do desenvolvimento. Instituída a 15 de dezembro de 1961, a Universidade de Brasília inaugurou, em abril último, os seus cursos regulares, admitindo cerca de 500 alunos em oito diferentes carreiras. Deverá instalar, em dezembro de 1963, o seu corpo de institutos centrais de Ciências, Letras e Artes, que funcionará como centro nacional de pesquisas e de formação do magistério de nível superior;
2. a reorganização da Diretoria de Ensino Superior, para atuar como órgão técnico de planificação e de assistência à rede nacional de universidades e escolas, com inteiro respeito às respectivas autonomias, mas com o encargo de conduzi-las a alcançar o máximo de resultados educacionais, sociais e culturais, com os recursos que a União lhes assegura, através de uma maior preocupação com os custos da educação e do máximo zelo na elevação dos seus padrões de ensino;
3. criação do Fórum Nacional de Reitores como órgão normativo do ensino superior, através do qual serão fixados os critérios de expansão da rede – excluída a possibilidade de novas federalizações – de princípios que deverão reger a adequação do sistema

educacional às necessidades do mercado de trabalho e às normas de elaboração do programa de financiamento do ensino pela União;

4. reorganização da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, de modo a atrair a colaboração dos principais cientistas e tecnólogos do País na elaboração do seu plano de ação que visará, essencialmente, criar novas condições para que as universidades formem prontamente os quadros técnicos de que o País necessita, planejar e pôr em execução um amplo programa nacional de aperfeiçoamento de pessoal docente de nível superior;
5. convocação de 28 comissões de peritos para assessorar o Ministério da Educação na formulação do Plano Nacional de Ensino Superior e de comissões especiais para estudo do currículo mínimo das diferentes carreiras, em colaboração com o Conselho Federal de Educação.

### **Ministério da Viação e Obras Públicas**

O Gabinete aprovou, em fins de 1961, o decreto submetido pelo ministro da Viação criando o Conselho Nacional de Transportes, com o objetivo de estudar e definir a política geral de transportes no País e de coordenar os investimentos federais no setor. O órgão, dos mais necessários, visa a unificar o planejamento dos transportes no País e a reduzir áreas de atrito e de competição estéril entre o transporte marítimo, ferroviário, aéreo e rodoviário.

#### ***Setor rodoviário***

A orientação do MVOP no setor rodoviário pautou-se por dois pontos básicos: integral apoio ao Plano Quinquenal de Obras (1961-1965) e especial ênfase à construção da Transnordestina e da Transbrasiliana, além das obras em execução na BR-002, BR-004, BR-005, BR-011, BR-035 e BR-104.

Créditos especiais foram abertos para a conclusão da Rio-Bahia (BR-004) e da Feira de Santana-Fortaleza (BR-013) e para a duplicação da pista da BR-002 (São Paulo-Rio). Se não faltarem recursos, o governo

chegará ao fim do ano com 3.000km de novas rodovias pavimentadas e 4.000km de terraplenagem concluída. A Rio-Bahia estará pronta, asfaltada e em uso. A Cuiabá-Acre estará inteiramente aberta. O trecho São Paulo-Jacareí estará duplicado e quase pronta a grande ponte da BR-034 sobre o rio Paraná, com mais de 2.000m de extensão.

O Ministério da Viação trabalhou ativamente para que recursos da Aliança para o Progresso fossem destinados a setores importantes do Plano Rodoviário Nacional, reforçando dotações destinadas à Rio-Bahia e à Bahia-Fortaleza, ao eixo Mato Grosso-São Paulo, e aos trechos Belo Horizonte-Canal de São Simão, Belo Horizonte-Vitória, Curitiba-Paranaguá, Ponta Grossa-Paranavaí, Porto Alegre-Uruguaiana e Pelotas-Chuí, do Plano Rodoviário.

### *Setor ferroviário*

O governo deu especial atenção ao programa da Rede Ferroviária Federal destinado à redução do déficit operacional, responsável por grande parte do desequilíbrio orçamentário do País. Foi grandemente incentivado o transporte das grandes massas, mormente o de minério de grande rentabilidade. A infraestrutura das ferrovias foi melhorada reaparelhando-se muitas delas no que toca ao material rodante e de tração. Foram suprimidos vários ramais antieconômicos, intensificados os trabalhos de interligação das diversas redes e acelerada a construção do tronco principal sul e da chamada Linha do Trigo.

O governo adquiriu 309 máquinas, das quais 199 já foram entregues no ano passado e 110 têm sua entrega programada para fins do ano corrente. As tarifas foram realisticamente reajustadas, principalmente as referentes ao transporte de passageiros. Uma nova política de pessoal foi adotada, regularizando-se a situação de vários quadros e reduzindo-se os efetivos sem prejudicar nem ferir direitos adquiridos.

As receitas foram aumentadas substancialmente. De janeiro a maio só a receita da Central do Brasil e da Santos-Jundiaí superou a de toda a Rede Ferroviária Federal no mesmo período do ano anterior. De janeiro a maio a Central do Brasil arrecadou 4 bilhões contra apenas 2 bilhões no mesmo período em 1961. As receitas da Rede Mineira, Santos-Jundiaí, Paraná-Santa Catarina, Leste e Nordeste, passaram de

1,7 bilhão no primeiro trimestre de 1961 para 2,9 bilhões em igual período de 1962.

Vale assinalar ainda, nos programas da RFF, a concorrência para a aquisição de 100 trens-unidades destinados ao transporte suburbano do Rio de Janeiro, concorrência essa que se acha em fase de julgamento. E no setor de construções rodoviárias é de salientar a ênfase dada por este governo às obras do tronco principal sul, que se destina a ligar a Guanabara a Porto Alegre, em bitola larga.

### **Portos**

O governo se empenhou vivamente no programa de reaparelhamento e modernização da rede nacional de portos. Um conjunto de grandes obras está em andamento, a mais importante delas no Rio de Janeiro, onde se constrói um cais de minério e carvão. Neste terminal, ainda não concluído, já se processou a exportação de mais de 1 milhão de toneladas de minério em 1961. Quando pronta a obra, o terminal poderá exportar até 7,5 milhões de toneladas de minério e importar 1 milhão de toneladas de carvão anualmente. Este governo já inaugurou a muralha do cais acostável do Parque do Minério e Carvão do Rio de Janeiro, com o comprimento de 432m, o que possibilitará a breve liberação de 700m de cais acostável no cais de São Cristóvão, para embarcações de grande e pequena cabotagem.

O governo prosseguiu a construção do porto de Itaquí, no Maranhão, e espera concluir em setembro 400m de cais no porto de Mucuripe, em Fortaleza. Esse porto está sendo ampliado, e para ele se estuda a construção de um parque de minério, que exportará 1 milhão de toneladas de magnesita e gipsita por ano.

O cais de Recife está sendo ampliado em 470m, com trabalhos de dragagem que se destinam a restabelecer a profundidade operacional. Prosseguem as obras de modernização do cais de Aracaju e de Salvador, esse último equipado com aparelhagem para descarga de trigo a granel.

O porto de Vitória teve sua dragagem concluída para 13,5m de profundidade, o que já possibilitou a entrada de navios com 35 mil toneladas, no cais, de minério da Companhia Vale do Rio Doce.

A barra do porto de Rio Grande está sendo aberta para 11m de calado, o que possibilitará a entrada de petroleiros.

O porto de Paranaguá está tendo sua bacia de evolução dragada e os canais da lagoa dos Patos estão sendo dragados para 6,5m de calado.

Para atender ao incremento da exportação de minério está ainda o governo empenhado na construção, em Angra dos Reis, de um embarcadouro moderno que permitirá exportar até 3 milhões de toneladas através de um terminal da Rede Mineira de Viação. Em Santa Cruz, na Guanabara, está o governo federal colaborando com o estado para a realização de um projeto semelhante que permitirá a saída de 10 milhões de toneladas de minério pela Central do Brasil.

### *Construção Naval*

Um programa de desenvolvimento da Marinha Mercante e de estímulo nos estaleiros nacionais foi posto em prática pelo Gabinete. A Comissão de Marinha Mercante encomendou em estaleiros do Brasil 17 navios cargueiros que totalizam 76 mil toneladas, além de duas barcas para o serviço de passageiros Rio-Niterói, e de três navios-curral e oito grandes chatas para o Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Mediante concorrências públicas, pagas com os recursos do Fundo de Marinha Mercante, foram encomendados em estaleiros estrangeiros, até fins do ano passado, 18 navios cargueiros (já recebidos) e 4 navios de passageiros. As receitas do Fundo de Marinha Mercante atingiram 5 bilhões no ano passado e deverão chegar a 8,5 bilhões no ano corrente.

Com esses recursos e com as economias resultantes do plano de extinção de subsídios para auxílios salariais a empresas de Marinha Mercante particulares, o governo decidiu-se a encomendar mais 51 mil toneladas assegurando a sobrevivência do novo e promissor parque industrial.

### *Comunicações*

Com o objetivo de estabelecer um sistema nacional de comunicações de micro-ondas, telégrafo, telex e telefone, vem o governo remodelando o Departamento de Correios e Telégrafos, visando dar maior aproveitamento a homens, máquinas e instalações. O Plano Postal Telegráfico está sendo cumprido à risca e, com a atualização das tarifas promovida no exercício passado, se conseguirá que o déficit operacional não se eleve desmesuradamente. O DCT realizou, neste governo, a instalação do

circuito Rio-São Paulo em telex, e a inauguração de serviços de telex e telefonia entre os Estados da Guanabara, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Entrepósitos de malas postais foram criados em diferentes estados, para melhoria do sistema de distribuição de correspondência. O serviço postal de Brasília foi racionalizado. O correio aéreo está sendo reorganizado em bases modernas. O telégrafo foi melhorado sensivelmente, com substancial incremento da velocidade de transmissão e entrega das mensagens. Novos funcionários foram admitidos, e se procede no momento à reformulação dos serviços de reembolso postal, de vales postais, de bônus postal e de tráfego postal de malas, ao mesmo tempo em que se procura atender às mínimas necessidades das agências do interior, de há muito abandonadas à própria sorte.

### *Saneamento*

Através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, vem o governo executando importantes obras para recuperar terras destinadas ao uso agrícola e para defender as cidades contra as inundações. Entre as obras de maior vulto está a do abastecimento de água de Belo Horizonte, ora em andamento, bem como o prosseguimento da construção da barragem Chapéu D'Uvas e do acabamento da barragem da Pampulha, na capital mineira. No Rio Grande do Sul, prossegue o DNOS as barragens do Arroio Duro e Laranjeiras e deverá concluir breve a barragem José Maria Filho. Em Recife continua a obra de construção do cais de Imbiribeira e a dragagem dos rios Pojuca e Pina, o que permitirá o aterro e aproveitamento de grandes mangues. Outras obras importantes prosseguem no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Ceará e no Estado do Rio de Janeiro, onde os trabalhos do DNOS não sofreram neste governo qualquer solução de continuidade.

### *Secas*

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, em estreita cooperação com a Sudene, vem trabalhando para recuperar e valorizar grandes áreas do Nordeste. Trabalhos foram desenvolvidos para o aproveitamento das possibilidades de irrigação em bacias fluviais já estudadas, ao mesmo tempo em que se iniciava um trabalho verdadeiramente pioneiro de pesquisa de águas subterrâneas, com excelentes resultados.

Com a utilização de açudes já construídos e em fase adiantada de construção, o DNOCS vai possibilitar a irrigação de 80 mil hectares de terras produtivas no Nordeste. Entre essas obras, ora em andamento ou conclusão, destacam-se o trabalho de salvação da barragem do Banabuiu, a intensificação das obras de finalização de Orós e Caxiforé, a conclusão dos açudes Japi II, Santa Cruz, Samé, Bonito Grande, Bituri e ainda o prosseguimento da construção do açude de Cocorobó, na Bahia.

### **Ministério da Saúde**

O Ministério da Saúde, dentro da orientação geral do Conselho e das possibilidades orçamentárias, deu maior rendimento às suas verbas, visando, preferencialmente, ao ataque às doenças de massa contra as quais já existem meios de controle. Liberadas numerosas verbas no final do ano passado, o governo passou a agir com energia e a preparar o caminho para uma ação mais dinâmica no ano em curso.

### ***Malária***

A Campanha de Erradicação da malária mereceu especial atenção. Dois e meio bilhões de cruzeiros foram liberados e excluídos do plano de contenção de despesas. O programa foi reforçado com a ajuda externa no valor de 5,9 milhões de dólares. Para os trabalhos já foram preparados 2.800 servidores em 139 cursos especializados, e estão sendo treinados mais 3.100 auxiliares. O número de prédios expurgados se elevou, neste governo, a 1,8 milhão em 8.400 localidades diferentes, com o consumo de 913 toneladas de DDT. O consumo de DDT se elevará, no segundo semestre, a 1.943 toneladas, das quais 727 já foram recebidas. A campanha tratou 141 mil pessoas impaludadas, distribuiu 3 milhões de comprimidos e utilizou 638 veículos fornecidos pelo Ponto IV, que estão rodando mais de 700 mil quilômetros por mês.

### ***Poliomielite, varíola, tuberculose***

O ministério deu grande importância à vacinação antipólio e importou vacina Sabin, para cuja aplicação contamos com a cooperação das secretarias de saúde de vários estados. Em 1962 já estão vacinadas 3,4 milhões de crianças, e o ministério já tem em seu poder mais 4 milhões de doses para o segundo semestre do ano.

O Departamento Nacional de Saúde está orientando a campanha para vacinar toda a população brasileira, em convênio com a Organização Sanitária Pan-Americana. O estoque atual é de 8 milhões de doses de vacinas e três laboratórios nacionais estão em condições de produzir 2,6 milhões de doses de vacina liofilizada. A campanha piloto foi iniciada em Sergipe, com êxito total, e até o fim do ano atingirá todos os demais estados.

Com uma nova orientação, visando a aumentar o número de dispensários para tratamento precoce, a luta contra a tuberculose foi dinamizada neste governo. Foram reiniciadas obras para concluir sanatórios em Belém, Natal, Cuiabá e Londrina, há muito paralisadas.

### *Endemias rurais e câncer*

O Departamento Nacional de Endemias Rurais expurgou 650 mil prédios com os recursos que lhe foram proporcionados e está combatendo os focos de insetos transmissores de endemias em vários estados.

Vários hospitais foram equipados para o combate ao câncer e obras foram concluídas em centros especializados que há muito esperavam por providências governamentais. A “ofensiva contra o câncer” foi empreendida pelo ministério sob forma de campanha, cujos resultados já se começam a fazer sentir, atraindo a cooperação das entidades privadas para a luta.

### *Maternidade e infância*

O Departamento Nacional da Criança distribuiu, no segundo semestre de 1961, mais de 200 milhões de cruzeiros com cerca de 1.200 entidades especializadas. Este ano, aqui, a aplicação se elevará a 300 milhões e ganhará novo impacto com a ajuda de 1,4 milhão de dólares obtida para os vários programas. No setor de alimentação, um programa à base de leite em pó e vitaminas foi aplicado e atingiu, no ano passado, 1.250.000 pessoas, entre gestantes, lactentes, pré-escolares e escolares.

O Ministério da Saúde prestou especial atenção ao problema das santas casas de misericórdia, responsáveis pelo tratamento hospitalar da imensa maioria do povo brasileiro. A grave situação econômico-financeira em que se encontravam foi estudada a fundo, e uma série de medidas salvadoras foram propostas ao Conselho de Ministros, que as



aprovou unanimemente, salvando as santas casas de um verdadeiro colapso, entregando-lhes, inclusive, os serviços previdenciários nos locais onde não existem recursos próprios dos institutos.

### **Ministério das Relações Exteriores**

O Conselho de Ministros, no campo da política externa, trouxe em seu programa definições claras de princípios e objetivos, aos quais se ajustou rigorosamente a ação do governo nas iniciativas internacionais que empreendeu.

Enunciamos naquela circunstância o propósito de manter a continuidade da política externa iniciada pela administração precedente e reconhecemos que a posição internacional do nosso País vinha evoluindo constantemente “para uma atitude de independência em relação a blocos políticos militares, que não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição, e que não nos desvincula dos princípios democráticos e cristãos nos quais foi moldada a nossa formação política. Essa posição de independência”, acrescentávamos, “permite que procuremos diante de cada problema ou questão internacional a linha de conduta mais consentânea com os objetivos a que visamos, sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromissos de ação conjunta, ressalvados os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro, e também sem prevenção sistemática em relação a quaisquer outros de formação política ou ideológica diferentes”.

A essa enunciação clara e insofismável correspondeu a política externa executada nos últimos dez meses.

O Brasil integrou-se no esforço em que se acham empenhadas as nações civilizadas para preservar a paz sem comprometer os níveis atuais de segurança dos povos. Ao constituir-se a Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, por iniciativa dos Estados Unidos e da União Soviética, foi o Brasil incluído com mais sete outras nações não signatárias do Tratado do Atlântico Norte ou do Pacto de Varsóvia, a fim de levarmos uma contribuição à causa do desarmamento, capaz de traduzir as ânsias de paz das nações não armadas nuclearmente, a cujo número pertencemos.

A atuação do Brasil na Comissão de Desarmamento foi extremamente proveitosa e fez-nos merecer as referências mais calorosas por

parte das grandes potências nucleares e de outros Estados ali reunidos. Coube-nos apresentar, em nome das oito nações alinhadas, proposta sobre a suspensão definitiva das experiências com armas nucleares e termonucleares, sob controle eficaz, e entre as teses que defendemos e que lograram mais ampla repercussão junto às demais nações inscrevese a da reconversão da economia armamentista a uma economia de fins puramente pacíficos, com a utilização dos recursos hoje empregados na produção e armazenagem de armas em programas de desenvolvimento econômico e social de todos os povos.

Nossa participação na Assembleia Geral das Nações Unidas foi igualmente cercada de condições excepcionais de prestígio e eficiência. Teve o Brasil a oportunidade de uniformizar e consolidar a linha de sua política anticolonialista, assumindo, em todas as questões tratadas perante a Assembleia Geral ou suas comissões, inclusive a questão de Angola, uma posição decidida em favor da autodeterminação dos povos.

No programa de governo apresentado pelo Conselho de Ministros, insere-se o seguinte tópico:

Com relação a Cuba, o governo brasileiro manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto for, nos seus negócios internos. Fiel aos princípios democráticos que se encontram inscritos na Carta de Bogotá, e que constituem base essencial do sistema interamericano, o Brasil deseja ver o governo revolucionário cubano evoluir, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática, inclusive no que diz respeito ao processamento de eleições livres e à efetividade de garantias para os direitos individuais. Essa evolução depende, entretanto, de forma exclusiva, da autodeterminação do povo cubano e não poderá ser substituída nem acelerada por qualquer forma de pressão ou de ingerência vinda o exterior.

Desses princípios enunciados em setembro de 1961 o governo não se afastou um só momento.

O agravamento do problema de Cuba determinou a realização, em Punta del Este, da VIII Reunião da Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Desde as conversações iniciais,

manifestou o Brasil o seu ponto-de-vista contrário à realização daquela reunião, sob a invocação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947, conhecido como Tratado do Rio de Janeiro, por entender que a situação criada no hemisfério pelo problema cubano não se configurava dentro dos dispositivos do referido instrumento interamericano, criado para prevenir e enfrentar casos de agressão, de proveniência interna ou externa. Essa tese foi finalmente vitoriosa em Punta del Este, pois aquelas delegações que haviam apresentado projetos de resolução pelos quais se aplicariam as sanções previstas no tratado, retiraram-nos antes que se procedesse à votação.

Com uma única exceção, o Brasil concorreu com o seu voto, na Conferência de Punta del Este, a todas as resoluções ali adotadas, tendo mesmo sido coautor da importante resolução sobre a defesa do regime democrático em face do comunismo internacional, resolução essa em que o problema foi colocado em termos de alta significação social e econômica. Não acompanhou o Brasil, porém, a maioria dos países membros da OEA na votação do projeto relativo à expulsão de Cuba da organização, e como ele procederam cinco outros países: Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México. Assim o fizemos por motivos de ordem jurídica e política. Juridicamente nos baseamos no fato de que a Carta da OEA não prevê a expulsão de um membro da organização, fazendo-se mister, portanto, reformá-la para fazer face a tal eventualidade. Politicamente, julgávamos que a expulsão de Cuba do seio da organização, longe de propiciar meios de solução ao problema, agravava-o, por consagrar o isolamento de um país que se afastara dos moldes da democracia representativa, que constituem a aspiração dos países componentes do sistema interamericano.

A convite dos presidentes dos Estados Unidos da América e dos Estados Unidos Mexicanos, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Doutor João Goulart, visitou oficialmente aqueles dois países, tendo sido em ambos acolhido com demonstrações populares as mais cordiais e fraternas e havendo mantido os entendimentos mais francos e proveitosos com os chefes de Estado e as autoridades norte-americanas e mexicanas.

Iniciando sua participação ativa no programa da Aliança para o Progresso, o governo assinou com o governo dos Estados Unidos da América o Acordo para Assistência e Desenvolvimento do Nordeste, em

que se consagram as bases do tipo de colaboração que deve presidir a execução de convênios dessa natureza. Trata-se de um plano elaborado por técnicos brasileiros, dirigido por brasileiros de alta competência, aprovado pelo Congresso Nacional, e que recebe para a sua execução os recursos de fontes externas daqueles países que desejem concorrer para a solução do problema do Nordeste dentro das normas traçadas pela nossa administração. Recentemente foi nomeada e instalada a Comissão Nacional que coordenará os planos de diversas naturezas a serem executados dentro dos quadros da Aliança para o Progresso.

O governo deu especial atenção à tarefa de estruturar e fortalecer o mecanismo da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) e participou ativamente na série de entendimentos tendentes a criar uma estrutura mais forte de mercado para permitir que melhorem, em benefício das populações dos Estados que compõem a Alalc, as condições gerais de produtividade.

O problema criado pela formação de um Mercado Comum Europeu (MCE) e suas possíveis repercussões sobre a economia nacional preocuparam o governo e lhe impuseram uma série de medidas acauteladoras de nossos interesses. Em constante contato com as nações signatárias do Tratado de Roma e com aquelas cujas economias ficam expostas aos possíveis efeitos prejudiciais do MCE sobre seu próprio desenvolvimento econômico, derivadas de discriminações tarifárias, o Brasil vem realizando negociações no sentido de, sem procurar afetar as vantagens legítimas que decorrem do Mercado Comum para os países que o integram, evitar o impacto nocivo do mesmo sobre a economia de outras áreas.

Em seu programa de governo, o Conselho de Ministros enunciou as “poderosas razões que militam em favor da normalização das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e todos os Estados, inclusive os que constituem o chamado bloco socialista” e, após explicar que “as perspectivas de desenvolvimento econômico do nosso País nos próximos anos exigem que procuremos, com agressividade, colocação para os nossos produtos em todos os mercados estrangeiros”, manifestou: “Nossa posição no conceito das nações, especialmente entre os Estados membros da Organização das Nações Unidas, não tolera as limitações e obstáculos à nossa ação internacional, que decorrem da falta de relações normais com outros Estados membros da mesma organização. Essa normalização não tem qualquer significação ideológica, nem implica em

simpatia, ou mesmo em tolerância, em relação a regimes que se inspiram em princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos.” Na execução dessa diretiva e em prosseguimento a negociações já iniciadas pelo governo anterior, o Brasil reatou relações diplomáticas com a União Soviética e instalou suas embaixadas em Moscou.

O presidente do Conselho representou o Brasil nas cerimônias comemorativas do jubileu de Sua Santidade o Papa João XXIII, e o ministro de Estado realizou visitas oficiais a vários países, dos quais resultaram assinaturas de atos e declarações e atos internacionais já de conhecimento da Nação.

Por sua vez, tivemos o prazer e a honra de receber as visitas de S. Exa. o Sr. Presidente do Conselho de Governo da República Oriental do Uruguai e dos ministros das Relações Exteriores da Bolívia, Iugoslávia, México e Polônia.

Dando execução à Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, procedeu-se a importante reforma dos serviços diplomáticos, consulares e administrativos do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de melhor aparelhar os nossos instrumentos de ação diplomática para a perfeita execução de uma política externa que está fadada a ser cada vez mais atuante, em benefício da preservação da paz e dos mais altos interesses nacionais.

### **Ministério das Minas e Energia**

Uma das primeiras tarefas a que se propôs o titular da Pasta das Minas e Energia foi a organização e estruturação do novo ministério, que vinha de ser instalado. Como resultado dos estudos feitos, o Congresso Nacional recebeu a mensagem de um novo projeto de organização e funcionamento do Ministério das Minas e Energia, em bases mais modernas e adequadas ao dinamismo necessário à administração. Ao mesmo tempo, foram disciplinados os serviços administrativos da Casa nos moldes estruturais mais indicados, dando-se especial ênfase aos setores de orçamento e de pessoal.

### ***Eletrobrás***

O Ministério das Minas e Energia assistiu o Congresso Nacional na última fase de elaboração legislativa da lei que criou a Eletrobrás. Um grupo de trabalho foi criado em outubro para estudar os problemas de energia elétrica de um ponto de vista nacional, sugerindo algumas modificações no projeto de lei que estava em andamento. Este grupo de trabalho promoveu estudos relacionados com a implantação de uma tarifa única de energia elétrica, analisou as modificações a serem feitas na formação do Fundo Federal de Energia Elétrica e estudou medidas para disciplinar a utilização de energia elétrica como fator de desenvolvimento nacional.

A Eletrobrás foi constituída em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, presentes o Presidente da República e o presidente do Conselho de Ministros, no dia 11 de junho. A nova empresa já se inicia com boa parte dos seus problemas administrativos solucionados ou encaminhados. Um grupo de trabalho realizará, antes mesmo da sanção da lei, estudos sobre a elaboração dos serviços básicos e da estrutura econômica do capital da Eletrobrás.

A proposta orçamentária de 1963 consigna mais de 18 bilhões de cruzeiros para obras no setor de energia elétrica, e deve-se boa parte dessas verbas aos estudos feitos pelo Ministério das Minas e Energia, que esteve atento, buscando dar um cunho verdadeiramente nacional aos investimentos federais no setor da produção de energia. Só de avais para financiamentos à CHESF (Paulo Afonso) e à CELUSA (Urubupungá) o governo concedeu 95 milhões de dólares.

Em fins de 1961, as usinas elétricas em posteação no País tinham um potencial de 4 milhões e 242 mil quilowatts, e em março de 1962, esse total já subia em mais de 110 mil quilowatts. Enquanto isso, os órgãos técnicos assinalavam que o potencial hidráulico do Brasil subia a 16,4 milhões de quilowatts, considerados apenas os desníveis naturais de descarga.

### ***Pesquisas minerais***

No setor de fomento da produção mineral tiveram prosseguimento, no Piauí e Maranhão, perfurações de águas subterrâneas, em áreas secas, com grandes resultados. No Ceará foram feitas sondagens para

águas subterrâneas e cobre. Na Paraíba também foram feitas pesquisas de águas subterrâneas, tendo o total de perfurações no Nordeste subido a perto de uma centena. Pesquisas de cobre, monazita, ilmenita, tungstênio, estanho e zinconita foram feitas em todo o País, com mais de 2 mil amostras classificadas e 8 mil determinações registradas. O prosseguimento da elaboração da *Carta Geológica ao Milionésimo* foi preocupação do Setor de Geologia e Mineralogia.

### ***Energia nuclear***

A Comissão Nacional de Energia Nuclear lançou a concorrência internacional para a construção da usina átomo-nuclear da região Centro-Sul do País, de 300 mil quilowatts, e que utilizará urânio natural como combustível. A fase inicial da concorrência foi encerrada com a aprovação de 8 das 22 firmas inscritas. O prazo de construção da obra, segundo os estudos feitos, será de cinco anos e o seu preço de cerca de 100 milhões de dólares.

Estudos foram ainda realizados para usinas átomo-elétricas semelhantes a serem instaladas no Nordeste (região oeste do Ceará, Piauí e Maranhão) e no Sul (região de Porto Alegre).

Prosseguiu-se a construção, ora em fase final, do reator de pesquisas Argonauta, projetado e executado no Brasil com 95% de nacionalização e cujo funcionamento está previsto para os próximos meses.

A industrialização da monazita foi grandemente ampliada, subindo de 65 para 130 toneladas mensais. Foi iniciada a construção da fábrica de elementos combustíveis para a metalurgia de urânio e tório, que estará pronta em 18 meses.

### ***Minério de ferro***

Depois de demorados estudos globais, o Ministério das Minas e Energia elaborou um anteprojeto de decreto que visa a disciplinar a política nacional de minério de ferro. Examinando o problema sob todos os seus aspectos, desde a pesquisa até a exportação e comercialização, o anteprojeto dá especial ênfase aos problemas da mineração, do transporte e do aproveitamento industrial do minério. O anteprojeto foi apresentado ao Conselho de Ministros, que iniciou os estudos da matéria e a está submetendo a amplo debate público antes de concretizar

as medidas que darão à exploração dessa fabulosa riqueza brasileira um cunho verdadeiramente nacional.

Vale assinalar ainda que o Ministério de Minas e Energia deu plena assistência à Companhia Vale do Rio Doce, prestigiando os seus esforços para aumentar os mercados tradicionais e conquistar novas áreas para o minério brasileiro. Nesse particular é recente a vitória obtida quando da assinatura de um contrato direto com as dez maiores usinas siderúrgicas japonesas para o fornecimento de minério de ferro. Tal contrato atinge 50 milhões de toneladas, num prazo de 15 anos, e foi classificado como o maior já assinado para a venda desse produto.

Esforço grande vem sendo feito também pelo governo para a utilização integral do carvão nacional e de seus subprodutos. O Plano Nacional de Carvão teve prosseguimento e especial atenção foi dada ao problema do enxofre que acompanha a pirita proveniente do carvão.

### ***Petróleo***

O Conselho Nacional de Petróleo e a Petrobras se empenharam vivamente em dar continuidade à política nacional de petróleo. Estudos técnicos foram feitos para o melhor aproveitamento do petróleo baiano, determinando-se até mesmo que os projetos das refinarias de Minas Gerais e de Porto Alegre previssem a utilização do óleo do Recôncavo.

Foram feitos levantamentos dos parques de armazenamento das companhias distribuidoras de derivados de petróleo e elaborados estudos sobre os reflexos das prováveis variações de custo de câmbio sobre os preços desses derivados de petróleo.

A Petrobras intensificou sobremaneira suas atividades industriais e as de pesquisa. Quatro novas turmas de pesquisas entraram em ação quase ao mesmo tempo em que entravam em produção comercial os quatro primeiros poços da bacia Alagoas-Sergipe. No Recôncavo foram ampliados os trabalhos de recuperação secundária.

A Refinaria Duque de Caxias entrou em operação no início desse governo, permitindo que o País alcançasse autossuficiência na produção de derivados básicos de petróleo. Até o dia 30 de maio, a mais nova refinaria da Petrobras já havia processado 18,8 milhões de barris de petróleo, proporcionando ao País uma economia de 19 milhões de dólares em divisas.



Ainda no setor de refino é de salientar o início da construção da Refinaria Alberto Pasqualini, em Porto Alegre, e a constituição da unidade administrativa que dirigirá a construção do oleoduto Rio-Belo Horizonte e da Refinaria Gabriel Passos, em Minas Gerais. Essas duas refinarias terão uma capacidade de 35 a 25 mil barris diários, respectivamente.

No setor petroquímico assinalou-se o início de funcionamento da primeira fase da fabricação da borracha sintética, cuja produção anual já se elevará a 40 mil toneladas. Planejamentos foram desenvolvidos para a construção de conjunto petroquímico na Bahia, entrosado com Mataripe.

Os terminais marítimos e os oleodutos em funcionamento ou em fase de planejamento e construção foram objeto de especial cuidado da empresa, que se preocupa sobremaneira com o problema do transporte do petróleo. A frota nacional de petroleiros será ampliada e uma concorrência pública entre estaleiros nacionais acaba de ser lançada para a construção de três navios petroleiros de 10 mil toneladas cada um.

### **Ministério da Indústria e Comércio**

Durante a gestão deste Gabinete foi organizado e estruturado administrativamente o Ministério da Indústria e Comércio através de uma série de decretos baixados em janeiro último.

O novo ministério teve uma atividade das mais profícuas, coordenando os vários órgãos e autarquias sob a sua jurisdição e atacando problemas de grande importância para a economia e o desenvolvimento do País.

Logo de início foram tomadas medidas práticas e eficazes para estimular as exportações, através de medidas de curto e longo alcance, e que eliminaram os entraves burocráticos e os gravames antieconômicos que tolhiam os nossos produtos de exportação. Medidas foram tomadas ainda para diversificar as nossas vendas no exterior, seja de produtos agrícolas tradicionais, seja de artigos industriais.

Grande ênfase foi dada à expansão comercial no setor das vendas de café. A política cafeeira, da safra 1961-1962, foi implementada e a safra terminou dentro do esquema previsto, que era totalmente autofinanciável. A produção do período foi de 34,5 milhões de sacas, e a exportação foi de 16,2 milhões de sacas, tendo o consumo interno atingido 5,4 milhões de sacas. Os dados do ministério são de que os estoques, perfeitamente

classificados, atingem 52,9 milhões de sacas, que podem suprir deficiência de safras futuras e ainda ser aplicadas na industrialização.

Para isso o Ministério da Indústria deu especial atenção ao problema do café-solúvel, que há mais de dez anos vinha desafiando as administrações federais. Ontem, em cerimônia pública, foram proclamadas as quatro firmas vencedoras da concorrência para a exploração do café-solúvel no País. A nova indústria, que será das maiores do Brasil, significará a abertura de novos mercados e o aproveitamento dos grandes estoques de café disponíveis.

O combate ao contrabando de café foi outro aspecto relevante da atuação governamental. O IBC agiu com energia e pôs termo a uma situação vexatória que estava produzindo efeitos negativos nos preços externos.

Para estimular as exportações de café, assumimos atitude agressiva em busca da recuperação de mercados antigos e da conquista de novos mercados. Os entrepostos abertos no exterior serviram a esses objetivos. A ação coordenada dos países latino-americanos quanto ao sistema de cotas e defesa de preços também teve grande importância e permitiu enfrentar os obstáculos criados pela oferta desordenada do Mercado Comum Europeu. O valor das exportações se elevou a 659,7 milhões de dólares na safra 1961-1962.

No início da safra, cuja exportação está terminando, isto é, em 1º de julho de 1961, o governo tinha em seu poder um estoque de 42 milhões de sacas de café, além de 7 milhões de sacas de expurgo. Esse excedente ocupa uma área de 100 hectares de armazéns e dá uma despesa anual de 3,5 bilhões de cruzeiros. O excedente previsto para a safra que terminou era de 12 milhões de sacas, que são produzidos em cerca de 2 bilhões de cafeeiros, antieconômicos, que não conseguem exceder a média de seis sacos beneficiados, por mil pés de café. A área ocupada por esses 2 bilhões de cafeeiros é de 2,4 milhões de hectares das melhores terras brasileiras, situadas na região geoeconômica de São Paulo e abrangendo terras do norte do Paraná, sul de Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo e sul do Mato Grosso.

O trato desses cafezais ocupa 700 mil operários rurais, na base de um homem para cada 3 mil pés, em serviços braçais de enxada e foice, de remuneração baixa e que mantém uma população numerosa em condições sociais inferiores.

Para dar solução a esse problema, foi criado e instituído o Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (Gerca), que acaba de extirpar o primeiro dos 2 milhões de cafeeiros antieconômicos. Através de um esquema bem planejado de financiamento e ajuda técnica, o Gerca não só contribuirá para a renovação dos cafezais como permitirá que sejam liberados 2 milhões de hectares de terras a serem destinadas a uma diversificação agrícola com vistas à produção de gêneros de subsistência, especialmente milho, arroz, feijão, etc. O plano está em andamento e em quatro anos deverá estar concluído, reduzindo-se a produção nacional de 12 milhões de sacas, com vantagens evidentes para o nosso comércio interno e externo e com benefícios efetivos para a região produtora e para os homens que trabalham e produzem.

### *Açúcar*

Reestruturamos, através de decreto, o Fundo da Agroindústria Canavieira, procurando modernizar o equipamento industrial e criar melhores condições de vida para os lavradores e trabalhadores. Voltamos nossas atenções para o mercado preferencial norte-americano, e conseguimos obter o que há seis anos se tentava: uma cota preferencial de 190 mil toneladas e uma cota extra de 150 mil toneladas, que acabam de ser aprovadas pelo Congresso dos EUA. Essa exportação absorverá 6 milhões de sacas do excedente de nossa produção e significará um carregamento de divisas no valor de 50 milhões de dólares. O significado dessa conquista se torna mais evidente quando se verifica que as exportações de açúcar em 1961 atingiram apenas 63,7 milhões de dólares, em uma safra de 55,9 milhões de sacas.

### *Pinho, mate e sal*

No tocante às madeiras, combatemos as serrarias ilegais e o contrabando, estimulamos a criação da indústria da celulose, demos grande impulso ao reflorestamento e conseguimos fechar o ano com 43,9 milhões de dólares de pinho exportado.

Na política ervateira, disciplinamos o comércio interno e externo, estabelecemos um regime de cotas para eliminar distorções nas ofertas para o estrangeiro e chegamos a dezembro com uma exportação de 65 mil toneladas no valor de 10,4 milhões de dólares.

No que toca ao sal, conseguimos recuperar a sua economia, duramente afetada pelas enchentes, e chegamos a normalizar o atendimento das demandas domésticas e industriais, inclusive a da Companhia Nacional de Álcalis.

### *Siderúrgica*

A Companhia Siderúrgica Nacional continuou em ritmo de veloz progresso. O ano passado terminou com um faturamento de 33,7 bilhões de cruzeiros e com a produção de 1 milhão e 130 mil toneladas de lingotes de aço. Situando-se como segunda empresa do País, logo abaixo da Petrobras, continua a Companhia Siderúrgica Nacional dando andamento aos seus planos de ampliação e a elevar a sua produção nos limites máximos do pós-Álcalis.

### *Álcalis*

Saída de uma fase difícil, a Companhia Nacional de Álcalis recebeu do governo auxílios financeiros que se elevaram a 1,1 bilhão nestes dez meses. Nova ajuda foi aprovada pelo Conselho no montante de 1,4 bilhão até o fim do ano. Graças ao esforço governamental, a produção de 1961 já se elevou a 38,5 mil toneladas de barrilha, equivalentes a 50% da demanda nacional. O faturamento em 1961 subiu a 655 milhões de cruzeiros. Em 1962 já supera os 300 milhões mensais. A produção deste ano poderá satisfazer a 75% do consumo nacional de barrilha e começa a atender a demanda de soda cáustica, com grande economia de divisas.

### *FNM*

A Fábrica Nacional de Motores, a braços com uma crise que remonta a erros antigos, mereceu do Ministério da Indústria e Comércio especial atenção. A sua estrutura financeira está sendo consolidada através de um esquema que permitirá que já em 1965 se obtenha um lucro de 700 milhões de cruzeiros com os seus conceituados automóveis e caminhões, cujas linhas de produção serão ampliadas e modernizadas, dentro dos mais elevados padrões da técnica. Em 1961, apesar da crise, a FNM produziu 2.346 unidades e vendeu 5,6 bilhões de cruzeiros.

# *Regime parlamentar e a realidade brasileira*

---

## **Aula inaugural da Universidade de Minas Gerais.**

*Belo Horizonte, 10-8-1962. (Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos.)*

O fato mais relevante da vida brasileira no último ano foi, sem dúvida, o episódio que conduziu à instalação de um novo regime político. Embora nascido como solução de emergência para a crise política decorrente da demissão do Poder Executivo, ele se apresenta hoje como forma permanente de organização política nacional. O julgamento da adequação do regime parlamentar à realidade brasileira e as conjecturas sobre o seu destino constituem, por certo, os principais temas das preocupações políticas atuais.

Com apenas seis meses de experiência, não é fácil julgá-lo objetivamente, fugindo às simplificações e generalizações infundadas que muitas vezes caracterizam pronunciamentos inspirados por posições ideológicas, ou por tendências, conveniências ou objetivos pessoais.

Não desejo incorrer nesses erros, aventurando-me a adiantar sentenças definitivas sobre período tão curto de experiência parlamentar.

Mas acredito que possamos, com utilidade, examinar as vantagens, os inconvenientes e as potencialidades – a adequação, enfim – do regime parlamentar à realidade brasileira atual.

Digo “à realidade brasileira atual” porque não é possível dissociar a apreciação de um regime político das características e condições da sociedade que pretende conformar, para considerá-lo apenas em tese, ou ajustado a grupos sociais ideais. Todas as formas de organização política poderão encontrar justificativa em alguma Nação e em algum momento da sua história. O complexo da realidade social, política e econômica de cada povo, e a variedade dos valores que a permeiam, tornam esta apreciação bastante difícil, e é normal que não consigamos obter unanimidade nas conclusões. Somente a perspectiva da história se presta a conceituações mais precisas, uma vez superadas as limitações e as predisposições do observador imerso nos acontecimentos.

## A explosão demográfica

Qual é esta realidade nacional, a que o governo parlamentar deve servir?

Pode-se afirmar que o dado mais importante da realidade brasileira atual, aquele que condicionará todos os aspectos econômicos, sociais e políticos da nossa evolução no próximo decênio, é a explosão demográfica. Em 1940, a população brasileira era estimada em cerca de 41 milhões de habitantes, crescendo à taxa anual de 2%. Vinte anos depois, os resultados preliminares do censo de 1960 indicam população de quase 71 milhões com taxa média anual de crescimento, no último decênio, de mais de 3%. Esta elevação da taxa de crescimento deve ser atribuída à redução da mortalidade decorrente dos progressos na higiene e saúde públicas, da descoberta de antibióticos e da melhoria da dieta alimentar que acompanha o aumento de renda. Em vinte anos, a população brasileira aumentou de quase 30 milhões de habitantes, ou seja, de cerca de 80%. As perspectivas futuras são de que nos próximos 20 anos ela aumentará, não de 30, mas de 70 milhões. O Brasil deverá possuir, por volta de 1980, cerca de 140 milhões de habitantes – quase o dobro da população de 1960.

É certo que tal população não constitui problema, se cotejada com a extensão do território nacional. Mas quando se compara o ritmo de aumento da população com o de incremento do produto nacional; quando se verifica a taxa de crescimento do produto que será necessário manter não só para assegurar o nível atual de renda *per capita*, como também para, em período razoável, mais do que dobrá-lo, a fim de que entremos no rol dos países desenvolvidos; quando quantificamos o volume de investimento que deveremos realizar neste período, a fim de assegurar emprego produtivo aos milhões de brasileiros que se incorporarão à nossa população ativa; quando pensamos no que precisaremos inverter para proporcionar escola, habitação, transporte, energia, serviços públicos e todos os demais bens e serviços que são essenciais ao conceito moderno de bem-estar social, percebemos claramente a extensão da tarefa desta nossa geração e a significação do desenvolvimento econômico como o grande projeto da presente etapa da nossa história.

## Os objetivos nacionais

Não quero com isto afirmar que os objetivos nacionais devam ficar restritos aos aspectos econômicos e materiais da vida, ou que o mero aumento da renda *per capita* seja suficiente para garantir o bem-estar social a que aspiramos. Não. É preciso mais do que isso. É indispensável que esta renda seja distribuída com justiça e que o progresso econômico seja acompanhado pelo aprimoramento cultural, pelo acesso de todos aos níveis de educação que permitam a maximização das suas potencialidades individuais, pela maior mobilidade social, pelo aperfeiçoamento das instituições. Mas é irrecusável que o desenvolvimento econômico condiciona todo o progresso social, ao menos enquanto não atinge aquele nível capaz de assegurar a toda a população o mínimo de bens e serviços que, no estágio atual da civilização ocidental, se pode considerar como essencial à dignidade da pessoa humana. Por outro lado, as repercussões do próprio processo de desenvolvimento econômico e o progresso paralelo, que determina ou pressupõe, das condições culturais, higiênicas e institucionais dos povos, fazem com que o nível da renda *per capita* expresse, como nenhum outro índice, o grau de bem-estar social de uma Nação. Ao darmos ênfase ao desenvolvimento econômico, formulamos, portanto, de um modo simplificado, e na sua expressão mais fácil de mensurar, o objetivo de progresso material e cultural que procuramos atingir.

Mas este nível de renda *per capita* não traduz apenas a medida de bem-estar de cada indivíduo dentro do corpo social. Ele serve também para medir a etapa de evolução do País. O estágio tecnológico da humanidade em cada época permite determinar, ao menos como ordem de grandeza, o nível mínimo de renda *per capita* que possibilita a formação interna de capital em volume suficiente para garantir um processo autônomo de desenvolvimento, e completar, pela emancipação econômica, a independência política de um povo. Emancipação econômica que não tem qualquer conteúdo de xenofobia, nem o sentido do isolamento ou da autarcização, pois a tendência da humanidade – que não devemos evitar, e antes procurar – é para a recente interdependência econômica dos países e o aproveitamento ótimo das vantagens relativas de cada um. Mas no sentido de fazer com que cada povo comande efetivamente o seu destino; de conseguir superar a condição da economia reflexa,

quando os horizontes e os resultados dos esforços de um povo decorrem tanto da sua vontade quanto da conjuntura econômica e dos interesses de outras sociedades; de fazer, enfim, com que cada povo constitua um grupo livre e responsável no concerto das nações, para que possa dar, em toda a medida, a sua contribuição para o progresso cultural e material da humanidade.

Daí ser o desenvolvimento econômico, necessariamente, o principal objetivo dos países que ainda não atingiram aquele nível mínimo de renda que constitui pré-condição para que se possa lançar em qualquer outro projeto, como povo, como Nação e como poder internacional.

### **Objetivo próximo: aumento da renda *per capita***

No estágio atual da tecnologia moderna, pode-se estimar entre 500 e 600 dólares o nível da renda *per capita* capaz de satisfazer simultaneamente àquelas duas condições de consumo mínimo compatível com a dignidade humana e de formação interna de volume de capital que garanta continuidade e autonomia no progresso.

A renda *per capita* do Brasil supera de pouco a casa dos 250 dólares. Aí temos a medida da distância que nos separa do nosso primeiro objetivo como Nação. E por isso mesmo, que esta renda se mede por habitante, ganha importância o fator demográfico. O produto interno bruto brasileiro vem crescendo, nos últimos quinze anos, à taxa média anual, cumulativa, de 5,5%. Se a compararmos com a de outros países desenvolvidos, poderá parecer a muitos que ela é razoável. Mas, nos países com os quais nos comparamos, o crescimento da população é bem menor, e o aumento anual da nossa renda *per capita*, à taxa atual de expansão demográfica, se situa em torno de 2%. A este ritmo de crescimento, o Brasil só atingirá a renda de 600 dólares *per capita* dentro de quase meio século. Por esta época, entretanto, tal nível será por certo insuficiente para garantir os objetivos sociais, econômicos e políticos que procuramos atingir.

Os países hoje mais adiantados não estão estagnados. Ao contrário, crescem a taxas mais rápidas, que ainda podem acelerar. O ritmo de nosso crescimento precisa, portanto, ser sempre relacionado com o dos países desenvolvidos, pois, se não crescermos mais rapidamente do que



eles, jamais poderemos recuperar o atraso do passado, ou reduzir a distância que deles nos separa, em termos de bem-estar social.

Quando verificamos que a renda *per capita* vem crescendo na França, de 8,2% ao ano, de 8,7% no Japão, de 8,3% na Alemanha Ocidental, de 4,1% na Austrália, ou de 4,3% nos Estados Unidos, é que tomamos consciência da insuficiência de nossa taxa de desenvolvimento nos últimos quinze anos, e da distância que ainda nos separa dos nossos objetivos.

Mas não são apenas as comparações internacionais que permitem esta conclusão. Vários sintomas demonstram que, mesmo medida pelos parâmetros das nossas necessidades internas, temos crescido pouco, e o mais importante deles é a acumulação de favelados nas cidades da região Centro-Sul e nos mocambos do Nordeste, traduzindo um processo de aumento gradativo de subemprego ou de desemprego disfarçado, que evidencia a incapacidade da nossa economia para dar ocupação produtiva aos novos contingentes demográficos.

### **A que devemos aspirar?**

A que podemos e devemos aspirar? O Brasil não pode, evidentemente, esperar mais meio século para atingir a renda *per capita* de 600 dólares. E quando digo não pode, não quero apenas traduzir a desejabilidade do objetivo ou meta que o País deva buscar, mas um imperativo da sobrevivência das franquias políticas e dos valores sociais que nos são mais caros. A relatividade do conceito de bem-estar social, tanto quanto a sua dependência dos valores e comportamentos sociais – e até das ideias religiosas de cada povo – faz com que variem, em cada país e em cada época, as condições de satisfação ou de conformismo da população, e com elas a possibilidade e a estabilidade da paz e da ordem social. O aperfeiçoamento moderno dos meios de comunicação e difusão veio influir decisivamente no grau de satisfação social e na dimensão das aspirações individuais, através do exemplo das conquistas alcançadas pelos povos mais desenvolvidos. O despertar de novas necessidades, que pode ser instrumento precioso para dinamizar povos estagnados ou adormecidos, traz consigo o risco de avivar insatisfações, cristalizar frustrações e criar tensões sociais perigosas, que só podem ser superadas ou aliviadas pela consciência da percepção dos benefícios de um

rápido crescimento da renda, que a curto prazo amorteeça essas tensões e a longo prazo alimente a esperança de dias melhores.

### **Ritmo de crescimento: instrumento de paz social**

Da nossa capacidade para acelerar, no futuro próximo, a taxa de desenvolvimento econômico dependerá, em grande parte, a paz social do País. Fixando o crescimento demográfico como variável independente, a diferença entre aumentar o produto nacional de 3,5% ou de 9% ao ano representa a distância entre estagnar ou abrir para o Brasil as perspectivas de atingir, dentro de uma geração, a sua meta de País desenvolvido. Quando se imagina o que representa aumentar, anual e cumulativamente, de 5 ou 7% a renda média de cada brasileiro, é que se tem a noção do que pode representar o ritmo de crescimento como instrumento capaz de assegurar a paz social em nosso País. Para isso, seria preciso fazer crescer anualmente o produto nacional de 8 a 10%, ao invés dos 5,5% verificados nos últimos quinze anos. O incremento do produto a pouco mais de 8% ao ano, ainda que mantido o crescimento demográfico atual, permitir-nos-á atingir o nível de 600 dólares *per capita* por volta de 1980. Dentro de 10 anos, este nível já se situaria na ordem de 375 dólares, tornando mais fácil a acumulação do capital necessário para manter o ritmo de crescimento no restante do período. O maior esforço seria exigido no presente decênio, quando deveríamos aumentar a nossa taxa de poupança com um nível de renda ainda muito baixo. Mas certamente seriam amplamente compensados os sacrifícios a que fôssemos obrigados nesta primeira etapa. E o que são, afinal, 10 anos, na vida de uma Nação?

### **A batalha contra o subdesenvolvimento**

Grande é a responsabilidade dos brasileiros da década de 1960, pois deles depende um passo decisivo na nossa história. Se conseguirmos – aproveitando a dinamização da economia brasileira nos últimos dez anos – acelerar o ritmo do nosso crescimento, situando e mantendo acima de 8% o incremento anual do produto nacional, poderemos considerar vencida a batalha contra o subdesenvolvimento. Não só este ritmo nos livrará de problemas sociais mais graves nos anos próximos, como entraremos na década seguinte na certeza de que atingiremos, em

poucos anos, a condição de desenvolvidos. Mas, se falharmos, ninguém poderá antecipar as consequências sociais de um novo período de estagnação. Precisamos ter consciência dessa perspectiva e dessa possibilidade, porque os juízes do nosso comportamento serão os nossos filhos. E precisamos saber, também, que as tendências vegetativas da nossa economia não nos conduzem para tais objetivos, e que só os poderemos atingir pelo esforço esclarecido e continuado. A história brasileira mostra que, mais de uma vez, perdemos, no passado, oportunidades semelhantes. Já conhecemos períodos de rápido crescimento, como nas décadas de 1860 e 1870 e de 1910 e 1920, mas os nossos antepassados deixaram que a economia perdesse o impulso adquirido, e voltássemos à estagnação. Cabe-nos agora o dever de evitar que tal insucesso ocorra novamente. Mas cabe-nos também a ventura de nos encontrarmos diante do mais nobre, do mais rico e do mais generoso dos desafios que se nos pode oferecer – libertar a grande massa do nosso povo, definitivamente, da servidão à miséria.

### **A nossa missão**

Eis aí o verdadeiro e fundamental problema da realidade brasileira atual. Esse o nosso desafio, essa a nossa missão, esse o nosso objetivo. Diante dele, da grandeza da obra a realizar e da riqueza dos frutos a colher, ganha cores de traição à Pátria a ação social ou política que, inspirada em interesses, vaidades, preocupações, conveniências ou objetivos de caráter personalista, contribui para tornar mais difícil a tarefa, ou simplesmente deixa de somar esforços para esse objetivo maior. Por esses parâmetros haveremos de julgá-la, em nome desses valores haveremos de condená-la.

Porque a tarefa não é simples nem fácil, e não pode ter sucesso sem o esforço comum e dedicado de todos os brasileiros. Não podemos dispensar contribuições, nem podemos permitir interferências, interrupções ou perturbações.

A muitos parece, mesmo, impraticável aumentar de mais de 50% o ritmo de nosso crescimento. A esses, lembro o exemplo de outros povos, a abundância dos nossos recursos naturais e, principalmente, a extraordinária capacidade de nosso povo para absorver novas técnicas. Os sucessos recentes da nossa industrialização se devem em grande parte

às virtudes desse povo, expressas no dinamismo das classes empresárias, que sempre respondem com presteza aos incentivos governamentais, e na adaptabilidade do operário brasileiro, que, de um dia para outro, é transferido de serviços não qualificados para o comando eficiente das máquinas mais complexas.

São essas condições que explicam a extraordinária vitalidade e resistência da nossa economia – que tem suportado os mais violentos tratamentos – e que fundamentam a certeza de que podemos esperar ritmo mais acelerado de crescimento, se soubermos evitar e corrigir os erros do passado.

### **Problemas a resolver**

Temos vários e sérios problemas a resolver: a inflação, o aumento da taxa de poupança, o atraso relativo da agricultura, os desequilíbrios da distribuição regional de renda, o déficit do balanço de pagamentos, o nível insuficiente de educação e de formação de pessoal técnico adequado às exigências de uma sociedade moderna.

O que podemos fazer para equacionar, resolver ou superar esses problemas? Precisamos, antes de tudo, difundir por todo o povo, e especialmente nas classes dirigentes do País, a consciência desses objetivos e desses problemas. Mais: é indispensável que se generalize o conhecimento do mecanismo, das condicionantes e da forma de influir sobre esse processo de desenvolvimento. Somente quando se vulgarizarem alguns conceitos básicos do raciocínio econômico haverá ambiente social adequado para que, no clima democrático do consentimento, e não da imposição ditatorial, possamos atingir a eficiência máxima na ação coletiva.

### **Investir mais, consumir menos**

Para que possamos atingir o ritmo de crescimento desejado devemos compreender a sua dependência do aumento do volume e da melhoria de composição dos investimentos, orientando-os, através de um planejamento cada vez mais eficiente. Devemos compreender que o volume de investimentos é condicionado pela taxa de poupança e pela quantidade de capital estrangeiro que conseguimos adicionar a essa poupança. Devemos enfrentar, em toda a sua significação, a opção entre consumo e investimento, e aceitar hoje um nível menor de consumo

para que, aumentando a parcela poupada da nossa renda, possamos investir mais, crescer mais rápido, para consumir mais amanhã. Devemos compreender que esse crescimento depende da importação de bens de capital e de consumo que ainda não produzimos, e que precisamos exportar para poder importar; e para isso, havemos de nos conformar em renunciar ao consumo de alguns produtos que têm mercado no exterior. Devemos extirpar do nosso meio uma concepção paternalista do Estado, que o vê como estrutura metassocial dotada de fontes próprias de recursos, que pode assumir a responsabilidade indefinida de investimentos, de despesas de custeio, ou de subvenções, sem antes retirar os recursos correspondentes da própria comunidade, através dos tributos ou da inflação. Devemos compreender que todo bem de serviço tem seu custo, e que, se pretendemos consumi-lo ou utilizá-lo pagando menos do que esse custo, alguém, dentro da nossa comunidade, está suportando a diferença. Devemos aprender a realizar constantemente balanços de custos e benefícios e a agir em consequência. Devemos compreender que o aumento da renda de um indivíduo, ou de uma classe, se excede do aumento da sua produtividade, ou do incremento real de renda de toda a comunidade, ou se realiza à custa de outros indivíduos ou classes, ou é inflacionário.

No dia em que alguns desses conceitos permearem a nossa sociedade na mesma extensão e com a mesma profundidade que certos valores políticos e jurídicos, será bem mais fácil a tarefa de orientar o esforço coletivo no sentido do crescimento máximo da nossa economia.

### **A atuação do Estado**

Para o sucesso da grande empreitada do presente decênio contribuirá, também, e de forma decisiva, a atuação do Estado. O papel do Estado na evolução de uma sociedade subdesenvolvida pode ser entendido quando se verifica que somente ele, no uso da sua autoridade, pode assumir a indispensável liderança na orientação e no planejamento da ação comum; e que somente ele, através do poder tributário, dispõe de instrumento eficiente para concentrar as grandes massas de capital exigidas pelos investimentos na infraestrutura e nas indústrias básicas, até que o nível de renda *per capita*, permitindo formação voluntária de maior volume de capital, enseje o funcionamento de um mercado privado de

capitais suficientemente ativo e amplo para que nele os empresários privados encontrem o meio de financiar seus investimentos.

Por outro lado, é indispensável ter sempre presente que o desenvolvimento não é um processo que se expresse apenas no aumento do estoque de capital à disposição da economia, mas que ele implica e traz consigo mudanças radicais, não só da economia como de todo o corpo social, interessando a todas as suas estruturas e instituições, e às camadas mais profundas da consciência coletiva. É um processo de crescimento vital em cujo curso se podem estabelecer tensões sociais graves se, através da ação presente e previdente do poder político, não ordenarmos essa evolução e não adaptarmos as antigas estruturas e instituições às novas condições sociais e econômicas.

### **Critério para julgar o regime parlamentar**

Ressalta aí o significado da forma de organização política adotada pelo País, e o critério para julgar o nosso regime parlamentar.

A muitos parece – e na verdade assistimos diariamente a tal colocação do problema – que esta adequação se medirá, exclusivamente, em termos de eficiência administrativa, de autoridade política, ou de capacidade decisória. E não é incomum observarmos a inconsciente contradição daqueles que defendem um processo democrático de desenvolvimento, e simultaneamente condenam o regime parlamentar, com argumentos de insuficiente concentração do poder político. Argumentos que, levados aos últimos corolários, serviriam para demonstrar que o preço do desenvolvimento é o sacrifício da liberdade política.

Precisamos nos desenvolver, e rapidamente, mas nem por isso precisamos renunciar à liberdade política. Ao contrário. Esse desenvolvimento somente terá significação e valor se o obtivermos no quadro de uma sociedade democrática, onde sejam respeitados os direitos inalienáveis da pessoa humana. Nos últimos quarenta anos, a experiência de alguns povos tem servido de pretexto para a tese de que somente as formas de organização social que negam quaisquer direitos individuais, desde a propriedade até a liberdade política, oferecem instrumento eficiente para vencer a barreira do subdesenvolvimento. A atração de alguns resultados concretos conduz, por vezes, a que sejam esquecidos exemplos de crescimento semelhante em regimes democráticos, sem o

alto custo pago naqueles sistemas, em termos de direitos, de valores e de dignidade do homem. Devemos, além disso, distinguir, nesses resultados, o que possa ser atribuído às características do regime ou da forma de organização social, e o que traduz a aplicação de técnicas de planejamento que podemos e devemos copiar e adaptar, e o que deve ser imputado à formação de uma consciência de objetivos e à galvanização da vontade coletiva, que também podemos e devemos conseguir, por meios democráticos.

A vocação do povo brasileiro para a liberdade, demonstrada através da sua história, a tradição de uma escala de valores forjada pela civilização ocidental e cristã, destinam ao insucesso qualquer tentativa de violentar os princípios que inspiram a nossa organização política, ainda que a pretexto de oferecer em contrapartida a promessa de um crescimento mais acelerado. Haveremos de crescer no respeito a esses princípios, na prática e no aperfeiçoamento das nossas instituições.

### **Governo parlamentar: instrumento mais apto**

Cabe-nos perguntar, nesta altura, qual dos dois regimes estará mais apto a servir de instrumento para esses fins: o tradicional da República brasileira, ou aquele em cuja prática nos iniciamos.

Para aqueles que consideram o problema sob o aspecto restrito de eficiência administrativa, pode parecer à primeira vista que o comando unipessoal do presidencialismo propiciava instrumento mais flexível e pronto, principalmente quando são lembrados os comportamentos voltados à ostentação e à propaganda pessoal. A verdade, porém, é que a eficiência da máquina administrativa depende menos da ação individual do dirigente supremo do que da dedicação, da capacidade, da qualidade dos servidores públicos que garantem a continuidade da ação governamental, e que lhe fornecem o substrato técnico. Aos governantes cabe, quase que exclusivamente, a orientação geral, a ênfase em determinados sentidos, ao lado do exercício de uma representação e de uma liderança que tenham caráter político e não administrativo. Essa conclusão é confirmada quando se verifica de que modo a vida do País foi afetada, nos seus aspectos materiais, ao fim de um ano, no qual vivemos a inauguração de novo período presidencial, grave crise política e a mudança do regime; não obstante o ritmo da inflação – que não foi, entretanto, inédito na nossa história, mas inferior ao de ano recente da

nossa história presidencialista e que pode ser imputado à continuação de processo que já se prolonga há vários anos, e às emissões impostas pela própria crise política –, os dados preliminares disponíveis indicam, para 1961, o menor déficit do comércio exterior dos últimos cinco anos, e uma taxa de crescimento do produto nacional que se aproxima de 7% – taxa que não conseguíamos atingir há muitos anos. Em nada foi afetado, portanto, o ritmo de nosso crescimento, mas continuamos a nos desenvolver tanto ou mais do que no passado.

### **A herança recebida do passado**

A herança recebida pelo primeiro Gabinete parlamentar, no que diz respeito às finanças federais e à situação monetária do País, supera em muito tudo o que já experimentaram os governos presidenciais. E estou certo de que, fazendo uso das facilidades de coordenação que permite o contínuo funcionamento em conselho de todos os ministros, o Gabinete encontrará meios para reduzir substancialmente o ritmo da inflação no corrente exercício.

Quanto às decisões de política, as dificuldades e as delongas que se pretende atribuir ao regime parlamentar traduzem apenas a complexidade dos problemas e a existência, tanto nos órgãos de representação política como na opinião pública, de posições antagônicas, muitas vezes extremadas por compromissos ideológicos, que devem ser consideradas, pesadas e harmonizadas em benefício da paz social. A própria urgência com que se reclama do Gabinete a decisão e solução sobre as mais variadas questões, algumas delas pendentes há vários anos, documenta a incapacidade dos governos presidenciais anteriores em lhes dar solução, ou de sequer se definirem em determinado sentido. Os problemas com que hoje nos defrontamos não nasceram com o regime parlamentar, que afinal de contas tem apenas seis meses de funcionamento. São todos eles herdados do regime presidencial que, não obstante o comando unipessoal e as virtudes que nele encontram os seus atuais defensores, não mostrou qualquer capacidade para solucioná-los.

Em compensação, foi farto de crises políticas até a última, que deu origem ao regime parlamentar. E este, se outras virtudes ainda não demonstrou, saiu-se a contento da tarefa maior de manter o equilíbrio das forças políticas e sociais e de restabelecer a tranquilidade e a paz.



## **O problema político e social a resolver**

Mas o certo é que não é pelas suas aptidões administrativas que deve ser julgada a forma de organização política na presente etapa da evolução brasileira. O grande problema político e social a resolver é a necessidade de promover os ajustamentos institucionais que o próprio desenvolvimento exige.

Nos últimos tempos, acostumamo-nos a ouvir as manifestações dos mais variados setores no sentido de que o País precisa – e com urgência – de reformas de base, principalmente a agrária, a bancária, a tributária, a da administração pública, a dos códigos, e tantas outras. Todos sentimos que os progressos alcançados pelo País, depois da última guerra, tornaram obsoletas muitas das instituições e estruturas construídas para condições diversas. O vulto da tarefa com que se defronta o novo regime é a expressão da falência do regime presidencial em obter, a seu tempo, progresso institucional paralelo ao crescimento da renda nacional.

## **O regime político que nos convém**

Em função das suas aptidões para obter essas reformas é que deverá ser determinado qual o regime político mais adequado às necessidades do Brasil no futuro próximo.

A natural oposição a que conduz a separação dos Poderes Legislativo e Executivo no regime presidencial – não obstante as declarações formais de harmonia de ação, constantes da Constituição – explica em parte o atraso na efetivação das reformas cuja necessidade hoje reconhecemos. E sob esse aspecto, é difícil negar as facilidades políticas e operativas que proporciona o regime parlamentar ao transferir as funções governamentais para representantes do Poder Legislativo. A delegação de poderes, vedada ao nosso regime presidencial e admitida como procedimento normal no parlamentar, poderá constituir-se em valioso instrumento para um processo legislativo mais rápido, especialmente no caso de leis de natureza técnica e sem grande conteúdo político. Poder-se-á observar, entretanto, que o regime parlamentar, não obstante os seis meses de funcionamento, ainda não demonstrou praticamente essas aptidões. É certo que o Congresso, apesar da sua operosidade, ainda não promulgou leis objetivando qualquer dessas reformas. A semelhante objeção lembraria que a consciência da necessidade de tais reformas data

de pouco tempo e que, na verdade, a maioria dos que por elas clamam não têm noção muito clara sobre o seu conteúdo, nem posição definida sobre os princípios que as devem inspirar. E não raro, observamos posições antagônicas ou irreconciliáveis. É natural que o Congresso reflita essa situação, pois como órgão político, representando regiões, correntes, ideologias e classes diversas, precisa necessariamente de uma fase de amadurecimento no estudo dos temas submetidos à sua apreciação a fim de que possa encontrar aquela harmonização mínima de opiniões que exige o regime democrático. Por outro lado, não é possível esquecer as repercussões da crise política, nem o fato de que estamos em ano de campanha eleitoral, para renovação da Câmara dos Deputados e de parte do Senado Federal. É da essência da democracia que o processo de escolha dos representantes do povo sobreleve, como fato político, a todos os demais, pois ele é o fundamento do próprio regime e a eleição que se aproxima será mesmo condição para que algumas das reformas acima referidas traduzam realmente a vontade do povo, expressa através da escolha de seus delegados.

Poucos pretenderão afirmar, de qualquer modo, que um regime presidencial poderia, em tais condições, ter alcançado resultado mais amplo.

### **O diálogo contínuo, essência do regime democrático**

Sob um outro ângulo, ainda, estou convencido de que o regime parlamentar poderá, melhor do que o presidencial, assegurar nos próximos anos os nossos objetivos de desenvolvimento dentro da democracia. As expressões de um crescente pluralismo na sociedade brasileira – que devem ser recebidas pelos verdadeiros democratas como o melhor penhor do nosso sistema de vida – recomendam que as decisões fundamentais que deveremos tomar sejam conduzidas através do Congresso e de um sistema colegiado de governo, de modo a evitar que a ansiedade de alguns, o radicalismo de outros, ou a prepotência de detentores eventuais do Poder Executivo possam conduzir, através de crises políticas e tensões sociais, ao perecimento do próprio regime democrático. É nesses momentos que avulta a sabedoria da tradição política brasileira – que esta nossa querida Minas Gerais se orgulha de saber traduzir com insuperável dedicação – que recomenda sempre a atenção e a consideração das

teses dos adversários, a busca constante da opinião média das correntes políticas e da opinião pública, o desprendimento pessoal e a disposição de conciliar, em benefício da paz social. Na humildade desse diálogo contínuo é que reside, afinal, a essência do regime democrático e a segurança de que evoluiremos sem choques insuperáveis, como Nação coesa, ordenada e pacífica.

Seja qual for o regime – presidencial ou parlamentar –, a tarefa de reformar as instituições nacionais, exigida pelo processo de desenvolvimento, há de caber ao Congresso, se desejamos que elas se façam sob a égide da liberdade política. O dever de todo democrata é, portanto, o de prestigiar e apoiar as Casas desse Congresso, ainda que usando de todos os meios legítimos de formação de opinião pública e de influência sobre os seus representantes políticos, para que se orientem no sentido que cada um julga como o mais conveniente aos interesses do País. E se esforçar para que, na próxima renovação desse Congresso, mais autêntica e mais ampla seja a sua representação.

# *Bases da democracia brasileira*

---

## **Discurso de Tancredo Neves quando assume a liderança do governo João Goulart e da maioria na Câmara dos Deputados.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 24-7-1963.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao assumir os encargos da Liderança do Governo nesta Casa do Congresso, cedendo à imperiosa convocação do Presidente João Goulart, que as bancadas do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro houveram por bem ratificar, num gesto que tanto distinguiu a modéstia da minha vida pública, outro propósito não me animou senão o de contribuir, de maneira singela, é verdade, mas com todas as forças de que somos capazes, para o normal funcionamento do regime e o fortalecimento de nossas instituições. Aos homens públicos que têm a verdadeira consciência da crise nacional, não há alternativa de escolha, quando chamados para o exercício da função pública. A nenhum é lícito recusar o seu concurso, para que sejam superadas as dificuldades do País e minorados os sofrimentos do povo. Nem a magnitude dos obstáculos a serem vencidos, nem as considerações da conveniência pessoal servem de escusas para que os interesses de ordem individual prevaleçam sobre a obrigação de servir. Tudo fiz, não obstante, para que a outrem coubessem os pesados encargos da árdua missão, que todos sabem das mais delicadas e difíceis e que só não me leva ao desânimo porque tenho a alentar o espírito a minha inabalável fé nos destinos da democracia brasileira, que se situa na projeção política e moral desta Casa, coração mesmo da República, cuja vitalidade se afere pelo vigor dos seus ritmos.

Somos em verdade uma Nação em crise. Mas a crise que nos abate não é a crise da exaustão que no curso dos tempos tem levado os povos em decadência a se mergulharem numa vil e apagada tristeza, nem tampouco é a crise da estagnação que destrói as forças criadoras da Nação, lançando-as na desagregação social e política, arrebatando-lhes a esperança e o ideal

e com eles a honra e a independência. A crise em que nos contorcemos é a crise fecunda, é a crise redentora, é a crise renovadora de um povo que se afirma dia a dia nos esplendores da sua cultura, nas surpreendentes resistências de sua fortaleza moral, na sua insuperável capacidade de lutar, sofrer e construir sob a inspiração da fé dos nossos maiores, sem ódios e sem discriminações, buscando na compreensão e na tolerância os ensinamentos com que temos norteadado nossa conduta. A nossa crise é a crise de um povo que se despede de estruturas que se exauriram e que por isto mesmo, por obsoletas, já não mais correspondem aos reclamos da consciência nacional, acrescida da circunstância de que vivemos num mundo atormentado, que perdeu a noção dos valores éticos, deslumbrado pelas conquistas da ciência e pelos prodígios da técnica, numa gigantesca e dramática competição entre imperialismos ousados e aguerridos que não nos deixa alternativa senão a de introduzirmos, a curto prazo, nas nossas instituições, modificações profundas, para que não sejamos relegados ao ostracismo ou à marginalização da vida internacional.

Sem fecharmos os olhos para a gravidade da hora que passa, que está a reclamar de todos os brasileiros e, particularmente, de suas elites dirigentes uma lúcida, honesta e corajosa tomada de posição, força é convir, não há na nossa crise por que nos entregarmos à intimidação, ao desespero ou ao desalento, mas encará-la como uma contingência inevitável do nosso processo democrático, uma imperiosa transmutação de valores jurídicos, sociais e econômicos que perderam o sentido, uma transição de estágio em nossa civilização, cada vez menos colonial e subdesenvolvida e cada vez mais inconformada com os seus baixos padrões de vida e cultura e irreconciliável com o sofrimento, a ignorância e a miséria do seu povo, terríveis estigmas de inferiorização de que nos cumpre libertá-lo.

O movimento político-militar de 1930 foi a deflagração da grande revolução brasileira, que ainda se encontra nos seus desdobramentos, pois que ainda não encerrou seu ciclo. As forças criadoras que esse movimento libertou, os elementos de catálise que fez eclodir, despertaram em todos os brasileiros a perfeita lucidez da sua força e da sua fraqueza, das suas virtudes e dos seus defeitos, mas, sobretudo e principalmente, a consciência plena do nosso apocalíptico subdesenvolvimento. Progredir ou desaparecer, a dramática advertência de Euclides da Cunha, passou a repercutir em todos os espíritos, e o desenvolvimento econô-

mico e social acelerado passou a ser o verdadeiro objetivo nacional a orientar os esforços comuns.

A Revolução de 1930 encontrou na Carta de 1946 um ponto de parada, um como que compasso de espera, uma como que pausa para meditação. É nossa Constituição; e basta isto para que ela nos infunda o mais profundo respeito, o mais profundo acatamento e aquela submissão consciente que tem feito a glória e a grandeza de poderosas nações que, através da sua ordem jurídica, institucionalizaram a liberdade. Documento da mais acendrada sabedoria política, fruto do trabalho patriótico, devotado e abnegado de uma plêiade de notáveis homens públicos que a ele se entregaram com o melhor fervor da sua fé cívica. Mas, forçoso é reconhecê-lo, esse notável documento jurídico esgotou-se na sua força disciplinadora dos fenômenos sociais e políticos de nossa época em nossa Pátria. A celeridade com que se processaram no último decênio as conquistas do nosso desenvolvimento econômico e social fez com que muitas de suas regras se avelhantassem, que muitas das suas instituições entrassem em conflito gritante com a nossa política socioeconômica. Seria um estudo deveras interessante, cheio de ensinamentos, aquele que se dispusesse a desvendar qual dos títulos, dos capítulos, dos artigos e dos parágrafos de nossa Magna Carta que ainda não foram revogados, ultrapassados e diariamente violados pela lei inelutável dos fatos.

Estou mesmo afirmando, e creio não declaro uma heresia, que, tirante o capítulo dos direitos do homem, que, segundo notável sociólogo, depois do Sermão da Montanha, é a mais alta e acrisolada manifestação do pensamento humano, todas as demais disposições de nossa Carta política já não mais se situam em termos de sintonização com os anseios da alma nacional.

Não desejo entrar em minúcias para explicitar a tese. Basta que consideremos que a República e a Federação – os pilares do nosso regime democrático, os dogmas da nossa ordem constitucional, tanto assim que a nossa Constituição acertadamente os declara insusceptíveis de revisão – a República e a Federação, repito, de tal forma se deformaram, de tal forma se desfiguraram, que hoje recompor a sua fisionomia é uma das mais importantes tarefas das nossas gerações, da nossa geração.

Que é a República? República é representação.

A última e insubstituível conquista dos princípios inerentes à dignidade da pessoa humana. Mas quem fala em representação, fala em partidos, e quem fala em partidos, fala em voto. E que é o voto no Brasil nos dias de hoje? É duro confessá-lo e mais duro ainda proclamá-lo: caminha celeremente para o descrédito, a desmoralização e o vilipêndio. Degradou-o a demagogia. Corrompeu-o o poder econômico. Degradou-o a demagogia quando rasga perspectivas de paragens mirabolantes de inacessível bem-estar social do cidadão comum, quando acena com conquistas inacessíveis ao homem do povo, quando afirma, com maior ou menor eloquência, conscientemente, mentiras e falsas promessas que a realidade jamais poderá confirmar. E tudo isso apresentado à credulidade e simplicidade do brasileiro das ruas, que nelas, mercê de sua imensa boa-fé, acaba acreditando, mas ao término de cada eleição, esgotado o seu conteúdo emocional, convence-se, na amargura e na decepção, de que foi enganado e foi ludibriado. E então passa a identificar a democracia, não pela sua substância ética, não pela sua capacidade de trabalho, pela sua eficiência, pela majestosa grandeza dos seus institutos jurídicos, sociais e econômicos, mas nela identifica o regime da mentira, da falsidade e da mistificação.

Assim se forma um marginal da democracia. E, mais do que isso, em breve, um inimigo da própria democracia, uma presa fácil das forças incumbidas da desagregação da ordem social.

O poder econômico corrompeu o voto através da propaganda organizada, sistemática, dirigida, que penetra pelos lares adentro, empolgando consciências, descendo ao subconsciente e dirigindo vontades, fazendo com que o incauto e desprevenido homem do povo, o incauto e desprevenido chefe de família se transforme num autômato a serviço das classes dirigentes, porque só elas, pelo seu poder econômico, têm fácil acesso aos poderosos instrumentos de publicidade. E, como nem sempre os seus interesses se harmonizam com os legítimos interesses do povo, mais se aprofundam e se radicalizam os conflitos de classe. O poder econômico que degrada o voto através de organismos estranhos e rebarbativos que surgem esbanjando recursos financeiros a esmo e que, sem nenhuma legitimidade legal, interferem insolitamente no processo eleitoral para perturbar a manifestação da vontade popular; poder econômico que aí está oniferante procurando influir em todas as decisões, representado por forças ocultas e misteriosas que nunca se dispõem a

veicular aquilo que realmente poderia levar à emancipação do povo brasileiro, mas em manter os grilhões que o aprisionam na sua servidão econômica.

O Sr. *Adaauto Cardoso* – Nobre deputado, é bom que V. Exa. fira essa tecla. Há poucos dias, numa Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as pressões sobre o Congresso, nós tivemos o depoimento de um ilustre banqueiro, o Sr. José Luís de Magalhães Lins, incumbido da direção da propaganda do “não” no plebiscito sobre o parlamentarismo. Depois dele, Sr. Deputado e eminente líder do governo, tivemos o depoimento de uma ilustre personalidade que acumula o cargo de presidente do Sesi e de subchefe da Casa Civil da Presidência da República. Através desses depoimentos tivemos posto em letra de forma, em documentos autenticados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, o fato de que o “não” foi obra da propaganda governamental, e o dinheiro para essa propaganda foi arrancado às classes produtoras, à Federação das Indústrias, do alto comércio. V. Exa. fala em fontes obscuras, mentirosas, que não se revelam. V. Exa. tem de concordar em que o temor do governo, neste País, é que o presidencialismo não tenha peias, é que a censura à imprensa, ao rádio e à televisão se exerça através dos mais obscuros, e astuciosos elementos – o Sr. Ministro da Justiça arrancando às emissoras de televisão e de rádio o quádruplo do tempo que fora empregado em críticas ao governo, contra a lei e à margem dela, V. Exa. há de compreender que ninguém se atreve, nas fileiras da indústria e do comércio, a ser herói e a financiar às claras, e V. Exa. há de compreender que as classes conservadoras querem defender-se, que a livre iniciativa, que a tese adversa à socialização dos meios de produção, têm de defender-se e se defendem contra um governo que, por todos os meios, por todos os recursos, lícitos e ilícitos, tem procurado implantar teses socializantes, a doutrina socializante neste País. Assim, quando V. Exa. fala sobre forças obscuras, sobre influências clandestinas, é da mais elementar justiça que, apesar de patenteadas e já formadas aos olhos do País, V. Exa. ponha entre elas o poder governamental do arbítrio, da violência e da corrupção.

O SR. TANCREDO NEVES – Deputado *Adaauto Cardoso*, sem pretender entrar no mérito dos fatos que V. Exa. aqui nos traz, fatos singulares que estão sendo objeto de investigação por Comissões Parlamentares de Inquérito, e por isso mesmo antecipar qualquer pronunciamento,



antes que esses órgãos cheguem a uma conclusão, se me afigura uma temeridade, na qual não desejo incorrer, sem querer de qualquer forma aceitar como procedente a afirmação de V. Exa. de que S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, Deputado Abelardo Jurema, se conduza no policiamento dos instrumentos de publicidade com ilegalidade, o que, repito, pois teremos inúmeras oportunidades para debate desse tema, em homenagem à probidade de V. Exa., quero aceitar apenas para argumentar como verdadeiros os fatos que aqui traz e neles mais não vejo do que a solene afirmação das teses que venho sustentando.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o poder econômico corrompeu o voto, porque ele hoje não se prepara apenas para enfrentar uma eleição, mas, mês a mês, ano a ano, tem o controle dos instrumentos de publicidade e, pelas técnicas mais modernas e requintadas de publicidade, vai pouco a pouco anestesiando as resistências do povo e impedindo que ele realize seus destinos.

E que dizer-se da Federação? Só os juristas bem intencionados, em suas cerebrinas elucubrações, numa genial exegética, conseguem ainda num esforço de reformulação enquadrá-la dentro dos imperativos da realidade nacional. Estados ricos e pobres ostentam uma autonomia cotidianamente desmentida e destruída pelo monopólio de tributos, de salários, de crédito e de câmbio que se instituiu em favor da União; se a esse quadro acrescentarmos as nossas disparidades regionais, nossos desequilíbrios econômicos, o conflito campo *versus* cidade e as cargas inflacionárias que dia a dia são deflagradas sobre a resistência das economias locais, não precisamos possuir penetrante presciência para concluir que estamos caminhando aceleradamente, social e economicamente, para um centralismo, um unitarismo absorvente, destruidor e estatizante.

A democracia no Brasil está hoje em crise e precisa ser restaurada.

Que dizer dos partidos políticos, que tão altos e assinalados serviços têm prestado à causa do povo brasileiro? Em torno deles, aglutinam-se nossas elites dirigentes, mas são partidos sem bases definidas, sem programa de governo, incapazes de se entenderem sobre os problemas básicos da nacionalidade ou de se comporem em torno de um vasto projeto nacional que realmente conduza o povo às estradas ensolaradas da sua definitiva emancipação econômica e social.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Quando V. Exa. dirigiu-se à tribuna, frequentemente ocupada por nós que, por dever e convicção, fazemos oposição ao governo, realmente perguntei a mim mesmo qual a razão de sua proferição. Vejo agora que V. Exa. proferiu muito bem. Seu discurso, há de permitir que eu diga, longe de ser um discurso de líder de governo, é um discurso veemente, caloroso, de combate a tudo quanto estamos vendo. Então, assinalo isto, com minhas congratulações. Verifico que V. Exa., ao apresentar-se nesta Casa como representante do governo, por indeclinável dever de consciência, vem fazendo exatamente aquilo que devemos fazer: oposição rasgada a tudo quanto aí está promovendo, dentro de termos constitucionais, a substituição de uma ordem de coisas que se torna cada vez mais intolerável.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Deputado Pedro Aleixo, a interpretação suspicaz de V. Exa., os critérios, mais de advogado solerte do que de homem público, que V. Exa. acaba de utilizar em seu aparte, não vêm em abono dos propósitos políticos que V. Exa. deseja alcançar. Líder do governo nesta Casa, não dou a ninguém o direito de duvidar da minha lealdade ao Senhor Presidente da República, a quem me ligam laços indestrutíveis de uma amizade que tem sido posta à prova nas mais duras adversidades. Aqui está, acima de tudo e principalmente, um homem que ama a verdade. As falhas que eu estou apontando não podem ser levadas à responsabilidade do atual governo. São falhas estruturais, dessas estruturas que V. Exas. se recusam a modificar, porque na sua conservação V. Exas. são os maiores interessados. Quero dizer a V. Exa., Deputado Pedro Aleixo, ainda em continuação ao meu pensamento, que eu jamais viria a esta Casa para liderar um governo trazendo teses que esse governo não sustentasse. E se V. Exa. tem bem presente na memória – e eu a sei fidelíssima –, verificará que estes meus princípios, estas minhas teses, João Goulart e Tancredo Neves as herdaram daquele grande e inolvidável brasileiro que foi o Presidente Getúlio Vargas.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Ainda bem. E permita-me V. Exa. concluir meu aparte. Não desejo interromper o pensamento de V. Exa. Não veja V. Exa. na minha intervenção qualquer suspicácia de velho advogado porque, se a houvesse, por certo estaria medindo forças com um advogado mais novo, sem dúvida mais brilhante, mas que é sempre advogado. V. Exa. sabe o grande respeito que tenho pela sua inteligência. Por isso mesmo, quando salientei a sua presença na tribuna, com as afirmações

que está fazendo, quis mostrar que, neste momento, todos estamos empenhados no combate a processos e métodos que não podem mais ser tolerados. V. Exa. fala sempre no combate às classes dirigentes, ao poder econômico. V. Exa. há de fazer justiça a mim. Sabe que estou em rigorosa condição de combater o poder econômico, sem a mínima suspeição, nem mesmo a da inveja, ou a da mágoa. Aprendi, desde cedo, que em relação à riqueza e à fortuna só há dois processos de superioridade: ou o de dominá-las, ou o de desprezá-las. Dominá-las não posso; costume desprezá-las. Por isso mesmo, nobre líder Tancredo Neves, V. Exa. fez bem em tirar do meu aparte uma oportunidade para proclamar sua lealdade ao Senhor Presidente da República. Creio que ninguém põe em dúvida essa lealdade. V. Exa. se tem sacrificado tanto por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que realmente só na lealdade poderia buscar inspiração para tantos e tão altos sacrifícios.

O SR. TANCREDO NEVES – Dr. Pedro Aleixo, V. Exa. é homem cívico por excelência. Se algum dia precisássemos de uma legenda para marcar sua vida pública, uma permanente e edificante lição de amor à Pátria e devotamento ao regime, às novas gerações, melhor legenda não encontraríamos do que a sua frase: “Em face da riqueza, temos de dominá-la ou desprezá-la, e como não posso dominá-la, prefiro desprezá-la.” V. Exa. se retratou na sua dignidade, em todo o seu fervor cívico, nesta lapidar sentença. Mas, nobre Deputado Pedro Aleixo, não existe, de minha parte, nenhum sacrifício pelo Presidente João Goulart. Os sacrifícios que tenho feito na vida pública são sacrifícios pelas minhas convicções, são sacrifícios pelo povo brasileiro, são sacrifícios pela causa da democracia. E se muitas vezes os interesses da democracia, os interesses da Pátria brasileira estão defendidos e encarnados no Presidente João Goulart, é a seu lado, na sua retaguarda que me formo, porque esta é a melhor maneira de servir ao Brasil.

O Sr. Leonel Brizola – Sr. Deputado Tancredo Neves, apenas me move o propósito de oferecer modesta colaboração ao brilhante e oportuno pronunciamento de V. Exa. Vossa Excelência omitiu outra influência profundamente perniciosa no processo democrático brasileiro. Refiro-me às velhas oligarquias da política brasileira, que aí ainda estão vivas, principalmente aquelas que têm sua base no latifúndio que oprime os nossos patrícios e irmãos pelo interior deste País e que lhes não permitem a manifestação pura e livre, seguindo essa exceção odiosa que

não concede aos nossos irmãos analfabetos o voto, a escolha de seus governantes. E quando o eminente líder aludiu ao poder econômico, espero estivesse realmente no seu pensamento, também, a influência estrangeira em nosso País, poder econômico estrangeiro que aqui alimenta verdadeiros sistemas de submissão, visando domesticar o nosso povo, verdadeiras máquinas de domesticação do nosso povo, verdadeiras fábricas de deformação e até de calúnias, como são exemplo clássico no quadro da vida nacional os Diários Associados. Ao fazer essas referências, que só dão conteúdo ao discurso de V. Exa., principalmente quando invoca as lições daquele grande brasileiro que foi o Presidente Vargas, que nos deixou pensamento conclusivo na sua carta-testamento, eu me permito acrescentar, neste aparte, que nenhuma análise da vida brasileira pode ser autêntica se não invocar o processo de espoliação econômica da nossa Pátria, denunciado com todas as letras e dramaticamente naquele documento, onde Vargas aponta como causa fundamental das nossas desditas, da própria inflação brasileira, de toda esta série de desgraças que estão abalando a vida do nosso País, o processo de espoliação econômica.

Essas observações, todas elas, estou pronunciando no propósito de colaborar com o discurso de V. Exa.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado Leonel Brizola, recebo seu aparte com muita honra e nele vemos mais uma recente reafirmação de suas reiteradas convicções, com as quais não concordamos em grande parte, mas em que somos obrigados a reconhecer a bravura moral e a dignidade cívica com que se há V. Exa. na defesa dos princípios que lhe são caros.

O Sr. Brito Velho – Nobre Deputado Tancredo Neves, líder da Maioria, desejo, com todo o calor da alma, felicitar V. Exa. por ter posto o dedo numa das questões mais sérias e mais graves existentes neste País: a influência do poder econômico. O nobre líder da Minoria disse, e disse lapidarmente, que em face do poder econômico, ou dominá-lo ou desprezá-lo, e V. Exa., com grande elegância, mostrou toda a beleza, toda a grandeza que havia nesse pensamento.

Em verdade, Sr. Deputado, líder da Maioria, nada mais desprezível do que o poder econômico, porque esse poder econômico, numa política de duas velas, é capaz de contribuir, de um lado, para o erguimento de bons elementos, mas, de outra parte, covarde e prudente, entre aspas,

como é, também sustenta aqueles que são seus inimigos por definição. Daí o desprezo, daí já ter dito de forma muito significativa um pensador francês que “*Le bourgeois est un cochon qui voudrait mourir de vieillesse*”. Esta, nobre deputado, a melhor característica com referência a esses que, de um lado, pelo desejo de ainda fazer algo de bom, contribuem para que bons participem do governo da República, mas de outra parte, por aquelas razões que indiquei há instantes, contribuem duplicadamente e, muitas vezes, decuplicadamente em favor daqueles que seriam seus futuros destruidores. Direi, ainda, para completar, nobre deputado, que é necessário se faça, neste País, se realize, esclarecimento total, que não apenas se indiquem instituições que subvencionam candidatos. Sou insuspeito para falar nisto, nobre deputado, porque jamais recebi subvenção ou auxílio de qualquer pessoa ou de qualquer instituição. Entretanto, mais importante do que esclarecer as entidades que claramente auxiliam candidatos aos postos de mando, é indispensável, vital para esta República, se revele a fonte escura, a fonte misteriosa daqueles que gastam milhões, talvez bilhões, sem poder dizer de onde os tiraram. E exatamente o deputado que antes de mim dirigiu a palavra a V. Exa., o deputado guanabario, o antigo governador do Rio Grande do Sul, é o homem que menos autoridade neste País tem para falar contra forças econômicas, porque toda a sua vida de político tem sido manifestação permanente de que as forças econômicas sem nome, absolutamente inominadas, absolutamente desconhecidas, estão a serviço de suas campanhas, que se cifram por milhões e milhões. Isto, nobre deputado, eu o faço, não combatendo a V. Exa., mas exatamente cooperando com V. Exa., porque acho, como disse no início de minha intervenção, que V. Exa. está fazendo obra útil, que V. Exa. quer, de fato, que se rasguem os véus e que se destruam todas as falsas virtudes e que cada um apareça com a sua face autêntica desprovida de máscara. Por isso, meus parabéns a V. Exa.

O Sr. João Calmon – Permita-me, nobre deputado. O nobre Deputado Leonel Brizola tem várias ideias fixas, mas eu prefiro destacar agora as principais ideias fixas do nobre representante do Estado da Guanabara. A primeira é a sua permanente hostilidade ao Congresso Nacional. Ainda há cerca de quarenta e oito horas, o representante do Estado da Guanabara atacou com a maior violência este Congresso, esta Câmara de que S. Exa. faz parte, declarando que “deste mato não sairá coelho”,

que este é um Congresso que equivale àquele do tempo do Império, um Congresso de escravocratas, um Congresso de senhores de escravos e que deste Congresso não sairá nenhuma reforma.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Peço aos Srs. Deputados ocuparem seus lugares nas bancadas.

Atenção, Srs. Deputados! – Continua com a palavra o Sr. Líder da Maioria.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando nas considerações que vinha desenvolvendo para mostrar a imperiosa contingência em que nos encontramos de ter de substituir essas estruturas, resta-nos ainda, Sr. Presidente, fazer algumas considerações em torno do funcionamento dos poderes em nossa Pátria. Eximir-me-ei, por escassez de tempo, de falar sobre o Poder Judiciário. Mas não posso deixar de falar sobre o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, trincheira intransponível da República, cidade inexpugnável da democracia.

*O Sr. Chagas Rodrigues* – Permite?

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção! Peço aos Srs. Deputados que ocupem seus lugares nas bancadas. O orador não está mais consentindo apartes. Está com a palavra o nobre Deputado Tancredo Neves.

*O Sr. João Calmon* – Sr. Presidente, para concluir o aparte...

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Solicito aos nobres colegas ocupem seus lugares nas bancadas, para que seja possível a normalização dos trabalhos de plenário.

O SR. TANCREDO NEVES – O nosso Poder Legislativo, dizia eu, precisa promover com urgência a atualização das suas técnicas de legislar, precisa aprimorar seus métodos e seus processos de trabalho. Chamado a legislar sobre infinidade de problemas, envolvendo em grande parte questões técnicas inacessíveis à sua competência, perde-se na inércia ou na ineficiência. É que a sua estrutura tornou-se ineficaz, gerando o fracasso do seu funcionamento e, em consequência, levando-o à desestima do povo. O Poder Executivo, a seu turno, tem de operar uma máquina administrativa emperrada, de peças desgastadas e obsoletas, que está muito aquém do governo...

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção! Solicito dos nobres colegas diminuam, pelo menos, o rumor, para que possa ser ouvido o nobre orador.

O SR. TANCREDO NEVES – ... esse Poder Executivo se vê impedido de atender à sua tarefa dinâmica, pois que tem de lidar com instrumentos precários, deficientes e insuficientes, e por isso mesmo sobre ele se descarrega a grita de todas as insatisfações, de todos os descontentamentos, que o responsabiliza pelo fracasso de sua missão. A precária seleção dos elementos humanos que os manipulam, o arcaísmo de suas peças, a obsolescência das normas e critérios administrativos, a irracionalidade do seu funcionamento, só mantêm a ordem e o progresso do País porque o nosso povo possui qualidades inatas e extraordinárias de improvisação e adaptação.

Como vemos, Srs. Deputados, sem perda de tempo é necessário que empreendamos a recuperação da República, restituindo dignidade ao voto, dando autenticidade aos nossos partidos, para que eles se identifiquem realmente com os legítimos interesses do povo.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção! A Presidência solicita aos Srs. Deputados colaborarem, no sentido de que se restabeleça a ordem, para que possa o orador ser ouvido.

*O Sr. João Calmon* – Peço permissão para concluir o meu aparte.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Não são mais permitidos apartes. O orador declarou que não mais os concederá.

Peço aos ilustres deputados que ocupem os seus lugares nas bancadas. Com a palavra o nobre líder da Maioria.

O SR. TANCREDO NEVES – Urge que empreendamos, dizia eu, enquanto é tempo, a recuperação da República, restituindo ao voto a dignidade que está perdendo, dando aos partidos a sua autenticidade para que eles se identifiquem realmente com os sentimentos e as aspirações do nosso povo e se transformem em forças estáveis e permanentes a serviço dos ideais eternos da Pátria. Partidos que sejam instrumentos do bem público e não instrumentos do ódio, e nem veículos de ambições desvairadas, mas partidos que saibam cumprir a sua tarefa mais alta e mais importante, que é de manter sempre vivo no coração do povo o amor pela democracia. Mas, quanto a esse quadro, que procuro traçar, não em pinceladas pessimistas, mas em largas pinceladas realistas, recordamos que vivendo num século que fez do trabalho a pedra angular de toda a ordem econômica e social, instituindo-o em centro dos direitos e obrigações, ainda nos aferramos, como se estivéssemos em pleno século XVIII, no direito de propriedade e o erigimos em coluna mestra de

nossa ordem jurídica, não sofremos a angústia de pungente desalento, que nos infunde atraso histórico tão deplorável. Promover a evolução do direito de propriedade no direito à propriedade é um mandamento irretorquível das modernas democracias, que na multiplicação de novos proprietários encontraram o segredo da sua estabilidade social, e mesmo a segurança do direito de propriedade.

E quando a estrutura da propriedade, na vida dos povos, como ocorre com as nações subdesenvolvidas, se apresenta desumana e cruel, impondo a miséria, como condição de vida inarredável, a consideráveis contingentes humanos, transformá-la – humanizando-a e dignificando-a – não é apenas um imperativo de política de solidariedade social, mas um dever de toda consciência cristã, cujo cumprimento não temos o direito de procrastinar.

É o que presenciamos com a massa imensa dos nossos trabalhadores rurais, lançada ao bátrato degradante de uma existência incompatível com a dignidade da pessoa humana. Ampará-la contra a adversidade econômica e social que a escraviza, protegê-la nos seus sagrados direitos à vida digna e operosa, enriquecê-la e dignificá-la, transformá-la de unidades mortas dos nossos censos demográficos em unidades de produção e consumo, pela instrução, a saúde e o trabalho, é a magna tarefa que a todos nos incumbe. Essa ciclópica integração humana e social de milhões de irmãos aos padrões mais elevados de nossa civilização só será possível, porém, com o acesso à terra – à luz dos princípios que informam a nossa organização social e política – de todos aqueles que estejam em condições de torná-la produtiva. Retardar o reconhecimento desse direito é levar a subversão ao campo, onde os sem-terra acabarão impondo pela violência e pela força o pior tipo de reforma agrária, porque argamassada no sangue de irmãos e alicerçada no ódio fratricida. Que Deus nos poupe dos horrores de tão grande calamidade, iluminando a consciência de nossas elites dirigentes e lhes apontando a estrada nobre e generosa da justiça social.

Grandes, como vemos, são as nossas dificuldades e elas não resultam apenas da dimensão dos problemas a enfrentar, da intensidade da inquietação social ou da profundidade da crise econômico-financeira. Problemas tão graves ou ainda mais difíceis já enfrentamos e superamos no passado, e as potencialidades do País, bem como as qualidades de seu povo, só autorizam confiança e esperança no futuro. A gravidade da



hora resulta menos dos problemas do que da diminuição de nossa capacidade de enfrentá-los. E essa diminuição de capacidade – como povo – de dar solução às nossas dificuldades resulta, antes de tudo, do que poderíamos definir como a nossa incapacidade de organização para enfrentar, disciplinando e dominando, o vasto complexo socioeconômico de nosso povo. A verdadeira crise brasileira, do Brasil como sociedade e povo, é a perda do sentido do esforço comum, a ação coletiva em torno de objetivos, meios bem definidos. A perplexidade, a desesperança e o desânimo de muitos resultam dessa ausência de um projeto nacional articulado, em torno do qual seja possível a liderança política galvanizar o esforço nacional.

Tanto a preocupação reformista, que domina o País, quanto as manifestações singulares, a que assistimos, de apelo a processos revolucionários, traduzem ânsia de mudança, de progresso social e econômico, de inconformismo com o imobilismo, com o *status quo* ou a derrota, e serão frutíferos, se puderem ser coordenados e orientados no sentido dos verdadeiros objetivos do País.

O que devemos temer são as soluções protelatórias, que representam apenas a demissão da responsabilidade individual ou coletiva. O que não devemos nem podemos aceitar é o reformismo verbalista, sem qualquer conteúdo, é a pregação revolucionária sem o objetivo. O que precisamos evitar é que temas de política econômica ou social, ou mesmo de relações internacionais, sejam transformados em causa de radicalizações estereis que nada contribuem ou acrescentam no único sentido que nos interessa, que é o desenvolvimento e a melhoria das condições econômicas e sociais do nosso povo.

O que precisamos, nesta hora de decisões históricas em nossa Pátria, nós, elites dirigentes, nós, forças do governo e forças da oposição, é encontrar, no interesse nacional, no sagrado interesse do povo brasileiro, o denominador comum das nossas divergências. Que os ódios se retraiam, que as ambições se refreiem, para que possamos ter a mente tranquila e o pensamento limpo para buscar aquelas soluções que dizem respeito aos fundamentais interesses da Pátria.

O meu pronunciamento nesta tribuna, nesta hora e neste instante, é para deixar em todos os espíritos convicção de uma certeza. Líder do governo nesta Casa, aqui trarei sempre o pensamento de Sua Excelência o Presidente João Goulart, todas as vezes que estiverem em debate pro-

posições de relevante interesse nacional que reclamem o nosso estudo, o nosso exame e a nossa decisão. Mas, se líder do Presidente João Goulart junto a esta Casa, não deixarei nunca de ser o líder, pelo menos da sua Maioria, junto a Sua Excelência, todas as vezes que me imponha a consciência democrática, o dever de zelar pela segurança da nossa ordem jurídica e constitucional, e, sobretudo, a garantia dos direitos e das liberdades dos nossos concidadãos.

## *Direito de elegibilidade dos sargentos*

---

**Discurso do deputado Tancredo Neves quando da decisão do Supremo Tribunal Federal que deixou de reconhecer o direito de elegibilidade dos sargentos.**

*Câmara Federal.*

*Setembro de 1963.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ainda perduram os ecos dos deploráveis acontecimentos de ontem, que tiveram como cenário esta formosa Capital, envolvendo nas suas teias insidiosas inferiores da Marinha e da Aeronáutica, que se sublevaram inconformados com decisão do Supremo Tribunal Federal que deixou de reconhecer o direito de elegibilidade aos sargentos.

Desfecho melancólico, para não dizer oprobrioso, de uma acirrada polêmica que, de algum tempo a esta parte, vem incendiando os espíritos, na imprensa, nos comícios e no Parlamento, dividindo os pensamentos em correntes irreduzíveis e buscando cada qual impor os seus preceitos e a sua doutrina. Transferida para a área do Judiciário a controvérsia, as diversas instâncias se sucederam em pronunciamentos sempre discutidos e contestados, até que o Supremo Tribunal Federal foi chamado a dirimir esse conflito de interpretação da nossa Constituição. Proferiu o seu veredito, esclareceu no caso a *mens legis*, o que vale dizer, declarou o Direito. Não há como não nos submetemos a esta decisão, acatando-a e cumprindo-a, o que, mais do que uma obrigação que nos impõem os fundamentos éticos e jurídicos de nossa organização institucional, é um dever impostergável da consciência democrática do nosso povo, que no órgão da cúpula do nosso Poder Judiciário sempre reconheceu, e reverenciou, o sacrário inviolável das suas liberdades, dos seus direitos e das suas garantias. Supremo Areópago que Rui Barbosa exaltou em páginas imortais, por isso mesmo inesquecíveis, e que encontrou no grande Pedro Lessa – como um símbolo – a sua encarnação, na sua integridade moral, na pujança de sua cultura, na inamolgável resistência do seu civismo, na inquebrantável fé do seu patriotismo, que só a morte fez com

que se silenciasse. É esse Supremo Tribunal Federal que devemos manter fora e acima do choque das paixões, é este Supremo Tribunal Federal que devemos manter à margem do conflito de interesses; é este Supremo Tribunal Federal que devemos colocar acima das deformações ideológicas, pois nele, o supremo guardião do regime, é que todos nós, nas horas de borrasca, encontramos a arca dos justos, que nos protege e nos ampara contra o dilúvio da prepotência, da força e da violência.

Decidiu o Supremo Tribunal Federal, e o que nos cabe é acatar a sua decisão, é fazê-la respeitada, pois que, se assim não fosse, estaríamos negando os próprios fundamentos morais e jurídicos do regime. Podemos discutir se, no particular do reconhecimento da inelegibilidade dos sargentos, a nossa Constituição consagra uma injustiça, e sou daqueles que assim pensam. Mas, se a nossa Constituição se desatualizou e, no particular, está em conflito com a nossa realidade social e humana, o que nos cumpre é reformá-la, consoante os preceitos que ela mesma estabelece, e só depois do pronunciamento autêntico e inequívoco dos legítimos representantes do povo, podemos, revisando a norma vigente, dar acolhida à norma nova, criadora de novo direito.

Não entenderam assim aqueles militares que, induzidos na sua boa-fé, resolveram lavar contra aquela decisão, que supunham lesiva aos seus direitos, um protesto – protesto insensato, protesto tresloucado, mas do qual havemos de tirar algumas lições. A primeira lição, para a qual convoco todos os representantes do povo no Congresso, é caminharmos urgentemente para a atualização da Constituição, contribuindo para que a ordem militar possa manter rigorosa sintonia com a ordem jurídica.

Entendo que ao militar, do sargento ao general, não se pode e não se deve negar o direito de participação ativa na vida cívica da Nação, atuação direta na vida partidária, nem se lhe pode negar o acesso aos cargos da representação popular, que, no passado, no Império e na República, muito se honraram com a cooperação moral e intelectual de soldados ilustres. Mas sou também daqueles que entendem que um membro de força armada não pode ser simultaneamente membro de partido político, integrante de força armada, representante de poder político; são entidades democraticamente incompatíveis, que só podem coexistir naquelas democracias imaturas que, mercê de Deus, não é o caso da democracia brasileira.

Chamado ao exercício da militância cívica, chamado ao exercício da atividade partidária, o militar, qualquer que seja o seu posto e qualquer que seja a sua patente, deve, antes, renunciar às prerrogativas de sua posição militar, para que possa ser apenas membro do poder político, e, como nós, em igualdade de condições, apenas sob o amparo e o prestígio moral, político e jurídico das imunidades parlamentares, não ser mais deputado do que nós, mas tão deputado, tão senador como os demais para defesa das nossas instituições e dos postulados básicos de nosso regime.

Mas, não entenderam assim aqueles sargentos que, ontem, feridos, segundo supunham, no seu direito, resolveram lavar um protesto veemente, empunhando as armas que a Nação lhes confiou para defesa do próprio povo. E desse deplorável acontecimento, desse infausto episódio, outra ilação devemos tirar, e esta altamente confortadora, que veio numa como que compensação pela vergonha em que foi atirado o Brasil por aqueles fatos que, só de lembrar, nos entristecem. Esta ilação é a firmeza das nossas instituições para viver com a dignidade política que nos caracteriza como Nação. Elas se comportaram fazendo honra à nossa cultura e à nossa civilização. Nem o insólito da surpresa, nem o clima de fermentação emocional que é o caldo de cultura do sofrimento e das privações das camadas mais humildes da população brasileira, especialmente a da capital deste País, onde há o desemprego e a reiterada pregação do golpe, os inflamados discursos de descrédito dos governantes e das instituições, na sistemática campanha de paixão e ódio contra o Chefe da Nação, nada foi capaz de inspirar um gesto de insânia coletiva, que ninguém sabe aonde nos poderia ter levado. O povo permaneceu sereno e tranquilo, invulnerável aos chamamentos da irresponsabilidade com que em vão procuraram envolvê-lo para saciar ódios e paixões. O povo nos deu uma lição de dignidade cívica que é preciso recolher desses episódios, pois eles testaram que as nossas instituições democráticas estão vigorosas e profundamente implantadas na consciência e no coração da nossa gente.

Outra observação a tirar das ocorrências foi a conduta irrepreensível de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Em nenhum momento uma palavra de amargura ou de ressentimento, um gesto sequer de recriminação ou de condenação. Foi ele o autêntico líder democrático que, compreendendo os anseios, as inquietações, as angústias do seu

povo, se limitou, com exemplar correção cívica, a acompanhar o funcionamento das instituições e assegurar, com palavras serenas, positivas e incisivas, que a lei será observada, tão só e unicamente nos seus limites e em consonância com seus imperativos.

Há ainda uma outra lição, e esta, altamente dignificante para os nossos foros de povo democrático, foi a firme lealdade do nosso Exército e das demais Forças Armadas que, sem a hesitação de um segundo, sem uma vacilação, cumpriram, serena e dignamente, o seu dever, como aliás é da própria tradição do soldado brasileiro.

Elas estiveram, mais do que nunca, à altura do nosso passado; elas estiveram, mais do que nunca, na plenitude da sua consciência de forças armadas de uma Nação civilizada. E, mais ainda, na hora em que alguns sargentos foram induzidos a uma mazorca pelas sereias que cantavam aos seus ouvidos a ária enganadora de sedutoras e justas reivindicações, a unanimidade dos sargentos do Exército, a grande e esmagadora maioria dos sargentos da Aeronáutica e da Marinha se colocaram ao lado do governo, se colocaram ao lado da consciência democrática do povo brasileiro e, em poucas horas, com os seus superiores hierárquicos, extinguiram os focos de uma sublevação que a insânia de alguns, explorando a insciência ou a inconsciência de muitos, fazia com que a intranquilidade e a inquietação caíssem sobre esta jovem e futura Capital.

São essas as ilações que nos cumpre tirar desses acontecimentos de ontem, que devemos colocar sempre em destaque, pois que elas provaram, antes de mais nada, a nossa inalterável, a nossa indesejável, a nossa insufoçável vocação para a prática da democracia, para a sua defesa, quaisquer que sejam os sacrifícios.

Mas, Srs. Deputados, a quem ontem nesta Casa assistiu aos debates que se travaram das tribunas e dos microfones dos apartes não passou despercebido que as alas mais divergentes desta Casa, a extrema conservadora e a extrema revolucionária, como que se encontraram num conluio estranho e surpreendente para colocar o governo no fogo cruzado de ataques injustos, de críticas improcedentes, de impropérios muitas vezes insensatos. Ouvimos o nobilíssimo líder da Minoria, o Deputado Pedro Aleixo, cuja voz sempre se faz sentir com os acentos da maior grandeza e – como me pesa reconhecê-lo – cada vez mais em falsete, em face das teses que sustenta e dos princípios por que propugna. É uma voz do nosso conservadorismo, respeitada e digna por todos os títulos, mas que

ontem foi de uma coragem de afirmar que a todos nos estarreceu. E para esta coragem de afirmar outra explicação não encontramos senão o seu exacerbado zelo cívico e a sua encandecida paixão pelo bem público que o leva não raro aos assomos da intolerância e da intransigência.

Ouvimos, por exemplo, Sua Excelência dizer que aqueles humildes sargentos, aqueles obscuros servidores das Forças Armadas nenhuma responsabilidade tinham nos acontecimentos. Aquela mazorca tinha autores intelectuais. Ela fora inspirada, ela fora de certo modo articulada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, para lançar sobre as costas largas do governo a responsabilidade por um episódio cujos objetivos, cujos propósitos ainda hoje ninguém pôde caracterizar, mas que, podemos concluir certa e seguramente, se tivesse êxito, ainda que momentâneo, a primeira vítima, a mais alta vítima seria, sem dúvida e certamente, a autoridade máxima do supremo mandatário da Nação.

Disse mais ainda, que Sua Excelência o Senhor Presidente da República ausentou-se do cenário dos acontecimentos de propósito e de indústria, para que a subversão eclodisse quando ele se encontrasse daqui bem distante.

Meus senhores, é preciso ter sido tomado por aquilo que eu me permitiria chamar o abuso dos recursos da alicantina forense, da sofistocaria da nossa retórica cívica, para ignorar a verdade sabida, a verdade trissabida, a verdade multissabida que, desde muitos meses, Sua Excelência o Senhor Presidente da República programara e proclamara a sua viagem ao Rio Grande do Sul, para inaugurar obras importantes realizadas pelo seu governo em benefício da economia gaúcha. E ele mesmo a anunciou e repetiu no seu discurso de 7 de setembro. A sua viagem se fez normalmente. Os acontecimentos surpreenderam-no no interior do Rio Grande do Sul e ele voltou a Porto Alegre. Inteirou-se do que se passava, tomou as providências cabíveis e reclamadas pela conjuntura e chegou a Brasília tal e qual havia programado.

Não se pode, por conseguinte, buscar motivo de causa e efeito, nenhuma interferência entre a viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República ao Rio Grande do Sul e os deploráveis fatos de Brasília. Isto que toda a Casa sabe, isto que a Nação por inteiro não ignora, esta verdade, não obstante, não apenas foi obscurecida, mas negada, deliberadamente negada pelo nobre líder da Minoria, com o único propósito de, mesmo colocando mal Sua Excelência o Presidente da República

perante a opinião pública nacional, tirar, ainda que de momento, algum partido de efeito para a sua oratória.

Não é só, Sr. Presidente e Srs. Deputados. O que vimos desta tribuna, no último mês, foi um desfile de oradores da Oposição, e todos eles pondo nos seus pronunciamentos uma só tônica: o desrespeito à autoridade do Presidente da República, o desrespeito às instituições, a deslavada acusação de inépcia do governo, as acusações batidas nas teclas sovadas do moralismo político, da malversação dos dinheiros públicos, da corrupção, do empreguismo, tudo numa sucessão de considerações em que não sabíamos mais com o que nos aturdir, se com a arrogância que corria parelha com a irresponsabilidade, se, muitas vezes, com a intolerância ultrapassando todos os limites do decoro e da sensatez.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Parece que V. Exa. já me deixou no curso de sua oração. De sorte que, agora, encerradas as considerações feitas, eu me sinto à vontade para, na plenitude do libelo articulado, e vai aí talvez um vício da minha alicantina forense, dizer que, na verdade, é impressionante como V. Exa. tira efeito do anúncio da viagem do Senhor Presidente da República, para criar assim um álibi em relação a sua ausência no local dos acontecimentos. Mas, permita-me V. Exa. Desejo que V. Exa. faça – antigo advogado, e dos mais ilustres, portanto não podendo ter assim desprezo em relação à advocacia, embora sua prioridade sobre alguns modestos e antigos colegas, como é o meu caso –, desejo que V. Exa. faça também a defesa do eminente ministro da Guerra, general Jair Ribeiro, que em nota oficial declarou que, sabendo que ia ser efetuado julgamento de caso delicado no Supremo Tribunal Federal, cancelou uma viagem e preferiu permanecer em condições de dirigir as providências necessárias, ao contrário do que fez o Senhor Presidente da República. Defenda V. Exa. o Sr. Ministro da Guerra de não ter seguido a orientação do Senhor Presidente da República.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado Pedro Aleixo, longe de mim ter o intuito de ferir a sua sensibilidade de advogado dos mais ilustres, dos mais renomados, dos mais acatados no foro de nossa Pátria. V. Exa. me considera colega. É uma consideração muito acima dos nossos méritos, porque desde menino sempre me habituei a ver em V. Exa. um mestre dos mais conceituados e dos mais notáveis. Nunca, porém, consegui aprender com V. Exa. esses recursos realmente mágicos que só V. Exa. sabe usar na hora em que tem uma tese para defender. E, no



caso de ontem, quando V. Exa. ocupava a tribuna, não ouvíamos o grande estadista, não ouvíamos o notável homem público, não ouvíamos o insigne parlamentar, o que ouvíamos, em verdade, era o advogado criminalista debruçado sobre os infólios de um processo que nem sequer estava informado, sem elementos de prova, mas que já permitia a V. Exa. apresentar à Nação inocentes, culpados e responsáveis.

*O Sr. Pedro Aleixo* – Estas palmas que consagram sua resposta também eu as quero utilizar para dizer: era, sim, um advogado criminalista que, vendo impropriamente, indevidamente acusados modestos sargentos das nossas Forças Armadas, resolveu assumir a defesa deles na hora em que estavam tomados da maior aflição. Era o advogado criminalista que procurava buscar, naquele momento sem nomear, aqueles que deveriam estar junto dos sargentos rebelados para que pudessem prestar contas à Nação contra esse ambiente de intranquilidade e de subversão permanente que não deixa mais que, neste País, se possa gozar a paz, quando, já pela inépcia do governo, ninguém tem direito mais a esperar a segurança do próprio pão.

O SR. TANCREDO NEVES – Realmente, nobre Deputado Pedro Aleixo, vejo que V. Exa. estava, em verdade, tomado apenas do espírito do advogado criminalista. Da Maioria não partiu nenhuma acusação aos sargentos. No fragor dos acontecimentos, quando eles apenas estavam ainda em fase de debelação, quando ainda guarnições militares estavam ocupadas pelos insubordinados, limitei-me, nesta tribuna, e o fiz deliberada e conscientemente, a um relato sucinto, a um relato cauteloso e seco tanto quanto necessário, do que ocorria segundo informações oficiais que nos chegaram. E para V. Exa. já havia acusados, já se buscava aquele a quem se responsabilizar. No entanto, nobre deputado, o que sentimos é que, na revolta daqueles sargentos, que condenamos e para os quais de maneira alguma teremos uma palavra de condescendência, porque a subversão da ordem e os crimes contra as instituições jamais podem ser tolerados com benignidade, para eles o que se exige é punição, nos termos da nossa legislação, pelas autoridades competentes, assegurados aos amotinados todos os direitos de defesa. O que porém devemos registrar é que realmente naquele protesto havia uma reivindicação justa, e sobre ela devemos meditar, e devemos, em nossa porfia parlamentar, procurar alcançar aquele objetivo que acentuava de início, que é o de buscar a harmonização da ordem militar com a

ordem jurídica democrática. Ampliemos os quadros da representação parlamentar a todos os cidadãos do povo e tenhamos a coragem de tirar do princípio constitucional do sufrágio universal todas as ilações que ele comporte e na medida que nos permitam as imperiosas contingências de nossas realidades socioeconômicas.

Não devemos temer, Sr. Presidente, as Constituições pelo que elas possam apresentar de flexíveis às mutações. Devemos temer as Constituições que se cristalizam, as Constituições que se petrificam, as Constituições que se transformam em diques das aspirações e dos anseios da consciência nacional. Vamos reformar esta Constituição, Sr. Presidente, naquilo em que ela já demonstrou não corresponder mais aos imperativos da realidade nacional, para que possamos amanhã alcançar a conquista da justiça social por outras vias que não sejam as da iniquidade, para que possamos amanhã fazer com que os nossos militares, as nossas Forças Armadas possam sustentar a justiça do debate franco e aberto dos pretórios democráticos, e não pelas veredas criminosas da traição. Neste instante, nesta hora, Srs. Deputados, aqui estou para, em nome do governo, assegurar que ninguém mais do que Sua Excelência o Senhor Presidente da República está empenhado no pleno funcionamento das nossas instituições democráticas. Que não haja neste País um só cidadão ferido no seu direito, por opressão ou sequer por receio da opressão. Que todos nós nos sintamos livres no nosso lar, no nosso local de trabalho, nos nossos sindicatos, e que sobre os centros de aglutinação das comunidades brasileiras paire sempre a ordem, a paz e a segurança.

Dizia que, no debate de ontem, não passou despercebido a ninguém, nem à nossa alertada opinião pública, que a extrema conservadora e a extrema revolucionária se irmanaram. Para quê? Para agredirem o governo, para abalarem as nossas instituições. Foi o encontro do erro com o engano, da malícia costumeira e habitual com a boa-fé imatura. Foi o encontro de uma indesculpável e já permanente ojeriza à situação dominante com aqueles outros que desejam a revisão completa e radical do nosso processo democrático. E basta esta observação para concluirmos de pronto que, se esses extremos, que dentro e fora do Parlamento, sempre viveram em campos aguerridos e irreconciliáveis, se entenderam, é porque em ambos os lados faltou a justa e real percepção da realidade nacional, que a ambos faltou a verdadeira interpretação, naquela hora inquieta de ontem, dos justos interesses

nacionais. Mas quem não perdeu a percepção e a consciência dos valores em jogo foi Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que em nenhum momento perdeu a calma, a serenidade, a isenção, a confiança plena no funcionamento do regime, pelos seus Poderes soberanos: o Parlamento, o Judiciário e o Executivo.

*O Sr. Neiva Moreira* – Eminentíssimo líder do governo, Tancredo Neves, estou de acordo com V. Exa. quando conceitua a crise como uma decorrência do envelhecimento das estruturas políticas e institucionais do País. Talvez tivesse apenas a respigar que V. Exa. e, digamos assim, o partido que representa, até a Maioria, que talvez já não expresse, mas, de qualquer modo, em nome da qual fala, não tenha feito tudo para que estas instituições fossem, digamos assim, revistas e atualizadas. Agora, faço um grande esforço de memória, nobre deputado, para procurar localizar no turbilhão dos debates de ontem, no tumulto dos discursos de ontem, no calor dos nossos debates, primeiro o que é essa esquerda revolucionária, depois o que essa esquerda revolucionária teria conceituado em oposição ao governo. Salvo se V. Exa., como injustiça talvez ao Senhor Presidente da República, e ao governo, quisesse considerá-lo na categoria das forças opressoras que aqui foram denunciadas como responsáveis pela situação em que se encontra o nosso País. Mas quero anotar, com entusiasmo e até com aplausos, que V. Exa., nesta tribuna, confessa corretamente, admite corretamente, que as ocorrências de ontem, nesta Capital, resultaram apenas de uma injustiça que deve ser imediatamente banida. E, então, vem a tese para que aqui pediria o apoio de V. Exa., ou mesmo a compreensão, se não apoio: esses bravos, esses corajosos, esses admiráveis sargentos que estão sendo caçados como feras nesta Capital – e V. Exa. poderá, inclusive, cooperar em muito para amenizar esse tratamento, que não está adequado com os elogios e a compreensão que V. Exa. aqui revela...

*O Sr. Philadelpho Garcia* – Esses sargentos prenderam até o Presidente desta Casa.

*O Sr. Neiva Moreira* – ... esses bravos sargentos realizaram, efetiva e patrioticamente, uma solene advertência aos poderes constituídos da República: de que devem atualizar nossas leis, modernizar nossas instituições; do contrário, ninguém escapará para contar a história a curto prazo.

O SR. TANCREDO NEVES – O Deputado Neiva Moreira bem sabe que a minha estima por V. Exa. está na mesma progressão da nossa profunda e irremediável divergência ideológica.

V. Exa. representou, ontem à tarde, nesta Casa, a posição antagônica à que pela manhã representou o Deputado Pedro Aleixo, mas visando ambos à mesma meta. Enquanto o Deputado Pedro Aleixo, por processos políticos, chegava à conclusão de pedir quase a supressão do governo, V. Exa., por técnica e processos ideológicos, procurava e pregava, com a sincera coragem que faz jus à nobreza de seu caráter, a revisão completa dos fundamentos e do coroamento do nosso regime. E posso assegurar a V. Exa. que a absoluta maioria desta Casa não concorda com V. Exa.

*O Sr. Neiva Moreira* – Eu não esperaria por isso, Sr. Deputado.

O SR. TANCREDO NEVES – E posso dizer mais. O que desejamos, realmente, é encaminhar as reformas do Brasil à luz do processo democrático, num clima de moderação e compreensão, com a participação de todas as correntes. Não podemos participar dessa profunda radicalização de nossos debates, nem aceitar que venha V. Exa., e outros com o pensamento de V. Exa. como se encarnassem a própria revolução, querendo, da noite para o dia, fossem derrocados todos os postulados que alicerçam as nossas instituições, fossem suprimidos todos os valores pelos quais nós aqui estamos, pelos quais nós vivemos, e estaremos dispostos a lutar qualquer que seja o sacrifício. Não pense que quero deixar no espírito de V. Exa. qualquer dúvida quanto à imensa separação que medeia entre a nossa concepção de princípios de filosofia política.

Não posso, ainda, deixar sem reparo um passo do aparte de V. Exa., aquele em que pede minha colaboração para que nenhuma violência seja cometida contra os sargentos amotinados. Posso assegurar a V. Exa., pelo que conheço do critério, do espírito de justiça, do senso de honra de nossas autoridades militares, que nenhuma delas vai-se permitir ultrajar, vai-se permitir desonrar, vai-se enodoar com atos de humilhação, de vexame e de afronta à dignidade desses nossos patrícios que em determinado momento se tresloucaram. Dou agora o aparte a V. Exa.

*O Sr. Neiva Moreira* – V. Exa. fica muito nas linhas gerais, e naturalmente não é este o momento de definições. Também não estou dizendo, em tese, que as classes armadas têm tradição de truculência ou brutalidade. Longe de mim isso. Os sargentos se sublevaram em nome da lei, defendendo a melhor posição institucional do País. Os sargentos

também são classes armadas. Veja V. Exa. a intolerância de seus colegas. Enquanto V. Exa. presta homenagem aos sargentos, ficam nesse furor, nessa intolerância, que não se coaduna com o respeito que todo homem corajoso e coerente deve merecer, até de seus adversários. Com relação ao reformismo gradualista de V. Exa., quero dizer que é tão lento, tão tranquilo, tão suave, tão imperceptível, que, se formos esperar pelas consequências ou resultados dele, seguramente, no ano 2000 ainda não teremos alterado em nada a estrutura caduca da vida pública brasileira.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado Neiva Moreira, confio muito mais nesse reformismo moderado, nesse reformismo tranquilo e consciente, que pode levar tempo para alcançar as conquistas mas, em as alcançando, serão conquistas sedimentadas, estáveis, definitivas. O que temo, e digo-o em homenagem à sinceridade de V. Exa., é o seu reformismo revolucionário, porque este, destruindo, não sabe construir, a não ser com o sacrifício de milhões, com os expurgos e os campos de concentração e com o aniquilamento de valores que nos são caros.

Dou agora o aparte ao nobre Deputado Max da Costa Santos.

O Sr. *Max da Costa Santos* – Nobre líder, teria preferido escutar o eloquente e belo discurso de V. Exa. sem interrompê-lo. Mas sinto-me obrigado a comparecer ao debate, em vista da referência feita por V. Exa. às manifestações de ontem, nas quais vislumbrou um encontro de posições entre a corrente que denominou conservadora e aquela outra a que deu o nome de esquerda revolucionária.

Acontece, Srs. Deputados, que esses debates se travaram em consequência de dois discursos, um do nobre Deputado Pedro Aleixo e outro que tive a honra de proferir desta tribuna. Não sei o que tinha V. Exa. em mente quando me qualificou de esquerdistas revolucionários. De qualquer modo, considero o qualificativo honroso e devo dizer a V. Exa. que, se houve algum acordo de posições entre a ala conservadora e aquela nossa outra neste episódio, não foi em função do governo. Não me recordo, Sr. Deputado, de haver proferido qualquer palavra, direta ou indiretamente relacionada com o governo. Percebo que a Oposição, nesta Casa, coloca o problema político de hoje em termos de governo e antigoverno. Percebo que nesses termos V. Exa. oferece a sua resposta. Mas saiba V. Exa. que, para mim, o problema do Brasil, hoje, não pode ser equacionado nesses termos; o governo não é senão uma expressão natural, uma resultante lógica inevitável de um entrechoque de interesses

que de modo nenhum coincidem com o grande interesse da nossa Pátria e de nosso povo. Sr. Deputado, atendendo ao chamamento de V. Exa., quero dizer que não estou de acordo com V. Exa. quando defende as instituições como um valor em si mesmas. As instituições não valem assim.

Elas valem e merecem ser defendidas apenas na medida em que servem ao interesse do povo. As instituições foram subvertidas em todos os gloriosos e grandes momentos da História. Todas as grandes passagens da História se caracterizaram precisamente por isso – por uma alteração profunda na ordem institucional. Portanto, não podemos estar aqui e defender as instituições simplesmente porque são tradições. Elas valem na medida em que representam o interesse geral, na medida em que servem de instrumento ao bem-estar de todos, o que não está acontecendo, desgraçadamente para nós, nos dias de hoje. Essa, minha opinião.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre deputado, seu aparte enriquece meu pobre discurso. Tenho acompanhado, de longo tempo, sua atuação na vida pública brasileira – seus artigos na imprensa, suas conferências e, sobretudo, seus discursos nesta Casa, e encontro sempre no seu espírito linha de coerência e fidelidade às suas convicções. Se V. Exa. me permitir e o tempo também, na continuação de minhas considerações, V. Exa. verá que não defendo as instituições como valor absoluto, que não considero as instituições um fim em si mesmas, mas, pelo contrário, invariavelmente tenho dito e sustentado que, quando as instituições deixam de corresponder aos anseios e aos imperativos da consciência nacional, tornam-se preempas e, por isso mesmo, instrumento de escravização, de retardamento, do processo de evolução social e política.

Mas, há entre nós profunda divergência. Ontem, V. Exa., no seu candente discurso, acentuou que as instituições têm de ser substituídas, e eu tive a impressão, do que li e do que ouvi do seu discurso, que V. Exa. também se enfileirava entre aqueles que não querem que a substituição se faça pelos processos da problemática democrática, que V. Exa. deseja que essas instituições sejam substituídas também em termos de força, em termos de imposição.

Se houve equívoco do que li do seu discurso e do que ouvi de V. Exa., peço desculpas, porque sei que V. Exa., pela sua lealdade de espírito, pela sua probidade mental, jamais viria sustentar posições das quais não estivesse convictamente certo.

O Sr. Max da Costa Santos – Sr. Deputado, creio que a divergência entre nós se verifica, neste momento, exatamente em torno da conceituação do que seja democracia. Considero-me um democrata, mas acho que democracia é precisamente aquele regime que se caracteriza pela participação do povo, globalmente considerando, no processo político. Não é o formalismo das instituições, não é o fato apenas do funcionamento de um Congresso, de um Tribunal e de um Poder Executivo, não é isto que caracteriza uma democracia. Democracia é liberdade. É igual oportunidade para todos. É o povo no poder. O poder político do Brasil não é expressão autêntica da vontade do povo; é o regime resultante de um pacto celebrado entre classes privilegiadas – a classe dos latifundiários, a classe dos capitalistas nacionais e internacionais. Isto não é democracia.

Dar ao Brasil uma democracia verdadeira é tudo o que eu desejo e é tudo o que desejam os sargentos brasileiros, pode estar certo V. Exa.

O Sr. Adolfo Oliveira – V. Exa. conceituou ideologicamente, enriquecendo até nossas classificações políticas, aqueles que, nesta Casa, se manifestaram a propósito dos acontecimentos de ontem, como sendo integrantes da esquerda revolucionária, e os outros, componentes da extrema direita conservadora. Evidentemente, V. Exa. circunscreve uma área, em nome da qual fala, trazendo o pensamento do governo, para nosso encantamento, para nosso deleite. Gostaria de ouvir de V. Exa. – eu, que não me capitulo, assim de plano, na extrema direita conservadora, nem mesmo na direita e, também, não sou da extrema esquerda revolucionária, nem pertencço à Maioria, em nome da qual V. Exa. fala com tanto brilhantismo – qual o pensamento, qual a ideia, qual a diretriz política e ideológica da Maioria, do governo do Presidente João Goulart. Se o Presidente não será, para seguirmos aquela trilha tão bem lançada por V. Exa., um expoente da esquerda conservadora do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (*Clóvis Mota*) – A Mesa lembra ao orador que dispõe apenas de cinco minutos. Há outro orador inscrito em caráter preferencial. A Mesa conta com a colaboração de V. Exa. e do Plenário.

O Sr. Tenório Cavalcanti – Serei absolutamente breve; resumirei meu aparte em poucas palavras. V. Exa. não ignora que as instituições são como as árvores: as árvores tombam quando apodrecem as raízes. Assim tombam também as instituições, quando os sistemas, os processos e os métodos começam a deteriorar-se. Mas não é este o assunto do

meu aparte. Desejo fique consignado no seu discurso que, nos episódios de ontem, só o Poder Legislativo ganhou, porque, parece, ficou evidentemente provado que o Brasil não vai sofrer mais golpes. Com efeito, os sargentos não dão golpes sem comando, e os comandos não dão golpes sem sargentos, o que importa dizer que só uma coisa está firme: a instituição democrática.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, em vista da escassez do tempo, sou obrigado a não aceitar mais apartes.

O Sr. Celso Passos – Ao menos um aparte, nobre deputado, apenas um, como conterrâneo, como amigo, embora adversário.

O SR. TANCREDO NEVES – Com prazer.

O Sr. Celso Passos – Obrigado a V. Exa. O Deputado Neiva Moreira, no debate com V. Exa., reclamou, de certo modo, definição concreta, em face de fatos objetivos, para que não ficássemos apenas nas definições ideológicas. V. Exa. já foi chamado a definir-se ideologicamente, pelo nobre Deputado Adolfo Oliveira. Queria dizer a V. Exa., como informação a seu discurso, que a unanimidade verificada nesta Casa ontem e anteontem, da extrema direita à extrema esquerda, passando pelas nuances variadas que as esquerdas e as direitas têm, o denominador comum desta Casa foi caso absolutamente concreto, que interessa ao País, que interessa à Nação e que interessa também ao governo de que V. Exa. é líder nesta Casa. Nestas condições, não pediria a V. Exa. a definição ideológica; pediria a V. Exa., pois que faltou às várias manifestações ocorridas nesta Casa, do líder do meu partido, do líder monsenhor Arruda Câmara – do PDC, do marechal Juarez Távora – do PDC, do Deputado Sérgio Magalhães – do PTB, mas para que esta Casa unanimemente expresse seu ponto de vista em torno do caso que está submetido a julgamento no Tribunal de Recursos e de cujo desfecho depende a emancipação econômica do nosso País, uma palavra sobre o problema do minério de ferro. Gostaria que V. Exa. definisse o pensamento do partido que V. Exa. representa e do governo em torno desse caso, porque essa voz ainda não foi ouvida neste plenário.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado Celso Passos, se há um deputado nesta Casa que, sobre a momentosa questão ora *sub judice* no Tribunal Federal de Recursos, estaria dispensado de qualquer pronunciamento, esse é justamente o obscuro parlamentar que ora ocupa a tribuna. Desejo lembrar-lhe e à Nação que a decisão que



cassou a concessão de Hanna foi ato do Gabinete parlamentarista que tive a honra de presidir e do qual foi ministro das Minas e Energia o saudoso pai de V. Exa. Não dou, por conseguinte, a ninguém, em matéria em que esteja em jogo o interesse nacional, direito de duvidar, por um instante sequer, da minha atitude, em face do meu longo passado de serviços devotados ao povo brasileiro.

*O Sr. Celso Passos* – Longe de mim duvidar de V. Exa. Apenas queria ouvir a voz de V. Exa. neste sentido, para que a Casa tenha a manifestação de todos. E me congratulo com V. Exa.

O SR. TANCREDO NEVES – Quanto ao mais, nobre Deputado Celso Passos, falo como líder do governo porque pelo meu partido não tenho credenciais expressas para manifestar-me sobre a matéria, mas aí está o nobre líder Martins Rodrigues, que, com credenciais sobejas, poderá dar a conhecer o pensamento do Partido Social Democrático. A Mesa me adverte de que tenho apenas poucos minutos para concluir minha oração, destarte desejo fazê-lo frisando que a grande lição que devemos tirar dos episódios de ontem está no seguinte: foi uma explosão tresloucada, foi uma explosão insensata, foi uma explosão sem a menor justificativa do inconformismo das classes populares do Brasil com as rupturas que aí estão e que já não correspondem a seus anseios de justiça. O que vimos no episódio de ontem pode amanhã transformar-se em protesto mais veemente, transformar-se em protesto mais sangrento. E o que precisamos em verdade concluir da meditação dos acontecimentos é que as reformas se impõem, se impõem para hoje, se impõem para já, se impõem urgente e urgentíssimamente. Não há ordem jurídica que proteja e ampare minorias privilegiadas que não querem compartilhar com o povo os benefícios da civilização. Não há Constituição que possa proteger aqueles interesses fortes e cristalizados de classes dominantes que se negam a permitir o processo da evolução democrática e se negam a distribuir os excessos de sua riqueza, seus benefícios, seus privilégios. O que precisamos é fazer das instituições não um fim em si mesmas, mas um instrumento da realização do bem-estar social. O que precisamos é fazer das instituições não organismos estáticos, mas forças dinâmicas, instrumentos de luta do povo, na reintegração da sua consciência, luta, em suma, para que possamos amanhã ter uma democracia para todos e não uma democracia para alguns. E para isso é necessário que não antecipemos as conquistas da justiça social

pelos processos da força e da violência, mas que busquemos o império da justiça social dentro das regras do sistema democrático, num clima de ordem, de respeito e de liberdade.

*O Sr. Martins Rodrigues* – Em primeiro lugar, desejo congratular-me com a Casa e com V. Exa. pela magnífica, eloquente e profundamente significativa oração que V. Exa. vem pronunciando esta tarde, uma das mais memoráveis da nossa atual fase parlamentar.

O SR. TANCREDO NEVES – Obrigado a V. Exa.

*O Sr. Martins Rodrigues* – V. Exa. está definindo em termos adequados, ao situá-lo a igual distância da extrema direita e da esquerda revolucionária, o pensamento do governo e o das forças partidárias que compõem a Maioria. E eu não tenho senão de congratular-me com V. Exa. e com nossa Casa pela expressão nítida do pensamento de moderação e equilíbrio político que V. Exa. acaba de manifestar na sua eloquente oração. Agora, nobre Deputado Tancredo Neves, sou chamado à tribuna pela evocação, que V. Exa. faz, ao nome do líder do Partido Social Democrático.

Em relação ao problema dos atos governamentais que cassaram a concessão da Hanna, a que se referiu o nobre Deputado Celso Passos, o que desejo declarar, neste instante, é que, evidentemente, o Partido Social Democrático, que tinha, no momento em que esses atos foram assinados, na pessoa de V. Exa., como primeiro-ministro, e na dos demais membros desse partido que faziam parte do Gabinete, tinha a sua participação no governo e a direção dele – o Partido Social Democrático – já afirmou naquele instante o seu pensamento em relação à matéria. Quando esses atos foram assinados com o apoio dos ministros do Partido Social Democrático, estavam, sem dúvida nenhuma, exprimindo o pensamento deste partido. Mas uma coisa são os atos do Poder Executivo que cassaram as concessões, os quais foram praticados com a concordância do chefe do Gabinete e dos demais ministros de Estado; outra coisa é o pronunciamento do Poder Judiciário, no qual, evidentemente, não devemos ter a menor interferência, senão não estaríamos mais cumprindo os preceitos constitucionais da independência e da harmonia dos Poderes.

Sr. Presidente, nobre Deputado Tancredo Neves, creio que deixo, assim, bem definida, a posição do Partido Social Democrático em relação

àquele aspecto focalizado pelo nobre Deputado Celso Passos e para o qual V. Exa. invoca o meu pronunciamento nesta Casa.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Deputado Martins Rodrigues, o seu aparte engrandece e honra o meu discurso. Felicito-me de haver convocado V. Exa. ao debate, porque, com a seriedade costumeira, com aquele brilho e aquelas manifestações de cultura a que já nos habituamos, trouxe V. Exa. um depoimento e um testemunho que ficará registrado nos Anais desta Casa como a constatação de que os homens públicos do Brasil e desta geração não têm descumprido os seus deveres para com o povo brasileiro.

Vou encerrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na sequência da peroração que vinha desenvolvendo de que ou este Congresso que aí está é o Congresso das reformas, se compenetra de suas responsabilidades...

*O Sr. Brito Velho* – Está compenetrado.

O SR. TANCREDO NEVES – ... e busca atualizar as nossas instituições democráticas com as nossas realidades humanas e sociais, ou não haverá forças armadas que mantenham a ordem jurídica, que defendam os parlamentos, que defendam os próprios tribunais.

A riqueza não pode continuar sendo o privilégio de uma minoria; precisamos distribuí-la, pelos processos democráticos da reforma tributária, ao maior número dos nossos concidadãos. A cultura, o ensino, não podem continuar sendo monopólio das classes ricas; temos de proporcionar o acesso às escolas primárias, técnicas, secundárias e universitárias, aos filhos dos operários, aos filhos do povo, aos homens humildes desta Nação. A terra não pode continuar sendo também a sustentação de uma minoria de 3 milhões de proprietários contra 15 milhões de brasileiros que desejam, pela Justiça e pelas normas democráticas, o acesso a um pedaço de solo pátrio que possam cultivar para libertar-se da fome e assegurar o conforto, a segurança econômica e a dignidade dos seus filhos.

Não permitamos que o direito de propriedade se transforme na cidadela do reacionarismo. Façamos dele postulado básico do nosso regime democrático, como expressão fundamental que é da dignidade da pessoa humana. Mas não direito de propriedade para alguns; direito de propriedade para todos, a fim de que possamos, amanhã, dentro da nossa Pátria, encontrar-nos com os nossos irmãos e não termos de

envergonhar-nos de que haja entre nós injustiçados e espoliados pela inação, pela ineficiência ou pela cegueira das elites governamentais.

E que a casa não seja benefício de alguns poucos. Que cada família tenha o seu teto, tenha o seu lar. E isso sem espoliação, e isso sem confisco, porque o regime democrático, quando dinamizado, quando impulsionado, quando fecundado pelas forças que o comandam, tem recursos milagrosos e fórmulas prodigiosas para promover o bem-estar, a segurança e a felicidade do povo.

## *Crise do estado de sítio*

---

**Discurso de Tancredo Neves sobre a crise do estado de sítio.**  
*Câmara Federal.*  
*Sessão de 7-10-1963.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente e Srs. Deputados. Os cinco minutos que o Regimento me impõe para as considerações que seriam do meu desejo, e até do meu dever, não me permitirão que a elas me dedique. Ainda esta semana espero ocupar esta tribuna para uma análise detida e mais profunda da complexa e atormentada conjuntura política nacional, que encontra no pedido do estado de sítio e na sua retirada um dos seus instantes culminantes, se não mesmo críticos.

De início, cumpre-nos, antes de mais nada, congratularmo-nos com a Nação brasileira por este edificante exemplo de fidelidade democrática que nos dá o governo. Quando, do término da passada semana, perspectivas sombrias levavam a intranquilidade, o desassossego e a insegurança a todos os lares brasileiros, essa se iniciava com a clarinda de uma nova aurora em que a Nação como que se reencontrava na entrada ampla e ensolarada dos seus destinos democráticos. Por esses episódios, o único responsável é, sem dúvida, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, como daquela tribuna acentuou o nobre líder da União Democrática Nacional, o Deputado Adauto Cardoso. E, em nenhum instante, Sua Excelência o Presidente da República fugiu aos pesados encargos que a emergência histórica lhe impôs. Quando os seus ministros militares e o seu ministro da Justiça, responsáveis pela ordem pública, o advertiram de que nos encontrávamos na iminência de uma comoção intestina, Sua Excelência não hesitou um só instante e se colocou em conflito com o seu passado, com as suas tradições de homem do povo, de amigo da liberdade e, mais do que isso, em franco e aberto conflito com a sua própria natureza, e encaminhou a esta Casa um pedido de estado de sítio, o que vale dizer, um pedido de cerceamento das liberdades de todos os seus concidadãos, para não faltar ao Brasil.

Mas, com a mesma dignidade, com a mesma autoridade, na plenitude da consciência de quem cumpre um penoso dever de governante, Sua Excelência, advertido pelos mesmos ministros de que já não mais

subsistiam aqueles motivos que ditaram o pedido de sítio, do mesmo modo não hesitou um só momento em encaminhar a esta Casa a solicitação de sua retirada.

Feliz Nação esta em que um governante, em face da expectativa de ampliação dos seus poderes, deles se abdica para que a Nação possa continuar no trabalho pacífico, ordeiro e fecundo de todas as suas atividades; feliz Nação esta em que os seus ministros militares, três dos maiores chefes de nossas Forças Armadas, o almirante Sílvio Mota, o general Jair Dantas e o brigadeiro Anísio Botelho, expressões das mais legítimas do sentimento democrático das nossas Forças Armadas, vêm dizer ao Presidente da República e, por seu intermédio, à Casa dos representantes do povo, que eles também já se encontravam em condições de manter a ordem e sustentar as instituições e de preservar o regime sem qualquer sacrifício às liberdades públicas. Acima de tudo e sobretudo, feliz Nação esta que se honra e se orgulha de possuir um Congresso como este, em que, na Câmara dos Deputados, autênticos representantes da Nação, sem perder por um instante a calma e a serenidade, no exato cumprimento de suas prerrogativas constitucionais, souberam se colocar à altura deste instante memorável. Quando o historiador do futuro debruçar-se sobre esses acontecimentos, haverá ele de dizer: “grande e nobre povo que possui um Congresso que não traiu a sua democracia e que não faltou aos seus sentimentos e à sua consciência; grande povo e grande Nação que sabe, nas horas cruciais, encontrar com clarividência e sem desonra a solução para os seus problemas mais aflitivos, para as suas agonias mais inquietantes”. Se desse episódio, porém, alguma lição havemos de tirar, há de ser aquela que ele deve valer como um compasso da espera, que ele deve significar uma como que pausa para meditação, que ele deve permitir a todos os brasileiros uma tomada de consciência em face da dramática realidade nacional. Se dele alguma lição devemos tirar, é a advertência ao terrorismo ideológico, para que cesse a sua ação funesta e desagregadora. É a advertência ao capitalismo desalmado, cada vez mais cruel e egoísta, para que renuncie aos seus privilégios, aos seus monopólios e se mostre sensível, sempre e cada vez mais, aos imperativos da solidariedade humana e às imposições cristãs da justiça social. É a advertência, e esta em nome de toda a Nação brasileira, aos conspiradores contumazes para que abdicuem de seus propósitos sinistros, aos conspiradores infatigáveis para que renunciem de uma vez por todas

aos seus abomináveis propósitos de lesa-pátria e que venham, no debate franco da democracia, integrar-se conosco na comunhão dos imposter-gáveis ideais da Pátria brasileira.

Uma advertência também severa, e também candente, à oposição ao governo do Presidente João Goulart, para que não se entregue às manifestações de intolerância, gozo e de paixões, para que o governo não se sinta compelido a encontrar a sua defesa nos recursos da intransigência ou tenha que apelar para medidas excepcionais, previstas em nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção, Srs. Deputados. Lembro ao nobre orador que seu tempo está esgotado.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lamento que o meu tempo esteja findo, mas não quero deixar essa tribuna sem que aqui fique uma afirmação de todos os partidos que integram a Maioria, que sustenta o governo do Presidente João Goulart. Esse eminente homem público que honra a Nação, que é o nobre Deputado Marechal Juarez Távora, dizia, com a sua palavra autorizada e sempre acatada, que se fôssemos caminhar para a discussão do estado de sítio, ele ia impor-se a uma missão de extremo sacrifício de não ser nunca com seu silêncio, com sua conveniência que essa Nação iria caminhar para dias caliginosos de uma nova ditadura. Essa, porém, não seria apenas uma atitude do velho marechal da nossa democracia.

Enquanto houver, nesta Casa e nas hostes governistas, corações democráticos, como são todos aqueles que fazem vibrar a fé dos meus liderados, aqui estaremos na trincheira mais avançada da democracia para que esta Nação jamais se conspurque nos dias vis e vergonhosos da confiscação da liberdade do povo brasileiro.

## *A situação econômica do país*

---

### **Discurso do líder do governo, Tancredo Neves, sobre a situação econômica do País.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 27-2-1964.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados. O processo de desenvolvimento econômico do Brasil, na sua marcha avassaladora e incoercível, gerou, nas duas últimas décadas, nas estruturas do País, anomalias, hipertrofias e tensões que urge ser retificadas e aliviadas para que não se ponham em risco perigoso a estabilidade econômica e social do Brasil, sobre a qual se assenta, e a nossa organização jurídico-democrática, que nos cabe preservar e defender contra todos os tipos de pressões, deformações e esmagamento que a ameaçam.

Os altos índices de prosperidade material e o avançado índice tecnológico e de cultura que já alcançamos em decorrência do inconformismo do nosso povo com os estigmas do subdesenvolvimento que o angustiam, impulsionam, aceleradamente, atividades econômicas e sociais que se extravasam do arcabouço jurídico que devia enquadrá-las e se extrapolaram das codificações existentes, que se mostram débeis, ineficazes ou impotentes para discipliná-las.

É a crise do Direito que tem merecido, de juristas e pensadores, ensaios meditados e profundos e que, em última análise, consiste no que se convencionou chamar o conflito da lei com o fato, o que constitui um dos sinais perturbadores desta nossa civilização confusa e perplexa.

Enquanto os fatos caminham e se precipitam, legitimando situações e forjando direitos novos que a consciência social de todos os povos reconhece e proclama, a lei permanece hirta, fria e infecunda, entretendo e, não raro, frustrando as mais justas conquistas humanas.

Não sei de nenhuma outra Nação, neste momento, como a nossa grande Pátria, que mais illustre essa crise imensa que afeta, em maior ou menor escala, todos os países, reclamando dos seus líderes e estadistas prodígios de acuidade política para a descoberta de fórmulas e perspectivas novas que fortaleça, nos seus povos, o amor à liberdade e à



esperança no futuro, as razões de ser de uma humanidade que se recusa a entregar-se à submissão terrível do desespero ou da escravidão.

Somos uma Nação em que muitas das nossas instituições políticas, sociais e econômicas faliram. Urge reconhecer essa evidência e, reconhecendo-a, partir corajosamente ao encontro do desafio que se lança à nossa geração: o da reformulação básica do arcabouço estrutural do Brasil. Somos uma Nação que tem por Constituição um documento de alta sabedoria, mas que, em muitos dos seus capítulos, já não mais corresponde aos anseios da consciência nacional. E os que se mostram insensíveis a esses dados de nossa realidade social, os que se recusam a aceitá-los, regendo em dogma político a intangibilidade de nossa Constituição e sustentando a invulnerabilidade das instituições vigentes, se alienam do Brasil e se colocam, em verdade, a serviço de mitos, em cujo holocausto sacrificam as mais caras esperanças do nosso povo. As Constituições que não se dinamizam, atualizando-se – é a lição da história –, ou são rasgadas pelas revoluções, ou superadas pelos acontecimentos, metamorfoseadas em múmias de museus que só despertam o interesse e curiosidade de um restrito número de especialistas em arqueologia. Somos uma Nação em que o vertiginoso processo de desenvolvimento econômico trouxe como distorção impressionante o nosso desajustamento institucional. Nossa ordem política funciona mal porque não dispomos de instrumentos idôneos e adequados para, na escala necessária, promovermos a realização do bem comum. E essa mesma ordem já se vai transformando numa muralha intransponível aos anseios progressistas da nossa gente. Por outro lado, a estrutura econômica se mostra hermética a todas as solicitações da justiça social e cada vez mais se enrija na defesa de monopólios e privilégios, monopólios e privilégios que levam ao desespero legiões cada vez mais numerosas de patrícios nossos condenados pelo egoísmo das instituições vigentes a uma subvida, num submundo de privações, de opróbrios e de fome. Se a nossa Constituição se desajustou, por que fazer da sua intocabilidade um ponto de honra nacional? A Federação que ela tipifica já não é mais aquela que encontramos cotidianamente na dura realidade da vida do Brasil. A República que ela institui está gravemente comprometida pela inautenticidade do voto popular e, mesmo assim, restrito a camadas minoritárias e privilegiadas de nossa comunidade social. Ela erigiu a propriedade em núcleo fundamental, em centro de gravidade da orga-

nização social e, em que pese a ênfase que atribui ao seu sentido social, em verdade fez dela um instituto privatista inacessível e impenetrável, pois tanto significa o haver cercado a desapropriação com a cláusula da indenização com o pagamento prévio e em dinheiro pelo seu justo valor.

Elaborada para um Brasil predominantemente agrário e latifundiário, não previu, nem poderia fazê-lo, a complexa e turbilhonante sociedade industrial que, após a sua promulgação, se lhe seguiria com a implantação entre nós da indústria pesada e do petróleo e de toda a cadeia de possantes organizações que a ela se vincularam, famintas de mercados internos para manter seus altos níveis de aperfeiçoamento e crescimento, bem como para assegurar salários condignos para os seus servidores.

Não era conhecido, em toda a sua dramaticidade, o terrível problema que acabrunha a nossa geração de homens públicos: o da nossa explosão demográfica, que nos obriga a criar, anualmente, para estabilização da nossa ordem democrática, 1 milhão e 500 mil empregos, a menos que nos entreguemos, com fatalismo muçulmânico, a um processo de chinificação do Brasil, ou seja, a submissão ao mais duro e execrável socialismo, feito da distribuição da miséria sob a mais violenta e cruel das ditaduras.

Se assim ocorre com a organização política, da mesma forma se verifica com a nossa organização econômica. Ela tem como coluna dorsal o Ministério da Fazenda, que ainda hoje mantém fundamentalmente a mesma organização do Império, englobando sob a sua ciclópica jurisdição a imensidade complexa de todos os problemas fiscais, orçamentários, da moeda, crédito, câmbio, comércio exterior e de investimentos. E tudo isso sob a supervisão de um só titular, de quem se reclama, para abarcar toda a contextura dos seus encargos, como que o dom divino da onisciência e da ubiquidade. Por isso mesmo, eles se sucedem a curto prazo, porque não é possível reclamar de nenhuma criatura humana, por mais genial que ela seja, o domínio pleno de todos os setores desse ministério. E por isso, departamentos básicos se atrofiam ou se rotinizam e outros perdem a significação, decaem da sua grandeza. E porque não temos um Ministério da Fazenda estruturado em consonância com a realidade nacional, não podemos possuir uma política de crédito, pois que a nossa rede bancária cada vez mais dispersa, incoerente e contraditória não encontrará nunca uma política que unifique os seus desígnios dentro dos objetivos amplos da emancipação nacional. O comércio exterior há de ser

titubeante e vacilante, pois que jamais encontrará em si aquela capacidade organizacional que reclama para se lançar à conquista de mercados em todos os quadrantes onde podemos encontrar a complementação indispensável ao esforço do nosso engrandecimento e do nosso enriquecimento. No câmbio, então, se refletem, como num espelho, todas as distorções decorrentes da nossa desorganização, dos nossos erros e da nossa imprevidência. É sobre essa estrutura carcomida e superada que se tem de governar o Brasil nos dias de hoje. É sobre esse entravamento que aí está, cedendo e se curvando sob o peso dos encargos que são obrigados a suportar, que o Chefe da Nação, que ministros de Estado, que o Legislativo e o Judiciário têm de cumprir as suas grandes tarefas, nesta hora histórica e tumultuosa que estamos vivendo. Não obstante, Sua Excelência o Presidente João Goulart, com toda essa precariedade de estrutura, profundamente abalada com os impactos dos acontecimentos dos últimos anos, vai realizando, com tenacidade, com paciência, com clarividência política, notável obra de administração e de governo, negada sistematicamente pelos seus adversários, mas que, um dia, a História há de recolher para lhe fazer a devida justiça. Sua Excelência o Presidente João Goulart assumiu o governo da Nação recebendo um desafio que jamais foi colocado diante de qualquer outro dos Presidentes da República que têm honrado a nossa suprema magistratura. Teve de dominar crises que pareciam incontroláveis, pois que as transformações e os acontecimentos que o Brasil viveu no ano que antecedeu e no ano em que se empossou e nos que se sucederam à sua posse, levaram os observadores mais otimistas à consideração de que a obra do governo do Brasil em termos de democracia era totalmente impossível. Em abril de 1960, inaugurava-se a nova Capital, que representava uma grande revolução liderada por este eminente brasileiro, o preclaro ex-Presidente Juscelino Kubitschek, obra que reclamou o sacrifício de toda a Nação, que contribuiu para ela com a plena consciência de que ele estava, em verdade, construindo uma obra eterna de integração do Brasil na consciência dos seus destinos.

Mas foi, sem dúvida, uma revolução que abalou profundamente as nossas resistências econômicas e financeiras. Mas esta bela Capital é hoje o justo resgate dos sacrifícios que se impuseram à Nação. E ainda não se havia consolidado a obra desta grande revolução, os seus efeitos ainda se faziam sentir em todos os setores da atividade econômica e social de

nossa Pátria, o Presidente Jânio Quadros, nome que declino com estima e com admiração, surpreendeu a Nação com a Instrução nº 204, outra grande revolução que, não tendo sido implementada, complementada com os instrumentos que ela supunha, previa e anunciava, exacerbava, levando ao vértice, até então desconhecido, as altas dos preços e o encarecimento do custo de vida.

Desarvoraram-se todas as nossas atividades econômicas. O nosso comércio exterior ficou desorientado. Os nossos investidores não sabiam o que fazer. A agricultura lançou-se numa crise de aflição, e a indústria socorreu-se de recursos de crédito até então jamais concedidos, para a sua manutenção e a sua sobrevivência.

E era esse o quadro do Brasil quando Sua Excelência o Presidente Jânio Quadros renuncia inopinada e abruptamente, gerando nova crise, essa extensa e profunda, porque sobre instituições combatidas e enfraquecidas. Lançava-se a Nação na eminência da guerra fratricida e foi nessa hora e nesse justo momento que a sabedoria dos parlamentares brasileiros, para dominar a crise que se avolumava e ameaçava levar de roldão as nossas mais caras conquistas de honra, de liberdade e de soberania, concebeu, como solução do impasse, a alteração do sistema de governo, substituindo as instituições presidenciais pelo sistema parlamentar de governo. Era uma nova revolução que se implantava na estrutura nacional. E foi nesse clima de revoluções que se sucederam que Sua Excelência o Presidente da República, Dr. João Goulart, assumiu as graves e pesadas responsabilidades de dirigente supremo da Nação brasileira. Coube-lhe pacificar a família brasileira, unificar as Forças Armadas, levar a paz e a tranquilidade a todos os setores de nossas atividades econômicas e, mais do que isso, enfrentando a voragem inflacionária no ímpeto da sua devastação, assegurar padrões de política econômica e social, que garantindo a estabilidade política de nossa Pátria, assegurava, também, para todos nós, o regime de liberdade. Estava a Nação nesse instante à volta com dramáticos problemas de ordem administrativa, de ordem econômica e de ordem financeira. E em nenhum instante o Presidente da República se deixou tomar de desânimo. Lançou-se na sua tarefa, auxiliado pelas suas equipes de ministros e pelos seus assessores, e, hoje, a Nação apresenta uma situação da qual nós nos devemos orgulhar e honrar.

A nossa projeção internacional é inédita ou jamais desfrutada por este País, nos últimos anos. Presidimos o Conselho de Segurança da ONU. Somos uma Nação que faz parte da Comissão dos Oito para o Desarmamento Mundial. A nossa palavra é ouvida com prestígio na Organização dos Estados Americanos. Não existe nenhum comitê, na ONU, de maior importância, de que o Brasil não participe, sendo nós a Nação que mais presença tem nos órgãos daquela grande assembleia internacional.

Esta é a projeção política internacional do Brasil, fruto da sabedoria política de estadistas que sempre se acercaram de Sua Excelência. E não posso deixar de mencionar um deles que hoje aqui se encontra, reassumindo suas atividades parlamentares, o ministro San Tiago Dantas, cuja gestão na Pasta do Exterior foi, sem dúvida, das mais fulgurantes, das mais notáveis e das mais construtivas que o Brasil já teve. Esta é a nossa expressão continental, esta é a nossa expressão universal, cercada do respeito, cercada da admiração, cercada do apreço de todos os povos civilizados.

Mas, não bastava assegurar ao Brasil, no concerto das nações civilizadas, um lugar compatível com o seu prestígio e o prestígio da sua soberania. Era necessário, também, que nos apresentássemos diante das nações nossas credoras como um povo que honra os seus compromissos. Bem sabemos, e a Casa não ignora, que todos os compromissos de ordem internacional que oneram, no momento, o governo e a administração do Presidente João Goulart, ele os recebeu de administrações anteriores e em nenhum momento fugiu à responsabilidade de resgatá-los. Apenas impunha uma condição: a de não promover esse resgate com a humilhação, não promover esse resgate com qualquer restrição aos sentimentos de honra do povo brasileiro. Duras lutas tem travado Sua Excelência no silêncio, às vezes dramático, dos gabinetes. Mas, já a essa altura, os seus esforços, os empenhos da sua tenacidade e da sua percuciência de homem público já nos permitem anunciar à Nação, como fez Sua Excelência há poucos dias, o perfeito entendimento com todas as agências internacionais, credoras do Brasil, de um esquema de escalonamento de nossas dívidas que agora serão colocadas em níveis de amortizações compatíveis com a nossa resistência econômica, não implicando esse esquema, de nenhum modo, sacrifício do nosso processo de desenvolvimento econômico. Nenhuma sujeição moral. Nenhum compromisso político. Nenhum arranhão na nossa sensibilidade

de povo livre, mas entendimentos conduzidos, orientados e concluídos com decência, altivez e independência.

Neste instante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Presidente João Goulart realiza uma política cambial do mais alto alcance que se singulariza pela coragem de sua decisão e que só foi possível por ter Sua Excelência assegurado, sem quebra da dignidade nacional, um escalonamento dos nossos débitos. Essa medida permitiu a Sua Excelência dar ao Brasil um sistema cambial que vem impulsionar o nosso processo de desenvolvimento econômico. Nós nos achávamos em situação deveras comprometedora.

*O Sr. Aliomar Baleeiro – Apoiado.*

O SR. TANCREDO NEVES – As nossas importações se estavam processando com subsídios distribuídos indiscriminadamente, subsídios clandestinos, que significavam não apenas o descrédito das nossas autoridades monetárias, mas, também, uma fonte de fraude e de sonegação dos recursos devidos ao erário nacional. Nossas exportações se estagnavam. Não havia como colocar nos mercados exteriores nem mesmo aquelas cotas mínimas necessárias a que nos habituáramos e que correspondiam a um afluxo de recursos em moedas fortes para o orçamento de nossa receita cambial.

A reforma cambial do Presidente João Goulart, consignada na Instrução nº 263 da Superintendência da Moeda e do Crédito, inverteu os dados do problema. As importações, salvo a do petróleo, a do trigo, a de equipamentos, peças e sobressalentes para a Petrobras e, por curto prazo, a do papel de imprensa, já não mais serão subsidiadas. Desapareceu o “boneco”, aquele subsídio com que se melhoravam os preços das nossas importações. E, desaparecendo o “boneco”, recuperaram as autoridades monetárias o prestígio de sua confiança. Mais do que isso, fixamos em normas realistas a contribuição justa devida ao Tesouro Nacional pelos tributos arrecadados sobre os preços e os montantes de nossa importação.

Quanto à exportação, não é preciso dizê-lo, o governo do Sr. João Goulart teve a coragem de fazer o aporte ao Banco do Brasil de todas as cambiais decorrentes das transações de café e de açúcar, o que significa uma previsão de mais de 1 bilhão de dólares para atender a todas as solicitações de nossa conjuntura econômica. Em face dessa medida de

transcendental importância é que o Presidente João Goulart afirma o seu desejo e o seu propósito de bem servir ao Brasil e ao seu povo, sem quebra das liberdades públicas, sem quebra e sem a menor contusão a qualquer dos dispositivos da nossa Constituição. É com esse instrumento de política cambial que Sua Excelência afirma, sobretudo e principalmente, a sua política racionalista. Sua Excelência vai permitir a complementação da posição notável que o Brasil ocupa hoje no universo, de portas abertas a todas as nações de todos os continentes e de todos os regimes políticos, porque a supressão do “boneco” vai permitir a incentivação do comércio do Brasil com o Leste europeu. É que essa anomalia que se introduziu, pela erosão do valor do cruzeiro, no nosso regime de trocas com o exterior, não podia ser adotada nas transações de convênio, pois que estas são controladas pelo nosso banco oficial que de maneira alguma poderia participar de um deslize. É nesta hora em que o Brasil se afirma com todo este vigor, é nesta hora em que o Presidente da República dá as mais inequívocas demonstrações do seu empenho de continuar fiel ao serviço do povo brasileiro, é nesta hora em que Sua Excelência se lança a um programa de grande envergadura no setor do petróleo, da energia elétrica, do transporte, do saneamento, da educação, que os seus adversários impenitentes e implacáveis se voltam contra ele, contra o seu governo, para comprometer, para impedir que ele atenda às metas a que se propôs na grande obra de administração que está realizando. Quando é esta a situação do Brasil, o que vemos? É o nobre deputado e ilustre presidente da UDN, o ilustre Deputado Bilac Pinto, escandalizar e estarrecer o País com a denúncia de uma guerra revolucionária. Guerra revolucionária, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que até agora tem existido apenas nas especulações do nobre presidente da União Democrática Nacional.

Mas, com esta denúncia, em verdade, o que pretende a União Democrática Nacional, pela voz de seu presidente, é levar o descrédito ao governo do Brasil perante todas as nações civilizadas do mundo, diante das quais somos apresentados como uma republiqueta, uma democracia sem condições de defesa, sem vitalidade, sem forças para resistir.

*O Sr. Bilac Pinto* – Permite V. Exa. um aparte?

OSR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

*O Sr. Bilac Pinto* – Pelas palavras do nobre colega, eu creio que seria dispensável a pergunta inicial que deveria fazer a V. Exa. Em todo caso,

para que fique bem claro o pensamento de V. Exa., desejo perguntar ao líder do governo: V. Exa. não sabe ou não acredita que existe uma guerra revolucionária em curso no Brasil?

O SR. TANCREDO NEVES – Não só sei que não há, como nego existir uma guerra revolucionária no Brasil. E vou dar a V. Exa. as razões.

*O Sr. Bilac Pinto* – V. Exa. sabe que não existe essa guerra revolucionária?

O SR. TANCREDO NEVES – Não só sei, como nego a existência de uma guerra revolucionária no Brasil. E vou dar a V. Exa. as razões pelas quais eu nego a existência dessa guerra revolucionária em nosso País.

*O Sr. Bilac Pinto* – Vamos então ouvir as razões de V. Exa.

O SR. TANCREDO NEVES – É que essa guerra revolucionária não poderia ser, nunca, um movimento clandestino. É que ela teria de se caracterizar por eventos de tal agressividade que o mais míope a perceberia, e a sensibilidade mais empedernida recolheria as suas ressonâncias. Não é possível que, se existisse essa guerra revolucionária, os responsáveis pela segurança nacional ainda não houvessem cumprido seu dever e tomado as medidas que lhes cabem na defesa da Constituição e das nossas instituições. Se houvesse guerra revolucionária neste País, ela não poderia ser da ignorância de todos os governadores de estado, sendo que esses governadores, em maioria, como o de São Paulo, o da Guanabara, o de Minas Gerais, o do Ceará, o do Rio Grande do Sul, são adversários políticos de Sua Excelência o Presidente da República, e que esses governadores estivessem, nos seus palácios, tão cegos que não veem o perigo iminente, tão surdos que não escutam o tropel da insurreição, e tão entorpecidos que ainda não houvessem recolhido, através de suas cadeias de informação, a existência dessa terrível trama que V. Exa. denuncia, e também não houvessem tomado as medidas de sua competência para sufocar suas atividades criminosas.

*O Sr. Aliomar Baleeiro* – O governador Ademar de Barros, o governador Meneghetti, o governador Carlos Lacerda, são ou não são governadores?

O SR. TANCREDO NEVES – Já os mencionei e ao que saiba, até hoje, nenhum deles encaminhou às autoridades responsáveis uma denúncia formal da existência de uma guerra revolucionária no Brasil. E mais ainda. Esta Casa, em sã consciência, sabe que o que vai pelo Brasil, o que existe em todo o mundo nesta hora, é uma irrupção mais intensa do processo comunista, que não é, porém, um fenômeno brasileiro.



O Sr. *Aliomar Baleeiro* – Exato! Exato! É o que afirma.

O SR. TANCREDO NEVES – É um fenômeno que assola todas as nações civilizadas do mundo. Devemos combatê-lo não com as armas da reação e da intolerância, mas tirando-lhe os justos pretextos e arrebatando de suas mãos as bandeiras das legítimas reivindicações populares.

O Sr. *Aliomar Baleeiro* – Estamos de pleno acordo.

O SR. TANCREDO NEVES – Mas, a partir da irrupção de um movimento comunista com sua técnica clássica de ação para admitir, em consequência, a existência, no Brasil, de um processo de guerra revolucionária, hão de permitir V. Exas., nobres deputados da União Democrática Nacional, já não é fazer oposição ao governo, já é fazer oposição ao próprio Brasil.

O Sr. *Bilac Pinto* – V. Exa., na resposta que deu à minha pergunta, declarou que ignora, que não sabe da existência de uma guerra revolucionária no Brasil e, depois, procurou justificar a sua afirmação...

O SR. TANCREDO NEVES – Não só não sei, como neguei.

O Sr. *Bilac Pinto* – Declara V. Exa. que nega a existência de uma guerra revolucionária no Brasil porque as Forças Armadas ainda não tomaram qualquer providência a respeito. E disse mais, que os governadores de estados, muitos deles em oposição ao Senhor Presidente da República, também não formularam qualquer denúncia específica a respeito. A resposta de V. Exa. é um dado da maior importância. Chamo a atenção das Forças Armadas brasileiras para a razão invocada por V. Exa. para negar a existência da guerra revolucionária. É o líder do governo que comparece à Câmara dos Deputados e nega a existência da guerra revolucionária no Brasil, envolvendo na sua negativa a responsabilidade das Forças Armadas. Terá V. Exa. recebido essa informação dos ministros militares? V. Exa. compromete gravemente esses ministros militares quando, apoiado neles, declara que não existe guerra revolucionária no Brasil. Quanto à alusão feita por V. Exa. aos governadores de estado, ela não tem nenhuma significação maior, porque o fato de o governador estar ou não inteirado do processo de guerra revolucionária no Brasil é outro problema. Os governadores não são técnicos, nem militares profissionais. Não são obrigados a conhecer essa matéria. Duvido, porém, que os militares que estão nesta Casa – dentre eles o marechal Mendes de Moraes – venham acompanhar V. Exa. nessa negativa. Estou seguro de que nem o marechal Mendes de Moraes, nem qualquer militar que

tenha curso de Estado-Maior, negue a existência de uma guerra revolucionária no Brasil.

Há mais, nobre líder. O que é espantoso é que o governo está apoiando esta guerra revolucionária. Aí está a gravidade dela no Brasil. Caso único na história da guerra revolucionária em todo o mundo.

O SR. TANCREDO NEVES – A literatura da guerra revolucionária talvez seja das mais abundantes e está ao alcance de qualquer estudioso de instituições políticas. Mas asseguro a V. Exa. que a minha afirmação, nesta Casa, negando a existência, no Brasil, da guerra revolucionária, não compromete em nada os ministros militares, porque todos nós bem os conhecemos, sabemos do seu patriotismo, da sua vigilância cívica, da sua fidelidade às instituições democráticas, e, no dia que eles presentissem a gravidade, no Brasil, de uma subversão revolucionária, de fundo comunista ou não, eles seriam os primeiros a tomar as providências compatíveis com suas responsabilidades. Quem compromete os ministros militares, e mais do que isso, quem compromete o prestígio e até a dignidade das Forças Armadas no País, é V. Exa., quando convoca o povo a armar-se para se defender, como se este País não tivesse forças institucionais para defender os sagrados direitos dos cidadãos, ou nos encontrássemos na situação de uma cabilda africana.

O Sr. Bilac Pinto – Permite um aparte? V. Exa., quando declara que o Brasil pode ficar tranquilo, porque suas Forças Armadas aí estão para defendê-lo em caso de guerra, é porque V. Exa. desconhece o mecanismo da guerra revolucionária. Nesta fase, as Forças Armadas nada podem fazer. As Forças Armadas no Estado-Maior das Forças Armadas estão estudando as guerras revolucionárias no Brasil e no mundo, em cursos sucessivos. Isso é o que estão fazendo. A guerra revolucionária vai ser vencida por nós, pelos civis. Neste momento, o que está sendo feito é campanha de pregação da ideologia da guerra revolucionária. E nesta hora, o Exército nada pode fazer e, sobretudo, não pode porque o Presidente da República está integrado no processo da guerra revolucionária. Ele e o Sr. Leonel Brizola são os pregadores da ideologia da guerra revolucionária. Ora, como pode um militar, que conhece perfeitamente o processo da guerra revolucionária, falar em guerra revolucionária, quando verifica que há cobertura governamental? Digo mais a V. Exa.: é assunto tratado mais do que confidencialmente pelos oficiais da ativa

porque temem as represálias do governo, se passarem a debater esse assunto e a divulgá-lo.

O SR. TANCREDO NEVES – Deputado Bilac Pinto. V. Exa. dá duas informações da maior importância. A primeira é a de que os nossos militares, nos seus altos comandos, nos seus Estados-Maiores, neste momento, se empenham em estudar no Brasil o processo da guerra revolucionária. Felicitemo-nos porque isso esteja acontecendo. Não admira nem surpreende que tal ocorra, porque é dever dos nossos militares zelar pela manutenção da ordem pública, preservar as instituições democráticas. A outra revelação de V. Exa., esta da maior gravidade, é de que existem nas nossas Forças Armadas grupos de militares que estão, em particular, sob sua responsabilidade pessoal, fazendo estudo de um processo subversivo. Esta, sim, é uma revelação grave.

*O Sr. Bilac Pinto* – V. Exa. não pode fugir ao que eu disse.

O SR. TANCREDO NEVES – Não estou fugindo ao debate.

*O Sr. Bilac Pinto* – O que afirmei é que, hoje, nenhum oficial das nossas Forças Armadas pode tratar deste assunto, porque há o temor de represálias.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção. Peço ao Plenário que não faça intervenções tumultuárias. Há um debate. Se o orador consentir no aparte, deve ser ouvido. Peço essa colaboração aos nobres colegas.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. disse mais ainda, nobre Deputado Bilac Pinto, e suas palavras eu as vou repetir textuais, que os militares que procedem a esses estudos temem revelar seus resultados, porque receiam suas consequências. Não estou distorcendo o pensamento de V. Exa.

*O Sr. Bilac Pinto* – Se V. Exa. quer responder a meu aparte, deve fazê-lo precisamente. Fiz duas afirmativas. V. Exa. congratulou-se com a primeira de que os Estados-Maiores brasileiros estudam a guerra revolucionária. Segundo, afirmei e reitero que o assunto da guerra revolucionária, hoje, no Exército, é matéria sigilosa, porque os seus estudiosos, percebendo que o Presidente da República está envolvido no processo da guerra revolucionária...

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. está fazendo o elogio da insurreição, da insubordinação e da indisciplina, e não há de ser com o

meu silêncio, mas com o meu protesto, que é protesto da consciência democrática do povo...

*O Sr. Bilac Pinto* – ... temem discutir ou divulgar o resultado de seus trabalhos.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, o Deputado Bilac Pinto já esclareceu seu pensamento e a Casa foi testemunha do que aqui se passou. Nada mais é preciso para se restabelecer a verdade em torno deste ponto de nosso debate. Mas, sem querer, o Deputado Bilac Pinto pôs o dedo na grande ferida. O que se quer fazer com essa atoarda da guerra revolucionária é a camuflagem para o golpe, no qual se empenham neste instante todos os reacionários não conformados com o veredicto da vontade popular, que cada dia mais se afirma na escolha dos homens públicos mais chegados aos seus sentimentos, às suas aspirações e aos seus anseios. Não se iluda, porém, V. Exa., e aqueles que com V. Exa. caminharem para o golpe. Serão esmagados na sua insânia pela unânime condenação das forças democráticas da Nação.

*O Sr. Bilac Pinto* – De todos os brasileiros, inclusive os correligionários de V. Exa.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa., pregando a guerra revolucionária e dizendo que os militares estudam a guerra revolucionária, mas não mostram suas conclusões porque receiam que o Presidente da República esteja participando desse movimento subversivo, o que V. Exa. em verdade neste momento está fazendo é a apologia da derrocada do sistema democrático brasileiro. Não concordamos e repudiamos com toda a energia as teses de V. Exa. e da União Democrática Nacional.

*O Sr. Bilac Pinto* – V. Exa. há de permitir o aparte, porque, do contrário, não conseguiremos debater. Quero dizer a V. Exa. que não sou o único a pregar ao povo que se arme para sua defesa, quando as polícias estaduais se omitem. Um ilustre deputado do partido de V. Exa., o padre Vidigal, tem falado reiteradamente...

*O Sr. João Herculino* – É o capelão do golpe.

*O Sr. Bilac Pinto* – ... e conclui sua oração, como em Governador Valadares e em outros lugares, com as seguintes palavras: “Meus irmãos e meus amigos, armai-vos uns aos outros.”

*O Sr. João Herculino* – Isso é velho.

*O Sr. Bilac Pinto* – Se V. Exa. procura tirar das minhas considerações ilações inteiramente falsas, é porque ignora o que é guerra revolucionária.

V. Exa. diz que eu falo em guerra revolucionária, para golpe. A UDN não quer golpe. A UDN quer que o Sr. João Goulart vá até o último dia do seu mandato. Tenho afirmado reiteradamente isto: o que nós desejamos é que o Presidente exerça o seu mandato, até o último dia. O que há é que V. Exa. vem debater sem conhecer o assunto e por isso tira suas ilações absurdas...

O SR. TANCREDO NEVES – Deputado Bilac Pinto, quem está na tribuna sou eu, V. Exa. me perdoe. Por maior que seja a minha tolerância em conceder apartes a V. Exa., o que está acontecendo é que V. Exa. está obstruindo o direito que eu tenho de ocupar esta tribuna, não me dando aquela atenção que eu dei, silencioso, a V. Exa., quando ocupou a tribuna por duas vezes, para tratar dessa fantasmagoria.

*O Sr. Bilac Pinto* – Fantasia, não!

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção, nobres deputados, peço atenderem ao apelo do orador.

O SR. TANCREDO NEVES – Não desejo, de maneira nenhuma, nobre Deputado Bilac Pinto, contraditar V. Exa. em sua afirmação de que a UDN não deseja outra coisa senão a manutenção das instituições, a continuidade do regime, eleições livres para que os eleitos sejam empossados. Mas não leve minhas afirmações em detrimento ou desconsideração a V. Exa., ou ao seu partido, aceitando minhas homenagens de apreço e de reconhecimento pelo muito que o Brasil deve à sua atuação. Mas a história da União Democrática Nacional é a própria história do golpe na República.

Perdoe-me V. Exa., mas sou obrigado a fazer daqui essa afirmação. Mais ainda, Sr. Presidente. Esta Nação vivia num clima de entendimento, de concórdia, de compreensão. Aqui, da bancada da União Democrática Nacional, seus líderes mais ilustres e categorizados capitaneavam o movimento das reformas. E todos nós nos sentíamos satisfeitos e possuídos de orgulho cívico em verificar que ia haver nesta Casa uma comunhão de vistas, uma conjugação de ideias para que as estruturas que aí estão, apodrecidas, fossem substituídas pacificamente e não substituídas amanhã, que Deus nos livre, por um processo revolucionário. E aí, ocorreu um dado marcante de nossa atualidade política: a convenção da UDN, em Curitiba, infelizmente, marcou a lacerdização do partido que capitulou, de armas e bagagens, aos caprichos, às imposições e aos ódios do governador Carlos Lacerda.

*O Sr. Adauto Cardoso* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Esse acontecimento marcou o início da radicalização da luta política no Brasil. Foi a convenção de Curitiba o divisor de águas dessa radicalização. Responsabilizo, pois, os líderes da União Democrática Nacional pelo movimento de agitação, de inquietação, de desassossego e de insegurança que vai por todo o Brasil.

O Sr. *Adauto Cardoso* – Permite V. Exa. um aparte ao líder da União Democrática Nacional, que V. Exa. tão duramente ataca?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer. Ouvir V. Exa. mais do que um prazer é uma honra para nós, Deputado Adauto Cardoso.

O Sr. *Adauto Cardoso* – Vejo que V. Exa. retoma o caminho da serenidade e permite que alguém fale por este partido e lhe diga que não somos aqui em tão grande número que só com o nosso voto, só com a nossa vontade, tenhamos impedido a tramitação das reformas a que V. Exa. dá tanta ênfase. Somos uma bancada de 90 deputados em 409. V. Exa. sabe – e isso não se pode ocultar – que contra as reformas se encontra grande parte da sua bancada, do PSD. V. Exa. sabe que contra a emenda constitucional se encontram numerosos votos de outros partidos e V. Exas., do PSD e do PTB, jamais conseguiram reunir o quórum necessário para fazer tramitar as reformas, ainda que abstraindo, ainda que dispensando a colaboração do meu partido, da minha bancada. Agora, aquilo que V. Exa. precisa reconhecer numa bancada, num partido que tem lutado pelas instituições democráticas há longos dezoito anos, ao contrário da sua afirmativa, aquilo que V. Exa. precisa reconhecer é que hoje nem nas esquerdas que se alinham sob seu comando, nem nelas, V. Exa. encontra tranquilidade relativamente às intenções do Senhor Presidente da República. Pergunte V. Exa. ao Deputado Almino Affonso, pergunte a outros membros da esquerda se eles têm estado nessa doce tranquilidade em relação às intenções do Senhor Presidente da República. Pergunte e com isso V. Exa. fará a união das esquerdas. Pergunte se o Deputado Leonel Brizola, através dos instrumentos de divulgação pertencentes ao povo, não tem pregado incessantemente a revolução, a sedição. Pergunte V. Exa., e recapitule os discursos do Senhor Presidente da República, quem tem lançado a intranquilidade e a ameaça na opinião pública deste País, quem tem levado as pressões sobre o Congresso ao ponto de ameaçá-lo de dissolução, quem tem negado legitimidade de representação popular, senão o Senhor Presidente da República, pregoeiro da desordem, pregoeiro da sedição e do golpe.

*O Sr. Arruda Câmara* – V. Exa. permite um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Darei o aparte a V. Exa., mas deixe-me primeiramente prestar a homenagem que devo ao Deputado Aduino Cardoso, respondendo ao seu aparte.

*O Sr. Arruda Câmara* – Permita-me dar um aparte sereno para que eu possa deitar um pouco de água benta a fim de serenar os espíritos.

O SR. TANCREDO NEVES – Sabe o nobre Deputado Aduino Cardoso que uma emenda constitucional, qualquer que ela seja, não será nunca possível no Brasil, ou em qualquer outra Nação, sem a adesão da opinião pública. Quando um partido da responsabilidade da UDN toma, em convenção solene, uma posição antirreformista, basta isso para que as reformas de que o povo brasileiro tanto carece sejam frustradas. Daí a razão pela qual responsabilizo a UDN por esse duro e dramático processo de radicalização da vida pública brasileira. Desde o momento em que o glorioso partido de V. Exa., ao qual credito assinalados serviços à causa do regime e ao Brasil, se colocou, numa hora de infeliz inspiração, contra aquelas transformações que temos de introduzir na vida política do País, nesse dia, em verdade V. Exas. erigiram uma muralha entre os que querem a humanização de nossa legislação consoante as imposições da justiça social, para que possamos levar ao nosso povo mais liberdade, mais justiça, mais segurança econômica, e aqueles que se tornaram paladinos, pregoeiros e defensores de uma organização social iníqua e injusta. Quanto à segunda parte em que V. Exa. investe com mais agressões, com mais labéus e com mais injúrias contra o Senhor Presidente da República, só quero dizer que não existe na história do País nenhum grande homem que não teve no pedestal da sua estátua, como pedra angular, essas mesmas injúrias, essas mesmas infâmias e esses mesmos doestos que, realmente, são a sua maior consagração. Não poderia o Presidente João Goulart, no particular, abrir exceção nesta galeria de bravos, honrados e insígnis brasileiros que têm comandado a Nação brasileira. Desde o impávido marechal Deodoro da Fonseca até o Presidente Jânio Quadros, o último dos nossos ex-Presidentes, todos, sem exceção, tiveram de sorver até a última gota o cálice acerbo das mais torpes infâmias e das calúnias mais soezes. Por que o Presidente João Goulart haveria de se constituir em exceção? Ele, líder de massas, ele, líder de operários, ele, arauto da renovação da ordem social, adversário dos privilégios, inimigo dos monopólios opressores, haveria de passar

indene, sob a chuva de insultos, das paixões desarvoradas e dos interesses contrariados? Por isso, no terreno pessoal, não responderei a V. Exa. Faço apenas essa menção. Dou, agora, ao Deputado Monsenhor Arruda Câmara o aparte que me solicita, lamentando que não tenha podido atendê-lo há mais tempo.

O Sr. Arruda Câmara – V. Exa. sabe que meu aparte é sereno e amigoso. Eu desejava mesmo dar uma bênção geral para que os ânimos serenassem, e deitar um pouco de água-benta para, se houver espíritos malignos por aqui, afugentá-los de nossa Casa. Quero trazer subsídios a V. Exa. Vossa Excelência, como eu, é pacifista, com uma pequena diferença. Não estou tão tranquilo quanto V. Exa. a respeito da marcha do comunismo e da guerra revolucionária. V. Exa. começou dizendo que o governador do Rio Grande do Sul não denunciou essa guerra revolucionária. Todos os jornais do País estamparam uma denúncia sua gravíssima, em que os fatos culminaram com a eliminação do próprio governador do estado. E na sua Minas Gerais? Que diz V. Exa. de Governador Valadares, Curvelo, Corinto, daquele movimento democrático das senhoras mineiras? Será possível que tudo isso seja tempestade em copo d'água, sejam delírios poéticos, seja fruto de imaginação exaltada? E, em particular, quero trazer a V. Exa. o testemunho do que se passa em Pernambuco. Lá existe guerra revolucionária comandada pelo próprio governador do estado, que fornece seus jipes e os aviões oficiais para os agitadores provocarem os assaltos. Há dois ou três dias foi invadido o Engenho Fragoso à mão armada, a quinze minutos do centro da capital. Há assaltos em Goiânia. Outras invasões se preparam todas as semanas. E os fatos chegaram ao auge, nobre líder do governo, com este acontecimento inédito no Brasil: foi demitido o delegado do IAPI e nomeado um substituto. Pois os camponeses do Sr. Miguel Arraes com alguns agitadores da capital, armados, cercaram o edifício, vedando a entrada de pessoas e funcionários da Sudene e funcionários do Tribunal Regional do Trabalho, e impediram a posse do Sr. Nicanor Leite, nomeado por altas autoridades do País. Naturalmente, por ordem do Senhor Presidente da República. Quer dizer, o Senhor Presidente da República já não pode, sequer, nomear, em Pernambuco, seus delegados. Essa a guerra revolucionária, a anarquia em Pernambuco. E dela posso dar testemunho através de várias publicações do ilustre coronel Senhor das Varjadas...



O SR. TANCREDO NEVES – Ouvi atentamente V. Exa., mas permita-me interrompê-lo apenas para lembrar que só me restam sete minutos.

*O Sr. Arruda Câmara* – V. Exa. foi tão tolerante e ameno com meus colegas. Darei um único aparte e encerrarei. Como testemunha, apresento o ilustre coronel Francisco Heráclito do Rego, pai de um dos nossos colegas do PTB, o eminente Deputado Heráclito do Rego, o qual constantemente publica nos jornais da capital avisos de advertência à população conservadora contra as agitações vermelhas. Ele já se viu ameaçado pelos camponeses do Sr. Miguel Arraes, alguns dos quais tentaram uma invasão por lá e saíram correndo e deixando um jipe. Esses são fatos os quais, acredito, o nobre Deputado Heráclito do Rego confirmará. Mas, posso dizer a V. Exa. que Pernambuco é vulcão. A própria fazenda Pedra d'Água, do Ministério da Agricultura, já foi invadida, e arrasadas estão as matas que cobriam as nascentes do abastecimento d'água. E por igual, muitas outras propriedades. E a ordem do Sr. Governador, que já criou um “exército revolucionário”, é no sentido de a polícia não molestar os camponeses. Pelo contrário, desarmar os proprietários, para que os camponeses trucidem mais comodamente os proprietários e seus administradores.

O SR. TANCREDO NEVES – Pediria a V. Exa. concluir o seu aparte, para que eu possa respondê-lo, senão meu tempo se esgota.

*O Sr. Clemens Sampaio* – Mas o Presidente da República nada tem com isso.

*O Sr. Arruda Câmara* – Vou concluir. Não estou acusando o Senhor Presidente da República; estou demonstrando que há guerra revolucionária, pelo menos em Pernambuco, e em estado adiantado, e que providências não são tomadas. Deputados e homens públicos infringem constantemente a Lei de Segurança Nacional, sem que os ministros militares e as autoridades militares tomem a menor providência constitucional, de seu dever.

O SR. TANCREDO NEVES – Vou responder a V. Exa.

*O Sr. Arruda Câmara* – Pelo menos, permita-me concluir o aparte.

O SR. TANCREDO NEVES – Já dei a V. Exa. um aparte de dez minutos. Peço a V. Exa. que me permita agora retomar o rumo do meu discurso, porque desejo concluí-lo, mas quero fazê-lo sem faltar à consideração a V. Exa.

O Sr. Arruda Câmara – Parece que o meu aparte está incomodando V. Exa. Vossa Excelência está ficando inquieto, nervoso. Deixarei V. Exa. na sua tranquilidade.

O SR. TANCREDO NEVES – É que V. Exa. está-me cassando a palavra.

O Sr. Arruda Câmara – Deixarei V. Exa. na sua doce tranquilidade, nesse ócio pacífico. Mas lembre-se V. Exa. de que, com essa placidez, V. Exa. dorme sob as nuvens pressagas de uma grande tempestade que talvez surpreenda e assuste V. Exa. antes de poder agir. E quem disse que há convulsão intestinal, ou guerra civil, foi o governo, através dos ministros militares, quando solicitaram o estado de sítio repressivo!

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que me garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção. Peço ao Deputado Arruda Câmara que conclua seu aparte.

O Sr. Arruda Câmara – Terminarei agradecendo a V. Exa. a gentileza. Mas digo ao nobre líder: V. Exa. pode continuar dançando tranquila e alegremente sobre o vulcão.

O SR. TANCREDO NEVES – Monsenhor Arruda Câmara, respondo ao aparte de V. Exa. por partes. Primeiro, quanto à guerra revolucionária do Rio Grande do Sul, denunciada pelo eminente governador Ildo Meneghetti, meu correligionário, meu amigo e chefe que muito prezo. Que aconteceu em face de uma denúncia veiculada pelo chefe da sua Casa Civil? Os secretários da Segurança e do Interior daquele prestigioso estado renunciaram porque não foram sequer informados da existência do movimento. As instituições democráticas se puseram em funcionamento. A Assembleia Legislativa declarou-se em sessão permanente. Uma Comissão de Inquérito se organizou, todas as investigações foram feitas. E bem sabe V. Exa. qual a conclusão dos trabalhos promovidos pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: o movimento, por inexistente, caiu no vazio.

Quanto ao que se passou em Belo Horizonte, em Corinto, em Governador Valadares, são explosões e manifestações da radicalização da luta ideológica que se implantou no Brasil após a convenção de Curitiba.

Finalmente, não quero entrar, de maneira nenhuma, nas suas quere-las com o governador Miguel Arraes. É luta regional, que cabe a V. Exa. resolver como lhe aprouver. Mas o que parece a V. Exa. como guerra

revolucionária em Pernambuco talvez seja a revolta de muitos milhões de brasileiros injustiçados por uma organização secularmente iníqua, que os reduz à miséria e à fome, e não a revolta contra as instituições democráticas. Talvez sejam protestos de patrícios nossos que não se conformam com o morrer à míngua. Dou o aparte ao nobre Deputado Fernando Santana.

O Sr. *Fernando Santana* – Nobre deputado, quero, antes de dar breve aparte a V. Exa., transmitir, através desta intervenção, pedido do Deputado Almino Affonso. Ele não compareceu a tribuna diante da convocação do Deputado Aduino Cardoso porque está absolutamente afônico. Pede que transmita a S. Exa. que ainda nestes dias ocupará a tribuna e definirá a sua posição em face dos atuais acontecimentos brasileiros. Quanto ao aparte que desejo dar a V. Exa., é apenas o seguinte: fala-se aqui em guerra revolucionária, mas em verdade estamos em guerra há alguns séculos, pelo menos há dois séculos. Morrem no Brasil por dia 2.046 crianças antes de completar 1 ano de idade. Há no Brasil 16 milhões...

Então V. Exas. se divertem com a morte de 2.046 crianças por dia? Essa é a guerra revolucionária...

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção, Deputado Fernando Santana, peço a V. Exa. que se dirija ao orador.

O Sr. *Fernando Santana* – Há 16 milhões de camponeses sem terra. É outra guerra revolucionária. São essas diferenças...

O Sr. *Aliomar Baleeiro* – Onde, na Rússia?

O Sr. *Fernando Santana* – Aqui no Brasil. São essas deficiências, nobre deputado, é essa fome que avassala multidões, é essa ordem iníqua, é essa estrutura obsoleta, é este feudalismo de quatrocentos anos, cuja responsabilidade é das classes dirigentes, Sr. Deputado, é isso que está gerando a inquietação brasileira. Rompamos essa estrutura e então a paz voltará.

O Sr. *Flores Soares* – A paz comunista.

O SR. TANCREDO NEVES – Vou responder ao nobre Deputado Fernando Santana e depois darei o aparte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Advirto o nobre orador de que só dispõe de cinco minutos para concluir sua oração. Atenção, nobre Deputado Tancredo Neves. Perdoe-me interrompê-lo. Mas era precisamente para que o Plenário fosse também advertido de que V. Exa. só dispõe de cinco minutos para concluir sua oração.

O SR. TANCREDO NEVES – Não havia ouvido a advertência anterior de V. Exa., Sr. Presidente.

*O Sr. Adolfo Oliveira* – Queria apenas saber se V. Exa. não pertence às classes dominantes.

O SR. TANCREDO NEVES – Esses que riem, que se divertem com os altos índices de mortalidade infantil da nossa Pátria, que mostram tanta insensibilidade em face de espetáculo tão dramático, não poderão nunca ter ouvidos para escutar os reclamos da massa sofredora e injustiçada do Brasil. Não poderão nunca ter sensibilidade para os anseios daqueles que querem implantar no País uma ordem social mais justa, mais humana e mais cristã. Dou o aparte ao nobre Deputado Flores Soares.

*O Sr. Flores Soares* – Queria felicitar vivamente V. Exa. pelos recursos tribunícios, pela riqueza de imaginação de V. Exa. Vossa Excelência acha que está tudo ótimo no Brasil e que nós estamos com o melhor dos governos. No entanto, perguntaria respeitosamente a V. Exa. pela inflação, pela balança de pagamentos, pela alta do custo de vida...

*O Sr. João Herculino* – Não vamos desviar, não...

*O Sr. Flores Soares* – Perguntaria a V. Exa. se o povo está satisfeito com esse governo e se ele está organizando alguma coisa em benefício do País; pergunto a V. Exa. se a intranquilidade que está nas ruas, nas cidades e nos campos, a intranquilidade que faz a explosão das greves políticas, a intranquilidade em Pernambuco, no Estado do Rio, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em todo o País, se não é da responsabilidade do governo e se V. Exa. acha que está tudo em paz e está tudo ótimo.

O SR. TANCREDO NEVES – Deputado Flores Soares, se V. Exa. me tivesse dado a honra de sua atenção para o meu pronunciamento verificaria...

*O Sr. Flores Soares* – Toda a atenção.

O SR. TANCREDO NEVES – ... que em nenhum momento apresentei a situação do Brasil como rósea. Procurei, pelo contrário, em largas pinceladas, definir as responsabilidades por essa conjuntura que V. Exa. tão bem descreve e da qual nem V. Exa., nem eu, nem nenhum de nós está isento de responsabilidade. Tanto V. Exa. quanto eu principalmente, porque ambos tivemos participação direta em setores básicos da administração pública: eu como Presidente do Conselho de Ministros e V. Exa. como diretor do Banco do Brasil.

*O Sr. Flores Soares* – E lá cumpri o meu dever.

O SR. TANCREDO NEVES – E V. Exa. bem sabe – permita que eu fale – que esse quadro que V. Exa. traçou, que não está de forma alguma muito distante da realidade, não foi criado pelo atual governo...

*O Sr. Flores Soares* – Foi agravado.

O SR. TANCREDO NEVES – ... que recebeu essa herança e tem feito tudo para dominá-la. Não renunciou, não fugiu nem desertou. Está na sua trincheira de luta, cumprindo seus deveres para com a Nação brasileira. Agora, Deputado Flores Soares, o que V. Exa. precisa saber é que, se esta situação está agravada, grande parte dessa responsabilidade cabe à oposição tenaz, sistemática e muitas vezes impatriótica de muitos dos correligionários de V. Exa. que, no seu ardor partidário, ...

*O Sr. Flores Soares* – Não foi o que disse à Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.

O SR. TANCREDO NEVES – ... na sua paixão política, não poupam sequer o Senhor Presidente da República na sua dignidade pessoal. Ainda há pouco, ouvimos, nesta Casa, de um ilustre paredro da União Democrática Nacional, as agressões mais contundentes à pessoa do Senhor Presidente da República. E por quê? Porque se constatou que no DNER algumas obras foram adjudicadas a firmas empreiteiras sem o recurso da concorrência pública.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ainda ontem nesta tribuna, o nobre Deputado Doutel Andrade mostrava que a dispensa de concorrência tem sido praxe costumeira na administração pública do País. A lei permite expressamente. Todos sabemos que a concorrência por si só não imprime moralidade ao ato administrativo que se pratica. Pelo contrário, muitas vezes a concorrência pública é a camuflagem de grandes negociatas, de grandes irregularidades e de grandes crimes contra a administração pública. Precisamos de fatos, de fatos concretos para que sobre eles nos possamos deter para definir responsabilidades. Se houver peculatórios na administração pública, se houver ladrões de dinheiro do povo, que sejam responsabilizados, caia a culpa sobre quem cair. O que não é possível é que pela simples preterição de uma formalidade administrativa, não essencial, erga-se a União Democrática Nacional e se julgue no direito de investir contra os sentimentos mais nobres do Presidente João Goulart, que se não respeitado na sua dignidade de homem e de cidadão, que se respeite nele o supremo mandatário da Nação.

*O Sr. Adolfo Oliveira* – Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Primeiro darei o aparte ao nobre Deputado João Herculino para em seguida ouvir V. Exa. Não sairei da tribuna sem conceder-lhe a intervenção que me solicita...

*O Sr. Adolfo Oliveira* – Muito obrigado a V. Exa.

*O Sr. João Herculino* – Nobre Deputado Tancredo Neves, estão falando em agitação. Mas agitação está sendo feita hoje, única e exclusivamente, por uma cadeia de rádios e jornais que está pregando a subversão neste País. Estamos assistindo a um grupo só, os Diários Associados, pregando a subversão; é uma cadeia de rádio e jornais, que deve 1 bilhão de cruzeiros ao governo, à Previdência Social, dinheiro tirado dos seus trabalhadores, dinheiro arrecadado dos seus empregados, e que infelizmente está servindo para que os componentes desse grupo comprem castelos na Europa, para que comprem casas amarelas e brancas por aí fora. São esses homens que estão pregando a subversão, que estão armando os fazendeiros de Minas Gerais; que estão, porque não têm coragem de ir para as praças públicas, apelando para as mulheres de Minas Gerais para que lhes tomem o lugar, porque eles são covardes, não têm coragem para enfrentar o povo, que luta pelos seus mais legítimos direitos. Eles não têm coragem de ir, mandam as mulheres.

O SR. TANCREDO NEVES – Registro o aparte do nobre Deputado João Herculino. Dou a palavra ao nobre Deputado Adolfo Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção. Lembro ao nobre Deputado Tancredo Neves que seria conveniente não mais conceder apartes...

O SR. TANCREDO NEVES – É o último que vou permitir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – ... depois deste, porque V. Exa. não dispõe mais de tempo, e deverá ocupar a tribuna, logo em seguida, outro orador, que já está inscrito.

*O Sr. Adolfo Oliveira* – Nobre líder Tancredo Neves, quero dizer a V. Exa. que assisti a este debate possuído de grande estranheza e até mesmo de estupefação não pelo talento de V. Exa., pela maneira hábil com que V. Exa. procura carregar sua cruz que é tão pesada, pela simpatia com que V. Exa. atende aos pedidos de apartes de seus colegas, mas sobretudo por uma constatação que o povo está começando a fazer, está começando a abrir os olhos. É que há trinta e quatro anos V. Exas. do PSD e do PTB vêm administrando e vêm governando este País, com

brevíssimas interrupções, brevíssimas. E crianças morrendo e velhos morrendo e moços morrendo e todo mundo morrendo. As estruturas V. Exas. organizaram, desfizeram, fizeram, apodreceram e, no entanto, na hora em que o povo começa a se erguer protestando contra tudo isso, V. Exas. tiram o corpo fora. São trinta anos de controle político, de dominação política do PSD e do PTB? Não! É a oposição que está conspirando, é a oposição que está pedindo um retorno aos quadros constitucionais vigentes. Nobre deputado, vamos fazer as reformas democráticas neste País, pelo menos para ver se muda o elenco da companhia, porque já está cansado.

O SR. TANCREDO NEVES – Ouvi o aparte de V. Exa. com agrado e encantamento. É a manifestação de um talento jovem, movido pelo mais caloroso idealismo. Devo dizer a V. Exa. e à Casa que os trinta anos do PSD e PTB no governo do País foram de muito superados pelos sete meses de governo do Presidente Jânio Quadros, que V. Exas. elegeram, de cuja administração participaram e para cuja derrubada colaboraram sem o menor constrangimento.

O Sr. *Adolfo Oliveira* – Desgraçadamente foram sete meses, e não sete anos.

O SR. TANCREDO NEVES – Estou, porém, de acordo em que o povo já começa dar os primeiros sinais de sua trágica impaciência. E é nesta hora que nós, das classes dirigentes, responsáveis pelos destinos do País, devíamos aglutinar-nos, coordenar nossos esforços para superar as dificuldades do momento. E é justamente quando raíam para o Brasil as mais auspiciosas perspectivas econômicas, quando a situação do café se afigura excepcional no mercado internacional, é um crime usar esses processos de oposição odienta. Quando entramos num período de recuperação das finanças brasileiras, justamente nesta hora em que a Eletrobrás começa a recolher o seu empréstimo compulsório, importância que virá atingir a muitos bilhões de cruzeiros, que lhe possibilitarão a realização do mais monumental programa de energia elétrica neste País, é justamente nesta hora que V. Exas. escolhem para desfechar sobre o governo do Sr. João Goulart os ataques mais violentos e mais veementes.

Não termino estas minhas palavras desafiando V. Exas. para uma luta inglória, para uma luta estéril em que todos nós seremos sacrificados, porque conosco será sacrificado também o regime democrático. Convoco V. Exas. para que, respeitadas as nossas divergências, respeitadas as

nossas autonomias partidárias, encontremos um denominador comum para o bem do povo, para que possamos efetivamente promover o engrandecimento da Pátria brasileira, libertando-a da aflição e angústia.



## *Política e lealdade*

---

### **Discurso de Tancredo Neves declarando lealdade ao Presidente João Goulart.**

*Câmara dos Deputados.  
Sessão de 31-3-1964.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente [questão de ordem], tendo em vista as declarações há pouco feitas pelo nobre Deputado Almino Affonso, devo declarar a V. Exa. e à Casa que nunca declinei, não declino e não declinaria nesta hora, das minhas responsabilidades de líder do governo e da Maioria nesta Casa. Mais do que nunca o meu destino está indissolavelmente vinculado ao do Presidente João Goulart, para a vitória e para a derrota. Os que me conhecem a formação e os sentimentos jamais me fariam a injustiça de supor-me capaz de uma deserção no fragor da luta.

Recuso-me, efetivamente, a participar dos debates no clima passional em que estão sendo travados, em que a polêmica se resume à troca de objurgatórias, mais ou menos veementes, e a apelos calorosos e às vezes patéticos aos sentimentos da dignidade patriótica que cada um coloca sob o ângulo de suas tendências e interesses políticos, e em que os fatos são apresentados incompletos e, por isso mesmo, distorcidos, desfigurados e, até, inventados. Espero em breve poder ocupar a tribuna, mas, tendo em conta as minhas responsabilidades, só o farei, como é do meu feitio, baseado em fatos verdadeiros, em informações fidedignas ou em ocorrências incontestáveis, para que, comentando-as e analisando-as, possa trazer aos espíritos uma contribuição esclarecedora e construtiva.

Tendo, porém, o Deputado Almino Affonso manifestado o desejo de fazer uso da palavra, e como só o pode fazer pela Maioria, na condição de líder, anuí ao seu propósito, cedendo-lhe, nesta oportunidade, a qualificação regimental de que carece para ser ouvido. Peço, pois, a V. Exa. que, levando em conta as circunstâncias excepcionais do momento, fale agora, pela Maioria, o ilustre Deputado Almino Affonso.

# *Elogio a San Tiago Dantas*

---

## **Discurso de elogio a San Tiago Dantas.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 10-9-1964.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faleceu San Tiago Dantas. O Brasil perde nesse filho ilustre um expoente, se não o mais alto de sua geração.

Poderosa inteligência, que analisava com percuciência e sintetizava com lucidez. Imaginação arrebatadora que visualizava com descortínio dominador e criava com grandeza na perspectiva do tempo.

Vontade inflexível que decidia com firmeza e realizava com bravura. Coração sem ódios, esteve sempre aberto a todas as solicitações da verdade, do belo e da justiça.

Eram estes os marcantes atributos de sua vigorosa personalidade, que uma imensa cultura, amalhada no estudo, aprimorada no convívio com os líderes do pensamento contemporâneo, lhe davam o dimensionamento das criaturas de eleição e lhe imprimiam a marca dos predestinados.

Dominava fatos, acontecimentos e problemas com a maestria de um matemático na busca de uma incógnita fugidia. Não se dava por satisfeito enquanto não a elucidava do emaranhado dos falsos fenômenos e das aparências artificiais que a escondiam. Paciente e tenaz na inquirição das melhores soluções, sofria, quando não as encontrava, a angústia das frustrações dilacerantes, que mantinha trepidante o seu espírito inquieto que só se acalmava quando a sua dúvida se esgotava de encontro a uma fórmula ou concepção perfeitas que então arquitetava com requintes de artista.

Nunca foi um dogmático nem mesmo quando de posse de convicções cristalizadas. Não as impunha pela ameaça nem pela violência, assim como nunca soube contrabandeá-las pela mistificação do engodo ou da demagogia. Discutia, argumentava, persuadia e conquistava.

A sua liderança foi, pois, a da inteligência. Não transigia com as formas rebarbativas do passionalismo, matriz de todos os radicalismos de religião, cultura e ideologia que repudiava, por expressarem posições tradicionais e, por isso mesmo, anti-humanas.

A inteligência sempre iluminada, colocava-o nos píncaros mais elevados dos conhecimentos científicos e técnicos do nosso tempo e, talvez por isso, aprendeu toda a beleza da humanidade, na tolerância.

Abominava a intransigência dos fanáticos e a intolerância dos sectários. Vítimas de paixão, porém, à serenidade, tornam-se energúmenos e se blindam aos apelos da razão. Insensíveis às realidades, nordeiam-se cegos e determinados pelos esquemas de suas arrogantes filosofias ou se deixam motivar pelos baixos instintos de um primitivismo telúrico.

Sofria com a mediocridade, mas com que elevação cristã sabia tolerá-la, e com dignidade se defendeu dos seus arreganhos de ódio, inveja e despeito.

É que antes de tudo e acima de tudo San Tiago Dantas foi o homem da compreensão. Conciliar era uma tendência natural de sua formação. Somar antagonismos para amalgamá-los em forças criadoras, reduzir incompatibilidades para tirá-las da esterilização e torná-las dinâmicas, eliminar diferenças para revigorar sistemas e linhas de ação, constituiu, em toda a sua existência, o seu nobre esforço para a humanização de nossa paisagem cultural e política, onde, de quando em vez, ainda uivavam chacais famintos de ódio e sedentos de sangue.

Porque foi um compreensivo e um conciliador, na sua vida atribulada, mas fecunda, assentou a sua tenda de luta em meio ao fogo cruzado dos extremistas insensatos e ululantes. Lutou heroica e denodadamente, com a fé de um missionário e a tenacidade de um idealista, para racionalizar o processo político brasileiro, expurgando-o de suas taras malélicas e detergindo-o de velhas mazelas, que trazem sob permanente ameaça de ruína o organismo nacional.

Tendo tudo para ser um homem de direita, ou de centro inclinado para a direita, ao ingressar por último na política militante, se declarou um homem de esquerda, filiou-se, para escândalo dos bem instalados, nos quadros de um partido de esquerda e se engajou com toda a força de sua notável individualidade em pugnas violentas e com duras pelejas, crescendo em dignidade cívica e coragem moral, no fragor das batalhas, como um autêntico condutor de homens.

Enfrentou com insólita intrepidez o imperialismo, empunhou impávido e resolutos as bandeiras da autodeterminação dos povos, da não intervenção, do anticolonialismo, do desarmamento atômico, do desenvolvimento

autônomo e da legalidade constitucional como expressão a mais elevada da consciência democrática dos povos.

Professor titular de várias cátedras, na tranquilidade do magistério, que exerceu com excepcional fulgor cercado de fama e honrarias, bem podia ter encontrado o remanso para uma existência pública. Os seus azares e os seus percalços. O entrechoque das paixões e o atrito dos interesses. Trocou o conforto de uma situação privilegiada pelas atribulações e os sacrifícios inerentes à vida política. A cátedra pelo comício. A sala de aula pela praça pública. E o fez deliberadamente.

Profissional vitorioso, construíra, a golpes de talento, trabalho e cultura, uma prestigiosa e respeitada banca de advocacia, que lhe fizera a riqueza e a prosperidade, propiciando-lhe, sem dissabores, a plenitude do bem-estar e da segurança econômica. Mas o seu espírito detestava o clima de placidez e monotonia dos homens realizados. Lançou-se no torvelinho das competições partidárias com todas as suas asperezas e surpresas. Foi para o meio do povo para instruí-lo e doutriná-lo com a sua palavra quente e sincera, que penetrava fundo os espíritos e empolgava corações. Amava o povo e se iluminava ao seu contato. O homem que dominava com o seu fascínio intelectual as mais ilustres assembleias internacionais, era simples, se desarmava de suas defesas naturais, se libertava de prevenções e se mostrava na plenitude de sua grandeza de alma.

Homem de fortuna, tendo tudo para ser o patrono e o líder das classes dominantes, na hora da opção decidiu-se pelos pobres e oprimidos, mesmo prevendo que essa opção lhe custaria o sacrifício de amizades que muito prezava, o rompimento com a sua classe e os seus interesses e toda uma campanha de calúnias, injúrias e infâmias que lhe amarguraram os dias nos últimos anos, tornando ainda mais sofrida a sua penosa peregrinação de estadista e homem público.

Nesses contrastes não havia contradição. É que San Tiago Dantas trazia consigo uma mensagem doutrinária.

Predicou-a como professor preparando várias gerações na fidelidade ao direito, no devotamento à Justiça e no amor à causa pública. As suas aulas serão sempre lembradas como peças memoráveis pela segurança do raciocínio, a riqueza dos conceitos e a elegância do estilo, que uma eloquência ativa ressaltava.

A cátedra, porém, se lhe afigurava uma tribuna por demais limitada para a irradiação de sua mensagem e para a impaciência de sua participação nos destinos nacionais. Era mister projetá-la para cenário mais amplo. A tribuna parlamentar passou a ser o seu alvo e, ao atingi-la, foi ainda como professor que exerceu a sua extraordinária atividade parlamentar. Ocupando-a nesta Casa, deixou nos Anais do Parlamento brasileiro o sinal indelével de sua presença e da sua altitude.

Os seus discursos não se perderão no esquecimento. Valerão como testemunho de uma época, que não poderá ser reconstituída para a nossa história sem a sua consulta e meditação. Marcos perenes de uma era tormentosa e atormentada, significam, porém, muito mais, porque há neles um luminoso roteiro para o balizamento do nosso futuro. Profundos na conceituação política, exatos na interpretação sociológica, vigorosos na exposição e aplicação da boa doutrina, estarão sempre nas antologias de discursos parlamentares da língua portuguesa, pois que San Tiago Dantas foi uma das vozes mais altas e mais puras da consciência brasileira.

No Parlamento consolidava a sua reputação de estadista. Exaurira todas as virtudes e potencialidades da ação parlamentar, quer nas Comissões, quer no plenário, deixando sempre em cada passo de sua atuação as garras de sua força intelectual, que não raro tocava as raias da genialidade.

Atingira o apogeu de sua carreira, mas ainda lhe restava uma experiência. Não vivera ainda os dramas da gestão da coisa pública, em nossa terra, como participante do Poder Executivo. Coube-nos a honra insigne, que guardaremos sempre como um dos traços mais dignificantes de nossa modesta e despretensiosa vida pública, de convocá-lo para integrar, como ministro do Exterior, o primeiro Gabinete de nossa malograda experiência parlamentarista republicana. O professor emérito, que continuou no parlamentar eminente, prosseguiria com raras cintilações no condutor de nossa política exterior. A sua nobre ambição de contribuir pelo estudo, a ação e a palavra para o esclarecimento dos terríveis enigmas que sacodem a nossa geração, encontrou na tribuna internacional a plataforma ideal para a pregação das verdades que proclamava. Enunciou-as com dramática eloquência em Punta del Leste. Desfraudou-as com o tranquilo destemor dos que cumprem uma missão sagrada na Organização das Nações Unidas. Pregou ao continente

e ao mundo e, numa linha de coerência, coragem e elegância, semeou por todos os quadrantes da Terra doutrinas e princípios, hoje indissolúvelmente vinculados ao seu nome e que já constituem bandeiras de libertação de povos oprimidos e teses de fortalecimento moral, político e econômico de nações de desenvolvimento cultural e material retardados. Promoveu a reforma administrativa do Itamaraty, que se arrastava no Parlamento há mais de dez anos. Implantou-a, dando início à renovação dos quadros de nossa diplomacia e, atualizando-a, fez dela um instrumento ainda mais eficiente de nossa política externa.

Criou as condições necessárias ao reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, cujo acerto e oportunidade ninguém mais discute, libertando-nos de um complexo de inferioridade que tanto nos comprometia. Mal reatávamos relações com o Kremlin, não hesitou San Tiago Dantas em lavar, em nome do povo brasileiro, enérgico protesto contra o governo de Moscou, quando este fizera explodir, na atmosfera, uma bomba de 50 megatons. O protesto brasileiro alcançou profunda repercussão e permitiu que outros se lhe seguissem condenando o crime que se cometia contra a humanidade. Protesto idêntico formulou quando os Estados Unidos repetiram explosão de igual potência, alarmando os povos desarmados.

Nunca soube fugir às exigências do cumprimento do dever, com o qual não transigia.

Essas atitudes ousadas e viris granjearam para o Brasil o apreço de todos os povos, o que se tornou patente quando os povos, dos dois blocos que dominam o mundo: o do Pacto de Varsóvia e da Nato, elegeram por unanimidade o Brasil para a Comissão de Desarmamento Nuclear. Nessa assembleia, das mais importantes realizadas nos nossos dias, coube a San Tiago Dantas expor e formular a tese brasileira da suspensão dos testes nucleares na atmosfera. Defendeu-a com a eloquência de sempre e teve a ventura de vê-la, mais tarde, vitoriosa, escrevendo na história da política externa do Brasil, com esse feito, um capítulo de marcante significação.

Na estruturação das doutrinas relativas aos institutos da não intervenção, de autodeterminação dos povos e do anticolonialismo, a citação do seu nome será sempre obrigatória. Poucos os terão tratado com tanta proficiência, brilho, erudição e capacidade criadora, carregando para o nosso País, no concerto dos povos cultos, num instante singular

de nossa vida internacional, que igual o Brasil só viveu com Rio Branco e Rui Barbosa, o respeito e a admiração daquelas civilizações que, acima da força infernal dos engenhos atômicos e da dominação econômica, ainda professam o culto e a soberania indeclinável do Direito.

O seu lema: política externa a serviço do desenvolvimento nacional, foi a sua bússola. Não se desviou de suas indicações.

Foi, porém, na gestão das finanças nacionais, como ministro da Fazenda, que San Tiago Dantas se revelou em toda a pujança da sua cultura e na plena força do seu domínio das técnicas de governo. Deram-lhe uma incumbência hercúlea. Combater a inflação na vida de um povo, consumido pelos vírus vorazes do subdesenvolvimento, em face de uma economia a pique da estagnação, cujos malefícios eram agravados pela mentalidade de um Parlamento habituado às práticas inflacionárias e pela agitação social preparada pela imaturidade dos nossos sindicatos acossados pelo flagelo, a alta crescente do custo de vida, tendo ainda que contar com a recusa da ajuda externa. Não se deixou porém abater diante da magnitude da tarefa. Enfrentou-a sem desfalecimentos. Foi o ápice de sua carreira. Não pôde concluir a sua obra que já se prenunciava vitoriosa. O canibalismo da política brasileira frustrou-a. Plantou, porém, alicerces tão sólidos e duradouros, que ainda hoje é sobre eles que se esforça para promover a grandeza nacional.

San Tiago Dantas foi, de todos os de nossa geração, o mais afirmativo e, por isso mesmo, o mais discutido, controvertido e polemizado. A sua última e terrível polêmica foi com a morte. Durante anos procurou convencê-la de que ainda não era chegada a sua hora. Resistiu o quanto pôde, superior aos sofrimentos, recalcando dores lancinantes e buscando em sua natureza recursos sobre-humanos, perseverou até o último momento em consagrar-se todo, de corpo e alma, ao serviço da Pátria.

A sua vida encerra uma lição de bravura, mas a sua morte nos ensina que definitivo e eterno é somente Deus.

San Tiago morrendo nos deu a última e inesquecível lição, e esta verdadeiramente edificante.

# *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada: homenagem ao centenário de nascimento*

---

**Discurso em homenagem ao centenário de nascimento de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 4-9-1970.*

O SR. TANCREDO NEVES – Exmo. Sr. Senador João Cleofas, eminente Presidente do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Freire, ilustre Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Ministro Osvaldo Trigueiro, conspícuo Presidente do Supremo Tribunal Federal; Srs. Senadores, Srs. Deputados, dignas autoridades civis e militares, as palavras que se fizerem ouvir neste recinto ou em tantos outros, na sequência de homenagens pelo transcurso do centenário de nascimento de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, realçando-lhe a lembrança, não conseguirão, certamente, por mais que o tentem, numa pesquisa de interpretação e de recordações, dar-lhe a média de seu valor, porque os homens como ele, a despeito da morte, não se desfazem no esquecimento, mas, ao contrário, crescem, avultam, tanto mais se distanciam, adquirindo a dimensão dos seres talhados para a imortalidade.

Sua legenda, filtrada pelo tempo, consolida-se na alma da História para apresentá-lo como um dos nomes mais sugestivos da Primeira República, época incerta de experimentação que, mesmo sacudida pelas crises periódicas e pela repercussão que aqui vinham ter os acontecimentos internacionais, proporcionou ao País quarenta e quatro anos de fecunda operosidade.

Se o Império, consagrando o unitarismo, representa a consolidação da nacionalidade, livrando-a, como assinalou Joaquim Nabuco, das aventuras caudilhescas, a República de 1889, influenciada pelo doutrinismo americano, em boa hora instalada pelas Forças Armadas, cristalizou a ideia da federação e de uma democracia, porque na realidade todos os movimentos cívicos, os anseios da mocidade militar, nada mais



desejavam do que o aperfeiçoamento das instituições inauguradas sobre os escombros de uma economia, naquele novembro surgido por entre um mundo de esperanças.

A transição do regime monárquico para o republicano é uma das afirmações superiores de nossa história, comparável apenas aos dias tumultuosos das Regências.

Antonio Carlos, o bacharel, o promotor, o administrador, o financista, o prefeito, o ministro de Estado, o líder parlamentar, o presidente, o chefe de nossa maior campanha política, emergindo dos contrastes, procurando interpretar o ambiente, retrata fielmente a era que se iniciou em 1889 e se extinguiu em 1930.

Vejamos o perfil do grande mineiro.

A Guerra do Paraguai, penosa, até hoje desconhecida em muitos de seus aspectos, sobretudo naquilo que custou em heroísmo e sacrifício, chegara ao fim, e a paz transformaria radicalmente o Brasil. O último tiro disparado pelas forças imperiais não marcaria somente o término da campanha, guardando sentido mais amplo: anunciaria o advento de outros tempos.

Tínhamos ganho a guerra, e, das culminâncias daquelas vitórias admiráveis, as gerações de então, aliviadas e cheias de orgulho, depois de se terem duramente afirmado, se voltavam, ainda tocadas de um romantismo místico, para os problemas nacionais; e o mais agudo, atraindo-as poderosamente, haveria de ser a abolição.

Nos últimos meses de 1870, fim da campanha do Paraguai, nasce, em Barbacena, Antonio Carlos.

Cria-se, educa-se por entre as austeridades da família, na Fazenda da Borda do Campo, de onde, com a vista alongada, a perder-se sobre a imensidade das montanhas, ou sob o sol causticante da serra, ou por entre a magia de seus poentes, se habituara a considerar apenas as coisas superiores e graves.

Desde a meninice nele se positivam, numa advertência, destacando-o para os grandes lances, dotes raríssimos, e o que primeiro ressalta é a bondade do coração, impressionando-se com a sorte dos escravos que dele se aproximam como quem se achegasse a um arrimo.

Sua habilidade, que foi um dos trunfos de sua carreira, manifesta-se impressionantemente.

Conta-nos a esse respeito Conceição Garden, numa página de singela evocação:

Tinha o menino rara habilidade em apanhar pássaros e era de uma mansidão proverbial. Naquele dia brincava com os companheiros no curral da Fazenda do Campo Verde, propriedade dos tios, onde havia um cocho para ração dos animais. De repente surgem dois passarinhos a brigar às bicadas. O garotinho deixa o folgado, aproxima-se de mansinho, pé ante pé, e com grande espanto de todos, segura em pleno ar as duas avezitas que se atracavam. O velho tio, que seguira a cena, divertido, exclama então: – Que habilidade, menino. Serás um grande homem.

Em 1927, Antonio Carlos, presidente do estado, tem uma grande emoção. Ao inaugurar um dos trechos da estrada Mariano Procópio, a comitiva para e almoça ao ar livre no curral do Campo Verde, onde ainda se vê o cocho carcomido. Uma das tias lhe recorda a cena da infância, colocando-lhe sobre o prato versos simples, tão gratos à sensibilidade mineira:

Lembrança singela? Embora...  
 No Campo Verde de outrora,  
 o Antonio Carlos menino  
 Apanhou – pequeno fino!  
 Brigando, dois passarinhos  
 Ágeis, travessos, daninhos.  
 E o tio, que ao longe via,  
 Disse com grande ufania  
 Que aquele menino, um dia,  
 Um grande homem seria.  
 A profecia realizada.  
 Deve ser hoje lembrada.

A infância naturalmente teria de acabar, e Antonio Carlos enfrentaria os estudos fundamentais na cidade de Barbacena, que o Sr. Gustavo

Capanema disse de uma feita “ser a flor da civilização mineira plantada na montanha simbólica”. Dali, encerrado o primeiro ciclo dos preparatórios, seguiria para São Paulo, longínqua capital de outra província, ligada aos mineiros pela inteligência e pelo coração, que para lá afluíram agasalhando-se na escola de civismo que foi e é a velha Faculdade de Direito.

Não se despede para sempre, como muitos supuseram, de sua cidade. A paisagem nostálgica de Barbacena acompanha-o. A vida toda permanecerá um mineiro integral: no modo de sentir, na maneira de agir, na tolerância e sobretudo na capacidade de adaptar-se e de assimilar.

São Paulo, é certo, exercerá sobre ele enorme influência, principalmente a visão do mar na cidade de Santos, berço da estirpe predestinada.

Na província paulista, apesar do ativismo republicano, é forte o sentimento monárquico, e nada mais cômodo para Antonio Carlos, oriundo de uma casa tão ligada aos dois Pedros, do que fazer a profissão de fé monárquica, o que lhe teria assegurado imediatamente situações invejáveis. Sua atitude, porém, é outra. Alista-se nas fileiras republicanas, volta à imprensa, e sua voz cavernosa, fidalga, levanta-se, e ele funda na terra de Piratininga o Clube Republicano dos Estudantes Mineiros, torna-se redator de um jornal também republicano, o Vinte e Um de Abril.

No fogo das polêmicas, a prudência de suas palavras, a elegância dos gestos desenham o parlamentar insuperável e insuperado que foi.

Em 1892, ei-lo de regresso a Minas. Ao passar pelo Rio, como informam os arquivos da família, convidam-no para permanecer na Capital da República. Oferecem-lhe banca bem montada. A diplomacia o cerca. Sua total identificação com Minas, com a mata mineira, o prendera tentacularmente.

Em Barbacena, Chripim Jacques Bias Fortes dirige a política do estado e estaria, portanto, facilmente garantida a indicação de Antonio Carlos para a deputação estadual ou federal. O Andrada, todavia, não quer engajar-se imediatamente sem primeiro ter um contato com o que Minas teve e tem de mais genuinamente seu – o interior.

Perpassava pelas nossas montanhas um ar de intenso otimismo. Belo Horizonte firmava-se como real sucesso urbanístico, a mata enriquecida com a lavoura do café, a linha Mogiana atravessava no sentido de sul para norte o Triângulo Mineiro. O PRM lutava desesperadamente para arrebatá-lo para um mineiro a Presidência da República. Tudo, pois,

se dispunha de modo a atrair Antonio Carlos imediatamente para a política. No entanto, preferiu esperar. Foi nomeado promotor público de Ubá, onde o aguardariam horas atribuladas, semeadas de presságios e de dificuldades. Com paciência e excepcional bravura moral, ele vence todas as vagas que pareciam armadas para tragá-lo na voragem impiedosa da paixão municipal.

Terminada a experiência de Ubá, regressa a Juiz de Fora e funda o Correio Mercantil.

Os generais da política mineira não perdem nenhum de seus gestos, nenhum de seus passos; e em 1903 Francisco Salles o nomeia secretário das Finanças. Revela-se o acurado economista, e sua atuação é tão fecunda que o eminente Affonso Arinos, dos mais lúcidos dos nossos ensaístas e historiadores, tem sobre ele este juízo: “Antonio Carlos, na Secretaria de Finanças mostrava que já era o que depois foi na presidência do estado: um verdadeiro estadista.”

O PRM, exercendo severamente o controle da política do estado, vai buscá-lo para o Senado mineiro.

Minas possuía então duas linhas de homens públicos: uma, constituída pelos chefes que não saíam do estado, e a outra, daqueles que deveriam brilhar fora, no cenário federal. A esta, como tantos outros coevos, pertenceria Antonio Carlos. Por esse motivo vai para o Rio, em 1911, como deputado federal.

Versado em Economia, seus pareceres impressionam, e Clóvis Beviláqua, o Mestre, diz, textualmente, em parecer apresentado ao Instituto Geográfico Brasileiro: “O Sr. Dr. Antonio Carlos tem-se distinguido no Congresso Nacional por uma atividade produtiva, proferindo discursos que são monografias substanciosas a respeito de vários problemas de interesse geral como as finanças públicas e as forças econômicas do País.”

A poucos homens o grande Clóvis teria elogiado com palavras tão ardentes.

Humanista primoroso, leitor assíduo de Camões, conhecedor do francês, que dominava, Antonio Carlos converte-se aos poucos numa figura nacional.

Com a eleição de Venceslau Brás, Minas atinge o apogeu de seu prestígio e a sua palavra é decisiva no concerto da Nação.

Antonio Carlos é convocado para a Pasta da Fazenda. Sua atuação naquele ministério, o acerto de sua política econômica no período

conturbado que o mundo atravessava, o elevam a uma posição de destaque entre os homens públicos do País.

Dos cargos que tem ocupado, um lhe fala sentimentalmente ao coração, como informam os seus biógrafos – o de prefeito de Belo Horizonte – atribuindo-se-lhe a frase que tanto corria em Minas: “Será grande aquele que se fizer em Belo Horizonte e crescer com esta cidade.”

Bernardes, para enfrentar a onda que se ergue contra seu governo, o faz líder, e o Andrada, suave e cortês, por vezes enérgico, suporta o fogaréu das discórdias, dirigindo a Maioria.

Curioso contraste: homem vocacionalmente liberal, anestesia convicções, porque entende que naquele período a razão milita ao lado do grande Presidente Artur Bernardes.

Em 1924 publica um trabalho sobre finanças, que se torna clássico na época – Bancos de Emissão no Brasil –, e um ano depois é eleito senador federal.

Toda a imprensa saúda a sua eleição. Dos estados chegam mensagens de congratulações. Jornais de Nova Iorque o focalizam. Curta, porém, no Senado a sua passagem, porque em 1926 a sabedoria do PRM o indica para presidente do estado, tendo-lhe antes cabido a missão de coordenar a candidatura do Sr. Washington Luís para sucessor de Bernardes.

Os olhos da Nação, inteira, atenta, se voltam para o grande Andrada. Sua presença no governo mineiro é o primeiro sinal de que tudo vai mudar-se, transformar-se!

O presidente de Minas era um político fino de pensamento radicalmente democrático e liberal” – escreve Aurino Moraes. “Subindo ao Palácio da Liberdade como chefe de governo, o Sr. Antonio Carlos se encontrava ali em condições de poder praticar livremente suas ideias políticas que até então, nos diversos cargos que exercera, estavam subordinadas a interesses independentes de sua vontade.

Com efeito, foi o que se deu.

O que foi o governo de Minas sob suas mãos todos o sabem. O rumo que lhe imprimiu era de um dinamismo até então desconhecido. Acerta as finanças, abre estradas, funda ginásios e escolas, reforma a força policial e assombra o País com a reforma do ensino primário e normal, realizada pelo notável Francisco Campos, e instala a universidade.

Sua personalidade se afirma integralmente, e o povo é a sua constante preocupação; não só quer promover-lhe o bem-estar, como dar-lhe presença no processo político, trazendo-o para os debates, fazendo-o influir na escolha dos governantes.

Seria Antonio Carlos o precursor do populismo brasileiro?

Efetivamente não.

Nem seria, por certo, homem capaz de cortejar as massas. Povo, no entanto, tinha para ele uma significação transcendental e filosófica: era a origem de todo o poder. Urgia, pois, arrancá-lo da apatia, da indiferença com que via asfixiar a República.

O primeiro passo seria o voto secreto.

Temperamento oposto ao do Presidente Washington Luís, com ele entraria inevitavelmente em dissídio ao considerar em 1929 postas perante a Nação as candidaturas Getúlio Vargas e João Pessoa. Tornava-se o grande líder nitidamente civil e liberal da República.

Teria sido o rompimento com o Catete o propalado pique de um despeito pessoal contra o Chefe de Estado por lhe ter arrebatado a possibilidade de a ele suceder?

Hoje, tão longe dos acontecimentos, a atitude de Antonio Carlos é de impressionante coerência e de diáfana dignidade. Nada lhe teria sido mais cômodo do que aceitar a candidatura do Sr. Júlio Prestes, homem de fibra e de palavra, sob a condição de o substituir em 1934!

A alternativa esteve em suas mãos. Recusou-a.

O choque com o Catete se deu por dois processos políticos que se defrontavam: a ata falsa e o voto secreto!

A campanha cívica da Aliança Liberal é das páginas mais eloquentes de nossa cultura política, e infelizmente a luta não terminou com a voz das urnas.

O ano de 1930 rompera por entre sombras e ameaças.

Bem sei, senhores, que este não é momento para recordar os dias amargos que viveu Minas, mas é certo que foi naquele período que a figura de Antonio Carlos se agigantou, atingindo proporções admiráveis, transformando-se num símbolo. Tal a firmeza de suas atitudes, a bravura com que dirigia a resistência, que provocou o respeito dos próprios adversários. Seus telegramas ao ministro da Justiça, na defesa da autonomia estadual ameaçada, por lhe traçarem a grandeza moral,

permanecerão como páginas antológicas, despertando até hoje a sensibilidade de quem os lê.

A Aliança Liberal, tendo agitado o País, não poderia decepcioná-lo, e Antonio Carlos capitula diante da necessidade de uma revolução, e esta, vitoriosa, traria o povo para os debates políticos, instituiria o voto secreto e a Justiça Eleitoral.

Antonio Carlos é o autor intelectual da Revolução de 1930.

Os caminhos do governo provisório extinguem o velho PRM.

Antonio Carlos sente na sua alma de mineiro, mas entende que a velha agremiação não mais se adaptaria aos ideais da Aliança Liberal e da Revolução vitoriosa.

Em 1932, os paulistas levantam-se em armas, reclamando uma Constituição. A epopeia transforma-se numa lição de civismo, porém vencida pelo governo federal.

Convoca-se a Constituinte.

Folheando-se hoje os jornais da época, percebe-se que ninguém enfronhado nas coisas da política levaria a sério o sucesso da segunda Constituinte republicana. Nunca o mundo estivera tão agitado: o totalitarismo ameaçava os sistemas liberais, o comunismo infiltrava-se, as nuvens da guerra se juntavam. Não será errado dizer que faltava ambiente para o funcionamento da Constituinte. Um homem, porém, poderia dirigi-la, salvá-la, levando-a a bom termo: Antonio Carlos, que foi eleito, segundo então se afirmava, por imposição, em breve se tornaria a imagem daquela majestosa Assembleia.

Dirigindo-lhe os trabalhos, vive ele os momentos maiores de sua carreira. Confunde-se com a própria Constituinte. Seus adversários são os primeiros a respeitá-lo, e do alto da Presidência mais parece um maestro a reger uma orquestra de professores.

Votada a Constituição, mantém-se na Presidência da Câmara Ordinária, e a Nação sabe que, enquanto ali estiver, a lei, as liberdades públicas vigorarão em todo o País.

A política é impiedosa; e quando, em maio de 1937, as forças da Maioria têm de retirá-lo da Presidência, não vem dos seus lábios uma palavra de mágoa ou de revolta. Considera realizada a sua missão política. O discurso que pronuncia, despedindo-se de seus pares, na previsão de que seria derrotado, é uma exortação à concórdia e à paz.

“Que não se perturbe o império da lei, que a violência seja banida de nossa vida política, que os rancores e as ambições se apaguem diante da Nação.”

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada ainda não encontrou o seu biógrafo, aquele que perpetuará no bronze da verdade histórica a lição imorredoura de sua vida: a impecável elegância do seu espírito de raras cintilações, a fidelidade às suas convicções democráticas, o invencível idealismo e o orgulho de servir ao povo sem mistificá-lo, enganá-lo ou bajulá-lo, mas sempre com a lealdade dos líderes autênticos, aquela lealdade feita de decência, sacrifício e bravura.

Os lampejos de sua poderosa inteligência política levaram-no a rasgar novas perspectivas históricas para nossa Pátria, fazendo-se chefe de uma revolução, a única e verdadeira revolução que renovou os padrões de nossa República, cujo círculo ainda não se encerrou, pois que dela decorrem todos os processos de substituição de lideranças e estruturas a que ainda assistimos, como o de se acrescer ao Brasil amplas e luminosas dimensões de dignidade cívica, de beleza, enriquecimento e respeitabilidade internacional.

Ele foi o último grande liberal da geração que se exauriu com o movimento político de 1930. Geração de notáveis homens públicos que deram toda a sua existência pela consolidação de uma ordem jurídica baseada em instituições livres, no respeito aos direitos inalienáveis da pessoa humana, na supremacia do Direito, da liberdade e da Justiça.

Esta geração foi pouco a pouco sendo deslocada pela pressão dos acontecimentos que a crítica dos sociólogos ia gerando. A obra de Euclides da Cunha, revelando a realidade nacional em toda a sua trágica desolação, deixou-a aturdida ao constatar que o modelo político que a inspirava não se ajustava aos elementos inarredáveis do nosso meio socioeconômico.

Alberto Torres dissecaria, em páginas de admirável lucidez, a precariedade do regime de 1891, cuja falência proclamou em frases candentes.

As instituições políticas de um povo não se copiam nem se improvisam, dizia o mais penetrante dos nossos estudiosos, “porque a ordem natural é estável, vivendo de si mesma, sem o amparo da força, porque não é imposto, e sem o conselho dos doutrinários, porque é naturalmente aceita”, oferecendo às nobres e legítimas ambições o caminho das glórias duráveis, sem bruscas ascensões, mas sem quedas desoladoras.



Os conceitos de Alberto Torres foram um violento impacto no juridicismo dos que acreditavam, como Antonio Carlos, que bastava zelar pelo funcionamento das instituições políticas para que houvesse estabilidade, progresso e justiça social.

O duro diagnóstico de Alberto Torres, aprofundado e ampliado por Oliveira Viana, abriu o debate que ainda hoje perdura, sem que se possa antever para breve a sua conclusão: o do conflito estridente entre o apriorístico do nosso arcabouço jurídico-constitucional e a incoercível realidade geográfica, social e econômica do Brasil. Os sociólogos intuíram as vagas e arremessaram de encontro aos arrecifes da Revolução de 1930 toda uma geração de eminentes homens públicos, destruindo a beleza de suas convicções, a fé republicana que os animava e a crença inabalável nos princípios do liberalismo político.

Uma nova geração surgiu, uma outra mentalidade se impunha, as ideologias irrompiam ruidosamente, toda a problemática nacional era revisada e novas equações se armavam na busca incansável de solucionar as nossas angústias e na frenética procura de critérios inéditos para a interpretação de nossos enigmas.

Os políticos deixaram aos sociólogos a abertura dos caminhos, e estes prepararam o advento dos economistas, que são hoje, como observou Affonso Arinos, “o elemento predominante no quadro político”.

Mas não haverá nunca democracia sem políticos. Eles, subestimados, subalternizados, marginalizados e, não raro, ridicularizados, serão sempre os mediadores entre o arbítrio e a democracia, o liame entre governantes e governados. Os patronos dos ideais do povo junto aos Poderes da Nação. Os insubstituíveis intérpretes das aspirações das comunidades na Justiça, na Administração e no Parlamento.

Antonio Carlos foi única e simplesmente político, na mais extensa e iluminada acepção do termo. Político eminentemente nacionalista, pois que toda a sua existência se confinou no Brasil. As suas incursões no plano internacional foram escassas e episódicas: membro da Comissão de Peritos Financeiros em Bruxelas e delegado do Brasil à Conferência Interparlamentar de Londres. Nessas missões, embora curtas e despreziosas, deixou, não obstante, as garras do seu gênio político.

Político, sempre político ele o foi e disto se orgulhava. Político dos que vivem identificados com o sofrimento das populações, assistindo-as nas suas decepções, aquietando-as nos seus desesperos, animando-

lhes as esperanças, orientando-as nas horas de crises, sem visar a outra recompensa que a de atender às imposições do seu espírito público. Fazia do civismo uma religião. Da probidade um culto. Na sua exemplar existência, construiu as suas alegrias nos sacrifícios cotidianos, enfrentando as paixões, as injustiças e as incompreensões.

Como político, pregou, com a palavra e o exemplo, que a tarefa mais importante do homem público é a sustentação da mística da legalidade constitucional, sem a qual as nações se desconceituam, o poder se torna ilegítimo, as autoridades se abastardam na prepotência, e a insegurança, promovendo o desfibramento moral dos cidadãos, leva a inquietação, a angústia e o medo a todas as consciências.

Se Antonio Carlos é hoje um monumento de nossa cultura política, para nós, mineiros, é uma lembrança querida, a expressão do nosso mais alto orgulho.

E Minas sempre o envolveu com seu carinho e seu respeito. Sua figura traz logo à lembrança a sagacidade, a ligeireza de raciocínio e as deliciosas anedotas que o cercam num material folclórico precioso, focalizando um caráter sem jaça, espírito de eleição, alma de predestinado.

Antonio Carlos, íntegro, patriota ilibado, nobre inteligência, acrisolada sensibilidade, significa para nós a hora solar de Minas Gerais.

O melhor juízo sobre ele está no respeito que o seu nome infunde às gerações políticas de hoje, que com ele aprenderam esta lição tão simples, que foi a mensagem constante de sua grande e extraordinária vida: “Mais faz a doçura do que a violência...”

## ***Bias Fortes: Minas Gerais e a política***

---

### **Discurso em homenagem a Bias Fortes.**

*Câmara Federal.*

*Abril de 1971.*

O SR. PRESIDENTE (*Luiz Braga*) – Tem a palavra o Sr. Tancredo Neves, que falará em nome do MDB.

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Às homenagens que esta Casa presta à memória de José Francisco Bias Fortes, associa-se a Oposição; o Movimento Democrático Brasileiro, pela minha voz, na evocação do vulto que enriqueceu o patrimônio moral de Minas Gerais e do Brasil opulentou as suas reservas cívicas e deixou, na sua exemplar vida pública, uma imorredoura lição de patriotismo, honradez e entranhado amor à sua terra e ao seu povo.

Acompanhei de perto os últimos anos de sua nobre e fecunda existência, na intimidade dos seus pensamentos e na grandeza do seu coração, seu companheiro e assistente de lutas e campanhas memoráveis, seu secretário de governo, posso testemunhar que raras vezes a dignidade humana alcançou tão altos píncaros como na personalidade do ilustre mineiro, cuja morte desfalcou a galeria dos nossos líderes, estreitou as dimensões humanas de nossa política e reduziu as lindes éticas do nosso parâmetro moral.

Bias Fortes é um capítulo da história mineira. Representou um marco na evolução política do nosso povo. Foi antes de tudo e acima de tudo um mineiro. Um autêntico mineiro. Mineiro na simplicidade e correção de suas atitudes. Mineiro na lealdade aos amigos e correligionários. Mineiro na honradez de sua consciência. Mineiro na incapacidade de odiar, na prudência sem covardias, na altivez sem arrogância, na humildade sem subserviência. Na luta disputou sempre as posições mais duras e arriscadas para na hora da vitória recolher-se quase como um anônimo ao fundo do palco, deixando o prosclênio aos mais afoitos e afirmativos, só voltando à cena quando convocado para ajudar e servir, aconselhar e orientar.

Os homens públicos de Minas não se ensoberbecem no poder, mas também não se apoucam no ostracismo. Seguem à risca a lição de João Pinheiro: “A política há de ser sempre a eterna contenda dos homens e dos partidos, com os seus dias de vitória, a revezes, na qual há lugar para todas as dedicações, todos os infortúnios. Nela, nenhuma posição é má, desde que assumida com honra e mantida com desinteresse; nela, a própria perseguição costuma ser a sagração de um merecimento passado ou o sinal de uma grandeza futura.”

José Francisco Bias Fortes foi desta estirpe. No governo não se vangloriava, na Oposição não se sentia diminuído. Honrou e ilustrou vários postos. De vereador a governador e ministro de Estado, manteve em todos eles inalterada a sua personalidade, conservando-se superior aos cargos, não se deixando transmudar, não abdicando das características primaciais do homem de Minas, por isso mesmo vestindo com dificuldade a roupagem mundana das grandes cidades. Tinha, como Clemenceau, amor entranhado à sua gente, sofria com ela ou com ela se exaltava, em patrióticas vibrações. Dele disse João Neves da Fontoura: “Nas posições ou fora delas, Bias é o mesmo homem.”

Minas Gerais nunca se ajeitou bem sob a monarquia. Suportou-a a custo, amuada e inconformada. Já se disse que os dobres de finados com que Ouro Preto recebeu Pedro I eram sons, ainda que plangentemente tristes, repercutindo por montanhas e colinas, clamando pela República. A ideia, desde a Inconfidência, jamais se apagara. Se o 15 de novembro apanhou Minas de surpresa, não a encontrou de todo despreparada para o seu advento, e o presidente da província – Visconde de Ibituruna – passou tranquilamente o governo a Antônio Olinto dos Santos Pires, que o exerceu até a chegada de Cesário Alvim, nomeado pelo governo provisório.

Barbacena era das cidades mineiras mais entusiasticamente rebeldes à monarquia, e a revolução liberal de Teófilo Ottoni, que a envolveu e fez tremer o trono, encobria intuítos republicanos. Em agosto de 1887, o Partido Republicano obtinha no Conselho Municipal da cidade as primeiras cadeiras.

Barbacena seria a escola em que José Francisco Bias Fortes exerceria o noviciado político, bebendo os ensinamentos com o seu ilustre pai, figura consular, que os mineiros erigiram num dos seus padrões de valor moral e político. O velho Chrispim Jacques tornou-se o chefe da

política mineira, fez presidentes de estado, sugeriu e elegeu presidentes da República e a projeção do seu imenso prestígio se irradiava, cercada de respeito e admiração, por todo o País.

Soube criar o filho dentro da mais rigorosa probidade, educando-o segundo uma concepção democrática que lhe mostrava nada ser tão efêmero quanto o mando das situações. A tese consistia em acentuar que só o povo seria a fonte de poder, a base de uma carreira, o epílogo de uma vida. E Bias Fortes, o filho, permaneceu fiel a esse ensinamento, tão salutar, que durante mais de meio século o povo mineiro o assistiu nas lutas que enfrentou, nas quais sempre se houve com honra e galhardia, deixando as marcas do seu vigoroso espírito em todos os episódios que nesse longo período fizeram a história do nosso povo.

Minas desfrutou, na chamada República Velha, de largo prestígio, e seus homens projetavam-se como lídimas expressões de uma mentalidade própria. Em todos os momentos eles souberam transigir para solucionar; em qualquer instante da vida republicana abriram mão de posições em busca de uma fórmula conciliatória, e o político mineiro, por vezes rudemente julgado, trouxe para a Federação a mensagem de entendimento, transformando-se, por suas qualidades neutralizantes, em poderoso pólo de aglutinação. Certo é que as nossas montanhas plasmaram a nossa maneira típica de ser, a desconfiança, que é mais defesa do que tática, o cuidado exagerado no trato da vida, a prudência generalizada nas ações. Talvez – quem sabe? – por termos de habitar no alto, nossa visão se ampliou, um sentimento cósmico dos fatos e das coisas nos orienta, e a nossa alma, como antena, melhor dizendo, como um radar, capta os anseios, as aspirações da Pátria comum. Se a divisão territorial operada pelos portugueses negou-nos o mar, deu-nos a imensidão dos horizontes. O mineiro, sem perder o senso do universal, em qualquer parte que esteja, não se esquece do pequenino pedaço de terra em que nasceu. Já se disse com acerto e graça que a mineiridade é incurável. Eis por que a história mineira, antes de o ser, foi sempre brasileira. Daí dizer-se que nós, mineiros, nos preocupamos mais com o Brasil do que com o nosso estado. É fora de dúvida que o político mineiro se universalizou dentro do Brasil. Seu aprendizado se realizou no município. Nenhum outro povo se apegou tanto ao município quanto o mineiro. Ali ele lança as bases de todas as suas atividades, prende-se à

terra e com o tempo mais se aprofundam as raízes que se espalham no subsolo de suas emoções.

Mas, soada a hora de ação, o mineiro se agita, não teme surpresas e as suas arrancadas conservam a impetuosidade dos fenômenos sísmicos e ele desafia as intempéries, enfrenta o patíbulo, planta instituições, rasga os céus, inova a ciência, aprimora a arte, planta cidades, prega e faz revoluções. Não é o conservador contemplativo como erroneamente o interpretam à primeira vista. Ao contrário, é um receptivo, e a impressão de conservadorista talvez lhe venha da necessidade de examinar as ideias, as inovações, antes de assimilá-las.

Minas sempre criou e no seu solo pululam os contrastes, que às vezes nos surpreendem quando não nos espantam. Saímos do risco grave das igrejas e da austeridade dos solares envidraçados para as linhas festivamente cheias de graça de um deslumbrante conjunto da mais moderna arquitetura. Se a sombra mística do Aleijadinho aponta o caminho do recolhimento e da contemplação, a Igreja de São Francisco, na Pampulha, acena ao mundo com o seu perfil ousadamente revolucionário. Na literatura colonial, criamos uma escola de poetas, depois apareceram sisudos mestres de Direito, em seguida vieram os cientistas, ensaístas, pensadores, até que de repente, neste século, Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa conquistaram para as letras do nosso estado uma posição excepcional, com profundas ressonâncias em todos os povos cultos da terra. Minas é uma renascença permanente e, apesar das dificuldades econômicas, uma constante em toda a sua evolução, nada lhe abate o ânimo criador.

O político mineiro é, não podia deixar de ser, uma resultante desses contrastes, e Bias Fortes o seu representante genuíno. Talvez tenha sido o mais mineiro dos nossos homens públicos e, por isto, os seus diálogos com a nossa gente tinham sempre ar de uma conversa em família. Tanto se identificou com o nosso povo, que este nele revia, como numa síntese, as suas angústias, e as suas modestas ambições. E porque interpretava com fidelidade os seus anseios mais sentidos e profundos, a sua carreira política foi das mais completas entre os homens públicos da sua geração.

Vereador, prefeito, deputado estadual, vice-presidente e presidente da Assembleia Legislativa, secretário de estado, deputado federal, constituinte duas vezes, ministro da Justiça, membro e posteriormente

presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, governador, manteve-se invariavelmente fiel a si mesmo, sem distorções que desfigurassem a sua forte personalidade e sem afetações e artifícios que lhe comprometessem a autenticidade.

Sua lealdade tinha, por vezes, um sabor medieval. Na sucessão de Antonio Carlos, Bias – contou-me ele – inclinava-se pelo nome de Afrânio de Melo Franco, quando recebeu instruções do presidente do estado para coordenar a candidatura Melo Viana. Imprevistamente os acontecimentos se precipitam, Minas se enseja na campanha da Aliança Liberal, a sucessão estadual escapa das mãos de Antonio Carlos e surge a candidatura de Olegário Maciel. Bias, colocado entre a honra dos compromissos assumidos e a fácil acomodação com as forças situacionistas, não hesita um instante. Joga neste lance toda a sua carreira, deixa o governo e se solidariza com Melo Viana, mas quando esse saudoso patricio se bandeia para a candidatura Prestes, Bias Fortes mantém-se firme com a Aliança Liberal. Democrata por excelência, acreditava na democracia porque confiava no povo. Nas suas conversas, era com a força de um estribilho que doutrinava: “urna, sempre urna, é votando que a gente aperfeiçoa a democracia”.

Em 1931, no episódio de 18 de agosto, que tinha por objetivo a deposição de Olegário Maciel, como primeira etapa de um movimento contra a ditadura de Getúlio Vargas, foi preso depois de fracassada a intentona. Nas suas declarações, no inquérito que então se processou, assumiu a responsabilidade do movimento, asseverando corajosamente: “contra esse governo conspirarei, conspirarei e conspirarei”.

Secretário de Segurança, inaugurou no estado um procedimento policial feito de tolerância, respeito e de garantias amplas a todos os direitos. A sua pasta, enquanto foi o seu titular, nunca teve o aspecto de chefia de polícia, era antes a casa do povo, onde todos iam buscar amparo, esclarecimentos, diretrizes e estímulos.

Parlamentar, foi paradigma de decência e correção, tornando-se estimado de todos os seus colegas pela bravura de suas atitudes, pela nobreza de sua conduta. Mais de uma vez, instado a ocupar uma cadeira no Senado, declinava sempre do convite com a alegação: “meu lugar é na Câmara, onde se pode ajudar mais os municípios”.

Participou de debates memoráveis. Os seus discursos e pareceres refletem a sua primorosa formação cultural, a segurança de suas convicções e o agudo senso das realidades nacionais.

Ministro da Justiça, no governo do ínclito marechal Eurico Dutra, testou, sob o fogo das paixões incandescentes, a solidez dos seus sentimentos democráticos. Em nenhum momento se deixou perturbar pelo fragor dos conflitos que estrugiam em seu derredor. Jamais perdeu a serenidade. Não se afastou um só milímetro da linha de seu dever. Não transigiu, não prevaricou, não cedeu, não se intimidou e não coagiu. Coube-lhe a honra de haver presidido um pleito histórico, que elevaria o Brasil à categoria de grande Nação democrática. A posse de Getúlio Vargas, em sucessão ao Presidente Eurico Dutra, dentro da lei e da ordem, assegurada a plenitude do funcionamento de nossas instituições democráticas, foi o coroamento do seu patriótico esforço e a feliz recompensa de penosos dias de ódios, incompreensões, ameaças e sofrimentos.

No governo de Minas, revelar-se-iam todas as suas potencialidades de notável estadista. Governar Minas sempre foi das missões mais árduas. Estado central, de geografia adversa, a sua economia se reveste de intrincadas peculiaridades, gerando enigmas que levam à angústia e ao desespero todos quantos se debruçam sobre eles buscando decifrá-los. A extensão do seu território corre parelha com a escassez de recursos. A tributação, incidindo sobre a pobreza do povo, não carrega ao erário, na proporção adequada, os meios necessários para a solução dos encargos mais prementes. Os problemas, não obstante, surgem, instando por soluções, que não podem ser procrastinadas, sob pena de levar a administração ao colapso e o governo ao descrédito. Governar Minas tem sido um desafio cotidiano à imaginação, inteligência, habilidade e paciência dos governantes, que só não se deixam abater diante da sua imensidade porque são inesgotáveis as suas reservas de espírito público.

O ano de 1955 seria decisivo na história do Brasil. A sucessão do Presidente Café Filho despontava agitada e violenta. Apresenta-se a candidatura mineira do nosso eminente e preclaro coestaduano Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. No horizonte político as nuvens se acumulam, e a sucessão mineira seria a chave de todos os acontecimentos. Em Bias Fortes, os mineiros encontraram o nome ideal para aquela fase tão delicada. Nas eleições recebe votação consagrada.



No Palácio da Liberdade exerce notável atuação política. Cobre a retaguarda do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Catete, assegurando-lhe o clima de ordem e segurança que lhe permitiu realizar o grande governo, que manterá sempre vivo o seu nome na gratidão do povo brasileiro.

Agindo no setor político com a maior intensidade, afastando obstáculos, promovendo a compreensão, removendo intrigas e superando animosidades, no labor silencioso de todos os dias, foi um artífice insuperável na obra que se propôs de consolidar a legalidade democrática, ao mesmo tempo em que se lançava, em apoio ao seu conterrâneo, na chefia da Nação, na extraordinária batalha pelo rompimento dos pontos de estrangulamento de nossa economia, gerados no subdesenvolvimento que nos estiolava.

Realizou notável administração. A restauração do Frigorífico de Carreira Cumprida, dos maiores do Brasil, de vital importância para a pecuária mineira, totalmente destruído por um incêndio, poucos dias antes de sua posse, vale como um marco da sua energia e tenacidade.

A Companhia Agrícola de Minas Gerais (Camig) e a Companhia de Armazéns Gerais (Caseng) são ainda hoje dois poderosos esteios do desenvolvimento agroindustrial de nossa comunidade, que recordarão sempre a sua profícua e lúcida capacidade de administrador.

A hidrelétrica de Camargos, uma das mais eficientes centrais da constelação de poderosas usinas da Cemig, foi obra sua, projetada, construída, paga e inaugurada no seu governo. É um monumento que perpetuará para as gerações futuras o seu nome, a audácia de suas realizações, o seu descortino de governante, o devotamento com que serviu ao povo mineiro. A Usiminas é contribuição de sua larga visão e de seu espírito pioneiro na luta de todos nós pela emancipação econômica de nossa Pátria. Por tudo isso, e também pelos grupos de ginásios que construiu, pelos hospitais que erigiu e instalou, pelas estradas que rasgou e pavimentou, mas sobretudo e principalmente porque governou com justiça, administrou com honestidade, respeitou a Constituição e as leis, garantiu em toda a sua extensão o império das liberdades democráticas, o seu nome será sempre venerado pelos mineiros.

A integridade de sua vida privada, num lar bem mineiro de sete filhos – um deles o nosso distinto colega Chrispim Jacques Bias Fortes,

herdeiro do seu nome, de suas tradições e responsabilidade –, projetou-se na sua vida pública, nimbando-a de simpatia, afeto e respeito.

Bias Fortes trouxe de sua casa paterna a base moral que o fez o homem íntegro de que a Nação se orgulhava, e, por isso mesmo, as tempestades que o fragor da contenda tantas vezes despertou passaram por ele, deixando-o incólume. As homenagens que hoje lhe presta a Câmara dos Deputados vai certamente ecoar no espírito dos mineiros, que tiveram em Bias Fortes uma de suas expressões mais queridas, autêntico representante do que de melhor e de mais nobre existe no seu caráter.

Honra à sua memória, que já se incorporou ao patrimônio cívico dos nossos grandes mortos, daqueles que ultrapassam a lembrança e a saudade dos contemporâneos, porque têm a sua vida esculpida indelevelmente no bronze eterno da História.

## *Milton Campos: dignidade, cultura e civismo*

---

### **Discurso de Tancredo Neves em homenagem póstuma a Milton Campos.**

*Câmara Federal.*

*Abril de 1972.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, pela segunda vez, em menos de ano, ocupo esta tribuna, eco por certo da opinião nacional, num dever que a um tempo me punge e me eleva, a fim de tecer a homenagem do pesar a dois mineiros bem conhecidos nossos, componentes do patrimônio cívico de Minas e que só enrolaram a bandeira quando a morte inapelavelmente os abateu.

Refiro-me a Bias Fortes e a Milton Campos.

Expoentes da nossa galeria pública, ambos ex-governadores, ex-ministros de Estado, reflexos de um padrão definido de vida.

Se diferença houve entre eles quanto à maneira de focalizar problemas e métodos, ligaram-nos, entretanto, afinidades essenciais: o amor a Minas, a vocação brasileira, a probidade, a convicção de que servir é elevar-se.

Aqui estou e a minha voz pairando sobre as divergências partidárias, é a voz de Minas sentida, esta voz que foi ouvida e que ouvida há de continuar ainda que situações transitórias tentem eclipsá-la.

A minha voz neste momento é também a voz desta Casa, do Movimento Democrático Brasileiro, de quantos conheceram Milton Campos e com ele conviveram.

Estou certo de que ela jamais soará tão alto quanto na glorificação de um homem ilustre, tão cheio de qualidades particulares da gente mineira que se sintetizam na modéstia e na prudência, na reserva habitual com que pesa e examina os problemas coletivos.

Aqui estou para dizer a V. Exas., nobres deputados, que Minas se identifica com a figura de Milton Campos, porque ele, como os antigos homens das Gerais que já se foram, se achava apegado à imagem superior do seu País, de um Brasil incansável na vontade de se tornar,

a cada instante, a cada dia, mais genuinamente autêntico, mais infinitamente Brasil.

Nesta hora de evocação cívica não me será mister recorrer à imagem de Vieira e encher a minha pena com toda a força de minha alma. A vida de Milton Campos, nos seus aspectos definidos, constitui um roteiro, uma direção, porejando ensinamentos e exemplos.

Evocar a memória de Milton Campos é reverenciar a dignidade, a cultura e o civismo brasileiros, numa de suas expressões de raro e singular relevo. Mineiro da Mata, da bela e progressista Ponte Nova, fugiu ao biótipo dos homens daquela região, em regra autoritários, voluntariosos, intransigentes, afirmativos e autossuficientes, como o foram entre outros Raul Soares e Artur Bernardes, para se realizar na linha do humanista suave, do intelectual cético, do homem público isento e conciliador e do estadista fiel às suas convicções na plenitude de uma consciência sem trincas.

O grande homem sobrevive por si mesmo, pela sua participação no progresso social ou político em que se envolve. Ele vive, assim, através do tempo e do espaço, como força que atua pela presença.

Churchill, Roosevelt, De Gaulle ou Adenauer são substantivos absolutos, e o enunciado de seus nomes relembra o campo em que se distinguiram como denominadores de uma fase, de uma época, de um momento na História.

Se Milton Campos, pelas condições particulares de sua vida, não atingiu as proporções desses titãs do século, ele, no entanto, se eleva na nossa saudade como um desses cavaleiros do direito, incansáveis na busca da justiça, como o único meio certo e infalível de se estabelecer o equilíbrio social entre as disparidades das situações econômicas e políticas.

Sua vida é um emaranhado de belezas, um tema precioso de civismo, que resplandece com a luz que vem de longe, varando as distâncias e as dimensões.

Para nós, mineiros, Milton Campos é permanente inspiração.

Que teria sido ele ao longo de sua carreira?

Político, jurista, mestre, sociólogo ou intelectual?

Posso dizer que foi tudo isto, que sua base humanística assimilou numa síntese admirável. Milton foi um homem universal.

Recordando-o nesta hora de saudade e de consagração, em que a sua lembrança me emociona, vejo-o, permitam-me V. Exas. que eu diga,

apesar da amplitude de seu espírito, como dos mais expressivos representantes de um sentimento que é bem nosso, talvez um neologismo impreciso, mas de exata significação, que é a mineiridade.

Nós, mineiros, do mesmo modo que os outros, somos antes de tudo brasileiros, hipnotizados na magia que sugere o nome de nossa Pátria comum, essa brasilidade que a cada dia mais se afirma a despeito das latitudes geográficas, das diferenças socioeconômicas.

Confesso que encontro dificuldades para definir a figura de Milton Campos.

Personalidade de excepcional compleição, se constitui numa individualidade se não única, decerto, solitária em meio à paisagem humana do seu tempo, entre nós, pelas peculiaridades de seu caráter, as ricas filigranas dos seus sentimentos, as cintilações de sua cultura, sempre atualizada, e pelos altos padrões de sua apurada formação moral.

Nele, a serenidade não era comodismo, mas o resultado de bem cuidado aprimoramento cultural. A sua tranquilidade não era aceitação tácita das deformações dos homens e da vida, mas uma defesa dos valores em que acreditava, mesmo porque jamais transigiu com a mentira, a violência, a corrupção e a mediocridade.

Há momentos em que o recorde como um cético: um anatoliano englobando situações diversas num sorriso de desconfiança e de descrença; noutros instantes, ele reponta na minha imaginação com a irreverência do Eça. Na ironia que manejava com destreza, mas sem crueldades, vingava-se das agressões à sua inteligência e à sua sensibilidade, pois que, excelente machadiano que sempre foi, tinha “o horror à polêmica”.

Amava a forma, a ideia como fatores definitivos da inteligência.

Nos seus diversos escritos, na contribuição intelectual que nos legou, como diamantes de raro valor, ressurge o estilista, revive o clássico, na preocupação do artista de conseguir a perfeição.

Mesmo assim, banhado pela ironia de Anatole, Milton Campos, agora tão longe, era no fundo um fervoroso crente para quem a fé foi tão necessária quanto o pão e a água.

Homem de conhecimentos gerais, sua paixão foram os livros, as leituras pacientes e meditadas, desde a Súmula de São Tomás às doutrinas usadas, às concepções intelectuais que assustavam e amedrontavam. Shakespeare e Dante, Goethe e Cervantes eram seus íntimos, do mesmo modo que enfrentava e dominava Marx e Lenin, Berdiaeff e Bertrand

Russell, Sartre e Marcuse. Aceitava-os e criticava-os com a impassibilidade de um sereno pensador num laboratório de ideias.

Sua cultura polimorfa surpreende-nos. Depois de ter mergulhado no Jean Christophe passeando na beleza daqueles volumes, silenciosos e cheios de música, assim define Romain Rolland, o pacifista: “Não podendo compor sinfonias que lhe borbulhavam na alma, criou o Jean Christophe.”

Sua filosofia é universal, tem a luz e a intensidade das inteligências ágeis. Por isso nos diz:

O infinitamente grande e o infinitamente pequeno têm as mesmas dimensões; o que predomina em ambos é a ideia de infinito, que é insuscetível de medida e não pode, pois, ser grande nem pequeno.

A tolerância que lhe marcou os atos parece que foi buscar bem no fundo da essência a superfície aparente das coisas, e nada melhor para justificar fraquezas e devaneios do que a própria consciência individual.

Ouçamo-lo:

*Nosce te ipsum* – Conselho perigoso, que a poucos é dado seguir; quem resistirá às vertigens que a gente sofre, ao debruçar-se à beira do abismo?

Contra os determinismos avassaladores, Milton serenamente marchava acreditando na vitória das energias disciplinadas.

Este pensamento vale não só pelo conteúdo, como também pela transcendência:

Diz-se que o instinto é mau, que o instinto é cego. No entanto, ele é a marca da divindade na criatura. O que conseguimos além do instinto é por trabalho nosso, com esforço doloroso.

Com o instinto, vamos por caminhos diretos e claros: só com ele, não fugiríamos ao nosso fim. O sofrimento é uma criação da inteligência.

A humildade o movimentava. Conhece as orações e de uma nos revela:

Diz uma oração que este mundo é um vale de lágrimas. Em frase ainda mais líquida, é um oceano de amargura. Não vale a pena viver nadando eternamente, a romper com o peito as ondas. É melhor que fiquemos, a princípio, no raso, construindo pacientemente nosso batel. Depois... 'soltem-se os remos!' – e vagaremos serenamente à flor das águas, a ver a asa das gaivotas cortando o azul do céu...

O jurista se revelou nele, como que por atavismo, na herança intelectual do austero genitor, o egrégio desembargador Rodrigues Campos, que lhe incutiu no espírito o amor ao Direito, o culto da justiça e o devotamento à liberdade.

Quando o conheci, liderava sem contestação, no estado, a nossa classe, sucedendo a Mendes Pimentel, como observa Gontijo de Carvalho, no pontificado da profissão. À austeridade moral somava-se a sólida ilustração, que todos respeitavam e admiravam. Os seus pareceres e arrazoados se tornaram clássicos e muita doutrina ele criou e outras inovou, influenciando não raro a própria jurisprudência dos tribunais.

Estudioso dos problemas brasileiros, abrangia-lhes os contornos, nem lhe escapavam as minúcias. Seu ideário político revela-nos um pensador cuidadoso, e, se não nos deixou obra ordenada, lembra-nos, entretanto, sem exagero, em muitos trechos dos seus trabalhos, as reflexões de um Pascal.

A democracia para ele, mais do que uma filosofia política, era uma disciplina, um estilo, um comportamento:

Sem a liberdade cairemos na opressão política. Sem a igualdade, consolidaremos a opressão econômica. Num e noutro caso estará esquecida a pessoa humana, e a democracia falhará na sua missão.

Um poema? Um pensamento? Um e outro, mas, principalmente, uma profunda e arraigada convicção.

Federalista para quem a Federação não era uma ficção e nem um mito, mas uma realidade viva e palpável, doía-lhe na alma vê-la desfigurada, mutilada e esmagada. Ouçamo-lo nesta notável lição palpitante de atualidade:

Quem compara o sonho dos fundadores com a realidade de cinquenta anos, depois verifica que a Federação ficou sendo, na realidade brasileira, nada mais que uma saudade. Havia, na Constituição de 1891, os federalistas extremados. Esses não se satisfaziam com a construção que ia nascendo dos trabalhos e invocavam ainda a 'soberania' dos estados-membros, a que se referira, com evidente imoderação e impropriedade, o Decreto nº 1, de 1889. Veja-se a amargura com que se exprimiam, nos debates da Constituinte, alguns representantes, que, no seu federalismo extremado, consideravam insatisfatórios os traços de autonomia ou mesmo de soberania estadual que iriam caracterizar a nossa primeira Constituição republicana e que estavam muito longe dos sonhos da propaganda.

A despeito desses lamentos, a Federação entre nós se constitui em termos vigorosos, e, após os tumultuosos primeiros dias da República, sua prática correspondeu aos textos. Revigorou-a a 'política dos governadores' de Campos Sales, de quem ficou famoso o conceito que considerava o art. 6º da Constituição de 1891 (regulador da intervenção federal nos estados), 'o coração da República'. Chegou-se a temer o exagero federalista, como advertia o próprio Rui Barbosa, um dos pioneiros do sistema. E assim foi até 1930, excluído o intervalo turbulento das 'salvações' que, no período de 1910 a 1914, e em outras oportunidades esporádicas, oprimiram alguns estados, especialmente no Norte, com intervenções caprichosas, arbitrárias e violentas. Curioso depoimento foi o que prestou o Presidente Washington Luís. Obstinadamente silencioso, todavia certa vez falou em Paris, no exílio. Falou em tese. No 'Prefácio Sintético' com que abre o livro *Constituições da América Latina*, o professor Mirkine-Guetzévitch, tão em voga entre nós nas alturas de 1934, adverte contra os perigos da exacerbação do federalismo; e, em nota, para ilustrar a advertência, refere-se a uma comunicação de Washington Luís, na Sociedade de Estudos de Direito Público de Paris, na qual o antigo Presidente brasileiro revela, em tom doutrinário, que, em certas federações, a União se enfraquece tanto que dois ou três estados mais poderosos, aliando-se, asseguram por vezes a vitória contra ela de movimentos revolucionários. Era o



episódio de 1930, do qual o Presidente deposto extraía o ‘saber de experiência feito’.

Depois desse marco histórico, veio a decadência da Federação. Longo período de ditadura centralizadora, em que os estados se desabituarão do zelo pelas suas tradições autonômicas. Concentrações do poder econômico e financeiro na União, em consequência das novas condições que se criaram em geral para o mundo moderno. Alterações profundas na escala de valores da política. Desenvolvimento prodigioso da técnica. Novos métodos da ação pública. A inflação delirante e subversiva. Tudo isso foram fatores que contribuíram para o abalo da estrutura federalista: o fenômeno não ocorreu apenas entre nós, mas em outros países onde a federação era mais sólida e tinha raízes históricas mais profundas. O exemplo clássico é o dos Estados Unidos onde alguns dos fatores mencionados e especialmente o esforço de guerra alteraram sensivelmente a estrutura tradicional, aumentando a parte da União nas rendas públicas e diminuindo a dos estados, de tal forma que se multiplicaram os grants in aid, pelos quais a União presta auxílio às unidades mais necessitadas, para determinados serviços da esfera estadual. Ao lado disso, ou por causa disso, expande-se a competência da legislação federal, sob as vistas compreensivas e construtivas da Suprema Corte, a grande corporação judiciária que assegura a permanência das instituições constitucionais norte-americanas pela lenta adaptação às mutações do tempo.

Entre nós, a deterioração da ordem federativa chega a ser alarmante.

E conclui:

Urge restabelecer no Brasil a perdida mentalidade federativa, através da qual se reveja e se reformule esse grave problema. Entre as reformas que tão nervosamente se reclamam e anunciam, bem poderia ser incluída a revisão das bases da nossa ordem federativa. E não será pequena tarefa a de estabelecer as condições para a sobrevivência da Federação a fim de que ela, através das autonomias locais efetivamente exercidas, torne cada vez mais indestrutível a unidade da Pátria.

Homem de partido, soube servi-los com lealdade e dedicação, mas jamais se submeteu às suas injunções, quando estas lhe pediam os sacrifícios de suas convicções ou violentavam a sua consciência. Esse conselho é de rara beleza ética, e a sua transcrição nesta hora se impõe:

A fidelidade partidária não deverá ser mais um pretexto de constrangimento cívico, para que o homem público, já sob as pressões naturalmente decorrentes da índole autoritária do regime, não fique também oprimido pelo autoritarismo dos órgãos partidários. Sei bem que o regime democrático não excluía disciplina inerente aos partidos. Na Inglaterra, Disraeli dava aos Comuns o conselho de largarem os princípios e se agarrarem ao partido: 'Dawn your principles, stick to our party.' O grande líder conservador amava a ironia e a boa frase, atributos do escritor que ele transportava para a política. Mas, lá mesmo, na Grã-Bretanha, a crítica condena esse sistema, que é o de consagrar o voto-robô.

A demagogia lhe causava engulhos. Via nela a pior das calamidades da vida pública e por isto a estigmatizava com o ferro em brasa de sua indignação cívica:

Mas os malefícios da demagogia são mais extensos, ela atinge os bons, que se deixam iludir. Envolve os desinformados, que são a grande maioria e que não têm como verificar a falsidade das promessas. Acaba dominando os próprios demagogos, que criam para o seu uso uma segunda natureza, e prometem e enganam com a mais comovente naturalidade. Com o impacto das promoções publicitárias e a intensiva emissão de *slogans*, que a prodigiosa técnica moderna ajuda, cria-se a falsa atmosfera de ideias que impede o bom uso da razão, debilita a mente e domina as multidões. E assim se prescreve a democracia, que é substituída pela sua máscara.

Político por formação e vocação, mais inclinado à generosidade e à compreensão do que à malignidade, não se iludia, porém, com os homens públicos. Eis como os classificava:

Podemos distinguir na vida pública, segundo o uso que fazem de suas ideias, três tipos de políticos: os idealistas, que assumem sempre a posição de suas ideias; os oportunistas, que só têm as ideias de sua posição, se é que têm ideias e não somente posições; os realistas, que guardam fidelidade às suas ideias e só as concretizam quando sentem que a posição o aconselha e o indicam as circunstâncias.

Um incidente na comissão executiva do antigo PSD mineiro desequilibrou as forças eleitorais, e eis Milton Campos alçado à governança do estado.

Quando candidato, eu o encontrei e lamentei que tivesse de constrianger velha amizade para submeter-me às imposições partidárias que não me permitiam colocar-me a serviço de sua candidatura. Respondeu-me com imperturbável serenidade: “Não se preocupe. O meu compromisso com a UDN é o de pronunciar 12 discursos de doutrinação democrática. Não sou candidato para ser eleito. Se houvesse a mais remota possibilidade de vitória, o candidato não seria eu.”

Meses depois, já eleito, encontramos-nos novamente. Felicitei-o e ele respondeu-me: “Não ganhei as eleições, vocês perderam-nas.” Era assim Milton Campos, simples, desprezioso, um quase fatalista.

Na direção do estado, ninguém melhor do que eu pode dizê-lo, líder que fui da oposição ao seu governo na Assembleia Legislativa, portou-se como magistrado. Foi o defensor do partido vencido e, às naturais exigências dos correligionários, respondia apelando para a lei, recusando-se formalmente à prática das derrubadas solicitadas. “O meu governo será mais da lei do que dos homens.” E desta norma não se afastou.

Relator da Constituição mineira, promulgada em 1947, como ele houvera sido da promulgada em 1935, tive com o governador vários contatos e pude verificar-lhe a preocupação de respeitar a lei, de transformar o Palácio da Liberdade em tribunal político, recusando-se a nele montar um laboratório de soluções facciosas.

Integrando o primeiro ministério revolucionário, só admitia as restrições solicitadas pela conjuntura desde que fossem transitórias, jamais compactuando com a ideia de institucionalizá-las como regras definitivas.

Este ensinamento, na vibrante atualidade do conceito e na profundidade da verdade que encerra, define o homem na estupenda afirmação do seu caráter:

Cumpra distinguir entre a revolução e o seu processo.

A revolução há de ser permanente como ideia e inspiração, para que, com a colaboração do tempo invocada pacientemente, possa produzir seus frutos, que se caracterizam principalmente pela mudança consentida das estruturas e da mentalidade dominante, seja no povo, seja nas elites. O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o Direito, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social. O que urge institucionalizar, portanto, é a revolução e não o seu processo. Essa posição ficou sendo meu compromisso com o povo mineiro que me trouxe a esta Casa.

Escravo de sua formação jurídica, sabia como é difícil fazer prevalecer as normas do Direito nos países subdesenvolvidos. Nas nações pobres o Direito vive em teoria, realmente acorrentado, tendo no geral das situações de submeter-se, quando, ao contrário, deveria impor-se. Numa época em que a sociedade se forma sobre as bases do consumo imediato, não morria nele a fé em Platão, a prevalência do espírito, a racionalização e o discernimento, a crença inarredável nos ideais de honra, liberdade e justiça.

Para ele, os valores morais se impunham numa escala ascendente. Possuindo, como poucos em sua geração, as mais altas e nobres credenciais para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal, sentiu-se moralmente impedido de provê-la, quando convidado, por haver concordado, ao tempo em que foi ministro da Justiça, com o aumento do número de membros do Sodalício Excelso.

Argui-lo de frio, indiferente e cético, é grave injustiça. Ao contrário, vivia e se identificava com o sofrimento do povo, que na sua concepção de conglomerado, de entidade viva e sujeito de direitos, constituiu-lhe uma preocupação permanente. E porque o povo assim o sentia, retribuiu-lhe, em expressivas eleições, o apreço que lhe votava.

No discurso em que aceita disputar as eleições para governador de Minas, faz uma prodigiosa profissão de fé:

É necessário que o homem de governo saiba sofrer com o povo e seja capaz de mergulhar verticalmente nas camadas profundas, para delas emergir, não com o sentimento esportivo de alívio, mas

com as apreensões de quem encontrou a verdade, e viu que a verdade é triste.

Consideramos Milton Campos uma página na nossa história, um lance nas tentativas democráticas que se repetem e um triunfo a sua existência.

Homens de tal porte enobrecem um país, dão sentido positivo à sua cultura e se tornam modelos que espontaneamente se impõem às gerações que nos vierem suceder.

A lembrança de Milton Campos há de permanecer imaculadamente pura entre nós, sobrevivendo apesar da morte, atravessando a treva, varando a noite, brilhando como a luz que ilumina os caminhos, como símbolo da democracia que foi uma das razões de sua vida pública.

# *Brasil e Portugal: homenagem a Américo Thomaz*

---

**Discurso por ocasião da visita do Presidente de Portugal, Américo Thomaz, ao Brasil.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 12-4-1972.*

O SR. TANCREDO NEVES – Exmo. Sr. Senador Petrônio Portella, preclaro Presidente do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Deputado Pereira Lopes, eminente Presidente da Câmara dos Deputados; Exmos. Srs. Senadores, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Ministros de Estado, minhas senhoras, meus senhores, saúdo V. Exa., Exmo. Sr. Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, em nome da Câmara dos Deputados do Brasil. Parlamentar do partido da Oposição, falo, nesta solenidade, em nome de todos os meus ilustres pares, circunstância que assinalo, muito pela honra que me confere, mas principalmente para evidenciar que o sentimento de afeto e admiração tributado à pátria lusitana é, entre nós, tão comum e dominante, que transpõe barreiras e unifica os brasileiros, na fervorosa devoção pelo abençoado torrão de nossas origens – este nunca assaz louvado Portugal.

A sua presença em terras brasileiras, neste instante de vibração nacional, nestas plagas americanas, que o português tenazmente descobriu para aqui ampliar-se através da língua e do gênio, enche-nos de júbilo, porque nos proporciona o ensejo de testemunhar outra vez à nobre gente lusíada o que, em estima e cultura, a sua pátria significa para nós.

Dela recebemos a fé que nos ilumina; nela se plasmou o nosso lar imenso, generoso e indestrutível, em cujo linguajar vibram sonoridades de beleza sem par; por ela nos constituímos nessa raça rija, jovem e idealista, intrépida no infortúnio, displicente nos triunfos, que traz no sangue, como nenhuma outra, o sentido da bondade e a vocação da humanidade e daí a sua aversão definitiva ao ódio e à violência, tornando-se uma poderosa força de amor, tolerância e compreensão a serviço dos mais nobres e alcandorados ideais humanos.

O estilo parlamentar, sóbrio e tão preso à ética, revestindo-se o mais das vezes da algidez dos documentos diplomáticos, limita o orador e o contém no âmbito cerimonioso dos pronunciamentos protocolares.

Mas ao falar agora a V. Exa., na gala imperecível deste momento, em mim se agitam e se agigantam as energias homogêneas e telúricas que nos acompanharam nos anos de nossa formação: o estoicismo, a bravura, a impetuosidade e o senso, nestas expressões de calor, na síntese admirável e eterna de nossa brasilidade convergente. Tantos e permanentes laços nos têm unido, nestes períodos de ampla e íntima convivência, que não seria fácil indicar a linda que separa Portugal do Brasil, porque acima das convenções se estabelece, em via ascensional, a afinidade de dois destinos, a comporem, paralelamente, uma só alma, na essência de nossas aspirações.

A sua estirpe é a da raça valorosa que não se conformou com o determinismo geodinástico, que a confinava no exíguo pedaço de chão, entre a Espanha e o mar, dentro dos acanhados limites do século XII, quando se instituiu, orgulhosamente, em unidade independente, com feição individual, após o triunfo de Ourique.

Ali, então, apenas se lançava a semente do grande reino que se edificava, e, se a Espanha o tolhia, no mar haveria de se ampliar, como quem estivesse erguendo mundos para a posteridade.

Portugal não se intimidou com os oceanos desconhecidos e ferros; com as suas velas enfunadas, abertas ao sopro da aventura perigosa, afinal os subjugaria.

A tormenta e o dano, longe de trazerem o desânimo, incutiam mais força e destemor nos mareantes da epopeia, balançando-se sobre o abismo, dentro da fragilidade das caravelas.

O século XV não arredondara seus quatro primeiros lustros e o Grande Mar já era português, desde o momento em que à vista de Porto Santo se amainaram, na primeira vitória, as naus errantes de Perestrelo.

Em um século, os triunfos se acumulando de conquista em conquista, “a brava gente” unia os oceanos.

E assim se escreveu, com sangue e coragem, a página mais bela da história do mar.

Fernando Pessoa, em versos incomparáveis, no-la evoca:

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram.  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!  
Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abysmo deu,  
Mas nelle é que espelhou o céu.

Não há, em verdade, quem não se sensibilize ao constatar como o pequenino reino, com apenas algumas centenas de milhares de almas, pôde fundar impérios de milhões de seres humanos.

A intimidade com os mares já dominados induzia os portugueses, com o seu espírito de aventura, que a fé santificava, a moldarem a geografia do futuro.

O Brasil achava-se na sua rota. Descobri-lo foi empresa de suprema ousadia, mas fatalidade inexorável. E aqui chegaram para plantar, como efetivamente plantaram, uma imponente civilização, em que as religiões convivem e se respeitam, as raças se confraternizam, os preconceitos não medram, o dinheiro não domina, sem discriminações de qualquer natureza, porque nela só se reconhece e proclama um tipo de hierarquia: a da virtude, da inteligência e do trabalho.

A descoberta assombra pelo arrojo e a coragem dos navegantes que a empreenderam, mas é na conquista e no povoamento do solo pátrio que os nossos maiores revelaram, em todo o seu vigor, a alta potencialidade do seu gênio político.

Ainda hoje os sociólogos do mundo inteiro, entre incrédulos e perplexos, se indagam como foi possível construir, sob os trópicos, tão pujante afirmação do poder criador dos homens.



É que a fé e a tenacidade dos luso-brasileiros realizaram, a cada dia, surpreendentes milagres, que desmentem as profecias da falsa ciência e destroem a visão pessimista de soturnos futurólogos.

O mundo dos séculos XVI e XVII caracterizou-se pelo ímpeto desenfreado das conquistas avassaladoras.

A vastidão de nosso litoral, escapando à vigilância precária dos capitães-mores da costa, atraía as soberanias inconformadas, e aqui bateram franceses, ingleses e holandeses.

A defesa da nacionalidade incipiente contra a voraz cobiça dos invasores, amalgamou no sofrimento, na luta, no sangue e na morte a nossa consciência de Pátria. Portugueses e brasileiros – brancos, pretos e índios – se irmanaram nos mesmos ideais, no batismo de sangue da Nação que emergia.

A voz potente de Vieira, interpretando as nossas angústias, inquietações e desesperos, repercutiu aquém e além-mar, na pregação do primeiro evangelho cívico da comunidade luso-brasileira.

Os invasores foram expulsos, e preservada para sempre a unidade de nossa formação nacional.

Portugal, porém, não se contentou em manter o que lhe reservava o Tratado de Tordesilhas e foi incentivando as entradas, apoiando as bandeiras do sonho e da audácia no rumo ao Oeste, numa exata e impressionante antevisão do futuro.

Um sentimento profundo amarrava as terras distantes, que a ansiedade indomável do bandeirante desbravava, ao empurrar para o sopé dos Andes as linhas do Tratado de 1494, promovendo assim a nossa consolidação territorial, perpétua e indissolúvel.

Coube a um brasileiro, Alexandre de Gusmão, a quem Portugal acolheu ensejando-lhe todos os títulos e posições, em rasgo genial de diplomacia, acertar com a Espanha os limites já fixados pelas andanças vitoriosas das bandeiras, e o Tratado de Madrid, explicitando o que já existia subjacentemente em nossa Pátria, criou juridicamente a geografia do Brasil, satisfazendo as aspirações dos povos impacientes da nossa terra.

O século XIX, abalado pelos ideais da Revolução Francesa, agitado pelas guerras napoleônicas, amanheceu para a nossa emancipação.

Sonho de Tiradentes, que transformou o seu patíbulo infamante no altar eterno de todas as redenções nacionais. Consequência da obra ciclópica de Dom João VI, tão injustiçado, quanto grande benemérito do

Brasil, esforço tenaz, clarividente e prodigioso de José Bonifácio, a nossa Independência haveria de encontrar em Pedro I o seu executor, resoluto e corajoso, na plenitude de sua consciência iluminada de brasilidade.

A separação se impunha. O importante, porém, é que ela tenha sido feita sem quebra da vinculação à dinastia tradicional.

Separamo-nos, mas não nos desunimos. Tanto assim que a Portugal nos honramos de haver dado uma rainha brasileira, Maria da Glória, e nos orgulhamos de ver o nosso Pedro I, projetado diretamente na sua história, como Pedro IV.

Dos dois qual o maior – Pedro I ou Pedro IV?

Ambos se igualam em bravura, patriotismo e na fidelidade aos sentimentos luso-brasileiros.

Aqui chega V. Exa., presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, trazendo para o culto permanente de nossa devoção cívica os despojos de nosso primeiro Imperador – Pedro I – que é para nós um símbolo, o selo que uniu corações e terras da comunidade luso-brasileira.

Miragem de alguns impenitentes visionários, figura de retórica de cansativos discursos, a nossa comunidade, mercê de Deus, vai se decantando no curso do tempo e assumindo os contornos claros e inequívocos de uma realidade viva, majestosa e palpitante. Nossas duas pátrias estão hoje mais unidas do que nunca. A mesma crença e a mesma alma, a mesma língua, o mesmo patrimônio histórico-cultural, os mesmos ideais e agora os mesmos direitos. Somos cidadãos de duas pátrias, caso único na história dos povos.

Esta Casa recebe V. Exa. com toda a vibração de sua alegria e se honra em recebê-lo.

Militar e estadista, profundo conhecedor dos problemas do seu país e dos problemas cada vez mais complexos de nossa atormentada época, situa-se V. Exa. na galeria dos grandes líderes do mundo contemporâneo.

A sua passagem pela presidência da Junta Nacional da Marinha Mercante, no período árduo da guerra, entre 1940 e 1944, e a sua notável gestão no Ministério da Marinha, já mostravam o administrador esclarecido e dinâmico, mas sobretudo o homem de Estado superiormente dotado para as tarefas penosas, difíceis e delicadas da chefia do Estado português.

Alçado às culminâncias desse alto posto, não há quem não veja em V. Exa., cercado do respeito e da amizade do seu povo, o timoneiro

arguto, enérgico e prudente, cuja luminosa visão se perde nos horizontes imensos de sua pátria, que abrangem todos os mares e continentes, no intrincado contexto de incógnitas, que é o angustiante mundo atômico em que vivemos.

Este momento viverá fulgurante nos nossos fastos, como um dos seus instantes maiores, porque, vendo-o, como nós o vemos, sentimos diante de nossos olhos a terra de Portugal, na eternidade de sua história, na grandeza do seu destino e na constância dos seus sentimentos.

# *Drummond: Minas Gerais e a poesia*

---

## **Discurso em homenagem ao septuagésimo aniversário do poeta Carlos Drummond de Andrade.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 1º -12-1972.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o septuagésimo aniversário de Carlos Drummond de Andrade passou sem que a Câmara dos Deputados se somasse às celebrações que, em todos os quadrantes da Pátria, lhe foram prestadas. As últimas eleições, levando os deputados às suas comunas para cumprirem o maior dos seus deveres, qual seja o de propiciar a legitimidade do poder na fonte genuína da vontade popular, esvaziaram a Casa, não lhe permitindo registrar, nos seus Anais, condignamente, o singular acontecimento, tão eloquentemente festejado em todo o País, com justa repercussão além de suas fronteiras.

Redime-se, hoje, da omissão involuntária, destinando-lhe esta sessão de homenagem. Não fora assim e a Câmara dos Deputados se situaria no desapareço da inteligência brasileira e, o que é pior, teria cometido inqualificável atentado à nossa cultura.

Nunca fui e não sou dos raros privilegiados que participam do convívio de Carlos Drummond de Andrade. Não o conheço, nem mesmo de um encontro fortuito ou de um aperto de mão convencional. Para ser mais exato – por estranho que pareça – jamais o vi pessoalmente. No entanto, nestes últimos quarenta anos, ele tem sido uma presença constante e amiga para a minha sensibilidade, através de sua obra que admiro e amo, como, de resto, acontece com toda minha geração, tocada pelo ímpeto contundente de sua poesia, e estranha e misteriosa, em que tumultuam, na sua grandeza e miséria, os mais profundos e desconcertantes sentimentos humanos, poesia que faz dele o maior dos nossos poetas vivos. Sua mensagem, que empolga pela sua beleza e fascina pela força de sua filosofia, arrebatava espíritos e corações, no verso denso e escorreito, na conciliação do local com o universal, do terno com o trágico, da ironia

sem ódios com a generosidade sem pieguice, porque ele sempre foi e é, acima de tudo, humano, profundamente humano.

Saudamos em Carlos Drummond de Andrade não apenas o artista intenso e justamente celebrado, onde haja espírito e sensibilidade, mas igualmente o homem admirável, digno e reto, que assumiu consigo o difícil compromisso de ser autêntico. Esta fidelidade a si mesmo, esta coerência com seu modo de ser e de agir fizeram dele um modelo de decência, de singular comportamento não só moral quanto estético.

Não sei se será fora de propósito dizer que nós, mineiros, somos, por índole e por natureza, doentiamente barrocos, amando a frase na sua sonoridade, no seu efeito lato, a imagem no seu brilho, a expressão na sua forma e a forma no seu conteúdo. Se é certo que a oratória está em decadência, ela, em Minas, persiste como das tradições mais fiéis de nossa cultura. Ouvir um orador é deleite que, lá, nas terras das Alterosas, embora vivamos numa fase objetiva e acelerada da História, não se despreza. Amamos, é verdade, as tiradas longas, a metáfora, o rebuscado polido da construção. Desde cedo nos acostumamos ao corte assimétrico e floreado que compõe a crista de nossas montanhas. A filigrana nos atenta e atrai.

Domina-nos irresistível vocação artística, que em nós madrugou tão logo nossos antepassados adquiriram a consciência de sua força criadora, quando, então, as Minas exuberantes proporcionavam uma cultura. E, isto, em todos os ramos da arte.

Nas letras cintilavam os vultos da escola mineira, tão vivos de talento, alimentados no classicismo, bebidos no academicismo, pastores bucólicos a vagarem por entre as canharas e as planícies de uma Arcádia imaginária. O nativismo os inspirava e de suas almas simples transbordavam temas genuinamente nossos.

As guerras dos Sete Povos das Missões dão a Basílio da Gama o seu poema *Uruguai*, enquanto no *Caramuru*, de Santa Rita Durão, lá está a forte, selvática, nativa beleza de Moema, predecessora, na ordem cronológica, de sua irmã, Iracema, a dos lábios de mel. Tão apaixonados nativistas, aqueles cândidos árcades, que trocam a suave convivência com as musas pela incerteza de uma conjuração fatal.

O século de ouro não vê cultivar-se em Minas apenas as letras; suas igrejas, num fervor de fé, enchem-se dos sons de uma música pura, transcendente, das mais belas da época, com nomes que brilharão nas

mais exigentes cortes europeias, nos serões de então, como os de José Emerico Lobo de Mesquita, Marcos Coelho Neto, Francisco Gomes da Rocha e do padre José Maria Xavier.

Na pintura resplandeceria a encantada capitania das Gerais: suas igrejas, nos seus tetos apainelados, nas suas portas almofadadas, nos seus oratórios esmerados, nos balcões dos púlpitos, conservam as pinceladas de Manoel da Costa Ataíde, até que, afinal, aparece, riscando e esculpindo para a eternidade, o gênio rústico e soberanamente incomparável do Aleijadinho.

Com a literatura, a música, a pintura, a escultura e a arquitetura grave dos nossos monumentos, os mineiros – relevai-me que vô-lo diga – criaram uma civilização perfeita. Nasceria, em consequência, uma mentalidade mineira, e ninguém a encarna com tanta precisão do que esse incrível Carlos Drummond de Andrade.

Nele – atentai para este ponto – não existe um acanhado pensamento provinciano, porque o Drummond de Itabira, o Drummond de Minas, é uma partícula universal da arte. Universal pelo destino, pela consciência e pela vocação.

Foi dentro de Minas, na sua Itabira férrea, que se galvanizou seu universalismo, com uma dimensão que abrange todos os sentimentos, capta os movimentos do mundo e os transforma em poemas que encantam, comovem e consolam.

Drummond resume e sintetiza a atividade mineira na sua essência, na sua razão de ser, de existir e, sobretudo, o que nos parece essencial, de coexistir.

Drummond é essencialmente mineiro e tão apaixonado que Minas surge na sua obra com uma constância comovente, atingindo as proporções de um culto.

Primeiro, Itabira, a evocação, os afetos do coração:

Uma rua começa em Itabira que vai dar no meu coração.  
Nessa rua passam meus pais, meus tios, a preta que me criou.

Não é só a família que acompanha o poeta na sua saudade, Itabira também, de ferro, nas entranhas e nas calçadas, colocada na parede numa fotografia, o machuca, o fere:

Mas como dói.

Drummond universal, vertido em idiomas, lido, comentado em universidades, tema de teses, discutido nas cátedras dos continentes, sente a nostalgia das Gerais, de seus ares, de sua gente, de suas casas, de suas ruas compridas, tortas, e pede:

Espírito de Minas me visita  
conserva em mim ao menos a metade do que fui de nascença e  
a vida esgarça.

No *Colóquio das Estátuas*, página das mais belas da nossa língua, que as antologias mais exigentes não podem dispensar, retratando, numa conversa fantástica, os profetas que a inspiração divina do Aleijadinho plantou no adro do Santuário de Congonhas, como que se interpretando, escreveu:

Assim confabulam, os profetas, numa reunião fantástica, batida pelos ares de Minas. Onde mais poderíamos conceber reunião igual, senão em terra mineira, que é o paradoxo mesmo, tão mística que transforma em alfaias e púlpitos e genuflexórios a febre grosseira do diamante, do ouro e das pedras de cor? No seio de uma gente que está ilhada entre cones de hematita e, contudo, mantém com o universo uma larga e filosófica intercomunicação, preocupando-se, como nenhuma outra, com as dores do mundo, no desejo de interpretá-las e leni-las? Um povo que é pastoril e sábio, amante das virtudes simples, da misericórdia, da liberdade – um povo sempre contra os tiranos, e levando o sentimento do bom e do justo a uma espécie de loucura organizada, explosiva e contagiosa, como o revelam suas revoluções liberais?

São mineiros esses profetas. Mineiros na patética e concentrada postura em que os armou o mineiro Aleijadinho; mineiros na visão ampla da terra, seus males, guerras, crimes, tristezas e anelos; mineiros no julgar friamente e no curar com bálsamo; no pessimismo; na iluminação íntima; sim, mineiros de cento e cinquenta anos atrás e de agora, taciturnos, crepusculares, messiânicos e melancólicos.

Srs. Deputados, longe de mim a pretensão de fazer, nesta tribuna, a crítica literária e o estudo linguístico da obra do poeta. Tento, apenas,

uma homenagem ao homem que se dedicou às letras com a fé de um enclausurado.

Desponta Drummond num instante de transição da inteligência brasileira cansada de imitar, desejosa de libertar-se de regras enfraquecidas, insistindo em ser realmente nacional, e temos, então, o modernismo em todo o seu esplendor.

Foi o iconoclasta arrojado e consciente de velhos tabus literários, investindo, com a temeridade dos pioneiros, contra as fórmulas ocas e os medalhões superados.

Um autêntico revolucionário – observa Álvaro Lins – que quer permanecer ao mesmo tempo fiel às exigências de sua arte; um ser humano que deseja identificar-se com os problemas populares, sem o abandono de sua personalidade artística, que é de caráter aristocrático.

A partir de sua estreia, sua posição tem sido uma só, invariavelmente uma: a convicção de que à parte se serve com exclusividade. Daí a justiça do conceito de Péricles Ramos: “A história de sua poesia é a história de uma longa construção.”

E Carpeaux, com sua autoridade imensa, assinalaria:

Nenhum outro poeta moderno provocou discussão tão apaixonada, seja dos admiradores, que lhe interpretam de maneira diferente a poesia, seja dos “conservadores”, que o escolheram como alvo de ataques: discussões que não passam de sintomas de forte influência exercida pela originalidade e personalidade do poeta, hoje quase geralmente reconhecido como o maior do Brasil.

Em prosa ou em verso, Drummond é o poeta, simplesmente poeta. Qualquer tema burilado pelas suas mãos adquire o tônus que emociona e o brilho que deslumbra:

Cantiga do amor sem eira  
nem beira,  
vira o mundo de cabeça  
para baixo,



suspende a saia das mulheres,  
tira os óculos dos homens,  
o amor, seja como for,  
é o amor.

Dos temas mais simples, ele passa às construções que arrebatam pela imponência e a grandiosidade do belo, diluídas no sofrimento, argamassadas na tragédia ou ungidadas de ternura e revestidas de calor humano, que rompe de seu coração, como lavas de um vulcão.

Sua poesia, às vezes, à primeira vista, assusta:

Tinha uma pedra no meio do caminho...

Um minuto depois, acabamos todos, afinal, por compreender que na vida de cada um há sempre uma “pedra” que se lhe esbarra pelo caminho, angustiando-o, fazendo sofrer, gerando-lhe frustrações, trazendo-lhe a agonia dos sonhos desfeitos ou dos ideais mutilados. Por isso mesmo, vão se fixar na vida de todas as “retinas tão fatigadas”.

Ele, escreveu Vinícius de Moraes, é o único poeta brasileiro de dimensão universal. Isto faz dele... nosso maior poeta de todos os tempos, não só pela importância do que ele diz, como pela nitidez com que ele vê... é o poeta da recôndita ternura... Carlos Drummond: um diamante cujo carvão ainda alumia do íntimo, a ternura humana ao mesmo tempo ardente e fria.

Em prosa a sua fecundidade espanta através de assuntos que sua mão de mestre remoça com agilidade, indo buscá-los no cotidiano, dando-lhes uma graça que cativa e encanta.

Escreve ensinando. O seu estilo terno, seco e preciso reflete, na sua pureza, a sua individualidade sem trincas. Capta, de relance, no tumulto febricitante da vida moderna, os aspectos mais salientes das ocorrências, no que têm de dramático ou de risível, para reprová-los e condená-los no vigor de sua pena molhada em sangue ou para provocar o sorriso e a galhofa, quando ridículos.

Sua condenação constrói e sua ironia não fere, porque desprovida de crueldade.

É, sem favor, o píncaro mais alto e solitário de nossas letras.

Tristão de Ataíde, que todos veneramos, não sabe onde começa o poeta e acaba o prosador: “Tanto é mestre no verso como na prosa.”

Bandeira – e basta o nome – tão estremecidamente nosso, irmão também de Drummond, modestamente diz:

Para dizer a verdade  
o nome que invejo a fundo  
é o de Carlos Drummond de Andrade.

No poema de abertura do seu primeiro livro, Drummond imagina ouvir a voz fantástica de um anjo, que, por ser torto, só poderia estar desgarrado do bando celeste a lhe recomendar:

Vai, Carlos, ser *gauche* na vida.

Felizmente, o anjo falou por conta própria e errou no seu prognóstico. “Essa ordem, acentua Josué Montello, o mestre, na realidade, não cumpriu, antes, esplendidamente, a contrariou, na unidade de uma existência vitoriosa, toda ela consagrada à sua vocação literária.”

O poeta, em verdade, nunca foi um *gauche*. As matrizes do seu talento de predestinado, ao invés de *gaucheries*, deu-nos obras-primas, com a irradiação e o fascínio das estrelas e, como as estrelas, com um brilho que jamais se apagará.

O analista frio, o implacável racional que ele é, não conseguem eliminar do seu ser o capital imenso – o único que possui – de compreensão, ternura, esperança, beleza, humanidade e justiça...

Sem qualquer contrafação, cedendo apenas à espontaneidade de sua natureza, pôde cantar:

Mundo vasto mundo  
mais vasto é meu coração.

Nestes versos simples e despretensiosos, talvez sem o saber, ele fundiu, no ouro da sinceridade, sua legenda mais bela.

Personalidade a mais forte de nossa poesia no cenário da literatura universal, expressão “mais única do que rara” do mundo intelectual

brasileiro em todos os tempos, mineiro da melhor cepa, é para ele que voltamos, nesta hora em que o sol parece haver se eclipsado para as terras das Gerais:

Minas  
teimoso lume aceso  
mesmo sob cinza,  
Minas Acesita  
Minas Usiminas  
Minas Ipatinga  
Minas felina  
a custo ensaiando  
o salto da serra  
bem alto,  
o romper das algemas  
mais férreas que o ferro,  
no rumo certo  
do Intendente Câmara  
Minas que te miro  
desprezando os prazos  
de imemoriais atrasos  
de leve batendo à porta  
da era espacial,  
Minas tório urânio  
Minas esperança  
Minas detectando  
o sinal  
sob a tibieza dos homens  
e o parangolé da retórica  
Minas mineiramente  
Gerais Gerais  
auriminas  
turmalinas  
diamantiminas  
muito abaixo da mais uterina  
Minas recôndita  
luzindo  
o cristalino espírito de Minas.

Num dos seus versos, o altíssimo poeta, como que se tranquilizando, disse:

Meu verso é a minha consolação.

Nós sabemos, acatamos e respeitamos, mas deixai-nos dizer:

Teu verso é a nossa alegria.

Gilberto Freyre disse, com exatidão:

Cabe ao Brasil reconhecer a grandeza de seus homens comuns e proclamá-la. Dar graças a Deus por lhe ter dado um Carlos Drummond.

A ele, pois, a calorosa e sincera homenagem da Oposição nesta Casa, a voz pobre, apagada e oprimida do Movimento Democrático Brasileiro, que se junta ao coro das vibrantes comemorações, que, ao ensejo da estupenda juventude dos seus 70 anos, orgulhosa e reconhecida, lhe presta a Pátria por ele engrandecida.

## *Elogio a Augusto Viegas*

---

**Discurso em homenagem póstuma a Augusto Viegas.**

*Câmara Federal.*

*Outubro de 1973.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, frequentes vezes no curso das legislaturas, corre-me o dever, como representante de meu estado, de ocupar a tribuna da Casa para o elogio que mereceram os homens públicos de nossa terra, aqueles que já se foram deste mundo, deixando, no entanto, magníficos exemplos dos padrões morais que perfilharam, que lhes nortearam a existência, transformando-os, afinal, em luzes de um roteiro de inflexível civismo.

Estas homenagens se enquadram perfeitamente na linha de nossa formação, sempre prontos, todos, ao culto do líder; o tipo que, em todos os países, se eleva pela circunstância da morte e se converte num patrimônio comum.

Os tributos com que os destacamos, por uma lógica exata, encerram o juízo de uma geração sobre a outra, o pensamento harmônico e uniforme sobre aqueles que puderam, com inteligência e devotamento, dedicar-se inteiramente ao povo, servindo-o, sem dele se servir.

Os homens que se distinguem como expressões de uma escolha popular, selecionados pela única fonte legítima do poder, que é o voto, e se impõem pela nobreza das atitudes, adquirem, é certo, aquele encantamento surgido depois da morte, como dizia Guimarães Rosa, e perdem, por isso mesmo, as características regionais, acabam como expressões nacionais na forma diáfana de uma mensagem.

Este, meus senhores, o caso de Augusto Viegas.

Confesso a V. Exas. que jamais, como em qualquer outro momento de minha carreira parlamentar ou política, senti emoção tão teluricamente forte como esta que ora me domina.

Não me é fácil, sem ferir as fibras mais sensíveis de meus sentimentos, falar sobre esse homem admirável que se chamou Augusto Viegas.

Não me toma, por inteiro, a emoção fugaz de um instante, ocasionada por uma reação de surpresa ou por um impulso genuinamente

pessoal: todo o meu ser se exalta agora que aqui venho prantear a figura singular, honesta, sóbria e digna, que já se foi do nosso convívio.

Ao chegar a esta tribuna, que também foi dele, angustia-me a tristeza de o haver perdido, mas consola-me, num olhar retrospectivo, empolgar-me nos exemplos de uma existência tão cheia de ensinamentos e de beleza que veio a constituir a lição imperecível que nos legou.

Conheci Augusto Viegas de perto e muito, na intimidade do seu ser, na fulgência de seu espírito e na pureza dos seus sentimentos, encarnando o vulto invulgar de uma dessas pessoas que, como os cavaleiros medievais, deixavam por onde andassem a marca de seus passos.

À sua sombra eu me criei, admirando-o e me esforçando por imitá-lo, sentindo a cada dia, na sucessão dos anos, a projeção de sua imensa personalidade no cenário e nos acontecimentos que fizeram a história do meu estado nestes últimos decênios.

Antes de ser atraído pela política, exerceu a advocacia com irrepreensível dignidade, extraordinária competência, cultura e devotamento, consagrando-se como um dos mais notáveis profissionais do Direito no seu tempo, em Minas Gerais.

Os seus trabalhos de crítica e interpretação dos fenômenos jurídicos, publicados nas revistas especializadas, granjearam para o seu nome a admiração e o respeito de juristas e magistrados, que não raro se valiam de seus estudos para ilustrarem os seus pareceres, arazoados e julgados.

Orador cintilante, a sua presença na tribuna dos pretórios era sempre um acontecimento marcante nos anais de nossa vida judiciária, em que através da mais alcandorada eloquência ele revelava a esmerada formação e a notável erudição jurídica de um autêntico jurisconsulto.

Foi até às vésperas de sua morte, ao contar 94 anos de fecunda e honrada existência, um infatigável paladino do Direito, patrocinando a lei com a serena tranquilidade de um sacerdote na prática de um ato litúrgico e reivindicando a justiça com a bravura resignada e silenciosa de um apóstolo a serviço de sua fé.

O Direito nunca foi para ele um expediente, uma rotina ou apenas uma ciência, mas um culto. A Justiça, uma religião, e a lei, a sagrada expressão da consciência humana.

Serviu ao Direito, submeteu-se à Justiça e jamais prevaricou em face da lei.

Mais velho do que o século, Augusto Viegas surgiu para a política no tempo em que Minas resplandecia na vida pública nacional com todo o fulgor da força moral e intelectual de seus filhos ilustres.

Conheceu os altos e baixos da atividade cívica. No poder era humilde, conciliador e humano. Não se deixava dominar pela soberba. Na oposição era digno, viril e intemerato. Não se deixava abater pelos reveses.

No poder ou na oposição era sempre o mesmo homem: íntegro e compreensivo, sem ódios e sem paixões, respeitador e respeitado.

Por isso mesmo, pela sua admirável capacidade de englobar os fatos numa única visão, jamais foi um caráter que se comprazesse com a imposição: mandar, ordenar com autoridade, usar da força, compactuar com arbítrio; não entrava na composição do seu temperamento. Tudo nele fluía de uma excepcional bondade e confluía para uma conciliação bem mineira, feita de prudência, isenção e altiva serenidade.

O seu código de ética se resumia em desprender-se para pertencer à causa, ao amigo, à paixão com que, a uma e a outro, sabia defender. Filosofia cristã que sempre o orientou e o levava a afirmar-se na identificação absoluta com o povo e a terra, a terra do povo, se fixando no complexo de todos os problemas.

A sua atuação na vida pública de nossa Pátria seria, pois, uma imposição de sua consciência. A ela se dedicou incondicionalmente, num devotamento sem tréguas, que nem mesmo o avançado dos anos conseguia arrefecer os seus ímpetos de fé e confiança na grandeza dos nossos destinos.

Constituinte duas vezes: em 1934 e 1946. Deputado em várias legislaturas. Secretário de estado. Chefe do Executivo do Município de São João del Rei por longo período, nunca soube distinguir no serviço do povo a hierarquia dos postos, e a todos exercitou com a mesma flama cívica, o mesmo senso de responsabilidade e o mesmo ardor democrático.

Parlamentar, sempre se impôs pela austeridade, eficiência e zelo com que cumpriu seus mandatos. A sua contribuição na feitura de duas de nossas Constituições foi das mais expressivas.

Membro da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, deixou nos seus pareceres a marca inextinguível do seu talento e a decidida e constante colaboração do seu inigualável espírito público para o aprimoramento de nosso sistema legal, na sua luta incessante em prol da justiça social e da elevação dos padrões morais e intelectuais do nosso povo.

Assumindo em fase atormentada a Secretaria das Finanças em Minas, a todos surpreendeu pela atualidade em que tinha os problemas econômicos do estado. Conhecimentos ecléticos, profundos e bem especificados.

Em poucos dias, preparou um esquema de trabalho que durante muito tempo serviu de suporte à recuperação econômica de Minas. A sua gestão, marcada por decisões e medidas de envergadura, ainda hoje é recordada por sua larga e iluminada visão, os exemplos de resistência na defesa do erário, na invulnerável probidade com que se desincumbiu do pesado múnus.

Servidor do povo ele o foi, como poucos o têm sido entre nós. Foram 90 anos de dedicação sem reservas, absorvente e absoluta à nossa gente. Viveu esquecido de si mesmo para melhor servi-la. Foi o líder sem ódios e sem ressentimentos, o conselheiro de palavra prudente e esclarecida, o mentor seguro e equânime, o amigo inexcedível na lealdade, o primeiro na luta e nas provações, o último nas festas e nos banquetes.

Com a sua morte, quebrou-se uma das mais nobres existências. Era uma imponente estrutura humana, em que não se sabe o que mais admirar, se a harmoniosa coerência entre o pensar, o sentir e o viver, ou se a edificante beleza moral que nela se encerra.

A renúncia foi o seu lema e o seu brasão. Podendo ocupar as mais altas posições, sempre as renunciou. Mesmo quando era legítimo reivindicá-las, por modéstia e desprendimento não o fazia. Convocado a ocupá-las, recusava-as, salvo quando a recusa se lhe afigurava uma deserção ao dever. Os bens de fortuna não o fascinavam. A sua propecta existência foi um permanente ato de renúncia. Renunciou a tudo: poder, considerações e riquezas. Só não renunciou à dignidade de sua consciência, que manteve imaculada e inacessível em todos os minutos de sua vida. Com ela não fazia concessões, não transigia e não transacionava. Era o escudo infrangível de sua espartana bravura moral.

No último quartel de sua existência enclausurou-se em São João del Rei, terra do seu coração e a sua mais enternecida afeição.

Augusto Viegas e São João del Rei se irmanaram, num símbolo, se fundiram e de tal forma se identificaram que não se sabia ao certo onde acabava e começava Augusto Viegas e a veneranda urbe.

Aquela cidade de poesia e encantamento é a prodigiosa inspiradora de seus atos e está presente em todos os instantes de sua vida.

Em qualquer parte onde esteja não lhe esquece o perfil, recortado pelos morros, pelas suas colinas, ou silhueta majestosa de suas igrejas,



os casarões repletos de lendas, ou o risco sinuoso e grave de Aleijadinho: procura escutar na hora da procissão as vozes dos sinos que ecoam dos seus campanários bicentenários.

A São João del Rei se entrega com amor apaixonado e ciumento de um romântico ardoroso. Escreve-lhe a história – *Notícia Histórica de São João del Rei* – trabalho em que o historiador, paciente na pesquisa, honesto na interpretação, fiel aos fatos, corre parelhas com o estilista de frase tersa e cristalina, evidenciando no cronista o primoroso humanista, por sólida cultura clássica.

Nele, a minha velha e sempre nova São João del Rei se revia orgulhosa de possuí-lo, na inteligência poderosa e fulgurante, no coração, escrínio de santas e heroicas virtudes, e na intrepidez do seu caráter inamalgável.

Deixou gravadas para sempre as garras do seu devotamento em todos os setores de pensamento e atividade que fazem da minha terra uma das mais nobres e belas de nossa Pátria.

Nos seus monumentais templos religiosos, que preservou e engrandeceu, nas suas instituições hospitalares, que ajudou e serviu, nos seus educandários, cujos níveis intelectuais tanto elevou, nas suas indústrias, que incentivou e estimulou, nas suas ruas e praças, que urbanizou e embelezou, em suma, a presença do seu espírito é uma constante em todas as iniciativas e movimentos que, nestas últimas décadas, tornaram a cidade de Tiradentes e Bárbara Heliadora mais digna, mais culta, mais bela, mais humana e respeitada.

Nesta hora em que o evocamos com saudade e admiração, nós o veremos, através das perspectivas da morte, nas proporções exatas que sempre indicaram os parâmetros de sua estrutura moral: a decência, a honradez, o amor à causa pública.

E os homens dessa têmpera, no vaticínio do salmista, “não vão todos à sepultura: na memória dos homens vive e dura”. Das suas cinzas fulge a luz que clareia, o exemplo que dignifica e o ensinamento que enaltece.

Augusto Viegas, o brasileiro ilustre, mineiro sem jaça, são-joanense impoluto, meu amigo e meu mestre, é desses lumes que jamais se apagarão na lembrança dos que o conheceram e na admiração dos que com ele conviveram.

Ele foi um raro exemplar humano: engrandeceu o nosso estado e honrou a Pátria.

# *Dor nacional: falecimento de Juscelino Kubitschek*

---

## **Discurso sobre o falecimento de Juscelino Kubitschek.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 15-9-1976.*

O SR. TANCREDO NEVES – Crescemos, fortalecemo-nos e nos dignificamos sempre na linha da generosidade cristã, no respeito do direito, no culto da liberdade, sem a qual as nações se transformam em imensos campos de concentração e os povos se estiolam no medo, na covardia e na mediocridade.

Com o advento da República, Rui Barbosa retoma os princípios fundamentais da nossa história. Com o seu gênio político, com o seu verbo potente e a intrepidez do seu caráter, incendeia a alma nacional contra os perigos da violência, contra as deformações da força e, sobretudo e principalmente, nos deixa a lição imortal, que penetrou a consciência da Nação e nela se cristalizou, dos tribunais íntegros e livres, da submissão à lei e, acima de tudo, do horror a todas as formas de tirania, que se extravasam sempre na intolerância, na opressão e no sangue.

A Primeira República – e o afirmo sem nenhum demérito para os ilustres varões que a presidiram com honra e patriotismo – foi Rui Barbosa. Quando ele morre, ela também se exaure e perece, extinguindo-se num melancólico crepúsculo de vil e apagada tristeza.

E rompe 1930, uma alvorada redentora, uma clarinada de fé e civismo, uma mensagem de esperança em todos os corações, trazendo, no bojo dos acontecimentos de um mundo convulsionado e em crise, a figura consular de Getúlio Vargas, que, com a fascinação de sua forte personalidade, haveria de dominar o cenário histórico do seu tempo.

O voto secreto e a Justiça Eleitoral, a Petrobras, Volta Redonda e Eletrobrás, a Força Expedicionária Brasileira e os seus feitos heroicos e, acima de tudo, a renovação social do Brasil são vigorosas e definitivas dimensões de cultura, força e grandeza que se acresceram ao patrimônio de nossa civilização.

Eclode a guerra, qual um dilúvio apocalíptico de sangue, fogo e ferro, como se fora um imenso e incansável Moloch, de fauces hiantes a devorar implacavelmente os valores de uma civilização perempta, que se avelhantara e se degenerara na impiedade, no egoísmo, na mentira e na injustiça.

Em meio a esse cataclismo gerado nos conflitos ideológicos, quando o mundo desarvorado parecia mergulhar, dilacerado, em meio da hecatombe, os numes tutelares da Pátria convocam Juscelino Kubitschek de Oliveira para comandar-lhe os destinos.

Não vou traçar a biografia esquematizada do grande brasileiro. Outros já o fizeram com a acuidade e o brilho de que eu não seria capaz, e muitos outros ainda o farão. Limitar-me-ei apenas a assinalar que de todas as etapas de sua existência irradia-se uma mensagem que enobrece e dignifica a vida: do menino pobre de Diamantina vem-nos a fé no futuro; do jovem que atravessava a madrugada sobre um aparelho telegráfico remonta a confiança no trabalho; do médico humanitário fica-nos o amor ao próximo, e, do estadista, a lição indelével da servidão cega à Constituição, da dignidade humana elevada à santidade de um dogma, do culto à liberdade, metamorfoseada em religião, que não se apostata impunemente.

Prefeito de Belo Horizonte, oprimido pela angústia dos recursos financeiros, supre, com imaginação e inteligência, a deficiência dos meios, fazendo da então apagada e obscura capital sertaneja, um centro de trabalho intenso, de estudos sérios e de desenvolvimento artístico.

A urbanização e o embelezamento da Pampulha, com a sua primorosa e pioneira igreja, são hoje expressões universais do poder criador de artistas desconhecidos na época, mas agora consagrados mundialmente, que atendem pelos nomes de Lúcio Costa, Portinari, Ceschiatti e Santa Rosa.

Era um novo Midas, transformando em ouro, ao toque do seu talento privilegiado, o cascalho duro e informe daquela cidade triste e desconfiada.

Governador de Minas, na sucessão dos dias, meses e anos, de um labor infindável, caracterizou-se pela nobre ambição de tudo fazer para eliminar e reduzir o sofrimento do povo, dando-lhe educação, hospitais, estradas e energia. Não postergou a tradição, mas a ela não se escravizou. Revolucionou, renova, inova, constrói e destrói, conseguindo milagres

verdadeiramente surpreendentes do seu binômio: energia e transporte. E de tal forma se houve no Palácio da Liberdade que o volume das suas realizações e as proporções extraordinárias da sua obra projetaram-no em todos os recantos do Brasil, que passou a ver no governo de Minas um homem público lúcido, presente e atuante, dos maiores do seu tempo.

A sua caminhada para o Catete foi uma epopeia, uma batalha sem tréguas, uma travessia desassombrada por terreno minado, que a qualquer outro teria desanimado, menos a ele, que possuía a fibra indomável de um gladiador.

A campanha que os adversários lhe impuseram foi das mais ásperas, duras e violentas. No rádio, na imprensa escrita, na televisão, nas tribunas parlamentares, nada lhe foi poupado. Não houve expediente, dos mais torpes aos mais desumanos, que não fosse posto em prática. Era um deliberado acender de fogueiras. Vetos, cédula única, maioria absoluta, a intimidação do devassar impiedoso e inescrupuloso da sua intimidade, mas ele, nem mesmo no paroxismo da luta, quando mais cortantes eram as contumélias, mais contundentes as injúrias, mais infames as calúnias, se deixou atormentar pela paixão ou pela irascibilidade, não admitindo sequer pudesse perder a linha de sua elevada compostura; e, como aquele mar que Xerxes chicoteou, continuava imperturbável e impassível, tranquilo com a sua consciência, intimorato com o seu coração.

Todos nos lembramos dos primeiros dias do seu governo. O estado de sítio amortilhava a Nação, como medida extrema para conter o delírio dos inconformados e impedir a proliferação das maquinações do terrorismo impenitente. A Nação sangrando e dividida em campos nitidamente caracterizados. Crise econômica, crise política, crise militar. Os mais otimistas vaticinavam: governo agitado, legalidade ameaçada.

Eis que se revela o estadista, em toda a sua plenitude, e o gênio político na força de sua capacidade. Os que nele esperavam vinditas e represálias se surpreendem e se decepcionam. Suspende, por iniciativa própria, no mesmo dia de sua posse, o estado de sítio, restaura as franquias legais, devolve à imprensa e aos veículos de comunicação os instrumentos da liberdade. Cinco anos de trabalho, de estabilidade, de prática ileisa da democracia. A paz interna, a prosperidade. Legislativo e Judiciário intocáveis na sua majestade, imprensa solta e o prestígio internacional que ele consegue, através do respeito inapelável à voz das

urnas e da diuturna vigilância e zelo na observância do exercício do sagrado direito do homem.

Seria fastidioso descerrar as monumentais realizações de Juscelino Kubitschek de Oliveira na Presidência da República. E não apenas fastidioso, de todo desnecessário, porque elas estão gravadas, em letras de fogo e para sempre, na gratidão nacional. Mas não se pode falar de Juscelino Kubitschek de Oliveira sem falar de Brasília, o que seria uma omissão imperdoável.

Concepção nacionalista dos primórdios de nossa história, devaneio dos inconfidentes, visão alucinada do patriarca, sonho de inspiração divina de Dom Bosco, mandamento imperativo de todas as nossas Constituições, haveria de encontrar, no garimpeiro de Diamantina – sonhador temerário e ousado – as mãos ciclópicas para plantá-la e chantá-la nas regiões abandonadas no nosso Planalto Central, como âncora da nacionalidade, e lhe apontar permanentemente os horizontes sem fim da esperança.

Lutou e muito sofreu para construí-la. Teve de enfrentar pressões internas e externas, insuportáveis. Quando se viu só na sua determinação, apelou para o candango, em cujos músculos, como avatar, se alojara o arrojo dos bandeirantes.

Já se disse que as catedrais medievais não teriam sido levantadas se a fé católica, viva e forte, não morasse no espírito dos seus obreiros. De Brasília, parodiando, poder-se-á dizer o mesmo: ela teria sido um fracasso oceânico, um himalaia de frustrações, se o coração ardente do candango, com todas as suas veras não se sintonizassem com a fé, a coragem e a decisão de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Brasília foi, no passado, o seu desafio, hoje é a sua afirmação e amanhã há de ser o marco eterno de sua glória.

Esta bela capital é o cadinho onde se acrisolam as esperanças mais puras da sua nacionalidade, a forja imensa onde se retemperam as energias da brasilidade, o mais alto monumento artístico de uma raça e o atestado inequívoco da determinação de um povo.

Cassaram-no, é verdade. Baniram-no da vida pública. Os vilipêndios que amarguraram os últimos anos de sua vida não o abateram, nem o diminuíram, ele cresceu no coração do povo. Na sua humildade cristã, ele encontrou a força da altivez e da honra para enfrentar e suplantar as maquinações do ódio.

Os interrogatórios inquisitoriais não demoliram o seu ânimo. As ameaças do terror não o amedrontaram. Mas no exílio ele se entibiu e sofreu. A saudade da Pátria distante e o pavor de que não pudesse mais revê-la angustiavam-no e penetravam no seu coração como uma agonia. De Nova Iorque, ele escreve a um amigo palavras resumidas de dor e de sofrimento. Ouçamo-lo:

O dia de Natal amanheceu triste. São duas horas da tarde e a noite já cobriu a cidade; não se veem senão as luzes fluorescentes dos carros e dos anúncios. Ontem tive surpresa comigo mesmo. À noite, por volta das sete horas, senti uma solidão mortal. Não conseguia atender a telefonemas sem quebrar a emoção, porque esta me impedia de falar. Uma tristeza pesada, bruta, dolorosa, invadiu-me. Por que está acontecendo isto comigo? Nova Iorque é uma cidade construída de rinocerontes de aço. À noite há muita luz que sai dos olhos dos animais, mas que em nada altera o panorama da solidão.

O exílio é o preço que os grandes homens pagam para conseguir um lugar no coração da história. Eles são supliciados antes de serem glorificados, como há pouco na sua notável oração dizia, desta tribuna, o insigne colega brigadeiro Tinoco. Demóstenes o amargou por haver escrito a *Oração da Coroa*, o mais terrível libelo contra as tiranias e o liberticídio. Cícero, cuja cabeça decepada, colocada no rastro do jejum romano, ainda continua sendo o mais veemente prestígio contra os delitos da força e a insânia da truculência, também o padeceu. Napoleão, que traçou com a ponta da sua espada o mapa do mundo na sua época, encontrou em santa Helena os seus momentos de maior dignidade espiritual e a mais elevada sublimação de sua personalidade. Chateaubriand e Victor Hugo tiveram também de comungar a hóstia do ostracismo, mas em nenhum instante a sua imortalidade foi lesada.

Mas por que buscar tais exemplos em outras histórias e em outros povos, se temos entre nós não menos nobres nem menos belos? Exilados foram os Andradas, que nos deram a Independência. Pedro II, o mais conspícuo de todos os brasileiros, desterrado, morreu longe da Pátria, com o coração estraçalhado de ingratidões e a alma ulcerada de desenganos. O visconde de Ouro Preto e Silveira Martins cobriram-se de honras no degredo. Rui Barbosa e Epitácio Pessoa se avultaram em

dignidade e heroísmo quando o preferiram a se acomodarem com o perjúrio da Constituição e o império da violência. Siqueira Campos, Washington Luiz, Otávio Mangabeira, Artur Bernardes, são constelações fulgurantes de civismo que na expatiação nos deram o exemplo de que todo o sacrifício é pequeno quando celebrado com ardor patriótico no altar da pátria.

O exílio era o toque que faltava para compor a imagem histórica de Juscelino Kubitschek de Oliveira; foi a moldura de ouro de sua radiosa personalidade e da sua permanente crença nos acontecimentos do seu tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados; seja-me permitido, antes do término desta oração, que os sentimentos me vão ditando e que pronuncio por honrosa delegação da direção nacional do Movimento Democrático Brasileiro, que eu quebre, de leve, o protocolo solene desta magna e histórica sessão da Câmara dos Deputados para dirigir uma palavra à Exma. Sra. D. Sarah Kubitschek de Oliveira, que nestes dias tristes nos surpreende com as resistências espartanas do seu espírito. O preclaro Presidente Juscelino Kubitschek, estilista primoroso, como prosador e orador, nunca, ao que me conste, em qualquer fase de sua vida, buscou no ritmo e na rima a expressão de suas emoções. Sei, porém, que talvez o único verso da sua palavra ele o compôs para a sua consorte, incomparável companheira, no esplendor e no tormento, e o fez esculpir numa placa que em sua homenagem e reconhecimento do muito que dela recebera de encorajamento, ternura e amor, afixou na sua fazenda de Luziânia. É singelo e de emocionante beleza: “Solar de Dona Sarah, que, com exemplar dignidade, foi primeira-dama de Belo Horizonte, de Minas, do Brasil e é desta casa.”

Mais não se poderia dizer de dama tão ilustre, em cuja personalidade sedutora e harmoniosa se encastram todas as delicadezas de coração e a resistência inflexível do caráter da mulher brasileira.

Esta oração já vai longa e urge terminá-la.

Falando pela última vez no Senado da República, onde se orgulhava de representar o bravo Estado de Goiás, e quando dúvida já não mais havia da sua proscricção iminente, Juscelino Kubitschek de Oliveira sentenciou:

Mais uma vez tenho nas mãos a bandeira da democracia que me oferecem, neste momento em que, com ou sem direitos políticos,

prosseguirei na luta em favor do Brasil. Sei que nesta terra brasileira as tiranias não duram; que somos uma Nação humana penetrada pelo espírito de justiça. Homem do povo, levado ao poder sempre pela vontade do povo, adianto-me apenas ao sofrimento que o povo vai enfrentar nestas horas que já estão caindo sobre nós. Mas delas sairemos para a ressurreição de um novo dia, dia em que se restabelecerão a justiça e o respeito à pessoa humana.

Esse dia começou a alvorecer com a sua morte. Do fundo da tragédia, ele ainda conseguiu que a alma brasileira, inconformada e democrática, rompesse a reclusão e viesse para as ruas. Foi o seu último encontro com o povo, e esse encontro foi apoteótico, triunfal e consagrador.

Assistimos à antecipação do seu julgamento histórico, sua entronização no Panteon da Pátria, um ato público apoteótico, solene e majestoso de revogação de todas as injustiças e agravos que os ódios e as paixões lhe irrogaram.

Ele foi um predestinado que soube cumprir com grandeza a sua missão. Ilustrou, enriqueceu e elevou a sua Pátria. Dignificou o povo. Prestigiou e fortaleceu as nossas instituições livres. Preservou e opulenteou o patrimônio dos nossos princípios sagrados. Sonhou, lutou e sofreu para reduzir entre nós a área dos miseráveis e apaziguar o espírito revoltado dos que têm fome e sede de justiça.

Outro assim, para repetir o vate andaluz, tardará muito a nascer.

Diante de seu vulto, que a morte transfigura e ilumina, com os clares da imortalidade elevando-o aos páramos onde se encontram os espíritos tutelares da Pátria, outras palavras não encontro, para encerrar esta oração, senão aquelas que o gênio de Shakespeare, na mais famosa de suas tragédias políticas, colocou nos lábios de Marco Antônio, diante do cadáver mutilado de César:

Dos nobres era o mais nobre. A sua vida era pura. Os elementos que compunham o seu ser de tal forma nele se conjugavam, que a natureza inteira poderia levantar-se e bradar ao Universo: aqui está um Homem.



# *A questão econômica nacional*

---

## **Discurso sobre a situação econômica do País.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 1º-7-1977.*

O SR. TANCREDO NEVES – Exmo. Sr. Presidente Deputado Marco Maciel, Srs. Deputados, Exmo. Sr. Ministro Reis Veloso. Começo lamentando a escassez do tempo de que disponho, pelo prazer que teria de entreter com V. Exa. um debate com que muito teria a lucrar, valendo-me da sua experiência, da sua competência, do seu profundo conhecimento dos problemas econômicos nacionais. E lamento, também, que a rigidez do nosso Regimento não nos permita manter uma troca viva de ideias, embora respeitosa, a fim de que as nossas divergências, positivadas, tivessem, por si, o seu respectivo arrazoado.

O exercício de 1974 foi um dos mais desnorteantes da história da economia brasileira. Depois de alguns anos de crescimento contínuo ao nível de 10%, em 1974, o governo se viu surpreendido com o impacto da crise do petróleo e com o efeito retardado de políticas inflacionárias, anteriormente adotadas com o objetivo de alimentar o engodo que foi o decantado milagre brasileiro. O primeiro, o governo subestimou. O segundo, menosprezou, e a todos agravou, continuando a dirigir a Nação no mesmo clima de euforia expansionista dos anos anteriores, enquanto, na verdade, marchava ela inelutavelmente para a catástrofe que se aproximava. Até então, nada foi feito para conter a crise. Não se cuidou de disciplinar as importações. Pouco se fez para impulsionar as exportações. Não se estabeleceu uma política de austeridade nos investimentos públicos. O crédito externo e interno prosseguiu desarvorado. Não se adaptou a política fiscal e a orçamentária às novas realidades emergentes.

Foi preciso que, em fins de 1974, as cifras com as importações de petróleo e de matérias-primas saltassem da casa dos 3 bilhões e 300 milhões de dólares, para 8 bilhões e 600 milhões de dólares, e que se registrasse, num só ano, a diferença, a mais, nos nossos gastos, de 5 bilhões e 800 milhões de dólares, para que o governo se alertasse e se compenetrasse da grave crise em que se debatia a Nação.

Em face desse quadro, o governo se viu diante de uma dura opção: ou adotava um tratamento de choque para a nossa inflação, à maneira do que fora feito, com resultados positivos, pelas grandes nações industrializadas, para, num curto período de um ou dois anos, absorver a violência do surto, mesmo se impondo, como fizeram aquelas grandes nações, razoáveis períodos de recessão e, até mesmo, de estagnação, ou, então, caminhava para a técnica de restrições gradualistas, ou seja, a adoção dessa estratégia que V. Exa. chama de desaceleração progressiva, através não só de uma política de contenção dos gastos, mas, sobretudo e principalmente, com o emprego de drásticas medidas para a substituição de importações, em particular na área do petróleo, das matérias-primas, dos insumos básicos e dos bens de capital. O governo repeliu *in limine* a primeira alternativa e, no meu desautorizado modo de entender, o fez acertadamente. Uma Nação que vinha em caminhada desabrida na escala do desenvolvimento econômico, se fosse freada bruscamente na sua expansão, seria, fatal e inevitavelmente, lançada na mais terrível de todas as recessões, da qual só sairia, a longo prazo, pagando um elevado custo humano, social e econômico, bem mais elevado do que o de todas as funestas consequências de uma agressão inflacionária, ainda mesmo quando avassaladora como esta que estamos experimentando.

Desde, porém, que o governo optou por um tratamento gradualístico da nossa inflação – e foi uma opção sábia – cabia-lhe executar com energia, decisão e firmeza a política correspondente. Pretendeu fazê-lo. Para isso, criou um novo quadro de iniciativas econômicas e financeiras, de novas diretrizes, buscando o recondicionamento de nossa conjuntura econômica, de tal forma que, segundo palavras de V. Exa., o honrado Presidente Ernesto Geisel, ao término da sua administração, entregaria a Nação ao seu sucessor, plenamente saneada e na plenitude da sua higidez.

Para isso surgiu o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, o mais curioso, o mais singular de todos os planos de desenvolvimento econômico que já se teve conhecimento na história administrativa dos povos civilizados. Um plano sem metas, um plano sem nenhum compromisso com qualquer objetivo físico, um plano sem parâmetros pre-determinados, um plano que seria, foi e está sendo um pouco mais do que um documento de intenções, não obstante bem distante do que deveria ser um plano de desenvolvimento econômico no sentido técnico

da expressão. Convencionou-se dar a esse plano a denominação de código de indicadores econômicos e sociais, de tal forma flexível, que ele pudesse ser revisto anualmente, em face das conjunturas criadas, tendo em vista as perspectivas futuras. Mas acontece que as políticas preestabelecidas por esse plano não foram e não são observadas. A contenção de gastos públicos não se fez sentir como prevista, de tal forma que, na infraestrutura rodoviária e ferroviária, por exemplo, os investimentos públicos entraram em esquizofrenia. Caiu violentamente o volume de quilometragem terraplanada e asfaltada de nossas estradas e, no setor ferroviário, assistimos estarrecidos ao drama da Ferrovia do Aço, o mais imponente monumento já erguido no País, à imprevidência, à inépcia administrativa e à incapacidade técnica e financeira de um governo.

No setor siderúrgico, a administração perdeu-se no delírio. A inviabilidade econômica e técnica de muitos empreendimentos projetados, o retardamento nos programas e o encarecimento dos seus custos trouxeram ao Brasil onerosos, irrecuperáveis e vultosos prejuízos e aí estão os casos da Cosipa e de Volta Redonda para lustrar ao vivo as nossas afirmações. E até mesmo o planejamento para a implantação no Brasil das indústrias de insumos básicos, tão bem elaborado pelo ministério, sob a supervisão de V. Exa., não vem encontrando a execução adequada, nem recebendo o impulso necessário.

E, hoje, ministro Reis Veloso, para evidenciar que a política gradualista não alcançou nenhum dos seus objetivos, basta considerarmos que, nos dois últimos anos, o índice da inflação brasileira ultrapassou a casa dos 40%. E índice tão elevado, se continuar persistindo, vai levar-nos a todos os descabimentos econômicos e financeiros, se não mesmo jogar-nos de encontro às mais graves hecatombes de ordem institucional.

Mas, não é só. A pequena e a média empresa, no Brasil, estão esmagadas ao peso da carga tributária, dos encargos sociais, e erodidas pela correção monetária. A empresa privada nacional está asfixiada por dívidas insuportáveis e igualmente grave é assinalar que os índices de crescimento econômico das zonas mais pobres do País estão em recessão. Cresce, em progressão geométrica, o nosso endividamento externo e descontrola-se, cada vez mais, o déficit de caixa do nosso aflitivo balanço de pagamentos.

Diante desse quadro, que se agrava dia a dia, o que fez o governo? Nos primeiros meses deste ano, impôs à Nação, no combate à inflação,

um violento tratamento de choque. Não há como disfarçar as palavras, não há como buscar termos hábeis para diluir esta dura realidade: as forças da criação e da circulação das riquezas do Brasil estão hoje em choque. Experimentam este tratamento a indústria, o comércio e os serviços. Os seus primeiros e duros efeitos já atingem a agricultura e, brevemente, alcançarão os bancos privados. E, quando isso acontecer, iremos assistir ao crescimento dos índices de desemprego, que já se mostram inquietantes. As organizações mais idôneas já acusam, para os primeiros meses deste ano, um desemprego de mão de obra qualificada da ordem de mais de 100 mil trabalhadores. Vamos ver os protestos aumentando em número, volume e valor, denunciando uma insolvência generalizada. Vamos ter o cortejo sinistro das concordatas e falências.

Deploro, sinceramente, ter de colocar diante de V. Exa., em contraste com o quadro otimista que nos traçou em sua exposição, esses elementos do nosso trágico cotidiano, que nenhum de nós brasileiros tem motivo para com eles se regozijar, senão para entristecer-se. Pungemo-nos ter de lamentar que realmente não estamos atravessando aquela fase fagueira e rósea com que nos acena V. Exa., mas uma quadra de inflação dura, descontrolada, inquietante e ameaçadora, que está levando ao desespero o nosso povo, destruindo as últimas resistências da nossa população, particularmente as dos nossos assalariados e da nossa massa de patrícios, menos amparada, do ponto de vista da proteção econômica.

Isso posto, Sr. Ministro, como já não me é mais lícito prosseguir na minha exposição, concluo, em respeito à advertência do nosso eminente Presidente, colocando sob a lúcida consideração de V. Exa. e sob o seu espírito altamente patriótico algumas indagações: A execução da política gradualista de combate à inflação está correta, mesmo atingindo índices de 40%? Estamos ou não em face de um tratamento de choque para a inflação brasileira? Nessa hipótese, qual o grau da sua intensidade? Qual o período da sua duração? Quais os seus objetivos? O governo está perfeitamente cômico de suas responsabilidades ao permitir um crescimento inflacionário como este em que se angustia a Nação, tendo em vista as suas funestas e perigosas consequências para a estabilidade do pouco que nos resta de instituições democráticas?

O SR. PRESIDENTE (*Marco Maciel*) – Para responder às interpelações do Sr. Deputado Tancredo Neves, concedo a palavra ao Sr. Ministro do Planejamento.

*O Sr. Ministro João Paulo dos Reis Veloso* – Considero com o maior respeito os comentários, as críticas e as indagações do nobre Deputado Tancredo Neves.

Vou começar pelo fim, ou seja, pelos problemas relacionados com a inflação e com a conjuntura, e, se o tempo me permitir, farei uma breve referência aos aspectos conceituais e factuais que S. Exa. mencionou de início.

Fui o primeiro a reconhecer que nem o governo, nem ninguém está satisfeito com os resultados no tocante à inflação, e, por isso, conjunturalmente, a inflação passou a ser a nossa preocupação fundamental, uma vez que ainda mantemos uma razoável taxa de crescimento e que a situação do balanço de pagamentos melhorou consideravelmente. Neste mês temos – e aqui registro o fato com as necessárias cautelas – a indicação de que a inflação continuará em declínio. Já declinou um pouco no mês passado e deve reduzir-se mais neste mês. Mas, como eu disse, em matéria de inflação nunca farei qualquer previsão quantitativa. Apenas registro as informações disponíveis. O grande problema está exatamente em preservar o tratamento gradualista, conciliando, inclusive, os aspectos de emprego, por exemplo, com que V. Exa. se manifestou tão preocupado. Há manifestações de desemprego apenas localizadas, setoriais. O índice de admissões e desligamentos do Ministério do Trabalho, para os primeiros meses deste ano, mostra ainda admissões no setor urbano do País, compreendendo indústria de transformação, construção civil, comércio e serviços. De acordo com esse índice, as admissões estão superando os desligamentos, ou seja, há um aumento global de emprego, embora muito menor do que o ocorrido no mesmo período do ano passado, e evidentemente existem problemas setoriais. Podemos registrar alguns, entre os quais o verificado na indústria automobilística. Tendo em vista os dados fornecidos pela própria indústria automobilística, tanto no setor de montagem, da indústria terminal, como no de autopeças, até hoje não há desemprego líquido, quer dizer, o que uma empresa está perdendo, outra está ganhando, porque entrou neste ano em funcionamento, como é sabido, uma nova firma no setor. O crescimento industrial do País, pela informação que tenho do BNDE, foi de 6% até o mês de abril, o que podemos considerar perfeitamente razoável, dentro das circunstâncias. Então, o primeiro ponto é que não há um tratamento de choque. E não há tratamento de choque

porque a economia continua crescendo – 6% na indústria e, mais que isso, na agricultura. Globalmente, não há indicação de queda de emprego. Existem problemas regionais, locais e setoriais. A expansão de crédito previsto no orçamento monetário era de 35%, aproximadamente, e de 41% para a agricultura. Isso não caracteriza uma programação monetária de tratamento de choque. É aí exatamente que está a dificuldade: nós enfrentamos, hoje, problemas na economia brasileira decorrentes de inúmeros fatores, no tocante à inflação.

Poderíamos resumir esses problemas da seguinte forma: primeiro, existem os problemas tópicos. Tivemos toda aquela situação dos hortigranjeiros. A verdade é que o aumento dos preços de hortigranjeiros, nos primeiros quatro meses do ano, foi de 100%, devido a pequenas quebras de safra. Por menor que seja o peso, no índice, isso, evidentemente, influencia. Nós tivemos problemas relacionados com o setor externo, tanto no lado das importações como no lado das exportações. Por exemplo, na hora em que sobem os preços do café, da soja e de outros artigos de exportação, nós nos regozijamos, porque a receita cambial está aumentando. Mas temos de enfrentar o problema dos efeitos internos, que às vezes são consideráveis, pelo peso de alguns desses produtos. Nós tivemos problemas de ordem psicológica, que estão muito ligados também a toda essa questão de correção monetária. O Brasil, na sua técnica gradualista, introduziu os mecanismos de correção monetária e, ao longo do tempo, eles foram compreendendo novos setores: correção monetária, de algum modo, sobre salários, sobre preços, autorizados pelo CIP, sobre preços administrados, autorizados pelo governo; correção monetária na área cambial, numa adaptação sobre títulos do governo, sobre financiamentos de longo prazo. Evidentemente, do ponto de vista de manter o País crescendo, isso é bom, porque estamos protegendo a poupança, estamos protegendo os investimentos. Mas, do ponto de vista do controle da inflação, isso é terrível. Não é à toa que nenhum outro país, principalmente os países desenvolvidos, jamais quiseram fazer esse exercício de aplicação da correção monetária. Principalmente se eles têm taxas de inflação ainda relativamente baixas. Com taxas de inflação altas, apesar de todas as restrições que possamos fazer à correção monetária, ela, ainda, é um mal necessário, porque é a forma de preservar a normalidade da economia e de permanecer o País expandindo-se economicamente. O governo começou, então, a fazer adaptações. Por

exemplo, hoje nós já temos o sistema de correção monetária sobre a ORTN – de 80%, na base da inflação passada, e de 20%, na base da inflação prevista, o que já significa uma desaceleração da correção monetária. E houve medida recente, no sentido de que todas as formas de correção monetária se reduzam a uma, que é essa, das ORTNs.

De modo que o governo está tentando atacar os fatores inflacionários na medida em que eles se apresentam, não dentro de uma técnica monetarista – porque não existe apenas o esforço de manter o orçamento monetário razoavelmente bem executado – mas examinando até os problemas no tocante a safras, examinando os problemas referentes à correção monetária e mesmo os problemas de ordem psicológica, que estavam realmente contra o controle da inflação. Daí, a necessidade de usar, de fato, de medidas muito mais categóricas, que ainda continuam dentro da técnica gradualista, embora bastante mais rigorosa do que as usadas anteriormente, pois reconhecemos que não poderíamos manter a taxa de inflação no ritmo que ela ameaçava ter até o fim do ano.

Com referência a aspectos factuais, não seria procedente dizer que o governo nada fez para controlar as importações. Ora, importamos 12,2 bilhões de dólares em 1974; importamos praticamente a mesma coisa em 1975; a mesma coisa em 1976, e vamos importar praticamente a mesma coisa em 1977. Portanto, o Brasil, desde a crise do petróleo, em 1975, está mantendo as suas importações constantes. E acrescenta-se que o País cresceu 25% nesse período. Da mesma forma, no tocante às exportações, exportamos algo da ordem de 6,5 bilhões de dólares em 1974, e este ano esperamos exportar 12 a 12,5 bilhões de dólares. Então, o Brasil, de 1974 para 1977, dobrou as suas exportações.

Em termos conceituais, ainda com referência ao problema de PND, quero dizer que talvez não seja tão original esse PND sem metas. Mas, ainda que o fosse, eu perguntaria – se me permite V. Exa. – e daí, se é o que se tem de fazer? O problema é que realmente havia necessidade de se manter dinamismo e flexibilidade, fazendo uma revisão ano a ano, nos aspectos quantitativos do plano. Se não, ao invés de nos preocuparmos com o gosto do bolo, iríamos nos preocupar com a receita, em ficar mantendo uma determinada receita, porque essa era a receita prescrita. Ora, se nós tivermos de alterar a receita, vamos alterá-la. Estamos querendo saber se a coisa funciona. E não é tão original assim, pois a França, no seu último plano, está fazendo exatamente a mesma coisa.

E a França é, entre os países desenvolvidos em matéria de planejamento econômico global, o que tem mais tradição. De maneira que nem originais nós somos, já que também eles estão com um plano sem metas. Mas aqui não se trata propriamente de não ter metas. Trata-se de ter indicadores quantitativos que possam ser ajustados, ano a ano, em face do alto coeficiente de riscos e de insegurança existente no quadro em que o País se coloca, ou seja, no contexto de uma economia mundial que não se sabe bem para onde está evoluindo. Para isso, o requisito indispensável é realmente o de ter condições de fazer adaptações. Nós revimos o programa de investimento ano a ano, mesmo porque, se queríamos seguir essa curva, fazendo uma desaceleração gradual, não sabemos direito em que ritmo a desaceleração vai ocorrer. Uma consequência prática de termos dito que aquilo são indicadores e não metas rígidas, principalmente na área de governo, foi a seguinte: se um determinado órgão apresenta ao governo um certo programa, e depois os custos se elevam, ou fatores supervenientes ocorrem e ele não tem mais condições, com os recursos definidos, de executar aquilo que ele previu, tem de rever a programação feita. Não podemos abrir mão de que o governo deseja manter o equilíbrio orçamentário, como tem mantido. Nós temos tido superávits orçamentários nos últimos anos e devemos ter um equilíbrio este ano. De sorte que estamos preparando uma proposta orçamentária para o ano que vem, equilibrada, enquanto os países europeus e os Estados Unidos estão alimentando enormes déficits orçamentários, devido às consequências da crise mundial. E houve uma consequência prática: a desaceleração foi feita. Inclusive, o programa de investimentos do ano passado foi feito até para as empresas governamentais. Devemos lembrar que, em novembro, o governo anunciou que reduziria 40 bilhões no hiato de recursos do seu programa de investimentos, aumentando a sua poupança, ou seja, aumentando menos os investimentos em determinados setores. Mesmo em programas que apresentam maiores dificuldades, como o ferroviário, notamos um incremento, muito grande. Apenas os aumentos de custos foram maiores ainda. Em 1973, o total de despesas de capital da Rede Ferroviária Federal era de 1,6 bilhão de cruzeiros, aprovando-se, para este ano, 14,4 bilhões de cruzeiros. Então, saímos de 1,6 para 14,4. Evidentemente, não foi possível executar todo o programa como previsto. Ele teve que ser reajustado.

Muito obrigado.



## *Liberdade, justiça e direito*

---

### **Discurso quando assume a liderança do MDB na Câmara dos Deputados.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 7-3-1978.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumo hoje a liderança do MDB nesta Casa do Congresso Nacional, múnus a que fui guindado pela generosa confiança da maioria dos meus ilustres companheiros de bancada. Não subestimo a imensa responsabilidade que me pesa, nesta hora tão incerta, sombria e cheia de perplexidade da vida nacional. As tarefas que temos pela frente levariam os mais otimistas e confiantes ao desânimo, se não nos inspirassem impostergáveis deveres para com a Pátria, impondo-nos, sem alternativas, a luta, sem tréguas, pela restauração entre nós da ordem democrática.

Nessa peleja, valorosos emedebistas tombaram, outros foram marginalizados e alguns se viram frustrados nos seus ideais, mas para cada companheiro proscrito, exilado ou decepado de suas crenças, outros, aos milhares, vão emergindo para lhes cobrir a brecha e prosseguir na jornada heroica, bela pelo idealismo que a anima e nobre pelo que representa do esforço em prol da dignificação do homem brasileiro.

Para o cumprimento de tão alta missão surgiu o MDB. Os que se inscreveram sob a sua bandeira de renúncias e sacrifícios nunca se iludiram de que a pugna pela liberdade, a justiça e o Direito não se trava sem vítimas e heróis e os que nela assentam praça só se gratificam com a satisfação do dever cumprido e o aplauso da própria consciência.

Somos a trincheira impenetrável da resistência democrática e a fortaleza inexpugnável, onde se abriga a dignidade cívica do nosso povo.

Nascemos para o glorioso destino de resguardar os valores perenes da Pátria, defendê-los no presente, contra a violência e a corrupção, preparando, assim, o futuro da nacionalidade, que todos almejamos digna e respeitada, culta e poderosa, mais justa e humana.

O MDB não tem compromisso com o passado. O saudosismo não contamina a sua visão iluminada e isenta dos homens e acontecimentos, nem dita o seu comportamento. O revanchismo, atitude primária

e tacanha de uma política vesga e facciosa, é postura totalmente eliminada do nosso ideário, voltado permanentemente para o engrandecimento do nosso País. O passado já se incorporou à História e ele só nos interessa como inspiração para compreender e analisar os dias de hoje, decifrar as suas incógnitas e rasgar os horizontes ensolarados do porvir, que nos aguarda para a realização de nossas justas ambições de grande potência a serviço dos ideais de paz, tolerância e compreensão entre todos os povos.

Desde a nossa fundação, examinadas as ocorrências com serenidade e sem paixão, não se poderá, sem grave injustiça, acoimar o MDB de atuação contestadora, subversiva ou intransigente. Ao contrário, a nossa conduta tem sido marcada pela oposição responsável, mais prudente do que afoita, compreensiva e construtiva, uma vez que jamais negamos aos governos revolucionários, sempre que em posição certa e justa, o nosso apoio e a nossa solidariedade. Na luta contra o terrorismo contou com a nossa sustentação; na conquista do mar territorial de 200 milhas não lhe faltou a nossa firme adesão; quando resiste às pressões do imperialismo estamos ao seu lado para com ele também resistir, e longo seria citar toda a relação de cooperação patriótica e lúcida a todas as iniciativas da administração, envolvendo legítimos interesses nacionais. Jamais se apontará um só caso em que o MDB se haja revelado negativista, obstrucionista ou em sistemática oposição.

Divergimos dos governos da Revolução, e o fazemos com firmeza, franqueza, lealdade e energia, quando faz do arbítrio o instrumento único de sua ação, quando erige a força em norma política para dirimir conflitos normais na vida dos povos, quando emascula a liberdade, deforma e mutila o direito.

A resistência às reivindicações da consciência nacional pela implantação do Estado de direito – em eclipse no Brasil, já vai para quase três lustros – revela nos detentores do poder uma crassa mentalidade que não se ajusta com a irremediável vocação jurídica da nossa gente. Nada justifica, nem sequer explica, uma tão longa excepcionalidade, que separou, por fosso largo e profundo, o Estado do povo, o governo da sociedade, a autoridade da liberdade.

Pretendendo fazer da segurança nacional a meta fundamental da sua existência, os governos da Revolução, na verdade, mais não têm feito do que gerar a insegurança, a intranquilidade e o medo, caldo de cultura

onde vicejam, vigorosos, o terror policial, a corrupção desenfreada, o lucro predatório das multinacionais, a iníqua concentração de renda e o controle da cultura pela censura.

A segurança nacional para ser plena, invulnerável e monolítica, tem de emanar da adesão livre e consciente do povo e esta só se consegue na plenitude do exercício das franquias democráticas. Só a força é impotente para garanti-la, porque só dá a aparência da proteção, quando não tem a vivificá-la a substância dos princípios, das convicções e dos ideais.

Não retarde o governo, por mais tempo, a eliminação do arbítrio. Substitua, com urgência, o autoritarismo pelo direito. Esse é um clamor da alma nacional, faminta de justiça e angustiada por liberdade.

Não se deixe iludir com a falsa e enganosa perspectiva de que o seu imobilismo tem força suficiente para conter a ação incontrolável das forças humanas e sociais. Essas estão em maré montante, conquistando para a sua causa as igrejas, as instituições mais veneráveis, as universidades e os sindicatos, em suma, todas as expressões do pensamento, da vontade e dos sentimentos nacionais.

Se o governo persiste em se mostrar frio e indiferente às vozes profundas que partem do coração da nacionalidade, fechando-lhes os ouvidos e negando-se a interpretá-las e compreendê-las, estará assumindo perante a História, que será implacável no seu julgamento, uma tremenda responsabilidade.

O que existe hoje para impedir a marcha da Nação no rumo da democracia? Quais os obstáculos que se levantam para a integração do povo com o Estado? O que está tolhendo a decisão dos nossos governantes para o início das aberturas amplas e saneadoras da democracia?

Ninguém consegue identificar os motivos da resistência e quanto mais se procrastina o advento das reformas, mais se intrincam os problemas, mais complexas se tornam as soluções e mais indevassáveis os arcanos de nossas desditas.

A Oposição apela para o governo e o convoca, em nome da Nação, para que dirima o impasse institucional que a oprime, a intimida e a inferioriza no concerto do mundo civilizado.

Para coadjuvá-la nesse histórico cometimento, o MDB oferece a contribuição de seu patriotismo, do seu devotamento à causa do povo, do seu espírito de luta e de harmonização. A construção do Estado de direito não pode e não deve ser obra exclusiva de um governo ou de

um partido por mais bem intencionados estejam eles. Para ser sólido e duradouro, há de contar com o esforço de todos os segmentos da sociedade, nela participando todas as tendências de pensamento político do nosso povo.

Se o governo e o seu partido, porque detêm hoje o poder constituinte, prerrogativa que lhes outorgou o “pacote de abril”, de triste memória, ao fixar quórum da maioria absoluta para as reformas institucionais, estão na suposição que podem prescindir da Oposição para dotar o País de novas instituições, laboram em monumental equívoco. Sem a participação do MDB não iremos ter reformas, mas arremedos de reformas, que não se imporão à Nação, que as repelirá, porque carentes de legitimidade, que só alcançarão no calor dos debates, com a conscientização do povo e as suas bênçãos.

Acreditamos sinceramente que as promessas do governo, visando ao aprimoramento da democracia brasileira, virão na justa medida dos reclamos nacionais. Devem ser amplas para corresponder às expectativas nacionais e jamais deverão ser mesquinhas que frustrem os anseios populares, criando o ceticismo nos homens de boa-fé e levando à revolta os ludibriados.

Repetimos: O MDB está aberto ao debate. Acredita na sinceridade do governo quando propõe a descompressão do regime.

Está disposto a atuar desde que as reformas a serem apresentadas se revistam de seriedade, traduzam as justas aspirações da Nação, sejam um largo e significativo passo no rumo da democratização plena.

Mas, se ao invés de uma reforma autêntica, democrática, de contornos nitidamente definidos, ela se apresentar indigente de substância, pobre de espírito democrático, apoucada e insignificante nas suas concepções, não nos restará outra alternativa senão denunciá-la à Nação, como inadequada para as horas que vivemos, inaceitável em face das exigências do Brasil e intolerável para a fé inquebrantável de nosso povo nos destinos de uma Pátria livre de homens livres.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dia chegará em que veremos estereotipados na nossa Constituição e nas nossas leis, observados tranquilamente por todos, governantes e governados, os postulados fundamentais ao programa do MDB. Não porque eles representem reivindicações de uma poderosa agremiação política, mas principalmente porque eles expressam conquistas definitivas da civilização e da ciência política.

Não são princípios de uma facção, mas a garantia de vida digna e segura de todos os cidadãos, qualquer que seja a sua latitude neste mundo que habitamos. São princípios universais, de unânime aceitação entre os povos cultos que transcendem as disputas e o sectarismo para se situarem soberanos acima dos governos e instituições, que neles se inspiram e a eles se submetem. Um Estado justo sob o controle do Direito. Os Poderes constitucionais equilibrados e harmônicos, invioláveis e independentes, sem a supremacia de qualquer deles. O *habeas corpus*, sem restrições e sem condicionamentos, na plenitude de nossa tradição jurídica. A autonomia da universidade, livre da opressão policial, e dos sindicatos, abroquelados contra a intervenção governamental. A cultura sem a censura do policialismo ideológico, e a imprensa escrita, falada e televisionada, também livre e responsável, denunciando os abusos da força, os desvios da administração, doutrinando, alertando e esclarecendo a opinião pública. E, por fim, todos os cidadãos libertos do medo e plenamente garantidos no exercício dos direitos inerentes à dignidade da pessoa humana.

É por essas metas que lutamos. É para concretizá-las que nos engajamos com a maior sinceridade e ardor nos embates cívicos dos nossos tempos. Nessa liça nós nos encontramos para que não desapareça do coração dos brasileiros o amor à democracia, e as gerações futuras possam receber a Nação garantida na sua soberania, fortalecida na sua cultura, inspirada na justiça e orgulhosa dos seus padrões de decência e humanidade.

Acreditamos com fé inabalável nesses dogmas de nossa crença cívica, mas acreditamos, acima de tudo, que todo governo, para ser legítimo, emana do povo, e em seu nome é exercido, como reza, à maneira de um versículo bíblico, a nossa Constituição.

Não há democracia sem voto, que é a voz do povo. Repudiamos, por isso, todas as farsas e mistificações com que nos últimos anos se tem afastado a participação do povo na escolha e construção de seu destino. As eleições, chamadas indiretas, no Brasil, são um engodo, que humilha e degrada.

A figura caricata do senador “biônico”, de trágica comicidade, que nada representará no Senado da República, nem o povo, nem os estados e muito menos a Nação, mas tão somente a episódica simpatia dos poderosos do dia, também eles efêmeros, para o exercício de um mandato

de oito anos, seria uma suprema irrisão, se não fosse um inominável abuso de poder.

A Lei Falcão emudece a democracia brasileira. Afasta a Oposição do seu contato com o povo. Não lhe permite o amplo debate com os governistas diante da Nação. Veda-lhe doutrinar o seu programa, dar contas do cumprimento da sua atividade pública e de promover o seu partido no exercício legítimo de aliciar correligionários e simpatizantes. Dificilmente se encontrará em outras legislações expediente tão drástico na supressão da liberdade da palavra, básica em todas as democracias.

Não obstante todos esses antagonismos, sem vacilações e sem desânimos, confiando tão somente no povo, de cuja capacidade de julgamento não duvidamos, estamos nos preparando para as eleições de novembro do corrente ano. Acataremos a voz das urnas e esperamos que o governo faça o mesmo, depois de haver assegurado plenas garantias para o exercício livre do voto a todos os cidadãos, coibindo a atuação facciosa das autoridades, as pressões do poder econômico, o uso sectário da propaganda pelos órgãos de comunicação, em suma, conclamamos o governo para que nos assegure, com os poderes excepcionais de que dispõe, um clima de liberdade e segurança para que as próximas eleições, as únicas que restam ao povo, sejam limpas e honestas, refletindo em toda a sua plenitude a vontade soberana da Nação.

Não temos por que temer o povo. Vamos ao seu encontro de viseira erguida e de consciência tranquila. Nunca o enganamos, não lhe usurpamos os direitos, nunca lhe mentimos para lhe sonegar salários, não somos responsáveis pela exacerbação dos preços e não contribuímos para a sua angústia, insegurança e aflição.

Ao contrário, sempre estivemos ao seu lado, protestando contra a violência em todas as suas modalidades, defendendo-o dos atentados à sua sobrevivência digna, amparando-o contra os golpes da usura, da rapacidade e da ganância solta e insaciável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o caos institucional convulsiona a economia e mutila a justiça social. A Oposição sente-se no dever de manifestar a sua apreensão em face da presença insistente e simultânea de dois males: a inflação aguda e renitente e a perspectiva sombria da desativação econômica e a conseqüente queda do nível de emprego no País. Nunca faltamos ao governo com o nosso apoio nos seus esforços anti-inflacionários. O povo mal suporta essa corrida louca e vertiginosa

de salários e preços, sempre em detrimento dos primeiros. Entende e denuncia que o tratamento dispensado aos dois males não tem considerado devidamente a política de investimentos. Ela tem sido altamente inflacionária; ocupa fatores, cria renda e não gera, a curto prazo, com frequência, nem bens, nem serviços. Grandes projetos, em número exagerado, estão impondo sobrecarga por demais pesada às gerações contemporâneas do milagre brasileiro. Ao lado da pesada imposição direta, na forma de inflação, que é imposto socialmente injusto, tal política de investimento baseada em acumulação forçada, não corrige, ao contrário, concentra a renda tanto regional, como entre as classes sociais. O trabalho não qualificado foi convertido numa massa de milhões de operários, criando excedente disponível, aplicado sem prioridades humanas e sociais. Temos hoje um País que ousa grandes usinas de todos os tipos e pretende dar saltos tecnológicos para chegar à grande potência, mas sempre um País que não sabe organizar a sua produção primária, abundante, desordenada nas origens e sempre escassa e cara nos centros consumidores. Queremos dominar o átomo, com toda a justiça, mas não aprendemos a comercialização dos produtos essenciais à vida, para desespero de nossas donas-de-casa.

E nem se diga que combater a inflação e promover a distribuição da renda são posições incompatíveis. Não é exato. Basta recorrer a uma urgente revisão das prioridades e valores dominantes da política vigente. Eis o momento de conceder prioridade aos investimentos que produzam “salários indiretos” não inflacionários, ou seja, prioridade para a aplicação das parcelas de excedente disponível no aumento da produtividade dos bens e serviços da economia da grande maioria do povo. Estaremos, assim, melhorando a distribuição de renda, sem criar pressões inflacionárias.

Urge equilibrar os valores de grandeza e poder do Estado brasileiro, da potência nacional, com os valores do bem-estar do povo brasileiro. E isto é possível desde que sejam corrigidos os exageros de uma política de investimentos que tem ignorado sistematicamente as necessidades e as aspirações populares.

Justiça se faça ao preclaro Presidente Ernesto Geisel. Sempre se mostrou possuído de sincero sentimento de justiça social. Corrigiu, como pôde, o achatamento salarial e, por todos os meios ao seu alcance, buscou

abrandar os efeitos da má distribuição da renda entre os diversos setores de nossa sociedade. Em que pese, porém, aos seus elevados propósitos, por uma estranha irrisão do destino, foi justamente no seu governo que as injustiças e as deformidades do nosso tão decantado modelo econômico atingiram o paroxismo. O produtor e o consumidor estão sendo duramente punidos em favor do sistema financeiro, próspero, potente, exibindo lucros estarrecedores, enquanto que aqueles, escorchados pela inflação, a correção, juros e encargos tributários e sociais, já não mais podem suportar a onerosa sobrecarga que os esmaga.

As empresas, sobretudo as pequenas e médias, estão sendo compelidas, pelas despesas financeiras, que as sacrificam, a despedir seus trabalhadores, quando não comparecem aos tribunais com o pedido de concordata ou de falência.

Cai o nível de emprego, aumentam, em volume e valor, os títulos levados a protesto, a liquidez nacional alcança limites catastróficos, caem as taxas de aplicação no Nordeste, enquanto, com a política de juros sem controle, o balanço das instituições financeiras se apresenta com superávits delirantes, que os próprios banqueiros se pejaram de confessá-los. Nesse quadro se ostenta grave injustiça: os pequenos e médios comerciantes e produtores são destruídos pelas engrenagens do implacável capitalismo selvagem, vigente no País, enquanto que as grandes empresas transferem os seus vultosos prejuízos para o Estado, que tem, hoje, no BNDE, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, agências solícitas para absorver os fracassos dos empreendimentos aventureiros ou de organizações mal administradas.

Já houve quem dissesse que o sistema econômico brasileiro é, nos nossos dias, mais escorchante e mais gritantemente injusto do que nunca.

Não vai exagero nessa assertiva que a Oposição endossa, advertindo o governo de que, se essa política não for humanizada e racionalizada, vamos nos converter, a curto prazo, na mais imponente colônia de banqueiros de que já se teve notícia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em momento algum a Oposição abrirá mão do seu movimento em prol da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Estamos sempre e, cada vez mais, plenamente convencidos de que as reformas constitucionais anunciadas, amplas ou



parciais, serão sempre meros artifícios no texto irrecuperável de uma Constituição outorgada.

Não há como transformá-la num documento que a Nação deva respeitar e, muito menos, amar.

Só uma Constituinte emanada do voto livre do povo será o instrumento válido para dar à Nação instituições modernas e dinâmicas, sólidas e fecundas, estruturadas sobre os alicerces do sentimento democrático sempre vivo e vigoroso na alma brasileira. Essa Constituinte, queiram ou não os seus inimigos confessos, mais cedo ou mais tarde, se reunirá entre nós, porque é uma imposição da História, contra a qual lutam em vão as forças da reação. Ela será o imenso estuário para o qual convergirão todos os sonhos, anseios e aspirações do nosso povo, que se fundirão no monumental edifício do nosso futuro Estado de direito, forte e generoso, atuante e empreendedor.

Com ou sem reformas, mais amplas ou mais restritas, prosseguiremos na nossa jornada cívica, convocando todos os brasileiros e alertando todas as consciências para a concretização desse nobre ideal, cuja materialização será a mais bela e mais alta afirmação de fé democrática do nosso povo.

E, por fim, meus nobres colegas, é chegado o momento de protestar, quase quinze anos depois da vitória da Revolução, contra a iníqua separação dos brasileiros em campos irreconciliáveis: o dos vencedores orgulhosos, arrogantes e intransigentes, e o dos vencidos, humilhados, proscritos e marginalizados. Essa deplorável situação não corresponde à formação religiosa e moral do nosso povo, que abomina o ódio, repudia a intolerância e não compactua com as discriminações injustas.

A grande reconciliação nacional se impõe em nome da justiça, da segurança e da paz da família brasileira. Que os nossos governantes, à maneira dos nossos íncolas primitivos, assentem no chão da Pátria os seus ouvidos e procurem recolher as ondas rumorosas e cada dia mais densas que se estão formando no subsolo da nacionalidade, clamando, num só brado, por justiça e liberdade.

Antecipe-se o governo à eclosão irresistível desse tufão que poderá levar, no impacto de sua voragem devastadora, homens e instituições, deixando atrás de si a esteira sangrenta da desolação. Atenda o governo aos apelos de toda a Nação e a tranquilize, pacificando-a, fazendo içar, nas ameias mais altas do Palácio do Planalto, para que todo o Brasil a

veja, como mensagem de esperança para o futuro, a bandeira redentora da anistia que o grande Rui saudou como “a mais formosa expressão da clemência cristã, aliada à sabedoria política”.

No caso, que o governo seja clemente, mas, antes de tudo, seja sábio.

## *A crise institucional brasileira*

---

**Discurso sobre as condições políticas implantadas no País a partir do golpe de 1964.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 27-4-1978.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a crise institucional brasileira caminha para o seu desfecho. Catorze anos de arbítrio desfiguraram, mutilaram e tornaram irreconhecíveis as estruturas tradicionais de nosso Direito, da nossa civilização e de nossa organização social. Em consequência, graves deformações éticas, políticas e humanas, inerentes aos longos regimes de exceção, de corrupção em corrupção, acabaram por erigir a força em sustentáculo do governo, fonte única de sua legitimidade. Acontece que a força é precária pela sua própria natureza. Ela dá a ilusão do poder, mas não o legitima, não o humaniza, nem o dinamiza. A ordem que ela mantém é a ordem estéril da coação, do medo e do servilismo. Não cria valores estáveis, acastela-se no imobilismo, que estanca o desencadear das forças vivas da nacionalidade, destrói o idealismo na juventude, emascula as energias do trabalho, creta a seiva criadora da inteligência, mergulhando o povo na apatia cívica, na mediocridade moral e intelectual e no imediatismo de sua sobrevivência sem elevação e sem esperanças.

Todas as vezes que, na vida dos povos, em nome da segurança do Estado, se elimina o Direito, suprime-se, ou se reduz a área da liberdade, o que assistimos é a implantação do autoritarismo na sua forma clássica de despotismo ou nas suas nuances mais brandas, mas não menos funestas das autocracias salvadoras, esclarecidas ou técnicas que se aprisionam na rede de seus inextrincáveis e subalternos interesses e terminam sempre por confundi-los e por superpô-los aos da Nação.

Substituem o povo em nome do Estado, sem outra delegação que não aquela que a si mesmo se outorgam, como se tivessem sido iluminados pelo Divino Espírito Santo, para cumprimento de uma missão divina. E a cumprem com a maior tranquilidade de consciência. Não lhes percorre a espinha, nem mesmo por um momento, o frio das usurpações que cometem. Não se detêm um só instante para pensar

nos atentados à Pátria, que perpetraram, e nem se intimidam diante do julgamento da História. Nem sequer lhes acicata o espírito e o coração o remorso de haverem privado o seu povo do direito inalienável de decidir do seu destino.

Agarram-se ao poder, como a ostra do rochedo. Fazem dele um fim em si mesmo, o poder pelo poder, a qualquer preço, ainda mesmo que, para mantê-lo, tenham de destruir as normas civilizadas do convívio humano, obstruir os canais da participação popular e esmagar pela violência as manifestações da consciência nacional.

As revoluções só se justificam, em termos éticos e jurídicos, quando, passado o curto período de sua fase demolidora, que deve ter a duração estritamente necessária à sua consolidação, institucionalizam-se pelo voto, devolvendo o poder ao povo, seu único e legítimo titular.

Do contrário, elas se monstrificam, instituem o Estado onipotente, alimentado no caldo de cultura do liberticídio, da corrupção e da degeneração dos atributos fundamentais da ordem social.

E nem se diga que essa assertiva, um truísmo em ciência política, seja uma objurgatória da Oposição. Ela teve nos arraiais da Revolução intrépidos paladinos da estirpe moral e intelectual de um Castelo Branco ou de um Milton Campos.

Mesmo porque aceitar como válida a tese da revolução permanente implicaria em reconhecer como procedente uma concepção do socialismo comunista, fruto do cérebro poderoso de Trotski, um dos mais truculentos entre os profetas do credo vermelho, ou seja, o Estado divorciado do Direito, criando o seu próprio sistema legal, emanção do arbítrio e do capricho, no qual a ampliação do campo de atuação incontrastável do poder se faz aniquilando as prerrogativas imprescritíveis do povo e com a erradicação dos direitos sagrados da pessoa humana.

De tanto exercitarem o poder, com ele se identificam e passam a usá-lo como instrumento de imposição de suas verdades absolutas, indiscutíveis e definitivas. Eliminam o debate e se dispensam de definições e esclarecimentos justamente sobre os pontos mais controvertidos e polêmicos de sua conduta. A verdade dos governantes é infalível e nada deve prevalecer contra ela, nem suportam sequer a crítica, ainda que justa e desapaixonada, e nem mesmo toleram os reparos e ponderações citados pelo patriotismo.

Em notável conferência proferida na Escola Superior de Guerra, o ministro Seabra Fagundes, um dos luminares de nossa cultura, observou, a propósito, que o fanatismo nazista, responsável pelos morticínios mais infames, nasceu da certeza da sua verdade política. E quando na União Soviética os dissidentes são internados em sanatórios para doentes mentais, é porque, erigido o comunismo em verdade suprema e incontestável, os que não se apercebem da validade desse dogma, após decênios de doutrinação, estão enfermos do intelecto e, portanto, urge segregá-los da sociedade.

No Brasil, aos dissidentes e divergentes, nunca, para honra nossa, se aplicaram esses torpes métodos de repressão. As cassações, a suspensão dos direitos políticos, a invasão do domicílio, a intimação através de prisões arbitrárias e irresponsáveis, os processos à revelia, os maus-tratos e os artificialismos eleitorais substituem-nos com a mesma finalidade: assegurar a intangibilidade das certezas governamentais.

Ora, nos regimes democráticos, o que caracteriza e enobrece os governos é a sua capacidade de tolerância e compreensão. É a vocação permanente para o entendimento, a busca constante e tenaz da conciliação. Nas horas críticas das nacionalidades, quando o cataclismo dos fenômenos sociais sacode os seus alicerces, nos períodos de crise aguda, quando estão eclipsados os seus valores perenes, só a conciliação das forças em antagonismo fornece os recursos indispensáveis à união dos propósitos, à convergência dos interesses, à sintonia das aspirações, na sincera unificação dos esforços para o soerguimento da Nação combalida, aflita, angustiada e insegura quanto aos rumos do seu futuro.

Hoje, governar o Brasil é conciliar, e conciliar enquanto é tempo.

No seu discurso de plataforma de candidato à Presidência da República, o general João Batista Figueiredo, escolhido pelo general-presidente para continuar a série dos generais-presidentes – e aqui servimos da suave ironia de Carlos Drummond de Andrade –, revelou estar possuído de aguda sensibilidade e de alta compreensão da conjuntura tormentosa que vivemos, quando enfatizou: “A hora é de conciliação e de compreensão, sem acomodações subalternas, mas também sem intransigências em benefício do Brasil.”

Aos mais míopes, de logo se impõe que conciliar e compreender, sem acomodações subalternas, é restaurar, em toda a sua plenitude, a ordem democrática, em que o Estado será instrumento da vontade so-

cial, deixando de ser o seu senhor e dominador, e na qual o sentimento do povo, nos seus diversos segmentos, possa se exprimir livre e efetivamente através do sufrágio universal, direto e secreto.

Se as reformas prometidas e anunciadas não consagrarem a observância desse postulado, elas não passarão de novo engodo e de uma outra mistificação.

Haja vista o espetáculo estarrecedor e degradante que estamos assistindo com a escolha, em recinto fechado, dos futuros governadores, processo que, se diminui os poucos que escolhem, avilta, diante do povo, os escolhidos.

Voltamos aos tempos dos interventores nomeados, nos idos do Estado Novo, que os atuais detentores do poder tanto combateram.

Os critérios para selecionar os privilegiados são os do mais estranho subjetivismo e os do paternalismo mais deslavado. Nem mesmo se preocupam em recrutar os mais capazes e competentes, insolitamente desprezados em favor dos mais capazes e competentes em ganhar eleições, como se disse alto e em bom som, numa chocante manifestação de total despreço pelos princípios mais rudimentares da ética política.

Premiam-se as dedicações e subserviências, preterem-se os mais bem dotados, contemplan-se com as benesses do favor oficial os coniventes e apaniguados, os amoucos e serviçais. Do ignóbil processo não participa o maior interessado que é o povo. A Oposição é dele excluída, como se não existisse. Oprimida, é impedida de eleger os seus dirigentes em estados onde é notoriamente majoritária, como no Rio Grande do Sul e São Paulo e em vários outros, em que conta, hoje, com todas as possibilidades de uma vitória segura.

Jamais se viu no curso de nossa história uma revolução feita a serviço do Brasil transformar-se, de degradação em degradação, com o maior desplante, num movimento a serviço de um grupo de amigos, associados, protegidos e parentes.

Esse, não obstante, é o término fatal de todo movimento político que marginaliza o Direito, que proscree as normas democráticas e se perde nos descaminhos da força. De tanto abjurar os preceitos da Constituição e das leis, os seus responsáveis acabam por impor à Nação a sua vontade e os seus interesses, e, por fim, não se pejam em substituí-la por suas camarilhas e conventículos.

A violência que se pratica, com o esbulho acintoso e ultrajante do direito do povo, nos seus estados, de eleger livremente os seus governadores e senadores, não tem sequer a justificá-la uma única e relevante razão de ordem pública.

Os procônssules que estão sendo impostos são, além do mais, na sua maioria, recrutados de notáveis e consagradas oligarquias, velhas e surradas, que voltarão ao poder, em suas províncias, trazendo sob seu pálio protetor toda uma complexa rede de interesses estabelecidos e de condenáveis acomodações, que só se legitimam pela sua extraordinária capacidade de sustentar a oligarquia central. A renovação, no caso, é sinônima de regressão. A Revolução se anquilosa, torna-se reacionária e se cristaliza nas práticas e nas expressões mais vigorosas de um passado que todos supúnhamos definitivamente varrido da face do Brasil. Na incapacidade de gerar novos métodos e processos, retrocedendo ao que havia de mais repudiável na nossa vida pregressa, a Revolução confessa pública e solenemente o seu ruidoso fracasso.

Depois de catorze anos de vigência, usando e abusando do arbítrio, o que ela consegue nessa altura do seu longo estágio para traduzir a sua mística são gastas e cediças lideranças de grupos e parentelas, refletindo assim toda a sua frustração e a sua impressionante inaptidão para criar novos valores humanos, o que significa uma demonstração inequívoca e pomposa do seu malogro no campo da renovação de nossas elites. Cada escolha eclode como uma assustadora trovoadas, alarma os mais seguros, traumatiza os mais previdentes, promove descontentamentos em cascata e intensifica a discórdia que lavra corrosiva e destruidora nas hostes do oficialismo.

O governo, a quem incumbe a pacificação nacional, como um dos seus primeiros deveres, não consegue sequer unir o seu próprio partido, que sairá desse torneio de nefastas competições contundido, amesquinhado e lesado. Quando tudo nesta hora aziaga dos destinos nacionais conclama à confraternização de todos os nossos patrícios em prol do Brasil, é o próprio governo que instila a cizânia e incrementa a desagregação no seio de sua própria família política.

As escolhas dos futuros governadores, como se vê, não se revestem de critérios éticos, que as tornem respeitáveis, despojam-se da segurança jurídica imprescindível à sua estabilidade e surgem do vício insanável da ilegitimidade, com o qual terão de conviver, num conúbio intole-

rável, porque constitui uma agressão permanente dos sentimentos do nosso povo.

A Nação, oprimida e envergonhada, já dá mostras inquietantes do seu inconformismo com as reiteradas afrontas à sua honra, aos brios e aos seus direitos.

Há em todas as consciências um basta ao arbítrio, que se não se reconhecer impotente para conter o caudal dos anseios nacionais por liberdade, justiça e participação, os seus agentes e beneficiários se verão inexoravelmente repudiados pela condenação da consciência democrática do País e serão implacavelmente justicados perante o tribunal da História.

Dá por que reivindicamos a restauração, urgente, de nossa ordem democrática. Que as reformas anunciadas venham todas de uma só vez, e com a amplitude necessária para restituir a tranquilidade à Nação, a segurança ao povo, a justiça aos condenados sem culpa, a liberdade, sob a lei, para os que querem viver, trabalhar e lutar no Brasil por uma Pátria sem ódios, liberta de opressões e vexames.

Retardar o fim do arbítrio, disfarçá-lo sob as fórmulas enganadoras de um jurisdicismo caolho, com nome de reformas, reduzir em nome das conveniências de grupos ou de pessoas a extensão do que é esperado por todos, será levar o povo a uma nova e terrível frustração, e desta vez fecunda em atos os mais nefastos à unidade e estabilidade nacionais.

Compenetrem-se os responsáveis pela segurança e a plena realização dos nossos destinos de potência que nenhuma pátria pode construir a sua grandeza sem que o Estado e o povo se sintam integrados, sem que governo e sociedade estejam harmonizados, sem que o Direito, com o seu imenso manto protetor, a envolva de dignidade cívica, a imponha no apreço internacional, tornando-a respeitável e respeitada.

Reivindicamos, em nome da honra nacional, que não mais se retarde a reintegração do Brasil na plenitude do Estado de direito, que já não mais pode ser procrastinada para satisfazer os objetivos nem sempre louváveis dos senhores do poder, com o sacrifício do atendimento das necessidades mais prementes do povo.

A Nação está farta de prepotência e de intolerância. Almeja ardentemente o seu reencontro com as suas tradições históricas. É dever de todos e obrigação moral indeclinável do governo apressar esse acontecimento.



A crise institucional brasileira caminha para o seu desfecho, não porque o governo o queira, mas porque a Nação o exige: Constituição, liberdade, justiça e participação para o povo, agora e já.

# *Papa Paulo VI: peregrino da paz*

---

## **Discurso em homenagem ao papa Paulo VI por ocasião de seu falecimento.**

*Sessão de 7-8-1978.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, faleceu Sua Santidade o Papa Paulo VI. A Igreja e com ela toda a humanidade se cobrem de luto. Desapareceu o mais acatado dos líderes espirituais do mundo, cuja voz, sempre sábia e justa, repercutia fortemente por todos os quadrantes da terra. Severo, quando necessário, mas comumente paternal e generoso, advertia com amor e aconselhava com afeto e humildade.

Apagou-se um jato de luz intensa que abria clareiras na espessa escuridão de uma época conturbada e dominada pelos ódios, pelas violências, injustiças e incompreensões.

Santo, sábio e justo, trouxe na alma o carisma de um predestinado para a realização de monumental obra divina, a cuja execução se entregou com todo o devotamento do seu alto espírito.

Sucessor do imortal João XXIII, que reformou e renovou a Igreja, agitando-a nas suas bases e sacudindo-a nas suas estruturas, sem jamais quebrar a unidade infrangível de sua doutrina, coube a Paulo VI consolidar e ajustar o ecumenismo aos desígnios de Deus. Não foi uma tarefa fácil, mas, ao contrário, ela se revestiu de contornos oceânicos, exigindo esforços hercúleos para não se extravasar em excessos e nem se perder no imobilismo.

Muito sofreu para cumprir a sua missão. Os agravos feriram profundamente o seu sensível coração. Em nenhum momento, porém, se deixou fraquejar sob o peso do cometimento esmagador para que fora convocado pelo Altíssimo.

O santo se revelou nas suas penitências, na prática inveterada das virtudes heroicas, no martírio que se impôs pelo bem dos povos, nos sofrimentos de sua cruel, longa e pertinaz enfermidade, que, resignadamente,

oferecia pela conversão das almas, pelo alívio dos atormentados e pela redenção dos famintos.

As suas preces pela paz e o entendimento entre as nações, se nem sempre lograram os seus intentos, ficarão como gestos de sublime beleza da sua crença inabalável na força e no poder da Suprema Divindade.

O sábio está retratado nas suas encíclicas, que mudaram a mentalidade e os sentimentos de largos setores do comportamento humano. Nos documentos pontifícios de sua lavra, ele nos lega a herança indelevel do seu apostolado na sua infatigável luta pelo primado da verdade sobre o erro, da justiça sobre a opressão, da caridade como princípio mais elevado da dignidade da pessoa humana. É toda uma vasta coletânea de sublimes ensinamentos que perpetuará através dos tempos a sua abençoada memória.

O estadista sempre presente aos grandes acontecimentos do seu tempo, ponderando, alertando e conciliando, impediu que os povos se tornassem mais infelizes e que as nações fossem menos egoístas e mais compreensivas.

Peregrino da paz, visitou todos os continentes, levando a todos a sua mensagem de fé e o seu apelo de confraternização de todas as criaturas humanas em torno das verdades evangélicas. Em hora de extrema angústia, quando o universo parecia desarvorado e perdido em meio à hecatombe iminente, não hesitou em deixar o seu trono e abandonar a sua cidade, para ir até a ONU ocupar a sua tribuna para dirigir ao mundo o seu fervoroso chamamento à razão e transmitir, uma vez mais, a sua palavra em prol da concórdia e da paz.

Amigo do Brasil, que tinha amplo e destacado lugar no seu coração. Ainda quando cardeal Montini, visitou a nossa Pátria. Esteve em Brasília, quando esta desabrochava para a civilização. Abençoou-a e lhe preconizou um glorioso destino.

Na sua última mensagem, escrita, mas que não pôde ler aos fiéis que o procuravam para vê-lo, saudá-lo e receber a sua bênção, há um trecho que exprime na sua singeleza a magnanimidade dos seus sentimentos e a imensidão da sua fé:

Não podemos esquecer aqueles que sofrem pelas condições particulares em que estão, aqueles que não podem juntar-se aos que gozam de merecido repouso. Queremos dizer: os desempregados,

aqueles que não conseguem prover as crescentes necessidades de suas pessoas queridas através de um trabalho adequado às suas capacidades e preparo. Os famintos, cujas fileiras aumentam a cada dia em proporções assustadoras... Que Maria, mãe solícita e acolhedora, dê a todos o seu cuidado e a sua proteção.

Deixa-nos a marca inextinguível de uma vida edificante pelas suas incomensuráveis dimensões.

Ampliou, na terra, a nobreza das criaturas de Deus e levou para o céu a pureza de uma consciência imaculada.

Toda a cristandade carpe a sentida mágoa de sua morte. E o Movimento Democrático Brasileiro, parte mínima na sua integração, venera, com a alma genuflexa, o pontífice incomparável que o Senhor chamou para a Sua mansão, deixando-nos órfãos dos seus conselhos, do seu afeto e da sua proteção.

# *Assembleia Nacional Constituinte: pressuposto da democracia*

---

**Discurso sobre a proposta governamental de liberalização do regime e em defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 21-9-1978.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

A crise institucional brasileira está vivendo seus instantes de maior trepidação. Impossibilitados de lhe dar o tratamento adequado, que seria a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para assentar os fundamentos definitivos e autênticos de uma nova ordem jurídico-constitucional para o Brasil, o governo e as forças que o sustentam preferiram o caminho das emendas à Constituição, tímidas, canhestras e imperfeitas, como que temendo romper, de uma vez por todas, as suas amarras com o arbítrio, onde se encalhou, há catorze anos, para desgraça nossa, a nau do Estado.

Proibido de participar ativamente do processo político, o nosso povo, privado desse sagrado direito, foi submetido a uma ignominiosa tutela contra a qual, nesses últimos anos, vem se levantando, de forma firme e tenaz, através dos segmentos mais expressivos de nossa sociedade, até forçar os responsáveis pelo nosso destino ao atendimento de suas reivindicações mais sentidas.

Sob a égide do autoritarismo, que se tem invocado para coibir a subversão, como indispensável ao clima de paz e tranquilidade para assegurar a continuidade administrativa e o trabalho construtivo dos nossos concidadãos, erigiu-se como instrumento de governo uma poderosa tecnoburocracia que se associou, de logo, aos interesses da minoria mais rica, que foram desde então, deliberadamente, confundidos com os da Nação, com intencional detrimento da grande maioria dos brasileiros, relegada ao segundo plano dos sacrifícios sem retribuição,

de trabalho sem justa remuneração, da cooperação intensa sem o ressarcimento equitativo dos seus esforços. A solução das necessidades mais prementes do povo é procrastinada sempre e cada vez mais para o futuro. Uma falsa democracia abriga uma falsa economia. Falsa é a filosofia do governo, falsas as suas instituições, artificiais são os partidos e falsas as estruturas de sua sustentação material. Obras faraônicas são executadas para o deleite de nossa vaidade cabocla, enquanto fecham os olhos para o quadro sinistro de 30% de nossa população submetida ao inferno dantesco da fome.

Realizou-se o milagre brasileiro, promoveu-se o crescimento desmedido do nosso Produto Interno Bruto (PIB), tudo através de uma desumana acumulação capitalista às custas dos mais pobres. Marginalizado politicamente, o nosso povo viu deteriorar-se a sua qualidade de vida, além de se lhe impor um regime de duras e implacáveis privações, que lhe quebra a resistência cívica e o condena à submissão política e econômica.

Estão ficando cada vez mais distantes os horizontes de uma sociedade pluralista, solidária, cordial e unida, que harmonize, em favor do nosso povo, uma clarividente política de bem-estar, uma sadia atmosfera de justiça social, com desenvolvimento e liberdade.

Continuamos sob o guante de um governo autoritário, no qual só o Executivo dita, faz e impõe a lei. Não há controle para a sua atuação desordenada e avassaladora. Açambarca com a sua amplitude o regular funcionamento dos demais Poderes, enquanto que os direitos fundamentais da pessoa humana deixam de ser prerrogativas inalienáveis do homem, passando o seu efetivo exercício a uma mera concessão de liberalidades dos detentores eventuais do poder. É reduzida e quase nula a taxa de legitimidade democrática do regime confessadamente antiliberal e antipovo, em nome do desenvolvimento e da segurança, erigidos em objetivos prioritários do governo, ainda que, para alcançá-los, houvesse deixado à margem do processo decisório parcelas numerosas da opinião pública.

A tese de que o desenvolvimento rápido era incompatível com a liberdade e a justiça social ganhou foros de verdade absoluta e para contestá-la bastariam os expressivos índices do nosso crescimento. Não se atentava para o vertiginoso processo de nossas transformações sociais, para a ampliação, em escala geométrica, dos nossos parâmetros demográficos, para

a inflação, de origem endógena e exógena, arrasadora e convulsionante, para a urbanização com todos os seus impactos negativos, que um intenso surto de industrialização só tem feito agravar, eis que tudo estava a indicar a construção de instituições democráticas fortes e dinâmicas, modernas e flexíveis, que pudessem conter, disciplinar e conduzir, sem abalos e violentas coerções, o nosso desnorteante complexo político.

Nos últimos quinquênios criou-se uma potência vulnerável e vulnerada sob a moldura de uma “republiceta jurídica” para servirmo-nos do conceito do eminente Senador José Sarney.

A retomada do processo democrático tornou-se uma indeclinável e impostergável imposição da consciência nacional. Retardá-la, mais do que uma violência contra a Nação, vem sendo um temerário abuso do poder, cujas consequências serão, fatal e inexoravelmente, a insurreição dos oprimidos contra os opressores, o rompimento do pacto social, levando de roldão todas as conquistas do progresso já incorporadas ao patrimônio de nossa civilização ao preço de sangue, suor e lágrimas.

Sensibilizado por esse quadro – o que supomos –, mas, sem dúvida, compelido pelas pressões advindas de todos os setores do nosso povo, o governo cedeu na sua resistência autoritária, fez concessões às exigências da opinião pública brasileira, já na iminência do protesto violento, e remete ao Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional que, se não tem o mérito de dar solução apropriada à crise de nossas instituições de Estado, representa, sem dúvida, o propósito de aliviar as tensões existentes, com a promessa de prosseguir na escalada das aberturas, esperando, um dia, alcançar o alto nível de uma democracia compatível com a nossa cultura e a posição de relevo que ocupamos no conjunto das nações civilizadas.

Sem pôr em dúvida a sinceridade dos propósitos governamentais, não há porque deixar de proclamar que as reformas apresentadas são ineficientes, porque não devolvem o poder ao povo; são precárias, porque não tiveram a coragem de se desvincular totalmente do arbítrio; são inumanas, porque carentes de conteúdo social.

Não há negar, Sr. Presidente, que as reformas apresentam aspectos positivos e negativos. O que existe de positivo na reforma proposta pelo governo são aquelas contribuições que o Movimento Democrático Brasileiro, no seu programa e nos longos anos de sua pregação, vem levando, como sua mensagem, à consciência democrática do nosso povo.

Mas há, na emenda constitucional, de iniciativa do governo e do seu partido, aspectos com os quais a Oposição não pode concordar, porque são remanescentes do arbítrio, resíduos da prepotência e, como tais, a sua permanência, ainda que sob a roupagem de legalidade democrática, são perigosos instrumentos coercitivos, porque inspirados na nefanda filosofia do AI-5.

Temos, Sr. Presidente, de salientar, na emenda do governo, os seguintes aspectos positivos:

- a. a restauração, em parte, da inviolabilidade dos deputados e senadores no exercício dos seus respectivos mandatos, isentando-os do processo de prisão, com fundamento na injúria, difamação, calúnia ou perturbação da ordem pública;
- b. o restabelecimento da garantia prévia de licença da Câmara a que pertençam, para que os deputados e senadores possam ser processados, mesmo no caso de prisão em flagrante;
- c. a revogação dos atos institucionais e complementares da qual decorrem, automaticamente, as seguintes consequências necessárias:
  - c.1. a extinção da cassação pelo Poder Executivo dos mandatos legislativos federais, estaduais e municipais;
  - c.2. a vigência das garantias dos juízes estabelecidas no art. 113 da Constituição;
  - c.3. o restabelecimento da estabilidade dos funcionários públicos, determinada nos arts. 100 e 105 da mesma Constituição;
  - c.4. a restauração, em toda a plenitude, dos direitos e garantias enumerados no art. 153 da aludida Constituição, entre os quais figura o *habeas corpus*;
  - c.5. a cessação da inelegibilidade perpétua dos cassados;
  - c.6. a extinção da faculdade do Presidente da República de decretar o recesso do Congresso Nacional;
  - c.7. idêntica extinção da faculdade do Presidente da República de confiscar bens sumariamente;



c.8. a abolição da censura à imprensa fora dos períodos de suspensão das garantias constitucionais.

Ora, Sr. Presidente, não temos porque rejubilarmos-nos que haja o Chefe da Nação e o seu partido atendido a essas reivindicações, porque elas, em verdade, não chegam a ser direitos constitucionais; elas são os pressupostos da existência da vida democrática, são aquelas preliminares sem as quais não pode haver uma vida decente em nenhuma Nação civilizada.

Mas, a despeito de serem pressupostos da vida democrática, essas prerrogativas já há muito estavam suprimidas do nosso Direito. É incrível que há catorze anos esses postulados tenham entrado em eclipse e que só agora o governo, com a sua emenda constitucional, resolve reconhecê-los; e não o faz em homenagem à Oposição, que nunca abandonou a sustentação e a defesa desses princípios; faz porque a opinião pública brasileira, pelos diversos segmentos da nossa sociedade, impôs e exigiu que esses dignos padrões de vida fossem novamente restaurados em nossa Pátria.

Além do mais, Sr. Presidente, há outros aspectos da emenda constitucional do governo que mereceriam nosso exame atento e a nossa consideração, mas deixaremos de fazê-lo, porque outros oradores desta tribuna já o fizeram durante a discussão da matéria. E, também, porque a nossa crítica, nesse particular, poderia parecer eivada de suspeição por partir de um integrante do partido da Oposição. Mas vou valer-me, Sr. Presidente, de depoimentos isentos, de críticas desapaixonadas, como as do Instituto dos Advogados do Brasil, que aprovou, por unanimidade, o parecer deste bravo, assombroso e nunca assaz louvado, Sobral Pinto, cujo notável trabalho começa com as seguintes considerações:

O projeto, no seu conjunto, não satisfaz. Ele não restitui ao povo brasileiro a sua soberania. Não liberta totalmente, como deveria, a tribuna parlamentar. E quando esta não é inteiramente livre, a liberdade do cidadão e a dos outros meios de comunicação ficam, também, bastante limitadas. Igualmente não é de aceitar-se o projeto de reformas pelo que silencia: mantém a eleição do Presidente da República e a dos governadores dos estados debaixo do processo indireto, privando, deste modo, o povo de escolher, ele próprio, atra-

vés do sufrágio universal secreto, os titulares do Poder Executivo federal e do Poder Executivo dos estados. Não procede a alegação de que a passagem do País do regime autoritário que o oprime para o regime democrático que o libertará deve ser feita por etapa. Uma tal alegação é, além de inadmissível, manifestamente incorreta, inaceitável, por falsa e errada. Nenhuma Constituição é provisória e temporária. Toda Constituição é, por natureza, permanente e definitiva. Ela é feita para durar e, mais do que isto, para opor barreiras ao arbítrio dos governadores e ao império da força.

Aí está, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a crítica serena, imparcial e desapaixonada do Instituto dos Advogados Brasileiros, sodalício que, pela sua tradição, fala com aquela isenção, aquela segurança, de quem não se dirige a partidos nem a governantes, mas de quem fala à Nação sempre nas horas de crise e tormenta, nas horas de borrascas e de inquietação, inspirado na verdade e no Direito.

Sr. Presidente, o que existe de grave na emenda constitucional apresentada ao Congresso é que ela não devolve o poder ao povo. O Presidente da República e os governadores continuarão a ser eleitos por esse afrontoso processo de eleição indireta, vigente no Brasil, que não é eleição nem é indireta, porque é uma nomeação ratificada por um colégio eleitoral, que se permite a prerrogativa de substituir a Nação para ratificar com o seu voto, num conglomerado de amigos e secretários, e beneficiários, a escolha que vem de um poder mais alto.

As eleições diretas para o provimento das funções executivas do poder e do terço do Senado lamentavelmente não foram contempladas no bojo da iniciativa governamental e basta esta constatação para que, de logo, a coloquemos de quarentena.

Não haverá democracia na face da terra enquanto o governo não emanar do povo e em seu nome for exercido. Todos os governos que se constituírem ao arrepio desse postulado básico padecerão de ilegitimidade que nenhum colégio eleitoral, ainda que autêntico e independente, o que não tem ocorrido entre nós, conseguirá suprir. A Nação é insubstituível na escolha dos seus governantes, e pretender representá-la numa reunião festiva de amigos e apaniguados, em reduzido número, é amesquinhá-la, mistificá-la, pois dela se está confiscando prerrogativas inalienáveis que só pela força podem ser usurpadas.

Por que esse aferrado empenho, depois de longa excepcionalidade, em frustrar o povo do seu indeclinável direito de dispor do seu destino? Por que os donos do poder, na semilegalidade em que se abrigam, ainda insistem em nele se manter sem a unção do voto popular?

Só há uma explicação. O uso e o abuso do poder, a prática reiterada do governo oligárquico, levam os seus titulares a confundir a coisa pública, propriedade do povo, com algo do seu acervo privado. Dela se decide com a tranquilidade e a desenvoltura de quem distribui benesses do seu próprio patrimônio. Cria-se uma corrente de contemplados, arma-se o círculo dos apoios e das retribuições, na ação entre amigos, numa atmosfera de favores mútuos e, dessa forma, os premiados não se dão conta que vão se degenerando os padrões de escolhas no aviltamento impune das categorias morais e jurídicas, que condicionam a convivência humana na dignidade da existência.

Como se não bastasse, entre nós, o provimento, por critérios até domésticos, das mais altas funções do governo Executivo na União e nos estados, cria-se essa figura caricata, que o povo, na sua intuição divinatória, já cognominou de biônico, os senadores por via indireta, da caprichosa seleção dos que se outorgaram a suprema prerrogativa de falar e decidir pelo povo.

Essa situação anômala e oprobiosa não pode persistir por mais tempo. Que Deus se apiede do Brasil e que os atuais, se não agora e já, sejam os últimos a serem impostos ao povo, de forma tão chocante e contundente. Surjam os vindouros do seu coração, no debate apaixonado, mas sempre regenerador das urnas livres, porque só assim as democracias se formam, se purificam e se consolidam.

Mas, não é só no aspecto político que essas reformas se mostram deficientes e precárias. A emenda é, também, inumana, como já acentei, do ponto de vista social. Ela não atendeu, em nenhum momento, às reivindicações de nossas classes trabalhadoras. E sobre isso nenhum depoimento é mais expressivo do que o manifesto dos líderes do sindicalismo brasileiro, quando declaram em seu documento:

Esperava-se que, efetivamente, fosse o País reconduzido ao Estado de direito e restabelecidas as liberdades individuais reclamadas pelo povo brasileiro.

Todavia a ninguém sensibilizou o projeto. Ao contrário, provocou apenas desencanto e frustrações. Realmente, a reforma preconizada, além de marcar pelo casuísmo, procura, apenas, erigir em princípio constitucional o que já se contém em leis de exceção.

Como veem V. Exas., Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não poderá o MDB votar este projeto de emenda constitucional, mesmo tendo aparentemente que se contrapor àqueles postulados que são os do seu programa, aquelas teses que são as de sua constante pregação. Isto porque a Mesa e a Maioria não deixaram à Oposição outra alternativa.

A decisão que V. Exa. acaba de tomar, negando, *in limine*, o destaque para verificação, no mérito, das emendas da Oposição, é deveras lamentável. Não é apenas, agora, um golpe de força contra a Oposição. É um golpe de força contra a própria soberania do Congresso Nacional, que V. Exa. retira do dever precípua de examinar as matérias colocadas à sua consideração.

Custa-me crer que homem da envergadura de V. Exa., com seu passado político, a sua tradição liberal, a sua consciência democrática, para servir aos interesses eventuais de uma episódica conjuntura política, lance todo seu prestígio pessoal e do seu cargo nessa decisão, que não vai fazer honra ao Congresso brasileiro.

Nós lamentamos e protestamos contra a decisão de V. Exa. Ela agride, frontalmente, não apenas os parlamentares da Oposição, mas ofende todo o passado de nossa venerável instituição.

V. Exa. melhor do que ninguém conhece a letra expressa do nosso Regimento, sabe muito bem que nele há como enquadrarem-se as emendas do Movimento Democrático Brasileiro. Mas, o que não interessa à Mesa e o que não está interessando à Maioria é que as propostas da Oposição possam, eventualmente, lograr vitória, valendo-se daqueles votos os arenistas que não querem mais se submeter às imposições do poder.

A Oposição vai dar a V. Exa. e à Maioria, Sr. Presidente, uma demonstração do seu espírito de colaboração, do seu espírito de respeito à austeridade e à dignidade desta Casa: vai retirar todos os destaques que ofereceu, menos um, o que diz respeito ao item 7, da Emenda nº 2, que se refere à eleição, por via indireta, de senador. Já que abrimos mão de

quase todos os nossos destaques, menos de um, nós nos sentimos no dever de apelar para V. Exa. que não nos negue a prerrogativa de ver essa proposição, de cujo destaque nós não desistimos, submetida ao exame, discussão e consideração dos Srs. Congressistas. Pedimos o mínimo. É que ela é de vital importância para a vida do País, quando estamos ensaiando os primeiros passos na retomada do processo democrático. Esperamos que a Mesa não nos iniba, que a Mesa não nos silencie, que a Mesa não nos esmague, que a Mesa não nos obrigue a um protesto que violentará a nossa natureza, o nosso comportamento e os deveres que temos para com esta Casa. Que V. Exa., que tem como primeiro e mais importante dos seus encargos, ao presidir esta instituição, o de zelar pelo seu prestígio, decoro e projeção, não nos deixe, Sr. Presidente, na constrangedora alternativa de termos de lavrar um protesto digno, veemente e enérgico contra a violência que nos oprime.

Sr. Presidente, a hora que vive a Nação é da maior gravidade. Não acreditamos que as emendas propostas pelo governo venham a erradicar, de uma vez por todas, a agitação que vai no *underground* da Pátria. O que o Brasil precisa, nesta hora, é refundir as suas instituições democráticas, mas refundir na sua integridade, refundi-las totalmente, reorganizá-las organicamente. Não podemos continuar exibindo ao mundo civilizado os farrapos e andrajos que cobrem a nudez indecorosa do arbítrio.

A hora é de criarmos um arcabouço jurídico que seja, na verdade, um arcabouço de uma grande Nação que está caminhando para os seus destinos de potência. E não é possível, Sr. Presidente, que na hora em que a Oposição, armada dos melhores propósitos, se dispõe a colaborar com o governo no alargamento da sua sugestão e iniciativa, ela se veja frustrada e decepcionada por casuísticas e sofisticadas interpretações do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Queremos, Sr. Presidente, de uma vez por todas, deixar bem claro: desde que esta emenda constitucional chegou à Casa, todos os cerceamentos foram aplicados ao comportamento do MDB, nada lhe foi permitido e tudo lhe foi negado. Antes, no execrando pacote de abril, já se havia reduzido o quórum constitucional para o de maioria absoluta, com o determinado propósito de prescindir da Oposição nas votações de emenda constitucional.

De início, para que lográssemos o número de assinaturas suficientes para a apresentação e sustentação de nossas emendas, levantou-se a objeção de que a Mesa não aceitaria assinaturas xerografadas, ainda que autenticadas pelas Lideranças do Senado e da Câmara. Aceitamos esta decisão da Mesa para que não nos transformássemos numa força de obstrução. Mais tarde, porém, se permitiu, na Comissão Constitucional, que o ilustre relator-geral da matéria, o nobre Senador José Sarney, apresentasse emendas sem ter realmente um terço de assinaturas do Senado e da Câmara, e essas emendas, assim apresentadas, foram submetidas à consideração dos membros da Comissão Constitucional e consideradas válidas na sua processualística, mesmo contra a letra expressa da nossa Constituição, das nossas leis e do nosso Regimento.

Tais discriminações vêm acompanhando a Oposição com o objetivo de tolher o seu trabalho. Mas, afinal de contas, vencendo todos os obstáculos, Sr. Presidente, as emendas da Oposição puderam ser apresentadas. Não podendo fulminá-las no seu mérito, sem nenhuma cerimônia elas são arguidas de impertinentes, emendas mortas, para que sobre elas não se manifeste o Plenário.

Não quero insistir no aspecto dessa draconiana decisão, mas, tão somente, significar a V. Exa. e à Casa que estas emendas não foram, como se disse, desprezadas na Comissão Constitucional. Não foram consideradas impertinentes, como se apregoa; pelo contrário, o que se vê do parecer do nobre relator, José Sarney, é que elas foram rejeitadas. Quer dizer, foram consideradas, para serem rejeitadas, e isso consta, expressamente, com todas as palavras, da conclusão do seu relatório.

Logo, não pôde passar, a Mesa, por cima da decisão de uma Comissão Constitucional que examinou a proposição para declarar que essas emendas têm de ser excluídas da apreciação do Congresso porque são impertinentes. O relator, assim, não as considerou; logo, a Casa não pode, também, as considerar impertinentes, e estou certo de que V. Exa., no âmago do seu coração, no íntimo da sua consciência, também assim não as considera.

Mas vamos admitir que houvesse, nas emendas do Movimento Democrático Brasileiro, alguma infringência ou ofensa à letra do Regimento. Somos uma Casa do povo, que deve ser animada de espírito democrático, e V. Exa., mais do que qualquer outro, em nome do seu passado, devia ser o primeiro a encontrar a cobertura regimental para que não se furtassem

à deliberação dos representantes do povo emendas da mais alta importância de iniciativa do Movimento Democrático Brasileiro.

E o que pede a Oposição em suas emendas? Que se implante no País uma Assembleia Nacional Constituinte, porque, sem ela, jamais estruturaremos esta Nação, em termos de normalidade democrática, com justiça e liberdade.

O que pede o Movimento Democrático Brasileiro nas suas emendas? A anistia. Não é possível, por mais tempo, manter esta Nação dividida entre os que tudo podem e negam e os que, proscritos, têm de viver foragidos, marginalizados e exilados.

O que pede mais o Movimento Democrático Brasileiro nas suas emendas? Que se acabe, de uma vez por todas, com este violento ultraje aos princípios democráticos que regem os povos civilizados, de ver Presidentes da República escolhidos na intimidade do palácio, de ver governadores escolhidos no compadrio, na recompensa a dedicações e até entre os cortesãos, frequentadores das antessalas dos gabinetes palacianos.

O que mais reivindica o MDB? Que se outorgue aos trabalhadores brasileiros um regime de justiça social, garantindo-lhes o direito ao trabalho, a sua segurança econômica, o respeito ao seu sindicato, o direito de greve e a sua participação nas decisões da vida nacional.

E, finalmente, o que nós não aceitamos é ver a Federação mutilada quando em cada estado um dos seus representantes no Senado não vai emanar do voto direto dos seus habitantes, mas vai nascer de um processo artificial oriundo de uma concepção abstrusa.

Concluindo as nossas considerações, Sr. Presidente, afirmamos que, abrindo mão de todos os destaques, menos de um, trazemos aos nossos trabalhos uma notável colaboração, certos de que V. Exa., se não em homenagem à Oposição, que talvez fosse esperar demais, mas em homenagem ao Congresso, há V. Exa. de nos dar o direito de discutir e votar esta emenda para que sobre ela decida a soberania dos representantes do povo no Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

# *Democracia: aspiração e necessidade*

---

## **Discurso de avaliação da legislatura 1974-1978.**

*Câmara Federal.*

*Sessão de 6-12-1978.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegamos ao fim de mais uma legislatura; lamentavelmente, não teve a marca nem a grandeza dos acontecimentos, nem o brilho de sua produção e, muito menos, uma forte contribuição ao aprimoramento dos padrões éticos, jurídicos e humanos da nossa malfadada democracia.

Oriunda do pleito memorável de 1974, uma estupenda afirmação do espírito democrático do nosso povo, na sua ojeriza a todos os tipos e formas de opressão, despontou sob os raios de uma aurora de fé, esperança e otimismo na reconstrução das estruturas de nossas instituições livres. Essa a vontade do povo inequivocamente revelada em todos os recantos da Pátria, numa eleição, cujos resultados, não obstante, viriam a ser, logo depois, duramente defraudados. A ilusão de uma retomada democrática durou pouco. Não tardou em desfazer-se em melancólica decepção ao encontro com os duros penhascos de uma realidade política, que o autoritarismo vem timbrando em manter mesmo ao arpejo das mais contundentes manifestações da consciência nacional. As mais fagueiras e legítimas esperanças se frustraram e os mais elevados propósitos se engolfaram no pessimismo dissolvente de desalentadora mediocridade.

Tínhamos tudo para confiar na força de resistência, de iniciativa e de recuperação da legislatura que se instalava sob as bênçãos mais calorosas da unção popular. Nada lhe faltava para cumprir o seu papel histórico. Parlamentares cultos, dignos e patriotas. Homens públicos da melhor cepa cívica, imbuídos das mais torturantes preocupações pelo destino da nossa gente e todos determinados em envidar todos os esforços para dar ao Brasil a configuração moral e institucional a que tem direito pelas suas tradições e pelos elevados níveis de sua cultura.



Não se fez esperar, porém, por muito tempo, para que o Executivo, servido pela forte personalidade do Presidente Ernesto Geisel, se desmandasse no abuso do poder e colocasse o Congresso, triste e cabibaixo, na posição subalterna de um Poder ratificador. Poucas vezes se levantaram para protestar e resistir; o Legislativo, porém, não resistiu: entregou-se. Preferiu acomodar-se ao estilo duro e ríspido do Chefe da Nação a contê-lo nos limites de suas prerrogativas constitucionais.

Nada menos do que seis cassações de mandato, sem motivação grave e sem defesa prévia, à revelia do nosso Poder, perpetradas nos nossos Anais. Marcelo Gato, Nadyr Rosseti, Amaury Müller, Lysâneas Maciel, Marcos Tito e Alencar Furtado foram as estarrecedoras mutilações impostas à integridade do Congresso Nacional, nessa legislatura que hoje se finda, em nome de uma ordem que a ética não justifica e o Direito condena.

Era, apenas, o prenúncio de um nefando retrocesso, cujas nuvens negras se adensavam no temporal de arbítrio, prestes a desabar-se sobre a Casa do Povo, mergulhando-a em humilhação e cobrindo-a de vexame. O seu recesso e o pacote de abril, de funesta memória, eclodiram, levando de roldão as conquistas mais respeitáveis da civilização, ao mesmo tempo que estraçalhava a Constituição que todos juráramos preservar e defender, aviltava, a um só tempo, o Legislativo e o Judiciário e afundava a Nação nos abismos insondáveis dos povos sucumbidos e humilhados. Os senadores biônicos e a Lei Falcão são os monstrenghos gerados no ventre dessa calamitosa convulsão da razão, das instituições e dos princípios.

A Nação repudiou, como jamais se viu, a figura esdrúxula daqueles senadores sem votos e sem eleição, representantes dos conchavos palacianos.

A Lei Falcão estava destinada a preparar a mais espúria, abastardada e corrompida das eleições já registradas na história do nosso povo. Ela permitiu o exercício, em escala incomensurável, do poder do dinheiro, que comprou às soltas no trabalho de aliciamento e corrupção dos eleitores, na propaganda afrontosa dos candidatos, numa competição em que não se levavam em conta os méritos dos postulantes do voto popular, mas sua capacidade de pagar, a preço de ouro, as adesões e os apoios de densos redutos.

A Nação não suporta mais uma eleição como a de que acabamos de participar. Quando na vida de um povo não se pode preservar a limpeza das fontes do poder, algo de grave está para acontecer, pondo em risco as suas tradições morais, a intangibilidade de sua consciência jurídica e a sua própria respeitabilidade.

A grande tarefa que nos incumbe em face do futuro, se quisermos legar aos porvindouros uma Pátria de que devam orgulhar-se, é a da moralização e da autenticidade do voto. Se nos omitirmos desse dever e fugirmos ao cumprimento dessa inadiável obrigação, já na próxima escolha de representantes do nosso povo só iremos ver recrutados os candidatos de linha ideológica, ou os emanados do poder econômico, empresários ou seus testas-de-ferro, ficando à margem, sem representação fidedigna, os segmentos mais importantes e expressivos da nossa sociedade.

A revogação da Lei Falcão, para que o câncer que está putrefazendo a legitimidade do nosso processo eleitoral não aprofunde as suas raízes e não crie metástases incuráveis, é uma imposição sagrada, se realmente pretendemos sobreviver sob a égide de uma democracia exemplar nas suas práticas e vigorosa na plenitude de sua soberania.

Não temos, nós do MDB, a despeito de tudo, mesmo enfrentando as situações mais adversas, por que descreer da capacidade de luta e de resistência do nosso povo. Ele compreendeu a nossa mensagem, atendeu o nosso apelo e nos confiou os sufrágios da maioria da Nação. Pretender tapar o sol com a peneira, para valermo-nos do depoimento insuspeito do futuro Vice-Presidente da República – o ex-governador Aureliano Chaves –, quando se busca sobrepujar a votação majoritária para o Senado, esta, sim, a legítima manifestação da alma nacional, com a precária maioria alcançada pelo partido do governo na Câmara dos Deputados, pois que, no Senado, excluídos os senadores nomeados, a Oposição é majoritária, é abusar do engodo e da mistificação.

No pleito proporcional prevalecem, ainda, as relações de parentesco, amizade, reconhecimento e prestígio das lideranças tradicionais, cujos vínculos com o seu eleitorado não se desfazem facilmente. É o voto condicional por injunções pessoais. Só nas eleições majoritárias é que o voto eclode na força telúrica de um grito da consciência, livre e desassombrado, na afirmação de um estado de espírito, cujos limites são os parâmetros da própria Pátria.

Daí não hesitem os analistas isentos e imparciais, que se situam fora e acima dos partidos, em apregoarem a estupenda vitória da Oposição, na última pugna cívica, com uma maioria superior a cinco milhões de votos sobre os sufrágios do partido situacionista.

Hoje, em que pese a todas as deformações de nossas instituições, fundidas nas forjas do arbítrio para proscrever e marginalizar os anseios populares, não há negar que somos nós, do MDB, a mais legítima representação da Nação brasileira. Não somos o governo, que não emana do povo, mas somos a Nação por decisão da maioria do povo.

É imperativo, portanto, que o governo pondere, reflita e medite sobre o pronunciamento das urnas de 15 de novembro. Ele traz consigo um veredito solene e inapelável. De nada vale minimizar a sua significação, ou deturpar o seu sentido. Ele é inequívoco. A Nação não mais suporta a usurpação do poder. Não aceita a eliminação do voto em benefício de privilégios dos grupos oligárquicos. Deseja a implantação de efetivas garantias ao pleno exercício dos direitos humanos. A universidade livre. Os sindicatos autênticos. A imprensa liberta. A corrupção punida e a incompetência afastada. A usura externa e interna contida em nome da miséria e dos sofrimentos de nossa gente. A inflação dominada para que o trabalhador não se sinta lesado e haja um mínimo de alegria e de esperança nos lares pobres de nossa Pátria.

Compenetremo-nos todos, de uma vez por todas, que a retomada do processo democrático é irreversível. Contê-lo, procrastiná-lo ou, de qualquer forma, impedir a sua natural expansão é realizar obra de lesa-pátria e desafiar a implacável condenação de todos os brasileiros. Eliminemos, corajosamente, os resíduos da ilegalidade e sejamos os futuros legisladores, artífices responsáveis e conscientes de uma nova ordem institucional, alicerçada no direito, inspirada na justiça e vendo nos horizontes infindos o sol fulgurante da liberdade, que só ele prepara as nações fortes, cria os valores estáveis e dá aos povos a consciência da sua dignidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fim de uma legislatura é sempre uma hora melancólica. Tem a conotação violácea das despedidas e o amargor dos adeuses. Uns ficam e outros se vão. Muitos, mesmo não ficando, deixam nesta Casa a marca indelével do seu talento, da sua cultura, probidade e espírito público.

Seria para todos sumamente penoso recordar, mencionando os que não voltam, levados pelos percalços e azares da vida pública. Esta é uma contingência inelutável dos que se entregam ao serviço do povo. Por ela passaram, em todos os tempos, e em todas as nações, os seus maiores estadistas. É que, no revés eleitoral, quase sempre não se registra uma derrota, mas a contribuição de sacrifício, a grandeza dos ideais que nos animam e a perenidade da vida democrática, e ela não se faz sem os seus heróis, líderes e, também, as suas vítimas.

Os que caem são, não raro, os que mais concorrem para a sustentação da cidadela democrática, cuja preservação nunca é uma conquista definitiva, mas uma luta de todos os dias, na eterna vigilância pela prevalência dos princípios supremos.

Há, porém, nessa legislatura, uma despedida que não pode passar sem um destaque particular. Eu me refiro ao nobre líder do governo, Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, que enrola o seu pavilhão e desfaz a sua tenda de combate, depois de 38 anos de ininterrupta atividade parlamentar. Caso raro na vida das nações cultas, esse de um homem público dedicar toda a sua existência à representação do seu povo. Servindo-o, no governo e na Oposição, irritando os governos, quando os combatia, e indignando a Oposição, quando do lado dos governos.

Feijó dizia dos Andradas que eles eram tiranos no poder e demagogos na oposição. O nosso Andrada de hoje não fugiria à sentença, pois que nunca soube fazer política sem a paixão do bem público. Marcou os Anais desta Casa como poucos o têm feito e deixa-nos o exemplo de sua agressiva combatividade e de sua irrepreensível honradez. A Pátria lhe é reconhecida, e os pósteros recordar-lhe-ão o nome e a vida. Nessas palavras receba V. Exa., nobre líder José Bonifácio, as homenagens de despedida de seus adversários, que abominam os seus posicionamentos políticos nessa legislatura, mas louvam a sua infatigável dedicação cívica e a integridade do seu caráter.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação está dividida. O governo, divorciado do povo. A autoridade oprime a liberdade. O arbítrio eclipsa o Direito. Nenhum povo pode viver dedicando-se ao trabalho fecundo, nesse clima de inquietação, injustiças e sobressaltos. Na opressão ainda germinam as sementes do ódio e do ressentimento. A conciliação, mais do que uma ação política, é uma condição de sobrevivência nacional.

O general João Batista Figueiredo, futuro Presidente da República, fez dela um compromisso de honra. Ninguém duvida de que ele vai cumpri-lo. A Constituinte e a anistia são os caminhos mais curtos para alcançar a sua meta. Que S. Exa. empreenda, sem perda de tempo, essa jornada. Não lhe faltará para esse objetivo a ajuda da Oposição e as bênçãos da Nação. Que seja generoso, e os brasileiros ser-lhe-ão gratos. Se não puder ser generoso, seja justo e os seus concidadãos ser-lhe-ão reconhecidos. Mas, se também não lhe deixarem ser justo, seja enérgico e clarividente, e o povo não lhe faltará.

# *A criação do Partido Popular e a conjuntura política*

---

## **Discurso sobre a criação do Partido Popular e a conjuntura política.**

*Senado Federal.*

*Sessão de 27-11-1979.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Começo por oferecer escusas aos nobres senadores. A turbulência dos acontecimentos políticos, dos últimos dias, não me deixou tempo e nem vagar para elaborar um discurso em consonância com os severos estilos desta Casa do Congresso Nacional. Mas, se não lhes posso dar um pronunciamento vazado nos elevados cânones a que os colegas estão habituados, resta-me a esperança de poder submeter à consideração de todos palavras profundamente sinceras.

Vivemos uma hora de crise universal. A humanidade se debate, angustiada e oprimida, no torvelinho dos ódios e paixões das lutas ideológicas, no conflito dos interesses contrariados, assistindo à agonia dos imperialismos que se desmoronam e à afirmação da dignidade dos povos que surgem livres para a civilização. Os prodígios da ciência estarcem, ensoberbecem e amedrontam, enquanto os milagres da técnica de tal forma engrandecem o homem que ele já se julga, no seu orgulho insano, um rival de Deus. As religiões debilitadas sentem periclitar a sua força para iluminar e disciplinar as consciências. A moral se dilui em meio ao materialismo e à impiedade dos costumes, da exacerbação do sexo, da apologia da violência e da institucionalização do pauperismo. O Direito já não mais consegue submeter e coordenar os fatos, que o agridem, zombando da soberania dos seus princípios. A economia, divorciada da ética, parece resumir-se numa só lei: a que dá aos povos ricos o direito de se enriquecerem sempre e cada vez mais, ainda que à custa da miséria genocida de milhões de criaturas humanas. Estamos contemplando um mundo que morre e outro que nasce. É o fim da civilização do petróleo e o início dessa outra civilização trágica ou redentora, a civilização do átomo.

É nesse contexto de um mundo desvairado e cruel que se insere a civilização brasileira no estágio atual de sua evolução.

Recebemos os reflexos de todas as desventuras do exterior e a elas temos de adicionar as nossas próprias vicissitudes. Crise ampla e profunda assola todos os setores da vida nacional. A moral pública, agredida e abalada cotidianamente, se desgasta nos fatos e ocorrências os mais chocantes, esfacelando-se no câncer da corrupção, que se espalha dos municípios da União, em metástases destruidoras.

Transformaram a Nação num imenso pano verde. Joga-se nos prados de corrida, nas loterias federal e estaduais, na loteria esportiva e, agora, na zooteca, que consomem semanalmente parcelas consideráveis dos parcos rendimentos de nossas classes médias e dos salários de nossa massa trabalhadora.

A política, como nau sem rumo, navega ao sabor dos ventos, despertando a insânia de uns, a ambição de não poucos e a má-fé de muitos. O País está perplexo e desorientado, sem que possa compreender e alcançar quais os objetivos que o governo, na verdade, está perseguindo, se a consolidação e a ampliação de nossas conquistas democráticas e sociais, ou o funesto propósito de implantar a confusão para o retrocesso aos dias ominosos de um passado recente, que cobriram de vergonha e opróbrio a nossa história.

A administração, descontrolada e desordenada, ostenta no arbítrio de uma presunçosa tecnoburocracia todas as pompas de uma arrogante irresponsabilidade. Corrompe-se no esbanjamento perdulário dos dinheiros públicos. Compromete a sua eficiência no conflito de competências paralelas, altamente dispendiosas. Órgãos diversos, em área de jurisdição conflitante, estudam, examinam e buscam solução para os mesmos problemas e nunca chegam ao mesmo resultado. Perverte-se na execução de obras mirabolantes, com o desprezo daquelas que são realmente de interesse do povo. Na concepção de projetos milionários gasta-se, imoderadamente, o recurso que falta à assistência dos necessitados. Avilta-se nas viagens suntuosas, nas mordomias nababescas, nas polpudas e desnecessárias comissões, ao mesmo tempo em que escandaliza a Nação com os vultosos gastos com uma publicidade desmedida e uma delirante promoção do governo e seus integrantes.

Quebra-se a hierarquia, de vez que não há mais competências definidas, os planos se superpõem ou se chocam, a responsabilidade se de-

compõe no jogo das influências, através das incompetências que se instalaram pelo favoritismo, nos setores mais importantes da máquina estatal.

Reflete ao vivo esse quadro alarmante, anômalo e confuso, esse incrível PND-3, no qual não se sabe o que mais assombra, se o desprezo pela inteligência dos que o leem, se a audácia das afirmações apressadas, levianas e inconsequentes.

A economia, traumatizada pelos erros acumulados nas gestões de sucessivos governos revolucionários, está dando os sinais mais inequívocos da perda de substância do nosso processo de desenvolvimento econômico. Setores fundamentais de nossa sobrevivência, como Nação, estão na iminência do colapso. Já se estancam as fontes do trabalho, estamos empobrecendo e a nossa estabilidade social corre riscos evidentes.

A pequena e a média empresa, que representam perto de 90% de todas as nossas atividades econômicas, estão submergindo sob o peso de um insuportável endividamento, que as aniquila, não lhes permitindo um só dia de trabalho seguro e tranquilo.

O comércio sucumbe, esmagado ante as perspectivas de encargos fiscais, sociais e bancários intoleráveis.

A indústria vê inquieta os dias sombrios que se aproximam com sua produção sem mercado, a redução de suas horas de trabalho, os estoques se acumulando e os juros se multiplicando.

As atividades da agropecuária estão vendo o pacote agrícola como uma miragem no deserto de suas desolações. Dois terríveis flagelos as castigam impiedosamente: as calamidades cíclicas, que as deixam prostradas e desassistidas e a pressão de providências administrativas voltadas para o seu total desencanto e desencorajamento.

Os títulos protestados, em volume e valor, batem todos os recordes nacionais. As concordatas e falências aí estão denunciando grave e perniciosa enfermidade.

Nas finanças públicas impera, imponente e soberano, sua majestade, o déficit. Déficit nos orçamentos fiscais e monetários. Déficit nas balanças de comércio e pagamento. Déficit nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista. Para financiá-los, só ocorre aos nossos administradores o recurso primário e cada dia mais imperioso de mais endividamento interno e externo, com que vamos alienando parcelas de nossa soberania, vulnerando perigosamente a própria segurança nacional. Em alguns dias do mês passado, para valorizar o dólar, debilitado



nos mercados internacionais, as autoridades monetárias dos Estados Unidos houveram por bem aumentar 1% às taxas de juros dos empréstimos que concedem e isso foi o bastante para que, da noite para o dia, os nossos compromissos, no exterior, aumentassem em 500 milhões de dólares. Por aí se vê, de forma candente, a vulnerabilidade a que estamos expostos em razão de uma política irrefletida de coleta indiscriminada de recursos alienígenas para o financiamento de nossas atividades econômicas. Estamos reduzidos à deplorável situação de uma colônia de banqueiros, subjugados aos seus interesses e caprichos, que acabaram por nos transformar no paraíso da usura internacional, expondo o Brasil à risível condição de titular de um recorde melancólico: é o País que paga os mais altos juros pelos seus financiamentos. Já não temos poder de barganha e temos de nos sujeitar às imposições do capitalismo predador.

Os investimentos nacionais perderam o sentido exato do atendimento aos mais inadiáveis interesses do povo, para se voltarem para as obras mirabolantes altamente onerosas, que nem mesmo as nações mais ricas poderiam se dar ao luxo de empreendê-las. Obras fantasmagóricas de longo período de maturação e de duvidoso resultado social. A Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, a Ferrovia do Aço e esse alucinado programa de energia nuclear são apenas algumas das mais expressivas iniciativas monumentais executadas sem planejamentos e sem projetos, levando de cambulhada todos os orçamentos financeiros no mais desabusado emprego do dinheiro do povo. O quilowatt de Angra-1 já custa US\$ 2.100, enquanto as previsões para Angra-2 e 3 chegam a US\$ 2.400, ou seja, mais do que o dobro do quilowatt instalado em Itaipu, previsto em US\$ 900.

A inflação mostra, dia a dia, a sua face feroz. Os preços sobem em escala geométrica e os salários em escala aritmética. Um déficit de 6 bilhões de dólares está sendo esperado no encerramento do exercício em curso. O dispêndio com petróleo no próximo exercício será da ordem de 11 a 12 bilhões de dólares. Os subsídios já atingiram a casa dos 300 bilhões de cruzeiros. O serviço de nossa dívida externa vai exigir, para o ano, um dispêndio de 6 bilhões de dólares, tudo isto para uma exportação que ultrapassará de pouco a casa dos 14 bilhões da moeda americana. É o descabro. Diante desse quadro, que é o mais negro que

uma administração, entre nós, já enfrentou, o governo se revela omissivo, inoperante e perplexo.

As providências estudadas e planejadas não são postas em execução e, quando o são, já não mais produzem efeito, por tardias ou inadequadas. Impotente para conjurar os seus funestos efeitos e incapaz de dominar os seus impactos arrasadores, o governo adia, contemporiza, transige, avança e recua, perdido e aturdido em meio ao cataclismo dos acontecimentos que o atropelam. De omissão em omissão, de recuo em recuo, de protelação em protelação, da chamada inflação corretiva, chegaremos ao final do exercício com a inexplicável inflação de 70 a 75%. Isto vale dizer: maior concentração de renda, os ricos mais ricos e os pobres tendo de se alimentar de suas próprias necessidades. Se o governo não se revestir de coragem e determinação para romper com a linha de ação política que vem pondo em prática, reformulando radicalmente os seus esquemas, a inflação continuará erodindo as resistências nacionais, corroendo as energias físicas do nosso povo e mergulhando-o nos horrores de uma existência dura, desumana e atroz.

Não se combate a inflação a não ser com a heroica tenacidade de um patriotismo vigilante e enérgico, com o destemor da impopularidade e a coragem resoluta para enfrentar e submeter os poderosos. O governo se recusa a adotar essas linhas de ação. As diretrizes são vacilantes; em vez de enfrentar patrioticamente a impopularidade, corre atrás da popularidade com um açodamento que, não raro, compromete a sua austeridade, cede e concede às multinacionais, cujos abusos não tem sabido controlar.

Preocupa-nos, por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a crescente radicalização do processo político nacional. O centro de gravidade da vida democrática do País está se inclinando para as áreas convulsionadas do debate e da agitação ideológica. Somos uma Nação que tem horror à violência, que não aceita as imposições dos credos autocráticos, ama a liberdade, cultua a tolerância e faz da cordialidade e da compreensão atitudes inarredáveis do seu espírito. Esse é um patrimônio de incalculável riqueza da nossa formação. Há de se preservá-lo e ampliá-lo. Implantar, no coração do povo brasileiro, o ódio é crime de lesa-pátria, etapa última de uma sequência de revides, represálias e revanches. Não há como isentar, também, o governo de responsabilidade por esse clima. No passado, pelos abusos cometidos, a pretexto de reprimir a subversão.

O ódio ideológico gera o terror ideológico num sistema trágico de vasos comunicantes, onde se sucedem toda a sorte de crimes e horrores.

No presente, porque ainda se vale dos resíduos do arbítrio para políticas de cerceamento de liberdades e de opressão dos seus adversários.

Haja vista essa decisão de extrema violência que o levou a extinguir os atuais partidos. Nada o justifica, senão um insensato capricho da prepotência. Tudo já se disse nesta Casa e na Câmara dos Deputados verberando com indignação o inominável ato de força que se praticou. Desejo, apenas, a propósito, acrescentar duas advertências: primeiro, para acentuar que de nada valem as reformulações partidárias se elas não são acompanhadas de profundas modificações de natureza eleitoral. De pouco ou nada significam as facilidades para a criação dos novos partidos, se os casuísmos aéticos e injurídicos continuarem a modelar o nosso comportamento cívico.

De que valerá o pluripartidarismo convivendo com os famigerados institutos da fidelidade partidária, que escraviza o homem público a uma organização, e com o voto vinculado que reduz a consciência do cidadão na opção de suas escolhas? A sublegenda será ou não mantida? Iremos assistir à ignomínia do distrito eleitoral? Ficaremos, ainda, sob a humilhação da Lei Falcão? O senador indireto, que conspurca as nossas tradições políticas, será extinto? Iremos ter eleições diretas em 1980 e 1982 para o provimento dos governos municipais e estaduais? Essas questões deviam, indeclinavelmente, ser discutidas juntamente com o debate da lei que extinguiu os partidos em nome de um pluripartidarismo, que se pretende necessário ao aprimoramento de nossa vida democrática. Mas tal não se fez.

Sonegando o exame desses temas, o governo e o seu partido não se houveram, no caso, com lealdade. A extinção dos partidos deixou de ser um meio para se atingir objetivos mais amplos, para se constituir num fim em si mesmo. E isto é a suprema afronta.

Em segundo lugar, a eliminação dos partidos políticos, da noite para o dia, destruindo-os como trastes inúteis, é, do ponto de vista da pedagogia democrática, algo que humilha e avilta uma Nação.

As democracias modernas são democracias de partidos. Eles têm nelas função de primacial e insubstituível importância. Devem, por isso, como ocorre entre os povos mais cultos, ser encarados com a consideração e o respeito das instituições veneráveis.

É da confiança que inspiram pelos seus líderes, os seus programas, a conduta dos seus adeptos e, sobretudo, pelo seu sentido de permanência e duração que eles se impõem à simpatia, à dedicação e ao amor ao povo. Pode-se medir o conteúdo de uma democracia pelo valor e a eficiência dos seus partidos. Se não são tratados e protegidos em função de suas prerrogativas, a democracia periclita e pode até perecer. Se não se incute no espírito do povo o amor e o reconhecimento pelos partidos, estaremos desservindo e comprometendo os ideais democráticos. Pois foi justamente isto que acabaram de fazer o governo e sua maioria no Congresso. Levaram os partidos ao descrédito e, cobrindo-os de ridículo, amesquinham-nos diante do povo, que passa a ter todos os motivos para desprezá-los e menosprezá-los. Por esta inglória decisão, a História certamente reservar-lhes-á severo e candente julgamento.

Orgulhamo-nos de haver fundado e de termos militado e lutado nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro. Ele escreveu uma página memorável na nossa história republicana. Derrotou a ditadura e conteve o arbítrio. Salvou as liberdades democráticas em nossa terra e não deixou que se apagasse, no coração do povo, o amor da justiça e do Direito.

Durante a longa noite do libertício que se abateu sobre a nossa gente, foi a lâmpada votiva, permanentemente acesa, diante do altar da Pátria.

Clamou, sem cessar, para a consciência nacional, quando brasileiros eram sacrificados ou desapareciam. Sofreu com os exilados e torturados. Humilhou-se com os poderes da representação nacional, quando parlamentares eram cassados, mas, sem se deixar abater, voltava à luta com mais decisão e coragem. Forçou as aberturas, impôs a anistia e redimiu para a dignidade da existência democrática toda uma Nação. Derrotá-lo não seria possível, mas eliminá-lo seria fácil.

E assim foi feito. Nunca lhe faltamos com a nossa lealdade e o nosso devotamento. Cumprimos o nosso pacto de honra de acompanhá-lo até os últimos instantes de sua desdita, resistindo a todas as provocações, repelindo todos os convites, repudiando todas as insinuações, para que pudéssemos, hoje, enfrentar a Nação de viseira erguida.

Estamos, porém, em face de uma nova realidade. Os partidos já não mais existem. O Brasil vai continuar e a luta pela democracia é eterna. Urge fundar outros para substituí-los na sua missão e na sua dinâmica de principais agentes da promoção democrática.

A radicalização política, como há pouco assinalávamos, é o grande mal que nos ameaça. Nem o governismo, incondicional e obliterante, e nem o oposicionismo passional e subversivo. Nem o governismo apático, reacionário e entreguista, nem tampouco o oposicionismo sectário, intolerante e implacável.

Esse maniqueísmo levará a Nação à exasperação e ao caos, retardará a restauração da democracia plena, agravará todos os nossos problemas, já de si extremamente complexos, o que só pode interessar às forças da desagregação social.

Meditando e estudando esse quadro, chegamos à conclusão que uma nova opção política seria um serviço, do mais alto patriotismo, ao Brasil. Ela funcionaria como força de contenção do arbítrio e de neutralização dos impactos da radicalização das oposições. Seria um centro amortecedor dos conflitos de grupos intransigentes e inflexíveis, oferecendo a grandes e numerosos segmentos de nossa sociedade a oportunidade de se situarem, participando do quadro partidário nacional, sem lesarem a sua consciência e sem violentarem os seus sentimentos.

Partindo dessa consideração, um conjunto de ilustres líderes políticos brasileiros, com relevantes serviços à Nação e de marcada responsabilidade no destino do País, se encontrou com o firme propósito de organizar, com esses objetivos, uma nova agremiação política, que será um partido de oposição na sua filosofia, no seu comportamento e nos seus objetivos. Oposição firme, decidida e sem equívocos, mas oposição leal e responsável. Recusamo-nos a qualquer compromisso direto ou indireto com aquelas áreas do pensamento político que se dizem democráticas, para com mais segurança atraiçoar e liquidar a democracia.

Não têm o direito de esperar a confiabilidade do povo os que se associam aos que renegam a sua fé, a sua Pátria e o seu amor à democracia. Não aceitamos, por fidelidade ao Brasil, a conivência ou a cumplicidade com essas forças. Seremos um instrumento para servi-lo, aprimorá-lo, defendê-lo, na inabalável convicção de vê-lo, em breve, respeitado, festejado e prestigiado, como uma das maiores democracias do mundo.

Esse é o nosso ideal e para sua concretização convocamos todos os brasileiros e brasileiras, qualquer que seja a sua condição social, para dar ao Brasil o esforço de sua colaboração patriótica.

Repeliremos os regimes de exceção e não nos pouparemos na luta para forçar o governo a eliminar as estruturas residuais do regime dis-

cricionário. Não haverá democracia para o nosso povo, enquanto, pelo voto livre e direto, não puder escolher os seus governantes. Queremos as igrejas livres de ameaça e opressão. A imprensa, os sindicatos e as universidades emancipados de censuras, tutelas e condicionamentos de qualquer tipo. O regime concentrador da renda, que privilegia pequenos grupos sociais, nós o condenamos em nome da justiça social. A participação de todos nos benefícios da civilização e nos frutos do seu trabalho é um imperativo da convivência digna entre todos os brasileiros.

O fortalecimento da Federação é meta prioritária no processo da redemocratização plena do País, com a restauração financeira dos estados e municípios, libertando-os da vexatória condição a que estão condenados. Não concordamos com o modelo econômico, que concede todos os favores e concessões às forças do capital e coloca em segundo plano as atividades da produção e do trabalho. Denunciamos o poderio, sem controle, das multinacionais e nos esforçaremos para coibir, nos seus excessos, o capitalismo estatal e tecnocrata. Batalharemos por uma política de renovação rural, que assista o homem do campo, dando-lhe fé e esperança no futuro, erradicando de nossa estrutura fundiária o latifúndio improdutivo e o minifúndio ineficaz, e assegurando, aos homens e mulheres que trabalham a terra, dignidade, propriedade, segurança econômica e liberdade. Que não haja ninguém sem escolas, ginásios e universidades. Abandonados, sem abrigo e educação, doentes sem hospitais e velhos sem proteção.

Dentro em breve, na Câmara dos Deputados, pela voz autorizada de Magalhães Pinto, apresentaremos à Nação a nossa proposta. Será um programa no rumo de uma democracia justa, humana, cristã, dinâmica e fecunda. Na nova organização partidária haverá lugar para todos que queiram lutar contra o arbítrio, as injustiças sociais, a espoliação nacional, os credos totalitários e a marginalização das camadas mais humildes e sofredoras do nosso povo.

Pelo Brasil e pela democracia. Esse será sempre o nosso lema.

# *O Poder Legislativo e suas prerrogativas*

---

## **Discurso do senador Tancredo Neves proferido na Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul.**

*Porto Alegre, 3-10-1980.*

Esse encontro com a cultura jurídica do Rio Grande do Sul, no seu tradicional, culto e respeitado cenáculo da Ordem dos Advogados, deixa-me justamente desvanecido. Esse sodalício é uma das expressões mais altas e luminosas do culto e do estudo do Direito, não apenas em nosso País, mas em nosso continente, em cuja civilização atormentada e tumultuada, a palavra dos juristas gaúchos foi sempre de sábia advertência, trazendo, para a solução dos terríveis enigmas que nos desafiam, a notável contribuição de suas diretrizes serenas, do seu conselho sempre oportuno e do seu apelo lúcido e caloroso, na esteira de Rui Barbosa, de que, fora da lei, não há salvação.

Os violentos traumas de nossa época, desencadeando movimentos políticos e sociais de estranho poder de mudanças e transformações, põem a ordem jurídica, em todas as nações, sob permanentes impactos, que colocam em risco a sua estabilidade e impedem a cristalização de doutrinas, conceitos e normas com força para discipliná-los.

Enquanto os fenômenos econômicos e sociais se processam velozmente, afetando as instituições políticas, ora para ultrapassá-las, ora para torná-las impotentes, a ordem jurídica vacila, transige, avança, recua, periclita, para se adaptar aos fatos decorrentes das novas realidades. Nunca se exigiu tanto da capacidade dos homens públicos, juristas e sociólogos para, sem desprezar os valores da legalidade democrática, fundir fórmulas, esquemas, novas instituições para conter e regular, no seu ímpeto, os tufões renovadores que, se não forem detectados com antecipação e retificados na sua rota, acabarão por impor a destruição, deixando atrás de si os danos irreparáveis de sua fúria.

Armados de barômetros ultrassensíveis e de antenas de percepções sutis, só nos resta a vigilância indormida dos postos de escuta para es-

preitar o temporal, registrar a sua eclosão, sempre anunciada pelos trovões do inconformismo, da descrença e do desespero.

Construir e preservar os pilares da ordem jurídica em meio às crises econômicas e às agitações sociais, modernizando-a, sempre, para não ser levada aos pedaços pelos cataclismos da desordem e fortalecendo-a e aprimorando-a para que nunca deixe de ser a fortaleza inexpugnável dos valores eternos e insubstituíveis do espírito, sempre foi e é a grande missão dos advogados, juristas, magistrados e políticos comprometidos com a supremacia do Direito, a hegemonia da liberdade e a resplandecência do reinado da Justiça, numa palavra, comprometidos com a democracia.

Ela é a síntese, no curso da história, de todas as experiências humanas, visando à criação de normas da vida, que, assegurando a ordem, o desenvolvimento cultural e material, permite a expansão dos povos sem a quebra dos valores inerentes à dignidade da pessoa humana.

Maritain via nos evangelhos as raízes da democracia, razão de sua elevação ética, por ser o único regime político compatível com as exigências da consciência do homem. Nunca se cristaliza em fórmulas definitivas, não repousa sobre postulados imutáveis, não se funde em normas empedernidas. Ela é dinâmica por essência. Repudia os conceitos estáticos. Cada conquista alcançada abre novas perspectivas para a conquista de novas reivindicações, numa constante sucessão de lutas e conflitos na busca de almejados estágios de bem-estar, segurança e felicidade das criaturas humanas.

É nesta mutabilidade, nesta incessante capacidade para se modificar e se renovar que reside o segredo da sua resistência e da sua perenidade. Não pode envelhecer. Se o faz, entra em caducidade, perecendo. Se não se adapta às novas situações geradas no bojo do processo social, deixa de ser instrumento da civilização, do progresso e da convivência entre os homens, povos e continentes, e se transforma em obstáculo à evolução das forças da emancipação política, social e econômica das sociedades. O dinamismo é, pois, o seu motor, ativando, com as suas descargas, o seu permanente rejuvenescimento e a constante flexibilidade de suas estruturas, para absorver e consolidar as correntes dos movimentos inovadores e revolucionários.

Daí a fatalidade da vida democrática que tem de viver entre a revolução e a reforma.



Maurice Duverger assinala a propósito:

A discussão entre reformistas e revolucionários é, geralmente, deformada por considerações passionais. A revolução vê o reformismo como uma traição. Do ponto de vista racional, os partidários da revolução afirmam que o reformismo é uma ilusão, porque não pode jamais destruir a ordem antiga. Por esse método, dizem eles, só se modificam os elementos secundários. Desde que se toca no essencial, os partidários da velha ordem reagem com violência e como no seu interior eles conservam as posições de força, acabam, sempre, por triunfar.

E conclui muito no seu estilo habitualmente eclético:

Não tomaremos posição nesse debate. Basta constatar que as duas estratégias podem ser empregadas para mudar a ordem existente – a do reformismo e a da revolução.

Não vemos, no Brasil, como transformar a ordem existente brutalmente, de um só golpe, para, em seu lugar, impor, revolucionariamente, a ordem nova. O reformismo lúcido, enérgico e clarividente se nos afigura o método ideal para alcançarmos as metas de uma sociedade pluralista, culta, forte e dinâmica. Há de destruir, na ordem vigente, os seus aspectos iníquos, as suas estruturas injustas, o que nela existe de violento e obsoleto, por etapas, progressivamente, sem avanços precipitados, mas, também, sem estagnações demoradas, ou com recuos que são sempre funestos.

O Brasil reclama por reformas urgentes que o atualizem com o espírito da época, rompendo as barreiras do obscurantismo e do imobilismo. Como processar essas reformas? Pelo autoritarismo, ou no cenário amplo da democracia? A história recente na Grécia, na Península Ibérica e no nosso atormentado continente revelou, de maneira inconcussa, que os regimes autoritários, quando divorciados da verdadeira justiça social, não resolvem nenhum problema, apenas adiam e tornam ainda mais catastróficos os conflitos não desfeitos ou absorvidos, na ótica realista de Jarbas Medeiros, dos mais percucientes entre os sociólogos da moderna geração de Minas Gerais. Todos desejamos as reformas no palco amplo

e iluminado da democracia. Mas temos de convir em que a implantação de uma democracia autêntica, que não exija respeito somente ao seu aparato e ritual liberal, mas, sobretudo, à criação de condições de acesso do povo ao poder econômico e aos benefícios da civilização, esta democracia é temida pelas elites e classes dominantes em nosso País, que veem, no avanço social das massas por mais segurança econômica e justiça social, uma ameaça aos seus monopólios e privilégios erigidos sobre a violência e a injustiça. Não basta o desenvolvimento econômico para corrigir os desníveis sociais. Se ele é comandado pelo espírito do autoritarismo, como está ocorrendo entre nós, verifica-se que não se trata de um desenvolvimento econômico para o povo, mas para os segmentos privilegiados e minoritários nacionais. Essas camadas, que se situam no topo de nossa pirâmide social, cercadas de toda a proteção e se locupletando da quase totalidade do trabalho de todos, devem se convencer de que o seu apego aos seus interesses e privilégios, no processo de profundas transformações por que passa o País, as coloca em risco de soçobram na avalanche revolucionária que, fatalmente, as levará de roldão, se persistirem as estruturas políticas e sociais iníquas que as sustentam.

Robert MacNamara, insuspeito pela sua clarividente fidelidade à filosofia do mundo capitalista, adverte, com a força de sua penetrante lucidez:

Quando as pessoas altamente privilegiadas passam a ser poucas e as extremamente pobres muitas, e quando as diferenças entre as primeiras e as outras tendem a aumentar, a necessidade de uma opção definitiva entre o custo político da reforma e o risco político da rebelião é, apenas, uma questão de tempo.

O Brasil ou se moderniza pela reforma, promovendo o desenvolvimento econômico e humano sob a égide da justiça social, ou terá que enfrentar, queiramos ou não, dias calamitosos e sinistros.

### **O Poder Legislativo**

O dinamismo da reforma é o Poder Legislativo. Fortalecê-lo, tornando-o autêntico, através de eleições limpas e lisas, fazendo dele a lídima expressão da soberania nacional e o instrumento eficiente de nossas mutações políticas, econômicas e sociais, é a tarefa mais

importante que incumbe às lideranças brasileiras. É ele que força o Executivo a se tornar fecundo e realizador. É nele que se debatem as grandes decisões para os grandes problemas nacionais. É por ele que o povo, através de seus representantes, postula as suas reivindicações, apresenta as suas inquietações, angústias e protestos. Da sua vitalidade se julga a força de um regime democrático. Quando inoperante, hierático e claudicante expressa, nas suas deficiências e deformações, a precariedade do regime que espelha e serve. Mas, se forte, respeitado e fecundo, está refletindo o vigor das instituições democráticas que nele se sustentam e dele recebem a seiva do seu vigor.

Organismo vivo, palpitante e sempre vibrante, ele há de estar em permanente adaptação às transformações do meio social em que se situa. Quando deixa de corresponder às suas realidades políticas, econômicas e sociais, ele se transforma em núcleo da reação e do regresso, deixa de ser a alavanca das conquistas da consciência nacional para atuar como dique, que impede, retarda e anula os avanços da História.

A sua maior missão, como observa Daniel Faraco, “a sua função específica está em ser a expressão política da sociedade, incumbida de dar a esta uma consciência nítida de como está sendo governada e oportunidades reais de influir no governo”.

Pouco importa que, nos dias de hoje, o Parlamento é cada vez menos legislativo. Isto não o diminui em nada na sua importância e nem na expressão da sua insubstituível missão política. O deslocamento da função legislativa para o Executivo é uma imposição dos nossos dias em todas as democracias do mundo civilizado. Governar é, hoje, uma atividade de alta complexidade técnica, ou seja, executar planos e políticas de desenvolvimento econômico e de progresso social, tarefas para as quais o Legislativo, pela sua natureza e composição, não está habilitado a desempenhar. Só o Executivo, pelo controle que exerce sobre a administração, a economia e o plano social de uma Nação, tem o conhecimento de suas necessidades e recursos, e só ele está em condições de fixar as prioridades em função de suas potencialidades, recursos técnicos e humanos, ou seja, a elaboração e execução dos planos de governo.

As funções do moderno Estado, escreveu, com toda procedência, Affonso Arinos, vieram concentrar no Executivo os poderes legislativos da representação.

Erram os que, partindo desta observação da realidade política hodierna de todos os povos, proclamam a decadência da democracia.

Se a função legislativa, por inelutável imperativo gerado pela complexidade da vida em nossos dias, se incorpora, predominantemente, ao Poder Executivo, há de se destacar que o Parlamento ganhou novas e importantes atribuições nas democracias modernas. O controle das atividades do governo, por exemplo, que o insigne Burdeau considera como a função parlamentar por excelência é de tal significação que, quando excessivo, cerceando, com vigor, a ação do Executivo, pode levá-lo à inércia. Ouçamo-lo nessa sábia lição:

Uma oposição que corrige é mais valiosa que uma oposição que tudo destrói.

Secundando o ensinamento de Burdeau, o não menos ilustre Schwartz, depois de analisar o funcionamento das instituições políticas americanas, não hesitou em pontificar que a força política do seu Congresso é, hoje, mais importante que a sua atividade legislativa. Haja vista o rumoroso caso Watergate, em que a ação fiscalizadora do Congresso levou o Presidente Nixon, até então prestigioso e solidamente amparado no apoio popular, à renúncia do mais alto posto político do mundo.

Não sei, na história dos povos, de nenhum outro caso que haja traduzido, com tanta veemência, a força política de um parlamento. Ele ilustra ao vivo, com o maior relevo, a crítica de Schwartz:

Um corpo legislativo é pouco digno do título de congresso ou parlamento se, meramente, produz legislação.

Mas não é apenas como controlador e fiscalizador da administração que o Legislativo se faz presente, tenaz e pugnante nos dias de hoje. É, ainda, como foro para o debate dos grandes problemas nacionais que ele assume papel insubstituível da mais alta relevância na formação e esclarecimento da consciência do povo, em face dos desafios, não raro, esmagadores com que tem de se defrontar para assegurar a sua sobrevivência digna, a elevação dos seus padrões de pujança e cultura, em meio às tormentas do dia a dia. É no debate parlamentar que as democracias se afirmam e se aprimoram. O debate é, pois, a alma dos

parlamentos, que só existem em razão dele, de vez que, sem ele, acabariam por desaparecer.

O debate coloca na ribalta da opinião pública as inquietações, angústias e crises que sacodem a alma nacional. Não importa que ele nem sempre se faça à luz dos melhores critérios de competência e racionalidade, que o calor da paixão o domine, que o extravasamento da linguagem comprometa a sua serenidade, não importa, ele é sempre benéfico, adverte contra a irresponsabilidade, corrige o erro, pune a corrupção e previne contra os abusos do poder e mobiliza a Nação para defender-se contra os atentados à sua integridade e ao seu patrimônio histórico e moral.

Um dos problemas, não apenas de valor histórico, mas cheio de interesse, que se coloca diante de quem se preocupa com os problemas do Poder Legislativo, diz respeito à antiga polêmica entre unicameralistas e bicameralistas. Os dois sistemas têm por si adeptos fervorosos, mas, no Brasil, vem prevalecendo a composição do Poder Legislativo dividido em duas Casas: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Nos últimos anos, concessões substanciais os bicameralistas têm feito aos unicameralistas, em nome da racionalidade e economia dos trabalhos do Congresso. Assim é que, em regime unicameral, são discutidos e votados projetos da maior importância. O Orçamento, por exemplo, tarefa básica do Parlamento, se processa na sua tramitação como se o Senado e a Câmara fossem uma só Assembleia. Do mesmo modo, o decreto-lei, que absorve, hoje, mais da metade dos trabalhos legislativos, não se falando nas Comissões Parlamentares de Inquérito de senadores e deputados, previstas na Constituição e regulamentadas na sua constituição e funcionamento pelo Regimento Comum do Congresso. A tendência, como se vê, é a unificação das duas Casas do Poder Legislativo para que, em ação comum, cumpram um número cada vez maior de encargos de sua competência.

Entre nós não são muitos os patrocinadores do unicameralismo. O maior dos seus corifeus foi João Mangabeira, que, com a sua imensa autoridade, sustentava:

O que a vida social nos revela é o declínio do sistema bicameral em toda a parte.

E acrescentava:

É que o bicameralismo só se justifica quando uma das Câmaras representa a nobreza, a riqueza, uma aristocracia qualquer, outra classe, enfim, diferente da que constitui a Câmara Baixa, eleita pelo sufrágio popular. As Câmaras Altas foram, sempre, órgãos do patriariado, opostos às reivindicações das classes pobres.

Esses baluartes da reação conservadora não podiam, portanto, resistir ao alargamento do sufrágio, à expansão crescente das massas, à ascensão triunfal do operariado na vida política do Estado moderno. As Câmaras Altas simbolizam um mundo que desaparece, na expugnação dos privilégios iníquos da aristocracia do sangue, ou da riqueza. A ascensão irresistível das massas exige o desaparecimento completo dos símbolos de um feudalismo já morto, ou de um capitalismo que, sob o açoitado da vaga operária, não faz, desde o começo do século, senão recuar, abandonando em ruínas todas as suas fortalezas. E que, ainda agora, nas últimas linhas de trincheiras, procura, apenas, adiar o desenlace fatal de sua decadência, enquanto o Estado não assume o seu grande papel de, num plano por ele concebido e controlado, impor a todos o regime da solidariedade social, baseado na solidariedade da produção. Eis por que as Câmaras Altas deperecem e morrem. São incompatíveis com a ascensão das massas, com 'a incorporação do proletariado à sociedade moderna', como previra Comte, quando o divisara nela apenas 'acampado'. Por isso mesmo, os membros dessas Câmaras eram eleitos ou nomeados por toda a vida ou longo prazo, e por processo totalmente diverso do estabelecido para as Câmaras populares.

Essas palavras de João Mangabeira, ricas de conteúdo, escritas em 1934, poderiam, na época, aos ouvidos da maioria reacionária, significar uma pregação subversiva. Nos dias de hoje, com o surgimento dos senadores indiretos, não há negar, elas adquirem a ressonância das verdades profundas que a ação do tempo tem dado clareza e substância.

Nelson de Sousa Sampaio, mestre consagrado, ensina com a sua incontestável competência:

O bicameralismo gozou de grande voga até a Segunda Guerra Mundial e não faltaram apologistas para demonstrar, sobretudo na época dominante do Estado liberal, que era a estrutura ideal do Poder Legislativo. Hoje está em visível declínio, a começar pela própria Inglaterra, chamada a 'Mãe dos Parlamentos', em virtude da atrofia da Câmara Alta, especialmente na área legislativa.

E acrescenta:

Cresce cada vez mais a tendência do unicameralismo, como se vê pelo predomínio numérico na cifra redonda de 160 países: 74 são apenas uma Câmara Legislativa, quase o dobro das nações bicamerais, ou 46% dos Estados do globo. Os restantes estão sob governos de fato, ou sob ditaduras sem disfarces, onde as leis são feitas por um chefe revolucionário (com seus assessores, é claro), por juntas governamentais, ou por comissões nomeadas pelo Poder Executivo.

No entanto, a resistência ao unicameralismo pleno encontra, entre nós, um argumento que se tem mostrado invencível: o sistema unicameral se justifica nos Estados unitários, mas nos Estados federativos não se pode prescindir de uma assembleia em que os estados, as unidades da federação se façam presentes no mesmo pé de igualdade.

O próprio João Mangabeira evidenciou a inanidade do argumento, cuja consistência jurídica e sociológica é das mais precárias. Mas ele, entre nós, continua de pé, como uma rocha indestrutível, a sustentar a força, o prestígio e a projeção do Senado. Se lhe faltam a seiva do realismo e o vigor das verdades jurídicas, sobram-lhe a força da tradição e da história, sustentáculo de imensa rede de interesses políticos e econômicos, cujos integrantes se recusam a enxergar, no Senado, a última cidadela "de um mundo que desaparece" e de "um regime social que agoniza".

Tão profundas são, entre nós, as raízes do bicameralismo que muito tempo ainda passará para vê-lo substituído, em nome de um Congresso mais autêntico, legítimo e representativo. E mesmo quando o Senado perder o seu poder de influenciar, diretamente, a legislação, ele ainda permanecerá como sólio majestoso de cujas tribunas falarão à Nação as grandes vozes da nacionalidade temperadas no sofrimento, na experiência, no saber e no patriotismo.

## As prerrogativas

Prerrogativas são atributos inerentes aos Poderes constitucionais, em que, nas democracias, se divide a soberania nacional. Elas os individualizam. Marcam a sua identidade e os caracterizam. Nelson de Sousa Sampaio, com sua probidade mental e a precisão com que executa os seus trabalhos, sólidos e ricos, de erudição, identificou, no Poder Legislativo, as seguintes prerrogativas:

- I. poder legiferante em todos os seus graus;
- II. poder de iniciativa legislativa;
- III. deliberação sobre o veto;
- IV. promulgação da lei, quando o chefe de Estado não o fizer;
- V. resolver sobre tratados e convenções;
- VI. declarar ou autorizar a declaração de guerra, e permitir o trânsito ou permanência de tropas estrangeiras no território nacional;
- VII. poder de inaugurar a sessão legislativa, de adiar ou prorrogar os seus trabalhos e convocar-se extraordinariamente;
- VIII. poder de escolher os membros dirigentes dos seus trabalhos e organizar sua secretaria;
- IX. poder de fixar os subsídios e a ajuda de custo dos seus membros e os subsídios do chefe do Estado ou do governo;
- X. poder de polícia, dentro da órbita de suas atividades;
- XI. fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo;
- XII. aprovar ou recusar a nomeação de algumas autoridades;
- XIII. ser foro de determinados titulares de cargos executivos e judiciais;
- XIV. XIV – ter os seus membros as imunidades necessárias para o exercício de suas funções.



Observa o preclaro mestre baiano, que faz honra à nossa cultura jurídica, que o país que possuísse a integridade dessas prerrogativas seria um pleno Estado de direito democrático”.

Acontece entre nós, após a situação criada em 1964, que o nosso Parlamento não possui mais, em sua plenitude, nenhuma delas. As que não lhe foram usurpadas foram derogadas, ou existem de tal forma diluídas que, na prática, se anulam.

Seria exaustivo examinar cada uma delas de per si, mas basta o seu enunciado e o seu confronto com o atual enquadramento constitucional do Poder Legislativo para, de logo, se constatar a posição subalterna de subpoder, a que se acha reduzido, no Brasil, o órgão supremo da representação nacional.

Duas delas, pelo menos, merecem ser postas em destaque, porque são essenciais à existência e à independência do nosso Parlamento: a do poder legiferante, em todos os seus graus, e a das imunidades necessárias aos seus membros para o exercício de suas funções.

Essas são as prerrogativas, por excelência, dos parlamentos que se prezam e sem as quais eles se mutilam e se inferiorizam no respeito da opinião pública.

No regime constitucional vigente, no Brasil, o Poder Executivo, a pretexto da necessidade de quebrar “a inércia do Legislativo”, tem à sua disposição os seguintes expedientes:

- a. o decreto-lei;
- b. a legislação por decurso de prazo; e
- c. a lei delegada.

O decreto, com força de lei, tem sido o instrumento por excelência da atividade legislativa do Poder Executivo. Ele absorve, praticamente, todo o trabalho do Legislativo. Usado e abusado, se constitui, hoje, na fonte do caos das leis, em que se debate o País, traumatizando os princípios gerais do Direito, violentando a norma jurídica e infringindo coezinhos princípios de técnica legislativa.

A sua supressão, pura e simples, seria da maior importância para a disciplina, o aprimoramento e a consolidação do nosso sistema legal.

Para atender as necessidades e interesses fundamentais e prementes do País, os governos contam com os institutos da legislação por decurso de prazo e das leis delegadas, ambos com suficiente elasticidade para atender, com brevidade e urgência, os reclamos da ordem pública e a aceleração do nosso processo de desenvolvimento cultural e econômico.

Através do decreto-lei, forçando as suas limitações constitucionais, por demais amplas, já se disciplinou o sistema do inquilinato, promoveu-se a criação e o aumento de tributos para serem cobrados no mesmo exercício de sua estipulação e, até, a instituição de empréstimos compulsórios.

Não sendo possível a sua extirpação, que se restrinja o seu uso aos casos e situações estritamente fixados, de forma explícita e inequívoca no texto constitucional. Em rigor, o decreto-lei só se legitimaria em caso de interesse público urgente e relevante e somente durante o recesso do Congresso Nacional. Com a sua atual conceituação, decorrente da Emenda Constitucional nº 1, os seus limites estão de tal forma desbordados, que a sua abrangência asfixia, quando não inutiliza, a missão precípua do Congresso, que é a de legislar. Ele cria a ditadura do Executivo no campo legislativo. A sua discussão e votação têm o prazo limitado por sessenta dias. Entra em vigor na data da sua publicação. Não pode ser emendado. O Congresso terá que rejeitá-lo ou aprová-lo em bloco. Decorrido o prazo sem a sua manifestação, será tido como aprovado. Nada mais drástico e fulminante. Na prática, o Poder Legislativo, no Brasil, não participa da elaboração do decreto-lei. São tantos e tão numerosos em permanente tramitação, que poucos parlamentares se dão ao trabalho de lê-los e, para realizarem essa tarefa, têm que se impor um esforço titânico. Nada tem contribuído tanto para o desprestígio do Poder Legislativo do que o uso imoderado, abusivo, discricionário do decreto-lei.

A emenda constitucional que transita pelo Congresso, visando à recuperação de prerrogativas usurpadas ao Legislativo, de iniciativa das Mesas do Congresso e responsabilidade dos partidos nele representados, diante da impossibilidade política de suprimi-lo, tenta abrandar o seu conceito.

Na sua justificativa, os autores da emenda esclarecem:

Acerta a proposta de emenda ao art. 55, já não poderá o Executivo editar decretos-leis quando se trata de matéria tributária, ou que crie ou extinga cargos públicos e fixe os vencimentos dos servidores da União, eis que envolvem, respectivamente, direitos subjetivos individuais do contribuinte, protegidos por princípio imemorial do mundo jurídico civilizado – ‘no taxation without representation’ –, bem como, no caso de funcionários e agentes do poder público federal, as suas situações jurídicas subjetivas e os respectivos efeitos patrimoniais, sem falar das consequências que deles decorrem para o Tesouro.

Como se vê, no particular, a emenda, restringindo e limitando o campo de ação do decreto-lei, traduz a revolta da consciência jurídica nacional contra a iniciativa ditatorial, que humilha o Congresso e reduz os seus membros à melancólica situação de servos do príncipe.

No tocante à iniciativa legislativa, por aprovação tácita, ou decurso de prazo, estabelecem as normas constitucionais vigentes que os projetos oriundos do Executivo, com solicitação de prazo, terão o de quarenta e cinco dias, em cada Casa do Congresso, ou de quarenta dias, em sessão conjunta, isto é, da Câmara e do Senado.

A falta de deliberação dentro dos prazos solicitados implica em aprovação tácita dos projetos.

Esse processo de legislar tem por finalidade agilizar a tarefa do Congresso, cuja tendência é procrastinar o estudo e a aprovação dos projetos de lei. Em si, não há por que recriminar essa forma de legislar. A vida moderna, com a sua complexidade e vertiginosa sucessão de fatos, que os instrumentos de comunicação de massa aceleram e multiplicam, reclama um Poder Legislativo dinâmico, com o sentido de urgência, sem quebra da segurança, para solucionar os conflitos humanos e sociais emergentes.

A fixação de prazo para que o Congresso cumpra o seu dever de legislar, ou de participar ativamente da elaboração das leis, é uma imposição dos tempos modernos, para atender às exigências de uma sociedade em transformação.

Acontece, porém, que essa iniciativa legislativa, no regime constitucional brasileiro, está configurada com o indisfarçável propósito de despojar o Congresso Nacional de prerrogativa que lhe é essencial, dei-

xando-o na deplorável e vexatória condição de permanente submissão a outro Poder.

Muitas sugestões têm sido aventadas por eminentes tratadistas, visando a corrigir a anomalia e colocar o Poder Legislativo na alta posição de dignidade e de capacidade política a que tem direito.

As mais acolhidas, com amplo apoio de eminentes homens públicos de notável saber jurídico e larga experiência parlamentar, consistem em completar a aprovação automática pelo decurso de prazo, com a inclusão do projeto, de imediato, vencido o prazo, na Ordem do Dia, e nenhum outro assunto se resolverá enquanto aquele não for apreciado.

Assim, evita-se a aprovação tácita das proposições de iniciativa do Executivo.

O Legislativo, por outro lado, é compelido a tomar conhecimento das mesmas, para discuti-las e votá-las.

Além do mais, fixado o critério moralizador e estruturador do prestígio e da autoridade moral do poder legiferante, impede-se o expediente obstrucionista, de que se tem valido, inescrupulosamente, a Maioria, para impor à Minoria os projetos do seu interesse. Essa vem se constituindo numa prática rotineira, em que pese o seu caráter profundamente aético, além de lesivo da respeitabilidade das Casas do Congresso. A aprovação automática das iniciativas do Executivo, por decurso de prazo, avilta os legisladores perante a Nação, que se frustra por não participar, pelos seus representantes, da mais importante função do Congresso Nacional – a de legislar.

Por último, impõe-se uma rápida consideração sobre as leis delegadas. Com as facilidades geradas pelo esbanjamento do decreto-lei, a sua utilização, entre nós, está relegada quase ao esquecimento. No entanto, a delegação legislativa é processo normal de legislar nos parlamentos das nações cultas, que dela tiram o maior proveito, como instrumento legislativo dos mais eficientes. Entre nós essa modalidade do processo de elaboração das leis está asfixiada e, praticamente, revogada.

O decreto-lei impera absoluto e soberano, centralizando quase que a totalidade do esforço criador das leis, abandonando, como inútil, o instituto das leis delegadas, em que a participação do Legislativo se faz marcante e sempre presente. A preocupação tem sido a de manter um Congresso meramente ratificador, sem meios de impor a sua força decisória na construção do conjunto de nossa legislação. Um Congresso

que não legisla, coonesta. Não faz e nem colabora na formação da lei, porque está tristemente condenado a aceitá-la, ainda que resistindo e protestando.

Por fim, falemos das prerrogativas mais eminentes do Parlamento. Referimo-nos às imunidades. Elas se constituem de regras, que asseguram aos seus membros uma proteção contra as ações judiciais, que podem querer intentar contra eles, não só o governo, como particulares. Elas, na verdade, erigem em benefício dos parlamentares a derrogação dos princípios de igualdade dos cidadãos diante da lei e da Justiça.

O professor Raul Machado Horta, da Universidade de Minas Gerais, salienta que imunidade é expressão genérica, comportando dois tipos:

Existe a imunidade real e material, também denominada de inviolabilidade ou irresponsabilidade, conforme a preferência do sistema constitucional e a imunidade processual ou formal. Ambas surgiram no singular ordenamento inglês, a princípio se manifestando nas práticas, nos usos, nos procedimentos e nos costumes, sujeitas aos eclipses por vontades despóticas, para, finalmente, receber a consagração de textos que recordam a gradual conquista das liberdades britânicas.

Acentua Temístocles Cavalcanti que:

A imunidade não constitui direito subjetivo, mas visa a proteger o exercício de um mandato, de interesse coletivo e que envolve as próprias prerrogativas da Câmara.

Ao que acrescenta:

Da regalia dimanam abusos, maiores, porém, inestimáveis, até, não sido as vantagens da existência de um poder vigilante, que verbera, sem temor, as demasias dos outros, pelo que adotaram a prerrogativa das assembleias inglesas todos os povos cultos.

A prerrogativa assume conotações de intangibilidade quando, no entendimento unânime de mestres e tratadistas, ela é considerada irrenunciável. Ela não pertence ao parlamentar, mas à Câmara, pelo que

a renúncia, sem autorização do órgão legislativo, enseja penalidade ao renunciante, de vez que a mesma é fundamental à sua independência e ao seu livre funcionamento.

E Rui Barbosa, com a eloquência e a segurança de sempre, pontifica:

O privilégio da imunidade é um privilégio a favor do povo, um privilégio a favor da lei, um privilégio a favor da Constituição. Sempre se entendeu assim, desde Blackstone até Brunialdi. O privilégio não pertence aos membros da Câmara, mas à Assembleia.

São decorrências desses princípios, hauridos na melhor doutrina, as seguintes normas de comportamento:

1. que o deputado ou senador é civil e criminalmente irresponsável por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato;
2. que essa irresponsabilidade é absoluta, definitiva, perpétua e irrenunciável.

Tratando da matéria com a magistral proficiência dos seus lapidares pronunciamentos, o nosso, mas muito mais vosso, o eminente professor e estadista Paulo Brossard deixou claro:

O que se debate é, apenas e tão somente, o sentido, o alcance, a existência ou inexistência da imunidade parlamentar, chamada material, que da processual se distingue por ser, como todos sabem, permanente e absoluta, enquanto a imunidade processual é relativa e temporária. Temporária, porque se extingue com o mandato; relativa, porque a Câmara pode dispor sobre ela, caso a caso. Permanente e absoluta é a imunidade material; permanente, porque dura sempre, mesmo depois de extinto o mandato; absoluta, porque nem a Câmara tem poderes para abrir mão dela; a própria Câmara dela não pode dispor.

Essa tem sido a doutrina dominante no Brasil, que se expressou com maior limpidez na Constituição Imperial de março de 1824. Foi repetida, ainda, com maior clareza e precisão, no texto da Constituição Republicana de 1881. A Carta de 1946 a acolheu sem qualquer restrição e é curioso

observar-se que a Constituição de 1967, dominada de evidente espírito autoritário, não reduziu ou diluiu essa prerrogativa, mas a reproduziu *ipsis litteris*, em rigorosa consonância com a tradição do nosso Direito Constitucional.

É que, sem ela, os parlamentares se emudecem. Constringem-se. Transformam-se em assembleias tímidas e canhestras, antes uma academia política, nunca, porém, um Congresso. O insigne Pontes de Miranda, em frase curta e incisiva, retrata a melancólica situação, ao enunciar que, sem elas, não há Poder Legislativo que possa representar, com fidelidade e coragem, os interesses do povo.

É na Emenda Constitucional nº 1, hoje Constituição do País, que lhe foi outorgada pela Junta Militar que assumiu o governo, no impedimento e morte do saudoso Presidente Costa e Silva, que se quebra, para indelével vexame nacional, a secular doutrina que resguardava, entre nós, o valor excelso das imunidades. No seu art. 32 e parágrafos, deformam-se os princípios, para permitir a vulnerabilidade do instituto, permitindo que o parlamentar, no exercício do seu mandato, pudesse ser processado por crimes de injúria, difamação ou calúnia, ou nos casos previstos na Lei de Segurança Nacional. As imunidades deixaram de ser consagradas desde a expedição do diploma, até a inauguração da legislatura seguinte. Ocorreu o desaparecimento da licença prévia e da prerrogativa da Câmara em conceder licença para o processo de formação de culpa, ou autorizar a punição dos seus membros. O edito ditatorial mergulhou o nosso Congresso na vil e apagada tristeza de um órgão sem grandeza e sem dignidade, amesquinhado na sua soberania e reduzido às proporções vexatórias de um Poder mutilado.

A Emenda Constitucional nº 11, de 1978, o famigerado pacote de abril, imposto à Nação pelo arbítrio e a prepotência, dá nova redação ao art. 32 e seus parágrafos do edito anterior, ao dispor:

Os deputados e senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional.

Suprimiram-se os crimes contra a honra.

Restabeleceu-se a imunidade a partir da expedição do diploma, até a inauguração da legislatura seguinte. Deixou, porém, no seu parágrafo 5º, essa enormidade:

Nos crimes contra a Segurança Nacional, cujo processo independe da licença da respectiva Câmara, poderá o Procurador-Geral da República, recebida a denúncia e atento à gravidade do delito, requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar, até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal.

A Lei de Segurança Nacional, todos o sabem, é vaga, imprecisa, genérica, não fixa a tipicidade dos crimes nela arrolados, que se contam a mais de quarenta espécies. Basta essa constatação para se pôr em destaque os riscos e perigos a que estão expostos, no Brasil de hoje, os seus parlamentares.

Trava-se no Congresso, no momento, memorável e histórica campanha, visando à restauração plena da inviolabilidade parlamentar. É um esforço dos mais significativos, que vai responder nos anais de nossa vida política, como eloquente afirmação de que os representantes do povo podem, coagidos, ceder episodicamente às pressões dos grupos dominantes, mas que não se apaga no seu coração a chama viva da liberdade, que é a alma das democracias viris.

Na justificativa da chamada Emenda das Prerrogativas do Poder Legislativo, no que tange à restauração da inviolabilidade, escrevem os seus ilustres autores:

Entre as valiosas contribuições recebidas do Presidente do Senado Federal, a do irrestrito restabelecimento da inviolabilidade dos parlamentares é das mais felizes. A independência do Poder Legislativo, bem como a de seus membros, e a Segurança Nacional são bens sociais que o Direito deve tutelar. Não são incompatíveis, nem tampouco excludentes.

Assim começa a reação do Congresso contra os preceitos espúrios que comprometem o seu prestígio, reduzem a sua independência e o esmagam na sua coragem e no seu destemor na defesa dos interesses do povo, sob o guante ameaçador da força. A luta prossegue. Não sou dos



mais otimistas quanto ao êxito do seu desfecho. O importante, porém, está na resistência, no clamor contra o arbítrio, na denúncia à Nação dos que a espezinham e tripudiam sobre os direitos sagrados da sua representação política. O resto ficará a cargo do povo que, cedo ou tarde, fará prevalecer os direitos inconspicíveis da sua consciência, fazendo descer, sobre os que os profanaram no sacrilégio da violência, a maldição da sua inapelável condenação.

Meus senhores:

Somos uma Nação que se contrista por não possuir uma Constituição. A ordem institucional que temos é um conglomerado de textos de velhas Constituições, atos institucionais, emendas sem legitimidade e sem juridicidade, em suma, um conjunto inorgânico e conflitante de normas, que degradam a cultura jurídica do Brasil.

Affonso Arinos, mestre de profundo saber, feito no estudo e na experiência, homem afeito aos conceitos serenos e inclinado à conciliação, ferido na sua inteligência e agredido na sua consciência, desabafou:

Para a nossa tradição jurídica e para o nosso prestígio internacional, a atual Constituição brasileira é uma nódoa indelével.

Paulo Bonavides, o consagrado mestre cearense, de absoluta isenção pelo alto cunho científico que imprime aos seus trabalhos, é taxativo:

Herança do arbítrio e prancha dos destroços constitucionais de 1967, essa Constituição foi feita para súditos e não para cidadãos. Breve há de ser ela um texto sobre o qual a História saltará, fechando, num parêntese de sombra, uma idade de exceção, fruto do AI-5 e da Emenda Constitucional nº 5.

Diante desse quadro, deveras deplorável, só nos resta, aos que acreditamos na força redentora do Direito, resistir e lutar, para que não se extirpem da alma da nacionalidade os valores da liberdade e da justiça, sem os quais os povos se transformam em imensos rebanhos e as nações se engolfam nas trevas da humilhação e da vergonha. Fora da democracia não há salvação. Restaurá-la, no Brasil, é dever indeclinável de todos os cidadãos, mas, sobretudo, dever precípuo dos nossos juristas e advogados.

# *A Açominas: uma necessidade econômica nacional*

---

## **Discurso sobre as condições da Açominas.**

*Senado Federal.*

*Sessão de 5-12-1980.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago ao conhecimento da Casa e, por intermédio dela, ao do governo e da Nação graves ocorrências que estão se verificando na construção da Usina Siderúrgica – AÇOMINAS, no meu estado.

Prejuízos irreparáveis para a Nação estão sendo consumados, em razão do total abandono a que foi relegada aquela importante iniciativa, condenada a colapso iminente, se providências enérgicas e prontas não forem adotadas para recuperá-la.

Esta notável obra, idealizada há mais de vinte anos, velha e sentida aspiração mineira, se constituiu, nesse período, num verdadeiro complexo de inferioridade para o povo montanhês que sofria a angústia coletiva de não poder concretizá-la. Após longos e profundos estudos, esse sofrido projeto teve a sua execução iniciada.

Coube ao Presidente Ernesto Geisel torná-lo realidade. A zona de Ouro Branco, pela excelência de seu minério, foi escolhida para a sua localização. A usina se engajaria na produção de placas e perfis de aço, com amplo mercado interno e externo. O Presidente conduziu pessoalmente todas as negociações para a sua viabilização. Foi pessoalmente à Europa, ultimou as transações para o seu financiamento e assistiu à assinatura de todos os acordos internacionais firmados para a implantação do grande e inadiável empreendimento, da maior significação para Minas Gerais, mas muito mais importante para o Brasil.

Os acordos que o Presidente Geisel supervisionou e apoiou, dando-lhes com a sua presença, quando foram formalizados, o sentido da sua inexcédível contribuição para o fortalecimento da economia nacional, se revestiram das seguintes características:

- a. implantação de usina siderúrgica para produção de 2 milhões de toneladas de aço;

- b. estimativa de custo: 3,6 bilhões de dólares;
- c. plano de cooperação com diversos países europeus para fornecimento de equipamentos e *know-how*;
- d. financiamento de parte das obras e equipamentos por um *pool* de bancos internacionais, liderados por Morgan Greenfield Bank, com a participação de 110 instituições financeiras internacionais. O primeiro financiamento de viabilização do projeto foi de 1 bilhão de dólares.

Dentre as condições colocadas nos acordos, as mais importantes são, sem dúvida, as que garantem a realização completa do projeto, tais como:

1. obrigatoriedade do governo brasileiro de dar prioridade absoluta à plena execução e término das obras nos prazos previstos;
2. a colocação dos recursos brasileiros a tempo e a hora, de forma a não permitir quaisquer discontinuidades nos trabalhos;
3. não criar qualquer dificuldade econômica ou financeira à implantação do projeto.

Hoje o quadro da notável iniciativa é o seguinte:

- a. dois terços do projeto estão concluídos:
  - um bilhão de dólares de equipamentos, adquiridos de várias partes do mundo, estão estocados ao relento, expostos e ao tempo, sem qualquer proteção e prestes a se constituírem no mais caro e monumental parque de sucata de que se tem notícia;
- b. por inadimplência completa do governo brasileiro, as dívidas para com os fornecedores e construtores nacionais se avolumaram em escala astronômica, com a total inobservância dos acordos internacionais;
- c. as duplicatas e contas da Açominas, envolta em descrédito e desmoralização, são afrontosamente rejeitadas, para descontos, por toda a rede bancária do País, principalmente pelos bancos oficiais;

- d. os seus débitos já estão se acumulando nos cartórios de protestos e as cobranças judiciais se sucedem;
- e. os acordos internacionais foram ou estão sendo rigorosamente cumpridos pelos grupos internacionais, enquanto o governo brasileiro foge aos seus compromissos, cobrindo o Brasil de vergonha. Essa deplorável situação trouxe ao Brasil o ministro inglês, lorde Carrington, que, pessoalmente, foi ao canteiro de obras e concordou com uma prorrogação para o prazo do término das obras por mais seis meses, e foi textual: “O projeto está quase pronto, e na defesa dos interesses brasileiros, o ideal é que se termine o mais rápido possível, para que comece a produzir e a trazer divisas para o Brasil.

Cinco meses são decorridos dessa visita, e as condições financeiras da empresa se agravaram. Ela está mergulhada em verdadeiro caos e irá fatalmente à falência se o governo persistir no seu impatriótico propósito de relegá-la ao abandono.

As causas principais desse inconcebível descalabro vamos encontrá-las no corte indiscriminado dos recursos destinados às empresas estatais em nome do programa deflacionário e, ainda, no descumprimento dos financiamentos a que o BNDE se obrigou para que o cronograma das realizações pudesse ser levado a efeito. O BNDE alega que o governo não lhe fornece os recursos que lhe são devidos e assim não tem meios de honrar os seus compromissos com a Açominas.

A repercussão internacional de tão grande irresponsabilidade tem sido das mais danosas para o crédito e a confiabilidade em nosso País. A Açominas é o projeto brasileiro, em andamento, de maior projeção no exterior. Nele estão empenhados o governo inglês e, no seu bojo, mais de 100 instituições financeiras internacionais, que se mostram estarecidas com a leviandade com que esse grave problema vem sendo tratado pelas autoridades brasileiras.

São mais de 2 bilhões de dólares já aplicados em investimentos e equipamentos; aqueles, onerando pesadamente o custo da obra, em razão da sua paralisação, e estes, na iminência de se perderem, de vez que são máquinas, cuja montagem é urgente, para que as suas peças de precisão, rolamentos e outros do mesmo tipo não se inutilizem, o que já

está acontecendo, por não terem sido instaladas e postas em funcionamento nos prazos previstos.

Mais de 20 mil trabalhadores estão sendo dispensados, ou com os seus salários atrasados, decorrendo daí um grave e desumano problema social, diante dos olhos frios e indiferentes dos nossos governantes na União e no estado, que parecem tomados de ódio contra essa nascente siderúrgica, cuja frustração será a frustração de todo o povo mineiro.

Cumprimos o dever de alertar o Presidente João Batista Figueiredo para essas inqualificáveis ocorrências. Elas precisam ser corrigidas, para que o ritmo das atividades, nessa imprescindível realização, seja retomado, e o Brasil possa se redimir dos vexames a que está se impondo, com profunda lesão de sua honra e com danos irressarcíveis ao seu patrimônio material.

# *O Partido Popular e a democracia*

---

## **Discurso de Tancredo Neves na convenção do Partido Popular.**

*Senado Federal.*

*1º-6-1981.*

O SR. TANCREDO NEVES – Exmo. Sr. Deputado Magalhães Pinto, insigne presidente de honra do Partido Popular; ilustres colegas da direção nacional provisória; Exmos. Srs. Parlamentares; Exma. Sra. Dra. Cecília Cerqueira Leite, digníssima observadora do Superior Tribunal Eleitoral; Srs. Convencionais; minhas senhoras e meus senhores.

Proferirei poucas e rápidas palavras, aquelas estritamente suficientes para, em primeiro lugar, manifestar, em nome da direção do Partido Popular, o seu reconhecimento pela estupenda solidariedade que estamos recebendo, neste momento, de todos os nossos correligionários e, em segundo lugar, para deixar aqui fixados alguns aspectos da filosofia democrática que preside, orienta e estrutura o nosso já prestigioso partido.

Esta é a sua primeira convenção nacional. Aqui estão reunidos brasileiros de todas as condições sociais, provindos de todos os quadrantes e de todas as plagas do nosso imenso território, movidos pelo seu profundo sentimento democrático e impelidos pela sua fé no Brasil, para esse imponente ato de esperança e de confiança no destino da Pátria eterna e redimida, na certeza de sua incoercível vocação e de sua inflexível determinação de lutar, servir e sofrer pela causa da democracia brasileira.

Tudo fizeram para esvaziá-la. Mentiram, intrigaram, mistificaram. E aí está a nossa resposta neste quadro edificante, solene e grandioso. Aos que não acreditaram na nossa existência nós respondemos com a vitalidade do nosso idealismo. Aos que prognosticaram a nossa inviabilidade nós respondemos com a força serena de nossa coesão. Aos que pretenderam desfigurar e mutilar a nossa imagem nós respondemos com a nossa união, a firmeza do nosso comportamento e com a nossa

inquebrantável fidelidade aos princípios que dignificam a consciência do nosso povo.

Só temos compromissos com o Brasil. Confrange-nos a alma quando o vemos coarctado no seu destino libertário, quando o contemplamos empobrecido e sofrido na sua economia, quando testemunhamos a sua inferiorização nos valores mais altos e nobres de suas belas tradições.

Aqui nos encontramos, nesta tarde magnífica, realizando a última etapa para a organização definitiva do Partido Popular. Em breve estaremos batendo às portas do Superior Tribunal Eleitoral para obter o nosso registro definitivo. Aí, então, vamos nos transformar numa cidadela inexpugnável, entre cujas paredes hão de encontrar asilo e proteção os perseguidos da força, os oprimidos da prepotência e os confiscados nos seus direitos e liberdades democráticas.

Hoje, aqui reunidos, mostramos à Nação que somos uma força vigilante e, daqui para a frente, aguerrida nas pugnas pela consolidação dos princípios que dão sentido e dignidade à vida, sem os quais ela não vale a pena ser vivida, porque ou o homem vive com liberdade, luta pela democracia, ou não lhe resta outra alternativa senão viver submisso, cabisbaixo e humilhado.

Anunciaram eleições livres para o provimento dos cargos de governadores estaduais em 1982. Uma lufada de esperança varreu a imensidão de nossa Pátria. Todos se empolgaram com a ideia e as fagueiras perspectivas de ver o nosso povo erguido, unido e forte, caminhar resolutamente ao encontro do poder. Esperança vã e enganosa miragem. Mal se preconizaram essas eleições, sem demanda de tempo, os laboratórios do autoritarismo se põem em atividade e já começam a fabricar fórmulas, receitas e mecanismos para trincar e impedir a livre manifestação da vontade popular.

Com a sublegenda pretendem amarrar o povo aos condenáveis desígnios dos donos do poder. Sabem-na amoral, antidemocrática, desfiguradora do pluripartidarismo, mas não hesitam em mantê-la para com ela, deliberadamente, mistificar e fraudar o pleito.

Repudiamos a sublegenda. Ela desnatura o regime pluripartidário, subverte-o na sua índole e o degenera nas suas elevadas finalidades. Ela não passa de um ardil aético de que se vale a oligarquia dominante para continuar agarrada ao poder, como a ostra ao rochedo, temendo o julgamento inapelável das urnas livres.

Mas, não é só. Fala-se, também, na proibição das alianças e das coligações partidárias. A aliança é normal e indispensável à vida dos partidos no quadro pluripartidário. Impedi-la é levantar à ação das agremiações políticas uma barreira de sórdidos interesses, é assassinar, no próprio berço, uma das mais acalentadas inspirações democráticas do nosso povo. Só o pluripartidarismo, no País de nossa extensão territorial, ocupado por uma população de 120 milhões de habitantes, com as mais diversas tendências de sentimento e de pensamento, de convicções e ideais, com as nossas múltiplas peculiaridades, oferece as condições de efetiva autenticidade e de legitimidade imprescindíveis aos governos e à representação nacional.

Ainda mais. Não bastam a sublegenda e a proibição das alianças. Urge conter por todos os meios a marcha vitoriosa das oposições. Alvitram, então, sem nenhum pudor cívico, a ampliação do voto vinculado, que constrange, violenta e conspurca a consciência dos cidadãos. Vinculação em cadeia é a suprema ignomínia contra a dignidade dos homens de bem e livres do Brasil. É mergulhar a Nação no paul infecto da mais vil objeção.

Estão subestimando a paciência do povo brasileiro, estão tripudiano sobre os seus sentimentos patrióticos, estão querendo, pela força, truques e artificialismos, marginalizar a sua grande maioria para mantê-la subjugada aos interesses do restrito grupo dominante.

Não se perca de vista, porém, que o povo brasileiro, abnegado, pacífico, paciente e sofrido, tem, também, limites para o seu sofrimento e já dá sinais inequívocos do exaurimento de sua agonia cívica.

Não se usurpa impunemente de um povo o direito inerente à sua dignidade cívica de fazer do voto o instrumento da sua emancipação política, econômica e social. Se pensam que podem, por muito tempo, continuar mantendo a Nação amordaçada, negando-lhe os instrumentos para a manifestação de sua vontade, equivocam-se. A força é precária pela sua própria natureza, só o Direito assegura a permanência dos valores que projetam na eternidade as pátrias justas, sábias e dignas.

Quando o Poder perde o sentido ético dos seus deveres históricos, ele se transforma em força desagregadora, que intimida e ameaça, diminui e perverte, oprime e avilta, degrada e corrompe. Os governantes que manipulam esse poder deliquescente não fazem jus ao reconhecimento da História, ao contrário, cai sobre eles a condenação do seu povo.



Urge tenhamos sempre alertas os nossos sentidos. Mais que um erro, será um desatino fechar os ouvidos ao clamor profundo, soturno e grave, que já está emergindo da alma nacional.

Não nos iludamos com os epinícios, cantados em prosa e verso, às excelências das aberturas democráticas, que, diga-se de passagem, não nos foram outorgadas, mas por nós conquistadas, de vez que não se leva em conta que estão se processando de forma lenta e longa. E o que, então, assistimos, é o rompimento dos seus flancos para as bombas infamantes e desmoralizantes do que existe de mais sagrado no coração da nacionalidade.

Se o quadro institucional nos alarma e inquieta, que dizer-se da situação econômica? Fomos arremessados ao báratro de uma crise, a mais ampla, profunda e aguda com que a Nação já se defrontou. Assistimos angustiados à dissolução paulatina de todas as resistências de nossa economia. É uma inflação de 120% que leva à insegurança todos os brasileiros, implanta a intranquilidade em todos os lares, ao mesmo tempo que carcome vorazmente os padrões morais da nacionalidade, na jogatina institucionalizada e na corrupção erigida em norma de conduta.

A inflação nos faz ser hoje a maior Nação devedora do mundo, a que paga os juros mais altos e a que se submete sem discussão a todas as imposições do capitalismo internacional. As nossas instituições mais respeitáveis se debatem com problemas aniquilantes. O encouraçado da Previdência Social, outrora majestoso e sólido, está dando água por todos os lados, reclamando mais e penosos sacrifícios dos seus associados, para não submergir. O Banco Nacional de Habitação já não encontra na imaginação dos diretores e técnicos fórmulas e iniciativas que o conttenham no equilíbrio e na estabilidade, senão arrancando dos seus prestamistas o seu suor e a sua lágrima. A casa própria, ao invés de proteção, é um permanente suplício para os que nela acreditaram. As empresas estatais descontroladas são fator de desordem financeira e do caos administrativo.

Caem os investimentos e aumentam os subsídios. Reduzem-se as jornadas de trabalho e mingam os salários. O desemprego não é apenas uma ameaça, mas uma dura realidade.

A Nação está com a sua segurança ameaçada. É a própria soberania nacional que está em risco com o crescente endividamento exter-

no, que nos humilha e enxovalha. Entre juros e amortizações, estamos consumindo anualmente perto de 15 bilhões de dólares, soma arrasadora até mesmo para os países mais ricos.

Não podemos permitir que esse vexame, uma tormentosa calamidade, continue caindo sobre o nosso povo indefeso.

O Partido Popular conclama todos os brasileiros para que venham a formar conosco um imenso mutirão para que a nossa dependência externa se reduza, ou, se possível, se elimine, pois, no caminhar em que vamos, chegaremos a um dia em que a escolha dos nossos ministros tenha de ser submetida antes à aquiescência ou ao veto dos nossos credores internacionais.

É em meio a esse sombrio panorama social que surge o Partido Popular para fazer a pregação incansável e o trabalho diuturno pela recuperação moral, política e econômica do Brasil, fazendo da justiça social o seu lema e o seu alvo de maior importância e significação.

Srs. Convencionais. Somos, em verdade, o partido da justiça social, como ainda há pouco afirmaram da tribuna os nossos eminentes correligionários Sinval Guazelli e Olavo Setúbal. O social é o sentido da civilização moderna. Quando os partidos políticos não perseguem as metas da elevação moral, cultural e econômica dos seus concidadãos, esses partidos perdem a sua razão de ser. Só os partidos reacionários se demitem dessas responsabilidades, e porque somos um partido reformista, nós nos situamos na vanguarda daquelas reformas que hão de fazer de nosso País uma Nação moderna, mais justa e digna. A nossa ação política será sempre serena, mas firme e inflexível para dar sentido humano ao nosso processo de desenvolvimento econômico, cujos benefícios não podem continuar sendo adjudicados apenas à minoria que o explora, mas, também, à grande maioria que o promove e que está afastada dos seus resultados. Que não haja nesse abençoado País criança sem escola, jovem sem universidade, operário sem trabalho, mesa sem pão e família sem lar.

Vamos mostrar à Nação que ela pode confiar no Partido Popular, porque acima de tudo somos aquela força que vai propugnar pela reintegração da nossa sociedade nos valores jurídicos de sua tradição, mas, principalmente, nos valores morais de nossa formação cristã.

A nossa luta apenas se inicia. Vamos agora para as ruas e praças, para os sindicatos e universidades, para os meios intelectuais, Assembleia Legislativa, para a Câmara e o Senado, dizer à Nação que o Partido Popular está de pé e vigilante pelo Brasil.

Era o que tinha a dizer.

# *A reforma eleitoral e sua repercussão no mundo político*

---

## **Discurso de Tancredo Neves sobre a reforma eleitoral e sua repercussão no mundo político.**

*Senado Federal.*

*Agosto de 1981.*

O SR. TANCREDO NEVES – O voto é a fonte de representação e a representação é a alma da democracia. Onde a representação é inautêntica, emasculada e artificial, não existe democracia, mas o autoritarismo, qualquer que seja a sua expressão, de maior ou menor virulência, mas, sempre, autoritarismo.

Quando se quer avaliar o grau de aprimoramento, legitimidade e representatividade de uma democracia, basta observar e examinar a sua legislação eleitoral. Se esta preserva, assegura e garante o voto em toda a sua plenitude, não há dúvida de que estamos em face de um autêntico governo das leis, que é o supremo ideal das civilizações sábias e cultas. Quando, porém, a legislação eleitoral é um amontoado de postulados espúrios, de insinuantes artificialismos e de mecanismos hábeis, feitos para conter, deturpar e corromper a vontade eleitoral do povo, também não há dúvida de que estamos diante de um simulacro de democracia, gerando a insegurança dos governos, a instabilidade das instituições e a desordem nos planos administrativo, político, econômico e social. Como se vê, é na genuína e lídima representação que os governos democráticos encontram a sua estabilidade, pedra angular da ordem, do trabalho, do desenvolvimento econômico e cultural dos povos.

A teoria da representação lança as suas raízes na era antirrousseau-niana. Mas foi Rousseau quem primeiro a teorizou. A do mandato imperativo, que se inseria na sua grande concepção da vontade geral. Segundo Rousseau, o mandante e o mandatário, desde o momento da escolha até o término do prazo da delegação, continuam indissolúvelmente vinculados. Se o mandatário fugir às determinações do mandante, este tem o direito de cassar-lhe a confiança outorgada. Essa tese de Rousseau não encontrou acolhida na literatura e na política dos povos ocidentais.

É curioso, porém, notar que é hoje tese vitoriosa nas constituições das chamadas democracias populares, subordinadas ao modelo da Rússia Soviética. Todas elas consagram o princípio da revogação do mandato por infidelidade do mandatário. É a doutrina do mandato imperativo.

A doutrina de Rousseau encontrou contestação forte e convincente na tese do mandato fiduciário, criação de Edmund Burke, no seu famoso discurso aos seus eleitores de Bristol. Dizia o preclaro estadista britânico: “O eleitor só é livre para escolher o seu candidato no ato de votar. Uma vez eleito, o mandatário é livre, à luz de sua consciência, para decidir como melhor lhe aprouver os problemas de sua comunidade. Deixa de ser um representante do eleitor, do distrito ou da província, para se transformar no representante da Nação e só a esta deve satisfação dos seus atos”. Essa tese teve circulação ampla nos últimos séculos entre as democracias do mundo. Serviu de base à implantação, expansão e apogeu do Estado liberal, dando-lhe sustentação e projetando a sua imagem. Com algumas alterações, é ela, ainda hoje, fundamental aos estudos sobre a representação política. Outras doutrinas têm surgido, visando a aperfeiçoar ou complementar os conceitos antigos. É, assim, o caso da chamada escola da representação sociológica, que conta, entre nós, entre os seus corifeus, o notável cientista político Paulo Bonavides, mestre insigne e dos mais acatados. Segundo essa escola, todo representante está, direta ou indiretamente, vinculado aos interesses de um segmento da sociedade. É condicionado por eles e tem sempre que tomá-los em consideração na hora das decisões. É um determinismo decorrente da divisão do trabalho e da separação das classes nas sociedades modernas.

E, por fim, a mais festejada das doutrinas democráticas da representação política é a que se convencionou denominar de representação participativa, que hoje domina vitoriosamente os espíritos e a vida das democracias mais avançadas. Não há representação autêntica sem participação. Representados e representantes devem viver uma permanente simbiose ouvindo e recolhendo, reciprocamente, sugestões, críticas e observações. A representação não termina com o voto, ao contrário, ela continua durante todo o mandato num movimento de atualização para que a sua atuação seja mais dinâmica e fecunda. Essa participação se faz permanentemente desde os clubes de ruas e bairros, até as grandes concentrações e assembleias sindicais ou dos vários órgãos representativos das diversas classes sociais que acompanham, colaboram, criticam

o trabalho dos seus representantes para o exato cumprimento de suas atividades parlamentares e governamentais.

Passadas, assim, em revista as doutrinas mais importantes sobre a natureza, a dinâmica e a finalidade da representação política, passemos a examinar a sua aplicação no Brasil.

Temos tido uma autêntica representação do nosso povo? Todos os sociólogos e cientistas políticos são unânimes na negativa. No Império, em que pese o brilho intelectual e a notável competência dos nossos parlamentares, tivemos Câmaras elitistas. Eram os condes, marqueses e barões, por força do sangue ou da riqueza, que se permitiam o honroso privilégio de representar e legislar em nome do povo. Este sempre foi mantido longe das Casas dos que se diziam seus representantes. A situação não mudou com o advento da República. Os nobres fidalgos foram substituídos pelos grandes latifundiários do açúcar, do algodão, do cacau e do café. Até a Revolução de 1930, eram os interesses desses grupos que dominavam as decisões de nossas Câmaras políticas.

O surgimento da civilização industrial, a partir de 1930, forçou o debate em torno de assuntos mais ligados aos trabalhadores, tais como acidente no trabalho, caixa de pensões e aposentadorias, lei das oito horas e outros congêneres, mas não se alterou a composição elitista da representação. Os profissionais liberais substituíram os donos da terra e os manipuladores do comércio. E assim continua até hoje. É mínima em nossa representação nacional a participação dos trabalhadores. Dela eles estão ausentes e se algo conseguem no sentido do atendimento dos seus interesses, o conseguem por via indireta, usando o poder de pressão política de suas organizações de classe.

Essa, a meu ver, a grande falha da representação democrática em nosso País. Ela não é abrangente porque não contempla, nos seus quadros, legítimos representantes das classes trabalhadoras, nem os tem na justa proporção de sua expressão numérica e segundo a sua importância política e econômica no contexto de nossa sociedade. Essa falha é tanto mais deplorável, quando se sabe que a civilização moderna não se baseia mais na primazia aristocrática do sangue, já não é mais a civilização dos latifúndios e muito menos a do capital. A pedra angular das modernas democracias, fonte permanente de sua renovação e dos seus direitos, é o trabalho que absorve e totaliza todas as preocupações dos estadistas

em todo o mundo. Pois bem, essa força que dirige, comanda e disciplina as atividades sociais, em nossos dias, não tem expressão significativa no bojo da representação política da Nação brasileira.

O mesmo se pode dizer da representação feminina. Num mundo em que a mulher é cada vez mais participante e reivindicante, é quase nula a sua presença nas Casas do Congresso Nacional. São quatro as deputadas, e, apenas, uma senadora. Havemos de convir que é um coeficiente por demais diminuto para espelhar a comunidade das mulheres brasileiras, cada dia mais cultas, politizadas e atuantes.

Os cientistas políticos têm colocado em evidência que sistema de partidos e sistema eleitoral são duas realidades indissolúvelmente ligadas. Uma não pode funcionar sem a outra. De nada adianta uma boa legislação eleitoral, se a atividade partidária está mal estruturada e disciplinada.

Haja vista a experiência brasileira, que é rica na explicação da tese.

A primeira eleição de âmbito nacional que houve em nosso País foi a de 1821, para a escolha dos deputados que representariam o Brasil, na época do Reino Unido a Portugal, para a composição da Assembleia Constituinte, que se reuniria em Lisboa. Foram eleições indiretas, por processos os mais rudimentares.

A Constituição outorgada, de 25 de março de 1824, já o Brasil independente, dispunha que a escolha dos deputados e senadores fosse feita por eleição indireta, “elegendo a massa dos cidadãos ativos em Assembleias paroquiais os eleitores de província, e estes, os representantes da Nação”. Esse regime eleitoral vigorou até 1881, quando foi modificado por força da Lei Saraiva, que adotou o voto direto. Em 1855, o Marquês de Paraná cria a chamada Lei dos Círculos, em que cada um deles elegeria o seu deputado pelo voto majoritário. Foi a primeira instituição do voto distrital no Brasil. A resistência da mentalidade conservadora à reforma proposta pelo Marquês de Paraná, ou seja, a interiorização do voto, se encarnou no Marquês de Olinda, que a combateu com a tenaz energia de sua forte personalidade. Os seus argumentos, guardadas as proporções do tempo e do meio, eram muito semelhantes aos que hoje se levantam contra o voto distrital. O litoral, dizia o preclaro pernambucano, era a cultura, a independência e o discernimento político, ao passo que o interior era a ignorância, a mediocridade e a submissão. A

iniciativa do grande Paraná, a despeito dos obstáculos que encontrou, acabou por se transformar em lei.

Em 1860, os círculos de um só deputado foram alargados, passando cada um a eleger três representantes à Assembleia Geral. Em 1875 foi adotado o sistema do voto incompleto, ou do terço, destinado à representação das minorias. Votava-se em dois nomes e deixava-se a terceira vaga para o partido que perdesse a eleição. A esse projeto a sátira de Martinho Campos cognominou de projeto cabra-cega. A Primeira República herdou do Império o sistema de eleições por círculos ou distritos plurinominais, ficando as minorias em situação de total esmagamento. Para redimi-las, veio a Lei Rosa e Silva, de 1904, que instituiu o voto cumulativo. Cada eleitor dispunha de tantos votos quantas eram as vagas a preencher, sendo-lhe reconhecido o direito de cumular os votos num só candidato, ou distribuí-los entre vários.

A década de 1930 foi das mais fecundas e benéficas para o aprimoramento da nossa legislação eleitoral. Nessa quadra se incorporaram definitivamente ao nosso patrimônio político a Justiça Eleitoral, a representação proporcional e o sufrágio direto, universal e secreto e o voto feminino.

Feito esse atabalhado transunto, podemos verificar nitidamente os diversos períodos em que se divide a nossa história eleitoral. O mestre José Nabuco, em erudita conferência, numa síntese magistral, assim a resumiu:

O primeiro período, até 1881, em que o voto em todos os níveis foi indireto; o segundo, de 1881 a 1964, em que o voto em todos os níveis foi direto; e o terceiro, de 1964 até hoje, em que o voto para presidente da República, vice-presidente da República, governador e vice-governador de estado e um senador, este a partir de 1977 é indireto, e para os demais mandatos eletivos é direto.

Nunca houve, porém, nesse longo período, a não ser no interregno da Carta de 1946, eleições propriamente ditas e organização partidária digna desse nome. No Império prevalecia as “sorites” de que falava Nabuco. O Imperador escolhia o chefe de gabinete, este nomeava os seus ministros, que, por sua vez, elegiam as Assembleias. Na Primeira República prevaleceu indiscriminadamente “o bico de pena” e a ata falsa,



o que não impediu que tivéssemos ilustres representantes, dando ensejo à conhecida ironia de Gilberto Amado: “as atas eram falsas, mas a representação era brilhante”. Sob a égide da Constituição de 1946, em regime superpluripartidário, as eleições foram formalmente limpas. A implantação da Justiça Eleitoral e do voto secreto muito contribuíram para o saneamento dos nossos costumes eleitorais. De 1964 até hoje, as eleições têm sido truncadas, casuísticas e deformadas, muito mais um ritual farisaico de democracia, do que atos solenes de apuração da vontade do povo. Cassações indiscriminadas afastavam do pleito as mais credenciadas lideranças populares, figuras exóticas de inelegibilidades, muitas até de caráter personalíssimo, foram criadas. A Lei Falcão, com todo o seu ridículo e desfaçatez, veio coroar um sistema de opróbrio e humilhação para a consciência cívica da Nação.

*Pari passu* os partidos inexistiam. Não tinham quadros definidos, faltavam-lhes lideranças consagradas; e pobres de ideologia, ou gravitavam em torno dos governos, ou se entregavam a um oposicionismo estéril e oportunista.

Quando, em 1964, eles já começavam a se apresentar com fisionomia própria, a expressar interesses particularizados dos grupos sociais, com quadros e lideranças respeitados, com os seus mártires, heróis e condutores, em nome de um funesto hipermultipartidarismo, extinguem-se a todos, arquivando-os a todos, sem qualquer discriminação, no limbo das frustradas esperanças nacionais. Foi um grave erro, entre os muitos que cometeu a Revolução. Dezesseis partidos eram demais, mas preservar, dando-lhes melhor configuração, os quatro ou cinco que o tempo permitiu revelar viabilidade, e a sua resistência era o mínimo que seria lícito esperar da lucidez dos responsáveis pela Revolução de 1964.

Há, ainda, de assinalar, para pôr em destaque o cuidado e a importância de promovermos a criação de novas instituições eleitorais, que existe, no Brasil de hoje, um amplo e profundo divórcio, quase desintegrante entre os seus quadros legais e as suas realidades socioeconômicas. Houve, nos últimos anos, uma forte contenção na marcha evolutiva do pensamento político nacional. Há uma perigosa defasagem entre o País legal e o País real, aquele amarrado a estruturas anacrônicas, superadas e obsoletas, e este repleto de vitalidade, dinâmico, criador e fecundo, mas contido na sua expansão e na sua modernização. Daí não ter nenhuma dúvida em afirmar que a maior e mais significativa

repercussão de uma reforma eleitoral em nosso mundo político está em fazer do voto o grande e eficiente instrumento da reforma nacional. Implantar um Estado de direito que seja a alavanca da emancipação econômica e social do homem brasileiro. Assegurar, não como uma liberalidade, mas como direito e prerrogativas inalienáveis da dignidade nacional, os direitos e as liberdades fundamentais de uma vida decente, sem medo e sem humilhações, para todos os nossos concidadãos. A justa distribuição da riqueza e a ampla formação de uma cultura, que, sendo universal nos seus parâmetros, seja nacionalista no seu fulcro, preservando as nossas tradições, os valores de nossa espiritualidade, enriquecendo o patrimônio moral e material que recebemos de herança dos nossos antepassados.

Se não promovermos, com urgência, as grandes transformações que a nossa sociedade está reclamando em altos brados, orientando-as, dirigindo-as e incorporando-as com inteligência política à nossa existência, essas transformações se farão à nossa revelia, sem nós e até contra nós, pela força e violência, levando de roldão, na sua fúria, muito do que deve ser preservado e que constitui acervo indestrutível de nossas conquistas jurídicas, humanas e cristãs.

“Quando as pessoas altamente privilegiadas passam a ser poucas e as extremamente pobres, muitas, e quando as diferenças entre as primeiras e as outras tendem a aumentar, a necessidade de uma opção definitiva, entre o custo político da reforma e o risco político da rebelião é, apenas, uma questão de tempo.” O conceito não é de nenhum subversivo, não o emitiu nenhum radical, é de um capitalista lúcido e de sensibilidade política, Robert MacNamara.

Duverger, na sua notável *Carta aos Socialistas*, estabelece três caminhos para as mudanças: 1º) a revolução brutal, ou seja, a transformação radical de uma sociedade por meios radicais; 2º) a revolução mediante reformas cumulativas, ou seja, mudança radical de uma sociedade por meios moderados num curso de uma longa fase transitória; e 3º) o reformismo que tende somente a melhorar a sociedade existente, sem mudar os seus fundamentos.

Ninguém de bom-senso reivindicaria para o Brasil o primeiro tipo de meios para alcançarmos a reforma. É o caminho das revoluções sociais sempre cruéis, sangrentas e violentas. Esse tipo de ação política é eficiente na destruição, mas impotente na construção.

No entanto, o segundo e o terceiro tipos de meios para alcançar as transformações sociais poderiam muito bem ser postos em prática no Brasil, consoante um ritmo de maior ou menor aceleração, tudo dependente do maior ou menor atraso dos diversos setores em que ela devesse atuar. Em suma, ainda repetindo Duverger: não devemos chegar à democracia pelo socialismo, como querem os marxistas-leninistas, mas chegar ao socialismo pela democracia, como reivindicam os socialdemocratas.

Tudo, porém, vai depender da nossa organização eleitoral. Se não fizermos dela o dínamo e o filtro para ativar e depurar a livre manifestação da vontade do povo, o voto continuará sendo, entre nós, a sustentação de oligarquias peremptas, de estruturas injustas e de instituições ultrapassadas.

A tarefa de construirmos uma nova base eleitoral para o País é tanto mais difícil quando se constata que temos de formulá-la em uma Nação em que o poder não possui nenhuma estrutura jurídica. Não estamos partindo de uma Nação cujo poder seja uma expressão de legitimidade democrática, para organizá-la eleitoralmente, mas, ao contrário, vamos tentar, através do poder eleitoral, organizar juridicamente o poder.

Essa observação evidencia toda a relevância do encargo que nos espera. Se vamos legislar eleitoralmente para manter o caos institucional que aí está, cometeremos um grave erro histórico, que as gerações futuras não nos perdoarão. Mas se o que se pretende é lançar os alicerces visando à futura reorganização institucional do País, vamos nos entregar a esse trabalho sem facciosismo, sem espírito de grei, sem preconceitos partidários, mas voltados todos, em plena consciência, para as perspectivas de perenidade de uma Pátria, que se recusa viver na pusilanimidade, na mediocridade e no aviltamento dos valores transcendentais de sua formação.

Da boa ou má legislação eleitoral, que vamos discutir e votar, vai depender o futuro das novas gerações, que estão aflitas e desorientadas em meio às mesquinhas preocupações de um imediatismo desmoralizante, de um utilitarismo pragmático, de um egoísmo insensato. Ou pensamos em legislar para o Brasil e seu povo, almejando vê-los integrados nos amplos e iluminados horizontes de sua destinação histórica, ou, então, vamos mergulhar a Nação no atraso de sua evolução, no retardamento de sua obra civilizadora ou, talvez, quem sabe, rasgando as covas rasas para

o sepultamento de sua dignidade cívica. Se a meta for legislar para atender aos interesses do partido oficial, para preservar no poder os grupos que o detêm há anos, impedindo o cumprimento do postulado básico da alternância, para manipular o pleito a fim de que o povo não possa expressar, livremente, as suas opções; com o esmagamento, a marginalização e proscrição dos partidos opositores, não se iludam os obreiros dessa sinistra empreitada, a Nação reagirá e reagirá, energeticamente, por todos os meios ao seu alcance.

Não nos passa pela cabeça que o horror à disputa eleitoral, em campo aberto, de forma a ser assegurada igualdade de oportunidades a todas as facções, possa estar inspirando medidas de opressão e casuísmo, visando a tumultuar, corromper e degenerar a liberdade de consciência do eleitor brasileiro.

As Oposições, mesmo amparadas por uma legislação justa e equânime, ainda assim terão de enfrentar dois flagelos que são inerentes à composição e ao exercício do governo entre nós, e que só o tempo, a educação e o enriquecimento do nosso povo irão exterminá-los: o abuso do poder político e do poder econômico. Temos de, no particular, valendo-nos da experiência de passadas eleições, aperfeiçoar a lei atual com normas da maior severidade e de rigorosa punição, visando a coibir os crimes que, com a pecúnia do erário e o dinheiro da corrupção, têm conspurcado e violentado a consciência do homem humilde, sem defesa e sem proteção, contra a fascinação dos recursos fáceis colocados à sua disposição na trágica barganha.

Hoje, tomados de apreensão e sem sobressalto, estamos às vésperas de elaborarmos um novo estatuto eleitoral. Os novos partidos, em formação, ainda ensaiam os seus primeiros passos, arrostando todos os entraves de uma burocracia solene, pesada e hostil, para conseguirem a afirmação de sua personalidade política e jurídica.

A hora é grave. As decisões têm de ser tomadas com grandeza, pensando no futuro do Brasil, no seu destino de potência, ou então estaremos deixando escapar a grande oportunidade, que tão cedo não será renovada, de lhe darmos os meios adequados de se estabilizar, legitimando o poder.

# *Homenagem a Francisco Negrão de Lima*

---

**Discurso proferido por ocasião do falecimento de Francisco Negrão de Lima.**

*Senado Federal.*

*5-11-1981.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Faleceu Francisco Negrão de Lima. Autêntico expoente de uma notável geração de homens públicos, que se caracterizou pela consciência dos valores democráticos, pela penetrante inteligência política e pelo alcandorado devotamento ao serviço do povo, deixa de sua trajetória a marca indelével de um espírito superior.

Mineiro de Nepomuceno, encantadora e progressista comunidade do sudoeste do estado, integrava numerosa prole de uma família tradicional, que deu a Minas eminentes cidadãos, bastando lembrar o nunca assaz louvado Otacílio Negrão de Lima e uma plêiade de mulheres extraordinárias pelas virtudes singulares e a riqueza dos sentimentos.

Jovem ainda, Francisco Negrão de Lima chamava a atenção, nos seus gestos sóbrios e comedidos e pela elegância de suas atitudes.

Destacou-se no curso jurídico entre os mais distintos de sua turma e, ao deixar, já diplomado, a Casa de Afonso Pena, um acatado renome o acompanhava.

Na advocacia, que exerceu com êxito e proficiência, demorar-se-ia por pouco tempo. Seu espírito público, vivo e titânico, impulsioná-lo-ia para a vida pública, onde, na imprensa, no Parlamento, na administração e na diplomacia, desempenharia, em cada um desses setores, atuação fulgurante, marcada pela clarividência e o vigor do seu talento.

Nos primeiros anos de sua juventude, entregou-se à atividade jornalística. Os editoriais e os sueltos eram as áreas de sua preferência. Escrevia-os serenamente, buscando os conceitos adequados para as suas críticas, despojadas de asperezas e contundências, usando, nas suas advertências, da palavra oportuna, para traduzir a sensatez e a procedência das suas observações.

Parlamentar, deixou, nos Anais da Constituinte de 1934, em discursos, pareceres e apartes, a sua destacada contribuição na feitura do texto constitucional que então foi elaborado, fadado a curta duração, pelo ecletismo das doutrinas em que se estruturou e pelo torvelinho da grande catástrofe que, destruindo o nazifascismo, submergiria, também, sob os seus ímpetos, a ordem jurídica e social de todos os povos.

Na administração, foi colaborador eficiente e dinâmico de Francisco Campos, como chefe do seu gabinete, quando de sua revolucionária passagem pelo Ministério da Justiça. As grandes e profundas reformas que o preclaro mineiro fez introduzir em nossa legislação, substituindo estruturas avelhantadas, renovando instituições, reformando códigos e atualizando todo o nosso sistema legal, encontrou em Negrão de Lima o coadjuvante lúcido e dedicado, o assessor atento e exato e o auxiliar competente e operoso.

Convocado pelo Presidente Getúlio Vargas para participar do seu governo constitucional, coube-lhe, no seu primeiro ministério, a Pasta da Justiça. Nela se houve com a sua habitual proficiência. Quis o destino que eu o sucedesse nesse penoso múnus. Encontrei o ministério em perfeita ordem. Todo o expediente em dia. As linhas de ação política do governo em pleno desenvolvimento. Os planos administrativos se desdobrando em rigorosa sequência. E na estima e admiração de auxiliares e funcionários, a homenagem respeitosa ao chefe que lhes granjeara, mais do que amizade, a confiança.

Candidatou-se a governador do Estado do Rio de Janeiro pelo voto livre e soberano do povo, numa renhida campanha eleitoral, em que ele pôs à mostra toda a sua pujança civil, o destemor de uma alma impávida e, na sua plenitude, a altivez do seu espírito republicano.

Eleito, a sua posse passou a ser contestada. Militares, da chamada linha dura, não se conformaram com o pronunciamento das urnas. As impugnações a que assumisse o governo se transformaram em conspirações ostensivas, desafiando a autoridade do Presidente Castelo Branco. Sem quebra de sua hombridade, sem se curvar, manteve-se na retilínea postura de sua inquebrantável dignidade, aguardando, com imperturbável decência, o desfecho da crise que se adensava em seu derredor.

Empossado, realizou uma das mais completas das administrações que o Rio tem tido. Não houve setor de atividades em que não houvesse imprimido as marcas das garras de sua presença criadora e benfazeja.

No campo da cultura criou e remodelou universidades. Instalou ginásios e erigiu escolas. Deu ao novo estado institutos de ciência e pesquisas, ampliando os parâmetros em que se situava a força da sua espiritualidade e inteligência. Embelezou e saneou a grande metrópole. Elevou os padrões da qualidade de vida dos cariocas, particularmente dos mais humildes. Removeu favelas e implantou numerosos centros habitacionais modernos e condignos. Multiplicou o seu parque industrial, assegurando aos seus governados mais trabalho, salários e bem-estar social.

Trabalhou incessantemente, voltado para o centro e a periferia, vilas e morros, de sua formosa capital. Enfrentou, com galhardia, horas difíceis do seu governo, que não foram poucas, e, sem euforia vaidosa, os seus momentos de triunfo, que foram muitos.

Ao término do seu mandato, recebeu, do povo que governou, imponente manifestação de reconhecimento pelas obras que empreendeu em seu benefício. Quando aparecia em público, já na condição de simples cidadão, era ovacionado, indiscriminadamente, por ricos e pobres, todos manifestando nos seus aplausos o apreço ao governante íntegro, justo e operoso.

Foi, porém, na diplomacia que o seu espírito de escol e o seu refinado temperamento encontraram a atmosfera propícia à expansão de suas privilegiadas potencialidades de cultura, habilidade e senso patriótico.

Conciliador, por formação, transigente, sem quebra dos princípios, tenaz e persistente na busca das soluções, ele colocou a serviço de nossa política exterior, nos postos que lhe foram entregues, todo um rico acervo de dons e experiência. O Itamaraty teve nele um diplomata insigne na mais completa concepção do termo. Em Caracas, Assunção e Lisboa, cumpriu as tarefas com zelo e brilho e, de tal forma nelas se houve, que se consagrou no louvor e no acatamento de todos os seus colegas de carreira e, mesmo, entre os diplomatas das nações amigas. Era constantemente procurado por eles, que se ilustravam e encontravam nos seus conselhos e análises as inspirações de que careciam para os seus estudos e relatórios.

Quando o Presidente Juscelino Kubitschek fez dele o nosso chanceler, a Casa de Rio Branco não o recebeu como um estranho, ao contrário, foi saudado como se tivesse emergido dos seus quadros, numa ascensão natural, altamente credenciado para o desempenho das delicadas missões do seu mais alto posto.

O trabalho profundo e profícuo que realizara nas embaixadas, a cujo serviço pusera a sua energia mental, projetara o seu nome nos círculos diplomáticos, que já o conheciam e o admiravam.

De sua passagem pelo Ministério das Relações Exteriores, ficaram os sulcos luminosos de sua visão dominadora, a sua infatigável capacidade de ação e a linha de sua inamolgável dignidade, na defesa impetrita dos nossos sagrados direitos. Nunca consentiu em ofensas ao nosso renome e jamais transacionou com os interesses do nosso povo.

Nas reuniões e conferências internacionais, expressava os postulados básicos de nossa política, em face de outras nações, com a austera elevação, em consonância com as nossas mais nobres tradições. Quando se escrever a história contemporânea do Itamaraty, o seu nome será posto em destaque, ombro a ombro, com os que mais têm colaborado para o seu maior prestígio e projeção.

Se o político Francisco Negrão de Lima conheceu os altiplanos de uma carreira vitoriosa, que percorreu a golpes de talento, com muita coragem e abnegação, o homem que nele havia merece ser posto em relevo, pelos raros atributos de sua forte personalidade. A lhaneza do trato refletia a grandeza de uma alma sem ódios e sem ressentimentos. O homem cordial fornecia o lastro ao seu espírito conciliador, sempre pronto a transigir, sem a renúncia dos seus princípios e convicções, dos quais não abdicava.

O coração generoso pulsava sempre em sintonia com as solicitações do bem e da solidariedade humana. O caráter de granítica resistência arrostava, sem temor, todos os riscos das decisões que lhe impunha o cumprimento do dever, sabendo, como poucos, resistir, sorrindo às pressões desarrazoadas ou ilícitas.

O seu desaparecimento mutila a galeria dos nossos mais eminentes homens públicos, expoente que foi, e dos mais distinguidos, de sua geração.

Honrou Minas Gerais, que se orgulhava de tê-lo como filho, engrandeceu o Estado do Rio, valorizou e aprimorou a nossa vida pública, ampliou e fortaleceu a imagem internacional do Brasil.

De sua memória ficará na recordação dos brasileiros o ensinamento de uma vida que fluiu na transcendência do espírito, na honra e no trabalho, para que a nossa Pátria se tornasse mais culta, mais digna e mais engrandecida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



# *Tecnologia da informática e controle democrático nacional*

---

**Discurso sobre a lei a ser elaborada no Congresso Nacional, para definir a política nacional de informática no País.**

*Congresso Nacional.*

*Sessão de 17-9-1982. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

Todas as decisões econômicas são eminentemente políticas. De vez que os recursos são sempre finitos, mesmo nas nações mais ricas, e tendo em vista que as decisões econômicas implicam distribuição desses recursos, é evidente que qualquer decisão de governo, nessa área, resulta em favorecimento de uma região, de uma classe ou de um setor, em detrimento de outros. São, portanto, opções de natureza política.

Em muitos países – entre eles, o nosso – floresceu a tendência de entregar aos técnicos o equacionamento e a solução do problema representado pela alocação de recursos. O resultado desse equívoco foi, invariavelmente, a concentração de renda, o aumento das desigualdades regionais, o privilégio da especulação financeira e concessões intoleráveis no que tange à soberania nacional.

Ao aumentar as desigualdades entre classes e regiões, as pretensas soluções técnicas criam na sociedade conflitos inegociáveis, porque as demandas setoriais se exacerbam. Na impossibilidade de resolver esses conflitos, os sistemas políticos que descambam por esses rumos procuram impedir que eles afluam. Daí a propensão aos regimes autoritários, que realimentam a primazia da técnica e fecham o círculo vicioso com o aumento das desigualdades.

O fato de o Congresso, hoje, estar aprofundando os debates em torno de uma lei que definirá o futuro da política nacional de informática, desdobra novos horizontes. A participação dos representantes do povo traz consigo a consciência de que é no nível político que tais questões devem ser colocadas.

A exclusão da grande maioria do povo brasileiro dos frutos do trabalho comum só foi possível pela eliminação de sua participação política. E essa ausência de participação, de mobilização e de organização da sociedade retirou do País a força que seria necessária para se libertar das imposições externas e realizar um projeto nacional adequado à nossa geografia física e humana.

Assim, a questão da democracia é, também, a questão da nacionalidade. Vivemos uma hora crucial. Os países industrializados procuram reequilibrar-se à custa dos países pobres, e ditam, através de organismos internacionais que controlam, políticas que aumentam nossa miséria e agravam nossa dependência.

Só dentro da democracia poderemos construir um projeto nacional autêntico. Sabemos que a luta pela ascensão do povo brasileiro será difícil. Mas, não obstante a inadequação do modelo econômico adotado em nosso País, não podemos ignorar as potencialidades que emergiram desse processo de desenvolvimento. Elas constituem uma base estratégica para que o Brasil caminhe com suas próprias pernas e para que nós, enfim, possamos trabalhar para nós mesmos.

A agricultura brasileira foi a que mais cresceu no mundo, no último meio século. Infelizmente, cresceu voltada para a exportação, esquecida da obrigação prioritária de alimentar seu próprio povo. Nossa indústria é inegavelmente moderna, em praticamente todos os setores, mas está dirigida para o atendimento das necessidades dos grupos de alta renda. Tais deformações decorrem exatamente da exclusão do povo nas decisões políticas.

De qualquer maneira, entretanto, todo esse patrimônio físico, gerencial e tecnológico está à nossa disposição para a grande transformação.

Embora todos tenhamos consciência de nossas potencialidades físicas e da capacidade gerencial de nossos empresários, poucos avaliam adequadamente as nossas potencialidades tecnológicas. De maneira geral, são conhecidos apenas os progressos que realizamos no domínio da técnica agrícola.

E por que conseguimos avançar nessa área? Simplesmente porque somos um País tropical, em que as tecnologias importadas de países temperados não servem. Então, com o mercado de que dispõem, os brasileiros são capazes de produzir tecnologia de primeira linha e exportá-la

para as demais nações de clima semelhante. Temos aqui uma reserva de mercado para a tecnologia determinada pela natureza.

No campo industrial, nossa inventiva não é menor. Se os resultados aparentes escondem essa realidade, isto se deve à preponderância dos investimentos estrangeiros nos setores de ponta. Logicamente, as empresas estrangeiras buscam as soluções tecnológicas nos centros de pesquisas de suas matrizes, por motivos facilmente compreensíveis. Lá, as soluções estão prontas e pagas. Por isso as teses de doutoramento de nossos engenheiros e as pesquisas de nossos técnicos continuam dormindo em arquivos universitários, sem nenhuma aplicação prática.

A necessidade de desenvolvermos tecnologia nacional nos coloca em face de um conflito entre interesses legítimos, mas antagônicos. Na mediação dessa disputa, temos a considerar que, sem um patamar de tecnologia própria, e sem soberania nacional, não há possibilidade de absorver tecnologia externa. Qualquer país que rejeite essa premissa está condenado à condição de operador de “caixas-pretas”.

Esse entendimento parece permear hoje todas as camadas de nossa sociedade. Políticos, engenheiros, empresários, estudantes, trabalhadores, militares, cientistas, profissionais liberais, as igrejas, todos estão discutindo as questões ligadas à informática. Elas têm o condão de anunciar essa grande mudança prometida pela consciência de que os problemas da democracia e a afirmação da nacionalidade apontam na direção da independência do povo brasileiro.

Srs. Congressistas:

Nunca, em toda a história da humanidade, o processo de desenvolvimento tecnológico esteve tão ligado, como agora, às alternativas de paralisação ou desenvolvimento da cultura. Nunca estiveram tão distanciados os produtores e os consumidores dos conceitos e da linguagem, porque nunca os usuários desconhecaram tanto as entranhas das máquinas de que se servem. É por isso que muitos combatem o desenvolvimento da tecnologia nacional e cantam as vantagens dos equipamentos estrangeiros: eles se ajoelham perante as máquinas como os adoradores de Moloch se curvavam perante seu ídolo. Também nunca os dominadores puderam criar, entre os dominados, um número tão grande de ventríloquos.

Jamais houve uma tecnologia que oferecesse uma arma tão poderosa para a consolidação do poder, num processo que afetará toda a

organização da sociedade, o seu controle, o trabalho e os direitos fundamentais, a começar pela privacidade dos cidadãos.

Tivemos, em nosso passado, exemplos de mobilização popular em defesa da economia nacional, como a campanha “O Petróleo é Nosso”. Entretanto, se um país tivesse seus recursos petrolíferos controlados por empresas estrangeiras, ainda assim poderia reverter esse processo de submissão, como os fatos se encarregaram de demonstrar em tantas ocasiões.

Mas o desenvolvimento da tecnologia da informática, sem o controle democrático e nacional, permitirá um nível de domínio sobre a vida da sociedade sem nenhum horizonte visível de libertação.

Vive assim o Congresso o momento histórico de elaboração de uma lei que seja, ao mesmo tempo, instrumento de resguardo dos direitos dos cidadãos, das liberdades democráticas, da soberania nacional e da cultura do povo. Será ela a pedra angular da construção desse projeto que, sendo nacional, nos fará partícipes do moderno e do universal.

## *Governo de Minas e democracia nacional*

---

**Discurso proferido por Tancredo Neves aos convencionais do PMDB por ocasião de sua escolha a candidato ao governo de Minas.**

*Belo Horizonte, 1982. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Srs. Convencionais:

Estamos, hoje, a meio caminho na travessia do autoritarismo. As trevas da dominação ainda não se dissiparam completamente, mas a resistência democrática que, entre riscos e incertezas, vimos exercendo todo esse tempo, com esperança e obstinação, começa a produzir os seus frutos. A dominação do povo ainda prossegue, como prossegue também a crise econômica e o controle estrangeiro sobre a economia. As instituições da sociedade civil, como o Parlamento, os partidos e os sindicatos, ainda se movem num espaço vigiado e restrito, mas a Nação destrocada e dividida vai se recompondo e se mobilizando para exprimir seus interesses e defender os seus direitos.

A democracia e a liberdade não são algo que se concede ou que se consente a um povo; são, isto sim, o que um povo conquista por sua crença moral e sua vontade política. Nosso passado recente foi pleno de duras provações, mas serviu para aprofundar e amadurecer na consciência dos cidadãos brasileiros as graves consequências dos regimes que se exercem à margem do Direito e do controle democrático. À sombra do arbítrio, puderam manifestar-se sem restrições toda a gama de interesses antinacionais que modelaram uma economia baseada na concentração de rendas, no esmagamento dos trabalhadores e na penetração mais ampla e irrestrita da empresa estrangeira e do capital internacional. Ao mesmo tempo, as instituições jurídicas e políticas, que preservavam a segurança do cidadão e o funcionamento de uma sociedade livre, foram dramaticamente suprimidas para que o poder de uma minoria esmagasse a maioria da Nação.

Diante da gravidade do impasse econômico, da extensão da crise social e da fragilidade dos seus esquemas políticos de apoio, o regime autoritário acabou cedendo à resistência democrática do povo e da Oposição. Depois de doze anos devolve-se ao cidadão o direito de escolher seus governantes em eleições diretas e reais e com isso devolve-se ao País a esperança e a viabilidade. Nesse sentido, as eleições de novembro próximo têm um caráter único e transcendente na história do País. Nelas não se vai julgar da continuidade ou da mudança de estilos administrativos, nem se vai avaliar a simples qualidade das pessoas em confronto. O que se vai decidir nessa hora é o próprio destino da democracia brasileira, ou seja, se o povo sabe e deseja governar-se por si mesmo, ou quer continuar entregue à tutela do sistema autoritário. O que se vai decidir é se o País deve continuar entregue ao impasse econômico, à inflação, ao desemprego e à dependência externa aviltante, ou se, ao contrário, ele é capaz de buscar novas alternativas econômicas que garantam o crescimento e o progresso com justiça. Vai-se decidir, enfim, se foi bom e justo viver sem democracia, ou se, ao contrário, a democracia é a única forma decente e digna de vida que almejamos.

O PMDB é o povo organizado para essa esperança. Chegamos unidos a essa convenção, sem dissidências ou conflitos de grupo, porque a nossa grave missão não deixa lugar para a expressão de interesses restritos. Mantemos íntegra nossa identidade para conquistar para o povo a parcela indispensável de poder político que nos permita iniciar a reconstrução de um novo País.

Nessa quadra da história brasileira, um novo governo para Minas não se reduz a uma mera proposta administrativa, mas amplia-se num conjunto de compromissos que, centrados nos interesses do Estado, destinam-se a compor o quadro maior do interesse nacional. Minas sempre desempenhou um papel central na vida política da Nação, por seus homens, sua cultura, suas ideias e, nas situações limite, por sua capacidade de engajar-se em processos de luta. Todos os grandes movimentos libertários da história brasileira, desde a luta contra a exploração colonial até os episódios modernos da Revolução de 1930 e da restauração liberal de 1946, deflagaram-se em Minas ou aqui tiveram sua base principal de sustentação.

Apesar disso, rompendo uma tradição de independência que remonta aos primórdios de nossa formação, os últimos governos mineiros,

escolhidos sem a audiência ou o consentimento popular, foram simples peças do sistema centralizante e autoritário do Poder Federal. Em nenhum momento exprimiram ou representaram a consciência e os valores próprios do povo mineiro. Nunca reagiram ao regime de exceção, mas serviram a ele. Nunca se opuseram à alienação da economia do País à finança internacional, mas apoiaram e colaboraram ativamente nesse processo.

Para nós, no entanto, o primeiro compromisso do governo de Minas será exatamente uma tomada de posição crítica diante dos grandes problemas do País, estabelecida a partir dos elementos essenciais de nossa cultura e tradição. Recolocando o estado no centro da história brasileira, nosso compromisso há de ser com a construção de uma ordem democrática para o País e com a realização de um projeto econômico que concilie o desenvolvimento com a justiça e a igualdade.

A nova ordem democrática que almejamos não significa um retorno ao passado. É um projeto para o futuro, que não se esgota na denúncia da ordem vigente, por mais indignação que ela nos cause. A denúncia serve para avivar a aspiração de liberdade e para mobilizar as consciências, mas não contém em si mesma os elementos que permitem a construção de uma nova ordem política. Uma nova ordem democrática tem necessariamente de considerar as novas condições da sociedade brasileira, as novas relações que se estabeleceram em correspondência às transformações da economia. Uma nova vida política, democrática, tem de realizar-se em todos os níveis, num aprofundamento sem limites das possibilidades de mobilização popular, ou seja, tem de propiciar o funcionamento livre e dinâmico das instituições de representação popular, como os partidos, o Congresso, as Assembleias e Câmaras Legislativas e tem, da mesma forma, de dar espaço a todas as novas formas de associação e assegurar seu funcionamento mais livre.

É preciso ter-se ainda em conta que a questão da democracia estende-se com igual importância sobre o modelo de organização do Estado e seu relacionamento com a sociedade e a vida econômica. Numa sociedade democrática não bastam mais os clássicos mecanismos de controle sobre o aparelho tradicional do Estado. A ação do Estado hoje afeta mais a vida dos cidadãos e o funcionamento da economia por meio das empresas públicas, da dívida pública, do uso dos recursos não orçamentários, do controle dos preços e dos salários, da política cambial,

da política de crédito e de tantas outras formas modernas de ação. É absolutamente indispensável que essas ações se exerçam sob controle parlamentar para que se possa efetivamente assegurar aos cidadãos a possibilidade de influir em seu destino.

Um Estado democrático, no entanto, é sempre uma vitória das maiorias organizadas institucionalmente, sobre a minoria que deseja submetê-las. E para que essa vitória se alcance é necessário que essas maiorias assumam progressivamente parcelas de poder político que lhes permitam articular e fazer valer suas aspirações. É para esse propósito que assumiremos o governo de Minas. Para que o Palácio da Liberdade deixe de ser uma repartição do Poder Federal, destinada a vigiar e reprimir o anseio democrático de Minas. O governo de Minas será então a estrutura política de apoio para veicular e dar consistência prática às pressões e resistências democráticas que se organizam no interior da sociedade. Sempre se poderá construir nesse País uma ordem democrática, mas será certamente muito mais difícil sem a liderança de Minas e de seu governo.

A administração econômica do País, por seu turno, tem se revelado desastrosa. As desigualdades sociais se aprofundaram, confirmando o caráter excludente do modelo econômico. As tensões inflacionárias mantêm-se intensas e persistentes. A recessão econômica administrada para combatê-las revelou-se ineficaz, deixando atrás de si o preço social do desemprego e da descapitalização da empresa autenticamente nacional. Os juros elevados privilegiam o setor financeiro, sem atenuar a inflação e impedindo a retomada do crescimento. Tendo em vista os resultados da gestão econômica, o País pode parecer, à primeira vista, inviável.

No entanto, não cremos firmemente que uma reorientação global da política econômica não apenas revitalizará o crescimento, como contornará de modo mais eficiente as restrições que paralisam a economia, como a inflação, o déficit no balanço de pagamentos e a dívida externa. Trata-se fundamentalmente de mudarem-se as prioridades. Qualquer modelo voltado predominantemente para o interesse do capital internacional e para as minorias favorecidas da escala social tende necessariamente a esgotar-se e a criar novos desequilíbrios. O conjunto de erros que tem sido cometido, contudo, resulta menos de uma inadequada apreciação técnica do problema do que de opções



políticas antipopulares. A questão econômica brasileira não é um problema técnico, mas um problema de decisão política.

No sistema fechado e centralizante do Poder Federal, nenhuma parcela da população ou da comunidade brasileira de negócios tem oportunidade de se fazer ouvir. Os trabalhadores perdem seus empregos, as empresas aproximam-se da insolvência, os consumidores perdem seu poder de compra, sem que a nenhum deles se assegure o direito de manifestar-se e de opor-se aos continuados equívocos de uma gestão econômica que já provou sua incapacidade e que só se mantém por proteger interesses restritos mais poderosos.

Assim, ao invés de persistirmos nos grandes projetos que vinculam mais e mais nossa economia e nossos recursos aos interesses do capital internacional, o que se faz necessário é a democratização da decisão econômica, com o povo, por seus representantes controlando e limitando o poder das burocracias técnicas que exercem sem legitimidade e sem representação um poder sem restrições.

Ao lado da nova postura diante das grandes questões nacionais, a que nos obriga a vocação e o sentimento de Minas, vamos realizar uma radical mudança na gestão do estado, para identificar a ação governamental com as aspirações e interesses próprios dos setores majoritários da população mineira.

Nos últimos governos impostos à população, têm-se reproduzido no âmbito estadual as mesmas deformações de objetivos e prioridades que produziram a grande crise nacional. A preferência pelo crescimento a qualquer custo e a adesão aos mitos do desenvolvimento puramente quantitativo fizeram de Minas um dos subprodutos mais acabados dos equívocos do “milagre brasileiro”. Nossa proposta de governo quer abrir novos caminhos e novas alternativas para a realização de um progresso econômico que resulte em benefício para as maiorias e que se estenda a todas as regiões do estado. Nosso compromisso é com a justiça e o bem-estar de todos. Para isso vamos fazer de Minas um lugar onde a vida humana possa ser feliz e digna.

Prioritariamente iremos redefinir o padrão de relacionamento do estado com a União. Devido à sua condição de meros delegados do Poder Federal, escolhidos por nomeação autoritária e sem nenhuma audiência ao povo, os últimos governantes de Minas não se sentiam vinculados a compromissos políticos ou administrativos com a população

do estado. Eram extensões do Poder Central, num sistema em que não havia lugar para a identidade regional, dando triste realidade à profecia do nosso poeta: “Minas não há mais!”

Minas, no entanto, voltará a existir. Nosso relacionamento com o governo federal vai reafirmar sobretudo a vitalidade do princípio federativo, recuperando os espaços próprios da autonomia regional, para que os recursos e o poder do estado sejam utilizados primordialmente em benefício do seu próprio povo. Não serão relações de confronto ou de contraposição sistemática, porque em matéria de administração da economia e da sociedade o interesse global da Nação requer uma articulação em todos os níveis de poder. Mas essa articulação será agora realizada com independência e através de um diálogo nobre e ativo. Quando tratar-se de interesse puramente regional ou prerrogativa exclusiva do poder estadual, não será permitido, como hoje, que uma interferência de outro nível interceda.

Toda a estrutura administrativa do estado, com suas pesadas repartições, autarquias, fundações e empresas, está atada ao mesmo padrão de dependência que lhe inspira seu governo. Funciona, na prática, como um mero segmento da administração federal. Nós reconverteremos essa estrutura às suas finalidades, reintegrando-a a uma administração estadual autônoma, comprometida profundamente com os problemas e os interesses do estado e sua população. Não se trata de bloquear a cooperação e o intercâmbio de esforços, mas de discernir com precisão em que medida as prioridades do estado estão sendo adequadamente atendidas e resguardadas, o que nas atuais circunstâncias não ocorre.

Realizaremos intenso esforço técnico e político, com a mobilização de toda a comunidade estadual, certamente com a colaboração dos demais governos de oposição que assumirão o poder nos principais estados da Federação, para que o Congresso Nacional vote e aprove uma profunda reforma do sistema fiscal brasileiro. Essa reforma deve iniciar-se retirando-se do Executivo federal o poder discricionário de criar tributos aparentes ou disfarçados, restaurando uma conquista constitucional que foi usurpada ao povo. Em seguida, essa reforma deve repartir melhor as receitas públicas entre a União, os estados e os municípios. A atual centralização de recursos em poder da União tem gerado notórias ineficiências, fruto da incorreta avaliação das prioridades por uma burocracia isolada das diversidades regionais do País. Parece-nos claro

que a perda do dinamismo da economia nacional, as distorções do processo econômico e as graves carências da maioria da população do País derivam mais do péssimo uso dos recursos públicos do que da própria insuficiência desses recursos. De outro lado, essa centralização gera um permanente estado de servidão para os estados. Nós nos apresentamos ao povo de Minas para resistir e opor a esse estado de servidão. Não será a intimidade com as antecâmaras do Poder Federal nem a capacidade de esmolar benefícios que resgatará a grandeza de Minas. Minas será grande e rica por seus recursos, pela capacidade de trabalho de sua gente, por sua altivez e sua confiança no futuro.

Ao nível dos próprios recursos disponíveis, o estado tem gastado mal. O senso de austeridade tem se desgastado nos últimos tempos. Para preservar-se no poder, o governo estadual patrocina uma orgia de gastos publicitários, para iludir a opinião pública e influir nos meios de comunicação. Obras desnecessárias, com objetivos nitidamente eleitorais, comprometem grande parcela dos escassos recursos estaduais. E muitas vezes o orçamento das comemorações e inaugurações se aproximam do próprio custo do investimento. A Minas de Milton Campos, Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro mudou muito, para contrariedade dos mineiros. Chegou a hora de fazê-la retornar ao seu leito de severidade.

Nossa proposta de governo para o estado é uma clara opção pelas maiorias excluídas dos benefícios do falso crescimento econômico que se realizou recentemente. O modelo de desenvolvimento do estado reproduziu as características mais perversas do modo de crescimento do País. Gerou a elevação da renda total, mas limitou seus benefícios aos grupos de altas rendas e concentrou seus efeitos às regiões e centros urbanos mais desenvolvidos.

As distorções do modelo são inumeráveis. Toda a ênfase foi centrada no crescimento industrial, em detrimento dos demais setores econômicos. Dentro do próprio setor industrial, houve um excessivo favorecimento à empresa estrangeira, que penetrou no estado ao preço de pesadas concessões e fortemente subsidiada pelo Tesouro do estado. Pode-se dizer, na verdade, que em virtude dessa massa indiscriminada de favorecimentos, Minas tornou-se na década passada o “paraíso das multinacionais”.

Essa ênfase na penetração estrangeira na economia, patrocinada ostensivamente por instituições governamentais, fez-se, muitas vezes, em

prejuízo do apoio que poderia ser prestado à indústria de propriedade nacional já instalada no estado, que passou a ser tratada como um segmento marginal da economia, posta sob suspeita diante das instituições de crédito e de fomento, e condenada a sobreviver por seus próprios meios ou, então, desaparecer.

Nesse processo, o governo superestimou sua capacidade de comprometer-se com alguns empreendimentos, atuando como sócio capitalista de vários deles, numa escala incompatível com suas receitas. Para contornar suas limitações financeiras, o estado recorreu maciçamente ao endividamento interno e externo, condenando os governos futuros à imobilidade, diante do peso dos encargos e amortizações a serem cumpridos.

Como resultado desses comprometimentos financeiros, o estado ficou com restrita capacidade de investir em programas sociais. Tudo isso ainda seria menos grave se o resultado desses empreendimentos multinacionais fossem compensadores em termos de toda a economia estadual. Mas muitos desses projetos malograram, seus empresários estrangeiros retiraram-se, deixando ao governo a herança de instalações abandonadas e operários sem emprego. Agora, mais uma vez, novos recursos públicos têm de ser mobilizados para evitar-se que Minas se transforme no que seus críticos chamam de “cemitério de indústrias”.

Apesar de inteiramente subvencionado por incentivos e diversas outras formas de favorecimento governamental, o estado não interveio como devia nas decisões de localização. Em consequência, agravou-se a excessiva concentração industrial na área metropolitana, agudizando as já críticas condições da vida urbana em Belo Horizonte e produzindo graves danos ao meio ambiente. Pois, na realidade, 79% de todos os investimentos industriais do período concentraram-se em torno de Belo Horizonte, sobrando escassos 21% para todo o restante do estado. Para ter-se ideia da irracionalidade do processo, basta verificar-se que a Zona da Mata, berço da indústria manufatureira estadual, absorveu, no período, apenas 1,4% desses investimentos.

E qual foi o efeito desse falso crescimento na melhoria das condições de vida da população? Estudos do próprio governo mineiro confessam que as desigualdades de renda aumentaram no período e que, principalmente, a partir de 1970 criaram-se grandes concentrações populacionais em situação de pobreza extrema. Esses mesmos estudos confirmam que os índices de concentração de renda em Minas Gerais estão entre

os mais altos do País e que Minas é o segundo estado brasileiro a apresentar o mais alto grau de desigualdade de renda entre as populações.

Para nós só existe desenvolvimento quando melhoram as condições de vida de toda a população. Diante de tão grave situação não há de se cogitar de pequenas mudanças de rumo ou de meras adaptações às formas de governo que vêm sendo executadas ao longo dos últimos doze anos. Trata-se, para nós, de operar uma radical mudança nos objetivos da ação governamental. Trata-se de inverter completamente as ênfases e as prioridades. Trata-se agora de governar para as maiorias, os excluídos, os pobres que se empobreceram ainda mais durante esse longo período que Minas, repetindo o próprio País, foi entregue ao controle de minorias restritas e insensíveis.

A opção pelas maiorias, que é o fundamento da nossa proposta de governo, implica um completo reposicionamento diante das funções e das possibilidades do governo estadual, que vai desde a reorientação dos investimentos públicos para os setores que passarão a prioritários até o combate direto à pobreza onde ela atinge sua dimensão mais extrema e desumana.

O marco de referência dentro do qual se exercerão as possíveis opções sobre o desenvolvimento estadual é a própria economia nacional. Numa circunstância em que a economia global do País parece ter esgotado seu dinamismo e em que prevalecem políticas econômicas restritivas destinadas a combater a inflação e o desequilíbrio externo, o grau de liberdade de uma política de governo estadual está sujeita a limitações.

Não faz sentido, por exemplo, acenar-se com uma política fortemente expansionista em nível estadual, uma vez que as condições gerais do processo econômico logo a inviabilizaria. Em contraposição, não podemos assimilar resignadamente os termos da recessão, convivendo passivamente com os seus efeitos para aguardar que, ao término do ciclo, tenha-se luz suficiente para a definição de novos rumos e objetivos.

A economia mineira tem hoje uma estrutura produtiva predominantemente orientada para os mercados nacionais. O acentuado declínio desses mercados tem lançado, pois, os seus efeitos sobre o nosso nível de atividade econômica, especialmente em relação ao setor industrial. Uma reversão de tendências dependerá de decisões tomadas no nível nacional sobre a reativação da economia em geral. No entanto, o impasse a que chegou a economia do País não pode mais durar, não

importa qual seja a vontade das autoridades econômicas, às quais não resta quase nenhum espaço para manobrar seja no campo fiscal, monetário ou cambial. A crise, por si mesma, aliada à emergência de novas posições de poder em mãos da Oposição e do povo, acabará por engendrar as formas de sua superação. E essa superação há de vir forçosamente pela via de radicais transformações no modelo de crescimento, que deverá estar cada vez mais baseado na poupança nacional e orientado para o mercado interno. As próprias transformações políticas por que passará a Nação, com o povo voltando a escolher grande parte de seus dirigentes, reforçará essa tendência.

Dentro desse espírito, nossa ação de curto prazo terá como objetivo assegurar todas as formas de apoio às atividades existentes no estado para que possam sobreviver aos tranSES da recessão. Será um apoio deliberado e sistemático que excluirá as formas de tratamento paternalista ou que impliquem mais ônus para o contribuinte mineiro. Para isso, o estado dispõe de uma ampla gama de instrumentos e instituições que devidamente coordenados para esse fim poderão realizar uma ação bastante eficaz.

O problema social resultante dessas condições adversas da realidade econômica é o que constitui nossa preocupação prioritária. As altas taxas de desemprego nos centros industriais não podem persistir indefinidamente, pelo sacrifício insuportável que impõem às famílias e pelos efeitos depressivos que transmitem a todo o tecido econômico e social. O investimento público tem de reorientar-se para atender a essas circunstâncias críticas e dramáticas, desviando-se de outras destinações para atender às áreas mais necessitadas, seja sob a forma de obras públicas que absorvam os contingentes sem emprego, seja mesmo sob a forma extrema de assistência direta nos casos em que as condições de pobreza atinjam limites que não podem ser suportados. Em suma, enquanto durarem as atuais condições recessivas que pesam sobre o povo, o investimento público será direcionado a programas que visem contrabalançar seus efeitos sociais perversos, independentemente de considerações de longo prazo.

No quadro dos programas de longo prazo, a ação do governo será essencialmente democrática, no sentido de que não vão prevalecer os esquemas fechados de planejamento, em que uma minoria distante das realidades sociais impõe sua visão restrita e limitada do processo

econômico e social. Será um programa aberto aos interesses de toda a população, trabalhadores, intelectuais, empresários, agricultores, comerciantes, cada um fazendo ouvir o testemunho das suas vivências reais. Povo e governo, reunidos e identificados, vão criar um projeto de futuro em que o compromisso essencial é com a felicidade e o bem-estar das maiorias.

Srs. Convencionais, chegamos unidos a essa etapa crucial do processo eleitoral. Minas prepara-se para decidir sobre o seu destino. O PMDB está certo de representar a esperança do futuro. Está certo de ser, nessa hora, a grande e alta voz de Minas que voltará a se fazer ouvir com seus traços mais autênticos em toda a Nação. Do destino de Minas dependerá o próprio destino do Brasil. Toda a Nação acompanha o processo político que aqui se desenrola. De um lado, o Poder Central tentando novamente impor ao povo suas preferências e seus interesses, tentando recrutar no povo mineiro o aval para sua sobrevivência. De outro lado, a Oposição, resolvendo em Minas seus projetos, escolhendo em Minas os homens que vão representá-la.

A escolha do povo mineiro já está feita. Resta-nos honrar com firmeza e dignidade a esperança que nos depositam.

# *Manifesto de intelectuais e artistas mineiros: Tancredo governador*

---

**Manifesto de intelectuais e artistas mineiros em apoio à candidatura de Tancredo Neves ao governo de Minas Gerais – lido pelo senador Itamar Franco.**

*Senado Federal.*

*Sessão de 18-8-1982.*

O Sr. *Itamar Franco* – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Pela sua importância histórica, pelo momento em que vivemos, gostaria de fazer constar dos Anais do Senado Federal o manifesto entregue ontem pelos intelectuais mineiros ao candidato do nosso partido, Senador Tancredo Neves.

O manifesto, Sr. Presidente, foi lido pelo grande escritor e jornalista Ayres da Mata Machado Filho e diz, entre outras coisas, o seguinte:

Mineiros! Brasileiros!

As eleições de 15 de novembro de 1982 não são apenas disputas por cargos relevantes em todo o País.

Nas urnas estará em jogo o destino de um povo e suas possibilidades de construir uma sociedade mais justa, mais atuante e mais consciente.

O que se decidirá é a própria vigília democrática em direção a mudanças definitivas e inadiáveis.

Cultores e propagadores do pensamento libertário de Minas, combativos e resistentes durante todos estes anos de arbítrio e obscurantismo, nós, jornalistas, escritores e artistas de todas as categorias profissionais, trabalhadores da cultura e da arte, julgamo-nos no dever de empunhar, como sempre empunhamos, a mesma bandeira e os mesmos ideais que fizeram de Minas a vanguarda política e democrática do Brasil em todas as épocas.

O que nos une é o sentimento indignado de oposição.



O que nos chama é a palavra de Minas.

E a palavra de Minas é uma só: basta!

Basta de política sedimentada na corrupção e nas mentiras oficiais, na troca de favores e no tráfico de influências.

Basta de entreguismo.

Basta de autoritarismo e tecnocracia.

Basta de inflação e desemprego.

Ao dizer 'basta!', unimos nossa voz às vozes daqueles que já vêm dizendo não a tudo isto durante todos estes anos – o PMDB. Única opção viável de mudança social, de transformação de ideias, de reconstrução da sociedade brasileira, de reforma de todos os setores da vida pública, de debates livres e democráticos, da volta do poder ao povo.

O PMDB, em Minas, é Tancredo Neves, patrimônio político nacional nas lutas pela dignidade de nosso povo nas trincheiras da Oposição. Incansável, soube sempre dizer não com veemência a toda espécie de imposição. Um claro e sonoro não, que ecoa das montanhas de Minas e se espalha por todo o País. Com Tancredo Neves, também queremos fazer ouvir o nosso grito:

Às urnas pela vitória com o PMDB!!!

*Minas, 1982.*

*Ayres da Mata Machado Filho – Escritor e Jornalista. Afonso Ávila – Poeta. Adélia Prado – Poetisa. Amilcar de Castro Filho – Escultor. Ângelo Prazeres – Jornalista. André de Proença – Ator. Arildo Barros – Ator. Arthur Vianna – Jornalista. Arnaldo B. Ribeiro – Músico. Ary Quintella – Escritor. Alberto Escalada – Repórter Fotográfico. Amazile Vidal Gomes – Advogada. Alberto de Sena Batista – Jornalista. Afonso José de Melo – Jornalista. Aluísio Morais – Jornalista. Aderbal Teixeira Rocha – Advogado. Alexandre Salles – Músico. Álvaro Fraga – Jornalista. Altamiro Barros – Jornalista. Antônio Fernando Couto – Ator. Álvaro Apocalypse – Artista Plástico. Afonso Drummond – Diretor de Teatro. Antônio Meira – Jornalista. Antônio Luiz Prado – Jornalista. Afonso de Oliveira Barroso – Jornalista. Alcione Araújo – Escritor. Alberto Graça – Cineasta. Antônio José Chediack – Filólogo.*

Argemiro Ferreira – Jornalista. Aglaér Araújo Cordeiro de Mello – Designer. Aluízio Salles Júnior – Cineasta. Álvaro Hardy – Arquiteto. Antônio Grassi – Ator. Altino Barbosa – Artista. Alípio Castelo Branco – Arquiteto. Branca Maria de Paula – Escritora. Breno Milagres – Músico. Bernardo da Mata Machado – Ator. Belisário Barros – Diretor de Teatro. Benito Barreto – Escritor. Beth Aufran – Socióloga. Beto Guedes – Músico. Berenice Menegale – Musicalista. Braz Chediack – Cineasta. Babaya – Cantora. Carlos Herculano Lopes – Escritor. Célio de Castro – Médico. Carmen Paternostro – Bailarina. Carlos Henrique M. Santiago – Jornalista. Charles Carvalho Castro – Médico. Cristiano – Artista Plástico. Carlos Wolney – Artista Plástico. Carlos Carretero – Artista Plástico. Cristina Lima – Jornalista. Cordélia Fontainha Setta – Teatróloga. Cláudio Versiani – Fotógrafo. Cláudia Barcellos Guimarães – Jornalista. Carlos Olavo Cunha Pereira – Jornalista. Celso Fonseca – Dramaturgo. Carlos Eduardo Prates – Maestro. Cecília Puntel Motta de Moura – Professora. Clóvis Marques Horta – Jornalista. Celso Adolfo – Compositor. Cleurice Fernandes da Silva Alves – Jornalista. Cefas Alves Meira – Jornalista. Carlos Kroeber – Ator. Caulus – Cartunista. Carlos Corrêa – Jornalista. Carlos Rocha – Diretor de Teatro. Cláudia Maria Machado da Silva – Arquiteta. Celene Araújo – Artista Plástica. Clara Nunes – Cantora. Clébio Maduro – Artista Plástico. Cássio Rogério Ramos – Professor. Décio Noviello – Cenógrafo. Dirceu Horta – Jornalista. Déa Januzzi – Jornalista. Dirceu Xavier – Advogado. Dulce Beltrão – Coreógrafa. Dinorah do Carmo – Jornalista. Délio Rocha – Jornalista. Duílio Gomes – Escritor. Damião Alves – Psicólogo. Dorsila Caldeira de Castro – Professora. Dulce Brittes – Atriz. Eliane Ulhoa Silveira – Relações Públicas. Elmo Rosa – Poeta. Eid Ribeiro – Teatrólogo. Eolo Maia – Arquiteto. Eurípedes Palazzo – Geólogo. Eliane Maris – Atriz. Elizabeth Fleury Teixeira – Jornalista. Eliane Álvares da Silva Campos – Psicóloga. Eduardo Castor – Jornalista. Edson Fernandes Martins – Jornalista. Eduardo Rodrigues – Ator. Edilson Botelho – Ator. Enezila Moura Campos – Artista Plástica. Emilson Pereira – Músico. Elizabeth Sacramento Rodrigues Viana – Jornalista. Eduardo Mascarenhas – Psiquiatra. Esthergilda Menicucci – Artista Plástica. Eliana Brasil Campos – Universitária. Fernando Pinto Fonseca – Crítico de Cinema. Fábio Lucas – Escritor. Fernando José de Assunção – Jornalista.

Francisco Iglésias – Historiador. Fernando Boca – Cantor. Francisco Brant – Jornalista. Fernando Limoeiro – Dramaturgo. Flávio Fontenelle – Músico. Fafao Costa – Jornalista. Fernando Brant – Compositor. Fabrício Augusto de Oliveira – Economista e Professor. Francisco Teixeira da Costa – Jornalista. Geralda Déa de Araújo Abreu. Geraldo Roberto Silva Araújo – Ator. Gilberto Mansur – Escritor. Guido Almeida – Ator. Geraldo Veloso – Cineasta. Gardeno Matoso – Ator. Geraldo Gilson – Produtor Artístico. Gaby Aragão – Desenhista. Guilherme Schneider Guimarães – Escritor. Geraldo Magela Alves – Ator. Geraldo Carneiro – Compositor. Gleida Maria Naves – Jornalista. Hudson Brandão Vieira – Jornalista. Helena Campos – Artista. Heloísa Aline de Oliveira – Jornalista. Hélio Marques de Oliveira – Advogado. Hildebrando Pontes Neto – Advogado. Helvécio Ratton – Cineasta. Hélio Ferreira César – Jornalista. Haydee Ulhoa Cintra – Jornalista. Hélia Ventura Porfírio – Jornalista. Isabel Costa – Bailarina. Ivani Gonçalves Cunha – Jornalista. Iury Popoff – Músico. Ivo Aguiar – Historiador. Isabela Teixeira da Costa – Jornalista e Atriz. Izabella Menicucci – Bailarina. Jed Boy – Ator. Jansur Chaves Rego – Escritor. Jota Dângelo – Teatrólogo. Júlio César Corrêa e Silva – Jornalista. Javert Monteiro – Ator. Jane Maria Gonzaga – Jornalista. José Roberto Teixeira de Souza – Professor. José Adolfo Moura – Musicista. Jacqueline Cavalcanti – Atriz. Jorge Gontijo – Repórter Fotográfico. Joaquim Costa – Teatrólogo. José Guilherme de Oliveira – Jornalista. José Maurício Vidal Gomes – Jornalista. José Procópio – Humorista. José Eustáquio de Oliveira – Jornalista. José Renato Pimentel – Poeta. Júlio Varella – Animador Cultural. Jane Faria – Jornalista. Juçara Costa – Atriz. José Sete de Barros Filho – Cineasta. Jorge Askar – Urbanista. Júlio Mackenzie – Ator. José Osório Caetano – Arquiteto. José Eymar Oliveira – Músico. Jarbas Juarez – Artista Plástico. J. D. Vital – Jornalista. João Batista Magro – Professor Universitário. João Evangelista Rodrigues – Jornalista. Pedro de Andrade – Cineasta. José Mayer – Ator. Jayme Prado Gouveia – Escritor. Jésus Rocha – Humorista. Jorge Luiz Rodrigues Leite – Desenhista. José Aparecido de Oliveira – Jornalista. Kimura – Ator. Kenneth Albernaz – Jornalista e Escritor. Lima Duarte (Zeca Diabo) – Ator. Luiz Roberto – Ator. Laís Correia de Araújo – Escritora. Lívia Paes de Abreu – Jornalista. Lincoln de Vasconcelos – Cineasta. Luís Eguinoa – Bailarino. Lery Faria Jr. –

Músico. Lício Marcos de Oliveira – Cineasta. Liliane Teixeira Costa Tanure – Jornalista. Luiz Paixão – Teatrólogo. Laércio Villar – Músico. Lilian Fleury Teixeira – Produtora Artística. Luciano Luppi – Ator. Luiz Alberto Sartori – Cineasta. Lugmar – Artista Plástico. Lena Horta – Musicista. Lúcio Vaz Sampaio – Jornalista. Leda Nagle – Jornalista. Lady Francisco – Atriz. Louise M. Martins (Leleti) – Publicitária. Lucília de Almeida Neves Delgado – Cientista Social. Maluba – Artista Plástica. Maria Ângela Santoro – Publicitária. Mário Lago – Ator. Marlene Silva – Professora de Dança Afro-Primitiva. Maria Efigênia de Remado – Psicóloga. Murilo Antunes – Compositor. Maria José Medeiros – Jornalista. Márcia Brandão Furletti – Comunicadora Visual. Marília de Castro Noronha – Socióloga. Mário Valle – Cartunista. Murilo Rubião – Escritor. Mauro Werkema – Jornalista. Marcos Silveira – Jornalista. Magrace Simão – Jornalista. Maria Ruth Barros – Jornalista. Maria Josefina Vasconcellos – Arquiteta. Marco Antônio Carvalho – Ator. Mamélia Dornelles – Atriz. Mauro Santayana Filho – Redator. Maria Luíza Bizzoto – Professora. Maria Lúcia Schettino – Atriz. Mara Molinari – Cineasta. Marco Cavalcanti de Paula – Bailarino. Moacyr Félix – Poeta. Manoel Lobato – Escritor. Maria Helena Lucas – Bailarina. Maria Cristina Agostinho – Jornalista. Maluh Praxedes – Jornalista. Marcelo Castilho Avellar – Crítico de Cinema. Maria Cristina Bahia Vidigal – Jornalista. Marília Damasceno – Professora. Mário Márcio Drummond – Artista Gráfico. Matilde Biadi – Atriz. Marco Otávio Teodoro – Jornalista. Mônica Eustáquio Fernandes – Professora. Miguel Rezende – Ator. Mauro Fiúza Campos – Psicólogo. Marco Antônio Camarão Weber – Jornalista. Marco Antônio Araújo – Músico. Marcos Lage – Cineasta. Miguel Ângelo Santiago – Jornalista. Marcelo Alkmin – Músico. Moacir Laterza – Professor. Márcia Lage – Jornalista. Marcelo Procópio – Jornalista. Maria Vilma de Oliveira – Jornalista. Maria José dos Santos – Jornalista. Maria Cristina Magro – Linguísta. Marília Lustosa Lopes – Decoradora. Mílcia Almeida Zaydan – Médica. Maria Lúcia Mallard – Arquiteta. Míriam Brum – Atriz. Maria Emília Campos – Artista Plástica. Marcos Gomes – Jornalista. Manoel Marcos Guimarães – Jornalista. Márcio Luiz Ferreira – Fotógrafo. Maria Virgínia Casado – Universitária. Ney Werneck – Arquiteto. Nelly Rosa – Atriz. Nivaldo Ornellas – Músico. Ninya Aragão – Artista Plástica. Neville

*D'Almeida – Cineasta. Nani – Humorista. Norma Catão – Atriz. Otaviano Lage – Jornalista. Orlando Cavalcanti – Poeta. Osmar Rezende – Programador Visual. Oswaldo França Júnior – Escritor. Ozaná Naves – Ator. Odair Genaro – Biomédico. Pedro Paulo Cava – Diretor de Teatro. Paulo César Bicalho – Diretor de Teatro. Paulo de Tarso Paiva – Economista. Paulinho Assunção – Poeta. Paulo Laborne – Cineasta. Paulo Quintino dos Santos – Jornalista. Paulo Celso Ramos – Jornalista. Pedro Pederneiras – Bailarino. Paulinho Pedra Azul – Cantor. Pedro Caldeira de Castro – Universitário. Patrício Dutra Monteiro – Arquiteto. Paulo Augusto Gomes – Cineasta. Regina Mirelles – Artista Plástica. Roberto Versiani – Professor Universitário. Roberto Drummond – Escritor. Roseana Fagundes Ladeira – Psicóloga. Ronaldo de Noronha – Cineasta. Ricardo Teixeira de Salles – Poeta. Rachel Jardim – Escritora. Rogério Andrade – Ator. Renato Tameirão – Ator. Robinson Damasceno Reis – Jornalista. Roberto Gusmão – Professor. Ronald Claver – Poeta. Ronaldo Brandão – Ator. Roberto Neri – Jornalista. Rogério Alberti Carnevali – Jornalista. Rosália Dutra. Rubem Fonseca – Escritor. Rômulo Richi – Cenotécnico. Rodrigo Andrade – Arquiteto. Shubert Magalhães – Cineasta. Sérgio Santana – Escritor. Sebastião Nunes – Escritor. Son Salvador – Cartunista. Socorro Siman – Atriz. Sidney Lopes – Repórter Fotográfico. Sérgio Gama – Poeta. Sandra Maria da Gama – Poeta. Sílvio de Podestá – Arquiteto. Sami Sirihal – Professor. Sônia Viegas – Professora. Sílvio César – Cantor e Compositor. Suzy de Melo – Arquiteta. Sônia Cury da Silva – Psicóloga. Tadeu Franco – Músico. Tito Guimarães Filho – Jornalista. Telma Magalhães Silva – Psicóloga. Tavinho Moura – Músico. Thais Helt – Artista Plástica. Tutty Maravilha – Jornalista. Tibiriçá Dias – Artista Plástico. Tadeu Rodrigues – Fotógrafo. Túlio Lamounier – Psicólogo. Tino Gomes – Compositor. Tarcísio Vidigal – Produtor de Cinema. Tânia Rocha Cintra Prates – Musicista. Terezinha Veloso – Artista Plástica. Theódulo Amaury da Motta – Jornalista. Tadeu Juvenal da Silva – Publicitário. Vânia Coury da Silva – Jornalista. Vilma Fazzito – Jornalista. Vicente Abreu – Artista Plástico. Vera Godoy – Repórter Fotográfico. Verônica Paiva Leal – Bibliotecária. Vivina de Assis Vianna – Escritora. Valmir Catão – Professor. Vicente Amaral – Ator. Vargas Vilaça – Jornalista. Vera Fajardo – Atriz. Vanessa Brasil – Jornalista. Valéria Mendonça – Jornalista. Wander Lima – Produtor Artístico. Wander Pirolli – Escritor. Wilma Rodrigues – Atriz. Walter*

*José Evangelista – Professor. Yolanda Pignataro – Jornalista. Zeca Perdigão  
– Crítico de Arte. Zivaldo – Cartunista.*

Creio, Sr. Presidente, que nesse encontro, ao receber o Senador Tancredo Neves esse apoio, não apenas mais uma manifestação, configurou-se ali, em Belo Horizonte, a certeza de que muito perto estamos da alternância de poder neste País. Há um sentimento generalizado de mudanças: nós que particularmente defendemos o confronto democrático entre as forças que apoiam sinceramente o governo, e nós outros que queremos a modificação do modelo econômico, social e político que aí está, estamos convencidos, Sr. Presidente, de que em Minas Gerais, historicamente, os intelectuais mineiros se firmaram numa posição que, estou certo, há de repercutir não apenas nas montanhas mineiras, mas em todo o Brasil, porque convencido estou de que, em Minas Gerais, nós, através da eleição do Senador Tancredo Neves, por certo faremos chegar a nossa voz à solidão do Planalto, na tentativa de mudarmos os rumos e as estruturas deste País. Era o que tinha a dizer.

# *Mineiridade: cultura e literatura*

---

## **Discurso do senador Tancredo Neves por ocasião de sua posse na Academia Mineira de Letras.**

*Belo Horizonte, 24-2-1983.*

Sr. Presidente, Srs. Acadêmicos:

Pertencer à Academia Mineira de Letras foi sempre uma aspiração da minha vida.

Já nos anos distantes de minha adolescência, acompanhava, com o maior interesse, as suas atividades, o seu zelo na preservação do nosso patrimônio espiritual, e o seu infatigável devotamento na defesa de nossa história, tradições e valores.

Contemplava os seus integrantes com um misto de estima e admiração, vendo neles os obreiros abnegados de nossa cultura, os guardiães indormidos da pureza de nossas letras, os continuadores impávidos da obra eterna do nosso aprimoramento intelectual.

Bento Ernesto, no passado um dos vossos, poeta lírico dos mais festejados no meu tempo, temperamento estranho e áspero, quase um mi-sógino, distinguia-me, não obstante, apesar do descompasso das idades, com sua amizade, foi quem primeiro despertou a minha afeição para com o vosso venerando sodalício, falando-me de suas origens e dos seus homens, da sua importância e projeção.

Mais tarde, já universitário, na convivência com Franklin de Magalhães, meu conterrâneo de São João del Rei, que fundia os seus versos límpidos e sonoros nos lapsos de tempo que lhe deixavam a sua cátedra e a irresistível boemia, cresceu em mim o respeito e a admiração pela vossa benemérita instituição. É que Franklin de Magalhães não era homem de fáceis concessões, ao contrário, demolidor irreverente de tudo e de todos, era, contudo, todo ternura e afeto para com a Casa de Alphonsus de Guimaraens, que ele venerava com o melhor incenso do seu louvor.

No curso da vida, o relacionamento íntimo com outros acadêmicos: Mário Matos, Moacir e Djalma Andrade, Paulo Pinheiro Chagas,

Vivaldi Moreira, Cândido Martins de Oliveira, acicatava no meu íntimo o velado propósito de um dia poder assentar-me na vossa mesa.

Hoje realizo, com enternecedora emoção, o sonho da adolescência, vivo o ideal da juventude e concretizo o veemente desejo da maturidade, nesta noite memorável, com que me agraciais, abrindo-me generosamente par em par as portas de vosso átrio augusto.

Grato, eternamente grato vos serei pelo consagrador galardão com que premiais o coestaduano obscuro, que outro mérito não possui senão o de haver dedicado toda a sua vida a serviço de Minas e do Brasil.

### **A glória de Minas**

Minas nasceu da aventura bandeirante que, em se adentrando pelo nosso interior, rasgando caminhos, abrindo picadas por entre os mistérios da selva e do desconhecido, plantou no solo pátrio os gérmenes de uma imponente civilização, que tem na fé o seu sustentáculo mais sólido, no amor à terra, a sua definitiva fixação histórica, e no culto da liberdade, a sua razão de ser.

Quando Minas se forma, já existiam dois longos séculos de brasilidade, dois sofridos séculos a testemunharem a heroica tenacidade dos que se opõem à insistência francesa no Rio e no Maranhão, ou daqueles que escrevem com sangue a epopeia da intrépida defesa do Nordeste, evitando o cisma, repelindo, com os seus próprios e minguados recursos, abandonados por Portugal, o domínio batavo.

Vivíamos os esplendores do Renascimento, dentro da incerteza do futuro ou da efervescência da Reforma, e é exatamente sob estas condições, agravadas pelas disputas dos mares e dos vazios geográficos, que se transplanta para a América portuguesa a cultura ocidental.

Constatou o fenômeno histórico, de maneira clara e arguta, a observação sempre lúcida de Joaquim Nabuco, precisando-o numa de suas frases singulares: “A civilização brasileira pegou de galho” – ou seja – a adoção pura e simples da cultura europeia.

Duzentos anos de vida e de lutas estratificam a alma nacional com uma sólida noção de patriotismo, certo orgulho nacional, que um intemorato sentimento nativista alimentava e delineava.

Na atmosfera sociopolítica da Colônia, quando uma sociedade, já com a sua formação nitidamente definida, expressava os traços marcantes de



sua jovem nacionalidade, emerge para o Brasil, ao longo do século XVIII, a Capitania das Gerais, fascinando os homens com as lendas de suas montanhas recheadas de ouro, diamantes e pedras preciosas.

No episódio dos Emboabas, de uma diáfana transcendência nacional, recebe Minas o seu batismo de sangue. Os povoados se formam ao lado dos garimpos e das minerações. Crescem os arraiais, que se transformam em vilas, na antevisão das cidades imponentes, com seus templos grandiosos, as suas ruas estreitas e curvas, os seus sobrados majestosos, os seus magníficos chafarizes, as suas pontes romanas na beleza de suas pedras trabalhadas, e dominando o cenário austero e belo, o Senado da Câmara, vigilante e ativo, expressão da inflexível consciência de comunidades simples, pobres, operosas, mas também intangíveis na sua honra e impolutas no seu patriotismo.

O século fazia reboar por todos os recantos da terra os apelos à liberdade, igualdade e fraternidade, o tufão renovador que varria todos os rincões com as suas mensagens revolucionárias e subversivas.

E o espírito de Minas, jovem ainda, mas inquieto e receptivo, sofre os influxos decisivos de sua configuração humanística.

Irresistivelmente atraída pelo humanismo, nele se completa, numa aliança definitiva e perene, porque é dentro de suas dimensões ilimitadas que Minas se encontra e se realiza.

E tão profundas são as raízes mineiras no humanismo que a irreverência dos tempos não conseguiu erradicá-las de nossa consciência. Tristão de Ataíde observa, com penetrante sensibilidade, que, a despeito de desdenhado pelos jovens, “ainda é no humanismo clássico que se alimenta, mesmo sem querer, o próprio modernismo mineiro”. E acentua: “No cerne da inteligência mineira encontro sempre esse humanismo clássico, de tradição que vem da Colônia e fez do arcadismo, desde o século XVIII, não um simples mimetismo artificial e passageiro, mas um traço típico e permanente do mineirismo intelectual. Da tradição como alma da dicção. O eterno como fase do moderno.”

A cultura se expande e se aprimora. O latim, que chegou a ser batizado pejorativamente de mineiro, por décadas e décadas, é a ponte por onde o passado escoia no presente.

Ainda não expira o século XVIII, e Minas já é uma flama viva e incandescente de independência: de suas penhas e canhadas, de suas catas

sangrando, parte para o patíbulo e para a eternidade, intrépido e sereno, o Alferes Conjurado.

Nesse século, Minas se afirma em toda a pujança de sua alma: resoam até hoje, como ainda serão ouvidos amanhã, as liras, as serestas e os madrigais de todos os árcades, numa imperecível antologia de opulenta beleza.

Pode-se dizer, sem temor ou eiva de regionalismo, que naqueles tempos assiste-se na Capitania do Ouro ao desenvolvimento de rara e fecunda fermentação artística, sem exagero, na época, a mais importante de toda a América.

Não são apenas as letras que fulgem com inexcedível fulgor. A vocação para o divino, o belo e a verdade, se destacam na arquitetura, na escultura e na pintura, na melodia sacra e barroca, que encontram formas, traços, cores e ritmos de estonteante e requintada beleza.

O risco sempre nobre e fascinante de nossas igrejas coloniais; o buril e o camartelo desse genial Aleijadinho; portas, tetos e altares apainelados nos tons miríficos de Manoel da Costa Ataíde; os acordes de Lobo de Mesquita, Marcos Coelho Neto, Parreiros Neves e do não menos notável são-joanense padre José Maria Xavier, são expressões universais de uma cultura imperecível.

Minas vai deixando de ser a província circunscrita aos egoísmos de suas fronteiras geográficas e vai se desvinculando dos estreitos parâmetros dos seus interesses imediatos. Suas atitudes são nacionais: o dobre dolente dos seus campanários joga por terra uma coroa, enquanto o estridor de suas Câmaras Municipais prenuncia, com segurança, uma nova era.

O nosso humanismo no campo político haveria de modelar a nossa formação liberal, que, entre nós, não é uma consequência da tradição, mas um destino iluminado e imperioso.

Esse destino nos deu e ao Brasil condutores, líderes e estadistas que forjaram a Nação, fundiram as suas estruturas fundamentais e rasgaram nos horizontes infindos da esperança a trajetória miraculosa de um povo fadado a construir no amor, na tolerância e na compreensão uma radiosa civilização, inspirada no direito, na justiça e na liberdade.

Com Bernardo de Vasconcelos, em meio ao cataclismo desintegrante de imensa subversão, salvamos a ordem e, com ela, a integridade da Pátria.

Com Paraná, restauramos as instituições combalidas, recuperamos os partidos exauridos, implantamos a conciliação, fazendo emergir a Nação, prostrada na estagnação, para os dias de fastígio de um futuro glorioso.

Com o conselheiro Lafayette, mestre incomparável da ciência jurídica, humanista de altíssimo e puro quilate, estilista consumado, ficou-nos a lição da honra, servida por poderosa inteligência, e a defesa dos postulados do Direito, únicos e insubstituíveis alicerces no relacionamento entre os homens e as nações.

Teófilo Ottoni alça às cumeeiras mais altas da dignidade política o papel da Oposição, nas democracias livres, quando exercida com bravura, coragem e talento, e grava para sempre, nas páginas de nossa história, o ensinamento, às gerações que se sucederão, que servir ao povo sem traí-lo é a mais sublime benemerência no serviço da Pátria.

Antonio Carlos faz a Revolução de 1930, o mais amplo e profundo dos nossos movimentos liberais. Rompe com o Brasil arcaico, joga por terra as suas estruturas envelhecidas, renova a mentalidade nacional e abre as imensas avenidas de uma nova e portentosa comunidade humana, modernizando-a para enfrentar os grandes desafios do nosso século e preparando-a para decifrar as esfinges aterradoras dos nossos dias.

E por derradeiro, mas não por último, esse surpreendente Juscelino Kubitschek, muito nosso, pelo afetuoso convívio e a sua miraculosa atuação, síntese de humanismo e dinamismo, para governar na ordem com democracia e dar ao Brasil, num poema de ousada beleza, essa Brasília majestosa e irradiadora, para atestar ao mundo a capacidade de construir de um povo, habitualmente subestimado na sua energia e caluniado na sua operosidade, mas que se mostrou estupendo de força criadora para plantar no coração dos nossos ermos sertões a mais empolgante das realizações urbanísticas de nossa era.

João Camilo de Oliveira Torres, nosso historiador maior, que honrou nossa Academia com a força do seu talento e sua esmerada cultura, quando observou:

Podemos assinalar sempre, nas agitações em torno da independência até nossos dias, uma presença de Minas, ora como fator de estímulo e arrancadas mais ou menos audazes, ora como freio a conduzir o País ao caminho da ordem e do bom-senso, sempre atuante.

Mas, seja como for, dificilmente se poderá escrever a história do Brasil, nos momentos culminantes, sem incluir as montanhas.

Compreende-se, assim, a alma mineira, generosa, pioneira, abrangente, que nos une a todos, através dos tempos e das gerações, sempre a se renovar, refletindo nesse santuário de espiritualidade, que é a Academia Mineira de Letras, o que possui de mais belo, nobre e autêntico.

### **O mineiro – Alberto Deodato**

Alberto Deodato é um caso exemplar de perfeita mineiridade, pela assimilação do seu espírito e mentalidade ao ambiente moral e físico das nossas Gerais.

Sergipano de nascimento, nunca deixou de amar apaixonadamente as caatingas, os engenhos e os cenários das vaquejadas do seu cêspede natal, mas a sua alma e o seu caráter se tornaram mineiros sob a influência de seguidos e ininterruptos decênios de vida em nossos altiplanos, praticando os nossos costumes, cultivando sólidas amizades com os nossos, no exercício da atividade profissional e, principalmente, na identificação com os nossos valores espirituais, que o levariam à participação em nossas lutas e ao devotamento inexcedível aos ideais da gente mineira.

No foro, advogava no melhor estilo dos juristas mineiros da escola de Mendes Pimentel, Orosimbo Nonato, Milton Campos e Pedro Aleixo. Na cátedra, prelecionava mineiramente com amor, serenidade e competência, como se a sua vocação de mestre de nossa juventude houvesse sido fundida nas mesmas matrizes que modelaram as fortes personalidades de Tito Fulgêncio, Estevão Pinto Gastão da Cunha e José Eduardo da Fonseca.

Na imprensa refletia, nas suas colunas diárias, o sentimento, a ironia e a bondade profundamente mineiras, ao registrar, nos entretons de suave melancolia, “o trágico cotidiano” do nosso povo, nos seus sofrimentos, nos seus sonhos e fracassos, tão sintonizado com ele, como se fosse dele oriundo.

Na política, foi dos mais exaltados entre os liberais mineiros. Evocava uma reencarnação de Teófilo Ottoni, no seu entusiasmo sem pausas,

na sua combatividade sem tréguas, e no vigor permanente do seu idealismo, que os anos não conseguiram arrefecer.

Nele o nordestino cedeu, totalmente, ao mineiro. Emocionava-se com as manifestações da inteligência, das virtudes e do heroísmo da nossa gente. Era um crente, de crença inabalável na força imanente de nossa destinação histórica, que ele considerava o que de mais importante havia na brasilidade, pela sua inata capacidade de aglutinação unitária na construção da Pátria, pela sua clarividência no identificar os rumos certos em meio aos temporais da história e pela sua vocação telúrica para conter e apaziguar, contemporizar e conciliar, resistir e subjugar os elementos da desordem e da desagregação, sempre presentes e atuantes, ao longo de nossa formação política e social.

Só um mineiro, e mineiro da melhor cepa, com a alma abrasada pelos eflúvios miríficos de nossas montanhas, seria capaz de nos proporcionar o êxtase desta página:

Fez ano sábado Belo Horizonte. Tem a mesma idade que eu. Um homem com meio século está velho; uma cidade com cinquenta anos é menina. E se a cidade é como essa, bonita assim, com tanto verde, com tanto sol, com tanto azul, com tanto encanto, é broto...

Uma cidade vive mais na gente que sua moldura. A paisagem não são as ruas, as praças, as avenidas. A cidade é uma cousa subjetiva.

O que permanece é a emoção. A alma da cidade é que penetra e não sai nunca mais da retina e do coração. As ruas, as casas, as montanhas, tudo isso é moldura e cenário. A cidade, para cada um de nós, é uma paisagem interior. É o pedaço da vida interior que se viveu nela. Uma rua, uma casa, um café, tudo é, apenas, motivo emocional. A beleza de uma cousa imaterial está na recordação do que aquilo representa na nossa vida ou na dos outros. É nossa história ou a história dos outros homens.

A rua da Bahia não é, para mim, uma rua qualquer: é o caminho da minha faculdade de Direito, por onde subo há trinta anos para dar aulas, por onde desço com os alunos, contagiado do calor de nossa mocidade. O Trianon não é um bar onde, apenas, se vai beber. Foi aí que senti, na explosão incontrolável do meu temperamento, o quanto amo a liberdade, quando os Aliados retomaram Paris.

Depois de completarmos vinte anos, eu e Belo Horizonte, começamos a viver juntos. Os seus dias são os meus. Fomos festivos juntos. Tivemos as mesmas emoções. Não perdi as suas comemorações. Partilhei das suas homenagens. Acompanhei ao Bonfim os seus homens ilustres. Comunguei dos seus sentimentos cívicos. Colaborei nas suas leis e dirigi os seus jornais. E mais que isso: de janelas abertas na minha casa ou vagabundo nas ruas, amei, em êxtase, as suas noites e as suas madrugadas. Embriaguei-me de seu silêncio, sob os ficos, no cheiro doce das magnólias e na transparência dessas manhãs de cristal que despontam nas serras mansas que cercam a cidade.

Nesse inexaurível filão de mineiridade em que se transformou o seu coração, extraía, para seu deleite e o encantamento dos demais, algumas ricas e vistosas pepitas, de puríssimo quilate, como a sua emocionante interpretação dos nossos grandes rios.

Só um mineiro, verdadeiramente mineiro, possui o condão para senti-los e amá-los na beleza de sua significação humana e social, expressando a sua grandeza na enternecida magia de frases comoventes e sonoras.

Ouçamo-lo:

Se temos razão de amar o rio São Francisco pela brasilidade, o rio Doce nos comove pela mineiridade. O São Francisco nasce e corre em Minas, mas reparte, perdulariamente, as águas por mais quatro estados.

O Doce deixa tudo em Minas e, quando serve ao Espírito Santo, é em razão de Minas, continuando as florestas que, sendo capixabas, são nossas também, numa absoluta unidade de selvas.

O rio São Francisco é indomável e rude. Vive em perpétua luta com o homem. Na estiagem, vinga-se pela seca. Nas águas, destrói pelas enchentes. Escochoa nas barrancas. Carrega nas águas vermelhas o trabalho penoso do homem. Bárbaro, destroça, furioso, a casa e a malhada, o terreiro e a roça. E quando parece tranquilo, conspira contra o homem, na instabilidade dos canais e nas “coroas” move-diças do leito. É, na realidade, um poema de beleza. É a natureza do

Brasil no permanente e selvagem anseio de liberdade. Não tolera a disciplina. Rompe os diques. Invade as lagoas drenadas. Desmorona os canais marginais. Lá estão, na Paulo Afonso, milhares de homens domando esse bárbaro rebelde para iluminar e dar energia à metade do Brasil.

O rio Doce é humano. Não luta contra o homem. Nem enchentes nem secas. Alia-se. Junto ao seu leito correm os trilhos da estrada de ferro. As suas águas ainda não destruíram uma só obra humana. Trilhos, pontes, casas, roças, o rio passa tranquilo e fertilizante. O homem é quem o agride, pondo ao chão as suas florestas, desnudando, impiedosamente, as curvas discretas do seu leito.

O homem do São Francisco é um caldeado pelo sofrimento. Ama o seu rio, apesar de tudo. Ali nasceu, ali há de morrer. Envolve-lhe a existência de uma fatalidade lírica. A sua vida é uma ternura resignada. Ama as águas, a lua, a canção e a dor.

O homem do rio Doce vive em permanente aventura. Vai erradicar-se da terra pelo amor à riqueza. Tem muito do minerador do século XVII. Com a diferença: os filhos ficarão ali, onde se derrubou a mata e onde nascerá, pujante, a nova cidade. E ficarão ricos. E serão doutores e fazendeiros. E amarão a terra fértil e abundante...

## **A cadeira nº 12**

Honro-me da responsabilidade que a vossa indulgência me outorgou: a de ser, a partir de hoje, o guardião da cadeira nº 12 da nossa já vetusta Academia.

Ela tem um patrono, Alvarenga Peixoto, cujo nome a nossa história recolheu, no martirologio da Inconfidência e as nossas letras ainda o mantêm em destaque, como um dos mais expressivos expoentes da arcádia mineira.

Nos seus poemas, élogos e sonetos perenizou a fina e sutil sensibilidade de uma natureza feita para o culto do belo, nos estros do seu lirismo de enternecedora fascinação.

O seu fundador foi Carlindo Lelis, humanista, jornalista e poeta. Dava-se ao luxo de falar e escrever em grego e latim. Tradutor de Heine, Herédia e Gautier, recebeu deles as marcantes influências com que esculpiu

em lindos versos parnasianos os sonetos impecáveis de *Brumas e Sol*. Lamentavelmente a sua obra opulenta, ainda inédita, está reclamando dos estudiosos paciente pesquisa para a sua recuperação e o estudo crítico, a que tem direito, pela sua notável presença na história do parnasianismo brasileiro.

João Dornas o sucedeu. Historiador, sociólogo e ensaísta, a sua obra multivária ocupa amplo espaço nas nossas letras, que enriqueceu com a contribuição talentosa, profunda e original dos seus estudos percucientes e de suas elucidadoras interpretações, hauridas arduamente nos arquivos impenetráveis e na tenaz elaboração de sua crítica honesta e imparcial. Reconstituiu fatos do nosso passado, retificou conceitos errôneos de nossa história, abriu novas perspectivas para a análise de importantes acontecimentos de nossa vida preterida, alterando, não raro, o rumo que a rotina medíocre e mistificadora havia imposto à repetição de enormes falsidades históricas.

Dotado de atilado espírito crítico, pesquisador honesto e infatigável, revolucionou, renovando-os, os estudos dos aspectos fundamentais de nossa formação. Personalidade rica de contrastes, é uma das figuras de maior relevo nas letras mineiras. Deixando vaga a sua cadeira, coube a Alberto Deodato substituí-lo.

A sua obra é das mais variadas. Transitou, com raro brilho, por quase todas as províncias da atividade literária. Para o teatro escreveu e exibiu ao público a aplaudida opereta *Flor tapuia* e as festejadas comédias, *Pensão da Nicota* e *Bacharel em apuros*, que alcançaram ruidoso sucesso.

Como jurista, consagraram o seu renome as suas obras de repercussão internacional, *Da doutrina de Monroe* e *Da nacionalização dos bancos estrangeiros*. O seu substancioso livro didático *Manual da ciência das finanças*, ainda hoje é manuseado e estudado, com real proveito, por quantos se interessam pela matéria.

Mas foi na prosa que Alberto Deodato se realizou, em toda a sua plenitude, como homem de letras.

Em *A cruz da estrada* e *Senzalas* já se entrevia o escritor e novelista de estupenda inspiração de *Canaviais* e *A doce filha do juiz*, os seus trabalhos de maior densidade, em que se revela, em toda a sua exuberância, o estilista exímio, retratando, com arguta penetração psicológica, os dramas de amor, as tragédias, frustrações desesperadas, e as violentas explosões sentimentais da nossa gente.



Em *Canaviais*, uma primorosa coletânea de contos, é todo o nosso Nordeste, castigado, sofrido e injustiçado, que se apresenta, na sua pungente realidade física e humana. São os sítios da sua infância e adolescência em Maruim, no seu amado Sergipe, cujas recordações povoavam a sua alma, impregnando-lhe o espírito de uma indelével saudade.

Realmente, em *Canaviais*, o que se vê e sente é a natureza do sertão nordestino, adusto e calcinado, a sua vida dura e medíocre, mas intensa, introspectiva e profunda. Usineiros abastados, donos da vida e liberdade dos seus dependentes, comerciantes pobres de haveres e de ambições, vaqueiros destros e ocupados, homens fortes, mulheres fatais, com os seus amores violentos, todos tangidos pela força inexorável do destino, em meio aos azares e percalços de um cotidiano triste, rotineiro e vil.

Em *A doce filha do juiz* é o Alberto Deodato mineiro, já perfeitamente aclimatado à nossa mentalidade e costumes e já conquistado pela psicologia da nossa gente. Gurutuba, a cidadezinha onde se desenrolam todas as cenas do romance, é qualquer dos nossos pequenos burgos, no começo do século, perdidos na amplidão da terra, longe da lei e da civilização, com os seus instantes de grandeza e de miséria, os seus conflitos mesquinhos, a monotonia de sua existência enervante, com as suas dedicações emocionantes e os seus ódios implacáveis.

Nos contos de *Canaviais*, Alberto Deodato mostra toda a magia do seu estilo vivo, vibrante e colorido. São páginas que emergem do seu meio nativo, do seu Nordeste com os seus vaqueiros fortes, fatalistas e decididos e as suas fazendas pobres de tudo, mas ricas de criaturas humanas, em cujos corações a solidariedade heroica, capaz de todas as bravuras e sacrifícios, se entrecruza com uma incrível vocação para a vingança e o ódio, cultivados com todos os requintes dos ritos sádicos.

Esses contos, perfeitos na sua estrutura, irrepreensíveis na sua técnica, são de uma beleza que arrebatava e comove. São ao todo seis os contos de *Canaviais*.

“Mágoa de vaqueiro” abre esse conjunto de ricas gemas, que na obra se contém. É a descrição movimentada, feita com graça e arte do viver alegre e penoso das vaquejadas. Todo o trecho do conto, raro exemplar no gênero, se desenrola em torno de um boi famoso, o “Pintadinho”, cuja fama de desabular e desmoralizar vaqueiros renomados corria de quebrada em quebrada.

Dizia-se dele que era endemoninhado. Quando perseguido e cercado, desaparecia, “fedendo a enxofre, que nem Barrabás nas profundezas dos infernos”.

Dá gosto acompanhar o relato das expedições que se organizavam para segurá-lo e que voltavam tristes e derrotadas de sua missão. São descrições, em linguagem típica da região, que nos prendem à sua leitura. Os riscos da empresa, as cenas surpreendentes de coragem e bravura, o emocionante das proezas, são páginas de inigualável elaboração artística. As peripécias se sucedem, e o boi enfeitado destroçava, furando os cercos mais espessos, ludibriava todas as espertezas, quando não derubava, ridicularizando-os, os mais destros cavaleiros.

“Sombras agrestes” é o conto que se segue na ordenação de *Canaivais*. O enredo é banal e sem originalidade.

Um casal de fazendeiros, sem filhos, identificados no amor recíproco, eram um só coração na alegria e na desventura. Ele era todo trabalho; ela, dedicada à labuta.

De repente, muda o ambiente na fazenda. A mulher dá para ficar triste, não mais frequenta o arraial, nem mesmo para as festas religiosas, que eram a sua alegria. Abandonava-se pelos cantos da casa e nada lhe agradava. Apaixonara-se pelo “moço do coronel” e com ele fugira. No seu encaço, seguiu o esposo traído. Depois de uma longa busca pelos matos e caminhos da redondeza, chega esfalfado à choupana do velho Néó.

A novela até esse ponto é pobre de imaginação, vulgar de tanto repetido o seu tema, a despeito das frases de cintilante efeito com que são revestidos os lugares-comuns.

Parece que o autor assim o fez, deliberadamente, como que se delectando na urdidura de um pano de fundo, artisticamente trabalhado, para que, no centro dos acontecimentos monótonos e sem grandeza, surgisse, de repente, essa estranha e satânica personagem do velho Néó.

Dá para frente o conto ganha as dimensões surpreendentes de uma obra de singular relevo.

Néó é um maconheiro contumaz. O vício já havia destruído o seu físico e o tornara aparvalhado, reduzindo-o a uma melancólica ruína de sua antiga dignidade humana.

Esse tipo vale todo o conto. Depravado nos seus sentimentos, cínico e debochado, ao encontrar o esposo aloucado, estropiado no

mourão de sua roça, cruel e desapiedado, tripudia, insano, sobre o desespero do amigo.

O chocante desse encontro, a perversidade inconsciente do velho imbecil, cujos complexos a maconha requintava, é, na simplicidade da narrativa, de uma trágica e torturante impiedade.

Sofre-se com o marido traído, cuja dor, em meio à maior aflição, ao invés do consolo das palavras amigas, recebe, de chofre, o achincalhe contundente de um ébrio desalmado pela degradação moral, a que o abuso da erva maldita o condenara.

A cena que se segue, na sua sala pobre, é impressionante pelo seu realismo caboclo.

O velho Néó e outros amigos, como ele viciados, abrem um ritual coletivo de maconha. Vão iniciar, na horripilante confraria, mais um irmão, aquele desditoso marido, com a alma carcomida de ódio e o coração dilacerado de humilhação. Sorvem desesperadamente o chá demoníaco. Saltam, dançam, pulam, gritam e cantam estribilhos enervantes de uma antiga canção. Gesticulam, agitadamente, saracoteiam numa dança desengonçada e se entregam aos esgares de um orgíaco festival.

No desespero da traição de sua Rosa, o infeliz também abusa do líquido alucinógeno e se mata gritando em desespero o nome de sua amada.

Os episódios finais desse conto, de início insosso, ganham uma tão forte intensidade emocional, que só um mestre na arte, como foi Alberto Deodato, nos agraciaria com a estupenda tessitura de uma ficção de rara e trágica beleza.

Em “Suave milagre”, o contista se revela no pleno domínio da sua arte, no aprimorado da expressão e na tranquila desenvoltura de tema seco e rígido, mas que, não obstante, por isso mesmo, permitiu-se exibir toda a virtualidade do seu espírito.

Trata-se de narrar um episódio da vida do vaqueiro Salvador, um tipo copiado fielmente do seu meio. Gabola de sua competência na sua profissão, um dia fracassa em meio de arriscada proeza. Com o seu carro extravasando cana, tenta descer a pique o morro íngreme, um despenhadeiro liso, quase perpendicular ao grotão. Neste, despreocupada e cantarolando, estava, com o filho recém-nascido ao lado, a sua amásia, Margarida, “a mais linda cabocla nascida em terras floridas do Contiguibá...”.

O carro e os bois não resistem ao peso e ao esforço que têm de suportar e despencam despenhadeiro abaixo. A mesa do carro tombava para um lado, as juntas desvencilhadas estouravam, arrastando em disparada as cangas e as correntes pelo palhiço “enquanto as rodas rolavam pela ladeira lisa e vertical, vertiginosamente, indo despencar-se na grota por cima dos galhos dos ingazeiros, com um fragor de trovoadas...”

Por milagre, salvam-se Margarida e o filho recém-nascido.

Nesse trabalho, o que causa admiração é como Alberto Deodato, de um tema tão apoucado e estéril, pôde tirar a excelente narrativa, opulenta de detalhes, que só o seu pleno conhecimento da vida, nas fazendas de Sergipe, lhe poderia fornecer. São páginas de comovente ternura humana, à mostra na simplicidade de almas sem reservas conduzidas pela natureza e cumprindo humildemente o seu fadário. No caso, protegidos e abençoados por Deus.

Em “Maria do Sertão”, os personagens que centralizam os acontecimentos são: Maria do Sertão, mulher forte e estranha, que, por amor, conhece todas as recompensas e misérias da vida; e o cabo Roseira, que a tira do pantanal de uma vil e sórdida prostituição e lhe dá anos de paz e de abastada pobreza, até ser brutalmente assassinado por Mané do Claudino. Este, por sua vez, era um saveirista de maus bofes que por ela se apaixona e dela faz sua mulher, para lhe dar uma vida de humilhações, sofrimentos e pancadaria.

Até que um dia Maria o abandona. Vai dar com os costados no Rio de Janeiro. Ali a felicidade bafejou-a. Tornou-se novamente linda, respeitada e vivia com os recursos postos à sua disposição por um novo amante. A saudade a levaria de volta a Maruim.

A notícia da chegada de Maria do Sertão à pacata Maruim encontrou Claudino sobre o catre fétido de um imundo lazareto, acometido de varíola, epidemia que graçava na cidade.

Ao saber da presença de Maria do Sertão, reanima-se, estimulado pelo ódio velho ressurgido. Levanta-se, deixa o leito tosco, aguarda a noite para a fria execução do plano que urdira, diabolicamente, durante todo o dia: vai ao hotel em que se hospedara; chama por ela e, ao vê-la, lança-se sobre ela para matá-la fulminantemente.

Esse conto não nos dá a impressão de uma ficção. Tudo indica tratar-se de fato da vida real, passado na terra natal de Alberto Deodato, a sua bucólica Maruim, que essa tragédia abalava na sua severa existência.

Nele se vê a reprodução da vida dos pequenos lugarejos do nosso rude Nordeste, com os seus tipos marcantes. A mulher bonita e livre, despertando paixões violentas em homens rudes e rijos. O amor e o ódio se sucedendo em lances de nobreza ou de extremo aviltamento. O contraste dos costumes e o entrecchoque dos sentimentos. A fé mais pura que se mistura, numa mesma alma, com os crimes mais hediondos. Os estigmas de um melancólico estágio de cultura, que se afirma, tanto nos gestos de elevação moral que o dignifica, como em meio às mais torpes infâmias, para cobri-lo de ignomínia.

“A sentinela da terra” é o trabalho que encerra *Canaviais*. É a história da decadência moral, física e econômica de uma família: a dos Esteves, que se retratava ao vivo na casa senhoril, outrora bela e imponente, reduzida, pelo abandono, a uma deplorável ruína, com todas as suas paredes e dependências destroçadas, exibindo, por todos os lados, o quadro de uma chocante miséria. Esse conto faz lembrar, em tudo, os melhores de Eça de Queiroz, que o influencia em todo o desenvolvimento de sua temática. A sua urdidura, a inspiração, a sucessão das cenas, os personagens, tudo revela nele marca ostensiva do grande mestre lusitano, no seu conto de todas as antologias “Os três irmãos”. É o castigo da ambição desvairada e a condenação dos que se deixam fascinar pela desmedida avareza. Todo o arranjo é perfeito na sua contextura. Os seus tipos são ricos de interesse humano, estão cercados de uma atmosfera densa em que os sentimentos os mais diversos e contraditórios se revestem de autênticas características.

O talento e a criatividade de Alberto Deodato, ainda uma vez, se ostentam nesse bem concebido conto montado na análise percuciente da psicologia humana. Manoel Maroto é seu principal personagem, um exemplar, sem falhas, do ambicioso vulgar, com todos os relevos e recalques que caracterizam os de sua espécie. A exploração de sua mórbida personalidade, através da façanha a que se propõe, é tarefa que nos prende e empolga.

Sebastião Esteves, o último de uma estirpe, renega as tradições dos seus antepassados, para tornar-se na mais degenerada das criaturas humanas. Era o flagelo dos escravos. “Eram dele as primícias da virgindade em toda a sua redondeza.” Todas as torpezas, ele as praticava, e não houve crime que não cometesse. A sua alma patológica e dissecada com perícia é posta em destaque, com todas as suas repugnâncias e vilezas,

esmerando-se Alberto Deodato, com a sua pena, em escalpelá-la na plena realização dos seus instintos animais e ferozes.

Esse tipo se fixa em nosso espírito com o seu indelével perfil.

Em suma: *Canaviais* é, sem favor, das mais belas e completas coletâneas de contos de nossas letras. Bem merece os aplausos, com que foi recebido, e o encantamento de quantos, ainda hoje, o leem. A sua matéria-prima é o homem na perenidade de sua alma de grandezas, ódios e paixões. O seu cenário é o do nosso Brasil, na rudeza de suas paisagens ásperas e secas.

# *Poder Legislativo e democracia*

---

## **Discurso de despedida do Senado e da vida parlamentar.**

*Senado Federal.*

*Sessão de 10-3-1983.*

O SR. TANCREDO NEVES – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Despeço-me, hoje, do Senado da República. Confrange-me o coração ao constatar que não apenas me despeço do Senado, mas também que, neste momento e nesta hora, encerro para sempre as minhas atividades parlamentares.

Trinta anos de minha existência eu os devotei à representação popular. Vereador e presidente da Câmara de minha vetusta São João del Rei. Constituinte e deputado à Assembleia Legislativa do meu estado, coube-me, então, relatar a Constituição mineira de 1947 e, transformada a Constituinte em Legislativo ordinário, por honrosa delegação dos meus correligionários, fui feito líder de nossa bancada, a do benemérito Partido Social Democrático, então em oposição digna, vigilante e combativa ao governo de um dos mais ilustres e eminentes ocupantes do Palácio da Liberdade, o insigne Milton Campos.

A década de 1950 se inicia e com ela sou alçado, pelo voto generoso do povo mineiro, à Câmara dos Deputados. Cumpria meu mandato, quando o Presidente Getúlio Vargas me convoca para ocupar, no seu governo, a Pasta da Justiça. Foi esse, sem dúvida, o instante mais alto de minha modesta vida pública. Convivi, de perto, com o grande estadista nos últimos anos de sua nobre existência. Pude conhecê-lo na integridade do seu caráter, no seu patriotismo inexpugnável, no seu zelo indormido pela sorte do nosso povo, na sua integral identificação com o Brasil.

A tragédia que o vitimou foi a mais bela, heroica e digna das lições que nos legou. Sacrificou-se para que o sangue brasileiro não fosse por ele derramado e se imolou para deixar aos vindouros o ensinamento indelével de que no serviço da Pátria a vida é o que menos vale.

Passam-se os anos. Nova borrasca desaba avassaladora sobre a Nação. O Presidente Jânio Quadros surpreende a todos com a sua renúncia à Presidência da República. A Nação estremece sobre os seus alicerces. As instituições periclitam. A guerra civil parecia iminente.

Condenado ao ostracismo em virtude de revés eleitoral, sou convocado a tentar a obra hercúlea da pacificação nacional. A solução constitucional para a crise, ou seja, o provimento da Presidência da República pelo Vice e legitimamente eleito, o saudoso João Goulart, era violentamente impugnado por fortes segmentos de nossas Forças Armadas, solidamente apoiados por expressivas lideranças parlamentares e prestigiosos órgãos de nossa imprensa.

Não havia tempo a perder. Cada minuto inaproveitado era um risco a mais no nosso quadro político já por demais conturbado. O Rio Grande do Sul se insurge. A disposição de nossas Forças Armadas era de sufocar o movimento quaisquer que fossem os sacrifícios. A guerra fratricida estava por um triz.

Rumamos para Montevidéu, onde se encontrava o Presidente João Goulart. Não nos foi difícil convencê-lo das reivindicações dos seus adversários para que sua posse se fizesse, cercado do respeito e acatamento de todos. Em nenhum momento, diga-se a bem da verdade histórica e em testemunho da grandeza d'alma do Presidente João Goulart, admitiu Sua Excelência chegar à Presidência da República se tivesse que derramar uma só gota de sangue brasileiro. Nessa hipótese, renunciaria à investidura. Essa era no seu espírito uma inabalável decisão.

Cumprida a missão, regressamos, de imediato, ao Brasil. Dias e noites em conversas exaustivas, ajudado por excelentes companheiros, conseguimos desarmar os espíritos de civis e militares para que o Presidente constitucional chegasse ao poder sob a égide da legalidade democrática, assegurada a unidade de nossas gloriosas Forças Armadas e preservadas, na sua integridade, as nossas instituições democráticas.

Implanta-se, no País, em consequência dos entendimentos levados a efeito, a primeira experiência republicana do sistema parlamentar de governo. Não vem a pelo mencionar as causas do seu malogro. À minha revelia e, praticamente, sem o meu assentimento, antes por uma imposição a que tive de submeter-me, sou novamente colocado no centro de graves acontecimentos, que então sacudiam a alma nacional. Primeiro-ministro do primeiro Gabinete que então se formou, assisti antes ao



meu nome passar por dois rigorosos crivos: a aprovação da bancada do meu partido e a do Plenário do Congresso, na época um Poder na plenitude das suas atribuições constitucionais, cioso da sua independência e cômico de suas responsabilidades históricas.

Para enfrentar a crise que assolava a Nação, organizamos um ministério de concentração nacional. Dele participaram os representantes mais capacitados de todas as facções com presença no Congresso Nacional, as mais lúcidas e respeitadas mentalidades políticas e militares do tempo. Desvaneço-me de mencionar os nomes dos nossos preclaros colegas, Virgílio Távora e Franco Montoro e do Presidente Ulysses Guimarães, que o integraram, dando-lhe a notável contribuição da sua cultura, do seu espírito público e de sua fecunda operosidade.

Muito fez pelo País este governo. Manteve respeitado no exterior o nome e a honra do Brasil. Conteve a marcha da desnacionalização de nossa economia. Regulamentou, com severidade, o capital estrangeiro, ampliou o potencial de Paulo Afonso. Assentou as bases para a construção da hidrelétrica de Boa Esperança. Pavimentou a Rio-Bahia, bem como a ligação Recife-João Pessoa-Campina Grande. Fez aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e levou a efeito estupenda obra educacional e de saúde pública, ao mesmo tempo em que promovia, sob inspiração cristã e democrática, uma política social das mais justas e humanas.

Mas, se nenhuma dessas realizações houvesse sido empreendida, bastaria, para orgulho nosso e a tranquilidade de consciência dos que comigo colaboraram, que soerguemos a Nação combatida e na iminência da desagregação política e social para reinteegrá-la, próspera e dinâmica, na plenitude do vigor de sua vocação democrática.

Graças sejam dadas ao Senhor!

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senado tem sido ao longo de nossa história o palco de todas as lutas pela liberdade de nosso povo.

A sua gloriosa missão em sua existência sesquicentenária tem sido a resistência à opressão e a constante porfia pelo fortalecimento de nossas instituições democráticas. E a grande e monumental forja em que se nacionalizam, abrasileirando-as, as aspirações regionais, unificando-as na solidariedade pátria, cimento inquebrantável de nossa unidade política.

Quando lançamos um olhar retrospectivo para o nosso passado, custa-nos crer tenha sido possível aos nossos ancestrais reunir tanta inteligência, energia e imaginação para que pudéssemos ser hoje a Nação continental de que tanto nos ufanamos.

Vasconcelos e Paraná plantaram as nossas instituições livres para ordenar o caos e disciplinar a desordem. O Visconde do Rio Branco e do Uruguai, notáveis arquitetos da nacionalidade, deixaram esculpido no seu frontispício a marca do seu gênio político. Quem não se emociona diante do vulto épico do Marquês de Olinda, coestadano de V. Exa., Sr. Presidente, deputado às Cortes de Lisboa, Regente, por quatro vezes presidente de gabinetes ministeriais, o primeiro escolhido pelo Imperador para compor o seu Conselho de Estado, inflexível nas suas convicções, conservador e quase reacionário, mas personalidade sem a qual o Brasil ter-se-ia perdido em meio às turbulências de sua formação.

Quando nos lembramos que esta Casa foi honrada com a presença de Caxias e Osório, nós nos damos conta da sua grandeza moral e das suas imensas projeções históricas. Caxias, grande na guerra, maior na paz, símbolo mais alto da integridade nacional, espada mais do que invicta, porque imaculada, consciência inconsútil, energia serena que consolidou a unidade da Pátria.

Osório, o bravo dos bravos, desambicioso, sempre digno no serviço da Pátria. Quando os seus amigos liberais instigaram-no para, com o prestígio de sua espada, alterar a situação política que lhes era adversa, proferiu, em resposta, uma frase que deveria estar gravada em todas as bases, casernas e quartéis de nosso País, pela lição perene de dignidade militar que nela se encerra: “A espada que trago na bainha é para defender a Pátria contra os seus inimigos, jamais para tiranizá-la.”

Cotejipe e Zacarias de Góes e Vasconcelos, dois epígonos do maior porte, no governo ou na Oposição, fixaram para a História o perfil de suas vigorosas personalidades.

Gaspar Silveira Martins é outro nome que retumba de glória nos recintos austeros do Senado.

Rui Barbosa e Pinheiro Machado em nossa Casa escreveram a história da Primeira República. Rui Barbosa, a eloquência, a pregação infatigável dos ideais democráticos, o horror a todos os tipos de violência, a fé inabalável no império da lei, da justiça e da liberdade.

Pinheiro Machado, o realista frio, o estrategista imbatível, o que lhe faltava em concepções idealistas sobrava-lhe na interpretação realista das condicionantes e limitações da capacidade política do nosso povo.

Rui e Pinheiro, sempre adversários, completavam-se, no entanto, como intérpretes do Brasil em que viveram. Rui preconizava o Brasil do futuro, liberto das garras do subdesenvolvimento cultural e político. Pinheiro Machado aceitava o Brasil das intervenções, dos estados de sítio, das atas falsas, das depurações, como se não houvesse outras alternativas para assegurar a ordem, manter a autoridade e promover a continuidade do Brasil.

Artur Bernardes, Nereu Ramos, Juscelino Kubitschek, Petrônio Portella, marcaram, com o seu talento político, a sua passagem por esse átrio augusto.

Não citei a todos os que engrandeceram a nossa instituição, mas aqueles a que omiti eu os homenageio naqueles que mencionei, sem dúvida de vultos excelsos que sintetiza, no esplendor de suas vidas, a expressão pinacular do nosso Senado.

Todos os que invoquei foram senadores, já não mais então entre nós, mas os seus espíritos supervagam a atmosfera moral do nosso venerando sodalício, como numes tutelares a nos inspirar, nos dias de crise, a nos animar diante das vacilações e incertezas e a nos apontar, na escuridão e no colapso dos valores democráticos, que eterno é o destino do Brasil.

Este o patrimônio de que somos guardiães e que nos foi transmitido num como que fideicomisso inconspicível e que devemos passar às gerações futuras, ampliado nas suas proporções, enriquecido nas suas tradições e dignificado na sua fidelidade à alma democrática do nosso povo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As últimas eleições, marcadas de humilhantes casuísmos, de inéditas e afrontosas pressões do oficialismo, corrompidas, em escala jamais vista pela ação desenvolvida e desassombrosa do poder econômico do Estado e da iniciativa privada, assinalaram, não obstante, uma etapa da maior importância na recuperação do processo democrático. A Nação entretanto não suportará outra eleição igual à que por último assistimos e, para evitar as suas consequências que lhe serão fatalmente funestas, urge que a nova legislatura comece a cuidar, desde já, de novos métodos

e processos que assegurem, por inteiro, a honestidade e a veracidade dos pleitos, protegendo o voto de todas as garantias que o abroquelem contra as falsas seduções da demagogia, das deformações da violência e da ação deletéria da corrupção.

Estruturar uma democracia, sem aprimorar o seu regime partidário e sem aperfeiçoar a sua organização eleitoral, é realizar obra precária e insustentável, e será sempre um exercício inconsequente de um esforço político em terreno sáfaro.

Criar novas instituições eleitorais é um imperativo inadiável da sobrevivência democrática do País.

A cediça observação da Nação dividida em dois blocos nunca foi tão evidente. De um lado, um País legal, que se exaure na impotência de suas debilitadas energias, e, de outro, o País real, vivo, exuberante e estuante de vitalidade.

Houve, nos últimos decênios, uma forte contenção na marcha evolutiva do pensamento político nacional. Há uma perigosa defasagem entre o País legal e o País real. Aquele, amarrado a estruturas anacrônicas, superadas e obsoletas, e este, repleto de seiva, dinâmico e criador, mas contido na sua expansão, na sua modernização, e impedido de manifestar o seu ímpeto evolutivo.

Harmonizar essas duas faces da Nação só será possível através de ampla e profunda reforma eleitoral, que faça do voto um instrumento eficiente da reforma nacional. Está na criação do Estado de direito, na democracia representativa e participativa, no respeito à autonomia dos três Poderes da República, na restauração da Federação, em linhas de modernidade e adaptação às realidades socioeconômicas do nosso País. No reconhecimento, não como liberalidade, mas como direito inalienável da dignidade nacional dos direitos e liberdades fundamentais de todos a uma vida decente, sem medo e sem humilhações, com trabalho digno para todos os nossos concidadãos. E promover a justa distribuição da riqueza e a ampla formação de uma cultura que, sendo universal nos seus parâmetros, seja nacionalista no seu fulcro, protegendo as nossas tradições e os valores de nossa espiritualidade.

Não nos resta, ainda, por muito tempo outra alternativa. Ou promovemos com urgência as grandes transformações que a Nação reclama em altos brados, que só os deliberadamente surdos não querem ouvir, orientando-as, dirigindo-as e incorporando-as, com inteligência política,

à nossa existência, ou, então, não nos iludamos, essas transformações se farão à nossa revelia, sem nós e até contra nós, pela força e violência, levando de roldão, na sua fúria, o muito que deve ser preservado e que constitui o acervo indestrutível de nossa civilização.

A reorganização institucional de nosso País é a mais importante das tarefas impostas à nossa geração. Não poderemos falhar nesse compromisso histórico, porque sobre nós recairá a maldição das gerações futuras. Vamos nos entregar a esse trabalho, dando ao nosso povo uma Constituição justa, moderna, instrumento de sua emancipação política e econômica e que se constitua na pedra angular do majestoso monumento de nossa irreprimível vocação democrática, elemento fundamental de nossa destinação histórica. Não hesitemos por mais tempo. Enfrentemos esse desafio com todas as nossas energias. Sem facciosismos, sem preconceitos, sem espírito de clã, animados todos da consciência da eternidade de nossa Pátria, cujo povo se recusa a continuar vivendo na pusilanimidade, na mediocridade e no aviltamento dos valores impostergáveis de sua formação.

Nação sem Constituição oriunda do coração do seu povo é Nação mutilada na sua dignidade cívica, violentada na sua cultura e humilhada em face de sua consciência democrática.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O nosso povo se debate na voragem da mais devastadora de todas as crises que o tem assolado.

Desarvorado em meio ao colapso dos valores éticos da sua tradição cristã, ele está aturdido com a desordem administrativa do seu País, esmagado pela pressão econômica, angustiado por uma implacável inflação que solapa as suas resistências econômicas, acirra a luta de classes, reduz o poder de compra dos nossos trabalhadores, proletariza a nossa classe média, esteriliza no espírito da nossa juventude a nobreza dos seus ideais e põe em risco a sua própria estabilidade e segurança.

O nosso povo está aflito, inseguro, intranquilo em face dessas acbrunhantes realidades. Já não teme pelo seu futuro, mas pelo dia de amanhã, que lhe pode reservar as mais duras e penosas decepções no seu cotidiano já trágico.

O desemprego já não é mais uma ameaça, mas uma presença terrível em todos os lares de nossa Pátria. Desativam-se as empresas. Aumentam-se os números das falências e concordatas. O clima da estagnação

e do desânimo envolve o País. Caem os níveis da produção na indústria e na agropecuária. O comércio se estiola. A renda *per capita* se reduz de ano a ano de forma alarmante e, em consequência, torna-se negativo pelo terceiro ano consecutivo o crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB).

Não adianta a essa altura buscar as causas responsáveis pelo descalabro. Deixemos esse encargo para os historiadores e estudiosos. Basta registrar que os erros foram catastróficos.

A nós homens públicos, com responsabilidades irrevogáveis diante do nosso povo, o que cabe é encontrar os caminhos que nos soergam da terrível adversidade a que fomos lançados. O desafio é grande demais para ser enfrentado tão somente pelos tecnocratas do governo. Ele exige para ser conjurado o esforço de toda a Nação numa como que união sagrada para libertar o nosso povo das angústias e sofrimentos que o infelicitam nesta hora desesperada e sombria.

Recuso-me a admitir que a institucionalização da recessão seja o rumo indicado para a superação da crise.

Uma Nação com 120 milhões de habitantes, com as suas peculiaridades geográficas e econômicas como a nossa, só vencerá os seus antagonismos lutando, trabalhando e crescendo.

A recessão prolongada terminará por destruir o nosso sistema produtivo. Explodirá com o nosso parque industrial. Enfraquecerá o nosso mercado inteiro. Levará o desânimo às atividades agropecuárias. Veremos-nos novamente transformados, para gáudio das grandes nações industrializadas num povo banido dos mercados internacionais, para colocação dos seus produtos industrializados, tendo que nos conformar em ser, como dantes, uma Nação fornecedora de matérias-primas, para alimentar os complexos industriais das grandes potências capitalistas.

A recessão, nunca. Ela será túnica de aço sobre a Nação para empobrecê-la, impedir a sua afirmação história, colonizar o nosso povo e condená-lo a viver no subdesenvolvimento e na miséria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não faz muito, em oração lapidar de grande repercussão, mestre Affonso Arinos de Melo Franco, que marcou a sua presença nesta Casa com a notável participação de sua capacidade política e de sua ampla e profunda ilustração, acentuava:

A credibilidade e a confiança são as fontes da esperança. A hora que vivemos neste Brasil confuso, temeroso e descrente, é austera e grave, prenhe de angústias, incertezas e receios. É, sem dúvida, uma hora de desesperança, mas não ainda de desespero.

Se ainda não entramos, mercê de Deus, na faixa do desespero, dela não estamos muito distantes. Não há segmento da organização nacional que não apresente os sintomas inquietantes da insegurança, da perda de confiança, a prenunciar dias tormentosos, de inconformismos e agitações.

Há de se tudo fazer para desanuviar os horizontes, para desanuviar os espíritos. Só os ingênuos, ou os politicamente retardados, a essa altura do século, ainda alimentam a crença de que o radicalismo ideológico seja o único processo de promover mudanças, reformas e transformações em países como o Brasil. Nada mais falso. Ele suscita o ódio e inspira violência, é eficiente na destruição, mas impotente na construção e incapaz de levar a efeito obra estável e eficaz.

Mesmo os partidos políticos, até mesmo os mais provados nas lutas democráticas, quando se enrijecem em torno dos seus postulados, colocando-os acima da realidade política, são levados pela dinâmica da gravidade dos acontecimentos a praticarem o confronto, estágio perigoso e indesejável em meio ao quadro inconsistente e cambiante de nossa precária situação política.

*O Sr. Luiz Cavalcante* – Permite-me V. Exa. um aparte, eminente colega?

O SR. TANCREDO NEVES – Com a maior honra, nobre Senador Luiz Cavalcante.

*O Sr. Luiz Cavalcante* – Infelizmente, mas muito infelizmente mesmo, eu participo do desalento, das mágoas de V. Exa., do pessimismo, para melhor dizer, em relação ao futuro próximo da economia e das finanças nacionais. Infelizmente. O Presidente João Figueiredo, em sua recente mensagem ao Congresso Nacional, teve estas palavras:

O engajamento consciente do povo brasileiro e de todos os escalões do governo nessa política de austeridade – que Sua Excelência pregava para vencer a crise – será indispensável para que o programa de estabilização chegue a bom termo.

Então, repetindo a parte inicial, o Presidente disse: “O engajamento consciente do povo brasileiro, junto aos esforços do governo, é indispensável para que vençamos esta crise.” E, agora, digo eu por minha vez, esse engajamento consciente que o Presidente espera e acha indispensável para o Brasil, Sua Excelência jamais obterá se não mudar os homens que perderam a credibilidade e a confiança dos brasileiros, que são justamente os condutores da nossa política econômica. Obrigado a V. Exa.

*O Sr. Aloysio Chaves* – O nobre Senador Tancredo Neves me concede um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Eu pediria ao nobre Senador Aloysio Chaves que me permitisse responder ao aparte do nobre Senador Luiz Cavalcante.

A intervenção de V. Exa. opulenta o meu discurso, nobre Senador Luiz Cavalcante. A despeito das perspectivas sombrias que temos pela frente, eu, não obstante, não participo nem de um estado de espírito de pessimismo, nem de derrotismo. Nós temos, dentro do nosso País, energias suficientes para rompermos todas as barreiras que aí estão, empecendo o nosso desenvolvimento e impedindo o nosso crescimento, para atingirmos aquele estágio de potência que, queiram ou não, o futuro nos reserva.

Com muito prazer, ouvirei o Senador Aloysio Chaves.

*O Sr. Aloysio Chaves* – Eminentíssimo Senador Tancredo Neves, V. Exa. profere nesta tarde um notável discurso que, por vários motivos, ficará como uma das páginas mais altas dos Anais desta Casa; o primeiro porque V. Exa. anuncia, eu espero que tal não ocorra, que se despede hoje, também, da vida parlamentar. Quero tributar a V. Exa., pela Maioria, uma dupla homenagem ao senador que conheci nesta Casa, de um talento fulgurante, enriquecendo os trabalhos das nossas Comissões técnicas, emitindo votos, onde era visível o notável saber de V. Exa. em todos os ramos do Direito e num conhecimento mais amplo de todos os problemas nacionais, no plenário e nesta Casa, pelas suas intervenções lúcidas, ponderadas e equilibradas, que mostravam para todos nós esse amadurecimento extraordinário que V. Exa. conseguiu na vida pública, realizando o milagre de conciliar o seu mundo interior com o seu mundo exterior. Nos cargos exercidos por V. Exa. e nos mandatos legislativos, deixou também uma marca indelével que o consagra, em Minas, como um de seus filhos mais ilustres. Minas é o berço de



grandes administradores e de grandes estadistas. Espero que V. Exa., sob a proteção divina, possa consumir essa obra admirável que iniciou há muitos anos em Minas, realizando nesse grande estado um fecundo governo. Os votos do Senado, os votos de todos nós, os votos do povo brasileiro acompanham V. Exa. nessa tarefa árdua, difícil, mas, tenho certeza, será coroada de total êxito pelo talento, pela competência, pela lucidez de V. Exa. Vossa Excelência fica para nós, nesta Casa, como um padrão de parlamentar e como um padrão de homem público para inspirar, como outros eminentes senadores que V. Exa. mencionou, os seus colegas e quantos vierem, no futuro, ilustrar o Senado da República.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Aloysio Chaves, as palavras de V. Exa. deram-me atributos que eu não tenho, só a sua imensa generosidade poderia descobrir na minha apoucada personalidade essas virtudes a que V. Exa. se refere. Mas eu o conheço na sua bondade, eu o conheço na sua sinceridade, e as recolho como uma consagração para a minha desprezensosa vida pública.

*O Sr. Humberto Lucena* – Permite V. Exa. um aparte, nobre senador?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

*O Sr. Humberto Lucena* – V. Exa., com sua inteligência privilegiada, com seu talento invulgar, com sua vasta cultura, fala, hoje, ao se despedir do Senado, como um estadista. E como são poucos os homens públicos no Brasil de nossos dias que podem ser chamados de estadistas! Mas não poderia ser diferente. V. Exa. é uma vocação eminentemente pública. Começou no plano municipal, como vereador, promovido ao plano estadual, elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi secretário de estado.

Em seguida, no plano federal, eleito deputado, foi logo convidado por Getúlio Vargas para ministro da Justiça, o que, como bem acentuou V. Exa., foi o ponto alto da sua vida pública, porque então, nobre Senador Tancredo Neves, V. Exa., com a sua brava atitude, naquela histórica reunião que precedeu o suicídio do grande Presidente, deu ao Brasil um raro exemplo de coragem, de altivez e de fidelidade aos princípios democráticos. Posteriormente, na sequência brilhante de sua carreira política, V. Exa., que esteve sempre presente em todos os grandes momentos da vida nacional, numa hora de grave crise nacional, foi convocado, com a implantação do parlamentarismo, para ser o chefe do primeiro Gabinete formado após 1961. E tive a honra, como deputado

federal, de votar em V. Exa., de ser um dos seguidores do seu governo na Câmara dos Deputados, e sei o quanto ele serviu ao Brasil, o quanto V. Exa. foi lúcido e patriótico à frente daquele governo de conciliação nacional, numa hora de transição. Depois, V. Exa. continuou porfiando na sua luta pela vida pública afora, voltou à Câmara dos Deputados, foi líder da Maioria no governo João Goulart, com dignidade e altivez, defendendo sempre uma profunda modificação estrutural, no País, através das reformas de base que, então, pregávamos para maior engajamento do povo brasileiro na nossa democracia. Vindo o movimento militar de 1964, V. Exa., com a nobreza de sempre, foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro. Naquela fase histórica, V. Exa. foi um dos primeiros a empunhar a bandeira da Oposição e a começar a luta, desde então, pela urgente e plena redemocratização do Brasil. Hoje, V. Exa. coroa a sua carreira política como governador de Minas Gerais e tenho certeza de que realizará um grande governo, porque ninguém melhor do que V. Exa. está preparado para exercê-lo. V. Exa. tem a visão do estadista, como disse de início e, neste momento, ao se despedir desta Casa, quero trazer, em meu nome e em nome da minha bancada, as sinceras homenagens que V. Exa. merece e formular votos pelo seu êxito no governo de Minas, para que V. Exa. possa mostrar ao Brasil o que o PMDB pode fazer pelo povo.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Senador Humberto Lucena, V. Exa. falou como velho amigo e falou como líder do PMDB. A generosidade do amigo, a ela eu já estou habituado desde muitos e muitos anos, porque temos estado sempre nas mesmas trincheiras, lutando pelas mesmas causas ombro a ombro. As palavras do amigo são suspeitas, mas como V. Exa. fala como líder desse nosso glorioso partido, o PMDB, tão extraordinário no papel que desempenhou nesses últimos anos para reconstrução da democracia no Brasil, tão extraordinário na resistência que ofereceu aos desígnios da ditadura e às opressões do autoritarismo, é sumamente penhorado que eu o ouço. Nesta jornada, V. Exa. tem tido um papel da maior importância, pela sua bravura, lealdade, tenacidade e firmeza, porque é de homens como V. Exa. que a Oposição precisa para poder alcançar os seus objetivos sem ódio, sem medo e sem subserviência.

O Sr. Murilo Badaró – Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer.

O Sr. *Murilo Badaró* – Senador Tancredo Neves, no momento em que V. Exa. deixa o Senado da República para assumir o governo do Estado de Minas Gerais, a que foi conduzido pela vontade soberana do povo mineiro, formulo a V. Exa. votos de uma feliz gestão. Sua passagem nesta Casa seguiu o mesmo itinerário que notabilizou, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, o servidor do povo, o parlamentar competente, o homem de cultura e o orador fulgurante, qualidades essas que o tornaram um líder incontestável. Sua vida pública está assinalada por momentos estelares, mas certamente nenhum supera em brilho e significação este instante maior de sua carreira, quando atinge o Palácio da Liberdade pelo voto popular. Desejo a V. Exa. grande êxito e estou convencido, e manifesto minha certeza, de que V. Exa. dará à Minas e aos mineiros paz, austeridade, progresso e justiça.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Murilo Badaró, as palavras de V. Exa. me emocionam. Embora elas venham de um velho amigo, a quem me vinculam laços da mais profunda afeição, pois que, já através do seu venerado progenitor, parlamentar ilustre, homem público dos mais notáveis do nosso estado, nós já cultivamos um relacionamento pessoal que sempre muito me enobreceu. Os acontecimentos políticos nos colocaram em campos opostos, mas nunca as nossas divergências políticas fizeram reduzir em mim o apreço, a estima e a admiração que não apenas eu, mas todos os mineiros temos por V. Exa. O povo de Minas Gerais muito espera ainda do seu talento, energia e patriotismo, para que o nosso estado continue a ser o que sempre foi, aquela pedra angular, aquele centro de gravidade da nacionalidade brasileira.

O Sr. *Nelson Carneiro* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

O Sr. *Nelson Carneiro* – Senador Tancredo Neves, nosso ilustre colega de bancada, da imprensa, João Emílio Falcão, ao traçar uma síntese de V. Exa., escreveu essas palavras:

Em 1951, ninguém aceitava defender o primeiro veto do Presidente Getúlio Vargas. Ele o fez com raro brilhantismo, sendo elogiado pelo líder Gustavo Capanema, o que lhe valeu um convite para audiência com Vargas. Pouco tempo depois, disse-lhe, ao ser perguntado, que não poderia governar com um ministério monetarista, tendo feito uma campanha popular.

São passados trinta e dois anos e V. Exa. – e não o cremos – acaba de afirmar que aqui encerra a sua carreira pelo Parlamento Nacional. Quero recordar, neste momento: trinta e dois anos atrás, quando V. Exa. ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados pela primeira vez, numa noite memorável, quando o voto era secreto, a votação era secreta, para justificar a decisão governamental que rejeitava um projeto de minha autoria que, pela primeira vez, instituía a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, aos 35 anos de trabalho. V. Exa. fê-lo com o brilhantismo de que não se despiu até hoje, e assumiu, naquele momento, o compromisso de que o governo vetando aquele projeto, enviaria outro sem os defeitos que nele existiam. Realmente o governo cumpriu o seu dever. O projeto foi enviado e se tornou realidade. Neste momento, quero recordar esse episódio para mostrar que, trinta e dois anos passados, eu posso, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, que apoiou V. Exa. na campanha eleitoral de Minas Gerais, desejar-lhe um grande governo, um governo que atenda às aspirações e às esperanças do povo mineiro, para que a repercussão do seu governo possa, nesta grande abóboda que é a Nação, repercutir como um exemplo e como um símbolo. Felicidade a V. Exa.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Nelson Carneiro, o aparte de V. Exa. é uma honra insigne para mim. Nós o conhecemos há mais de trinta anos na luta parlamentar, dando com o seu talento, a sua cultura e seu espírito público alguns dos instantes maiores da história parlamentar do Brasil nesses últimos decênios. Nós bem sabemos que feliz é a Nação, feliz é o Estado que possui um homem público, um estadista da sua envergadura moral e da sua envergadura política.

*O Sr. Fábio Lucena* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer.

*O Sr. Fábio Lucena* – Nobre Senador Tancredo Neves, é conhecido que Platão agradecia a Deus por ter sido contemporâneo de Sócrates. Eu agradeço a Deus por ser contemporâneo de V. Exa. A Nação inteira está ouvindo as suas palavras. V. Exa. é um construtor da História e sabe que na construção da História prevalece o princípio filosófico, aliás de um filósofo do meu estado, do grande Heliodoro Balbi, segundo o qual “os homens públicos devem aprender a cavalgar sobre os princípios, sem nos precipícios se precipitarem”. Ao longo da sua vida pública a Nação sofreu

esse revés de ter cavalgado precipícios e de se haver precipitado sobre eles. V. Exa. fala como estadista e diz que a História, através das novas gerações, deve perquirir as causas das mazelas que atualmente afligem o nosso País. Desejo revelar, reproduzindo palavras proferidas por V. Exa. em Manaus, na convenção partidária de 16 de junho de 1978. Dizia V. Exa.: “Nesta República, meia dúzia de homens se habituaram a pensar por 120 milhões de brasileiros.” E é preciso que o MDB promova essa grande tarefa de conscientização nacional, a fim de que a Nação possa começar a pensar, por meio de seus legítimos representantes, eleitos em eleições livres. Nobre Senador Tancredo Neves, o pior perigo que atravessa a Nação no momento é a presença entre nós da institucionalização do medo. O governo, seguindo os sábios conselhos de Ferrero, percebe que é preciso fazer medo, para que o povo tendo medo provoque no governo uma maior capacidade de fazer medo. Porque quanto mais o poder sente medo, mais ele precisa fazer provocar o medo. É necessário libertar a Nação deste estado de medo, nobre senador. E no presente momento histórico, apenas os grandes estados – Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco –, os estados que enfim construíram os alicerces desta Nação é que podem libertar a Nação deste medo que aí está asfixiando e que está possibilitando a permanência sem limitação de tempo desses mantenedores e provocadores do medo no poder. Pelo meu estado, pelo Estado do Amazonas, eu lhe formulo um apelo: nunca mais permita, governador Tancredo Neves, que de Minas Gerais, que de Belo Horizonte, que do coração da nossa Pátria, o governo estadual se levante em armas contra governos constituídos para rasgar e violentar a Constituição Federal, como aconteceu em 1964. Não permita, governador, que em Minas Gerais volte a política do seu estado a massacrar trabalhadores, a bater em estudantes, não permita mais que os presídios de Minas sejam transformados em vergonhosos laboratórios de tortura. Governador Tancredo Neves, a Nação inteira não aceita a sua afirmativa de que o senhor está se despedindo deste Parlamento, porque se o senhor aqui voltar, e quando voltar, o senhor não estará voltando, porque em realidade daqui jamais conseguirá sair. Seja feliz, eminente governador Tancredo Neves.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Fábio Lucena, maior que o coração de V. Exa. é somente o seu estado. V. Exa. chega aqui moço, tem pela frente uma grande carreira política. No convívio diário com os seus

colegas, V. Exa. vai sentir-se envaidecido de estar presente numa Casa e numa tribuna que é sem dúvida a mais alta e mais nobre do Brasil. E como é bom e belo servir o Brasil se no Senado da República! Aqui todos nós aprendemos todo dia uma lição, um ensinamento, e cada dia, ao encerrar o nosso expediente, nós saímos daqui mais brasileiros, mais orgulhosos da nossa Pátria. V. Exa. tem uma responsabilidade enorme para com o seu estado, e há também deveres que V. Exa. vai cumprir com o seu talento, com a sua dignidade cívica e o seu destemor, nesta Casa. Mas esteja V. Exa. certo de que é no Senado da República onde a Nação se identifica com os seus mais altos e os seus mais nobres sentimentos. Pertencer ao Senado da República é um galardão que honra a todo brasileiro que tem a ventura de penetrar neste átrio sagrado.

*O Sr. Marcelo Miranda* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com a maior honra, nobre Senador Marcelo Miranda.

*O Sr. Marcelo Miranda* – Senador Tancredo Neves, debuto, neste momento, no microfone de apartes do Senado Federal, e com que satisfação, para apartear-lo nesta oração lúcida de estadista, como disse o nosso líder Humberto Lucena, corajosa e capaz, moderada e objetiva. V. Exa., que aprendi desde menino e desde criança, nas ruas de Uberaba da nossa Minas Gerais, a admirá-lo, a trabalhar em campanhas árduas, em campanhas nas escolas, nas faculdades, nos centros acadêmicos; admirando Tancredo Neves que disputava eleição, às vezes sem entender bem as lutas e as colocações que se faziam na época, mas hoje compreendo bem que V. Exa. se constituiu, para a Nação brasileira, o grande estuário, depositário de grandes lutas por ter vivido, por ter convivido e por ter lutado contra regimes de exceção, antes e hoje; timoneiro que soube dirigir os caminhos para que do regime de exceção chegássemos à democracia. E quanto temos ouvido, lido e entendido os caminhos que V. Exa. nos abre para que possamos dar ao Brasil novamente uma democracia plena, uma democracia que o povo brasileiro deseja e reclama. V. Exa., que já percorreu e se acostumou a percorrer cumeadas, nunca se esqueceu da planície, nunca saiu da planície em que o povo brasileiro vive e, por isso, é levado, hoje, pelo voto direto do povo de Minas Gerais, ao governo do nosso estado. Embora atualmente radicado no Estado do Mato Grosso do Sul – e hoje aqui falando em nome da bancada daquele estado – quero dizer a V. Exa. que os limites de Minas Gerais não são

apenas os determinados pelo rio Paranaíba, ao contrário, o povo mineiro se encontra em todos os estados brasileiros, particularmente trabalhando e plantando no nosso Estado de Mato Grosso do Sul, ajudando o Brasil, ajudando o povo brasileiro de todos os estados que para lá foram, e tenho a certeza de que juntamente com o nosso governador – capaz, honrado, honesto, de bom caráter, íntegro, lutador, que, cassado injustamente pela Revolução de 1964, volta hoje, também pelo voto direto do nosso estado, para governar o Mato Grosso do Sul – haverá uma interação entre brasileiros, entre mineiros e mato-grossenses-do-sul, entre mineiros nascidos em Minas Gerais e mato-grossenses-do-sul de coração, como eu. Felicidades, governador Tancredo Neves, o povo do nosso estado, o povo brasileiro, que hoje lamenta a sua falta aqui no Senado, saberá aplaudi-lo frente aos destinos do nosso Estado de Minas Gerais no Palácio da Liberdade.

O SR. TANCREDO NEVES – Agradeço ao nobre senador de Minas Gerais por Mato Grosso do Sul, pela honra com que se refere à minha pessoa, traçando dela um perfil do qual, sem dúvida, estou muito distante. A faixa limítrofe entre Minas e Mato Grosso do Sul é por demais estreita, mas os vínculos afetivos, de solidariedade moral e humana, que unem Minas a Mato Grosso, têm, sem dúvida, parâmetros verdadeiramente oceânicos. Mato-grossenses em Minas Gerais estão em todos os municípios na zona triangulina, dominando tratores, debruçados sobre os arados, cultivando a nossa terra e ali levando o ensinamento da sua energia, do seu idealismo e da sua coragem. E os mineiros vão também para Mato Grosso e, lá chegando, levando a contribuição de nossa brasilidade, identificando-se com o sentimento de Mato Grosso, e de tal forma o Mato Grosso do Sul absorve o que Minas tem de bom e de melhor, que acabou retirando e nos furtando V. Exa., que deveria ser um eminente senador pelo nosso estado.

*O Sr. Lomanto Júnior* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

*O Sr. Lomanto Júnior* – Falo, neste momento, Senador e Governador Tancredo Neves, em nome do Estado da Bahia, estado que me mandou para esta Casa como o senador mais votado na época, proporcionalmente, em todo o Brasil. Portanto, vou falar em nome do Estado da Bahia. Nós, nobre Senador Tancredo Neves, não sabemos, apesar de a geografia nos separar, tais são as relações de amizade entre nossos estados, não sabemos onde

termina a Bahia e começa Minas Gerais. Um dos pontos que a geografia afirma que nos separa é, talvez, um dos pontos que mais nos une; aquele rio São Francisco que nasceu lá na sua terra. Sou um velho admirador de V. Exa. Os seus ensinamentos, a sua vida pública é um livro, é um roteiro para os que, como eu, iniciaram muito jovens a caminhada pelos difíceis e tortuosos caminhos da vida pública. Devo-lhe muitas lições: o seu exemplo, a sua altivez, o seu equilíbrio, a sua competência, o seu amor à democracia são lições de vida para os que querem trilhar os caminhos da vida pública. V. Exa., no momento, Senador Tancredo Neves, e não sei se algum outro político também tem maior responsabilidade na difícil hora em que vivemos, V. Exa. é o equilíbrio, é o entendimento; V. Exa. simboliza o congraçamento; V. Exa. é a grande esperança do povo brasileiro, é aquele homem que se coloca numa posição que acredito seja a posição almejada por todo o povo brasileiro, que quer desenvolvimento com paz, que quer crescer, que quer progredir na base da concórdia. Leva V. Exa. esta grande missão para o seu Estado de Minas Gerais. V. Exa. não vai se limitar às fronteiras do seu estado, porque V. Exa. terá de percorrer com a sua inteligência, com a sua sabedoria, e sobretudo com o seu senso de equilíbrio, o Brasil inteiro, para aconselhar, ouvir e dialogar. Todos nós aplaudimos a sua posição, ereta posição, abominando os radicais, mostrando que esta é uma hora de compreensão, uma hora em que o País é governado por homens que ontem eram governo e hoje são oposição. V. Exa. vai governar o estado mais politizado do País, de tradições democráticas as mais brilhantes desta terra. V. Exa. vai sentar numa cadeira onde sentaram os grandes mineiros – Antonio Carlos (não confundir o Andrada), Juscelino Kubitschek, Bias Fortes (pai e filho), Magalhães Pinto, Milton Campos, Benedito Valladares, Rondon Pacheco, Aureliano Chaves, João Pinheiro, Israel Pinheiro, apenas para citar os que me traz a memória. Senador Tancredo Neves – gostaria de alongar-me no meu aparte, mas sinto que outros desejam falar –, creia, sinceramente, que a fronteira da Bahia e de Minas, se no passado nunca foi um empecilho ou foi ponto para nos dividir, ela, mais do que nunca, se coloca como um elo onde as nossas inteligências devem se entender, onde as nossas mãos devem se apertar, onde os nossos corações devem se tocar. Sr. Senador Tancredo Neves, é com saudade, profunda saudade, que todos nós estamos, nesta tarde, homenageando V. Exa. na sua despedida. Perde o Senado da República o grande senador, o único ministro, o único homem neste País que ostenta



o título de primeiro-ministro de um governo parlamentarista que pelo menos eu almejo ainda se instale neste País, como a melhor das formas de governo, de se exercitar o regime democrático. Perde o Senado o grande senador, ganha o governo de Minas Gerais o grande estadista.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Lomanto Júnior, os que o conhecemos sabemos das demasias do seu coração. Temos a impressão de que V. Exa. traz dentro dele catadupas de bondade. Só assim é que eu compreendo e justifico essa responsabilidade histórica que me quer atribuir, que eu não posso recebê-la, que eu não a tenho e tampouco tenho condições para exercitá-la. Ficarei feliz diante da minha consciência e me sentirei quite diante da minha Pátria se puder ser o que tenho sido até hoje, um artífice obscuro, sincero e devotado na construção da unidade, da grandeza e da concórdia em nossa Pátria.

*O Sr. Carlos Alberto* – Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com prazer.

*O Sr. Carlos Alberto* – Senador Tancredo Neves, traçar o perfil de V. Exa. não seria mais necessário, até porque o nosso líder maior nesta Casa, Senador Aloysio Chaves, já teve a devida oportunidade de enaltecer o papel de V. Exa. na vida pública deste País. Também não diria, jamais, como disse o Senador Lomanto Júnior, velho companheiro seu admirador, porque aqui quem fala não é um velho, é um menino velho que chega ao Senado, que logo cedo, lendo as páginas dos jornais, aprendeu a admirar a conduta de V. Exa., o comportamento exemplar de V. Exa. Como jovem estreante que chega com 36 anos de idade nesta Casa maior, gostaria de transmitir a V. Exa. a satisfação que sinto em vê-lo, da tribuna do Senado Federal, fazendo despedida não porque vai abandonar a vida pública, mas porque V. Exa., pela vontade do povo, vai governar o Estado de Minas Gerais. O povo não votou com medo, o povo não votou com ódio. Sem ódio e sem medo V. Exa. vai chegar ao Palácio da Liberdade. Sem ódio e sem medo V. Exa. haverá de ser o governante daquele povo. Sem ódio e sem medo, e também sem revanchismos, porque entendo que o momento é difícil. Atravessamos crises, mas todas as crises podem ser superadas. Tenho absoluta certeza e a fé incontida de que V. Exa., com a moderação, com a paciência que sempre teve, com a humildade que sempre teve, e, acima de tudo, com pertinácia, haverá de ajudar o Presidente João Figueiredo; V. Exa. que da tribuna desta Casa dá uma demonstração inequívoca de liberdade

e de democracia plena que estamos vivendo, pois eleições diretas tivemos. V. Exa. hoje fala como senador da República, e a partir do dia 15 de março V. Exa., que hoje é senador, haverá de ser também um sócio da crise, e um sócio também do Poder. Como seu admirador, como um jovem senador que chega a esta Casa, devo dizer que Deus o abençoe e que V. Exa. possa governar Minas Gerais e possa ajudar o governo João Figueiredo a sair desta crise que estamos atravessando.

O SR. TANCREDO NEVES – As vozes do Rio Grande do Norte nesta Casa sempre foram das mais eloquentes e das mais altissonantes. V. Exa. chega aqui numa idade raras vezes vista em outros parlamentares, e V. Exa. tem pela frente todo o futuro do nosso País, todo o futuro da nossa Pátria. Que nós possamos sempre contar com V. Exa. na linha de frente, sustentando com denodo, com altivez e com galhardia os princípios democráticos, porque somente estes princípios imprimem e dão dignidade à existência.

*O Sr. Amaral Peixoto* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer, nobre Senador Amaral Peixoto.

*O Sr. Amaral Peixoto* – Ilustre Senador Tancredo Neves, no passado estivemos tantas vezes unidos nos momentos mais difíceis da vida deste País que é com emoção que me dirijo a V. Exa. Vivemos a tragédia de 1954, que culminou com o suicídio de Vargas. Vivemos juntos a luta de 1955 para elevar Juscelino Kubitschek ao governo da República e, em seguida, para garantir a sua posse. Vivemos aqueles dias intranquilos da renúncia de Jânio Quadros, quando a guerra civil estava iminente no País. Aqui, nesta Brasília, então era a jovem Capital, passamos de manhã à noite procurando fórmulas para se chegar a uma solução. Depois V. Exa. chefou o governo parlamentar, uma experiência que infelizmente não demorou muito tempo, mas que, a meu ver, teria dado muito bons resultados ao País e talvez tivesse evitado muita coisa do que aconteceu depois. Juntos estivemos em 1964. Não éramos membros da Comissão Diretora do Movimento Democrático Brasileiro, no entanto, éramos sempre convocados por seu presidente para as grandes decisões. Por todos estes motivos, acho-me muito ligado a V. Exa. Não vejo com apreensão, e sim com tranquilidade a sua ascensão ao governo de Minas Gerais, levado pelo voto do glorioso povo mineiro. Não é hora de conselhos, nem ousaria dar um conselho a V. Exa. Somente afirmo que

do êxito do governo de V. Exa. e dos demais governadores eleitos a 15 de novembro depende a sobrevivência da democracia em nosso País. Ainda há – é forçoso reconhecer – uma prevenção injustificável contra o mundo político, esquecidos os que assim agem de que em todos os setores da administração, em todos os setores da vida do País, bons e maus elementos existem. Do que fizerem os governadores que serão empossados a 15 de março depende a consolidação definitiva da democracia no Brasil. A V. Exa., como ao governador Montoro, está destinado papel atuante, papel decisivo na história política do Brasil, continuando a sua trajetória, já tão gloriosa, já tão cheia de bons serviços prestados à Pátria brasileira. Esperamos, temos o direito de esperar mais este grande serviço de V. Exa. Não se esqueça, Senador Tancredo Neves, é nossa preocupação a institucionalização democrática do País, de todos os partidos, e isto depende, em grande parte, dos governos que se vão instalar a 15 deste mês. Muito obrigado.

O SR. TANCREDO NEVES – Ouço V. Exa. tomado do maior respeito e da maior admiração, tantos e tão profundos são os laços que nos vinculam. Tivemos uma atuação conjunta de rara intensidade nos diversos lances de nossa história nos últimos anos. Habituei-me sempre a ouvi-lo e a receber os seus conselhos, pois nunca, em meu espírito e no meu coração, eu o admiti um adversário; embora politicamente afastados, jamais V. Exa. se distanciou da minha estima. Tenho por V. Exa. aquele respeito sacral que todos dedicamos às figuras excepcionais do nosso País.

O Presidente Juscelino Kubitschek costumava dizer – e o dizia reiteradas vezes – que o Brasil não sabe o homem público que possui em Amaral Peixoto. Posso dar também este testemunho. Quando se tiver de escrever a história verdadeira, a história oculta, aquela que não vem para o prosclênio dos acontecimentos, mas que é aquela que na verdade promove a tessitura dos fatos, dos acontecimentos, o nome de V. Exa. virá à tona e ocupará lugar de destaque no reconhecimento e na gratidão de todos os brasileiros.

Não prescindo dos conselhos de V. Exa. Sempre os recebi no passado. Quero recebê-los no presente. Quando me sentir deles carente, irei a sua casa, como sempre o fiz, para receber do seu senso político, da sua ponderação, da sua lucidez, a palavra tranquilizadora, a sua palavra iluminada.

*O Sr. Lourival Baptista* – Permite um aparte, nobre Senador Tancredo Neves?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

*O Sr. Lourival Baptista* – Eminente Senador Tancredo Neves, V. Exa. se despede desta Casa quando, depois das eleições de 15 de novembro, a Nação se regozija com o fortalecimento do processo da normalização institucional e da integração do País na plenitude da ordem democrática, em busca da implantação definitiva do Estado de direito, que talvez seja a aspiração maior do povo brasileiro, e que contou com todo o apoio do Presidente João Batista Figueiredo. Eminente Senador Tancredo Neves, V. Exa. irá prosseguir no desempenho de sua vitoriosa trajetória política, a serviço do seu estado e da Pátria brasileira. São raros os homens públicos que têm o privilégio de se orgulhar, como V. Exa., de uma longa carreira de êxitos, quase sempre bem-sucedida em todos os empreendimentos a que se dedicou, nos diversos setores e áreas de atuação da política e da administração, tanto no âmbito do seu estado como no plano nacional. Pertencendo embora a outro partido, sinto-me, todavia, no dever de proclamar os altos níveis de cordialidade, o respeito mútuo e a amizade de muitos anos que caracterizaram o nosso relacionamento, divergindo, por vezes, no acessório, mas sempre convergentes e unidos no concernente ao essencial, quando situados diante dos problemas de interesse fundamental da Pátria comum. Que V. Exa., eminente Senador Tancredo Neves, seja bem-sucedido e muito feliz ao assumir a suprema chefia do Poder Executivo de Minas Gerais, era o que desejava dizer neste momento este seu velho companheiro da Câmara dos Deputados e do Senado, que representa o Estado de Sergipe nesta Casa do Congresso Nacional. Tudo de bom, toda felicidade, um bom governo, é isto que lhe auguro.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Lourival Baptista, agradeço a V. Exa. as palavras generosas. Temos sido adversários tradicionais, o destino nunca nos permitiu que lutássemos na mesma trincheira. Mas, talvez, por isso mesmo, porque sempre estivemos em campos adversos, eu pude sempre admirar e respeitar V. Exa., e pudemos manter, nesses anos, um relacionamento afetivo, de admiração, que é um dos títulos de que muito me honro, na minha já longa vida pública. V. Exa. é um senador que honra o seu estado. V. Exa. é um senador que dignifica a Nação.

*O Sr. Alberto Silva* – Permite V. Exa. um aparte, nobre senador?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra, nobre senador.

*O Sr. Alberto Silva* – Senador Tancredo Neves, eu acho que todo este Plenário está ansioso para ouvir o discurso de V. Exa. Entretanto, não poderia deixar passar esta oportunidade de trazer a palavra do povo piauiense nesta hora em que V. Exa. não se despede do Senado Federal, como bem disse o orador que me antecedeu, mas de todos nós aqui, a quem encantou com a sua palavra, com o seu exemplo e com o seu patriotismo. Eu tenho uma afinidade muito pessoal com a terra de V. Exa. Jovem, com 18 anos, fui estudar engenharia na terra dos políticos do sul de Minas Gerais, em Itajubá, de Venceslau Brás, e ali aprendi a conhecer o que era Minas para o Brasil, o que os políticos de Minas ensinavam ao Brasil, e dentre os grandes nomes que conheci, o de V. Exa. estava na primeira linha, como defensor da democracia, como defensor dos direitos do povo brasileiro. Por isso sei, e o povo do Piauí todo espera que V. Exa., no governo de Minas Gerais, trace rumos para que toda a Nação brasileira acompanhe a experiência, o patriotismo com que V. Exa. tem-se portado na vida pública brasileira. Os meus cumprimentos e os meus agradecimentos pelas duas vezes que V. Exa. foi ao meu estado dizer palavras de entusiasmo e de ânimo ao povo piauiense na campanha política. Nós lhe somos eternamente gratos por isso. Um bom governo, Governador, Senador e grande brasileiro Tancredo Neves.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Alberto Silva, estou muito honrado com as referências amáveis de V. Exa. A sua recordação de que estivemos no Piauí por duas vezes, no curso de nossas campanhas políticas, me traz também ao espírito aquele cenário inesquecível daqueles imensos comícios, falando a mais de 30 mil pessoas, em concentrações que começavam às 19 horas e se prolongavam até às 2 e às 3 horas da madrugada, sem que uma só pessoa se afastasse do seu lugar, e o povo continuasse a insistir com os oradores para que continuassem a falar. Pude ver o quanto V. Exa. é estimado, o quanto V. Exa. é respeitado, o quanto V. Exa. é admirado pelos seus coestaduanos, e creio que esse é o título que mais honra um homem público onde quer que ele se encontre.

*O Sr. Almir Pinto* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

*O Sr. Almir Pinto* – Nobre Senador Tancredo Neves, V. Exa. se despede, nesta tarde, do Senado Federal para assumir, no próximo dia 15, o governo do seu estado, eleito que foi pelo generoso povo mineiro.

Não sabemos, e quem saberá, ser este o último ou penúltimo degrau da brilhante escalada política de V. Exa. O destino há bafejado este ilustre homem público, que é Tancredo Neves. E não o faria se não fosse ele dotado de uma invejável cultura e excelente caráter, excelsas virtudes que ornaram a sua fulgurante personalidade. Senador Tancredo Neves, vá para o governo do seu estado. Assuma o destino do seu povo na certeza de que seus companheiros aqui ficarão a lamentar a sua ausência e a formular votos para que o anjo do bem ilumine a sua trajetória. Seja feliz.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Senador Almir Pinto, a palavra do Estado do Ceará, vinda por V. Exa., é para mim uma honraria excepcional. V. Exa. é um cearense típico, na cultura, na inteligência, no espírito público e na fé que o anima no coração. Feliz o estado que possui, nesta Casa, um representante da estatura de V. Exa.

*O Sr. Lenoir Vargas* – Permite V. Exa. um aparte?

TANCREDO NEVES – Com a maior honra.

*O Sr. Lenoir Vargas* – Nobre Senador Tancredo Neves, o Estado de Santa Catarina não podia deixar de incluir uma palavra no seu discurso na hora em que V. Exa., ao fim do seu mandato, deixa o Senado da República. Lembro-me muito bem de que o primeiro contato com V. Exa. foi no ano de 1950. V. Exa., creio que ministro de Estado, foi por mim saudado em Santa Catarina, na sede do partido político em que então militávamos. Éramos nós Oposição, e V. Exa. governo, na República. Os anos passaram e os caminhos da vida nos conduziram, nesses últimos trinta e dois anos, eu mais como espectador, V. Exa. mais como ator permanente e atuante da vida pública brasileira. E Santa Catarina esteve, pelas mãos de seus pró-homens, muito e profundamente ligada à atuação política desenvolvida por V. Exa. em horas tão difíceis da vida da Nação, como lembrou o Senador Amaral Peixoto. Pode, pois, V. Exa. imaginar o quanto o nosso estado deseja que V. Exa. tenha muita felicidade no desempenho da missão que lhe foi confiada pelo povo de Minas Gerais e, sobretudo, que V. Exa. continue vivendo a vida pública nacional, pois as reservas de espírito público de V. Exa., tenho a certeza, não estão esgotadas e haverão de ser um substrato importantíssimo para o percurso que a Nação brasileira deve ainda percorrer. Felicidades, Senador Tancredo Neves.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Lenoir Vargas, não sei como agradecer a V. Exa. as suas palavras amigas, a não ser aproveitando a

oportunidade do seu aparte para tornar pública a minha eterna gratidão aos meus amigos de Santa Catarina, a cuja frente V. Exa. sempre esteve, pela colaboração que sempre me trouxeram, pelo apoio que sempre me deram nos instantes mais difíceis da minha vida pública.

*O Sr. Luiz Cavalcante* – Permite-me V. Exa. um aparte, eminente colega?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer.

*O Sr. Luiz Cavalcante* – Agora é o aparte de amigo e o aparte de Alagoas. O primeiro vulto nacional citado por V. Exa., neste seu discurso de hoje, foi o do seu conterrâneo Milton Campos, aquele que desmente a assertiva de Hermes Lima de que política é atividade de pecador, porque Milton Campos bem podia ser o São Milton Campos, padroeiro dos políticos. Mas, há uns oito anos, havia nesta Casa uma sala com o nome de Milton Campos e lá na parede a sua efígie e, sobre esta, uma inscrição de palavras que ele pronunciara ou escrevera tempos atrás. Era precisamente esta – se a memória não me falha: “A disputa do governo é um ato de fé, o exercício do governo é um duro sacrifício.” V. Exa., eminente Senador e Governador Tancredo Neves, fez do seu ato de fé inexcedível unção e obteve um magnífico êxito. Pois bem, este seu amigo e a minha pequenina Alagoas fazemos votos que, no exercício de governo, V. Exa. se conduza com a mesma unção e com a mesma felicidade. Muito obrigado.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre Senador Luiz Cavalcante, Alagoas só é pequena geograficamente falando, porque ela é grande pois possui brasileiros como V. Exa., com a sua dignidade, com a sua independência, a sua altivez cívica. E sabe V. Exa. o quanto este Senado se sente enriquecido quando conta com a sua presença. Valendo-se de um conceito de Milton Campos, V. Exa. me faz uma generosa advertência. Estarei atento a ela. Já pratiquei o ato de fé e não tenho nenhuma dúvida que vou começar a palmilhar, dentro em breve, o ato de sacrifício.

*O Sr. Gastão Müller* – Permite-me V. Exa. um aparte?

TANCREDO NEVES – Concedo o aparte ao nobre Senador Gastão Müller.

*O Sr. Gastão Müller* – Senador Tancredo Neves, pelo que tenho observado, até agora, no discurso de V. Exa., pode-se deduzir, amanhã na imprensa, nos comentários, críticas e desacordos, mas há um ponto comum, pelo menos manifestado pelo líder da Maioria e por todos os

senadores que já usaram da palavra até o momento. Ninguém aceita a hipótese de que V. Exa. esteja encerrando a carreira, pelo menos a parlamentar. Nós não estamos dando a V. Exa. um adeus definitivo. Nós estamos, hoje, festejando a conquista do sacrifício de governar Minas Gerais com o espírito patriótico de V. Exa. – sacrifício no bom sentido, lógico. Mas, temos certeza de que V. Exa. poderá voltar ao Senado da República, de modo que nós lhe diremos agora até breve. E temos certeza também de que o homem público, por definição, não comanda a si mesmo. Talvez o Brasil ainda vá precisar de V. Exa. em curtas missões, em outras funções e em outros cargos e encargos para abrilhantar o Brasil e Minas Gerais e para o orgulho de todos os seus amigos, entre os quais eu me coloco, com muito prazer. Espero que V. Exa. seja muito feliz no governo de Minas Gerais.

O SR. TANCREDO NEVES – Vejo que V. Exa. compartilha daquele preceito de que não se devem impor limites à infinita bondade de Deus. Invejo a fé de V. Exa. nos prodígios da ciência; oxalá ela me dê forças e energia para um dia poder voltar a esta Casa! Não custa nada alimentar esse sonho..

O Sr. Passos Porto – Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Pois não.

O Sr. Passos Porto – Senador Tancredo Neves, creio que V. Exa. está escrevendo, nesta tarde, sem qualquer figura de retórica, um dos maiores instantes do Senado. V. Exa., para mim, é o que disse Affonso Arinos sobre San Tiago Dantas: “Os mais velhos não viram alguém parecido e os mais novos não verão outro igual.” V. Exa. sintetiza, neste instante, aquela tradição brasileira do homem cordial, do homem sereno, do homem conciliador, do homem a que a Nação se acostumou sempre no seu cotidiano a confiar, porque ele traz consigo a história do homem comum brasileiro e que sempre procura por processos sucessórios, pela conciliação, pela prudência e pela paciência a solução dos problemas. V. Exa. ocupa, neste instante, na geografia política brasileira, uma posição estratégica, vai assumir o governo do Estado de Minas Gerais, um dos estados mais importantes da Federação, pelo seu território, pela sua vocação liberal, pela tradição de equilíbrio. Evidentemente que V. Exa. não vai mais encontrar a Minas Gerais a que V. Exa. aspirou no início da década de 1960, um estado agropastoril. V. Exa. vai comandar um dos estados mais poderosos da agricultura, da pecuária e da indústria



deste País. V. Exa. vai encontrar um novo Estado de Minas Gerais, feito ao longo destes anos através de vários governos patriotas como V. Exa., evidentemente que em instantes excepcionais da vida pública, da qual V. Exa. também participou, homens que deram tudo de si em benefício daquele estado, cujo governo V. Exa., para honra do povo mineiro e do povo brasileiro, haverá de ocupar pela votação livre e democrática do seu povo. Eu desejo, neste instante, me congratular com V. Exa. e com a Casa, com esta unanimidade de todos os representantes do País, o que prova que V. Exa., neste instante, é consagrado e leva de nós o estímulo para naquela posição estratégica da política ajudar a nossa Nação a sair dessas dificuldades, que eu sei circunstanciais e temporárias, e com seu espírito otimista, com sua crença permanente nos destinos do nosso País, ajudar a todos, do Presidente da República a todos nós, sair para grandes instantes, para o futuro definitivo de democracia e de progresso da nossa Pátria. Muito obrigado.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Passos Porto, a sua longa vida feita de honradez, sentimentos democráticos e idealismo é o maior elogio que podíamos fazer a V. Exa., e é levando em consideração o seu longo e digno passado que eu recebo as referências à minha pessoa como um título de mais alta deferência. Grato a sua generosa manifestação.

*O Sr. Affonso Camargo* – Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Pois não.

*O Sr. Affonso Camargo* – O Paraná também quer homenagear V. Exa. O Paraná que deve tanto aos mineiros, no seu progresso, na sua construção, na sua história. Aliás, Senador Tancredo Neves, acho incrível essa notória vocação política dos mineiros. V. Exa. ouviu hoje um senador mineiro por Mato Grosso do Sul. Há pouco tempo, eu lhe dei notícia disso, conversávamos, o chamado grupo de transição do governo José Richa, éramos seis e, num determinado momento, descobrimos que nos seis havia três mineiros. Então, o governo do Paraná já começa, nas suas preliminares, com os mineiros, em paridade com o resto dos brasileiros que moram no Paraná. São mineiros, no governo José Richa, o secretário de Planejamento, o secretário de Finanças e o secretário-chefe da Casa Civil. Veja V. Exa. que, realmente, o Paraná deve e continuará sempre devendo muito aos mineiros. Senador Tancredo Neves, a gente pode admirar as pessoas à distância, mas só conhece as pessoas convivendo. Este é exatamente o meu caso com relação a V. Exa. Eu já o admirava, convivi

com V. Exa. nestes últimos quatro anos, o conheci e o admiro ainda mais. V. Exa. consegue ser prudente sem nunca ser covarde, e consegue ser corajoso sem nunca ser imprudente. E foi isso que eu aprendi com V. Exa., inclusive o seu espírito democrático, não só falar em democracia, como ter um comportamento democrático. Nós participamos, quem sabe, e a História dirá isso, de uma das ações políticas do País que foi a formação do Partido Popular e depois a sua incorporação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, incorporação essa que fez com que o povo não se frustrasse, em muitos estados do País, e pudesse efetivamente eleger governadores de oposições. V. Exa. conhece essa aritmética e sabe que, se não fosse a incorporação do PP ao PMDB, talvez hoje estaríamos vivendo um processo de “mexicanização” partidária no Brasil. Por isso me congratulo comigo mesmo por ter tido a oportunidade de conviver com V. Exa. Sei que V. Exa. vai se dar por inteiro ao governo de Minas Gerais, mas tenho certeza de que o Brasil não o perderá, porque enquanto V. Exa. estiver cuidando da administração e do governo de Minas Gerais, V. Exa. estará sempre, pelo seu exemplo, pela sua palavra, pela sua sabedoria, cuidando também da construção da democracia no Brasil. Muito obrigado.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Affonso Camargo, V. Exa. traz no nome uma das mais belas tradições do seu estado, tradições que V. Exa. não tem feito mais que enriquecê-las, ampliá-las e fortalecê-las. Honro-me da sua amizade. Tivemos uma convivência diuturna em instantes decisivos para a história da democracia brasileira, nesses últimos anos. Refere-se V. Exa. ao episódio da incorporação. Foi, sem dúvida, uma decisão corajosa. A muitos pareceu temerária, mas a todos nós que dela participamos – e aqui está o Presidente Ulysses Guimarães que foi um dos fatores mais importantes desse acontecimento político –, nós sabemos que ela foi, sobretudo, uma decisão de consciência, uma decisão de compromisso para com a democracia brasileira. Honro-me, hoje, de ser amigo de V. Exa. É mais um vínculo entre mineiros e paranaenses. Paraná e Afonso Pena é uma mesma história. Mineiros no Paraná são uma rotina, chegamos mesmo, em Minas, a nos enciumar dessa atração que o Paraná exerce sobre os nossos coestaduanos. Mas pode V. Exa. estar certo de que esses coestaduanos que lá estão, e são milhares, ali estão dando todo o seu trabalho, todo o seu civismo e todo o seu devotamento ao engrandecimento do seu estado.

O Sr. Pedro Simon – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muito prazer, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – É com grande emoção, Senador Tancredo Neves, que participo desta sessão do Senado Federal. São tantos os aspectos da personalidade de V. Exa., elogiados com justa razão por todos os parlamentares aqui presentes, que difícil seria salientar qual o mais importante. Mas, gostaria como gaúcho, em primeiro lugar, de lembrar a tradicional amizade e a união entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais; e o carinho e o respeito que o Rio Grande do Sul tem por Minas Gerais, porque foi com Minas Gerais que fizemos a Revolução liberal de 1930. Mas, se admiramos Minas Gerais, nós do Rio Grande do Sul temos um carinho muito especial por V. Exa., porque os grandes vultos do Rio Grande do Sul que pelo voto chegaram à Presidência da República, Getúlio Vargas e João Goulart, tiveram nos momentos mais dramáticos e mais difíceis de suas existências a sua presença, a sua colaboração, a sua solidariedade. Ministro de Vargas, que honrou e dignificou o mandato, mas, principalmente, na hora dramática, quando muitos o abandonaram, foi V. Exa., foi praticamente em seus braços que o Presidente Vargas deu a última palavra a este País. E com o Presidente João Goulart, não só como seu primeiro-ministro, e como primeiro-ministro apresentando seu programa de governo, se o seu programa de reformas de bases fosse adotado à época, outra seria sem dúvida a situação que este País estaria vivendo. E, na hora difícil, na hora dramática foi exatamente V. Exa. que ao lado dele esteve. Não podemos nós do Rio Grande do Sul esquecer que, por fatalismo histórico, V. Exa. foi o brasileiro que falou no túmulo de Vargas e no túmulo de João Goulart, no último momento das suas despedidas. Por isto, como gaúcho trago com grande emoção o afeto, o carinho, a admiração do Rio Grande do Sul pelo nome de V. Exa. Tenho certeza de que o pronunciamento que V. Exa. fez aqui é da maior importância e do maior significado, exatamente pelos elogios, pelo respeito e pela solidariedade que V. Exa. está recebendo de todo o Senado. E haveremos, passado o momento alegre e triste, triste pela despedida, alegre por vossa ascensão ao governo de Minas Gerais, haveremos de reler o discurso de V. Exa., haveremos de meditar com profundidade o seu conteúdo, a sua aula, no sentido do problema sério que atravessa essa Nação, das dificuldades que temos no campo econômico, social e institucional, e da impor-

tância de buscarmos soluções concretas, democráticas, que venham do povo, para que possamos encontrar as devidas soluções. Tenho certeza de que nessa luta que temos pela frente, importante, importantíssimo será o papel de V. Exa. Vossa Excelência, que foi um homem de coragem, um homem de bravura nas grandes decisões, haverá de estar presente. E se foi Minas que fechou as portas do processo político em 1964, tenho certeza de que, com V. Exa. à frente do governo de Minas Gerais, ali haverá de nascer as luzes para a abertura democrática que o Brasil está a necessitar.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Pedro Simon, as palavras de V. Exa. muito me desvanecem. A política é destino, escreveu Napoleão. E o destino me aproximou muito do Rio Grande do Sul, o destino me vinculou muito aos homens do seu estado; pude participar, na intimidade dos últimos anos de sua vida, do maior de todos os gaúchos e brasileiros deste século, Getúlio Vargas. Conheci de perto Osvaldo Aranha, que tinha para comigo um acatamento singular, convivi com Batista Lusardo que sempre abriu, de par em par, as portas de seu coração para receber-me. Hoje, eu continuo esta amizade na pessoa de V. Exa., pois que ela já vinha revigorando através de João Goulart, cuja memória eu cultuo com o mais vivo dos meus sentimentos. Partilhei com ele, com honra e dignidade, do seu destino político, e como me alegra constatar, na medida em que os fatos vão sendo decantados, reconhecido e vê-lo acatado numa manifestação de apreço que lhe vota hoje toda a Nação.

Grato às palavras de V. Exa., guardarei seu aparte como uma das mais altas manifestações de consagração pública que eu podia esperar na minha vida de homem público. E não esquecerei nunca que Minas e Rio Grande do Sul, hoje mais do que nunca, têm de estar unidos pelo Brasil e pelo seu engrandecimento.

O Sr. Marco Maciel – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muito prazer, nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel – Senador Tancredo Neves, é com muita alegria que nós estamos a ouvi-lo nesta tarde e quero juntar também a minha palavra, e posso dizer, assim por delegação dos eminentes colegas, a palavra de Pernambuco, no momento em que V. Exa. se apresenta para deixar o Senado da República e assumir e exercer as funções de governador do glorioso Estado de Minas Gerais. Posso dizer que, ao longo

das nossas vidas públicas, diferente tem sido a nossa trajetória, mas nós não podemos deixar de afirmar que vemos em V. Exa. o homem público a quem não faltam todas as qualidades para bem dirigir o seu estado. V. Exa., podemos dizer, é homem que vê a política como ciência, arte, virtude do bem comum. Por isso, quero trazer neste instante, em meu nome pessoal e em nome também da bancada de Pernambuco, os votos de pleno êxito a V. Exa. no exercício das nobres, mas difíceis, funções de governador de estado.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Marco Maciel, V. Exa. traz para esta Casa as enormes responsabilidades de Pernambuco. Pernambuco do Marquês de Olinda, Pernambuco de Rosa e Silva, Pernambuco de Agamenon de Magalhães. Essa tradição hoje se encontra em V. Exa. e ela se sintoniza, perfeitamente, com os seus sentimentos, com a sua inteligência e a sua inteireza verbal.

Pernambuco está hoje, como sempre esteve, de pé pelo Brasil, é esse Pernambuco a quem tanto deve a Nação que aqui está, pela palavra de V. Exa., a trazer-me um testemunho que muito me enaltece.

Grato ao nobre senador.

O Sr. José Lins – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

O Sr. José Lins – Nobre Senador Tancredo Neves, a vitória de V. Exa. não foi uma derrota do PSD em Minas Gerais, foi a vitória da democracia, que tem sido o ideal da vida de V. Exa. Ouço, como quem escuta uma aula, o discurso que V. Exa. pronuncia. Sem mágoas e sem rancores, V. Exa. apontando dificuldades, mas sempre a mancheias, espargindo esperanças, que é o que brota sempre do coração de V. Exa., quando pensa neste País tão grande e tão querido. Quando V. Exa. fazia desfilar, diante da minha imaginação, arrancando-as da história as extraordinárias figuras que ocuparam esta Casa através dos tempos, eu me aconchegava aqui, nesta cadeira, para não toldar o quadro com a minha modesta presença.

O Sr. Aloysio Chaves – Não apoiado!

O Sr. José Lins – V. Exa. agora se afasta para assumir o governo do seu estado e, quando sua figura caminha ao longo da estrada ao encontro do seu povo, eu não posso deixar de sentir, Senador Tancredo Neves, que V. Exa. está entre aquelas figuras que rememorou, completando a galeria com realce. V. Exa. vai governar o seu estado, um estado onde,

no dizer do poeta, o povo dispõe de 70% de ferro nas calçadas e 90% de ferro na vocação libertária. É bom que V. Exa. vá. Do alto dos cerros esverdeados de Minas Gerais, a voz de V. Exa., ponderada e pacificadora, será melhor ouvida. Do alto daquelas montanhas melhor se esbaterá, sobre o fundo dos céus deste País, a figura extraordinária do brasileiro, a figura extraordinária do estadista que V. Exa. foi, é e será.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador José Lins, V. Exa. hoje abusou do direito de ser bondoso para com o seu colega. As suas expressões muito me cativaram. Possa eu – e dirijo a Deus um apelo fervoroso neste sentido – possa eu – repito – corresponder a esses vaticínios, a esses conceitos que valem para mim como um testemunho de que não foi inútil a minha apagada vida pública.

*O Sr. João Calmon* – Permita-me um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com prazer, nobre senador.

*O Sr. João Calmon* – Senador Tancredo Neves, um rio de águas tranquilas, o rio Doce, une os nossos estados, o de Minas Gerais e o do Espírito Santo. Temos tantas afinidades com Minas Gerais que elegemos, nos últimos oito anos, dois mineiros para governarem a terra capixaba. Em nome do Espírito Santo, como única voz capixaba presente no dia de hoje a este plenário, desejo recordar que, recentemente, tive o privilégio de assistir à solenidade de posse de V. Exa. na Academia Mineira de Letras. Naquela oportunidade, o escritor Affonso Arinos proferiu um discurso antológico, analisando a mineiridade, o mineirismo e a mineirice. Hoje, nesta tarde ecumênica de confraternização suprapartidária, desejo exaltar a beleza da mineiridade e não da mineirice. V. Exa. deu uma nova demonstração dessa esplêndida mineiridade, ao declarar que se despede hoje do Poder Legislativo. Graças a Deus, V. Exa. não afirmou que se despedirá do Poder Executivo, depois de cumprir o seu mandato de governador de Minas Gerais. Dentro de mais três anos o Brasil iniciará uma nova etapa de sua vida democrática. Foi um presidente militar, o general Ernesto Geisel, que iniciou o processo de abertura democrática em nosso País. Agora, o Presidente, também general, João Figueiredo, prossegue nessa mesma linha, da mão estendida, pregando a necessidade da trégua. Outro ministro militar, brigadeiro Délio Jardim de Matos, levanta outra bandeira, defendendo a tese de que um civil deve ser o sucessor do Presidente João Figueiredo. Eu aproveito a oportunidade para destacar que não basta que se fale no Brasil,

hoje, apenas em abertura democrática, em mão estendida, em trégua. Devemos ter a coragem de passar a defender abertamente a tese da rotatividade nos comandos, que é uma tese introduzida nas nossas gloriosas Forças Armadas pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, quando decidiu que nenhum general pode ocupar esse posto por mais de 12 anos e que nenhum general-de-exército com quatro estrelas pode continuar na ativa, por mais de 4 anos.

Outro militar eminente, um herói da Guerra da Itália, um líder da Revolução de 1964, o marechal Cordeiro de Farias, nas suas memórias, infelizmente lidas por poucos brasileiros, defendeu a tese de que chegou a hora da transferência do poder aos civis, já que, segundo o marechal Cordeiro de Farias, não é possível que o presidente deste País continue a ser escolhido apenas entre os poucos brasileiros que integram o Alto Comando do Exército, ou entre um reduzido grupo de generais de quatro estrelas.

Não poderia deixar passar esta oportunidade, em que nos congratulamos, nesta bela demonstração suprapartidária e ecumênica, para levantar essa tese e pedir a Deus que, realmente, Tancredo Neves não considere encerrada sua fulgurante carreira política na área do Poder Executivo de sua terra.

Ele preenche todas as condições para vir a ilustrar a tese da rotatividade dos comandos, também no Poder Executivo federal, já que há quase vinte anos o Brasil tem sido governado somente por presidentes militares que realizaram uma obra notável, embora tivessem cometido erros, porque pertencem, como todos nós, à miserável condição humana.

Chegou a hora de defendermos a tese da rotatividade nos comandos, não apenas na área municipal, como já ocorreu no pleito de 15 de novembro, não apenas na área estadual, como aconteceu em Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná e em outros sete estados da Federação, mas também na área mais alta do Poder Executivo federal. Muito obrigado.

O SR. TANCREDO NEVES – Nobre coestaduano do Espírito Santo, muito de propósito, friso a expressão coestaduano, porque, em verdade, Minas Gerais e Espírito Santo, no seu espírito, constituem uma mesma comunidade. Nós mineiros nunca nos sentimos estranhos em terras capixabas, como os espírito-santenses, estou certo, jamais se sentem deslocados dentro do território de Minas Gerais. É uma honra para mim ouvir

as referências de V. Exa., a afirmação de seus princípios democráticos, a rotatividade dos partidos no poder, porém, mais do que isso, a advertência partida de V. Exa., que tem uma ressonância muito especial, que é hora de encerrar-se o ciclo atual, para que esta Nação volte novamente a recuperar sua hegemonia civil, que é uma das características do regime democrático em todos os povos civilizados.

Grato a V. Exa. pelo seu aparte.

*O Sr. Hélio Gueiros* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer.

*O Sr. Hélio Gueiros* – Senador Tancredo Neves, para lamento meu, mantenho a interrupção do precioso e famoso discurso de V. Exa., para falar, não como um antigo amigo e companheiro de V. Exa., o que para mim seria um prazer e uma honra, mas para falar em nome de um recém-chegado a esta Casa, como representante do bravo povo do Pará. Talvez essa circunstância me dê um pouco de autoridade e de oportunidade para me intrometer na bela peça oratória de V. Exa., porque, tratando-se de alguém sem grandes vinculações pessoais com V. Exa., o meu testemunho sobre a bravura, a fidelidade democrática, a compreensão, o bom-senso e a prudência de V. Exa., talvez tenha alguma significação. Aprendi a admirar V. Exa. nos tempos, recordados aqui, do governo Getúlio Vargas, especialmente naqueles lances dramáticos e trágicos que terminaram com o suicídio do grande brasileiro. E desde aquele tempo, ainda jovem, comecei a admirar V. Exa., e essa admiração, quero repetir, dizer e frisar bem a V. Exa., não é uma admiração isolada, mas é a admiração de todo o povo do Pará, que me colocou aqui, nesta Casa, para testemunhar seus sentimentos, suas aspirações e seus desejos. Para mim, que comecei a admirar V. Exa. há tantos anos, chegar agora e verificar que, apesar de todos os problemas, obstáculos, dificuldades, dramas, tragédias, acontecidos na vida pública do Brasil, verificar que V. Exa. se mantém o mesmo, o mesmo Tancredo Neves dos tempos difíceis de outrora, é para mim uma lição e um exemplo, tanto mais quanto estou verificando que V. Exa., para manter essa lealdade e fidelidade aos seus princípios, sofre problemas e incompreensões da parte, até, de dedicados correligionários nossos que, talvez, sejam um pouco apressados e precipitados na ânsia de democratizar imediatamente o Brasil. Eu não poderia, eminente Senador Tancredo Neves, deixar de manifestar aqui a palavra do povo do Pará,



de gratidão, de apreço, de respeito e de veneração a V. Exa. E já que outros oradores aqui mencionaram circunstâncias geográficas ou interessantes a respeito da ligação entre os seus estados e o grande Estado de Minas Gerais, quero dizer que o nosso longínquo Pará dispõe, hoje, de um progressista município chamado Paragominas, que representa o encontro de paraenses, de goianos e mineiros, todos trabalhando pela grandeza e progresso da região amazônica. Eu lamento, eminente Senador Tancredo Neves, que, na hora do meu ingresso a esta Casa, V. Exa. esteja saindo daqui. Mas espero também que V. Exa., noutra tribuna e noutras mesas, continue a dar ao Pará e ao Brasil a mesma lição de patriotismo, compreensão, prudência e sabedoria, porque só através desse espírito de compreensão, de boa vontade, de transigência recíproca é que poderemos sair da situação em que nos encontramos. Deus guarde V. Exa. como tem guardado até agora.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Hélio Gueiros, as palavras de V. Exa. me sensibilizam sobremodo. Primeiro, porque é a palavra do Pará, diante da qual todos nós brasileiros nos curvamos genuflexos, porque o Pará foi sempre um dos pólos mais cintilantes da cultura brasileira; em segundo lugar, porque vem através de V. Exa., de quem eu, em pouco tempo de convívio nesta Casa, já pude aquilatar a cultura, a dignidade, a bravura cívica, por isso já estou prevendo para V. Exa., nesta Casa Alta do Congresso Nacional, uma atuação das mais fecundas, das mais cintilantes e das mais proveitosas para todo o estado de V. Exa. e para o Brasil. Muito obrigado a V. Exa.

*O Sr. Roberto Saturnino* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra, nobre senador.

*O Sr. Roberto Saturnino* – Nobre senador, aflito estava eu há poucos minutos, preso por um compromisso inadiável, com receio de não chegar a tempo de inserir, muito mais para meu proveito e enriquecimento da minha vida parlamentar do que da de V. Exa., de inserir meu aparte no brilhante discurso de V. Exa. Nobre senador, quero expressar, em poucas palavras, esta admiração que herdei de meu pai, admiração que só fez crescer exponencialmente com o convívio, com a observação dos passos, dos conselhos e da atuação de V. Exa. Vossa Excelência é o homem político, o homem público do Brasil, hoje, que teria tudo para ser um homem realizado, por tudo que já foi e já fez neste País. Entretanto, tem ainda, sobre seus ombros, uma das responsabilidades mais pesadas

entre todos os brasileiros, porque a expectativa de toda esta Nação é de que V. Exa. tem ainda a realizar uma missão histórica e política que excede, e excede de muito, a tarefa gloriosa de governar, e de muito bem governar, o Estado de Minas Gerais. Muitas coisas importantes estão por acontecer neste País, em prazo muito breve, Senador Tancredo Neves. Todos nós sentimos isso. E sabemos também que nada, nenhuma dessas coisas importantes acontecerá sem a presença, sem o conselho, sem a atuação de Tancredo Neves, esse grande líder, a quem quero desejar aqui todo o êxito, toda a felicidade, contando com a sua lucidez, para iluminar os caminhos difíceis que temos pela frente.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. feriu a fibra sensível do meu coração ao invocar os vínculos de amizade que me prendiam ao seu progenitor, aquele grande Saturnino Braga, o pioneiro das nossas técnicas rodoviárias, aquele que primeiro teve a concepção ampla do que significavam as rodovias para o progresso de nosso País. Antes de conhecê-lo, só pelo nome passei a estimá-lo e admirá-lo, mas sinto-me muito feliz e espero que, onde se encontre o velho Saturnino Braga, ele esteja orgulhoso, sentindo, nesses momentos em que V. Exa. voltou a vida pública como deputado e como senador, a grande alegria, a grande satisfação de haver deixado no Brasil quem melhor o possa representar. Grato às palavras amáveis de V. Exa.

O Sr. Milton Cabral – Nobre Senador Tancredo Neves, me permita um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com muita honra.

O Sr. Milton Cabral – Neste momento inesquecível na vida do Senado Federal, a Paraíba, por razões históricas e políticas, não poderia deixar de estar presente, neste consenso, nas manifestações de apreço, de admiração e reconhecimento às excelsas qualidades do notável brasileiro que é V. Exa.; qualidades que V. Exa. exhibe com tanta exuberância. Recolho do brilhante discurso de V. Exa. vários ensinamentos sábios e ricos de experiência que V. Exa. acumulou ao longo de sua brilhante carreira e de sucessos na atividade política. Mas um deles V. Exa. soube muito bem situar: não basta a crítica, as explicações das causas da grave crise econômica em que o Brasil se debate, é preciso o diálogo de todas as forças políticas para encontrar as soluções. Mais do que nunca o Brasil deseja soluções para os sérios e graves problemas. Além da trégua pregada pelo Presidente João Figueiredo, entendo, nobre Senador

Tancredo Neves, que o Brasil precisa de uma conciliação no mais alto nível e com as mais nobres intenções, para que possamos, de uma vez por todas, afastar os obstáculos que se antepõem ao progresso da Nação brasileira. Acima dos interesses partidários, acima das conveniências políticas está o destino do Brasil. E é com homens da estirpe moral e política de V. Exa. que poderão ser formuladas as grandes soluções. V. Exa. que muito nos merece, que muito é admirado e querido pelo povo da Paraíba e, particularmente, lembro aqui a amizade do velho Severino Cabral e Drault Ernâni, meus familiares, que sempre consideraram V. Exa. um grande amigo. E neste memorável instante desejo tão somente que o seu governo seja rico em realizações e que o povo mineiro, ao término do seu mandato, comemore a sua administração como uma das mais frutíferas, das mais benéficas. Por seu talento e pela sua competência política e administrativa, V. Exa. orgulha o Brasil.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Milton Cabral, V. Exa. é suspeito para proferir as palavras que acaba de enunciar. São antigos os laços de amizade que nos prendem, vêm desde o seu progenitor e outra coisa não temos feito no curso de nossas existências senão consolidar e fortalecer esses vínculos de amizade.

Não posso e não devo aceitar a responsabilidade que V. Exa., generosamente, coloca sobre meus ombros. A solução dos grandes problemas nacionais é uma obra de todos nós, é uma obra em que devem participar todos os brasileiros, porque para a realização dos nossos objetivos permanentes há lugar para todos aqueles combatentes que, com lealdade e boa-fé, queiram trazer a sua contribuição para que o Brasil possa realizar, em toda a sua plenitude, os seus objetivos históricos.

Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. *Benedito Canellas* – Senador Tancredo Neves, V. Exa. me permite um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com a maior honra, nobre Senador *Benedito Canellas*.

O Sr. *Benedito Canellas* – Senador Tancredo Neves, ainda mocinho, aprendi a admirar o grande líder nacional que foi V. Exa. Uma das maiores honras de minha vida foi conviver, como seu colega, quatro anos na Câmara dos Deputados e, depois, quatro anos no Senado Federal. Pelo muito que aprendi, pela amizade, pelos conselhos e pelas palavras, só posso dizer a V. Exa.: Deus lhe pague pelos ensinamentos que recebi. No

governo de Minas Gerais peço a Deus que V. Exa. tenha a mesma sorte, o mesmo êxito do grande brasileiro que foi Juscelino Kubitschek, e em sua vida política que V. Exa. tenha o mesmo sucesso do grande líder brasileiro que foi Juscelino Kubitschek.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Benedito Canellas, V. Exa. me deixa realmente aturdido diante da generosidade de suas palavras. Continue com o mesmo ânimo, a mesma determinação, a mesma coragem, a mesma bravura, a servir o seu estado, porque é a melhor maneira de servir ao Brasil. Muito obrigado.

*O Sr. Martins Filho* – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer.

*O Sr. Martins Filho* – Ilustre Senador Tancredo Neves, V. Exa. fez escola neste País como símbolo de ponderação e de bom-senso político, mercê de uma vida dedicada à causa pública com indiscutível competência. Quando V. Exa. deixa nosso convívio para assumir as altas funções de primeiro mandatário das Minas Gerais, essa pedra de toque da história da Pátria, quero testemunhar-lhe, além de minha estima pessoal, a admiração que nós, seus colegas, nutrimos por V. Exa. como exemplo em que se constituiu de pacificador da vida política, de incansável na busca do caminho evangélico para solucionar as crises que nos arrostam. Obrigado por seu trabalho e por seu exemplo, Senador Tancredo Neves. Devemos muito a V. Exa. pela democracia brasileira que aspiramos a conquistar.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador Martins Filho, levarei na minha gratidão as palavras de V. Exa., elas, em verdade, muito me desvanecem e muito me enaltecem. Não esquecerei nunca deste momento em que as ouço, porque sei do valor moral que V. Exa. representa na política brasileira.

*O Sr. Marcondes Gadelha* – Permite-me um aparte, senador?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer.

*O Sr. Marcondes Gadelha* – Eminentíssimo Senador Tancredo Neves, quero também congratular-me por este discurso, já histórico, com que V. Exa. brinda a Casa na tarde de hoje. O Senado Federal há de sentir muita falta do parlamentar brilhante, do formulador exemplar, da capacidade de liderança e do cavalheirismo com que V. Exa. se tem havido em suas lides congressuais. Minas Gerais ganha um administrador com visão universalista que, agora, consagrado e fortalecido nas urnas,

dará, certamente, pleno curso ao talento extraordinário que Deus lhe deu. Em ambas as circunstâncias, V. Exa. terá sido testemunha, agente e fiel depositário da enorme transformação política por que passa este País neste momento. E eu não poderia esperar, Senador Tancredo Neves, do governador de Minas Gerais, palavras outras, neste momento, que não estas de inspiração e de otimismo num momento de profundo desalento por que passa a nacionalidade. Percebeu V. Exa., com a argúcia, com a perspicácia, com a acuidade que lhe são peculiares, que a abertura política é também um valor econômico em si, pela renovação profunda que promove nos quadros administrativos deste País. Sabe V. Exa. que a importância de uma Nação não depende, necessariamente, do seu estoque de capital em dado momento, mas da qualidade de seus recursos humanos, das suas lideranças, e da aptidão geral da sua população para aspirar e construir. Veja V. Exa. que, daqui a pouco, 22 outros colegas seus tomarão posse nos governos estaduais. Ontem foram 4 mil prefeitos, 70% dos quais com menos de trinta anos de idade, centenas de deputados, milhares de vereadores, tudo isso significando um novo alento, um Congresso renovado, inclusive com maioria de Oposição em uma de suas Casas, tudo isto significa, Senador Tancredo Neves, que nós estamos num momento de liberação da inteligência nacional, e que a criatividade deste País está solta. O que precisamos é de lideranças com essa visão larga de V. Exa., capaz de congregar essas forças, capaz de somar as virtualidades deste País para a superação da crise econômica. Sabe V. Exa. muito bem que a superação do autoritarismo foi obra de consenso nacional; a superação da crise econômica também há de se processar da mesma maneira. Meus parabéns a V. Exa., porque, enquanto houver lideranças da envergadura, da representatividade e da estatura de V. Exa., falando esta linguagem, convocando a Nação à concórdia, ao entendimento no rumo do progresso, as nossas esperanças não haverão de sucumbir.

O SR. TANCREDO NEVES – Agradeço o testemunho de V. Exa. Ele, realmente, vem enriquecer a nossa modesta biografia. É o testemunho de uma inteligência moça, de um homem preocupado com o destino nacional, de um homem atormentado com os problemas do nosso povo.

Imensamente grato a V. Exa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, continuando no nosso discurso, afirmo:

Se a ação do radicalismo ideológico é desagregante, a do radicalismo partidário, levada ao extremo, é infecunda e esterilizante. Impede as reformas, paralisa a administração pública, gera o facciosismo do governo e leva as oposições aos protestos do sectarismo, ditados pela lesão dos seus direitos e pelo desrespeito às suas prerrogativas.

A Nação na fase atual de sua evolução não comporta nem lutas partidárias acirradas, nem luta de classes exacerbada. Havemos de encontrar, com urgência, o caminho do entendimento, se não em torno dos problemas menores do nosso povo, certamente em torno dos graves e complexos problemas de nossa ordem institucional e econômico-financeira.

Debatamos esses problemas com elevação e patriotismo, retiremos dos gabinetes fechados da autossuficiência tecnocrata, vamos expô-los ao sol da praça, através de estudos e amplas discussões nas duas Casas do Congresso, em que os erros sejam apontados, as falhas corrigidas, fixadas novas diretrizes e adotados novos rumos para o destino do País.

A perplexidade que aí está pode nos conduzir à estagnação, o pior dos flagelos a atingir um povo que precisa, anualmente, de criar no mínimo 1 milhão e 500 mil empregos para assegurar a sua estabilidade social.

União nacional, diálogo, entendimento, conciliação, trégua são nomes de um estado de espírito que está se formando na comunidade nacional ávida de segurança, temerosa em face dos acontecimentos, aflita e angustiada na ausência de perspectivas ensolaradas.

O Brasil dos nossos dias não admite nem o exclusivismo do governo nem o da Oposição. Governo e Oposição, acima dos seus objetivos políticos, têm deveres inalienáveis com o nosso povo. Mantenha-se cada um inquebrantavelmente fiel aos seus programas e compromissos. Não há por que arriar bandeiras ou renunciar princípios, porque seria uma inqualificável traição, mas que se encontre um terreno limpo e nobre onde todos possamos nos encontrar emancipados de preconceitos e libertos de idiosincrasias para a obra comum do engrandecimento nacional.

No passado, em horas menos graves, com Paraná no Império, com marechal Dutra na República, com o Gabinete que presidimos ainda

recentemente, foi possível a convergência de todos os esforços para controlar as crises que colocaram em risco as instituições.

Não será agora, com a Pátria sacudida pelo vendaval de uma crise de proporções oceânicas, que haveremos de assistir ao seu soçobrar, inibido de qualquer iniciativa, porque, confessemos-lo sinceramente, está nos faltando grandeza nas decisões e coragem nas iniciativas.

Vamos nos valer ainda uma vez da palavra sempre ilustre de Affonso Arinos, que nos traça um roteiro preciso nessa sombria encruzilhada em que nos encontramos. Ouçamos o mestre:

Parece cada vez mais evidente que o caminho da recuperação brasileira é o da composição, nunca o da confrontação, o livremente consensual e não o autoritarismo impositivo, o jurídico e não o tecnocrático.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com que profundo pesar encerro hoje a minha obscura vida de parlamentar.

*O Sr. José Sarney* – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. TANCREDO NEVES – Com o maior prazer.

*O Sr. José Sarney* – Senador Tancredo Neves, não vou apartear V. Exa. como presidente do Partido Democrático Social. Em nome do meu partido fala, neste plenário, o nosso líder Senador Aloysio Chaves, e S. Exa. já o fez. Quero apartear-lo, em primeiro lugar, como antigo companheiro de V. Exa. e, posso dizer, amigo de V. Exa. fui sempre, nesta Casa e ao longo da minha vida pública, um político que nunca achou excludente a palavra amigo da palavra adversário. Poucos homens, neste País, podem testemunhar o quanto é difícil a arte e a ciência de governar, quanto V. Exa. pode testemunhar o quanto os governos são injustiçados. V. Exa. pode testemunhar o quanto é difícil a tomada de decisões. Esse testemunho de V. Exa. é um testemunho feito pela vida. Se eu tivesse de escolher, na rica participação de V. Exa. na vida pública deste País, um instante indelével, que fixasse V. Exa. como um grande homem público, eu não escolheria este instante da vitória, em que V. Exa. recebe, com as luzes e as palavras amáveis e carinhosas da Casa, a consagração de sua vida pública, eu escolheria um momento de derrota. Seria, certamente, aquela imagem que guardo de V. Exa., aquela figura que era quase uma

sombra, ao lado do caixão de Getúlio Vargas, aquele momento que José Américo chamou “um ocaso de sangue”. V. Exa. também testemunhou episódios os mais dramáticos da vida pública brasileira e é, certamente, essa experiência, essa vivência que faz de V. Exa. a aliança do homem ameno ao político conciliador. E, no momento em que V. Exa. fala nesta Casa e neste instante, em conciliação, em trégua, em entendimento, para nós a exortação de V. Exa. calha profundamente, sobretudo porque nós temos, desde o início da nossa caminhada, a palavra do Presidente Figueiredo, estendendo as suas mãos, numa abertura permanente a esse entendimento do reencontro da Nação, para que ela não possa jamais ser dividida entre o bem e o mal, os que são condenados à salvação e os que são condenados à perdição. E se nós pudéssemos, além das palavras, dizer que o Presidente praticou o maior gesto de conciliação, diríamos que foram as eleições realizadas no ano passado, porque através delas foi possível estabelecer-se esse diálogo, não só entre os políticos, mas entre os políticos e o povo, construindo e abrindo uma nova etapa da vida política brasileira. Assim, tenha V. Exa. a certeza, de nossa parte, que estamos prontos para transformar a palavra trégua, não numa simples palavra, porque a trégua pressupõe o quê? Uma cessação de hostilidades. Para quê? Para encontrar o entendimento ou para recolher mortos. No nosso caso, graças a Deus, não é o segundo, mas é o primeiro. Estamos no momento de não abandonar as nossas posições, como faz V. Exa. com a veemência com que tem feito e com a veemência que nós fazemos. Mas, há um terreno, que é o terreno comum do interesse público que, neste instante, o Brasil está exigindo de todos nós. O povo brasileiro, nas eleições, foi sábio quando recusou o caminho da radicalização, e escolheu homens como V. Exa. para comandar grandes estados da Federação. É essa vontade do povo brasileiro, que está presente hoje e que deve estar presente na nossa atuação política. E posso dizer a V. Exa. que não é outro o sentimento do Presidente Figueiredo, de poder terminar o seu mandato, vendo a Nação reencontrada, reconciliada. Mas, para isso, é necessário que aqueles apelos de V. Exa. sejam dos que nunca tenham uma mão única, como tem feito V. Exa., e sim válido para os dois lados. Ouvimos a parte de V. Exa., lembrando Minas em 1964, numa condenação àqueles anos, com um resquício de ressentimento. Muitos companheiros nossos de 1964 acompanharam V. Exa. para levá-lo ao governo. E, em Minas, eles lutaram, naquele tempo, com o mesmo idealismo com que



hoje lutam ao lado de V. Exa. Assim encontrados, reconciliados, nós todos podemos prosseguir essa segunda etapa do aperfeiçoamento democrático, de que o Presidente falou na sua mensagem. Por isso, o discurso de V. Exa. será, menos o discurso de despedida, mais um discurso político e, sem dúvida, um marco importante, hoje, no debate político brasileiro. E quero dizer a V. Exa. que – não ia terminar este aparte com essa conotação se não fossem as palavras de V. Exa. – o meu desejo era chegar neste plenário e lembrar a V. Exa. a longa convivência. Talvez seja eu um dos poucos e dos mais raros companheiros que testemunharam e participaram com V. Exa. desses episódios desde o Palácio Tiradentes. E é essa longa convivência, essa longa amizade que me faz desejar êxito ao governo de Minas Gerais. Governo para V. Exa. não tem segredo, porque governo tem sido o barro do seu trabalho ao longo de sua vida pública.

O SR. TANCREDO NEVES – Senador José Sarney, a nossa vida pública tem se conduzido sob dois signos: o do amigo e o do adversário. Nunca nos foi possível cruzar os nossos caminhos, sempre estivemos em linhas paralelas, lutando, cada um de nós, pelo que, no nosso entendimento, nos parecia mais acertado.

V. Exa. advoga com entusiasmo a tese da conciliação e da trégua, mas permita V. Exa. que lhe pondere que a responsabilidade maior no desarmamento dos espíritos, a responsabilidade maior para a compreensão entre todos os brasileiros deve partir justamente do governo e do seu partido. E, infelizmente, no curso desses anos, isso não tem acontecido. É lamentável registrar que a Oposição brasileira nunca foi tratada com a dignidade a que ela tem direito, e nunca foi considerada pelo governo como uma força das mais atuantes e das mais importantes na reconstrução nacional.

Fico muito contente de ver que V. Exa. a esta hora já nos faz, a nós da Oposição, essa justiça de achar que somos interlocutores dignos para que juntos possamos, realmente, soerguer esta Nação da situação deplorável a que ela foi conduzida por lastimáveis acontecimentos com os quais, mercê de Deus, a Oposição nada tem que ver.

*O Sr. José Sarney – V. Exa. permite, nobre senador?*

O SR. TANCREDO NEVES – Vamos caminhar juntos, sem a preocupação de acerto de contas, mas com a preocupação de responsabilidades recíprocas. Realmente, a hora é extremamente grave, o que

o povo brasileiro espera, de governo e Oposição, é que estejamos à altura das graves responsabilidades históricas que incidem sobre os nossos ombros.

*O Sr. José Sarney* – V. Exa. permite?

O SR. TANCREDO NEVES – Com prazer.

*O Sr. José Sarney* – Senador Tancredo Neves, não desejaria, de maneira alguma, transformar o discurso de V. Exa. num discurso de controvérsia. Mas, acho que V. Exa., no momento em que prega justamente o desarmamento dos espíritos, faz uma injustiça ao afirmar que jamais tivemos esse tratamento de respeito em relação à Oposição. Basta ver a tamanha injustiça de V. Exa. Vossa Excelência recebeu, de quase a totalidade de nossa bancada, mensagens de apreço, de reconhecimento e de homenagens. Então, jamais V. Exa. pode nos acusar de não ter essa predisposição para o entendimento. O Presidente Figueiredo começou o seu governo com as mãos estendidas e um gesto de conciliação, como eu disse e devo repetir, maior do que ele podia praticar. Sua Excelência praticou, praticou na anistia, na sua obstinação pelas eleições diretas, na sua participação e no seu empenho pessoal em favor da abertura política deste País. Essa justiça V. Exa. não pode negar ao Presidente, e V. Exa. o tem dito. V. Exa. não pode deixar de fazer essa afirmação hoje, quando prega o desarmamento dos espíritos. V. Exa. vai para o governo de Minas Gerais, mas vai sabendo que a sua tarefa em favor das instituições está facilitada, porque ela foi aberta pelo patriotismo, pela decisão do Presidente João Figueiredo.

O SR. TANCREDO NEVES – V. Exa. me perdoe, mas não coube a mim imprimir conotação político-partidária ao meu discurso. Foi V. Exa. que, num aparte candente, fez a apologia da concórdia, da conciliação nacional, e deixou muito claro, nas suas palavras, que era o partido de Oposição que estava criando dificuldades. Precisamos nos encontrar, em terreno comum, para dar ao País melhores dias e, ao seu povo, horas de mais segurança, paz e felicidade.

Mas não desejo, de maneira nenhuma – e V. Exa. vai-me permitir não entrar –, neste momento e nesta hora em que sou alvo de considerações especiais de todos os meus pares, correligionários e adversários, descer o meu discurso para um debate que, sem dúvida, terá outra oportunidade, em outras sessões deste Senado, travado por V. Exa. com

parlamentares mais habilitados, mais competentes do que eu para focalizar o assunto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com que pesar encerro, hoje, a minha obscura vida parlamentar.

A emoção me comprime o coração; só não o estraçalha, porque levo comigo a certeza de que aqui, nesta Casa, em ambas as bancadas, na do governo e na da Oposição, ficam valorosos legionários da liberdade, que não permitirão, enquanto forças tiverem, que jamais se apague do altar da Pátria a lâmpada votiva da democracia.

Sem ela, a vida se torna vil, os homens se corrompem na subserviência ou na violência, e a Pátria escravizada perde o senso de sua própria dignidade.

A nossa geração viveu e assistiu de perto o que é o liberticídio. Que aquela época sinistra seja proscrita e para sempre da nossa história.

Aos que ficam, as homenagens do nosso respeito e admiração. Aos que aqui estiveram e não mais se encontram, cujo convívio tive a honra de participar, na impossibilidade de tributar a todos o preito de minha veneração, eu os saúdo na pessoa de três grandes colegas, que ampliaram e iluminaram os parâmetros desta Casa veneranda.

Do lado do governo, eu invoco Jarbas Passarinho, bravo, culto e idealista. Nele, o governo, nos anos em que aqui estive, encontrou o mais nobre e competente e dedicado defensor de suas teses e posições, expondo-se, não raro, a um calculado sacrifício político para não faltar aos seus deveres de lealdade.

Do lado da Oposição, Paulo Brossard, que elevou aos mais altos píncaros da dignidade parlamentar a atuação oposicionista do Senado. A sua passagem entre nós ficou assinalada nos nossos Anais como uma das fases mais cintilantes de nossa vida parlamentar. Orador de eloquência arrebatadora, com uma imensa cultura humanística e jurídica, infundia-lhe compacto respaldo, dominou essa tribuna com os arroubos de sua oratória, os raios de suas objurgatórias, os golpes fulminantes de suas críticas implacáveis, sempre armado da mais perfeita ética, a revestir, na coragem indomável, uma bravura que o impôs definitivamente na galeria dos grandes homens públicos do nosso País.

E, por último, reverenciamos aquele que, pela sinceridade de sua pregação, o calor de suas convicções, o sublime devotamento de sua existência a um ideal, ultrapassou as barreiras partidárias para se transfor-

mar num símbolo da nacionalidade, na sua luta edificante por um Brasil mais justo, humano e digno. Eu me refiro a Teotônio Vilela.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há por que nos deixarmos tomar de pessimismo ou de derrotismo em face do nosso futuro. As crises passam e o Brasil fica. O que nos cumpre é perseverarmos na peleja pela dignificação da sua consciência democrática, exterminando o arbítrio onde quer que ele se instale, revigorando e humanizando a sua economia, para que a miséria seja banida do nosso território, aprimorando a sua cultura para fazer dela o instrumento da definitiva emancipação do nosso povo.

Essa a nossa cruzada. Nela não há lugar para os pusilânimes, os céuticos, os apátridas e nem para os espoliadores da nacionalidade. Vamos para a luta, que nela há lugar para todos os combatentes que não perderam a fé, não desertaram do ideal e nem se acovardaram diante do sacrifício.

## “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”

---

**Discurso de posse como governador do estado de Minas Gerais.**

*Palácio da Liberdade.*

*Belo Horizonte, 15-3-1983.*

O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade.

Quando ainda não havia caminhos e cidades nestas montanhas, os pioneiros, descortinando o alto horizonte, sentiram que nelas não haveria pouso para os tiranos, nem chão para as quimeras totalitárias.

Minas nasceu da luta pela liberdade. E porque a liberdade é o ânimo das pátrias, a Nação surgiu aqui, na rebeldia criadora dos inconfidentes, que nos deram por bandeira o mais forte de todos os ideais. Não se deve ao acaso que esta praça e este palácio tenham a mesma denominação.

Liberdade é o outro nome de Minas.

Deus me concedeu o privilégio de servir à causa de Minas desde que deixei os bancos escolares. Neste serviço não mais tive descanso, mas nunca me faltou a alegria, porque o cumprimento do dever é a completa forma de ser feliz. No serviço a Minas amadureci emoções e aprendi que a política se faz com arroubos e sonhos, mas também com serenidade e razão.

Se lhes falta o entusiasmo renovador dos jovens, se carecem do calor fecundo dos reformadores, as nações sucumbem na apatia e se entregam facilmente aos déspotas. Mas de nada valerá a generosa entrega da juventude, nem a pregação criadora dos idealistas, se faltar aos movimentos políticos a razão da prudência. Em momentos como os que vivemos, ela deve sobrepor-se às facções e aos partidos.

Mineiros, depois de quase duas décadas, o povo reassume seu direito de dizer quem deve ocupar a suprema magistratura do estado. Sinto-me orgulhoso de ter sido conduzido, pelo povo livre de Minas, a esta posição que considero a mais alta de quantas tenho ocupado em minha vida pública. Não me estimulam, nesta estação de tempo, as pompas do

poder, mas é grato à alma merecer a confiança da gente montanhesa para a desafiadora tarefa de restaurar a palavra de Minas no serviço do Brasil.

Somos orgulhosamente sabedores da importância de Minas para a grandeza e o equilíbrio político do nosso País. Por isso, jamais desertamos da responsabilidade de que nos tem incumbido a História.

Assim tem sido na paz – e assim tem sido quando não podemos evitar a guerra. Nas campanhas do Sul, como nos campos da Itália, estivemos à altura da coragem que a Nação nos reclamava.

Conhecida é a nossa tolerância, elogiada é a nossa disposição para o diálogo e a conciliação. Mas quando se trata da dignidade da Pátria e da defesa de sua soberania, somos intolerantes, intransigentes, ensandecidos de bravura. Porque, para nós, o amor a Minas é amor ao Brasil.

Este governo se inaugura sob o mandamento da austeridade e da honra. Dentro dos limites constitucionais que conformam sua ação, será um governo severo, que agirá atendendo à rigorosa emergência destes dias. Nessa ordem de ideias, o direito à vida, à saúde, à educação e ao trabalho de todos os mineiros, se coloca como prioritário em nossos esforços.

Assumimos o governo em hora de crise. A economia se estiola no desemprego e na redução das atividades criadoras da riqueza. Minas Gerais, em sua condição de estado mediterrâneo, sofre com mais intensidade os demais impactos dos desajustes maiores. Trazemos no sangue a resistência a todos os tipos de adversidade. Sempre enfrentamos vitoriosamente a fatalidade do destino e as contingências da vida. As calamidades não nos amedrontam, servem, antes, como desafio à nossa paciência, coragem e determinação; nas crises, mais nos unimos. Retemperam-nos as fibras morais para a luta. Enrijecem-nos o caráter, que realiza o milagre de converter as lágrimas da desolação nos cânticos alegres das colheitas. Ao tempo que transforma o cansaço dos músculos tensos no bem-estar das coletividades felizes.

Sabemos, porque sentimos em nossa própria carne, que as atividades rurais estão imersas no desânimo de esforço sem resposta satisfatória e na angústia de intolerável endividamento. Desativam-se as empresas industriais, com o cortejo sinistro do desemprego, que amplia a área da miséria, da dor e do desespero em tantos e tantos lares de Minas. O comércio sucumbe ao peso de fortes encargos sociais e financeiros, e os empresários assistem, confrangidos, à inflação corroer seu patrimônio, somado, tantas vezes, pelo persistente esforço de várias gerações.

A máquina administrativa, cara e obsoleta, cada vez mais se distancia de sua finalidade, tornando-se lenta e desumana.

O crédito, escasso e oneroso para os pequenos e médios empreendedores, faz a opulência dos grandes e poderosos. A casa própria, sonho de todo trabalhador, é hoje o seu flagelo. Esse quadro precisa ser alterado.

Não fugiremos aos mandamentos da Constituição e ao cumprimento da lei. Essa indesviável determinação obriga-nos a olhar com desvelo os problemas do Poder Judiciário. Sabemos das necessidades da Justiça, que reclama instrumentos administrativos modernos.

(...) a corrupção carcome o cerne ético do nosso povo. Ela infesta o organismo social, manifestando-se por toda a parte, com seus germes deletérios. Expurgá-la, onde quer que se instale, é nosso dever. Seremos intransigentes e implacáveis nesta determinação.

Mineiros, esperava cumprir o mandato de senador que me confiasse nas eleições de 1978, quando através de vossas lideranças regionais, convocastes meu serviço, como candidato a governador de Minas. Com os vossos sufrágios, assumo hoje esta responsabilidade. Ela não é apenas minha, mas também vossa. Dependo de vossa ajuda, de vosso entusiasmo, de vossa vigilância e de vosso trabalho, para que possa cumprir o meu dever. Quisestes fazer-me vosso governador. Não me falte, pois, o vosso apoio em todas as horas e dias de meu mandato.

Que Deus nos ajude.

# *Universidade: ciência, fé e humanismo*

---

## **Discurso do governador Tancredo Neves por ocasião do Jubileu de Prata da UCMG.**

*Belo Horizonte, 2-7-1983. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Exma. Sra. Professora Esther de Figueiredo Ferraz, digníssima ministra de Estado da Educação e Cultura;

Exmo. Professor Gamaliel Herval, digníssimo reitor da Universidade Católica de Minas Gerais;

Exa. Revma. Dom Carlo Furno, núncio apostólico no Brasil;

Professor Lafayette de Azevedo Pondé, presidente do Conselho Federal de Educação;

Dom Serafim Fernandes de Araújo, presidente da Sociedade Mineira de Cultura;

Dom Arnaldo Ribeiro, bispo auxiliar de Belo Horizonte;

Professor Otávio Elísio Alves de Brito, secretário de estado da Educação;

Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, primeiro reitor da Universidade Católica de Minas Gerais;

Digníssimos senhores reitores;

Ilustres integrantes do corpo docente e meus jovens componentes do corpo discente;

Dom João Resende Costa, nosso dileto chanceler da nossa querida universidade;

Meus senhores e minhas senhoras:

Vinte e cinco anos são decorridos desde aquele dia em que, sob os céus abençoados de Minas Gerais, se plantou a pedra fundamental da nossa Universidade Católica.

Um quarto de século na vida de uma universidade é como que seu estágio infantil; não obstante, a nossa universidade, neste quarto de século, operou realizações prodigiosas, que já nos permitem antecipar a



existência secular que a espera, e tenho certeza será das mais fecundas, das mais brilhantes e das mais benfazejas.

Quando o saudoso Dom Cabral, com o seu cérebro iluminado e seu coração fervoroso, pensou em criar a Universidade Católica, nem de longe ele poderia imaginar que a sua herança, recebida pelos seus sucessores, entre os quais aqui se encontram Dom Alexandre, Dom João Resende Costa e Dom Serafim, seria este acervo de saber, de cultura, de dignidade e patriotismo.

Uma universidade se insere num contexto de um povo, não apenas como um centro de irradiação de saber e de cultura, mas é, sobretudo, um instrumento de emancipação cultural, econômica e social do homem.

A universidade não é só aquele lugar onde se preparam as inteligências que se aprimoram. Mas, principalmente, é onde a visão das criaturas humanas se amplia, para abranger dentro das concepções que a ciência vai ditando, modernizando, para nos dar, a todos, a certeza de que o mundo é cada vez mais um mundo dominado pela inteligência.

A Universidade Católica de Minas Gerais tem, como as demais universidades católicas do mundo e do Brasil, o respaldo da fé cristã que ilumina. E quando a ciência e a fé se somam na busca de soluções para todos os problemas que atormentam e afligem o homem neste mundo tão acabrunhante em que vivemos, nós nem podemos avaliar, em toda a sua extensão, o que ela representa e significa.

E hoje, mais do que nunca, o cientificismo dominou o século, o homem é orgulhoso de todas as conquistas da ciência e de todos os prodígios da tecnologia, chegou até a Lua. Desmembrou partícula por partícula, desarticulando-as até desassociar o átomo, onde uma dolorosa surpresa o aguardava, porque, dentro daquela partícula mínima, estava encerrada, para castigo do seu orgulho, a mais terrível de todas as forças, com capacidade para destruir todo o orbe terráqueo, se assim o desejar a insânia dos homens.

É no meio de um século tão atormentado, em que cada vez mais a impiedade se espalha, num século materialista e egoísta, que as sociedades culturais, como são as universidades católicas, têm uma missão grandiosa a cumprir, como vem cumprindo a nossa Universidade Católica.

Elas recebem tudo quanto o homem pode realizar de nobre e grande. Tudo quanto os homens podem realizar de belo e de digno, porque ela é superior a todas as realizações políticas, a todas as realizações da

construção humana, a todas as concepções que possam envaidecer os habitantes da terra, porque a obra da universidade é, por excelência, uma obra divina e, por ser obra divina, é perene e eterna.

Todos nós conhecemos o exemplo de Thomas Jefferson; ele foi um dos grandes líderes da revolução americana. Jefferson foi o autor de um dos mais nobres, de um dos mais sublimes documentos já escritos por um homem na face da terra, a Carta dos Direitos Humanos da Constituição de Filadélfia.

Ele foi embaixador do seu país junto à França numa hora tormentosa da história de seu povo. Ele foi Presidente da República dos Estados Unidos da América. Ele criou, implantou e consolidou a sua capital, esta monumental cidade de Washington. Mas quando a morte dele se aproximava e ele teve de elaborar a sua carta-testamento, o que ele pediu como título, para figurar como epitáfio na sua sepultura, foi apenas “Thomas Jefferson, fundador da Universidade de Virgínia”.

É assim que nós devemos encarar a universidade. Ela transcende a todas as nossas preocupações imediatas. Ela ultrapassa o dia a dia da nossa faina, porque ela se coloca perenemente com um destino universal e eterno, e este será o destino da UCMG.

Aos grandes títulos que ela reúne, aos grandes títulos com que ela enriquece o patrimônio cultural de Minas Gerais e do Brasil, acrescenta-se hoje mais um: o de Universidade Pontifícia, que ela recebe na sua data jubilar, título que ela conquistou pela notabilidade dos seus trabalhos, pelos esforços de seus professores, pela dedicação de seus alunos, e acima de tudo pela busca da ciência, de cultura, de trabalho que aqui se realiza com a maior seriedade, a maior honestidade. Tudo isso com a única preocupação de buscar e defender a verdade, que é uma coisa só, aquela que está nos evangelhos e que Cristo nos apontou e nos ensinou. Por isso, neste instante e nesta hora, cabe a mim, como governador de Minas Gerais, trazer as felicitações do povo do nosso estado a todos aqueles que estão construindo esta notável edificação. Ainda muito terão que fazer. Mas pelo muito que já fizeram, são todos eles credores da eterna gratidão da gente montanhesa.

Aqui o governo de Minas Gerais se associa, de coração e com entusiasmo, a todo o seu povo, para dizer à UCMG, hoje Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que, nem mesmo com a alma genuflexa,

Minas Gerais poderá retribuir o que deve de gratidão e reconhecimento a esta monumental realização.

Não quero, porém, encerrar as minhas palavras, sem antes dizer à professora Esther de Figueiredo Ferraz, nossa ilustrada ministra da Educação, que aqui nos deu uma primorosa aula de saber, externando uma visão política ampla do papel da universidade, em que ela a situou dentro das preocupações mais angustiantes da nossa hora e do nosso tempo.

Pouco importa se a universidade é particular ou pública. O importante é que, pública ou particular, ela seja excelente no ensino, honesta na pesquisa da verdade, seja profícua no cumprimento de sua missão. O que não pode acontecer num país como o Brasil é que, sendo pública ou particular, haja jovens que, por carência de recursos financeiros, deixem de estudar e de se aprimorar intelectualmente, para cumprir o seu dever dentro da sociedade.

Nós ouvimos a lição da professora Esther de Figueiredo Ferraz; ela ficará nos anais da nossa universidade como um dos documentos mais relevantes pela riqueza de seus conceitos, pelo primor das suas frases, por aquela experiência feita no estudo e no trabalho; nossa eminente ministra, como professora universitária e detentora de uma cátedra ilustre, só tem enriquecido e opulentado nosso ensino. Esse exercício faz dela, sem dúvida, uma das personalidades mais ilustres, mais acatadas e mais aplaudidas do cenário universitário do Brasil nos dias de hoje.

S. Exa. estranhou que houvesse recebido do governo de Minas Gerais a nossa maior condecoração, que é a Medalha da Inconfidência, porque não verificou, nos seus estatutos, nenhum dos requisitos para que esse agraciamento lhe fosse feito. E não poderia mesmo encontrar dentro do regulamento estreito da Medalha da Inconfidência nada que pudesse realmente justificar a comenda que lhe foi outorgada, porque ela está muito acima de todos aqueles critérios regulamentares que ali estão. Essa condecoração não se destina apenas aos mineiros, mas a todos aqueles que, no serviço da Pátria, têm se destacado e se distinguido, pelo seu devotamento, pelo seu patriotismo e pela integridade de seu sentimento moral; é o caso de nossa eminente ministra da Educação.

Quero dizer a S. Exa. Revma., Dom Carlo Furno, que, ao agradecer a condecoração que nós lhe concedemos com o coração em festa, em nome do povo mineiro, gravou-se-nos uma frase do seu agradecimento: que esta condecoração serviria como um vínculo a mais a prendê-lo a

Minas Gerais. Pois saiba S. Exa. Revma. que, a partir do momento em que recebeu a nossa condecoração, passou a ser um cidadão mineiro, como qualquer um dos demais mineiros que aqui se encontram. É merecedor do respeito, da estima, da admiração que todos lhe devotamos. S. Exa. Revma. é o representante de nosso Santo Padre João Paulo II.

Falando em nome da Santa Sé neste instante, neste momento, e nos trazendo este régio presente, mais não precisaria para que o nome de Dom Carlo Furno ficasse definitivamente vinculado, não apenas à história desta universidade, mas à história de Minas Gerais.

Que esta Pontifícia Universidade de Minas Gerais sinta-se a partir de hoje estimulada a cumprir mais uma etapa da sua gloriosa existência, e a etapa que ela tem pela frente será, sem dúvida, das mais gloriosas, porque nestes últimos vinte e cinco anos, no campo da cultura de Minas Gerais, nada se fez de mais importante do que esta extraordinária instituição de cultura e ensino e de ciência. Nós, os mineiros, temos deveres para com esta universidade; nós, mineiros, a trazemos permanentemente em nosso coração, desejando dedicar-lhe tudo quanto possa haver de mais nobre, de mais alto e mais digno, no nosso espírito e na nossa alma; que sejamos sempre fiéis colaboradores da Universidade Católica de Minas Gerais, que Minas muito precisa dela. Minas deseja que, para o futuro, seja cada vez mais prestigiada, acatada e admirada, a nossa Universidade Católica.

Muito obrigado.

## *Mulheres e democracia*

---

### **Discurso do governador Tancredo Neves por ocasião da posse da primeira diretoria do Conselho Estadual das Mulheres de Minas Gerais.**

*Belo Horizonte, 1º-9-1983. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Exmos. Srs. Parlamentares, Exmos. Srs. Secretários, excelentíssimas senhoras que nos honram com a sua visita, aqui trazendo as mais altas credenciais, Exma. Sra. Deputada Júnia Marise e dignas companheiras que integram a direção do CEM de Minas Gerais, Exmos. Srs. Prefeitos, prezadíssimos mestres Ayres da Mata Machado e Oscar Mendes, minhas senhoras e meus senhores:

Honro-me sobremodo de haver criado em Minas o CEM, e mais ainda de poder empossar nesta tarde a sua primeira diretoria. É uma honra para mim poder ter sido o primeiro, em todo o Brasil, a haver resgatado este compromisso que assumimos com a mulher mineira no curso de nossa campanha; e isso foi possível porque um grupo de abnegadas pioneiras se colocou ao nosso lado, para nos dar a sua cooperação e a sua assistência e, mais ainda, para elucidar com a maior clarividência os pontos de conflitos e aqueles que se nos antepunham muitas vezes como dificuldades insuperáveis. O que existe de extraordinário na formação deste CEM de Minas Gerais é que aquelas distintas senhoras que a ele se integraram desde o primeiro momento se dispõem a dar-lhe todo o seu serviço, sua dedicação, seu devotamento, sem nenhum ônus para o estado, trabalhando gratuitamente para que esta organização possa atingir em toda a sua plenitude os seus amplos objetivos.

É o espírito público que desde o primeiro momento as animou; é sobretudo os deveres, de que elas se acham possuídas, de dar à categoria feminina em nosso estado a colaboração e, mais do que isso, a certeza de que passam a ter, daqui por diante, um instrumento eficiente de conquistas, de realizações e também de trabalho. É verdade que em Minas a mulher nunca foi totalmente marginalizada; ela sempre resistiu a todas as restrições, a todas as manifestações de hostilidade e não se pode escrever nenhum episódio da história de Minas sem que a mulher

esteja presente como inspiradora, como musa, como pioneira, como heroína, porque ela em verdade sempre se sentiu dentro deste estado na plenitude do seu papel social e do seu papel político. Haja vista a nossa Inconfidência Mineira: como puderam escrever aquelas páginas memoriais sem falar em Bárbara Heliódora e sem invocar a figura de Marília de Dirceu? E não existe em verdade nenhum episódio no desenrolar dos acontecimentos que fizeram a tessitura da nossa formação política sem que a mulher estivesse presente. E aí está Dona Beja, com toda sua legenda de fantasia, com toda sua legenda de ternura e beleza; e aí está aquela extraordinária Joaquina de Pompeu; aí estão todas aquelas que vêm seguindo seus exemplos na República e antes na Abolição, e depois na Revolução de 1930, e por último nos acontecimentos que marcaram e assinalaram os desdobramentos do nosso destino histórico.

Hoje as mulheres vêm para tomar a posição que lhes assiste e já agora através de um organismo reconhecido pelo estado, integrante do estado, órgão de assessoria, órgão de colaboração, órgão de assistência do governo. E é por isto, motivo da maior satisfação, que nós podemos constatar que neste século, que é na verdade o século da mulher, como assinalou Sua Santidade o Papa João XXIII, em Minas elas passam a ter, pela primeira vez, uma poderosa alavanca não apenas para se libertar de restrições que ainda lhes impedem uma ascensão mais ampla e mais definitiva na escalada de seus direitos sociais, mas, sobretudo e principalmente, porque elas, sem deixarem de ser mulheres, como lhes convém, vão continuar agora numa posição vanguardeira, abrindo trincheiras e deixando da maneira a mais inequívoca a sua inabalável determinação de prosseguir lutando para que nós tenhamos um povo mais livre, um povo mais humano, um povo mais cristão.

Quero agradecer a colaboração que me deram, quero agradecer por antecipação a colaboração que virão dar, mas quero assegurar a estas que passam hoje a assumir a responsabilidade dos destinos do Conselho Estadual das Mulheres de Minas Gerais a certeza de que poderão encontrar no modesto governador de Minas, desta quadra, uma colaboração diuturna e a certeza de que não lhes faltarão nem a dedicação e nem a lealdade deste governante.

## *Gaúchos e mineiros: uma unidade cívica*

---

### **Discurso pronunciado pelo governador Tancredo Neves na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul.**

*Porto Alegre, 20-9-1983.*

Trazemos de Minas velho preito de admiração pela indômita alma gaúcha. Fostes, durante toda nossa história, intrépidos defensores das portas da Pátria. Não só riscastes, para usarmos a bela imagem conhecida, não só riscastes as linhas da fronteira com o sabre e a espada, como as tingistes com sangue, como se pretendêsseis torná-las ainda mais nítidas.

Devemos aos vossos sacrifícios vastas extensões do território; sem vossa resistência nestas margens do Uruguai e do Prata não poderíamos ter negociado com êxito os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso. Não fosse a bravura irredenta de Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, nossos não seriam os Sete Povos das Missões, esta porção de terra fértil do húmus com que se nutrem as pátrias e tão cara a meu afeto, por ter sido a querência de Getúlio Vargas.

Fostes e sois daqueles que não se abatem sob os ciclones da História; como o minuano e o pampeiro, tais ventos enrijecem a vossa têmpera, afiam o gume de vossas armas, chicoteiam os vossos cavalos nas carreiras sem fim da campanha, que são o cenário próprio para a vossa ânsia de liberdade.

Mas sabeis combinar a bravura com a razão política, e sempre colocastes a Pátria bem acima de qualquer outra coisa. Não hesitastes em negociar a paz em 1845, depois da gesta maravilhosa dos Farrapos, porque se sois inexcedíveis na honrada ira do combate, não vos falta a generosidade da concórdia, desde que ela sirva à Pátria a que servis. Assim como aceitastes o armistício de Caxias, que vos foi oferecido com a honra que se deve aos bravos, não houve subalternos no pacto de Pedras Altas. Federalistas e republicanos, gasparistas e castilhistas, soubestes unir-vos no movimento de 1930, e o lenço vermelho, insígnia dos velhos libertadores, tornou-se a bandeira individual de cada combatente de outubro.

Temos, gaúchos e mineiros, não obstante as distâncias separadoras, parentesco cívico de que nos podemos orgulhar. Conhecidos são os traços de entendimento e simpatia entre os farrapos e os luzias, porque já bem antes, nas jornadas de 1831, a ânsia de autonomia animava gaúchos e mineiros. A insurreição de Bento Gonçalves não era, como muitos poderiam falsamente crer hoje, arroubo de aventura, mas refletida exigência de que se cumprissem os preceitos do Ato Adicional de 1834. Nisso estávamos, mineiros e gaúchos, na mesma preocupação de proteger a Nação que surgia com um estado de leis coerentes com a realidade. Mais próximos do Prata, conhecedores da forma republicana de governo, era natural que vos parecesse melhor a substituição do regime monárquico. Os mineiros, naquele momento, preferiam a manutenção da Regência, mas uns e outros lutávamos contra o absolutismo centralista, o regime de áulicos, o poder dos gabinetes fechados. Em 1842, Teófilo Ottoni levantou-se contra os que, cercando o jovem e inexperiente Imperador, transformavam a Nação em patrimônio de meia dúzia de sócios. Esta razão moral se associava à inteligência política de que os governos autoritários não fazem Estados fortes, e de que os Estados fortes quase sempre correspondem a nações débeis. E quando, como era o caso da facção áulica, a força centralizadora se encontra a serviço de interesses subalternos, e o Chefe de Estado se submete a uma corte de bajuladores desatinados, enfraquecem-se as instituições, anima-se a corrupção, derrui-se a unidade nacional.

Quis o destino que encontrássemos, farroupilhas gaúchos e luzias mineiros, um adversário assistido da mesma grandeza dos insurretos, que foi Caxias. Não foi uma vitória com afronta, mas feita de dignidade, porque o general nunca se impôs unicamente pelas armas, mas soube dar ao adversário a oportunidade da negociação política. E, mais do que isso, embainhadas as espadas, dissipada a fumaça de pólvora e a poeira dos combates, exigiu e obteve a anistia irrestrita aos que lutavam, do outro lado, pela mesma Pátria.

Nas duas sendas políticas de vossa história – os velhos liberais de Osório e os positivistas de Castilhos – sempre houve condutores inflamados do mesmo amor à Pátria. Se Gaspar da Silveira Martins era um radical para o liberalismo de seu tempo, e Júlio de Castilhos um obstinado defensor da “república ditatorial”, em nenhum deles era menor o amor ao Brasil. Foi este amor que orientou a irresistível ascensão política



de Júlio de Castilhos e impeliu a resistência obstinada de Silveira Martins, até o desencadear da Revolução de 1893. Trinta anos depois tivemos nova demonstração de vosso bom-senso, com a paz entre chimangos e maragatos no solar de Pedras Altas.

Foi esse acordo, conduzido graças à serenidade de Assis Brasil, que levou à aliança de 1929, e a união do Rio Grande do Sul em torno de Getúlio Vargas.

Mais uma vez o ideal renovador reunia gaúchos e mineiros. Por sobre todas as interpretações que se façam da Revolução de 1930 há consciência comum de que a Primeira República se tornara perempta em sua derradeira década. O fim da Primeira Guerra trouxera uma rápida modernização ao mundo inteiro, criando as condições econômicas para a fantástica expansão industrial dos anos 20 e a espetacular derrocada de 1929. A deterioração dos preços mundiais de nossos produtos de exportação reclamava novo pacto nacional, que se não selasse no vício das atas falsas, das comissões revisoras, da ditadura permanente dos partidos situacionistas.

Ao patrocinar a candidatura de Getúlio à Presidência, Minas agia com seu velho senso político. Unindo seus esforços, os dois estados poderiam romper com os costumes antigos e dar ao País nova ordem jurídica coerente com os desafios daquele momento. Uma das bandeiras de Vargas era a reforma eleitoral – e nós mineiros, por aquele mesmo tempo, impusemos o voto secreto nas eleições municipais de Belo Horizonte. Mas a obstinação do Presidente Washington Luís e as distorções na apuração do pleito de 1º de março não nos deixaram outro caminho que o da Revolução.

Não se limitam, no entanto, ao âmbito da política os nossos laços afetivos. Temos, entre vós, um de nossos mais estimados homens de letras, que é Guilhermino César. Nós vo-lo cedemos com o pesar de quem se priva dos conselhos de uma privilegiada inteligência, mas com o consolo de que, estando entre vós, ele vos pode dar o testemunho permanente de nossa estima ao nobre povo da Província de São Pedro do Rio do Sul.

Gaúchos:

Sinto-me honrado em vos dirigir a palavra em um 20 de setembro, quando comemorais o levantamento farroupilha. Seria melhor que a nossa

história tivesse sido construída apenas na paz, mas a dor e o sangue costumam ser os tributos que pagam os povos que querem fazer pátria.

E nessa contribuição tendes sido inexcedíveis. Quando os nossos brados reclamaram a aliança com Urquiza contra Rosas, fostes para Monte Caseros com a mesma disposição que havíeis demonstrado nas campanhas cisplatinas precedentes. E na guerra contra López enviastes aos campos pantanosos mais de um quarto dos efetivos nacionais.

Somos, por isso, todos os outros brasileiros, vossos devedores.

# *Eleições de 1982 e processo político*

---

## **Discurso proferido pelo governador Tancredo Neves no Instituto Joaquim Nabuco.**

*Recife, 12-10-1983.*

Sempre que volto a Recife renovo aqui o meu compromisso com a Pátria. Por estas ruas e entre estas pedras, endurecidas pela História, recebemos o ânimo do brio e o estímulo do orgulho. Mas Pernambuco não é apenas seu passado construído com glória e martírio. É também seu rico presente. Estas terras não aturam o derrotismo diante das ameaças estrangeiras e negam seu pacto a convênios que nos desonrem.

Temos, todos os brasileiros, muito que aprender com Pernambuco. Porque não houve aqui apenas o ímpeto da luta e o vértice racial que serviria de fundamento ao nosso povo, com a aliança entre negros, índios e ibéricos. Houve também a reflexão política, a formulação teórica dos pilares do Estado, na busca de harmonia entre os impulsos da liberdade e os imperativos da ordem; entre o direito à propriedade e outro direito, a ele anterior e que a ele se sobrepõe, que é o da vida, e se expressa nos ideais da justiça social.

Em toda a História, os pernambucanos tiveram de arrastar duas ameaças: a do invasor estrangeiro e a do absolutismo interno. Reuniram braços e cabedais contra os holandeses, que puderam vencer e expelir de suas praias encharcadas de sangue, e reafirmaram tais sentimentos de Nação no movimento de 1710, tão semelhantes à nossa Guerra dos Emboabas. Mas se viram também forçados a levantar-se em armas em 1817, atiçados pela oportunidade de antecipar a independência com democracia, e construir uma república feita na justiça.

A Revolução de 1817 não se encerra com a repressão exacerbada pelo medo do governo de D. João VI, que custou a vida e o exílio de tantos patriotas. Ela continuaria, em 1821, animada dos mesmos ideais e conduzida por alguns dos mesmos homens, na Junta de Goiana, que evoluiria até a Confederação do Equador, três anos mais tarde. Para os pernambucanos não bastavam as declarações formais, como a Constituição Liberal

imposta pelos revolucionários do Porto às Cortes de 1820; era preciso torná-las realidade com a eleição de um governo autônomo – e o fizeram. Tampouco lhes parecia suficiente a independência proclamada pelo jovem príncipe quando, em seu entender, prevaleciam, no reacionarismo de José Bonifácio, contra os sentimentos realmente nacionalistas de Gonçalves Ledo, os interesses ocultos da Metrópole.

A Confederação do Equador foi, muito mais do que separatista, um movimento nacionalista. Estabelecendo uma república federativa e democrática nas províncias do Norte, esperavam seus líderes – entre eles Paes de Andrade, que voltava dos Estados Unidos – criar as condições necessárias para promover a união futura não só da América portuguesa, mas de todo o continente ao sul do Rio Grande do Sul. Não é por acaso que Abreu e Lima e Natividade Saldanha, líderes em 1817 e em 1824, acompanharam Bolívar na gesta andina.

São, pois, os fortes sentimentos de Pátria que têm conduzido o povo pernambucano na História. Mas, para esta gente, a Pátria não se resume em fronteiras seguras, em riqueza material e poder militar. É preciso que haja mais do que isso; é preciso que haja o cumprimento daqueles ideais que moveram a Revolução Francesa e inspiraram os patriotas de 1817. Sem a fraternidade entre todos, e sem a igualdade diante da lei, os povos podem constituir Estados e nações, mas não fazem pátrias.

São também de 1817 os primeiros exemplos de militância da Igreja na luta pela democracia e justiça social. Em 1893, o grande mestre Oliveira Lima anota essa singularidade em seu belo ensaio histórico sobre Pernambuco:

Registra-se mesmo, e constitui brilhante testemunho do liberalismo do clero, na maioria composto de brasileiros, uma pastoral dos comissários do bispado, que o regiam na ausência do titular, na qual as doutrinas democráticas casam-se maravilhosamente com os princípios do cristianismo, no espírito das recentíssimas encíclicas de Leão XIII.

Ou das posições ousadas no Concílio Vaticano II, ajuntamos nós. A Revolução de 1817 foi um movimento da Igreja engajada no liberalismo, que constituía a ideologia de vanguarda daquele tempo, e por isso ela ofereceu à Pátria seus mártires, como o padre Roma, o padre

Miguelinho e o padre João Ribeiro. Essa presença se confirmaria na segunda etapa da Revolução, com o fuzilamento de frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, em janeiro de 1825.

Para nós, que sempre identificamos na crise brasileira a ausência de instituições jurídicas ajustadas à sociedade, o movimento pernambucano, em suas duas fases, serve-nos de exemplo. Como também nos servirá de exemplo aquele movimento que poderia ser identificado como uma terceira etapa da mesma insurreição: a Revolução Praieira de 1849.

Em 2 de julho de 1824, os confederados do Equador diziam, resumindo em uma só frase os princípios sobre os quais se assenta a legitimidade do poder:

As Constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas.

Essas mesmas ideias se encontram na análise que frei Caneca fez da Constituição outorgada a 11 de março de 1824:

Uma Constituição não é outra coisa que a ata do pacto social que fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viverem em reunião ou sociedade.

Peço-lhes desculpar-me essa rápida digressão histórica, mas ela me pareceu indispensável à condução de nossa troca de ideias desta noite. Estamos aqui para analisar o resultado das eleições parciais de 1982, quando elegemos um novo Congresso, as assembleias estaduais e os governos dos estados.

A história de qualquer Nação é a história de sua crise. É no inconformismo dos homens que se assenta a sua grandeza, e mesmo a sua felicidade. A busca dessa felicidade para o maior número e a resistência dos que se opõem à universalização dos direitos constituem a permanente crise do homem. A política é o único instrumento criado pela experiência para a administração desse conflito duradouro. E, ao contrário do que afirma Clausewitz, a guerra não é a continuação da política, mas sua frustração. A guerra sucede ao fracasso dos convênios políticos, principalmente quando ela eclode dentro de uma mesma Nação. Daí a grande responsabilidade das elites políticas: os seus erros, a ambição

facciosa, a confusão entre os interesses de grupos e os de Estado geralmente confluem na desgraça dos conflitos fratricidas.

“O direito alheio é a paz”, dizia Benito Juárez – e o mais importante dos direitos sociais é o de autogoverno. Os povos governam-se a si mesmos quando estabelecem, mediante a ampla discussão, com toda a liberdade, das ideias que devem regular sua convivência, a eleição direta, universal, secreta, sem quaisquer constrangimentos, daqueles que devem interpretar sua vontade em leis e executá-las com rigor e respeito.

Temos sofrido, nesta Nação, um continuado desrespeito à vontade popular. Nossa primeira Assembleia Constituinte viu-se frustrada pelo arbítrio do Imperador, a isso aconselhado pela irresponsabilidade de seus ministros. Essa mesma irresponsabilidade levaria o governo a estabelecer o terrível precedente dos tribunais militares na repressão aos patriotas pernambucanos, o que valeria a severa advertência de Bernardo Pereira de Vasconcelos em sua *Circular aos eleitores de Minas* – a advertência que não soubemos ouvir.

Como vontade popular, podemos qualificar a nossa aspiração federativa. O poder, como qualquer outro valor social, é tanto mais forte quanto mais distribuído. Sempre temos vivido, neste País, o confronto entre a reivindicação de autonomia provincial e a prepotência do poder central. Nisso não há diferenças regionais: confederados e farrapos, praieiros e luzias, todos os nossos rebeldes levantaram alto a bandeira da federação, que a Constituição de 1891 estabeleceria, mas de cujo cumprimento ainda estamos longe. Na Primeira República, a Federação sucumbiu à ditadura dos estados fortes do Sul, mormente Minas e São Paulo, com sua política dos governadores. O Estado Novo, ainda que mantendo, na letra, o espírito federativo, chegou ao exagero ritual de mandar que se queimassem as bandeiras dos estados; a experiência da Terceira República, em seus dezessete anos e seis meses de vigência constitucional, foi historicamente curta para nos consolidar o mandamento federativo. Quanto à atualidade, pouco há o que se falar. Todos sabemos que a Federação deixou de existir na prática, asfixiada pelo centralismo político e submetida ao confisco tributário.

A tais somas de arbítrios temos respondido com a luta política, tanto mais firme quanto mais prudente, porque se a alguns parece sedutor o atalho totalitário, o povo brasileiro tem preferido o paciente esforço de abrir estradas amplas, por onde todos possam passar. Os bons

caminhos da História se fazem com as ferramentas do trabalho e sob as luzes da razão.

Temos sido pacientes na campanha pela restauração democrática. O meu partido, o PMDB, formou-se com este fim primeiro, e o tem perseguido, denodadamente, desde que o governo, surgido das armas, impôs às forças políticas o bipartidarismo. Esta luta, paciente, se fez com a fundação de Davi, mas contra um Golias que se encouraçava em leis improvisadas, em colégios eleitorais espúrios, na corrupção administrativa e na ameaça. Por muito tempo lutamos ainda contra a violência da censura e a truculência policial, mas, apesar de tudo, sempre que foi chamada às urnas, a população brasileira dos centros mais politizados respondeu *não* ao arbítrio.

Uma rápida enumeração dos fatos mostra esse confronto. De um lado, as ideias; do outro, a força. De um lado, as praças abertas, a manifestação coletiva do povo; do outro, as masmorras, os interrogatórios fechados, o pranto da orfandade e da viuvez. As primeiras eleições, depois de 1964, deram a vitória ao Partido Social Democrático em Minas e no Rio de Janeiro – isso bastou para que fossem vistas como ato de hostilidade dos dois grandes estados ao movimento de março. Mais do que isso: alarmaram as forças reacionárias, que responderam com as eleições indiretas, a dissolução dos partidos e outros ucasses, até o apogeu do arbítrio, com o Ato Institucional nº 5.

Conscientes de que os anos são apenas segundos na História, não perdemos a paciência, mas nem por isso nos ajoelhamos diante da força. Nas condições difíceis que todos conhecemos, continuamos a agir politicamente, a construir a frente oposicionista, nascida como imposição do governo, mas consolidada pelo bom-senso político. Mantivemos corajosa presença no Congresso, ainda que a nossa voz se abafasse e fôssemos representantes da Nação censurados por simples inspetores da polícia política.

Ainda assim crescíamos. E a cada crescimento nosso, o arbítrio respondia com uma legislação obtusa, de ocasião, a que o povo deu o nome de “casuísmos”. Em 1974, graças à abertura do governo Geisel, pudemos obter a extraordinária vitória nas eleições legislativas. Como respondeu o governo a isso? Cassaram-se mandatos e, com o objetivo de impedir a temida perda de maioria no Congresso, os anônimos legisladores inventaram a figura do senador “biônico”, para usar-se a feliz expressão

cunhada por *O Estado de São Paulo*. Não só isso: indo contra a própria Constituição que haviam outorgado, os governantes nos impuseram, com o Pacote de Abril, a manutenção das eleições indiretas para os governos dos estados, e tivemos de purgar, por mais quatro anos, o castigo dos interventores nomeados pelo governo central e referendados por um colégio de dóceis eleitores.

Para que alcançassem falsa maioria, tudo era permitido: a legislação mudava de acordo com as circunstâncias, e as circunstâncias obedeciam ao capricho das lutas palacianas.

Foi assim que, violando todas as doutrinas do Direito, e contrariando as comezinhas orientações do bom-senso, introduziram-se em nosso processo eleitoral normas absurdas como a fidelidade partidária, a sublegenda e a proibição de alianças.

Nos regimes presidencialistas, como o nosso, a fidelidade partidária constitui abuso contra a consciência do representante público, essência do instituto do mandato. O deputado, mais do que a seu partido, deve fidelidade a seus eleitores – e a norma, adotada pelos conselheiros do regime e imposta ao Congresso, não significava apenas a ditadura do partido. Significava, sobretudo, a ditadura do governo sobre o Parlamento, por intermédio do partido então majoritário.

Desprovida também de lógica política é a balcanização dos partidos em sublegendas. Todos sabemos que os partidos políticos não são entidades homogêneas. Sua força reside na luta interna, até que se chegue, pelo voto, às decisões finais.

Mas se seu vigor nasce do embate das ideias diferentes, os partidos só podem exercer a sua força quando unidos na decisão assumida pela maioria, em votação interna e democrática. Cumpre, então, aos que tiveram os seus argumentos vencidos, acatar como sua a vontade do grupo majoritário.

A sublegenda perverte a democracia interna dos partidos, e os enfraquece. Acicata as divergências e as transforma em facções iludidas pela possibilidade do poder.

Chegamos às eleições de 1982. A campanha se iniciou com a dissolução dos partidos políticos. O bipartidarismo, que nunca havia sido da conveniência do povo, deixava de ser da conveniência do poder, e constituía escolho à normalização da vida nacional. Decidiu-se pelo fim da camisa de força, e surgiu a oportunidade de criar-se uma agremiação do



centro liberal, capaz de se impor, como cunha de bom-senso, no apertado espectro partidário, e no amplo leque ideológico. O Partido Popular nasceu com esse propósito: o de aglutinar todos aqueles que ainda confiavam na política e nos ritos democráticos de seu exercício. Como ponto de equilíbrio, caber-lhe-ia compor, com outras forças, nos estados e no Congresso, alianças majoritárias.

Era a forma pacífica para que transitássemos do arbítrio à restauração completa da soberania popular.

Voltaram a falar os malchamados “casuístas”. Em nome de interesses que todos conhecemos, e que se cingem à permanência de certas personalidades no poder, o governo novamente legislou, ditando a vinculação partidária. Resistimos o que nos foi possível resistir, e fomos obrigados a renunciar ao terceiro partido, recorrendo-nos à fusão dos dois grandes blocos opositores.

Não quero alongar-me na reiteração de denúncias quanto à influência do dinheiro e o abuso do poder em favor do partido oficial, que são de todos conhecidas. O fato é que, apesar das pressões, ganhamos as eleições nos principais centros brasileiros, entre eles, esta sempre rebelde cidade do Recife. Obtivemos, a Oposição reunida, maioria na Câmara Federal, e elegemos governadores nas áreas mais industrializadas e mais densas de nosso País.

Mas, cabe agora a pergunta: as eleições de 1982 foram levadas a sério? Ao que parece, não. No governo e fora dele, até mesmo entre nós, os que a ganhamos, existem aqueles que não conseguiram avaliar a importância dos resultados eleitorais de novembro do ano passado.

O povo, somados os votos, disse de maneira inflexível que deseja uma rápida mudança de rumos. E demonstrou, com toda a segurança, que reivindica a imediata restauração de todos os seus direitos políticos, entre os quais o de eleger, sem intermediários escusos, o chefe de Estado.

Outro mandato dos eleitores de 1982 se refere à condução da economia nacional e ao fim do exaurido modelo adotado pelos tecnocratas. O povo reclama emprego e não recessão; pede salários que bastem à sua fome, e não os arrochos monetaristas. Não se pode exigir mais dos assalariados; é preciso que todos sejam solidários nos sacrifícios do momento.

Mas, para muitos, as eleições de 1982 são um episódio superado, que se esgotou na apuração dos votos e na posse dos eleitos. Os formuladores da política oficial agem como se elas não tivessem ocorrido e temos tido

dificuldades, como governadores de estado, em convencer os nossos próprios correligionários de que as coisas têm de mudar.

Tenho repetido, em encontros como este, realizados em todo o Brasil, que estamos submetidos a uma legislação envelhecida, e obedecemos a uma Constituição desajustada. Não podemos continuar governados por um diploma outorgado nas condições que conhecemos e emendada sob o capricho de circunstâncias do poder. Mas, como chegar à quadratura do círculo, quando encontramos essa resistência na aceitação dos resultados eleitorais? Temos de continuar fazendo política, isto é, buscando o diálogo, exercendo a persuasão, despertando o raciocínio de todos.

Não me encontro entre aqueles que negam patriotismo aos nossos adversários. Custa-me supor que existam, entre eles, quem ame menos o nosso País e o nosso povo. Sendo assim, não é difícil convocar, pacientemente, a sua razão.

Nisso se funda o meu conceito de *consenso*, tão mal interpretado por amigos e adversários. Temos de ir obtendo consensos parciais, até chegar ao grande consenso nacional, que só será obtido dentro dos princípios clássicos da democracia: “*one man, one vote*”. Temos de encontrar, no consenso das forças políticas, os meios hábeis para o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República e a convocação de uma assembleia nacional constituinte. Sei que há obstáculos constitucionais, como a exigência de dois terços dos deputados para a aprovação constitucional, para a aprovação de emenda à Constituição, mas, sempre que há vontade política e consenso, nada é impossível às sociedades maduras, como a brasileira.

Amigos de Pernambuco e brasileiros de todos os estados que participam deste encontro:

É significativo que tenha cabido ao Instituto Joaquim Nabuco a iniciativa desta análise serena dos resultados eleitorais de 1982. Esperamos que tal estudo, uma vez divulgado, venha a nos ajudar nessa tarefa de convencer os nossos amigos e adversários de que há um novo Brasil, inquieto, impaciente mesmo, reclamando instituições jurídicas que regulem novo convívio entre seus filhos e atualizem as suas relações econômicas e políticas com o resto do mundo.

Pernambuco é também a sede ideal para esse tipo de reflexão. Pode-se dizer que a sociologia política nasce em Pernambuco, centro

intelectual deste Nordeste que contribuiu tão poderosamente para o pensamento político brasileiro. Aqui, e por esta cidade, passaram homens como Joaquim Nabuco e Tobias Barreto, Tavares Bastos e Oliveira Lima, Alfredo de Carvalho e Gilberto Freyre.

No mestre da sociologia moderna, que com seu vasto painel sobre a formação da sociedade nacional – *Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mocambos, Ordem e Progresso* – revelou a gênese e o desenvolvimento das relações de poder, quero homenagear a inteligência pernambucana e orgulho da gente brasileira. É um dos poucos brasileiros de todos os tempos que merecem o respeito e a admiração da comunidade universitária no mundo inteiro. Sei que ele não deve ser alheio à minha convocação para o encontro desta noite e sou, mais uma vez, devedor de seu afeto.

As dificuldades da hora presente são enormes, mas temos sabido vencer os terríveis desafios do destino histórico. Nesta luta, Pernambuco sempre se destacou e é bom que venhamos à beira de suas numerosas águas reafirmar a fé e temperar o ânimo.

## *Levante do Gueto de Varsóvia*

---

**Discurso do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, à comunidade judaica do Rio de Janeiro pela passagem do aniversário do Levante do Gueto de Varsóvia.**

*Rio de Janeiro, abril de 1984.*

Meus amigos:

*Shalom!*

Deus, ao criar o homem, legou-lhe, com o hálito da vida, a responsabilidade da paz. A paz deve ser construída com todos os sacrifícios, e vós sabeis, na linfa e na carne, o que isso significa.

Rememoraís hoje um dos instantes mais gloriosos do povo de Israel, que já se inscreve nos livros sagrados como inigualável crônica de martírio e de grandeza. Varsóvia, como Jerusalém, é uma cidade santa de vossa fé. E o vosso sofrimento fê-la também cidade santa para nós, cristãos.

A paz deve ser construída para que o homem seja digno de Deus. Nessa empresa se encontram, como indispensáveis, as instituições do Estado, que tanto podem a ela servir, como se corromperem na mais desalmada violência. Procurar continuamente o aperfeiçoamento do poder político é assim trabalhar efetivamente para a obtenção da paz. A paz quer dizer ordem – mas a ordem da razão, e não aquela que, defendida por adeptos de uma teoria zoológica do homem, se baseia no puro instinto da natureza. Para conter os instintos primitivos, que o homem guarda como oneroso legado da madrugada do mundo, temos de nos valer dos penosos ritos da política.

Peço-vos permitir que associe, nesta nossa conversa, ideias aparentemente separadas, como as da paz, da fé, da liberdade e da política.

Reclamo, de vossa benevolência, a reabilitação da política, quando há tantos desânimos, tantas decepções, tanto ceticismo com relação às instituições de Estado, e não só em nosso País. Quero advertir-vos que, para nosso entendimento, sempre que vos falar de política, estarei falando em liberdade. A política só deve servir à liberdade, e sem liberdade não pode haver paz. A paz, sem liberdade, é a paz da Gália arrasada pelos romanos, a paz da solidão. A paz do Gueto de Varsóvia, depois que,

de acordo com a mensagem alvissareira de Frank a Berlim, não havia mais judeus na capital da Polônia ocupada.

Deus, ao dotar o homem de razão, dotou-o de liberdade. Daquela que só a razão pode conceber e usufruir. Quando essa razão é privada do sentimento de amor, que também procede de Deus, em lugar de servir à liberdade, serve ao despotismo, à tirania, ao crime do genocídio.

Não pretendo falar-vos sobre o racismo nacional-socialista. Vós tivestes, cravados na carne, os números que documentavam a mais abjeta das felonias, o mais odioso dos crimes, cometidos em nome da ordem e da raça. Contudo, não se pode descuidar do passado. Ele sempre retorna, quando nos falta vigilância.

Os homens nunca poderão esquecer-se do Gueto de Varsóvia, de Lídice, de Oradour, de Marabotto. Para todo o sempre devem ser lembradas essas estações da via-crúcis do homem, que se chamam Terezin, Treblinka, Auschwitz, Birkenau, Sachsenhausen.

A cruz ariana, em sua maldição, foi sinal oposto ao da cruz dos cristãos, ao da estrela de Davi. No irracionalismo que conduziu os líderes alemães, era preciso buscar, no tempo mais recuado, o brasão para sua ignomínia, a fim de perverter e enlouquecer as massas no crime coletivo da guerra e do racismo.

Fostes o povo escolhido para o extermínio inicial. Sabeis que estáveis na primeira linha do ódio do *Führer*, mas não seríeis suas únicas vítimas. A leitura dos documentos que restaram revela a meta da insânia: o assassinato de todos os homens dignos, e a escravização dos frouxos de caráter. Sentiam-se o povo de senhores. Depois de vosso sacrifício, viria o sacrifício dos eslavos, dos negros, dos latinos, dos asiáticos. Com o vosso martírio e o martírio, menos conhecido, dos ciganos, foi possível aos homens do mundo inteiro compreender que não se combatia um país, não se lutava apenas contra uma ideologia estúpida, mas se decidia – e não há nisso maniqueísmo simplista – a luta entre o bem e o mal.

O nacional-socialismo foi a perversão do racionalismo iluminista, e isso deve convocar nossas reflexões. Temos de desconfiar dos axiomas filosóficos, das verdades absolutas, das leis incontestáveis. Os dogmas, quaisquer que sejam, religiosos, políticos, filosóficos, são sementes de perversão. O homem só é digno de Deus, e, portanto, de si mesmo, se assumir plenamente sua fragilidade e suas dúvidas.

Nós, cristãos, costumamos lembrar, no uso cotidiano da graça da vida, a saudação dos claustros trapistas *memento mori*. Cada minuto de nossa vida é precária concessão de Deus, e só podemos merecê-lo se virmos, no outro, a mesma parcela de Deus que trazemos conosco. O racismo, sendo a negação do outro, é a negação de Deus.

Quando um povo se julga superior a outro povo, concede à vítima de seu desprezo o mesmo direito ao ódio. Vós mesmos sabeis como o sentimento de defesa étnico pode conduzir aos exageros e a instantes de soberba, que só se explicam como exacerbação de sentimentos justos, quando não se fazem acompanhar da violência.

Sou dos que não concedem ao vocábulo *raça* qualquer valor moral ou científico. Como sabeis, *raça* é uma palavra inventada pelos espanhóis, e teve na origem uma conotação bem diferente. Não poderia ser de outra forma: a Espanha tem sido a esquina do mundo e o vale étnico onde se mesclaram sangues de todas as vertentes: vosso sangue e o sangue mouro, o berbere e o latino, o celta e o visigodo, o basco e o negro. Quando os alemães, sobre o espanhol *raza*, moldaram o vocábulo *rasse*, estavam cometendo o primeiro engano que os levaria, mais tarde, aos fornos crematórios e ao ato final, sem nenhuma grandeza, encenado no *Bunker* da chancelaria de um *Reich* que pretendia durar mil anos.

Amigos:

O mundo não se refez ainda dos choques deste século, nem parece ter aprendido bem as lições das duas guerras mundiais. A convivência entre os homens e a convivência entre as nações é uma dura conquista de cada hora e cada dia. O conflito entre os dois grandes impérios não basta para ocultar outro e mais grave dissídio, entre os países ricos e os países pobres. Em nosso País vivemos horas decisivas. É preciso administrar a necessária transição política, ao mesmo tempo que nos cabe domar acelerado processo de modernização da sociedade com suas consequências de injustiça.

Para tudo isso, necessitamos de paz, mas nunca da paz comprada com a submissão. Temos de lutar contra a submissão de uns homens a outros homens, de nações a outras nações. Essa luta, sempre que for possível, deve ser política. Vós mesmos, com vosso sacrifício, tendes demonstrado o exemplo da paciência. Só empunhastes as armas em Varsóvia quando já não tínheis outra esperança que não fosse a do testemunho de sangue. O levante do Gueto de Varsóvia não foi o grito de

agonia, mas o cântico de aleluia. Com ele, cantastes um salmo de Davi, aquele que vos dava a certeza de que sobreviveríeis como povo.

À leitura dos anais da luta, principalmente na crônica nervosa, quase telegráfica, de Emmanuel Ringelblum, compreendemos por que muitos não quiseram crer no flagelo. Já estavam montadas as usinas da morte, e persistíeis nos métodos pacíficos de resistência. Só quando começaram a abater-vos em plena rua, empunhastes a funda de Davi.

Quero compartilhar, convosco, da evocação dos mártires de Varsóvia. Dos trezentos e tantos mil que não tiveram a alegria da luta e pereceram, como cordeiros do Senhor, conduzidos às piras de Auschwitz sob os ardis mais cínicos. E daqueles jovens que, irrompendo dos desvãos do Gueto, muitas vezes de mãos nuas, morreram proferindo o nome de Deus, e invocando a liberdade com os lábios crispados da ira dos justos.

Todos ali foram heróis e mártires. Mas há alguns nomes que podemos lembrar nessa cerimônia que é sacramento de nossa fé comum. O nome de um rapaz de 23 anos. Mordechai Anielewicz, o general daquela batalha tão grandiosa quanto aparentemente impossível. Ele foi, nos limites do Gueto, que eram os limites do mundo, o jovem rei de Israel entre outubro de 1942 e 8 de maio de 1943, quando o abateram em pleno combate. O nome de Pinya Kartin, que havia sido Jaroslav Dombrowski nos combates pela liberdade na Espanha de 1936, para morrer como Andriei Schmidt, voluntário junto às fileiras do Gueto.

Debruço-me particularmente sobre o túmulo perdido onde devem repousar os restos de Emily Landem, esta irmã de Anne Frank, na história da resistência de vossa gente. Esta menina de 17 anos, cuja mão, ao lançar uma granada no dia 18 de janeiro, iniciou o heroico alçamento. Ela morreu ali, para que não morrêsseis, para que não morrêssemos.

Durante aqueles meses, tão impossíveis e tão grandiosos que não cabem no calendário comum dos homens, o Gueto de Varsóvia foi a *terceira frente* da guerra. Não podíamos supor, os que líamos escassas notícias de uma “rebelião de judeus, em Varsóvia”, que ali se escrevia uma das mais heroicas páginas da resistência contra o monstro.

Aquele bairro de Varsóvia, só dominado quando haviam ruído todas as paredes e o fogo lambido todos os telhados, fora mais do que Stalingrado. Ali não havia exército organizado, não havia armas, não havia munições. Eram meninos e meninas, velhos e velhas, reunidos

pela fraternidade e convocados pelo futuro. Não podiam perecer como povo, não pereceram como povo.

Outra lição terrível do Gueto de Varsóvia é a da fraqueza dos homens. Ali houve também os que traíram, os que rastejaram, para preservar a própria vida. Os que cerraram fileiras com os algozes, constituindo a nefanda Polícia Judaica. Os que delataram, em troca, talvez, de mais algumas escassas horas de vida. Não guardeis seus nomes no pote do opróbrio. Mais vale olvidá-los. Antes de matar os vossos heróis, os inimigos mataram, nesses homens débeis, o pouco que lhes restava de honra e dignidade.

Meus amigos:

Tantos nos devem servir para confirmar a fé nas instituições democráticas. Mas a democracia reclama-nos guarda permanente. Hitler só ascendeu ao poder e à infâmia do Terceiro Reich porque os democratas não souberam unir-se e fazer-lhe frente. Divididas as oposições, em 1932 e 1933, não foi difícil ao demagogo e a seus asseclas capitalizar as dificuldades econômicas, e envenenar o povo alemão com as quimeras da revanche. Depois, com a censura à imprensa, o assassinato dos líderes populares, a criminosa adesão do grande capital e a submissão das forças armadas, foi a cruzada do apocalipse.

Mas se a República de Weimar, com suas instituições liberais, não se deve à democracia, mas ao oportunismo dos que se associaram ao *Führer*, movidos pelos interesses mais espúrios, ou conduzidos pela ânsia da desforra militar contra os vencedores de 1918, faltou, naquele momento, a indispensável união dos homens de bom-senso, que poderia ter barrado o passo de Hitler, fortalecendo a República e garantindo a paz. Logo em seguida, e no ledo engano de que assim se preservavam, a Inglaterra e a França capitularam em Munique, entregando ao assassino a indefesa Tchecoslováquia.

Amigos:

Não podemos esmorecer em nossa esperança, nem descansar nossos braços. Há, em nosso mundo, outros guetos e outras Varsóvias, e não faltam os que ostentam, arrogantes, as armas contra os indefesos.

Volta, neste instante, às minhas pupilas, aquela imagem fotográfica, tão difundida no mundo inteiro, e tomada na oprobriosa Praça do Embarque, de onde partiam os judeus para a morte no Leste. A foto daquele menino de cinco anos, as mãos levantadas sob a mira do fuzil de um



raivoso soldado nazista. Onde andará aquele menino? Terá sobrevivido a Lodz, a Treblinka, a Auschwitz?

Não importa onde esteja. Sua imagem será sempre um grão de remorso na consciência do mundo. Naquele minuto, eterno em seu testemunho, o menino de Varsóvia tornou-se imortal militante da paz.

*Shalom!*

# “Se todos quisermos, haveremos de fazer deste País uma grande Nação”

---

## **Pronunciamento do governador Tancredo Neves na comemoração da Inconfidência Mineira.**

*Ouro Preto, 21-4-1984.*

O culto aos heróis e aos mártires prescinde de lugar e de hora. Em qualquer parte da face da Terra, a qualquer momento do dia ou da noite, prosternam-se as criaturas e as pátrias, para venerar os que pelo amor ou pelo sacrifício conquistaram a eternidade na alma das multidões reverentes.

Mesmo reconhecendo esses privilégios da universalidade e da intemporalidade, costumam os povos erguer, em certos sítios e em certas horas, altares cívicos para louvar os nomes tutelares da História.

Por isso, todos os anos, neste dia, sob o testemunho de um dos mais belos monumentos brasileiros – esta cidade de Ouro Preto – reunimo-nos para louvar a figura, os ideais, o holocausto de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Aqui está o insigne homem público, pensador, escritor e sociólogo, Gilberto Freyre, que traz aos mineiros a palavra candente de outros brasileiros, com a autenticidade tecida no mais áspero exercício de unidade nacional – o de sobreviver no fundo da pobreza absoluta, fustigados pela inclemência do clima e pelo desalento mortal de verem exaurir-se, ao longo dos séculos, o sentimento da fraternidade.

Convidamos o povo para a grande festa cívica, na evocação dos fatos que prepararam a Independência nacional, todo o complexo de aspirações, sonhos, conspirações, medos, fidelidades, deserções, esperanças, que geram a força interior e imanente dos processos históricos.

Convocamos os historiadores, escritores e poetas, os jornalistas da palavra e da imagem, a manter vivas na memória de todas as gerações os episódios, os personagens, os movimentos que constituem a moldura daqueles penosos dias de luta: as populações empobrecidas

vendo, durante decênios, arrancar-se das entranhas da terra o ouro que receberam como dádiva da natureza, transportado para Portugal e de lá para os cofres-fortes da Inglaterra, em quantidades que, segundo Affonso Arinos, foram superiores a todo o ouro extraído no mundo inteiro desde os tempos de Roma. E deixando na terra espoliada apenas as lembranças no revestimento dos altares e das imagens religiosas e a profunda revolta nas casas sem pão, sem assistência, sem escola para os filhos.

No meio de todos, batendo em portas inúteis, o vulto quase solitário de Tiradentes, nas mãos, um exemplar da Constituição americana, recém-promulgada, em tradução francesa, cujo capítulo dos “Direitos do Homem”, o inconfidente padre Toledo traduzira para que ele o decorasse e o repetisse aos que o quisessem ouvir nas suas andanças.

Evocando, assim, os dias febris da Inconfidência Mineira, louvamos os que não desanimaram, não recuaram, não cederam ante a força ostensiva e brutal da repressão, e esquecemos, na anistia da História, os que fraquejaram e caíram, para ensinarmos às novas gerações que só permanecem na gratidão do povo os que, enfrentando aparentes e transitórias derrotas, lutam com intrepidez pela liberdade.

As grandes causas que transformam o mundo, mesmo que triunfem pela ação dos pensadores políticos, nem sempre prescindem da presença dos mártires que a elas oferecerem o holocausto da sua paixão e da sua vida. A elaboração da Independência, que Tobias Monteiro registra como a crônica de acontecimentos meramente políticos, não teria levado o Príncipe a quebrar os grilhões que nos submetiam a Portugal, se na alma do povo não reverberassem as chamas da revolta contra o jugo opressor. Fora necessário que Tiradentes morresse, fosse esquartejado, carne e sangue marcados pelo sal da maldição, a fim de que outros, anos depois, construíssem a Pátria com que ele sonhara.

Esta verdade histórica não diminui o extraordinário papel exercido pelos políticos, entre os quais avulta em sabedoria, habilidade e obstinação, o Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva. A ação do mártir e a do estadista se completam. Se ao primeiro falta, quase sempre, a serenidade para construir, sobra-lhe a coragem para destruir. Ao outro, se não se pede o ímpeto para arrostar a opressão, dele se espera a firmeza e o equilíbrio para, sobre as cinzas, erguer as estruturas jurídicas dos direitos conquistados.

Eis por que, também aqui, evocando a imolação de Tiradentes, veneramos a memória dos que, por outra forma, exerceram papel decisivo no alvorecer de nossa Pátria.

A independência de um país exige mais do que a declaração formal que separa fronteiras políticas e estabelece relações diplomáticas.

Ela se conquista dia a dia, na construção da unidade interna e na convivência soberana com as demais nações.

A unidade não se faz apenas falando a mesma língua, quando uns falam em trabalho, progresso, riqueza, e outros só podem falar em privações, desemprego, injustiças. Nem sob o desfraldar da mesma bandeira, quando uns a fazem tremular nos céus da bonança e da paz, e outros a veem cobrir amarguras e iniquidades. Não cantando o mesmo hino, quando alguns podem fazê-lo com alegria e orgulho, e outros, pelo desencanto e pela fome, só têm voz para balbuciar as suas dores.

A convivência soberana com as outras nações supõe, além das formalidades das relações, o direito de falar sem medo e as condições de negociar sem dependência.

Foi realmente extraordinário o esforço feito ao longo de mais de meio século para construir essa Pátria na tenacidade dos seus homens e de suas mulheres, no sonho de sua juventude, na consciente coragem dos seus heróis.

Mas, os mártires não se immortalizam nas estátuas apenas para a saudade e o silêncio dos tempos. A imperecível força da eternidade está em poder cobrar o preço do seu exemplo às gerações que vão transferindo umas às outras a lâmpada votiva do futuro da Pátria.

Por isso mesmo, aqui estamos, com o sentido da fidelidade de Minas e do Brasil, para o reencontro com a memória de Tiradentes e sua comovedora interpelação:

- Que fizestes da Pátria, pela qual sonhei, pela qual fui enxovalhado no corpo e na alma?
- Que fizestes do sangue que dei pela liberdade e pela democracia como as formas mais dignas de viver do nosso povo?

À interrogação, que não é mágoa, mas perplexa inquietude, devemos responder sem medo e sem desânimo: – Apesar de tudo, aqui está, íntegra, a Pátria que fizemos sob os alicerces de teu sangue.

Com o arrojo dos bandeirantes, fixamos as verdadeiras fronteiras do País.

Expulsamos os estrangeiros que cobiçaram as nossas riquezas e, em Guararapes, tomamos consciência do compromisso histórico das três raças que formaram a nacionalidade.

Implantamos a civilização mineira, que, segundo Caio Prado Júnior, concentrou na Capitania de Minas Gerais, em alguns decênios do século XVIII, 600 mil habitantes, trabalhando mais de 600 mil quilômetros quadrados, que fez florescer o maior centro lusitano de cultura no Brasil.

Apagamos, nos rasgos emocionais da Abolição, a mancha ignóbil que discriminava criaturas de Deus.

Nas condições políticas e culturais da época, construímos o Império que consolidou, por mais de meio século, as aspirações de um País livre e soberano.

Quando o mundo quase esgotava sua capacidade de resistência ao avanço do totalitarismo, levamos além-fronteiras os nossos soldados para defender a liberdade e a democracia. O Exército de Caxias ampliou, então, o seu patrimônio de glórias. Os nossos aviadores cruzaram os céus da Europa e se impuseram ao respeito e à admiração de aliados e inimigos. A nossa Marinha se desdobrou em sacrifícios e fez resplandecer ainda mais os seus memoráveis brasões.

A Nação cresceu em dignidade, cultura e riqueza.

Todavia, a República com que sonhaste, pregação de tantos brasileiros idealistas depois do teu sacrifício, esta ainda vive a crise profunda de funestas deformações, à busca de representação legítima e de liberdade para todos, e sofre, nesse entrechoque de ideais e interesses, longas noites sombrias nos eclipses da lei e da Justiça.

Dela, falam Constituições votadas ou outorgadas. Em seu nome, ou contra seus vícios, se elegeram ou se impuseram governos. Muitos lutaram nas tribunas e nas urnas, outros de armas nas mãos, falando em seus postulados. Temos convivido com a ditadura, o autoritarismo e a violência, mas não se apaga no coração do povo a fé que nele incutiste.

É tão forte e fecundo esse sentimento da Nação, que ele anima, sem se deixar abater, a nossa luta pela restauração da República.

Quem diz república, diz federação, diz voto popular. Hoje nos falta o voto e já não existe federação.

Os estados se encontram humilhados, empobrecidos e acabrunhados. Sem recursos fiscais, sem autonomia administrativa, debatem-se na angústia da submissão vexatória.

A eleição direta dos governadores de estado foi um passo importante, mas ainda muito curto.

Não teremos democracia enquanto não houver a reconstrução do Estado federativo. Só uma federação forte garante a plenitude dos direitos democráticos.

A crise que nos assola não encontra precedentes na História. A desorganização da economia, os efeitos dramáticos da recessão e da inflação. A distância crescente entre o desenvolvimento material de algumas regiões e o empobrecimento gradativo das outras. O desemprego que torna inúteis milhões de inteligências e de braços e a fome que reduz a vitalidade. Onde não há trabalho, falta o pão e onde não há pão, não pode haver paz. A crise tem sido dura, penosa e implacável. Mas ela, com toda a sua fúria, não consegue subjugar o nosso povo, antes o retempera em suas energias, no valor do seu ânimo e na extraordinária capacidade de resistir, sonhar e lutar.

Aí estão as multidões reivindicando o retorno do País à submissão do princípio de legitimidade e da representatividade e se empenhando, na lei e na ordem, para recuperar totalmente a sua soberania sobre a Nação.

Nesta hora temos de evocar, como fazemos agora, as duas lições da Independência:

- a tua lição, Tiradentes, pondo em risco a vida para colocar, acima dela, a liberdade do povo, e a bandeira de Minas consagrou na sua legenda o permanente sentido da luta: liberdade ainda que tardia, liberdade como recomeço, cada dia, do esforço para defendê-la em todos os lugares e em todas as horas;
- a lição dos estadistas, que por sua sabedoria, lucidez, equilíbrio, transformaram a Colônia em Nação e nela construíram instituições que, apesar de tudo, resistem aos vícios e às violações.

A essas duas lições, permitimo-nos acrescentar uma outra, aprendida na história dos povos que viveram e vivem momentos igualmente perigosos e graves: a de que só encontraremos saída para conflitos irreversíveis, se as forças que representam o poder e a sociedade civil

souberem conter as suas posições de radicalismo, que levem a confrontos desiguais e funestos. Se colocarem as aspirações nacionais acima dos interesses sectários ou ambições personalistas. Se compreenderem que a vida das nações não se faz com intransigências que eliminam oportunidades de convivência saudável e respeitosa das ideias. Se se estabelecer entre o povo, nem sempre paciente nas suas justas emoções, e as lideranças, nem sempre humildes, para compreender os anseios coletivos, a confiança que se transforma em estima, amor e fé na natureza e na prática da democracia.

Há momentos na vida dos povos em que eles não podem se dar ao luxo da divisão e das retaliações. Se divididos em facções afrontadas, estarão praticando o trágico exercício da desagregação nacional.

Deste recanto de Minas, que o teu martírio converteu em altar da Pátria, sei que interpreto os melhores sentimentos de nossa gente e de nossa história, ao pedir-te que, como Patrono da Nação, inspires, a todos os brasileiros, sobretudo àqueles que têm responsabilidades de liderança e representação política, a fim de que encontrem, na paz e na honra, caminhos novos para a nossa Pátria.

Não podemos avançar para o futuro de olhos vendados para chegarmos, sem retorno, a impasses intransponíveis. Temos de evitá-los, com a humildade que não exclui firmeza, com paciência que não exclui decisão, com a consciência de que precisamos conquistar o direito de celebrar, dentro em breve, sem remorsos, o centenário de uma República duradoura e criativa, que se batizou no teu sangue para santificar-se no orgulho e nas esperanças do nosso devotamento.

Só assim, Tiradentes, o teu holocausto não terá sido um ato dramático inútil. Só assim, nós nos tornaremos dignos de honrar a tua memória e viver os teus ideais.

A tua exortação, ainda hoje, repercute de quebrada em quebrada, abrasando de ardor cívico as nossas almas inquietas e assustadas:

Se todos quisermos, haveremos de fazer deste País uma grande Nação.

# *Olhar para o alto e encontrar o rumo*

---

## **Discurso do governador Tancredo Neves por ocasião da abertura da 50ª Exposição Agropecuária.**

*Uberaba, 3-5-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Excelentíssimo Senhor João Figueiredo, Presidente da República;  
Excelentíssimo Senhor General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai;

Exmos. Srs. Ministros de Estado;

Exmo. Sr. Governador do Estado do Mato Grosso;

Srs. Vice-Governadores;

Srs. Parlamentares;

Srs. Secretários;

Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu;

Sr. Prefeito Municipal de Uberaba;

Autoridades paraguaias;

Autoridades brasileiras;

Senhoras e senhores:

Permita-me Vossa Excelência, Senhor Presidente João Figueiredo, que dirija as minhas palavras de saudação ao general Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, que hoje nos visita.

Uberaba, Sr. Presidente Stroessner, tem sido um dos postos avançados de nossa amizade para com seu valoroso povo. Desde tempos bem recuados, este sertão se riscou de caminhos para o poente, e mineiros os palmilharam, na busca da aventura e da fortuna.

Quando a pecuária se tornou a atividade econômica mais importante da região, compradores e vendedores de gado transpuseram as lindes fronteiriças, criando vínculos de afeto e interesse entre os mineiros do Triângulo e os criadores paraguaios.

Os anos têm consolidado a amizade entre paraguaios e brasileiros de um modo geral. Temos não só fronteiras, como interesses comuns e a cooperação entre nós se desenvolve de maneira reciprocamente vantajosa. Estou certo, porém, de que, com a natural exceção dos municípios



da fronteira, não existe cidade brasileira que melhor conheça o Paraguai do que Uberaba. Os criadores de Uberaba visitam frequentemente Assunção, e os paraguaios aqui têm chegado com assiduidade. Mais ainda: atraídos pela generosidade das terras sumarentas e pela fraternidade do povo, mineiros têm ali investido seus cabedais.

Na pessoa de V. Exa., general Stroessner, quero assinalar o apreço de Minas à indômita gente guarani.

Presidente João Figueiredo:

Já se tornou tradição esta visita anual do Chefe de Estado a Uberaba, a fim de abrir a mais importante exposição de gado bovino que se realiza em nosso País. E a que Vossa Excelência hoje inaugura, tem significação especial, porque se realiza pela quinquagésima vez consecutiva, demonstrando a perseverança deste povo na atividade pastoril.

Se, no início, a presença do primeiro mandatário trazia a Uberaba reconhecimento aos pioneiros que aqui estabeleceram os mais elevados padrões da pecuária mundial, quiseram as circunstâncias políticas acrescentar-lhes outras significações. Além de renovar, todos os anos, as justas homenagens aos criadores do Triângulo, a visita do Presidente da República permite um diálogo, sempre respeitoso, mas sempre franco, entre os mineiros e a Chefia do Estado.

Vossa Excelência nos visita em hora marcante da história brasileira. O País ainda medita as recentes palavras que Vossa Excelência lhe dirigiu, reivindicando o entendimento político nacional. Somos conhecedores das dificuldades que Vossa Excelência afronta, na responsabilidade do patriotismo que todos lhe reconhecemos, a fim de cumprir o compromisso democrático assumido diante da Nação e de sua própria consciência. A Vossa Excelência cabe a tarefa mais difícil destes últimos quatro lustros: a de devolver o destino do Estado à plena soberania popular.

A hora, como Vossa Excelência bem definiu em seu pronunciamento de 30 de abril, é a do diálogo. Não quero recusar-me a esse chamado que é dirigido a todos os brasileiros, e não somente às elites políticas. Creio que, de agora em diante, temos de aproveitar todas as oportunidades, a fim de não cairmos na condenação do impasse e na esterilidade da intransigência.

Devo dizer-lhe que outro não tem sido o anelo da Oposição que o da paz. Foi para que houvesse paz que fomos veementes na reivindicação democrática. A firmeza de nossa postulação amparou Vossa Excelência

em seus esforços. Sabemos que, no humano jogo do poder, sobretudo quando os tempos são excepcionais, não basta a vontade de um só homem, por mais virtudes exerça e mais altas posições ocupe. Ao reclamar a anistia, ao postular o retorno das garantias constitucionais, no que Vossa Excelência foi profundamente sensível, e, nestes últimos meses, ao reunirmo-nos nas praças públicas, outro propósito não tivemos que o de servir ao povo e à Pátria.

Sei que interpreto o sentimento de adversários e correligionários de Vossa Excelência, ao dizer-lhe, neste momento, que a tenacidade com que defendemos nossas ideias associa-se ao bom-senso que dedicamos ao exame da conjuntura política. Somos adversários leais de Vossa Excelência, como é próprio na vida das democracias, mas somos, bem acima dessa contingência, intransigentes na defesa dos interesses mais altos e permanentes de nosso povo. Essa razão, assim posta, deve juntar-nos para o encontro de uma solução que, ajustada acima e além de horizontes rasteiros, seja digna daqueles de quem viemos e das gerações a vir.

Senhor Presidente, a Nação, em suas lideranças representativas, não faltará ao chamado de Vossa Excelência. A unidade nacional tem sido sempre nossa meta. Estou seguro de que soubemos, em nossa ação política, ao longo dos anos, interpretar os anseios de mudança da sociedade brasileira, aos quais Vossa Excelência se referiu em seu pronunciamento recente. Ao Congresso, como o mais alto órgão de soberania nacional, caberá a tarefa de dar legitimidade jurídica ao programa político de curto prazo que a urgência da crise reclama.

Sei também, Senhor Presidente, que, em nossos partidos, opostos e persistentes em suas doutrinas, não faltam homens com a grave consciência dos riscos desta hora.

Mais do que isso, serve-nos de estímulo e alento a maturidade política do povo brasileiro, demonstrada sobejamente nos últimos dias. As multidões que se reuniram a fim de postular mudanças constitucionais, fizeram-no dentro de uma ordem invejável. Se outros fatos não houvesse, para atestar a nossa capacidade de viver em plena democracia, bastaria o exame desapassionado de como transcorreram essas manifestações, que seu governo soube respeitar e garantir.

Se às elites políticas, pelas próprias contingências da vida social, cabe a responsabilidade de conduzir os entendimentos, elas devem atuar na fiel representação das mais amplas camadas do povo brasileiro.

Não se trata, neste momento, de encontrar nomes ou grupos, mas de estabelecer, acima deles, programas de ação política e administrativa que conjurem a crise.

Incluo-me entre aqueles que identificam em uma ordem internacional injusta a causa primeira de nossas dificuldades, inclusive de nossas dificuldades institucionais. O egoísmo e a arrogância das nações mais poderosas têm prevalecido sobre a justiça e a paz. Para a manutenção desses impiedosos privilégios, não há obstáculos que as detenham.

Bastaria a constatação dessas velhas manobras para que nos reuníssemos imediatamente em busca do entendimento nacional. Vossa Excelência tem denunciado, e estou certo de que com o apoio de toda a Nação, a desigualdade nas relações econômicas internacionais.

A aplicação industrial das conquistas da ciência que, em um mundo solidário, deveria ser universal, é avaramente retida pelos países ricos, que só nos transferem o conhecimento tecnológico na medida de seus interesses e sob o ônus dos *royalties*.

Crescidas as distâncias entre os países ricos e pobres, em consequência dessa política de injustiça e domínio, acentuam-se, quase como maldição, as clamorosas diferenças sociais em nosso próprio País.

Essa desigualdade, que hoje faz a suntuosidade de uns e o ácido cotidiano da maioria dos brasileiros, só pode ser combatida com paciente ação política.

Não podemos cair nas ilusões totalitárias. Temos, bem clara, a certeza de que formas não democráticas de administração econômica podem adiar os conflitos, mas não conseguem eliminá-los do futuro das nações.

Se é nossa consciência de que a origem da desigualdade está na dependência aos mercados externos, cabe-nos procurar o caminho do desenvolvimento autônomo.

Esta exposição, Senhor Presidente, demonstra como somos capazes de ousar e vencer, na caminhada do conhecimento. A genética era ainda uma ciência vacilante quando homens deste chapadão se aventuraram na experiência do cruzamento de raças bovinas. Tiveram a coragem de vencer os mares e buscar, da Ásia distante, o exótico zebu, mais afeito ao rigor dos trópicos do que o gado ibérico, trazido pelos europeus, e com ele promover a mutação de nossos rebanhos. Hoje Uberaba é o mais importante centro de zootecnia do País. Não só a ABCZ mantém aqui uma escola superior especializada nessa disciplina, como a Fundação

Bradesco, as Organizações Mário Franco e a Fazenda Campo Verde, realizam trabalhos de grande significação na engenharia genética.

O governo de Minas, através da Secretaria de Agricultura, tem somado esforços à iniciativa dos uberabenses no aprimoramento dos rebanhos brasileiros.

Em que pese a escassez de recursos, estamos implantando no município um centro de pesquisa de zebuínos e pretendemos nele instalar uma fazenda que sirva de modelo no manejo sanitário dos animais.

Animam-nos, também, Senhor Presidente, os projetos federais que se encontram em execução no Triângulo Mineiro.

Cito, entre outros, o programa de desenvolvimento dos cerrados e o corredor de exportação Goiás–Minas–Espírito Santo, que inicia suas operações de escoamento de grãos rumo aos mercados internacionais.

O estudo dos cerrados brasileiros e o encontro de sua vocação econômica sempre preocuparam os pesquisadores mineiros. Hoje, com a correção da acidez de seu solo, foi possível incorporar às fronteiras agrícolas milhares de alqueires, que têm contribuído decisivamente para a economia nacional.

É de nosso dever testemunhar, junto aos uberabenses, os esforços pessoais de Vossa Excelência para a concretização desses projetos.

Quando, nas procelas, os navegadores noturnos vislumbram uma estrela conhecida, retemperam seu ânimo, sustentam o velame, sujigam o timão e aproam rumo aos ancoradouros seguros.

É preciso, no entanto, olhar para o alto, a fim de encontrar o rumo. Olhar para o alto é recorrer ao Eterno, à grandeza dos valores permanentes. Os homens passam, as gerações passam, as dissidências partidárias são esmaecidas pelo tempo. Mas a Pátria permanece, e todos aqueles que a ela servem com a alma e o coração sobrevivem no afeto da memória coletiva.

O nosso povo se destaca pela capacidade de identificar, nas posições divergentes do passado, as razões maiores que são as da Pátria.

Vencidos os momentos de exaltação, sempre soubemos concertar o entendimento e a paz. Se o conflito das ideias é inseparável da história das nações, os pactos políticos de convivência são indispensáveis à sua integridade. Sempre foi assim, em nosso País, desde a Independência.

Esse passado serve a nosso presente.

Que Deus inspire Vossa Excelência, no seu proclamado propósito de fazer desta Nação uma democracia plena. E esteja certo que, para esse cometimento, não lhe faltará o apoio do governo e do povo mineiro, que jamais puseram em dúvida a sinceridade de seus sentimentos.

Pelo que já fez Vossa Excelência para o aprimoramento de nossas instituições, e pelo que ainda fará, na consecução de seus patrióticos objetivos, o Brasil e seu povo render-lhe-ão histórico reconhecimento.

## *Força criadora do espírito*

---

**Discurso pronunciado pelo governador Tancredo Neves, na Academia Mineira de Letras, ao receber o acadêmico Dom Oscar de Oliveira.**

*Belo Horizonte, 11-5-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

As eventuais funções de mandatário do povo mineiro, à frente do seu governo, ou de ocupante transitório do Palácio da Liberdade, por mais exigentes e absorventes, não me privariam, jamais, de dar-vos as boas-vindas quando chegais a esta Casa, aureolado por merecimentos incontestáveis que reluzem em todo o seu esplendor.

Vossa entrada nesta Academia não surpreende, porque de há muito se insere na sequência dos acontecimentos normais. Ao eleger-vos para a cadeira que vindes agora ainda mais ilustrar, buscou a Academia em vossa pessoa o homem que desde a mais tenra juventude se afeiçoou à cultura como uma vocação irresistível. Sois o estudioso integral, não aquele que só se contenta em criar, mas o outro que, para os lazeres de uma jornada, escolhe o convívio dos livros ou o silêncio erudito das bibliotecas.

Nós, mineiros, temos um pendor especial pela literatura e a nossa história, de sangue e de sonhos. Talvez nos venha esta predileção das montanhas que nos rodeiam ou de nossas vistas alçadas para cima.

Ao saudar-vos, crede-me, invade-me um sentimento complexo de intensa satisfação, que eu diria atingir as raias do orgulho, se este vocábulo não ferisse a vossa alma piedosa.

Lisonjeia-me, por outro lado, a gala tão simples deste momento, porque, enquanto neste universo, conturbado e asfíxiado, se alimentam as forças negativas das confrontações prepotentes, nós, aqui destes velhos outeiros, praticamos a permanente renovação do espírito que é a seiva de todo o nosso vigor.

Não sei se Wilde e D'Annunzio foram corretos ao afirmar que a vida copia a arte. Possível, sem dúvida. Tenho, no entanto, em que não erráramos se optássemos pela recíproca. Todavia, enquanto nos voltarmos

para a arte, só poderemos encontrar pela nossa frente a iluminada esperança de um mundo melhor.

O artista, mesmo regional, é por natureza e destino um eclético, e a sua percepção abrange o cosmo em todas as suas afirmações, em todas as suas contradições, nos seus paradoxos e contrastes.

Qualquer concepção política é no fundo uma obra de arte, e se as contingências a transformam ou a adulteram, não destroem as fontes idealistas de sua inspiração.

Representais, meu nobre confrade, uma destas personalidades privilegiadas porque tendes o dom da fé e amais a arte.

*Fides donum Dei*, um dom de Deus, a fé. Por isso mesmo escolheste o caminho que aproxima o homem do seu destino supranatural e vossas atividades de polígrafo têm, como quem tece uma túnica de arminho, a maciez das flores orvalhadas.

Em vossa vida, vos repartistes entre a fé e a arte, conjugadas, numa composição admirável, nesta força maior que é o misticismo. Se vistes na carreira sacerdotal a cabal realização de vossos impulsos mais recônditos, encontrastes na mágica desenvoltura da palavra a satisfação de vossos anseios criadores.

De resto, a religião tem sido fonte inesgotável das inspirações mais puras.

Aqui portais em hora de incógnita transição social, nestas encruzilhadas de incertezas em que a coragem de afirmar chega a ser temerária, mas, assim mesmo, só serão realmente autênticos os que tiverem a resolução de definir-se.

Vossa obra literária é uma definição e uma afirmação.

Não é somente dramática esta hora infinda que atravessamos, desorientados pelo troar incessante dos bombardeiros e pelo estrídulo metálico dos mísseis disparados. É, também, a hora depressiva que convida à meditação. Se não se calarem, quanto antes, os engenhos aperfeiçoados da destruição, a nossa civilização terá lamentavelmente falhado. Se os computadores insistirem em substituir o humanismo pelo jogo das combinações eletrônicas, nada mais nos restará senão refugiarmos no abrigo de uma prece inabalável, rogando a Deus nos poupe do cataclismo inevitável.

Não negaremos que a sociedade se transforma com uma rapidez avassaladora, com a modificação consequente dos panoramas históricos

ameaçando-nos com uma tolerância moral que nos agride e que a nossa consciência repele.

Os dias de hoje lembram-nos o ocaso do império romano, e se lermos Juvenal, que soube registrar os usos e lascivos costumes daquela época, teremos a impressão de que ele descreve não aquela sociedade sepulta, mas a de hoje, a nossa e contemporânea.

Alenta-me, no entanto, a esperançosa convicção de um novo Renascimento, uma reação salutar que recoloca o homem como o centro do mundo, e não a máquina como a polia insensível de uma evolução massificante e desordenada.

As leis históricas que presidiram à formação das sociedades humanas não provieram de uma geração espontânea. Ao contrário, foram filtradas pela marcha lenta e segura das experiências e das tentativas.

Meus confrades:

Um discurso acadêmico não é uma digressão doutrinária e menos filosófica. É, pela sua natureza, a palavra cordial, amiga, que festeja a alegria de uma recepção num concerto de afinidades e vocações similares.

Não sois, Dom Oscar de Oliveira, um escritor improvisado e afoito. Antes, domina-vos, como tenazes envolventes, um cabedal literário, que se para vós constitui o tesouro de um reino interdito, para nós significa a causa do justificado júbilo.

Nascestes em Entre Rios de Minas, lugar pleno de sugestões bucólicas, uma paisagem arcádica que se assemelha a um templo chantado pela natureza. Nascestes – isto o essencial – num lar cristão, e de vossos genitores José Esteves de Oliveira e D. Judith Augusta de Oliveira, expoentes das virtudes de nossa terra. Pela docência do exemplo, recebestes as lições de uma austera educação moral e religiosa que tem sido apágnio de vossa atividade e a base iluminada de vossa brilhante atuação apostólica.

Vossa infância transcorreu no ambiente limpo de uma proibidade imaculada. Na escola, em que tivestes por mestra D. Maria Monteiro de Moura, captastes os primeiros sinais de um chamamento misterioso, porém, insuperável. Naquelas aulas em que se cantavam as tabuadas, entre a infância e a adolescência, quadra em que as impressões indelevelmente se gravam, à medida que íeis adentrando-vos nos estudos, mais lógica e mais exata em todos os seus contornos se vos manifestava a verdade revelada.



Vossa impaciente curiosidade encaminhou-vos para os livros e tanto mais aprendíeis, mais vos ressoava num determinismo irrevogável a vocação sacerdotal.

Vossa opção para a carreira eclesiástica não era emoção, mas enraizada, consciente convicção.

Que maior ventura do que possuir o homem a fé inata, razão basilar de uma existência?

Esta fé intrépida – *fides intrepida*, o lema, a divisa de Pio XI – a tivestes desde que à razão juntastes a certeza. Esta fé vos revestiu com os paramentos sacerdotais, com que, durante esta peregrinação, entre o amor e a bondade, vindes espalhando a boa nova, a verdade evangélica, milenar e eterna, sempre remanescente.

Em 1935, quando nuvens negras se juntavam no céu, incessantemente interpretadas por cassandras mais atiladas, anunciando outra catástrofe, vos ordenastes na capela do Pontifício Colégio Pio Latino-Americano.

Se a assistência sacerdotal vos chamava à tarefa do vosso mistério, não relegastes a pesquisa histórica, nem descurastes do aperfeiçoamento de vossa ilustração, e, na Pontifícia Universidade Gregoriana, tomastes capelo em Direito Canônico, doutorando-vos para a defesa pública de uma tese não só original no conteúdo, quanto inédita e complexa na essência: *Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império*.

Na Roma majestosa, de cores fortes e de mármore eternos, não vos esquecestes da Pátria distante, e a temática de vosso estudo revela um conhecimento polimorfo de nossa história local desde os arrebóis da colonização e da conquista.

Vossa monografia impressionou a colenda banca examinadora, não só porque versastes o tema num estilo escorreito, como igualmente, no debate oral, tivestes a oportunidade de demonstrar vossa variada erudição. Conscientes estavam os doutos arguidores de atribuir-vos a distinção com louvor, a rara e a almejada *suma cum laude*.

Há de se imaginar o vosso constrangimento quando a rigorosa junta apuradora vos anunciou a nota máxima. Vossa modéstia sofria, vossa humildade vos vexava ao ouvirdes de público, naquele recinto plurisssecular, os encômios ao vosso talento luminar, ou ao proclamar-vos lente

preclaro no Direito. Porque o traço peculiar do vosso caráter é a modéstia, é a humildade.

Pedro Maciel Vidigal, outro humanista primoroso, escritor de altíssimos méritos, latinista exímio que tanto honra as letras nacionais, tem sobre a vossa humildade estas linhas tocantes:

Sagrado bispo, continuou cultivando a humildade que é a pedra mais preciosa no ornamento de sua vida.

Palavras, breves, rápidas, exuberantes na sua síntese magnífica, adequadas com precisão de filigrana. E é a humildade o núcleo das almas de eleição. Cristo foi o mais humilde de todos os seres, tanto para nascer quanto para padecer e sofrer numa cruz. Cultivais a humildade porque ela é do mesmo passo da tolerância e do perdão. Após vosso triunfo em Roma, regressastes ao Brasil e, na gestão da cátedra de Direito Canônico, no Seminário Maior de São José, em nossa veneranda Mariana, mostrastes vossas inconfundíveis aptidões de pedagogo, não só pela fluência de um verbo fácil, quanto pela capacidade de fazer prosélitos.

Vossa atividade não se exaure: sois o pastor atento e atencioso e vossa lida sacerdotal se amplia a toda província eclesiástica, vosso nome desperta uma admiração incontida: de vós bem depõem os que vos conhecem e de vossa porfia testemunham os frutos do vosso apostolado.

Campeia longe, inundando vales, cobrindo montanhas, canhadas e colinas, o fulgor do vosso talento e eis-vos elevado a cônego catedrático do Cabido de Mariana e vigário da Catedral. Bispo auxiliar de Pouso Alegre, investistes-vos na vossa consagração na Catedral de Mariana, templo tão ligado à vossa vida. Em outubro de 1955, tomastes posse do vosso novo cargo e o báculo que conduzíeis, simples na sua aparência, simbólico na sua missão, em breve se estenderia por todas as cercanias onde houvesse um coração que crê e uma alma que anseia.

João XXIII, sem dúvida um dos maiores nomes da Igreja, o Santo Padre escolhido pela misericórdia divina, o que teve a exata antevisão do mundo e a percepção profética de todos os acontecimentos que agora enchem de percalços todos os caminhos, já vos conhecia, já sabia que éreis um predestinado, e num ato de celestial inspiração designou-vos administrador apostólico – sede plena – da vetusta Mariana e seu arcebispo coadjutor. Assim, vossa carreira decorre num plano ascensional

e embora cada vez mais vos escondais sob a penumbra da modéstia, vosso nome refulge com um clarão de iniciado. Debalde buscais o recolhimento, em vão tentais fugir às pompas da terra. Vossa simplicidade evoca, no entanto, o velho brocardo chinês de que o valor e o fogo se assemelham, pois em qualquer lugar, a qualquer momento, permanecem invariavelmente voltados para cima.

Vossa atividade sacerdotal, vossas tarefas apostólicas não caberão evidentemente dentro dos acanhados espaços desta saudação despreziosa, porque elas cobrem a área ilimitada das edificações duradouras, destas apropriadas a preencherem lacuna ou a atenderem o imperativo das necessidades.

Vossa palavra no púlpito, vossas tintas na imprensa, vossa paixão pela pesquisa, vossa viva veia literária, acabaram por trazer-vos a esta Academia, das mais importantes da língua portuguesa, a este cenáculo que esmera a qualidade e capricha na escolha. Que busca nas raízes do seu ser a afirmação dos seus ideais de saber e de perfeição.

Antecedeu-vos Augusto de Lima Júnior, portador de um grande nome ancestral e de quem nos lembramos numa saudade aveludada. Ele foi o mais constante dos enamorados de Minas, cuja história vasculhou, cujos alfarrábios deslindou e cujas dúvidas intrincadas desfez. Monografista impecável, que alcançou na história da Capitania de Minas e na história da Inconfidência Mineira momentos de rara beleza e de inexcusável ilustração. O perfil que traça, em linhas magistrais, de Tiradentes é antológico, fixando esse herói máximo com a sua postura definitiva e até a nós nos custa crer na incompreensível teimosia de Capistrano de Abreu na tentativa de ignorá-lo, e tanto se aprofundou em devassar os segredos e enigmas da Inconfidência, que nos fica a impressão que foi também dos que conspiraram ou dos que, hipnotizados pelo ardor do verbo inflamado do “animoso Alferes”, prolatando as ideias perigosas, ou libertinas como as classificava o despotismo reinol.

Destinou-vos a Academia Mineira de Letras a cadeira nº 27, fundada pelo ilustre poeta e eminente professor José Francisco Paixão e que tem por padrinho J. Corrêa de Azevedo.

José Francisco Paixão personifica, com nítida moldura, o nobre e insistente intelectual da província, não num sentido pejorativo, mas ao contrário, com a expressão da simplicidade e da modéstia. Nada como

a província para ordenar e afirmar o homem. O provinciano é sempre um introspectivo.

Falece Augusto de Lima Júnior, a Academia Mineira de Letras, ciosa e vigilante de suas tradições, orientou-se para preencher-lhe a vaga na direção de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, príncipe da Igreja, um dos seus vultos de maior expressão.

Latinista, helenista, doutor da Igreja, versado nas Escrituras, constitui um dos mais lídimos orgulhos de Minas.

Sua ação no mundo é a projeção de sua paixão apostólica. Não conheceu descanso, aceitou o trabalho com a alma entoando hinos de louvor à bondade infinita de Deus. A última imagem que dele guardo, foi a que nos deixou nesta Casa, em noite inesquecível, firme, ereto, modelar nos gestos, altaneiro na postura, palavra mansa e sábia, recebendo o estadista que se chamou Juscelino Kubitschek, que então, como vós agora, entrara na Academia Mineira de Letras.

Dom Oscar de Oliveira:

Vossa contribuição para a cultura é rica e fecunda. Sois o homem de letras e o historiador.

*Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império* constituem uma tese que vale pela excelência e se recomenda pela originalidade.

Em tese, o trabalho jurídico sói ser objetivo, um linguajar conciso. No entanto, o que escrevestes tem o sabor de prosa leve, que emoldura os conceitos, opulentos na substância e fulgurantes nos ensinamentos que proporcionam. Fizestes um trabalho de excepcional importância que transborda do tema versado para nos lançar de cheio na história do período Colonial e do Império, em meio aos clarões de vossa iluminada e aguda prospecção sociológica. Estudo pioneiro, direi, sem receio, estudo fundamental.

Relendo os nossos grandes historiadores, Capistrano, Varnhagen, João Ribeiro, Pedro Calmon e Ayres da Mata Machado, mestres consumados pela exatidão de suas assertivas e pelo prestígio das abonações, em nenhum deles se encontrará exposta, com tanta clareza e com tanta minúcia, a discutida questão dos dízimos, como em vossa tese de doutoramento. Vossa monografia, de fôlego e de vontade, desafiando as horas das madrugada, vós a erigistes com o material imprecívél das obras definitivas.

O esteta que em vós habita se reafirma em diversos escritos porejando encantos.

*As mais belas histórias da Bíblia*, que publicastes em 1962, são páginas de contagiante emoção. As *estórias* como diria o ciclópico Guimarães Rosa, conservam o perfume que aspirastes na infância e que tão bem soubestes apurar pela vida afora. Velhas histórias, milenárias histórias, mas as tratastes com tamanho engenho que se revestiram de uma roupagem discreta ainda que moderna.

Eleva-nos a sua leitura, dá-nos a dimensão de uma sensação inédita e cristã; neste insignificante detalhe, reside a grandeza do vosso talento.

Vossos escritos de cunho religioso encerram concepções peculiares à vossa alma de poeta, porque o vosso subjetivismo, embebido do Romantismo, lembram Bossuet nas suas digressões emocionantes.

*O culto de Nossa Senhora na Península Ibérica e no Brasil* reúne trechos e remissões enternecedoras e nos comove como uma canção litúrgica numa catedral medieval ao cair de uma tarde.

Vossos outros escritos – *A Fé, A Santíssima Eucaristia, Inefável Mistério, A Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus e dos Homens, A Família, Sagrado Coração de Jesus e Moinho d'Água* – são páginas de uma autenticidade deslumbrante e de uma beleza serena.

O estilo é sóbrio, direto o enredo, e a mensagem que dali se evola recende à ternura.

Na fé e na Pátria encontrastes a inspiração dos vossos versos e o esteio em que vindes sustentando o vosso ideal de incansável lidador do belo e da verdade.

Nestas laudes a São Francisco, toda a piedade que inunda o vosso coração se revela na pureza imaculada dos vossos sentimentos, na religiosidade sem mácula da vossa crença:

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Oh! São Francisco de Assis,  
 Todo Mundo te bendiz!  
 Lírio do Céu e da Terra,  
 Que candidez tanta encerra!  
 Rosa Vermelha de amor,  
 De Jesus ameno odor!

Francisco, eterno Poeta!  
Da Infinita Essência Esteta!  
Vate do sol e da lua,  
da beleza que flutua  
Na vastidão do Universo,  
Nas harmonias do verso!  
Cantor das flores, das aves,  
Com melodias suaves,  
Bardo da augusta Alegria,  
Que as almas sãs contagia!  
E louvador da Pobreza,  
Que gera a pia Riqueza!

Irmão paciente da morte,  
Irmão do fogo que é forte,  
Irmão da água tão casta,  
Que com as chamas contrasta  
Irmão meigo do jumento  
Chucro, rude, violento.  
Irmão humilde do burro  
De desengonçado zurro.  
Irmão dos pobres insetos,  
Todos, irmãos teus diletos.

Serafim de Penitência,  
Pastor da santa Paciência,  
O Mundo ficou mais rico  
Com possuir-te no pico  
Da santidade e virtude,  
No viçor da juventude!  
E o Céu tornou-se mais belo  
Por te conter, Poverello!

Com teu mérito tão grande,  
Roga a Jesus que nos mande  
Outros Francisco de Assis,  
Que o Mundo façam feliz,

Este Mundo conturbado,  
Na violência inquinado.

Mensageiro da Alegria,  
Do Amor, da Paz, da Harmonia!  
Esplendor da humana grei!  
Arauto do grande Rei!

São Francisco, Poeta do Mundo!  
Dos Poetas Patrono fecundo!

Neste soneto que esculpistes para *Moinho d'Água* se espelha todo o encantamento de vossa alma de patriota e de artista:

#### PÁTRIA

A alma da Pátria à minha alma se alinha,  
E tão profunda é minha devoção,  
Que a Pátria toda dentro em mim se aninha  
E me inflama de afeto e comoção.

Para mim a Pátria é tudo! Qual Rainha,  
Entrono-a com fervor no coração.  
A Pátria é minha Mãe, é vida minha,  
Meu tesouro sem par e meu brasão.

Eu amo na Bandeira Nacional  
A Natureza, a Tradição, a História  
E um grande Povo, cheio de ideal.

Honra, virtude, préstimo, labor,  
Tudo isto devo à Pátria, minha glória,  
Pois, 'o Brasil merece o nosso amor'!

Vossa contribuição à inteligência brasileira, no amplo campo da História, do Direito e da Literatura credenciou-vos aos mais importantes centros de cultura do País e vos disputaram para engrandecer o quadro

dos seus componentes: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Escrevendo, como dizia Vieira, “com toda a alma na pena”, enches-tes com trabalhos e estudos relevantes a imprensa do estado e do País, levando a todas as direções as vossas sólidas convicções e os princípios inabaláveis do vosso devotamento sem trinca às verdades Eternas.

Defendeis com arrojo as nossas tradições, as características da vos-sa psicologia humana, e nesta hora atormentada em que a violência, o erotismo, as drogas do mal assaltam o sagrado recesso dos lares pátrios, vossa palavra assume a força de uma advertência corajosa e conclama todos os homens e mulheres para a defesa do que temos de mais precioso, que é a nossa juventude criminosamente ameaçada.

Artista o sois, eu vo-lo disse no início destas linhas e o comprovais a todos os instantes, rezando, cantando, versejando, escrevendo e realizando.

Não temestes dificuldades e fundastes, em Mariana, o Museu de Arte Sacra e da Música, e não contente, organizais o Museu do Mobiliário.

Imbatível o vosso ânimo. Invencível a força criadora do vosso espírito.

Lembrais-me Chesterton ao dizer que o grande homem tem um sinal diferente. O vosso sinal é a vossa própria vida. Bela e humilde, esplendorosa na fé e edificante no vosso exemplo.

Dom Oscar de Oliveira, estamos felizes porque estais conosco. Vies-tes a esta Casa, tão ilustre quanto nobre, para abençoá-la, iluminá-la e enaltecê-la com a refulgência dos vossos insígnias brasões.



## *A Sudene e a questão nordestina*

---

### **Discurso pronunciado por ocasião da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene.**

*Montes Claros, 3-8-1984.*

Senhores conselheiros, em nome de Minas, peço-lhes que estejam em casa. Sentimo-nos felizes em os receber, com a modéstia de nossa hospitalidade, para o exame dos problemas que nos são comuns. Montes Claros é um bom ponto para o encontro das preocupações e esperanças destes dias. Aqui começa o vasto sertão, que vara rumo ao Norte e ao Oeste, com seus cerrados e caatingas, seus rios e gerais. Nele habita gente valorosa, construída de coragem e sofrimento. Gente que exige, nas linhas curtidas da face, os riscos de caráter de que se pode orgulhar o Brasil. Montes Claros, com seus chapéus-de-couro, seus gibões marcados pela áspera vegetação, e o sotaque característico do povo, é cidade tão pernambucana como mineira; tão mineira, como sergipana; assenta-se nas barrancas deste grandioso Vale do São Francisco que tem sido, história, na força mágica, na impetuosidade humana, e na particularidade geográfica, o angustiado coração da Pátria. O São Francisco é o caminho histórico de nossa integração. Suas águas têm para nós o mesmo sentido civilizador do Mediterrâneo. Ele é o *fluvius nostrum*, como o *mare nostrum* dos romanos. As bandeiras desceram-no, portando o seu gênio paulista; baianos o subiram e, sobre o território de Minas, as duas correntes de civilização se reuniram para conformar o espírito da gente montanhesa. Nessas circunstâncias históricas fundou-se o ânimo conciliador da província, mas também nasceu a intransigente vigilância contra as forças desagregadoras, que, de tempo em tempo, ameaçam a convivência nacional. Somos, os mineiros, também nordestinos e sulistas. Enfrentamos, nestas imagens do grande rio, e na nesga de terras ainda mais sáfaras, que acompanha o Jequitinhonha ao mar, a inclemência da natureza que castiga as regiões do Nordeste. Ao mesmo tempo, no sul do estado, bordeando a Mantiqueira e a escalando, dos mansos rios aos campos elevados, localizam-se áreas das mais férteis do continente. Se

assim somos no destino geográfico, outros não temos sido no testemunho da História. As nossas raízes procedem das distantes vertentes do São Francisco e do Paraná. É só buscar os troncos das famílias que constituem o soberbo patriarcado de Minas, e encontraremos rijos sobrenomes sertanejos associados, pelo casamento, à linhagem dos paulistas que empurraram, com o peito, a linha interior de nossas fronteiras até alcançar o sopé dos Andes. Mais importante ainda é a nobreza anônima dos homens e mulheres do povo, que para aqui acorreram em busca da sorte; uns atraídos pela aventura, outros tangidos pela dolorosa fatalidade da seca. Aqui chegando, fazem-se mineiros, compartilham as nossas venturas, as nossas dificuldades e se encontram entre irmãos. Tudo nos conduz a ser intransigentemente brasileiros, acima das diversidades regionais, e à responsabilidade de defender a identidade nacional duramente conquistada pelos nossos avós. Críticos açoitados nos chamam de conservadores, dando ao vocabulário conotação reacionária que repelimos. Mas não negamos o apego quase religioso a certas tradições, entre elas a da luta, sempre que for exigida, pela liberdade. Queremos conservar, sim: conservar a liberdade, conservar a honra, conservar inteiras as fronteiras físicas e espirituais da Pátria. Tais atributos não são apenas nossos; eles nos vieram com a seiva para aqui afluída de todos estes brasis que são um só e único em sua grandeza.

A defesa da unidade nacional, que sempre foi bandeira de Minas, conjuga-se com vigorosa postulação federalista. Só podemos entender a União como ato político que nasce da autonomia de todos os nossos estados, cada um deles com sua própria expressão histórica e geográfica. Não pode haver União, quando ela se impõe pela força de uns sobre os outros. Tão nefasta como a aliança de unidades fortes contra o interesse das menos desenvolvidas é o surgimento, opondo-se a toda a lógica da natureza política, de uma expressão nova de poder exterior à concepção que temos de Estado, como a força centralizadora de que hoje padecemos. Seria injusto considerá-la fruto de uma predominância regional. Dela participam, como planejadores e executores, homens de todas as partes do País. É mesmo possível que os tenha inspirado o propósito nobre de queimar etapas em nosso desenvolvimento econômico, mediante a concentração de recursos tributários e de poder de decisão. O resultado, no entanto, tendo sido desastroso. Um país com as dimensões geográficas do Brasil, e de tão diversificada paisagem social, não pode

ser governado com as regras e métodos de aplicação geral. Isso não só viola o princípio político da federação, que é o da autonomia de decisões dos estados, naquilo de seu exclusivo interesse interno, como constitui um disparate do ponto de vista praticamente administrativo. A prática desses anos demonstra o alto custo social e econômico do equívoco que constitui a concentração do poder. Simples decisões, que poderiam ser tomadas em âmbito municipal, se transferem para os inacessíveis gabinetes da Capital do País. As autoridades têm de se deslocar frequentemente de um ponto a outro do território, perdendo valioso tempo que poderia ser utilizado na exigida reflexão de suas responsabilidades e no exame demorado das opções administrativas. Os governadores e prefeitos, se querem recursos para o bom cumprimento de seu mandato, devem buscá-los onde eles se encontram, e para onde fluíram graças a uma política tributária irracional. Não se situam somente na discriminação de recursos, e na desorientação administrativa, os penosos enganos da concentração do poder. Em nome de discutida racionalidade, o Poder Central estabeleceu políticas globais para todas as manifestações da vida social. A educação e a cultura, o saneamento urbano, os projetos de desenvolvimento comunitário, o fomento à agricultura e à indústria, e tantas outras atividades e serviços, que devem obedecer às características próprias de cada região e comunidade, tiveram de ajustar-se ao leito de Procusto da burocracia federal. Dessa forma, o planejamento, querendo servir a todos, a poucos tem servido, e o crescimento econômico obtido nos últimos anos está custando demasiado à sociedade brasileira. O mais importante passo institucional para retomarmos a tarefa de construir a Pátria, é o da restauração dos princípios federativos. Sem federação, repito, não pode haver república. Só com a federação, que lhe dá um sentido orgânico, haverá democracia em nosso País. Para que haja federação, em seu mais profundo sentido, é necessária plena igualdade política entre os estados. Não é possível a federação quando, para nos valermos da conhecida metáfora de Orwell, todos os estados sejam formalmente iguais, mas haja alguns mais iguais do que outros. A União existe para promover harmonia entre os estados tal como eles são, em sua própria identidade, mas também para buscar a sua solidária realização econômica. Cabe-lhe corrigir as distorções naturais e históricas com distribuição de recursos que seja realmente justa. Não é possível que algumas regiões, como é o caso específico do Nordeste, contribuam decisivamente para a economia

nacional, na exportação e abastecimento interno de matérias-primas insubstituíveis, como o petróleo e certos minerais, e permaneçam mergulhadas na miséria, enquanto outras prosperam, simplesmente, porque dispuseram de vantagens circunstanciais em seu desenvolvimento histórico. A União só será realmente União, quando for de todos em benefício de todos, e não de alguns em prejuízo de outros. Estou entre aqueles que advogam, na nova Constituição que os anseios nacionais tornam inadiável, sólido arcabouço federativo. Só assim, com estados fortes e autônomos, fecharemos o passo aos aventureiros e oporemos à cobiça estrangeira, que se faz mais atrevida com a crise mundial, a muralha do nosso patriotismo.

Senhores conselheiros, peço-lhes perdoar-me pelas inquietações de meu discurso. Estou certo de que estamos vivendo a grande hora deste País; vai depender de nossa responsabilidade ocupá-la com grandeza. Se fugirmos à convocação da Pátria, que nos pede, agora, a coragem da prudência e a audácia do bom-senso, seremos réus diante do severo tribunal da História. É preciso, em nome do Brasil, esquecer os agravos do desencontro político e buscar, sem o apelo ao radicalismo estéril, mas sem abdicação da dignidade, a vereda comum para sair da crise nacional. É confortador descobrir que há fortes reservas de patriotismo nos homens públicos brasileiros e que muitos deles, diante dos perigos que se reúnem no horizonte do tempo, estão dispostos ao diálogo, à renúncia às reivindicações pessoais, ao sacrifício em favor de nosso grande e sofrido povo.

Senhores conselheiros, depois desta caminhada, um tanto quanto desordenada, sobre o terreno de nossas aflições comuns, quero ater-me um pouco à particularidade do problema nordestino. Minas traz ao exame dos estados-irmãos do Nordeste um documento, elaborado pela equipe técnica da Fundação João Pinheiro: “Um reexame da questão nordestina.” Trata-se de um papel modesto, de contribuição que servirá, como tantas outras, para o debate do problema. Ele retoma algumas das gravíssimas preocupações que o eminente governador Roberto Magalhães levou à Escola Superior de Guerra. O problema do Nordeste não é novo, mas só tende a agravar-se, se não lhe dermos atenção prioritária e urgente. Poucos se dão conta de que se trava, no Polígono das Secas, uma guerra contra o Brasil. Não se trata de um só e poderoso inimigo, que é a natureza, mas de cruel aliança que nos cabe identificar e vencer.

Já não cabe dúvida de que à seca se juntam, em macabra coligação, o regime de propriedade das terras, o discriminado aproveitamento das poucas águas, a ausência de saneamento, a opulência dos privilegiados, que tornam mais humilhante a miséria e mais humilhados os que dela padecem, na insensibilidade das regiões mais prósperas. A sorte do Nordeste é a sorte do Brasil. Todo desenvolvimento das áreas meridionais será sempre precário, enquanto houver a paisagem social desolada do Nordeste. São também insensatos os que, no próprio Nordeste, negam salários justos aos trabalhadores, monopolizam as margens molhadas dos rios e açudes, aproveitam-se da crise e se valem de mão de obra semiescrava para o seu enriquecimento. Nenhuma prosperidade nos trará alegria se estiver submetida aos sobressaltos do temor. Ninguém pode sentir-se em segurança ao lado de quem tem fome. O eminente governador Roberto Magalhães, em sua palestra na Escola Superior de Guerra, expõe em poucas linhas o nó górdio do desafio nordestino. Peço-lhe permissão para citá-lo: “As linhas de ação destinadas a executar uma política de desenvolvimento para o Nordeste devem contemplar uma dimensão política e uma dimensão socioeconômica.”

No plano político, deve-se almejar uma efetiva participação da região no processo decisório nacional, de modo a que sejam definidos programas e alocados recursos, capazes de promover a aceleração das taxas de crescimento regional e reduzir o hiato de desenvolvimento que separa o Nordeste das regiões mais desenvolvidas. Nesse sentido, é importante regionalizar os orçamentos públicos, de modo a tornar transparentes os recursos destinados a cada região. E em frase curta, singela, a questão maior: “Quanto à dimensão socioeconômica, é prioritária e inadiável uma reestruturação fundiária que, superando a dicotomia latifúndio-minifúndio, permita a utilização mais racional da terra e da mão de obra disponíveis.”

Sou obrigado a insistir no aspecto social do problema nordestino. Se devemos aplicar grandes recursos na transformação econômica da região, esforços maiores têm de ser realizados para resgatar o seu povo, integrando-o na sociedade do século XX. Não seremos dignos do Brasil se não soubermos responder a esse grave desafio. Há, no rude viver desses nossos patrícios, um elenco de afrontas à honra e ao patriotismo de todos os brasileiros. A fome, a doença, a morte de milhares e milhares de crianças, todos os dias, são chicotadas em nossa face. E, para todos

nós, privilegiados pelas circunstâncias do destino, constitui um chamado à vergonha. Orgulhamo-nos, às vezes, com justas razões, do progresso material alcançado nas últimas décadas da industrialização rápida, da disseminação das universidades, da abertura de estradas e construção de moradias. Tais êxitos, contudo, não bastam para consolar a nossa consciência, fustigada pelas imagens de horror que nos chegam dos confins do sertão. Hoje, com indisfarçável sentimento de frustração, no Nordeste, quanto aos efeitos da política de industrialização da área, alguns tendem a negar-lhe importância na solução dos problemas regionais. Segundo esses, ter-se-ia gerado pouco emprego, ampliando-se a dependência da região, sem que houvesse resultados objetivos para o mercado nordestino. Sem negar possíveis erros na condução da política industrial, seria arriscado propor para a região desenvolvimento autárquico, baseado em tecnologia, mas pobre e escorado na agricultura de subsistência. O Nordeste é Brasil, faz parte do mercado nacional, e seria utópico qualquer projeto de lhe fechar as fronteiras, erguendo-se protecionismos.

O parque industrial já instalado na região, duramente atingida pelo ciclo regressivo, precisa ser protegido, a fim de que não se deteriore, em prazo curto, o resultado de longos anos de trabalho e de vultosas inversões. A prazo médio, é importante retomar, dentro de rigorosos critérios técnicos, mas tendo em vista as opções de caráter social, os esforços de industrialização. Uma das opções está em dar prioridade ao desenvolvimento e implantação de indústrias vinculadas à pecuária. Não nos cabe aqui, examinar, em profundidade, o desempenho dos órgãos governamentais na área. Seria, entretanto, injusto desconhecer o papel desempenhado pela Sudene. Sem a sua ação no Nordeste, a situação seria hoje muito mais dramática. Coube ao mineiro Juscelino Kubitschek criá-la; entre as suas razões de estadista estava a consciência de que a rápida industrialização do País, que ele pretendia, devia realizar-se com medidas ajustadoras. O desenvolvimento dentro dos moldes clássicos do capitalismo iria alargar mais ainda o fosso entre o Nordeste e o resto do País. Era natural que os investidores procurassem as áreas já mais desenvolvidas, como mercado dinâmico, com mão de obra mais apta, cidades mais bem equipadas de conforto. A Sudene, com os incentivos criados, tinha e teve o mérito de reduzir diferenças. Não obstante a intenção do grande Presidente e da competência técnica dos sucessivos dirigentes do órgão, a começar pela reconhecida capacidade do professor Celso Furtado, a Sudene

não corresponde ao destino que lhe preconizava o Presidente Juscelino Kubitschek; cabe-nos, senhores conselheiros, cabe-nos antes de tudo, resgatar a esperança. Isso passa pela formulação de um projeto de desenvolvimento que concilie as aspirações populares com as possibilidades máximas permitidas pela realidade existente. Passa pela remoção da pobreza absoluta, pelo já inadiável fortalecimento dessa admirável alavanca de desenvolvimento do Nordeste que é a Sudene, por ampla reforma tributária e administrativa que fortaleça estados e municípios, permitindo-lhes um mínimo de autonomia imanente ao próprio conceito de federação, pelo atendimento de carências sociais gritantes, como as presentes nos campos do saneamento, habitação, saúde, educação básica e até mesmo segurança pública. Resgatar a esperança e a confiança exige também romper com a recessão, retomar o desenvolvimento já, respeitando as prioridades e objetivos de interesse do povo, e unindo esforços públicos e privados sem dar as costas para o papel do Brasil no mundo. A pior dívida de qualquer sociedade é o desemprego, a fome, a ignorância, o sofrimento e o desencanto. Para as outras dívidas, um país viável como o Brasil tem a receita da democracia, do trabalho, da produção, da inteligência, da seriedade, da persuasão e da dignidade que decorrem da própria soberania.

Senhores conselheiros, é meu dever indeclinável tornar público o reconhecimento e a gratidão de Minas pelo tratamento isento e competente que nunca lhe faltou na Sudene e neste Conselho Deliberativo. Hoje mesmo, temos razão de sobra para comemarmos seis projetos privados que foram aqui aprovados, envolvendo investimentos novos de Cr\$ 31 bilhões e a criação de mais de 1.200 empregos diretos. Os programas públicos sob a coordenação da Sudene vão bem. Isso é verdade para o Prohidro, Projeto Sertanejo e Polonordeste, e temos ainda a comemorar a possibilidade cada vez mais concreta e efetiva da viabilização do Projeto Nordeste, com as suas ampliações, de US\$ 12 bilhões em quinze anos e de US\$ 3,6 bilhões nos próximos cinco anos, em benefício das famílias nordestinas com renda mensal inferior a dois salários mínimos. Essa família tem de ser a tônica de qualquer política de desenvolvimento responsável em nossos dias. É por isso que cumprimos entusiasticamente a atual equipe da Sudene, que não se limitou e nem se conformou com uma situação conservadora tradicional. O Projeto Nordeste, com a sua redescoberta do povo mais pobre, mais capaz do Nordeste, é certamente o ponto mais alto e marcante da atual administração da

Sudene; e, no que se refere ao Nordeste, de todos os órgãos e entidades que nela atuam. Por essa razão, conclamo os presentes e principalmente os senhores ministros e governadores para que nos empenhemos todos em torná-lo realidade. Enquanto os organismos internacionais avaliam as diversas propostas estaduais relativas ao projeto, um modo prático de torná-lo irreversível é iniciar sua execução com os recursos que a União federal para ele destacou. Ao mesmo tempo, é bom lembrar que o governo federal está formulando o seu orçamento para 1985. Afinal, lutar pelo Projeto Nordeste, tal como está concebido, é lutar pelo bem-estar social do povo nordestino. E isto é evidente: não há sequer sentido em pensar num Brasil desenvolvido sem um Nordeste desenvolvido. Parece reduzir nossa tarefa à superação de obstáculos formais. Pelo menos, à prioridade e ao mérito do Projeto Nordeste, do seu fundamento, do seu realismo e compromisso social, parece óbvio que nem cabem novas discussões, somente aplausos no interesse do povo do Nordeste e de todo o Brasil, é imperioso que seja executado, e já, o plano do Nordeste. E não se pode falar em plano do Nordeste sem uma referência encomiástica de gratidão e de reconhecimento de toda a região ao ministro Mário Andreazza.

Senhores conselheiros, temo que os haja importunado com esse discurso já longo. Estamos, todos nós, tão acostumados aos problemas do Nordeste, e com eles tão familiarizados, que não creio haver trazido nenhum elemento novo à discussão. Meu governo trouxe, como já lhes disse, a modesta contribuição de um estudo crítico; mas estamos convencidos de que só uma vigorosa decisão nacional poderá mudar os rumos da região. Essa decisão será política. Na verdade, ela depende da plena reordenação constitucional do País. Não temos mais tempo para as retaliações e o povo está cansado do estéril afrontamento de facções, enfraquecidas pelos longos anos de vacilação e perplexidade. Somos convocados, nesta hora, ainda carregada de presságios, mas já iluminada pela esperança, ao entendimento nacional. Os que queremos a paz somos maioria; os que desejamos a reabilitação plena dos direitos de soberania do povo somos maioria; os que temos os pés sobre os ásperos solos da realidade somos a maioria. Unamo-nos, pois. É certo que muitos de nossos patrícios acalentam sonhos mais altos de igualdade e justiça. Sejam compreensivos com seus ideais, mas procuremos convencê-los de que, além dos limites do possível, aí estão os abismos



do desvario político. Outros, em nome de uma ordem que garanta seus privilégios, aceitam e promovem a injustiça. Estes insensatos acabarão por entender que só a justiça garante a paz. O Brasil suportou outras crises em sua história e de todas elas saiu revigorado em seu destino e coeso em sua unidade. Depende agora de nós atravessar os sargaços e escolhos, e levá-lo inteiramente a seu futuro. Este é o nosso País. Para fazê-lo, chegamos de muitos lugares e nos unimos aos que já o habitavam. Europeus, africanos, indígenas, temos arrastado as dificuldades e as vencido. A crise atual é mais grave, também porque o País cresceu e cresceram as disparidades entre homens e entre as regiões. Caminhamos agora para o reencontro democrático. Vencida essa etapa política, teremos de trabalhar duro na recuperação econômica e social do País. A mais urgente tarefa, nessa missão histórica de todos nós, é a integração do Nordeste na caminhada comum do desenvolvimento. Mais uma vez, obrigado por terem vindo a Minas Gerais.

# *Despedida do governo de Minas Gerais*

---

## **Discurso do governador Tancredo Neves quando da transmissão do cargo ao vice-governador Hélio Garcia.**

*Belo Horizonte, 14-8-1984.*

Mineiros, começa, aqui e agora, a grande caminhada que há de redimir a nossa Pátria da miséria, do opróbrio e da vergonha.

Não temos outra escolha. Vamos às ruas reunir o povo, para a luta democrática, com a certeza de que nossa será a vitória, porque a causa da Pátria, imperecível em sua honra. Mais uma vez, Minas se une, com a força do seu exemplo, para unir o Brasil.

Estamos todos juntos nesta campanha: adversários de ontem são hoje nossos intrépidos companheiros na trincheira cívica da Pátria. Refiro-me aos ilustres homens públicos que formam a Frente Liberal, nascida da resistência democrática deste grande mineiro, que é o Vice-Presidente Aureliano Chaves.

Deixo o governo de Minas com emoção. Estes meses, já históricos, não foram somente de trabalho e sacrifícios. Tive, do povo de minha terra, generosas provas de afeto. Ele que me havia confiado o mandato de representá-lo nos mais altos conselhos da República, conduziu-me a este palácio, entre cujas paredes austeras trabalharam tantos varões ilustres de Minas. Nestes meses, fui recebido com afetuoso carinho em todos os recantos de Minas.

No convívio deste povo, forte no exemplo de sacrifício, encontrei as reservas de fé que me animam a este novo caminho.

Por mais duro seja o desafio do amanhã, sei que me restará recorrer à memória destas montanhas e de seus homens, e fortalecido estará meu espírito para vencê-lo.

Não postulei a candidatura à Presidência da República. Tal magistratura, em sua grandeza, não pode ser atribuída aos que buscam, mas deve ser sempre, como tem sido em nossa história, exercida como mandato da Nação.

Convocaram-me as forças mais representativas do País. Homens de todos os partidos políticos e de todos os estados brasileiros vieram chamar-me para, com as razões morais de Minas, assumir a liderança deste amplo movimento de restauração da Pátria.

Ouvi os líderes do povo mineiro. Consultei seus representantes na Assembleia Legislativa e os dirigentes de suas entidades de classe. De todos encontrei o firme estímulo para atender ao chamado do Brasil.

Sei que, ao convocar-me, não se convocava apenas o homem público, mas se recorria a Minas, e a seu grave senso de ordem a que se referia o grande presidente João Pinheiro.

Nunca faltamos ao Brasil, nas suas horas mais graves. Nunca desertamos do campo de honra, desde a manhã de nossa história. É essa consciência do dever para com a Pátria que me conduz ao colégio eleitoral.

Já que não podemos impor a batalha no campo limpo e arejado das urnas populares, iremos aceitar o combate no pantanoso terreno em que querem travá-lo.

Estas serão as últimas eleições indiretas realizadas neste País.

Para a honra de nossos filhos, iremos acabar com o famigerado colégio eleitoral.

A nossa luta é pela restauração da dignidade brasileira. O Brasil se desfigurou nos últimos anos. Desfigurou-se em suas leis, desfigurou-se em seus costumes e se desfigurou até mesmo em sua expressão física.

As leis foram substituídas por normas apressadas, sem nenhum respeito às tradições jurídicas da Nação. A Constituição de 1964 foi substituída por um diploma outorgado, e isso basta para dizer de sua legitimidade.

A corrupção, a fraude, o peculato, tornaram-se rotina na vida brasileira.

A Nação, a princípio estarecida, passou a aceitar como normal o comportamento de seus altos funcionários, que não só vivem no mundo fantástico e descuidado das mordomias, como negociam o interesse do Brasil, no exterior, com a negligência de irresponsáveis.

Para demonstrar o tal desprezo pelo patrimônio de nosso povo, temos o constrangedor exemplo das “polonetas”. O solo pátrio apresenta as cicatrizes da espoliação. Basta olhar em torno e ver as montanhas mutiladas pela exploração irracional das jazidas minerais.

“Minério não dá segunda safra”, advertia o eminente mineiro Artur Bernardes. Mas, tantas eles as comprometeriam, em seu afã de entregar as riquezas nacionais ao estrangeiro.

Mineiros, esta arrancada memorável não seria possível sem a demorada luta que as oposições vêm mantendo contra o arbítrio neste País.

Há vinte anos, ao instaurar-se o regime que agora chega a seu fim, formamos o grupo político que se iria opor, com firmeza, à prepotência.

Fui, mercê de Deus, um dos primeiros a dizer não ao rompimento da legalidade constitucional.

Disse não ao declararem vaga a Presidência da República; disse não na implantação do regime militar; disse não em nome da consciência nacional, quando Juscelino Kubitschek foi preso e vilipendiado em sua honra cívica. E continuei dizendo não ao longo destes anos tormentosos.

O MDB foi o grande instrumento da luta do povo. Sob a liderança deste intrépido companheiro, que ficará, na história, como o exemplo da tenaz resistência patriótica, o presidente Ulysses Guimarães, nosso partido arrostou todas as dificuldades e permaneceu como a única trincheira do povo.

Não titubeamos em aceitar as regras que nos impunham. Não podíamos cair no desespero e deixar a luta, apenas porque ela se tornara mais difícil.

Vencendo o desânimo de muitos, procurando orientar uma juventude que se desesperava em seu arroubo patriótico, o MDB lutou com coragem e paciência.

Nós sabíamos e sabemos que, por mais escura seja a noite, por mais frios e densos sejam os ventos que a assolam, há sempre a esperança do amanhã.

Mas as alvoradas da liberdade não surgem como um acontecimento natural. As manhãs da liberdade se fazem com a vigília corajosa dos homens, que exorcizam com a sua fé os fantasmas da tirania.

Mineiros, há cento e quarenta e dois anos, num amplo movimento político, mineiros e paulistas se levantaram para a defesa da Nação, contra um grupo palaciano que cercava o jovem Imperador. Era a luta liberal contra a facção áulica.

No manifesto de 1842, diziam, entre outras coisas, os chefes da Revolução em Minas Gerais:

Vós sabeis, mineiros, quais são as tendências dessa facção, qual o seu pensamento constante. Fingindo-se amiga exclusiva do trono, recusa aliá-lo com a liberdade dos cidadãos e procura sacrificá-lo

inteiramente ao poder, e, a pretexto de o fortalecer, como se o amor dos povos ao monarca não fosse a mais forte garantia de estabilidade do trono; e como se todos não percebessem, através do diáfano véu com que cobrem o seu desejo de plantar o governo oligárquico, de se perpetuarem no mando, escravizando a um tempo a Coroa e a Nação.

Sempre infensa às liberdades públicas, sempre desejosa de centralizar mais o poder, para assim desfrutar o País, foi seu primeiro cuidado tirar às províncias regalias que lhes foram dadas pelo ato adicional.

Nas Câmaras, a oposição constitucional, em seus desvarios, destruiu o regimento sem fórmulas e assenhorou-se do direito de discutir como e quanto quisesse.

Era preciso pôr a mordaza na boca daqueles que defendiam e constantemente defenderam as liberdades públicas, para dar-lhes o último garrote.

Rompeu o ministério em hostilidades manifestas contra todos os cidadãos que não eram de seu credo político; provocou-os por todos os modos, dando demissões a muitos empregados que não estavam nos seus interesses.

Sem exame nem discussão regular, votou-se uma lei pela qual se acabou com a liberdade dos cidadãos, com as suas garantias constitucionais, sem o que ilusórias se tornam todas as garantias sociais.

A imprensa foi perseguida, simples operários que outro crime não tinham senão o de procurar sua subsistência em meio honesto de vida foram recrutados, os escritores refugiaram-se; homens, que pela lei nenhuma culpa tinham, foram processados e levados às cadeias, ou buscaram na fuga o único meio de salvação.

A casa do cidadão deixou de ser para ele o asilo sagrado e inviolável, porque no centro mais recôndito das famílias entram os agentes de polícia, o pretexto da busca, para mostrarem destarte seu desprezo por todas as garantias constitucionais.

Se o cidadão brasileiro fosse livre para votar em quem quisesse, e tantos meios não tivesse o governo para corromper, e fazer aparecer, como expressão do voto nacional o seu próprio voto, conviria

esperar... Mas é lícito esperar depois que o governo se arrogou o poder até de alterar a legislação que regula o modo de se fazerem eleições?

Unidos defenderemos a Pátria contra as pretensões exageradas do estrangeiro que hoje nos dita a lei em nossa própria casa. A facção que nos divide e nos espezinha no interior, cede vergonhosamente a todas as ameaças, a toda influência estrangeira, e quando um governo não procura apoiar-se no voto de toda a Nação, quando arma uma parte dela para guerrear a outra, esse governo não pode achar as simpatias de que carece para lutar com vantagem em prol de seu país.

Mineiros de hoje: a atualidade deste documento nos assusta. Quase um século e meio passados, defrontamos com o mesmo problema. O problema de uma minoria que empolga o poder e tudo faz para mantê-lo, contra a vontade da Nação.

Com outros nomes, e talvez com outros métodos, os mais escusos interesses se aglutinam hoje, para impedir as mudanças que o povo exige, e para garantir o cumprimento das “pretensões exageradas do estrangeiro” a que aludia o Manifesto de 1842.

Mineiros, sou grato a todos que me ajudaram na tarefa de governar o estado. Começo rendendo minhas homenagens aos outros dois Poderes, soberanos e independentes, que são o Legislativo e o Judiciário.

Na Assembleia Legislativa, contei sempre com o apoio de meus companheiros, que formam a Maioria, e contei com a oposição leal da Minoria.

A oposição a meu governo sempre se fez dentro das tradições de Minas. Se houve, em algum momento, acidez nas críticas, estou certo de que elas tinham como objetivo os interesses do estado.

Acatei, como é imperativo de minha consciência e dever institucional, as decisões do Poder Judiciário. Sua independência é imprescindível à democracia, e sua resistência, nas horas de exceção, constitui o último asilo dos cidadãos.

Entrego hoje o governo às mãos de Hélio Garcia. Ele, que foi o bravo companheiro das jornadas recentes, nunca me faltou com a sua lealdade, a sua incansável disposição de servir e seu entusiasmo democrático.

Os mineiros podem contar com o governador Hélio Garcia.

Agradeço, da mesma maneira, aos servidores públicos, civis e militares, que compreenderam as exigências de hora difícil e deram seu devotamento ao nosso povo.

Meu agradecimento maior eu o dedico ao grande povo de Minas. Sou privilegiado pelo destino: desde muito moço tenho vivido a seu serviço.

Nestes anos de vida pública, que não são poucos, tive, da gente mineira, os exemplos de modesta altivez e de inarredável coragem na defesa dos interesses de nosso País. Por isso não fujo ao chamado da Pátria. Levarei comigo, fazendo-a minha, aquela frase histórica de Bueno Brandão: “Prefiro cair com Minas, a cair em Minas.”

# “Não fujo ao chamado da Pátria”

---

## **Discurso de Tancredo Neves pronunciado por ocasião de sua indicação como candidato à Presidência da República.**

*Brasília, 7-8-1984.*

Companheiros do PMDB, atendo o vosso chamado. Orgulho-me de pertencer a este partido. Formado na adversidade, crescido sob os golpes do arbítrio, maduro no sofrimento de seus militantes, ele se reúne, agora, para oferecer à Nação sua proposta de paz.

Sois a representação mais autêntica de nosso povo. Dele trazeis os restos de uma noite prolongada, povoada de medo. Dele é também a verdadeira esperança que conduzis ao longo destes anos.

A esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é a ela que recorrem as nações, ao ressurgirem dos desastres históricos.

Se a esperança é o íntimo abrigo das pátrias, a liberdade é sua razão e sua força. Só por meio da liberdade, a esperança se converte em ação, e os homens podem juntar seus sonhos, para fazer da vida, dádiva de Deus, a oração comum da alegria.

Soubemos, nestes tempos pesados, guardar a paciência e conservar a frente alta.

A causa do povo, se dispensa radicalismos, exige coragem. Foi essa coragem, assumida por todos nós, e sobretudo pela gente mais simples do povo, que nos deu ânimo na penosa travessia.

Saudamos, com alegria, os companheiros da Frente Liberal que se unem ao nosso partido, para a vigorosa arrancada democrática do povo brasileiro.

Trazem-nos eles uma colaboração da maior importância para a vitória em que acreditamos, e hoje a nossa união é sagrada e inquebrantável. Tanto assim que nesta histórica solenidade, tenho a honra de falar não somente em meu nome, mas também no do ilustre homem público Senador José Sarney, candidato à Vice-Presidência da República, que simboliza, em nossa chapa de luta, a inabalável disposição de pelegarmos, cada vez mais irmanados, pelo triunfo de nossos ideais comuns.



Não basta, porém, esta forte e prestigiosa aliança. Estamos confiantes de que não nos faltarão, com seu apoio, as demais forças democráticas, com seu passado de sacrifícios pela democracia. Mais uma vez não faltarão ao povo os contingentes respeitados e populares do PDT, do PT e do PTB, e, por que não dizê-lo, de todos os setores da sociedade, para a ampliação do grande e empolgante movimento da Aliança Democrática.

Esta aliança que formamos é, como dissemos no ato de sua constituição, o núcleo da grande coligação política que reconciliará o Estado com a Nação.

Levamos, para as jornadas próximas, a força que nos conferem a confiança e o entusiasmo do País. Vamos em paz, para promover a paz.

A paz que pretendemos não é a que os vencedores impõem aos vencidos; é a que se edifica no entendimento e na concórdia.

Temos de compreender a verdade essencial de nosso pacto político. Nós o estabelecemos em favor de nossa gente. O Brasil que amamos não é entidade abstrata, feita apenas de símbolos, por mais que os veneremos. O Brasil que amamos está em cada coração e em cada alma de seus filhos. Restaurar, em seus olhos, o orgulho da Pátria, é a missão que nos cabe. A soberania do País é a soberania de seu povo; a dignidade do País é a dignidade de sua gente. Para que o Brasil seja grande e forte, e assegurada sua independência, é condição primeira o respeito sagrado aos direitos humanos.

O Brasil muito deve às nossas Forças Armadas. Desde quando se organizaram, ainda nas origens da nacionalidade, elas passaram a se constituir em vínculo de unidade nacional, na sustentação de nossas instituições livres, na projeção de nosso orgulho nacional, em instrumento da consolidação de nossa democracia. Emanadas do povo, a serviço do povo, elas bem merecem o respeito e o reconhecimento nacional que as envolvem. Nunca é demais saudá-las na grandeza de sua destinação histórica; e quando as vemos voltadas para sua modernização e profissionalização, sente-se a Nação tranquila em sua segurança e fortalecida a sua vocação de ordem, paz e prosperidade.

O Poder mais elevado da Nação é o seu Parlamento.

Os representantes do povo são os portadores de sua soberania. O Congresso deve ter respeitadas todas as suas prerrogativas, entre elas a de exercer pleno controle sobre o Executivo.

Fiz minha vida pública em casas legislativas. Foi nelas que aprendi a força do diálogo e o poder do entendimento político.

É para nós uma razão a mais de alegria cívica realizar a convenção nacional do PMDB neste plenário tão carregado de história.

Companheiros:

Cabe-nos enfrentar, com coragem e urgência, os problemas de natureza institucional.

Os homens necessitam de pactos definidos para a sua convivência. Devem sempre existir, entre eles, regras claras, que lhes estabeleçam os limites entre os direitos individuais e os direitos comunitários. Tais direitos, sendo mútuos, se fazem de concessões. O Estado terá de ser a linha possível entre os interesses de cada homem e os interesses de todos os homens juntos. O Estado é a sua Constituição. Sem Constituição, não há Estado, mas precário arranjo entre os interesses e a força.

As Constituições, no entanto, não são obras literárias, nem documentos filosóficos. Elas não surgem do espírito criador de um homem só, por mais privilegiado em sabedoria seja esse homem. Tampouco podem ser a codificação de propósitos de um ou outro grupo que exerça influência, legítima ou ilegítima, sobre a Nação. A Constituição é uma carta de compromissos, assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade.

A vida das Constituições está no espírito com que são concebidas. Quanto mais estejam subordinadas aos efêmeros interesses das minorias, ou quanto mais atendam à voracidade de poder dos tiranos, menos podem durar. A verdade social é, assim, a essência de tais documentos.

Dispensamo-nos de comentar a Constituição que hoje nos rege. Desassistida daquela verdade, que só o consenso nacional pode assinar, nossa Carta tem sido mero regimento para a conveniência de grupos minoritários, e se encontra perempta pela incontível vontade de mudanças que a Nação manifesta.

Assumo, diante de nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional.

Esta Carta deverá devolver-nos a República e a Federação. Quando dizemos República, pensamos no governo assentado sobre o consentimento ativo de todos os cidadãos. Quando dizemos República, pensamos

no voto livre, universal e secreto. Pensamos em mandatos de duração certa, em pluralidade partidária, em alternância normal de homens e doutrinas na administração política do País.

As eleições, livres e diretas, para os cargos de vereador a Presidente da República, são inseparáveis do sistema republicano que adotamos a partir de 1891.

A República, para ser instrumento apto de governo, deve ser federativa. Em nosso século, praticamente inexistem repúblicas unitárias. Tenham ou não nome de estados federados, as regiões geopolíticas diferenciadas, nas nações modernas, dispõem de claros direitos de autonomia. Para nos valermos apenas de exemplos próximos, aí estão Portugal e Espanha, que conferem o máximo de poder autárquico a seus municípios e regiões. O caso da Espanha é ainda mais expressivo. Trata-se de um Estado monárquico, cuja tradição é sempre centralizadora.

Recuperar a Federação é a nossa segunda grande tarefa institucional. Não basta declarar a Federação. É preciso que o governo da União abandone os excessivos poderes que se arrogou, a começar pelo de concentração tributária e distribuição política dos recursos fiscais. Cada comunidade deve usar do inalienável direito de estabelecer, por meio da casa legislativa competente, seus tributos próprios e decidir de seu emprego. Não pode a União dispor de mais do que necessita para responder a seus encargos, limitados pela Constituição. O que temos assistido é a ânsia incontrolável de domínio burocrático e de captação de recursos para financiar exacerbado controle da vida econômica e social do País.

Faz cento e cinquenta anos, em reforma constitucional que equivalia a nova Carta, que a consciência descentralizadora do Parlamento, sob a Regência, criou as assembleias provinciais, com alguns direitos legislativos de que não dispõem hoje os estados. A recuperação do sistema federativo, imposição da necessidade administrativa, por si só será grande vitória da razão sobre o arbítrio.

Constituição, federação e reforma tributária são as tarefas prioritárias. Com nova Carta, com a autonomia dos estados e municípios e com distribuição racional da carga fiscal e dos recursos públicos, poderemos avançar no caminho das mudanças.

A recuperação dos institutos políticos servirá para a reconquista de nosso orgulho nacional. Perdemos em um emaranhado de atalhos, e retornamos, agora, ao caminho real.

Companheiros:

É urgente a necessidade de impor-se ordem econômica ao Estado. Sem controle parlamentar, sem a vigilância dos cidadãos, as contas brasileiras, internas e externas, tornaram-se pesadelo angustiante.

Começamos pela dívida externa. Os países credores serviram-se de nossos sonhos de grandeza, e, com os recursos que nos forneceram, ampliaram as restrições ao nosso desenvolvimento econômico. A flutuação da taxa de juros, expediente de que se valem a fim de fazer frente a seus déficits orçamentários, está levando o nosso povo a penosos sacrifícios. Já exaustos, os trabalhadores se esfalfam para produzir bens que se convertam em divisas, a fim de atender à ambição insaciável do sistema financeiro internacional.

As negociações da dívida externa serão realizadas na plena afirmação de nossa soberania. Obteremos dos credores condições compatíveis com as possibilidades reais da economia brasileira. A recessão e o desemprego não são moedas de ajuste entre povos dignos.

Não é possível que o País continue enviando para o exterior 5% da renda interna sob forma de pagamento de juros, outros serviços e amortizações. Tal saída de recursos corresponde a verdadeira sangria na economia nacional e se materializa, em última instância, pela transferência de parcela da produção nacional ao exterior. Os produtos, por seu turno, correspondem à combinação de recursos naturais, mão de obra e capitais nacionais carreados para fora do País.

A posição brasileira deve ser de honrar a dívida, mas há condições a serem analisadas, discutidas e renegociadas, para que o País não comprometa mais do que parte razoável de suas receitas de exportações nos pagamentos ao exterior.

Urge eliminar o gargalo imposto pela necessidade crescente de geração de superávits comerciais para pagar os serviços da dívida, e sua própria amortização, para que o País obtenha a folga necessária para voltar a crescer.

Mais danosa do que os gravames que nos impõem é a bruta injustiça nas relações de intercâmbio entre os países do hemisfério norte e os que se situam ao sul. A colonização política, que tanto custou aos povos, foi substituída pelos ardis do comércio externo e das relações financeiras.

A execução do nosso programa de governo não pode dispensar o respaldo de uma política externa voltada para os interesses nacionais, refletindo os anseios de uma sociedade democrática.

Procuraremos ampliar relações com todos os nossos parceiros, independentemente do nível de desenvolvimento de cada um. Em todos os aspectos desse relacionamento, o Brasil há de ser sempre um parceiro confiável, cuja posição internacional não estará à mercê de infortúnios conjunturais, mas lastreada na sua riqueza, na seriedade de propósitos de seu governo e na confiança do povo quanto à sua capacidade de realizar-se como Nação próspera, justa e independente.

Em nossas relações comerciais, financeiras ou tecnológicas, os interesses de médio e longo prazo do Brasil nos impedem abdicar do pleno desenvolvimento de nossas potencialidades, sobretudo naqueles setores estratégicos capazes de nos assegurar, em futuro próximo, um lugar definitivo entre os países que acionam as alavancas do progresso para o bem-estar de sua gente.

Em consequência, só assumiremos os compromissos internacionais que possamos cumprir. Não aceitaremos imposições que se valham de nossa situação de vulnerabilidade momentânea. Em suma, não negociaremos o inegociável, nem dialogaremos sob pressão.

Com os países desenvolvidos cultivaremos relações de cooperação que esperamos sejam crescentemente proveitosas, em termos que atendam a nossos interesses. Encontramo-nos, no campo financeiro, na posição de devedor de vários desses países, mas, nos campos do comércio, da tecnologia e dos serviços, somos e seremos cada vez mais seus acirrados competidores.

Com os países em desenvolvimento, deveremos também expandir a cooperação econômica e técnica, já existente em grau significativo. Impõe-se que a solidariedade em que se baseiam essas relações se traduza em efetivo aproveitamento de vantagens recíprocas. Junto com os demais países latino-americanos, trataremos de atingir os objetivos de integração regional mutuamente acordados.

É da tradição brasileira contribuir para o aprimoramento do convívio e da cooperação entre as nações. Na quadra difícil que atravessamos, estou convencido de que nossa contribuição deve incluir uma participação ativa no processo de reformulação das instituições que, desde o fim dos anos 40, vêm regulando as relações econômicas internacionais.

Incapazes de lidar eficazmente com os problemas da atualidade financeira e comercial, assimétricas no que se refere aos direitos e obrigações de países ricos e pobres, insensíveis aos imperativos do desenvolvimento econômico e social da grande maioria de seus países membros, essas instituições frequentemente mais acentuam do que corrigem os desequilíbrios existentes. Devemos valer-nos da experiência brasileira com tais instituições para apontar com clareza os caminhos de sua reformulação.

Ainda nas relações externas, sem o apelo histórico à xenofobia, preservaremos os valores culturais que nos identificam como singular civilização entre os trópicos. Temos de assumir, com justificada soberba, a grande herança que trazemos das populações autóctones e das duas margens do Mediterrâneo. Essa marca, ameríndia, latina, ibérica e africana, predomina em nossa forma de ser no mundo, e de sentir o mundo. Os outros povos que para aqui vieram souberam integrar-se em nosso meio, e enriquecer a cultura nacional. Há, no entanto, de se proteger o patrimônio espiritual de nosso povo contra aquele tipo de subcultura que nos impingem de fora.

Promover a cultura, dever do Estado, não significa criar uma cultura oficial.

É preciso deixar livres as forças criadoras de nossa gente, e guardar, com todo cuidado, os bens culturais que nos deixaram os brasileiros do passado e que deixaremos aos brasileiros do futuro.

Entre as raízes de nossa cultura está a forte presença indígena. Cabe-nos ouvir a voz reivindicante destes brasileiros mais autênticos, e encontrar os meios de integrá-los na vida moderna, sem que isso signifique agredir seus costumes e suas crenças.

Devemos garantir-lhes o espaço geográfico e cultural que lhes permita conservar sua própria identidade, de acordo com a vontade de cada grupo.

A identidade de um país está também na sua natureza. O progresso, indispensável, terá de ser conquistado com o respeito pelo ambiente natural.

A vida é o bem absoluto dos homens. Não pode haver vida em um ambiente assassinado pela cupidez de alguns.

Quando falamos em identidade nacional, há de se pensar na juventude brasileira. A grande maioria dos jovens, conforme revelam estudos sociológicos sérios, cultiva nossos valores tradicionais. São moças

e rapazes que trabalham e estudam, com enormes dificuldades, e não dispõem de tempo para a vida descuidada dos poucos privilegiados. Desses rapazes e moças poucos chegam à universidade.

A universidade, no Brasil, é ainda elitista. Temos de democratizá-la efetivamente, e não continuar com a mentalidade de que os filhos dos trabalhadores devam ser sempre trabalhadores, e doutores os filhos de doutores. Perdida em divagações, formando profissionais para um país inexistente, a universidade brasileira necessita de uma reforma profunda e imediata.

Mas há toda uma juventude, toda uma infância que nos cumpre salvar com urgência. São os milhões de crianças e adolescentes abandonados de nosso País. Concentrados, em sua maioria imensa, nas grandes metrópoles, eles não têm lar, nem futuro. São nômades nas ruas, obrigados a recolher delas, e de qualquer maneira, o pão de cada dia.

Companheiros:

Não fomos capazes, nestas décadas de presunçoso crescimento, de dar trabalho a todos os brasileiros. Ao contrário: a modernização da agricultura, que engoliu os pequenos produtores em benefício dos vastos plantios para exportação, expeliu do campo, para as cidades médias e maiores, numerosos contingentes humanos. São eles os banidos em sua própria Pátria, desgarrados da paisagem ocupada por várias gerações familiares, e compelidos a vender sua força de trabalho, quando encontram quem a compre, a preços aviltantes. No interior do País, são eles os boias-frias, designação que, em sua vulgaridade, espelha toda a humilhação a que são submetidos.

Nas grandes cidades são esmagados pela recessão econômica, e assistem, sem poder reagir, à desagregação da família, que é o único bem dos pobres. Onde não há trabalho, não há pão, e as migalhas acaso obtidas, Deus sabe como, são sempre molhadas com as lágrimas da vergonha.

Não podemos sentir orgulho de cidadãos, enquanto houver, neste País, tanto sofrimento e tanto ultraje. Temos de transformar, e logo, as declarações gerais em favor da justiça social em atos concretos.

Isso exige toda uma nova concepção do objetivo social da economia. Temos de começar pela base, pela terra, que é a única geradora primária de riquezas. Não postulo medidas radicais e novas para a solução do problema agrário do Brasil. Vamos empenhar-nos em executar a legislação que aí está, proclamada e não cumprida. Para os anos

próximos, a aplicação do Estatuto da Terra, por si só, corresponderá a uma revolução no campo.

A democratização da propriedade rural facilitará a desconcentração industrial e o fim do êxodo rumo às imensas metrópoles, que já se tornam inabitáveis.

O problema da agricultura não é apenas o da posse da terra. É preciso vê-lo em toda sua complexidade, que envolve questões como as de crédito, dos subsídios, da tecnologia, dos insumos.

Não há país no mundo que negue subsídios aos produtores rurais. A atividade, apesar de toda a técnica moderna, continua sendo a mais arriscada do ponto de vista econômico.

Não há país que prospere com segurança, se não contar com uma agricultura poderosa. Por isso mesmo, teremos de encontrar o equilíbrio entre a questão social, que recomenda a disseminação de pequena propriedade rural, e as razões econômicas. Muitas reformas agrárias fracassaram porque não foram capazes de garantir o abastecimento urbano. A agricultura tem de produzir para o consumo interno e para a exportação.

Temos tudo, no Brasil, para uma agricultura pujante. Mas recusamos o destino, que alguns nos querem indicar, de meros fornecedores de comida barata ao mundo. A força da terra e o trabalho dos homens serão alicerces para a construção de um País industrialmente desenvolvido e politicamente respeitado.

Companheiros:

Todas essas medidas só serão possíveis com a preservação e fortalecimento da empresa nacional e incentivos aos pequenos e médios empreendedores.

Fortalecer a empresa nacional é dar-lhe condições para desenvolver seu modo de produção, com uma política racional de crédito e incentivos fiscais, e, também, dentro de uma tecnologia que seja nossa. Em razão disso, defendemos a reserva de mercado para, entre outros, o importantíssimo setor da informática. Mas não nos esqueçamos de que o mercado não é uma entidade abstrata e nem pode ser reduzido apenas a dados estatísticos. Ele é constituído de criaturas humanas, soberanas no seu direito de escolha, e é a essas criaturas que devemos defender.



Investir na pesquisa científica é outra de nossas urgências. Não admitimos quaisquer vetos aos trabalhos dos cientistas brasileiros, que devem buscar o domínio do conhecimento em todos os campos.

Temos, entre esses investigadores, nomes de projeção universal. Falta-nos, porém, uma política decidida de estímulo a seu trabalho.

Vivemos internamente sob insólito sistema econômico, que, para usar uma expressão que se tornou corrente, privatiza os lucros, mas socializa os prejuízos. Os dinheiros públicos são generosamente entregues a especuladores que, até mesmo na manipulação financeira, se mostram incompetentes.

As empresas estatais, que constituem, em alguns setores, irretorquível necessidade, reclamam controle social maior. Mas é preciso cuidado nas críticas que a elas se fazem. Não podemos, em nome da privatização das empresas estatais, promover a desnacionalização da economia brasileira.

Companheiros:

As relações entre o capital e o trabalho reclamam novo ordenamento jurídico. A Consolidação das Leis do Trabalho é um diploma envelhecido no arbítrio, que desserve aos empregados e não serve aos empresários. O código vigente só tem servido para iludir os trabalhadores e intranquilizar as empresas.

Não há economia forte com sindicatos fracos. A autonomia sindical é imprescindível à construção democrática do País.

Os sindicatos, quando no exercício de suas atividades legais, existem como legítimo instrumento dos trabalhadores, e sem eles não há paz social.

Companheiros:

Em nossos tempos assistimos à emancipação social e política das mulheres. Esse é um movimento justo e irreversível. Como todas as revoluções, também esta se faz com dificuldades.

A mulher brasileira não se está emancipando porque pretenda libertar-se do lar. Ela vem sendo empurrada às atividades produtivas, fora de casa, pelas exigências da vida moderna. Sem o seu salário, hoje, é difícil a sobrevivência das famílias de trabalhadores.

A mulher só será realmente emancipada quando tiver as mesmas oportunidades políticas dos homens. Elas devem participar das decisões nacionais e da administração pública, com sua inteligência e seus

discernimentos políticos em plena igualdade, e sua presença não pode ser vista como acontecimento insólito.

Companheiros:

Estamos reunidos aqui, brasileiros de todos os estados e de todas as condições sociais. O nosso partido, interclassista, é uma expressão genuína do povo brasileiro. Seu projeto é nacional, no sentido mais grave. Estamos convencidos de que o Brasil só será a grande Nação que sua gente merece quando não houver zonas de depressão social e econômica na geografia do País.

A integração do Nordeste no conjunto nacional não é medida paternalista a ser assumida com os recursos do Sul. É providência reclamada para a prosperidade comum do Brasil. Necessitamos, todos nós, de dar aos nordestinos a oportunidade do desenvolvimento. As distorções históricas da economia nacional, resultantes da diferença de clima, mas também de injunções políticas, agravaram-se, nas duas décadas passadas, com a concentração de recursos pelo Poder Central.

Já temos dito e repetido: o Nordeste é a primeira, a maior e a mais importante das prioridades nacionais.

Companheiros:

A inflação é, entre tantos desafios da urgência, o que me parece mais grave. Mas não se pode combater eficazmente a inflação, quando o poder público dela se serve e busca estimulá-la com a indexação geral da economia. Haveremos de encontrar, com a assessoria dos grandes mestres da teoria econômica e os conselhos da razão política, os meios para sanear a moeda e recuperar a confiança nas atividades produtivas. O que não podemos permitir é a continuação dessa drenagem enlouquecida de recursos para a aplicação em títulos que, por sua vez, não se destinam a investimentos produtivos, mas à especulação insensata de um monetarismo hipertrofiado.

Só os néscios, porém, podem acreditar no êxito de uma política recessiva no combate à inflação. A ação deflacionária exige a colaboração ativa da sociedade, e a sociedade não lhe dará seu assentimento se não houver rápida criação de novos empregos, favorecimento às iniciativas de trabalho e produção próprias, e o atendimento às necessidades básicas do povo.

A hora presente reclama, além da geração de empregos, salários justos, uma previdência social eficiente, e solução para o gravíssimo problema do Sistema Financeiro de Habitação.

O BNH é grande exemplo da insânia do poder. Financiado com o suor do trabalhador, que perdeu, para isso, a garantia de emprego e ganhou a maldição de um compromisso crescente, o órgão é o novo leviatã nacional. Só a morte do trabalhador liberta sua família do contrato perverso que um dia assinou, com o sonho de ser o senhor sob seu teto.

Não será o trabalhador brasileiro, com os salários reduzidos enquanto prosperava o Estado e prosperavam alguns, que irá ser executado em consequência do desequilíbrio financeiro do BNH. Teremos de encontrar a forma justa de superar todo o sistema, e a encontraremos.

Devemos reunir toda a coragem para resolver o problema da Previdência Social. Depois de anos seguidos de desacertos, ela se tornou uma pesada máquina burocrática.

Os trabalhadores e seus familiares não podem, sem embargo, pagar pelos erros da administração previdenciária. A cada mês contribuem com parte ponderável de seu sacrificado salário para assegurar a assistência médica e a aposentadoria modesta.

Em todo o mundo há crise no sistema de seguro social – mas é duvidoso que haja uma situação tão grave como a nossa. Durante anos seguidos, a Previdência Social tem sido o paraíso da irresponsabilidade burocrática, da corrupção, da fraude, do nepotismo.

Trataremos desse problema com decisão e firmeza.

A sociedade brasileira reclama contra a sobrevivência de leis arbitrárias, como a de Segurança Nacional, que disciplina o exercício da imprensa, e a que regula o direito de greve.

Em todos os países há leis semelhantes, mas as nossas devem ser escoimadas do espírito totalitário que as inspira.

Essa tarefa deverá ser cumprida pelo Congresso, que terá para isso o apoio decidido do Poder Executivo.

Companheiros:

O povo brasileiro reclama mudanças, e iremos promovê-las. Não faremos apenas um governo de transição. Nosso propósito é o de presidir ao grande acordo nacional para a transformação do Brasil em um País restaurado em sua honra, em sua riqueza e em sua dignidade.

Sabemos como serão penosas as jornadas por vir. Durante muitos anos as dificuldades puderam ser proteladas com manobras e manipulações contábeis. Agora não há mais recursos para o adiamento. Chegou a hora da verdade, assustadora verdade, e teremos de enfrentar todas as dificuldades com coragem e determinação.

Para isso temos de buscar, no sacrifício do nosso povo, o indispensável exemplo de amor à Pátria.

São estes homens e mulheres que, na lida do campo, no interior das fábricas, nas estradas, nas cátedras e nos quartéis, são os verdadeiros construtores da nacionalidade.

O nosso pacto social, assim, afasta desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodações e revanchismos, para abrir o País a uma nova estação da História.

Não será um tempo de milagres, nem de ostentação constrangedora. Tudo faremos para que os brasileiros tenham direito ao trabalho, à honra e à liberdade.

Para esta luta, em nome da Aliança Democrática, conto com a ajuda de Deus e a força do povo.

# *Desenvolvimento e democracia*

---

## **Discurso pronunciado aos empresários cariocas.**

*Rio de Janeiro, 5-10-1984.*

Senhores empresários:

Uma reunião como a de hoje, com a presença de tão expressiva e categorizada representação da classe empresarial, é um convite à reflexão, uma oportunidade para apresentar algumas ideias sobre a linha de desenvolvimento que pretendo imprimir ao meu governo.

De início posso afirmar aos empresários que somente entendo um programa de desenvolvimento como resultado de uma negociação global da qual participe toda a sociedade. Uma proposta em que cada classe, cada segmento representativo, tenha a oportunidade de contribuir para a sua elaboração. Jamais um programa imposto de cima para baixo, autoritário e paternalista, definido sem a participação dos cidadãos, cada ponto apresentado não como uma esperança atendida, mas como uma benesse pretensiosamente concedida pelo autoritarismo. Um programa elaborado dessa forma resulta concentrador, injusto e distorcido, porque não atende aos anseios da comunidade.

O desenvolvimento que desejamos deve ser entendido como o resultado natural da abertura política e da consolidação democrática do País, somente possíveis, se, simultaneamente, conseguirmos alcançar as aberturas social e econômica, condições essenciais para que o desenvolvimento se processe em toda sua plenitude.

Crescimento sem justiça social, sem distribuição adequada de renda, em que se concentrem regional, setorial e pessoalmente os resultados, é a própria negação da democracia. A verdadeira libertação política de um povo somente se efetiva se esse povo tiver atendidas suas aspirações sociais, e se isso for aberto a todos, sem privilégios inaceitáveis ou intervencionismos perturbadores.

Enfim, se à abertura política corresponder uma efetiva abertura social e econômica.

A verdadeira democracia que almejamos se estrutura sobre um capitalismo fundado na liberdade com responsabilidade, no respeito aos direitos de cada um, na preservação e no estímulo à livre iniciativa, na valorização e na remuneração justa do trabalho. Uma organização que busca o desenvolvimento do País de forma harmônica, onde a distribuição dos frutos do progresso – base da democracia social – beneficie a todas as classes de forma ampla e equânime.

Um sistema econômico que se afirma e se apoia no trabalho e na vontade de toda a sociedade para, sob a égide da economia de mercado, fazer o País crescer e solucionar os seus problemas, preservando a estabilidade social e política, assegurando a participação consciente e harmônica das classes produtoras, dos trabalhadores e de todas as categorias vitais ao desenvolvimento nas suas diferentes manifestações. Um modelo, enfim, que tenha como seu verdadeiro e final objetivo a realização do homem brasileiro em todas as suas dimensões e aspirações.

Não posso aceitar que o desenvolvimento se faça com crescente concentração da renda e da atividade econômica, com a expansão das situações de privilégio, com a estatização exacerbada e o esmagamento da empresa privada nacional, especialmente as de médio e pequeno porte.

Essa forma de organizar a economia terá de ser mudada, transformando-se em um capitalismo mais humano, mais justo, menos concentrador, mais apoiado na distribuição ampla dos resultados e da própria atividade econômica, mais voltado para o social.

No momento em que a aspiração de voltar a crescer sintetiza a grande vontade nacional, a reafirmação desses princípios de meu governo torna-se fundamental.

O Brasil é hoje, mercê de uma política econômica de curta visão, imediatista e eivada de casuísmos, um país em crise, um país que se reprograma erroneamente a cada três meses, um país sem projeto, sem proposta e sem propósito, sequer para o futuro imediato. Um país que, não obstante seu vasto potencial de desenvolvimento, se caracteriza pelo desemprego, a inflação galopante e as monumentais dívidas externa e interna. São fortes os desequilíbrios regionais, a distribuição de renda é insatisfatória e distorcida, e é ampla a ociosidade do setor produtivo, e é enorme a perplexidade de todos, particularmente dos trabalhadores e empresários, quanto ao futuro.

No meu governo, o Brasil vai reencontrar-se com o desenvolvimento, sem o que não haverá como solucionar os problemas que enfrenta. A experiência recessiva, além de dramática e socialmente injusta, revelou-se inócua, aprofundando a crise em vez de superá-la.

Só o crescimento econômico permitirá que cheguemos à sociedade verdadeiramente democrática e humana a que todos, legitimamente, aspiramos.

E esse desenvolvimento, para atender aos interesses e às aspirações dos brasileiros, deve ocorrer sob condições especiais que permitam a mais ampla repercussão de seus resultados.

Em primeiro lugar, ele deve acontecer sob absoluta estabilidade institucional e jurídica, inclusive pela elaboração de uma Constituição moderna, compatível com o Brasil de nossos sonhos.

O desenvolvimento que vamos promover deve resultar da ação de um governo com amplo respaldo popular, que conte com o apoio e a confiança do povo. Sem isso, não haverá lugar para a esperança, esse elemento essencial do progresso e da estabilidade das sociedades humanas.

A retomada do desenvolvimento tem de ser um princípio básico, não negociável, mesmo quando se trata de equacionar problemas tão graves e prioritários como a atual dívida externa e o combate à elevada inflação vigente.

O setor público vai atuar de modo planejado, com austeridade e eficiência, sem burocratização, com desconcentração do poder e descentralização do processo decisório. E, principalmente, sem invadir o espaço do setor privado, a quem se deve apoiar, decidida e objetivamente, em todas as iniciativas que queira e possa realizar.

A economia brasileira – apesar do forte intervencionismo governamental em todos os campos – é uma economia de mercado em que a empresa privada nacional (micro, pequena, média ou grande) deve ter prioridade para se desenvolver. Deseja-se vê-la atuando com desenvoltura e vitalidade, avançando progressivamente para setores cada vez mais exigentes em termos de capital, capacidade gerencial, comercialização e tecnologia.

Reafirmo, clara e enfaticamente, que em meu governo toda a ênfase do desenvolvimento brasileiro estará apoiada no fortalecimento da empresa privada brasileira.

Como princípio, o Estado deve limitar-se ao seu papel constitucional, preservando a livre competição, atuando nos setores básicos, apoiando e investindo maciçamente na infraestrutura econômica e social.

A empresa estatal teve, tem e terá importante papel na evolução da economia e da sociedade nacional. Sua situação não pode, no entanto, transformar-se em um fim em si mesma, substituindo a empresa privada. A redução aos limites da essencialidade da presença estatal na economia brasileira, um dos objetivos prioritários do meu governo, será buscada de forma cautelosa e segura, preferencialmente, pelo fortalecimento da empresa privada nacional e pelo disciplinamento da interferência do Estado, mediante clara delimitação do papel do setor privado.

A empresa estrangeira deve ser vista como aliada importante no esforço da construção e reconstrução nacional. Sua contribuição deve contemplar principalmente as áreas mais complexas da atividade econômica, onde convivem elevada densidade de capital e tecnologia de uso não disseminado em que sua tradição e experiência viabilizem efetiva abertura de mercado, especialmente o externo.

Assim, cabe destacar que o capital estrangeiro será sempre bem-vindo, até porque indispensável ao nosso desenvolvimento – atendidas a legislação e os limites brasileiros, o Brasil quer e precisa da colaboração internacional. É perfeitamente possível conciliar os interesses e a soberania nacionais com a participação do capital estrangeiro em nosso desenvolvimento.

É preciso, enfim, que, nesse esforço de retomada do desenvolvimento, o meu governo procure uma posição de equilíbrio entre a empresa privada nacional, a empresa estatal e a empresa estrangeira.

Dentro da prioridade concedida à empresa privada nacional é necessário ressaltar o papel essencial das pequenas, médias e microempresas no esforço da retomada do desenvolvimento, especialmente na criação de novos empregos.

São elas responsáveis por mais de 45% dos empregos no País e representam mais de 90% do total das empresas existentes. São elas, a média, a pequena e a microempresa, que, em última análise, sustentam a ordem econômica e social e constituem o principal pilar de segmento privado da economia nacional.

Estou seguro de que a ênfase que pretendo conceder à empresa privada nacional no desenvolvimento futuro passa, necessariamente, pelo



fortalecimento das pequenas e microempresas, como condição básica para estender-se a abertura política e democrática ao campo econômico.

Assim como a descentralização política e administrativa de um país tem de passar pela valorização do município, a descentralização da atividade econômica trafega pelas médias, pequenas e microempresas. Mais do que isso, elas constituem o verdadeiro centro de gravidade da estabilidade política, econômica e social do País.

No entanto, as pequenas e microempresas estão cada dia mais carentes, tão carentes quanto o próprio trabalhador brasileiro. São elas, dentre todo o universo das empresas, as mais vulneráveis às crises. Seu índice de mortalidade é assustador e as crescentes exigências burocráticas, resultantes de um tratamento tutelar e inadiável do Estado, estão a ameaçar permanentemente a sua sobrevivência econômica.

Cada dia mais, a clandestinidade passa a ser, para muitas delas, a única forma viável de funcionamento, já que a legalidade custa além do razoável para o pequeno empresário. Vou prestigiar, fortalecer e estimular o crescimento das pequenas, médias e microempresas. Será principalmente através delas que conseguiremos humanizar o desenvolvimento, interiorizar o progresso, fortalecer o mercado interno, ampliar, no ritmo necessário, a criação de emprego e dar suporte à efetivação dessa economia aberta que inscrevemos como filosofia de governo.

Não vamos permitir que o funcionamento dessa economia democratizada seja obstado por entraves burocráticos formais, gerados na indiferença e no menosprezo dos gabinetes oficiais.

É preciso que se lhes dê um estatuto adequado – compatível com sua importância, seu papel e seu tamanho –, capaz de facilitar o seu funcionamento, e não dificultá-lo. Providências simplificadoras da burocracia serão tomadas para viabilizá-las. Mas, principalmente, novas medidas de ampliação e facilitação das disponibilidades de recursos para capitalização, bem como estímulos fiscais adequados, deverão constituir compromisso básico que neste momento assumimos.

A construção democrática é uma tarefa de todos os brasileiros. Ela só pode ser obtida através da coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes que possam garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social.

No campo econômico, defendo que a evolução do Brasil se processe dentro de um regime moderno demarcado, em termos de uma sociedade

economicamente aberta e democrática, atendidas as circunstâncias da nossa realidade e o estágio de desenvolvimento do País, o que exige a contribuição imediata de toda a estrutura já montada nas áreas privadas nacionais e estrangeiras, e na área estatal.

Nesse regime vamos construir uma sociedade próspera, pluralista, descentralizada e aberta, onde a igualdade de oportunidades deve ser assegurada a todos.

Esse modelo de democracia política tem como condicionante a economia de mercado, cujo funcionamento eficaz exige o respeito à livre iniciativa e às empresas privadas. Mas também espera dos empresários que sua atuação alie a ciência e alta produtividade ao sentido social que faz da empresa o instrumento básico do desenvolvimento integral que desejamos para o Brasil.

Estou certo de que poderei contar com o apoio e o entusiasmo de todos os empresários brasileiros, para resgatar o País da crise em que se encontra, com novos caminhos para a retomada do desenvolvimento e a geração de novos empregos, que constituem anseio legítimo de toda a Nação brasileira.

# *Escolas: verdadeiro laboratório da educação*

---

**Discurso elaborado pelo Dr. Tancredo Neves para a III Conferência Brasileira de Educação.**<sup>17</sup>

*Rio de Janeiro, 16-10-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Aos educadores do Brasil:

Aproveito o ensejo da realização da III Conferência Brasileira de Educação para saudar a iniciativa da realização deste evento que, reunindo as pessoas mais capacitadas na área, contribui decisivamente para a reorientação da política nacional em favor dos grandes interesses e necessidades nacionais. É oportuno registrar algumas de minhas ideias e preocupações em relação aos rumos da educação brasileira.

1. Em primeiro lugar, o compromisso constitucional de universalização do ensino básico está muito longe de ser alcançado. Neste nível, como nos demais, o ensino público e gratuito é instrumento democrático insubstituível de formação da cidadania consciente e responsável.
2. Entendo a educação como instrumento de valorização do indivíduo e de criação de condições científicas, técnicas e políticas para a formação intelectual e moral dos cidadãos, capazes de participar de modo consciente, do processo de construção de uma nova história de uma nova sociedade brasileira.
3. Confio no esforço e na competência dos educadores que têm sido capazes de, com denodo, dedicação e fé no seu trabalho, manter viva a esperança de milhões de cidadãos que passam diariamente pelas escolas, a despeito das condições precárias em que o pessoal de magistério desenvolve suas atividades.

---

<sup>17</sup> A conferência foi promovida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, Centro de Estudo "Educação e Sociedade" e Universidade Federal Fluminense.

4. Assistimos, com profundo pesar, ao longo dos últimos anos, a uma perda gradativa da importância da educação dentro das prioridades governamentais. É preciso reverter essa tendência, não apenas no discurso, mas na canalização dos recursos financeiros necessários ao aprimoramento do sistema educacional em todos os seus níveis, através do cumprimento da Emenda João Calmon, na sua letra e no seu espírito.

Porque creio nesses fundamentos, preocupam-me sobremaneira:

- a situação precária, objeto de verdadeiro constrangimento nacional, em que se encontra o ensino no Brasil em todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior;
- a ocorrência de alto nível de exclusão de milhões de crianças que se encontram fora da escola;
- a inexistência de uma carreira de magistério que dignifique os educadores;
- a incapacidade, até agora demonstrada, na superação dos problemas crônicos do analfabetismo;
- o nível técnico deficiente dos profissionais preparados por grande parte de nossas instituições de ensino;
- a situação especialmente precária das nossas universidades públicas federais;
- a falta de uma política de pesquisa identificada com as necessidades reais da sociedade brasileira.

E porque sei que essas preocupações são compartilhadas pela maioria dos educadores brasileiros, gostaria de receber de todos, através desse fórum e de outros que se organizem, as sugestões que haverão de embasar a ação do futuro governo. Permito-me, de qualquer forma, esboçar desde já alguns compromissos básicos com a educação nacional:

- a. Envidaremos todos os esforços para restaurar a dignidade da escola pública, através da valorização do magistério e da melhoria da qualidade do ensino, para que ela cumpra a sua função social no campo da cultura, no desenvolvimento da ciência e da técnica

nacionais e na formação da cidadania para a construção de uma sociedade democrática pluralista.

- b. O momento nacional nos desafia a uma participação coletiva na busca e na implementação de uma política nacional de educação que possa ser elaborada a partir do verdadeiro laboratório da educação – as escolas –, e não a partir de ideias geradas, de forma centralizada, nos gabinetes tecnocráticos.
- c. Os princípios democráticos que motivam nossos compromissos com a educação assegurarão amplas condições para a promoção de um grande debate nacional, capaz de incluir todos os segmentos da sociedade, instituições e organizações sociais, culturais, científicas e políticas para a formulação de uma verdadeira política nacional de educação.

Sob estes princípios e com estes compromissos, a sociedade brasileira abrirá caminhos para a reconstrução da educação e para que ela seja instrumento maior na promoção do desenvolvimento nacional.

Cordialmente,  
Tancredo Neves

# *Universidade: autonomia, ciência e democracia*

---

## **Pronunciamento do Dr. Tancredo Neves no encontro da Andes.**

*Universidade de Brasília – UnB.*

*Brasília, 22-10-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

É com a maior alegria que me reúno, mais uma vez, com os educadores de meu País para trocarmos ideias sobre os graves problemas que se abatem sobre a educação brasileira, especialmente sobre a crise a que foi conduzida a nossa universidade pública.

Recebo, com muita esperança, o documento da ANDES, que contém sugestões importantes de diretrizes para uma política universitária no próximo governo, baseada essencialmente na democratização do ensino e na valorização do pessoal do magistério. Estou convencido da necessidade de uma ampla participação da sociedade, especialmente de educadores e educandos, para emprendermos, com urgência e determinação, uma profunda ação renovadora no campo educacional.

Estamos diante da importante tarefa de resgatarmos a enorme dívida social que o Estado contraiu com a Nação brasileira, o que no campo educacional significa reconhecer que a educação é direito de todos e dever do Estado. Essa tarefa exige uma política nacional de educação articulada com as demais políticas sociais e capaz de ajudar o povo brasileiro em sua luta pela emancipação econômica, social, política e cultural.

A educação é necessidade nacional prioritária porque dela dependem a formação do cidadão e sua preparação para o exercício das funções sociais básicas para a continuação de uma Nação mais justa, democrática, livre e soberana. Dela depende, pelo esforço da pesquisa científica, a superação da profunda dependência tecnológica a que foi conduzido o Brasil, meta indispensável à recuperação de uma verdadeira identidade nacional.

Devemos entender a educação como patrimônio da ciência e da cultura nacionais, instrumento fundamental da valorização do indivíduo e de criação de condições científicas, técnicas e políticas para a formação

do cidadão, tornando-o capaz de participar da construção da história de uma nova sociedade brasileira.

Temos assistido, com profunda preocupação, ao longo de mais de uma década, ao progressivo declínio da importância da educação nas prioridades governamentais. O crescimento das matrículas do primeiro grau tem sido inferior ao crescimento populacional. Oito milhões de crianças de 7 a 14 anos continuam sem ter acesso à escola, embora a Constituição nacional lhes assegure esse direito e determine ao Estado a obrigação de prover ensino de 1º grau público e gratuito para todos.

A universidade brasileira passa hoje pela mais grave crise de sua história, em decorrência do sistemático corte dos recursos financeiros a ela canalizados, conduzindo-a a um estado lamentável de penúria, absolutamente incompatível com um projeto de Brasil livre e democrático. O mais grave é que as dotações orçamentárias das universidades públicas, autárquicas e fundacionais, para o ano vindouro, são inferiores às verbas que lhes eram carreadas há quatro anos. Esse estado de coisas não deve e não pode continuar, porque compromete seriamente a competência de nossa universidade pública e seus valiosos grupos de pesquisa, o que foi construído com grande esforço pela Nação brasileira.

É imperioso restituir à universidade suas condições de pleno funcionamento para que ela possa reassumir o destino que lhe cabe na educação nacional.

O achatamento dos orçamentos para o ensino e a pesquisa, especialmente nas universidades autárquicas, vem se fazendo sobretudo às custas da compressão dos salários dos professores e dos funcionários técnico-administrativos, em prejuízo da atualização das bibliotecas e em detrimento da adequada manutenção dos laboratórios.

O estrangulamento das finanças da universidade pública vem esvaziando seus quadros, rebaixando a qualidade do ensino e a produtividade da pesquisa.

O princípio da dedicação plena à instituição de ensino, defendido pelos docentes e requisito da maior relevância para os elevados padrões que deve perseguir a universidade, vem sendo sistematicamente violado pela política suicida de cortes de verbas. Dentre os docentes universitários, não são poucos os que vêm sendo obrigados a deixar sua instituição ou a estender sua jornada de trabalho, buscando outros empregos

ou trabalho adicional, de modo a obter salários compatíveis com sua formação e condições de apropriado exercício profissional.

Os recursos financeiros insuficientes, a precária manutenção dos equipamentos e a falta de insumos de toda sorte estão paralisando a pesquisa e inviabilizando a geração de novas tecnologias, causando severos danos ao desenvolvimento científico brasileiro.

Nesse quadro, lesivo aos interesses nacionais, a universidade pública vem sobrevivendo graças ao denodado esforço de seus docentes e ao dedicado empenho de todos os seus servidores, conscientes da importância de seu zeloso trabalho para a educação brasileira e para o País.

É imprescindível promover uma substancial e efetiva modificação no quadro dos orçamentos da universidade pública brasileira. É indispensável alterar este quadro não apenas no discurso, mas fazê-lo de fato.

É inadiável destinar os recursos financeiros necessários para a adequada manutenção e ampliação das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de elaboração crítica e de ação social da universidade pública brasileira. Para isto, será elemento importante o cumprimento da letra e do espírito do parágrafo 4º do art. 176 da Constituição nacional, alterado por emenda de autoria do Senador João Calmon.

Reconhecemos os precários padrões de remuneração dos docentes e demais servidores da universidade federal, notadamente das autárquicas. Reconhecemos igualmente as injustas discriminações salariais que na universidade federal hoje separam a autarquia da fundação.

Envidaremos o melhor de nossos esforços para recuperar a competitividade dos padrões de remuneração dos professores e dos funcionários da universidade federal. Nosso trabalho estará comprometido com a busca de um justo equilíbrio entre os níveis salariais de ambas as formas de organização da universidade federal, a autarquia e a fundação, resguardando-se, contudo, as conquistas trabalhistas obtidas nas instituições fundacionais.

É necessário que o compromisso político com a educação pública contenha uma firme determinação de valorização do pessoal docente, através de remuneração adequada, implantação da carreira do magistério, e maior qualificação dos professores através de programas de pós-graduação no País e no exterior.

Todos esses esforços em prol da universidade pública são um premente reclamo de nossos ideais de justiça social. São também imprescindíveis



para que a universidade brasileira, tendo condições de reter, ampliar e aperfeiçoar a competência de seus quadros, e dispondo de meios para elevar a qualidade do conjunto de suas atividades, possa buscar a excelência que a sociedade lhe exige, situando-se à altura de seu papel como um dos pilares da nossa cultura e do desenvolvimento nacional.

Precisamos de uma universidade viva e atuante, reconhecida como centro intelectual, profissional e cultural, cuja produção acadêmica possa oferecer valiosa colaboração ao estudo da realidade brasileira e à busca de propostas de soluções alternativas. Para isso, é indispensável incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em nossas universidades públicas, ampliando seus recursos financeiros, diretamente pela elevação de seus orçamentos e indiretamente pelas transferências de verbas das agências federais de fomento como o CNPq, a Finep e a Capes.

O ensino superior no País é atualmente um mosaico dos mais diversos e variados tipos de instituições, no qual se destaca a universidade pública como centro de elaboração crítica e de difusão do saber. Embora minoritária no cenário das matrículas do ensino superior, a universidade pública é uma instituição a cuja defesa o governo não se pode furtar.

A universidade brasileira, esta honrada instituição que penosa porém firmemente resistiu aos vendavais do obscurantismo e ao aviltamento de suas finanças, precisa ter restaurada sua dignidade, precisa ser reconstruída, pois assim o exige a Nação.

Apesar da legislação vigente fixar a universidade como a regra de organização do ensino superior, admitindo estabelecimentos isolados apenas como exceções (Lei nº 5.540, de 1968), esta salutar diretriz não foi seguida no desenvolvimento deste nível de ensino. Floresceram as instituições isoladas e as faculdades privadas. A universidade pública, mormente a universidade federal, cresceu num ritmo demasiadamente lento.

O ensino superior público, que em 1962 representava 60% das matrículas, quinze anos depois já via seu espaço reduzido para menos de 30%. A expansão das oportunidades de estudo gratuito nesse nível de ensino não acompanhou as legítimas aspirações de nossos jovens. Esse padrão de crescimento vem negando a grandes contingentes de concluintes do 2º grau a satisfação de seus lúdicos desejos de prosseguirem seus estudos no ensino superior público e gratuito.

Limitando a oferta de vagas, o vagaroso ritmo de expansão da universidade pública fez do ensino superior no Brasil uma educação de ricos para os ricos. Mas a universidade pública deve ser da Nação brasileira. Não pode ser um privilégio de alguns poucos que têm a fortuna de alcançá-la.

A Nação não pode mais suportar exames vestibulares elitistas que injustamente direcionam para o ensino privado os estudantes que por sua condição socioeconômica hoje não logram acesso à universidade pública. O aperfeiçoamento dos processos de seleção e ingresso no ensino superior, a expansão das vagas na universidade pública e sua articulação com um 2º grau público e de alta qualidade são tarefas inadiáveis da educação nacional.

A Nação não pode mais conviver com um sistema educacional que recompensa os privilegiados e pune os desfavorecidos. O ensino de 1º e 2º graus não pode dispensar as contribuições que a universidade deve e precisa prover para sua melhoria e para sua reorientação no sentido de uma educação democrática.

É preciso voltarmos nossas vistas e nossos esforços para a reconstrução do ensino superior no País, tendo a universidade pública como fulcro de sua organização e ampliação.

Nesse processo de reconstrução, uma universidade federal efetivamente gratuita e integralmente mantida pelos poderes públicos será o cerne de nossos esforços no desenvolvimento do ensino superior. Para edificar uma educação democrática no País é condição fundamental promover a ampliação de vagas na universidade pública, especialmente na universidade federal, bem como assegurar a gratuidade do ensino que ela oferece.

Na reconstrução do ensino superior no Brasil, os poderes públicos têm o insofismável dever de zelar pela manutenção de padrões mínimos de qualidade do ensino, incluindo-se nessa tarefa a fiscalização das instituições privadas. Compete ainda ao governo, no que se refere aos estabelecimentos públicos ou privados, zelar pela separação de atribuições entre os órgãos decisórios aos quais cabe a gestão patrimonial e aqueles responsáveis pelo conjunto da vida acadêmica nos seus aspectos didáticos, administrativos e financeiros.

Na reconstrução do ensino superior no País, a universidade federal será colocada nos trilhos do seu progresso. Deverá facilitar o acesso aos

jovens que nela desejam ingressar, assegurando as necessárias condições para que se firme na inarredável trincheira da defesa da qualidade acadêmica e profissional, e aprofunde a promoção da pesquisa científica, tecnológica e artística necessária ao desenvolvimento nacional, à preservação da soberania do País e ao avanço de nossa cultura.

Recolocar a universidade federal na rota de seu progresso significa também renovar sua estrutura e seus processos decisórios. Essa renovação deverá pautar-se por diretrizes de gestão democrática na sua administração, de diálogo na definição de seus rumos, de eficiência na execução de suas atividades, além de assegurar-lhe a indispensável autonomia que exige a natureza da instituição universitária.

É necessário renovar a estrutura da universidade pública e, em especial, a da universidade federal, dotando-a de adequados canais de comunicação e de representação dos segmentos que a compõem e das diversas categorias sociais. É preciso revigorar os processos decisórios da nova universidade pública, que devem estar aptos a acolher os justos e legítimos anseios e reclamos de seus docentes, de seus estudantes, de seus funcionários e dos diversos setores da sociedade.

Democrática na sua estrutura e no seu modo de atuar, a nova universidade pública, dentro das normas da convivência acadêmica, permitirá no seu interior o exercício da cidadania, que é um dos esteios de debate crítico assentado no pluralismo e na diversidade, razão de ser da instituição universitária.

É inadiável modernizar a administração da universidade autárquica, libertando-a das rígidas e inoperantes normas que tolhem seu dinamismo. A nova universidade autárquica não mais precisará orientar seus esforços para as frustrantes tentativas de romper as barreiras que a burocracia vem impondo ao seu pleno funcionamento. Essa nova universidade poderá concentrar o melhor de suas forças na tarefa de consolidar e ampliar seu campo próprio de atuação.

É indispensável assegurar à universidade pública, seja ela autarquia ou fundação, sua efetiva autonomia acadêmica, administrativa e financeira. Autonomia que não a desvincule do Estado nem signifique a definição de seus objetivos e modos de atuação independentemente dos interesses sociais.

A autonomia acadêmica da nova universidade pública deverá propiciar o exercício responsável de suas atribuições na definição dos cursos,

dos currículos e dos processos de seleção dos estudantes, sempre de modo articulado com o ambiente social no qual a instituição está inserida e resguardado seu dever de buscar a excelência profissional e acadêmica.

A autonomia administrativa da nova universidade pública deverá permitir que sejam adotadas formas mais eficientes de sua organização, ensejando a redução de seus custos e um melhor desempenho do conjunto da atividade universitária, inclusive e principalmente no que tange ao esforço de pesquisa.

A autonomia financeira da nova universidade pública deverá garantir as condições necessárias para a flexível e eficiente gestão dos seus recursos. Desfazendo as inadequadas restrições hoje existentes, e sem subtrair a instituição universitária do controle de sua despesa pelos órgãos públicos pertinentes, sua efetiva autonomia financeira será uma poderosa alavanca a movê-la rumo a seu caminho.

A nova universidade pública, elemento de relevo na reconstrução do ensino superior brasileiro, terá ampla e ativa participação nos processos e nas decisões que fixam as prioridades das pesquisas necessárias ao País.

Para a reconstrução do ensino superior brasileiro, os princípios democráticos que têm orientado minha vida de homem público convocam toda a Nação para um grande debate sobre a educação no País. Nesse debate incluem-se todos os segmentos da sociedade, instituições e organizações sociais, culturais, científicas e políticas, voltadas para a formulação de uma verdadeira política nacional de educação. Nesse debate, compreendida toda a Nação brasileira, serão reconhecidas as entidades representativas dos docentes, dos servidores e dos estudantes.

Uma política nacional de educação que será contemporânea da sociedade em que vivemos não poderá ser decisão unilateral de um governo, mas deverá ser fruto de um grande esforço democrático e participativo, permitindo que um amplo entendimento sobre os graves problemas da educação universitária alcance a consciência nacional.

# *Democracia: uma questão social*

---

## **Pronunciamento do Dr. Tancredo Neves durante sua campanha à Presidência.**

*João Pessoa, 26-10-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Curvo-me ante o solo sacrossanto desta terra. João Pessoa, cenário de tantos acontecimentos que têm ilustrado a história da nossa Pátria, que a tem dignificado e que a tem moralizado na gratidão de todos os brasileiros.

João Pessoa, síntese das glórias e das virtudes do povo paraibano, cidade heroica, cidade varonil, cidade de Vidal de Negreiros, que alimentou a vocação nacionalista deste povo quando comandou a execução contra os invasores holandeses.

João Pessoa de Epitácio e daquele que lhe deu o nome, o mártir da democracia brasileira, o grande João Pessoa.

João Pessoa de José Américo, João Pessoa do inesquecível Ruy Carneiro, João Pessoa daqueles que nos dias de hoje lembram as tradições passadas e estão na luta pelas tradições nobres desta cidade.

João Pessoa de Humberto Lucena. João Pessoa de João Agripino, João Pessoa de Antônio Mariz, João Pessoa de Tarcísio Burity.

Tenho assistido no curso de minha vida pública a muitos comícios, mas nunca assisti a nenhum que apresentasse essa vibração cívica com que o povo desta terra hoje nos surpreende. É que o povo de João Pessoa traz na alma o sol escaldante do Nordeste, este Nordeste injustiçado, castigado, sofrido e oprimido. Nordeste que eu sempre disse, e repito, será a primeira, a maior e a mais importante prioridade do meu governo. A Nação tem para com esta região uma dívida que precisa urgentemente ser resgatada.

Porque o que existe de mais grave no Nordeste não é a seca, não é a miséria, não é a fome, é o abandono dos nordestinos, esquecidos de todos os governos. Ele é forte, ele é bravo, ele é intrépido, ele enfrenta adversidades de ânimo erguido e de alma levantada. Só a Nação é que

não tem motivos para recolher os justos reclamos e os clamores de nossos irmãos tão injustiçados.

Meus amigos da Paraíba, nada mais importante na vida de um povo do que uma Constituição que assegure a esse povo a sua liberdade e os seus direitos democráticos. Há vinte anos nós não temos uma Constituição; precisamos agora e o quanto antes de uma Constituinte livre e soberana para dar a este País uma Constituição. Uma Constituição que restaure a República; uma Constituição que fortaleça a Federação. República para que todos os cidadãos possam com seu povo escolher o seu presidente da República, e não ficar sujeito a esse vexame e a essa ignomínia do colégio eleitoral.

Precisamos restaurar a Federação para que estados e municípios possam viver com dignidade, possam realizar as suas finalidades sem se sentir na necessidade de se dobrar de joelhos e de mão estendida diante do erário da Nação.

Precisamos de democracia para que nós possamos dar ao nosso povo trabalho, dignidade e fidelidade aos valores cristãos de nossa democracia. Democracia para que não haja criança sem escola, para que não haja doentes sem hospital, para que não haja jovens sem universidade, e para que não haja trabalhador sem trabalho, operário sem remuneração, para que cada família possa ter o seu lar, um lar condigno, um lar respeitado, onde não haja panelas vazias, símbolo de sofrimento, das privações e das necessidades.

Povo da Paraíba, esses vinte anos de autoritarismo desmantelaram e destruíram a nossa universidade, precisamos recompô-la, precisamos restaurá-la, para que a juventude brasileira possa estudar sem vexames e que não se faça mais do ensino uma atividade dos ricos, pelos ricos e para os ricos. Que haja ensino para todos, com os professores cercados de dignidade, com os professores podendo trabalhar e encarar o dia de amanhã com esperança, mas sobretudo e principalmente para que a nossa juventude tenha a esperança de poder realizar uma grande obra em favor de nossa Pátria.

Aos trabalhadores da Paraíba, aos trabalhadores da cidade, aos trabalhadores do campo, eu digo uma palavra de salvação: basta da humilhação dos salários minguaados. Todos precisam receber salários condignos para que possam enfrentar as adversidades de cada dia.

Que não falte ao homem e à mulher do campo um pedaço de terra para que possa cultivá-lo e sobre ele construir as bases da sua sobrevivência. E aos trabalhadores da cidade, que não vivam eles na angústia, no sofrimento de ter de perder um dia o seu emprego porque a política econômica e financeira que aí está é a política da recessão, do desemprego, da miséria e da fome, ameaçando permanentemente a casa dos nossos trabalhadores.

Povo da Paraíba, no dia 15 de janeiro nós vamos enfrentar o colégio eleitoral. E fizemos tudo para, com nosso voto, com o voto de todos os cidadãos, eleger o futuro Presidente da República. Mas lacram a boca das urnas e achavam que podiam ainda eleger um presidente da República sem o apoio do povo.

Mas nós resolvemos enfrentar a luta para recuperar para o povo o direito de que ele possa escolher o seu supremo mandatário. Mas não vamos ao colégio eleitoral para coonestá-lo, para legitimá-lo, para honrá-lo. Nós vamos ao colégio eleitoral para explodi-lo de uma vez por todas.

A nossa luta, a luta dos democratas do Brasil é uma luta de vinte anos. Estamos a cada dia conquistando para o povo as suas franquias democráticas e agora nós já vamos para a última batalha – essa que nos vai propiciar a oportunidade para a grande mudança, uma grande transformação nos destinos de nossa Pátria. A nossa vitória é a vitória da mudança, mudança de mentalidade, mudança de objetivos, mudança de homens, mudança nos padrões éticos, mudança para que haja dignidade neste País.

Povo de João Pessoa, aqui ao meu lado, representando os nossos bravos companheiros da Frente Liberal do PDS, José Sarney, futuro vice-presidente da República, homem do Nordeste, ele conhece na carne e no espírito o sofrimento desta gente e por isso ele encontra nas adversidades que assolam esta região um motivo a mais para amá-la e um motivo a mais para a ela se prender. Não será apenas um vice-presidente do Brasil. Será, sobretudo, um vice-presidente do Nordeste a serviço do Brasil.

Mas essa nossa luta não existiria, essa nossa luta não teria alcançado as proporções ciclópicas de manifestações como esta que contemplamos aqui nesta praça pública, se não tivesse unidas a fibra e a bravura deste incomparável Ulysses Guimarães.

A ele nós devemos, à sua coragem, ao seu civismo, ao seu amor à terra e à sua fidelidade à democracia, estas páginas memoráveis que estamos escrevendo na história do Brasil.

Paraibanos, se algum dia a dúvida da vitória tivesse assaltado o nosso espírito, eu não teria mais essa dúvida, porque o povo da Paraíba, em massa, está de pé, aqui em praça pública, para dizer: vamos para a luta e vamos para a vitória.



# *Identidade cultural, memória nacional e democracia*

---

## **Discurso do Dr. Tancredo Neves na comemoração do Dia da Cultura.**

*Teatro Casa Grande.*

*Rio de Janeiro, 5-11-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Meus amigos:

Estamos a menos de dez semanas da data da eleição.

Não serão ainda as eleições diretas pelas quais o povo e suas mais expressivas lideranças tanto lutaram, e que teriam dado a esse mês de novembro um sentido especial, em que o brasileiro se despediria alegremente desses vinte anos de abstinência de voto.

Mais de 60 milhões de eleitores estavam prontos e motivados para a escolha do supremo mandatário da Nação, mas não confiaram no povo e adiaram a festa.

Mas a opinião pública quer mudanças e as continuou exigindo nas praças, nas reuniões, nos comícios em que as vozes das “Diretas Já” se transformaram nos apelos de “Mudanças Já”, tema central da emocionante campanha eleitoral que teve início no lançamento da Aliança Democrática e só vai encerrar-se em Brasília, em 15 de março. Será uma cerimônia em que não se marcará apenas a posse do novo presidente, mas se assinalará o decisivo passo na superação dos problemas que por tanto tempo adiaram a institucionalização da democracia brasileira.

Esta vai ser ainda uma eleição indireta. Mas são encontros como o desta noite que nos asseguram que as forças da Oposição e seus candidatos estão sintonizados com o povo, identificados com as mais expressivas lideranças de todos os segmentos sociais, culturais, econômicos e políticos, em uma campanha que não seria diferente se a eleição direta nos tivesse sido assegurada para o dia 15 de novembro.

Fizeram as normas e as regras. Por não nos restar outro caminho, foram estas regras e normas aceitas pelas lideranças políticas e partidárias e adotadas pelos candidatos. O povo entendeu tudo, e foi ouvindo a

sua voz que a imensa maioria dos senadores, deputados e representantes das Assembleias no colégio eleitoral já deixou claro a toda a Nação qual será o seu voto em 15 de janeiro.

E é por isso mesmo que a Nação está unida em exigir que se cumpram as diretrizes constitucionais e a legislação eleitoral. E que sejam cumpridas integralmente, sem casuísmos, sem novas alterações, sem exegeses de encomenda, sem que se tentem de novo as tristes invenções que tantas vezes vieram à cena para afastar o povo de seus objetivos mais nobres e mais legítimos.

É por isso mesmo que os brasileiros confiam que seus representantes, em 15 de janeiro, votem nos candidatos democráticos como uma forma de usar o colégio eleitoral para acabar com ele, para que nunca mais se tenha de escolher indiretamente um presidente da República em nosso País.

A coação, as pressões políticas, administrativas e econômicas, as tentativas de corromper indivíduos e instituições não deram certo. Contra elas se levantaram bravos companheiros do norte ao sul do Brasil, em gestos de firmeza e coragem, estimulados pela consciência dos homens públicos e o conforto do apoio maciço de uma opinião pública inconformada com as atitudes dos que, a todo o custo, procuram baixar o nível da atividade política, minar as suas instituições, desmoralizar aqueles que exercem, com altivez, o papel de representantes do povo.

Nada nos fará mudar o caminho. Sem revanchismos, em um clima de paz e de respeito aos direitos dos cidadãos, vamos vencer as eleições e, com o apoio da maioria da Nação, conduzir o Brasil para a legalidade, para a segurança, para o desenvolvimento econômico e social, para os avanços que marcarão a era das mudanças inspiradas na Constituinte livre e soberana que, convocada em 1986, vai consagrar a nova ordem institucional brasileira.

Um avanço que será marcado pela dignidade e pela seriedade, sem demagogia, sem o apelo às soluções imediatistas e fáceis que tantas vezes assoalham o caminho dos que, ao invés de servir ao povo, preferem servir-se dele para o atendimento de objetivos menores, para auferir vantagens pessoais, para trair a confiança da sociedade.

Dignidade, já. Dignidade, hoje; dignidade, amanhã; dignidade, sempre. Essa é a mensagem que temos ouvido, é a voz de uma Nação tantas vezes ferida pela vergonha, pela humilhação, pelos gestos dos que, vazios

de futuro, apontam sempre para o retrocesso, para o continuísmo, para a paralisia administrativa, econômica, cultural e política.

Dignidade, já!

Inspirados nesse princípio, motivados pelas lutas de ontem e estimulados pelas vozes de hoje, vamos, com o indispensável apoio e participação da sociedade brasileira, construir o futuro.

Na motivação da sociedade para essa missão histórica é de justiça ressaltar o enorme papel que vem sendo desempenhado pelos artistas, pelos intelectuais, pelos criadores, pelas expressões maiores da cultura brasileira.

Os artistas sempre estão onde está o povo. E o povo tem, em todos os tempos, demonstrado uma grande sensibilidade, identificando-se com os seus artistas, com os homens e mulheres que, pela inteligência e pelo trabalho, transformam-se em apóstolos da cultura, em intérpretes da alma nacional, em guardiões de uma identidade cultural cujo significado político cresce à medida que caminhamos para a definitiva abertura.

Não será outro o motivo por que os regimes de exceção, de direita ou de esquerda, qualquer que seja o seu matiz ideológico, perseguem os artistas, coíbem o seu trabalho na medida mesmo em que suprimem as liberdades do povo.

Não adianta. Não adiantou no Brasil.

De nada tem adiantado em tantas partes do mundo em que ainda se queimam livros, rasgam-se telas, destroem-se esculturas, fecham-se teatros e cinemas, velam-se filmes e garroteia-se a inteligência por todos os meios e modos. Mas, afinal, sempre chega a aurora e se descobre que as vozes não foram silenciadas, o canto não morreu, não se suprimiu o pensamento, e a resistência não foi em vão.

Aqui neste Teatro Casa Grande estão presentes hoje, no Dia da Cultura, algumas das expressões mais legítimas do pensamento brasileiro. Não se trata apenas de nomes famosos no teatro, no cinema, na literatura, no canto, na arquitetura, na televisão, no rádio, nas artes plásticas, no jornalismo, nas mais variadas formas da cultura e da arte erudita ou popular.

Mais do que isso, os que lotam esta plateia são líderes da vida brasileira, expressões de um segmento amplo e profundo e que, pela participação nas lutas da sociedade e pela sensibilidade com que repercutem os anseios, as angústias, as alegrias e as reivindicações populares,

granjearam o direito de se considerarem verdadeiramente intérpretes do povo.

É nessa qualidade que recebo, como candidato das forças democráticas, o documento que acaba de ser lido solenemente neste encontro.

Sei que ele reflete muito trabalho e sintetiza as posições e os pleitos mais expressivos da cultura brasileira.

Alegra-me saber que a nossa cultura não admite uma posição passiva no processo das mudanças. Ao contrário, busca o seu espaço, reivindica, coloca suas ponderações na certeza de que as palavras de hoje terão peso e vão influir.

Tranquiliza-me ver repetida hoje, aqui, a crença de que nosso programa de governo, e – mais do que isso – o nosso futuro governo, não dará continuidade aos anos de autoritarismo e isolamento que por tantos anos guiaram o poder público na decisão das questões maiores. Ao contrário, estamos ouvindo os mais diversos segmentos da sociedade para que as diretrizes das mudanças reflitam, realmente, a democracia participativa que se vai instaurar neste País.

Podem os aqui presentes – e vejo tantos amigos e companheiros de luta – ter a certeza de que serão ouvidos. De que vamos valorizar as indicações recebidas e, mais do que isso, não permitiremos que se trate a cultura desse País como um patrimônio menor, algo assim como o subproduto oneroso e desnecessário de um progresso que se pretendia alcançar sem qualquer concessão aos valores do espírito.

Os que assim caminharam esqueceram que o povo tem alma e essa alma se reflete em sua identidade cultural que precisamos defender e preservar por todas as formas.

Não se fale aqui de uma cultura estática, sem qualquer dinamismo, uma cultura de valores congelados. Nada disso. A verdadeira identidade cultural de um povo está em constante evolução, afinada permanentemente com os valores desse mesmo povo.

Essa cultura tem o dever de preservar a tradição, promover os símbolos do passado, enaltecer a memória nacional e regional, valorizar as expressões diversificadas das etnias que integram a Nação brasileira. Não se trata, no entanto, de frear a invenção e conter o povo. Trata-se apenas de impedir que o conteúdo maior da novidade seja o desrespeito às raízes que todos precisamos preservar.

Para isso é preciso que os criadores, os analistas, os intérpretes da cultura brasileira tenham sempre presente que a verdadeira cultura nasce do povo e é o retrato desse mesmo povo, de seu momento de luta, de suas esperanças, de suas aflições, de suas promessas.

Se o Brasil, em seu projeto maior, tem de reafirmar a sua independência econômica e política, é preciso que igualmente valorize a independência de sua cultura.

Cultura independente é aquela em que haja não apenas a liberdade artística, mas onde não se desestimize a inteligência, não se desvalorizem as conquistas do espírito, não se refreiem as manifestações criadoras dos indivíduos, dos grupos, das comunidades.

É por isso que não há cultura nem arte independente e livre fora da democracia.

É por isso que o estímulo à cultura, à preservação e à promoção dos valores espirituais de uma Nação, o seu desenvolvimento cultural, é uma das maiores e mais importantes obrigações do Estado e não se pode dissociar de sua independência e de sua identidade.

Somos contra a colonização econômica e política, todos o sabem. Mas é preciso que nos manifestemos aqui contra todas as formas de colonização cultural que, pelos meios os mais diversos, pretende partir e subverter a alma do povo.

O nosso País e a sua cultura não se vão fechar em um casulo, distanciados de tudo o que se cria e de tudo o que se passa em um mundo cada vez mais permeado pela força e pela velocidade dos veículos de comunicação social.

Mas, se vamos manter abertas as nossas portas, é justo que percorramos as mesmas rotas em um esforço consistente e determinado para exportar a nossa cultura, levando o pensamento e a obra dos brasileiros aos quatro cantos do mundo. Os caminhos já estão sendo trilhados pelos pioneiros, mas posso assegurar que meu governo dará todo o apoio à abertura de novos mercados culturais para o nosso País. O cinema, a música, as artes plásticas, a literatura, o teatro e a televisão brasileira precisam também figurar com o devido relevo em nossa pauta de exportações, cujos resultados, no caso, não poderão ser apenas medidos pelas divisas produzidas.

Meus amigos:

Muitos dos pleitos e reivindicações aqui hoje apresentadas extravasam do ambiente em que foram elaboradas e se constituem, verdadeiramente, em teses de toda a comunidade.

Meu governo dará a elas toda a atenção. Estarei inspirado, não nego, pelo que fizeram dois grandes políticos do meu estado, o ministro Gustavo Capanema e o Presidente Juscelino Kubitschek. Não preciso enaltecer a obra cultural desses grandes brasileiros. Ela é do nosso presente e não apenas do nosso passado. Foram homens que valorizaram a cultura, prestigiaram os artistas, abriram espaço para os criadores e enalteciram as obras do espírito. E vale ressaltar que os governos de Kubitschek e de Getúlio Vargas – em que o ministro Capanema foi uma das grandes estrelas – foram ao mesmo tempo governos populares, voltados para o desenvolvimento econômico e para o progresso dos brasileiros.

Ressalto aqui o papel que espero venham ter as universidades como centros de difusão e formação na valorização de nossa cultura. Caberá a elas um papel significativo na promoção e no debate das novas ideias, na prospecção dos novos caminhos, na valorização dos questionamentos do espírito que são, na essência, o estímulo mais significativo para as realizações da arte, da ciência e da cultura.

Não posso terminar sem uma palavra clara e definitiva sobre a censura. Meu governo vai pôr um fim à censura política, qualquer que seja a sua forma ou o seu disfarce.

Uma censura que simplesmente cerceie a criação, que amordace a inteligência, que abastarde o pensamento, não terá lugar no Brasil democrático que vamos implantar com a ajuda do povo.

Se, de outra parte, a organização da sociedade não pode prescindir de uma censura de espetáculos e diversões públicas, posso lhes assegurar que em meu governo ela se fará nos estritos limites da Constituição. Não será um trabalho feito nas sombras, sem regras inteligíveis, sem normas de cuja feitura tenha participado a sociedade. Não será uma censura personalista e autocrática, como a que temos hoje e que, ao invés de defender o corpo social, apenas serve às idiossincrasias e às pequenezas dos habituais detentores do poder.

Também aí vamos agir às claras. É que estamos às vésperas de um Brasil em que tudo se fará às claras.

Assumo a responsabilidade histórica de, como futuro Presidente da República, garantir às lideranças que me apoiam, ao povo que me apoia, que a nossa luta não será em vão.

Não foi em vão que nos lançamos, todos nós, nesta batalha cuja vitória está próxima. Partimos lastreados apenas em uma vida pública de posições claras e firmes, na defesa permanente dos valores maiores do povo brasileiro.

Não assumimos compromissos senão com o povo, em praça pública. Não prometemos dias fáceis, não fizemos concessão a qualquer espécie de demagogia.

O povo entendeu e nos apoiou. Os seus representantes, no colégio eleitoral, já fizeram ouvir sua voz.

Em 15 de janeiro vamos, estimulados pela imensa maioria da opinião pública, receber desses representantes do povo os votos que, para mim, significarão um mandato histórico. Mas para todos nós, políticos e artistas, intelectuais, trabalhadores, estudantes, homens, mulheres, cada voto dado aos candidatos democráticos representará uma parcela da vitória que não será de um indivíduo, mas de toda a Nação brasileira.

# *Trabalho: dignidade e justiça social*

---

## **Discurso do Dr. Tancredo Neves no encontro de confederações e federações trabalhistas.**

*Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.*

*9-11-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Ilustres membros da Mesa, senhores integrantes deste encontro profissional de federações e confederações de trabalhadores, meus senhores e minhas senhoras:

Sinto-me imensamente honrado em poder comparecer a esta reunião fazendo mais um contato com as lideranças dos trabalhadores brasileiros. O encontro com trabalhadores tem sido uma constante ao longo da minha vida pública. Tão logo recém-formado, iniciava a minha atividade profissional exatamente num sindicato de ferroviários, em que eu encontrei o meu primeiro campo para o exercício da minha vocação de advogado. Dei minha assistência profissional a esse sindicato dos ferroviários de São João del Rei; em consequência à lealdade dos serviços prestados a esses bravos trabalhadores, participei de duas greves e em uma delas conheci o cerceamento da minha liberdade, através do recolhimento numa prisão em Belo Horizonte. Não me arrependo, de maneira alguma, de ter dado aos trabalhadores, no início da minha vida pública, esta solidariedade.

Para que os companheiros tenham uma ideia do que foi essa greve, os ferroviários já estavam atrasados há seis meses no pagamento de seus salários. Já não tinham mais como suportar as carências que nos seus lares lhes geravam profundas aflições. Não tivemos outra alternativa senão capitanear, montar e participar da organização e dos desfechos dessa greve. Desde então, em todos os momentos, não houve uma só reivindicação trabalhista neste País a que eu não tenha dado a minha permanente, constante e entusiástica solidariedade, sem demagogia, é verdade, mas com eficiência, com segurança e com pertinácia.

Em razão, realmente, desta minha dedicação à causa dos trabalhadores brasileiros, o Presidente Getúlio Vargas, de saudosa memória,



houve por bem convocar-me para ser o seu ministro da Justiça. Como ministro da Justiça acompanhei todo o desenrolar do seu tormentoso governo, até o desfecho final da sua vida.

Para que os companheiros tenham uma ideia do que foi realmente a luta de Getúlio Vargas para implantar no Brasil, hoje, reivindicações trabalhistas que nós costumamos a admitir que pudessem dar ensejo a disputas, basta dizer que a luta pela fixação do primeiro salário mínimo foi realmente uma epopeia. Hoje ninguém recorda disso. Mas, em consequência mesmo da luta pela fixação do primeiro salário mínimo, o Presidente Getúlio Vargas conheceu realmente as mais duras adversidades de seu governo. E foi em razão dessa luta que ele conheceu muito do desgaste das suas instituições administrativas, que tiveram como consequência o término da sua própria existência. E é verdade que a luta de Getúlio Vargas não foi apenas a luta pelo salário mínimo. Durante seu último governo constitucional, ele teve de enfrentar as lutas mais ásperas e mais duras, sobretudo aquelas que dizem respeito à estrutura nacional, como a instituição da Petrobras e da Eletrobrás e a nacionalização da atividade do trabalho em nosso País.

Tudo isso que hoje são rotinas na legislação, na convivência e na instituição de uma filosofia trabalhista entre nós, representou uma grande luta, um grande esforço, um grande sacrifício. E ao lado de Getúlio Vargas eu sempre me encontrei em todas as etapas da sua heroica luta pela melhoria das condições de vida e do reconhecimento dos direitos sociais do trabalhador brasileiro.

Continuei nessa luta através do governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Já, então, num clima de maior aceitação àqueles princípios implantados pelo Presidente Getúlio Vargas. E foi assim, até o dia de hoje, que não houve uma só reivindicação trabalhista colocada no cenário da vida pública brasileira em que eu me mantivesse ausente ou que me omitisse. Não coloco isso, porém, com demagogia. Nunca o fiz procurando rendimentos políticos dos trabalhadores. Fiz por imposição da minha consciência, fiz por imposição das minhas convicções políticas.

É uma alegria para mim encontrar-me aqui com os trabalhadores brasileiros. Vivemos num século em que as filosofias governamentais são as filosofias trabalhistas. Quando nós lançamos, hoje, o olhar para o mapa político da Europa, o que nós encontramos em toda parte é

realmente o trabalhismo dominando, o trabalhismo orientando, o trabalhismo inspirando, o trabalhismo legislando.

Tanto na Espanha de Felipe González, como na França de Mitterrand, como na Itália de Bettino Craxi ou, sobretudo e principalmente, na Escandinávia de Olav Palmer, o que nós sentimos hoje, em todo o panorama de todas as nações mais civilizadas do mundo, é que o trabalho passou a ser a razão de ser de todas as decisões governamentais. Mesmo naqueles países de profundas raízes capitalistas, como a Inglaterra, o que nós sentimos hoje é um poderoso partido trabalhista, um poderoso partido de trabalhadores, impondo, compondo, orientando e trazendo o peso da sua força para amenizar decisões que nem sempre correspondem aos interesses e aos objetivos das classes trabalhadoras.

E é compreensível que assim seja. Durante muitos anos o mundo foi governado pelo capital e pela propriedade. Foi o mundo do egoísmo, foi o mundo das imposições, o mundo da marginalização social da grande maioria dos integrantes da vida da sociedade. Hoje todos reconhecem que a grande maioria das nações democráticas representa segmentos da atividade trabalhista dos diversos setores da sociedade. Sendo, assim, hoje, no mundo, dominante a filosofia trabalhista, não podia deixar de acontecer o mesmo no Brasil.

O que existe de singular, o que existe de lamentável na representação política em nosso País e que de certo modo fere a sua autenticidade é a carência de líderes trabalhistas no Congresso Nacional. São poucos os que ali estão. São duas falhas que marcam de inautenticidade a representação política brasileira. Primeiro, a carência de líderes trabalhistas; segundo, a carência de representação das mulheres. Enquanto nós não tivermos um Congresso que se sintonize em termos de proporcionalidade com uma participação, preponderante não digo, mas, pelo menos, atuante de líderes trabalhistas, e enquanto não tivermos no Congresso Nacional uma representação de mulheres ao nível da participação delas na vida da sociedade, sobretudo da mulher trabalhadora, nós não teremos nenhuma representação que corresponda às legítimas aspirações do povo brasileiro.

O grande problema da hora que nós vivemos é realmente a transição do regime autocrático para o regime democrático, do regime autoritário para o regime de liberdades plenas. Esse período de transição, em todas as partes do mundo onde o fenômeno se apresentou, sempre

se fez com muita turbulência, com muita agitação. Basta lembrar o caso mais recente, que foi o caso da Espanha, que depois de mais de quarenta anos de regime autoritário, teve de ser conduzida aos parâmetros de uma vida democrática. E foi possível, em primeiro lugar, porque teve um rei que se comportou como um grande estadista, com uma grande visão da problemática espanhola e deu toda a sua contribuição para que essa transição se fizesse sem maiores abalos, sem maiores choques. Não obstante, essa transição não se fez sem sangue, não se fez sem abalos profundos na organização social da Espanha. Mas, mercê de Deus, a Espanha é hoje uma Nação exemplar no que diz respeito às instituições democráticas. Talvez seja hoje a democracia mais estável, mais eficiente, mais esclarecida no mundo europeu.

No Brasil, nós temos de enfrentar esse problema e devemos reconhecer que com a ajuda dos trabalhadores, de um modo geral, a luta pela restauração da democracia no nosso País foi realmente memorável nesses últimos vinte anos. Quando nós lembramos que em 1964 fomos lançados às trevas de uma ditadura total e absoluta em que todos os direitos e liberdades foram suprimidos e que tivemos no dia a dia da luta desses vinte anos de procurar recompor peça por peça do edifício da nossa democracia, nós nos damos conta de que o esforço levado a efeito foi realmente significativo.

Basta dizer que nem mesmo o nosso Poder Judiciário possuía os predicamentos constitucionais que são da sua natureza. Não havia neste País nem sequer liberdade de pensamento, porque a censura à imprensa era implacável, os sindicatos estavam totalmente dominados. Havia pior do que isso. Havia um regime de tortura institucionalizado. Cidadãos eram presos por convicção política ou por crime de ideologia e muitas vezes não conseguiam sequer a comunicação com os seus colegas, com os seus amigos, com os seus parentes.

Nós conhecemos neste País a separação cruel entre os vencedores poderosos e onipotentes e os vencidos humilhados, entristecidos e cabisbaixos.

O que nós obtivemos foi a restauração plena do Poder Judiciário, que voltou a ser um poder, com a extinção dos atos institucionais; o que nós obtivemos em favor das liberdades de imprensa e se os sindicatos ainda não gozam na sua plenitude a autonomia que almejamos, já são eles órgãos eficientes e participantes na construção da vida social.

E a grande conquista das forças democráticas deste País, neste último período, foi realmente a anistia ampla, absoluta, constitucional e irrestrita em que brasileiros passaram a conviver no mesmo nível e acabamos com aquela disparidade de vencidos e humilhados e de vencedores poderosos e orgulhosos.

Hoje, nós estamos na última etapa do processo de redemocratização do País. Se não pudemos alcançar as eleições diretas através de todos os nossos esforços, de toda a nossa luta, daquelas reuniões monumentais que levamos a efeito em praças públicas, daqueles comícios que ficarão na história, como os mais vibrantes e os mais imponentes já realizados na vida do nosso País, se o Congresso não nos permitiu, por uma pequena margem de votos transformar as eleições indiretas em diretas, a verdade é que esta pregação não foi inútil. Ela não foi em vão. E hoje não existe neste País quem admita por mais tempo o processo indireto para a escolha do Presidente da República. Costumo dizer que o governo não nos deixou outra alternativa para pleitear as eleições e promover as mudanças que esta Nação reclama, a não ser neste campo estreito das indiretas. Mas é no campo das indiretas que nós vamos derrotá-los para acabar de uma vez por todas com este instrumento deprimente, que enxovalha e envergonha as nossas tradições jurídicas e as nossas tradições democráticas.

Mas não basta recuperarmos as eleições diretas para restituir ao povo a mais fundamental de todas as suas prerrogativas, que é escolher, por decisão de sua consciência, o seu supremo mandatário. O importante é dar a este País uma ordem jurídica e institucional, justa, humana, digna, e isto só se obterá através de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana. Este, ao meu ver, é o maior e o mais significativo de todos os nossos compromissos para com a Nação brasileira. Vai ser a nossa primeira decisão, estudar com os juristas e com as entidades de classe, com as lideranças de todos os segmentos das forças construtoras da riqueza em nosso País, a melhor maneira e a maneira mais rápida de fazer com que funcione entre nós, sem subversão da ordem, uma Constituinte emanada diretamente do voto popular, que nos dê uma Constituição que seja um instrumento definitivo da soberania e da vontade política da Nação.

Sem ordem jurídica e sem uma institucionalização democrática, nós não podemos nunca almejar a ter uma ordem econômica e muito menos

uma ordem social. Onde não existe um regime de disciplina jurídica, onde não existe um regime de jurisdição e de competência fixados numa Carta Constitucional, nós não podemos esperar que haja ordem econômica e que haja uma ordem social. Isto porque, não havendo disciplina, não havendo delimitação de direitos e deveres de governantes e de governados, cada governante se julga onipotente no setor das suas atividades. Muito da nossa desordem econômica decorre, principal e fundamentalmente, da ausência de uma ordem jurídica institucionalizada.

A nossa ordem econômica se caracteriza por esta situação de injustiça clamorosa em que vivem, dentro da nossa sociedade, aquelas categorias que fazem do trabalho a razão de ser da sua sobrevivência, e pelos privilégios daqueles que fazem da ociosidade instrumento de enriquecimento cada vez maior. Não existe na face da terra, nem em nenhum outro país, em que seja tão difícil ganhar dinheiro trabalhando honestamente e onde seja tão fácil ganhar dinheiro na ociosidade destes privilegiadamente remunerados das poupanças e de outros instrumentos de remuneração do capital, que já neste momento atinge as raias do escândalo.

Um País como o nosso, que precisa dar emprego a 1,5 milhão de trabalhadores por ano e que vê neste momento mais da metade da sua força útil de trabalho desempregada por falta de emprego, mostra evidentemente que é uma Nação que está enferma, é uma Nação que precisa ser recuperada. Isso decorre de quê? Decorre de uma política de endividamento exagerado a que fomos levados nesses últimos vinte anos. Devemos hoje US\$ 100 bilhões ou um pouco mais. Estamos pagando de juros, por ano, perto de US\$ 15 bilhões. Tudo quanto nós fazemos nas nossas exportações com o sacrifício imenso da Nação não chega sequer para pagar aos nossos credores o que nós lhes devemos em juros, não sobrando sequer os centavos para fazer a amortização do capital.

Na medida em que nós nos endividamos, nós vamos perdendo o nosso poder de decisão, nosso poder de deliberação, vamos ter de ir nos submetendo às imposições das forças do capitalismo internacional.

Hoje, nós já vamos para o quarto ano de uma recessão. Quatro anos de uma recessão que se caracterizou pela desativação das atividades industriais, do comércio e dos serviços. E isso se traduz para essa massa incomensurável de desempregados que existe em nosso País. Se nós não tivermos forças para promover o quanto antes a retomada do nosso processo de desenvolvimento econômico, nós vamos entrar no quinto ano,

já agora, queimando as últimas reservas da nossa resistência econômica. A Nação não suporta mais um ano de recessão. A Nação não suporta mais um ano de desemprego em massa. A Nação exige a retomada do desenvolvimento econômico. Não se reduz uma Nação ao regime de desemprego, ao regime de miséria e de fome para pagar os juros às nações credoras. Nós devemos e queremos pagar o que devemos. Mas queremos pagar com dignidade, sem exigir os sacrifícios sobre-humanos do nosso povo, sem, sobretudo, sacrificar a nossa soberania de Nação, a nossa soberania de povo.

Nós caminhamos, dentro de poucos dias, para a sexta negociação do pagamento da nossa dívida externa. Essas negociações vão se travar, neste ano, em condições bem mais favoráveis do que aquelas que se realizaram no ano passado, em que através de instrumentos legais os mais drásticos, os trabalhadores, mais uma vez, foram chamados a dar uma contribuição quase que de sangue para acertarmos e ajustarmos nosso balanço comercial e nosso balanço de pagamentos. Este ano nós enfrentaremos as nossas negociações com uma reserva, em dólares, de US\$ 6 bilhões, quando não tínhamos um só dólar quando das negociações do ano passado. Neste ano nós temos realmente uma compreensão decorrente de uma consciência internacional que está advertindo as nações credoras que elas não podem continuar a espoliar as nações devedoras. E aí estão as reuniões de Cartagena, as reuniões de Mar del Plata, em que as nações devedoras da América do Sul, pela primeira vez, se reuniram e manifestaram, pela primeira vez de forma altiva e digna, que não podem se submeter aos caprichos e às exigências desmedidas das nações credoras.

Creio que nós vamos obter nessas negociações condições bem mais favoráveis do que as que obtivemos nas negociações anteriores. São negociações que vão ser iniciadas e encerradas com o atual governo, no limite da sua competência constitucional e jurídica, no limite da sua responsabilidade constitucional. Até hoje não fomos chamados nem ouvidos sobre essas negociações. Não há nada que obrigue o governo a consultar quem quer que seja sobre essas negociações. Mas nós vamos acompanhá-las dia a dia para, em determinado momento, se necessário, denunciar à Nação o que estiver sendo convencionado contra os seus interesses, mas, sobretudo e principalmente, contra os interesses dos trabalhadores.

A grande dívida do Brasil é a dívida social como sabemos todos nós, líderes políticos e líderes trabalhistas deste País. A nossa dívida social se caracteriza por aquilo que os economistas, os cientistas políticos e sociólogos convencionaram chamar o bolsão absoluto da pobreza. São 30 milhões de brasileiros mergulhados nesse bolsão que não são nem unidade de consumo, nem unidade de produção. Esses mais ou menos 30 milhões de brasileiros existem apenas para efeitos estatísticos. Eles são totalmente marginalizados da sociedade. Eles não recebem nenhum benefício da sociedade. E esses 30 milhões de brasileiros mergulhados nesses bolsões de pobreza constituem o nosso maior desafio. Nós temos de recuperar esses brasileiros para a vida útil da sociedade, fazer deles instrumentos do trabalho, instrumentos da atividade social, fazer deles, sobretudo, forças construtivas para o maior engrandecimento do nosso País.

Somos hoje, devemos mencionar o fato com orgulho, a sétima potência econômica do mundo em termos de produto interno bruto, o que representa, sem dúvida, para uma Nação com pouco mais de cem anos de existência, um acontecimento memorável. Mas, para vergonha nossa, nós somos a centésima Nação do mundo em renda *per capita*, e essa baixa renda *per capita* se traduz em desemprego, se traduz em mortalidade infantil, se traduz em baixa alimentação, em baixa nutrição, ela se traduz, sobretudo, num alarmante índice de marginalização social dos nossos irmãos.

Seria preferível que tivéssemos um índice menor de produto interno bruto na escala da economia mundial e tivéssemos índices mais elevados na constituição de criar uma etapa mais favorável para a vida e segurança econômica dos nossos patrícios.

A nossa dívida social tem de ser resolvida entre os brasileiros, com o esforço dos brasileiros e com a nossa capacidade. Só há uma maneira de nós alcançarmos esse objetivo: é o problema da retomada do desenvolvimento econômico. Só com o desenvolvimento econômico nós teremos mais empregos. Só com o desenvolvimento econômico nós teremos mais salários, só com o desenvolvimento econômico nós teremos salários justos e a ampliação do poder aquisitivo do salário do trabalhador brasileiro, aumentando a sua capacidade de consumo, o conforto e a segurança do seu lar.

O aspecto da marginalização social do Brasil se reflete em dois setores totalmente desoladores, no setor da saúde pública e do ensino.

No setor da saúde pública, não preciso dizer aos nossos amigos o que todos sabem, o que existe de maior importância na nossa organização social, o nosso objetivo é a luta pelo homem. Se nós não encontramos o homem sadio, para fazer dele, realmente, um instrumento que receba realmente os benefícios da civilização, este homem não passa de um peso morto na sociedade brasileira. Nós temos de transformar nossa política de saúde numa política de eficiência, porque o que existe em matéria de política de saúde no Brasil é discriminação, é disparidade, é disseminação de desperdício de recursos. A União, os estados e os municípios têm serviços de saúde. Esses serviços não se articulam entre si, são muitas vezes paralelos. Esses serviços muitas vezes se atritam e se conflitam e muito da eficiência que eles poderiam render no interesse do povo brasileiro é desperdiçada.

A nova política de saúde que está sendo reclamada pelo Brasil é realmente uma congregação de esforços. Que a União, os estados e os municípios tenham os mesmos objetivos, tenham as mesmas políticas e que todos somem esforços para que nós possamos, o mais rapidamente possível, recuperar o maior número de cidadãos brasileiros para o esforço útil do trabalho em sociedade.

Mas onde a situação é mais gritante é no domínio da educação. A educação brasileira está caótica. O ensino primário não atinge as camadas que desejávamos. Ainda há milhares de crianças brasileiras desprovidas de escola. Não temos um ensino secundário à altura das necessidades. Ou, mais ainda, um ensino secundário totalmente divorciado da realidade brasileira. O que é pior ainda, uma universidade desmantelada, que está permanentemente em agitação e em revolta; uma universidade em que se pode aplicar aquele provérbio brasileiro: *casa onde não tem pão, todos brigam e ninguém tem razão*.

Mas o que existe de grave na organização do ensino brasileiro é a elitização. O ensino no Brasil é ensino de ricos, para ricos, pelos ricos. Os pobres têm as maiores dificuldades para promover a educação dos seus filhos, sobretudo os trabalhadores. Enquanto na competição, na disputa de uma vaga num estabelecimento de ensino federal ou estadual os filhos das famílias ricas têm todas as vantagens para levar a melhor na competição, os filhos do trabalhador da classe média e das classes pobres são



sempre preteridos na competição intelectual porque eles têm até mesmo de trabalhar, muitas vezes, para assegurar a sua própria sobrevivência.

O ensino gratuito em todos os graus, para os filhos da classe média e das classes trabalhadoras, é um imperativo de justiça social.

Não preciso referir aos líderes trabalhistas os problemas que o nosso presidente desta reunião qualificou como o dia a dia da luta dos trabalhadores. Falar, por exemplo, na autonomia sindical. É realmente uma reivindicação fundamental e básica dos trabalhadores. Nós só vamos ter, porém, autonomia sindical plenamente assegurada se tivermos uma Constituinte e, participando dessa Constituinte, em maioria, as forças democráticas dessa Nação.

Que a figura das intervenções sindicais, que a figura das demissões em massa das lideranças sindicais, que a inelegibilidade das lideranças sindicais por motivos políticos desapareça definitivamente da nossa sociedade.

A grande luta do trabalhador brasileiro é a luta pelo emprego, é a luta pelo salário justo. E isso não depende, infelizmente, da vontade política da Nação. Isso depende da vontade política da Nação para constituir condições econômicas que favoreçam um maior número de empregos e possibilite o pagamento de salários justos e reais ao trabalhador. Num regime de anomalia econômica, assegurar ao trabalhador salários que ainda não estão sintonizados com a realidade econômica do Brasil, não é ajudar o trabalhador, é agravar as suas dificuldades. Só numa economia plenamente recuperada, os trabalhadores passam a exigir, e com justiça, reivindicações de melhores salários. E, numa economia recuperada, os salários têm seu justo valor como poder aquisitivo e, por conseguinte, não estão sujeitos à deterioração que traz ao salário essa força diabólica que é a inflação.

Salários justos, salários reais, com a retomada do processo de desenvolvimento econômico, consentaneamente à estabilidade da economia. Tudo mais é mistificar, é iludir o trabalhador com referências a salários nominais altíssimos, que são muitas vezes, no seu poder aquisitivo, inferiores ao salário real, justo, com maior força de compra, com maior força de aquisição. Essa luta pela justa remuneração do trabalhador brasileiro é uma luta contra a inflação. E essa é, sem dúvida, a nossa maior inimiga.

A inflação, na definição de um tratadista alemão, faz o dinheiro, numa expressão que eles usam que eu acho muito significativa, “queimar como brasa e derreter como gelo”. Porque o dinheiro da inflação, se você não gasta imediatamente, no dia seguinte ele já vale menos do que valia ontem. E ele derrete como o gelo porque, se se guarda, ele desaparece totalmente na sua força de expressão monetária. É um dinheiro amaldiçoado, é um dinheiro de que participa a concepção diabólica da Bíblia: Se Deus quisesse castigar os homens, ele não encontraria, através do diabo, instrumento mais eficiente do que o da inflação.

### **Pacto social**

Combate-se a inflação com o trabalho, muito trabalho, e muito trabalho. Tenho às vezes pensado comigo mesmo – e a oportunidade é excepcional para colocar o problema diante dos trabalhadores – que, à maneira do que a Espanha obteve para assegurar a estabilidade da sua moeda, devemos criar um grande pacto social, de que participem todos os segmentos da sociedade e de todas as categorias profissionais, das mais altas às mais humildes, mas dentro desse pacto social, fixadas algumas metas de política social, possamos alcançar um período de segurança e tranquilidade social num prazo de seis meses ou nove meses, até que nós possamos realmente dominar essa fera faminta e terrível que é a inflação.

Na Espanha foi feita, realmente, essa composição entre governo, empregadores e empregados. O governo assumiu determinados compromissos e observou as leis. Os trabalhadores se comprometeram a determinados comportamentos de ordem social e cumpriram à risca. Os empresários tiveram de submeter-se a algumas limitações das suas exageradas prerrogativas que são, não obstante, muito maiores em nosso País do que na Espanha.

Dentro dessa composição foi possível realmente gerar um clima de estabilidade social para que o governo, pondo ordem na casa, pudesse dar realmente um grande impulso ao processo de desenvolvimento.

Quando eu falo nesse pacto social eu não penso que os trabalhadores devem comparecer a ele para dar mais cotas de sacrifício. Os trabalhadores brasileiros já não têm mais sacrifício a dar. Eles já estão cortando na própria carne para assegurar a sua sobrevivência.

Mas se eles não podem dar cota de contribuição econômica, eles podem dar uma contribuição substancial em termos de assegurar um clima de compreensão e de convivência social, que permita realmente uma tranquilidade às atividades administrativas e governamentais, para que elas possam atingir as suas metas no interesse mesmo dos trabalhadores.

Mas quando nós falamos em trabalhadores, mesmo em trabalhadores de setores circunscritos como os que aqui estão, nós não podemos deixar de levar a nossa solidariedade à mais injustiçada das classes trabalhadoras do Brasil, que são os trabalhadores rurais. Eles são carentes em tudo. Primeiro, num país da nossa extensão territorial, não se ter podido levar a efeito com precisão e com segurança uma reforma agrária, possuindo já a sociedade brasileira e a administração brasileira um instrumento eficiente como é este Estatuto da Terra, absolutamente insuspeito de qualquer pecha ideológica, que foi uma legislação votada e discutida e elaborada por um dos governos revolucionários desses últimos vinte anos e que, não obstante, está arquivado, porque nunca foi posto em prática.

O que nós queremos em favor dos trabalhadores rurais é pôr em prática o Estatuto da Terra e não precisamos mais do que isso. Num país como o nosso, faltar terra a quem precisa de terra, faltar terra ao homem ou à mulher que esteja em condições de cultivar a terra é realmente qualquer coisa que depõe de maneira deprimente contra a incompetência ou senão o indefinitismo e a falta de solidariedade humana dos nossos governantes.

Mas quando nós nos damos conta de que o nosso homem rural é assim uma espécie de subtrabalhador, porque todas as conquistas do trabalhador da cidade não são sequer conhecidas no campo, nem mesmo aquelas decorrentes do imperativo de justiça social – que é o mesmo tratamento que se dá ao trabalhador da cidade na Previdência Social – não tem o trabalhador rural este mesmo tratamento; quer dizer, enquanto não estendermos ao trabalhador rural as mesmas prerrogativas que tem o trabalhador urbano em face da Previdência Social, nós estamos realmente discriminando dentro do nosso País, discriminando entre os próprios trabalhadores. Que tenha o trabalhador rural os mesmos direitos, as mesmas vantagens e os mesmos benefícios que tem o trabalhador urbano em face da Previdência. E por muito desmantelada que ainda esteja a nossa Previdência, por muito deficitária, por muito marcada

por acontecimentos que todos conhecem e que todos nós lamentamos, mas ainda assim ela é uma grande segurança, uma grande proteção, um grande amparo para todo trabalhador. Ele que se esforçou e dedicou anos de vida no exercício de uma atividade profissional.

Toda crise da Previdência é ainda a crise da recessão. A Previdência no Brasil falha porque não tem arrecadação, não tem receita. Não tem receita porque o número de desempregados é cada vez maior e o número de subempregados é cada vez maior. E como falta receita à Previdência Social, ela não pode cumprir, lamentavelmente, as suas nobres e altas finalidades. A Previdência Social é um dos patrimônios maiores do trabalhador do Brasil. Temos de lutar por ela com unhas e dentes. Ela não é um favor. Ela não é uma liberalidade, ela não é uma benesse do governo ao trabalhador. Ela é construída e mantida com a lágrima, o suor e o sangue e todo o sacrifício da sociedade.

Fui o primeiro a dizer neste País que precisávamos relevar e reconduzir o trabalhador para a administração de todos aqueles patrimônios que vêm da retirada do seu salário. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) só é deficitário porque o trabalhador não participa da sua gestão, porque, se ele participasse da sua gestão, recursos do FGTS não teriam sido desviados para outras atividades. Se o BNH é essa atividade, hoje, tão cheia de acontecimentos tão deploráveis, se o BNH é hoje uma instituição que não corresponde às suas finalidades, se o BNH deixou de ser a proteção e o amparo ao trabalhador, para ser o seu suplício, em decorrência dos reajustamentos permanentes a que estão sujeitos na sua prestação, é porque o trabalhador não participa. Contudo, o trabalhador não pode deixar de participar com uma influência decisiva de todo o peso da sua força na administração da Previdência Social, porque isso representa não apenas a sua garantia em face da velhice e em face da invalidez, mas a própria garantia da sua família em face da sua incapacidade ou da sua própria invalidez.

E não se diga que falta competência ao trabalhador brasileiro para participar desses altos programas. Competente ele é. Ele é honesto, ele tem sentido de fiscalização. Esses burocratas que estão aí, esses tecnocratas, esses é que muitas vezes não têm a competência técnica nem a competência moral para administrar.

Meus amigos. Eu não poderia omitir neste recinto um problema realmente polêmico e excruciante: é o direito de greve. Direito plenamente

assegurado pela nossa Constituição. A nossa legislação de greve envelheceu e está superada. Precisamos disciplinar em termos das novas condições, das novas imposições da vida moderna. A legislação de greve que aí está é uma legislação autoritária. Foi um dos primeiros diplomas outorgados à Nação pelos primeiros governos militares da Revolução. Mas é uma atividade que, embora legítima e legalmente assegurada, constitucionalmente protegida, exige no seu exercício um grande grau de amadurecimento. Quando nós contemplamos o panorama do mundo, não vemos mais greves nos Estados Unidos, não vemos mais greves na França, onde elas eram constantes. As greves na Inglaterra ainda existem, sobretudo no setor da mineração. São greves que duram trinta, sessenta, noventa dias e esta última já vai para seis meses. Nós temos realmente um instituto de greve em nações europeias em uma escala perfeitamente reduzida. É que a evolução social dos povos vai mostrando que a greve é nociva a todos quando mal conduzida e mal orientada. É aquele remédio extremo que só deve ser usado em condições excepcionais. E muitas vezes a greve não é um instrumento mais eficiente para fazer justiça ao operário. No entendimento, na conversa, na negociação, nas tratativas, obtém-se, muitas vezes, mais do que nas greves.

E reservar-se a greve como instrumento de última instância para que o trabalhador possa, através dele, fazer sentir as suas justas e legítimas reivindicações. Mas eu não compreendo que se possa elaborar uma lei de greve à revelia da classe trabalhadora como aconteceu com a lei de greve que aí está. Pois cada categoria profissional tem as suas peculiaridades. É justo que todas elas deem a sua contribuição para que nós tenhamos uma legislação de paralisação do trabalho à altura da evolução do nosso direito social, que não deixe o trabalhador, de maneira nenhuma, desprovido desse instrumento de amparo e proteção. E se amanhã o direito de greve for realmente impossibilitado, havemos de reconhecer que haverá abusos que colocarão os empregados em situação realmente lamentável. Mas vamos regulamentar o direito de greve com a participação dos trabalhadores, com a participação de juristas, dos técnicos do governo, para que tenhamos uma lei justa e assegurando ao trabalhador seus legítimos direitos de greve, para que façam da greve um instrumento de recuperação do equilíbrio e da justiça.

Meus amigos, muito obrigado!

# *Nova República: federalismo e descentralização*

---

**Discurso do candidato à Presidência da República, Tancredo Neves, estabelecendo as bases da Nova República.**

*Vitória, 15-11-1984.*

Neste 15 de novembro de transição democrática, concito e conclamo os cidadãos à tarefa de construirmos juntos a Nova República.

A data de hoje representa um acontecimento cuja dimensão, em nossa história, só encontra paralelo na data da Independência. É, pois, sob a inspiração da história pátria, o fio condutor de nossos ideais, sempre retomados, da Independência e da República, que, candidato das forças democráticas à Presidência do Brasil, convido os brasileiros para a grande missão.

Os ideais do 7 de setembro, com Pedro I, e do 15 de novembro, com o marechal Deodoro, cresceram gêmeos no passado como rebentos naturais da Inconfidência Mineira e de Tiradentes.

No Brasil, a República respeita e admira o Império precisamente porque, nele, a democracia nunca sofreu agressões partidas do poder. Respeitamos o Império, mas ele não podia perdurar. Era um regime singular na América, uma fase da história que, em si mesma, nos honra, mas que havia perdido sua razão de ser pela exaustão dos próprios princípios.

O desgaste do regime imperial chegou ao ponto de o magnânimo Imperador Pedro II se declarar, teoricamente, republicano. Mas registre-se que, ao deixar o poder, nenhum chefe de Estado em toda a América foi, tanto quanto ele, cercado de reverência pelos seus contemporâneos, mesmo os adversários. Pode-se dizer que Pedro II mereceu o culto histórico da posteridade precisamente porque soube fazer de seu País uma democracia.

A República venera e respeita o Império, que ela encerrou sem violência nem injustiça. Reconhece no Império, principalmente, o serviço inestimável de nos haver trazido a Independência sem guerra e sem divisão do nosso território, tesouro maior que é a origem da nossa grandeza como País.

O 21 de abril, a Independência e a Proclamação da República representam a linha ascensional da nossa formação social e política, na qual a Nação e o Estado se integram na grande Pátria coesa, soberana e livre.

A coesão é a unidade, que mantivemos contra os desafios separatistas, vindos de dissensões internas ou invasões estrangeiras.

A soberania é a autodeterminação, que temos sabido conservar diante das ameaças externas de pressão ou imposição.

A liberdade é o regime democrático, que temos podido fazer prevalecer e sobreviver aos eventuais predomínios do autoritarismo; é a democracia, vindo da Independência e da República, que renasce do absolutismo.

Firmados em tão inspiradora fonte histórica, retomada em sua pureza, é que teremos de lançar os alicerces da Nova República.

Primeiro, o alicerce da Federação, a refazer-se autêntica, sem sentido conservador e localista, com o espírito voltado para a unidade do País. Um federalismo que, realista e moderno, será capaz de assegurar o desenvolvimento da pluralidade dos estados, dos municípios e das regiões, ao mesmo tempo em que estabelecerá, na organização política, a imprescindível unidade nacional.

A Nova República se quer composta de autonomias vinculadas à soberania central, na melhor tradição de nosso passado. Assim antecipada, ela compatibilizará as partes com o seu todo; harmonizará a desconcentração do poder com a unidade nacional e será forte não porque o centro o seja, mas porque as frações do todo o serão.

A República brasileira nós a queremos descentralizada, em atribuições e recursos, na forma das práticas do federalismo que distribui tarefas ao poder central, aos estados, às regiões metropolitanas e aos municípios.

Desconcentração do poder e descentralização administrativa serão os eixos da construção da sociedade livre e democrática.

O alicerce republicano do poder distribuído é infenso ao poder unipessoal. Este é o segundo significado histórico da existência das repúblicas; a rejeição do poder absoluto, incompatível com o pressuposto de uma democracia.

A Nova República não se coadunará com qualquer experiência de presidentes todo-poderosos, impondo as vontades do centro e detendo o quase monopólio do poder decisório legislativo.

Alicerce de igual relevância nas novas instituições é o da temporariedade dos mandatos, princípio que nos cumpre respeitar em coerência com o nosso passado recente.

É de grande importância lembrar que, mesmo nesse passado centralizador, houve obediência fiel a essa norma dos mandatos dos presidentes, cuja escolha obedecia a decisões tomadas fora da classe política.

Honra os brasileiros a desambição dos militares ao respeitarem este princípio, ainda que sob regime de exceção. Está provado que as substituições no poder presidencial não ferem a continuidade administrativa do Estado, que se deseja fundada em burocracia responsável e eficiente, servidora permanente e impessoal das leis do País.

Finalmente, o alicerce da cidadania de cada brasileiro, República e cidadania são indissociáveis. Elas se engrandecem ou se degradam juntas, tendo sempre o mesmo destino.

Não haverá no Brasil uma República sadia e estável sem se refazer a realidade e a mística da cidadania como origem do poder político do Estado e condição maior da existência dos direitos e liberdades da pessoa humana, independente de riqueza, raça, sexo ou credo.

Sejamos, pois, nesta hora decisiva da vida brasileira, possuídos pela mística da República, a fim de que ela se prepare para a sua continuidade histórica. Para que ela, instituída em uma Federação descentralizada, seja, efetivamente, capaz de moderar os conflitos, por meio de uma vigilância constante contra os perigos de quaisquer novos disfarces pelos quais se pretenda impor à Nação a vontade das minorias.

A generosa inclinação dos brasileiros para a tolerância e o consenso fez da Independência, da Abolição e da República conquistas civilizadas e pacíficas. Esta cordura nos processos, esta moderação nos meios empregados para o alcance dos objetivos mais difíceis, esta ausência de violência no encaminhamento das soluções mais intrincadas não significam debilidade de um povo, mas, ao contrário, força de alma e de razão. O rigor e a violência são, muitas vezes, filhos da fraqueza e do temor. Os livros são férteis de casos trágicos, que, não fora a desconfiança e o medo, não teriam prevalecido por tanto tempo em tantas nações.

Os historiadores sabem que muitas vezes a agressividade e o radicalismo não passam de formas de pânico, individuais ou coletivas, situações-limite que, por isso mesmo, não podem durar e, muito menos, ser permanentes.



De outra parte, reconhecem que a organização democrática e, especialmente, a sua Justiça podem e devem ser permanentes, pois têm na moderação e na paz os princípios básicos de sua continuidade e de seu constante aprimoramento. Este espírito democrático é uma vertente da história brasileira. No avanço de nossas instituições políticas, na fixação dos limites de nosso território, o Brasil sempre ofereceu a moderação como motor do seu progresso, inspirador de suas ações e do seu engrandecimento.

Infelizmente, a República, instalada e confirmada com tanta prudência e saber, passou a conhecer depois, nos períodos de transição e, especialmente, nos momentos de transmissão do poder supremo, crises de violência e de injustiça, colapsos breves ou longos do Estado de direito, governos impostos pela força, períodos de escuridão sem causa que têm abalado o prestígio do País e comprometido a situação que o Brasil ocupa no continente.

É mais que chegado o tempo de se pôr um paradeiro neste demorado e repetido espetáculo de imaturidade política e de submissão da razão à paixão. Este espetáculo que, com felizes alternativas, vem durando desde 1922, deve se encerrar agora em uma confluência de propósitos elevados, dentro das naturais divergências democráticas.

É mais que chegado o tempo em que se inicie a marcha para um futuro de estabilidade das instituições e de progresso econômico que prepare o nosso País e seu povo para melhores dias. O futuro dos nossos descendentes e, em certa medida, o equilíbrio da civilização no mundo dependem um pouco da conduta, da visão e da capacidade realizadora dos brasileiros de agora.

O alargamento interno do território nacional, conseqüente à fundação de Brasília, o progresso nas comunicações e na tecnologia, as realizações da política energética, o avanço cultural e político, a crescente participação popular no acompanhamento das decisões nacionais e o acúmulo, enfim, das potencialidades criadoras da sociedade brasileira não cabem no quadro estreito e hesitante da instabilidade institucional. Não cabem no regime das decisões fechadas, do predomínio das ambições pessoais ou de grupos sociais ou econômicos. Não cabem, evidentemente, na estreita moldura do contraste entre uma sociedade que se expande e uma política que se encolhe, na qual podem subsistir medidas casuísticas, soluções impopulares e objetivos antiéticos.

A transição para a Nova República passa pelo voto dos representantes do povo em 15 de janeiro de 1985.

O sistema de escolha do Presidente pelo colégio eleitoral abre-se sob a pressão da opinião pública e vai servir, agora, à transição democrática.

A eleição, ainda imperfeita, por não se ter podido organizar para a participação direta do povo com o voto de nossos mais de 60 milhões de eleitores, mesmo assim registrará importantíssimo progresso.

Terminados os atos institucionais, aprovada a Lei de Anistia e realizadas as eleições de 1982 – as mais livres e diretas dos últimos vinte anos – caminha-se para o passo mais sério e decisivo da sucessão presidencial.

Na transição, sem dúvida, temos agora o grande avanço republicano e democrático como decorrência da vontade manifesta de mudança, que se expressou na longa campanha das “Diretas Já” e se constituiu na base mesma da pregação dos candidatos da Aliança Democrática.

Festejemos a República. Ela progrediu pacificamente, pelas ações de propaganda nos meios civis e militares, pelas lições dos mestres nas escolas e faculdades, pela manifestação das forças políticas organizadas na Câmara e no Senado do Império, pelas vozes presentes nas grandes reuniões e nas praças públicas, pela coragem da palavra dos jornalistas e o desassombro de grandes e pequenos jornais.

A campanha republicana chegou à vitória do 15 de novembro sob as garantias jurídicas do Supremo Poder Imperial, não ausente, mas presente, no respeito deliberado à evolução pacífica das instituições.

Estou certo de que, com a vivência dos nossos maiores e tendo em vista a segurança da vitória democrática em 15 de janeiro, o Brasil poderá afinal encerrar esta longa fase de oscilações entre o Estado de direito e o Estado autoritário. Foram mais de sessenta anos que marcaram a República e correspondem a fases superadas de nossa evolução política e social.

A posse do Presidente eleito vai marcar, em 15 de março, uma fase de ordem, de paz, de moderação, de participação e de progresso. Uma fase de avanço institucional, político, econômico e social.

Ela será iluminada pelo futuro Poder Constituinte que, eleito em 1986, substituirá as malogradas instituições atuais por uma Constituição que situe o Brasil no seu tempo, prepare o Estado e a Nação para os dias de amanhã e honre as melhores tradições das Constituições que já tivemos.

A fase nova se definirá pela eliminação dos resíduos autoritários que subsistem na legislação vigente e pelo início, decidido e corajoso, das transformações de cunho social, administrativo, econômico e político que requer a sociedade brasileira.

Vamos, com a graça de Deus, presidir o momento histórico e o faremos com a cooperação e a participação de todas as forças políticas, econômicas e sociais bem intencionadas, sem quaisquer preocupações de represálias quanto ao passado.

Minha formação democrática, alicerçada em uma vida pública em que nunca faltaram o apoio do povo, o voto direto dos meus concidadãos e a confiança das lideranças políticas e sociais, não foi e jamais será marcada por revanchismos ou represálias. Estes são métodos próprios de governo e governantes temerosos dos resultados de suas injustiças e dos seus excessos de poder.

Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a República requer. Mudanças na legislação opressiva, nas formas falsas de representação, na estrutura federal, de maneira a que se fortaleçam os estados e os municípios.

Tudo isso há de acontecer com a participação ativa e decidida do Poder Executivo federal, que manterá os ouvidos abertos para a opinião pública e procurará, por todos os modos, o apoio dos representantes do povo neste e no futuro Congresso Nacional.

Politicamente enfrentaremos com repulsa os radicalismos, que agridem os sentimentos e as tradições nacionais. Repulsa a todos os radicalismos, tanto os de esquerda, que nos levam ao fanatismo ideológico, quanto os de direita, carentes de princípios e repletos de ambições de poder.

A Primeira República, terminada em 1930, padeceu de defeitos e vícios, principalmente políticos, decorrentes de uma estrutura federativa oligárquica e de escassa visão nacional.

A Segunda República, que se instalou a partir de 1930, atravessou sucessivas crises, de origem marcadamente político-ideológicas, origem esta que condicionou os grandes embates do nosso tempo.

Esses embates, dramatizados em duas guerras mundiais – as maiores da história humana – criaram reflexos tumultuosos em países como o nosso e explicam, de certa forma, como nesse período a experiência

atormentada do Brasil faz parte da experiência mesma vivida pelo mundo ocidental.

Os momentos atribulados que vivemos nestes quase cem anos e as crises que superamos ressaltam ainda mais a grandeza da República e é na vocação do 15 de novembro de 1889 que relembro os ideais que forjaram essa grandeza.

A República nasceu para dar ao povo um regime no qual ele pudesse participar escolhendo os seus governantes, em oposição ao direito hereditário dos reis. Vitorioso o movimento, uniram-se republicanos e monarquistas, sem ressentimentos ou sectarismos, para construir a nova ordem.

O povo é a substância da República, como prova a raiz latina da palavra. A República deve, pois, ser o compromisso fundamental do Estado para a solução dos problemas do povo, o atendimento de suas necessidades básicas até de sobrevivência. As necessidades referentes ao pão, à saúde, à habitação, à previdência e assistência social, que têm, na criação de empregos, no salário digno e na justa distribuição de renda e dos frutos do progresso, as suas respostas básicas.

Não nos esqueçamos, pois, neste momento histórico, que essa é a dívida institucional da República, a ser resgatada com superioridade hierárquica sobre qualquer outra, pois o homem, o seu desenvolvimento e o seu bem-estar são a destinação e a verdadeira segurança do Estado.

Repete-se hoje o alvorecer de uma Nova República, que vai nascer revigorada no compromisso de fortalecer seus valores e seus símbolos.

É hora de lembrar que a República foi sonhada e implantada pelas nossas gloriosas Forças Armadas. A palavra de Benjamim Constant e a espada do marechal Deodoro da Fonseca fundiram a República nas chamas de acrisolado idealismo. Desde então, Forças Armadas e República vivem indissolúvelmente vinculadas: se esta entra em colapso, aquelas sofrem na quebra de suas tradições e de sua vocação histórica.

Daí ser imperioso criarmos uma Nova República, forte e soberana, para que nossas Forças Armadas não sejam nunca desviadas de sua destinação constitucional. Forças Armadas vigorosas, compenetradas de suas funções tutelares e imbuídas de sua capacidade técnica e profissional é o que todos almejamos, para que possam desempenhar, na maior competência e eficiência, as suas missões, no quadro de definição de seus encargos, na patriótica defesa interna e externa do País.

De norte a sul do Brasil estou pregando, em praça pública, a unidade nacional.

Prego a concórdia, a construção do futuro, e não me prendo aos pesadelos do passado. Sinto que estou contribuindo, de maneira eloquente e significativa, para unir o nosso povo, tão dividido em face dos graves problemas desta hora.

É com profunda emoção que tenho visto, do Acre ao Rio Grande do Sul, o povo, em grande vibração cívica, nas concentrações públicas, cantar com fervor o Hino Nacional, de mãos dadas, em meio às bandeiras nacionais, que são símbolos e inspiração de nossa luta e de nosso comportamento.

Estou contribuindo para reacender a chama do patriotismo. Como fizeram em 1889, prego o direito do povo de eleger diretamente seus governantes, em todos os níveis, estabelecendo que só existe um império, que é o império da lei, e só um soberano, que é o povo brasileiro.

Exalto os valores da Pátria, a ordem e o progresso, e faço-me apóstolo dos que sonharam e criaram a República.

Inspiro-me nesta data para proclamar que nenhuma campanha cívica na história do Brasil foi tão voltada para os valores e as instituições republicanas quanto a que agora realizamos.

Em nenhum momento reuniu-se numa mesma causa tão ampla presença de homens e mulheres de tantas tendências, sem distinção ou discriminação de qualquer sorte.

São os brasileiros, civis e militares, trabalhadores e empresários, estudantes e professores, homens e mulheres de todos os credos e de todas as raças, com um só objetivo: restaurar em sua plenitude a democracia no Brasil. E restaurar a democracia é restaurar a República, missão que estou recebendo do povo e que se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros.

# *Poder Judiciário e democracia*

---

## **Discurso de Tancredo Neves na aula inaugural da Escola Desembargador Edésio Fernandes.**

8-12-1984.

De início, eu peço a V. Exa., Sr. Presidente Régulo da Cunha Peixoto, escusas por não haver trazido para esta solenidade um discurso escrito. É que lamentavelmente só agora, ao entrar neste recinto, fui notificado que cabia a mim proferir a aula inaugural deste Salão de Estudos e Conferências. Não perdoarei a minha assessoria por esse deslize e estou certo de que, no improvisado que vou proferir, contarei com a compreensão, a tolerância e a indulgência de tão culto auditório.

Nada é mais grato ao coração de um homem que passou toda a sua vida cultuando o Direito do que ter de falar, no dia 8 de dezembro, data da Justiça, à magistratura mineira e, por intermédio dela, à magistratura de todo o Brasil.

Quando no fim do século XVII e começo do século XVIII se esboçavam as primeiras ideias de democracia, que os cérebros potentes daquela época procuravam introduzir no pensamento jurídico do tempo, homens geniais como Locke, como Rousseau e particularmente como Montesquieu assentaram a tese da tripartição dos Poderes. Era a expressão mais alta da soberania nacional de cada povo. E distribuídos os Poderes, logo se verificou que o Poder Judiciário se destinava à mais alta de todas as missões. Cabia a ele, pela sua permanência, pelo seu sentido de duração, pela sua segurança, a tarefa extraordinária de assegurar a continuidade da civilização e a sua florescência. E assim tem sido desde então até os nossos dias. Por mais que tenha evoluído a humanidade, por mais que se tenham aperfeiçoado as instituições jurídicas, aperfeiçoam-se e aprimoram-se as técnicas, mas o Poder Judiciário, na sua substância, no seu pensamento e na sua filosofia, continua o mesmo, servindo como cúpula à explosão do progresso, do desenvolvimento cultural e econômico de todos os povos.

A primeira legislação a contemplar a tese da tripartição dos Poderes foi a Constituição da Filadélfia, escrita pelos Hamilton, pelos Marshall, mas sobretudo pela figura humana e extraordinária que foi Jefferson.

Foi ele o responsável por esse documento singular que é a definição dos Direitos do Homem, que ainda hoje é uma pedra angular na literatura jurídica dos povos em todos os tempos e em todas as épocas. Mas, figura extraordinária esse Jefferson. Coube a ele não apenas um documento político de repercussão secular, que vem atravessando os tempos até os dias de hoje, guardando a sua perene juventude.

Jefferson construiu a cidade de Washington, Jefferson foi o grande realizador da integração da nova República com os povos da Europa, sobretudo com a Inglaterra, com a França, onde chegou a ser embaixador, e lá estimulou a independência do Brasil, naquela histórica conferência que concedeu a um estudante patricio nosso, Joaquim de Maia, que trouxe para o Brasil os estímulos dele recebidos.

Mas o estranho nessa figura extraordinária de estadista, de homem público, de revolucionário e de grande transformador dos sistemas do pensamento jurídico em todo o mundo é que ele, ao morrer, na sua carta-testamento, tendo tanta coisa para buscar como justificativa da passagem de sua existência, apenas exigiu que numa lousa modesta e simples se consignasse o seguinte epitáfio: “Thomas Jefferson, fundador da Universidade de Virgínia.”

Nenhum outro título se lhe afigurava mais extraordinário, mais digno, mais notável e que melhor o recomendasse à recordação dos pósteros.

Mas a obra da Constituição da Filadélfia havia de repercutir intensamente na Constituição francesa, que viria pouco depois. E desde então não houve nenhum documento político votado pelos povos em que esse princípio fundamental dele não figurasse. E não podemos nós compreender a existência da democracia sem que ele sirva de pedra angular, sem que ele sirva de instrumento eficiente.

A tripartição dos Poderes é a própria democracia com todos os seus defeitos, com todas as suas deficiências, que só não é o pior de todos os sistemas políticos, para nos valermos da definição de Churchill, porque não se encontrou ainda nenhum outro que o superasse nas suas virtudes e nos seus defeitos.

Quando nós analisamos a significação e a importância do Poder Judiciário na elaboração da civilização brasileira, todos nós somos obrigados a ter uma palavra de profunda gratidão para com os magistrados brasileiros. Não nos seria possível realizar a Nação que hoje realizamos, preservando a nossa civilização, assegurando mesmo a nossa unidade

territorial, cultural e política, não fosse a ação permanente, constante e vigilante do Poder Judiciário.

Não vamos nos distanciar muito tempo, buscando examinar a magistratura centralizante e unitarista do Império, em que pontificaram figuras notáveis do pensamento brasileiro. Obra notável realizada pelos magistrados brasileiros foi a adaptação de uma magistratura unitarista à República federativa, quando da sua proclamação. E, mais do que isso, um esforço de construção institucional para que a República não se perdesse nos desvios da violência, nos desvios do arbítrio por um Poder Judiciário habituado às práticas e às praxes do unitarismo é das façanhas mais impressionantes de acuidade política dos nossos tempos.

Essa época ficou marcada pelos debates calorosos entre Rui Barbosa e Pedro Lessa. Pedro Lessa defendendo um conceito de *habeas corpus*, e o grande Rui Barbosa querendo ampliar o seu conceito.

Acabou prevalecendo, para efeitos jurisprudenciais, a tese de Pedro Lessa: o uso do *habeas corpus* para defender apenas o direito de ir e vir.

Mas a grande tese de Rui Barbosa, que o *habeas corpus* devia ter também a sua proteção estendida a todos os direitos líquidos e certos eventualmente feridos pelo poder público ou por terceiros, veio mais tarde a transformar-se na teoria do mandado de segurança, essa grande conquista da nossa civilização, o mais eficiente instrumento de proteção e defesa dos direitos feridos, dos direitos ultrajados e dos direitos preteridos.

O que Rui Barbosa não conseguira através do *habeas corpus*, a criação do Poder Judiciário, muito antes que o mandado de segurança encontrasse a sua definição em lei, foi uma das contribuições mais notáveis para que se coibisse a ação agressiva, contundente e drástica de todos quantos se valem de determinadas situações para lesar direitos sagrados e direitos invioláveis.

Todos nós que estudamos o Direito Constitucional sabemos o que foi a luta do Poder Judiciário na Primeira República, para colocar nos seus devidos termos a interpretação do art. 6º da Constituição de 1891, aquele que regulamentava a intervenção nos estados. Valiam-se dele os Presidentes de então, diante de uma República turbulenta, por motivos ou até sem motivos, para levar a efeito intervenções nos estados, ferindo a sua autonomia e ultrajando-a.

Foi um debate enorme que se travou entre Pedro Lessa e Rui Barbosa, apenas em torno de uma palavra: o deverá e o poderá.



Rui Barbosa escreveu, como era de seu hábito, uma extensa monografia.

Havia realmente, nos casos de intervenção, aquelas que deveriam ser levadas a efeito e então se aplicava o deverá. E aquelas em que a intervenção ficava a critério dos governadores; então, usava-se o poderá. Mas a verdade é que as intervenções com ou sem motivo passaram a ser praticadas como rotina. Foi então que surgiu a grande figura de Pedro Lessa e, no particular, rigorosamente sintonizado com a posição de Rui Barbosa. E foi realmente a ação do Supremo Tribunal Federal de então que conteve os arreglos de violência, a prepotência e, mais do que isso, o facciosismo dos Presidentes da República de então, premidos pelas injunções partidárias.

Nesse momento a ação da Justiça, através do Supremo Tribunal Federal, valeu principalmente como uma contenção dos desmandos e, mais do que isso, sobretudo, uma ação preservadora das nossas instituições democráticas que estiveram na iminência de entrar em colapso definitivo.

O que tem sido a ação da Justiça nesses últimos anos é qualquer coisa que passa despercebida, porque o Judiciário é um Poder modesto, é um Poder sem promoção, é um Poder sem a ação da publicidade, hoje um instrumento imprescindível à formação da consciência nacional, sobretudo na ampliação dos seus valores. Mas todos nós sabemos o que seria uma democracia sem a ação do seu Poder Judiciário.

A mais perfeita democracia de todo o mundo é sem dúvida a democracia americana. Mas só o é pela extensão da sua Suprema Corte. A Suprema Corte dos Estados Unidos é o superpoder, que não é o Executivo, não é o Legislativo. E nós assistimos ainda nos nossos dias, como demonstração de força desse poderoso organismo judiciário, a sua simples presença levar um presidente da República à renúncia, como foi o caso do Presidente Nixon, que, no desempenho do seu mandato, houvera se excedido, invadindo a privacidade de organismos adversários.

Mas apenas a ação de presença do poder, do Poder Judiciário, de um juiz obscuro de uma cidade do interior que atendia pelo nome de Sirica, que não possuía sequer automóvel, porque só podia andar de bicicleta, que deu o seu despacho, obrigando o Presidente da República dos Estados Unidos a revelar as suas fitas e gravações. E foi em razão disso que o Presidente da República, sabendo que a Suprema Corte daria todo apoio àquele juiz do interior, achou muito mais digno, muito mais importante para os Estados Unidos que ele apresentasse a sua renúncia.

Assim funciona a Suprema Corte dos Estados Unidos, como órgão soberano nas decisões dos grandes conflitos institucionais.

No Brasil, todos nós conhecemos a objurgatória de João Mangabeira contra o Poder Judiciário. Diz ele que o que tem prejudicado a democracia no Brasil é a omissão do Poder Judiciário, que a democracia tem fracassado porque o Poder Judiciário se omite nas horas das graves decisões. Esse conceito é polêmico, tem sido revidado, tem sido rechaçado por inúmeros estudiosos do funcionamento das nossas instituições políticas. É possível que ao emitir esse conceito na sua famosa conferência sobre Rui Barbosa, João Mangabeira estivesse ainda sob a influência da prepotência do Poder Executivo durante a Primeira República. Hoje, se estivesse vivo, eu não tenho dúvida que um homem do seu talento, da sua visão sociológica e da sua extraordinária capacidade de interpretação dos acontecimentos políticos, ele talvez não subscrevesse o seu conceito. Mas, diga-se de passagem que em nenhum instante o Poder Judiciário faltou nos momentos graves à democracia no Brasil. Pelo contrário, ele tem sido duramente punido. Quando da implantação do Estado Novo, o Presidente Getúlio Vargas, para que a adaptação das instituições ditatoriais não encontrasse maiores obstáculos, invadiu o Supremo Tribunal e os tribunais de Justiça. Ministros e desembargadores foram compulsoriamente aposentados.

Nós sabemos que aconteceu o mesmo com a Revolução de 1964, quando aqueles ministros que lá estavam e resistiram à ação de arbítrio e de prepotência da ditadura que então se implantava, ele foi mutilado e figuras das mais extraordinárias do colendo Supremo Tribunal Federal tiveram que amargar, numa demissão afrontosa, o crime de não cederem, de não se acomodarem e de não se acovardarem.

Hoje, nós estamos vivendo, recentemente, em hora de crise, a posição do Judiciário, através do seu Superior Tribunal Eleitoral, firmando uma decisão que tranquiliza a Nação, que resguarda a Constituição e eleva bem alto os valores da nossa tradição jurídica.

Vamos saudar esse Poder Judiciário que é a expressão da nossa soberania, mas que muito mais do que a expressão formal da soberania de uma Nação e a expressão da nossa cultura, é a expressão da nossa dignidade cívica, é, sobretudo, a certeza e a segurança de que, enquanto tivermos Poder Judiciário vigilante, a democracia no Brasil poderá sofrer eclipse, mas jamais entrará em colapso definitivo.

## *Universidade: conhecimento e construção do futuro*

---

### **Discurso do Dr. Tancredo Neves no Conjunto Universitário Cândido Mendes quando ali recebeu o título de Professor *Honoris Causa*.**

*Rio de Janeiro, 10-12-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Meus senhores:

Sinto-me honrado vindo hoje a esta Casa para ser agraciado no Conjunto Universitário Cândido Mendes com o título de Professor *Honoris Causa* desta instituição. É para mim motivo de orgulho e satisfação receber das mãos de renomados educadores esta homenagem. Entendo-a não apenas como um reconhecimento aos esforços que em minha vida de homem público venho desenvolvendo em prol do ensino no País, como também um compromisso para com os educadores aqui presentes em prol da educação nacional e seu futuro.

Em minha longa vida de serviços prestados à causa pública, faltava esta experiência ímpar de ser professor, profissão e sacerdócio que confere aos seus titulares uma posição que os distingue no âmbito da sociedade. Pois cabe ao professor universitário a missão transcendente de transmitir às gerações presentes o saber perene elaborado no passado, sem preconceitos e com a determinação de salvaguardar o bem mais precioso da civilização que é a interminável procura da verdade. Cabe, ainda, ao professor universitário, associado dinamicamente e democraticamente aos demais colegas de trabalho e aos seus alunos, as investigações que visam ao entendimento do presente e ao encaminhamento dos processos que possibilitem a superação dos desafios do futuro.

Recebo hoje uma homenagem que, além de me envaidecer, convoca-me definitivamente, pelo múnus universitário de que me invisto, para a cruzada da expansão e consolidação das atividades universitárias em nossa terra. Se por opção política consciente sempre destaquei a universidade como prioridade por excelência na construção de um futuro mais justo e democrático para o Brasil, agora, colega vosso, por

força do título que recebo, participo desta luta com ardor e responsabilidade renovadas.

E quem me concede este honroso título é a mais antiga faculdade privada do Brasil – a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Sobrelevam-se minhas responsabilidades ao unir-me a tão distinta congregação, quando examino as origens desta Casa e a excepcional contribuição que vem dando, há sessenta e quatro anos, à causa da educação no Brasil. O nome Cândido Mendes de Almeida paira sobre nossa história como um dos pontos altos do saber jurídico, da integridade ética e da coragem pessoal quando, no Império, com desassombro, assume, em 1873, junto com Zacarias de Góes e Vasconcelos e Antônio Ferreira Viana, a defesa de D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda e D. Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém, no que se convencionou chamar de a “questão religiosa”. Tratava-se de defender, contra o Estado, o direito das comunidades específicas terem seus objetivos e regulamentos próprios, não interferidores da ordem maior que deve reger toda a sociedade em função do bem comum. Este ato de total aderência na ação a princípios éticos perenes – justiça, verdade, liberdade e democracia – impulsionaria sucessivas gerações de Mendes de Almeida na direção da educação da juventude, da pesquisa jurídica e social, da promoção da cultura e da permanente defesa da liberdade, da justiça e da democracia. Hoje, meu caro professor Cândido Mendes de Almeida, constato com orgulho a continuidade segura que imprime à obra iniciada por vosso bisavô e que se materializa no notável empreendimento que é o Conjunto Universitário Cândido Mendes. São milhares de alunos de graduação, são centenas de professores e alunos de pós-graduação, são incontáveis as contribuições dos estudos e pesquisas aqui realizados.

Uno-me, ao receber este título, a três notáveis figuras que, na existência desta faculdade, também receberam a distinção de Professor *Honoris Causa*. Refiro-me ao rei Alberto I, rei dos belgas, patrono das artes e da literatura, incentivador incansável de inúmeras e progressistas reformas sociais e jurídicas em sua pátria, figura sempre lembrada pela determinação com que defendeu sua terra e seu povo do invasor implacável durante a Primeira Grande Guerra, e que em 1922, ao visitar o Brasil, foi distinguido por esta faculdade com o mesmo título que

hoje recebo. Refiro-me ao grande historiador Arnold Toynbee que, em 1966, foi homenageado por esta instituição como reconhecimento pela extraordinária contribuição às ciências sociais, notadamente a História, onde ressalta a perene obra *Um estudo de História*, súpula da compreensão harmoniosa e isenta do observador erudito capaz de pressentir nos acontecimentos a linha maior do inexorável processo civilizatório. Refiro-me ao grande batalhador pela proteção das atividades culturais, em todo o mundo, cada vez mais livres de peias ideológicas ou mercenárias, o senegalês Amadou M'Bow, diretor-geral da Unesco que, em 1981, foi reconhecido pela comunidade acadêmica desta Casa como companheiro de testemunho na jornada augusta e sacrificada do ensino e da pesquisa.

Que posso eu acrescentar aos exemplos, aos ensinamentos, às pesquisas e estudos levados à frente por esta casa de reflexão?

Trago a vós, companheiros professores, o testemunho de uma vida dedicada ao Brasil e a seu povo.

Trago a vós, juventude estudantil desta veneranda universidade, a promessa da coerência e a proposta de uma esperança.

Homem público que sou, vivi intensamente a história do meu País nas últimas décadas. Foram momentos decisivos: não me arrependo de nenhum dos meus passos. Não temo o futuro, embora preocupem-me as responsabilidades que certamente me serão confiadas em breve. Mas são temores e preocupações honestas, porque responsáveis. Reconheço a enormidade da tarefa que me aguarda, percebo a gravidade da situação nacional e internacional. E neste quadro de incertezas sou chamado a liderar todo um povo.

O povo sofrido de uma grande Nação, ciosa de seu passado e crente em seu futuro promissor.

Meus senhores:

Na Nova República que me proponho consolidar, tarefa relevante cabe à universidade e à juventude.

É hora de reiterar que hoje estamos diante da importante missão de resgatar a enorme dívida social que o Estado contraiu com a Nação brasileira, o que no campo educacional significa reconhecer que a educação é direito de todos e dever do Estado. Esta tarefa requer uma política nacional de educação articulada com as demais políticas sociais e capaz de ajudar o povo brasileiro na sua luta pela emancipação econômica, política e cultural. Nessa tarefa, universidades e faculdades privadas, como

esta Casa, responsáveis por cerca de 60% do alunado de nível superior de nossa Pátria, não podem, nem devem, ficar desamparadas do necessário apoio estatal.

Os esforços do governo em favor da educação respondem, como já tive a ocasião de ressaltar, a uma necessidade nacional. Da educação dependem a formação do cidadão e sua preparação para o exercício de funções básicas no sentido de construirmos uma Nação mais justa, democrática, livre e soberana. Para palmilharmos este caminho é essencial a contribuição da pesquisa científica e tecnológica, que nos seus elementos primeiros é forjada no ensino superior em geral e em especial nos bancos da universidade.

Dessa pesquisa, e portanto da educação, depende a superação da dependência tecnológica a que foi conduzido o País, meta indispensável à recuperação de uma verdadeira identidade nacional.

Por esses motivos entendemos a educação como um patrimônio da ciência e da cultura nacionais. É com a educação que se lançam os alicerces para a valorização do indivíduo e se erigem as condições científicas, técnicas e políticas para a formação do cidadão, tornando-o apto a fazer parte do esforço coletivo da história de uma nova sociedade brasileira.

No cenário da história desta nova sociedade está reservado para o ensino superior um papel de destaque. Ao ensino superior, ápice da formação do cidadão e do profissional, caberá preparar e aperfeiçoar um contingente cada vez maior de professores para o 1º e 2º graus, níveis de ensino que necessitam de uma profunda renovação e de uma substancial ampliação dos seus alunados, ambas medidas indispensáveis para implantarmos uma educação verdadeiramente democrática no País.

Ao ensino superior toca a responsabilidade de completar, no âmbito do sistema educacional, o preparo dos quadros profissionais, científicos e culturais que a sociedade exige para o seu pleno desenvolvimento. Ao ensino superior, e mormente à universidade, cabe a responsabilidade de formar e aperfeiçoar seus próprios quadros, num processo de permanente busca da elevação da qualidade do conjunto de suas atividades.

O País precisa de um ensino superior marcadamente diverso do que temos tido. Precisamos de uma universidade que atue junto com as forças vivas da Nação e que seja reconhecida como pólo de elaboração crítica e de difusão do saber.

Precisamos de um ensino superior, cuja produção intelectual, profissional e cultural esteja voltada para os interesses maiores do País e que acolha de forma crescente e segura as aspirações e anseios de nossos jovens pela continuação de seus estudos.

A crise brasileira dos últimos anos, e especialmente a crise econômica e a recessão, afetou a todos os campos da vida nacional. No ensino superior assistimos, há mais de uma década, a um constante declínio dos padrões de qualidade da educação, por força principalmente da carência de recursos e da facilidade com que, de forma autoritária, se estabeleciam novas políticas, revogavam-se diretrizes, consagrava-se a perplexidade e a confusão.

É preciso, pois, reconstruir o ensino superior no País, corrigindo-se as distorções e estimulando-se os avanços que, mesmo em meio à crise, foi possível conseguir nesta ou naquela parte.

Nesta tarefa de reconstrução há de se promover a união do setor público com o setor privado, em benefício da mesma causa. Conclamo, pois, os dirigentes, os professores e os alunos de faculdades e universidades oficiais e privadas, para que se unam nesta cruzada que permitirá a criação no País de um sistema de ensino superior que venha a ser reconhecido pelos elevados padrões de qualidade de suas atividades e pelos princípios democráticos que nortearão sua estrutura e o funcionamento de suas instituições.

A retomada do desenvolvimento, que estabeleci como prioridade do meu governo – e que corresponde a uma aspiração nacional – vai aos poucos permitir a correção das distorções salariais que tanto afetaram a universidade, pela imposição de sacrifícios aos professores e técnicos e pelo aumento das dificuldades a que os alunos foram submetidos para dar continuidade a seus estudos.

Só com a geração de novas riquezas, fruto de um ordenamento do trabalho dos brasileiros e do aproveitamento racional dos nossos recursos naturais, poderemos resolver a maioria dos problemas com que se defronta o Brasil, a começar pela inflação que nos envergonha e fere mais fundamente os menos favorecidos, agravando a injustiça social.

Sei que não será fácil, mas sei que será possível.

Os brasileiros estão motivados para a grande arrancada, que vai depender do esforço de todos e de cada um. Vai depender, também, da compreensão com que todos e cada um participem de um processo de

ordenação e hierarquização das demandas que já são tantas e tão justas, que atendê-las todas de uma vez exigiria em um ano recursos que levaríamos vários anos para criar e produzir.

Esta ordenação vamos procurar em um pacto social de padrão democrático, para o qual convocarei as forças do trabalho, o empresariado, os homens de governo, todos os segmentos da sociedade. Para a definição e, principalmente, para os desdobramentos deste grande encontro nacional vai ser imprescindível a colaboração da universidade, de seus quadros discente e docente, o apoio da juventude, a contribuição do saber dos mais experientes.

À luz desses desdobramentos, que nos permitirão encurtar os caminhos e reduzir os prazos de superação da crise brasileira, é que vamos, todos juntos, desenhar os contornos da Nova República.

Uma República em que a universidade, com competência e realismo, contribua para a cultura, aprimore a tecnologia, enriqueça o mercado de trabalho e atenda às necessidades de profissionais qualificados nas empresas privadas, no setor público, em todos os campos da atividade brasileira.

Uma República que se orgulhe de sua universidade e faça justiça aos homens que, como os edificadores desta Casa, a sonharam democrática, justa, soberana e livre.

Muito obrigado.



## *Liberdade – Imprensa*

---

### **Discurso do Dr. Tancredo Neves quando da entrega do Prêmio Alceu Amoroso Lima Liberdade-Imprensa.**

*Rio de Janeiro, 10-12-1984. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Meus senhores:

É com alegria que participo desta festa de entrega do Prêmio Alceu Amoroso Lima Liberdade-Imprensa.

Como um dos presidentes deste centro, associo-me ao conselho curador e a todos os presentes para homenagear os três agraciados, os jornalistas Marcos Sá Correa e Marcos de Castro e, muito especialmente, este símbolo do jornalismo brasileiro, Barbosa Lima Sobrinho.

A luta dos agraciados de hoje em prol da liberdade de imprensa e da consolidação da democracia em nossa Pátria valeu-lhes a homenagem deste centro e o prêmio que hoje recebem e que bem reflete os objetivos desta instituição, que, de acordo com seus documentos declaratórios, “destina-se a desenvolver a mensagem e o compromisso do seu patrono, no que se refere à defesa da liberdade de todas as formas de expressão, do espírito criador e dos valores da pessoa em nosso tempo”.

A mensagem e o compromisso de Alceu Amoroso Lima confundem-se em uma única e simples atitude, em uma única e singela palavra – amor. Amor ao Cristo, Deus feito homem, e, por amor a Deus, amor à pessoa humana – imagem e semelhança de Deus.

A coerência de toda uma longa vida, desde uma juventude primeiramente despreocupada e disponível, chegando até a terrível angústia existencial, levaram-no providencialmente ao convívio de Jackson de Figueiredo, de Gustavo Corção e do padre Leonel Franca, que num ato da Graça Divina o conduzem à conversão e, até seu fim, ao testemunho permanente de sua inabalável fé.

A fé era uma prática de ações simples e discretas: a oração, o comparecimento aos sacramentos, a atenção aos que o procuravam para um conselho ou uma orientação.

A fé era uma postura erudita de estudos, de discussões, de atitudes resolutas e responsáveis na defesa daquilo que considerava justo e correto.

A fé era uma exemplar lição de humildade pela total adesão à Igreja como instituição, e ao Romano Pontífice e à hierarquia como paradigmas de sua ação.

Incentivador de vocações, professor brilhante, escritor inigualável, crítico metucioso, orador cativante, conselheiro insubstituível, amigo de todas as horas – estas são as imagens que guardo de Alceu Amoroso Lima, que seduzia a todos pelo sorriso, pelo olhar, pela sabedoria, pela modéstia e integridade ética que se refletia em cada ação e palavra.

O pensamento de Alceu Amoroso Lima projeta-se sobre a organização e o funcionamento da sociedade. É uma visão fundada na fé e na doutrina da Igreja que ele abraçou, especialmente a doutrina social refletida nas encíclicas e nos documentos conciliares.

Para ele, cada homem é um ser distinto de todos os demais, uma unidade substancial que tem uma dignidade essencial e um destino intransferível a ser definido neste mundo por sua livre e racional opção.

Cada homem é um ser de natureza racional, capaz de, por dedução, indução e reflexão, conhecer o seu Criador, seus semelhantes e o cosmo.

Cada homem é um ser humano livre, capaz de, conscientemente, optar entre as alternativas que a vida, o universo e a sociedade lhe oferecem, em todos os sentidos. E é um ser social, aquele que só se realiza integralmente em comunidades, por ser deficiente e limitado em fases de sua vida, e por que necessita comunicar a seus semelhantes suas sensações e experiências.

Com esses atributos, a pessoa humana é um ser dotado de dignidade singular, pois é nela e somente nela que o universo chega à consciência de si mesmo. Sua Santidade o Papa João Paulo II, discursando na Unesco, diz que “importa afirmar a dignidade do homem por ele mesmo, por nenhum outro motivo ou razão: unicamente por ele mesmo”.

Alceu Amoroso Lima jamais vacilou em defender a dignidade essencial da pessoa humana. A dignidade do homem integral, sujeito de deveres, mas também de direitos inatos e inalienáveis – o direito à vida, à educação, à alimentação, à saúde, à moradia, ao vestuário, à participação política, ao lazer e, principalmente, à liberdade.

Sua vida foi toda marcada pela luta em defesa da liberdade, de todas as liberdades; em defesa do homem, de todos os homens.

Preocupava-se o mestre Amoroso Lima em bem configurar o Estado e os limites de sua ação tendo em vista a manutenção plena da

liberdade. Afirmava que “... a primeira função do Estado é garantir os direitos individuais”, e logo a seguir que “... o Estado não é, portanto, o criador do direito; é apenas o seu promotor e defensor, função fundamental de sua natureza e existência”.

Não aceitava a passividade do Estado perante as injustiças.

Não aceitava a presença despersonalizante do Estado, característica dos regimes ditatoriais, um Estado incapaz de encaminhar soluções justas e duradouras.

Apregoava o solidarismo, atitude eminentemente humana, que em torno do ideal da pessoa humana pode reunir os esforços, as aspirações e as esperanças de toda uma comunidade.

Meus senhores:

A liberdade não é apenas um conceito para motivar discursos e relembrar amigos. A liberdade é uma prática a ser exercida e executada no longo caminho da vida dos povos, pelos cidadãos comprometidos com seu papel histórico, como nos deu o exemplo o saudoso Alceu.

Feliz o povo que exerce o direito e que executa a prática da liberdade, definindo os seus rumos a cada dia, revendo as metas, reescrevendo seu próprio destino e conduzindo a Pátria pelos caminhos da liberdade, pela liberdade e em liberdade. Feliz o povo que tem, como um dos seus, um homem com a prática de liberdade do sempre presente Alceu Amoso Lima.

Feliz ainda o indivíduo a quem, em sua longa vida, lhe foi dada a responsabilidade, o direito e o prazer de não apenas exercer a sua cidadania em liberdade, mas, de lutar, de ver e de participar da restauração das normas de liberdade depois de obscuros períodos de repressão. Feliz um homem como o doutor Alceu, que não apenas viu esta restauração em vida, mas também, com suas mãos que não cansavam, com sua voz que não emudecia, deixou construído o futuro histórico, além de si próprio, pela projeção de suas ideias e das batalhas que travou para difundi-las.

Felizes todos nós brasileiros dos últimos anos que pudemos ter um Alceu e pudemos assistir e participar deste magnífico esforço nacional em prol das liberdades. Mas, mais felizes ainda seremos nós se nos próximos anos seguirmos o exemplo de Alceu, e soubermos dar provas de que somos capazes não apenas de conquistar a liberdade, mas de exercê-la e de usá-la como cimento da história futura de nossa Pátria.

No momento histórico em que vivemos, o conceito de liberdade não pode ser entendido apenas como a manutenção do direito de falar e de ouvir, o direito de reunião, a abolição da censura, a limitação dos poderes do Estado sobre os destinos do cidadão.

As desigualdades e as carências de nosso povo, os desequilíbrios regionais, o desemprego, os problemas de educação, saúde, habitação, a precariedade de muitas de nossas instituições, a crise econômica, as distorções estruturais da Federação e da República, tudo isso está afetado pelo conceito da liberdade, da absoluta necessidade que temos de exercer e estimular o exercício consciente e patriótico da liberdade.

Qualquer caminho que o Brasil decida trilhar – e a Assembleia Nacional Constituinte vai defini-lo com precisão – só poderá ser duradouro e sólido se resultar do livre jogo de discussões, de opiniões, de propostas, de entendimentos, que se manifestem e que se consolidem sob a égide da liberdade.

Por isto, no Brasil de hoje, a liberdade não pode ser um privilégio de poucos. Ela deve ser a condição primeira, o ponto de partida inicial do longo, custoso, demorado, e, por vezes, angustiante, processo de reencontro nacional que permitirá sentar as bases de um novo ordenamento que o País trilhará a partir de agora, na edificação de sua Nova República.

A liberdade não é ainda o além do túnel, mas é a luz sem a qual não será encontrado o caminho da concórdia, o caminho livre a ser seguido pela sociedade em sua própria história, refeita, a cada instante, pela própria ação dos homens livres.

Não é difícil a qualquer estudioso dos problemas brasileiros, a qualquer liderança social, dizer o que ele imagina deveriam ser, para si ou seu grupo, os caminhos ideais da Nação brasileira.

Mas, sem que se ouça cuidadosamente toda a sociedade, não será fácil, e talvez seja impossível, para qualquer estadista, sozinho, definir, em detalhes, quais são os rumos que a Nação deseja. E não será possível entender a sociedade se cada indivíduo não sentir que está vivendo em clima de liberdade, que lhe permite falar e ouvir os outros.

E, por isso mesmo, o cidadão precisa sentir que é grande a sua responsabilidade e a sua obrigação de participar, o que só a liberdade e o sentimento de liberdade permitem. Mais do que um direito da sociedade, a liberdade é, pois, uma necessidade social; mais do que um direito

individual, a liberdade e o seu exercício devem ser uma obrigação de cada brasileiro.

A liberdade é para mim mais do que o fim para o qual voltam-se todos os brasileiros no caminho futuro da nacionalidade. A liberdade é para mim o meio pelo qual os brasileiros voltam-se uns para os outros, na definição presente dos caminhos a serem trilhados pela nacionalidade, hoje e no futuro.

Não podemos ter a ilusão de que a liberdade será em si mesma suficiente para definir um consenso, para permitir a unidade de todos os brasileiros em único credo. Mas tenho a mais absoluta certeza de que sem a liberdade os diferentes credos e interesses não poderão se encontrar na definição da unidade de sermos brasileiros.

Mas, para isso, a liberdade não pode limitar-se ao fim das restrições e limitações advindas dos excessos do poder. E nem pode, logicamente, confundir-se com a desordem, a libertinagem, a anarquia, que também são a negação da liberdade.

É por isso que a defesa da liberdade é o compromisso maior de qualquer estadista que deseje conduzir seu país conforme as ideias que representem o pensamento nacional formulado através do livre jogo das ideias, das organizações políticas e das influências sobre o governo, que precisam acontecer de forma transparente, como só a liberdade permite.

Fui convocado para assumir as graves funções de Presidente, diante dos problemas do presente e diante da imagem na História, de chefiar o governo e o Estado, e não desertei da luta. Com honra e humildade ofereço os próximos anos de minha vida à tarefa gigantesca, mas grata, de tentar ser o catalisador da concórdia nacional, o instrumento de recuperação de sua economia e o veículo de eliminação da escassez gritante que pesa sobre a miséria de uma considerável parcela de nossa população.

Não posso prometer o impossível, não posso nem mesmo prometer o possível além daquilo que dependerá de minhas funções e de minha vida. Não posso prometer o que vai depender de 130 milhões de brasileiros no exercício de sua liberdade criadora.

Mas prometo que, como um desses milhões de compatriotas, cumprirei o papel que me caberá como Presidente da República, o meu papel de garantidor e promotor da liberdade. Prometo lutar para a constituição das bases materiais da liberdade, a eliminação das injustiças e das necessidades. Prometo dar continuidade aos avanços da causa da

liberdade, usando-a como orientação do meu governo, nas políticas do presente e na definição dos rumos de longo prazo que o futuro espera ver hoje iniciado.

O exercício responsável da liberdade, a promoção de suas bases materiais e institucionais, e a sua continuidade como instrumento de governo para os dias de hoje e a definição do futuro, são os três compromissos que assumo nesta oportunidade, diante da permanente e viva memória de um amigo querido que foi um dos nossos maiores pensadores, defensor permanente do homem livre, de um Brasil livre.

Muito obrigado.

## *Municipalismo e democracia*

---

### **Discurso proferido de improviso por Tancredo Neves, saudando a Frente Municipalista.**

*Brasília, 13-1-1985. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Prefeitos, vice-prefeitos, ... saudando a alvorada de confiança, de fé e de liberdade que vai surgir no dia 15. Havia de ser aqui, neste monumento que a gratidão nacional erigiu a este homem, que foi, em vida, o mais intemorato dos democratas, o mais autêntico de todos os servidores do nosso povo, que foi Juscelino Kubitschek. Tenho para com a Frente Municipalista uma dívida irresgatável de gratidão. Quando o governador de São Paulo, Franco Montoro, nos convidou para portabandeira desta mesma jornada a cujo término estamos chegando, foi a Frente Municipalista a primeira entidade que se colocou acima de legendas e partidos para trazer-nos a sua expressiva e prestigiosa solidariedade. Desde então... Da luta pelas diretas, esta memorável página cívica nos anais de nossa história. O povo encheu as praças, o povo, em todos os recantos da nossa Pátria, manifestava da maneira mais eloquente o seu inconformismo com as estruturas que vinham do autoritarismo. As eleições diretas marcaram, sem dúvida, uma nova etapa na nossa destinação política. Mas elas não se submeteram, essas multidões, ao fracasso da derrota que tanto nos constrangeu. A derrota das diretas não abateu o povo. Pelo contrário, ganhou energia para vir novamente em praça pública sustentar uma causa representada num candidato que tinha por objetivo principal devolver ao povo as suas prerrogativas fundamentais e essenciais, ainda que para isso tivesse de ir a um colégio eleitoral espúrio para destruí-lo, e de uma vez por todas. O povo compreendeu a decisão de seus líderes; o povo, interpretando a voz da história, prestigiou a determinação daqueles que tomavam a decisão corajosa, que poderia colocá-los como contraditórios ou incoerentes. Mas, no serviço da pátria, quando se luta com fé e determinação e com patriotismo, não há contradições. Só existe o serviço que devemos ao povo. É assim que hoje nós já antevemos as grandes transformações, as grandes mudanças com as quais nós nos comprometemos e que contamos com o povo para concretizá-las e levá-las a efeito. Mudanças na

mentalidade, mudanças no comportamento, mudanças nas instituições. Mudanças nas instituições, dando a este País uma Constituição que surja de uma Constituinte escolhida pelo voto direto. Uma Constituinte que nos permita uma profunda alteração nas próprias instituições políticas a fim de que a democracia brasileira se recupere na plenitude de toda a sua vitalidade, uma democracia que seja sem dúvida a expressão da modernidade dos nossos dias. Uma democracia que consagre o senso de responsabilidade e, sob a inspiração da justiça e da liberdade, todos os anseios da alma nacional. O centralismo mutilou a Nação, os estados; o centralismo mutilou os municípios. Urge, e o temos feito reiteradas vezes, através dos nossos compromissos, restaurar as forças dos municípios e a dignidade...



## “*Não vamos nos dispersar*”

---

**Discurso pronunciado por Tancredo Neves quando de sua eleição à Presidência da República.**

*Brasília, 15-1-1985.*

Neste momento, alto na História, orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita colher o ódio. A Nação inteira comunga deste ato de esperança. Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático. Não há pátria onde falta democracia.

A pátria não é mera organização de homens em estados, mas sentimento e consciência, em cada um deles, de que lhe pertencem o corpo e o espírito da Nação. Sentimento e consciência da intransferível responsabilidade por sua coesão e seu destino.

A pátria é escolhida, feita na razão e na liberdade. Não basta a circunstância do nascimento para criar esta profunda ligação entre o indivíduo e sua comunidade.

Não teremos a pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão, com plena consciência dessa dignidade.

Assim sendo, a pátria não é o passado, mas o futuro que construímos com o presente. Não é a aposentadoria dos heróis, mas tarefa a cumprir; é a promoção da justiça, e a justiça se promove com liberdade. Na vida das nações, todos os dias são dias de história, e todos os dias são difíceis. A paz é sempre esquiva conquista da razão política. É para mantê-la, em sua perene precariedade, que o homem criou as instituições do Estado, e luta constantemente para aprimorá-las.

Não há desânimo nessa condição essencial do homem. Por mais pesadas que sejam as sombras totalitárias ou mais desatadas as paixões anárquicas, o instinto de liberdade e o apego à ordem justa trabalham para restabelecer o equilíbrio social.

No conceito que fazemos do Estado democrático, há saudável contradição: quanto mais democrática for uma sociedade, mais frágil será o Estado. Seu poder de coação só se entende no cumprimento da lei. Quanto mais fraterna for a sociedade, menor será a presença do Estado.

Brasileiros:

A primeira tarefa de meu governo é a de promover a organização institucional do Estado. Se, para isso, devemos recorrer à experiência histórica, cabe-nos também compreender que vamos criar um Estado moderno, apto a administrar a Nação no futuro dinâmico que está sendo construído.

Sem abandonar os deveres e preocupações de cada dia, temos de concentrar os nossos esforços na busca de consenso básico à nova Carta Política.

Convoco-vos ao grande debate constitucional. Deveis, nos próximos meses, discutir em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social.

É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos delegados ao Poder Constituinte e lhes atribuir o mandato de redigir a Lei Fundamental do País. A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo. Daí a preocupação de que ela não surja no açodamento, mas resulte de uma profunda reflexão nacional.

Os deputados constituintes, mandatários da soberania popular, saberão redigir uma Carta Política ajustada às circunstâncias históricas. Clara e imperativa em seus princípios, a Constituição deverá ser flexível quanto ao modo, para que as crises políticas conjunturais sejam contidas na inteligência da lei.

Presidente eleito do Brasil, busco no coração e na consciência as palavras de agradecimento profundo aos correligionários da Aliança Democrática, o valente e fiel PMDB, sob o comando do Deputado Ulysses Guimarães, o recém-fundado Partido da Frente Liberal, sob a liderança de Aureliano Chaves, Marco Maciel e meu companheiro Vice-Presidente, José Sarney. Aos integrantes do PDT, PT, PTB, dissidentes do PDS, que, por decisão partidária ou pessoal, me entregam a mais alta e difícil responsabilidade da minha vida pública.

Creio não poder fazê-lo de melhor forma do que, perante Deus e perante a Nação, nesta hora inicial de itinerário comum, reafirmar o compromisso de resgatar duas aspirações que, nos últimos vinte anos, sustentaram, como penosa obstinação, a esperança do povo:

- esta foi a última eleição indireta do País;
- venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas, indispensáveis ao bem-estar do povo.

Não foi fácil chegar até aqui. Nem mesmo a antecipação da certeza da vitória, nos últimos meses, apaga as cicatrizes e os sacrifícios que marcaram a história da luta que agora se encerra.

Não há porque negar que houve muitos momentos de desalento e cansaço, em que cada um de nós se indagava se valia a pena lutar. Mas, cada vez que essa tentação nos assaltava, a visão emocionante do povo resistindo e esperando, recriava em todos nós energias que supúnhamos extintas e recomeçávamos, no dia seguinte, como se nada houvesse sido perdido.

A história da Pátria, que se iluminou através dos séculos com o martírio da Inconfidência Mineira; que registra, com orgulho, a força do sentimento de unidade nacional sobre as insurreições libertárias durante o Império; que fixou, para admiração dos pósteros, a bravura de brasileiros que pegaram em armas na defesa de postulados cívicos contra os vícios da Primeira República, a História situará na eternidade o espetáculo inesquecível das grandes multidões que, em atos pacíficos de participação e de esperança, vieram para as ruas reivindicar a devolução do voto popular na escolha direta para a Presidência da República. Frustradas nos resultados imediatos dessa campanha memorável, as multidões não desesperaram, nem cruzaram os braços. Convocaram-nos a que viéssemos ao colégio eleitoral e fizéssemos dele o instrumento de sua própria perempção, criando, com as armas que não se rendiam, o governo que restaurasse a plenitude democrática.

Na análise desses dois grandes movimentos cívicos não sei avaliar quando o povo foi maior, se quando rompeu as barreiras da repressão e veio para as ruas gritar pelas eleições diretas, ou se quando, mesmo vencido, não se submeteu, e com extrema maturidade política exigiu que agíssemos dentro de regras impostas, exatamente para revogá-las e destruí-las.

É inegável que o processo de transição teve contribuições isoladas que não podem ser omitidas:

- a do Poder Legislativo, que, muitas vezes mutilado em sua constituição e nas suas faculdades, conservou acesa a chama votiva da

representação popular como última sentinela do campo da batalha democrática;

- a da Igreja, que, com sua autoridade exponencial no campo espiritual e na ação social e educativa, lutou na defesa dos perseguidos, e pregou a necessidade da opção preferencial pelos pobres, com base na democracia moderna;
- a dos homens e mulheres do nosso povo, principalmente as mães de família, que arrostaram as duras dificuldades do desemprego e da carestia em seus lares e lutaram, com denodo, pela anistia, pelos direitos humanos e pelas liberdades políticas;
- a da imprensa – jornais, emissoras de rádio e televisão –, que, sob a censura policial, a coação política e econômica, ousou bravamente enfrentar o poder para servir à liberdade do povo;
- a da sociedade civil como um todo, em suas muitas instituições: a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, as entidades de classe patronais, de empregados, de profissionais liberais, as organizações estudantis, as universidades, e tantas outras, com sua participação, muitas vezes, sob pressões inqualificáveis, nesse mutirão cívico da reconstrução nacional;
- a das Forças Armadas, na sua decisão de se manterem alheias ao processo político, respeitando os seus desdobramentos até a alternativa do poder;
- a de Sua Excelência o Presidente João Figueiredo, que, prosseguindo na tarefa iniciada com a revogação dos atos institucionais, ajudou, com a anistia política, a devolução da liberdade de imprensa, as eleições diretas de 1982, o desenvolvimento normal da sucessão presidencial.

Graças a toda essa imensa e inesquecível mobilização popular, chegamos, agora, ao limiar da Nova República.

Venho em nome da conciliação.

Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras.

Se não vemos as outras nações como inimigas, e não as vemos assim, devemos ter a consciência de que o mundo se contrai diante da árdua competição internacional. Acentua-se a luta pelo domínio de mercados, pelo controle de matérias-primas, pela hegemonia política. As ideologias, tão fortes no século passado e na metade do século XX, empalidecem, frente a um novo nacionalismo.

Ao mesmo tempo, fenômeno típico do desenvolvimento industrial e da expansão do capitalismo, surge nova realidade supranacional nas grandes corporações empresariais. Aparentemente desvinculadas de suas pátrias de origem, tais organizações servem, fundamentalmente, a seus interesses.

Brasileiros:

Ao lado da ordem institucional, que é tarefa prioritária, temos de cuidar da situação econômica. A inflação é a manifestação mais clara da desordem na economia nacional. Iremos enfrentá-la desde o primeiro dia.

Não cairemos no erro grosseiro de recorrer à recessão como instrumento inflacionário. Ao contrário, vamos promover a retomada do crescimento, estimulando o risco empresarial e eliminando, gradativamente, a hipertrofia do egoísmo e da ganância. O ritmo de nossa ação saneadora dependerá unicamente da colaboração que nos prestarem os setores interessados. Contamos, para isso, com o patriotismo de todos.

Retomar o crescimento é criar empregos. Toda a política econômica do meu governo estará subordinada a esse dever social. Enquanto houver, neste País, um só homem sem trabalho, sem pão, sem terra e sem letras, toda prosperidade será falsa.

Cabe acentuar que o desenvolvimento social não pode ser considerado mera decorrência do desenvolvimento econômico. A Nação é essencialmente constituída pelas pessoas que a integram, de modo que cada vida humana vale muito mais do que a elevação de um índice estatístico. Preservá-la constitui, portanto, um dever que transcende a recomendação de caráter econômico, tão declinável quanto a defesa das nossas fronteiras. Nessas condições, temos de reconhecer e admitir, como objetivo básico da segurança nacional, a garantia de alimentos, saúde, habitação, educação e transporte para todos os brasileiros.

O bem-estar que pretendemos para a sociedade brasileira deve assentar-se sobre a livre iniciativa e a propriedade privada. Exatamente por isso, adotaremos medidas que venham a democratizar o acesso à

propriedade e a proteção às pequenas empresas. A defesa do regime de livre iniciativa não pode ser confundida como muitos o fazem, com a proteção aos privilegiados de forças econômicas e financeiras. Defender a livre iniciativa e a propriedade privada é defendê-las dos monopólios e do latifúndio.

Brasileiros:

O entendimento nacional não exclui o confronto das ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem um morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e da soberania nacionais.

Dentro dessa ordem de ideias, a conciliação, instruindo o entendimento, deve ser vista como convênio destinado a administrar a transição rumo à nova e duradoura institucionalização do Estado.

Faz algumas semanas, eu anunciava, em Vitória, a construção de uma Nova República. Vejo, nesta fase da vida nacional, a grande oportunidade histórica de nosso povo.

As crises por que temos passado, desde a Independência, podem ser atribuídas às dificuldades normais em um processo de formação de nacionalidade. Hoje, no entanto, encontram-se vencidas as etapas mais duras. Mantivemos a integridade política da Nação, graças à habilidade do Segundo Reinado que soube exercer a tolerância nos momentos certos, evitando que das insurreições liberais vencidas ficassem cicatrizes históricas.

Com a ocupação da Amazônia e do Oeste, concluídas nos últimos decênios, chegamos ao fim da tarefa iniciada pelos bandeirantes e desenvolvida por pioneiros intrépidos e desbravadores audazes, pelo gênio político de Rio Branco e pela bravura nacionalista do marechal Rondon.

Deixamos, há muito, de ser, aos olhos estrangeiros, exótica Nação dos trópicos; incluímo-nos entre países economicamente mais desenvolvidos. Nossa cultura é admirada internacionalmente. Traduzem-se os nossos escritores em todas as línguas; a música brasileira é conhecida e o desempenho de nossos artistas de teatro, de cinema e de televisão recebem o aplauso de espectadores de inúmeros países.

Na pesquisa científica, apesar dos poucos recursos públicos, temos obtido excepcionais resultados. Nossos homens de ciência têm o seu trabalho admirado nos principais centros mundiais.

Brasileiros:

Sabeis que os homens públicos não se fazem de especial natureza. Eles se encontram sujeitos à fragilidade da condição humana. Quando um povo escolhe o chefe de Estado, não elege o mais sábio dos seus compatriotas, e é possível que não eleja o mais virtuoso deles. Tais qualidades, que só o juízo objetivo consegue atribuir, não podem ser medidas.

Ao nomear, com o seu voto, o presidente da República, a Nação expressa a confiança de que ele saberá conduzi-la na busca do bem comum.

Consciente desta realidade, concito-vos ao grande mutirão nacional. Não há um só de nós que pode ser dispensado desta convocação. A cidadania não é atitude passiva, mas a ação permanente em favor da comunidade.

Faço meu apelo aos homens públicos. A política, tal como a entendemos, é a mais nobre e recompensadora das atividades humanas. Servir ao povo reclama dedicação incansável, noites indormidas, o peso abrasador das emoções. São muitos os que sucumbem em pleno combate, legando-nos o exemplo de seu sacrifício pela Pátria.

“Com o êxtase e o terror de haver sido o escolhido”, como diria Verlaine, entrego-me, hoje, ao serviço da Nação.

Nesta hora de forte exigência interior, recorro à memória de Minas Gerais, na inspiração familiar e na fé revelada na paz das igrejas de São João del Rei. Tantas vezes renovada em minha vida, é a esta memória, com sua inspiração e sua fé, que recorrerei, se a tentação do desalento vier a assaltar-me.

Fui chamado na hora em que realizava a grande aspiração política de minha vida, que era a honra de administrar o meu estado, a grande e generosa terra de Minas Gerais, e procurava colocar a sua renascente força política a serviço da causa da Federação, hoje distorcida, esvaziada, humilhada.

Não deixaria ao meio o mandato que o povo mineiro me confiou, para assumir o Supremo Poder da Nação, apenas pelo gosto do poder, que nem sempre é glória ou alegria.

Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis. Nunca o País dependeu tanto da atividade política. Dirijo-me, pois, a todos vós que a exercestes, aos que serviram ao meu governo com o seu apoio e aos que a ele prestaram a vigilância de opositores. Não aspiro à unanimidade, nem postulo a conciliação subalterna, que se manifesta no aplauso inconsequente do aulicismo. A conciliação se faz em torno de princípios, e ninguém poderá inquirir, na injustiça e na malevolência, os que nos reuniram nesta vitoriosa aliança de forças democráticas.

Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração democrática, para o combate à inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa Pátria. Vamos promover o entendimento entre o povo e o governo, a Nação e o Estado.

Rejeitaria, se houvesse quem a pretendesse, a conciliação entre elites, o ajuste que visasse à continuação dos privilégios, à manutenção da injustiça, ao enriquecimento sobre a fome.

Para a conciliação maior, sem prejuízo dos compromissos de partido e de doutrina, convoco os homens públicos brasileiros e todos os cidadãos de boa-fé. No serviço da pátria há lugar para todos.

Tenho uma palavra especial para os trabalhadores. É às suas mãos que muito devemos e é em suas mãos que está o futuro do nosso País.

Desde o primeiro passo de minha vida pública, tenho contado com o apoio dos trabalhadores. Elegi-me vereador em São João del Rei com os votos dos ferroviários e nunca deixei de lhes merecer a confiança política.

Uma Nação evolui na mesma medida em que cresce a sua participação na divisão de renda e na direção dos negócios públicos.

Ao prestar minha homenagem a esses brasileiros, que são a maioria de nosso povo, reafirmo-lhes o compromisso de dedicar todo o meu esforço para que se ampliem e se respeitem os seus direitos.

A reconstrução democrática do País significa o retorno, com toda a liberdade, dos trabalhadores à vida política. Sem seu apoio, nenhum governo poderá cumprir suas tarefas constitucionais.

Brasileiros:

Esta memorável campanha confirmou a ilimitada fé que tenho em nosso povo. Nunca, em nossa história, tivemos tanta gente nas ruas,



para reclamar a recuperação dos direitos de cidadania e manifestar seu apoio a um candidato.

Em todo o País foi o mesmo entusiasmo. De Rio Branco a Natal, de Belém a Porto Alegre, as multidões se reuniram, em paz, cantando, para dizer que era preciso mudar, que a Nação, cansada de arbítrio, não admitia mais as manobras que protelassem o retorno das liberdades democráticas.

Não vamos nos dispersar. Continuaremos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão.

Se todos quisermos, dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste País uma grande Nação.

Vamos fazê-la.

# *Fazer da democracia não uma palavra, mas uma realidade*

---

## **Discurso do Presidente eleito Tancredo Neves ao povo de Minas.**

*Belo Horizonte, 18-1-1985.*

Meus irmãos de Minas Gerais, há seis meses deixava este palácio, que simboliza a casa do povo em Minas Gerais, para uma caminhada que me impunha uma convocação nacional.

Nada cortou mais o meu coração do que ter de deixar o convívio dos meus coestaduanos e o posto para o qual eles me haviam eleito, para entrar numa jornada da qual não podia fugir, porque fugir seria comprometer as tradições de coragem, de dignidade e de civismo do povo mineiro.

Hoje eu aqui volto, estou de regresso para dizer ao meu povo que eu não o decepcionei nem lhe faltei. Minas, em toda a sua história, nunca ambicionou dirigir o Brasil para se servir. Minas, pelos homens públicos, sempre esteve na disputa dos postos de mando para servir ao Brasil e ao seu povo.

As manifestações de apoio e solidariedade que recebi de minha gente, durante mais de 15km, o povo, de um lado e de outro, aclamando-me e aplaudindo-me, só não me arrebataram o coração, porque este é, em verdade, um coração de ferro a pulsar por Minas Gerais.

Nem a inclemência do tempo, nem esta chuva impertinente, impediram que o povo viesse para a praça pública extravasar o seu coração e explodir seus sentimentos.

Devo ao povo mineiro essa dívida de gratidão que jamais poderei resgatar, a não ser colocando Minas, mais uma vez, a serviço dos objetivos mais altos e mais nobres do povo brasileiro.

Mas, à frente desse povo, está essa figura incomparável de líder que é Hélio Garcia. Foi ele um dos artífices dessa grande vitória, foi ele, com a sua coragem, com o seu destemor, com o seu desprendimento, que, em nenhum momento, nos faltou com a sua decisão, sua lealdade e o seu

devotamento. Feliz o povo que possui um governante dessa têmpera, feliz a comunidade que possui um líder desse porte.

Já não tenho mais o direito de usar a palavra, a chuva cai impiedosa, mas quero terminar dizendo ao povo de Minas Gerais: ainda anteontem eu precisava do vosso apoio para eleger-me governador de Minas, ainda ontem eu precisava do vosso apoio para sustentar-me no governo do estado e realizar uma obra de governo a serviço de nossa gente. Amanhã, vou continuar precisando deste povo para poder,   frente do governo do Brasil, realizar um governo de justiça, de trabalho e de liberdade.

Minha gente, aqui nesta noite, eu deixo em penhor nas vossas consciências o meu cora o. Não permitais que ele fraqueje, não permitais que ele se deixe tomar pelas tentac es do medo, não permitais que ele, amanhã, venha, de qualquer modo, comprometer as tradi es do meu povo. E vamos agora realizar o nosso destino, fazer que neste País a democracia não seja uma palavra, mas a plena realidade. Meus irmãos de Minas Gerais, a luta apenas está começando. Vamos para a frente e para a vitória final.

# *Interiorização e integração nacional*

---

## **Discurso pronunciado por ocasião do recebimento do título de Cidadão Honorário.**

*Câmara de Vereadores.*

*Barra do Garças, 22-1-1985.*

Vinte anos de centralismo absorvente, vinte anos de centralismo hipertrofiante, levaram nossos municípios e nossos estados a uma situação de precariedade financeira. Só o espírito público e o espírito de resistência democrática dos homens que habitam o nosso interior, de norte a sul e de leste a oeste, é que conseguem explicar que em nenhum momento desapareceu do coração desta nossa gente o amor e a fé pelo destino da nossa Pátria. A interiorização é imperiosa necessidade para que possamos promover a integração nacional, e com ela sua vitalidade, e com ela seu esplendor cívico.

Vamos levar ao campo a preocupação do governo, porque não existe na face da terra nenhuma grande Nação que não seja uma poderosa pátria agrícola. Sem uma grande agricultura, é inútil realizar uma expansão industrial e o crescimento econômico do nosso povo. Vamos realizar esta pátria agrícola, para que nosso desenvolvimento econômico se faça harmoniosamente. Uma Nação poderosamente industrializada, como a nossa, que não possui um sólido suporte agropecuário, é um gigante de aço sobre pés de barro, por conseguinte, sempre sujeito a todas as agressões das adversidades.

Honro-me de encontrar-me no dia de hoje nesta cidade de Barra do Garças. Aqui, os nossos antepassados escreveram uma página demorada da nossa expansão material e do nosso aprimoramento cultural. Quando aqui chegaram os primeiros povoadores, aqueles corajosos bandeirantes, aqui chegaram para fincar nestas plagas a bandeira para sempre protetora deste território, o nosso auriverde pendão da esperança, eles, sem dúvida, não podiam imaginar que aqui nós, em pouco tempo, haveríamos de construir uma civilização tão pungente e tão brilhante como aqui, hoje, nós presenciamos.

Os primeiros deram o melhor da sua energia para transformar o sertão ermo num esplêndido centro de civilização. Coube ao gênio de Rio Branco fixar definitivamente a incorporação desse território à Pátria brasileira. Mas foi sem dúvida a energia criadora de um grande filho desta terra, o marechal Rondon, que veio integrar, fixar, em termos definitivos, a vinculação de todo esse vale do Araguaia à população brasileira.

Quando aqui estive na primeira vez, jamais se apagou da minha recordação e jamais se esvaeceu da minha pupila os espetáculos a que aqui assisti, de preocupação cívica pela grandeza de nossa Pátria, de aprimoramento intelectual com a preocupação dos filhos desta terra por mais escolas e mais institutos educacionais. Mas o que mais me impressionou nesta cidade de Barra do Garças foi a operosidade, o amor ao trabalho e a dedicação à terra, aqui demonstrada pelos seus filhos. E repetindo um velho estadista, eu poderia dizer: antes de conhecê-la, eu já a amava. A amava nas suas tradições, nas suas mulheres, nos seus homens, mas sobretudo na sua história e na sua tradição. Ainda como ministro do Presidente Getúlio Vargas, coube a mim liberar as verbas que redundaram na construção destas duas pontes. Subordinada ao meu ministério, sob a minha jurisdição a entidade administrativa então incumbida de promover aqui a chamada Marcha para o Oeste, coube a mim, para honra minha, fazer com que Goiás e Mato Grosso não continuassem separados pelo Araguaia, mas que Goiás e Mato Grosso usassem o rio para se solidificarem nos seus sentimentos de solidariedade.

Esta minha visita a Barra do Garças, a primeira que eu realizo como Presidente eleito da República, tem um sentido que eu não poderia deixar de colocar em destaque. É a afirmação do meu governo, e do propósito do qual ele se encontra animado, de promover realmente a interiorização da administração pública. Vinte anos de centralismo absorvente, vinte anos de centralismo hipertrofiante levaram os nossos municípios e os nossos estados a uma situação de precariedade financeira. Só o espírito público e o espírito de resistência democrática dos homens que habitam o nosso interior de norte a sul e de leste a oeste, é que consegue explicar que em nenhum momento desapareceu do coração desta gente o amor e a fé pelo destino da nossa Pátria. A interiorização é uma imperiosa necessidade para que possamos promover a integração nacional, e com ela sua vitalidade, e com ela o seu esplendor econômico, o seu esplendor cultural, e o seu esplendor cívico. Sinto bem o que representa

para essa região da nossa Pátria. Aqui é uma demonstração do que se pode realizar em termos de agricultura. E o homem aqui devotado à agricultura, marginalizado e esquecido, nem por isto deixa de enfrentar as adversidades para fazer daqui um dos centros mais importantes da produção de grãos desta Nação. Sem estradas, sem crédito, sem transporte, sem sementes, em suma, sem nenhuma proteção oficial, o agricultor, aqui, é um herói, é um lutador invencível.

Bem sabemos que um dos grandes problemas da nossa Pátria é a reforma agrária. Ela terá de vir, acompanhando a expansão nacional, mas não basta encarar-se a reforma agrária tão somente como uma atividade distribuidora de terras. Tão importante quanto a distribuição de terras é o fortalecimento do pequeno e do médio proprietários, do pequeno e médio agricultores desassistidos, vivendo na dolorosa contingência de ter de vender o seu trato de terra para buscar condições de vida em outros pedaços do nosso território. Fortalecê-lo através de uma reforma agrária, uma revolução no campo, da nossa atividade produtora, é dever indeclinável dos governos. Há cinco anos, a nossa produção de grãos não ultrapassa o nível de 50 milhões de toneladas. E, enquanto essa produção não cresce, estamos na iminência de ter de enfrentar graves problemas no abastecimento das cidades para assegurar a alimentação dos nossos irmãos. Enquanto isto, os dólares de que carecemos para a realização de obras inadiáveis são desviados para a compra de feijão, para a compra do arroz, para a compra do leite, quando tudo aqui tínhamos para realizar, em condições de poder triplicar a nossa produção e assim nos dispensarmos da importação de produtos que só servem para lesar ainda mais as nossas atividades agropecuárias.

Tudo se tem feito nos grandes países do mundo para sustentar a sua agricultura. O único país do mundo em que a agricultura não conta com nenhum benefício específico é o Brasil. Suprimiram-se todos os seus subsídios. Não se dá mais subsídios à produção. Não se dá subsídio à colheita, não se dá subsídio à comercialização. E enquanto isso acontece, nem teríamos de estranhar, desde que fossem assegurados aos produtores agrícolas preços justos que compensassem e garantissem o esforço do homem do campo. Suprimiram-se os subsídios, e os preços mínimos assegurados pelo governo só o são no papel, porque, na realidade, não encontram nenhuma efetivação.

Barra do Garças é, por outro lado, a expressão do município brasileiro. Este município tem enriquecido à mercê de todas as carências e de todas as usurpações. Fortalecer financeiramente o município é a maneira mais eficiente de realizarmos a interiorização e de promovermos a descentralização. Vamos levar a efeito uma profunda reforma tributária para que os estados e municípios possam realizar as suas finalidades e os seus objetivos e deixem de ser mendigos de mãos estendidas à porta do Tesouro Nacional, que possam, com altivez e dignidade, bem cumprir com os seus deveres para com as suas respectivas comunidades.

Quero agradecer aqui as palavras de todos os oradores que me saudaram com tanto calor. Eu aceito a sua solidariedade. Aos bravos companheiros de luta do PMDB, aos integrantes do PDS, do PDT, do PT, em suma, a todas aquelas correntes do pensamento político representadas aqui neste município, que assim se unam na confraternização, para que nós todos nos convençamos de que só unidos venceremos as grandes adversidades e os terríveis desafios que temos pela frente. Não temos por que desanimar. Não temos por que deixar-nos vencer pela dúvida e pela hesitação. Uma Nação que possui o povo que nós possuímos tem tudo para realizar um grande destino e é para a construção desse grande destino, de uma Nação cada vez mais justa, mais humana, mais digna, que eu convoco todos os meus irmãos que aqui se encontram, neste Oeste brasileiro, dando a sua contribuição para o maior fortalecimento da nacionalidade.

# *Saber aplicado e saber especulativo*

---

**Discurso proferido pelo Dr. Tancredo Neves durante a sessão na Universidade de Coimbra em que recebeu o título de Doutor *Honoris Causa*.**

*Coimbra, 28-1-1985. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Magnífico Reitor;

Minhas senhoras e meus senhores:

Se eu não tivesse de comparecer à Universidade de Coimbra, no dia de hoje, para receber o título de Doutor *Honoris Causa* com que ora sou distinguido, teria tomado a iniciativa de vir até aqui, na oportunidade desta visita a Portugal, para vos exprimir o meu reconhecimento de brasileiro por tudo quando nos adveio desta gloriosa instituição, no plano dos valores intelectuais.

Não exagerarei ao afirmar que a nacionalidade brasileira, como consciência social e política, muito deve a esta universidade. Por aqui passaram os mestres que transferiram para o outro lado do Atlântico, juntamente com os padrões da conquista e da soberania portuguesa, o vasto elenco de ideias e experiências que notavelmente contribuíram para que a antiga Colônia se transformasse na grande Nação de que também vos orgulhais.

A Universidade de Coimbra, nos sete séculos de sua existência, não se limitou a formar, nestas salas de aulas, nestes anfiteatros, nestes claustros, boa parte da elite pensante e atuante que fez de Portugal uma das primeiras nações do mundo.

Aqui se constituiu e aprimorou, de geração em geração, no diálogo de mestres e discípulos, a extraordinária vocação universalista da cultura portuguesa, já patente em outros núcleos radiativos dessa mesma cultura, como o Centro de Estudos de Sagres, glória maior do infante Dom Henrique.

Fundada em Lisboa, transferida para Coimbra, esta universidade tem de ser situada, como sabeis, no contexto do reinado de Dom Dinis,



a quem Antonio Sérgio considerava como um modelo de estadista, baseando-se nestas razões: “Fomentou a agricultura; incentivou a distribuição e circulação da propriedade, favorecendo o estabelecimento de pequenos proprietários; mandou enxugar pântanos para distribuir a terra a colonos; semeou pinhais; concedeu várias minas, e mandou explorar algumas por conta própria; desenvolveu feiras; reorganizou a Marinha; resolveu habilmente o problema dos templários, criando para isso a Ordem de Cristo; finalmente, fundou a Universidade Portuguesa.” E mais: “Mandou traduzir obras notáveis, e foi ele próprio um dos poetas mais distintos de sua culta e aprimorada corte.”

Dir-se-ia que a obra de Dom Dinis, não obstante o tempo transcorrido, é, ainda hoje, nos seus pontos capitais, um programa de governo, notadamente no que se relaciona ao problema da terra e da educação, na cronologia do mesmo reinado.

Portugal, ao longo de toda a sua história, sempre teve o senso objetivo de bem governar. E é isso que explica o verdadeiro milagre brasileiro, no momento em que o País ainda se formava e constituía com a unidade de sua base física, de proporções continentais, associada à unidade da língua, da religião e dos costumes.

O sobradinho português, que ainda hoje se vê em Manaus, é o mesmo sobradinho que ainda se vê em algumas ruas antigas de Porto Alegre, e que também pode ser visto em Angola ou Moçambique.

Rodeados de países de língua castelhana, abstraída a longa faixa atlântica, falamos a língua de Camões, do extremo norte ao extremo sul. Já no século XVII, o padre Antônio Vieira podia pregar os seus sermões mais famosos, na mais pura língua literária, nas velhas igrejas portuguesas de São Luís e Salvador.

Se penetrardes o interior das terras, no sentido da Cordilheira dos Andes, ali encontrareis, em plena Região Amazônica, os velhos canhões portugueses, como que a exerceram, para o pacífico Brasil de hoje, a mesma vigilância com que resguardaram, para o Portugal de ontem, o vasto espaço físico onde estavam as riquezas que só hoje estamos trazendo à tona da terra, para revitalizar meu País.

Cumpre-nos lembrar, neste momento, nesta universidade, que a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, não se fez apenas com as alfaias, as baixelas e as joias da família real, mas também com os mais preciosos livros que iriam constituir o primitivo acervo

incomparável de nossa Biblioteca Nacional. Sinal de que não foi apenas a riqueza material que para lá se transferiu, sob a pressão da invasão napoleônica – foi também seu patrimônio de alta cultura.

Se pudéssemos fazer a chamada das altas figuras que participaram da vida e da formação brasileira, até a constituição de nossa tradição parlamentar, no pleno exercício da vida política, era daqui que elas nos responderiam, como alunos e mestres da Universidade de Coimbra.

O primeiro poeta satírico que nos fez ouvir a voz da crítica e da zombaria, abrindo caminho à pregação da liberdade em minha Pátria, Gregório de Matos Guerra, estudou nesta universidade – como também foi aqui que meu conterrâneo Francisco de Melo Franco adestrou a língua literária com que pretendeu corrigir os falsos lentes caricaturados com ferro em brasa no seu reino da estupidez.

E é altamente significativo que as primeiras cópias manuscritas desse poema tenham sido distribuídas, astuciosamente, secretamente, sob estas abóbadas e arcadas, por outro estudante brasileiro desta universidade, José Bonifácio de Andrada e Silva, futuro patriarca da Independência do Brasil.

Alguns dos lances capitais da história brasileira tiveram por berço a Universidade de Coimbra. Bastar-nos-ia recompor a lista dos inconfindentes de Minas Gerais, repassando o espólio intelectual de cada um deles, nos autos da devassa respectiva, para reconhecer nessa magnífica aspiração de liberdade uma conjuração de puros homens de letras. E vários deles, e dos mais expressivos, daqui partiram.

Dois de nossos mais importantes poetas épicos, herdeiros da mais pura tradição camoniana, José Basílio da Gama e Santa Rita Durão, andaram por estes corredores. E por aqui também andou, pequenino e apaixonado, o poeta Antônio Gonçalves Dias, cantor do índio brasileiro, defensor exaltado da raça negra, e autor, aos vinte anos, de uma obra-prima inexcelsável, que é a “Canção do Exílio”, em cujos versos sempre encontraremos, longe da Pátria, o caminho do regresso necessário.

Muito ainda poderia ser dito, neste repasse de nossos encontros e concordâncias, se eu quisesse ampliar indefinidamente esta caminhada de braços dados pelas estradas de nossa história. Mas sinto que estou a lembrar o que não esqueceste. Devo ainda acrescentar que nossa dívida intelectual para convosco, nos amplos domínios desta universidade, é das mais altas; dessas que jamais se resgatam.

Dentro de breve tempo receberei a grave incumbência de governar o meu País. A tarefa é árdua, mas não está fora do alcance dos brasileiros de hoje – a que naturalmente se associam, fraternalmente, os portugueses de lá e de cá.

Certa vez, em Portugal, o grande e saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, interpelado por um de vossos jornalistas sobre se não teria sido aconselhável aguardar a melhoria de nossas finanças para dar começo ao seu plano de metas, que culminaria com a construção de Brasília, prontamente replicou:

Estou realizando a minha obra com o mesmo arrojo e a mesma fé com que Portugal, ainda pobre, construiu o seu império no mundo e realizou a sua mais alta glória, que é o Brasil.

De propósito, magnífico reitor, senhores professores, senhores doutores, autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, citei há pouco o Presidente Kubitschek, a quem tive a honra de suceder na Academia Mineira. Nele resumirei toda a longa genealogia de Doutores Honorários que incluístes no vosso acervo de glórias, e em que também cabe, como no meu caso, a exceção da generosidade afetuosa.

Esforçar-nos-emos para seguir o seu exemplo, retomando a era do desenvolvimento, na plenitude da vida democrática, para ocupar no mundo, em benefício da humanidade, o espaço a que temos direito, por força da vocação construtiva que Portugal nos transferiu com a nossa formação histórica.

O título que ora recebo, nas galas desta solenidade universitária, é mais do que uma distinção honorífica – é um compromisso. O compromisso de aliar o saber aplicado ao saber especulativo, sempre com os mais altos objetivos, nos meus planos de governo, para assim corresponder ao título que ora recebo, como Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra.

Muito obrigado.

# *Horizontes abertos: relações luso-brasileiras*

---

**Discurso pronunciado pelo Presidente eleito da República, Dr. Tancredo Neves, por ocasião do jantar oferecido pelo senhor primeiro-ministro e senhora Mário Soares.**

*Palácio Nacional de Sintra.*

*20-1-1985. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

Sr. Primeiro-Ministro:

Constitui para mim motivo de especial satisfação a fraterna acolhida que tive, bem como minha mulher e meus colaboradores, desde os primeiros momentos em Portugal. A cortesia e a hospitalidade com que fomos recebidos não constituem surpresa, pois refletem o afeto e a estima do povo português pelo Brasil.

Os seus gestos e as suas palavras são a expressão perfeita da generosidade da alma portuguesa.

Durante as conversações que mantive com V. Exa., verifiquei o altíssimo grau de entendimento e harmonia que atingiram as relações luso-brasileiras.

A constante aproximação entre nossos povos exprime a força da História e constitui meta de inequívoca prioridade para nossos governos.

Estar em Portugal desperta, em nós, brasileiros, os mais perfeitos sentimentos de fraternidade. É como se estivéssemos em nossa casa europeia. Aprendemos a cultivar seus heróis como nossos heróis, aprendemos, com Camões, e tantos poetas admiráveis, os sons mais perfeitos do idioma; aprendemos, com os portugueses, concepções de beleza e as lições primeiras da estética; aprendemos com os portugueses o sentido moral, a luta pelos ideais, que distinguem a Nação que V. Exa. preside. Na renovação democrática, aprendemos com Portugal os ideais modernos das sociedades que sabem reencontrar seus melhores projetos.

Assim, as raízes comuns que irmanam brasileiros e portugueses são elementos de inspiração que só contribuem para a busca de novos caminhos e novas ideias. Compartilhamos valores e aspirações; convivemos

em uma comunidade de língua e cultura. Tais fatores fortalecem os laços bilaterais e encerram o expressivo patrimônio de nossas pátrias.

Cabe-nos continuar a enriquecê-los com imaginação criativa e coerência. Hoje, mais do que nunca, Brasil e Portugal devem unir seus esforços, de modo a estimular uma cooperação mutuamente benéfica, nos mais variados setores. V. Exa. pode estar seguro de que sempre encontrará entre nós disposição para o diálogo e vontade de aprimorar um intercâmbio já denso e fecundo.

Sr. Primeiro-Ministro:

A visita a Lisboa deu-me a oportunidade de examinar com V. Exa. aspectos relevantes da realidade internacional. Nossos diagnósticos são comuns. Os problemas do sistema internacional contemporâneo são motivo das mais sérias apreensões.

São graves os vícios de um sistema instável, que desafia todos aqueles que almejam a harmonia e o progresso. Às tensões políticas, aliam-se problemas econômicos. A crise atual pôs em relevo, de forma dramática, a fragilidade das economias do Terceiro Mundo e deixou sem resposta os anseios de desenvolvimento e de cooperação internacional. A gravidade desta situação não pode mais ser subestimada. Exige modificação dos processos de decisão que ignoram as diversidades de interesses e privilegiam ordenamentos hegemônicos.

No âmbito norte-sul, verificamos, com desalento, a ausência de atitudes capazes de solucionar a crise econômica que atravessamos: suas raízes estruturais não atacadas e os foros de diálogo entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento são colocados em segundo plano; as medidas de emergência, se têm boa serventia no curto prazo, não atacam as razões centrais das dificuldades; não se alcançam boas fórmulas para minimizar os altos custos de processos de reajustamento nem se consegue revigorar, de forma estável, os fluxos financeiros e a força do comércio.

Nesse quadro de tantas dificuldades, Brasil e Portugal devem exaltar as virtudes do diálogo e da tolerância, que são os mecanismos essenciais da boa democracia; devem exaltar as metas de justiça e dignidade, objetivos centrais das democracias reais. Não tenho dúvidas de que o sistema internacional deve ser permeado de democracia se pretendemos ordenamentos mais estáveis, mais equitativos, ordenamentos que tenham a força de permanência e de estabilidade que só a legitimidade traz.

Sr. Primeiro-Ministro:

Nos últimos anos, foram profundas as transformações por que passaram nossos dois países. Atingimos, agora, o limiar de uma nova fase. Como democracias plenas, o diálogo franco, que sempre marcou o relacionamento brasileiro-português, ainda será mais expressivo e mais profundo.

Estamos a caminho de descobrir afinidades novas.

Os fortes vínculos bilaterais sustentaram, até o momento, relações estimulantes, relações que têm marcas de absoluta peculiaridade. Relações que vêm emolduradas pelo mais belo sentimento de fraternidade que pode unir povos.

Assim, desejo que novos horizontes de cooperação sejam abertos, favorecidos pelo clima de confiança e amizade que preside as relações entre nossos povos. Deste desejo, quero que constitua prova inequívoca a visita que ora faço a Portugal, na qualidade de Presidente eleito do Brasil.

Os encontros que acabo de ter com as autoridades portuguesas deixaram-me a certeza de termos dado outro importante passo em direção a um futuro promissor.

Sr. Primeiro-Ministro:

Com uma palavra de louvor à amizade luso-brasileira, quero brindar à felicidade do povo português e à de V. Exa.

Muito obrigado.

# *História das Américas: luta pelo bem-estar, pela justiça e pela liberdade*

---

**Discurso pronunciado pelo Presidente eleito Tancredo Neves na Organização dos Estados Americanos.**

*Washington, 1º-2-1985.*

Sejam minhas primeiras palavras para agradecer a oportunidade que me é dada de falar aos representantes das nações americanas aqui reunidos; peço que V. Exas. sejam os altos emissários da fraterna saudação do povo brasileiro aos países irmãos do continente.

A história das Américas esteve sempre ligada à luta pelo bem-estar, pela justiça e pela liberdade. Na vida de seus próceres – Tiradentes, Bolívar, San Martín e Jefferson, entre tantos outros – encontramos a motivação que até hoje impulsiona os esforços de progresso em que se encontram engajadas nossas sociedades.

No terreno do convívio internacional, esse ideário levou à participação destacada do hemisfério no acatamento dos princípios que regem a convivência internacional. A solução pacífica das controvérsias, o respeito à soberania dos Estados e o cumprimento fiel das obrigações emanadas do Direito Internacional, que sempre foram cultivados no hemisfério, consagraram-se como dispositivos reguladores de alcance universal.

Não é por acaso que, ao observarmos a evolução do cenário internacional, encontramos nas Américas um número relativamente pequeno de conflagrações armadas se comparado às repetidas eclosões de violência internacional em outras áreas do globo.

A fonte de onde brotaram esses princípios hoje reconhecidos universalmente é a vocação dos povos deste continente para o diálogo e o entendimento. Não poderia ser outra a atitude de nações que se caracterizam pela diversidade, acostumadas à convivência diária de origens e culturas distintas. Temos assim uma facilidade natural para a aceitação das diferenças, para a compreensão do outro. No plano das relações interamericanas, esse traço de nossa personalidade conduz à fraqueza no

debate e à espontaneidade na troca de ideias. É esse o clima em que se efetuam os nossos contatos bilaterais e também os trabalhos nos foros multilaterais do hemisfério, especialmente nesta Organização dos Estados Americanos.

O rico acervo de realizações pela comunidade interamericana nos campos da paz e da cooperação nos oferece sólida base para refutar o pessimismo dos que querem substituir o Direito Internacional pela política do poder ou a impaciência dos desencantados com as organizações internacionais, devido à dificuldade de nelas alcançar soluções imediatas.

Embora dependam, para sua eficácia, da vontade política dos Estados, o Direito e as organizações internacionais constituem os pilares insubstituíveis de uma ordem mundial democrática e justa. Seu abandono nos devolveria aos tempos tumultuosos e violentos do domínio da lei do mais forte.

A dificuldade em constituir uma ordem internacional mais equilibrada é semelhante às barreiras que as nossas sociedades tiveram, e têm ainda, de vencer em seus respectivos processos de consolidação da democracia. Existe a meu ver uma vinculação muito clara entre o estabelecimento de sistemas políticos democráticos, em nível nacional, e a democratização da vida internacional. Em ambos os contextos, o caminho só pode ser o do diálogo livre e da participação de todos.

Se no plano interno nos batemos para assegurar o envolvimento dos mais distintos setores de nossas sociedades no dia a dia das deliberações dos poderes constituídos, no plano externo não poderíamos deixar de lutar pela participação equitativa da totalidade das nações no processo decisório internacional. Se internamente buscamos fórmulas que assegurem a repartição mais justa dos frutos do trabalho, é natural que, no meio exterior, defendamos a criação de mecanismos capazes de levar a uma distribuição menos desequilibrada dos resultados do progresso.

Afirma-se que o pior da crise econômica já passou. De fato, os indicadores estatísticos começaram, no ano passado, a dar sinais de recuperação em alguns países do continente. A marcha desse relançamento difere imensamente se compararmos as tendências verificadas nos países industrializados do Norte e o quadro existente na maior parte das nações em desenvolvimento.

A crise econômica internacional deveria exigir sacrifícios de todos os países. Mas é sabido que as responsabilidades de reajuste econômico



não se têm repartido de forma equitativa entre o mundo industrializado e as nações em desenvolvimento.

Nesse contexto, a sensação de alívio experimentada pelas sociedades altamente desenvolvidas não pode ser compartilhada por povos que ainda estão longe de concretizar as aspirações mais elementares.

Lamentavelmente, não sofremos na América apenas as repercussões da crise econômica mundial; enfrentamos também os efeitos adversos de um sistema político internacional que, a bem dizer, tem-se acomodado a conviver com uma crise quase permanente. Digo isto porque não considero que nos possamos satisfazer com tréguas frágeis e passageiras que se alternam com o recrudescimento das tensões e confrontos internacionais.

Penso que deve existir espaço para uma contribuição construtiva da OEA na discussão e no encaminhamento de soluções para ambas as crises: a econômica e a política. No campo econômico, sei que esta organização tem conseguido, com êxito, encontrar respostas positivas para as demandas de muitos países da região. Penso, por exemplo, no sucesso obtido nos trabalhos da Comissão de Consulta e Negociação e na importância de muitas das resoluções da última reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social.

No terreno político, não poderia deixar de assinalar o alto significado que para a OEA tiveram a eleição por aclamação de seu atual secretário-geral, embaixador Baena Soares, e as deliberações da assembleia geral que se realizou em Brasília, entre as quais cabe ressaltar o apoio unânime aos esforços de paz do Grupo de Contadora e a decisão, também consensual, de revitalizar a Organização.

A importância que o Brasil atribui à OEA está na mesma medida dos esforços que fazemos em todos os campos das relações exteriores do País para alcançar seus objetivos de paz, de desenvolvimento e de bem-estar social.

Depositamos confiança no futuro da Organização dos Estados Americanos, e com ela desejamos trabalhar pelo progresso e pelo permanente aprimoramento das nações do continente.

# *Nova República: a Nação renasce*

---

**Discurso de autoria de Tancredo Neves, preparado para o dia da posse na Presidência da República.**

*Março de 1985.*

Srs. Membros do Congresso Nacional:

Recebo da soberania do povo, de que sois portadores, a chefia do Estado e o governo do País. Esta solenidade encerra singular mistério de liturgia cívica. A Nação inteira se reúne, pelo instituto da representação, em sua vontade e em sua esperança, para investir um homem da responsabilidade de a conduzir, na lei e na dignidade.

De cada um dos homens que constituem a comunidade nacional transfere-se, ao coração e ao espírito do escolhido, um homem como os outros, parcela essencial de ser, na devoção aos valores comuns e na inquebrantável decisão de os preservar para sempre.

Ao assumir esta enorme responsabilidade, o homem público se entrega a destino maior do que todas as suas aspirações, e que ele não poderá cumprir senão como permanente submissão ao povo.

Quando falamos em povo não pensamos em uma entidade abstrata, que possa ser eventualmente conduzida em trilhas de equívoco, pelo fanatismo ou pela demagogia. Pensamos no povo como soma de razões e virtudes, que sempre prevalecem, para impor lucidez à história, restaurando o que se deve restaurar, abandonando o que se deve abandonar e construindo o que se deve construir.

A grandeza de um povo pode ser medida pela fraternidade. A coesão nacional, que não deve ser confundida com as manifestações patológicas do nacionalismo extremista, resulta do sentimento de solidariedade da cidadania. Essa solidariedade se expressa na consciência política. Não basta, porém, a consciência da responsabilidade coletiva, se não houver a oportunidade de participação de todos na vida do Estado, que é o instrumento comum da ação social.

Não celebramos, hoje, uma vitória política. Esta solenidade não é a do júbilo de uma facção que tenha submetido a outra, mas festa da conciliação

nacional, em torno de um programa político amplo, destinado a abrir novo e fecundo tempo ao nosso País. A adesão aos princípios que defendemos não significa, necessariamente, a adesão ao governo que vamos chefiar. Ela se manifestará também no exercício da oposição. Não chegamos ao poder com o propósito de submeter a Nação a um projeto, mas com o de lutar para que ela reassuma, pela soberania do povo, o pleno controle sobre o Estado. A isso chamamos democracia.

Temos construído esta Nação com êxitos e dificuldades, mas não há dúvida, para quem saiba examinar a História com isenção, de que o nosso progresso político deveu-se mais à força reivindicadora dos homens do povo do que à consciência das elites. Elas, quase sempre, foram empurradas à ação pelos que, vindos das lutas e dificuldades cotidianas, alçavam-se ao jornalismo e ao Parlamento e obtinham, assim, os instrumentos políticos para o exercício de sua influência.

Há razões singelas para que haja maior amor à Pátria no povo do que entre algumas de suas elites. O homem que trabalha e sofre sabe que a sua realização depende do progresso de todo o País, e que o desenvolvimento não se faz sem o trabalho e o sacrifício de todos. Desprovido de fortuna, o trabalhador só pode sentir como seu o patrimônio comum da Nação, que as cores da bandeira simbolizam e protegem. Nada tendo de seu, ou tendo muito pouco, está poupado do egoísmo dos que possuem e disposto a defender a esperança, que para ele está no crescimento do Brasil. Sua história pessoal é quase sempre singela, mas ele assume, com amor e orgulho, a rica história da Nação. A pátria dos pobres está sempre no futuro e, por isso, em seu instinto, eles se colocam à frente da História.

Enganam-se os que imaginam possível levantar uma Nação rica e poderosa sobre os ombros de um povo explorado, doente, marginalizado e triste. Uma Nação só crescerá quando crescer, em cada um de seus cidadãos, no conhecimento, na saúde, na alegria e na liberdade. Não há povos que tenham surgido poderosos e ricos sobre a face da terra. Só a consciência da defesa coletiva é que levantou, no exercício da política, as sociedades primitivas, permitindo-lhes a prosperidade, a segurança e a cultura.

Temos um povo com a consciência de sua força e de seu destino. Os duros sacrifícios transformaram-se, pelo milagre da fé, na impetuosidade cívica dos últimos meses. Não há quem o possa fazer recuar. Ai dos que pretendem violar esta unidade, manchar esta bandeira de esperança.

É tempo, portanto, de edificar um Estado que sirva à plenitude de nosso povo. Não deve ser um Estado que as elites outorguem à Nação, em orgulhoso ato de poder, mas que se erga, da consciência coletiva, como resposta a anseios e necessidades. Ele deve ser construído para promover a ordem e a justiça. Ordem e justiça se fazem com a lei. E a lei deve ser a organização social da liberdade.

Brasileiros:

Em agosto do ano passado, ao falar diante dos convencionais do PMDB que me escolheram seu candidato à Presidência da República, eu lhes disse que a primeira de nossas preocupações era a de reordenar institucionalmente a Nação. Ao receber, no colégio eleitoral, os votos que me elegeram Presidente da República, voltei a expor a minha preocupação em promover, logo, a discussão constitucional. Se não podemos, e não devemos, votar às pressas uma nova Carta Política, temos de discuti-la a partir de amanhã. A fim de contribuir, com seus recursos, para o debate, o Executivo constituirá, como um dos primeiros atos de governo, comissão de alto nível, integrada não só de juristas conhecidos, mas, igualmente, de representantes autênticos dos diversos setores sociais, com o objetivo de elaborar um esboço de anteprojeto constitucional.

Este documento não nascerá apenas do saber jurídico de seus membros e das reivindicações, justas, dos grupos sociais que ali se representem. Meu propósito é o de que a comissão possa ouvir o povo, recolhendo suas ideias criadoras. Redigido, o esboço voltará ao debate público, enquanto se processa a campanha eleitoral para a escolha do Congresso Constituinte.

E caberá aos delegados da Nação, eleitos com o mandato expresso de constituinte, o ato soberano de aceitar, emendar ou rejeitar a proposta de lei fundamental que lhes encaminharemos.

Se assim se fizer, e assim se fará, teremos a primeira grande oportunidade histórica de redigir uma Constituição ajustada às aspirações nacionais. Em nenhum outro tempo, no passado, pudemos realizar uma consulta popular sobre o destino do Estado, como faremos agora.

Brasileiros:

Não me cansarei, enquanto houver injustiça, de clamar em nome dos perseguidos, dos humilhados, dos que têm mãos ociosas e vazias. Nada é mais doloroso para um pai de família do que oferecer suas mãos

para o trabalho e recolhê-las, envergonhado, com o óbolo da ajuda. Para quem o recebe, o pão da caridade é sempre amargo.

Chega de proclamarmos, para aplacar a consciência, o direito de todos ao trabalho. É hora de transformar tais intenções em fatos concretos. E é também hora de pagar salários justos aos que produzem.

Recorro à advertência do profeta Isaías, nesta hora grave, talvez a mais grave de toda a minha vida:

Ai dos que decretam leis injustas e dos que escrevem perversidades, para prejudicarem os pobres em juízo e para arrebatarem o direito dos aflitos de meu povo; para despojarem as viúvas e para roubarem os órfãos.

Durante os últimos decênios acentuou-se em nosso País a injustiça contra os trabalhadores. Essa situação tornou-se ainda mais iníqua diante das seduções do consumo e da ostentação de alguns setores de nossas elites econômicas. Se aos insensatos não comove a exigência de justiça, é possível que os atinjam as razões do temor.

Já vivemos, nas grandes cidades brasileiras, permanente guerra civil, com níveis de violência que nos colocam nos primeiros lugares entre as regiões mais perigosas do mundo. É natural que todos reclamem mais segurança nas ruas, e é dever do Estado garantir a vida e os bens dos cidadãos. Essa garantia, sabemos todos, não será oferecida com o aumento do número de policiais, ou com a multiplicação dos presídios. É muito mais fácil entregar ferramentas aos homens do que armá-los, e muito mais proveitoso para a sociedade dar pão e escola às crianças abandonadas, do que, mais tarde, segregar adultos criminosos. A história nos tem mostrado que, invariavelmente, o exacerbado egoísmo das classes dirigentes as tem conduzido ao suicídio total.

Brasileiros:

Não se resolvem os problemas sociais de um país sem que haja drásticas mudanças em sua economia. Até hoje o Estado tem servido para garantir e estimular os poderosos, e é tempo de que a sua força se coloque realmente a serviço dos despossuídos. Isso não significa empobrecer a Nação, mas enriquecê-la. Temos de ampliar o mercado interno, o único com que podem contar permanentemente os empresários brasileiros.

Não se amplia o mercado interno sem que haja mais empregos e mais justa distribuição de renda nacional.

Os recursos públicos, destinados ao fomento das atividades produtivas, devem ser aplicados no maior número possível de empreendimentos. Não repetiremos os terríveis erros do recente passado, quando o Tesouro, por intermédio das autoridades financeiras, pagava pela incompetência e, em muitos casos, pelos crimes contra a economia popular cometidos por aventureiros.

Enquanto isso, homens sérios mantêm, com angustiosos esforços, suas empresas industriais, preferindo reduzir os lucros a reduzir as folhas de pagamento.

O desenvolvimento industrial de um país não se faz em poucos anos. Enquanto não houver condições de trabalho e salários dignos para todos os brasileiros, devemos adotar medidas urgentes contra a fome e a doença. As estatísticas nos revelam verdades dolorosas: milhões de brasileiros se encontram à margem da inanição, e as imagens de crianças desnutridas, que nos chegam das regiões mais castigadas, em nada diferem das que nos transmitem dos campos de refugiados da Etiópia. Não podemos, sob o argumento de que só o desenvolvimento econômico resolverá o problema, deixar que tantos brasileiros morram desnutridos.

Brasileiros:

A prazo maior, teremos de adotar medidas para a retomada do crescimento econômico sem ferir os postulados da boa justiça social. Uma dessas medidas é a reforma agrária. Em país como o nosso, a reforma agrária deverá realizar-se de muitas formas. Não será necessário dividir terras em algumas regiões pouco povoadas, nem é conveniente parcelar glebas, mesmo extensas, se se encontram aproveitadas. Na verdade, o problema da propriedade – salvo os conflitos nas áreas de colonização recente – só se coloca, de forma dramática, no Nordeste. Ali, só são aproveitáveis as terras molhadas e férteis das margens dos açudes e rios, e elas se encontram, invariavelmente, nas mãos de poucos.

Nós, brasileiros, temos uma dívida enorme com o Nordeste. Mas, se é verdade que devemos muito a milhões de brasileiros que ali vivem, maior é a dívida de suas próprias classes dirigentes, que, salvo exceções conhecidas, não tiveram para com seu povo a solidariedade que, em seu nome, reclamam do resto do País. Temos de adotar, no Nordeste, medidas corajosas. É necessário que os recursos públicos

destinados à região sirvam efetivamente a todos e não sejam interceptados pelos privilegiados.

Ao lado do reordenamento institucional, o problema do Nordeste se coloca como prioritário em minhas preocupações. Não podemos continuar crescendo no Sul e regredindo naquela região sacrificada. É preciso encontrar meios técnicos e políticos para resgatar sua população e integrá-la plenamente na vida nacional.

O acesso à terra e à água é direito de todos e, onde as terras produtivas e a água são escassas, cabe ao poder público, através da lei, ordenar o seu aproveitamento.

No encontro que mantive com agricultores do Rio Grande do Sul coloquei como meta do governo dobrar a produção brasileira de grãos nos próximos anos. Tenho ouvido, de técnicos e empreendedores rurais, que nada nos impede de cumprir essa tarefa. Para isso temos de adotar medidas que se integram em uma ampla reforma agrária nacional. Não nos inibiremos diante dos que nos querem impor medidas recessivas e subsidiaremos, de forma justa, a nossa agricultura. Não deixaremos de fazer o que outros fazem apenas porque a eles interessa manter-nos em atraso.

Brasileiros:

Quando, nos países mais adiantados do mundo, as crianças começam a aprender diante de uma tela de computador, ainda exibimos uma vergonhosa taxa de analfabetismo. Estamos levantando usinas nucleares que custam bilhões de dólares, mas não fomos capazes de construir modestas salas escolares e colocar professoras em cada uma delas, de forma a acolher toda a população em idade escolar no País.

Sem descuidar das universidades, iremos, cada vez mais, investir na educação básica. Não iremos, no entanto, cuidar apenas do aspecto material. É necessário ajustar programas escolares que, sem perder de vista a realidade universal, sejam coerentes com a identidade cultural de nosso povo.

A força e a independência dos sindicatos são indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social de qualquer país. É do consenso nacional que a legislação sindical brasileira se encontra envelhecida. Além do mais, ela não se inspirou nos melhores exemplos do tempo em que foi promulgada.

Os sindicatos devem ser livres. A unidade sindical não pode ser estabelecida por lei, mas surgir naturalmente da vontade dos filiados.

Sendo assim, tudo farei para que o Brasil adote a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho.

Os sindicatos não podem submeter-se à tutela do governo nem subordinar-se aos interesses dos partidos políticos. Se devemos ter uma política sindical, temos de evitar qualquer sindicalismo político.

A administração econômica do País reclama coragem e determinação. Vamos ter de combinar várias medidas para sanear as finanças públicas, retomar o desenvolvimento econômico e atender às urgentes demandas sociais.

Em primeiro lugar, vamos aceitar o pleno jogo do capitalismo, tal como ele deve ser praticado. Se o Estado deve, em alguns casos, proteger e incentivar empreendimentos produtivos, é de todo inconcebível que garanta os riscos de especulação financeira. De agora em diante, e da forma que a lei estabelecerá, os investidores deverão saber dos riscos que assumem, quando aplicarem o seu dinheiro no mercado de capitais. Não poderá o governo continuar socorrendo com os escassos recursos de caixa as instituições financeiras mal administradas. E não temo usar, aqui, a expressão forte. Os que burlarem a confiança popular em meu governo podem estar certos de que tudo faremos para que restitua, centavo a centavo, o que tenham desviado, como atuará o Ministério Público no sentido de que paguem o seu crime em cadeia. Não podemos continuar vivendo em um país em que qualquer trabalhador pode ter sua geladeira arrestada por faltar a um compromisso de pequena monta, enquanto milhões de dólares, frutos da poupança do povo, são criminosamente depositados em bancos estrangeiros.

Uma das questões econômicas que o meu governo deverá enfrentar e resolver, é a da participação do Estado nas atividades empresariais.

Em muitos setores, entre eles o da energia, a presença do poder público é absolutamente necessária. Caberá ao governo administrar as empresas indispensáveis com rigorosos critérios de austeridade e eficiência e submetê-las a um controle partilhado com o Congresso Nacional.

Não sou dos que acusam as empresas estatais indiscriminadamente. Elas têm prestado inestimáveis serviços ao País, e muitas de suas dificuldades procedem de abusos conhecidos, entre eles o de crescimento de seus débitos no estrangeiro, a fim de captar divisas necessárias à rolagem da dívida externa.



Devemos privatizar aquelas empresas que puderem ser privatizadas. Mas jamais poderemos desnacionalizá-las. O controle acionário das privatizáveis ou a participação do Estado em *joint ventures* deverão, isso sim, transferir-se a investidores brasileiros.

Temos sempre repetido que não há república sem federação. Um dos principais compromissos que assumimos com a Nação foi o de restaurar a autonomia dos estados. O poder é tanto mais eficiente quanto mais distribuído. A médio prazo – e isso vai depender da nova Constituição – deveremos ter um sistema de administração piramidal, de maneira que o estado não assuma qualquer prerrogativa ou responsabilidade que possa ser assumida pelo município, e que a União não intervenha no que puder ser da competência dos estados. A hipertrofia centralizadora da União, fruto do sonho ditatorial e totalitário do passado recente, não é apenas abuso contra a liberdade e o direito. É, sobretudo, uma tolice do ponto de vista prático.

A restituição dos direitos federativos não significa que a União venha a eximir-se de sua responsabilidade pelo equilíbrio entre os estados. Através de mecanismos especiais, caberá ao Poder Central promover a solidariedade, permanente ou eventual dos estados mais ricos para com as unidades menos desenvolvidas e de tudo fazer para que se nivelem, no progresso comum, todas as regiões do País.

Sempre que me perguntam sobre a dívida externa, repito que honraremos os compromissos que, em nome do País, foram assumidos pelos nossos antecessores. Mas, da mesma maneira que ninguém retirará da boca do filho o pão para entregá-lo ao credor, não iremos resgatar os nossos títulos no exterior com a fome dos brasileiros. Haveremos de encontrar, com os nossos credores, a forma justa de liquidar os débitos. Eles também sabem que só produziremos se dispusermos de recursos para investir no interior do País. Nisso não me preocupo. Conto com a lucidez dos credores, que compreenderão o nosso direito de exigir prazos compatíveis e de recusar taxas escorchantes de juros.

Quando falamos em liberdade, entendemos o vocábulo em seu amplo significado. O homem deve ter liberdade de viver onde quiser, de trabalhar como quiser e de exercer plenamente a sua identidade. Identidade é, mais do que os documentos de registro civil, a expressão da cultura de cada um. Sempre que não houver prejuízo para a comunidade, o homem tem direito à fé, ao culto, aos costumes que escolher. O Estado

não pode intervir, por meio da censura ou da coerção policial, contra a expressão individual ou coletiva de uma identidade cultural particular, sempre que ela, repetimos, não signifique censura ou coerção contra o direito dos outros.

É assim que vemos o direito das minorias étnicas e religiosas e tudo faremos para que elas possam expressar-se sem qualquer constrangimento. Da mesma maneira, tudo faremos para que, sem coerção contra os que quiserem integrar-se na sociedade moderna, sejam protegidos os costumes, a cultura e a sobrevivência dos povos indígenas.

O Brasil tem a consciência de suas responsabilidades internacionais e busca cumpri-las, sem inibições e sem arrogância. As circunstâncias de sua formação histórica e de sua situação geográfica colocam-no como interlocutor privilegiado entre o hemisfério norte e o hemisfério sul.

Deus nos tem preservado de conflitos com outras nações. Integramos, no entanto, continente conturbado em áreas assoladas pela luta fratricida. Tais conflitos revelam, quaisquer sejam as bandeiras ideológicas que se alcem, o drama da pobreza, da espoliação e do medo.

Manteremos a posição da política externa brasileira: defesa intransigente da independência e autodeterminação dos povos, oposição ao uso da força nos conflitos internacionais e não intervenção. Da mesma maneira, seguiremos apoiando as Nações Unidas em seus esforços para eliminar os resíduos do colonialismo e as práticas infames do racismo em todo o mundo.

Dentro desse espírito tradicional do Itamaraty, apoiamos resolutamente o Grupo de Contadora, em seus esforços para a solução pacífica do problema da América Central.

Dentro de quinze anos estaremos ingressando no terceiro milênio. Estas passagens marcantes do tempo exercem poderoso fascínio sobre os homens, trazendo-lhes inquietações transcendentais. Temos hoje, como conquista da inteligência e do trabalho dos homens, fantástico futuro pela frente. A ciência, que nem sempre trilha o reto caminho, oferece ilimitadas possibilidades ao homem. A conquista do espaço, com as excursões às vastidões cósmicas, e a incursão do átomo, com a doma dos elétrons e o seu emprego na inteligência artificial dos computadores, reservam-nos poder de deuses.

Ao mesmo tempo, o mergulho no mistério biológico permite-nos controle genético cada vez maior, na seleção e aprimoramento de plantas

e animais. Com todo o cuidado que devemos tomar, a fim de não violar a alma dos homens, nem ferir os núcleos mais profundos na natureza, tais técnicas servirão para multiplicar a produção de alimentos, necessários ao mundo que cresce.

Ao criar um ministério para cuidar dos assuntos da ciência e da tecnologia, tive a preocupação de assegurar e disciplinar os recursos destinados à pesquisa científica, de maneira a que o Brasil possa vencer a distância que o separa das nações mais adiantadas. Temos de dispor de tecnologia própria, se queremos assegurar a soberania nacional no futuro.

Brasileiros:

Esta é a hora mais importante de todas as que tenho vivido, e devo ocupá-la com humilde súplica a Deus. Queira Ele consagrar, com sua bênção, a imperecível aliança entre o governo que se inicia e a Nação que espera. Juntos, Nação e governo, haveremos de honrar o passado com a dignidade do futuro.

Chegamos a esta hora cavalgando todas as dificuldades. Há duas décadas interrompemos o paciente caminho que percorríamos, dentro da razão democrática, para sofrer tempos tormentosos. Mas as mãos anônimas do povo indicaram-nos, com o protesto e a esperança, a trilha democrática. Podíamos tomar de Malraux a imagem genial que serve a esta luta admirável: morriam as liberdades e de suas cinzas nasciam as forças que iam lutar por elas; prevalecia a prepotência e, sob suas sombras, iluminava-se nova resistência; organizava-se, sobre a aparente passividade do povo, o sistema fechado e cruel – e, no silêncio imposto, como no fundo da terra, plantavam-se as sementes da vontade popular.

Na luta contra as forças da sombra houve os que tombaram, os que conheceram o degredo e os que não aceitaram a humilhação dos poderosos, vencendo, com dignidade, a perseguição e a calúnia.

Os melhores filhos da Nação souberam resistir, na peleja de todos os dias, ocupando os reduzidos espaços da ação política, até que o povo inteiro, afastando o medo e recuperando o ânimo, irrompeu na força avassaladora das ruas.

Brasileiros:

O ministério que escolhi, dentro das forças políticas que me apoiavam, e tendo em vista o critério de representação regional do governo, é constituído de homens comuns. Busquei-os no Congresso,

na organizações partidárias e nas atividades profissionais. Sou responsável pelo seu desempenho diante do Congresso, e deles exigirei, como é de meu dever, pleno devotamento à causa do povo. A austeridade não deve apenas ser um vocábulo de efeito político, mas rigoroso compromisso do poder. O meu governo não oferecerá a nenhum de seus altos funcionários outra dignidade que não seja a honrada oportunidade de servir à Nação.

Teremos de colocar ordem imediata na administração econômica, combatendo, com denodo, a inflação. Há medidas, a médio e a longo prazo, indispensáveis ao saneamento financeiro e à boa ordem econômica, e que serão tomadas. Elas se relacionam com as opções internas de desenvolvimento e com rigorosa disciplina no comércio externo.

Brasileiros:

O Brasil que o povo hoje recebe e me confia é um País sitiado de todas as dificuldades. Não podemos ocultá-las. Meu governo não se exercerá nas sombras do medo, mas sob o sol meridiano da verdade.

A hora pede de todos patriotismo e coragem. Assumo, como é de meu dever constitucional, e da vontade do povo, o comando supremo das Forças Armadas. Elas são indispensáveis à defesa da Pátria. Nessa grave e honorável missão fizeram-se grandiosas, ao vencer os confrontos armados a que fomos impelidos pela agressão estrangeira. O seu heroísmo na manutenção das fronteiras históricas repetiu-se, além do continente, quando a humanidade nos convocou à cruzada contra o nazifascismo. Sua responsabilidade será cada vez maior, com o esperado crescimento da cobiça internacional sobre os nossos recursos naturais, e considerando-se a extensão de nossas lindes.

Ao heroísmo e à abnegação de nossos soldados, devemos acrescentar os indispensáveis meios de combate. O adestramento militar possibilita a eficiência da bravura, e os equipamentos modernos de luta são indispensáveis ao bom desempenho dos exércitos. Temos de preparar as nossas Forças Armadas para qualquer possibilidade de agressão externa.

Brasileiros:

Nada poderei fazer, senão aquilo que pudermos fazer juntos.

Reclamo dos trabalhadores vigilante participação na vida nacional e conto com seu patriotismo na renegociação de um amplo pacto social que nos permita reordenar a economia do País.

Reafirmo meu apreço pelos empresários brasileiros que, enfrentando a desigual competição de consórcios multinacionais, têm preservado seus empreendimentos e mantido, com pesados esforços, o nível de emprego em suas fábricas. Sei que poderemos confiar em seu bom-senso nas amplas negociações que vamos promover.

Contamos com o inconformismo das mulheres no esforço nacional para construir uma sociedade justa. Ninguém melhor do que elas, em sua sensibilidade e disposição de servir, convoca a consciência social contra as desigualdades.

A imprensa sabe de sua importância e de suas responsabilidades na vida democrática. Concito os homens de jornal, rádio e televisão a que exerçam seu patriótico dever de informar e não renunciem ao direito de denunciar o que, no governo ou fora dele, for contrário ao interesse do País. O melhor apoio ao governo é o que presta a imprensa livre, mas rigorosa na fidelidade dos fatos.

Faz vinte e um anos que as organizações estudantis, ponto de partida das vocações políticas, foram estranguladas pela repressão policial. Expressar o amor à Pátria significa participar de sua vida política. A Pátria merece este amor que podem expressar agora, sob os tempos democráticos. Quero, em meu governo, assistir à renovação dos quadros partidários, com a presença da juventude.

A Nação renasce porque está renascendo nos olhos dos moços. Refletindo-se em suas pupilas, as cores nacionais recebem aquele calor sagrado que torna as pátrias imperecíveis.

Brasileiros:

Começamos hoje a viver a Nova República. Deixemos para trás tudo o que nos separa e trabalhemos sem descanso para recuperar os anos perdidos na ilusão e no confronto estéril. Estou certo de que não nos faltará a benevolência de Deus.

Entendamos a força sagrada deste momento, em que o povo retoma, solenemente, seu próprio destino.

Juntemos as nossas mãos e unamos as nossas vozes para elevá-las à Pátria, no juramento comum de servi-la com as honras do sacrifício. Peço-vos que canteis, junto conosco, estejais onde estiverdes, o nosso Hino Nacional.

Viva o Brasil!

# *Dignidade e austeridade: imperativos éticos da democracia*

---

**Discurso de autoria de Tancredo Neves, lido por José Sarney,  
por ocasião da 1ª reunião do ministério.**

*Brasília, 15-3-1985.*

Srs. Ministros:

Declaro aberta a primeira reunião do ministério da Nova República.

Tenho a honra de dar leitura ao pronunciamento de Sua Excelência o Presidente Tancredo Neves.

Srs. Ministros:

Este ministério terá sobre seus ombros a tarefa de implementar as transformações econômicas, políticas e sociais que constituíram nossa plataforma eleitoral e que respondem aos mais legítimos anseios da sociedade brasileira.

Nesta mesa se reflete uma característica essencial da Nova República: unidade do governo expressada em pluralidade partidária ampla e ponderável.

Juntos assumimos hoje, perante a Nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça. Juntos nos comprometemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar os altos valores da nacionalidade.

Dignidade e austeridade são essenciais, que devem presidir ao exercício da democracia e que nos conduzirão ao atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero.

Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade do governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático, um dos mais importantes capítulos da carta compromisso da Aliança Democrática.

A política econômica a ser implementada será a de todo o governo, de corresponsabilidade de todo o ministério. Não abrirei mão da posição de condutor da política econômica do País e não permitirei que o ministério se divida em dois; os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos. Em meu governo, todos, absolutamente todos os ministros e dirigentes de empresas públicas, terão de estar igualmente comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas.

Faltaria ao governo a verdadeira autoridade, o legítimo poder de persuasão, caso lhe faltasse a disposição de impor a si mesmo o comportamento que espera obter dos vários segmentos da sociedade. Somente através do exemplo poderemos inspirar confiança renovada na capacidade do Brasil de realizar-se como grande Nação.

Não fomos o candidato das promessas, não avançamos com a perspectiva de milagres, não seremos o Presidente a promover ilusões, que não foi para isso que o povo pediu “mudanças já” com tanta determinação e esperança. O povo brasileiro terá o governo que exigiu e que não se teria viabilizado sem o seu apoio inequívoco. E sabem os seus ministros que este será um só governo, que o Presidente não admite que se divida, que se desuna, que se descoordene e assim reduza sua capacidade de agir na busca das soluções para os grandes problemas nacionais.

Como Presidente da República não fugirei a meu dever de estabelecer as diretrizes que presidirão os esforços da administração pública no cumprimento de sua missão.

Claro está que essas diretrizes não surgirão apenas das observações e da vontade presidencial, que não se pretende onisciente nem onipotente. Elas emanarão do estudo, do trabalho dos ministros e de suas equipes, estimulados todos pelas contribuições da sociedade civil, pela estreita colaboração com o Poder Legislativo e pela crítica da opinião pública.

Os ministros serão meus colaboradores na formulação dessas diretrizes e dessas políticas e, uma vez decididas, serão responsáveis por sua implementação, em um esforço para o qual não lhes faltarão jamais apoio e o respaldo presidencial.

O Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como os ministros do meu governo, estarão em sintonia com o Congresso Nacional, respeitaremos as prerrogativas dos representantes do povo e procuraremos

valorizar o relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, através do diálogo frequente e construtivo e das contribuições que estaremos sempre oferecendo à tarefa legislativa e fiscalizadora do nosso Parlamento.

Ao mesmo tempo, não terei qualquer hesitação em esclarecer a opinião pública sobre as dificuldades que teremos para resolver nossos problemas. O povo entenderá que há uma diferença considerável entre o que o Presidente quer e o que ele pode fazer, especialmente nesta fase de recursos escassos, de déficits nas contas internas e externas, de limitações de toda espécie. Não temos receio das responsabilidades, não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos, de classes, ou de quaisquer parcelas da sociedade, se isto for necessário para assegurar a defesa do bem comum, a proteção dos interesses maiores da Nação.

Para a proteção desses altos interesses, é indispensável manter-se a ordem. Sem ordem não chegaremos a parte alguma, sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social, não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu estado, sem que a ordem presida as transformações, sob o manto do Direito e dos valores éticos da sociedade.

Estou seguro de que, como sociedade nacional integrada que somos, saberemos encontrar, através do respeito mútuo e do diálogo responsável, o grau de consenso necessário à solução dos conflitos de interesses. Na busca desse grande entendimento nacional teremos tanto mais êxito quanto mais juridiciosamente utilizarmos os mecanismos amplos, abertos e equânimes que nos proporciona a convivência democrática.

Essa forma de convivência deverá refletir-se em nosso relacionamento externo. O Brasil esteve sempre pronto a unir seus esforços aos da comunidade internacional em busca de um mundo melhor.

Seguiremos dispostos a sentar-nos à mesa de negociações desde que o objetivo se enquadre dentro de nossa concepção de um mundo mais justo, em que os interesses de países como o nosso tenham guarida, e os processos decisórios não constituam o monopólio de uns poucos.

Vamos trabalhar, senhores ministros. Estão sendo criadas hoje comissões especiais que ajudarão a Presidência da República a cumprir alguns dos seus compromissos mais inadiáveis com a Nação.



Durante nossa campanha para a Presidência, ouvimos vigorosos reclamos por uma reforma tributária. A questão é complexa e delicada e tem seu fulcro na evidente desproporção entre o montante dos recursos que se pode arrecadar e as múltiplas atividades – e consequentes gastos – a serem cobertos com os fundos públicos. Está sendo criada uma comissão de alto nível para tratar da reforma tributária e da descentralização administrativo-financeira; entre os aspectos a serem por ela examinados, está o da superposição de tarefas entre os vários níveis da administração pública, redundância que deverá ser eliminada através da melhor repartição dos encargos entre eles, com o fortalecimento da ação dos estados e municípios. A comissão deverá também atentar para a necessidade de tornar o regime tributário mais justo, buscando maior correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva. Esse trabalho servirá de base às propostas a serem encaminhadas ao Poder Legislativo e, eventualmente, à Assembleia Constituinte.

Igualmente importante é a questão dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado e direcionados para as regiões menos desenvolvidas e setores da economia necessitados de estímulo. Tratando-se de recursos limitados, devem ser imediatamente concentrados em atividades prioritárias, sobretudo as que criem novos empregos nessas regiões. Ao mesmo tempo, uma comissão está sendo instituída para fazer uma avaliação do universo dos incentivos fiscais e dos resultados obtidos através de sua aplicação, com vistas a fazer sugestões para o seu ordenamento e aperfeiçoamento, conferindo assim maior racionalidade a seu papel no desenvolvimento das regiões e dos setores da economia mais carentes.

Notei também, ao longo da campanha, um vivo sentimento de indignação quanto à falta de proteção à poupança popular. Sucederam-se nos últimos tempos os casos em que milhares de pessoas, cujas economias somadas representam, em última análise, o louvável esforço da sociedade em investir no futuro, foram lesadas por agentes inescrupulosos que se aproveitaram de lacunas na lei e das deficiências da fiscalização. É inaceitável que esses recursos, muitas vezes penosamente amealhados e entregues em confiança para serem aplicados, sejam administrados de forma tão criminosa sem que os responsáveis recebam exemplar punição. Estamos, em consequência, instituindo uma comissão com a finalidade de elaborar um projeto de lei que defina a responsabilidade dos administradores e controladores das instituições financeiras, tipifique as

ações lesivas à economia popular e comine as penas cabíveis, de forma a restituir a confiança que a sociedade precisa ter nas instituições e nas pessoas que administram seus recursos financeiros. Estamos criando também uma comissão, a ser presidida pelo ministro-chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, para examinar a questão dos benefícios indiretos concedidos pela administração federal direta e indireta. Trata-se de medida consoante com a austeridade que exigirei de todos os escalões do governo. As chamadas “mordomias” constituem um dos símbolos mais execrados do abuso e da prepotência.

É chegada a hora de proceder a um amplo levantamento dessa situação e de propor as medidas cabíveis para reduzir ao mínimo essencial esses benefícios, respeitados a dignidade da função pública e o requisito da eficiência.

Na mesma linha de pensamento, estamos estabelecendo uma comissão para analisar a questão dos pagamentos em dólar aos funcionários mantidos por diversas empresas estatais no exterior.

Estamos também instituindo uma comissão encarregada de examinar o problema da multiplicidade de orçamentos, que causa enormes dificuldades à administração das finanças do setor público, e ao qual tenho me referido frequentemente. A existência de vários orçamentos, apenas um dos quais é submetido ao Congresso Nacional para aprovação, os demais sendo geridos de forma autônoma, não só contraria preceito fundamental do regime democrático, como também dificulta a formulação e condução de uma política governamental integrada, distorce a orientação dos recursos em detrimento de áreas prioritárias e, mais grave ainda, constitui fonte de alimentação do processo inflacionário, ao autorizar despesas sem a correspondente receita.

Quero ainda ressaltar a necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema educativo do País, inclusive de sua universidade. Atendendo aos reclamos que tantas vezes foram apresentados durante a campanha, uma comissão de alto nível, cujos nomes indicaremos em conjunto com o Exmo. Sr. Ministro da Educação, está sendo incumbida de estudar a situação e formular propostas que possam ser imediatamente consideradas.

O objetivo mais alto de minha Presidência é a reorganização do País. É preciso alicerçar a ordem política sobre a legitimidade democrática. Trata-se de uma profunda aspiração de toda a comunidade nacional.

A nova Carta, que institucionalizará definitivamente a democracia no Brasil, deverá adequar-se às nossas condições econômico-sociais, à índole do nosso povo e à linha de nossa evolução jurídica. Ademais, deve responder a um amplo senso de generalidades dos setores que compõem a sociedade civil. Por isso tudo, impõe-se criar canais que facilitem uma ampla consulta e favoreçam um grande debate nacional. Tendo em vista esses objetivos, estaremos criando, nos próximos dias, uma comissão constitucional do mais alto nível, que, auscultando a sociedade civil, colhendo sugestões e negociando com as lideranças de todos os setores, elaborará um esboço de anteprojeto da Constituição.

Para atingirmos o objetivo de uma sociedade próspera e mais justa, a tarefa primordial é compatibilizar a concentração da inflação com a retomada do desenvolvimento. Tenho alertado para a ameaça que o processo inflacionário representa para as perspectivas de retomada do desenvolvimento, e para nosso desígnio de criar novos empregos, remunerar melhor a força de trabalho e distribuir mais adequadamente a renda nacional. No combate contra a inflação e pela retomada do crescimento econômico é evidente que teremos de equacionar a dívida interna e a dívida externa, projetadas ambas contra o pano de fundo da nossa dívida maior, que é a dívida social contraída por todos os brasileiros para com os que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela. A luta contra a inflação exige coragem e abnegação. Exige também articulação e um pacto social justo, no qual cada um possa vislumbrar, ao final do embate, recompensas ao esforço de indivíduos ou de grupos, em favor do interesse maior da Nação brasileira.

Para assegurarmos o engajamento de todos na luta contra a inflação, é necessário que a política anti-inflacionária seja compatível com as possibilidades de cada um. Mas é também indispensável que o governo faça sua parte, melhorando a produtividade dos gastos públicos.

Tem existido uma tendência, no início de cada governo, para que as personalidades indicadas para ocupar a chefia dos ministérios, das autarquias e das empresas estatais anunciem de imediato planos de impacto, programas ambiciosos e obras de grande porte. A experiência tem ensinado que os planos de impacto têm vida efêmera, criam ilusões que duram pouco e trazem frustrações que marcam todo o governo. O anúncio de tais programas e obras, sem uma base sólida que garanta a sua realização, acaba por transformar a expectativa inicial em grande

decepção. O governo não deve anunciar planos de impacto, novos programas e novas obras antes de fazer, de imediato, um levantamento da situação financeira do setor público.

É fundamental que cada ministro, na sua área de atuação, seja nos órgãos da administração direta, seja nas empresas vinculadas ao ministério, verifique a disponibilidade de fundos, as despesas comprometidas, antes de anunciar a realização de qualquer programa que envolva a aplicação de recursos financeiros. O governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas que não possam ser cumpridas. Nestes primeiros três meses, os ministros devem, portanto, efetuar um levantamento da situação financeira de seus ministérios e das empresas a eles vinculadas. E uma vez identificadas as disponibilidades financeiras, devem estabelecer, dentro de esquema de trabalho conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, as prioridades para a sua aplicação, tendo em vista principalmente os objetivos de um desenvolvimento econômico com a criação de empregos e melhor distribuição de renda.

Enquanto não for realizado esse trabalho e não for estabelecida uma prioridade para investimento de acordo com as diretrizes do meu programa de governo, a ordem é a seguinte: É proibido gastar.

O posterior remanejamento das despesas públicas será feito no sentido da satisfação das carências básicas da população. Reafirmo aqui a minha convicção de que retomar o crescimento significa criar empregos, e nessa direção pretendemos orientar a aplicação daquela parcela dos fundos públicos, hoje desperdiçada em obras adiáveis, consumo injustificado e programas de baixo ou nenhum rendimento.

O esforço pela retomada do desenvolvimento e a luta contra a inflação começa, assim, no dia de hoje. Não pode haver desenvolvimento se não for controlado, de pronto, o processo inflacionário. A persistência das tendências atuais nos levará a patamares insuportáveis, com consequências nefastas para todos. Vamos atacar de frente esse processo e vamos reverter sua tendência. Vamos fazer esta inflação cair.

O governo da Nova República dá à sociedade uma demonstração de austeridade ao fixar, em sua primeira reunião ministerial, a diretriz de reduzir seus dispêndios. Neste momento, conclamo o empresariado brasileiro, que tem dado provas de elevado patriotismo, a oferecer também sua colaboração ao combate nacional contra a inflação. Reconheço no

lucro o prêmio da eficiência e o motor da atividade econômica. Repudio, contudo, o lucro especulativo e o ganho de ocasião. Desejo ver a classe empresarial aderir a este programa de austeridade evitando remarcações de preço no presente, baseadas em expectativas de inflação futura e unindo-se ao governo para coibir as práticas contrárias ao interesse público e ao bem-estar de todos.

Srs. Ministros:

Quero convidá-los a visualizar, num futuro não muito distante, uma Nação em que haja sido abolida a insegurança gerada pela miséria, pela ignorância e pelo desemprego; uma Nação em que todos os cidadãos possam almejar melhores condições de vida e alcançá-las através de seu próprio esforço; uma Nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas deles recebam apoio solidário com vistas à sua integridade na coletividade; uma Nação que, seja em pequenas e médias cidades, nos campos ou nas grandes metrópoles, tenha orgulho de haver sabido organizar-se de forma a melhor usufruir das riquezas geradas por sua iniciativa e por seu trabalho; uma Nação que, tendo podido atender às necessidades básicas de seus cidadãos, bem como às suas aspirações de consumo e lazer, disponha ainda de recursos excedentes para investir na continuada melhoria de seu padrão de vida. É indispensável nos conscientizarmos de que isto não é utopia. A construção dessa Nação está ao nosso alcance. Depende de liberarmos toda a energia e a vontade de nossa gente, num imenso mutirão para o progresso.

Vamos somar nossas forças, cabendo ao governo essencialmente o papel de indutor do desenvolvimento. À iniciativa individual e empresarial caberá ocupar os espaços vazios ainda existentes, tanto em nosso território quanto em nosso sistema econômico, e abrir novos espaços através da inovação e da disposição para assumir riscos. Neste contexto, desejo exortar especialmente os pequenos e médios empresários e agricultores a ocupar o lugar estratégico que lhes está reservado na economia, com a segurança de que contarão com todo o apoio que o governo, dentro de suas possibilidades, puder prestar.

Convoco o ministério da Nova República para executarmos a parte que nos cabe desta grandiosa empreitada. Ao trabalho denodado, acrescentaremos a fé inquebrantável. Ao exercício do poder, agregaremos o

espírito de justiça social. À intransigente defesa da ordem pública, aliamos a prática do debate persuasivo.

E conclamo o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão, que cada cidadão oriente suas ações no sentido de atingirmos, na paz social e na concórdia, os altos objetivos que juntamente nós fixamos em praça pública, ao longo de nossa memorável campanha cívica pela democracia. Que cada grupo, cada entidade, cada representação política ideológica ou profissional busque, a cada passo, aferir sua atitude pública pelos elevados padrões de comportamento político atingidos por nosso povo. Que cada brasileiro, enfim, dê o melhor de si no exercício da responsabilidade intransferível de construir, com seu esforço, este País.

# ENTREVISTAS

## *Primeira entrevista coletiva de Tancredo Neves como Presidente eleito*

---

17-1-1985.

*A primeira pergunta é sobre o problema inflacionário e sobre o tempo que será necessário para que o trabalho de combate à inflação se reflita em medidas práticas que deem ao povo brasileiro a satisfação de contar com um novo governo, que se destine exatamente a propugnar por todas as medidas que vão proporcionar a sua felicidade. A pergunta foi formulada pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho.*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves – Ao iniciar esta nova conversação, eu queria, de início, deixar bem assentado que a grande tarefa do meu governo deve ser a retomada do crescimento econômico, que precisará resultar na criação de novos empregos, na melhor remuneração da força de trabalho e melhor redistribuição da renda nacional. Essa retomada do processo de crescimento não se sustentará em bases sólidas sem que haja uma reversão do processo inflacionário, o saneamento financeiro do setor público e se mantenha o equilíbrio das contas externas.*

Passo agora a responder à primeira pergunta formulada aqui pelo nosso eminente mestre Barbosa Lima Sobrinho: “Como conciliar uma inflação que já vai a 230% com o processo de retomada do desenvolvimento econômico?”

Ainda há pouco, falando à imprensa do País, tive a oportunidade de responder a essa pergunta de maneira muito objetiva, e vou me permitir valer-me dessas declarações, pois que elas guardam perfeita sintonia com a interpelação muito honrosa que acaba de ser feita.

A inflação – dizia eu – tem tantas e tão grandes repercussões negativas, sobretudo para os setores mais carentes da população, que torna-se dispensável discutir a necessidade de combatê-la com rigor e persistência.



A inflação tem componentes políticos, econômicos e até mesmo psicológicos. Para combatê-la, temos de atuar simultaneamente e com a mesma força nos três campos. No campo político, cabe-nos persuadir, através do diálogo, as lideranças partidárias e os diversos segmentos representativos da sociedade civil, de que a vitória sobre a inflação exige o engajamento de todos. Existe uma distribuição dos custos da política anti-inflacionária que deve ser compatível com as possibilidades de cada um. Não é justo que esses custos recaiam unicamente sobre os ombros de um determinado segmento social.

No campo econômico, a ênfase tem de concentrar-se no esforço para melhorar a produtividade dos gastos públicos, com o combate sistemático a todo tipo de desperdício ou despesas suntuárias, criteriosa seleção de prioridades na aplicação dos recursos, privilegiando aqueles que gerem retornos mais rápidos, utilizem mão de obra intensiva e tenham maior repercussão social. Deve existir maior controle na expansão das atividades do Estado, sobretudo aquelas não diretamente vinculadas às funções privativas do poder público. São exatamente essas atividades que mais têm pressionado para o aumento do déficit do setor público, que está longe do controle desejado, ao contrário do que apregoa o governo.

A política monetária e creditícia tem de ser reorientada de maneira a reduzir ao estritamente indispensável a emissão de títulos da dívida pública e direcionar o crédito para os setores que ofereçam maior contribuição à geração de empregos e de renda.

No chamado componente psicológico, o êxito da política anti-inflacionária exige que o governo seja exemplar em matéria de austeridade e de eficiência administrativas, como forma de infundir, na população, a indispensável confiança nas medidas que venha a adotar para conter a alta dos preços.

Sem credibilidade governamental, qualquer política anti-inflacionária está fadada ao fracasso, e essa credibilidade somente será obtida através de um comportamento sóbrio, sereno, democrático, firme e coerente de todos os que detenham função de governo.

Pergunta o nosso eminente mestre que medidas devem ser tomadas visando à retomada do desenvolvimento econômico e à criação de empregos. Respondo: a retomada do desenvolvimento e a elevação do nível de empregos constituem, realmente, prioridade indispensável para que

possamos superar a crise, equacionar os problemas que nos afligem e, sobretudo, restituir a esperança ao nosso povo.

Entretanto, a eficiência de qualquer mudança político-econômica está sujeita a uma pré-condição, sem a qual a simples adoção de alternativas técnicas estará condenada ao insucesso. Refiro-me à preliminar política que envolve os aspectos de confiança, credibilidade e apoio popular. Assegurada essa preliminar e restabelecida a credibilidade, a situação poderá desanuviar-se e as alternativas técnicas passarão a definir as condições indispensáveis.

Por isto mesmo, vou constituir um ministério de alta qualificação e indiscutível idoneidade. Com a ajuda dessa equipe e com base nos estudos que até lá já estarão inteiramente concluídos, serão imediatamente implementadas as medidas indispensáveis à retomada do desenvolvimento e à elevação do nível de emprego.

Bem, não obstante as dificuldades com que nos debatemos e a maior inflação de nossa história, existem condições que nos permitem antever a possibilidade de uma recuperação econômica. O ciclo dos grandes investimentos necessários à construção de nossa infraestrutura e à instalação de capacidade satisfatória nas áreas de insumos básicos, bens de capital, etc., está praticamente encerrado. Existe, aliás, capacidade ociosa em vários setores industriais. Não necessitaremos de grandes investimentos se reorientarmos a retomada em direção aos setores que, além de absorver quantidade de mão de obra, atendam simultaneamente à satisfação das carências básicas da população em matéria de alimentação, vestuário, educação, habitação, saúde, saneamento, etc. O País tem capacidade industrial ociosa e alguma disponibilidade para crescimento das importações, o que garante aumento da produção sem pressões inflacionárias, sem danos maiores ao equilíbrio das contas externas.

Além disso, de imediato, pretendo lançar um programa baseado em obras públicas espalhadas por todo o território nacional, sobretudo em áreas carentes, voltadas para saneamento, melhoria urbana, programas de habitação popular, etc., o que beneficiará as classes sociais menos favorecidas. Essas obras públicas consumirão grandes quantidades de mão de obra e serão possibilitadas financeiramente por um remanejamento de despesas públicas, desviando verbas que hoje são alocadas ao consumo suntuário do governo, ou em obras faraônicas e desnecessárias. Esse

programa terá ainda o mérito de ser executado descentralizadamente pelos estados e municípios, através de transferências de recursos.

Pretendo ainda adotar, tão logo seja empossado, medidas que resultem no estímulo à indústria da construção civil, sobretudo da habitação popular, tendo em vista sua contribuição para a absorção de mão de obra no apoio às pequenas e médias empresas, tradicionalmente utilizadoras de mão de obra, através de maior disponibilidade de créditos a elas dirigidos; no decidido apoio à agricultura, imprescindível para a garantia do abastecimento, das exportações e do emprego, sobretudo assistindo o pequeno e médio produtor de alimentos.

Indaga ainda, o eminente mestre, qual o lapso de tempo necessário para se promover o ajustamento do equilíbrio financeiro e econômico do País. É muito difícil prever-se com precisão cronométrica o que se pode alcançar nesse objetivo. Podemos porém assegurar que, no que depender do governo, todas as medidas serão tomadas com rigor para que encontremos realmente, ao seu tempo, o equilíbrio da economia brasileira.

É verdade que a inflação brasileira tem causas externas e essas escapam ao nosso controle. Mas tudo que pudermos fazer para neutralizar internamente os efeitos de medidas externas que vêm impactar o nosso processo inflacionário, será feito, também, com a maior decisão e a maior determinação.

*O jornalista do Le Monde, Charles Vanhecke, faz a seguinte pergunta:*

*Quais são os interesses que o senhor está disposto a atingir com essas reformas sociais, e nesse caso não corre o risco de romper a coalizão que o levou ao poder?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Eu acho que essa sua preocupação é realmente legítima, mas não tem procedência. Evidentemente que fomos eleitos por uma sustentação de forças as mais díspares do ponto de vista da conotação ideológica ou da orientação do seu pensamento político. Disse-me outro dia um motorista em cujo táxi eu entrava, e ele me perguntava: – “o senhor é o Dr. Tancredo Neves?” Eu respondi que sim. E ele disse: – “o senhor é danado, reuniu do índio até o cardeal”. Realmente, eu tenho nessa minha heterogeneidade de forças que me apoiam não um aspecto negativo da minha candidatura, mas,

antes, um aspecto positivo. É que na sustentação desses diversos setores de pensamento político que me apoiam, eu encontro realmente autoridade política e, sobretudo, autoridade para comandar o processo de mudança e transformação por que a Nação reclama. Nós não estamos nessa campanha para executar um programa de iniciativa ou da responsabilidade do Presidente da República. Nós temos um compromisso com a Nação; e esse está estereotipado num documento em que criamos a Aliança Democrática, e no mesmo instante em que eu era lançado candidato dessas forças políticas. A execução desse programa é que me cabe levar a efeito, com muito discernimento, com muito equilíbrio e com muita visão política, na medida em que ele consagra todas aquelas reformas e todas aquelas mudanças que a Nação está a reclamar. Vamos realmente levar a efeito as mudanças nas reformas institucionais, vamos levar a efeito mudanças políticas e sociais reclamadas por este País, abrangendo a reforma monetária, a reforma universitária, a reforma educacional, a reforma agrária e todas as outras dentro desse programa fixado por essas correntes políticas que nos apoiam.

*Haroldo Holanda, editor de política, do Jornal de Brasília, pergunta:*

*Senhor Presidente, volto ao tema do desenvolvimento econômico simultâneo com o combate à inflação. Na França o governo Mitterrand, no seu início, e na Argentina o governo Alfonsín, também no início de sua administração, tentaram promover o desenvolvimento econômico e combater a inflação. As tentativas feitas nesse sentido em ambos os países se frustraram. Pergunto: em que exemplos econômicos o senhor se inspirará para realizar essa empreitada?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Cada inflação tem a sua peculiaridade. A inflação na Argentina não é a inflação do Brasil. A Argentina é uma Nação autossuficiente em petróleo e autossuficiente em grãos, mas não possui um parque industrial da complexidade e da imensidade que possui o Brasil.

Evidentemente que não quero entrar no exame e nem na crítica dos processos adotados na Argentina para o combate à inflação, mas posso dizer que hoje, no exame e no estudo da inflação brasileira, não há mais segredo para ninguém. Todos sabemos como contê-la, porque eliminá-la

é impossível, debelá-la seria um sonho, mas sabemos como neutralizar os seus efeitos maléficos. Ainda há pouco, respondendo ao professor Barbosa Lima, deixei bem explícito, de maneira bem clara, como promover a transição de uma inflação para um regime de desenvolvimento econômico e, mais do que isso, as medidas que podem e devem ser adotadas, para que a retomada do desenvolvimento econômico se faça sem abalos, sem choques e sem exacerbação do processo inflacionário.

*O jornalista Agnelo Alves, da Tribuna do Norte, de Natal, se apresenta com a seguinte pergunta:*

*V. Exa. enfatizou, na primeira resposta, que a retomada do desenvolvimento é a meta principal. Pergunto a V. Exa.: e o Nordeste? Como ele vai inserir-se nessa retomada de desenvolvimento para a Nova República brasileira?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O processo do Nordeste, tenho dito e de maneira a mais enfática possível, será a primeira, a maior e mais importante de todas as prioridades do meu governo. O Nordeste é um caso especial. Nós nos temos entregado ao estudo desta região brasileira com o maior empenho e o maior interesse. Ainda quando governador de Minas Gerais, elaboramos um projeto de exame da conjuntura nordestina, e esse projeto foi levado à consideração do conselho da Sudene. Esteve e está em debate nas universidades do Nordeste e nas entidades de classe, e lá nós mostramos que evidentemente o problema do Nordeste, pela sua complexidade, exige realmente medidas de uma abrangência total. O maior problema do Nordeste não é a seca, não é a escassez de água, o maior problema do Nordeste é a assistência, a proteção e a colocação do homem em padrões compatíveis com sua dignidade.

Temos de valorizar o homem nordestino e por isto temos de adotar, além das políticas clássicas de combate às secas, de todos conhecidas, um vasto programa educacional e de recuperação social e humano daqueles nossos irmãos.

*O jornalista Antônio Britto, da Rede Globo de Televisão, indaga:*

*V. Exa. tem dito que seu ministério será formado com base em critérios políticos, visando à composição entre diversas forças que o levaram à Presidência da República e com base nos compromissos da Aliança Democrática. Pergunto: tendo em vista o caráter específico e as dificuldades da situação econômica, estes mesmos critérios políticos serão utilizados na composição da área econômica do ministério, ou aí se deveria buscar, ou se buscará com mais empenho maior unidade ideológica, programática e até operacional entre os componentes da área econômica do ministério?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Evidente que a heterogeneidade das forças que me apoiam não se pode refletir na execução de uma política administrativa. Temos compromisso com o programa, mas esse só pode ser executado se organizarmos um ministério coerente, uniforme, competente e dinâmico. Sinto-me muito feliz a essa altura, e digo isso em homenagem às forças políticas que me apoiam. Nenhuma delas, em nenhum momento, me fez qualquer exigência com relação a nomes ou a grupos para composição do ministério. Por conseguinte, não tenho nenhum compromisso, nem com o meu partido, nem com os outros partidos que me apoiam, visando a colocar essa ou aquela pessoa nesse ou naquele ministério. Evidentemente que essa liberdade de ação poderia até permitir-me nomear um ministério de notáveis, de capacidades, mas se esse ministério não tiver laços políticos, em que pese toda a notabilidade de seus integrantes, será sempre um mandarinato, não será nunca um ministério. Para ser eficiente, um ministério tem de ter, ao lado do critério da competência e da probidade, a sustentação política.

*Da Rádio Bandeirantes de São Paulo, o jornalista Nestor Flora indaga:*

*Presidente Tancredo, os preços dos gêneros alimentícios sobem diariamente. A Sunab jamais funcionou neste País, e fala-se muito em acordo de cavalheiros. O senhor também acredita nesse acordo de cavalheiros, para que os preços dos gêneros de primeira necessidade não subam tanto no País, prejudicando principalmente a classe pobre?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – É tudo o mesmo problema. Sobem os preços porque não se contém a inflação. Sobem os preços porque a agricultura no Brasil foi abandonada. Estamos há cinco anos colhendo 50 milhões de toneladas de grãos, enquanto a população cresceu, nesse período, numa escala apreciável. Então, nós temos de realmente voltar à atividade agrícola, prestigiando-a, amparando-a e estimulando-a, realmente, para uma maior produção de grãos no Brasil, para que haja realmente uma maior oferta no mercado, e havendo uma maior oferta, caíam os preços. Sabemos muito bem que nesses últimos cinco anos a agricultura no Brasil foi totalmente marginalizada. Ela está enfrentando problema de crédito, problema de transporte; todos os subsídios foram suprimidos, e quando se suprimem todos os subsídios, como acontece no Brasil e na maioria das nações civilizadas, atribui-se uma política de preços justos aos produtos da agricultura. E no Brasil suprimimos todos os subsídios e não demos preços justos aos produtos agrícolas; de maneira que há um grande desânimo no setor agropecuário, que precisa ser estimulado neste momento. E quanto ao abuso, à ganância, à intermediação desarvorada que exacerba o preço dos produtos de consumo popular em determinadas quadras do ano, o governo só tem duas saídas: ou faz a intervenção, limitando os preços, o que é uma política desastrosa, ou, então, tem de promover a importação desses produtos, para que haja realmente excesso de produtos na praça e o abastecimento possa ser normalizado.

*Pergunta de Vilas-Bôas Corrêa, do Jornal do Brasil:*

*O senhor vai resolver a mordomia com um murro na mesa ou passando a mão, de leve, sobre a cabeça?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – A solução do problema é realmente uma aspiração nacional. Nós vamos acabar com as mordomias, iremos acabar com elas. Agora, existem diferentes tipos de mordomias. Existe a mordomia que assegura o padrão, vamos dizer, alimentar de funcionários graduados. Essas nós podemos acabar com elas de imediato. Quem quiser beber bem que o faça às suas custas.

O Estado é que não pode de maneira nenhuma assegurar a mordomia alimentar a seus funcionários graduados. Já a mordomia da residência, o

problema é mais complexo, porque, em primeiro lugar, se nós colocarmos em hasta pública todos os imóveis oficiais ou entregues ao uso de funcionários públicos em Brasília, nós não encontraríamos aqui nem mercado para absorvê-los. No tocante à mordomia decorrente da moradia, ninguém vai ter mais ajuda, casa de graça, até que uma comissão de estudiosos procure dar a orientação e o destino a essas casas. Os que vierem a ocupá-las terão de pagar o aluguel correspondente.

*Sônia Carneiro, da rádio Jornal do Brasil, faz a seguinte pergunta:*

*Qual a avaliação que o senhor faz hoje sobre a Revolução de 1964?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – A avaliação da Revolução de 1964 demandaria uma exposição longa e que não poderia ser feita num debate que exige realmente o aproveitamento de tempo, para que todos possam fazer as suas indagações e dar as suas respostas. Mas poderíamos resumir a Revolução de 1964, no seu aspecto político e no seu aspecto material. No aspecto político foi um retrocesso, foi realmente uma usurpação dos direitos, das liberdades democráticas. No aspecto político foi realmente um retrocesso de conquistas democráticas que nós tínhamos como conquistas definitivas. Mas no aspecto material seria injustiça se nós negássemos que ela trouxe um grande avanço em alguns setores, como o da telecomunicação, setores da energia elétrica, setores de vias de comunicação. Foi uma contribuição que nos tirou de uma posição de vigésima oitava Nação do mundo, em termos de Produto Interno Bruto, para que nós pudéssemos alcançar hoje a sétima posição. É o velho tema e a velha discussão política do que seja mais importante: restrição à liberdade e eficiência administrativa, ou mais liberdade, com restrição à eficiência administrativa.

Evidentemente todos nós sabemos, como democratas que somos, que não compensaram as vantagens de ordem material, com as terríveis restrições impostas à Nação nos últimos vinte anos.



*Henrique Gonzaga, da Folha de S. Paulo, pergunta:*

*Não será a hora de os banqueiros arcarem com uma maior parcela de sacrifícios no enfrentamento dos problemas econômicos, ou acredita que eles já deram a sua contribuição?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Bem, a contribuição dos banqueiros ao desenvolvimento econômico nacional tem sido das mais relevantes e não é preciso que se ponha isso em destaque. Temos hoje no Brasil perto de 85% do crédito estatizado. O Estado é responsável pela distribuição de 85% do crédito. A tese de nacionalização dos bancos foi posta em prática na França pelo Presidente François Mitterrand e não se tem revelado, realmente, auspiciosa nem profícua para aquela Nação, que está atravessando, neste momento, alguns problemas econômicos graves, e dizem os economistas que foi esta estatização bancária precipitada que gerou grande parte dos problemas que o francês está enfrentando, no momento.

Na Espanha, Felipe González, com talvez mais argúcia e mais clareza, quando indagado por que ele não nacionalizava bancos, respondeu:

*Aqui na Espanha temos perto de 75% do crédito estatizado. Do que resta, não preciso nacionalizar, porque tenho um Banco Central da maior eficiência, da maior capacidade e da maior força de controle.*

Não acredito que haja no mundo um Banco Central com mais poderes do que o do Brasil, porque o Banco Central do Brasil é muito mais do que uma organização financeira, é quase um Estado ao lado do Estado, ou um Estado dentro do Estado, porque ele legisla, julga e executa, sem que haja qualquer possibilidade de revisão nas suas decisões. Acho que o problema da atividade bancária no Brasil tem sido realmente favorecido pela conjuntura financeira de duas naturezas. Primeiro, exige muito rigor do Banco Central na fiscalização das atividades bancárias. Segundo, exacerba o imposto de renda para que possamos, através dele, forçar as instituições financeiras, de modo geral, a dar uma maior contribuição à justiça social em nosso País.

*François Casterram, da Agência France Press, indaga:*

*Em relação à dívida externa, qual será a posição de Tancredo Neves em caso de pressões intoleráveis de ameaça à soberania do Brasil?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Tenho manifestado de maneira inequívoca que sou contrário à moratória unilateral. A moratória não resolverá nenhum dos problemas financeiros do Brasil. A moratória significará uma suspensão brusca dos nossos pagamentos aos nossos credores, o que significaria um abalo total na nossa economia. As nossas reservas não são suficientes para que possamos bancar um jogo desta violência. Temos de assegurar a importação de nossas matérias-primas, temos de assegurar a nossa importação de petróleo, hoje, felizmente, com crise menos aguda do que há dois anos. Temos de assegurar um mínimo de estabilidade econômica para que o País possa alcançar o seu desenvolvimento. Se suspendermos nossos pagamentos aos nossos credores, estaremos criando condições econômicas das mais graves, porque, na medida em que não pudermos fazer face aos nossos pagamentos, ficaremos sujeitos, até, a medidas vexatórias, ao sequestro, à penhora dos nossos bens existentes no exterior. Não me animo a participar da tese da moratória unilateral nem vejo necessidade dela. O que precisamos é pagar o que devemos. É um compromisso de honra da Nação. Dizer que o Brasil não é uma Nação séria, é uma infâmia, uma balela, uma agressão, porque não existe nenhuma Nação no mundo mais séria no resgate dos seus compromissos financeiros do que o Brasil. Pelo contrário, temos sido vítimas, algumas vezes, de lesões em nossa economia, lesões praticadas por outras nações capitalistas. Devemos promover sempre a negociação. É na base do entendimento que poderemos vencer nossas dificuldades; jamais com medidas drásticas, contundentes, se temos tudo para promover essa negociação. O que não podemos é, na negociação com os nossos credores, aceitar cláusulas punitivas, o que é pior, cláusulas que violentem a soberania nacional. Devemos aos nossos credores dinheiro, e dinheiro se paga com dinheiro, não com a fome, a miséria e o desemprego dos cidadãos brasileiros.

*Jornalista Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa, pergunta:*

*Presidente Tancredo Neves – algumas das expressões e das palavras mais pronunciadas hoje no Brasil são as seguintes: dívida externa, exportar é a solução, explosão da base monetária e inflação. A dívida externa é causa e realimentação da inflação. A explosão da base monetária é causa e consequência da inflação. A exportação desvalorizada, criminosa e incentivada, como se faz hoje no Brasil, prejudica o mercado consumidor interno e sobrecarrega a inflação. Anteontem, logo depois que o senhor foi ungido, sagrado e sacramentado como o novo Presidente do Brasil, o senhor declarou que iria combater a inflação e não sacrificaria o desenvolvimento do Brasil. Eu pergunto então ao senhor, com a maior tranquilidade e satisfação: o senhor acha que juntando apenas do ‘índio ao cardeal’, o senhor vai conseguir apoio para unir e reunir palavras e expressões tão conflitantes, tão chocantes, tão hostis entre si?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves – Todas essas palavras a que o meu caro amigo se referiu resumem-se numa só, que é a inflação. Em verdade, é a inflação que gera o endividamento, o déficit público, o desemprego, obriga as exportações tão onerosas à vida da economia brasileira, como estamos presenciando no momento. De maneira que é preciso imprimir uma maior austeridade na vida pública brasileira, para que possamos atingir a inflação no seu fulcro e, ao atingi-la, passemos para o saneamento financeiro nacional. Providência, aliás, que tem de ser tomada simultaneamente. A nossa política tem de ser: pôr termo às obras chamadas faraônicas. Felizmente todas as grandes obras faraônicas em curso, que estavam demandando grandes sacrifícios financeiros do País, ou já estão terminadas ou prestes a terminar. Sacrificamos muito o homem brasileiro para realizarmos grandes obras. Basta, agora, de erigir esses monumentos em ferro e cimento e voltar novamente, patrioticamente, a cuidar do homem, no estômago, quer dizer, na sua alimentação, no seu vestuário, na sua educação, na sua saúde, na sua casa própria, no seu saneamento, porque é esse o objetivo do nosso governo, sem a preocupação de realizar obras monumentais, mas ajudar o homem brasileiro, a Nação, a confiar no governo.*

Miro Teixeira, da Rede Bandeirantes de Televisão, pergunta:

*Existe alguma esperança de os índices de reajustes serem corrigidos e de os salários dos trabalhadores voltarem a ter realmente o poder de compra que deveriam ter hoje, corrigidos de acordo com a inflação?*

Presidente eleito Doutor Tancredo Neves – O problema salarial, todos sabem, é dos mais graves e dos mais complexos do nosso País. Nós sabemos muito bem, pelos estudos dos economistas, técnicos e *experts*, e por essa grande organização brasileira que é o DIEESE, que é realmente um instrumento dos mais eficientes no esclarecimento de pontos ambíguos e obscuros na economia nacional, que o limite do salário é a inflação.

Na medida em que o salário acompanha o índice inflacionário e não o ultrapassa, ele não inflaciona; mas, todas as vezes que o salário ultrapassa o índice inflacionário, ele inflaciona. Quer dizer que nós estamos num jogo perigoso, porque dando salários nominais aos trabalhadores nem sempre estamos dando salário efetivo, real. O problema, por conseguinte, do salário brasileiro, é fazer com que a inflação se elimine e nós possamos combater o custo de vida para que ele seja compatibilizado com o salário do trabalhador. Todas as vezes que pudermos reajustar o salário do trabalhador até aquele limite em que ele não ultrapassa a faixa vermelha da inflação, nós o faremos e o faremos com o coração em festa. Mas não vamos iludir o trabalhador dando a ele falsos salários, meramente nominais, que vão sempre tendo, com o crescimento da inflação, cada vez menos poder aquisitivo. O problema salarial do Brasil tem relação com o saneamento da economia nacional e os trabalhadores são, por conseguinte, os maiores interessados em que se promova esse saneamento financeiro do País, porque ninguém consegue realizar o milagre de um salário elevado, sem promover uma inflação muito elevada. O exemplo mais recente é na Argentina, em que uma política salarial adotada para atender as reivindicações dos seus sindicatos fez com que uma inflação de 300% chegasse a 750%. A Argentina tem 35 milhões de habitantes. O Brasil tem 130 milhões de habitantes. Uma inflação desse nível talvez a Argentina possa suportar, mas o Brasil não tem condições de suportá-la.

*Luís Artur Toríbio, do Jornal de Brasília, indaga sobre a continuidade do Programa Nacional do Álcool, do Programa Nuclear Brasil–Alemanha,*

*do Programa Hidrelétrico, do Projeto Grande Carajás e do programa de autossuficiência em petróleo da Petrobras.*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Vamos por partes; o programa do álcool foi um sucesso. Hoje ninguém põe dúvida que realmente nós encontramos no Proálcool um grande instrumento do nosso desenvolvimento econômico. Talvez hoje, na execução do programa Proálcool, devamos racionalizá-lo, no sentido de impedir que áreas que são vocacionadas para a produção de alimentos, estejam sendo aproveitadas para a produção de cana, isso com o sacrifício da política alimentar brasileira. A meu ver, é a falha do Proálcool, porque o excesso de produção não me preocupa, porque para o álcool haverá sempre mercados externos prontos para absorvê-lo.

Com relação ao acordo nuclear com a Alemanha, nós temos dito e repetimos que é nosso pensamento mantê-lo, mas ele está reclamando uma revisão, uma revisão severa que não apenas o coloque tecnicamente dentro das melhores condições de evolução da tecnologia no campo nuclear, mas, sobretudo, em condições compatíveis com a nossa situação financeira, que nos possibilite capacidade de poder promover a ampliação e o aprimoramento da técnica, nesse setor, sem sacrifício da economia nacional.

Em suma, nós não podemos nos marginalizar das conquistas do átomo. Temos de acompanhar todas as etapas do processo nuclear, porque é hoje uma nova dimensão do mundo, e o Brasil não pode ficar distante dessas conquistas tecnológicas. Mas, em relação ao acordo específico com a Alemanha, acho que a solução mais racional será mantê-lo, fazendo aquelas revisões que a nossa comunidade científica e técnica está recomendando ao governo.

Com relação ao programa energético, temos um grande avanço nesses últimos anos.

O Brasil realizou a maior hidrelétrica do mundo, que é Itaipu, e a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, que é a que se acaba de realizar agora no Nordeste do País. Muitas outras usinas estão em execução. Se não me falha a memória, são 28. O governo não pode ter outro programa senão o de promover meios para que essas usinas em construção sejam ultimadas e para que não se realize nenhuma outra obra nova

enquanto essas usinas não tiverem realmente terminadas a sua construção e já em fase de produção.

*Armando Rollemberg, da revista ISTOÉ, indaga:*

*Os partidos ditos clandestinos devem ser legalizados a tempo de disputarem o pleito de 1986?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O problema da reforma partidária eleitoral deve ser realmente encarado, examinado e resolvido ainda neste ano de 1985. Não vejo como convocar-se uma Assembleia Constituinte, sem que tenhamos essa área perfeitamente ajustada às aspirações democráticas do País.

A nossa lei partidária é por demais democrática, ela é muito soene, ela é muito pesada, ela precisa ser agilizada, para que os partidos possam se organizar sem maiores dificuldades, sem maiores entraves. Alguns temas da reformulação partidária do Brasil serão colocados na proposta do Executivo ao Congresso, mas sem dúvida o Congresso, que vive mais diretamente o problema, há de trazer a sua contribuição para que o problema encontre a melhor solução reclamada pelos interesses nacionais.

Com relação à reforma eleitoral, os nossos partidos de oposição têm uma longa luta. Nós sempre fomos contra a sublegenda, nós sempre fomos contra a vinculação levada a extremos; nós fomos sempre a favor da aliança partidária. Nós temos esse problema trágico e dramático que é o do distrito eleitoral, e não compreendemos que se possa convocar uma Constituinte no Brasil com voto distrital. Pessoalmente, não entendo. De maneira que acho que são problemas políticos graves que têm de ser examinados oportunamente pelo Congresso Nacional. Achamos que a reforma partidária e a reforma eleitoral têm de anteceder à Constituinte para que essa Constituinte possa expressar, na sua força representativa, todos os diversos segmentos da população nacional.

Com relação ao reconhecimento dos partidos clandestinos, tenho dito e repito que é um problema da competência do Congresso Nacional, que vai ser chamado a examinar o problema no momento oportuno. E a decisão que o Congresso Nacional adotar, evidentemente, será acatada por toda a Nação.

O representante do Clarín, de Buenos Aires, pede que o Presidente Tancredo Neves faça uma descrição das prioridades da política externa do seu futuro governo.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – A política externa do nosso governo não pode deixar de ter a importância que tem, uma dimensão de primeira grandeza. Há prioridade absoluta para com a América. Temos a prioridade para com as nações europeias e depois as prioridades para as nações do Oriente Médio. Com relação ao continente, será sempre prioridade incrementar por todos os meios possíveis todas as medidas e todas as iniciativas tendentes a uma maior integração dos nossos povos. Com relação aos Estados Unidos a nossa política externa está hoje muito balizada.

Não temos problemas políticos com os Estados Unidos; temos problemas econômicos. Os Estados Unidos se referem à nossa economia, de maneira muito contundente, através de sua política de juros que é uma das causas fundamentais da exacerbação inflacionária em nosso País. E em segundo lugar, através de sua política protecionista, que é, realmente, uma iniquidade, de vez que o Brasil representa, no global do comércio norte-americano hoje, menos de 2% desse volume, e, apesar dessa insignificância da nossa presença no mercado dos Estados Unidos, os nossos têxteis e outros produtos recebem injustificáveis sanções de ordem protecionista; não obstante, esse país continua sendo nosso maior parceiro econômico. Dos 12 bilhões de saldo positivo na nossa balança comercial este ano, 6 bilhões advêm dos Estados Unidos. Com relação à política europeia, devemos manter realmente nossa tradição que é da melhor cordialidade e da maior eficiência, procurando, tanto quanto possível, absorver do continente europeu não apenas sua tecnologia, ciência e cultura, mas também ampliar nosso mercado para com aquelas nações. Temos uma posição muito singular diante da África. Temos com muitos países africanos vínculos decorrentes até da mesma língua, e isso nos cria lá uma situação de muita receptividade, o que tem permitido ao Brasil colaborar para a solução dos problemas africanos. Temos o problema da África do Sul, que para nós é extremamente penoso, porque o *apartheid*, posto em prática naquele país, é uma condenação universal da consciência cristã de todos os povos, e nenhum povo combate com mais violência o *apartheid* do que o Brasil. Temos o problema da África do Sul com relação à Namíbia, e a posição do Brasil é muito

conhecida, ou seja, somos pela plena soberania da Namíbia e que o controle dessa Nação seja entregue aos seus habitantes, aos seus filhos. Com relação ao problema da Ásia, os problemas do Brasil são mais delicados. Temos uma posição excepcional com relação ao Japão, que é hoje um dos melhores parceiros, no campo econômico. Estamos ainda ampliando as nossas bases de entendimento com a China e temos em outras nações mercados auspiciosos para a colocação de nossos produtos.

Em suma, a política externa do Brasil é uma política pragmática, ou melhor, é uma política objetiva, que preserva, acima de tudo, os princípios básicos da nossa política externa: a luta pela paz e a luta pela auto-determinação na vida dos povos de todo o mundo.



## *Entrevista coletiva concedida pelo Presidente eleito Tancredo Neves quando de sua visita a Portugal*

---

*Lisboa, 29-1-1985. (Arquivo Tancredo Neves – FGV – CPDOC – RJ)*

*Primeiro-Ministro Mário Soares* – Senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. O governo e o povo de Portugal estão extremamente satisfeitos e orgulhosos com a presença em Lisboa do Presidente eleito da República do Brasil. É para nós esta visita um acontecimento memorial e um acontecimento histórico. E podemos dizer que a presença do Presidente Tancredo Neves em Lisboa fez o que se poderia dizer a unanimidade nacional. Viu-se ontem, numa sessão memorável da Assembleia da República, todos os partidos políticos portugueses, sem exceção, saudarem longamente e de pé o Presidente da República do Brasil. Por quê? Porque com Tancredo Neves o povo português saúda o povo irmão do Brasil e saúda, sobretudo, o regresso à democracia e à liberdade da grande Pátria irmã. Eu desejo, em nome do governo de Portugal, saudar todos os senhores jornalistas aqui presentes e saudar em especial os jornalistas brasileiros, e passo imediatamente a palavra ao Senhor Presidente Tancredo Neves.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Senhores jornalistas, a nossa presença em Portugal é para nós motivo de festa, festa permanente, sobretudo porque nestas oportunidades venho recebendo das autoridades e do povo português as mais comoventes manifestações de estima e de apreço. Eu sei que se dirigem muito mais ao País que nós representamos do que mesmo ao visitante que aqui se encontra. Mas, de qualquer maneira, elas nos tocam muito de perto ao coração. Estamos neste instante, depois de haver percorrido as outras etapas da nossa agenda, e todas elas cercadas das mais expressivas demonstrações de cordialidade da gente portuguesa, neste recinto e neste local, tendo ao lado o meu querido amigo Mário Soares, uma expressão não apenas da

política portuguesa, mas um nome festejado e acatado em toda a política universal. Ele é bem um representante da inteligência, da cultura e da sensibilidade política desta grande Nação e bem merece todas as manifestações que cercam o seu nome, festejando-o como uma das expressões mais significativas da nossa cultura e da nossa inteligência política.

Começo a dizer aos jornalistas que fomos eleitos para a Presidência da República do Brasil num momento político deveras singular. O meu partido sempre se colocou contra as eleições indiretas e contra essas eleições indiretas promoveu as mais impressionantes manifestações populares. Tivemos comícios com mais de 1 milhão e 500 mil pessoas nas diversas capitais do Brasil e nunca concentramos menos de 200 mil pessoas. A nossa luta pelas eleições diretas, não obstante, não alcançou o seu objetivo. Quando a emenda constitucional que visava à implantação do pleito direto em nosso País foi submetida à apreciação e votação do Congresso, nós passamos pela decepção de ver realmente os nossos objetivos frustrados. Mas nem por isso nós desanimamos. Prosseguimos a nossa luta, transformamos a luta pelas eleições diretas numa luta por um candidato que deveria disputar no colégio eleitoral, que nós tanto combatemos, a Presidência da República. Transformamos, assim, uma eleição indireta numa eleição direta, porque, desde o momento que essa decisão foi tomada, tivemos um largo, forte, substancial apoio da população brasileira, de tal maneira que nós nunca, ao chegarmos próximo do colégio eleitoral, sabíamos se estávamos ou não numa eleição indireta ou numa eleição direta, porque tivemos de fazer os dois tipos de campanha: uma campanha pelas eleições diretas e uma campanha pelas eleições indiretas, com as suas táticas, suas estratégias, os seus métodos, os seus processos, cada uma dessas eleições se caracterizando pela sua singularidade. Localizadas as eleições, divididos os partidos da situação, nós logramos uma expressiva vitória. Essa vitória, na realidade, se transformou num compromisso que assumimos com a Nação brasileira de levar a efeito as mudanças. As mudanças que nós temos pela frente são de três naturezas: institucionais, econômicas e sociais. A mudança institucional é a mais importante de todas elas. Diz respeito a dar ao País uma nova Constituição. Nós não temos no Brasil uma Constituição política. O que existe no Brasil, no momento, é uma emenda constitucional outorgada à Nação por uma junta de generais e que já não mais corresponde às aspirações e aos anseios do povo brasileiro. Tivemos,

por conseguinte, de assumir com a Nação o compromisso de, tão logo nos empossarmos, dar início ao processo que vai terminar com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que vai dar à Nação um novo pacto de lei fundamental. Esse é o movimento que já se inicia no Brasil. Há um grande interesse, mais do que isso, a Nação está empolgada em torno dessa iniciativa, que consegue manter unida a Nação em torno desse objetivo.

Mas o nosso problema mais árduo, mais difícil é realmente o problema econômico. A Nação está mergulhada há muitos anos num processo inflacionário que já nesta altura atinge a taxa dos 220%. Já se experimenta, por quatro anos consecutivos, um terrível processo de recessão. Nós temos de promover o combate à inflação, mantendo-a sob controle, mas ao mesmo tempo retomar o processo de desenvolvimento econômico. É uma operação difícil, uma operação extremamente delicada, mas não nos resta outra alternativa. A Nação não suporta mais um ano de recessão. Mais um ano de recessão põe em risco a própria estabilidade democrática e institucional do País. Para que nós possamos alcançar esse objetivo, diversas táticas, diversas políticas, diversas iniciativas estão sendo examinadas e algumas delas tomadas de maior viabilidade, o que nos anima realmente a, em pouco tempo, poder levar a efeito uma política econômica que liberte a Nação dos funestos efeitos da inflação. Não que tenhamos a esperança de debelá-la, mas pelo menos de contê-la, sobretudo assegurando a retomada do processo econômico que significa mais empregos, significa mais salários e mais atividades criadoras de riqueza, para o fortalecimento da economia nacional.

O problema mais grave, não obstante, é o de natureza social. O Brasil é uma Nação paradoxal. Nós somos hoje a 10ª economia do mundo em termos de Produto Interno Bruto. Mas somos ao mesmo tempo a 84ª Nação do mundo em termos de rendimento *per capita*. Isso significa que o grande desenvolvimento econômico alcançado pela Nação nos últimos anos significou apenas um privilegiamento das camadas muito restritas da sociedade brasileira. Grupos muito reduzidos se beneficiaram do processo de desenvolvimento econômico, enquanto a grande maioria da Nação foi condenada a um processo de marginalização social. E a nossa luta é recuperar essa massa imensa da população brasileira mergulhada nessa marginalização, que está reclamando mais casas, está reclamando mais alimentação, está reclamando mais instrução, mais

saúde, mais condições de vida condignas e, sobretudo, uma situação de segurança não só pessoal como econômica, em face do dia de amanhã.

A nossa luta é, como veem, das mais duras, das mais ásperas, mas nós estamos tomados de um propósito incansável de enfrentar estes desafios e para levá-lo de vencida nós contamos com o apoio, que não nos tem faltado, da grande maioria da população brasileira que revelou, durante toda a nossa campanha, uma grande esperança. Esperança que nós não vamos poder atender em toda a sua totalidade, em toda a sua plenitude, mas que nós vamos, logo nos primeiros meses de governo, procurar transformar num crédito de confiança. Pois que não é possível enfrentar os problemas do Brasil com resultados positivos logo nos primeiros meses de nossa atividade governamental. Mas, esperamos o mais rapidamente possível levar ao povo a certeza de que houve no Brasil não apenas uma mudança de mentalidade, de estilo, de compromisso e de filosofia política, mas, sobretudo, mudanças efetivas que visam realmente colocar o governo a serviço das aspirações das classes mais sacrificadas da nossa sociedade.

*Radiotelevisão Portuguesa – Telejornal* – Senhor Presidente, correm rumores de que o futuro embaixador do Brasil em Portugal será o general Valter Pires, um dos sustentáculos do regime militar que ocupou o poder durante cerca de vinte e um anos.

Como é que o Senhor Presidente enquadra esta nomeação, tendo em conta a instauração do regime democrático que o senhor simboliza e as relações entre os dois países, saídos ambos de uma ditadura?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Bem, eu tenho o general Valter Pires na mais alta conta. Ele possui todas as credenciais para vir a ser em Portugal um grande embaixador. É um homem culto, é militar digno, deu demonstrações de seus compromissos democráticos nessa fase de transição do regime autoritário para o regime democrático no Brasil.

Mas, é problema que não está no momento nas minhas considerações.

*Radiotelevisão Portuguesa* – Mais uma pergunta. O Senhor Presidente, na sua primeira conferência de imprensa, logo após ter sido eleito, afirmou como uma das prioridades da política externa do Brasil as relações com a África, principalmente com os países africanos de língua portuguesa. Pergunto: a política a ser seguida pelo Brasil poderá ser de concorrência com Portugal relativamente às ex-colônias portuguesas?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Em hipótese nenhuma. O nosso pensamento, evidentemente, é honrar os compromissos que nós temos com as nações africanas recém-emancipadas. Nós gostaríamos de vê-las consolidadas dentro de um regime democrático, alcançando plenamente a sua emancipação política, cultural e econômica. Mas, sempre que possível, de comum acordo com Portugal e dentro dos mesmos objetivos, numa luta para que nós possamos manter paralelamente na África as raízes portuguesas dos nossos ancestrais lá plantadas.

*Radiotelevisão Portuguesa* – Senhor Presidente, considera importante para o Brasil a entrada de Portugal na CEE? Se sim, por quê?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Para nós é da maior importância. Nós estamos empenhadíssimos realmente em ver o ingresso de Portugal no Mercado Comum Europeu concretizado. Por onde eu passei nesta minha viagem, tanto na Itália, como na França, notei realmente da parte dos estadistas, tanto da Itália como da França, um desejo sincero de facilitar e colaborar para que esse desiderato seja atingido. Ouvi mesmo do Presidente Mitterrand que ele estava sendo obrigado a uma revisão dos seus pontos de vista anteriores. Ele se reconhecia errado, na medida em que criou algumas dificuldades a esse ingresso, mas agora ele seria um advogado ardoroso para que Portugal e Espanha pudessem integrar o Mercado Comum Europeu.

*Rádio Alemã* – Senhor Presidente, eu gostaria de saber se está previsto o senhor fazer uma visita à Alemanha Federal.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Na minha primeira oportunidade, eu gostaria de fazer uma visita à Alemanha Ocidental, por diversos motivos. A Alemanha é hoje a segunda Nação do mundo, em termos de investimento e comércio com o Brasil. Bastaria esse fato para justificar plenamente a minha presença nessa grande Nação, não deixando de levar em consideração nosso intercâmbio cultural que é muito intenso.

*Antena Um* – Eu gostaria de saber como vai ser resolvido o problema do afastamento de cerca de 30 mil militares que ocupam situações de privilégio nos diversos escalões do sistema econômico brasileiro.

Como e se funciona dismantelar os vários serviços de informação instalados durante a ditadura militar.

Se será possível o cumprimento de um indispensável pacto social que implicará novos sacrifícios do corpo social brasileiro já sujeito a um regime insuportável de austeridade.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O problema dos serviços de informação no Brasil já passou por grandes transformações. Eles eram normalmente, até bem pouco tempo, serviços predominantemente de natureza policial. Hoje eles estão integrados dentro das finalidades técnicas específicas de meros serviços de informação. Não há Nação nenhuma hoje que não possua os seus serviços de informação, e o Brasil, pela complexidade dos seus problemas e pela imensidade do seu território, não pode deixar de ter serviços de informação eficientes e capazes, e nós, em chegando ao governo, vamos procurar realmente democratizar esses serviços e colocá-los dentro dos parâmetros efetivos de sua atuação técnica e constitucional.

Com relação ao problema do pacto social, é realmente nossa ideia propor um pacto social para que nós possamos atravessar esta fase de luta contra a inflação em condições muito mais favoráveis. Tenho dito todas as vezes que trato do assunto que não se trata de um pacto social para exigir mais sacrifícios do trabalhador brasileiro. O trabalhador brasileiro não tem mais nada a dar para o pacto social no nosso País. Ele já está cortando na sua própria carne para suportar os encargos que lhe têm sido arremessados sobre os seus ombros. O nosso pensamento é um pacto social que mantenha realmente a Nação num nível de estabilidade política e social, mas sem qualquer ônus, sem qualquer sacrifício, sobretudo de natureza salarial para os nossos trabalhadores.

*Jornal do México* – Tendo em conta as recentes declarações do Senhor Presidente sobre o Chile e a sua próxima visita ao México, poderia afirmar-se que o seu governo vai fazer, como não tem sido feito antes pelo Brasil, um relacionamento muito mais estreito com a América Latina?

Eu queria saber que áreas vão ser privilegiadas e se dentro delas vai ter, por exemplo, um relacionamento muito mais atual entre o Brasil e Cuba.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O problema do relacionamento do Brasil com as nações do continente tem sido realmente o mais estreito, o mais cordial. Nós não temos problemas com os nossos vizinhos e vivemos com todos eles num clima da mais perfeita compreensão. Não temos problemas históricos, não temos problemas de

fronteiras, não temos problemas de atritos econômicos. O Brasil tem a felicidade de ser, talvez, a Nação do mundo que confina com maior número de vizinhos, e essa convivência tem sido realmente a mais estável possível. O problema do relacionamento com Cuba não é um problema político propriamente dito, é um problema de natureza de segurança nacional, e isso não é ditado por motivos específicos no relacionamento entre os nossos povos; pelo contrário, nós temos no Brasil uma grande admiração pela cultura cubana, pelos seus poetas, pelos seus escritores, mas, ainda no momento, a posição dos órgãos de segurança no Brasil é realmente no sentido de que se mantenha o relacionamento restrito em relação a Cuba.

*Jornal do México* – O que pensa do Chile?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O Chile é uma Nação com a qual nós temos laços tradicionais de amizade. O povo chileno nos merece muito apreço. O Chile foi, durante muito tempo, uma exemplar República democrática. No momento, existe um conflito entre o povo chileno e os padrões de governo ali existentes.

É manifesto o empenho das nações democráticas do continente – ainda recentemente o Presidente Reagan fazia nesse particular declarações muito candentes – em ver o Chile ao lado da Argentina, do Uruguai e do Brasil reintegrando-se na plenitude dos seus postulados democráticos.

*Grande Reportagem* – Senhor Presidente, na Argentina as pressões feitas pelos familiares de vítimas da repressão durante o regime militar têm obrigado o Presidente Raul Alfonsín a não ignorar essa questão. Não querendo comparar o que se passou na Argentina com o que se passou no Brasil nestes últimos anos, eu pergunto como é que o seu governo reagirá se idêntica pressão por parte de familiares de vítimas da repressão brasileira vierem a ser apresentadas?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O problema no Brasil é uma lei de anistia. Anistia ampla, anistia incondicional e anistia irrestrita. E, sobretudo, uma anistia recíproca. Para nós, o problema revanchista não existe no Brasil. Nós não temos por que, de maneira nenhuma, levantar o passado e procurar acertos de contas com o passado, o que nós desejamos é ver o passado sepultado, cuidar do presente e preparar o futuro. Esta é realmente uma consciência nacional. É um sentimento que domina todos os brasileiros.

*Agência Espanhola EFE* – Desejava saber se o Senhor Presidente partilha a ideia, defendida nalguns países latino-americanos, da criação de uma espécie de clube de devedores que agruparia as nações com grandes dívidas externas. Esta a primeira pergunta.

A segunda era se entende que a consolidação da democracia no Brasil passa pela legalização do Partido Comunista Brasileiro.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O problema do clube dos devedores ainda está um pouco na intenção, no desejo das nações que estão se reunindo, ainda numa primeira etapa, para criar realmente uma consciência dos seus deveres, dos seus encargos, em face dos credores. Não há, porém, dentro da realidade universal, da realidade mundial, como enfrentar esses problemas, a não ser no bilateral. Mesmo nações como o México e como a Venezuela, que são, em tese, favoráveis a um acordo dos devedores, já realizaram seus acordos de reajustamento das suas dívidas em regime bilateral com os nossos credores. No momento, a Argentina mantém o termo bilateral nos seus entendimentos com os credores. E outra não é a posição do Brasil. Mas acontece que a reunião de Cartagena e a reunião de Mar del Plata e a que se vai realizar agora na Guatemala marcam realmente um passo muito importante no sentido de se criar uma organização das nações devedoras e essas reuniões têm tido o mérito excepcional de criar uma consciência não apenas no continente, mas uma consciência universal, para mostrar aos nossos credores que alguns excessos na cobrança dos seus créditos precisam ser vistos e ser adaptados às possibilidades de pagamento de cada país, em relação aos seus compromissos financeiros.

O problema do Partido Comunista Brasileiro é o seguinte: os partidos chamados clandestinos no Brasil são proibidos de funcionar em face de uma norma constitucional. Há um texto na Constituição vigente no Brasil que nega registro e proíbe a atuação e a participação dos partidos de esquerda na atividade política do País. Enquanto essa norma constitucional não for revogada, não há como se admitir a possibilidade de participação desses partidos. Eu acredito que pela Constituinte que vai ser reunida em 1986, se até lá, por emenda constitucional, o texto vigente não for revogado, nós teremos a oportunidade para abrir em torno do tema o debate político que já no momento existe no Congresso Nacional.



*Finantial Times* – O Senhor Presidente tem alguma ideia de como vai enfrentar a dívida externa brasileira tão grande, depois de começar o seu mandato?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – A dívida externa brasileira está sendo negociada neste momento. Tenho a impressão de que essa negociação deverá estar concluída dentro desta próxima semana. No momento, a negociação da dívida é da responsabilidade e da competência do atual governo. Nós não temos porque participar desses entendimentos e nem dessas negociações. Dentro da tradição brasileira, os acordos internacionais, uma vez concluídos, são sempre respeitados e acatados. Se amanhã as negociações se tornarem inviáveis ou impossíveis de serem atendidas pelo governo a ser empossado, evidentemente que nós retomaremos as negociações para colocá-las em termos compatíveis com as possibilidades de resistência da economia brasileira.

*O Diário* – O Senhor Presidente encontrou-se com o Presidente da República portuguesa, general Ramalho Eanes. Eu gostaria de lhe perguntar se desse encontro resultou qualquer próxima iniciativa concreta.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Bem, a conversa com o Presidente Eanes foi a de uma visita de cortesia. Não trouxe nenhum sentido específico. Analisamos num clima da maior cordialidade a política internacional, mas sobretudo o relacionamento do Brasil e Portugal, e é pensamento tanto do Presidente Eanes como meu, nós caminhar-mos de maneira mais efetiva para um intercâmbio mais eficiente, no que diz respeito aos nossos dois povos. Está havendo, no momento, um certo arrefecimento nas nossas relações. É necessário que nós retomemos as nossas tradicionais ligações e façamos do Brasil e de Portugal um foco muito importante não apenas para o fortalecimento das nossas economias, mas sobretudo em favor da contribuição que nós podemos dar à causa da paz, à causa da cultura e à causa do entendimento entre todos os povos.

*Rádio Renascença* – O Senhor Presidente já falou da legalização do PCB. Não receia, no entanto, que a possível legalização do PCB possa levar a uma crise entre o poder político e o poder militar que faça repetir os acontecimentos de vinte anos atrás?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Eu tenho pontos de vista notórios, conhecidos na matéria. Eu sou pelo reconhecimento dos partidos chamados clandestinos. Porém, não é um problema do Presidente

da República, é um problema do Congresso Nacional, como eu acentuava ainda agora há pouco, porque se trata de uma reforma de um texto constitucional. Qualquer decisão que o Congresso venha a tomar nesse particular, essa decisão, eu creio, será amplamente acatada pela Nação.

*O Globo* – Doutor Tancredo, queria que o senhor explicasse por que disse que os territórios portugueses da África foram usurpados deste país.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – É mais uma expressão, vamos dizer, de oratória. Portugal foi usurpado no seu patrimônio cultural, foi usurpado no seu patrimônio afetivo, na sua expressão econômica, na sua expressão geográfica. Não há na minha expressão nenhum saudosismo colonialista. Tenho até para mim que Portugal também não pensa em retomar a colonização de suas antigas possessões. A posição do Brasil em face da emancipação das nações africanas é muito clara, muito positiva, muito afirmativa e muito coerente. O Brasil tem uma posição tão clara e tão inequívoca no particular que, muitas vezes, é até acusado, mesmo dentro do País, de se conduzir com excesso de ênfase em relação a essas nações africanas recém-emancipadas e nós não temos nenhum motivo para alterar essa política que no nosso entender deve ser mantida.

*Gazeta Mercantil de São Paulo* – Informações vindas de Washington dizem que o governo americano estaria insistindo muito se o Senhor Presidente poderia ter um encontro com o Dr. Jacques de La Rosière, do Fundo Monetário Internacional. A ideia é que esse encontro, talvez, pudesse ser marcado para o sábado, mas como o Sr. La Rosière vai viajar para a Europa no sábado, então se poderia ser na tarde de quinta ou sexta-feira. O senhor tem conhecimento disso e, se tiver, tem interesse em fazer esse encontro nos Estados Unidos?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O objetivo da minha viagem aos Estados Unidos é fazer uma visita ao Presidente Reagan, visitar o Congresso, a Organização das Nações Unidas, a OEA e aquelas pessoas que me quiserem honrar com a sua visita. Eu estarei pronto para recebê-las. Mas a visita ao Fundo Monetário Internacional não está na minha agenda.

*Jornal do Brasil* – No discurso escrito que o senhor deixou de fazer ontem, o senhor fez duas críticas à falta de medidas concretas para resolver

os problemas do endividamento. Fez referência a que as medidas de emergência têm boa serventia em curto prazo, mas não atacam as razões centrais das dificuldades. Não se alcançam boas fórmulas para minimizar altos custos de processos de reajustamento, nem se consegue revigorar de forma estável os fluxos financeiros e a força do comércio.

O senhor já tem uma alternativa, uma proposta concreta a respeito dessas soluções?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Sabemos que os problemas dessa natureza são rigorosamente técnicos e têm de ser tratados, realmente, no momento oportuno, com a segurança adequada e prevista e, sobretudo, quando estiver revestido de plena autoridade do governo. Qualquer antecipação de qualquer medida, de qualquer iniciativa nesse particular só contribuiria para abrir um debate inoportuno e intempestivo em torno do assunto.

*Jornal do Brasil* – Doutor Tancredo, como artista me permito trabalhar no plano da utopia. Desde jovem que eu imaginava a hipótese, utópica naturalmente, de que existisse, um dia, um país que fosse um conjunto do Brasil e Portugal, sendo este o maior país da Europa, e um conjunto Portugal-Brasil, sendo este o maior país da América do Sul, com o Atlântico Sul de mar interno.

Eu pergunto ao senhor: no plano real, que é que o senhor pretende fazer para que uma hipótese utópica como esta seja viável no plano da cultura?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O mais que nós poderíamos aspirar nesse particular seria uma confederação. Uma confederação em que nós só teríamos que nos beneficiar, porque teríamos muito mais que receber de Portugal do que dar a Portugal.

*Rede Manchete de Televisão* – Voltando a esse discurso de ontem, o senhor fez críticas à falta de diálogo entre o Norte e o Sul, principalmente entre os países desenvolvidos e países com dificuldades, como é o caso do Brasil.

O senhor acredita que o seu governo assumirá a liderança da luta dessas nações por uma maior igualdade social entre os diversos países do mundo?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Não, não temos essa pretensão de assumir a liderança dos povos do Terceiro Mundo e muito menos de exercer uma hegemonia sobre eles. Acontece até que, no momento, eles

estão reunidos em Nova Déli e o Brasil nem sequer faz parte do Terceiro Mundo, por motivos de peculiaridade da nossa política. Mas, a nossa posição terceiro-mundista é muito conhecida. No diálogo Norte-Sul nós temos sido uma voz permanente, constante, reiterada, de defesa dos interesses das nações subdesenvolvidas do mundo.

*Rede Manchete de Televisão* – Presidente, o senhor já disse, com humor, no Brasil, que não vinha pensando em ministério porque acredita em telepatia e alguém poderia descobrir. Por que, agora que nós estamos um pouco mais distantes geograficamente do Brasil, o senhor não aproveita as dificuldades de telepatia e passa a pensar no ministério? Talvez dessas eventuais reflexões surja ao menos uma ideia de quando se poderá ter conhecimento de parte ou da íntegra do ministério.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O ministério, desde o dia 15, quando eu fui eleito, não deixou de estar na minha mente. Penso nele constantemente, mas evidentemente que, por motivos estratégicos, táticos e de conveniências políticas, ele só poderá ser anunciado lá no Brasil e só depois de algumas consultas que eu ainda tenho de levar a efeito.

*Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* – Senhor Presidente, as relações luso-brasileiras sempre se pautaram fundamentalmente pela retórica. Em nível comercial, os resultados são mínimos.

O senhor poderia nos dizer concretamente o que é que poderia ser feito para objetivar uma melhor posição econômica em nível dos dois países?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Bem, nós temos de, tão logo eu me empossar, solicitar uma comissão com integrantes de elementos do Itamaraty e do Ministério das Relações Exteriores de Portugal, a fim de que possamos realmente verificar o que ainda não foi feito e o que se pode fazer para uma maior integração cultural e econômica, política e social entre o Brasil e Portugal. Nós não podemos, de maneira nenhuma, no Brasil, com a nossa juventude, abrir mão da larga e vasta experiência de Portugal, da sua excepcional presença no mundo ocidental.

*Jornal O Povo e Rádio Povo Fortaleza do Nordeste do Brasil* – O Nordeste brasileiro é uma das regiões mais pobres do Brasil e um dos bolsões de pobreza do hemisfério sul, e o senhor ontem, no discurso que fez de improviso no Castelo de Sintra, propôs a instalação no Brasil, durante o seu governo, de uma democracia social.

O Nordeste gostaria de saber como essa democracia social beneficiará o Nordeste e os nordestinos.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Eu tenho dito e repetido inúmeras vezes que o Nordeste vai ser a primeira, a maior e mais importante das preocupações do meu governo. Já como governador de Minas eu nomeei uma comissão de técnicos que fez um estudo sociológico e econômico da maior profundidade em relação ao Nordeste. Esse estudo foi colocado à consideração da Sudene, que é o grande órgão regional para o debate dos problemas da região. Foi depois levado às universidades, esteve em debate nas classes conservadoras e produtoras do Nordeste e também nos seus sindicatos de trabalhadores e estamos realmente achando que não se pode procrastinar mais em levar ao Nordeste o atendimento de muitas de suas reivindicações que são inadiáveis. O que estiver ao alcance, dentro das possibilidades do erário público, nós não deixaremos de fazer para atender o Nordeste.

*Revista Nordeste Econômico de Pernambuco* – A Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Sudene) construiu, durante vinte e cinco anos da sua existência, obras importantes em todos os dez estados nordestinos: açudes, barragens, rodovias, apoio às populações que representam a região mais subdesenvolvida do mundo ocidental. Nos últimos cinco anos, a Sudene, porém, viu diminuídas as suas funções e autonomia política.

Eu perguntaria a Vossa Excelência se o seu governo pensa devolver à Sudene todo o seu potencial de coordenação e decisão que antes usufruía. Em caso afirmativo, de que modo e a que prazo?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Eu acho que sim. O Nordeste, como disse a minha interpelante, é realmente a região mais subdesenvolvida, não só do Brasil; é, talvez, de todo o mundo ocidental. São 30 milhões de brasileiros que vivem em condições de vida, as mais adversas. Uma renda *per capita* que não chega a 300 dólares por ano. A Sudene é realmente o órgão específico e está tecnicamente aparelhada para enfrentar os desafios da região. Mas acontece que ela foi realmente esvaziada, não apenas na sua capacidade de realizações, mas sobretudo na sua força financeira, nos seus recursos econômicos. Os estudos levados a efeito em relação ao Nordeste dizem que ele carece de, pelo menos, 20 bilhões de dólares para que possa ser colocado em condições de retomar o seu autodesenvolvimento. Para uma Nação que está

devendo 100 bilhões de dólares, mais 20 bilhões de dólares não é o que vai nos assustar. De maneira que, sobretudo quando nós gastamos em Itaipu perto de 12 bilhões de dólares, gastamos nos dois metrô do Rio e de São Paulo outros 12 bilhões de dólares, quer dizer que é tirar um pouco dos recursos que estão sendo aplicados no sul do País e levá-los para o Nordeste.

*Folha de S. Paulo* – Na reunião de Nova Déli, seis países americanos aprovaram a decisão de desnuclearizar a América Latina e iniciar um processo de desnuclearização do mundo. O Presidente Raul Alfonsín diz que vai propor ao Presidente Tancredo Neves que o Brasil apoie a declaração de Nova Déli.

Qual é a sua posição?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Bem, nós não temos nenhuma objeção em relação à declaração de Nova Déli. A nossa posição no campo da energia nuclear é muito conhecida. Nós não assinamos o Tratado de Tlatelolco porque achamos que ele ofende a nossa soberania e reduz a capacidade de iniciativa do governo brasileiro no campo da energia nuclear. Mas o entendimento que nós temos com relação às pesquisas levadas a efeito no País, é de aceitarmos todas as salvaguardas que nos forem impostas pela Agência Internacional de Energia e de atender e cumprir rigorosamente essas salvaguardas. A Argentina já está um pouco mais avançada que o Brasil no campo da energia nuclear. Ela já pode, se quiser, da noite para o dia, ter a sua bomba atômica, mas isso não nos perturba, não nos afeta em nada, porque nós mantemos com os argentinos, em particular, um intercâmbio muito estreito. Nós fornecemos equipamentos a eles, eles nos fornecem material enriquecido, nós temos realmente uma sintonia de objetivos e temos compromissos morais que assumimos com as nossas respectivas nações e com o continente de jamais usar a energia nuclear como instrumento belicista, como instrumento de guerra. Nós só compreendemos realmente a conquista do átomo em todas as suas etapas para que as nossas nações não fiquem defasadas em face das grandes conquistas tecnológicas do mundo moderno, nessa área que abre, realmente, perspectivas verdadeiramente inacreditáveis para o mundo de hoje.

*Estado de S. Paulo* – Depois dessa viagem pela Europa, onde o senhor tem sido recebido com a demonstração de prestígio por vários chefes de Estado e de governo, o senhor considera que chegará a

Washington mais forte politicamente para quaisquer conversações com o Presidente Reagan?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Eu não tive essa preocupação de andar pela Europa buscando prestígio dos chefes amigos que eu aqui tenho encontrado. Eu acho que a posição do Brasil com os Estados Unidos é a posição de duas nações adultas, e nós temos realmente conflitos a serem resolvidos. Não temos com os Estados Unidos nenhum problema político. O nosso relacionamento é mais amplo, é o mais cordial possível. As nossas divergências são todas de natureza econômica e, praticamente, se circunscrevem aos termos da negociação da nossa dívida externa e ao protecionismo norte-americano que tem sido por demais injusto em relação ao comércio brasileiro. Mas, são problemas econômicos e nós temos de resolvê-los com inteligência e com imaginação, como duas nações adultas e civilizadas.

*Diário de Notícias* – O Senhor Presidente eleito do Brasil já falou da intenção de intensificar as relações comerciais com Portugal, logo que seja empossado. Eu gostaria de perguntar ao primeiro-ministro português se tem já na ideia alguma concretização desse incremento e se ele pode ser visto como uma arma, enfim, de pressão sobre a Comunidade Econômica Europeia.

*Dr. Mário Soares* – O Senhor Presidente Tancredo Neves acabou de dizer, há pouco, que uma vez constituído o seu governo, vai sugerir que haja um encontro entre as duas diplomacias: entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros português e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, para fazerem uma reapreciação da maneira como têm efetuado o relacionamento entre Portugal e o Brasil. Eu estou totalmente de acordo com esta sugestão. Eu penso que há muito que fazer pela intensificação e o aprofundamento das relações econômicas, comerciais, culturais e políticas entre Portugal e o Brasil, e espero que dessa conferência entre Portugal e o Brasil possa resultar um salto qualitativo nas nossas relações. Que isso tem a ver com a CEE, parece ser evidente, visto que está garantido que nós vamos entrar na CEE em janeiro de 1986. Hoje mesmo realizou-se uma conferência em Bruxelas que foi bastante positiva nesse sentido. Todas as indicações são convergentes em que nós rapidamente vamos terminar as negociações políticas e em que depois passaremos à fase da ratificação de um tratado de adesão dos diferentes parlamentos, e obviamente que Portugal, tendo este relacionamento especial com o Brasil, como, aliás, com os países africanos de expressão

portuguesa, isso representa uma vantagem para a Europa. A Europa tem de ter hoje um grande dinamismo entre as superpotências e só o pode ter se tiver um relacionamento especial com a América Latina e com a África. É evidente que Portugal, entrando na CEE, pode trazer uma contribuição decisiva para esses relacionamentos através do Brasil e da África de expressão portuguesa.

*Jornal Zero Hora de Porto Alegre* – O nosso primeiro-ministro de Portugal, Dr. Mário Soares, que teve a amabilidade de convidar os jornalistas brasileiros e portugueses para um almoço hoje, comentava conosco as suas preocupações com esta primeira fase do seu governo, que ele apoiou desde o começo, relativamente à interferência dos grupos de extrema direita e de extrema esquerda, nesta fase inicial. Condenava ele a falta de abertura e de compreensão dos grupos de direita, os mais conservadores, não querendo abrir mão das suas prerrogativas, e os de esquerda, querendo uma mudança já imediata. Esse recado dado pelo primeiro-ministro de Portugal parece que ajuda um pouco a esta sua primeira fase, esses primeiros dois duros anos de administração. O senhor também endossaria esse recado aos brasileiros?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Bem, as preocupações do ministro Mário Soares não são apenas dele. São de todos quantos se debruçam sobre a problemática política do Brasil. Nós todos sabemos muito bem que quem consegue uma sustentação tão ampla de todos os setores da opinião pública brasileira, como a que conseguiu a minha candidatura à Presidência da República, não tem, nem que realize milagres, condições de manter a sustentação em toda a sua integridade, e confesso honestamente que não gostaria de governar o Brasil num clima de unanimidade, como foi o da nossa eleição. Acho que a democracia não prescinde dos partidos de oposição. Devemos ter partidos de oposição no Brasil. Apenas desejamos que não seja a oposição subversiva, que seja uma oposição responsável, seja uma oposição construtiva e, sobretudo, uma oposição esclarecida. Eu me sinto com muita autoridade de pedir esse tipo de oposição, porque eu nunca soube exercitar outro tipo de oposição em toda a minha longa vida pública, quase toda ela passada na Oposição. Ora, não é um problema fácil que nós vamos ter de enfrentar no Brasil. Esse choque de direitas e de esquerdas não existe apenas no Brasil, existe em todos os países. Mas é para conflitos dessa natureza que existem os homens públicos, não é verdade?



*Dr. Mário Soares* – Se me dá licença, eu queria fazer uma pequena correção e peço-lhe desculpa. É que nem sequer entre aspas eu dei algum recado, porque não me podia permitir dar nenhuma espécie de recado ao Presidente Tancredo Neves. Eu fui perguntado sobre os perigos do radicalismo, e eu estive apenas a falar convosco de uma maneira muito espontânea e informal no que foi a nossa experiência aqui em Portugal depois do 25 de abril, e como esse estilo, essas decisões utópicas, que pensam que é possível modificar as realidades econômicas, que são duras em virtude de transformações políticas imediatas, e eu disse que isso nós aprendemos que não era assim e que é preciso concentração, espírito de diálogo e moderação.

Foi a minha resposta, de maneira nenhuma um recado.

*SBT* – Sabe-se que o atual governo tem facilitado, na medida do possível, informações que permitam a transição do atual governo para o futuro, para o seu governo. Mas, na medida, Doutor Tancredo, em que o senhor ainda não definiu o ministério, o senhor não acha que esse tipo de informação fica de alguma forma comprometida na indicação mais explícita de nomes de homens responsáveis, que daria maior independência ao tipo de informação de que se precisa para se fazer uma transição, ainda mais para um governo de oposição?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Na verdade, o governo tem, através de seus porta-vozes mais credenciados, colocado à nossa disposição o conhecimento de todos os aspectos da administração pública. É uma manifestação de cortesia que mostra realmente quanto nós evoluímos no Brasil, em que a transição está sendo feita num clima da maior solidariedade e da maior compreensão. Mas esses são problemas que só poderemos enfrentar depois que tivermos a responsabilidade do governo. Qualquer oferecimento nesse particular tem apenas o efeito de mera cortesia.

*Radiobrás* – Numa das Cartas de Intenções encaminhadas ao FMI se apregoa a necessidade do corte aos subsídios, principalmente aos produtos agrícolas. Ontem, o Dr. Milton Dallari anunciou que o governo manterá ainda, pelo menos até março, o subsídio ao trigo. Qual é a sua posição a respeito da manutenção ou corte dos subsídios, principalmente, aos produtos alimentícios?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Hoje, no Brasil, só existem dois subsídios: o subsídio ao trigo e o subsídio ao açúcar. Os outros todos já foram suprimidos. Eu, técnica e teoricamente, sou contra os subsídios.

Acho que, na realidade, criam deformações econômicas que não ajudam nem o produtor, nem o consumidor, e só beneficiam o intermediário. Mas, para se suprimir os subsídios, é preciso que se crie uma política de preços justa, uma política de preços efetiva, uma política de preços que seja realmente para ser honrada e cumprida. Lamentavelmente no nosso País suprimiram-se os subsídios, mas não se tem cuidado de dar aos produtos agrícolas uma política de preços que justifique e estimule o trabalho dos nossos agricultores e dos nossos pecuaristas.

*Rádio e Televisão Pampa de Porto Alegre* – O senhor tem demonstrado uma preocupação pelo social, como candidato, na sua primeira entrevista coletiva, em Brasília, e mesmo aqui na Europa. Tem sido a tônica das suas manifestações. O senhor disse na sua primeira entrevista coletiva que dívida se paga com dinheiro e não com fome e miséria. Poderíamos interpretar essa sua manifestação como um recado aos credores internacionais do Brasil?

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Bem, eu tenho dito que em relação à nossa dívida externa há dois postulados básicos que nós não podemos restringir para atender à exigência dos nossos credores. Um é o da soberania nacional, que nós devemos preservar a qualquer custo, e o segundo é o da estabilidade social do País. Esses postulados nós temos não só anunciado, mas temos manifestado o propósito de preservá-los em toda a sua integridade.

*Rádio Gazeta de São Paulo* – Os brasileiros que residem fora do Brasil, quando retornam à Pátria, dizem que a Nação tem uma imagem negativa fora do Brasil. O senhor acaba de inaugurar uma Nova República, um novo estilo de viagens presidenciais e um novo estilo de divulgação do Brasil no exterior. Quero saber do senhor como o seu governo pretende atuar no sentido de modificar definitivamente a imagem do Brasil, divulgando em si a realidade brasileira e não aquilo que nós temos de negativo.

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Não acredito que exista assim, de maneira sistemática, um clima tão deformante do nosso País no exterior. Acredito que um ou outro setor deva estar sendo motivo de críticas, mas, de modo geral, o Brasil tem uma tradição de cultura, de honradez e de fidelidade a seus compromissos que nunca deixamos, em tempo nenhum, de honrar, e o pensamento do meu governo é honrar todos os compromissos que tenhamos assumido com as nações estrangeiras, e, não é nenhuma novidade, esta tem sido realmente uma

constante na vida pública do meu País. Agora, todo o nosso empenho em termos internacionais é fazer do Brasil um instrumento de cultura, de civilização a serviço do Direito e da Justiça internacionais.

## *Entrevista coletiva concedida por Tancredo Neves após seu retorno da viagem ao exterior*

---

11-2-1985.

*Ao regressar, em 11 de fevereiro de 1985, convoca a imprensa, para uma entrevista coletiva, porém, antes dos debates faz um balanço de sua viagem, abordando também a questão da formação de seu futuro ministério. Eis as suas declarações:*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O sentido dessa viagem foi levar a mensagem do Brasil democrático a outras nações democráticas do mundo, a que estamos vinculados não apenas pela latinidade, mas por laços de fraterna amizade, de respeito recíproco. Essa viagem surpreendeu aos meus próprios objetivos. Encontramos por onde passamos uma acolhida muita calorosa, que evidentemente não era dirigida ao candidato eleito à Presidência da República, mas ao próprio Brasil, à sua Nação e ao seu povo. É preciso realmente que saíamos para que possamos ter uma avaliação exata da importância do Brasil no contexto universal.

É essa importância que nós só podemos aferir quando em contato com as grandes lideranças universais.

Alcançamos realmente uma posição, pela cultura, pela nossa vitalidade econômica, sobretudo pela expressão do Brasil como Nação que está fadada a desempenhar no futuro uma grande missão, um papel relevante e, mais do que relevante, um papel que todos apreciam e consideram e dão a devida importância. Por onde passamos pudemos tratar de assuntos específicos, embora não tivéssemos nenhuma preocupação de participar da solução de nenhum dos problemas pendentes, mas afirmar que a posição do Brasil, de acordo com sua tradição jurídico-institucional, é a de manter com os povos amigos o relacionamento mais cordial e, mais do que isso, de respeitar todos os nossos tratados, todos os nossos compromissos e convenções. Fomos amplamente compreendidos e tivemos a satisfação e a felicidade de verificar que o novo

governo vai se iniciar com uma atmosfera de simpatia e de compreensão da parte das grandes nações do mundo com as quais temos ligações não apenas históricas e tradicionais, mas, neste momento, ligações de natureza econômica e cultural.

Estou de volta para continuar mantendo com os nossos amigos jornalistas os diálogos habituais. Aqui chegando, encontro efervescentes os problemas da composição do futuro ministério. Todos nós sabemos que a composição de um ministério nunca foi tarefa fácil, foi sempre delicada e difícil, porque ela reclama uma composição, ajustamento de forças políticas que não podem ser subestimadas nem levadas em consideração. Devo às forças políticas que me apoiam, talvez pela primeira vez na história do Brasil, tratamento excepcional, de jamais haver sido negociado o apoio que delas recebi. Nenhum dos grupos políticos, facções ou partidos que me honram com o seu apoio, em nenhum momento fez qualquer exigência ou sugeriu qualquer compensação, como contraprestação a esse apoio recebido. Por conseguinte, eu me vejo com inteira liberdade de ação para poder organizar o ministério que me aprouver.

Acontece, porém, que nós somos uma democracia. Foi para implantar um regime democrático no Brasil que nós lutamos. E o governo democrático é um governo de sustentação política. Por conseguinte, eu não posso pensar em organizar um ministério que não venha respaldado por esse apoio e solidariedade. Desde o primeiro momento, estabeleci alguns critérios para a composição ministerial. Primeiro, o critério da probidade. Segundo, o critério da competência, terceiro, o da composição das forças políticas que me apoiaram e, quarto, o critério federativo.

Em razão desses critérios é que nós estamos promovendo consultas para organizar o ministério que corresponda às esperanças e à confiança da Nação.

O ministério, no sistema democrático de governo, não pode deixar de ser preponderantemente político. Os regimes autoritários fazem ministérios tecnocratas, sustentados pelos políticos. Os regimes democráticos fazem ministérios políticos, assessorados pela tecnocracia de governo. Vamos voltar no Brasil a restaurar a tradição de ministérios políticos assessorados, assistidos e aconselhados pela tecnocracia. Esse é também um fator muito importante que nos está orientando na composição ministerial. Mas o importante é a fixação dos rumos da mudança. O que devemos entender por mudanças? Para que mudanças?

O primeiro item da mudança é evidentemente a convocação de uma Assembleia Constituinte para votar em 1986 uma Constituição. Digo 1986, porque essa Constituinte deve ser precedida, em primeiro lugar, pela limpeza da área, no sentido de poder colocar as instituições brasileiras em condições de possibilitar uma eleição, a mais ampla possível, com a participação de todos os segmentos na composição dessa Assembleia Nacional Constituinte. Em segundo lugar, é absolutamente imprescindível que se faça um amplo debate nacional em torno dos temas mais importantes da Constituinte, com a participação de todos os segmentos interessados: Igreja, sociedade civil, classe política, trabalhadores, estudantes. Enfim, que não fique nenhum órgão, setor, nenhum integrante da sociedade brasileira, sem que haja trazido a sua colaboração para que tenhamos não só uma Constituinte, o mais autêntica e representativa possível, mas sobretudo que ela nos dê uma Constituição que seja um instrumento moderno, dinâmico, de renovação nacional, mas sobretudo uma lei básica, um novo pacto político, que possibilite à Nação retomar o seu processo de desenvolvimento econômico e de justiça social, levando às últimas consequências o máximo que pudermos avançar na construção de uma Nação que exige e está reclamando pelo clamor de seu povo o regime político à altura de suas tradições e da sua vocação libertária.

Essa é a primeira meta das mudanças. A segunda meta é que, simultaneamente com a Assembleia Nacional Constituinte, possamos levar a efeito três tarefas da maior importância: primeiro, a moralização da administração pública; segundo, reforma tributária; terceiro, descentralização administrativa. É aí que nós vamos concretizar as mudanças. Vamos balizá-las e vamos marcar realmente a sua demarcação e a sua concretização. Isso no campo institucional. Mas as mudanças têm de se fazer sentir também no plano econômico. E no plano econômico a meta das mudanças está em poder controlar a inflação e promover a retomada do desenvolvimento econômico. Se não tivermos condições de controlar a inflação, será inútil pensarmos em qualquer meta mudancista. Em clima de inflação acelerada não há possibilidade de se pensar em qualquer mudança.

Por onde eu passei nessa viagem que fiz, era realmente a mesma preocupação de todos os chefes de Estado, mesmo nas nações mais poderosas e de economia mais consolidada. A inflação é um grande inimigo.

Ela não permite nenhuma alteração das estruturas da vida nacional. E a iniciativa ou a política de compatibilizar o controle da inflação com o processo de desenvolvimento econômico é, sem dúvida, uma das operações mais difíceis.

Ela só pode ser levada a efeito com a participação de toda a sociedade, de todos os segmentos. Daí a preocupação que existe em todas as nações, sempre, de buscar um pacto social, que será aquele em virtude do qual se possa delinear alguns patamares que facilitem ao governo sua luta contra a inflação. Nesse pacto social o governo terá grandes responsabilidades, porque ele é um dos grandes responsáveis pela inflação. Ele tem de assumir compromissos severos com a sociedade, de que ele não será mais um motor da inflação.

Os empresários têm de participar realmente desse pacto social, trazendo uma cota de sacrifício, pois, sem isso, nós não poderemos atingir nossos objetivos. E a classe trabalhadora, que não tem mais nenhum sacrifício a dar, pois que nesses vinte anos de regime autoritário nós sabemos muito bem que foi sobre os ombros dos assalariados que se vem mantendo o pacto social em vigor. Mas eles podem dar uma contribuição da maior importância, da maior significação, para que nós tenhamos realmente um clima de convivência social ou de paz social para facilitar a luta contra a inflação.

Repito e faço questão de insistir que, sem que possamos controlar a inflação, toda a nossa pregação em favor de mudanças cairá no vazio. A inflação é realmente um elemento de deterioração, de explosão. É um elemento que degenera todas as estruturas sociais vigentes. A solução de ordem econômica no combate à inflação compreende, evidentemente, o reescalonamento da dívida externa, o problema dos juros e, mais do que isso, o problema de se criar uma política econômica que possibilite não só a renovação do parque industrial brasileiro, mas também uma política comercial, uma política de serviços, que tenha sempre como objetivo criar mais empregos e, criando empregos, possibilitar mais e melhores salários. Quando se fala no combate à inflação, fala-se também numa política salarial, que no Brasil tem sido feita de maneira a mais atabalhoada possível. Nós não temos uma política social firme e dirigida, e é necessário que nós já caminhemos a essa altura para combater a inflação, fixar uma política salarial que corresponda às justas necessidades do trabalhador brasileiro.

Mas não basta promover as mudanças na área econômica. Onde ela se faz sentir de maneira mais urgente é realmente na área social. Um plano de justiça social se impõe com urgência no Brasil, abrangendo, em primeiro lugar, o problema da alimentação; em segundo lugar, o da habitação; em terceiro, o da previdência social; em quarto lugar, o problema da melhoria das condições de vida do nosso povo, que significa realmente criar programas compatíveis com o bem-estar e a segurança de nossa gente, inclusive os problemas de saneamento e da própria segurança individual de cada cidadão, que passaram a ser em nosso País uma ameaça permanente, constante e para eles o governo tem de estar realmente sempre voltado para poder manter em segurança e estabilidade o convívio social no seu dia a dia.

Não se encerra aí, porém, a mudança no campo social. A reforma universitária teria uma tal característica de inadiabilidade que nós não podemos deixar de, ouvindo os mestres, os estudantes e os técnicos ligados ao problema, buscar com urgência uma solução adequada a fim de que o problema universitário do Brasil, o que vale dizer, o problema da nossa juventude, saia dessa situação de angústia, de desespero, de permanentes protestos, de notórios desajustes em que vivemos, para recolocá-lo numa posição que faça da universidade não apenas um instrumento de recrutamento de nossa mocidade para as atividades técnicas e intelectuais, mas para fazer dela também um instrumento eficiente e permanente da estabilidade política do País.

Essas são as metas básicas, fundamentais, do nosso programa de governo. Essas metas têm de ser conduzidas pelos nossos ministros. Quaisquer que eles sejam, estarão a serviço deste programa de governo. Não estão todas as mudanças que o Brasil precisa, nesse enunciado.

Mas, sem que nós levemos a efeito essas, não temos sequer por que pensar em outras. Por isso, nós iniciamos apenas um programa de mudanças, que será levado com a maior energia, a maior dedicação e o maior patriotismo.

Estamos certos de que para levar a efeito esse programa, nós haremos de contar com as forças vivas deste País, sobretudo com a sua classificação política, qualquer que seja o seu partido, e poderemos assim dar conta ao povo brasileiro de que a nossa pregação não foi em vão, nem foi ilusória.



*Depois da entrevista coletiva, Tancredo Neves deu oportunidade para o debate, e dele são escolhidos os temas sugestivos que já não tenham sido matéria suficientemente esclarecida em encontros anteriores com a imprensa nacional e estrangeira.*

*Assim, Miro Teixeira, da Rede Bandeirantes de TV, indaga sobre o problema da reforma tributária, que é uma grande expectativa dos estados e municípios:*

*Qual o valor em termos percentuais, de alíquotas de retorno de verbas aos estados e municípios?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves – Meu caro amigo Miro, seria muito difícil a essa altura dar, em termos quantitativos, os efeitos e as repercussões de uma reforma tributária. Mas ela terá como parâmetro dois objetivos ou duas filosofias. A primeira reforma tributária tem de ser o suporte de descentralização administrativa; para isso é necessário que nós fortaleçamos as receitas dos estados e dos municípios. Então, nós teremos de fazer um estudo de compatibilização dos encargos do erário federal, para saber o que podemos transferir para os estados e municípios, e não apenas em termos de transferência de receita, mas também em termos de encargos administrativos, e condicionar, realmente, o fluxo de recursos financeiros aos estados e municípios, em compatibilização com os encargos novos que eles vão passar a ter dentro do processo de descentralização.*

*Bem, outro objetivo que tem de ordenar a reforma é realmente o objetivo da justiça social. Nós sabemos que no Brasil as classes que mais pagam tributos são as classes mais necessitadas. É necessário que haja realmente uma justiça tributária, de forma a que cada segmento da sociedade pague o tributo de acordo com sua participação nas conquistas e nos benefícios que a sociedade proporciona. O que não é possível é que continuemos a manter como fonte mais vigorosa de fluxo ao erário as classes mais sacrificadas.*

*O jornalista Humberto Giannini, representante da ANSA, pede detalhes da entrevista entre o Presidente Tancredo Neves e Sua Santidade, o Papa, em Roma, no Vaticano. Diz Tancredo que sua conversa com Sua Santidade, o Papa, pertence a ele. Só ele é que pode realmente revelar esses entendimentos.*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Mas posso mencionar algumas teses centrais dessa conversa. Em primeiro lugar, Sua Santidade tem um profundo conhecimento do Brasil, da realidade brasileira, e está muito preocupado com o futuro do Brasil. Em segundo lugar, Sua Santidade acha que há no Brasil, como todos nós achamos, uma grande disparidade na distribuição da renda; que nós temos, realmente, uma pequena minoria muito favorecida com os privilégios da riqueza, e temos uma grande maioria que só conhece as angústias, o desespero de uma área imensa de miséria. Ele faz um apelo para um governo de justiça social. E, por último, Sua Santidade falou em problemas mais concretos, sobre o problema dos índios, o problema do Nordeste brasileiro, e conversamos outros assuntos específicos, cuja divulgação só pode ser feita por Sua Santidade.

*O Jornalista Manoel Vilela Magalhães, representante do Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, diante das declarações e entrevistas do Presidente eleito sobre a política econômica e o seu maior peso no caminho que o Brasil deverá seguir na Nova República, indaga:*

*Na sua opinião, o que caracterizaria uma continuação da política econômica do antigo regime: a manutenção ou o incremento da interferência do Estado na economia, ou um reflexo dessa interferência e o incentivo à iniciativa privada?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – Sem dúvida que os problemas econômicos são os mesmos para todos os governos. Por exemplo, a inflação não existe só no Brasil. A inflação existe em todos os países que estejam sendo agredidos por ela. De maneira que as medidas para o combate à inflação, de acordo com a peculiaridade de cada país, não oferecem maior inovação nem maior criatividade. O problema do combate à inflação é realmente um problema que tem de ser levado a efeito de acordo com as condições de vida de cada país. Com relação à opção entre o estatismo e a privatização, eu sempre entendi comigo, e tenho dito reiteradas vezes, que não existe nenhum país no mundo que se tenha socializado tanto quanto o Brasil nos últimos vinte anos. O capitalismo brasileiro é muito mais socializante do que muitos regimes socialistas. Eu estive agora na Espanha e conversei com o ministro González, e a preocupação dele era encerrar as atividades estatais antieconômicas,

que estavam realmente se manifestando altamente onerosas para com o Estado e para com a vida da Espanha. A mesma preocupação encontrei no México. Muitas das atividades estatais estavam passando por grandes transformações e algumas delas encerrando as suas atividades, porque, na prática, realmente, elas não atenderam aos objetivos que delas se esperava. No Brasil, nós sabemos muito bem o que é o paraíso das estatais. No Brasil, é um mundo onde não se tem nenhum controle sobre elas. Mas eu não gostaria de ver a desestatização no Brasil em favor da privatização, se isso significasse uma desnacionalização profunda do País. Seria, realmente, no meu entender, extremamente perigoso que elas fossem desnacionalizadas. Talvez a solução ideal no Brasil, porque as empresas brasileiras estão descapitalizadas, elas não estão em condições de poder amealhar recursos para capitalizar meios de promover a privatização de empresas – estatais –, seja uma *joint venture*; seja uma associação de capital majoritário brasileiro, privado, com capital estrangeiro que se mostre interessado no setor. O que é certo é que realmente nós não podemos continuar sacrificando a Nação e o povo para manter um conjunto de empresas estatais que se têm mostrado absolutamente ineficientes e incapazes.

*Aníbal João de Melo, representante da Agência da Imprensa de Angola, pergunta:*

*O Brasil não deveria manter um relacionamento especial com a África, não por razões meramente econômicas, mas devido a outros fatores, nomeadamente de ordem social e cultural?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – A sua pergunta tem toda a razão de ser. Realmente, o noticiário de imprensa, no curso dessa nossa viagem, quando se fala num relacionamento do Brasil com o Terceiro Mundo e com a África, está muito contraditório, e muito confuso. Até é uma oportunidade excelente que o amigo me proporciona para esclarecer esse setor.

No que diz respeito ao relacionamento com a África, nós não temos de alterar em nada a política que o Itamaraty vem mantendo. Nós somos das primeiras nações que se engajaram no movimento emancipacionista das ex-colônias africanas. E desde o primeiro momento, nós temos dado a essas nações um apoio político e moral para que elas possam realmente

encontrar o caminho da sua perfeita redemocratização, da sua perfeita vida democrática. O que, lamentavelmente, não tem acontecido em muitos países. Mas a nossa posição é a de sustentar a emancipação política dessas nações. Em segundo lugar, nós fomos a primeira Nação a reconhecer Angola; o que mostra evidentemente a nossa preocupação e o nosso propósito de manter com as nações africanas o melhor relacionamento possível, não só no campo político, como também no campo cultural e no campo econômico. Em terceiro lugar, o problema das nações do Terceiro Mundo; nós não somos Nação do Terceiro Mundo por opção. Ninguém decide participar ou não do Terceiro Mundo porque queira fazer. O Terceiro Mundo é determinado por característica de ordem econômica, eu diria mesmo que ser do Terceiro Mundo é uma fatalidade, e, nesse particular, o Brasil é uma Nação do Terceiro Mundo; nós temos até mesmo parceiros comerciais com os quais mantemos um intercâmbio altamente proveitoso para essas nações e para o Brasil. Nós participamos, até, do grupo de 77 nações do mundo subdesenvolvido, e nesse grupo nós temos tido uma atuação marcante, uma atuação sempre presente, não só na ONU, como em todos os outros foros internacionais, e isso tem sido uma constante na nossa política internacional. O que não somos, daí é que decorre muita confusão, é dos países não alinhados. Nós não pertencemos ao grupo de nações não alinhadas. E isso por motivos de conveniência nacional. Mas, mesmo assim, nós participamos como observador do grupo das nações não-alinhadas.

*Cristóvão Rodrigues, da Rádio Sociedade da Bahia e da TV Itapuã, de Salvador, indaga:*

*Qual o pensamento do Presidente em relação aos salários? Vamos continuar com aumentos semestrais ou passaremos para aumentos trimestrais? E com relação à agricultura, o Proálcool deu certo. Não seria o caso de criar o Pró-soja e o Pró-arroz?*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O problema dos salários é um problema grave. Eu tenho feito diversas referências a isso. Enquanto nós tivermos uma inflação de 22%, você não tem outra política para os salários senão promover a adaptação deles às flutuações inflacionárias. Porque o salário, quando ultrapassa os índices inflacionários, ele também inflaciona. Mas manter os salários aquém dos índices inflacionários

é uma injustiça social que o próprio trabalhador a ela não se submeterá. Com relação ao Proálcool, eu estou de acordo. Ele hoje é um sucesso. Estamos economizando hoje perto de 180 mil barris de petróleo por dia com a nossa atividade do Proálcool. Com relação à nossa produção agrícola, é preciso que se estabeleça a agricultura de exportação, que está vivendo uma situação muito boa. A soja encontra bom preço; o café está encontrando bom preço; os sucos estão encontrando preços excelentes; enfim, nós não temos problemas na agricultura, na área de exportação. Nós temos problemas na agricultura, na área de alimentação. Nós somos uma Nação que há quatro anos mantém os mesmos níveis de produção, ou seja, 50 milhões de toneladas de grãos. Nesses quatro anos a população cresceu e por conseguinte essa produção já não atende mais nem sequer às necessidades internas. Nós temos tudo para aumentar a produção de grãos, não só para atender à nutrição do povo, mas sobretudo para exportar. Essa área é um mercado muito seguro, onde se encontra com muita facilidade a colocação dos nossos produtos. O objetivo do governo será, no máximo possível, aumentar a nossa produção de grãos.

*Tarcísio de Holanda, do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, indaga:*

*Presidente, a minha pergunta se desdobraria em dois pontos. No primeiro o senhor já tocou, mas superficialmente. Diz respeito à ocupação das lideranças políticas com relação às eleições de 1986, em particular com a Assembleia Nacional Constituinte, e com que essas eleições se realizem em absoluta liberdade e imunes àqueles casuísmos e artifícios criados nos últimos anos, como a sublegenda, o voto vinculado, a proibição de coligações partidárias. O outro ponto diz respeito à própria Constituinte. Mas, também, em ambos os pontos, em relação ao modus faciendi. Será o Executivo com o Legislativo quem encaminhará, por exemplo, no primeiro semestre deste ano, uma proposta para remover da legislação eleitoral e partidária os casuísmos criados ao longo desses vinte anos? No caso da Constituinte, será o Presidente da República, de acordo com a tradição no Brasil, que instituirá uma comissão de juristas notáveis, para preparar um anteprojeto de reforma da Constituição, a ser posteriormente submetida à Assembleia Nacional Constituinte? Gostaria que o senhor esclarecesse*

*com a sua reconhecida competência e habilidade, qual a visão que o senhor tem desses dois problemas.*

*Presidente eleito Doutor Tancredo Neves* – O problema da Constituinte eu tenho dito, e nunca é demais repetir: nos primeiros dias do meu governo será nomeada uma comissão constitucional de alto nível para elaborar um anteprojeto que servirá de base ao grande debate nacional que vai se travar em torno da matéria. Acho que realmente vai ser um debate muito vibrante e até apaixonado, porque sentimos já as manifestações dos órgãos mais representativos da sociedade em favor da Constituinte. Ainda anteontem a Conferência Nacional dos Bispos lançava um documento da maior eloquência, convocando a Nação para essa missão. A Ordem dos Advogados do Brasil já está convocando ou congregando os seus juristas e os seus especialistas mais competentes para o exame do assunto. As faculdades de Direito, os órgãos da Magistratura, estudantes, estão todos eles como que polarizados para o debate desse problema. Eu acho que em torno desse projeto de Constituição, que será uma proposta de governo ao grande debate nacional, nós estaremos realizando a primeira etapa da Constituinte, que seria a etapa do debate, a etapa do esclarecimento, do levantamento dos problemas que devem merecer a prioridade do legislador. Paralelamente, nós temos de criar condições para que essa Constituinte possa traduzir com toda autenticidade o máximo de representatividade do povo. E isso só conseguiremos através da reforma da legislação eleitoral vigente e dos seus vínculos que estão aí, marcando a permanência ainda dos resíduos do Estado autoritário. E isso vai ser um trabalho penoso, em que o Legislativo e o Executivo terão de trabalhar com o máximo empenho e maior esforço possível. Acho que assim nós teremos colocado em posições básicas as preliminares para dar ao Brasil uma solução definitiva à nossa crise institucional, o que não vai resolver nenhum dos nossos problemas econômicos, nem nenhum dos nossos problemas sociais. Isso é preciso que se diga sempre, permanentemente, que a Constituinte não tem o poder taumatúrgico de mudar da noite para o dia as dificuldades dos nossos problemas. Eles continuarão sendo os mesmos. Mas é que uma Constituição, a Lei Básica, que significa um pacto político fundamental, ela cria um regime de competência, de jurisdição, o que significa realmente determinar a administração pública dentro de sua competência

específica. E sobretudo assegurar em toda a sua plenitude aquilo que é fundamental à vida democrática, o que são direitos e as liberdades democráticas. Eu acho que a Constituinte, e a Constituição a ser votada por ela, é a pedra angular de todo o edifício de renovação e de mudanças a ser levada a efeito no Brasil.

# **DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA**



# TANCREDO NEVES

Candidato do Povo  
Sanjoanense à  
Assembléia Estadual.



Filho ilustre  
desta terra,  
sincero  
amigo do povo,  
o seu  
passado o  
recomenda aos  
sufragios de  
todos os  
seus  
concidadãos.

**Tancredo Neves**

Será um batalhador infatigavel pelo engrandecimento de nossa região.

**Para Governador do Estado :**

**DR. BIAS FORTES**

(Campanha dos amigos dos candidatos).



Tancredo Neves discursa na Assembleia Estadual de Minas Gerais (Belo Horizonte, 1947-1951).



Solenidade dos ferroviários da Rede Mineira de Viação (São João del Rei).



Presidente Getúlio Vargas, Governador Juscelino Kubitschek, Deputado Tancredo Neves, entre outros (8 de dezembro de 1952).



Presidente Getúlio Vargas visita São João del Rei (8 de dezembro de 1952).



Reunião do Ministério do Presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete (Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1953).



Funeral do Presidente Getúlio Vargas (São Borja, 25 de agosto de 1954).



Posse de Tancredo Neves como ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis (São João del Rei, 4 de outubro de 1957).



Tancredo Neves é condecorado pelo Governador Bias Fortes (Ouro Preto, 21 de abril de 1960).



Secretário de Finanças Tancredo Neves na inauguração da Ponte de Serranos (9 de setembro de 1960).



Campanha eleitoral (1960).



Presidente João Goulart e o Primeiro-Ministro Tancredo Neves (Brasília, 1961-1962).



Francisco Julião e Tancredo Neves no I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Belo Horizonte, novembro de 1961).





Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Belo Horizonte, novembro de 1961).



Tancredo Neves visita São João del Rei (1962).



Tancredo Neves visita São João del Rei (1962).



Deputado Tancredo Neves e Deputado Ranieri Mazzilli na Câmara dos Deputados (1963-1967).



Deputado Tancredo Neves na Câmara dos Deputados (1963-1979).



Deputado Tancredo Neves discursa na tribuna da Câmara dos Deputados (1963-1979).



Funeral do ex-Presidente João Goulart (São Borja, dezembro de 1976).



Senador Tancredo Neves discursa na Academia Mineira de Letras (Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 1983).



Senador Tancredo Neves despede-se do Senado Federal (Brasília, 10 de março de 1983).



Dr. Tancredo Neves assume o governo de Minas Gerais (Belo Horizonte, 15 de março de 1983).



Governador Tancredo Neves e Deputado Ulysses Guimarães (Belo Horizonte, 13 de outubro de 1983).



Governador Tancredo Neves na comemoração de 21 de abril (Ouro Preto, 1984).



Lançamento da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República (Brasília, 7 de agosto de 1984).



Governador Tancredo Neves e Sobral Pinto (Barbacena, 10 de agosto de 1984).



Dr. Tancredo Neves discursa no evento "Grito no Campo" (1984).





Dr. Tancredo Neves em Vitória (15 de novembro de 1984).



Dr. Tancredo Neves discursa em comício (Porto Velho, novembro de 1984).



Dr. Tancredo Neves visita Minas Gerais após a sua eleição à Presidência da República (Belo Horizonte, 17 de janeiro de 1985).



Dr. Tancredo Neves visita Barra do Garças (22 de janeiro de 1985).



Dr. Tancredo Neves recebe o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra (28 de janeiro de 1985).



Dr. Tancredo Neves e o Papa João Paulo II (Roma, janeiro de 1985).



A experiência democrática dos últimos anos levou à crescente presença popular nas instituições públicas, tendência que já se pronunciava desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, que contou com expressiva participação social. Politicamente atuante, o cidadão brasileiro está a cada dia mais interessado em conhecer os fatos e personagens que se destacaram na formação da nossa história política. A Câmara dos Deputados, que foi e continua a ser – ao lado do povo – protagonista dessas mudanças, não poderia deixar de corresponder a essa louvável manifestação de exercício da cidadania.

Criada em 1977 com o objetivo de enaltecer grandes nomes do Legislativo, a série *Perfis Parlamentares* resgata a atuação marcante de representantes de toda a história de nosso Parlamento, do período imperial e dos anos de República. Nos últimos anos, a série passou por profundas mudanças, na forma e no conteúdo, a fim de dotar os volumes oficiais de uma feição mais atual e tornar a leitura mais atraente. A Câmara dos Deputados busca, assim, homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia e ao mesmo tempo atender os anseios do crescente público leitor, que vem demonstrando interesse inédito pela história parlamentar brasileira.





<i>Produção Editorial</i>	<i>Coordenação Edições Câmara dos Deputados</i>
<i>Impressão e Acabamento</i>	<i>SEEP</i>
<i>Editorado em</i>	<i>Fevereiro de 2010</i>
<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Tipografia Miolo</i>	<i>Minion Pro</i>
<i>Tipografia Capa</i>	<i>Bodoni</i>
<i>Papel Miolo</i>	<i>Off-set 75 g/m<sup>2</sup></i>
<i>Papel Capa</i>	<i>Cartão 240 g/m<sup>2</sup></i>

---



A experiência democrática dos últimos anos levou à crescente presença popular nas instituições públicas, tendência que já se pronunciava desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, que contou com expressiva participação social. Politicamente atuante, o cidadão brasileiro está a cada dia mais interessado em conhecer os fatos e personagens que se destacaram na formação da nossa história política. A Câmara dos Deputados, que foi e continua a ser – ao lado do povo – protagonista dessas mudanças, não poderia deixar de corresponder a essa louvável manifestação de exercício da cidadania.

Criada em 1977 com o objetivo de enaltecer grandes nomes do Legislativo, a série *Perfis Parlamentares* resgata a atuação marcante de representantes de toda a história de nosso Parlamento, do período imperial e dos anos de República. Nos últimos anos, a série passou por profundas mudanças, na forma e no conteúdo, a fim de dotar os volumes oficiais de uma feição mais atual e tornar a leitura mais atraente. A Câmara dos Deputados busca, assim, homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia e ao mesmo tempo atender os anseios do crescente público leitor, que vem demonstrando interesse inédito pela história parlamentar brasileira.



ISBN 978-85-736-5694-7



9 788573 656947